

O LOCAL, O REGIONAL: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA



IC. Uni-FACEF

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Sílvia Regina Viel
Daniel Facciolo Pires
Welton Roberto Silva (Orgs.)

**O LOCAL, O REGIONAL: continuidades e rupturas na produção
acadêmica**

ISBN 978-85-5453-001-3

**FRANCA
2017**

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR e PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Profª Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Me. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Profª Ma. Alba V. Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profª. Ma. Thalisa Jati Giuberto

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profª Ma. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Me. Clésio A. Dourado

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profª. Ma. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Me. Paulo A. Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Dr. João B. Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Me. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Ana Lúcia Furquim de Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Profª Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO e ENGENHARIA DE SOFTWARE

Prof. Dr. Daniel F. Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Regina Helena de Almeida Durigan (Uni-FACEF)
Bárbara Fadel (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano (Uni-FACEF)
Lucinda M. de Fátima R. Coelho (Uni-FACEF)
Irma Helena Ferreira Benate Bonfim (Uni-FACEF)
Magaly Gomes Melo (Uni-FACEF)
Maria Cherubina de Lima Alves (Uni-FACEF)
Monica de Oliveira Faleiros (Uni-FACEF)
Adriana Aparecida Silvestre Gera (Uni-FACEF)
Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Sílvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Emerson Raseira (UFU)
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)
Lélio Luiz de Oliveira (USP)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
Alfredo José Machado Neto
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sílvio Carvalho Neto
Regina Helena de Almeida Durigan
Welton Roberto Silva
Noemia Lopes Toledo
Lucas Antônio Santos
Alba Valéria Penteado Orsolini
Alexandre Manoel Pereira

© 2017 dos autores

Direitos de publicação

Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

O51p

Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e et al. (Orgs.)
O local, o regional: continuidades e rupturas na produção acadêmica. /
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Silvia Regina Viel; Daniel Facciolo
Pires; Welton Roberto Silva (Orgs.) – Franca (SP): Uni-FACEF, 2017.
1099 p.; il.

ISBN: 978-85-5453-001-3

1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Metodologia. 3.Pesquisa. I.T.

CDD 001.42

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

O Uni-FACEF – *Centro Universitário Municipal de Franca* – consolida, a cada ano, sempre mais, sua reconhecida e tradicional identidade de excelência institucional, demonstrando a permanente preocupação em valorizar a pesquisa científica, em seu sentido crítico e criador. Para tanto, propicia sólida iniciação científica, aos seus estudantes, não só por meio de informações e difusão do saber, mas também por meio de contínuo incentivo à pesquisa científica nas diferentes áreas.

Os estudantes são orientados por competentes professores, cujas produções científicas, tecnológicas e de docência não deixam dúvida quanto ao caráter sério e relevante da função e incorporação da pesquisa na vida intelectual de nossos estudantes.

Mais uma vez, o Uni-FACEF oferece espaço para a produção científica em nível de iniciação, proporcionando momentos de reflexões, abrindo novas possibilidades para a pesquisa, principalmente nas áreas em que atua. Assim como nos encontros anteriores, acolhe os estudantes de várias Instituições, proporcionando profícuo intercâmbio da produção científica entre todos os participantes.

Por seu corpo diretivo, reconhece e ratifica que, somente com a atualização e o intercâmbio do conhecimento, é que se pode, de forma autônoma, avançar em direção ao progresso científico.

De ano para ano, o número de trabalhos inscritos tem sido crescente. Neste ano, o Congresso de Iniciação Científica e os Encontros do PIBITI e PIBID receberam dezenas de trabalhos.

É, com muita satisfação, que apresentamos, à comunidade, os resultados das pesquisas, em forma de e-book, para alardear as discussões, em torno dos desenvolvimentos local e regional.

Franca, maio de 2017.

José Alfredo de Pádua Guerra
Reitor Uni-FACEF

SUMÁRIO

A ANÁLISE DE CRIANÇAS: contribuições teóricas sobre fantasias e a importância do brincar	11
A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO QUANTO À APLICAÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO EM CASOS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES: análise de julgados na comarca de Franca – SP	26
A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM EM UMA APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES: investigações preliminares	36
A DIALÉTICA URBANA: a cidade como espaço de dominação capitalista e de superação do capital.....	44
A DISCUSSÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS PELA MÍDIA: uma revisão da literatura	58
A EDUCAÇÃO UNIDIMENSIONAL: a percepção do discente frente ao modelo educacional contemporâneo	70
A ESCOLHA DA PROFISSÃO: o estudante e seus sentimentos	78
A MÃE FRENTE À DESCOBERTA DA DEFICIÊNCIA DE SEU BEBÊ: um breve levantamento bibliográfico.....	85
A MÁGICA COMO UM RECURSO MOTIVACIONAL NA MATEMÁTICA.....	105
A MELANCOLIA NAS OBRAS DE EDVARD MUNCH: o mal dos séculos interpretado à luz de obras expressionistas.....	113
A RELEVÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES COM VISTAS AO COMPROMETIMENTO DE TRABALHADORES	133
A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA MARGINAL DO SÉCULO XXI EM LITERATURA, PÃO E POESIA, DE SÉRGIO VAZ: investigações preliminares	148
A TUTELA DO TRABALHO EM FACE DO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: A questão da domiciliação do trabalho no polo industrial de Franca/SP.....	156
A UTILIZAÇÃO DO JOGO PEDAGÓGICO NA INTRODUÇÃO DE UM NOVO CONCEITO MATEMÁTICO	173
ARGILAS E SUAS COMPOSIÇÕES	183
AS EXPECTATIVAS DOS PAIS NA ESPERA DA ADOÇÃO	193

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO: .	198
ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: breves considerações.....	209
ATRIBUIÇÕES ACERCA DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL E SEUS IMPACTOS POSTERIORES.....	216
CAFEICULTURA CONVENCIONAL E SUSTENTÁVEL: uma análise dos custos sob a perspectiva da certificação UTZ.....	225
CAPITALISMO E SUBJETIVIDADE: Problemas emocionais gerados por valores capitalistas em jovens discentes do ensino superior	244
CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS E DEMOGRÁFICAS DA ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA EM DIVERSAS POPULAÇÕES: uma revisão da literatura.....	250
CARACTERIZAÇÃO PSICOLÓGICA DOS ESTUDANTES FRENTE A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL I PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II.....	263
CONCEPÇÕES PSICOLÓGICAS DAS RELAÇÕES FRATERNAS: um breve estudo teórico	279
CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: uma revisão da literatura	300
CULTURA DO ESTUPRO: a prática do abuso sexual contra mulheres no Brasil – artigo de revisão.....	312
DESENVOLVIMENTO DE PLANTA VETORIZADA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA – Uni-FACEF COM UTILIZAÇÃO DE AEROFOTO E IMAGEM DE SATÉLITE	322
DESMORALIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMININA NA MÚSICA BRASILEIRA: um olhar semiótico..	341
DIAGNÓSTICO MÉDICO NÃO INVASIVO COM O AUXÍLIO DOS MULTIFRACTAIS.....	355
EFEITOS DA VIOLÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO <i>SELF</i> DA CRIANÇA E NA RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS: um breve levantamento bibliográfico	366
ERA UMA VEZ... UM FINAL FELIZ: Sequência didática sobre “A moça tecelã” de Marina Colasanti	385
ERROS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS DESNECESSÁRIAS EM PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: uma revisão da literatura.....	401
ESTRUTURAS MISTAS EM SITUAÇÃO DE INCÊNDIO	414

ESTUDO DA VOÇOROCA LOCALIZADA NO JARDIM AEROPORTO I DA CIDADE DE FRANCA SP, ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR SEUS IMPACTOS NO MEIO INSERIDO.....	426
ESTUDO DE ATERROS DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE FRANCA-SP	444
ESTUDO PRÁTICO SOBRE CARACTERÍSTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BANCOS DE DADOS NOSQL E RELACIONAL	459
GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTO: a questão da escolha do critério de custeio sob a perspectiva do e-commerce.	536
HIC...HIC... ELA ESTAVA COM SOLUÇÃO: sequência didática das atividades do conto “Tentação”, de Clarice Lispector	555
IMPLICAÇÕES E UTILIZAÇÕES DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS NO PLANO DA EDUCAÇÃO.....	566
INVIDIAE NOSTRIS: o dinamismo do conceito de inveja na filosofia e psicanálise.....	576
JOGO DRAMÁTICO COM ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA DE ESPONTANEIDADE NA ESCOLA	592
LEVANTAMENTO DE ALUNOS QUE SOFRERAM BULLYING EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE FRANCA - SP	600
MAIS QUE INFORMAÇÃO: REFLEXÃO? uma análise discursiva da revista <i>Brasileiros</i>	615
MEDIDAS DE INCENTIVO A EDUCAÇÃO POLÍTICA	633
MELANIE KLEIN: “SEIO BOM” E “SEIO MAU” E A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA.....	639
MODIFICADORES FENOTÍPICOS DA IDADE DE INÍCIO DA ATAXIA ESPINOCEREBELAR DO TIPO 3: Uma revisão da literatura	655
NOME SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO.....	668
O BRINCAR NA ERA VIRTUAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL	692
O COMPORTAMENTO APÁTICO APRENDIDO NOS TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE ANTISOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE HEREDITARIEDADE E CULTURA NA ESTRUTURAÇÃO COGNITIVA DA PERVERSÃO	706

O CONSUMO DE ENERGIA E SUAS FONTES ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO: um estudo sobre a cidade de Franca (SP).....	714
O ESTUDO DE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA PREVISÃO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS	737
O HINO NACIONAL NO PROCESSO DIALÓGICO: contraposição ou reiteração do mito fundador?	749
O MODELO COSMOLÓGICO DE FRIEDMANN-LEMAÎTRE-ROBERTSON-WALKER.....	759
O PROCESSO DA SOLIDÃO NO INDIVÍDUO: compreensão das variáveis subjetivas	768
O PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS MULTIFAMILIARES: um estudo bibliográfico sobre o tema	787
O SENTIDO DA MATERNIDADE PARA MULHERES COM FILHOS DE 4 A 5 ANOS: um estudo exploratório	801
O USO DO ÁLCOOL ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA	819
OS FANTÁSTICOS LIVROS VOADORES DO SR. LESSMORE: cinema e literatura em sala de aula.....	828
OS MORTOS DIALOGANDO SOBRE A VIDA: projeto de pesquisa sobre leitura comparativa entre <i>Diálogos dos mortos</i> e <i>Auto da barca do inferno</i>	839
PELEUMONIA? Análise de preconceito linguístico em discurso médico.....	854
POR QUE APRENDER A LER LITERATURA?	864
PRÍNCIPES, PRINCESAS, ESPADAS E ROSAS: investigações preliminares da escrita de Marina Colasanti	872
PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS: modelo de proposta para a administração pública municipal de Franca-SP no período de 2017 à 2021	882
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	903
QUE DIREITO A QUE CIDADE? Os instrumentos urbanísticos do novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e a concepção de Espaço Público.....	917
RINOSSINUSITE CRÔNICA: BACTERIOLOGIA AO REDOR DO MUNDO.....	932
SEQUÊNCIA DIDÁTICA - PIBID MATEMÁTICA	946

SÍNDROME DE BURNOUT E DOCÊNCIA: Um estudo comparativo no ambiente escolar	949
SUICÍDIO, SUBJETIVIDADE E CONTEXTO SOCIAL: por uma abordagem multifatorial	955
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: impactos na gestão e atendimento à saúde pública.....	962
USO DAS REDES SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA	976
UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA PRODUÇÃO ENXUTA NAS BANCAS DE PESPONTO DA CIDADE FRANCA-SP PARA MELHORA DOS PROCESSOS: um estudo multi-casos	986
VAREJO, ECONOMIA E GEOPROCESSAMENTO NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SP): níveis de concentração varejista em um cenário econômico adverso	1001
VIDRO: uma investigação sobre seus aspectos químicos, físicos e econômicos	1028
VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA DIALÉTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	1064
ÍNDICE	1080

A ANÁLISE DE CRIANÇAS: contribuições teóricas sobre fantasias e a importância do brincar

COSTA, Izabella Silva – Uni-FACEF
CARDOSO, Letícia Silva – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A partir do momento em que a criança nasce, há uma relação mãe-bebê que é muito importante para seu desenvolvimento, essa relação pode ser tanto gratificante quanto frustradora, ou seja, essa mãe pode ser suficientemente boa, ou não (Winnicott, 1995). Enquanto o indivíduo ainda é um bebê e mais tarde se torna uma criança ele cria fantasias, sendo elas inconscientes, porém a partir do momento que estas fantasias se tornam conscientes deixam de ser fantasias, termo cunhado por Freud (1897) que mais tarde foi explorado por outros teóricos. Além das fantasias há algo muito presente na infância também, que são as brincadeiras em que ambas tem relações entre si. A brincadeira é uma forma de se expressar na infância, é a partir dela que pode-se desenvolver a linguagem, a aprendizagem e a criatividade. No brincar a criança se desenvolve em vários sentidos, conhece seu próprio corpo e seus limites, cria relações com outras pessoas fora do seu mundo interno. É na infância e na brincadeira que é permitido que as crianças criem fantasias.

O presente artigo teve como foco analisar as contribuições dos teóricos e suas ideias em relação à infância e como eles postulam a importância do brincar e suas fantasias na análise infantil. Foram estudadas as visões de três teóricos psicanalistas e feito uma comparação entre suas ideias. O objetivo do trabalho é expor e discorrer sobre as postulações dos teóricos, como foi abordado e discutido o tema por eles e quais foram as contribuições teóricas dos mesmos acerca da análise de crianças.

É de grande importância conhecer a contextualização do brincar e do fantasiar na infância, se a criança não tem tempo para as brincadeiras, elas não lidam com as fantasias, pois as duas estão relacionadas ao desenvolvimento da

mesma. O método do artigo consistiu em revisões bibliográficas críticas com o uso de artigos científicos, livros e achados teóricos.

No decorrer do artigo inicialmente foram abordadas as concepções de Sigmund Freud e suas contribuições teóricas do fantasiar na infância, ou seja, nesse capítulo conceituamos e definimos a fantasia, e como ela influencia na infância. Freud focou mais nas áreas-erógenas da criança e acreditava que era na brincadeira que elas conseguiam criar seu mundo próprio, e com isso elas produziam suas fantasias.

Em seguida apresentamos Melanie Klein, a qual argumenta sobre o importante papel no conceito de fantasias, e seu uso no contexto da análise de crianças, assim como Freud ela também acreditava que a fantasia era inata e se dava no brincar, seus estudos eram voltados para as crianças e isso lhe deu suporte para cunhar termos importantes para relação mãe-bebê.

No último, mas não menos importante conceituamos a teoria de Donald Winnicott que foi um grande colaborador no conceito de brincar, para ele essa era a fase mais importante para o desenvolvimento da criança, pois é nela que se estruturam as bases da identidade e autonomia da criança.

2. SIGMUND FREUD: contribuições teóricas do fantasiar na infância

Freud nasceu no dia 6 de maio de 1856, em Freiberg, Moravia (hoje na República Tcheca) e morreu em 1939 aos 83 anos. Seus pais eram judeus e devido a condições financeiras, com quatro anos mudou-se para Viena onde residiu por muito tempo. Ingressou na faculdade de medicina de Viena no ano de 1873 aos 17 anos. Em 1881 concluiu o curso de medicina e resolveu tornar-se um clínico especializado em neurologia e durante vários anos trabalhou numa clínica neurológica para crianças. Casou-se com Martha Bernays teve seis filhos, e apenas Anna Freud seguiu os passos do pai. Ele foi o responsável pela revolução no estudo da mente humana e considerado o pai da psicanálise. Dentre vários estudos de Freud, vamos abordar neste artigo seus conceitos sobre o mundo interno e a importância da fantasia (Násio, 1995).

Quando Freud ainda era neurologista, descobriu as fantasias ao tentar entender os sintomas variados de seus pacientes. Através dos sintomas

apresentados nos estudos de caso, Freud percebeu que havia uma diferença entre fantasia inconsciente (seria algo que foi rejeitado pelo pensamento consciente e o paciente não percebeu) da fantasia consciente (algo que o paciente teve ciência). A Fantasia inconsciente foi definida como uma fantasia de um acontecimento, como por exemplo, matar o pai ou manter relação sexual com ele, que parecia incomodar certos grupos de pessoas perturbadas e provocar doenças mentais ou aparentemente físicas, isso seria claramente uma fantasia de acontecimento, e poderia ser prejudicial na vida da pessoa, e a partir do momento que uma fantasia deixa de ser inconsciente e passa a ser consciente, ela não provoca sintomas na vida da pessoa ou prejuízos (Násio, 1995).

Segundo Roudinesco (1944, p.225) a fantasia “é caracterizada por sua mobilidade, é apresentada como lugar e momento de passagem de um registro da atividade psíquica para outro e, desse modo, afigura-se irredutível e apenas um desses registros conscientes ou inconscientes. ”

A partir de uma teoria já criada anteriormente por Freud (1897), ele desenvolveu outro conceito de fantasia a qual chamou de “fachadas psíquicas”, ou seja, são “fachadas” construídas com o principal objetivo de obstruir o caminho das lembranças infantis. Para Freud (1897), se a criança ver os pais tendo uma relação sexual (cenários originários e acontecimentos reais) para ele aquilo pode ser traumatizante, e quando ele se lembrar desse acontecimento pode ou passar a entender ou disfarçar por outras fantasias.

A fantasia é: “Termo utilizado por Sigmund Freud, primeiro no sentido corrente que a língua alemã lhe confere (fantasia ou imaginação), depois como um conceito, a partir de 1897. Correlato da elaboração de real psíquica e abandono da teoria da sedução designam a vida imaginária do sujeito e a maneira como este representa para si mesma sua história ou a história de suas origens: fala-se então de fantasia originária”. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Dicionário de psicanálise. p 223).

Sendo assim, as fantasias emergem de uma combinação inconsciente de coisas vivenciadas e ouvidas, de acordo com certas tendências. Essas tendências têm o sentido de tornar inacessível a lembrança da qual provieram ou podem provir os sintomas.

Segundo Lang (2006), antes de Freud havia uma concepção diferente da infância, e quando Freud passou a estudar sobre a criança e a concepção da infância mudou, ou seja, o olhar sobre a infância sofreu uma abertura de sentidos

sobre quem somos, como nos tornamos adultos, e sobre a importância dos primeiros anos da vida para a estruturação subjetiva. Em seus estudos, Freud (1897) percebeu que os pais esperavam a perfeição da criança desde seu nascimento, e muitas vezes os culpavam por questões que não eram deles, ou seja, eles atribuíam altas expectativas aos filhos e ocultavam ou esqueciam as deficiências destes. Ele fez um paralelo entre a infância e a sexualidade e trouxe para os leitores uma visão mais ampla das crianças, que ao brincarem conseguem ter fantasias e lidar com questões sexuais infantis.

A criança obtém satisfação com as partes privilegiadas do seu corpo, que são chamadas zonas erógenas. Freud (1905) definiu como fontes de prazer e satisfação auto-erótica as atividades infantis tais como: sucção, evacuação, as brincadeiras com as fezes e com o próprio corpo. A criança é, portanto, descoberta como sendo essencialmente um ser erotizado que se entrega às mais variadas experiências sexuais e leva em conta todo e qualquer objeto ou alvo, com o propósito de obter prazer, ou seja, é através da fantasia que constitui um recurso utilizado pela criança, que surge com o intuito de dar sentido à própria sexualidade.

Para Freud (1908), é na infância que surge os primeiros traços de atividade imaginativa, seja no brincar ou jogar, as crianças criam seu mundo próprio através do que desejam, diferenciando da realidade, é justamente isso que faz a criança produzir um mundo de fantasia, através da arte, e das brincadeiras. Mesmo a criança conseguindo separar o que é realidade e o que é fantasia, ela ainda investe uma grande quantidade de emoção no seu mundo interno, e é esta conexão que diferencia o brincar do fantasiar.

Freud foi um psicanalista de grande importância, e com o poder de sua obra e a audácia de suas especulações ele criou conceitos importantes, e a partir disto teve vários seguidores que a princípio usou como base suas teorias, mas no decorrer dos estudos, estes seguidores criaram suas próprias teorias, horas divergindo e horas concordando com o pai da psicanálise, e dentre eles podemos citar Melanie Klein.

3. MELANIE KLEIN: revisões teóricas da criança.

Melanie Reizes Klein nasceu em Viena em 30 de março de 1882 e morreu em Londres em 22 de setembro de 1960, aos 78 anos. Ela teve uma vida cheia de acontecimentos importantes dentre eles a morte de seu pai, sua irmã e

mais tarde de seu filho. Casou-se aos 17 anos com Arthur Stevan Klein com quem ficou casada até 1926, e tiveram três filhos. Melanie Klein foi seguidora de Sigmund Freud e criou alguns dos mais importantes conceitos psicanalíticos da era pós Freud, como, por exemplo, os conceitos de posição depressiva e posição esquizoparanóide. Além disso, Melanie Klein aprofundou significativamente os conceitos de simbolismo, de fantasias inconscientes e de inveja. Assim como Freud, Klein acreditava que as fantasias inconscientes podiam ter efeitos intensos na vida cotidiana (M.C. Thomas, 1995).

Melanie Klein, ao ler a *Interpretação dos Sonhos* (1900) de Freud, percebeu nas brincadeiras de seu filho as próprias fantasias do seu corpo, e através dessa percepção ela viu que a teoria de Freud divergia das ações de seu filho, e por conta disto, Klein resolveu criá-lo sem as repressões do interesse sexual, e contou a ele de onde vinham os bebês. Depois de contar para seu filho, o próprio criou um bloqueio, pois disfarçadamente, ele queria saber qual era a função do pai, e assim que Klein respondeu esta pergunta inconsciente, ele destruiu este bloqueio. Antes, seu filho havia mostrado indícios de agressividade com os próprios entes da família em uma brincadeira violenta e depois disso ele se arrependia, com isso Klein percebeu que não eram apenas atitudes negativas de adultos com relação ao sexo que levavam as crianças a inibirem o seu interesse ou mudar de brincadeira, mas sim seus conflitos internos, especialmente causados pelas fantasias de ferir ou destruir aqueles que eles amavam. Ela descobriu também que as crianças alimentadas por suas angústias criavam fantasias assustadoras baseadas em interpretações errôneas do mundo (Julia Segal, 2005).

Segundo Klein (1981, p.159) a fantasia, inata na vida da criança, é expressa de modo simbólico, por meio de brincadeiras e jogos. Por trás de cada forma de atividade lúdica, encontra-se um processo de descarga de fantasias masturbatórias, que operam na forma de uma contínua motivação para o ato de brincar. Quando essas fantasias são reprimidas, as brincadeiras, por conseguinte, são paralisadas, ao passo que a liberação fantasmática permite à criança brincar livremente. Vinculadas às fantasias masturbatórias da criança estão suas experiências sexuais, que encontram representação em suas brincadeiras.

Desde muito novo, o bebê é capaz de fantasiar seu desejo diante da tensão com a ajuda da fantasia, até que se possa obter alguma satisfação na realidade. Diante de uma frustração intensa o bebê tem pouca capacidade para manter a fantasia e a descarga motora ocorre geralmente acompanhada pela desintegração do ego. Então, até que o teste de realidade e os processos de pensamento estejam bem estabelecidos, a fantasia preenche na vida primitiva algumas funções posteriormente assumidas pelo pensar (Hanna Segal, 1975).

Uma das importantes descobertas da psicanálise é de que as crianças têm uma vida sexual que encontra expressão tanto em atividades sexuais diretas quanto em fantasias sexuais, e vimos que seu filho representava tais fantasias em suas brincadeiras.

Segundo Hanna Segal (1975), as fantasias mais primitivas surgem no parto, os bebês já nascem com a capacidade de reconhecer certos objetos, suas primeiras fantasias são ruins e são de origem da posição esquizoparanóide. É nesta posição que o bebê faz o uso predominantemente das identificações projetivas (é caracterizado por um tipo de relação intrusivo e sádico que se pode estabelecer entre a criança e a mãe). Ele vê o seio da mãe como seu primeiro objeto e nessa posição o seio é mais frustrador do que gratificante, ele pode ser frustrador por não ter recebido o alimento na hora desejada, tornando a amamentação não acolhedora para o bebê, e isso causa uma ansiedade muito grande nele, vendo um objeto que era para ser bom, acaba sendo mau e por isso ele pode ter fantasias agressivas de arranhões e rejeições a este seio, a criança pode projetar sua frustração na mãe. Conforme o bebê vai crescendo sua ansiedade diminui e com isso sua agressividade também.

As novas descobertas de Klein ampliaram as concepções de Freud em relação às crianças. Ela entendia que nós atribuímos ao mundo um sentido que deriva das fantasias inconscientes e das angústias inerentes a elas. São as angústias, os impulsos conflitantes e as fantasias decorrentes que nos fazem ver o que vemos e nos comportar de determinado modo. Deste ponto de vista, nada é imparcial. Na fantasia, tudo acontece em nossa cabeça, em nosso corpo, em nosso “mundo interior”. Nem sempre sabemos que “não é bem assim”, nós realmente “vemos assim” (Julia Segal, 2005, p. 32).

Para Melanie Klein a brincadeira era muito importante, foi através dela que se criou o método do brincar e as técnicas lúdicas. Na teoria de Klein (1991) o

brincar é o meio natural de auto expressão da criança de libertar-se de seus sentimentos e problemas. Como descreve Klein:

Ao interpretar não apenas as palavras das crianças, mas também suas atividades com seus brinquedos, apliquei este princípio básico à mente da criança, cujo brincar e atividades variadas – na verdade, todo o seu comportamento – soa meios de expressar o que o adulto expressa predominantemente através de palavras (KLEIN 1991, p.151).

Klein (1991) notou que o ato de brincar da criança poderia demonstrar simbolicamente suas ansiedades e fantasias e, que tal ato se equivaleria a expressões verbais do adulto, uma expressão simbólica de seus conflitos inconscientes.

Segundo Mello (2007) assim como na análise de adultos, as brincadeiras infantis poderiam nos levar a conhecer os significados latentes, e estabelecer correlações com situações experimentadas ou imaginadas por elas, fornecendo á criança a possibilidade de elaborar tais situações. As fantasias e os jogos de imaginação que a criança cria ao brincar são de grande significado, em seus jogos de faz-de-conta, a criança representa em si o que, em uma etapa anterior, demonstrava com seus brinquedos.

3.1. Relações entre as Fantasias e o Conto de Fada da Cinderela

Os conflitos na fantasia podem ser internos, ou também externalizados, duas pessoas com o mesmo conflito interno, podem discutir entre si, ou fazê-lo na própria cabeça. Existem muitas maneiras de lidar com os conflitos, como por exemplo, algumas meninas acreditam que apenas são amadas e negam que os pais se amem, já outras não aceitam o amor dos seus pais e agem como se fosse indiferente. Mesmo com maneiras divergentes de lidar com os conflitos a maioria das meninas pequenas chegam a alguma forma de conciliação com seus sentimentos confusos pelos pais.

Segundo Julia Segal (2005, p. 63) um exemplo claro de representação de fantasia é a história da Cinderela, em que a menina pode experimentar muitos sentimentos confusos por eles sem precisar ver claramente o que ela está fazendo. A mãe da Cinderela é dividida em uma boa (mas morta) e uma má (mas viva). Ambas são idealizadas e irreais. Ao ler a história e se identificar na fantasia com a Cinderela, uma garotinha pode ter o prazer de suplantar uma mãe/madrasta que tem

roupas lindas, filhas e o amor do pai da menina, negando ao mesmo tempo em que essa mãe seja a mesma que ela ama. Os sentimentos desagradáveis e a inveja que uma garotinha real não consegue evitar ao ver que a mãe e os irmãos mais velhos têm são transferidos para as irmãs feias, uma vez que, no final da história, é a Cinderela que se torna alvo de inveja e admiração.

Assim, como Segal (2005) trouxe na história da Cinderela, as fantasias também estão presentes na cisão do eu (divisão da mãe boa e da mãe má). Essas fantasias de divisão ocorrem inconscientemente, e explicam o porquê às vezes fazemos coisas que nos surpreendem, as pessoas se comportam de uma maneira que nem mesmo elas se reconhecem, ou não aquele que a pessoa não aceita seu eu, isso pode ser difícil para o indivíduo, pois ele reconhece uma parte fragmentada do eu. Nesse aspecto a psicanálise é muito importante, pois sua função é integrar as partes fragmentadas do eu, para que o indivíduo não crie fantasias de vingança ódio ou destruição.

Quando o indivíduo não consegue aceitar algumas partes do eu, ele não se aceita por inteiro, então isto significa que alguma parte do eu foi negada. Existe uma forma de negação que se estabelece por um processo que é chamado de identificação projetiva, trata-se de sentimentos que a pessoa não consegue tolerar e são atribuídos a outra pessoa, na qual seu resultado pode ser observado com um distanciamento seguro, como por exemplo uma pessoa que não soube lidar com um trauma do passado, e no presente projeta o mesmo sentimento em uma situação distinta daquilo que ocorreu, ela deposita esse sentimento em outra pessoa.

Uma possibilidade de negação de pensamentos ou sentimentos desagradáveis na infância é quando uma criança acidentalmente chama a professora de “mãe”, e a mãe de “tia”, ou seja, na fantasia nem sempre as crianças conseguem distinguir uma pessoa da outra, e é fácil trocar uma pessoa por outra quando elas têm características iguais.

Com suas teorias, Melanie foi muito importante para a psicanálise, assim como Freud ela estudou e criou vários conceitos sobre a vida emocional das crianças e suas fantasias, partindo dos pressupostos que as fantasias têm início na infância, e que estende até a vida adulta. Outros psicanalistas também exploraram sobre as fantasias inconscientes das crianças, e como é a sua relação com o brincar, dentre eles pode ressaltar Donald Winnicott, que tinha como ponto de

partida as teorias kleinianas, como a importância do brincar e a relação da criança com os objetos ao seu redor. No entanto, ele expandiu alguns conceitos de Klein.

4. O BRINCAR E A FANTASIA NA PSICANÁLISE WINNICOTTIANA

Donald Woods Winnicott nasceu na Inglaterra em Plymouth no dia 7 de abril de 1896, filho de Elizabeth Martha Winnicott e do Sr. John Frederick Winnicott, um comerciante que se tornou cavaleiro em 1924 após servir duas vezes como prefeito de Plymouth. Cresceu em uma família abastada, tinha duas irmãs mais velhas. Diante da ausência do pai dizia que ficava sempre com suas “diversas mães”. Na universidade, Winnicott cursou medicina e depois se especializou em pediatria, sempre demonstrou interesse em psicanálise e quando terminou sua especialização em pediatria, seguiu para fazer análise e também receber treinamento em psicanálise, focando em crianças e na relação das crianças com seus pais. Ele foi um pediatra e psicanalista, e morreu em 1971 aos 75 anos. (PINTO, 2007)

Segundo Outeiral (2007) Winnicott era ainda um analista jovem quando conheceu Melanie Klein, que era recém-chegada a Londres quando ele a procurou por indicação de seu analista pessoal, James Strachey. Eles se encontraram e se simpatizaram mutuamente, tornando-se ele seu supervisor, entre os anos de 1935 a 1941. Mesmo Klein e Winnicott tendo ideias parecidas, começou a surgir um conflito entre eles, devido à recusa por parte dele em relação às exigências que Melanie fazia, e suas ideias divergentes também foi fator importante para afastamento.

Winnicott (1975) dizia que a criança nasce indefesa. É um ser desintegrado, que percebe de maneira desorganizada os diferentes estímulos provenientes do exterior. O bebê nasce também com uma tendência para o desenvolvimento e o brincar é um indicador da saúde, do desenvolvimento e do sentimento de ser do bebê. O prazer na brincadeira, é a garantia de saúde de quem brinca, e a função da mãe é oferecer um suporte adequado para que as condições inatas alcancem um desenvolvimento ótimo. Além de a brincadeira ajudar no

desenvolvimento e saúde da criança, ela expressa suas alegrias, frustrações, habilidades e dificuldades, ou seja, o brincar é a sua linguagem, é a maneira encontrada para se expressar no mundo e comunicar a sua realidade interior. O brincar deve ser visto como uma experiência criativa. A criança ao brincar dá sinais de energia, ao mesmo tempo em que ela socializa consigo mesma, ela também se socializa com outras crianças. A partir disto a brincadeira se torna um ambiente de relações.

Segundo Winnicott (1975) o brincar começa na relação mãe-bebê, quando a mãe torna concreto aquilo que o bebê está pronto para encontrar. O objeto proposto por ela é repudiado, aceito de novo e objetivamente percebido. Se a mãe pode desempenhar esse papel por certo tempo, sem impedimentos, então o bebê tem certa experiência de controle mágico, isto é, experiência daquilo que é chamado de onipotência. O bebê começa então a fluir baseadas em uma relação da onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle que tem do real. Esse processo complexo é altamente dependente da mãe ou figura materna, à importância disso reveste-se no fato de que o bebê desenvolve a capacidade de confiar na mãe, e conseqüentemente, nas demais pessoas que o circundam. Winnicott afirma que:

A confiança do bebê na mãe “cria aqui um playground intermediário, onde a ideia de magia se origina, visto que o bebê, até certo ponto, experimenta onipotência”. Ao usar o termo playground o autor tinha em mente o brincar, uma vez que neste momento começa a brincadeira. O playground é o espaço potencial existente entre a mãe e o bebê, ou o que os une (WINNICOTT, 1975, p. 71).

Winnicott (1975) considera a criança em processo contínuo de constitui-se sujeito em um corpo que se desenvolve, amadurece e cresce em inter-relação permanente com o ambiente, em sua teoria considera-se que pelo brincar a criança se apropria de experiências com e através de um espaço situado entre o real e a fantasia. A teoria winnicottiana postula que o espaço que o brincar ocupa na subjetividade é o meio, ou seja, não é dentro nem tampouco fora. O espaço repudiado pelo bebê é o que constitui o seu não-eu e Winnicott chamou de espaço potencial e é de início pensado como um espaço que se forma entre a mãe e o bebê.

Para Franco (2003) o modo como Winnicott concebe o brincar tem a ver com vários tempos. No primeiro tempo, o bebê e o objeto estão fundidos. A visão que o bebê tem do objeto é subjetiva. A mãe suficientemente boa se orienta para

concretizar aquilo que o bebê está pronto a encontrar. A isto Winnicott chama de criatividade primária, que só é possível mediante uma ação digamos apaixonada da mãe na direção de seu bebê, uma ação que só aos poucos vai se desfazendo. No segundo tempo, o objeto é repudiado como *não-eu*, aceito de novo e objetivamente percebido. Neste tempo, a mãe devolve ao bebê o objeto que ele repudiou.

Quando a criança brinca, ela consegue expressar agressão, adquirir experiência, controlar ansiedades, estabelecer contatos sociais como integração da personalidade e por prazer. Esse prazer está no ato de brincar, de gratificar-se com a brincadeira, a partir do momento em que vira uma gratificação de cunho sexual, Winnicott (1982) postula que, o elemento masturbatório está essencialmente ausente no momento em que a criança brinca, ou em outras palavras, quando uma criança está brincando, se a excitação física do envolvimento instintual se torna evidente, então o brincar se interrompe ou, pelo menos, se estraga.

Enfim, para Winnicott (1975) brincar permite desenvolver a tolerância à frustração, canalizar as agressividades, inscrever o gesto pessoal, usar objetos da realidade externa que são transfigurados de acordo com a fantasia. Brincar é, também, a base da capacidade de discriminação necessária ao processo de aprendizagem criativo que envolve a autoria e apropriação criativa do conhecimento. Pode enxergar o brincar como representante psíquico dos processos interiores: se a criança não brinca, é sinal que algo acontece de errado no curso de seu desenvolvimento.

Winnicott trouxe muitas contribuições para a psicanálise infantil, a maioria de seus conceitos trata sobre a importância da brincadeira na infância e da relação mãe-bebê. Assim como outros teóricos psicanalistas ele escreveu várias obras e dentre elas havia algumas semelhanças e diferenças com outros teóricos dos quais ele foi discípulo. Winnicott teve sua base em Melanie Klein e em Freud, mas aos poucos foi ampliando suas concepções e criou um arcabouço teórico muito utilizado pelos psicanalistas atualmente.

5. FREUD, MELANIE E WINNICOTT: COMPARAÇÕES SOBRE A TEORIA

Dentre os autores apresentados no artigo, Freud, pertencente da primeira escola chamada Escola Clássica e Melanie Klein e Winnicott foram psicanalistas da Escola Inglesa de Psicanálise, mesmo eles fazendo parte de uma mesma abordagem, tinham ideias diferentes entre si. Esses teóricos discutiram sobre o fantasiar e o brincar, mas cada um tinha pontos em comum, mas também pontos diferentes a cerca do assunto. Vale ressaltar que inicialmente veio Freud, e sucessivamente Melanie Klein e Winnicott. Foi Freud que iniciou uma concepção diferente das crianças e da fantasia, na sequência Melanie Klein leu Freud e a partir daí teve suas próprias ideias, ora divergindo, ora concordando com Freud. Assim como ela teve sua base em Freud, ela também serviu de base para Winnicott que também tinha ideias acerca das crianças, mas em sua teoria abrangeu mais o brincar (Nasio, 1995).

Segundo Fulgencio (2002) Freud falava de fases de desenvolvimento da libido, ou seja, ele se atentou muito ao desejo sexual da criança, Melanie Klein (1991) se preocupou em falar das posições de desenvolvimento da libido, que foram à posição depressiva e a posição esquizoparanóide, diferentemente Winnicott, estudou muito sobre o brincar. Seus estudos não eram voltados à sexualidade da criança, pois estes já eram pontos muito esclarecidos do Freud e Klein, contudo ele foi refletir sobre a constituição do psiquismo infantil já desde o nascimento e o brincar como forma de existir da criança. O brincar de Winnicott se situa entre os dois campos propostos por Freud relacionados à experiência dos indivíduos, um campo que se refere à experiência psíquica, pessoal e interna de cada um, e outro que fala da realidade externa e compartilhada socialmente. Winnicott (1975) fala de um campo intermediário, que faz a transição entre os polos freudianos, ele considera o brincar, como sendo uma ponte entre esse mundo interno psíquico e externo do sujeito.

No que diz respeito à brincadeira, Freud (1908) postulou que quando a criança está brincando, ela cria seu mundo próprio (seu mundo interno) e organiza as coisas do seu mundo, de uma forma que mais lhe agrada. Já para Melanie Klein o brincar era uma forma de a criança expressar seus sentimentos e problemas. Celeri (2007) postula que o bebê traz consigo suas tendências hereditárias, que incluiu o que Winnicott denominou “processos de maturação”, isto é, um impulso

biológico para a vida, para o crescimento e para o desenvolvimento. Sendo assim, a brincadeira era algo primário e não produto das sublimações dos instintos.

Foram mostradas no decorrer do artigo as postulações de três teóricos, vale mostrar para os leitores que estes teóricos foram muito importantes para o desenvolvimento da teoria mesmo com suas divergências, é essencial conhecer que existem semelhanças e diferenças entre eles para um melhor entendimento da teoria. Devemos ressaltar que não é uma teoria estagnada, estes teóricos foram os primeiros a falarem sobre o assunto, mas depois deles vieram vários outros que também postularam sobre o tema. Temos que considerar a importância de todos, pois um não exclui o outro e sim acrescenta, ou seja, a teoria fica cada vez mais rica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de fantasia inconsciente foi elaborado por Freud e aprimorado por outros analistas, especialmente Melanie Klein, Winnicott e outros. As fantasias ocorrem o tempo todo sem percebermos, algumas são evidentes para as pessoas, já outras são mais veladas. Essas fantasias determinam nosso interesse pelo mundo, as nossas convicções e suposições, o que nos chama atenção é o destino que cada ser humano dá a elas. Elas são motivadas por necessidades e desejos. Enfrentam conflitos e angústias de várias maneiras, fazendo-nos aceitá-los e comprová-los na realidade, tanto na realidade interna, quanto no mundo exterior. Também usamos as fantasias para negar a realidade de vários modos e muitas vezes podem possuir um caráter destrutivo.

A fantasia pode dar lugar a percepção da realidade e a racionalidade, ou seja, ela pode ser consciente e totalmente racional, pode se basear tanto em fatos reais quanto em entendimentos equivocados e toda a estrutura do nosso pensamento e comportamento será afetada.

As fantasias geralmente estão bem próximas da realidade, seja para entender nós mesmos e os outros, sendo assim, podemos confiar nelas como representantes de nosso mundo externo. Já outras fantasias são inconscientes,

nesse caso elas são primitivas e irreais, mas ainda sim nos deixam tocar a vida a nossa maneira, elas não nos atrapalham em nosso dia a dia, mas nos causam angústias e muitas vezes criamos outras fantasias para suprir e nos afastar da angustia e do pensamento necessário para nos mantermos lúcidos frente nossa condição emocional.

Como as fantasias aparecem desde a infância, elas estão presentes também no brincar da criança, que desde o seu nascimento já tem contato com a realidade e desta forma ela pode criar tanto fantasias conscientes, quanto inconscientes. Para os teóricos abordados neste artigo, essas fantasias inconscientes na infância possuem características próprias de cada ser e são introjetadas também de formas distintas. É a partir da brincadeira que a criança cria fantasias de toda ordem que vão compondo seu mundo interno, e se elas não criarem essas fantasias, não conseguem se desenvolver completamente, porque para tais autores, o fantasiar na infância através do brincar é uma etapa de constituição da identidade do ser, bem como sua capacidade de comunicação e interação com o mundo externo.

Nesta revisão bibliográfica na abordagem psicanalítica sobre um olhar de Freud, Melanie Klein e Winnicott, pode-se constatar que a fantasia e o brincar são inerentes a infância e suas existências são fundamentais para o desenvolvimento e para a saúde humana.

Sendo assim, consideramos interessante a forma os autores pesquisados abordaram o tema e complementam entre si. Observou-se que através dos estudos conseguimos alcançar o objetivo esperado, e constatamos que o acervo da psicanálise é vasto possui um aprofundamento sobre a fantasia e o brincar que são fundamentais para a formação do psicólogo clínico.

REFERÊNCIAS

CELERI, Eloisa Helena. **A mãe devotada e seu bebê**. In: PINTO, Manuel da Costa (Org). *O livro de ouro da psicanálise: o pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. cap. 5, p. 421-434.

FRANCO, Sérgio de Gouvêa. **O brincar e a experiência analítica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100003#n2>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

FULGENCIO, Leopoldo. **A teoria da libido em Freud como uma hipótese especulativa**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100008>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

KLEIN, Melanie. **A psicanálise de crianças**. Tradução de Liana Pinto Chaves. Rio de Janeiro: Imago, 1997. (Coleção obras completas de Melanie Klein, vol 2).

KLEIN, Melanie. **Melanie Klein narrativa da análise de uma criança**. Tradução de Claudia Bacchi. Rio de Janeiro: Imago. 1994. (Coleção obras completas de Melanie Klein, v.4).

LANG, Ana Silvia Espig. **Infância e psicanálise**. Disponível em:

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/235.%20inf%C2ncia%20e%20psican%C1lise.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

MELLO, Maria Celina. **A técnica e a linguagem do brincar**. In: PINTO, Manuel da Costa (Org). *O livro de ouro da psicanálise: o pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. cap. 3, p. 255-261.

NASIO, Juan David. **Introdução à obra de Freud**. In: _____. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. cap. 1, p. 9-58.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhaes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SEGAL, Hanna. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Tradução de Júlio Castañon. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SEGAL, Júlia. **Fantasia**. Tradução de Carlos Mendes Rosa. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005 (Coleção conceitos da psicanálise; v.12).

THOMAS, M. C. **Introdução à obra de Melanie Klein**. In: NASIO, Juan David. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. cap. 4, p. 133-174.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

**A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO QUANTO À APLICAÇÃO DE PENAS
RESTRITIVAS DE DIREITO EM CASOS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES:
análise de julgados na comarca de Franca – SP**

SILVA, Thamyres Bastos – UNESP
BORGES, Paulo Cesar Correa – UNESP

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Uma das funções do Direito Penal consiste na reprodução das relações sociais existentes criadas pelo sistema capitalista. Dessa forma, este funciona como um mecanismo de consolidação do subdesenvolvimento e de marginalização em uma sociedade baseada em uma ordem vertical de estratos sociais (BARATTA, 2002, p.171). E, ainda, Baratta afirma que os valores da sociedade resguardados pelo Direito Penal abstrato privilegia uma sociedade burguesa, já que reprimem ações que são comuns nas classes marginalizadas.

No que se refere ao direito penal abstrato (isto é, a criminalização primária), isto tem a ver com os conteúdos, mas também com os “não-conteúdos” da lei penal. O sistema de valores que neles se exprime reflete, predominantemente, o universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, dando a máxima ênfase à proteção do patrimônio privado e orientando-se, predominantemente, para atingir as formas de desvio típicas dos grupos socialmente mais débeis e marginalizados. (BARATTA, 2002, p.176).

Nesse sentido, é importante entender como a lei de combate às drogas funciona como um instrumento de criminalização e exclusão de parte da população. De acordo com Carvalho (1996, p. 160), a ideologia da Defesa Social teve origem na Revolução Francesa e possui o intuito de legitimar e racionalizar a intervenção punitiva, apesar de existir algumas diferenças quanto ao objeto e método em suas diferentes vertentes. A Defesa Social, na escola positiva, defende a repressão estatal a indivíduos taxados como perigosos e degenerados. Assim, o Direito Penal possuía a função de defesa da sociedade através de meios estatais violentos e repressivos (SANTOS, 2015, p.508).

Após a Segunda Guerra Mundial o movimento que prevaleceu foi denominado “Nova Defesa Social” (ANCEL, 1979). Este possui como característica principal a integração entre a Criminologia e o Direito Penal, o primeiro sendo responsável pela investigação da ação criminosa a partir do âmbito individual e social e o segundo estabelecendo regras de reação contra a criminalidade. Assim, utilizaria o modelo de prevenção do delito e tratamento do delinquente; no entanto,

apesar de ser “revestido” por um caráter humanizado, constitui uma forma repressiva e violenta de combate ao delito.

A partir da década de 1960, houve predominância da Ideologia da Segurança Nacional. O período histórico consistia em uma bipolarização universal, decorrente da Guerra Fria, na qual o socialismo é visto como um inimigo externo. Da mesma forma, a Nação também possuía um inimigo interno e de acordo com a prevenção social negativa, o criminoso deveria ser neutralizado com uma Política Criminal repressiva.

A consequência deste modelo repressivo bélico será estabelecer o sistema penal potencialmente genocida na América Latina. Selecionado o público que ingressará no sistema penal, coloca-se em prática a lógica de guerra permanente e um Direito Penal cuja estrutura está alicerçada no medo e no terror. Tal diagnóstico representa a realidade dos sistemas penais da América Latina das décadas de sessenta, setenta e início dos anos oitenta (CARVALHO, 1996, p. 179- 180).

Carvalho (1996, p.215) ressalta que esta Ideologia persiste até os dias atuais nas Forças Armadas, responsáveis pela segurança pública. E, ainda, é imprescindível esclarecer como a política de drogas possui âmbito transnacional, sendo a América Latina fortemente influenciada principalmente pelo combate às drogas estabelecido pelos Estados Unidos. Dessa forma, com pressões transnacionais, o Brasil incentivou fortemente a militarização da segurança pública, além da criação de legislações de teor repressivo totalmente contrário às garantias constitucionais, como por exemplo, a Lei de Crimes Hediondos.

Apesar da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990) não listar o tráfico de entorpecentes no rol de crimes hediondos, a Constituição Federal de 1988, no art 5º, inciso XLIII dispôs:

A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (BRASIL, 1988).

A legislação impõe um grau maior de reprovação do Estado para o tráfico de entorpecentes e, em consequência disso, muitos direitos fundamentais foram privados. É nessa linha de pensamento que a legislação penal brasileira proibiu a conversão de penas privativas de liberdade em restritivas de direitos, para

os casos de tráfico ilícito de drogas, através da Lei de Drogas - Lei n. 11.343/2006 (BRASIL, 2012).

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), através do *Habeas Corpus* (HC) 97.256/RS, julgou inconstitucional esta vedação, visto ferir a individualização da pena, posto que o juiz deve impor a pena ao condenado de acordo com as especificidades do caso em concreto. Além do mais, esta vedação se mostrava inconstitucional, tendo em vista que as penas alternativas também possuem um caráter punitivo.

Nesse sentido, importante apontamento de Vera Malaguti (2003, p.32) que afirma que, apesar das muitas conquistas políticas e sociais, presentes no ordenamento jurídico, a legislação penal continua sendo utilizada com a finalidade específica de repreender determinados tipos de autor, e não autores de fatos típicos. Vera Malaguti diz que:

o fortalecimento, social e político, das classes inferiores impôs lentamente códigos penais que se destinavam potencialmente a todos os autores de fatos tipificados como delitos, independentemente da sua extração de classe. Mas como mostra a história e a sociologia dos sistemas punitivos, os seus reais destinatários permaneceram sendo os mesmos; os destinatários nunca foram verdadeiramente aos autores dos fatos típicos, mas os tipos de autor, isto é, os tipos de autor pertencentes aos grupos sociais estigmatizados como criminosos potenciais, suspeitos de sê-lo e, por isso, perigosos.

De acordo com Salo de Carvalho (2010, p.136), as penas restritivas de direitos não são utilizadas como verdadeiras alternativas, pelo contrário, após a inclusão das mesmas no ordenamento jurídico, as taxas de encarceramento têm aumentado.

Do que se pode observar na realidade brasileira contemporânea, a institucionalização das penas e medidas alternativas não diminuiu os níveis de encarceramento, havendo notória resistência em sua aplicação como efetiva alternativa ao cárcere, aderindo ao sistema como sanção secundária. Pelo Contrário, as taxas de prisionalização, a partir de 1995, vêm crescendo gradual e constantemente (CARVALHO, 2010, p. 136).

Conforme artigo publicado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, entre 2000 e 2014, a população absoluta de mulheres e homens encarcerados cresceu, respectivamente, 567% e 220%. Dentre os crimes que acarretaram a pena privativa de liberdade, o tráfico de drogas figura na primeira posição, tendo índices de 68% entre as mulheres e de 26% entre os homens (SALOTTI; BORGES, 2016).

Dessa forma, Conforme Salotti e Borges (2016), apesar de o STF ter o entendimento de que o tráfico privilegiado não é crime hediondo, algumas barreiras ainda necessitam ser transpassadas. Primeiramente, os magistrados de primeira instância possuem entendimento diverso do STF, sendo o sistema penal seletivo, visto que os maiores alvos deles pertencem às classes menos favorecidas e, em segundo lugar, as forças conservadoras pressionarem para que se potencialize a “guerra às drogas”.

No início de 2017, a crise do sistema carcerário ficou exposta com diversas rebeliões e massacres que ocorreram dentro dos presídios. No Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), localizado em Manaus, 56 presos foram mortos em uma rebelião. É importante ressaltar que este presídio abrigava 1224 presos, entretanto, possuía capacidade para apenas 454 (GLOBO.COM, 2017). Em Boa Vista, houve a identificação de 31 mortos em uma rebelião, sendo que destes, 18 eram acusados de tráfico de drogas (UOL, 2017).

Dessa forma, as diversas rebeliões que ocorreram no Brasil demonstram que o sistema carcerário possui níveis altíssimos de superlotação, sendo certo que a “guerra às drogas” constitui uma das grandes causas do encarceramento em massa e não é de forma alguma eficaz na diminuição do tráfico de droga.

José Carlos Abissamra Filho (2015) afirma que a repressão do Estado no combate às drogas não tem sido eficaz, pois o proibicionismo e a utilização de aparato bélico para a repressão têm causado maciças violações de direitos humanos e discriminado grupos sociais, como mulheres e jovens.

E, ainda, outro problema social refere-se ao aumento da população carcerária, tendo em vista que, atrelado à ausência de políticas públicas eficazes, muitos jovens de baixa renda vislumbram no tráfico de drogas a única forma de ascensão social.

De acordo com pesquisa realizada pela Defensoria Pública (JESUS, 2011), a maioria dos apreendidos por tráfico de drogas são jovens, já que 75,6% possuem entre 18 e 29 anos. A inserção no tráfico de drogas muitas vezes ocorre na adolescência, pois foi analisado que na Fundação CASA o ato infracional equiparado ao tráfico de drogas corresponde a um terço dos adolescentes

internados. Assim, os adolescentes já inseridos neste meio, sofrem a segregação e a repressão desta instituição, tendo o contato logo cedo com diversos tipos de facções. Após a saída da Fundação CASA, os adolescentes são alvos de preconceitos e exclusões. Dessa forma, a instituição, semelhantemente ao sistema prisional, não cumpre a função socioeducativa que se propõe.

O artigo 1º da Lei n. 7210/84, Lei de Execução Penal – LEP (BRASIL, 2012), estabelece que uma das funções das prisões corresponde à integração social do preso na sociedade, o que na realidade não acontece após o cumprimento da pena.

Primeiramente, é impossível a prisão ser um mecanismo eficiente de integração, pois com o intuito de alcançar este fim, o indivíduo é privado do convívio social. Baratta problematiza os termos “ressocialização” e “tratamento” comumente utilizados como funções da prisão. Estes termos menosprezam os presos e os colocam em uma situação de inferioridade. Em contrapartida, Baratta propõe que se utilize o termo reintegração, na qual ambas as partes estão em situação de igualdade e esta reintegração ocorre em uma via de mão dupla, dizendo ele que a “abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão” (BARATTA, 2002, p.3).

Nesse sentido, a citada pesquisa realizada pela Defensoria Pública (JESUS, 2011) também aponta que 57% dos acusados de tráfico de drogas não possuem antecedente criminal.

A mesma pesquisa aponta, ainda, que 27,75% dos condenados que não possuíam antecedentes receberam pena privativa de liberdade de 1 ano e 8 meses (equivalente, em geral, à pena por tráfico privilegiado – art. 33, §4º, lei 11.343/2006) e 13% que já tinham antecedentes também receberam a mesma pena.

Outro fator importante analisado pela pesquisa supracitada refere-se à quantidade de drogas; 17,20% dos réus condenados à pena de um ano e oito meses portavam menos de 30g de drogas. E, ainda, 10% dos condenados de cinco a sete anos portavam de 30g a 100g de entorpecentes.

Por fim, a mesma pesquisa identificou que apenas em 5,24% dos processos analisados houve a conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos, apesar da maior parte se enquadrar nos requisitos para a conversão.

Dessa forma, é de extrema importância o estudo para verificar qual o impacto no meio judiciário da decisão do STF de julgar inconstitucional a vedação das penas alternativas em casos de tráfico de drogas. Paulo Queiroz (2008) aponta que esta restrição não está conforme os princípios da proporcionalidade, individualização da pena e isonomia. E, ainda, é missão do juiz aplicar a lei apenas enquanto esta for coerente com a Constituição Federal, já que não está submetido aos ditames do positivismo.

2. OBJETIVOS

Objetivos gerais: A pesquisa visa analisar o impacto da decisão do STF através do HC 97.256/RS, consolidada pelo Senado Federal em resolução n.º 05/2012, no qual declarou inconstitucional parte do §4º do art. 33 da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), que vedava a aplicação de penas restritivas de direitos nos casos de crimes previstos no caput e no §1º do mesmo artigo.

Objetivos específicos: 1) Através de decisões judiciais da Comarca de Franca, no estado de São Paulo, a pesquisa pretende verificar se houve mudanças efetivas por parte dos atores do sistema de justiça criminal na concessão de penas restritivas de direitos em casos de tráfico de entorpecentes. 2) Nos casos em que foi negada a aplicação de penas alternativas, pretende-se analisar de forma qualitativa os principais argumentos utilizados que impedem que os direitos fundamentais dos julgados sejam garantidos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para concretizar os objetivos a pesquisa será realizada com base na consulta e na análise de decisões judiciais na Comarca de Franca (SP). Para isso, será utilizado o sistema de consulta completa do site do Tribunal de Justiça de São Paulo¹.

A consulta será realizada por meio de palavras-chaves com os seguintes termos: “penas alternativas” e “tráfico de drogas”. A escolha destes termos é justificada visto que os mesmos conseguem filtrar o maior número de casos dentro do tema da pesquisa. Além disso, entende-se que estas palavras-chaves são

¹ <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do?f=1>

neutras, por isso filtrariam tanto decisões judiciais que concederam penas restritivas de direitos, como as que negaram.

Inicialmente, haverá a construção dos referenciais teóricos dos dois primeiros capítulos do relatório científico, na qual aborda a “Guerra” às drogas no Brasil e a denegação de penas restritivas aos delitos da Lei de Drogas, através da revisão bibliográfica e do apontamento de suas contradições entre a teoria, conforme a declaração de inconstitucionalidade declarada pelo STF, e a realidade das decisões da Comarca de Franca – SP.

Em seguida, serão feitas análises quantitativas e qualitativas das decisões da Comarca de Franca – SP, sendo que a primeira abrangerá tanto situações que aplicaram a pena restritiva de direito, bem como aquelas que foram negadas. Posteriormente, será realizada a análise qualitativa das decisões denegatórias, para identificar aquelas que estabeleçam uma contradição à inconstitucionalidade reconhecida pelo STF e pelo Senado. Tais análises permitirão a redação dos dois últimos capítulos e a conclusão do relatório científico.

Pelo método quantitativo serão analisados os seguintes aspectos:

- 1) Concessão ou denegação de penas restritivas de direitos;
- 2) Quantidade, natureza e diversidade dos entorpecentes;
- 3) Elementos subjetivos do réu baseado no art. 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais);

Pelo método qualitativo, os seguintes pontos nortearão a pesquisa:

- 1) Argumentos utilizados para a denegação das penas restritivas de direitos, referentes a aspectos subjetivos do réu;
- 2) Reconhecimento ou não da Resolução nº 5 de 2012 do Senado Federal, nas decisões.

Ressalte-se que a viabilidade da utilização do método quantitativo e qualitativo deve-se ao fato de a Comarca de Franca facilitar a busca de dados, além de conseguir explorar as realidades regionais, visto que as atividades acadêmicas são desenvolvidas na cidade de Franca (SP), na UNESP.

O recorte temporal escolhido para a análise das decisões compreende o período de 2013-2016, sendo esta escolha justificada pelo fato da Resolução do Senado Federal, que suspendeu a expressão “vedada à conversão em penas restritivas de direitos” do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, ter ocorrido no ano de 2012.

4. FORMA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir da pesquisa bibliográfica sociológica e jurídica e através da análise de decisões judiciais da Comarca de Franca, os resultados obtidos serão submetidos a uma reflexão quantitativa e qualitativa a respeito da concessão ou não de penas restritivas de direitos. A pesquisa pretende através desta análise de decisões judiciais, compreender, nos casos em que as penas alternativas foram negadas, quais são os principais argumentos utilizados pelo poder judiciário que impedem que os direitos fundamentais dos julgados por tráfico de drogas sejam garantidos. Por fim, pretende-se analisar a quantidade, natureza e diversidade dos entorpecentes dos julgados e quais são os elementos subjetivos do réu, baseado no artigo 59 do Código Penal.

5. RESULTADOS

A pesquisa analisa as decisões judiciais da Comarca de Franca para dimensionar qual o impacto da decisão do STF de julgar inconstitucional a vedação da aplicação de penas restritivas de direito em caso de tráfico de drogas. Constata-se, por meio da dialética, que há uma grande contradição entre a teoria e a prática. O poder judiciário, apesar do Senado Federal já ter suspenso tal vedação, continua coibindo o direito fundamental dos julgados de ter uma pena individualizada de acordo com as especificidades de cada caso. Assim, através da análise dos julgados verifica-se que ainda não há ampla aplicação da conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos, mesmo que tenha se enquadrado em todos os requisitos.

Dessa forma, a pesquisa ainda encontra-se em andamento, sendo que ao final, pretende-se realizar uma abordagem acerca da “guerra” às drogas no Brasil e da legislação da lei de drogas, inclusive da Resolução n. 05 do Senado Federal de 2012. Em segundo lugar, pretende-se obter uma análise quantitativa a respeito dos julgados de Franca que concederam ou não penas restritivas de direito. Por fim, será

realizada uma análise qualitativa dos argumentos utilizados para a denegação das penas restritivas de direito.

6. CONCLUSÃO

Por meio da análise das decisões da Comarca de Franca, após o STF ter julgado inconstitucional a vedação da aplicação de penas alternativas em casos de tráfico de drogas, depreende-se que, apesar da individualização da pena ser um direito fundamental, na prática os direitos dos julgados não estão sendo efetivados. Dessa forma, a legislação penal, apesar de conter diversas garantias, continua sendo utilizada com o alvo principal de repreender indivíduos de camadas sociais menos favorecidas.

Nesse sentido, a pesquisa verifica qual o real impacto na Comarca de Franca da decisão do STF de assegurar o direito fundamental em tela. Nos casos em que a pena restritiva de direito foi denegada, a análise dos argumentos é essencial para identificar quais as barreiras ainda devem ser transpassadas para que realmente haja observância das garantias constitucionais dos julgados.

REFERÊNCIAS

ANCEL, Marc. **A nova defesa social: Um movimento de Política Criminal humanista**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. VadeMecum. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. VadeMecum. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**. VadeMecum. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Resolução Nº 05, de 15 de fevereiro de 2012. **Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução de parte do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Congresso/RSF-05-2012.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11343/06**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **A Política Criminal de Drogas no Brasil (do discurso oficial às razões da descriminalização)**. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Direito. Florianópolis, 1996.

GLOBO.COM. **AM supera PE e lidera ranking de superlotação em presídios; Brasil tem 270 mil presos acima da capacidade.** Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/am-supera-pe-e-lidera-ranking-de-superlotacao-em-presidios-brasil-tem-270-mil-presos-acima-da-capacidade.ghtml>> Acesso em 10 fev. 2017.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **Prisão provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. 2011.

Disponível em:

<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2011.12.20_Pris%C3%A3o%20Provis%C3%B3ria%20e%20Lei%20de%20Drogas%20%E2%80%93%20Um%20estudo%20sobre%20os%20flagrantes%20de%20tr%C3%A1fico%20de%20drogas%20na%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

QUEIROZ, Paulo. **Vedação de pena restritiva de direito na nova lei de drogas**. Disponível em: <<http://www.pauloqueiroz.net/vedacao-de-pena-restritiva-de-direito-na-nova-lei-de-drogas/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

SALOTTI, Carolina Sabbag. BORGES, Paulo César Corrêa. **O aumento do encarceramento feminino no Brasil e a não hediondez do crime de tráfico privilegiado**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 24, nº288, ISSN: 1676-3661, novembro/2016.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda Santos. **A defesa social, as escolas penais e as relações de poder no sistema punitivo**. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1b356667c9a682f8>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

UOL. **Governo de Roraima divulga lista com nomes de presos mortos**.

Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/07/governo-de-roraima-divulga-lista-com-nome-de-presos-mortos.htm>> Acesso em 08 fev. 2017.

A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM EM UMA APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES: investigações preliminares

PEREIRA, Camila Oliveira – Uni-FACEF
BENEDITO, Luara Ferreira – Uni-FACEF
IVAN, Maria Eloísa de Souza – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso trabalho de conclusão de curso, TCC, sobre a obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, de Clarice Lispector.

De acordo com Gotlib (1995), o romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, publicado em 1969, tem gerado curiosidade e certa polêmica tanto no ambiente acadêmico como nos leitores em geral. Mantendo uma escrita de cunho existencialista e de introspecção psicológica, o livro é considerado “mais simples”; trata-se de uma história de amor narrada de forma menos fragmentária, se comparado a seus romances anteriores. A história se constrói a partir da relação amorosa entre Ulisses, professor de filosofia, e Lóri, professora primária, que vem do campo para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro.

Para Ma Lin (2015), o romance constrói-se a partir do movimento das relações entre duas pessoas envolvidas no jogo amoroso: um homem, Ulisses, professor de filosofia e uma mulher, Lóri, que vem do campo para o Rio de Janeiro, onde trabalha como professora primária. Não há como deixar de notar a sugestão mítica dos dois nomes: Lóri é Loreley, sereia segundo a lenda germânica; já Ulisses é o herói da *Odisséia*, que viaja pelos mares e não se deixa ser seduzido pelo canto das sereias.

A busca da identidade é um dos principais temas da obra. Tema esse que figura na escrita clariceana desde sua obra de estreia, *Perto do coração selvagem* (1943). Utilizando-se da exposição da realidade interior e da penetração psicológica por meio do monólogo interior, do tempo subjetivo e da memória como fontes criadoras da realidade, Lispector vai descortinando suas personagens para o leitor.

Diante do exposto, dizemos que *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1969, de Clarice Lispector, foi a obra escolhida como *corpus* do nosso trabalho de conclusão de curso, TCC, cuja problematização destaca a discussão em torno da construção da personagem como elemento estruturante desta narrativa.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso TCC, cujo propósito é verificar, por meio de uma leitura interpretativa, os mecanismos utilizados por Lispector na construção da personagem feminina deste romance. A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, que privilegia uma discussão em torno da construção da personagem no romance.

A fundamentação teórica da pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Bosi (1994) e Candido & Castello (2001), para falar do Modernismo Brasileiro e da contextualização da autora; Almeida (2009), Candido (1977; 1996), Gotlib (1995), Ivan (2001; 2005; 2008; 2015), Ma Lin (2015), Nunes (1995) e Rosenbaum (2002), para abordagem tanto dos traços estilísticos, quanto da vida e obra de Clarice Lispector. Finalmente, para tratar sobre o processo de construção da personagem narrativa serão utilizados, sobretudo, as reflexões de Antonio Candido (2004) e Brait (2004).

Desse modo, o artigo que aqui se apresenta expõe a justificativa, os objetivos bem como a metodologia de pesquisa de nosso TCC, permeados pelas leituras iniciais e até aqui realizadas.

2. JUSTIFICATIVA - A AUTORA E SUA OBRA

O encantamento pelas obras de Clarice Lispector é algo que se faz presente em nossas vidas desde antes do Ensino Médio, nos provocando e nos causando o “estranhamento” necessário a cada nova leitura, e como acreditamos ainda ter muito a falar sobre Lispector, desejamos continuar com a pesquisa já iniciada com os contos da autora em nosso artigo; porém, agora, avançando em águas mais extensas e profundas, por isso, escolhemos o romance. A escolha surgiu a partir de discussões com a nossa orientadora sobre qual obra escolheríamos para

a pesquisa; foram apresentadas a nós várias obras de Clarice Lispector, porém nos identificamos mais como romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1969, acima referenciado.

No romance, Clarice Lispector aborda o encontro pessoal e interior da protagonista Lóri e a aprendizagem do prazer de viver e de amar. A relação entre a protagonista e a realidade exterior se apresenta de maneira internalizada. Lóri empreende sua travessia a partir da procura de sua própria identidade, que se constrói pela linguagem em uma fala interiorizada e em uma escrita voltada para autoconhecimento. A narrativa inovadora, de uma perspectiva feminina e com as características temáticas e textuais que compõem um jogo narrativo, constrói o processo de aprendizagem de Lóri e mostra como ela interage com o mundo e com a realidade de maneira subjetiva (MA LIN, 2015).

Assim, escolhemos esta obra como *corpus* do nosso TCC, por se tratar de uma obra menos estudada que outras da autora, trazendo em seu bojo, mais do que uma história de amor, uma história de descoberta de si, também pelo olhar do outro, ou a busca da identidade, tema constante da poética de Lispector.

Desse modo, este projeto de pesquisa justifica-se, inicialmente, pela importância de Clarice Lispector dentro do contexto da Literatura Brasileira, destacando-se como um dos clássicos de nossa literatura, que continua conversando com o leitor de todos os tempos e espaços. O projeto se apresenta, então, como roteiro de leitura a ser seguido na elaboração de nosso trabalho de conclusão de curso, acerca da obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969) de Clarice Lispector, que aborda, como tema central, a busca da identidade da personagem feminina, Lori, e seu romance com Ulisses.

Segundo Gotlib (1995), esse romance foi publicado em 1969 pela editora *Sabiá*. Quando, exatamente, o escreveu, Lispector não menciona, mas informa com precisão o tempo que levou trabalhando nele: nove dias.

Lispector dizia que não gostava desse livro, embora não esclarecesse as razões. Mas estava ciente de que ele agradou várias pessoas. E segundo Gotlib (1995, p. 387), afirma que: “É um livro... é uma história de amor. E duas pessoas já me disseram que aprenderam a amar através desse livro. Pois é”.

Para Ma Lin (2015), o título do romance – *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* – dá aos leitores a impressão de que “aprendizagem” e “prazer” são dois assuntos sem relação, tratando-se de duas palavras que permitem

compreender o romance como aprendizagem ou como livro dos prazeres pela própria leitura. No entanto, ao ler o livro, descobre-se que se trata de um processo de aprendizagem em que a protagonista, Lóri, obtém, pouco a pouco, o conhecimento de si, do outro e do mundo.

Ainda conforme a estudiosa, desde a obra de estreia, *Perto do coração selvagem* (1943), a escrita clariceana trata da questão da identidade com a penetração psicológica e a exposição da realidade interior da personagem.

Ao destacar sobre a construção da personagem no romance, Candido (2004) comenta que a natureza da personagem depende em parte da concepção que preside o romance e das intenções do romancista, sendo que cada traço adquire sentido em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade, depende, sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. O ensaísta afirma que esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecerem mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos. Lóri nos convence e nos faz acreditar que seja possível de existir.

A esse respeito, Brait (2004) afirma que a sensibilidade de um escritor, a sua capacidade de enxergar o mundo e pinçar nos seus movimentos a complexidade dos seres que o habitam realizam-se na articulação verbal. Lispector recria, por meio da linguagem, o mundo em que se movimentam suas personagens e, conseqüentemente, Lóri, de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969). Entender o processo de construção dessa personagem e os efeitos de sentido daí revelados é o que desejamos abordar em nossa pesquisa.

Assim, dizemos que a relevância do tema a ser apresentado nesta pesquisa está em ampliar a discussão em torno da poética clariceana, principalmente, no que se refere à construção da personagem, bem como da recepção crítica da obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1969, por ser uma obra ainda pouco explorada, se comparada a outras obras clariceanas. Para, além disso, Clarice Lispector é um clássico e, portanto, continua conversando com os leitores de todos os tempos e espaços, já que aborda em suas obras a condição humana. Este trabalho orienta-se por uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja metodologia utilizada será apresentada na sequência dos objetivos.

3. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso TCC, cujo propósito é verificar, por meio de uma leitura interpretativa, os mecanismos utilizados por Lispector na construção da personagem feminina do romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, (1969), Lóri, ou Loreley.

A partir da construção da personagem Lóri, a autora materializa um discurso que provoca e incomoda o leitor diante do processo de autoconhecimento e busca pela identidade vivenciada pela personagem Lóri, que passa por diversas situações e sensações, as quais a fazem refletir e se auto descobrir.

Parte-se da hipótese de que apesar dos inúmeros trabalhos publicados periodicamente sobre a obra de Lispector, há, ainda, muito a se dizer já que a poética da autora pode ser vista como atemporal, universal, que reflete os questionamentos do homem de todos os tempos e lugares, continuando a provocar o leitor, possibilitando-lhe um alargamento de horizonte de expectativa e um novo olhar sobre si mesmo e o mundo que o cerca. A fim de melhor compreendermos a estrutura deste romance, bem como a autora e seu percurso literário, será apresentado um estudo acerca da construção da personagem no romance, bem como da estrutura do romance como forma literária que se compõe dentro de um contexto de tradição e renovação. Completam nossa pesquisa uma contextualização da autora, bem como de sua poética, enfatizando-se a obra aqui apresentada,

Assim, por meio de uma leitura analítica e interpretativa, objetiva-se uma análise textual, em que se verificam os mecanismos de construção da personagem criados pelo discurso clariceano no romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969), evidenciando-se a personagem Lóri, protagonista da obra. Para tanto, será utilizado o método dedutivo, posto que se parte de noções gerais para se chegar a resultados específicos.

4. METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se, conforme dito acima, a construção da personagem como elemento estruturante da narrativa.

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área de Literatura Brasileira, cujo respaldo teórico provém de pesquisa bibliográfica, tanto no que diz respeito à contextualização da autora Clarice Lispector e sua obra, principalmente no romance *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1969, *corpus* desta pesquisa.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa aponta questionamentos os quais se propõe a responder, o nosso trabalho apresenta as seguintes indagações:

- 1) Como se constitui o discurso literário, principalmente dentro de um contexto de tradição e renovação que marca o discurso do Modernismo Brasileiro e qual a contribuição da terceira geração do movimento, à qual Clarice Lispector pertence?
- 2) Como se constitui a estrutura romanesca como forma literária que se compõe dentro de um contexto de tradição e renovação?
- 3) Como se dera a recepção crítica à obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1969?
- 4) Quais os mecanismos de construção da poética clariceana, mais especificamente aqueles presentes em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969)?
- 5) Quais os mecanismos utilizados por Lispector para a construção da personagem Lóri, protagonista do romance?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marília Murta de. **Um Deus no tempo ou um tempo cheio de Deus**: um estudo sobre o temporal e o eterno em Clarice Lispector. 2009, 177f. (Dissertação de Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 42. ed. São Paulo: Editora Pensamento-CultrixLtda, 1994.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A personagem**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

CANDIDO, A. **No raiar de Clarice Lispector**. In _____: *Vários escritos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

_____, et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. No começo era de fato o verbo. In: LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Edição crítica, coord. Benedito Nunes. 2. ed. São Paulo: Allca XX, 1996.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira: Modernismo História e Antologia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GOTLIB, Nádía B. **Clarice**: uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.

IVAN, Maria Eloísa de Souza. **Um narrador e sua criatura**: uma leitura do duplo em **Um sopro de vida**, de Clarice Lispector. São Paulo, 2015. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo/SP.

_____. **Acrônica como arena de debate na poética clariceana**. São Paulo: ABRALIC, 2008. Disponível em:
<http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/008/MARIA-IVAN.pdf> Acesso em: 15 de maio 2017.

_____. O leitor e o texto: o diálogo possível. In: _____. **Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, NUCLEUS. 2005, p. 103-112.

_____. **A hora da estrela: uma narrativa especular**. Araraquara, 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Araraquara/SP.

Ma, Lin. **A formação da mulher em Uma Aprendizagem ou o livro dos prazeres, de Clarice Lispector**. 2015, 105f. (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, 2015.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

NUNES, Benedito. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

ROSENBAUM, Yudith. **Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002.

A DIALÉTICA URBANA: a cidade como espaço de dominação capitalista e de superação do capital

VIEIRA, Jacques Felipe Iatchuk – UNESP
BARBOSA, Agnaldo de Sousa – UNESP

1. A REFORMULAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Para que seja possível entender a fundo a questão da cidade, na forma como está moldada pelo capitalismo neoliberal, enquanto espaço que se estrutura para tolher o espírito revolucionário da classe trabalhadora, se faz importante um olhar mais atento sobre a reformulação da lógica dos espaços públicos e privados, e, de forma acentuada, a mudança do papel da moradia nesse quadro.

O desenvolvimento histórico do capitalismo fez com que as cidades cada vez mais fossem pensadas para favorecer o capital. Dessa forma, progressivamente os espaços públicos foram sendo tomados por interesses de poucos particulares, sempre tendo em vista não apenas a manutenção do sistema vigente, mas também o aprofundamento das diferenças de classe e a radicalização da concentração de renda. O exemplo mais evidente desse fato é o planejamento urbano de Georges-Eugène Haussmann, por ordens de Napoleão III, para a dita modernização de Paris, a partir da segunda metade do século XIX, e que se apresentou como o grande referencial de como lidar com a questão urbana para todo o mundo ocidental até a segunda metade do século XX.

Hausmann, por meio de seu projeto para um novo período da capital francesa, não se limitou a reestruturar a lógica das ruas fisicamente: através das reformas postas, catalisou a tomada de consciência daquilo que Walter Benjamin assinala como “o caráter desumano da grande metrópole” (BENJAMIN, 2013, p. 41). A modernização de Paris reforçava de maneira até então nunca vista a lógica da segregação urbana e da cidade enquanto instrumento a serviço do capital. Para compreender tal afirmação, se fazem necessárias as análises de dois aspectos diferentes (mas que se põem, em fundo, por uma mesma causa) desse projeto: a) o aspecto físico das mudanças e b) o aspecto econômico que motiva a reorganização.

No que tange as mudanças físicas planejadas por Haussmann, para além da necessidade de trazer mais prestígio ao governo golpista de Napoleão III

com grandes eventos de inaugurações de obras que poderiam parecer meramente técnicas (dando um novo caráter artístico a estas), o objetivo principal era impedir ao máximo a viabilidade física de barricadas e demais instrumentos de resistência da população em casos de novas revoltas populares, ao passo que também iniciava um processo mais acentuado de marginalização das classes trabalhadoras e de segregação urbana. Assim, a própria organização do espaço urbano serviria como arma de manutenção do governo e do sistema postos contra quaisquer manifestações mais violentas por parte das classes oprimidas, assim como de reafirmação da diferença de classes. Benjamin confirma isso ao dizer:

A verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris. (...) Haussmann quer impedi-las de duas maneiras: a largura das avenidas deveria tornar impossível erguer barricadas e novas avenidas deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Os contemporâneos batizam esse empreendimento de "*embellissement stratégique*" [embelezamento estratégico] (BENJAMIN, 2013, p. 42).

Ao mesmo tempo, as transformações da cidade tiveram em seu cerne uma profunda influência da situação econômica pela qual atravessava a França no dado período. Era preciso que surgisse algum fator novo que pudesse dar conta tanto do capital excedente ocioso quanto da grave crise de desemprego que atingia toda a Europa, principalmente a partir de 1848. O que foi conseguido por meio desse contundente investimento em grandes obras de infraestrutura, tanto interna quanto externamente. Ou seja, o processo conduzido por Haussmann conseguiu dar emprego à classe trabalhadora desempregada ao fazê-la construir os monumentos que eram financiados pelo excedente de capital ocioso que se fazia presente.

No entanto, essa solução "mágica" de Haussmann não consegue resolver o problema de forma definitiva. Pelo contrário, apenas faz com que sejam necessárias novas reformas urbanas ainda mais violentas, já que as anteriores resultam também na geração de um excedente de capital ocioso, e apenas transferem a pobreza e a falta de estrutura urbana para outras localidades. Sobre isso, Engels aponta brilhantemente:

Na realidade, a burguesia só tem um método para resolver a questão da moradia do *seu* jeito – isto é, resolvê-la de tal maneira que a solução sempre volta a suscitar o problema. Esse método se chama de "*Haussmann*". (...) Os focos de epidemias, as covas e os buracos mais infames em que o modo de produção capitalista trancafia nossos trabalhadores noite após noite não são eliminados, mas apenas *transferidos*

para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os gerou no primeiro local também os gerará no segundo (ENGELS, 2015, p. 104-108).

De maneira impressionante, esse processo cíclico de reformas urbanas em defesa da burguesia continuou ocorrendo por todos os principais pontos do mundo ocidental, mesmo que sofrendo pequenas reformulações táticas de tempos em tempos, sem, com isso, perder sua essência haussmanniana (HARVEY, 2012). Dentre as citadas reformulações táticas ocorridas, faz-se importante ressaltar a centralidade que Robert Moses (que comandou um processo parecido ao de Haussmann na Nova York da década de 1940) deu à questão da casa própria, ao passo que realizou intensa suburbanização da metrópole, e os efeitos que isso teve na organização da sociedade a partir de tal momento.

A partir do momento em que entra em cena a casa própria subsidiada para a classe média, o panorama político é alterado. Isso porque ocorre uma mudança no foco dessa parcela da população, que coloca em segundo plano as ações em comunidade para dar prioridade a questões de âmbito mais individualista, como a defesa da propriedade privada e das identidades individualizadas, o que acaba por propagar de forma mais facilitada o conservadorismo entre essa parcela. Quando se conquista um elemento de diferenciação clara das classes mais baixas e que se faz tão importante para a organização do núcleo familiar e da vida privada, como a casa própria, acaba por haver um recuo na disposição em participar de movimentações que exigem mudanças mais radicalizadas (como, por exemplo, greves), já que ao mesmo tempo há melhor condição de vida e mais a arriscar participando de tais movimentações. Isso é um dos fatores que ajuda a entender, por exemplo, a reorganização do voto dessa classe em direção do Partido Republicano, nos EUA (HARVEY, 2012, p. 77). Com tal processo, conseguiu-se que a casa própria se tornasse mais um dos elementos da estrutura urbana a servirem como instrumento para a desmobilização política da classe trabalhadora. Reitera-se, portanto, também por meio da oferta de moradia, a cidade enquanto espaço de constante defesa do capitalismo (HARVEY, 2014, p. 13-14). No entanto, há também outra perspectiva de análise a respeito da questão da moradia que se faz necessária para que seja possível entender de forma mais completa seu papel no ambiente capitalista atual, radicalizado pela pós-modernidade e pelo avanço brutal do neoliberalismo nas últimas décadas.

A partir de certo momento do desenvolvimento da humanidade, ocorreu uma alteração na forma como a moradia era concebida, alteração que se fez mais intensa a partir da ascensão do capitalismo como forma estabelecida de civilização. Os espaços de habitação coletiva (onde moravam e conviviam diuturnamente diferentes pessoas e famílias) foram sendo cada vez mais postos de lado em favor da busca pelo lar familiar. Ou seja, houve uma mudança na concepção da habitação, que abandona o caráter mais “público” e de grande interação social para dar prioridade a uma visão mais intimista e particular de moradia, que vai cada vez mais se restringindo a uma quantidade menor de pessoas. Até chegar ao modelo predominante hoje em dia, no qual as casas se fazem habitadas por um núcleo familiar bastante reduzido ou, até mesmo, por apenas um indivíduo (ROLNIK, 1988, p. 48-49). Não se pode, no entanto, deixar de mencionar que esse processo, assim como grande parte das mudanças comportamentais da sociedade, se deu “de cima para baixo”, sendo conduzida em primeiro momento pelas classes mais abastadas. Isso tem muito a ver com o fato de a moradia adquirir cada vez mais forte o caráter de mercadoria, que evidencia status social (principalmente quanto maior a relação inversamente proporcional entre o tamanho da habitação e a quantidade de habitantes).

Por isso, a moradia (enquanto espaço concebido para o abrigo e o relacionamento particular entre familiares, mas também como fonte de maior status social) se coloca como elemento indispensável de se analisado, para que seja possível entender as movimentações do capitalismo, pela influência que passou a exercer sobre a organização social dos cidadãos, principalmente devido ao fato de, com o passar do tempo, ser cada vez mais fulcral no que diz respeito à formação da identidade e da individualidade das pessoas. E, novamente, serve para reforçar e explicar a tese do conservadorismo gerado pela suburbanização implementada por Moses nos EUA da década de 1940.

Com essa mudança de caráter da habitação, esse espaço vai se tornando cada vez mais o local principal da vida privada do indivíduo, em contraposição ao espaço público da rua e o espaço de dominação do capital que é o ambiente de trabalho.

Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é seu complemento. O homem privado, realista no escritório, quer que o intérieur

sustente as suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais aguda quanto menos ele cogita estender os seus cálculos comerciais às suas reflexões sociais. Reprime ambas ao confirmar o seu pequeno mundo privado. Disso se originam as fantasmagorias do "interior", da interioridade. Para o homem privado, o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu salon é um camarote no teatro do mundo. [...] o centro de gravidade do espaço existencial se desloca para o escritório. O seu contraponto, esvaziado de realidade, constrói seu refúgio no lar (BENJAMIN, 2013, p. 37-38).

Ao mesmo tempo, em decorrência da modernidade, levada a cabo pelo projeto de urbanismo de Haussmann, começa a haver uma tomada cada vez maior do caráter público das ruas pelo domínio e pela lógica destruidora do capital. Uma característica muito relevante dessa alteração, qual seja, a destruição da aura da obra de arte em decorrência da “velocidade” da modernidade, foi brilhantemente exposta por Baudelaire em um de seus pequenos textos, *Perda da Auréola*, que posteriormente é analisado por Benjamin. Trata-se de um diálogo entre o poeta (que representa ali o próprio Baudelaire) e um passante que o reconhece mesmo em meio ao caos urbano. Tendo isso em vista, o diálogo se dá nos seguintes termos:

- Ora, ora, meu caro! O senhor! Aqui! Em local mal afamado – um homem que sorve essências, que se alimenta de ambrosia! De causar assombro, em verdade. – Meu caro, sabe do medo que me causam cavalos e veículos. Há pouco estava eu atravessando o bulevar com grande pressa, e eis que, ao saltar sobre a lama, em meio a este caos em movimento, onde a morte chega a galope de todos os lados ao mesmo tempo, minha auréola, em um movimento brusco, desliza de minha cabeça e cai no lodo do asfalto. Não tive coragem de apanhá-la. Julguei menos desagradável perder minhas insígnias do que me deixar quebrar os ossos. E agora, então, disse a mim mesmo, o infortúnio sempre serve para alguma coisa. Posso agora passear incógnito, cometer baixezas e entregar-me às infâmias como um simples mortal! Eis-me, pois, aqui, idêntico ao senhor, como vê! [...] Além disso apraz-me o pensamento que um mau poeta qualquer a apanhará e se enfeitará com ela, sem nenhum pudor. Fazer alguém ditoso – que felicidade! Sobretudo alguém que me fará rir! Imagine X ou Y! Não, isto será burlesco! (BENJAMIN, 1989, p. 144).

A modernidade, assim, traz estímulos cada vez maiores e mais rápidos, e que são catalisados pela pós-modernidade, de forma que se fazem quase incessantes no mundo atual (não só pelos automóveis mais velozes das ruas, mas também pelo excesso constante de propagandas e a demanda inesgotável de atenção por meio de celulares, smartphones e tablets). Isso gera uma necessidade de um permanente “estado de atenção” das pessoas, que sempre têm de estar prontas a raciocinar mais e mais para seguirem suas vidas. Por consequência, há

um empobrecimento das funções pré-conscientes, como a própria criatividade (e, com ela, a capacidade de pensar a transformação), assim, há a morte da aura.

Maria Rita Kehl apresenta a hipótese² de que o elemento que se apresenta para tomar o lugar da aura do poeta no espaço das ruas cheias e velozes da modernidade é o fetiche. Comprova-se isso ao verificar que não é possível transitar pelo ambiente urbano de cidades desenvolvidas, em qualquer lugar do mundo, sem ser absolutamente “bombardeado” pelos mais diversos meios de propagação e reiteração da lógica do capital: anúncios comerciais que buscam seduzir a população para adquirir algum serviço (com destaque para a utilização de famosos nesses anúncios, a fim de introduzir no subconsciente da população que haverá uma aproximação subjetiva à posição daqueles caso o serviço seja adquirido); vitrines que expõem diversos produtos (em geral totalmente desnecessários à vida do trabalhador) a serem adquiridos para provar uma aparência de ascensão no status social. O capital exige uma constância tão incessante de propagação do modo de civilização atual que até os meios de transporte coletivos (inclusive quando são públicos) são tomados pelo marketing inexaurível. Vide a presença certa em ônibus e metrô de televisões com “programação especial” e quantidades assustadoras de banners, placas e plotagens de publicidade.

Essa constatação mostra que houve uma nova reformulação das lógicas espaciais dentro da cidade. O capitalismo não restringiu o seu domínio sobre o espaço de trabalho, mas aos poucos foi tomando, também, o espaço das ruas, de forma a reduzir cada vez mais a interação e a lógica do público nesse local. Estabeleceu-se, assim, no espaço das ruas, uma razão artificial de dominação planejada para reforçar e manter o capitalismo. Faz-se como a realidade artificial de Matrix (1999), arquitetada exclusivamente a fim de servir como grande instrumento de manutenção da dominação das máquinas sobre os humanos, sem que estes percebam que vivem sob tal espectro.

Chegando ao ponto de, como será melhor explicado no próximo capítulo, na pós-modernidade, associado ao processo radicalizado de segregação espacial que se deu em todo o período posterior a Haussmann, estabelecer o

² Maria Rita Kehl: Por uma cidade sem carros! – Durante o seminário Cidades Rebeldes – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=28Mf1nO2kYY>

espaço das ruas como de domínio quase exclusivo da mentalidade do capital, não sendo mais sinônimo de confraternização ou mesmo interação pública. Raquel Rolnik explica:

Para a burguesia, o espaço público deixa de ser a rua – lugar das festas religiosas e cortejos que engloba a maior variedade possível de cidades e condições sociais – e passa a ser a sala de visitas, ou o salão (ROLNIK, 1988, p. 49).

Dessa forma, acaba por ocorrer uma desumanização das pessoas e é reforçado o regime pós-moderno de individualismo autocentrada das pessoas, seguindo o fundamento alienante do capital, também pela reelaboração da cidade. O que demonstra novamente como estava correto Robert Park (1967, p. 3) ao afirmar que ao alterarmos a cidade estamos modificando a nós mesmos.

2. O ELEMENTO SUBJETIVO DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

As cidades são o principal espaço de reprodução da força de trabalho; no entanto, seu papel não está restrito apenas ao fornecimento do lugar (o “chão”) onde se concretiza a reprodução social do capital; as cidades, a partir das características ligadas, principalmente, ao planejamento urbano, também definem a forma como essa reprodução se dará. As cidades são também um “grande negócio”. Segundo Ermínia Maricato,

Ela (a cidade) é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2014, p. 20).

As cidades constituem um complexo urbano construído historicamente e socialmente, sendo sua apropriação, notadamente, desigual; portanto, é inerente às cidades a relação dialética entre os interesses das classes sociais. Em outras palavras, a cidade é um espaço de disputa de classe.

Justamente por isso, o encadeamento de reformas pautadas por Haussmann sempre teve também o componente de diferenciação de classe em seu cerne. Como exposto, ao mesmo tempo em que reformava a estrutura física da cidade para se adequar a um novo padrão técnico, estético e político (utilizando-se disso, simultaneamente, para dar destino ao capital excedente ocioso e resolver em

parte a questão do desemprego urbano), esse projeto marginalizava fisicamente a classe trabalhadora, jogando-a para áreas mais pobres, de menor qualidade estrutural. A partir da ascensão do Estado de Bem-Estar Social, os processos similares realizados ao redor do mundo somavam a esses fatores a ausência de serviços públicos (que, quando lá estavam, não tinham qualidade). Afinal, tendo em mente que o território urbano é tratado como mercadoria pelos capitais, a disponibilidade de serviços públicos de qualidade em um local valoriza-o amplamente (MARICATO, 2015, p. 23). Mas, se as classes mais baixas e a alta burguesia se encontram sob as regras do mesmo direito urbano positivado, por que esta, e não aquelas, consegue as vantagens econômicas e sociais aqui apresentadas? A resposta para essa pergunta, como dito por Marx (2013, p. 309), está no fato de que, quando o Direito a que estão submetidas é o mesmo, quem determina como as coisas se darão é a força.

Sobre essa segregação espacial com a função clara de diferenciação de classes, podemos tomar o exemplo do Brasil. Ele, enquanto país latino-americano situado na periferia do capitalismo mundial, apresenta uma realidade histórica e econômica pautada na desigualdade social, na escravidão, no colonialismo e na dependência econômica. Grande parte da população urbana vive em áreas ocupadas e afastadas dos centros políticos e econômicos. Essa enorme parcela da população que é segregada política e espacialmente forma o exército de reserva que vende sua força de trabalho para a própria subsistência - vale destacar que essa subsistência não se dá nos moldes da antiguidade ou da modernidade, mas dentro da atual reestruturação dos mecanismos de reprodução do capital, fortemente pautados na economia de consumo. Portanto, o planejamento urbano brasileiro atual possibilita determinar, com mínima margem de erro, quem tem o poder político e econômico a partir da simples localização de sua residência. No entanto, no período colonial, a situação era diferente. Raquel Rolnik explica isso de forma magistral:

Como no burgo medieval, na cidade colonial não existem regiões/trabalho e regiões/moradia, praças da riqueza, praças da miséria. Isto evidentemente não quer dizer que não existiam nestas cidades diferenças de classe ou posição social. Pelo contrário: as distâncias que separavam nobres e plebeus, ricos (...) de pobres (...) eram enormes. Estas distâncias, assim como as distâncias entre senhores e escravos nas cidades brasileiras, não eram físicas. Ricos, nobres, servos, escravos e senhores poderiam estar próximos fisicamente porque as distâncias que os separavam eram expressas de outra forma: estavam no modo de vestir, na gestualidade, na

atitude arrogante ou submissa e, no caso brasileiro, também na própria cor da pele. (...) Assim a mistura de brancos e negros nas ruas e nas casas da cidade era possível porque a distância que os separava era infinita. O respeito e hierarquia introduziam a diferença social na vida comunal (ROLNIK, 1988, 45-46).

A partir do momento que houve mudança na organização social, com a abolição da escravidão pela Lei Áurea em 13 de Maio de 1888, se fez necessário também o distanciamento entre essas classes (e raças) para reafirmar a superioridade da burguesia.

Mas esse processo de segregação das classes no ambiente urbano não gerou consequências de âmbito meramente físico, de distanciamento espacial. A não coexistência territorial das classes e a necessidade de reiteração da hierarquia por meio de diferentes espaços físicos dentro de ambientes iguais, inclusive, acabaram por aprofundar ainda mais o distanciamento de espectro subjetivo entre esses diferentes estratos sociais. De forma mais clara, a ideia enraizada de que a classe trabalhadora era inferior (inclusive em sua humanidade) à burguesia ganha, a partir disso, contornos espaciais para demarcar essas diferenças. Assim, prega a mentalidade do capital, quanto menos infraestrutura presente em um determinado bairro, proporcionalmente menor é a humanidade e o valor das pessoas ali residentes. Bairros mais pobres, quando (e apenas em casos extremos isso acaba por ocorrer) são visitados, por qualquer motivo que seja, pelas classes mais altas, são vistos como verdadeiros zoológicos humanos, já que as pessoas ali presentes são vistas como animais.

Aqui, é importante ressaltar que, em geral, devido aos processos históricos estabelecidos no Ocidente, esses espaços, assim como no exemplo dado do Brasil, são habitados por negros. Estes, que mesmo gerações depois continuam tendo de arcar com as mazelas da escravidão, foram colocados na base da pirâmide social, sendo os mais pobres dentre os trabalhadores pobres. Do que resultou o fato de que bairros extremamente mal estruturados apresentaram uma predominância de moradores negros. Não é possível discutir as políticas urbanas ignorando as influências do recorte de raça.

Também o recorte de gênero se faz indispensável. Isso porque a formação histórica das sociedades ocidentais, de âmago profundamente machista, reiteradamente determinou os lugares (física e moralmente) adequados e acessíveis, ou não, às mulheres.

Em consequência de tudo isso, seguindo a lógica de que não é possível ou aceitável a interação entre representantes de pontos diferentes da hierarquia social, fica cada vez mais presente no imaginário das classes abastadas a ideia de que “a rua é a terra-de-ninguém perigosa, que mistura classes, sexos, (..) posições na hierarquia” (ROLNIK, 1988, p. 50).

Consequentemente, entra em cena uma ostensiva cultura do medo em relação ao espaço público das ruas. Cultura do medo essa que continua amplamente atuante nos dias de hoje (mas atingindo já, de forma muito forte, também as classes mais baixas), haja vista a abordagem de caráter absolutamente sensacionalista e violento nos meios de comunicação. Essa cultura do medo, no Brasil, tem em José Luiz Datena seu maior representante, com uma incessante cobertura de crimes bárbaros sendo explicados aos berros pelo apresentador.

Por meio disso, estabelece-se um medo das ruas que reforça o já citado fato de que elas perdem seu caráter público de interação e integração, passando a servir quase que exclusivamente aos interesses do capital.

3. A CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DA CIDADE NAS LUTAS POPULARES

O fato de as ruas perderem grande parte de seu caráter público e se tornarem um dos principais instrumentos de domínio pela alienação e pelo fetiche, no entanto, as torna também o espaço mais apropriado para que as lutas sociais se estabeleçam. Por isso, a apropriação dos espaços públicos, das ruas e das praças, se faz como o principal meio de instrumento de enfrentamento ao sistema e reivindicação de direitos. Fato amplamente verificável pela facilidade com que se associam diversas lutas, nos últimos séculos, a espaços públicos sob controle (direto ou indireto) das classes dominantes: a Primavera Árabe que, entre outros espaços, traz grande destaque à ocupação da Praça Tahrir no Egito por mais de um milhão de pessoas, em 2011, em busca de democracia real no Egito e no mundo árabe; o movimento de tomada da praça de Wall Street, centro do capitalismo financeiro global, pelos “99%”, contra a desigualdade econômica e social; os protestos massivos que tiveram como local a Praça da Sé e a Cinelândia no processo das Diretas Já, no Brasil, na primeira metade da década de 80; as

marchas organizadas por Martin Luther King de Selma a Montgomery reivindicando o direito ao voto para a população negra norte-americana; os intensos protestos urbanos por todo os EUA que forçaram o término da Guerra do Vietnã; até mesmo a tomada das ruas, do porto e das águas de Odessa no apoio à revolta dos marinheiros do Encouraçado Potemkin, em 1905 (como belamente retratado por Sergei M. Eisenstein no filme de 1925 que leva o nome da embarcação); ou, também, as regulares manifestações populares em espaços públicos na França a partir de 31 de março de 2016, que foram chamadas Nuit Debout, e que questionavam veementemente o sistema político e econômico vigente no mundo contemporâneo. Não faltam exemplos que demonstram a força e a centralidade estratégica do espaço das ruas na luta por mais direitos e contra a doutrina do capital.

Na passeata, comício ou barricada a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público. Nestes momentos, assim como nas festas populares como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão do dia-a-dia, se salientam pela ausência. Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças (ROLNIK, 1988, p. 25).

Pelo materialismo histórico dialético: o urbano, ao se apresentar enquanto elemento fundamental para a manutenção e propagação do capitalismo, local onde as contradições (de classe, raça e gênero, é importante reiterar) desse modelo se fazem e atingem o máximo de sua intensidade, traz em si o gérmen da superação desse sistema. Por isso é certo David Harvey (2012, p. 88) ao afirmar que “Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais”.

4. CONCLUSÃO

Para a superação dos problemas apresentados ao longo do texto, faz-se necessária não somente a ampliação do conteúdo entendido como direito à cidade, mas a superação do atual paradigma de planejamento urbano, que é inerentemente concebido enquanto projeto de consolidação da reprodução do

capitalismo, trazendo consigo a precarização do trabalho e das próprias condições de vida e de reprodução alienada da classe trabalhadora.

É preciso reformular a lógica de estruturação e reprodução dos espaços público e privado, tirando das “ruas” seu forte caráter de alienação e de fetichismo. Nesse sentido, compreendemos que a apropriação do espaço público pela população é revolucionário, uma vez que a diversidade de experiências e consciências de classes causam uma tensão dialética que contribui para a retomada da consciência dos espaços públicos enquanto espaços políticos.

Alguns movimentos sociais e populares têm avançado bastante nessa pauta de uma nova política urbana. Esses movimentos buscam criar um novo paradigma jurídico e institucional para as cidades. Através da mobilização dos movimentos sociais e populares, no Brasil, foram conquistados, por exemplo: o Ministério das Cidades (2003); o Conselho das Cidades (2004); diversas Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007); e a aprovação da lei n. 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade.

No entanto, a agenda da reforma urbana e fundiária foi deixada de lado nos últimos anos. A propriedade urbana se concentra nas mãos de poucos proprietários detentores do capital imobiliário. A legislação foi flexibilizada para atender a esses interesses e a disputa pela propriedade - numa perspectiva de moradia para a classe trabalhadora e de gerador de lucro para as elites - entre o capital imobiliário e a classe trabalhadora obrigou a grande maioria da população a ocupar a periferia da periferia; onde não há saneamento, urbanização, mobilidade urbana, nem qualquer outro aparelho do Estado. Ou seja, a periferia acabou se configurando algo como uma “cidade ilegal”, onde o Estado e os direitos não tem alcance.

É importante ressaltar que, no modelo de civilização que está posto, o Estado e o próprio Direito, enquanto intrinsecamente defensores do capitalismo, como apontado por Marx, não apenas não são suficientes para que se possa partir para uma nova concepção de urbano e de sociedade, como também atrapalham que isso se concretize. Isso não descarta ambos como instrumentos de melhoria na situação real da classe trabalhadora, inclusive dando possibilidade material para a concretização da utopia de uma nova civilização.

Para que a utopia, pela perspectiva de Ernst Bloch, seja alcançável, fazem-se necessárias as condições favoráveis a ela também no plano concreto. Análise esta que se apresenta já desde Engels (s/d, p. 332).

(...) Engels reclama, para si e para Marx, não uma negação da utopia, mas o seu afastamento, enquanto ciência encerrada em si mesma, de especulação do futuro melhor. Para cumprir os propósitos da utopia, seria preciso destruir o método utópico (MASCARO, 2008, p. 54).

Portanto a movimentação por efetivação dos direitos urbanos positivados se faz indispensável para a melhora de condição de vida da população. Mas em momento algum pode ser deixada de lado a utopia por uma nova cidade e uma nova civilização, que traga em si uma nova forma de encarar o urbano, e, conseqüentemente, retomando Robert Park (1967, p. 3), a vida e as relações pessoais.

Ou se define "personalidade" e "individualidade" em termos de suas possibilidades *dentro* da forma estabelecida de civilização, em cujo caso a sua realização é sinônimo, para a grande maioria, de um ajustamento bem sucedido; ou se define nos termos de seu conteúdo transcendente, incluindo suas potencialidades socialmente negadas, para além (e subentendidas) de sua existência concreta; neste caso, sua realização implicaria transgressão, além da forma estabelecida de civilização, para modos radicalmente novos de "personalidade" e "individualidade" incompatíveis com os prevalecentes. Hoje, isso significaria "curar" o paciente para converter-se num rebelde ou (o que quer dizer a mesma coisa) num mártir (MARCUSE, s/d, p. 220).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Paris, Capital do Século XIX**. In Textos de Walter Benjamin. Trad. Flavio R. Kothe. Disponível em: <
<https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/benjamin-w-paris-capital-do-sc3a9culo-xix-trad-kothe.pdf> >

_____. **Sobre alguns temas em Charles Baudelaire**. In. BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In Marx, Karl e Engels, Friedrich. Obras escolhidas. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

_____. **Sobre a Questão da Moradia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. In Revista Lutas Sociais. São Paulo, nº 29. 2012.

_____. **O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** In Temas Urbanos e Regionais. 2014. Disponível em: <
<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf> >

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido.** Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **Cidades e Luta de Classes no Brasil.** In. Maricato, Ermínia. Para Entender a Crise Urbana. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARCUSE, Hebert. **Eros e Civilização.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, s/d.

MASCARO, Alysson Leandro. **Utopia e Direito: Ernst Bloch e a Ontologia Jurídica da Utopia.** São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior.** Chicago: Chicago University Press, 1967.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

A DISCUSSÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS PELA MÍDIA: uma revisão da literatura

SOUZA, Camilla Sgarbi de – Uni-FACEF
MÁZARO, Letícia Medeiros – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A homossexualidade é a atração física, afetiva e emocional entre pessoas do mesmo sexo, onde não é necessário ocorrer a relação sexual para ser considerado homossexual. O termo passou por várias modificações, até que hoje deixou de ser considerado uma doença, passando a entendê-lo como uma orientação sexual. É importante que as pessoas conheçam mais essa parte da população, entendam a história e o que eles conseguiram até agora, para isso, será mostrado a diferença da homossexualidade da Grécia Antiga comparada a do presente momento, onde antes era considerado respeitado em alguns casos e criticado em outros. As diferentes tentativas de justificar a prática homossexual, mostrando o caminho percorrido, onde antes consideravam a homossexualidade um pecado, passando pela definição de doença para finalmente chegar na resposta de que a homossexualidade é uma condição do indivíduo. Será também apresentado se a mídia aborda corretamente o tema para mostrar o dia-a-dia e a luta dessas pessoas que querem respeito.

É nítida a comoção que gera na população quando a mídia expõe cenas de casais homossexuais, seja em novelas, filmes ou notícias, variando de forma positiva e negativa. A relevância desse artigo é devido ao aumento do espaço que os homossexuais vêm ganhando no meio midiático, e como isso está sendo mostrado para a sociedade brasileira.

O objetivo desse artigo é mostrar a evolução da homossexualidade até os dias de hoje, e a maneira como a mídia trata os assuntos que abordam o tema homossexualidade, influenciando ou não para a aceitação e o conhecimento dessas pessoas. Para isso será explorado nesse artigo como os homossexuais eram tratados na antiguidade e como estão sendo tratados agora, leis e direitos que conquistaram, e se a mídia através de novelas, filmes e notícias exhibe esse tema

para a sociedade brasileira de forma proveitosa e correta. A metodologia deste trabalho será uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros.

2. CONCEITOS DA HOMOSSEXUALIDADE

A etimologia da palavra “homossexual” vem do grego, onde “homo” significa igual, ou seja, são indivíduos que têm a preferência de se relacionar com pessoas do mesmo sexo (SAMPAIO; LUCAS, 2017)

Segundo Soares (2008) os especialistas entraram em um consenso de que a homossexualidade não é considerada apenas quando há relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, ela também envolve, além da relação, atração e sentimentos, não tendo que haver necessariamente o ato sexual. Dover (2007), possui pensamento parecido, para ele o homossexual é aquele que busca prazer sensorial com pessoas do mesmo sexo.

Para Figueiró (2007) o homossexual é o indivíduo que sente atração afetiva por uma pessoa do mesmo sexo, homem que sente atração por homem e mulher que senta atração por mulher, porém há um grande equívoco no pensamento de alguns, acreditando que eles queriam ter nascido com outro sexo, porém isso não acontece, a maioria deles está feliz com o órgão sexual que nasceu.

Apesar de muitos autores e especialistas definirem a homossexualidade dessa forma, ainda há pessoas na sociedade brasileira que acreditam que a homossexualidade é uma disfunção hormonal, algo que está no sangue ou que já vem do útero da mãe, e defendem que o fator homossexualidade é uma doença. Houve uma época em que a homossexualidade realmente foi considerada uma doença, porém, em 1985 ela deixou de ser considerada uma doença mental pelo Código Internacional de Doenças (CID), e dez anos depois, em 1995 a palavra homossexualismo perdeu o sufixo “ismo”, que significa doença, passando a ser utilizado a palavra homossexualidade, onde “dade” significa modo de ser. Apesar disso, ainda hoje há manuais nos cursos de Direito que tratam a homossexualidade como homossexualismo, estando ela relacionada a uma patologia. (SAMPAIO; LUCAS)

Contudo, cientistas já conseguiram provar que a homossexualidade não está nos genes, a homossexualidade ou a heterossexualidade são

desenvolvidas através de experiências do próprio indivíduo que tendem a ter determinados comportamentos (SOARES, 2008).

Concluimos então que a falta de conhecimento das pessoas faz com que cheguem a conclusões erradas sobre o assunto, interferindo assim, de modo negativo na vida dos homossexuais.

3. A EVOLUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

Para falarmos sobre o homossexual na antiguidade, será focado a homossexualidade masculina, já que não existem muitas obras sobre a homossexualidade feminina naquela época. Dover (2007), toda a arte, literatura, pinturas, enfim, todos documentos que nos mostram a homossexualidade daquela época, foram produzidos por homens, sendo assim, os testemunhos da parte masculina é muito maior em comparação a sexualidade feminina, que é pouquíssima. O que se sabe, é que no século XIX é que o relacionamento entre duas mulheres era parecido com o tradicional (homem – mulher) onde uma delas assumia o papel do gênero masculino, enquanto a outra fazia o papel da mulher mais feminina, sendo passiva e submissa. (AIDAR, et al 2010)

Segundo Soares (2008), muitos estudos sobre essa área apontam que na Grécia Antiga a prática homossexual era honrada entre eles, eles praticavam e respeitavam o comportamento homossexual. A palavra homossexualidade não existia para eles, já que consideravam um ato normal. No entanto a prática entre dois homens adultos era reprovada por eles, e quase não existia, o mais comum naquela época era a pederastia, onde existia a relação afetiva e sexual entre um homem já adulto (erastes) e um menino mais jovem (eromenos) com idade inferior a 18 anos. Geralmente quem praticava a pederastia eram homens casados com mulheres e que já possuíam filhos e levavam essa prática como obtenção de prazer e acreditavam que iria contribuir para a formação do caráter dos jovens atenienses. O pederasta recebia o jovem para o educar, dizendo que a penetração anal era eficaz para a transmissão e aquisição de sabedoria.

Segundo Corino (2007), em Esparta e Atenas a homossexualidade era vista de formas diferentes, em Esparta ela era incentivada como parte do treinamento e disciplina militar, já em Tebas (colônia espartana) o Pelotão Sagrado

de Tebas era composta por casais homossexuais que lutavam para proteger seus parceiros.

De acordo com Dover (2007), centenas de vasos gregos mostram pinturas de homens tocando, abraçando, oferecendo presentes, fazendo pedidos a meninos mais jovens. Em algumas pinturas mostram homens enfiando seu pênis ereto entre as coxas de um jovem e outras um homem tentando tocar nas genitais de um garoto. A maioria dessas pinturas foram feitas entre 570 e 470 a.C.

O papel passivo era atribuído aos jovens atenienses, os pederastas, que tinham o papel do ativo, acreditavam que o jovem não participava do prazer no ato, apenas observava. Apesar dos estudos, não existem indicações de que existiam naquela época pessoas exclusivamente sexuais. Vale a pena apontar que o homem mais velho era criticado quando era o passivo da relação, esse “cargo” era assumido exclusivamente pelos jovens, e quando esse jovem assumisse a idade adulta o ato deveria ser extinto, sendo completamente abominado dois homens adultos praticaram a homossexualidade. (SOARES, 2008)

Corino (2007), completa afirmando que na relação entre o erastes e o eromenos, apenas o erastes buscava a satisfação, ele deveria cortejar e presentear o eromenos para que ele aceitasse a relação, este não podia demonstrar o prazer e seria sempre o passivo.

A visão da sociedade mudou quando a igreja relacionou o fator moralidade com a conduta sexual, proibindo qualquer relação sexual que não tivesse a finalidade de procriação, apoiando somente a relação entre homem e mulher (DARDE, 2008).

Em algumas tribos o ato homossexual também era considerado normal e respeitado. Na tribo Sambia o fator masculinidade é o principal entre eles, e para esse povo a qualidade e o caráter masculino só é adquirida através do sêmen, eles acreditam que o homem não é capaz de produzi-los sozinho, e por isso os meninos devem ingerir pelo ânus ou boca. Assim como acontecia na Grécia antiga, depois que o menino atingisse a idade adulta a prática acabava. (SOARES, 2008).

Podemos perceber que esses dois povos acreditam que o caráter masculino é transmitido pela penetração anal, e essa era a finalidade para a prática homossexual.

Em vista de tudo isso, e assim como Soares também concluiu, podemos entender que o pensamento que muitas pessoas têm sobre a homossexualidade ter sido aceita e honrada antigamente não está totalmente certo, já que a homossexualidade de hoje não possui as mesmas características de antigamente.

Sabemos que a homossexualidade tem sido forçada a percorrer um caminho longo e difícil, primeiramente teve que enfrentar a questão moral da religião compreendendo-a como um pecado, depois passou para um problema judicial onde criaram leis proibindo e penalizando a prática em vários países, partindo então para uma questão médica-psiquiátrica onde a homossexualidade foi comparada a doenças onde achavam que tinham tratamento e cura, até atingir no século passado a psicologia e psicanálise onde passou a ser considerada um desvio do curso normal da libido, em que alguns indivíduos de alguma forma ficaram presos em um estágio inicial do desenvolvimento psicosssexual. No entanto, a psicologia e a medicina chegaram à conclusão de que é na infância onde se define a condição sexual. (MUDADO, 2011).

É perceptivo que houve diversas tentativas de se explicar e definir a homossexualidade, o desentendimento das pessoas sobre tal tema pode-se ser entendido por esse motivo. A falta de entendimento das pessoas sobre o homossexual é um fator importante para o início do preconceito nomeado homofobia (aversão doentia contra a homossexualidade).

A criança já se identifica homem ou mulher durante a primeira infância (até os 3 anos), o que significa que sua identidade sexual é formada nesse período, porém é só na adolescência que o indivíduo estrutura sua orientação sexual, através de experiências e influências ao longo de sua vida. Orientação sexual é o termo correto, antigamente usava-se o termo “opção sexual”, porém foi usado de forma incorreta, o indivíduo não opta por ser heterossexual ou homossexual, ele é orientado durante sua vida. A ciência afirma que a homossexualidade é multideterminada e que existem vários fatores de peso, como o relacionamento familiar, a história de vida e a cultura. Por conta do preconceito que os homossexuais sofrem, muitos não mostram publicamente a sua orientação sexual, e isso gera muito sofrimento a eles, já que o comportamento homossexual foi relacionado a falta de caráter, pecados e depravação. (FIGUEIRÓ, 2007)

A violência contra homossexuais é um problema social sério e que tem que ser resolvido. Já houve muito avanço com relação às leis que protegem os homossexuais de agressões, porém, entre todas as minorias eles são os mais odiados. (MOTT, 2000)

Em 2016 a revista New York Times chamou o Brasil de "o país mais perigoso para homossexuais", segundo Luiz Mott (2000) a história e a antropologia nos ajudam a entender o motivo de tamanha homofobia no país. Diz ele que o Brasil sempre foi liderado por uma minoria, pelos brancos ricos, e que para controlar os negros e índios se tornava necessário o uso da violência e da máxima masculinidade mostrando-se "machões", sendo homofóbicos e também machistas. Além disso, o mesmo autor diz que a homofobia foi "ensinada" através da bíblia, nela há o Livro Levítico que tem teor legislativo, havendo normas que diferenciam o puro do impuro, e uma dessas normas é: "Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometerão uma coisa abominável. Serão punidos de morte." (Levítico 20:13). Apesar de hoje isso não ser passado de forma direta no catecismo, nossos antepassados aprenderam que essa é uma relação errada e que deve-se abominar o homossexual. Ademais, Mott (2006, p. 650) também diz: "Ainda hoje, cristãos menos iluminados atribuem o flagelo da Aids ao castigo divino contra a revolução sexual e o movimento gay[...]" e que nos últimos quatro mil anos o Ocidente defendeu que devido à relação erótica e emocional entre pessoas do mesmo sexo Deus castigava o mundo por meio de terremotos, tornados, etc.

Os movimentos LGBT, ou LGBTT, (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) têm grande importância, com ele é que esse público luta pela igualdade, liberdade e justiça. Visando a extinção da homofobia e de ideias e crenças antiquadas como as citadas no parágrafo anterior.

A homofobia no Brasil é exacerbada, apesar de a violência contra homossexuais não ganhar tanto destaque como a violência contra outras minorias, os homossexuais vêm conquistando cada vez mais leis que os defendam. Na Constituição Federal brasileira de 1988, o artigo 3º (p. 3), onde trata dos objetivos fundamentais do Brasil, diz: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação", apesar de a homofobia não estar citada de forma direta, é um crime pois se situa em "outras formas de discriminação". Uma dificuldade encontrada pelos homossexuais para

formação de leis são as bancadas religiosas do Congresso, já que é necessário que a maioria aprove as leis feitas pelo poder Legislativo.

Todavia, enquanto o Legislativo tem dificuldades em avançar, principalmente pelo envolvimento e pelas interferências das bancadas religiosas (MUSSKOPF, 2013), o Judiciário, institucionalmente menos afetado por determinadas pressões moralizantes, tem procurado responder aos apelos das minorias sexuais, constituindo, com o Executivo, uma importante ferramenta para assegurar aos homossexuais o exercício da cidadania. (MORAES, CAMINO 2016, p. 650.)

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) de 2010 apontam que a família tradicional baseada na família burguesa deixou de ser maioria, o que se vê hoje é um pluralidade, estando incluso casais homossexuais. Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a união homoafetiva como entidade familiar, depois, em 2013, os Cartórios de Registro Civil foram proibidos de negar o casamento civil a casais do mesmo sexo.

Outro marco importante para os homossexuais é a adoção de crianças. Como não há lei que impede um casal homossexual de adotar uma criança, não é certo negar a adoção pela escolha afetiva dos pais, ou seja, o casal homoafetivo deve ser avaliado como qualquer outro casal, e só ser negado a adoção a ele por motivos plausíveis.

Nas pesquisas feitas para esse artigo foram encontrados raros artigos voltados ao lesbianismo, o que mais há sobre essa relação são depoimentos sobre a homofobia. Em contrapartida para o relacionamento homoafetivo entre dois homens foram encontradas muitas informações, tendo até livros voltado apenas para esse assunto.

Concluimos então, que a homossexualidade existe desde a antiguidade, porém com características que a diferem de como é hoje. A visão da normalidade da homossexualidade mudou com a chegada do cristianismo, que conseqüentemente gerou um grande preconceito por conta do fator moral que a igreja associou a homossexualidade. É fato que na nossa sociedade o homossexual percorre um caminho de preconceitos e julgamentos, mas que graças as lutas diárias dessas pessoas, estão conseguindo resultados positivos, novas leis, direitos e reconhecimento.

4. COMO A HOMOSSEXUALIDADE É MOSTRADA PELA MÍDIA

Estamos vivendo em uma era em que a mídia está tendo uma grande participação na vida das pessoas. Segundo Colares, Silva e Freitas (2015), a mídia muitas vezes mostra visões unilaterais, influenciando as pessoas a criar pensamentos baseados no que está em circulação. Para Moreira (2010), a mídia na atualidade incorpora notícias, publicidade, filmes, novelas, internet.

A maioria dos estudos estão mostrando a importância da influência na mídia no modo de perceber, pensar, aprender, sentir e se relacionar com outras pessoas. (BELLONI, 2014). Sendo assim, pretendemos abordar se a mídia usa a sua influência a favor da aceitação da homossexualidade.

Quando as novelas e filmes tratam da homossexualidade mostra o homossexual como uma pessoa engraçada, como no filme Crô e na novela Fina Estampa, onde o personagem Crô era gay, ele tinha atitudes afeminadas assim como seu figurino e além disso representava a parte engraçada das tramas.

Na minissérie Verdades Secretas o personagem Visky era gay e também tinha comportamentos afeminados, passando esmalte nas unhas, usando acessórios femininos e fazia parte das cenas engraçadas da minissérie.

Um filme que gerou muita discussão sobre personagens homossexuais foi A Bela e a Fera (2017), nele LeFou, personagem homossexual, também era mostrado como afeminado e engraçado.

Percebe-se que esses personagens têm algo em comum: eram gays, afeminados, engraçados, e os três eram submissos a alguém. Vê-se que a mídia tenta expor a homossexualidade, porém de forma errônea, já que sempre, ou quase sempre, enfatizando esses estereótipos. Isso acontece devido a mídia ser guiada pela aceitação do público para garantir uma boa audiência. (CAMPEDELLI, 2001).

De acordo com Campedelli (2001) a tática da mídia é agradar ao público, criando conteúdos de acordo com o que o mercado telespectador anseia, visando assim a alta audiência.

O jornalismo enfatiza mais a violência contra outras minorias, como índios, favelados e presidiários, tendo pouca repercussão as notícias sobre a

homofobia (MOTT, 2000). Como o jornalismo tem grande influência sobre as pessoas, é necessário que seja passado informações sem colocar o ponto de vista, porém Darde (2008, p.228), traz a reflexão: “Se o texto é redigido a partir do ponto de vista de alguém sobre o fato acontecido, de que forma se legitima o discurso jornalístico?”

Um exemplo de jornal que expôs sua opinião ao falar sobre a homossexualidade foi o jornal nordestino A tarde: “Mantenha Salvador limpa, mate uma bicha todo dia!”, “Matar veados não é homicídio, é caçada.” (MOTT, 2000, p.102). Fica claro que por vezes a mídia não expõe de forma correta a questão da homossexualidade, incentivando assim a homofobia.

A marca de higiene bucal Closeup, no dia do beijo fez uma campanha com casais homossexuais e heterossexuais se beijando, com a frase “Não julgue. Beije”. Esse seria um exemplo em que a mídia usou de sua influência de forma positiva, onde não dissemina nenhum tipo de preconceito para a sociedade.

Segundo Mott (2000), devem ser divulgadas informações corretas sobre a orientação sexual, e os direitos dessa população, para que assim diminua a homofobia e aumente o respeito para com essas pessoas.

É nítido que a mídia tem muita influência sobre as pessoas, seja no modo de pensar, agir ou perceber o que os cerca. Contudo, percebe-se que os meios de comunicação, como filmes, novelas e internet muitas vezes não usam essa influência de forma positiva, difundindo ideias erradas, preconceituosas e estereotipadas dos homossexuais. Seria importante que a mídia usasse seu “poder” em prol da luta dessas pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da escassez de conteúdos que abrangem objetivamente o tema, foi atingido o objetivo de explorar a evolução da homossexualidade e a influência da mídia nos dias atuais, para avaliar como ela retrata o tema homossexualidade. Pudemos observar que existem muitos livros e artigos sobre homossexualidade e a mídia, porém tratando esses assuntos isoladamente. Como foi apresentado, o assunto homossexualidade vem ganhando muito espaço no meio midiático, sendo então necessário saber mais sobre isso. Devido à falta de pesquisas sobre o assunto, seria de suma importância que as pessoas discutissem

mais sobre o tema, criando assim mais possibilidades de estudos e pesquisas na área. Com esse artigo é possível ampliar a compreensão desse tema, conscientizando mais pessoas e mostrando a representatividade dos homossexuais.

Como foi apresentado no decorrer do artigo, o modo como a mídia vem retratando os homossexuais, dando ênfase apenas na forma estereotipada que eles assumem, não contribui em nada para os homossexuais e para a sociedade, a mídia deve retratar de forma realista a homossexualidade para que as pessoas conheçam as dificuldades e lutas, desenvolvendo assim mais conhecimento e empatia por esse grupo. Foi possível concluir então, que a mídia deve usar seu poderio em função de mostrar informações válidas, que tenham relevância.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Adriana Marques et al. **A orientação sexual e identidade na constituição dos movimentos sociais**. Em: <
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100033&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 19 mai. 2017.

ASSOCIAÇÃO dos advogados de São Paulo. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. 9. ed. 2016.

BELLONI, Maria Luiza. **Crianças e mídias no Brasil: cenários de mudança**. Campinas: Papirus, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **A telenovela**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

COLARES, André Felipe Vieira; SILVA, Larissa Oliveira; FREITAS, Agnes Francielle. **O cinema nacional é preconceituoso? Reflexões sobre (o poder) da mídia, representações sociais e homossexualidade**. Em: <
<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/217/568>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. **Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades**. Em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/249/63>. Acesso em: 12 mai. de 2017.

DARDE, Vicente William da Silva. **A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira**. Em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/6379/5792>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

DOVER, Kenneth James. **A homossexualidade na Grécia antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 2017.

EM discussão. **A adoção feita por homossexuais**: batalhas e vitórias legais, Brasília, 15. ed, mai. 2013 Disponível em: <https://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201302%20-%20maio/pdf/em%20discussão!_maio_2013_internet.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2017

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

JACOBS, Andrew. New York Times. **Brazil Is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence**. Nova York, julho 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?_r=2>. Acesso em: 17 mai. 2017.

MORAES, Raquel; CAMINO, Leoncio. **Homoafetividade e direito**: um estudo dos argumentos utilizados pelos ministros do STF ao reconhecerem a união homoafetiva no Brasil. Em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322016000300648&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#fn2 >. Acesso em: 19 mai. 2017.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Mídia e Psicologia**: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. Em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MOTT, Luis. **Homo-afetividade e direitos humanos**. Em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 19 mai. 2017.

MUDADO, Ítalo. O amor entre homens na Grécia antiga. In: SALLES, Carlos Alberto Corrêa; MELO, Jussara Maria de Fátima César de. **Estudos sobre a homossexualidade**: Debates Junguianos. São Paulo: Vetor, 2011. p.43-64.

SALLES, Carlos Alberto Correa (Org); MELO, Jussara Maria de Fátima (Org). **Estudos sobre a homossexualidade**: debates junguianos. São Paulo: Vetor, 2011.

SAMPAIO, Artur Livônio Tavares de; LUCAS, Iarê Andrade. **Homossexualidade: um debate necessário no ensino fundamental?** Em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/636/895>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

SANTOS, Mariana; SANTOS, Leandro. **Telenovelas brasileiras: a construção, do estereótipo homossexual do jornalista**. Em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1210-1.pdf>>. Acesso em: 19 mai. de 2017.

SOARES, Claudemiro. **Homossexualidade masculina**: escolha ou destino. Brasília: Thesaurus, 2008.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.) **Cidadania e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2000. p. 100-148.

A EDUCAÇÃO UNIDIMENSIONAL: a percepção do discente frente ao modelo educacional contemporâneo

SOUZA, Mayara Marques – Uni-FACEF
TEIXEIRA, Thais Campos – Uni-FACEF
CHIMIONATO, Fernanda Pinto – Uni-FACEF
RIBEIRO, Rafaella Bastos – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da Educação Básica pública brasileira. É desenvolvido pelo Ministério da Educação e tem como intuito apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura nas universidades brasileiras com o fortalecimento da sua formação para o trabalho nas escolas públicas.

O estudo deste artigo se pauta na questão da educação contemporânea como modelo unidimensional empobrecido. O uso do questionário aberto utilizado para com discentes como forma de pesquisa, auxiliou para fornecer embasamento diante do objeto de estudo.

O objetivo da pesquisa deste estudo foi o de destacar o modelo unidimensional no sistema educacional através da percepção do discente, evidenciando as lacunas existentes e também de forma a afirmar a importância da multidimensionalidade na formação do sujeito.

Embora não haja uma teoria pedagógica sistematizada por autores, acredita-se que as análises de teorias de autores como Edgar Morin (2001) e Paulo Freire (1987), poderão contribuir para a compreensão de um fazer pedagógico que busque a emancipação e a autonomia humana, abrangendo a multidimensionalidade e ultrapassando uma educação unidimensional.

2. A EDUCAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Edgar Morin e Paulo Freire são autores que abordam a educação multidimensional de forma a elaborar uma nova concepção emancipadora do próprio conhecimento, de forma a destacar as lacunas faltantes no modelo educacional vigente.

Edgar Morin (2001) no seu livro “Sete saberes necessários para a educação do futuro” aponta em seu segundo capítulo a questão da multidimensionalidade, pois o conhecimento na educação atual é “depositado” de maneira compartimentalizada e fragmentalizada, sendo subprodutos do cartesianismo e da era positivista. Este modelo deficitário acaba por tornar invisíveis aspectos como o contexto, global, multidimensional e o complexo.

O que Morin (2001) propõe no conceito de multidimensionalidade refere-se ao conhecimento pertinente do todo, que não é necessária sua fragmentação para o desenvolvimento de uma inteligência geral, que inclui a racionalidade, corpo, alma e emoção, mas sim que o todo é mais do que a soma das partes.

“A educação tradicional transforma o educando (objecto da educação) numa mera “vasilha”. O educando tem um papel passivo no processo de aprendizagem, limitando-se a memorizar e a armazenar os conhecimentos que o educador transmite através de aulas predominantemente expositivas e narrativas. Os conteúdos programáticos visam somente atingir os domínios cognitivos, designadamente, segundo concepção de Howard Gardner, as inteligências lógico-matemática e lingüística. Desta forma, o desenvolvimento dos/as educandos/as é compartimento e limitado, transformando-os/as em seres domesticados e alienados”. (FERNANDES, João Viegas. *Desenvolvimento global do ser humano à epistemologia da totalidade, na obra de Paulo Freire*. <
<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/arq02.pdf> >.
Acesso em: 27 maio 2017).

O ensino voltado para os domínios cognitivos dos discentes faz com que estes desenvolvam habilidades e potencialidades eficazes, porém insuficientes para o desenvolvimento da autonomia, colocando em desuso a inteligência emocional, tal qual crucial para uma boa adequação da vida em sociedade.

Portanto, ficam evidentes os interesses inerentes da atual educação em alienar os indivíduos de acordo com o modelo capitalista vigente, é, portanto, favorável tal alienação para os mesmos, colocando os indivíduos na condição de oprimidos pelo sistema, como salienta Paulo Freire: “(...) a imersão dos oprimidos

em realidades opressoras impede-lhes uma percepção mais clara de si mesmos enquanto oprimidos (Freire, 1980, p.58)".

3. A EDUCAÇÃO UNIDIMENSIONAL CONTEMPORÂNEA

De acordo com Pedro Demo (2004), no processo educacional o sujeito não é um mero objeto depositário de informações e conhecimentos, mas sim um sujeito que deve ser instigado à autonomia para a produção de conhecimentos. O termo educação de acordo com o latim *e-ducere*, significa "retirar de dentro", ou seja, despertar a motivação inerente ao conhecimento proposto no processo de ensino-aprendizagem.

O modelo educacional contemporâneo consiste no paradigma unidimensional, no sentido de tratar-se de apenas uma dimensão do conhecimento, a saber, o racional. Porém, dada a complexidade do ser humano, como propõe Edgar Morin: "Em consequência, a educação deve promover a "inteligência geral" apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global" (MORIN, 2001,p.39).

Dada a inteligência geral, esta pressupõe outros campos dimensionais tais como corpo, alma e emoção e, apesar de serem dimensões distintas, elas fazem parte do todo, constituindo uma relação de interdependência e inter-retroatividade, ou seja, há um diálogo constante que não pode ser dissociado, o que ocorre na educação unidimensional contemporânea.

"O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si." (MORIN, 2000, p.38).

A educação vigente está estreitamente ligada à questão da formação profissional e, desta forma, a educação contemporânea corrobora para a alienação do sujeito que por sua vez fica suscetível a uma única dimensão do saber, rendido à lógica da sociedade que o produz. Sendo assim, o homem pode acabar em desvantagem em detrimento de suas ações empobrecidas de consciência, como evidencia Morin (2000, p.44):

“De fato, a falsa racionalidade, isto é, a racionalização abstrata e unidimensional, triunfa sobre as terras. Por toda parte e durante décadas, soluções presumivelmente racionais trazidas por peritos convencidos de trabalhar para a razão e para o progresso e de não identificar mais que superstições nos costumes e nas crenças das populações, empobreceram ao enriquecer, destruíram ao criar.”

Pode-se compreender que, o objetivo da educação contemporânea visa mão de obra para o mercado de trabalho e milita contra o desenvolvimento das diversas potencialidades e dimensões já citadas, corpo, alma e emoção. O sujeito torna-se uma empresa onde é investido nele os interesses e valores provenientes da sociedade capitalista vigente, ou seja, a unidimensionalidade educacional está vinculada a tais interesses. Assim como aponta Vivian Baroni em interpretação ao pensamento de Herbert Marcusi: “(...) a emancipação funda-se essencialmente no conceito de razão crítica: no esforço da crítica em ultrapassar o dado imediato e transcender o raciocínio condicionado ocorre o processo de formação como emancipação” (BARONI, 2015).

4. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizada neste trabalho foi a exploratória qualitativa, sendo o instrumento desta, um questionário aberto elaborado com questões pertinentes à educação e suas contribuições tanto no âmbito pessoal quanto social. Estes métodos foram escolhidos no intuito de proporcionar maior familiaridade com a problemática da educação contemporânea, fornecendo assim, embasamento para a pesquisa.

Os dez discentes participantes sorteados a participar da pesquisa, possuem as idades de quatorze e quinze anos, sendo regularmente matriculados em uma escola pública de Franca-SP, no primeiro ano do ensino médio.

A pesquisa foi realizada em sala de aula, onde dez alunos foram sorteados para participarem da pesquisa, respondendo a um questionário contendo seis questões abertas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tabela 1 – Principais respostas dos discentes participantes do questionário aplicado

Questionário	1) Qual o papel da educação na sociedade?	2) O que a educação pode te proporcionar, isto é, quais são seus benefícios para o seu crescimento pessoal?	3) O ensino que você vivencia te motiva a crescer e a buscar novos conhecimentos? Por que?
Respostas	- É transmitir uma boa aparência, saber lidar com as pessoas. - Nos orienta e nos ajuda a ter um bom currículo. - Ela tem o papel de ajudar tanto para conseguirmos empregos e no futuro (em geral) e mudar muitas vezes na opinião que eu tinha em várias coisas.	- O benefício que a educação traz a minha é saber por exemplo as matérias básicas que todos precisam saber e que levam para a vida e o que aprende sobre ela é matemática português por exemplo. - Ela pode nos proporcionar um futuro melhor ajuda como para entrar em faculdade. - Um serviço bom, fazer uma faculdade.	- Sim, porque me faz pensar no que realmente vou querer cursar a faculdade e o futuro. - Sim, até mesmo para ser alguém na vida saber como surgirmos, etc. - Sim nos educa e nos ajuda para um futuro melhor como um futuro melhor.

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Tabela 2 - Principais respostas dos discentes participantes do questionário aplicado

Questionário	4) Os conhecimentos ensinados na escola fazem sentido para você?	5) Você consegue relacionar os diferentes conhecimentos apreendidos nas disciplinas?	6) O que você aprende na escola promove a sua independência/autonomia? Te ajuda a ser um bom cidadão?

Respostas	- Faz, porque mesmo que há muitas matérias, eu posso não usar todas mas eu sei que um dia eu vou usar umas delas. - Não muito por que depois que eu sair da escola dificilmente vou utilizar pra um emprego, a escola serve para nos preparar para o ENEM. - Algumas matérias sim. Aliás todas tem sentido porém alguns conteúdos não.	- Sim o que eu estudei em matemática nos ajuda na física. - Sim na matemática podemos aprender muitas fórmulas que nos ajudarão em física. - Sim. Mas tem matéria que não é importância e não leva o conhecimento no futuro. Apenas no ENEM.	- Acho que o que mais me ajuda a ser uma boa pessoa é a educação da minha família e minha religião. Mas a escola também ajuda um pouco. - Sim pois são coisa que vou levar para a vida toda e vai me ajudar a ter um bom emprego por exemplo ou me permitir exercer qualquer função que eu quiser. - Ajuda sim a fazer faculdade a ficar de bem com a sociedade.

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

De acordo com as respostas obtidas nos questionários, a maior parte dos discentes não relacionaram suas respostas às demais dimensões, ou seja, não existiu evidências da concepção multidimensional conforme apontado por Edgar Morin (2001) no conteúdo teórico apresentado. De acordo com os resultados, pôde-se obter três pontos importantes a serem destacados.

Conforme identificado nas respostas do questionário em geral, pôde-se encontrar discursos incongruentes, pois ao mesmo tempo em que afirmavam algo, logo em seguida eles justificavam discordando esta mesma afirmativa. Por exemplo, quando respondiam com um “sim”, a justificativa deles era como se estivessem respondido com um “não”.

Além disso, um outro fator a salientar nas respostas em geral, foi o fato de grande parte das respostas apresentarem um padrão. Nove em cada dez respostas apresentavam padrão na forma do pensamento, no sentido de seguir uma regra, como por exemplo, o fato de que nove das dez respostas eram limitadas à uma mesma ideia, como um senso comum.

Como terceiro e último ponto destacado, pôde-se perceber pobres ligações de conhecimentos, isto é, falta de conexões entre os diversos conhecimentos aprendidos em sala de aula. Esta falta de conexão pôde ser percebida não apenas entre os conteúdos em si, mas sim entre eles e também para com a vida do sujeito.

6. CONCLUSÃO

Diante do conteúdo apresentado no referencial juntamente dos resultados dos questionários, podemos assegurar que a unidimensionalidade permeia no modelo educacional contemporâneo vigente, colaborando, deste modo, na formação de discentes com pensamentos alienados e padronizados, além de empobrecidos das diferentes dimensões existentes, sendo elas, corpo, alma e emoção.

Através dos resultados obtidos, percebe-se que nos discursos incongruentes, houve conflitos de sentimentos, pois os discentes não sabiam exatamente o que queriam dizer. A partir do momento em que há conflitos de interesses e sentimentos, o emocional do sujeito não foi desenvolvido, se tornando deste modo, uma dimensão empobrecida de reflexão e cuidado, comprovando assim a falta de uma das dimensões que deveriam ser trabalhadas na educação.

Frente às respostas padronizadas obtidas, encontra-se um pensamento unidimensional, seguido por uma única forma de pensamento, o racional. Isto é, é trabalhado um saber doutrinado na razão ausente de um caráter emotivo.

Deste modo, observa-se uma defasagem entre os discentes na ligação os conhecimentos adquiridos em sala de aula, trazendo como consequência uma falta de autonomia em direcionar tais conhecimentos na vida prática. Desta forma, os discentes são preparados para atuarem no mercado de trabalho e não para as diferentes dimensões da vida.

REFERÊNCIAS

BARONI, Vivian. **Para além do unidimensional: Marcuse e a educação estética**, 2015. Disponível em:<
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/17669/12621> >.

DEMO, Pedro. 2004. "Aula não é necessariamente Aprendizagem". In: **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, CESGRANRIO, Rio de Janeiro, Vol. 12/44, p. 669-695.

FERNANDES, João Viegas. **Desenvolvimento global do ser humano à epistemologia da totalidade, na obra de Paulo Freire**. Disponível em:<
<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/arq02.pdf> >.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2^a. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

A ESCOLHA DA PROFISSÃO: o estudante e seus sentimentos

SOUZA, Karoline Dartibale – Uni-FACEF
ALVES, Livia Aquino – Uni-FACEF
SILVA, Taíla Ciabati – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A escolha da ocupação profissional está relacionada a um momento de crise em qualquer época da vida de alguém, pois é com ela que se cria uma identidade profissional. Juntamente com a escolha, o indivíduo deve considerar a influência da família, da escola, da sociedade e também da economia onde vive.

Na sociedade moderna os adolescentes estão suscetíveis à exposição por disporem de muita liberdade de ação, sem o devido preparo para desfrutarem dessa liberdade, ocasionando possíveis sintomas ansiosos, depressivos e somáticos pelas pressões neste período, principalmente na fase do ensino médio, levando em conta esta fase que é caracterizada por um período de vulnerabilidade física, psicológica e social.

O objetivo deste trabalho é revisar sobre a importância da intervenção de um auxílio psicológico na vida dos adolescentes que estão passando por conflitos internos, que muitas vezes não são externalizados.

A pesquisa é uma revisão bibliográfica da literatura realizada a partir de artigos científicos e livros, relacionados com o tema abordado.

2. O CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma fase marcada pela transição entre a infância e a idade adulta, levando em consideração as várias alterações que ocorrem nesta época, tais como mudanças físicas, sociais e psíquicas. Segundo Outeiral (1994), “adolescência” significa “crescer”, mais pontualmente, “aquele que está em crescimento”.

Quando falamos sobre adolescência, é importante salientar que existem várias realidades existentes, enquanto uns adolescentes são dependentes economicamente dos pais, outros, que pertencem a camada social de baixa renda, começam a trabalhar cedo para ajudar, ou ser a principal fonte de renda no sustento

da família, além de outras vertentes, que acarretam nas várias decisões que são impostas neste processo que acontece na vida de qualquer pessoa.

Constata-se então que, dentro do processo de desenvolvimento do ser humano, a adolescência é vista como uma das etapas mais significativas em termos de transformações. É durante este período que o indivíduo evolui do seu estágio infantil e dependente para o de adulto independente, sendo que neste processo os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais assumem especial relevância, pois além dos fatores biológicos, a adolescência é influenciada pelo ambiente social, cultural e familiar onde o jovem se desenvolve. (GUMIERO, 2013, p. 16).

A história da adolescência deixa explícito o quanto esse processo foi visto de formas diferentes em relação a cada época. Após considerações políticas, marcadas por mudanças na instituição, houve um "choque de gerações", onde há incompreensão mútua entre jovens, adultos e velhos. Acarretando no maior convívio entre adolescente com adolescente. Deixando visível, neste período de vida, que os adolescentes se opõem mais precisamente aos pais e adultos, em geral (SANTOS, et., 2015).

Partindo do pressuposto das alterações características na fase da adolescência além das transformações radicais podendo apresentar problemas psicológicos. Desta forma, a implementação de serviços dentro das escolas visa otimizar o bem-estar de seus alunos.

Segundo Campos (2012), tendo em vista que a sociedade moderna tecnológica salienta a institucionalização e conformidade, destrói a individualidade, idealiza a organização do homem e entra em conflito com aquilo de que depende a autodefinição adolescente, esta sociedade é naturalmente desfavorável e destrutiva, em relação aos objetivos positivos da adolescência.

Na sociedade moderna os adolescentes estão suscetíveis à exposição por disporem de muita liberdade de ação, sem o devido preparo para desfrutarem dessa liberdade, ocasionando possíveis sintomas ansiosos, depressivos e somáticos por sofrerem, no ensino médio, exposição a serem acometidos por distúrbios não psicóticos.

Levando em conta que esta fase é caracterizada por um período de vulnerabilidade física, psicológica e social, sofrendo influências, com complexas mudanças para o desenvolvimento do ser humano; com o ingresso dos profissionais de psicologia no ambiente escolar, percebe-se que a intervenção psicológica em orientação e desenvolvimento de carreira com estudantes influencia e ajuda os

indivíduos a responderem as questões que se colocam ao longo de seus percursos de vida. Para que entendamos o que o adolescente passa e, assim, o ajudarmos, precisamos compreender o ambiente em que ele vive. Isso acontece por meio de planejamento e desenvolvimento. Visando, não apenas o indivíduo, mas o ambiente em que ele vive como um todo. Isso refere-se ao espaço de escuta do não dito (DUTRA, 2004).

Frequentemente o psicólogo é chamado a atuar quando algum problema já se instalou, porém é necessário que a assistência psicológica se dê antes que os problemas apareçam, se preocupando menos com a resolução dos problemas e mais em não permitir que eles se instalem, num trabalho de prevenção, segundo Santos, Souto, Silveira, Perrone e Dias (2015).

Desta forma, podemos concluir que para um desenvolvimento saudável é necessário que, além de buscar precaução em relação aos problemas gerados na adolescência, entendamos como o adolescente vive e enxerga o meio em que faz parte.

3. FATORES QUE INFLUENCIAM A ESCOLHA PROFISSIONAL

Compreendendo o que os conflitos que os adolescentes passam na puberdade, temos que levar em consideração para a escolha profissional os meios que interferem, podendo chegar a alterar esta escolha.

Segundo Soares (2002), os fatores que modificam a escolha podem ser políticos, sociais, educacionais, familiares, econômicos e psicológicos. Vamos dar ênfase nos sociais, familiares e econômicos.

O fator social tem relação com as diferenças das classes sociais, os efeitos da globalização e a pressão colocada no estudante. A sociedade nomeia cursos como os melhores, e com isso há um preconceito com os demais. O adolescente que se interessa pelo curso denominado “ruim” cria um receio, pois foge do que é imposto pela sociedade.

A família é o primeiro grupo social que o indivíduo é incluído, é neste contexto que sua identidade se constrói e sua personalidade vai se formando, e na hora da escolha de uma profissão tudo se relaciona.

Para Silva (1996) a escolha dos jovens pode ser uma reativa da escolha dos pais, estes que de modo inconsciente influenciam seus filhos com uma

possibilidade de uma realização de sua própria vontade, não sucedida, ou seguimento de uma carreira feita por ele.

A família deposita no indivíduo desde quando nasce uma série de expectativas, onde ele deverá ou não cumprir ao longo de sua vida. Os pais já criam um futuro pré-determinado para o adolescente, entende assim Almeida; Pinho (2008). Contudo se as essa possibilidade não ocorrer, provavelmente alguém vai passar por um descontentamento. De acordo com Silva (1996) afirma que cada indivíduo tem um talento natural e uma vontade própria, e esta deve ser respeitada pelos pais e pela sociedade em que vive.

O fator econômico de acordo com Soares (2002) refere-se ao mercado de trabalho, a amplitude da área, as oportunidades, e a importância da profissão para a sociedade. A profissão que hoje está em alta em alguns anos pode estar decadente.

Os outros fatores tem uma relação importante, o fator político que é o posicionamento do governo em relação à educação, e sua contribuição para o ensino superior. E ainda críticaa falta de investimento na educação no Brasil.

A escolha profissional tem que partir da disposição do estudante de se informar das áreas que lhe interessa e a procura de uma ajuda profissional facilita o acesso ao sucesso e satisfação no exercício de sua profissão.

4. INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

São muitos os fatores que influenciam na escolha profissional, sejam eles conscientes ou inconscientes, e isso acaba levando às influências no momento da decisão. Para Luz filho (2002, p.31) “o indivíduo pode escolher cedendo a pressão ou pode fazê-lo examinando apenas alguns fatores, ou ainda examinando superficialmente a vários fatores”. Então, a escolha sendo feita diante dessa situação tende a ser pouco realista, podendo levar às expectativas frustradas, por não ter sido avaliada e não visando os pós e contras.

Os fatores influentes podem ser intrínsecos e extrínsecos, podem também depender da saúde física ou mental da pessoa, características de personalidade, habilidades, cultura, valores, influência familiar, satisfação social, compensação financeira, mercado de trabalho, entre outros. (LUZ FILHO, 2002).

A importância da Orientação Profissional surge para auxiliar quem estiver passando por esse período, seja ele na adolescência ou fase adulta, e que gera sentimentos de ansiedade, medo e indecisão, ocasionados pela dificuldade no momento da escolha de uma profissão. (FERNANDES, 2012).

Segundo Costa (2007) o papel da Orientação Profissional não é influenciar o indivíduo tomar direções que julga como gratificante financeiramente ou socialmente, e sim tomar uma decisão onde ela possa se satisfazer e se realizar profissionalmente, ressaltando a importância da reflexão e discussão durante a escolha ocupacional. (FERNANDES, 2012).

Segundo Bohoslavsky (1998, p.1) a Orientação Profissional consiste em “uma ampla gama de tarefas, que inclui o pedagógico e o psicológico, em nível de diagnóstico, de investigação, de prevenção e a solução da problemática vocacional”.

Como citado anteriormente, a Orientação Profissional é essencial, pois ela tem como objetivo facilitar o momento da escolha do indivíduo, possibilitando-o que reflita sobre sua situação e coordenando o processo para que ele enxergue suas dificuldades e assim as formulem e as trabalhem. (FERNANDES, 2012). Ressaltando que cada um tomará suas próprias decisões, ela mesma descobrirá quais caminhos seguir, a pessoa deve estar livre para escolher (LUCCHIARI, 1993).

Para Lucchiari (1993, p.12-13):

Escolher é decidir, entre uma série de opções, a que parece a melhor naquele momento. Cada escolha feita faz parte de um projeto de vida que vai se realizando. Nossa vida se define pelo futuro que queremos alcançar. É fundamental no processo de escolha, ser trabalhada a questão da integração do tempo. Para o jovem definir o que quer vir a ser é preciso estar claro a ele quem foi, quem é e quem será.

Para a mesma autora, para facilitar a escolha devem ser trabalhados os seguintes aspectos: conhecimento de si mesmo, conhecimento das profissões e a escolha propriamente dita.

Devemos considerar também que juntamente com a escolha tomada, o indivíduo deixa de escolher outras opções, assim Bohoslavsky (1998, p.41) apresenta a questão do luto pelas escolhas deixadas para trás:

Em geral aquilo que deixamos de escolher provoca mais dor do que o fato de escolher algo ou alguma coisa. Muitas vezes o problema maior está aí, em saber perder, em saber aceitar as limitações de não poder ter tudo, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade.

O processo de Orientação Profissional pode se desenvolver em vários contextos, seja na escola, clínicas, centros de informação ou organizações. Pode ocorrer individualmente ou em grupos e acontecem por meio de atividades reflexivas, práticas, pesquisas, “tendo como objetivo o bem estar psicossocial do indivíduo e configurando-se com um trabalho de saúde mental” (NOCE, 2008, p.46).

Em síntese, o que torna a Orientação Profissional importante é que ela disponibiliza aos jovens um momento especial para refletir e compreender, pois “são poucos os lugares que os jovens são escutados, dizendo aquilo que têm para dizer e não aquilo que os outros querem” (LUCCHIARI, 1993, p.16). E a orientação teria que ser algo acessível a todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que durante o processo de escolha do curso universitário, o jovem está exposto a vários sentimentos e cabe somente a ele escolher, levando em consideração o contexto em que ele está inserido e as influências e saber filtrar e decidir a partir de toda essa estimulação, que as vezes é excessiva, mas que pode ser positiva também. A família tem papel importante na hora da decisão, o apoio e a aprovação transmite segurança ao jovem, contudo há muitos pais que pressionam seus filhos a realizar cursos que eles gostariam de ter feito no passado e não foi sucedido, ou continuar uma profissão já estabelecida. Esse exemplo mostra o quanto os ambientes dependendo do estímulo que fornecem pode ser positivos ou negativos.

Importante salientar que a adolescência é uma fase de muitas escolhas, de transformações radicais, por isso, a relevância do auxílio de um profissional, já que permite que o adolescente desenvolva seus próprios desejos, levando em conta os lados positivos e negativos de sua escolha, para que a faça conscientemente e não se frustre futuramente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. G. G. de; PINHO, L. V. de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. Revista Psicologia Clínica. São Paulo, v.20, n.2, p.173-184, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a13v20n2.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

BOHOSLAVSKY, R. Orientação vocacional: a estratégia clínica. 11ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAMPOS, D. M. S. Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia. 24. ed. Petrópolis, VOZES, 2012.

COSTA, J.M. Orientação Profissional: um outro olhar. Psicologia USP, v.18, n.4, São Paulo, 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642007000400005. Acesso em 18 Maio. 2017.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. Estudos de Psicologia, 2004.

FERNANDES, T.A. Maturidade para a escolha profissional de jovens do ensino médio. (Tese apresentada para a obtenção do título de Graduação em Psicologia) Uni-facef Centro Universitário de Franca, Franca, 2012.

FERRETI, C.J. (Org.) Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUMIERO, M. G. Ansiedade em pré-vestibulandos: vivência frente à escolha profissional e ao vestibular. Franca/SP, 2013.

LUCCHIARI, D.H.P.S. O que é orientação profissional? In: LUCCHIARI, D.H.P.S (Org.). Pensando e vivendo a orientação profissional. São Paulo: Summus, 1993, cap.1, p.11-16.

LUZ FILHO, S.S. Escolha profissional: projeto de vida e de carreira. Canoas: Masai, 2002.

NOCE, M.A. O BBT-Br e a maturidade para a escolha profissional: Evidências empíricas de validade. (Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor para o Programa de Pós Graduação em Psicologia) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008, p. 247.

OUTEIRAL, J. O. Adolescer: estudos sobre a adolescência. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 1994.

SANTOS, A. S.; SOUTO, D. C.; SILVEIRA, K. S. S.; PERRONE, C. M. e DIAS, A. C. D. Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. Maringá/PR, 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000300515&lang=pt. Acesso em: 05/05/2017.

SILVA, L. B. de C.. A escolha da profissão: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Unimarco, 1996

SOARES, D. H. P. A escolha profissional do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

A MÃE FRENTE À DESCOBERTA DA DEFICIÊNCIA DE SEU BEBÊ: um breve levantamento bibliográfico.

SILVA, Tânia Cristina da – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Quando há a constatação de uma gravidez, seja ela desejada ou não, inicia-se um processo de grande significação emocional para a gestante, considerando que há vários fatores envolvidos neste processo. Se tratando de uma gravidez planejada a mulher se entrega para este processo cheia de expectativas e inicia-se logo as fantasias e identificações em cima do bebê esperado, sendo que este percurso ocorrerá até o final da gestação. Quando a mulher não tem o desejo pela gravidez e esta ocorre por algum motivo as coisas poderão se complicar, sendo que os sentimentos virão à tona de maneira negativa já que não havia o anseio anteriormente. É importante salientar também que cada mulher irá lidar com este processo de maneira distinta e individual já que cada experiência ocorre de maneira diferente para cada uma delas.

A gestação é um evento complexo, com mudanças de diversas ordens; é uma experiência repleta de sentimentos intensos que podem dar vazão a conteúdos inconscientes da mãe (Brazelton & Cramer, 1992; Klaus & Kennel, 1992; Raphael-Leff, 1997; Raphael-Leff, 2000; Soifer, 1980).

Quando ainda no período da gestação ou até mesmo após o nascimento do bebê é constatado algum tipo de deficiência, a mulher poderá enfrentar uma demanda da qual talvez não esteja preparada para enfrentar, sendo que poderão surgir sentimentos semelhantes aos da gravidez não desejada, dentre alguns destes estão: angústia, medo, raiva e culpa.

Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo fazer um breve levantamento bibliográfico acerca da realidade de mães que receberam a notícia que seu filho teria algum tipo de deficiência. Neste contexto é importante também compreender como ocorreu a constituição da maternidade na mulher em diferentes épocas, as expectativas no processo de gestação e também a importância da relação mãe-bebê para o desenvolvimento infantil.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. O Papel da mulher e da maternidade em diferentes épocas

Quando o assunto é maternidade, muitas pessoas em nossa sociedade associam como sendo única, maior e mais importante tarefa da mulher.

Há alguns séculos atrás esta concepção era predominante nas populações: a de gerar e cuidar dos filhos como tarefa exclusiva da mulher. Contudo o papel da mulher foi sendo modificado radicalmente com o passar dos séculos, atualmente é possível perceber o quanto esta imagem foi de certo modo desconstruída através de muita luta e realização. É também possível fazer algumas comparações com as mulheres do presente século para com as do século XVII e posteriores. Atualmente ainda existem muitos mitos relativos à estas questões, é natural que as pessoas falem de “amor materno inato”, “instinto maternal”, “coração de mãe” e do quanto é importante para a mulher tornar-se mãe, como se este fosse um requisito para “ser mulher”.

Nesse sentido Badinter (1985) mostra que nem sempre tais pensamentos foram levados em consideração, sendo que até o século XVIII a criança era tratada com indiferença, frieza e aparentemente desinteresse, pois era considerada inacabada e imperfeita. Havia uma grande taxa de mortalidade infantil, e deduzia-se que a indiferença era uma forma da mãe se proteger da provável perda de seu filho devido à fragilidade da criança nos primeiros anos de vida. Concluiu-se, posteriormente, que a alta mortalidade infantil devia-se justamente ao desinteresse dos pais, especialmente da mãe pelo filho.

Já Maldonado (1986) enfatiza que a priori no século XVI, na Europa, predominava o costume de confiar o recém-nascido à uma ama de leite, da qual exercia a função de amamentar e cuidar da criança em seus primeiros anos de vida, a escolha da ama era de grande importância pois acreditava-se que o leite transmitia traços de caráter. Ainda segundo essa mesma autora, nas famílias mais ricas costumava-se contratar uma ama para que permanecesse na casa para tais afazeres, já as famílias menos favorecidas tinham que enviar o bebê para a casa da ama, sendo que com frequência distante da casa da família. O fato de as amas costumarem cuidar de vários bebês contribuía para o alto índice de mortalidade infantil; documentos históricos mostram que esses bebês eram alimentados de maneira inadequada, dopados para dormir mais e tratados com medidas higiênicas

insatisfatórias: permaneciam vários dias sem terem suas roupas trocadas e eram enfaixados para ficarem com movimentos mais restritos e, assim, darem menos trabalho, embora apresentassem quase sempre problemas graves de assaduras, inflamações e infecções. (MALDONADO, 1986).

O abandono infantil passou a ser tão frequente que, no século XVII começaram a surgir as primeiras instituições destinadas a acolher essas crianças. Maldonado (1986) comenta uma outra prática muito frequente nesta mesma época, o infanticídio, que apesar de ser um crime com punição severa era muito praticado sob o disfarce de “acidente”; era muito comum crianças morrerem asfixiadas na cama dos pais onde dormiam.

Com base nessas informações é possível constatar que foi com o passar dos séculos que passou a ser imposto à mulher a obrigação de ser mãe, engendrando vários mitos dos quais a colocassem neste posto. Ainda segundo Badinter (1985) os cuidados maternos e a maternagem passaram a ser considerados fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

Forna (1999) conta que esse estilo de maternagem teve seu início em 1762, a partir da publicação de *Émile*, por Rousseau, quando este criticou as mães que enviavam os filhos para as amas-de-leite, o que era bastante comum até esta época. Ele recomendava, enfaticamente, que as próprias mães amamentassem e criassem seus filhos e as recriminava por darem preferência a outros interesses. Segundo Badinter (1985) dá-se aí, o início à injunção obrigatória do amor materno. Serrurier (1993) também afirma que é desde *Émile*, que as mulheres estariam condenadas a serem mães e principalmente boas mães. Não há alternativa para a mulher: a vocação materna é natural, instintiva e obrigatória. Por muito tempo as mulheres ocuparam essa posição, na qual era determinado que esta deveria apenas casar-se de acordo com os interesses da família, ser submissa de seu marido, procriar, e cuidar dos filhos e do lar.

Com o passar do tempo e com as mudanças ocorridas no mundo, o papel da mulher começou a ser questionado e conseqüentemente sofreram várias mudanças, sendo que esta começou a ser valorizada principalmente no mercado de trabalho e não teria que satisfazer apenas às atividades domésticas. Não obstante a entrada da mulher no mercado de trabalho nesse período não anulou as atividades domésticas e nem mesmo seu papel de mãe e esposa.

2.2. Expectativas maternas frente o processo de gestação

A experiência da maternidade, na perspectiva psicanalítica winnicottiana, pode ser acompanhada pelo aumento da sensibilidade materna e retraimento psicológico da mãe, que passa a se responsabilizar cada vez mais pelo bebê garantindo-lhe cuidados básicos. Essa capacidade de se responsabilizar pelo bebê viria da forte identificação com ele, desenvolvendo a chamada preocupação materna primária. O retraimento seria importante para o desenvolvimento saudável da díade mãe-bebê, ao passo que os aspectos regressivos poderiam gerar dificuldades para a mãe cuidar do bebê (WINNICOTT, 1988).

Gaertner e Gaertner (1992) enfatizam também a importância do apoio social e de uma bem-sucedida transição da gravidez para a maternidade, pois as bases do relacionamento com o bebê já são estabelecidas nesse período.

A transição para a maternidade começa muito antes do nascimento do bebê, a mulher necessita de um ambiente do qual receba toda assistência necessária para o desenvolvimento saudável tanto da gestação quanto de si própria frente a este momento. Stern (1997, p. 178) denomina as mudanças psíquicas geradas na mãe de constelação da maternidade, sendo este um conceito que traz subsídios para a compreensão dos aspectos emocionais e subjetivos da maternidade. Este autor aponta que a constelação da maternidade envolve quatro principais temas, sendo eles *vida e crescimento*, *relacionar-se primário*, *matriz de apoio* e *reorganização da identidade*.

No tema vida e crescimento a questão central é se a mãe será capaz de fazer com que seu bebê cresça e se desenvolva fisicamente, referindo-se também aos medos dessa mãe em relação à aborto, doenças e até mesmo má formações em seu bebê.

O relacionar-se primário trata-se de um tema de extrema importância na díade mãe-bebê, sendo tratado tanto o envolvimento social quanto emocional da mãe com seu filho, incluindo *apego*, *afeição*, *sentimento de segurança* e principalmente o *holding*. Dentro deste tema está envolvido também o medo da mulher de não conseguir ser uma mãe suficientemente boa e principalmente de não conseguir exercer a maternidade e amar seu filho.

Já a matriz de apoio seria a concretização do relacionar-se primário, sendo que se refere à necessidade da mãe de criar, permitir e aceitar uma rede de apoio que seja protetora para seu bebê.

E a reorganização da identidade é o estabelecimento da maternidade e a organização da identidade da mulher enquanto mãe, redefinindo as prioridades do novo papel que virá assumir.

Deste modo para Stern (1997) é possível constatar que há vários fatores que influenciam a mulher no processo de tornar-se mãe, sendo todos eles imprescindível na díade mãe-bebê.

Klein (1974) assinalou que o bebê passaria por dois momentos que marcariam seu desenvolvimento: a posição esquizoparanóide e a posição depressiva.

O primeiro período refere-se aos impulsos destrutivos e a ansiedade persecutória do bebê que estão em seu auge, sendo que o conflito se dá em função da sobrevivência do ego; deste modo entende-se que a ansiedade gerada no bebê se dá em função do bem-estar de seu próprio ego e os impulsos destrutivos geram neste o medo da destruição da mãe amada, aquela que o alimenta e oferece os devidos cuidados.

Já a posição depressiva segundo Klein (1991) está ligada à capacidade do bebê de amar e se preocupar com o bem-estar do outro e não só de si mesmo, sendo que inicialmente esta fase inicia-se através de certa ansiedade pela culpa, remorso e desejo de reparar o dano feito.

A gravidez é uma transição que faz parte do processo normal do desenvolvimento. Envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões: em primeiro lugar, verifica-se mudança de identidade e uma nova definição de papéis – a mulher passa a se olhar e a ser olhada de uma maneira diferente. (MALDONADO, 1986, p. 26).

O processo da gestação é cheio de significações por parte da mãe, na maioria das vezes quando se tratando de uma gravidez desejada a mulher cria expectativas e fantasias em cima do bebê esperado.

De acordo com Maldonado (2000) no caso das primíparas, ou seja, mulheres que serão mães pela primeira vez, há um maior impacto devido à certa alteração de identidade, sendo que a mesma além de mulher e filha, agora será mãe, e a partir disso irá vivenciar experiências passadas novamente, porém

exercendo um outro papel. Nas multíparas também ocorrem mudanças, sendo que ser mãe de apenas um não é a mesma coisa de ser mãe de dois ou mais. Deste modo é possível pensar que as mudanças geradas durante a gestação não são apenas externas, há também uma reestruturação interna na mãe que aguarda e sonha com seu bebê.

Quanto às fantasias geradas da mãe, na Psicanálise de acordo com Laplanche e Pontalis (2000), fantasia refere-se ao mundo imaginário, a seus conteúdos e à atividade criadora que o anima.

O desejo pela maternidade estaria presente desde a mais tenra infância e seria o mais profundo fantasma da mãe (Soulé, 1987), associando-se, principalmente, aos seus conflitos edípicos infantis (Soulé, 1987; Lebovici, 1995; Debray, 1988). Este desejo seria o responsável, então, pela existência de um bebê de fantasia (ou fantasmático), decorrente de conflitos reprimidos e profundos, circunscritos na infância materna (Lebovici, 1998^a; 1995). O bebê imaginário, por outro lado, seria o produto da maternidade (Lebovici, 1988), pois estaria vinculado, não ao desejo de ser mãe, mas ao desejo da mulher de ter um filho e às fantasias sobre uma futura gravidez.

Algumas mulheres criam expectativas e passam a fantasiar a maternidade e seu futuro bebê até mesmo antes do período de gestação, quando já existe um anseio pela gravidez e até mesmo a tentativa pela mesma; estas fantasias fazem parte da realidade individual de cada mulher. Para Maldonado (1997), citado por Piccinini, Gomes, Moreira, e Lopes (2002), as expectativas tem origem no seu próprio mundo interior, baseadas nas suas relações passadas e nas suas necessidades conscientes e inconscientes relacionadas com aquele bebê.

Para Mannoni (1988) o nascimento de um filho vai ocupar lugar entre os sonhos perdidos da mãe, na medida em que aquilo que esta deseja no decurso da gravidez é, antes de mais nada, a recompensa ou a repetição de sua própria infância. A imagem fantasmática do filho se sobrepõe à imagem real do mesmo. Esse filho sonhado nasce com a missão de fazer diferente o que na história da mãe foi julgado deficiente ou de prolongar aquilo a que ela teve de renunciar. Mannoni afirma também que:

Qualquer que seja a mãe, o nascimento de uma criança nunca corresponde exatamente ao que ela espera. Depois da provação da gravidez e do parto, deveria vir a compensação que faria dela uma mãe feliz (...)

As expectativas da mãe em relação ao bebê exercem funções tanto positivas quanto negativas. A gestante parece ter um nível de relação próximo com o bebê quando ela consegue imaginá-lo, investir nesta imagem, ainda que esta provenha de ideais desejados (Raphael-Leff, 1991). As expectativas são consideradas negativas quando não há espaço para o bebê assumir sua própria identidade, isto é, quando a mãe não consegue aceitar a singularidade de seu filho e abandonar sua carga maciça de projeções (Brazelton & Cramer, 1992; Caron & cols., 2000; Szejer & Stewart, 1997).

Deste modo entende-se que é saudável que a mulher tenha fantasias com seu bebê antes mesmo de seu nascimento, sendo que estas fantasias possivelmente irão partir de experiências individuais passadas desta futura mãe; quando a mulher sonha e imagina seu bebê, possibilita um possível vínculo que poderá vir a se estabelecer após o nascimento. Não obstante, estas fantasias podem se tornar um complicador quando em excesso a mesma não aceita que seu bebê terá sua própria identidade e poderá não satisfazer todas as expectativas criadas durante o processo de gestação, sendo que este bebê precisará de espaço para se desenvolver quanto indivíduo.

A mulher sofre uma perda simbólica quando seu bebê não corresponde exatamente às suas expectativas, podendo acontecer tanto após quanto antes o nascimento, acarretando certa rejeição por parte da mesma com o bebê.

Pode-se muito bem perguntar como se desenvolverá uma criança que, desde o nascimento, é confrontada com uma rejeição tão intensa. Suponho que essas reações arcaicas, mesmo quando o perigo de vida foi superado, deixam sequelas psicossomáticas, embora menos críticas. (Spitz 1991, p. 158)

Quando esta rejeição parte de algo mais específico como se tratando de uma deficiência, há uma série de mudanças na vida da mulher, especialmente no que se refere a se preparar para a chegada do filho. A palavra deficiência em um primeiro momento remete a algo que possa vir da ordem de uma incapacidade ou impossibilidade.

Segundo Jerusalinsky (2010) crianças com problemas físicos e neurológicos podem encontrar limites até mesmo em seu desenvolvimento psíquico. Contudo é necessário que o desejo dos pais não fique colado a uma imagem de incapacidade em relação aos filhos. Ainda nesse sentido Freud (1920) ressalta que

o desejo é inconsciente. Esse desejo não é biológico e não tem a ver com a necessidade. O que o caracteriza é a presença de uma ausência, é um retorno a um objeto perdido em que a presença é marcada pela falta. Não há um sujeito único, mas dois sujeitos: o sujeito social, que segue regras e é portador do discurso manifesto e o sujeito inconsciente que é recalcado, mas portador do desejo inconsciente.

Deste modo, é possível pensar em um possível luto vivenciado por essa mãe, do qual constitui-se pela perda do filho desejado e o ganho do real, havendo então uma exigência de que toda libido antes investida nesse objeto seja redirecionada. É a partir da perda do bebê desejado que a mãe percebe o quanto o desejava e deste modo pode não estar preparada para substituí-lo em um primeiro momento.

Do anúncio da gravidez ao anúncio de uma deficiência há um todo a ser analisado, sendo que esta mãe precisa vivenciar e elaborar este luto para que futuramente consiga desenvolver novas possibilidades de vida para o seu filho portador de deficiência.

2.3. A mãe diante a constatação da deficiência de seu bebê

O nascimento de um bebê é um período emocionalmente vulnerável para a mãe, sendo que após o parto haverá uma desconstrução da imagem idealizada do bebê que formou-se durante o período da gestação e em alguns casos até mesmo antes. Ao longo da gestação esta imagem é de suma importância para a gestante, pois é com ela que haverá uma identificação que possibilitará um futuro vínculo na díade mãe-bebê. É certo que em algum momento após o nascimento o bebê não corresponda exatamente às expectativas e nem tanto às fantasias criadas pela mãe durante a gestação, a partir deste momento o bebê torna-se de certa forma “independente” da mãe e logo se desenvolverá enquanto indivíduo.

A frustração está presente em grande parte da vida de todas as pessoas, sendo que nesse sentido é certo que em algum momento uma mãe irá sentir raiva, angústia ou até mesmo culpa em relação ao seu filho, já que ninguém nasce sabendo como ou até mesmo aprende a realizar todas as expectativas depositadas em si. É possível constatar isso até mesmo em relações aleatórias que não sejam de pais e filhos como em amigos, namoros, casamentos, etc.

Contudo, quando há a constatação de algum tipo de deficiência no bebê tanto antes quanto após o parto é possível que a mãe não esteja preparada para tal demanda, podendo assim surgir vários tipos de sentimentos que de acordo com Amaral (1995) caracteriza-se por uma mistura de extremos, como amor e ódio, alegria e sofrimento, aceitação e rejeição, euforia e depressão, além de sentimentos de angústia como medo, culpa e vergonha.

Além dos sentimentos gerados nesse período há também a preocupação, da qual irá acompanhar a família por toda a vida, com maior ou menor intensidade, dependendo da capacidade de adaptação de todos os seus membros (PANIAGUA, 2004), já que uma deficiência quase sempre causará sofrimento, desconforto, embaraço, lágrimas e confusão, além de requerer o investimento de muito tempo e dinheiro (BUSCAGLIA, 2002).

Desde o momento em que se descobre a gravidez, os pais tendem a fazer planos para o filho que está por vir, os mesmos nunca pensam na possibilidade de se ter um filho com deficiência, sendo que geralmente a gravidez está acompanhada de comemorações e expectativas. Todos esperam pela chegada da criança ansiosamente e compartilham juntos deste momento, de forma que qualquer eventualidade desconhecida ou não planejada torna-se uma realidade dura de ser aceita. Tais fatores acontecem uma vez que a cultura em que vivemos nos educa para que não se pense sobre uma hipótese de ter um filho deficiente, uma vez que consideram que pensar estaria atraindo realidades não desejáveis (DREXSLER; FALKENBACH; WERLER, 2007).

É importante ressaltar que a forma como é transmitida a notícia da deficiência do filho pode ter grandes influências nas reações vivenciadas pela mãe (Lemes & Barbosa, 2007), sendo imprescindível que se proporcione um diagnóstico médico compreensível e detalhado e um ambiente acolhedor para esta mãe.

[...] o momento da notícia instala uma crise no sistema familiar, no qual o desenvolvimento do grupo familiar torna-se sofrido e difícil, ou mesmo negado e interditado (Tiengo 1998, p.135).

De acordo com Batista e França (2007) além da própria mãe e outros familiares, alguns profissionais da área da saúde também se apresentam despreparados para lidar com alguns diagnósticos, apresentando muitas vezes reações como omissão de informações ou transmissão da responsabilidade para

terceiros, minimização dos problemas, gerando ilusão; transmissão da notícia de forma destrutiva, colocando-se como se não deveriam criar expectativas positivas em relação ao desenvolvimento da criança; ou a transmissão da notícia de forma distante e impessoal (REGEN; ARDORE; HOLFFMANN, 1993).

Barbosa, Chaud e Gomes (2008) Ferrari, Zaher e Gonçalves (2010) e Sá e Rabinovich (2006), apontam a necessidade de apoio e suporte por parte dos profissionais neste período. Retratam ainda, o sofrimento por parte dos pais e a importância em acreditar nas potencialidades deste filho com deficiência. Este acreditar e as expectativas positivas, que segundo Vilela (2006), pode ser um quesito essencial para avanços no desenvolvimento da criança com deficiência.

Deste modo é evidente que a forma como a notícia é transmitida para a mãe é de grande importância, exigindo-se que hajam profissionais preparados para fornecer as devidas informações em relação à deficiência de seu bebê em um ambiente de acolhimento e respeito, sendo importante também que estes não criem falsas expectativas acerca da realidade vivenciada, mas que transmitam certo encorajamento positivo em relação ao desenvolvimento do bebê. Debray (1988) salienta a distância entre o bebê real e o bebê fantasiado como um fator originário de decepção para a mãe nesse período, sendo que para elas é de suma importância o contato constante com o bebê real, pois ele contribui para que diminua a idealização do anterior.

O pai e a mãe da criança serão ambos afetados, porém de maneiras distintas, assim como também reagirão a isso de formas diferentes (FERLAND, 2009).

A mulher irá passar por um momento muito semelhante ao luto quando o bebê real nascer, sendo que este traz consigo a quebra da idealização do filho perfeito, gerando principalmente na mãe sentimentos de culpa, insatisfação, tristeza, revolta, entre outros.

A não aceitação do filho deficiente pode acontecer logo após seu nascimento ou com a confirmação da deficiência, assim como, mais tardiamente a partir de seu desenvolvimento. Os pais tendem a oscilar, de forma conflituosa, entre a esperança de que as coisas não sejam como pensam e o conhecimento assustador de que alguma coisa de fato está errada (AMIRALIAN, 1986).

Este momento é semelhante a perda de um ente querido; em Luto e Melancolia Freud postula que quando o objeto amado não existe mais surge a exigência de que a libido seja retirada deste para posteriormente ser investida em

novos objetos, porém esta não é uma tarefa fácil de ser realizada. Em alguns casos pode acontecer do sujeito negar a perda do objeto idealizado com o objetivo de afastar-se da realidade árdua de aceitar o real, sendo que neste contexto isso pode ser um complicador para o bebê que logo irá necessitar dos cuidados maternos.

Freud (1929) reconhece este momento difícil em uma carta endereçada a Binswanger por ocasião da morte de seu filho, o que novamente assemelha-se à perda do objeto idealizado pela mãe no momento antes da elaboração deste luto.

Embora nós saibamos que depois de uma perda como essa o estado agudo de luto chegará ao fim, nós também sabemos que permaneceremos inconsoláveis e nunca encontraremos um substituto. Não importa o que venha a preencher o vazio, mesmo que o complete inteiramente, isto de toda forma permanecerá outra coisa. E realmente é assim que deveria ser. Esta é a única forma de perpetuar aquele amor de que não desejamos abrir mão. (Freud, 1929, p.70)

Ao contrário desta situação da qual realmente houve a perda definitiva de um ente querido, é possível que esta mãe futuramente elabore este luto e consiga depositar no objeto real o amor que outrora tinha pelo filho que idealizou antes/durante a gestação. Porém este não é um processo fácil e cada mulher irá lidar de maneiras distintas, sendo imprescindível lembrar que o bebê necessitará desta mãe. A adaptação adequada da mãe às necessidades do bebê possibilita ao bebê gozar de um estado designado por Winnicott (1963) como “*going on being* [continuando a ser]” (WINNICOTT, 1963, p. 183).

Não obstante é necessário que esta mãe tenha condições psíquicas para conseguir elaborar este luto, visto que este não é um processo fácil e requer apoio e acolhimento tanto da família quanto dos profissionais que estarão presentes neste momento. Deste modo se faz importante salientar a relevância de um trabalho multidisciplinar da equipe de saúde; é necessário que esta seja informada pelos médicos das condições reais de seu bebê e receba um espaço de acolhimento para que possa falar sobre o devido momento para que consiga elaborá-lo e consiga estabelecer o vínculo com o “novo” bebê.

2.4. A importância da relação mãe-bebê para o desenvolvimento infantil

A relação mãe-bebê é de suma importância para o desenvolvimento psicológico do bebê, já que é a mãe quem irá proporcionar para o bebê as condições básicas para o estabelecimento de sua saúde mental. A maternidade

muitas vezes consiste em uma experiência de grande significação e dotada de um alto valor afetivo, sendo que a maneira como a mãe lida com seu bebê irá determinar várias condições neste indivíduo mais tarde. Partindo disso, é importante ressaltar que uma relação mãe-bebê saudável não é somente satisfação, expectativas atendidas e nem mesmo felicidade a todo momento, trata-se de um momento que trará também conflitos e angustias, sendo que estes sentimentos convivem lado a lado com as alegrias e gratificações pela maternidade.

Os estágios iniciais do desenvolvimento humano são considerados por Winnicott essenciais, pois neles são constituídas as bases da personalidade e da saúde psíquica da criança. Para o desenvolvimento psíquico saudável, é necessário que a mãe se encontre no estado de “preocupação materna primária” (Winnicott, 1963), ou seja, estado psicológico em que a mãe se encontra sensível às necessidades emocionais e físicas do bebê. Este autor destaca que é impossível que um bebê sobreviva sozinho, ou seja, ele é totalmente dependente da maternagem, pois sem a presença de alguém capaz de fornecer os cuidados básicos este não sobreviverá. Deste modo é importante que o bebê tenha uma mãe da qual esteja identificada com ele e que esteja pronta para atender suas necessidades.

Em contraponto, para Guimarães (2001) quando não ocorre esta identificação, ou se a mãe não proporciona uma adaptação suficientemente boa, o bebê passa a ser invadido, ou seja, não é compreendido a partir do que pode-se chamar de “visão de mundo do bebê”, o que é possível a partir da adaptação ativa do meio maternante. A falha materna prolongada provoca fases de reação à intrusão e as reações interrompem o “continuar do ser” do bebê, gerando uma ameaça de aniquilamento (Winnicott, 1978). Todas as experiências que afetam o bebê são armazenadas em seu sistema de memória, possibilitando a aquisição de confiança no mundo, ou pelo contrário, de falta de confiança (Winnicott, 1999).

É por volta do fim da primeira semana de vida que o bebê começa a responder aos estímulos. Aparecem os primeiros traços de comportamento dirigido para um alvo, isto é, a atividade, presumivelmente associada ao processo psíquico, que parece se estabelecer segundo reflexos condicionados (SPITZ, 1991). Nesse sentido, a mãe sendo a cuidadora principal do bebê é necessário que esta esteja em condições tanto físicas quanto psíquicas para proporcionar ao bebê esses principais estímulos que, para Buhler (1928) futuramente irão atingir à sensibilidade profunda.

Todas as experiências que afetam o bebê são armazenadas em seu sistema de memória, possibilitando a aquisição de confiança no mundo, ou pelo contrário, de falta de confiança. (Winnicott, 1999)

Winnicott (1963a/1983a) também apresenta a comunicação silenciosa como primordial na relação mãe-bebê, sendo que inicialmente é impossível que um bebê se comunique de forma verbal e objetiva. Esta comunicação é mais profunda pois é inconsciente, a habilidade de comunicar-se não está fundada na linguagem, mas em uma interação pré-verbal estabelecida pela mutualidade. Este autor reitera que esta comunicação além de proporcionar o vínculo entre mãe e filho é também de grande relevância para o desenvolvimento psíquico do bebê.

Existem três funções essenciais da maternagem suficientemente boa propostas por Winnicott (1999), sendo estas o *holding*, *handling* e a *apresentação dos objetos*. O *holding* é caracterizado pela sustentação do bebê, ou seja, a maneira com que este é segurado no colo. Winnicott (1999) ressalta que no início do desenvolvimento o cuidado com o bebê se dá em torno do termo “segurar”, e por isto esta função se faz tão importante, sendo que a firmeza com que a mãe segura seu bebê poderá resultar em circunstâncias satisfatórias e acelerar o processo de maturação. Um *holding* deficiente –mudanças repetidas de técnicas de maternagem, falta de apoio para a cabeça, ruídos altos, etc. provoca sensação de despedaçamento, de estar caindo num poço sem fundo e de desconfiança na realidade externa. (Winnicott, 2001; Valler, 1990).

O *handling* é a maneira como o bebê é tratado, cuidado e manipulado. Winnicott (1999) pode constatar em seu trabalho com crianças fisicamente doentes que muitas vezes a falta de contato corpo a corpo pode acarretar problemas psicológicos.

Na apresentação dos objetos, “a mãe começa a mostrar-se substituível e a propiciar ao seu bebê o encontro e a criação de novos objetos que serão mais adequados ao seu atual estado de desenvolvimento” (Coutinho, 1997:103). Esta fase do desenvolvimento, também chamada de realização (por tornar real o impulso criativo da criança), inclui não só o início das relações interpessoais, mas também a introdução de todo o mundo da realidade compartilhada para o bebê (Winnicott, 2001).

Deste modo para um desenvolvimento saudável infantil é necessário que a mãe esteja em boas condições físicas e psíquicas, já que o bebê dependerá totalmente dela para conseguir se constituir quanto indivíduo psiquicamente saudável.

3. CONCLUSÃO

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico acerca da realidade da mulher e da maternidade em diferentes períodos, sendo possível fazer algumas comparações com a realidade dos séculos passados com a presente atualidade. Foi visto que apesar de várias mudanças significativas ainda é predominante em nossa sociedade o pensamento de que a mulher nasceu para procriar, cuidar dos filhos e amá-los incondicionalmente, e apesar desse pensamento ter sido desconstruído de forma satisfatória ainda há uma grande cobrança em cima da imagem da mulher e do feminino.

A partir dessa exigência imposta na mulher diante a maternidade, esta não está preparada para lidar com a frustração e nem mesmo com a rejeição, já que lhe é cobrado o tempo todo que exerça a função de mãe independente do que ela escolher, essas cobranças aparecem até mesmo através de falas como: “Já casou?” “Não vai ter filhos?” “Já passou da hora hein?”, entre outras. Nesse sentido é possível constatar que desde a infância é predominante o pensamento de que para constituir o ápice da feminilidade a mulher deve se casar e ter e amar incondicionalmente seus filhos, como se não houvessem outras possibilidades, escolhas e modos de expressão dos sentimentos em relação a prole.

Posteriormente, foi visto que a transição para a maternidade começa muito antes do nascimento do bebê, sendo o processo de gestação um período de grande significação para a mulher. Este processo irá facilitar um futuro vínculo com o bebê através das fantasias, expectativas e até mesmo com o contato físico interno que acontece através dos movimentos e chutes do bebê. Tanto para mulheres que desejaram ou não pela maternidade surgirão sentimentos variados quando há a constatação de algum tipo de deficiência no bebê esperado, grande parte das gestantes ou mães não estão preparadas para tal demanda, surgindo então sentimentos de angústia, culpa, desamparo, rejeição e passam por uma resistência até a aceitação, sendo que há casos em que a rejeição predomina pelo resto da vida.

Foi visto também a importância da forma como a notícia é transmitida para estas mães, sendo que nem sempre a equipe médica está preparada para dar essa notícia e acabam não dando a devida atenção, sendo necessário que o profissional proponha um ambiente acolhedor para estas mães e consiga dar todas as informações importantes a respeito do diagnóstico do bebê.

Sendo assim este breve levantamento bibliográfico, que se constitui em um recorte da pesquisa “A mãe frente à descoberta da deficiência de seu bebê: estudo sobre a dimensão psicológica” foi de grande relevância para a constituição do conhecimento acerca dessa realidade, abrangendo temas importantes para a compreensão e conhecimento do determinado estudo. Através do estudo de vários autores psicanalíticos, dentre outros que versam sobre o tema foi possível uma ampla compreensão da realidade de mulheres que passam pela situação de ter um bebê deficiente, sendo que a psicanálise contribuiu de forma significativa para a realização deste estudo.

É possível também através deste estudo, ampliar o olhar e propor certa conscientização dos profissionais que trabalham nesta área para com essas mães, sendo de grande importância tanto o apoio médico quanto psicológico afim de ampará-las em suas necessidades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. Psicologia do excepcional. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em < <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1932/1903> > Acesso em 02 de Março de 2017

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. [Tradução: Waltensir Dutra]. Disponível em < [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf) > Acesso em 26 de Janeiro de 2017

BARBOSA, M. A M.; CHAUD, M. N.; GOMES, M. M. Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo Fenomenológico. **Acta Paul Enfermagem**: 2008.

BATISTA, S. M.; FRANÇA, R. M. Família de pessoas com deficiência: Desafios e superação. Revista de Divulgação Técnico Científica do ICPG, Blumenau, v. 3, n. 10, p. 117-121, 2007. Disponível em <

<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.003> > Acesso em 17 de Janeiro de 2017

Brazelton, T. & Cramer, B. (1992). As primeiras relações. São Paulo: Martins Fontes
< <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf>

BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais: Um desafio ao aconselhamento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Brousse, M. H. (1993). Femme ou mère? La Cause Freudienne, jun., 30-3.

_____ (2001). Las feminidades: El otro sexo entre metáfora y suplencia. In J.-A. Miller (org.). Del Édipo a la sexuación. Buenos Aires: Paidós (pp. 55- 62).

Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v9n16/v9n16a02.pdf> > Acesso em 26 de Janeiro de 2017

Caron, N. (2000). O ambiente intra-uterino e a relação materno-fetal. Em N. Caron (Org.), A relação pais-bebê: Da observação à clínica (pp. 119-134). São Paulo: Casa do Psicólogo. em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf>

Coutinho F. O ambiente facilitador: a mãe suficientemente boa. In: Podkameni AB, Guimarães MAC. Winnicott: 100 anos de um analista criativo. Rio de Janeiro: Nau; 1997. p. 97-104.

DEBRAY, R. (1988) Mães em revolta. Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v11n1/v11n1a12.pdf> > Acesso em 02 de Março de 2017

DREXSLER, Greice; FALKENBACH, Atos Prinz; WERLER, Verônica. A relação mãe/criança com deficiência: sentimentos e experiências. Ver. Latino-Am. Enfermagem, v. 19, n 4, p. 1-9, 2011.

FERLAND, F. Além da deficiência física ou intelectual: um filho a ser descoberto. Tradução de Maria Madalena Moraes Sant'Anna. Londrina: Midiograf, 2009.

Disponível em < <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.003> > Acesso em 19 de Fevereiro de 2017

FERRARI; S., ZAHAR; V. L.; GONÇALVES; M. de J. O nascimento de um bebê prematuro ou deficiente: questões de bioética na comunicação do diagnóstico. **Psicologia USP** [online]. São Paulo, vol.21, n.4, p. 781-808, 2010.

Forna, A. (1999). Mãe de todos os mitos: Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro

FREUD, S. (1929) Letter to Ludwig Binswanger. In: FRANKIEL, R. V. (ed.) (1994) *Essential papers on Object Loss*. New York: New York University Press, 1994, p. 70.

Gaertner, A., & Gaertner, B. (1992) Schwangerschaftsprozesse: zwei Fallstudien im Kontrastiven Vergleich. Zeitschrift fur Sexualforschung, 5 (4), 285-313. Disponível em <

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2931/000328855.pdf?sequenc> > Acesso em: 30 de Novembro de 2016

Guimarães, M. A. C. (2001). A rede de sustentação: um modelo winnicottiano em saúde coletiva. Tese de Doutorado, PUC-RJ. Disponível em < <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Fernanda-Buzzinari-Ribeiro-de-Sa.pdf> > Acesso em 07 de Maio de 2017

JERUSALINSKY, A. Psicose e deficiência mental. In: Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar. 5. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010

Klaus, M., & Kennel, J. (1992). Pais/bebê: A formação do apego. Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf> > Acesso em 26 de Maio de 2017

Klein, M. & Rivière, J. (1937). Amor, ódio e reparação. Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Imago/Edusp, 1975

Klein, M (1974). Inveja e Gratidão: Um estudo das forças inconscientes. Rio de Janeiro: Imago.

KLEIN, M. Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991 -1997. Vol. 3. P. 281-297. Disponível em < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfZEgAD/teoria-das-posicoes-melanie-klein> > Acesso em 01 de Dezembro de 2016

Laplanche, J., & Pontalis, J-B. (2000). Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a09.pdf> > Acesso em 24 de Agosto de 2016

Lebovici, S. (1987). A mãe, o bebê e o psicanalista. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lebovici, S. (1988). Fantasmatic interaction and intergenerational transmission. *Infant Mental Health Journal*, 9 (1): 10-19. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14282/000659548.pdf?sequence=1> > Acesso em 01 de Dezembro de 2016

Lebovici, S. (1988a). Maternidade. Em: Costa, G. & Katz, G. *Dinâmica das Relações Conjugais*. (pp. 41-61). Porto Alegre, Artes Médicas. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14282/000659548.pdf?sequence=1> > Acesso em 01 de Dezembro de 2016

Lebovici, S. (1995). Creativity and the infant's competence. *Infant Mental Health Journal*, 16 (1): 10-15B. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14282/000659548.pdf?sequence=1> > Acesso em 01 de Dezembro de 2016

LEMES, L. C.; BARBOSA, M. M. Comunicando à mãe o nascimento do filho com deficiência. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 441-445, 2007. MALDONADO, Maria Tereza. *Psicologia da Gravidez: Parto e Puerpério*. 15. Ed. Editora Saraiva 2000

MANNONI, M. A criança retardada e a mãe. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Disponível em < http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_comentario01.pdf > Acesso em 03 de Janeiro de 2017

NADER, M. B. Mulher: Do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997. Disponível em < http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97602/emidio_ts_me_assis.pdf?sequence=1 > Acesso em 26 de Janeiro de 2017

PANIAGUA, G. As Famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2ª ed. v. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 330-346.

Piccinini, C., Gomes, A., Moreira, L., & Lopes, R. (2002). Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v8n2/v8n2a07.pdf> > Acesso em 24 de Agosto de 2016

Raphael-Leff, J. (1991). Psychologic al processes of childbearing. Londres: Chapman & Hall. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf> > Acesso em 30 de Agosto de 2016

Raphael-Leff, J. (1997). Gravidez: A história interior. Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf> > Acesso em 26 de Maio de 2017

REGEN, M.; ARDORE, M.; HOLFFMANN, V. M. B. Mães e Filhos Especiais: Relato de experiência com grupos de mães de crianças com deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1993. Disponível em < <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.003> > Acesso em 17 de Janeiro de 2017

SÁ, S.M.P.; RABINOVICH E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. Salvador, v.16, p. 68- 84, 2006.

Serrurier, C. (1993). Elogio às mães más. São Paulo, SP: Summus. Trindade, Z. A. (1993). As representações sociais e o cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(3), 535 – 546. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a13v19n2.pdf> > Acesso em 15 de Janeiro de 2017

Soifer, R. (1980). Psicologia da gravidez, parto e puerpério. Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf> > Acesso em 26 de Maio de 2017

SPITZ, René A. *O primeiro ano de vida*. Tradução ROCHA, Erothildes Millian Barros . Martins Fontes. Ed. 6ª São Paulo, 1991

Stern, D. (1997). A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais-bebê (M. V. A. Veronese, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0294.pdf> > Acesso em: 30 de Novembro de 2016

Szejer, M. & Stewart, R. (1997). Nove meses na vida da mulher. São Paulo: Casa do Psicólogo. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf> > Acesso em 23 de Novembro de 2017

TIENGO, M. A. A. Reflexões sobre o processo de autonomia da criança com deficiência e sua família. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 133-6, 1998. Disponível em < <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.003> > Acesso em 17 de Janeiro de 2017

WINNICOTT, D. W. (1963) Communicating and not communicating leading to a study of certain opposites. In: _____. *The Maturation Process and the Facilitating Environment*. London: Karnac Books, 1990, p. 179-192

Valler, E.H.R. (1990). A teoria do desenvolvimento emocional de D. W. Winnicott. Revista Brasileira de Psicanálise. 24 (2) Disponível em < <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Fernanda-Buzzinari-Ribeiro-de-Sa.pdf> > Acesso em 12 de Maio de 2017

Winnicott D. Da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1978.
Winnicott, D. W. (1978). Psicose e cuidados maternos. Em D. W. Winnicott (Org.), Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise (2ª ed. pp. 375-387). Rio de Janeiro: Francisco Alves (Original publicado em 1952) Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300005 > Acesso em 07 de Maio de 2017

WINNICOTT, D.W. Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos.(1983) In : WINNICOTT, D.W. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em < <http://www.redepsi.com.br/2009/05/26/a-comunica-o-silenciosa-reflex-es-sobre-a-linguagem-n-o-verbal-em-winnicott/> > Acesso em 21 de Maio de 2017

Winnicott, D. W. (1988a). Retraimento e regressão. In D. W. Winnicott. Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise (pp. 427-435). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1954).

Winnicott, D. W. (1999a). A delinquência como sinal de esperança. Em: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 81-91). (P. Sandler, trad.) (3ª.ed.) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1967a). Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300010 > Acesso em 26/05/2017

Winnicott, D. W. (1999b). O conceito de indivíduo saudável. Em: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 3-22). (P. Sandler, trad.) (3ª.ed.) São Paulo:

Martins Fontes. (Original publicado em 1967b). Disponível em <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300010 > Acesso em 26/05/2017

A MÁGICA COMO UM RECURSO MOTIVACIONAL NA MATEMÁTICA

FERNANDES, Vanessa de Almeida – Uni-FACEF
GERA-RIBEIRO, Adriana Aparecida Silvestre – Uni-FACEF
COELHO, Lucinda Maria de Fátima Rodrigues – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Incentivo de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa desenvolvido pela CAPES em parceria com os cursos de licenciatura e possui o objetivo de aperfeiçoar e valorizar a formação de professores para a educação básica, promovendo a interação entre teoria e prática, permitindo assim que os licenciandos vivenciem o cotidiano de um professor. Além disso, o programa possibilita que os bolsistas criem e participem de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes inovadoras e interdisciplinares com o intuito de despertar nos alunos interesse pelos conteúdos trabalhados e motivação para aprender.

2. MOTIVAÇÃO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A motivação é uma variável relevante no processo ensino-aprendizagem e no sucesso dos alunos no contexto escolar, uma vez que o rendimento escolar não pode ser explicado unicamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condição socioeconômica (LOURENÇO e PAIVA, 2010). Além disso, a motivação tem implicações diretas na qualidade do envolvimento do aprendiz com os conteúdos escolares. O envolvimento dos alunos nas disciplinas curriculares parece variar em função de diversos fatores, individuais e de contexto, ligados à motivação. As mais recentes teorias cognitivas da motivação consideram que algumas alternativas para conseguir o envolvimento dos estudantes englobam tanto a motivação intrínseca quanto a motivação extrínseca (RIBEIRO, 2011).

Vale salientar que quando se considera a motivação para a aprendizagem é necessário considerar as características do contexto escolar, uma

vez que as tarefas e atividades vivenciadas na escola estão associadas a processos cognitivos como, por exemplo, a capacidade de atenção, de concentração, de processamento de informações, de raciocínio e de resolução de problemas.

Ressalta-se também que há uma relação de reciprocidade entre a aprendizagem e a motivação. A motivação pode interferir na aprendizagem e no desempenho, bem como a aprendizagem pode produzir um efeito na motivação. O aluno motivado busca novos conhecimentos, participa nas tarefas com entusiasmo e revela disposição para novos desafios (ALCARÁ e GUIMARÃES apud LOURENÇO e PAIVA, 2010).

O fator motivacional possibilita também esclarecer o porquê alguns aprendizes gostam e aproveitam a vida escolar, revelando novas capacidades e desenvolvendo todo o seu potencial e porque outros demonstram pouco interesse pelas atividades desenvolvidas no contexto escolar, muitas vezes realizando-as por obrigação ou de forma pouco responsável (GARRIDO; LENS apud LOURENÇO e PAIVA, 2010).

Contudo, Boruchovitch apud Ribeiro (2011) pontua que a motivação não é somente uma característica própria do aluno, mas esta também deve ser mediada pelo professor, pelo ambiente de sala de aula e pela cultura da escola. Portanto, cabe ao professor criar alternativas que consigam atrair, encantar, prender a atenção e propiciar a descoberta, desenvolvendo nos aprendizes uma atitude de investigação, uma atitude que garanta o desejo mais duradouro de saber.

Sendo assim, a utilização de uma estratégia diferenciada para motivar e ensinar os alunos é um desafio constante para os professores. Uma dessas estratégias inovadoras e que tem sido usada nas aulas de várias disciplinas, inclusive nas de Matemática, é a mágica.

3. MÁGICAS E MATEMÁTICA

Segundo Ruiz Domingues (2016, p. 223):

A mágica é uma disciplina que fascina a humanidade desde o início dos tempos. Considerados seres sobrenaturais desde tempos imemoriais, homens, mulheres, bruxos, bruxas, magos, feiticeiras, etc, têm impressionado multidões com feitos quase impossíveis. Muitos desses feitos eram resultado de ilusões de óptica, outros tinham causas científicas preparadas previamente pelo mágico.

Mágicas ou truques são recursos interessantes, os quais podem ser utilizados como recurso didático. É uma oportunidade que temos de fazê-los e se realizados de forma eficiente, podendo ser usados como uma ampliação da prática habitual da aula.

Cada mágica, que pode ser realizada pelo professor ou por um de seus alunos pode ser explorada por meio de atividades na seguinte sequência:

- **Convite ou escolha de alguém dos assistentes a participarem da brincadeira:** o mágico (a pessoa que realiza o truque), o qual pode ser o professor ou um aluno que tenha sido preparado previamente para a apresentação, convida um ou mais alunos dependendo da mágica para participar da brincadeira.
- **Apresentação da mágica para a classe**
- **Desafio para descobrir qual é o segredo da mágica:** o mágico desafia a plateia a descobrir o funcionamento do truque apresentado
- **Exploração da aritmética da mágica:** o mágico (ou o professor) leva a plateia (classe) à descoberta do segredo do truque e faz, em seguida, uma pequena exploração sobre os fundamentos matemáticos que foram empregados.

Alternativamente, o professor pode propor como desafio a descoberta do truque e a exploração da matemática pode ser trabalhada em uma ocasião posterior.

A mágica também estimula o gosto pelo raciocínio lógico-dedutivo e introduz, de maneira intuitiva, resultados de lógica matemática.

3.1. Mágicas Selecionadas

Essas atividades são problemas aritméticos disfarçados, as quais geralmente podem estar baseadas na observação de algum padrão ou no desenvolvimento de expressões matemáticas que levam a uma identidade ou igualdade algébrica a qual verificamos sempre, para qualquer valor da variável que contenha a expressão.

A seguir, selecionamos algumas "mágicas" cujos princípios e conceitos matemáticos são fáceis de serem realizados.

3.1.1. Raiz Cúbica Instantânea

Material: calculadora e a tabela a seguir.

Tabela 1 – Números elevados à terceira potência

$1^3 = 1$	$6^3 = 216$
$2^3 = 8$	$7^3 = 343$
$3^3 = 27$	$8^3 = 512$
$4^3 = 64$	$9^3 = 729$
$5^3 = 125$	$10^3 = 1000$

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

Apresentação: Neste truque, o mágico exibe um quadro com os cubos dos números inteiros de 1 a 10, e pede a uma pessoa que pense em um número de 11 a 99, mantenha-o em segredo, e calcule seu cubo. Uma calculadora pode (e deve) ser usada. A pessoa diz o resultado e imediatamente o mágico revela o número pensado.

Segredo: O mágico pode escrever o quadro acima a título de "revisão" sobre o conceito de cubo e deixá-lo a vista ou o mágico memoriza a tabela de valores dos cubos dos dez primeiros inteiros. Examinando esta tabela verificamos que cada um dos dez cubos termina com um algarismo diferente. Por exemplo, como $8^3 = 512$, se um número de dois algarismos termina com o algarismo 8, seu cubo também termina com 2; $18^3 = 5832$, $28^3 = 21952$, etc.

Quanto ao truque, supondo que a pessoa pensou no número 57. Ela obtém $57^3 = 185193$ com o auxílio da calculadora e diz este número ao mágico. Este sabe então que o algarismo das unidades do número pensado é 7. O mágico então ignora os três últimos algarismos de 185193, ficando com 185. Ao olhar na tabela, procura o número mais próximo ≤ 185 (menor ou igual a 185). Neste caso, encontra 125, que é o cubo de 5. Este 5 será o algarismo das dezenas do número pensado. O mágico imediatamente recompõe o número pensado: 57. Justificativa: como $5^3 = 125$, e $6^3 = 216$, teremos $50^3 = 125000$, e $60^3 = 216000$. Como $50^3 < 185193 < 60^3$, o único número do qual 185193 pode ser cubo é 57, pois este é o único número, entre 50 e 60, com algarismos das unidades igual a 3.

3.1.2. Passando Três Pessoas pelo Buraco do Papel

Material: uma folha de papel (tamanho A4 ou menor) e uma tesoura.

Neste truque, o mágico com uma folha de papel, chama um voluntário e diz para fazer um buraco no papel, através do qual deverão passar três pessoas.

3.1.3. Pessoas com grande afinidade

Material: Calculadora

Apresentação: O mágico pede a uma pessoa A que escolha outra pessoa B da plateia e diz que vai adivinhar um número pensado por A usando forças telepáticas através de B e, nesse procedimento, vai também adivinhar se A e B tem afinidade de pensamentos.

- O mágico aproxima-se de B e pede que pense em um número de 1 a 9 e lhe revele em segredo esse número.
- Voltando-se para A, pede que pense em um número de 1 a 100 e multiplique esse número por 5
- Em seguida acrescente 5 ao resultado e multiplique o resultado final por 2.
- Então, o mágico pede que A subtraia do último resultado um "número estratégico" e diga qual foi o resultado.
- Digamos que A responda: 563. O mágico então volta-se para A e diz: – Ah, vocês tem bastante afinidade, porque seu amigo B pensou no número 3, enquanto que você pensou no número 56 !
- Alternativamente, o mágico pode trabalhar este truque com várias pessoas da audiência simultaneamente, "adivinhando" o número pensado por cada uma, através do número chave dado por B.

Segredo: O "número estratégico" a ser subtraído ao final é **10 - b**, sendo **b** o número pensado e informado ao mágico pela pessoa B.

Por exemplo, se B pensou no número 3 e A pensou no número 56 , os cálculos desenvolvidos por A foram:

$$56 \times 5 = 280$$

$$280 + 5 = 285$$

$$285 \times 2 = 570$$

$$570 - \text{número estratégico} = 570 - (10 - 3) = 570 - 7 = 563$$

3.1.4. Quadrados Mágicos

Material: Calendário mensal qualquer.

Apresentação: O mágico apresenta um calendário mensal qualquer e pede a uma pessoa da plateia que selecione neste calendário, em segredo, um bloco quadrado 4x4 de datas, isto é, quatro linhas por quatro colunas. A seguir, o mágico pede então que essa pessoa escolha quatro datas neste bloco de tal forma que essas datas pertençam a colunas e linhas diferentes. Por exemplo:

Figura 1 – Calendário de meses aleatórios

dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O mágico pede então que a pessoa calcule a soma das quatro datas, em segredo, e em seguida diga a primeira data, que apareça na primeira linha e na primeira coluna do bloco. O mágico então revela a soma das quatro datas selecionadas.

Segredo: Observe que a soma dos quatro números escolhidos será a soma dos números da primeira coluna, que no exemplo são 2, 9, 16 e 23, acrescida de 6, correspondente a deslocamentos para a direita de 0, 1, 2 e 3 unidades, ocorridos quando são escolhidos os números das primeira, segunda, terceira e quarta colunas. Por exemplo, se foram escolhidos os números 4, 9, 17 e 26, a soma destes será $4 + 9 + 17 + 26$, que é $(2 + 2) + (9 + 0) + (16 + 1) + (23 + 3)$, ou seja, $(2 + 9 + 16 + 23) + (1 + 2 + 3) = (2 + 9 + 16 + 23) + 6$. Uma tal soma é também a soma dos elementos da diagonal principal, $2 + 10 + 18 + 26$, que é $2 + (9 + 1) + (16 + 2) + (23 + 3)$.

3.1.5. Dados Mágicos

Material: Dados iguais

Apresentação: O mágico pede ajuda de alguém da plateia, mostra os dados e diz para o ajudante empilhá-los enquanto o mágico está de costas. Em seguida o mágico vira e diz que vai adivinhar a soma do valor das faces oculta dos dados.

Concentra-se. Faz as contas mentalmente e diz o resultado da soma. Em seguida tira dado por dado e pede para que alguém some os valores das faces ocultas junto com você

Segredo: A soma das faces opostas de um dado é sempre 7. Por exemplo, quando você coloca quatro dados um sobre o outro, terá sete faces ocultas. Somando o número dessas faces mais a face de cima, sempre resultará 28. Então é só subtrair o valor da face de cima do primeiro dado do número 28. Por exemplo, se o valor da face de cima for 3, então a soma das faces ocultas será 25, pois $28 - 3 = 25$

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar matemática é desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. O professor de matemática deve procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a organização, concentração, atenção, raciocínio lógico-dedutivo e o senso cooperativo, desenvolvendo a socialização e aumentando as interações do indivíduo com outras pessoas.

O uso de truques da Matemática ao mudar a rotina da classe tem por objetivo despertar nas crianças e adolescentes o interesse por essa disciplina. Para isso, eles devem ser utilizados ocasionalmente na atividade escolar diária. Devemos utilizá-los não somente como instrumentos recreativos, mas como facilitadores na aprendizagem, colaborando para trabalhar os bloqueios que os alunos apresentam em relação a alguns conteúdos matemáticos.

A descoberta dos truques estimula o desenvolvimento de habilidades na realização de operações aritméticas simples; da busca de padrões e, sobretudo, da curiosidade, um fator fundamental para pesquisas.

Descobrir o mistério envolvido no truque eleva a autonomia e a autoestima. A tentativa e o erro são importantes nesse processo, pois embora na investigação matemática o resultado seja relevante, ainda mais importante é o caminho percorrido para encontrá-lo.

REFERÊNCIAS

LOURENÇO, Abílio Afonso; PAIVA, Maria Olímpia Almeida de. A motivação escolar e o processo de aprendizagem. *Ciência e cognição*, v. 15, n. 2, p. 132-141, 2010.

RIBEIRO, Filomena. Motivação e aprendizagem em contexto escolar. *PROFFORMA - Revista online do Centro de Formação de Professores do Nordeste Alentejano*, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <
http://www.cefopna.edu.pt/revista/revista_03/es_05_03_FR.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

RUIZ DOMINGUES, Xuxo. *Ensinando com mágica: o ilusionismo como recurso didático*. Tradução de Guilherme Summa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 224.

A MELANCOLIA NAS OBRAS DE EDVARD MUNCH: o mal dos séculos interpretado à luz de obras expressionistas

JEBAILEY JUNIOR, Adnan Kalil – UNINTER
GONZÁLEZ, Sergio Ramírez– Universidad de Málaga
GERA, Marcos Silvestre – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Pautado em um mal que aflige a sociedade ao longo dos tempos, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar através da perspectiva histórico-filosófica o debate em torno da melancolia, desde a Grécia Antiga até o início do século XX nas obras de Sigmund Freud. Desta forma, dando-se base ao entendimento à luz do objeto principal da investigação, proceder-se-á a discussão da melancolia nas obras do expressionista norueguês Edvard Munch (1863 – 1944), que corroborará para o melhor entendimento do mal de todos os tempos exprimido em iconografias que marcaram a história da arte moderna ocidental. Para tanto, organizou-se esta pesquisa dando-se a distribuição dos temas propostos, em seções e subseções, que serão expostas nos parágrafos seguintes.

Na *segunda seção* (e, consequentes subseções) desta pesquisa, dado que a primeira se constitui desta introdução, será abordado à perspectiva histórico-filosófica da melancolia, trazendo o debate desenvolvido na Grécia Antiga por Demócrito, Hipócrates e Aristóteles, além da teorização de Galeno já no período corrente. Ademais, será utilizado como égide de análise o tratado de Robert Burton, escritor melancólico do século XVII, que escreve a obra *Anatomia da Melancolia*. Por fim, será abordada a melancolia na visão de Sigmund Freud determinando assim, a tênue linha que, possivelmente, divide a melancolia do luto e considerações sobre a depressão.

A *terceira seção* será pautada pela exposição da biografia do pintor expressionista Edvard Munch, desta forma, abordar-se-á alguns fatos e concepções sobre sua vida que deixaram marcas indeléveis em suas obras.

Na quarta seção, as obras do pintor e todo o aporte histórico-filosófico adquirido nesta pesquisa, serão base para a combinação em teoria filosófica e arte, através do qual se buscará uma melhor explanação da melancolia na face e cena de cada obra pictórica de Edvard Munch.

Por fim, na última seção, serão feitas as conclusões sobre a melancolia, dando luz a como o processo melancólico influencia a vida e arte.

2. A MELANCOLIA ATRAVÉS DO PRISMA DO TEMPO: uma abordagem histórico-filosófica e psicanalítica

Nesta seção, serão abordadas as diversas concepções, sobre a melancolia, que se desenvolveram ao longo da história. Para isto, alguns autores serão trabalhados para que se possa entender sua importância diante das concepções e entendimento elaborados.

2.1. O Debate entre Demócrito e Hipócrates

Elege-se como início da análise da perspectiva histórica-filosófica da melancolia, o século V (a.c. antes do período corrente), através da abordagem do filósofo Demócrito de Abdera (460 – 370 a. c.), onde introduz-se a discussão da melancolia através dos próprios sintomas do filósofo grego.

Demócrito, formulador da visão atomista, que conforme cita Porto (2013), dá-se através da visão conjunta de Leucipo (séc. V – IV a.c.), contrapunha-se a concepção da Escola Eleática, que afirmava que “[...] o mundo dos fenômenos, captados pelos nossos sentidos e que atestam permanentemente a ocorrência de mudanças é uma ilusão, frontalmente contrária a razão” (PORTO, 2013, p. 2).

No julgamento da visão atomista, conforme expõe Porto (2013), era possível a determinação com a finalidade de conciliar as mudanças perceptíveis por nossos sentidos à existência de algo que permaneceria inalterado no espaço (como um todo) e tempo. Desta forma, a visão atomista seria composta em um ambiente onde “[...] o mundo material é composto de infinitos entes minúsculos, incalculáveis e indestrutíveis, denominados átomos, que se movem incessantemente por um vazio e não possuem propriedade além de tamanho e forma geométrica” (PORTO, 2013, p. 2).

Portanto, todas nossas percepções não passam da composição de átomos que circulam no espaço o tempo todo, sendo que, partindo dessa visão, não há nenhum τέλος (finalidade, meta) para nossa existência. É com base neste conjunto de percepções do mundo, que Demócrito se tornará um dos primeiros melancólicos a ser atestado na história da filosofia grega, sendo a constatação deste

mal, feito por Hipócrates (460 – 370 a.c.), quando o mesmo é chamado pelo moradores da Πόλις, conforme cita Burton (2006, p. 32), para entender e curar a loucura em que se encontra Demócrito que permanece “[...] sientado en una piedra bajo un platanero, sin calzas ni zapatos, con um libro en las rodillas, diseccionando varias bestias y ocupado em su estudio”

Antes de apontar o diagnóstico de Hipócrates, diante da loucura e melancolia de Demócrito, vale ressaltar a importância deste filósofo para a formulação sobre os efeitos de humor, entre estes a μελαγχολία (melancolia, sendo termo cunhado através da composição de duas palavras: μέλας (negro) e χολή (Bile)).

A Teoria Humoral, Hipocrática, propõem “[...] a ideia de que a saúde está relacionada ao equilíbrio dos humores corporais, ou seja, que eles estejam nas quantidades certas e nos lugares corretos e que a doença é decorrente do excesso.” (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10). Isto posto, essa teoria e suas percepções foram escritas em um apanhado de obras que constituem o chamado *Corpus Hippocraticum*.

Desta forma, o diagnóstico da melancolia, assim como dos outros quatro humores (sangue, fleuma, bílis negra e bílis amarela), perpassa, conforme cita Martins et. al. (2008, p. 11), o reconhecimento de sinais externos ou um processo direto de analogia com o exterior.

Dada esta breve revisão sobre os conceitos concernentes a Hipócrates e suas teorias a respeito dos humores, volta-se a atenção para o debate entre este e Demócrito que, conforme comenta Burton (2006), gargalhava com a chegada de Hipócrates em sua ajuda, que logo lhe pergunta o motivo de tantas risadas, sendo a resposta de Demócrito sintetizada da seguinte forma:

[...] de las vanidades y rivalidades de este tempo, de ver a los hombres tan carentes de cualquier acción virtuosa, que van a caza de oro de forma tan alocada, sin poner fin a sus ambiciones, que se esfuerzan tan infinitamente para una gloria breve. [...] Algunos que amaron profundamente sus esposas al principio, y después de un tempo las abandonan y las odian, engendrando niños, con muchos cuidados y coste para su educación y sin embargo cuando crecen y se hacen hombres, los desprecian, descuidan y dejan desnudos a merced del mundo. (BURTON, 2006, p. 33).

É desta maneira que Demócrito tenta explicar todas as deficiências do mundo, dando ainda uma resposta direta sobre suas gargalhadas diante da chega de Hipócrates. “Y ahora creo, oh noble Hipócrates, que no deberías reprenderme si

me río al percibir tantas necesidades en los hombres: pues ningún hombre se reirá de su propia necesidad, sino de la que ve en otro, y así sólo se ríen unos de otros” (BURTON, 2006, p. 33-34).

Hipócrates diante das palavras de Demócrito lhe responde em seu seguinte contraponto:

[...] que la necesidad ha impulsado a los hombres a tales acciones y que diversas voluntades se suceden del permiso divino para que no estemos ociosos [...] los hombres no pueden prever los hechos en futuros en esta incertidumbre de los asuntos humanos: así no se casarían si pudieran predecir las causas de su aversión o separación: o los padres, si supiesen la hora de la muerte de sus hijos, no se preocuparían de ellos tan tiernamente [...] o un mercador no se aventuraría al mar si previese un naufragio. (BURTON, 2006, p. 34).

Enfim, Hipócrates termina sua argumentação dando sua seguinte sentença: “¡Ay, noble Demócrito! Todo el mundo espera lo mejor y con ese fin lo hace, u por lo tanto no hay tal causa u ocasión de risa” (BURTON, 2006, p. 34).

Em síntese, Demócrito propõe a Hipócrates a seguinte tréplica, conforme cita Burton (2006, p. 35):

Cuando son jóvenes, desearían ser mayores y cuando son mayores, jóvenes. Los príncipes recomiendan una vida privada, los hombres comunes están ávidos de honor. Un magistrado recomienda una vida tranquila, un hombre tranquilo desearía estar en su puesto y obedecido como lo es él, y ¿cuál es la causa de todo esto sino que no se conocen a ellos mismos? Uno disfruta destruyendo, otro construyendo, otro estropeando un país para enriquecer a otro y a sí mismo.

Hipócrates, deixando Demócrito, logo é abordado pelos moradores da πόλις, que lhe indagam sobre a loucura de Demócrito e sua possível cura. Assim, “[...] Hipócrates les dijo en pocas palabras que a pesar de los pequeños descuidos en sus atavíos, en cuerpo y en la dieta, el mundo no tenía un hombre más sabio, más erudito, más honesto y que se engañaban mucho diciendo que estaba loco” (BURTON, 2006, p. 36).

É neste processo de conhecimento categórico do mundo e suas misérias e, sobretudo, o saber sobre o mundo real e seus fatos, que gera o processo de melancolia neste individuo, pois ele se localiza, justamente, neste hiato entre enxergar a miséria e ser chamado a tomar uma atitude moral, sabendo que os resultados de sua atitude podem interferir na sua vida e no plano dos fatos (vida cotidiana).

2.2. O Problema XXX: o homem de exceção e a visão aristotélica

A problemática abordada por Aristóteles (384 – 322 a.c.) gira em torno da indagação, feita pelo mesmo em seu texto *O Problema XXX: o homem de gênio e a melancolia*, “Porque é que todos os homens que se tornaram excepcionais em filosofia, política, poesia e artes se afiguram melancólicos?”.

O primeiro ponto que se considera importante nas explanações que circundaram a indagação aristotélica são os conceitos de melancolia, que para Aristóteles, apesar de considerar os elementos da teoria humoral, se dava de duas formas distintas, conforme comenta Carvalho (2015, p. 31), podendo se caracterizar como uma compleição física (congénita) ou uma doença, esta última passível de cura.

Dado o recorte referente à discussão deste artigo, abordaremos em maior profundidade o conceito que trata da melancolia congénita que atinge, segundo Aristóteles, o homem de exceção. Serão abordados, portanto, os sintomas morais afetados pela melancolia.

A primeira desmistificação necessária para o entendimento do ser melancólico em Aristóteles, diz respeito ao seu estado de espírito, devendo se verificar que estes “[...] não sejam caracterizados primeiramente como indivíduos deprimidos, o que seria consistente com a tradição, mas impulsivos, incapazes de conter e regular o seu apetite” (CARVALHO, 2015, p. 62).

Todo esse processo impulsivo constituído pelo ἐπιθυμία, geraria neste indivíduo uma ἀκράσία [inconsistência] em manter o foco em objetivos específicos. Conforme comenta Carvalho (2015), o melancólico segue uma tendência de agir sem deliberar, tendo em si uma fraqueza de caráter que o impede de manter suas resoluções e segui-las em seu estoicismo. Há uma constante antecipação da razão, tornando estes, dominados pela violência de suas παθός [paixões] e propensos a seguir suas φαντασία [fantasias].

Essas φαντασία, por sua vez, conforme aponta Carvalho (2015, p. 67) geraria o processo de κραισίς [excêntrico], levando o melancólico a um estado de ἐκστάσεις [êxtase, loucura ou deslocamento]. Desta forma, essa excitação, ao mesmo tempo em que gera alegria, ou seja, suscita azo ao canto, pode também, ser origem de feridas. Justamente neste processo é que “[...] certos prodígios divinatórios e poéticos são possíveis só nesse êxtase e à sua fugacidade estão confinados tais melancolias”.

Portanto, são essas características de genialidade nutrida pelo êxtase dos momentos de *κραισς*, frente a um processo de inconsistência movido pela *ἀκρασία*, que geram o *περιττοί* (Homem de Exceção) que é citado no texto aristotélico.

Contudo, a pergunta central deduzida de todo o aporte realizado nesta seção, consiste em: Então, todos os melancólicos são homens de exceção? Nem todos os melancólicos congênitos são homens de exceção, conforme cita Carvalho (2015, p. 66), “[...] só um número muito restrito dentre esses indivíduos pode almejar o acesso aos picos de performance nas diferentes áreas de ação”.

Enfim, este melancólico congênito a quem se destina a pergunta aristotélica, carrega consigo durante toda sua vida uma visão de mundo diferenciada, encontrando deleite para o peso de sua existência nas ciências e no conhecimento. Desta maneira, a melancolia se concentra no saber e na visão de um mundo desfragmentado por suas misérias e falta de sentido.

2.3. GALENO de Pérgamo: a saúde da alma como função da saúde do corpo

Galeno de Pérgamo (129 – 200 período corrente) foi médico e admirador das obras de Hipócrates e Aristóteles, imputasse a ele a organização da Teoria Humoral iniciada por Hipócrates na Grécia Antiga. Em suas obras, Galeno propõe uma análise ampliada das afetações da alma no corpo e *vice-versa*.

Conforme cita Rebollo (2007, p. 4), o pensamento de Galeno se divide, basicamente, em duas concepções gerais: “uma concepção materialista-dinâmica, na qual a alma depende da composição do corpo; e uma teleológica ou finalista instrumental na qual a forma do corpo depende da alma”.

Contudo, todo esse processo tem como *metaparadigma* os conceitos hipocráticos que definem a Teoria Humoral composta de “[...] quatro humores (sangue, fleuma, bílis negra e bílis amarela). Estes se estão em equilíbrio, resultam em saúde, mas se ocorrer a falta ou excesso de um deles resultará a doença” (MARTINS et. al., 2008, p. 10).

Desta forma, o processo mecanicista de desenvolvimento das doenças, da alma em função do corpo, seria gerado, em suma, pelo processo descrito por Galeno, conforme cita Rebollo (2007, p. 7):

[...] tudo que é ingerido, isto é, o ar (pneuma), os alimentos e as bebidas seguem para o estômago onde sofre um primeiro processo de

transformação: em seguida, por meio dos vasos (veias ou artérias) segue para o fígado, onde são produzidos os humores do corpo que serão distribuídos para as suas partes principais (cérebro; coração e o próprio fígado).

Dado este processo, os questionamentos de Galeno se concentram em saber a influência bidirecional da alma e do corpo. Segundo cita Rebollo (2007), como poderia ser explicada a melancolia, o delírio, o efeito do vinho nas atitudes impetradas pelas pessoas?

Assim sendo, é baseado no *metaparadigma* do processo de distribuição humoral que Galeno chega à conclusão do fato de que a “[...] alma resulta da mistura ou temperamento do corpo. Nesse sentido que a alma é o resultado final da interação dos elementos físicos do corpo, isto é, das qualidades humorais” (REBOLLO, 2007, p. 4).

Portanto, tratando os humores como uma doença, porém, ainda sim pontuando fortes ligações com a alma, Galeno propõe inspirado em certos termos por Hipócrates, conforme cita Martins et. al. (2008, p. 14), que o processo de cura das doenças referente aos humores deveria ser realizado pela dieta, drogas, tempo, e, sobretudo, pela localização geográfica, pois o ar e o ambiente poderiam ser tomados como processo de cisão do equilíbrio dos temperamentos.

Enfim, as contribuições de Galeno no processo de desenvolvimento das teorias referentes aos humores, em especial a melancolia (bílis negra), foram essências, uma vez que se percebeu a afetação dos temperamentos, de forma enfática, ao corpo humano, trazendo assim, consciência as vicissitudes do mal melancólico.

2.4. Robert Burton: a experiência dos desgraçados

O acadêmico e vigário da Universidade de Oxford, Robert Burton (1577 – 1640), escritor do famoso tratado *The Anatomy of Melancholy* (1631), teve importância ímpar para o entendimento da afetação da melancolia. Sua análise em perspectiva histórica e sua experiência como melancólico (como ele próprio se intitulava), fez com que “[...] la experiencia de la desgracia me ha enseñado a socorrer los desgraciados” (BURTON, 2006, p. 17).

Portanto, dado o caminho que se percorreu até este ponto da pesquisa, a análise sobre a visão de mundo produzida por Robert Burton, será de grande valia para o entendimento da posição do melancólico diante do teatro do mundo,

conforme comenta Burton (2006, p. 9), pois este viveu como um “[...] mero espectador de las fortunas y aventuras de otros hombres, de cómo representan sus papeles, que me parece, se representan de maneras variadas, como si um teatro o una escena se tratase”.

Nas primeiras páginas de sua obra, a identificação da ἀκρασία [inconsistência], permite um melhor acesso ao sentido melancólico explicitado através de suas palavras:

Siempre he tenido este espíritu errático, aunque no con el mismo éxito; como un spaniel inquieto, que ladra a todo pájaro que ve, dejando su presa, yo he seguido todo menos lo que debía y me debo lamentar con razón y verdaderamente, <<el que está en todas partes, no está en ninguna>> (BURTON, 2006, p. 9).

O fato de estar em todas as partes, querer conhecer tudo, com uma definição de um saber faustiano, querendo consumir tudo, contudo, jamais encontrando paz para seu espírito errático. Porém, o que fazer diante da melancolia, onde “[...] no hay mejor causa de la melancolia que la ociosidad y no hay mejor cura que la actividad” (BURTON, 2006, p. 11).

O processo de conhecimento e sabedoria acaba gerando um mal-estar na contemplação de mundo de Burton. Seria o conhecimento causador da tristeza? Pois, “[...] donde abunda la sabiduría, abundan las penas y quien acumula sabiduría, aumenta su dolor” (BIBLIA, Eclesiastés, 1, 18).

É neste conhecimento semiótico de Burton que florescerá sua tragédia, percebendo todas as inconsistências em que vivemos, e, sobretudo, a falta de sentido último da vida. Seus comentários sobre o cotidiano, à luz do renascimento que, contudo, produz efeito até nós pós-modernos, escancara a falta de um roteiro que possua o mínimo de relação causa e efeito. Tentando responder suas próprias indagações (inquietações), Burton (2006, p. 46), se pergunta: O que é o mundo mesmo?

Un vasto caos, una confusión de modales, tan variable como el aire, un manicomio, una tropa turbulenta llena de impurezas, un mercado de espíritu vagantes, duendes, el teatro de la hipocresía, una tienda de picardía y adulación, un aposento de villanías, la escena de murmuraciones, la escuela de desvaríos, la academia del vicio: una guerra, donde, quieras o no, debes luchar y vencer o ser derrotado, en la que o matas o te matan; en la que cada uno está por su propia cuenta, por sus fines privados, resiste en su propia custodia.

Em suma, a tragédia de Burton chega a uma simples constatação melancólica, em um mundo tomado pelos interesses individuais, um mundo onde

não há garantia de sucessos, nem na virtude, nem no vício, um egoísmo refém de si. Conforme comenta o próprio (2006, p. 46), “[...] en una palabra, cada hombre sólo se preocupa por sus propios intereses”.

2.5. Sigmund Freud: luto e melancolia

Diante de todas as hipóteses filosóficas e médicas abordadas até o presente momento da pesquisa, conforme cita Moreira (2008), é somente no final do século XVI e durante o interim que abrange até o século XIX, que começa a se teorizar a melancolia como um fenômeno científico.

Desta forma, a partir do século XIX as teorias desenvolvidas, em âmbito científico, começam a alcançar maior sofisticação, sendo um dos principais responsáveis por esse processo o psicanalista Sigmund Freud (1856 – 1939). Desta maneira, “[...] Freud prefere usar a antiga definição da melancolia, não como uma doença, mas um destino subjetivo” (MOREIRA *apud* ROUDINESCO, 2008, p. 4).

Em um dos seus trabalhos, *Luto e Melancolia*, Freud faz uma distinção entre os conceitos das duas patologias, sendo que “[...] o luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal, etc.” (FREUD, 2014, p. 28). Em oposição (apesar de conservar certas semelhanças) ao luto, a melancolia, conforme aponta Freud (2014, p. 28), se caracteriza como:

A melancolia se caracteriza por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em autorrecreminações e autoinsultos, chegando até a expectativa delirante de punição.

Em suma, entre as abordagens dispostas, “[...] no luto é o mundo que se tornou pobre e vazio; na melancolia é o próprio ego” (MOREIRA, 2008, p. 30). Portanto, o ideal do eu, ou seja, o superego se tornar maestro na regência do pensamento e atitude do melancólico. Toda essa tentativa de concentrar a libido no ideal do eu, faz com que o melancólico, no fracasso, se encontre em um processo de depressão.

Consequentemente, conforme cita Moreira (2008, p. 4), “[...] a depressão aparece em um mundo desprovido de ideias, no qual o sujeito tenta ser seu próprio ideal e fracassa. Neste fracasso está o prenúncio da depressão”. Sendo

assim, podemos deduzir que a depressão não é melancólica, mas a melancolia pode se tornar uma depressão.

Enfim, todas as abordagens feitas até o presente momento desta pesquisa, visaram demonstrar as mais diversas conceituações referentes à melancolia, desde um estado filosófico da percepção de mundo, até um processo psicanalítico regido por um superego. Nas próximas seções, serão debatidos a vida e obra de Munch, dado assim, uma melhor visão e compreensão sobre todo os aportes feitos até o presente momento desta pesquisa.

3. EDVARD MUNCH: a biografia em uma Terra de Canaã

Edvard Munch (1863 – 1944) foi um pintor expressionista norueguês. Nasceu “[...] em uma propriedade rural na cidade de Loten, situada ao norte da capital da noruega. Munch foi o segundo dos cinco filhos de seus pais, Christian Munch e Laura Catherine” (FERREIRA, 2015, p. 37).

Dentro do âmbito artístico “[...] Munch se convirtió en uno de los padres del expresionismo austríaco y alemán, influyendo más que Gauguin o Van Gogh, cuyas obras eran desconocidas en la Europa Central. Se afirmó: ‘Sin conocer a Munch no se puede entender el expresionismo’” (WERNER, 1991, p. 3).

Sua vida foi marcada por inúmeras perdas, mortes, doenças, suicídios, enfim, inúmeras tragédias que assolaram a vida de Edvard Munch. Conforme aponta Ferreira (2015, p. 34):

Em 1868, aos cinco anos de idade, Munch perdeu a mãe para a tuberculose. Em 1875, é o próprio Munch que quase morre por uma hemorragia pulmonar. Em 1877, morre a sua irmã predileta, Sophie. Ainda durante a juventude o pintor também perde um grande amigo, que se suicida por amor; em 1889 morre o pai de Munch, depois é Peter Andreas, irmão de Munch, que vem a falecer logo após contrair matrimônio; por fim, a irmã mais nova de Munch, Inger, enlouquece.

Essas inúmeras catarses que se instalaram na vida do pintor, tiveram efeitos devastadores em sua psique, sendo o pintor, alvo de inúmeras análises psicanalíticas referentes ao complexo de Édipo, identificado dado à perda da mãe, perda inclusive, ilustrada em uma de suas obras, *The Dead Mother* (1900). “Para Munch é como se a ‘perda’ da mãe ‘pairasse como uma sombra’ sobre sua vida, ofuscando toda ligação que ele pudesse estabelecer no laço social” (FERREIRA, 2015, p. 34).

Suas obras ilustravam as mazelas observadas em cada humano, em cada uma de suas dores, em cada um de seus vícios. Muito longe de um mundo

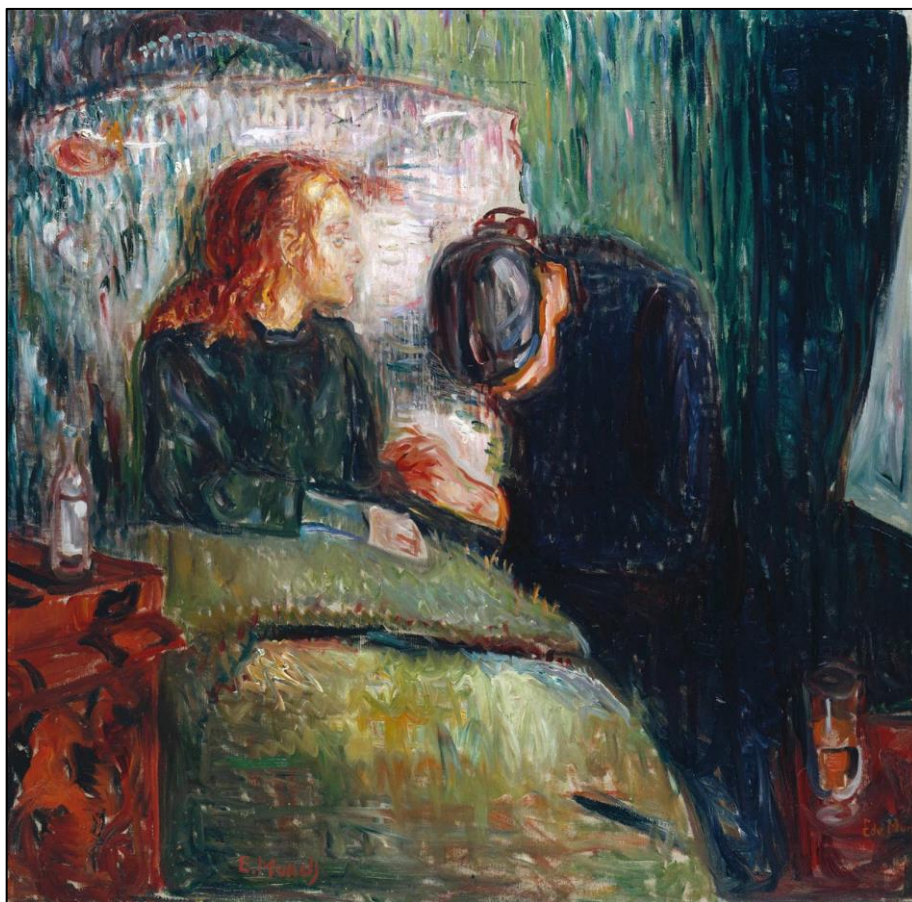
onde tudo deveria correr perfeitamente, como se houvésssemos nascido em proveta no *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, Munch queria demonstrar o sentimento e sua violência na vida de cada iconografia. Cita o próprio autor em um dos seus diários que, “[...] deberíamos crear gente que respire, sienta, sufra y ame” (WERNER *apud* MUNCH, 1991, p. 6).

A vida para Edvard Munch, “[...] representava uma terra de Canaã, uma promessa de felicidade impossível de ser apreendida, um solo sagrado no qual ele se sentia impedido de pisar” (FERREIRA, 2015, p. 35). Desta forma, na próxima seção desta pesquisa, poderemos compreender um pouco mais sobre a percepção das vicissitudes da vida nos personagens e obras do pintor norueguês.

4. AS OBRAS DE MUNCH E A DENSIDADE MELANCOLICA EXPOSTA

Para a análise das obras, nesta seção, dispôs-se a arte pictórica do pintor em ordem cronológica. Sendo assim, iniciamos com a primeira obra, dentre as selecionadas para essa pesquisa, *The Sick Child* (1885).

Figura 1 – The Sick Child (1885)

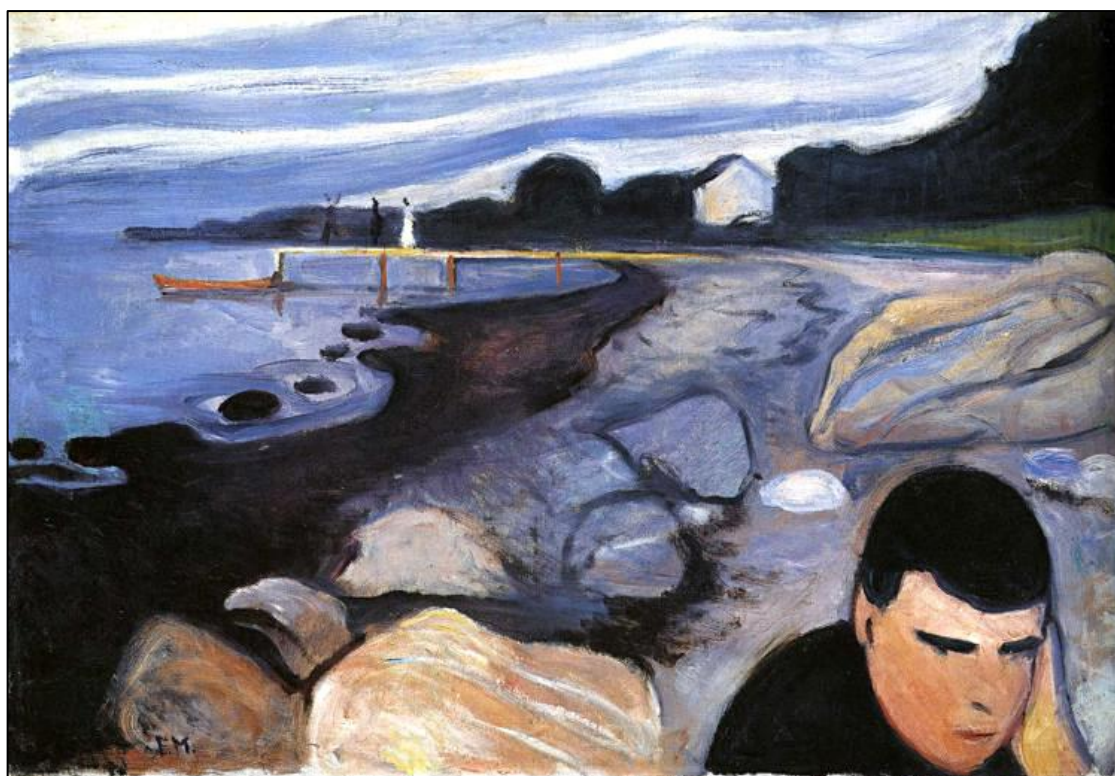


Fonte: Wikiart

Várias versões sobre a doença de sua irmã Sophie dão sentido à obsessão de Munch frente aos dramáticos acontecimentos do seu passado, acontecimentos pelos quais se sentia culpado. A melancolia e angústia do momento ficam expressadas através das pinceladas soltas e rápidas, de traços marcadamente verticais e horizontais dando o tom de impacto aos olhos do espectador. Ao lado de Sophie está sua tia Karen, que propõe um processo de fuga da tristeza, dando segurança ao segurar as mãos da enferma Sophie. Contudo, apesar de próximas fisicamente, suas atitudes as distanciam e colocam-nas em ilhas separadas. Há altivez de Sophie em encarar a morte e uma impotência em sua tia Karen diante do fim inevitável.

A próxima obra a ser analisada é *Melancholy 1891*, obra que expressa em seu título o estado de sentimento do personagem da obra.

Figura 2 – Melancholy (1891)



Fonte: Wikiart

Esta obra retrata uma situação vivida por seu amigo, o jornalista, Jappe Nilssen que se envolvera em um triângulo amoroso que contempla o casal formado pelo pintor Christian Krohg e sua esposa. No primeiro plano, aparece o amante rechaçado entre as pedras, enquanto ao fundo da obra se encontram o casal pronto para embarcar. Contudo, interpretamos também esta obra por um diapasão onde a melancolia trata-se do luto, conforme expôs a definição freudiana, da perda dos seus entes queridos. Além disto, Munch quis demonstrar o embate entre o amor e ciúme, emoções tipicamente humanas. Enfim, a melancolia do personagem principal em primeiro plano, tem como fundamento a atenção ao rosto (devidamente focado), ausente, contemplativo, triste, reflexivo e apático.

Na obra *Evening on Karl Johan Street* (1892) apresentada a seguir, pode-se ler a seguinte análise.

Figura 3 – Evening on Karl Johan Street (1892)



Fonte: Wikiart

O conhecimento do mundo que distancia o melancólico dos demais fica expressado nesta obra, quando um dos personagens (à direita) segue contra uma sociedade regida por padrões. A visão melancólica que possuía Munch sobre a vida, faz com que o pintor enxergue a sociedade determinada por padrões preestabelecidos que nos leva a tornarmos meros robôs, dirigidos a um destino pouco instigante. A influência impressionista ao demonstrar o processo de perspectiva no quadro, a pincelada solta e as cores pouco naturalistas, reforça a impressão no primeiro plano, junto ao espectador, dos impactantes, perturbados e ameaçantes rostos, entre o que se pode perceber da caricatura e perfis de caveira.

Na próxima obra, *Death in the sickroom* (1895), novamente a morte implica nas dores sofridas pelo pintor. Sua irmã Sophie, apresentada em outra obra nesta pesquisa, agora encontra a morte.

Figura 4 – Death in the sickroom (1895)



Fonte: Wikiart

A morte se tornou um tema que o obcecou e perseguiu durante toda sua vida e trajetória profissional. Os enlaces deste sofrimento, causados por circunstâncias vividas na infância e juventude ficam expressos nesta obra. De forma concreta, a presente obra expõe a íntima cena familiar da morte de sua irmã Sophie. Uma cena que expressa de forma explícita, direta e mórbida desde o mesmo momento em que se deixa a cama vazia e oculta o corpo da falecida sentada na cadeira. Todo o protagonismo recai nos familiares – irmãos, pai e tia – dispersos pelo quarto em uma composição bastante equilibrada, dinâmica e com a busca de uma profundidade, apesar do fechamento do espaço que converte o quarto em, praticamente, um calabouço. Na obra pode-se encontrar a figura de Munch apoiado na parede à esquerda, resumindo todas as sensações que o artista queria transmitir: angústia, desespero e a impotência diante da morte e da contingência que o cerca, percebendo a falta de relação entre a causa e o efeito do mundo. Nesta obra, luto e melancolia se juntam como afetação ao humano.

Em uma de suas obras mais icônicas, *The Dead Mother* (1899), Munch apresenta uma de suas primeiras dores, a perda de sua mãe Catherine.

Figura 5 – The Dead Mother (1899)



Fonte: Wikiart

Se ao longo da vida Munch percebe a falta de sentido imediato da vida e sua impotência diante da contingência, quando criança o não conhecimento espreitado do mundo, só lhe permite se esconder e evitar a crença em um mundo de dor e tristeza. De novo, a morte de pessoas queridas, agora apresentadas pela recordação das experiências de infância, protagonizando uma cena onde a intensidade emocional resulta elevada e bastante impactante. Pode haver algo pior para uma criança que o falecimento da sua mãe? Esta pergunta seria desde logo a mensagem principal transmitida por Munch. O concreto na cena mostra um garoto em primeiro plano, olhando ao espectador e oferecendo suas costas ao corpo inerte de sua mãe, levantando os braços e tapando os ouvidos com a finalidade de ignorar o lutuoso feito, se ilhando de tudo que havia ao seu redor.

Na obra *Dance of Life* (1900), Munch apresenta a consciência do tempo e da brevidade da vida.

Figura 6 – Dance of Life (1900)

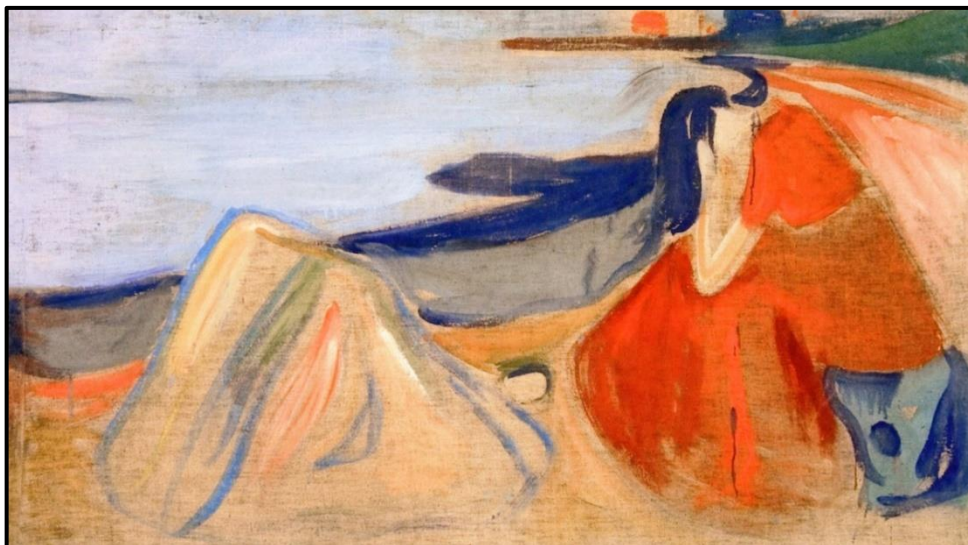


Fonte: Wikiart

A obra expressa a linha do tempo de nossas vidas, identificada nos limiares femininos, contudo, também se pode lê-la em um diapasão em que sobressalta o amor e angústia. Nesta obra, Munch apresenta uma cena popular nórdica, o baile de Asgardstrand, onde dispõe de uma série de personagens cujo protagonismo pleno se reflete nas mulheres. Esta é uma pintura alegórica acerca das etapas biológicas do ser humano, partindo dos sentimentos sexuais através das três mulheres no primeiro plano da pintura. A esquerda, de branco, a beleza juvenil associada à virgindade, logo a mulher vestida de vermelho simbolizando a perda da virgindade e a menstruação feminina, e por fim, a mulher de negro, representando o esgotamento, a desolação e a beleza perdida. O que Munch parece demonstrar é a finitude e brevidade da vida, como se estivéssemos lendo a obra *El gran teatro del mundo* de Calderón de la Barca, onde o mundo ao dar a beleza a ser encenada, logo percebe, que jamais poderá toma-la de volta, uma vez que ela se esvai com completa fugacidade.

Novamente a melancolia, agora expressada na obra homônima *Melancholy* (1906).

Figura 7 – Melancholy (1906)



Fonte: Wikiart

Nesta obra, Munch utiliza uma linguagem pouco direta ao prescindir do principal canal expressivo que é o rosto humano, para deste modo, expressar na atitude e posição da personagem feminina uma expressão corporal: cerrada sobre si mesma, reclinada sobre o torso e cabeça e ocultando-a entre os braços e os cabelos. Em sentido, a personagem parece dialogar o sentimento de não querer perceber as mazelas do mundo, como se vivesse em um estado de *apathéia*, ou seja, presa em si mesma e se distanciando de qualquer sentimento que lhe possibilitasse paixão.

Desta maneira, nesta seção pretendeu-se analisar as obras de Munch identificando alguns pontos onde a melancolia pudesse estar instalada. Na próxima seção (conclusão), encerra-se a pesquisa determinando a consonância em obra pictórica e melancolia.

5. CONCLUSÃO

Durante o processo de pesquisa para este artigo acadêmico, pode-se verificar o longo espaço que o tema da melancolia ocupou durante os séculos. Percebeu-se, sobretudo, as mais distintas visões e concepções sobre a melancolia, deste a filosofia, medicina e psicanálise.

Como processo final desta perspectiva, as obras do pintor norueguês Edvard Munch possibilitaram uma olhar mais lúdico e concreto dos sentimentos que afetam a sociedade humana desde sempre. Desta forma, a melancolia parece afligir

aqueles que possuem certa sensibilidade de mundo, como se tivesse tomado um pedaço da consciência hamletiana, onde todas as dores do mundo estão expostas a bel-prazer para serem contempladas.

E o que fazer diante da consciência? Se rebelar ou se deter? Os que possuem uma sensibilidade melancólica, mais cedo ou mais tarde vão se rebelar, seja através da arte, da escrita, da ciência em prol do humano, pois é insuportável a posição de inércia e o não exprimir da sua dor e melancolia.

REFERÊNCIAS

BIBLIA Sagrada. ed. 55. São Paulo: Ave-Maria, 2005.

BURTON, Robert. **Anatomia de la Melancolia.** Madrid: Alianza Editorial, 2008.

CARVALHO, Cláudio Alexandre S. **O Problema XXX e o tratamento da condição melancólica em Aristóteles.** *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 47, p. 27-78, 2015. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/dfci/public/_publicacoes/textos_vol24_n47/o_problema_xxx> Acesso em 13 abr. 2017.

FERREIRA, Mariana Rodrigues Festucci. **Entre a Arte e a Psicanálise: a Melancolia em Edvard Munch.** *Revista Affectio Societatis*, Medellín, v. 12, n. 23, p. 32-50, dez. 2015. Disponível em: <<http://aprendeonlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/affectiosocietatis/article/view/23593>> Acesso em 02 mai. 2017.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. **A Teoria dos Temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX.** *Memorandum* 14, p. 09-24, abr/2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a14/martisilmuta01.pdf>> Acesso em 15 abr. 2017.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira. **Da melancolia dos dias cinzentos à depressão das noites sem fim.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 32-39, 2008. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/260>> Acesso em 29 mar. 2017.

PORTO, C.M. **O atomismo grego e a formação do pensamento físico moderno.** *Revista Brasileira de Ensino de Física*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, out. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbef/v35n4/a16v35n4.pdf>> Acesso em 17 mar. 2017.

REBOLLO, Regina Andrés. **Galeno de Pérgamo (129 – 200 d. C): a saúde da alma depende da saúde do corpo.** I *Simpósio Internacional de Estudos Antigos*, 2007. Disponível em:
<http://www.scientiaestudia.org.br/associac/regina/galeno_saude_do_corpo.pdf>
Acesso em 29 mar. 2017.

WERNER, Alfred. **La Obra Gráfica de Edvard Munch.** *Revista de la Universidad Nacional*, Medellín, v. 7, n. 25, p. 89-98, 1991. Disponível em:
<<http://revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/article/view/12296/12911>> Acesso em 13 fev. 2017.

A RELEVÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES COM VISTAS AO COMPROMETIMENTO DE TRABALHADORES

CINTRA, Angela Maria – Uni-FACEF
GIRALDES, Carolina Sarreta – Uni-FACEF
MOSCARDINI, Lucas Folhas – Uni-FACEF
MANTOVANI, Doroti Daisy – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A comunicação organizacional é de grande importância para as empresas que almejam se destacar no mercado globalizado que vivemos hoje. Quando a comunicação é bem conduzida, gera muitos frutos para a organização ao todo. Ela é importante para os gestores tomarem as decisões futuras da organização, levando em conta a coleta de dados e informações que ela proporciona, gerando assim planejamentos estratégicos assertivos.

Se feita com eficácia, aumenta a lucratividade, melhora o clima organizacional, a satisfação, a motivação e o comprometimento dos trabalhadores.

Para uma organização obter essas melhorias, ela deve investir e ouvir os trabalhadores, pois o comprometimento muitas vezes faz toda diferença para a estrutura organizacional e para o ambiente de trabalho, pois o clima organizacional se torna favorável assim como as relações interpessoais.

A comunicação conduzida de forma adequada, favorece a aproximação das lideranças e subordinados, o conhecimento das suas expectativas, necessidades, objetivos e desejos, o que contribui para o comprometimento dos trabalhadores para com os valores organizacionais, seus objetivos e metas. Essa reciprocidade de informações reafirma a importância da comunicação organizacional interna no que se refere ao sentimento de fazer parte, de pertencer a organização e se comprometer com sua missão e sucesso futuro.

2. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

A comunicação organizacional está atrelada a três aspectos, quais sejam, os interpessoais, sociais e organizacionais de modo que se refere a um tema

complexo, pois processos, pessoas e informações se atrelam a ela (MARCHIORI, 2011). A comunicação organizacional se relaciona ainda à eficácia das relações construídas no ambiente organizacional para o favorecimento desse processo.

Para Kunsch (2003, p. 71-72), a comunicação refere-se a um “[...]processo relacional entre indivíduos, departamentos, unidades e organizações. Se analisarmos profundamente esse aspecto relacional da comunicação do dia a dia nas organizações, interna e externamente, percebemos que elas sofrem interferências e condicionamentos variados, de uma complexidade difícil até de ser diagnosticada, dado o volume de diferentes tipos de comunicação existentes que atuam em distintos contextos sociais.

Os relacionamentos formados no ambiente organizacional podem se extinguir conforme é gerido, isto é de grande relevância na concretização do seu processo. Kunsch (2010, p. 48) observa que, “Embora a comunicação empresarial tendo em vista a dimensão humana seja a mais importante, é muito esquecida pelos gestores”. Isto se deve ao fato de não termos tanto livros, artigos, periódicos, entre outros materiais que discutam sobre o tema (VASCONCELOS; BASTOS, 2009, p. 3).

2.1. A Comunicação Organizacional de Qualidade

A comunicação se baseia em tornar algo novo comum, esse algo pode ser uma notícia, uma estratégia, uma informação, etc., mas não basta apenas escrever em um mural, jornal ou coisa do tipo, é muito importante para a qualidade da comunicação, interpretá-la da maneira que o transmissor gostaria que fosse interpretada, para que corra menos riscos desses dados chegarem até o receptor com ruídos. Um banco de armazenamento e junção desses dados evita que isso ocorra tão frequentemente. Outra vantagem obtida através da qualidade dessas informações é a maior interação dos trabalhadores com a empresa e a melhoria no ambiente interno (CHIAVENATO, 1999).

As organizações buscam um novo sistema para o relacionamento empregador/empregado, onde a colaboração e a vantagem mútua passam a ser a essência da organização. As quais podem criar flexibilidade, elasticidade, agilidade e criatividade, sendo estas as qualidades fundamentais das organizações do século XXI (LOPES, 2008 apud GUDIN; TOMELERI; OLIVEIRA; 2008).

De acordo com o autor, para se obter qualidade na comunicação organizacional, interna ou externamente, é muito importante a empresa seguir a ordem em que o processo de comunicação funciona. Parece simples, mas, por lidar com relacionamentos interpessoais e características culturais, se torna complexa. Por questões humanísticas as informações sempre correm o risco de serem distorcidas. Compõe o processo de comunicação a fonte, que é onde se cria a informação. Pode ser uma pessoa, um processo entre outros. Ela que vai determinar o conteúdo da informação a ser passada, definindo-a como escritas, desenhos ou códigos. O transmissor é o meio por onde a informação será transmitida (voz, televisão, carta, etc.) até o receptor. O transmissor codifica a informação até o canal. Canal é o espaço que intermedia o transmissor do receptor. Ele é o ambiente externo que envolve a informação até chegar ao seu destino. O receptor é por sua vez o decodificador das informações; ele realiza o processo de decodificação para que o destinatário tenha acesso às informações. O destino ou destinatário é quem se alimenta da informação, e pode ser uma pessoa ou um processo. Mesmo tendo cuidado para que esse processo de comunicação tenha sido feito com qualidade e levado a informação até o destino da maneira correta, sempre existirá ruídos. Ruídos são distorções ou falhas no meio do processo de comunicação que existem por seu formato complexo. Exemplos de locais do sistema onde surgem ruídos é o transmissor (uma voz rouca ao telefone), o receptor (pode ter problemas auditivos) e o ambiente externo (com barulhos, falta de energia) entre outros.

Após todo esse processo, vem a parte mais importante, a retroação, o chamado *feedback*. Ele é essencial para a fonte transmissora da informação, sendo através dele que a fonte saberá se a mensagem foi encaminhada da maneira adequada. Simplificando, é quando o destinatário devolve uma resposta da informação que lhe foi passada (CHIAVENATO, 1999, p. 552).

Sendo assim, para se obter uma comunicação organizacional de qualidade, é preciso que se mude a forma de relacionamento interno na organização, proporcionando maior flexibilidade, participação dos trabalhadores naquilo que lhes cabe, obtendo um clima organizacional mais saudável. Essas mudanças se positivas, levam a uma maior satisfação no ambiente de trabalho, e menos atrito nas relações interpessoais.

2.1.1. Eficácia da Comunicação Organizacional

A complexidade da comunicação perpassa, necessariamente, pela sua eficácia nas relações organizacionais. Eficácia é a qualidade do que se alcança com resultados planejados; característica do que produz os efeitos esperados, do que é eficaz. Capacidade de desenvolver tarefas ou objetivos de modo competente; produtividade. (DICIO, 2017).

A eficácia é a chave do processo de comunicação, pois se o gestor impõe algo de maneira que seus subordinados não concordam ou não estão dispostos a fazer, pelo simples fato de terem se equivocado na interpretação da informação, causados por ruídos no andamento do processo, as relações interpessoais da comunicação ficaram prejudicadas. Um gestor que não escuta seus subordinados, não consegue influencia-los para melhorar o comprometimento deles no trabalho. A comunicação tem dois lados, é muito importante saber ouvi-los para a tomada de decisões mais assertiva (CHIAVENATO, 1999).

A comunicação objetiva e clara deve ser cultivada a todo instante nas empresas. Todos os fatores envolvidos na comunicação devem estar funcionando sem ruídos ou falhas. A má qualidade na comunicação interna pode, inclusive, resultar em planejamentos equivocados. Esta influencia todos os aspectos dentro da organização, desde o desempenho, comprometimento, motivação, até a satisfação e resultados pretendidos (ANTUNES et al. 2004, p. 588).

É claro que em meio as novas tecnologias disponibilizadas, as empresas estão tendo mais informações sobre suas necessidades e obstáculos no que se refere a sua permanência no mercado. O principal objetivo do processo de comunicação é trazer de forma eficaz essas informações para seus trabalhadores, que através delas, eles estejam cientes de seu papel dentro da organização, sendo mais comprometidos com seus afazeres e com a organização como um todo. Hoje grande parte das empresas que trabalham com um sistema de comunicação eficaz, são as multinacionais. A complexidade delas exige uma organização na coleta e repasse dos dados para que não haja ruídos que possam prejudica-las no mercado global (VILAÇA, 2008).

A qualidade e a eficácia da comunicação entre os setores da organização, são imprescindíveis para o sucesso nos resultados futuros dela (Athayde, 2000).

A eficácia no processo de comunicação organizacional gera grande retorno para as organizações, pois possibilita novos formatos de produção, bom clima organizacional, novos olhares sobre a cultura empresarial e o tratamento igualitário entre todos. Essa comunicação é chamada de comunicação integrada, pois envolve todos os setores da organização.

Segundo Melo, (2009, p.2)

[...] entender a importância da Comunicação Interna em todos os meios hierárquicos, como um instrumento da administração estratégica é uma exigência para se atingir a eficácia organizacional. Compreender a importância desse processo de comunicação para que flua de forma eficiente, no momento oportuno, de forma que seja atingido o objetivo pretendido, é um desafio para as organizações.

A comunicação é um processo que atravessa todos os setores de uma empresa ou organização. Ela define permanentemente os objetivos e a cultura empresarial. Esse processo torna-se cada vez mais concreto para obter o desenvolvimento de relações interpessoais dentro das organizações gerando maior flexibilidade e comprometimento dos trabalhadores por serem mais participativos na construção e nos resultados da organização (CARDOSO, 2006, p. 1133).

3. COMPROMETIMENTO DE TRABALHADORES

A comunicação é de suma importância dentro e fora das organizações, pois é fundamental na integração e bom relacionamento entre as pessoas dentro das organizações, entre os superiores com seus colaboradores e entre todos os setores da empresa. Também se faz necessária a comunicação para obtenção do comprometimento de trabalhadores sendo ela capaz de indicar os objetivos e metas institucionais para os colaboradores e fazer com que eles se sintam parte integrante importante da organização. Além disso é necessário que esses colaboradores se identifiquem com tais metas e objetivos, pois só assim se comprometerão na busca incessante por resultados para a empresa (TAVARES, 2005).

Na prática, Bueno (2014) observa que as comunicações internas são muitas vezes autocráticas sendo que tem voz ativa dentro da empresa somente aqueles que possuem poder perante os demais, fazendo com que os outros colaboradores não sejam ouvidos e valorizados dentro da empresa, reprimindo e intimidando-os a expor suas ideias para seus superiores. Em algumas organizações em que a comunicação não é totalmente autocrática, é possível que o colaborador seja ouvido, porém sua ideia só será levada em conta se não for contrária a de seu superior; caso for, não terá relevância nenhuma, uma vez que em ambientes conservadores não é aceito opiniões divergentes.

Em um cenário de alta competitividade em que as empresas se encontram inseridas atualmente, é importante que tenham equipes com funcionários comprometidos, pois, sozinhas, elas não são capazes de se manterem no mercado. O comprometimento dos colaboradores provém de várias formas e é classificado por Novaes (2003 apud Muniz 2008) em comprometimento afetivo, normativo e instrumental.

3.1. Tipos de Comprometimento

Comprometimento Afetivo - esse tipo de comprometimento não é apenas com a organização, envolve sentimentos, identificação do trabalhador com os objetivos, metas, crenças da organização. Abrange não só o trabalho, a carreira por si só, é um conjunto de características que fazem com que o colaborador seja comprometido de forma emocional e gostar de onde trabalha (BISHOP; SCOTT, 2000; LEE; CARSWELL; ALLEN, 2000; MORROW, 1993 apud TAMAYO, 2005).

Sob a perspectiva afetiva do comprometimento, o indivíduo assume uma postura positiva e ativa diante do trabalho e da organização, uma vez que a ligação afetivo-emocional desperta no indivíduo o desejo e a vontade de contribuir. Sob esta abordagem, o comprometimento organizacional corresponde a um vínculo extremamente forte entre o colaborador e a organização. Pesquisas anteriores indicaram a existência de relações entre o comprometimento afetivo e determinadas características organizacionais, tais como a descentralização, a integridade e justiça que é percebida pelos colaboradores nas operações e na tomada de decisões, bem como a comunicação adequada das políticas organizacionais (CAVALCANTE, 2005 apud MUNIZ, 2008, p.27).

Comprometimento Normativo - Segundo Tamayo (2005) o comprometimento normativo é quando o trabalhador permanecendo na mesma por obrigatoriedade. Wiener (1982) apud Tamayo (2005) comenta que esse tipo de

comprometimento é criado em decorrência de normas institucionais, pressões sofridas pelo colaborador na organização que o deixou pouco satisfeito.

Os colaboradores que são comprometidos normativamente continuam trabalhando para a organização com um sentimento de dívida ou ainda, obrigação. Portanto, se o colaborador permanece na organização porque se sente moralmente vinculado a ela ou aos colegas, verifica-se a presença do comprometimento normativo (TRALDI, 2009, p.26).

Comprometimento Instrumental – o trabalhador permanece na empresa por não querer perder o que já fez pela organização, por conta das opções de trabalho disponíveis no mercado, está disposto a permanecer na organização (TAMAYO, 2005).

O Comprometimento Instrumental resulta da consciência que o indivíduo tem dos custos associados à sua saída da organização. No seu modelo de pesquisa, a autora estabelece duas variáveis para esta análise: investimentos e alternativas.

- Investimentos – itens que representam perda de tempo, dinheiro ou esforço no caso de saída da organização. Por exemplo: custos financeiros e humanos da mudança de domicílio de sua família para outra cidade; ou tempo investido no aprendizado e em ferramentas de trabalho específicas da organização.

- Alternativas – a existência de opções de escolha alternativas à decisão de permanecer na organização atual; quanto mais opções, menor o comprometimento instrumental (CAVALCANTE, 2005 apud MUNIZ, 2008, p.29).

Demo (2003) apud Traldi (2009) observa que o comprometimento em que se concentra a maior parte dos estudos é o comprometimento afetivo, além de afirmar que o estudo do comprometimento organizacional pode ser bem amplo.

3.2. Endomarketing como Facilitador do Comprometimento

A origem do endomarketing segundo Matos (2014) é grega “endo” posição ou ação no interior, ou seja é voltado para dentro das organizações, sendo assim o endomarketing é o marketing interno da empresa. É considerado por especialistas da administração como um diferencial competitivo no contexto atual da administração capaz de fazer com que seus trabalhadores propaguem a imagem da instituição de forma positiva para a sociedade.

[...] o Endomarketing contribui para disseminar valores como: ética, eficácia, qualidade, efetividade, comprometimento, cooperação, democracia, reconhecimento, respeito, harmonia e criatividade (STADLER; GARCIA, p. 165, 2014).

Algumas das características mais importantes do endomarketing são descritas por Limonge-França:

- Atende o público interno da empresa.
- Contribui com os objetivos do *marketing*, visto que melhora o relacionamento entre empresa e colaborador (público interno), o que, por consequência, melhora a comunicação com o público externo.
- Compõe-se de várias atividades, muitas das quais não são novas nem restritas a ele, mas que são geridas de forma estratégica e integrada.
- Promove a integração, a cooperação, a gestão dos conflitos, a motivação, o comprometimento, ligando-se ao clima organizacional e podendo, inclusive, melhorá-lo.
- Possibilita uma estreita relação entre as áreas de GP e *marketing*, pois utiliza os conceitos, as técnicas e as políticas de ambas as áreas. Um gestor preocupa-se em utilizar o *marketing interno*, ou *in marketing*, ou ainda o *endomarketing*, para comunicar ações de *marketing* interno na empresa, prezando pelo bom relacionamento com seus empregados, ou melhor, com seus clientes internos, pois suas necessidades e seus desejos (assim como no *marketing* voltado ao cliente externo) precisam ser satisfeitos. (LIMONGE-FRANÇA apud STADLER; PAMPOLINI, p.160–161, 2014).

O endomarketing tem a função de contribuir para retenção de talentos, direcionar e comunicar com os funcionários para que atendam de forma eficaz os clientes. Facilita o enraizamento dos costumes, valores da organização da cultura fazendo com que seja mais maleável, contribui também para um melhor clima organizacional, sendo que assim aumenta o respeito, harmonia e criatividade dos funcionários (STADLER; GARCIA, 2014).

O endomarketing é um ciclo incessante que busca a motivação, comprometimento de seus colaboradores tendo em vista os objetivos e metas organizacionais, melhora os resultados organizacionais em vários âmbitos por meio de técnicas de incentivo ao trabalhador que estando satisfeito e comprometido se propõe a ajudar a empresa (DANIEL apud SANTOS; ALMEIDA; FEITOSA, p.4).

O marketing interno pode ser visto, então, como um conjunto de ações que busca levar os funcionários o conhecimento sobre a empresa na qual trabalham, fortalecendo o comprometimento por meio de um canal aberto para novas ideias e parcerias. Um programa de marketing interno pode incorporar a noção de clientes à estrutura interna organizacional, trazendo como consequência a melhoria na qualidade do atendimento ao cliente, do produto e dos serviços oferecidos. É necessário, portanto, que a empresa conquiste primeiramente seu mercado interno, para então se lançar no mercado externo, caso contrário, a cultura da organização pode entrar em conflito com os seus objetivos estratégicos (PAIXÃO, 2012, p.145).

Ainda segundo o autor as organizações quando utilizam de ferramentas do endomarketing além de adquirirem uma comunicação interna eficaz com todos os setores da empresa, melhora também a sua percepção perante o

cliente, tornando-o seu parceiro, pois quando conquistado o cliente interno estará disposto a ajudar na melhoria da organização.

Para Paixão (2012) o endomarketing permite ainda que o gestor acompanhe as mudanças constantes na organização e para obter sucesso nesse acompanhamento é importante levar em conta a cultura, o clima, objetivos e valores da empresa, e ter atitudes de valorização e respeito com os funcionários de maneira geral. O marketing interno (endomarketing) facilita também a gestão com foco na qualidade total, pois a preocupação com seus colaboradores faz com que a organização consiga resultados mais satisfatórios. Quando a organização procura-se em saber como está sua imagem sob a perspectiva do cliente interno, ela busca estratégias como a criação de canais de comunicação e relacionamento que trazem satisfação e comprometimento por parte dos colaboradores para com a obtenção de resultados para a organização.

Matos (2009) fala que ações integradas de comunicação interna podem ser usadas na antecipação de acontecimentos que estão ligados a organização. A comunicação se faz extremamente importante, pois uma empresa para se tornar competitiva e manter-se no mercado precisa de um canal de comunicação eficaz, pois na ausência da mesma há uma desvalorização e perda de credibilidade da empresa frente a seus clientes internos e externos, sendo que uma vez que seus clientes externos não têm uma boa imagem da organização não farão esforços para obter resultados para a mesma.

4. RELAÇÃO ENTRE COMPROMETIMENTO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Devido as exigências cada vez mais acirradas pelos gestores, mudou-se a forma de administrar uma organização cheia de pessoas. Nos dias de hoje, quem tem a informação consequentemente tem o poder que ela traz consigo, e por isso, a comunicação tornou-se algo indispensável dentro de uma gestão.

Chiavenato (2002) afirma que “hoje, a tendência é fazer com que todas as pessoas, em todos os níveis da organização, sejam administradores - e não simplesmente os executores - de suas tarefas”, isso trouxe aos gestores a necessidade de manter seus colaboradores atualizados e satisfeitos.

O sucesso da estratégia de comunicação de uma empresa depende em grande parte do elo entre a estratégia de comunicação e a estratégia geral da empresa. É preciso ter um sólido desempenho da comunicação empresarial para apoiar tais missões e visões (ARGENTI, 2006, p. 69).

Conforme dito por Lesley (1995), as comunicações são básicas para a existência de todo indivíduo e de toda organização, de qualquer tamanho. A importância da comunicação no cenário empresarial é tão grande, que mesmo que os funcionários demonstrem interesse em cumprir suas tarefas, se os objetivos da organização não estiverem claro para eles, de nada valerá seus esforços. A instalação de uma comunicação eficaz permite a integração de todos os colaboradores com a missão e os objetivos da organização.

4.1. Satisfação e Satisfação no Trabalho: uma Questão de Cultura, de Valores e de Clima Organizacional

Do ponto de vista organizacional, o comportamento humano é estimulado através de suas necessidades, e por isso, os gestores precisam entender como estimular suas motivações e manter seus colaboradores satisfeitos para conseguir um retorno dentro da empresa.

Tendo como sinônimo o entusiasmo, o agrado, o prazer, e outros, a satisfação é, segundo o dicionário Rideel (2014, p. 259), o ato ou efeito de satisfazer-se, é o prazer resultante daquilo que se deseja ou necessita.

Enquanto isso, a satisfação no trabalho que já foi estudada por vários autores (Lock, 1976; Ferreira e Assmar, 2004), pode ser definida como uma mescla dos sentimentos dos trabalhadores em relação ao ambiente e as suas tarefas dentro da organização.

Em geral, a satisfação no trabalho é vista como um importante resultado, para indivíduos, organizações e a sociedade como um todo. Além disso, a satisfação no trabalho também pode influenciar outros resultados organizacionais e pessoais. Assim, ela também é referência para outras saídas, tanto organizacionais quanto individuais (PARKER, 2007, p. 406-409).

Segundo Siqueira (2008), a satisfação no trabalho surgiu como um componente da motivação, fazendo com que os trabalhadores apresentassem um comportamento diferente quando o assunto era de interesse empresarial. Nesse novo comportamento foi percebido um aumento da produtividade e a redução de faltas. Ainda para Siqueira (2008), a satisfação no trabalho no século XXI chega

abordando o ambiente da organização e o vínculo afetivo do funcionário com seu emprego.

Certas tarefas do dia-a-dia são o que despertam no trabalhador um certo estado psicológico positivo ou não em relação a satisfação dele no trabalho. Índícios mais antigos indicam que a relação entre satisfação no trabalho e desempenho do trabalhador não afeta diretamente a empresa (Aziri, 2011, p. 84-85).

Índícios mais recentes indicam que há sim uma relação entre essas variáveis, observa Parker (2007, p. 409), assim,

A relação entre satisfação e desempenho mostra-se ainda mais forte para trabalhos mais complexos, muito provavelmente pela autonomia e controle que esses trabalhos propiciam ao trabalhador.

Segundo Aziri (2011), há um grande impacto da satisfação na motivação dos trabalhadores, o qual tem impacto tanto na produtividade quanto no desempenho do trabalhador dentro da organização. Em contrapartida, há a insatisfação no trabalho, que promove comportamentos negativos como atrasos, ausências e até demissões.

A preocupação com a satisfação no trabalho e o comprometimento nas organizações representa um caminho importante para o desenvolvimento das empresas. Segundo Godoi (2002), os estudos sobre a motivação humana no trabalho encontram-se paralisados devido à complexidade das abordagens que compõem a psicologia do indivíduo e ao insuficiente aprofundamento da análise crítica das ideias e autores behavioristas ainda presentes nos estudos organizacionais sobre motivação.

De acordo com Dias *et al* (2002), não há um consenso a respeito do comprometimento, embora seja admitido que é fundamental para a organização manter o trabalhador comprometido. O interessante no comprometimento é que ele se baseia em atitudes e comportamentos importantes para a organização, como: assiduidade, pontualidade, desempenho individual e resistência à mudança, conforme já foi dito.

Indivíduos afetivamente comprometidos estão motivados a contribuir mais vigorosamente para a organização, com desempenho mais elevado. Trabalhadores instrumentalmente comprometidos não possui tendências que demonstrem desempenhos que ultrapassem o mínimo esperado. Indivíduos normativamente associados à organização tendem a contribuir positivamente para ela (REGO, 2003, p. 4).

Com isso, a satisfação é um elemento determinante dentro do comportamento organizacional. Assim como o comprometimento, necessita ser compreendida a fim de evitar problemas de insatisfação que possam vir prejudicar a organização. Como qualquer outra atitude, a satisfação possui um complexo conjunto de emoções, sentimentos, cognições e percepções que influenciam ou até determinam as tendências comportamentais. Ou seja, para os gestores manterem suas empresas em pleno funcionamento, eles precisam saber entrelaçar a satisfação e a motivação para tornar isso vívido dentro do ambiente de trabalho.

4.1.1. A Cultura, os Valores e o clima Organizacional como Facilitadores para a Satisfação e o Comprometimento de Trabalhadores

Como dito anteriormente, a preocupação com a relação entre a satisfação e o comportamento é de extrema importância para o sucesso de uma organização. E como facilitadores para essa relação, surge a cultura organizacional, os valores e o clima. Apesar da cultura e do clima organizacional influenciarem diretamente no ambiente da empresa e no comportamento dos funcionários, ambos possuem cada um seu diferencial.

[...] a análise da cultura organizacional torna-se um instrumento poderoso para aumentar a competitividade das organizações, pois a coesão mantém os funcionários engajados para o alcance de um objetivo comum. É relevante destacar, desde já, que a estratégia, os objetivos, o modo de operação das empresas e o comportamento das pessoas são influenciados por elementos culturais (SOUZA, 2014, p. 20).

O clima organizacional define e influencia as atitudes de seus colaboradores. Para Luz (2003), o clima organizacional é definido por um conjunto de crenças, valores, costumes e tradições, que caracterizam o modo de ser da organização. Ainda segundo o autor, o clima é afetado por diferentes fatores externos, como a família, o lazer e a saúde. O clima pode ser entendido também como a consequência da cultura, que aborda todos os valores da empresa. Com isso, Luz (2003, p. 13) define clima organizacional como “[...] reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa [...] é a atmosfera psicológica que envolve, num dado momento, a relação entre a empresa e seus funcionários”.

Outro conceito foi descrito por Robbins, Judge e Sobral (2010) em que afirmam que o clima organizacional é um reflexo das ideias que os colaboradores têm sobre o ambiente de trabalho.

Para Araújo e Tagliocolo (2007), o clima organizacional possui quatro grandes dimensões:

- A resistência à mudança que está relacionada com as alterações da rotina de trabalho por outra mais eficiente e motivadora;
- O estresse afeta a produtividade dos funcionários podendo ser causado por fatores pessoais ou da empresa;
- A liderança. Bons líderes influenciam e motivam seus funcionários tornando a organização mais eficiente e eficaz;
- A motivação, está ligada a aspectos internos.

Para Spector (2002), a satisfação pode ser entendida como os sentimentos das pessoas em relação ao seu trabalho, e é claro que esses mesmos sentimentos sofram alteração de acordo com o clima organizacional.

Como já foi citado, o clima organizacional está diretamente relacionado com a satisfação no trabalho e com o comprometimento de seus funcionários. O comprometimento de cada um leva em consideração seus valores, e são esses mesmo valores que auxiliam na sua satisfação, que é de grande importância para o clima organizacional e para a comunicação interna de uma organização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se este artigo de uma pesquisa a ser concluída com o término do TCC, neste ano de 2017. Por ora, pelos estudos bibliográficos até então realizados, pode-se inferir que são cada vez mais numerosas as empresas que percebem a importância e a eficácia da comunicação interna mais organizada, independente do ramo em que atua. Entretanto, existe toda uma complexidade por trás do processo de comunicação envolvendo a empresa e seus colaboradores.

Dentro de uma organização o comprometimento de seus trabalhadores dá-se devido a sua satisfação e identificação com o sentido que o trabalho tem para

esses trabalhadores. Assim, é a comunicação que consegue internalizar todo o processo relacional interno, firmando os valores e a cultura da organização.

Quando o assunto é uma comunicação eficiente e eficaz, os gestores precisam levar em consideração o macroambiente em que a empresa se insere, desde os fornecedores até seus funcionários, como forma de favorecer um clima organizacional favorável às relações interpessoais de trabalhadores, pela satisfação proporcionada.

Desta forma, a comunicação poderá favorecer a identificação do trabalhador com a empresa, e, por conseguinte, se comprometer com o seu sucesso no mercado.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, Paul A. *Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BUENO, Wilson da C. *Estratégias de comunicação nas mídias sociais*. 1 Ed. São Paulo: Manole, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, M. C.; ASSMAR, E. M. L. *Cultura, satisfação e saúde nas organizações*. 2004.

GODOI, C. K. *Retomando o tema da motivação nas organizações: contribuições da teoria psicanalítica e do cognitivismo*. 2002.

HORTON, Paul B.; HUNT, Chester L. *Sociologia*. McGraw-Hill, 1980. 479 p.

KANAANE, Roberto. *Comportamento humano nas organizações*. 1999.

LESLEY, Philip. *Os Fundamentos de Relações Públicas e da Comunicação*. 1995.

LOCKE, E. A. The nature and causes of job satisfaction. 1976.

LUZ, Ricardo. *Gestão do clima organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MATOS, Gustavo Gomes. *Comunicação empresarial sem complicação: Como facilitar a comunicação na empresa pela via da cultura e do diálogo*. 2014.

OLIVEIRA, Jucelino Muniz de. *Comunicação organizacional, comprometimento e desempenho: um estudo de caso empírico no setor de serviços*. 2008, 96 f. (Tese em Administração). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Daniella M. L. dos et al. O endomarketing como estratégia de gestão e crescimento organizacional. *Revista da administração RACE*. Vol. 1. N 1. 2016. Disponível em: revistas.cesmac.edu.br. Acesso em: 22/04/2017 às 22:31.

PAIXÃO, Marcia Valéria. *Pesquisa e planejamento de marketing e propaganda*. 2012.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 344 p.

SOUZA, P. S. *Cultura e clima organizacional: compreendendo a essência das organizações*, 2014.

SPECTOR, Paul. E. *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2002.

STADLER, Adriano; PAMPOLINI, Cláudia Patrícia Garcia. *Gestão de pessoas: ferramentas estratégicas de competitividade*. 2014.

TAGLIOCOLO, C.; ARAÚJO, G.C. *Clima Organizacional: um estudo sobre as quatro dimensões de análise*. 2007.

TAMAYO, Álvaro. Valores organizacionais e comprometimento afetivo. *Revista de Administração Mackenzie*. Ano 6, n.3, p. 192-213. 2005.

TAVARES, Rosalina S. de A; *Importância da comunicação interna para o desenvolvimento do comprometimento organizacional: um estudo de caso em empresa brasileiro*. São Paulo, 2005.

TRALDI, Maria Teodora Farias. *Comprometimento, bem-estar e satisfação no trabalho: a experiência dos professores de Administração da Universidade de Brasília*. 2009. 90 f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA MARGINAL DO SÉCULO XXI EM LITERATURA, PÃO E POESIA, DE SÉRGIO VAZ: investigações preliminares

SILVA, Daniela Cristina da – Uni-FACEF
BIAGI, Gislaine S. Fernandes – Uni-FACEF
CAMPOS, Juliana F. Vieira – Uni-FACEF
IVAN, Maria Eloísa de Souza – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso trabalho de conclusão de curso, TCC, sobre a representação da literatura marginal do século XXI na obra *Literatura, pão e poesia*, (2011), de Sérgio Vaz.

Segundo Miranda (2011), Sérgio Vaz é poeta, escritor, agitador cultural, idealizador da Semana de Arte Moderna da Periferia, fundador da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia) e de outros projetos ligados à Cooperativa como, por exemplo, o Sarau da Cooperifa, a Antologia Poética do Sarau da Cooperifa, o CD de poesia da Cooperifa, o Sarau rap, o Cinema na Laje, Café Literário em Taboão da Serra, Poesia no ar, sendo estes alguns dos que ele participa como idealizador, organizador e produtor, além dos projetos nos quais ele atua como convidado, ora para falar da Cooperifa ora dos Saraus ou apenas para declamar ou para apresentar outras ações culturais. Aos 53 anos de idade, migrante do norte de Minas Gerais, Sérgio Vaz é morador do bairro Pirajussara, em Taboão da Serra, localizado na zona sul de São Paulo (divisa com Campo Limpo).

A obra *Literatura, pão e poesia*, (2011), de Sérgio Vaz é uma compilação de livros e artigos já publicados, organizados em forma de crônicas, cujos títulos nos remetem a assuntos comuns, do cotidiano; são crônicas compostas por histórias, memórias, críticas baseadas na realidade de moradores da periferia, em sua grande maioria de Taboão da Serra, local em que o autor ainda reside. O autor também cita autores consagrados no âmbito literário nacional, com Machado de Assis, Pablo Neruda entre outros (GUIMARÃES, 2014, p. 295). A linguagem é simples, pois reflete a origem de seus personagens, composta por palavrões, mas também por recursos poéticos como a metáfora, porém predomina o uso da linguagem coloquial.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso TCC, cujo propósito é verificar, por meio de uma leitura interpretativa, os mecanismos discursivos utilizados por Vaz na obra *Literatura, pão e poesia* (2011), que a apresentam não apenas como instrumento ideológico, mas também como texto literário desta nova vertente, a Literatura marginal ou periférica.

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos, como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, que nos possibilite uma melhor compreensão do discurso de Vaz e de seu contexto de produção, bem como da obra *Literatura, pão e poesia* (2011). A fundamentação teórica da pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Antonio Candido (2000), para falar da Literatura e o social; no que se refere à conceituação e contextualização da Literatura Marginal, bem como de conceitos oriundos da cultura popular, serão utilizadas as reflexões de Peçanha (2006; 2009); Waldilene S. Miranda (2011), Valéria Rosito (2012), Terena Thomassim Guimarães (2014) e Heloisa Buarque de Hollanda (2015), entre outras fontes como *websites*

Desse modo, o artigo que aqui se apresenta expõe a justificativa, os objetivos bem como a metodologia de pesquisa de nosso TCC, permeados pelas leituras iniciais e até aqui realizadas.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse em trabalhar com a Literatura Marginal e seus autores surgiu no 1º semestre do Curso de Letras, quando definimos o tema para a elaboração daquele projeto de pesquisa; feito e apresentado em um primeiro estudo dessa vertente, acerca da obra de Ferréz, nos sentimos motivadas a continuar a nossa pesquisa nesta tão recente representação literária por acreditarmos ainda haver muito a ser dito sobre a literatura marginal dos autores da periferia e suas polêmicas obras, pois conforme Heloisa Buarque de Hollanda (2011), essa nova vertente, denominada como Literatura marginal ou periférica, veio com “força e garra” na virada do milênio; contudo, enfrenta desde sua origem até os dias atuais, o desafio de ser reconhecida ou não como arte literária, embora venha ganhando espaço em meio à sociedade acadêmica, sendo ovacionada por alguns críticos e por

outros fortemente criticada. Assim, acreditamos na relevância desta pesquisa por apresentar um tema ainda muito pouco discutido dentro do contexto da Literatura Brasileira e consequentemente dentro dos campi universitários.

Para melhor se compreender o conceito de Literatura Marginal faz-se necessário um sintetizado percurso pela história da Literatura Brasileira. Segundo Nascimento (2006), registra-se o surgimento, no Brasil, na década de 70, de um movimento sociocultural denominado por “Poesia Marginal” ou “Geração Mimeógrafo”, que atingiu diversas áreas da arte, música, cinema, teatro, artes plásticas e, principalmente, a literatura, mudando, assim, a produção cultural do país na época.

Esse movimento foi nomeado por “Poesia Marginal” não por pertencer a uma classe social menos favorecida, mas pela forma como professores e jovens de classe média e alta (que formavam esse movimento) com amplo acesso à cultura letrada, mas sem dispor de meios econômicos para patrocinar uma “revolução” estética nos moldes modernistas, se manifestavam contra a ditadura militar.

Ainda segundo Nascimento (2006), a literatura produzida por esses poetas buscava subverter os padrões de qualidade, ordem e bom gosto vigentes, desvinculando-se das produções tidas como “engajadas”, “intelectualizadas” ou “populistas”. Os textos eram marcados pelo tom irônico, pelo uso de linguagem coloquial e de palavrões e versavam sobre sexo, tóxicos ou, ainda, acerca do cotidiano das classes privilegiadas. Os livros, produzidos nas cooperativas ligadas aos próprios grupos, tinham, intencionalmente, características gráficas precárias: eram impressos em papel de qualidade inferior e apresentavam borrões e falhas nas impressões.

Expressar-se contra a ditadura militar não era o único objetivo desses poetas, que buscavam, também, uma forma de divulgar a arte e a cultura brasileira. O principal objetivo da “Geração Mimeógrafo” era a substituição dos meios tradicionais de circulação das obras. Rejane Pivetta de Oliveira (2011) comenta que o resultado disso é o surgimento de obras, sobretudo poéticas, produzidas artesanalmente, a partir de um registro espontâneo da linguagem, dando lugar à proliferação de “livrinhos” distribuídos diretamente pelo autor em bares, portas de museus, teatros e cinemas.

Contemporaneamente, no contexto da Literatura Brasileira, vem surgindo uma nova expressão denominada “Literatura Marginal” vertente aliada aos

autores oriundos da periferia das grandes cidades. Em suas obras, essa nova forma de literatura nasce juntamente com o homem inserido na cultura do seu cotidiano, na realidade, na revolta. Sérgio Vaz é um dos escritores de destaque no contexto da Literatura Marginal do século XXI. Vaz já publicou diversos livros, entre os quais estão: *Subindo a ladeira mora a noite* (1988), *A margem do vento* (1991), *Pensamentos vadios* (1994), *A poesia dos deuses inferiores* (2005), *Colecionador de pedras* (2006), *Cooperifa - antropofagia periférica* (2008) e *Literatura, pão e poesia* (2011), esta última sendo escolhida como *corpus* desta pesquisa.

Enquanto o objetivo da “Geração Mimeógrafo” era a substituição dos meios tradicionais de circulação das obras e protestar contra a ditadura, o objetivo desta Literatura Marginal dos anos 2000 é voltado para as questões sociopolíticas e econômicas.

Vaz não é o único representante que se destaca nessa nova vertente da Literatura Brasileira; entre os nomes de destaque estão: Rodrigo Ciríaco, professor, morador de Ermelino Matarazzo, Zona Leste da capital paulista, sua principal obra é *Te pego lá fora* (2014); Wesley Barbosa, que é autor de *O diabo na mesa dos fundos*, 2015; Gilvan Conceição, mais conhecido pelas ruas como Mano Hostil, tem como sua principal obra *762 dias de angústia*, 2011; Alessandro Buzo iniciou como escritor em 2000, com a obra *O trem*, baseado em fatos reais, Ademiro Alves de Souza, o Sacolinha, que é romancista, contista, cronista e poeta; é autor de *Graduado em marginalidade* (2005) e *85 letras e um disparo* (2006), *Peripécias da minha infância* (2010) e *Estação terminal* (2010) e Reginaldo Ferreira da Silva, o Ferréz, que é, provavelmente, o mais conhecido de todos, tendo lançado em 1997 seu primeiro livro *Fortaleza da desilusão*, porém sua principal obra é *Capão pecado* (2000).

Sergio Vaz completou em 2016, vinte e sete anos de carreira. De acordo com entrevista disponível da revista *iG (online)*, pode-se dizer que Sérgio Vaz cumpriu a profecia de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte em *Canto das três raças*, (música já gravada por Clara Nunes) que diz: “De guerra em paz, de paz em guerra / Todo o povo dessa terra / Quando pode cantar, canta de dor”.

As obras de Vaz já venderam mais de trinta mil exemplares. Seu trabalho já o levou a seis países a fim de participar de feiras literárias e congressos. De suas viagens, internacionais ou não, Sérgio Vaz coleciona reproduções de *Dom Quixote*, personagem central da obra homônima de Miguel de Cervantes;

apaixonado por literatura espanhola possui mais de trinta reproduções dessa literatura, entre elas, uma reprodução de *Dom Quixote* de dois metros, instalada no quintal de sua casa. Para explicar esse encantamento Vaz afirma: “Esse livro salvou minha vida” (*Revista iG, online*).

Em nova entrevista à *Revista iG, (online)*, Sérgio Vaz faz o seguinte comentário: “Gosto do termo literatura periférica porque diz de onde viemos. Antigamente falavam da gente. Hoje, falamos nós mesmos”.

Dos seus sete livros publicados, destaca-se *Colecionador de pedras*, (2007), com o qual realiza um trabalho dentro de escolas públicas. A obra *Colecionador de pedras*, (2007) marca uma fase em que a periferia grita “temos muito que dizer” “somos poetas”, “somos a poesia” (Vaz, 2007).

Na obra *Literatura, pão e poesia* (2011), o autor revela e retrata muito de si e do ambiente em que vive, tornando essa obra não apenas de cunho literário, mas também de caráter social. “O artista é a última linha da sociedade, quando ele desiste é porque não resta mais nada”, [...], “revolucionário é todo aquele que quer mudar o mundo e tem coragem de começar por si mesmo”, [...], “minha poesia é bipolar: ora com um sorriso no rosto, ora com uma pedra na mão” (VAZ, 2011, p. 57, 63, 133). Compreender melhor o discurso desses autores periféricos, nos utilizando da obra de Vaz acima citada e seu valor não apenas social, como representante de uma classe, mas também como discurso literário de representação dessa nova vertente é o propósito de nossa pesquisa de conclusão de curso.

3. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa, bem como as investigações preliminares de nosso TCC, cujo propósito é verificar, por meio de uma leitura interpretativa, os mecanismos discursivos utilizados por Vaz na obra *Literatura, pão e poesia* (2011), que a apresentam não apenas como instrumento ideológico, mas também como texto literário desta nova vertente, a Literatura marginal ou periférica.

Parte-se da hipótese de que por se tratar de uma vertente ainda muito recente e pouco estudada, que gera polêmica tanto positiva, quanto negativa, há muito a se dizer sobre essa Literatura marginal do século XXI, que “requisita” o

interesse dos acadêmicos e pesquisadores a fim de melhor se compreender os objetivos propostos pelos autores da periferia, tanto no que diz respeito ao propósito literário, quanto social.

Assim, por meio de uma leitura interpretativa, objetiva-se uma análise textual, em que se verificam os efeitos de sentido criados pelo discurso da obra *Literatura, pão e poesia* (2011) de Sérgio Vaz, evidenciando-se a recepção crítica desta obra que se apresenta não apenas como instrumento ideológico, mas também como texto literário desta nova vertente, a literatura marginal periférica.

4. METODOLOGIA

A abordagem desta pesquisa é teórica e encontra-se na área da Literatura Brasileira, cuja vertente é denominada Literatura Marginal dos autores da periferia do século XXI. O respaldo teórico provém de pesquisa bibliográfica e documental, tanto no que diz respeito à contextualização do autor e da obra, quanto dos efeitos de sentido revelados na construção discursiva desse texto.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa aponta questionamentos os quais se propõe a responder o nosso trabalho apresenta as seguintes indagações:

- a) Em que medida o discurso da Literatura Marginal dos poetas da década de 70 se diferencia deste apresentado pelos autores da periferia, que representam a Literatura Marginal dos autores da periferia do século XXI?
- b) Quais são os autores e obras mais representativos da Literatura Marginal dos autores da periferia, do século XXI, e em que medida ela se consolida como arte?
- c) Quais os mecanismos de construção discursiva de Sérgio Vaz, principalmente, aqueles materializados na obra *Literatura, pão e poesia* (2011)?
- d) Quais os efeitos de sentido revelados pelos mecanismos discursivos utilizados por Vaz na obra *Literatura, pão e poesia* (2011)?

A fundamentação teórica desta pesquisa parte da leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Antonio Candido (2000), para falar da Literatura e o social; no que se refere à conceituação e contextualização da
A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA MARGINAL DO SÉCULO XXI EM LITERATURA, PÃO E POESIA, DE SÉRGIO VAZ: investigações preliminares – p. 145-152

Literatura Marginal, bem como dos escritores da periferia, serão utilizadas, sobretudo, as reflexões de Érica Peçanha do Nascimento (2006; 2009); Elizângela Maria dos Santos (2010) e Heloisa Buarque de Hollanda (2015). Para falar do autor e sua obra utilizaremos as considerações feitas por Valéria Rosito (2012) e Terena Thomassim Guimarães (2014).

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

GUIMARÃES, Terena Thomassim. O popular em foco: literatura marginal ou periférica. **Revista do GT de Literatura oral e popular da ANPOLL**. Londrina, p. 281-299, jul. 2014. – ISSN 1980-4504. 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Literatura Marginal**. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/literatura-marginal/>>. Acesso em: 8 de abr. de 2017.

MIRANDA, Waldilene Silva. **Literatura marginal**: representações da linguagem e (re)significação do imaginário coletivo. Juiz de Fora. p.1-22. Mai. 2011. Disponível em:<[file:///university03/DISCENTES\\$/18116/Downloads/Literatura-marginal-representa%C3%A7%C3%A3o-da-linguagem-e-resignifica%C3%A7%C3%A3o-do-imagin%C3%A1rio-coletivo%20\(1\).pdf](file:///university03/DISCENTES$/18116/Downloads/Literatura-marginal-representa%C3%A7%C3%A3o-da-linguagem-e-resignifica%C3%A7%C3%A3o-do-imagin%C3%A1rio-coletivo%20(1).pdf)>. 5 mar. 2017.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Literatura Marginal**: os escritores da periferia entram em cena. 2006, 211 f. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2006.

_____. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

OLIVEIRA, Rejane P. de. **Literatura marginal**: questionamentos à teoria literária. Juiz de Fora: Ipotesi, v.15, n. 2, p. 31-39, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaiptesi/files/2011/05/7-Literatura.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

ROSITO, Valéria. **Que eu é esse?**- prosa e verso do milagre ao mercado. Londrina, v. 9, p. 273-290, jun. 2012. ISSN 1983-1048. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/25699>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SANTOS, Elizângela Maria dos. A marginalidade na performática literatura contemporânea. **Anais do II Seminário Nacional Literatura e Cultura**, v. 2, São Cristóvão: GELIC, 2010. ISSN 2175-4128. Disponível em: <

<http://docslide.com.br/documents/santos-elizangela-maria-dos-a-marginalidade-na-performatica-literatura.html>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VAZ, Sergio. **Literatura, pão e poesia**. 1 ed. São Paulo: Global Editora, 2011

_____. **Colecionador de pedras**. 2011. Disponível em:
<<http://coleccionadordepedras1.blogspot.com.br/2011/07/poeta-sergio-vaz-sera-o-tema-do-enredo.html>>. Acesso em: 9 abr. 2017

A TUTELA DO TRABALHO EM FACE DO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: A questão da domiciliação do trabalho no polo industrial de Franca/SP

NUNES, Ana Beatriz Cruz – UNESP
BARBOSA, Agnaldo de Sousa – UNESP

1. INTRODUÇÃO

Os reflexos do processo de reestruturação produtiva no polo industrial calçadista de Franca/SP são a ampliação da divisão sexual do trabalho e da exploração do trabalho da mulher nas atividades de costura, como também a exploração de mão-de-obra infantil nas atividades de banca de pesponto e de “serviços de mesa”, através do trabalho domiciliar. Tal fenômeno mantém-se fortemente vinculado às atividades de baixo nível tecnológico, principalmente nas de confecção de calçados, num contexto de exploração do trabalho em condições precárias, de insalubridade e em completo desrespeito aos direitos trabalhistas.

A partir das conclusões teóricas sobre o tema da domiciliação do trabalho em Franca/SP, buscamos realizar uma pesquisa empírica através da coleta de julgados do Tribunal do Trabalho. Buscaremos evidenciar as relações existentes entre os fenômenos estudados, a fim de verificar se o Direito constitui uma ferramenta capaz de tutelar as demandas das trabalhadoras da indústria de calçados de Franca/SP enquanto instrumento da dialética de mudança social mediante processo de judicialização e/ou do ativismo jurídico; ou se o Direito é instrumento de modificação da dinâmica social sem, contudo, implicar na emancipação das trabalhadoras.

No presente trabalho, serão expostas, portanto, as principais conclusões retiradas a partir do desenvolvimento da análise dos julgados levantados. Desse modo, buscar-se-á traçar não apenas o panorama sociológico e jurídico em que tais atividades são desenvolvidas, mas também quais relações/objetos são demandados pelas trabalhadoras e quais são tutelados pela justiça do trabalho, a fim de compreender as especificidades da cadeia produtiva do calçado de Franca.

Portanto, objetivando compreender qual papel o Direito tem desempenhado diante deste contexto e qual é a compreensão jurisprudencial do trabalho domiciliar de Franca/SP, no desenvolvimento do processo investigatório

aqui apresentado, buscou-se o compreender como se dá a formação e a construção da compreensão do Direito acerca desse fenômeno, extraíndo tais questionamentos da análise de julgados: O Direito do Trabalho ampara as trabalhadoras diante de demandas tais como acidentes de trabalho, aposentadoria, licença-maternidade, etc? Quais são as principais demandas jurídicas dessas trabalhadoras e como o Direito do Trabalho compreende tais demandas? E, por fim, quais relações jurídicas são demandadas e quais são efetivamente tuteladas?

2. O DIREITO COMO INSTRUMENTO?: A COMPREENSÃO JURISPRUDENCIAL DO TRABALHO DOMICILIAR NA CADEIA PRODUTIVA DO CALÇADO DE FRANCA/SP

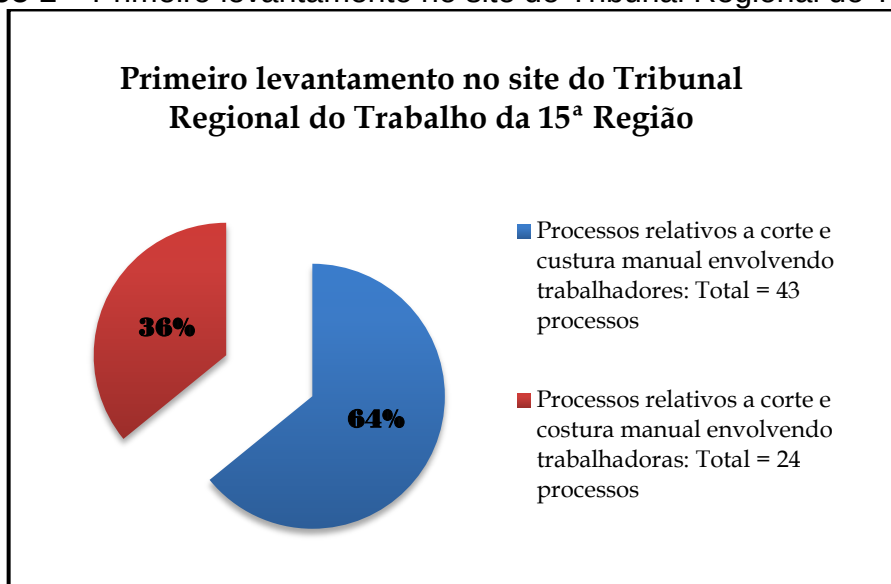
A partir da análise detalhada dos processos, foram organizados os dados que julgamos de maior relevância em alguns gráficos e tabelas, a fim de facilitar a organização dos dados e das análises realizadas. Neste tópico, o objetivo será explicitar os critérios metodológicos da coleta e organização dos dados, bem como elencar os pontos que se destacaram ao longo do desenvolvimento da pesquisa. No entanto, é importante destacar que as conclusões alcançadas estão intrinsecamente ligadas às análises teóricas e científicas realizadas ao longo da pesquisa como um todo. Os dados empíricos, sem a fundamentação teórica e metodológica demarcada e explicitada, não evidenciam a realidade concreta de um objeto de estudo.

A organização dos dados ocorreu em duas etapas: (I) a partir da classificação dos processos em (i) tipo de peça, (ii) data do julgado, (iii) se envolvia trabalho domiciliar ou não, (iv) quais os direitos demandados, (v) qual o entendimento do Tribunal sobre o caso em questão e (vi) qual a decisão proferida; e da (II) tabulação desses processos, na qual esses dados foram organizados e dispostos em tabelas e gráficos que possibilitam maior facilidade na consulta e verificação das inter-relações entre eles.

No primeiro levantamento realizado por meio do site do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, foram encontrados 67 processos dentro do critério de busca “*costura manual*” entre os anos de 2009 a 2014, envolvendo

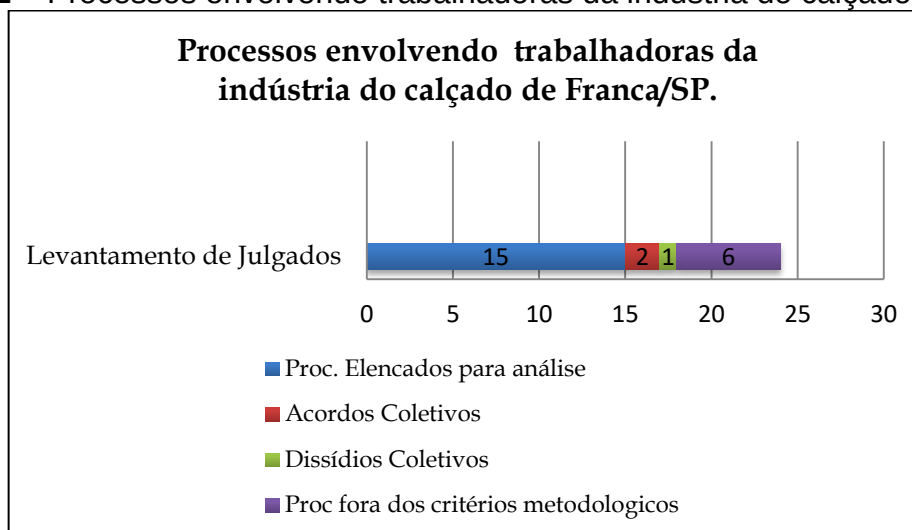
trabalhadores e trabalhadoras que individual ou coletivamente acionaram a Justiça do Trabalho buscando a tutela de direitos trabalhistas. Dentre esses processos, 24 são relativos a corte e costura manual envolvendo trabalhadoras da indústria do calçado, sendo importante ressaltar que foram encontrados ainda 2 processos que se tratavam de acordos coletivos e 1 dissídio coletivo de trabalho. No entanto, foram encontrados 15 processos que envolviam estritamente trabalhadoras da costura manual em domicílio, dentro do recorte metodológico proposto. O restante, ou não se encaixavam no recorte metodológico ou eram de comarcas distintas abrangidas pelo TRT da 15ª região.

Gráfico 1 – Primeiro levantamento no site do Tribunal Regional do Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

Gráfico 2 – Processos envolvendo trabalhadoras da indústria do calçado de Franca



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

Os processos elencados para análise foram organizados sob o critério de numeração de 1 a 15, segundo a correspondência abaixo, buscando facilitar a identificação dos processos. Com isso, buscou-se facilitar a identificação e a correspondência de cada um dos processos ao longo do levantamento e da tabulação dos dados e resultados.

Tabela 1 – Referência e Identificação dos Processos

Nº de referência	Nº de identificação do processo no TRT 15ª região
1	Processo n. 00847-2008-076-15-00-7
2	Processo n. 0001857-54.2013.5.15.0076
3	Processo n. 0001967-53-2013.5.15.0076
4	Processo n. 0002107-87.2013.5.15.0076
5	Processo n. 00001855-84.2013.5.15.0076
6	Processo n. 0001979-67.2013.5.15.0076
7	Processo n. 0001863-50.2013.5.15.0015
8	Processo n. 0001856-69.2013.5.15.0076
9	Processo n. 0001866-16.2013.5.15.0076
10	Processo n. 0001796-96.2013.5.15.0076
11	Processo n. 01018-2008.076.15.00-1
12	Processo n. 0112200-59.2009.5.15.0076
13	Processo n. 01690-2005-076.15.00.4.
14	Processo n. 0000707-61.2012.5.15.0015
15	Processo n. 00333-2008.076.15.00-1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho

Para facilitar a pesquisa e localização dos processos analisados na presente pesquisa, ainda foi organizada a tabela seguinte com a identificação completa do processo junto ao TRT da 15ª Região. Todos os processos analisados estão disponíveis eletronicamente.

Tabela 2 – Identificação completa dos processos analisados

1. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO nº 0084720080761 5007
2. RECURSO ORDINÁRIO EM RITO SUMARÍSSIMO autos N. 0001857-54.2013.5.15.0076
3. PROCESSO TRT Nº 0001967-53.2013.5.15.0076 - RECURSO ORDINÁRIO
4. PROCESSO TRT 15ª REGIÃO Nº 0002107-87.201 3.5.1 5.0076
5. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 000185584.2013.5.15.0076
6. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO nº 000197967.2013.5.15.0076 RO RECURSO ORDINÁRIO
7. Recurso Ordinário Processo: 000186350.2013.5.15.0015
8. PROCESSO TRT 15ª REGIÃO Nº. 0001 85669.201 3.5.1 5.0076
9. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 000186616.2013.5.15.0076
10. PROCESSO Nº 0001 79696.201 3.5.1 5.0076 RO RECURSO ORDINÁRIO
11. PROCESSO Nº. 01 01 820080761 5001 RECURSO ORDINÁRIO - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO
12. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 011 220059.2009.5.1 5.0076
13. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO CAMPINAS Nº. 01 69020050761 5-004 RECURSO ORDINÁRIO
14. PROCESSO Nº 000070761 .201 2.5.1 5.001 5 ROPS RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO
15. PROCESSO TRT/1 5ª REGIÃO Nº 0033320080761 5001 RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE FRANCA

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

Obs: tabela com a numeração referente aos processos analisados e à tabulação dos dados

A partir da coleta dos julgados, buscou-se traçar o panorama jurídico e sociológico da flexibilização das relações de trabalho no contexto da reestruturação produtiva com foco no trabalho domiciliar das costuradeiras de calçados do polo industrial de Franca/SP. Os principais pontos de análise seriam traçar *quais direitos são demandados pelas trabalhadoras e quais são efetivamente tutelados pela Justiça do Trabalho*.

Para a organização da tabela seguinte buscou-se elencar quais foram as argumentações e fundamentações, jurídicas ou não, das decisões do TRT da 15ª Região em cada um dos processos. A partir dos dados e resultados trazidos nessa tabela é possível trabalhar diversas informações, principalmente, qual o caráter da argumentação jurídica do Tribunal para a fundamentação de seus acórdãos e qual o entendimento do Tribunal acerca dos casos julgados.

Tabela 3 – Tabulação fundamentação jurídica das decisões do Tribunal da 15ª Região (Franca/SP)

Elementos elencados na Argumentação e Fundamentação das Decisões	Nº DOS PROCESSOS ANALISADOS														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Súmula 331 TST	X	X	X		X	X		X		X	X		X	X	
Art. 3º da CLT		X		X	X	X		X	X	X					
Art. 2, CLT						X				X					
Súmula 212 TST (P. cont. rel. emprego)				X		X									
Art. 9, CLT											X			X	
Constituição Federal		X ¹				X				X ²					
Art. 818, CLT						X									
Art. 333, CPC						X									
OJ 82/SDI1						X									
Precedentes jurisprudenciais				X		X	X		X					X	
Doutrina				X ³			X ⁴								
Princípio da Dignidade da Pessoa Humana						X							X		
Princípio Primazia da Realidade														X	
Princípio <i>in dubio pro operário</i>															X
Estudos sociais sobre a realidade e os impactos da terceirização														X	
Realidade social, histórica e econômica da cidade de Franca/SP						X								X	
Impacto social da precarização/redução de custos com o trabalho						X				X				X	
Prova emprestada	X	X	X	X	X	X	X			X	X				
Prova oral e/ou prova testemunhal												X	X		
Prova pericial (nexo entre a doença e as atividades desenvolvidas)													X		
Ausência dos requisitos arts. 2º e 3º, CLT ou dos pressupostos da Súmula 331 TST															X
Ausência de provas contundentes									X						X
Prescrição de direito												X			

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

¹Arts. 1º, III e IV; 5º, XXIII, e 170, III e VIII

²Afronta direitos constitucionais trabalhistas

³Teoria da cegueira deliberada

⁴Teoria da Subordinação Estrutural

As fundamentações das decisões foram embasadas, principalmente,

na jurisprudência da Justiça do Trabalho e dos precedentes jurisprudenciais do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que reconhecem como ilícita a terceirização da atividade-fim com base nas Súmulas nº. 212 e 331 do TST. Em relação ao contrato de prestação de serviços, os principais dispositivos destacados da Súmula nº 331 do TST³ foram os incisos I, IV e VI.

O art. 3º da CLT foi utilizado como o critério formal de estabelecimento dos elementos que formam relação de emprego. O *caput* deste dispositivo dispõe que “considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”, sendo amplamente utilizado como o dispositivo jurídico que elenca os requisitos para o estabelecimento do reconhecimento de vínculo empregatício, que são: a pessoalidade, a não-eventualidade, a subordinação e a onerosidade (ou seja, o salário).

Na grande maioria dos processos foram utilizadas provas emprestadas de outros processos semelhantes para a instrução e para a fundamentação da convicção do Tribunal. Além da argumentação formal, pautada na legislação, doutrina e jurisprudência, na maioria das decisões foram analisados o contexto socioeconômico da cidade de Franca e as peculiaridades da cadeia produtiva da cidade. Reconheceu-se que o processo de flexibilização do trabalho no setor calçadista impacta, de modo expressivo, a organização do trabalho de costura dos calçados, tendo como reflexo a precarização do trabalho com vistas à redução de custos. Em todas as decisões foi reconhecido o caráter ilegal da contratação das costuradeiras através da terceirização. Ainda que em porcentagens menos expressivas, foram elencados os Princípios da Dignidade da Pessoa Humana, *in dubio pro operario* e da Primazia da Realidade.

Na tabela seguinte, buscou-se elencar as demandas das trabalhadoras e, consequentemente, a análise ou julgamento de mérito do tribunal.

3 Disponível em <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html>.

Tabela 4 – Análise de Mérito das Decisões do TRT 15ª Região (Franca/SP)

Demandas das Trabalhadoras nos processos	Nº de identificação dos processos analisados														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Reconhecimento de vínculo de emprego	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reconhecimento da responsabilidade subsidiária da tomadora	X											X			
Anotação da CTPS	X		X	X	X	X	X		X	X		X	X		
Condenação ao pagamento de verbas rescisórias	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Participação nos lucros e resultados e multa convencional	X										X				
Descanso semanal remunerado e feriados		X	X												
FGTS					X			X		X		X			
Horas-extras			X	X		X	X								
13º salário								X		X		X			
Férias								X		X		X			
Doença profissional													X		
Indenização danos morais, materiais e lucros cessantes													X		
Afastamento da prescrição decretada												X			
Aplicação do Princípio <i>in dubio pro operario</i>															X

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

Da análise dos julgados levantados, foi possível retirar algumas compreensões. Primeiramente, via de regra, as demandas das trabalhadoras são tutelada já em primeira instância e as empresas (tomadoras) recorrem da decisão. Tais demandas se concentram basicamente em: reconhecimento de vínculo empregatício, fixação de salário, condenação ao pagamento de verbas rescisórias, anotação em CTPS, descanso semanal e feriados remunerados, pagamento de horas-extras, FGTS, décimo terceiro salário, bem como de aviso prévio e verbas

rescisórias. Apenas com a exceção de um processo⁴, todos os outros recursos mantiveram a sentença original, ou seja, compreenderam como acertadas as decisões em primeira instância⁵. Sendo assim, de um universo amostral de 15 processos trabalhistas, houve apenas uma decisão, em caráter de recurso ordinário, que reformou a decisão em primeira instância que julgou procedente a demanda pelo reconhecimento de vínculo empregatício.

Outro processo bastante relevante para a presente análise refere-se a uma demanda de doença profissional. Restou decidido a determinação de indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes⁶.

Vale destacar que, se as tabelas anteriores forem comparadas, é possível analisar que houve a utilização de prova emprestada em vários processos, o que evidencia que a realidade da terceirização é marcante na produção do calçado em Franca/SP. Do mesmo modo, é possível observar que apenas um processo elencou a aplicação do princípio *in dubio pro operario* e apenas um processo foi de reconhecimento de doença profissional. Em todos os casos houve, expressivamente, o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego e a consequente condenação da empresa tomadora ao pagamento das verbas rescisórias.

Um dos principais questionamentos elencados no projeto de pesquisa diz respeito a perceber qual seria o entendimento do Tribunal do Trabalho, mas do próprio entendimento jurídico como um todo, em relação à terceirização e à reestruturação do trabalho. Mais especificamente, buscou-se delinear qual seria a compreensão do Tribunal em relação ao trabalho domiciliar das costuradeiras de calçados da indústria calçadista de Franca. Das análises restou inequívoca a compreensão de que o Tribunal reconheceu, em todos os casos, o caráter ilícito da terceirização da atividade-fim da empresa com base na regulamentação jurídica trazida pela Súmula 331 e pela CLT, como também pelos aspectos da realidade da cadeia produtiva de Franca/SP. Essa conclusão é facilmente alcançada ao serem

4 Trata-se da decisão de recurso ordinário relativo ao PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 000186616.2013.5.15.0076. “Recurso ordinário interposto pela reclamada, onde sustentou que a r. sentença de fls. 76/83 merecia reforma. Arguiu cerceamento de defesa e insurgiu-se contra o reconhecimento de vínculo empregatício e o deferimento de verbas rescisórias, horas extras, conforme razões de fls. 85/98.”

5 No processo mencionado, a juíza sentenciante reformou a sentença afastando o reconhecimento do vínculo empregatício da reclamante com a reclamada (empresa tomadora), bem como a absolveu de toda a condenação e, consequentemente, julgou a ação totalmente improcedente, por entender que a reclamante não forneceu prova suficiente para a comprovação de que trabalhou como costureira para a empresa de calçados

6 PROCESSO TRT/15ª REGIÃO CAMPINAS Nº. 01690200507615004.

analisadas as informações trazidas pelas *tabelas 3 e 4*.

Os gráficos seguintes correspondem à *tabela 5* sobre a comparação, em cada um dos processos, das sentenças originais e com os acórdãos do Tribunal. Com essas informações é possível visualizar, mais simplificada, quais decisões foram reformadas, o motivo porque foram reformadas, quais se mantiveram, quais tutelaram os direitos das trabalhadoras em primeira e/ou segunda instância e quais não reconheceram as demandas das trabalhadoras; confrontando-se os processos, um a um, e as decisões em primeira instância e em 2º grau.

Tabela 5 – Análise comparativa das decisões nas sentenças originais e nas decisões do TRT 15ª Região

Nº do processo	Sentença de Origem	Acórdão
1	reconhecimento de vínculo empregatício com tomadora	Mantém
2	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e do direito ao descanso semanal e feriados remunerados ¹	proveu o recurso em parte
3	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e condenação ao pag. de horas extras	Mantém
4	reconhecimento de vínculo de emprego; horas extras e reflexos; verbas rescisórias e honorários advocatícios	Mantém
5	reconhecimento de vínculo empregatício e condenação ao pag. de verbas rescisórias e horas extras	Mantém
6	reconhecimento do vínculo empregatício e condenação ao pag. das verbas dele decorrentes ²	proveu o recurso em parte
7	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora	Mantém
8	reconhecimento de vínculo empregatício com tomadora e condenação verbas dele decorrentes	Mantém
9	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e condenação às verbas dele decorrentes ³	Reformada
10	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e condenação às verbas dele decorrentes	Mantém
11	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e condenação às verbas dele decorrentes	Mantém
12	Reconhecimento vínculo de emprego, anotação em CTPS, recebimento verbas deste decorrentes ⁴	Mantém
13	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora; condenação às verbas dele decorrentes e reconhecimento de doença profissional (danos morais, materiais e lucros cessantes) ⁵	Mantém
14	reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora e condenação às verbas dele decorrentes	Mantém
15	improcedência dos pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e de condenação às verbas dele decorrentes	Mantém

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

¹excluir da condenação a remuneração em dobro dos feriados

²excluindo da condenação o pagamento de indenização por perdas e danos pela contratação de advogado

³afastou o reconhecimento do vínculo de emprego, absolveu reclamadas de toda a condenação, julgou a ação totalmente improcedente.

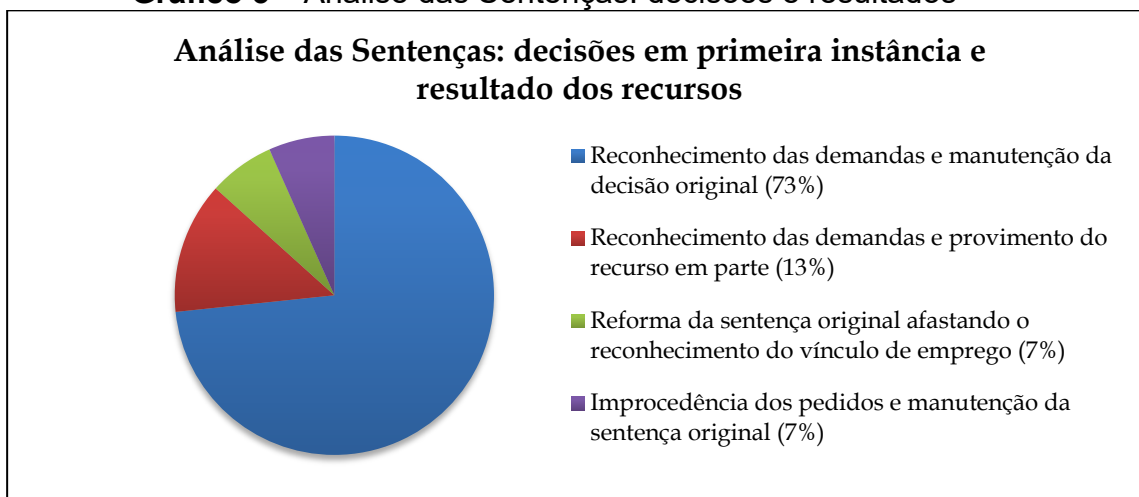
⁴ reconhecimento do vínculo empregatício do interregno compreendido entre 13/08/2004 a

26/02/2009

⁵ Declara a incompetência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias decorrentes do vínculo empregatício dando a ele parcial provimento para o fim de condenar as reclamadas ao pagamento de indenização equivalente a doze meses de salário, além de férias acrescidas do terço constitucional, 1 3º salário, aviso prévio, PLR, cláusula 3ª da CCT juntada à fl.88, FGTS sobre as verbas rescisórias (exceto férias indenizadas e PLR) e indenização de 40% e para determinar que em oito dias do trânsito em julgado da presente, a 1ª reclamada proceda à anotação de baixa na CTPS da reclamante.

Por fim, da análise das sentenças, foi observado que na grande maioria dos casos houve o reconhecimento das demandas das trabalhadoras e manutenção das sentenças originais. Os próximos gráficos são em relação à mesma questão. No quadro a seguir estão identificados os processos a que o gráfico faz referência, a partir da cor destacada na legenda do gráfico.

Gráfico 3 – Análise das Sentenças: decisões e resultados



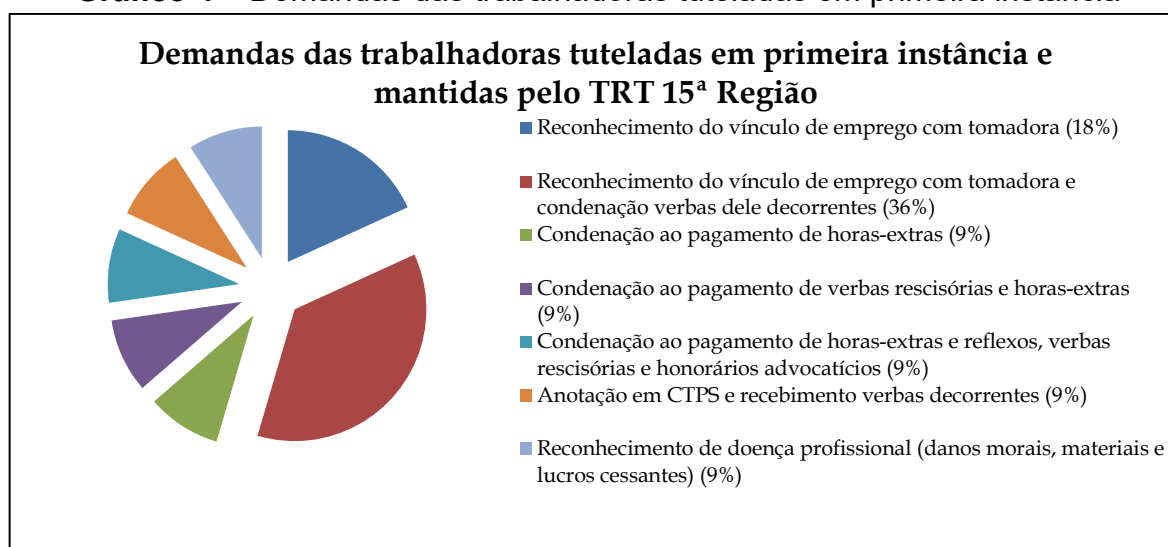
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

O gráfico a seguir relaciona-se, mais especificamente, ao critério “reconhecimento de vínculo com a tomadora e manutenção da sentença original pelo TRT da 15ª Região”. Como pode ser observado, foram detalhadas as demandas das trabalhadoras que foram acolhidas em primeira instância e mantidas pelo tribunal. Notadamente, as demandas concentraram-se em reconhecimento do vínculo de emprego e condenação às verbas rescisórias, com alterações bastante pontuais. A única demanda diferente que se destaca é a de reconhecimento de doença profissional e condenação de danos morais e materiais presente no processo identificado pelo nº 13⁷.

⁷

Trata-se do Processo n. 01690-2005-076.15.00.4 do TRT 15ª região.

Gráfico 4 – Demandas das trabalhadoras tuteladas em primeira instância



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Justiça do Trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das conclusões retiradas da análise jurisprudencial é a de que a fundamentação das decisões dos julgados foi pautada majoritariamente no caráter ilícito da terceirização da atividade-fim da empresa com base na regulamentação jurídica trazida pela Súmula 331 e pela CLT. É válida, portanto, a compreensão de que, uma vez que esses dispositivos não mais estejam assegurados pelo ordenamento jurídico, grande parte do entendimento dos Tribunais do Trabalho sofrerá impactos significativos que deverão ser acompanhados pelos estudiosos do Direito e das Ciências Sociais. Sendo assim, resta claro a conclusão de que o fenômeno de precarização do trabalho das trabalhadoras domiciliares, dentro de todos os marcos trazidos no estudo bibliográfico e empírico, é garantido pelo próprio Direito do Trabalho que acompanha os interesses e os movimentos do Estado e da organização das sociedades capitalistas.

Outra questão bastante sensível que vem sendo discutida dentro dessa

conjuntura de retrocessos e de precarização do trabalho – pelo próprio Direito do Trabalho – é o desmonte do “legislado sobre o negociado”. Este projeto de reforma trabalhista buscará dar aos acordos coletivos força de lei, fazendo com que seja válido o “negociado sobre o legislado”, conforme decisão do próprio Supremo Tribunal Federal nesse sentido⁸.

A aprovação desses projetos de terceirizações e de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho buscando impor a prevalência de acordos coletivos sobre as regras dispostas na legislação foram eleitas como pautas prioritárias da reforma trabalhista⁹. Vale destacar ainda o posicionamento do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que defende a flexibilização da CLT para superação da crise econômica dando destaque às negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores, ou seja, valorizando o negociado sobre o legislado¹⁰.

Sendo assim, em que se pese uma primeira análise de que a Justiça do Trabalho assegura, a partir da doutrina e da jurisprudência, a aplicação do Direito no sentido de valorização das trabalhadoras, dentro do atual contexto de superexploração do trabalho, uma análise crítica desse fenômeno evidencia que o alijamento destes sujeitos em relação às garantias e direitos trabalhistas acaba sendo justificado pelo próprio Direito. Essa conclusão decorre da evidência de que as trabalhadoras acabam se submetendo à precarização do trabalho e à subcontratação pelo próprio Direito do Trabalho que, de uma forma ou de outra, acaba por legalizar e legitimar a flexibilização aliada aos contratos de terceirização.

É fundamental acrescentar ainda que com a aprovação do PL 4330/04 o trabalho domiciliar em Franca/SP sofrerá consideráveis transformações sob o prisma sociológico da precarização do trabalho e sob o entendimento jurídico acerca dos conflitos suscitados nesse novo cenário do trabalho. Haja vista a questão de toda a proteção ao trabalhador ser fundamentada na Súmula 331 do TST, com a aprovação desse projeto de lei resta questionarmos quais serão os dispositivos de proteção do Trabalho contra a flexibilização ou, em outro cenário, refletirmos se

⁸ Reportagem acessada no dia 14 de setembro de 2016 no site do Jornal Estadão, disponível no link: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stf-inova-e-decide-que-vale-o-negociado-sobre-o-legislado-no-ambito-trabalhista/>.

⁹ Reportagem acessada no dia 20 de julho de 2016 no site de notícias Agência Brasil, disponível no link <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-07/governo-enviara-ao-congresso-proposta-de-reforma-trabalhista-diz-ministro>>.

¹⁰ Reportagem acessada no dia 25 de agosto de 2016 no link <<http://noticias.r7.com/brasil/presidente-do-tst-defende-flexibilizacao-da-clt-para-superacao-da-crise-25082016>>. Acesso em 15/09/2016.

cairá por terra todo o entendimento jurisprudencial de que a terceirização nestes moldes é algo que deve ser combatido pelo Direito do Trabalho.

Na economia capitalista a dimensão econômica das relações sociais não mais é ocultada por meio da desigualdade jurídica. Ao contrário disso, historicamente, o pensamento hegemônico do Direito acabou por deslocar a atenção da sociedade das questões estruturais que garantem a perpetuação dos complexos e das mediações do modo de produção capitalista. Sendo assim, faz-se necessária uma visão crítica e dialética do Direito que busque analisar as formas como a construção do fenômeno jurídico se desenvolve a partir de mecanismos de perpetuação histórica do modo de produção capitalista.

Dentro deste marco histórico e metodológico, a mulher e suas representações sociais evidenciam que as opressões de gênero não se separam dos conflitos sociais compreendidos desde uma perspectiva da totalidade. Fatores como gênero, classe e raça operam, dentro desse sistema, como mecanismos de alienação frente ao discurso oficial do Direito e aos conflitos sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Isto ocorre porque os conflitos sociais estão intimamente ligados à racionalização ideológica e às formas de dominação social próprias do modo de produção capitalista.

Portanto, buscamos realizar ao longo das discussões apresentadas no presente trabalho uma reflexão acerca da necessidade de se repensar metodologicamente como o Direito e, especialmente o Direito do Trabalho, poderão construir mecanismos para tutelar as demandas da classe trabalhadora no atual e iminente contexto de desmonte dos direitos sociais e, mais especificamente, dos direitos trabalhistas e previdenciários. Essa questão é fundamental no campo do método e da ciência do Direito, pois, dentro do contexto atual de desmonte de direitos sociais, a *emancipação humana* encontra-se como uma perspectiva de horizonte distante, até mesmo porque, como a crítica marxista e ontológica nos elucida, esta não vem, necessariamente, por meio de garantias jurídicas.

O direito positivado exerce papel fundamental enquanto complexo mediador da dominação na sociedade de classes. Sendo assim, se por um lado na relação dialética entre a *emancipação política* e a *emancipação humana* a primeira pode até preceder, mas não implicar necessariamente na segunda; o Direito ainda configura-se como ferramenta fundamental para garantir a conquista das condições

materiais necessárias à *emancipação política* ainda que não implique, necessariamente, nesta emancipação e, menos ainda, na *emancipação humana*, como Marx categorizou.

O Direito, enquanto mediação entre a dominação e os conflitos sociais, operando ainda que como um instrumento de garantia dos interesses da classe proprietária dos meios de produção, em alguma medida *teve de ser* permeável às demandas advindas das forças “*antitéticas*” do proletariado. Sendo assim, para além de um mecanismo de materialização ou positivação de cessões de direitos sociais em doses “homeopáticas” ou enquanto “mínimos legais”, é importante resgatar o papel e a importância que toda a luta social da classe trabalhadora teve, historicamente, nas conquistas desses direitos dentro do marco dos Estados Sociais.

Desse modo, tendo o Direito a função de mediador das relações sociais do modo de produção capitalista, sua limitação em relação ao horizonte da *emancipação política* a partir da conquista de direitos é notória, pois essas conquistas estarão limitadas às fronteiras dos interesses da sociedade civil burguesa e, conseqüentemente, orientadas para a manutenção do poder na esfera do Estado enquanto apaziguamento aparente dos conflitos sociais por meio da garantia de mínimos legais.

Sendo assim, é inegável que a garantia de condições materiais para a emancipação política das trabalhadoras e da regulamentação jurídica das relações de trabalho cujo referencial seja a emancipação *real, prática e concreta*, na atual conjuntura, se configura como um campo fundamentalmente estratégico para se pensar a resistência da classe trabalhadora ainda que dentro desta dimensão da regulamentação jurídica. Em outras palavras, dar alguns passos no sentido da emancipação política, mesmo que em passos escassos, ainda são passos à frente em relação à atual reação neoliberal, fazendo com que esta recue; embora esta caminhada, de longe, represente uma ameaça à hegemonia do capital.

Portanto, faz-se necessário não perder de vista que a emancipação política representa, de certa forma, a redução da trabalhadora a apenas mais um membro do corpo da sociedade burguesa, inserida dentro da lógica individualista e egoística própria desta racionalidade. No entanto, ainda que essa resistência dentro do Direito, numa perspectiva de garantia das demandas das trabalhadoras, represente a sua redução a “cidadãos do Estado”, a *emancipação política* ainda

representa um avanço fundamental em relação à redução de direitos numa perspectiva neoliberal. Na atual conjuntura da legislação trabalhista, neste momento de derrocada dos Estados Sociais, há que se defender tal interpretação do fenômeno jurídico a fim de impedir o recuo social em seus mais diversos aspectos.

Portanto, a dinâmica empírica expressa na presente pesquisa revela um paradigma do Direito em que este se ressentido dos efeitos da força antitética das lutas da classe trabalhadora frente a um momento em que, em seu expediente de "mediação", o Direito se viu premido a alargar o "mínimo legal" quanto ao respeito à dignidade do trabalho, sobretudo ao positivar a ideia de que a terceirização é ilícita porque desnudaria a realidade histórica das trabalhadoras em sua já precária condição de subalternidade na relação contratual.

Os efeitos desse vigor antitético da luta operária ainda sobrevivem numa ressonância frágil, mas que, de qualquer maneira, sobrevive. Embora a classe trabalhadora já venha sofrendo as consequências da flexibilidade do processo de acumulação flexível e da reestruturação produtiva há cerca de três décadas, esse "mínimo legal" é ressonância de lutas, não da comiseração do capital pelas desgraças da classe trabalhadora. Sobretudo nesse momento em que as perspectivas de futuro são temerárias.

Sendo assim, o que resta no campo da Ciência Jurídica é pensar uma metodologia feminista, radical e ontológica do Direito, pois este ainda é um campo em aberto, reiterando a necessidade de se pensar metodologicamente como o Direito do Trabalho irá tutelar as demandas das trabalhadoras daqui para frente, principalmente, neste contexto de desmontes de direitos sociais e, mais especificamente, dos direitos trabalhistas e previdenciários, visto que as consequências deste desmonte afetam com mais intensidade as trabalhadoras.

A tarefa dos estudiosos do método da Ciência Jurídica deve ser, portanto, apontar as "trincheiras", a partir da crítica do Direito do Trabalho enquanto suporte legal para o processo de acumulação flexível, mas, igualmente, identificar elementos que possam indicar um horizonte estratégico. Nos julgados analisados, a luta social está impressa como memória indelével.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico**, 2004.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **RELATÓRIO DE PESQUISA: ATUAÇÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA COLETIVA EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS O Caso do Pólo Industrial de Franca-SP**. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** (1989). São Paulo: Loyola, 2012.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

LUKÁCS. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito: conceito, objeto, método**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (1843). 2 ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, **A questão judaica**. 6ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2007.

MENDES, Alexandre Marques. **Classe Trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca-SP, 1968-1988)**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2005.

NAVARRO, Vera. "A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação". In:

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

A UTILIZAÇÃO DO JOGO PEDAGÓGICO NA INTRUDUÇÃO DE UM NOVO CONCEITO MATEMÁTICO

MARQUES, Débora Ferreira – Uni-FACEF
LIMA, Larissa Alecsandra Borges – Uni-FACEF
TÓTOLI, Rafaela Guaraldo Campos – Uni-FACEF
SOUZA, Maysa Siquera Martins de – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Esta aplicação da sequência didática trata de uma experiência interativa tendo como principal suporte o Programa de Incentivo à Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A sequência didática foi desenvolvida nas aulas de matemática do 7º ano B e C de uma escola da rede pública do Estado de São Paulo, tendo como objetivo principal trabalhar de forma significativa o conceito de Números Inteiros.

Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções. Propiciam a simulação de situações problema que exigem soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações (MEC, 1998, p.47).

Os resultados obtidos apontam a sequência didática como uma importante ferramenta para sistematização dos conteúdos, interação do grupo entre si e com o professor e, principalmente, na construção de novos conhecimentos permitindo uma efetiva participação de todos os alunos.

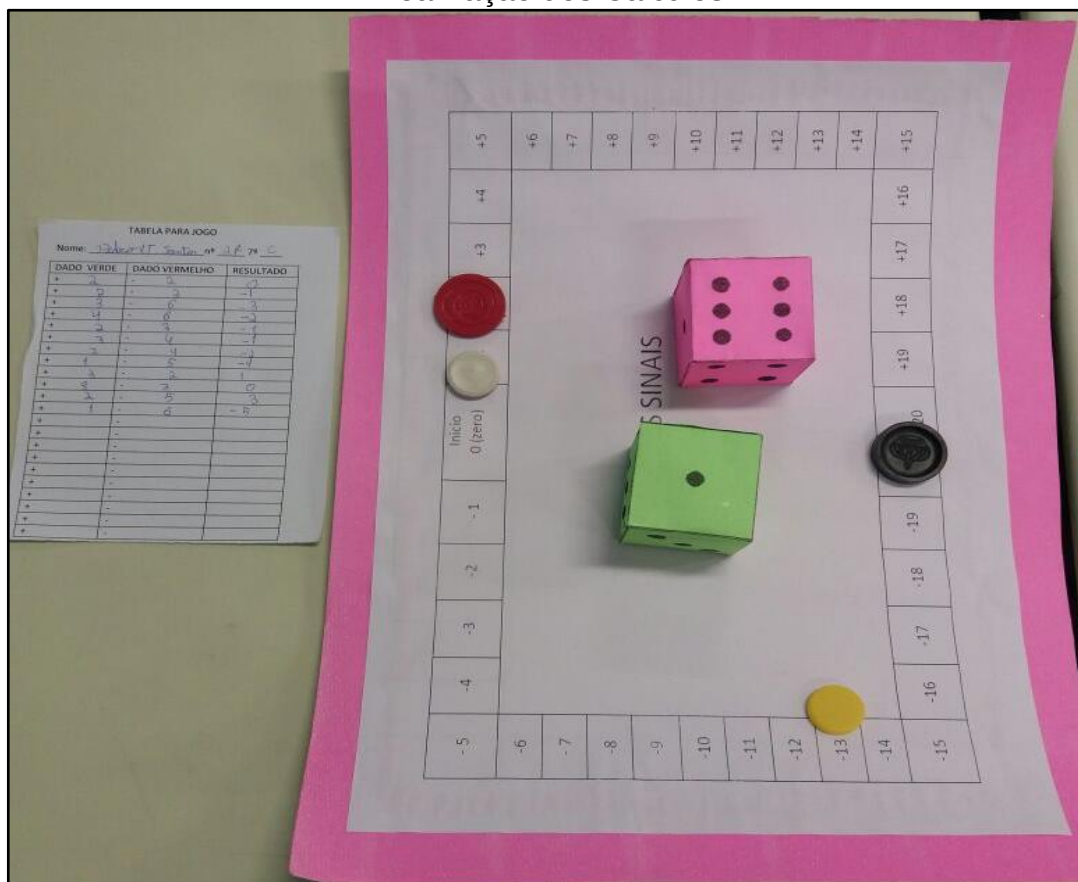
O jogo não deve ser visto apenas como um meio de recreação, mas sim como facilitador para sanar dúvidas em qualquer disciplina. A importância dos jogos no desenvolvimento da criança no meio social é evidente, o jogo quando planejado de maneira correta faz com que a criança lide com situações problemas coerentes com seu cotidiano. O que torna fácil a compreensão e resolução dos problemas. A matemática se encontra com o jogo na parte de resolução de problemas. (VYGOTSKY, 1991, p. 95).

Durante a aplicação da sequência foram trabalhados diversos conteúdos como: operação com os números inteiros, construção de sequencias numéricas e expressões, utilização de símbolos matemáticos, situações problema envolvendo números inteiros, utilização dos números inteiros no nosso cotidiano: temperatura, credito, debito, latitude, profundidade, ganhar, perder, dentre outros jogos lúdicos para sistematização da aprendizagem.

2. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Na aula 1 foram apresentados aos alunos os números negativos de forma lúdica para que fossem introduzidos os conceitos de adição e subtração e propriedades do conjunto dos números inteiros. Para realização da atividade proposta, inicialmente, a sala foi dividida em grupos com quatro alunos e foram adotados os seguintes passos: explicação das regras do jogo, de acordo com as quais o dado vermelho representava os números negativos e o dado verde representava os números positivos. O aluno jogava os dois dados simultaneamente e montava a operações com os valores obtidos, realizando os cálculos para saber em qual casa andar no tabuleiro: sentido horário quando o resultado fosse positivo e sentido anti-horário quando o resultado fosse negativo. Os alunos foram além do esperado introduzindo diversos conceitos e obtendo aprendizagem efetiva.

Figura 1 – Modelo do Tabuleiro, Dados Utilizados e Planilha para Anotação e Realização dos Cálculos



Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2017.

Na aula 2 foi proposta a realização da construção de sequências (expressões) numéricas, envolvendo os números inteiros representados por cartas do baralho. Posteriormente, foram realizados os cálculos de adição e subtração através dos quais, de forma implícita, já tinham ajudado a introduzir o conceito inicial da multiplicação de números inteiros. A atividade foi desenvolvida em grupos com 5 alunos e continha as seguintes regras: as cartas vermelhas de naipe copas e ouros representavam os números positivos e as cartas pretas de naipe paus e espada representavam os números negativos. Em cada rodada os alunos recebiam cinco cartas e escreviam as expressões na tabela mostrada abaixo e marcavam o resultado. No final somavam os resultados para saber quem tinha mais pontos e era o vencedor.

No início da atividade os alunos ficaram um pouco confusos em realizar a conversão das cartas de desenhos por números, mas com o auxílio das licenciandas-bolsistas e no decorrer do jogo as dificuldades foram sanadas, tornando a atividade divertida e de grande aprendizagem.

Figura 2 – planilha para anotação e construção das expressões e realização dos cálculos.

Valete J	Dama Q	Rei K	CORINGA	PRETO (-)	VERMELHO (+)
11	12	13	0	♠ ♡	♦ ♥

Rodada	Monte a expressão	Resultado
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
Total		

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2017.

Após aplicação da aula 1 e 2, percebeu-se a necessidade de aplicar uma atividade escrita (teórica) para identificar se a aprendizagem havia sido efetiva, observando se tinham incorporado os conceitos básicos que envolvem a adição e subtração de números inteiros, observando seu valor absoluto e qual cálculo realizar quando os sinais são iguais ou opostos.

Sendo assim, foram entregues aos alunos as atividades impressas com a parte teórica e exercícios a serem realizados. Os alunos fizeram uma leitura individual e, posteriormente, foi realizada uma leitura colaborativa, onde foram sendo sanadas, pela professora e pibidianas, de forma coletiva, as dúvidas e questionamentos existentes. Observou-se que os alunos realizaram as atividades com certa facilidade e com pouquíssimos erros, o que mostrou que as aplicações das atividades anteriores foram de grande valia para a aprendizagem. Segue abaixo o modelo da atividade entregue aos alunos.

Adição: A soma de dois números inteiros com o mesmo sinal é um número com o mesmo sinal e cujo valor absoluto é a soma dos valores absolutos das parcelas.

$$\text{Ex: } (2) + (4) = 6 \qquad (-12) + (-6) = -18$$

A soma de dois números inteiros com sinais contrários e valores absolutos diferentes é um número cujo valor absoluto é a diferença entre os valores absolutos das parcelas e o sinal é igual ao sinal do de maior valor absoluto.

$$\text{Ex: } 10 + (-4) = +6 \qquad (-22) + 11 = -11$$

Calculando:

$$4 + (-6) = -2 \quad 10 + (-25) = -13 \quad 12 + (-9) = 3 \quad 19 + (-38) = -19$$

Conclusão: NA ADIÇÃO: SINAIS IGUAIS somamos e repetimos o sinal, SINAIS DIFERENTES subtraímos e repetimos o sinal do maior valor absoluto, isto é, o sinal do número de maior valor.

Exercícios

Efetue as adições:

a) $(+4) + (+3) =$	b) $(+14) + (+12) =$	c) $(+22) + (+9) =$
d) $(+50) + (+72) =$	e) $(-5) + (-1) =$	f) $(-18) + (-7) =$
g) $(-142) + (-69) =$	h) $(-58) + (-13) =$	i) $(+8) + (-2) =$
j) $(+14) + (-12) =$	k) $(-10) + (+12) =$	l) $(-26) + (+42) =$

Calcule a parcela desconhecida em cada caso:

a) $(-12) + (\quad) = -12$	b) $(+24) + (\quad) = 0$
c) $(+19) + (\quad) = +12$	d) $(\quad) + (-6) = -4$
e) $(-16) + (\quad) = +9$	f) $(-8) - (\quad) = +4$
g) $(-16) - (\quad) = -7$	h) $(\quad) - (-8) = +4$

Subtração: Subtrair um número inteiro é o mesmo que adicionar o simétrico.

Exemplo: O número simétrico de -5 é (+5), logo $12 - (-5) = 12 + 5 = 17$

Calculando

$$10 - (-6) = 16 \quad 21 - (-15) = 36 \quad 18 - (-10) = 28 \quad -36 - (-20) = -16$$

Conclusão: basta eliminar os parênteses e passamos a ter uma adição.

Efetue as adições:

a) $7 - (-3) =$	e) $18 - (-47) =$
b) $25 - (-6) =$	f) $-21 - (-15) =$
c) $-17 - (6) =$	g) $-45 - (-7) =$
d) $20 - (-5) =$	h) $10 - (-12) =$

Calcule o valor das seguintes expressões:

a) $-10 - (-7 + 4 - 6)$	b) $-14 - (7 - 6) + (8 - 5)$
c) $10 - \{-2 + [1 + (+4) - 8]\}$	d) $25 + [-4 + 1 - (-3 + 7)]$
e) $21 - [-17 + (19 - 4) + 12]$	f) $39 + [-10 - (+32 - 10 - 8) + 9]$

Na aula 4, primeiramente, foi realizada uma atividade escrita com as operações de multiplicação e divisão de números inteiros contendo a parte teórica e exercícios, seguindo o modelo de aplicação da aula 3. Esta atividade teve o intuito de sistematizar o conteúdo trabalho e foi realizada para que os alunos observassem seu valor absoluto e qual cálculo realizar quando os sinais são iguais ou opostos (regra de sinais).

Na realização desta atividade, observou-se uma dificuldade maior por parte dos alunos, o que fez com que a professora e as pibidianas refletissem sobre a causa dessa dificuldade: se foi o fato da utilização da regra dos sinais por ser algo abstrato e de difícil compreensão pelos alunos; se foi devido às operações de multiplicação e divisão que, em geral, são operações nas quais os alunos

apresentam uma maior dificuldade de cálculo ou o fato de não ter se trabalhado de forma lúdica estas operações antes de aplicar a atividade teórica. Segue abaixo o modelo da atividade entregue aos alunos.

Regra prática dos sinais na multiplicação e na divisão:

SINAIS IGUAIS: o resultado é positivo (+)

a) $(+) \cdot (+) = (+)$ b) $(-) \cdot (-) = (+)$

SINAIS DIFERENTES: o resultado é negativo (-)

a) $(+) \cdot (-) = (-)$ b) $(-) \cdot (+) = (-)$

MULTIPLICAÇÃO

1) Multiplicação de dois números de sinais iguais. Observe os exemplos

a) $(+5) \cdot (+2) = +10$ b) $(+3) \cdot (+7) = +21$
c) $(-5) \cdot (-2) = +10$ d) $(-3) \cdot (-7) = +21$

Conclusão: Se os fatores tiverem sinais iguais o produto é positivo.

2) Multiplicação de dois produtos de sinais diferentes. Observe os exemplos

a) $(+3) \cdot (-2) = -6$ b) $(-5) \cdot (+4) = -20$
c) $(+6) \cdot (-5) = -30$ d) $(-1) \cdot (+7) = -7$

Conclusão: Se dois produtos tiverem sinais diferentes o produto é negativo.

EXERCÍCIOS

1) Efetue as multiplicações

a) $(+8) \cdot (+5) =$ b) $(-8) \cdot (-5) =$ c) $(+8) \cdot (-5) =$ d) $(-8) \cdot (+5) =$
e) $(-3) \cdot (+9) =$ f) $(+3) \cdot (-9) =$ g) $(-3) \cdot (-9) =$ h) $(+3) \cdot (-9) =$
i) $(+7) \cdot (-10) =$ j) $(+7) \cdot (+10) =$ l) $(-7) \cdot (+10) =$ m) $(-7) \cdot (-10) =$
n) $(+4) \cdot (+3) =$ o) $(-5) \cdot (+7) =$ p) $(+9) \cdot (-2) =$ q) $(-8) \cdot (-7) =$

- r) $(-4) \cdot (+6) =$ s) $(-2) \cdot (-4) =$ t) $(+9) \cdot (+5) =$ u) $(+4) \cdot (-2) =$
- v) $(+8) \cdot (+8) =$ x) $(-4) \cdot (+7) =$ z) $(-6) \cdot (-6) =$
- 2) Calcule o produto
- a) $(+2) \cdot (-7) =$ b) $13 \cdot 20 =$ c) $13 \cdot (-2) =$ d) $6 \cdot (-1) =$
- e) $8 \cdot (+1) =$ f) $7 \cdot (-6) =$ g) $5 \cdot (-10) =$ h) $(-8) \cdot 2 =$
- i) $(-1) \cdot 4 =$ j) $(-16) \cdot 0 =$

MULTIPLICAÇÃO COM MAIS DE DOIS NÚMEROS

Multiplicamos o primeiro número pelo segundo, o produto obtido pelo terceiro e assim sucessivamente, até o último fator.

Exemplos

- a) $(+3) \cdot (-2) \cdot (+5) = (-6) \cdot (+5) = -30$
- b) $(-3) \cdot (-4) \cdot (-5) \cdot (-6) = (+12) \cdot (-5) \cdot (-6) = (-60) \cdot (-6) = +360$

EXERCÍCIOS

1) Calcule os produtos

- a) $(-3) \cdot (+2) \cdot (-4) \cdot (+1) \cdot (-5) =$ b) $(-1) \cdot (-2) \cdot (-3) \cdot (-4) \cdot (-5) =$
- c) $(-2) \cdot (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) =$ d) $(+1) \cdot (+3) \cdot (-6) \cdot (-2) \cdot (-1) \cdot (+2) =$

DIVISÃO

Você sabia que a divisão é a operação inversa da multiplicação?!

Observe:

- a) $(+12) : (+4) = (+3)$, porque $(+3) \cdot (+4) = +12$
- b) $(-12) : (-4) = (+3)$, porque $(+3) \cdot (-4) = -12$
- c) $(+12) : (-4) = (-3)$, porque $(-3) \cdot (-4) = +12$
- d) $(-12) : (+4) = (-3)$, porque $(-3) \cdot (+4) = -12$

EXERCÍCIOS

1) Calcule os quocientes:

- a) $(+15) : (+3) =$ b) $(+15) : (-3) =$ c) $(-15) : (-3) =$
- d) $(-5) : (+1) =$ e) $(-8) : (-2) =$ f) $(-6) : (+2) =$
- g) $(+7) : (-1) =$ h) $(-8) : (-8) =$ i) $(+7) : (-7) =$
- j) $(-80) : (-10) =$ k) $(-48) : (+12) =$ l) $(-32) : (-16) =$
- m) $(+60) : (-12) =$ n) $(-64) : (+16) =$ o) $(-28) : (-14) =$

p) $(0) : (+5) =$

q) $49 : (-7) =$

r) $48 : (-6) =$

s) $(+265) : (-5) =$

t) $(+824) : (+4) =$

u) $(-180) : (-12) =$

v) $(-480) : (-10) =$

x) $720 : (-8) =$

z) $(-330) : 15 =$

2) Calcule o valor das expressões:

a) $20 : 2 - 7 =$

b) $-8 + 12 : 3 =$

c) $6 : (-2) + 1 =$

d) $8 : (-4) - (-7) =$

e) $(-15) : (-3) + 7 =$

f) $40 - (-25) : (-5) =$

g) $(-16) : (+4) + 12 =$

Para finalizar a sequência e o conteúdo de números inteiros optou-se por retomar a utilização do jogo pedagógico para sistematizar a junção de todas as operações estudadas anteriormente e colocar em prática os novos conhecimentos. A atividade desenvolvida foi um jogo da memória, onde os alunos foram divididos em grupos com cinco alunos. As pibidianas explicaram as regras do jogo, nas quais nas cartas de uma cor estavam as operações a serem realizadas e nas cartas de outra cor estavam as respostas. Em cada rodada os alunos viravam duas cartas, uma com a operação e outra com a resposta, se elas não fossem correspondentes, as cartas eram viradas novamente e passava a vez para o próximo jogador. Caso as cartas fossem correspondentes, elas eram retiradas do jogo pelo aluno que acertou. Ao final fazia-se a contagem dos pares de cartas (operação e resposta) para saber quem se tornou o vencedor. Segue abaixo o modelo das cartas do jogo da memória.

Figura 3 – Modelo das cartas para o jogo da memória

20×0	0	$21 \times (-3)$	-63	$(-3) \times 2$	-6	$-x -$	+
$+x +$	+	14×7	98	$203 \times (-7)$	-1421	15×3	45
$+x -$	-	$7 \times (-7)$	-49	$(-12) + 9$	-3	$(-238) + 428$	190
$(-9) + (-11)$	-20	$0 + (-15)$	-15	$50 + (-28)$	22	$12 + (-20)$	-8
$(-20) + (-12)$	-32	$(-12) + 0$	-12	$21 / -3$	-7	$-14 / 7$	-2
$(-2) + (-13)$	-15	$70 + (-22)$	48	$100 / 10$	10	$121 / (-11)$	11

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2017.

Notoriamente observou-se que o interesse pela atividade lúdica em relação à atividade escrita foi maior, assim como os erros nas operações de multiplicação e divisão diminuíram, o que fez com que a professora e as pibidianas acreditassem que a utilização do lúdico é de grande valia na aprendizagem matemática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da aplicação das atividades, chegou-se à conclusão de que é necessário e importante a utilização dos jogos na sala de aula para que se possa facilitar o processo ensino-aprendizagem e ainda desenvolver o raciocínio abstrato.

A utilização dos jogos proporciona a oportunidade de ministrar uma aula diferenciada e mostrar que se pode ensinar a Matemática com materiais pedagógicos diversificados e que estes não irão atrapalhar e sim facilitar o entendimento e absorção dos conteúdos ensinados aos alunos no decorrer do ano letivo. Deve-se levar em consideração que para que aconteça este entendimento e absorção é necessário que o jogo esteja diretamente ligado ao que está sendo ensinado na sala de aula, pois, caso contrário, não terá nenhum efeito no desenvolvimento dos alunos, podendo até mesmo dispersar a classe do principal objetivo.

Apesar de todas as vantagens na utilização dos jogos, devemos ter a consciência que estes ou mesmo outros materiais pedagógicos diferenciados vieram para contribuir na aprendizagem e não para substituir o professor e o uso das teorias. Não é somente o jogar que importa, mas fazer do jogo um recurso pedagógico que permita a aquisição dos conceitos e valores essenciais à aprendizagem.

É de responsabilidade do professor saber em qual momento e qual jogo deverá ser utilizado e quais as vantagens e desvantagens que ele poderá apresentar e estar atento a todas as surpresas que poderão surgir durante a sua utilização. Nenhum material é válido por si só, não se deve utilizá-lo como a única metodologia de ensino e sim introduzi-lo em segundo plano, como um objeto

facilitador para a compreensão do conteúdo, porque nem sempre este recurso garante uma melhor aprendizagem do conteúdo.

Deseja-se que este trabalho auxilie e proporcione aos professores e alunos uma visão diferente do ensino da Matemática, mostrando que é possível aprender esta os conteúdos matemáticos de maneira divertida e não apenas com livros, teorias e grandes listas de exercícios. Precisa-se eliminar o pré-conceito de que a Matemática é algo difícil de ser compreendido e mostrar que todas as pessoas são capazes de aprendê-la.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Camila Carvalho; MARTINS, Maysa Siqueira. O uso dos jogos, sua importância na sala de aula e no desenvolvimento da matemática. São Paulo: Franca, 2008.

MEC – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental - *PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>>.

Acesso em: 20 de maio de 2017.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. Tradução de José Cipolla Neto e outros. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 168p.

ARGILAS E SUAS COMPOSIÇÕES

VIEIRA, Kairo César de Souza – Uni-FACEF
DONZELLI, Orivaldo – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a argila está presente em materiais cotidianos, inclusive no nosso corpo, feito pelo barro. O termo argila permite diversas interpretações, seja ela feita por geólogos, agrônomos, químicos, mineralogistas, engenheiros, etc.. A argila é um mineral de rochas sedimentares, lamelar, terroso constituído por elementos como alumínio, oxigênio, silício, ferro, potássio e sódio, no estado iônico, ou seja, onde a molécula se encontra separada/quebrada.

Podemos classificar as argilas em dois grupos, um grupo que podemos chamar de genética, que tem em conta a relação entre os processos de formação das argilas, e outro grupo denominado como industrial que tem como base as características e propriedades específicas das argilas e suas aplicações. Iremos abordar neste trabalho o segundo grupo, que são formados por argilas caulinas, fire clay, bentonite, ball clay, fibrosas, fuller's earth, e por fim a argila comum.

A argila caulina é rica em carbonato de cálcio, base de extração de cal, onde se encontra muito refratária. A composição química da argila caulina possui teores elevados em TiO_2 (dióxido de titânio) e Fe_2O_3 (óxido de ferro).

O termo fire clay, de origem inglesa, refere-se a refratariedade, onde esta argila é capaz de agüentar temperaturas extremamente altas, em torno de 1500°C . Ela é constituída por quantidades de quartzo, mica e ilite.

Já ao contrario da fire clay, a bentonite tem pouca resistência a temperaturas altas. A bentonite é uma argila residual, ou seja, quando se formam a partir de uma rocha mãe. Ela é constituída por Ca e Mg, e quando há presença de água, ela absorve e incha.

Argila muito plástica, com granulometria muito fina se encontra a Ball clay, com um forte poder ligante e com pouca refratariedade. É constituída basicamente por caulinite, ou seja, silício, alumínio e oxigênio.

As fibrosas são caracterizadas por desenvolver alta viscosidade (resistência interna). Devido ao fato das partículas serem muito alongadas, esta

argila não floquia facilmente, esse processo recebe uma substância química chamada de sulfato de alumínio, e assim, este produto faz com que as impurezas se aglutinem para serem facilmente excluídos.

Assim como as demais, a fuller's earth predomina o montmorilonita, ou seja, além de ser cristalino, há muita presença de silicato de alumínio, magnésio e cálcio. Além de ser muito utilizada para a clarificação de óleos, ela tem um alto poder de absorção.

E por fim, a argila mais abundante da natureza, a argila comum, de variadas cores, na sua composição se encontra o óxidos e hidróxidos de ferro, pirite de ferro (FeS_2) e carbonatos.

Enfim, tendo em consideração as características das argilas, este trabalho tem como objetivo apresentar conceitos, estruturas, propriedades e aplicações industriais das argilas.

2. CONCEITOS, ESTRUTURAS E PROPRIEDADES DAS ARGILAS

Linus Pauling, em 1930, propôs um modelo teórico para a estrutura cristalina dos minerais argilosos. Esse modelo postula que tetraedros de SiO_4 , unidades estruturais extremamente estáveis, encontram-se polimerizados formando folhas bidimensionais. A natureza lamelar das argilas inspirou seu nome genérico: filossilicatos (lamelas).

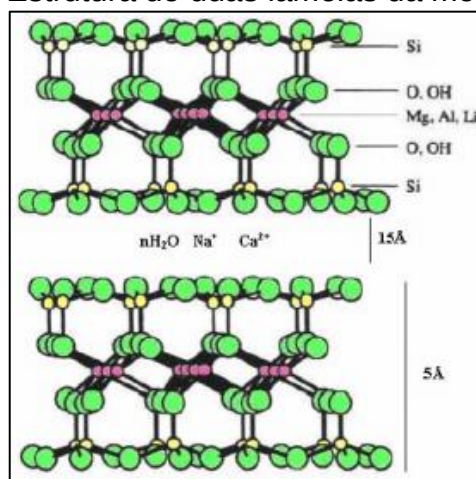
As lamelas são formadas pelo compartilhamento de três dos quatro oxigênios do tetraedro de SiO_4 , em uma estrutura análoga, ou seja, as estruturas que desempenham a mesma função, mas tem história evolutiva diferentes. De forma semelhante, octaedros contendo um átomo de metal (Al, Mg, ou Fe) no centro e seis átomos de oxigênio nos vértices também formam estruturas bidimensionais através do compartilhamento de átomos de oxigênio.

Segundo o Geólogo João M. L. Meira, em seu artigo sobre a granulometria das argilas (2001), a granulometria é uma das características mais importantes dos minerais argilosos e que domina muitas das suas propriedades. A argila compreende, pois, as partículas de dimensões inferiores a 2 micron, enquanto que por exemplo o silte compreende as partículas de dimensões situadas entre 2 micron a 20 micron, e a areia entre 20 micron e 2 mm.

Com a superfície específica bastante elevada, que se refere a área exposta pela unidade de peso do solo (m^2/g), as argilas tem uma facilidade de manuseio nas indústrias em que a interação entre sólido e fluido depende diretamente da superfície específica do solo.

É importante ressaltar que a argila é um mineral montmorillonita, com um poder efetivo como um adsorvente de metais pesados, onde é composto por camadas estruturais constituídas por duas folhas tetraédricas de sílica e uma folha centro octaédrica de alumina, unidas entre si por átomos de oxigênio.

Figura 1 – Estrutura de duas lamelas da montmorillonita



Fonte: Klein e Hurlbut (1993).

Segundo Rodríguez, em seu artigo falando sobre a adsorção das argilas, os minerais argilosos possuem a propriedade de trocar íons fixados na superfície exterior de seus cristais. A capacidade de troca iônica que um mineral argiloso ou argila pode adsorver é uma propriedade que resulta do desequilíbrio das suas cargas elétricas. Este desequilíbrio deve-se a substituições isomórficas, as quais influenciam fortemente determinadas propriedades físico-químicas e tecnológicas. A troca de íons é um processo estequiométrico, ou seja, é um cálculo das quantidades de reagentes e/ou produtos das reações químicas em mols, em massa, em volume, número de átomos e moléculas, segundo o qual cada íon adsorvido pelo mineral argiloso provoca a liberação de um íon anteriormente fixado.

3. TIPOS DE ARGILAS

3.1. Argilas Caulinas

É um argilo-mineral, como os outros e dito, composto de silicatos hidratados de alumínio. Devido ao seu baixo teor de ferro, ela encontra-se na cor branca, formado através da seguinte reação:

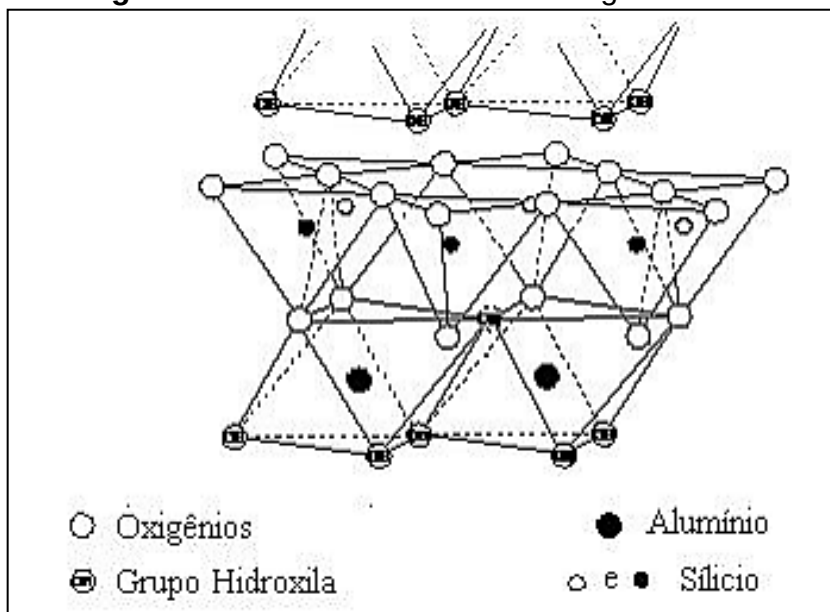


Tem um vasto campo de aplicações industriais, por conta de suas características tecnológicas. Ela é um ótimo reforçador para aplicações de cargas, sempre se apresenta com baixa condutividade térmica e elétrica e quimicamente inerte.

Em geral, a caulinita apresenta composição química de aproximadamente 39,8% de alumina, 46,3% de sílica e cerca de 13,9% de água (Murray et al. 1993; Klein & Hurlbut, 1993). Entretanto, pequenas variações na composição podem ser observadas, sendo o ferro e o titânio os principais elementos presentes na sua estrutura (Araujo, et al, 2006; Grim, 1962). As possíveis diferenças composicionais podem ocasionar um aumento no número de defeitos estruturais, variações de densidade e cristalinidade, e assim influenciar na superfície química e nas propriedades físicas do material (Mestdagh et. al. 1980; Singh & Gilkes, 1992; Varajão et al, 2001).

A estrutura ideal da Caulina pode ser descrita como uma sequencia dioctaédrica de empilhamento de camadas 1:1 formadas pela superposição de uma folha tetraédrica em uma folha octaédrica. Entre camadas, ocorre o empilhamento que se mantém por ligações da hidroxila presente na folha octaédrica superior interagida com os átomos de oxigênios adjacentes da folha tetraédrica inferior (Brindley & Brown 1980).

Figura 2 – Estrutura Cristalina da Argila Caulina



Fonte: Brindley & Brown, 1980.

3.2. Fire Clay – Argila Refratária

Assim como a anterior, a fire-clay é uma argila natural composta de silicatos hidratados de alumínio, formada pela seguinte formulação: $\text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 2\text{SiO}_2 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$, mas com óxidos de ferro, e resiste a elevadas temperaturas, possuindo pontos de fusão superiores a 1600°C. Argila pouco plástica, refratária, de origem sedimentar ou residual.

Muito utilizada na indústria para a fabricação de tijolos, vidros e indústrias metalúrgicas.

Voltando a composição química, sua composição típica é de 25% de Al_2O_3 , 50% de 2SiO_2 , e 25% de $2\text{H}_2\text{O}$.

Diferente das demais, para encontrar esta argila, é necessário grandes maquinários de perfuração, pois ela é encontrada em grandes profundidades no solo, tendo a denominação de underclay.

3.3. Bentonita

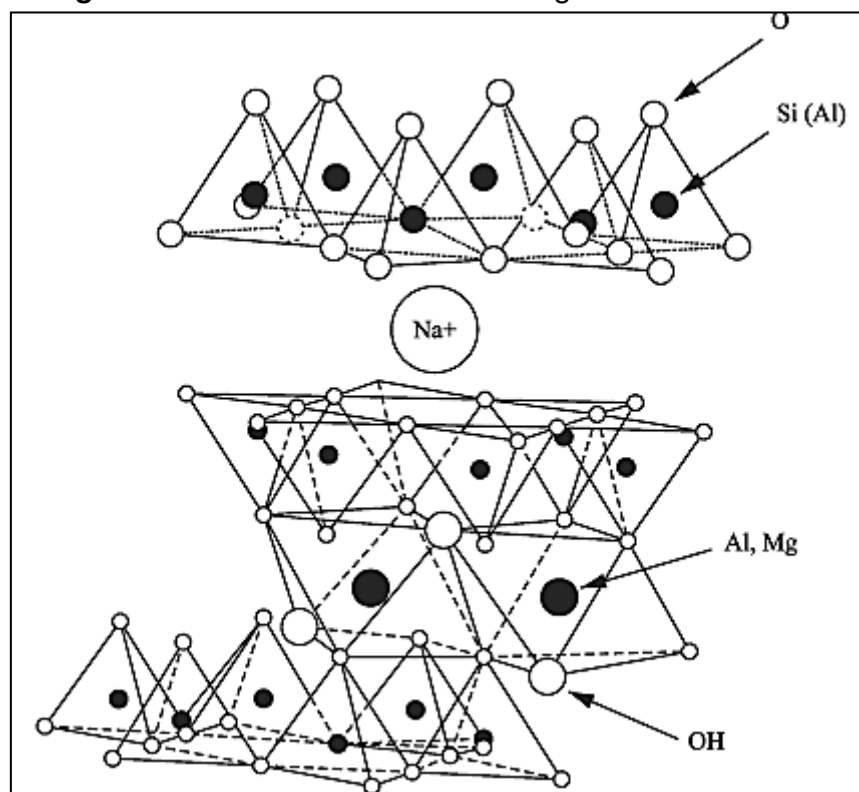
O termo bentonita foi derivado da localização do primeiro depósito comercial de uma argila plástica nos Estados Unidos. Essa argila apresenta a propriedade de aumentar várias vezes o seu volume inicial na presença de umidade.

Em 1897, Knight reportou que desde 1888 William Taylor comercializava uma argila peculiar encontrada em Fort Benton, Wyoming, EUA e propôs a denominação de taylorite, sugerindo em seguida "bentonita", uma vez que a primeira denominação já era utilizada.

Em função de suas propriedades tais como elevada capacidade de troca de cátions resultantes de substituições isomórficas aliadas as suas características estruturais de facilidade de intercalação de um sem número de compostos orgânicos e inorgânicos possibilitando a obtenção de produtos sob medida para um elevado número de usos industriais, desta forma as argilas bentoníticas possuem mais usos industriais que todos os outros tipos de argilas industriais reunidas, sendo um material extremamente versátil e de perfil adequado para obtenção de produtos ou insumos de elevado valor agregado.

Com um grande poder de adsorção, a estrutura da bentonite é formada por alumínio, magnésio, oxigênio e hidrogênio, conforme a figura a seguir:

Figura 3 – Estrutura cristalina da argila bentonita



Fonte: Menezes, 2014.

3.4. Ball-Clay

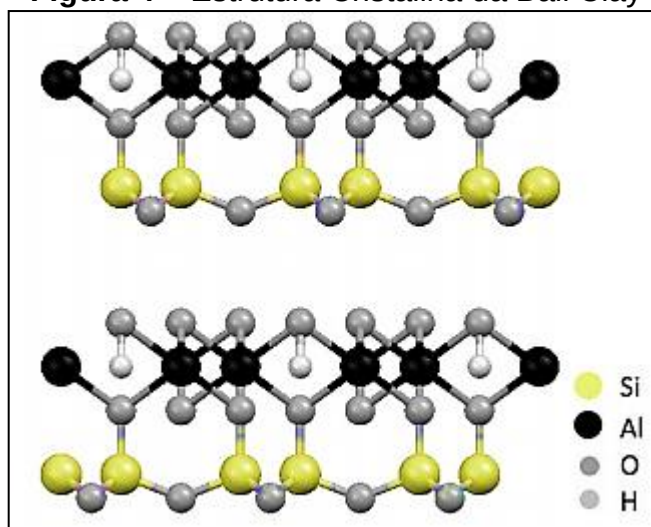
A expressão “ball clay” (argila bola em tradução literal) é proveniente da forma de exploração dessa argila na Inglaterra no século passado, onde os mineiros transformavam essas argilas, altamente plásticas, em bolas em torno de 15kg, após sua extração na forma de cubos, para facilitar o transporte do material. (Menezes, 2014).

Segundo o Geólogo João Limeira, as Ball clays são argilas muito plásticas, com granulometria muito fina, com apreciável poder ligante, com refratariedade inferior a do caulino e que evidenciam cor marfim. O termo que concedeu este nome se deve ao fato da plasticidade extremamente elevada desta argila. São compostas basicamente por caulinite e matéria orgânica.

Além da industria de cerâmica branca, também a industria de refratários utiliza muito as Ball clays, tirando proveito de suas propriedades ligantes e refratárias, estas devido aos teores relativamente elevados em Al_2O_3 .

Como dito anteriormente, o principal constituinte da Ball Clay é a caulinite com estruturas em camadas (lamelar), formado pelo empilhamento regular de camadas constituídas por uma folha de tetraedros de SiO_4 , ordenados em forma hexagonal, e uma folha de octaedros de $Al_2(OH)_6$ ligados entre si. A figura a seguir ilustra as folhas de tetraedros e octaedros:

Figura 4 – Estrutura Cristalina da Ball Clay



Fonte: Menezes, 2014.

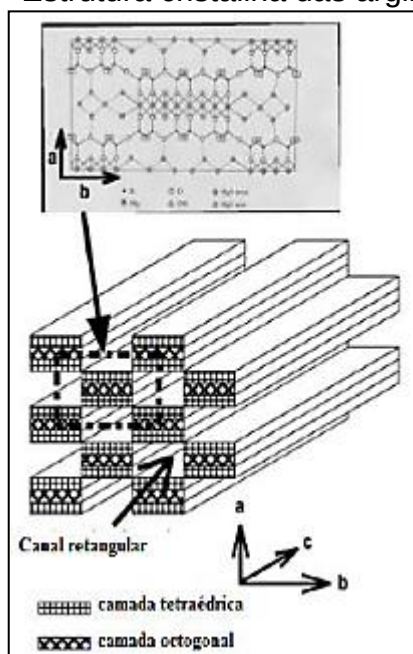
3.5. Fibrosas

As argilas fibrosas tornaram-se bastante atraentes no meio científico como nanopartículas na preparação de bionanocompósitos. Essas argilas oferecem relevantes propriedades mecânicas devido às suas características morfológicas e superficiais únicas, que favorecem o carregamento de moléculas, como os fármacos, despertando o interesse de pesquisadores sobre o tema. (Laboratório de Biopolímeros e Biomateriais de Araraquara 2016)

Estas argilas são marcadas por terem altos teores de viscosidade. Observa-se que nas maiores dos artigos falando sobre as argilas fibrosas, há uma combinação de argila fibrosa com outros materiais, principalmente polímeros, a fim de expandir as propriedades que mehoram a vetorização de insumos farmacêuticos.

A estrutura cristalina desta argila está relacionada às fitas paralelas ao eixo das fibras que podem ser consideradas como estrutura em blocos alternando com cavidades estruturais, chamadas de túneis, associada com uma superfície interna de silicatos que crescem no sentido das fibras. Os túneis aderentes à superfície externa da argila fibrosa são chamados de canais

Figura 5 – Estrutura cristalina das argilas fibrosas



Fonte: Cátia Vita, 2014.

3.6. Fuller-Earth

Terra Fuller é uma argila do tipo motmorilonítica que tem várias utilidades desde fins farmacêuticos até na perfuração do poço do petróleo e vem sendo utilizada na clarificação do sebo. Hoje sua destinação, após uso, são os aterros sanitários e lixões o que pode ser economicamente viável para a indústria, porém, não vantajoso para o meio ambiente. (Cátia Vita, 2011).

Consiste principalmente como as outras, de alumínio hidratado. Em alguns locais, a fuller-earth se refere a bentonita de cálcio, que é uma cinza vulcânica alterada. Sua composição química é encontrada na seguinte formulação: $5\text{Si}_3\text{O}_{22}(\text{OH})_4$.

3.7. Argila Comum

Esta argila mais conhecida é uma rocha sedimentar que se origina da lenta erosão dos granitos, ou seja, do envelhecimento dos cristais. A partir de uma grande pedra, que através dos ciclos, as condições geológicas e atmosféricas vão transformando, nasce uma matéria mais sutil, denominada como argila comum.

Sendo a mais abundante da natureza, de menor valor, é a mais conhecida no mercado, nas indústrias e nos laboratórios. Muito conhecida pelos cerâmicos, engenheiros, químicos e até mesmo esteticistas.

Em sua composição pode encontrar quartzo, que é uma forma cristalina da sílica, e também, por silicato de alumínio hidratado e óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio.

Uma partícula de argila é formada por uma molécula de alumínio, que contém dois átomos de alumínio, duas moléculas de sílica que contém um átomo de silício e dois de oxigênio, e duas moléculas de hidrogênio, encontrada na seguinte formulação: $\text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 2\text{SiO}_2 \cdot \text{H}_2\text{O}$.

Pode-se dizer que sua granulometria, comparada com as demais, é a mais fina, tendo espessura de apenas 0,0001 milímetros.

Ela é um material bem plástico, mas tem a propriedade de ser manuseado facilmente (amassado) quando se é acrescentado água. Depois de seco, volta ao seu estado natural de plasticidade.

É muito válido dizer, que estas argilas fazem parte da constituição mineralógica de partículas físicas dos solos, junto com as partículas de silte e areia.

No solo, essas partículas estão intimamente misturadas, sendo encontradas a 5 metros de profundidade.

4. CONCLUSÃO

A importância e o uso das argilas giram de acordo com suas características e diversidades. Dentre destas características destacam-se a granulometria muito fina, diversidade química e estrutural, e a capacidade de troca iônica. Todos eles com um alto poder de adsorvente e plasticidade.

Por conta da elevada gama de valores apresentados neste artigo sobre as argilas, valores definidos das suas propriedades que faz com que existam inúmeras variedades de argilas e, conseqüentemente, inúmeras aplicações para estes materiais naturais.

Em conclusão, podemos dizer que todas as argilas apresentadas é uma mistura natural poliminerálica, ou seja, formada por variados tipos de minerais, e que cada espécie possui suas formulações e estruturas próprias.

REFERÊNCIAS

Gomes, C. F., 1988. **Argilas: O que são e para que servem**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;

Velho, J., Gomes, C. F., Romariz, C., 1999. **Minerais industriais**, Gráfica de Coimbra, LDA. Coimbra

Abbaslou H., Amlashi A, **The compatibility of bentonite/sepiolite plastic concrete cut-off-wall material**. 2016;

Ata, T.N. Salem, N.M. Elkhawas. **Properties of soil–bentonite–cement bypass mixture for cutoff walls**. 2015;

Rodríguez J., Gálvez A., Rozalén M., Sanchez R., **Adsorption/desorption of fungicides in natural clays from southeastern Spain**. 2016.

AS EXPECTATIVAS DOS PAIS NA ESPERA DA ADOÇÃO

SOUSA, Bruna de Fatima Aguiar – Uni-FACEF
OLIVEIRA, Paulo de Tarso – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa tem como propósito abordar várias expectativas que os pais adquirem durante a espera da adoção. Para adotar uma criança no Brasil é preciso passar por várias etapas, sendo elas: apresentação e análise dos documentos no fórum mais próximo (Vara da Infância e Juventude), entrevista com psicólogos, visitas de assistentes sociais e curso de preparação psicossocial e jurídico, com duração de dois meses com aulas semanais, onde são tratados de vários assuntos, como: preenchimento de uma ficha de adoção, onde os pais devem informar como perfil de adoção a cor de pele, dos olhos, aspectos físicos, se aceitam crianças com algum problema de saúde ou não e a faixa etária. Os pais colocam todo o perfil da criança que desejam adotar, nesse curso também é tratado estimativas, onde números são apresentados e discutidos para um esclarecimento dos pais sobre a dificuldade de se adotar uma criança com menos de cinco anos, do sexo feminino, de cor branca e com nenhuma doença/deficiência.

Após essas etapas os pais entram em um cadastro, vinculado ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA), onde facilita para os juízes da Vara da Infância e Juventude, a conduzir melhor o processo e agilizar o procedimento de adoção, pois ele receberá via e-mail um alerta sobre a existência de uma criança que esteja no perfil dos pais.

Essa burocratização pode ser demorada, porém se faz necessária para adoção. Estimativamente para se adotar uma criança no Brasil pode levar, em média, um ano. Mais de sete mil crianças e trinta e oito mil pretendentes estão cadastradas no CNA atualmente.

1.1. Objetivos da Pesquisa

1.1.1. Objetivo Geral

Este trabalho de pesquisa de conclusão de curso tem como objetivo compreender as expectativas dos pais quanto ao perfil ideal da criança a ser adotada, com vista a possíveis melhoras no sistema de adoção.

1.1.2. Objetivos Específicos

- ✓ Descrever a opinião de pais que estão na fila para adoção sobre o próprio processo de adoção.
- ✓ Descrever sentimentos manifestados pelos pais durante a passagem do período de espera da adoção.
- ✓ Descrever as concepções sobre aspectos ideais de crianças a serem adotadas.

1.2. Justificativa

Neste trabalho pretendo desenvolver um conhecimento sobre a cultura da adoção no Brasil, o que gera nos pais quase sempre a mesma expectativa perante a criança e o processo de adoção, para alguns ainda de forma leiga. Considerar e entender melhor o sonho, muitas vezes distorcido, dos pais sobre a família perfeita e assim fazer uma conexão de forma clara de todos os pontos levantados e concluir com entendimento sobre o caso e ajudar as pessoas desmitificar o preconceito que existe, com foco na adoção. Este trabalho também tem a contribuição de ajudar as pessoas a desconstruir preconceitos e a entender melhor o processo de adoção.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a maioria dos pais, entre tomar a decisão de adotar e depois desta decisão tomada, surge uma série de sentimentos e dúvidas, como: dúvidas em relação à convivência, de como será construído o vínculo com a criança, se dará conta de criar e manter uma criança e como será a rotina depois que adotar.

São várias questões e, para esclarecer algumas dúvidas, existe uma equipe de psicólogos da Vara da Infância e Juventude que ajuda os pais a passar por esse desenvolvimento com muito entendimento e conhecimento.

A expectativa pela adoção é tão grande ou até mesmo maior do que um nascimento de um bebê. Uma criança adotada é almejada pelos pais, que lutaram e esperaram muito tempo para enfim completarem a família. Esse processo de espera gera grande expectativa: primeiramente a probabilidade de não saber se a adoção vai dar certo, depois, pelo fato de se imaginar como será a criança e a idealização da vida a partir de sua chegada.

Há também obras de autores renomados para esclarecer e ajudar tanto os profissionais da área quanto os pais a terem conhecimento sobre si mesmo, que é primordial no processo de adoção. Para Weber (1999), leva-se em conta a necessidade de elaboração para se ter um filho, seja biológico ou adotivo, e isso “refere-se a uma reflexão sobre as próprias motivações, riscos, expectativas, desejos, medos, entre outros, significa tomar consciência dos limites e possibilidades de si mesmo, dos outros e do mundo” (p. 35). Por isso, é de extrema importância que os pais possam ter acompanhamento psicológico durante essa espera, como uma estrutura para enfrentar a ansiedade e expectativa muitas vezes fantasiosa de como será o filho, aceitando assim, com mais naturalidade a criança como ela realmente é, principalmente aceitando sua subjetividade e o ajudando da melhor forma seu desenvolvimento como pessoa.

Em toda leitura realizada, a teoria psicanalítica está muito presente no contexto da adoção. Autores como Cynthia Peiter, que escreve em seu livro sobre os vínculos e rupturas do abrigo à família adotiva, elucidam a forma que se dá o processo de delicado manejo por meio de um caso de atendimento que foram realizados. A autora Maria Ducatti explana em seu livro: “Diálogos sobre Adoção”, o papel e significado que de cada indivíduo envolvido em uma adoção, onde esses são definidos a partir das relações familiares. Ela também escreve sobre as dúvidas depois da adoção, de como proceder e começar um novo vínculo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho esta prevista uma revisão bibliográfica destinada à construção de um referencial teórico adequado, bem como para evidenciar e discutir os principais caminhos metodológicos utilizados nessa área.

Pretende-se realizar pesquisa documental, tendo como objetivo processos judiciais de adoção. Pretende-se também colher informações diretamente com pessoas, através de entrevistas semi-estruturadas (anexo A), as quais serão realizadas com dez casais que estejam na fila de adoção e/ou que já passaram pelo processo da adoção e de um estudo de depoimentos referentes à adoção disponíveis na internet.

Na entrevista semi-estruturada, o investigador tem uma lista de questões ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos, como se fosse um guia. A entrevista tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista. (MATTOS, 2005 pg. 46).

Essas pessoas serão eleitas da seguinte forma:

- a) Conhecidas da pesquisadora e que já se prontificaram a passar informações;
- b) Pessoas que venham a ser indicadas a partir de contato com a Vara da Infância e Juventude do fórum de Franca.

4. RESULTADOS PARCIAIS

O presente artigo ainda não possui resultados, pois está em processo de coleta de dados.

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A adoção no Brasil hoje é um assunto muito complexo, existem várias especulações de como é uma adoção, se a morosidade é pelo fato da burocratização ou se é realmente pelo perfil que os pais buscam na criança. Proponho descrever as expectativas dos pais na fila de adoção e sobre o processo

de adoção. Pretende-se também descrever os aspectos idéias que os pais buscam na criança e o tanto que esses aspectos podem afetar a morosidade da adoção. Com a pesquisa desejo ajudar os casais que estão na fila de adoção ou que tenham o desejo de adotar a conhecer melhor todo o processo.

REFERÊNCIAS

Weber, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.

PEITER, Cynthia. **Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.

DUCATTI, Maria Aparecida Gobby. **Diálogos sobre adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Cadastro nacional de adoção. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/cadastro-nacional-de-adocao-cna> Acesso em: 15/02/2016.

Grupo de acesso. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Clinica_psicologica/Projetos/Grupo_acesso/ Acesso em: 16/02/2016.

MATTOS, P.; LINCOLN, C. L.: A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Rev. adm. publica**;39(4):823-847, jul.-ago. 2005.

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO: possibilidades de encontro com sociodrama temático

BACHUR, Ana Laura – Uni-FACEF
ZAMBONI, Vânia Lemos – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta as idéias a serem desenvolvidas para a realização da monografia, que é exigência para a titulação de bacharel e licenciatura em Psicologia na Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca.

O tema são as relações interpessoais no ambiente de trabalho, de forma a conhecer como os seres humanos se relacionam no dia-a-dia partindo do pressuposto de que todos somos seres sociais e convivemos o tempo todo com outras pessoas. O problema que a pesquisa procura responder é como se dá a dinâmica das relações interpessoais no trabalho e quais os comportamentos facilitadores e/ou dificultadores dessas relações?

Como seres sociais desenvolvemos diversos papéis durante toda a vida. Inevitavelmente as pessoas estabelecem relações e são então envolvidos em processos de escolhas e consequências, porém sabemos muito pouco sobre as relações interpessoais devido à complexidade. Além disso, a importância das pessoas e das relações entre elas para que se alcancem objetivos vem sendo enfatizada por diferentes organizações preocupadas com qualidade e produtividade, tentando resolver conflitos interpessoais, e manter relações saudáveis. Os conflitos trazem na maioria das vezes perda de bons profissionais, bons resultados e sofrimento psíquico, daí a pesquisa torna-se justificável e relevante na medida em que tratará dessas questões relacionais buscando compreender a interação humana nas organizações, proporcionando aprendizado, conhecimento, e conectividade.

O objetivo geral é conhecer como se dá a dinâmica das relações interpessoais no ambiente de trabalho, e o objetivo específico é reconhecer comportamentos facilitadores e/ou dificultadores das relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho.

Classificada como pesquisa de campo qualitativa, esta pesquisa irá realizar um estudo exploratório do assunto em cinco momentos. Inicialmente será realizada uma entrevista individual e posteriormente quatro encontros grupais

baseados no Sociodramáticos temáticos com dez (10) participantes voluntários buscados aleatoriamente por meio de um convite informal. Os participantes devem ser funcionários de empresas distintas, com porte superior a 30 funcionários, podendo ser homens ou mulheres, maiores de 18 anos e com tempo de permanência na organização mínimo de um ano, e não preenchendo cargo de liderança. Os encontros terão roteiros pré-estabelecidos e ocorrerão em uma sala de aula da Uni-FACEF, sendo que todos os dados serão gravados a fim de transcrição para a análise posterior, que será por meio de análise do processo grupal e também análise do conteúdo.

O Sociodrama é uma metodologia de investigação e intervenção nas relações interpessoais, nos grupos, entre grupos ou mesmo no relacionamento de uma pessoa consigo mesma, criada por Jacob Levy Moreno (1889-1974). Contêm então técnicas que se fundamentam no Psicodrama, com o método que entra na verdade da alma através da ação. Um dos objetivos do Sociodrama é desenvolver o desempenho e o treinamento de papéis, estimulando a espontaneidade e a criatividade, mobilizando os grupos e o sujeito para vivenciarem a realidade a partir do reconhecimento do outro com suas diferentes experiências.

2. REFERECIAL TEÓRICO

Relações Interpessoais

As relações interpessoais são extremamente importantes para os seres humanos e é isso que o tornam humanos: serem sociais.

Quase nunca se alcança um objetivo sozinho. Na trajetória percorrida e no que falta ainda caminhar, muitas pessoas nos brindam com sua ajuda, seu tempo, suas sugestões, seu alento: familiares, amigos, colegas de trabalho. Da mesma forma nós mesmos fomos seguramente participantes do sucesso dos outros. A beleza consiste em compartilhar com os demais um contínuo movimento de dar e receber. (CARVALHO, 2009, p.9).

Alguns autores diferenciam as relações humanas das relações interpessoais em termos conceituais.

Relações interpessoais são as trocas, as comunicações, os contatos entre as pessoas. Uns interagindo com os outros nas mais diferentes situações que fazem parte da existência humana. Enfim, eu diria, sem considerar maiores implicações, que é o fenômeno corriqueiro, prosaico e simplório de gente lidando com gente. Corriqueiro porque é corrente e habitual; prosaico porque é trivial e comum, e finalmente simplório porque é exercido pela

imensa maioria dos seres humanos, sem exigências de preparação específica para fazê-lo. Todos estão, salvo exceções, a partir do momento do nascimento, capacitados para relacionar-se. (MAGALHÃES, 2002, p.18).

Já Minicucci (2009, p.22) diz:

(...) as relações humanas tem sido empregado, com frequência, para referir-se a relações interpessoais, porém este relacionamento poderá ocorrer entre uma pessoa e outra, entre membros de um grupo e entre grupos de uma organização. As relações públicas, relações comunitárias, internacionais, dinâmica de grupo são todas relações humanas. Todos esses termos têm sido empregados com o sentido de relacionamento entre as pessoas podendo ser entendida como comunicação interpessoal e comunicação intrapessoal (você consigo mesmo). (MINICUCCI, 2009, p.24).

Conceituando a Psicologia das Relações Humanas Carvalho (1967, p.14) afirma que é: *“(...) uma tentativa de aplicar os conhecimentos fornecidos pela Psicologia, em geral, e pela Psicologia Social, em participar, aos problemas das relações entre pessoas ou grupos.”*. Complementa ainda em sua obra explicando os principais problemas das relações humanas causados pelo comportamento social, interação mental e ajustamento.

Por outro lado, Minicucci (2009, p.25) afirma:

As relações humanas têm sido estudadas como uma ciência – a ciência do comportamento humano, em seu relacionamento intra e interpessoal. O estudo das relações humanas vale-se de outras ciências que estudam o homem em seu relacionamento, como a Psicologia, a Sociologia, a Moral, enfim, as chamadas ciências sócias. As relações humanas ou interpessoais são eventos que se verificam no lar, na escola, na empresa, etc. Quando há conflitos no relacionamento interpessoal, diz-se que há problemas de relações humanas. Sabe-se que o administrador eficiente tem de ser capaz de compreender e lidar com os problemas econômicos e técnicos, mas precisa também ser capaz de compreender e lidar com pessoas (comportamento interpessoal). (MINICUCCI, 2009, p.25).

Relações de Trabalho.

Assim como as pessoas se relacionam em diversos ambientes e assumem então diferentes papéis no trabalho elas também se relacionam com seus superiores, com seus colegas de trabalho e com a população que ela pode vir a se relacionar no ambiente de trabalho como, por exemplo, clientes ou fornecedores, etc.

Passamos cerca de um terço das horas do dia no trabalho. Isso leva a crer que devemos esperar que o trabalho satisfizesse muitos tipos de necessidades- físicas, sociais, egoístas – e que, além disso, essas necessidades possam ser satisfeitas de muitas maneiras diferentes- fora do trabalho, em torno do trabalho e por meio do trabalho. (MINICUCCI, 2009, p.73).

E então se pode pensar que as relações de trabalho são estabelecidas para suprirem nossas necessidades sociais e torna-se então aquilo que também motiva.

Em um ambiente de trabalho faz se necessário o relacionamento interpessoal e, quando não ocorre sintonia de uma ou mais pessoas, provoca stress, desmotivação pelo trabalho, dificultando o bom andamento do trabalho/grupo. Temos que contribuir individualmente, respeitar os colegas e superiores, evitar fofocas, saber ouvir, colaborar e ajudar os colegas/pares mesmo nos momentos difíceis, apresentar soluções aos problemas sem atacar os colegas, respeitar raças, gostos e opiniões. Propiciar clima que favoreça as relações, desta forma formando equipes com os mesmos objetivos, pessoas motivadas cumprindo suas tarefas em harmonia, propiciando crescimento não só da equipe, mas da área, da Organização como um todo. (CAROSELLI, 2009, p.30).

As relações de trabalho vêm sofrendo transformações ao longo dos tempos:

No passado predominava uma relação de estabilidade em torno de um pacto, no qual de um lado eram oferecidas garantias de um bom salário e benefícios, em troca de produção, lealdade, assiduidade e pontualidade. A realidade se mostra hoje bem diferente. As atuais relações de trabalho caracterizam-se por um compartilhamento de responsabilidade. Há uma expectativa de que as organizações ofereçam oportunidade de desenvolvimento a seus colaboradores e parceiros e que estes cuidem de suas próprias carreiras e se comprometam com resultados. (CARVALHO, 2009, p.10).

Sobre as dificuldades de se relacionar no trabalho Andreza Souza e Paulo Ramos (2016) apresentam uma pesquisa realizada pela Catho, entre fevereiro e março de 2015, com mais de 50 mil profissionais, que mostra que o mau comportamento dos funcionários é o segundo maior motivo de demissão nas empresas. Os principais problemas são de relacionamento com o chefe e com os colegas, falta e atrasos e em primeiro lugar, está o mau desempenho.

Ouvi relatos de um radialista e de uma enfermeira que dificilmente se relacionavam bem com quaisquer funcionários da empresa. Nem os novos integrantes se davam bem com eles. (...) conclui que os principais erros de comportamento dos profissionais dentro das empresas são: descompromissado- não cumprir prazos e não ser um bom exemplo para os colegas, pessoas pessimistas- acha que nenhum projeto vai dar certo, individualista- não sabe trabalhar em equipe, nem ouvir a opinião dos outros, vaidosos- querem ser reconhecido o tempo todo, desagregadores- criam intrigas e fazem fofocas, e por fim os inseguros- aqueles que têm dificuldades de se posicionar. (SOUZA; RAMOS, 2016, p.52).

O autor Francisco Carlos Veiga (2004) em pouquíssimas palavras fez um bom resumo sobre as relações de trabalho:

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO: possibilidades de encontro com sociodrama temático – p. 195-205

As seis palavras mais importantes: “admito que o erro foi meu”. As cinco palavras mais importantes: “você fez um bom trabalho”. As quatro palavras mais importantes: “qual a sua opinião”. As três palavras mais importantes: “faça o favor”. As duas palavras mais importantes: “muito obrigado”. A palavra mais importante: “nós”. Chegamos à conclusão que Relações Humanas estão relacionadas ao fator respeito pelas pessoas, ou seja, com os colegas de trabalho, seja pela pessoa ou pelo seu trabalho. Busque ser um profissional que se destaca por sua inteligência, participação, cooperação, que tenha uma postura exemplar e ética. (VEIGA, 2004, p.53).

Sociodrama Temático.

O Sociodrama é uma metodologia para usar nos grupos, onde “*socius*” significa sócio e “*drama*” significa ação, então é ação em benefício de outra pessoa. As técnicas de Sociodrama fundamentam-se no Psicodrama em que “*psique*” significa alma, tratando-se então do método que entra na verdade da alma através da ação, criado por Jacob Levy Moreno, o homem que trouxe o riso à psiquiatria, nos anos trinta do século passado. (MARRA, 2004, p.40).

Enquanto técnicas, a diferença entre o Psicodrama e o Sociodrama consiste em que no primeiro o trabalho dramático focaliza o indivíduo - embora sempre visto como um ser em relação - e no segundo, o Sociodrama, focaliza o próprio grupo.

Para melhor compreensão o Sociodrama é uma parte de uma construção ampla criada por Moreno, que criou também a Sociodinâmica.

A Sociodinâmica estuda a dinâmica (ou funcionamento) das relações sociais, ou seja, investiga a dinâmica do grupo, as redes de vínculos entre os componentes dos grupos. Tem como método de estudo o role-playing, que permite ao indivíduo atuar dramaticamente diversos papéis, desenvolvendo deste modo um papel espontâneo e criativo. (MARRA, 2004, p.43).

Essa pesquisa utilizará a Sociodinâmica, investigando a dinâmica do grupo estudado por meio do Sociodrama temático, ou seja, suscitando a reflexão de determinado tema para chegar à expressão da realidade.

Moreno definiu diversos conceitos que deram base para a teoria e entre ele está o Encontro.

O Encontro é a experiência essencial da relação télica (relação empática), é apelo para a sensibilidade do próximo, é apelo da espontaneidade. É no momento do Encontro e no momento da criação, onde há situações em que o ser humano se realiza, afirmando o que é essencial no seu modo de ser. (MORENO, 1984, p.137).

Dado o exposto:

(...) em Sociodrama se cria condições para a espontaneidade e criatividade com os participantes se sentindo livre, havendo conformidade dos papéis com as situações reais, que se analisem as expressões verbais, os gestos e as formas de ação, e a adequação do diretor ao grupo. (DRUMMOND, 2008, p.45).

É importante pensar a respeito da interação humana levando em conta, principalmente, o tempo presente; trata-se de averiguar a relação presente e as correntes afetivas, tais como estão sendo transmitidas e captadas aqui e agora. Por isso para desenvolver uma atividade de Sociodrama é necessária, uma situação (um tema), um espaço (o local de dramatização), e os personagens (os participantes que compõem o grupo e atuam) e ocorrem, primordialmente, em processos de aquecimento, dramatização e compartilhar.

A preparação para o processo do Sociodrama inicia-se no espaço que é o próprio contexto dramático, cujo faz com que os participantes se concentrem, desprendendo-se da vida real. Para isso há o aquecimento, que é a integração do grupo, sendo possível o inespecífico e o específico. O inespecífico inicia-se como um primeiro contato daquele dia, preparando-se para os próximos passos. O aquecimento específico ocorre dentro do contexto dramático, onde os participantes são preparados para a construção dos papéis, devagar sendo colocados no contexto e no momento da dramatização.

A dramatização, que é outro processo do Sociodrama, é a definição de papéis e a representação onde os participantes encenam o que emergir no grupo através dos aquecimentos, de acordo com o que optarem, sendo feita de forma sociométrica (por adesão a contribuições). O compartilhamento são os comentários, sentimentos, emoções e percepções dos participantes naquele dia. Como uma das características do Sociodrama e dos encontros é pedido que durante o momento de compartilhar os participantes comentem como se sentiram durante o processo psicodramático, falando sempre de si mesmos e nunca do outro. Por fim, pode ocorrer também o processamento que é a releitura da dramatização e dos comentários, feito pelo diretor.

A prática psicodramática, em suas inúmeras modalidades, começa pelo envolvimento das pessoas com o tema ou com a experiência a ser vivenciada, através de lembranças ou histórias do cotidiano dos indivíduos. Cabe ao diretor

manejar as técnicas psicodramáticas, como recursos de ação, para garantir o envolvimento do grupo e a escolha da cena protagonica, que refletirá a experiência dos presentes. Então, o diretor vai convidando todos para participarem na criação conjunta do enredo, favorecendo a emergência da realidade grupal.

O principal objetivo da ação dramática é favorecer aos membros do grupo a descoberta da riqueza inerente em vivenciar plenamente o status nascente da experiência grupal, participando com a maior honestidade possível no momento. Desta maneira, os participantes recriarão no grupo seus modelos de relacionamento, confrontando e sendo confrontados com as diferenças individuais, condição necessária para apreenderem a distinção entre sua experiência emocional e a dos outros, sendo cada um deles agente transformador dos demais. (MORENO, 1984, p.38).

Por fim, todo grupo ,quando se inicia define o contrato grupal que é o momento em que o próprio grupo estipula regras de forma coletiva, definindo questões que possam contribuir para o bom andamento do processo grupal, como por exemplo, o uso de celular, horários, respeito à individualidade e as diferenças, sigilo, etc. É também chamado de enquadre (setting) grupal. Segundo Zimmermann (1971, p.80), *“referem-se ao conjunto de limites, regras e combinados que são realizados pelo grupo. Serve não só para manter a organização, mas também como um fator terapêutico, funcionando como “continente”*.

3. METODOLOGIA

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade e então essa pesquisa utiliza o método indutivo e é classificada como exploratória. Além disso, utilizará o estudo de campo que irá investigar o fenômeno das relações interpessoais no ambiente de trabalho e analisará os dados qualitativamente por meio de análise do processo grupal e análise de conteúdo.

Os procedimentos metodológicos de coleta de dados serão realizados em cinco momentos, sendo o primeiro uma entrevista individual e posteriormente quatro encontros grupais com funcionários de empresas distintas. Portanto, utilizará como instrumento a entrevista e os encontros grupais. A entrevista colherá relatos sobre as relações interpessoais e os encontros serão embasados no Sociodrama temático, trabalhando a dinâmica das relações no ambiente de trabalho e também facilidades e dificuldades de se relacionar com os colegas de trabalho.

Optou-se usar o Sociodrama temático, pois é um método de investigação que trabalha as relações interpessoais nos grupos, estimulando a espontaneidade e criatividade.

O Sociodrama é um tipo especial de terapia na qual o protagonista é sempre o grupo e as pessoas estão reunidas enquanto mantêm alguma tarefa ou objetivo comum. Indica especificamente os papéis sociais que interagem no desenvolvimento das atividades comuns do grupo estudado e também permite visualizar seus conflitos e fazê-los emergir à compreensão para serem resolvidos. (MARRA, 2004, p.3).

O Sociodrama será realizado em quatro etapas: aquecimento inespecífico, aquecimento específico, dramatização, e compartilhamento. Todos os encontros contêm roteiros pré-determinados, que se encontra nos apêndices, apesar de que no momento do encontro serão direcionados de acordo com a dinâmica grupal, podendo assim ser modificados. Uma vez que o Sociodrama contém além dos participantes, diretor e ego-auxiliar a pesquisa irá contar apenas com o diretor, que é a pesquisadora, e os participantes pois os egos-auxiliares serão espontâneos que possam surgir no desenrolar dos encontros.

Todos os procedimentos serão realizados em uma sala de aula da Uni-FACEF com tempo pré-determinado, sendo ele de aproximadamente duas horas de duração cada. O intervalo entre os cinco momentos da coleta serão definidos após o contato com os participantes de acordo com a disponibilidade de horário, porém estima-se que seja cada um em um dia, com uma semana de diferença entre um e outro momento.

A entrevista e os encontros só ocorrerão após a aceitação do sujeito em participar da pesquisa e o TCLE estar lido e assinado por quem for participar. Todos os momentos de coleta de dados serão gravados, garantindo o consentimento para a utilização das falas apenas com fins acadêmicos, para a transcrição, garantindo o cuidado com a não identificação pessoal.

Serão dez (10) participantes, independente de sexo, buscados aleatoriamente, que deverão ter idade superior a 18 anos de idade, serem de diferentes segmentos empresarias, com um tempo de permanência mínima de um ano na empresa atual e precisam trabalhar em uma empresa de porte superior a 30 funcionários. Como critério de exclusão os trabalhadores que exercerem cargo de liderança não participarão da pesquisa uma vez que ela busca compreender a relação com os colegas de trabalho e não especificamente relações de liderança. Os

participantes serão buscados aleatoriamente, convidados informalmente a participar da pesquisa, até completarem 10 participantes que aceitaram livremente e caso solicitem, terão acesso à conclusão final da pesquisa por e-mail.

Utilizará como procedimento de análise dos dados a análise do processo grupal e análise de conteúdos nos moldes propostos por Minayo (2001). Os dados serão analisados qualitativamente, os resultados obtidos serão interpretados e associados com a teoria embasada, e a análise do processo grupal irá avaliar o momento inicial, o desenvolvimento e o momento final dos integrantes do grupo.

Quanto aos cuidados éticos, devido ao fato de se tratar de uma pesquisa com seres humanos os participantes assinarão o TCLE antes do início da coleta de dados visando, sobretudo, o respeito, tratando-os com dignidade, respeitando sua autonomia e garantindo preservação e total anonimato dos participantes, além de respeitar os valores culturais, sociais morais, religiosos e éticos dos mesmos, bem como seus hábitos e costumes. O TCLE será elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo participante da pesquisa e outra arquivada pelo pesquisador, que também ponderou os riscos e benefícios do estudo, garantindo que possíveis danos fossem evitados, observando a relevância social da pesquisa em termos de benefícios e vantagens para a sociedade.

A pesquisa apresentada prevê riscos mínimos aos participantes uma vez que utiliza um método introspectivo e não realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos que participam. Considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas e/ou encontros podem evocar sentimentos e emoções. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o participante poderá optar pela suspensão imediata. Por outro lado, como benefício oferece elevada possibilidade de gerar questionamentos internos sobre as relações de trabalho, pretendendo compreender as relações, avaliando a qualidade das mesmas e assim buscando relações saudáveis e também auxilia no autoconhecimento dos participantes, demonstrando então maiores benefícios do que riscos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido ao fato da pesquisa estar em processo de execução não há resultados para serem apresentados até o momento. Está ocorrendo um trabalho minucioso para embasar a teoria e pretende-se iniciar a coleta de dados até o dia 20\06\2017.

O interesse pelo tema do estudo surgiu a partir de um questionamento interno sobre as dificuldades que perpassam as relações interpessoais de modo geral. Cresceu com o estudo de autores conceituados na área e com a leitura de artigos científicos relacionados ao tema e consolidou-se com o desejo de conhecer sobre as relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Sabe-se que atualmente as relações no ambiente de trabalho afetam consideravelmente a produtividade e o desenvolvimento dos colaboradores de qualquer empresa e então se considera a pesquisa relevante, pois ela possibilita a identificação de facilidades ou problemas relacionais nas empresas, podendo assim provocar um repensar a respeito das qualidades dos relacionamentos interpessoais no trabalho, incentivando relações saudáveis. Ademais, os problemas de relacionamento têm causado demissões nas organizações, intensos conflitos interpessoais, e sofrimento psíquico, então estudá-los ajuda a assimilar tal fato, na tentativa de compreender a interação humana nas organizações, proporcionando aprendizado, conhecimento, e conectividade.

A metodologia de coleta de dados utilizada é significativa para a pesquisadora, na medida em que permite espontaneidade e criatividade, podendo então tocar nas questões interna dos participantes e a pesquisa conta com recursos físicos e humanos para sua realização trazendo contribuições teóricas e práticas para a área do Psicodrama e da Psicologia Organizacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se afirmando que a pesquisa em questão, apresenta relevância científica e também formato científico adequado para ser realizada. O projeto de pesquisa fora submetido à Plataforma Brasil e obteve aprovação, sendo então que os cuidados devidos foram tomados e contém data marcada

para a coleta de dados. Pretende-se alcançar os objetivos proposto e finalizar a pesquisa com êxito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo**. Rio de Janeiro: LTC, 2009. (Gestão estratégica).

CARVALHO, Irene Mello. **Introdução à psicologia das relações humanas**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1967. 186 p.

CAROSELLI, Marlene. **Relações pessoais no trabalho**. São Paulo: Cengage Learnig, 2009.

DRUMMOND, Joceli; Souza, Andréa Claudia de. **Sociodrama nas organizações**. São Paulo: Ágora, 2008.

MAGALHÃES, Lucila Rupp. **Aprendendo a lidar com gente: relações interpessoais no cotidiano**. 3. ed. rev.atual. Salvador: EDUFBA, 2002.

MARRA, M.M. **O agente social que transforma: o sociodrama na organização dos grupos**. São Paulo: Ágora, 2004.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo, Editora Cultrix, 1984- Tradução: Álvaro Cabral.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 10 fev.2017.

SOUZA, Andreza Aparecida de. RAMOS, Paulo. **Relacionamento interpessoal nas organizações**. ICPG - Curso de Especialização em Gestão de Empresas de Comércio e Serviços. 2016. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-02.pdf>. Acesso em: 10 fev.2017.

VEIGA, Francisco Carlos. **A autenticidade das relações interpessoais nas organizações**. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 de fev.2017

ZIMMERMANN, David. **Psicoterapia analítica de grupo**. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: breves considerações

TROILO, Janaína da Silva – Uni-FACEF
GERA-RIBEIRO, Adriana Aparecida Silvestre – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços alcançados pelo Brasil nas últimas décadas no que se refere à educação, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta graves problemas como evasão escolar e baixo rendimento dos alunos, principalmente nas disciplinas de Matemática e Português.

Sendo assim, faz-se necessário compreender os fatores que influenciam o desempenho escolar dos estudantes. Segundo Patto (1990) apud Garcia e Boruchovitch (2015), várias teorias foram elaboradas na tentativa de explicar o fracasso escolar. Algumas dessas teorias focam nas características biopsicossociais do aluno e nos fatores do contexto escolar como as características do professor. Outras teorias focam nas questões políticas, sociais, econômicas e culturais que influenciam o contexto educacional e o processo ensino-aprendizagem.

Vale salientar que para compreender esse fenômeno é necessário superar as explicações que focam unicamente nas características individuais e as explicações que focam unicamente nas condições ambientais, uma vez que o processo ensino-aprendizagem é bastante complexo e deve-se levar em consideração tanto os fatores internos quanto os fatores externos que influenciam esse processo.

Sendo assim, com o intuito de compreender de forma mais abrangente os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem, uma linha pesquisa que tem sido desenvolvida busca compreender a relação entre as crenças individuais e o comportamento das pessoas na realização de atividades, sejam estas escolares ou não; ou seja, estudam a atribuição de causalidade.

“A atribuição de causalidade refere-se às causas que os indivíduos atribuem aos eventos que ocorrem ao seu redor, na tentativa de compreender e de explicar o ambiente em que vivem” (GARCIA e BUROCHIVITCH, 2014).

No que diz respeito à atribuição de causalidade no contexto escolar, está se refere às interpretações que os aprendizes fazem sobre as causas dos

resultados escolares obtidos, levando em conta as experiências vividas no contexto escolar, sendo elas de si próprio ou de outros. Tais atribuições têm influência sobre as emoções, sobre a motivação e sobre a expectativa de desempenho futuro do estudante, ou seja, na determinação do comportamento subsequente.

Pesquisas sobre atribuição de causalidade realizadas com alunos do Ensino Médio e do Ensino Superior são de grande valia. Porém, são muito importantes pesquisas realizadas com alunos de Ensino Fundamental, pois, sabe-se que os anos iniciais são muito importantes, uma vez que este nível de ensino tem como um dos seus objetivos o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem do aluno, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

Diante do exposto acima, o objetivo do presente artigo é fazer um breve levantamento teórico acerca das atribuições de causalidade para o sucesso e para o fracasso escolar de alunos. Assim, torna-se importante investigar este construto em estudantes para o aprofundamento teórico na área, o aperfeiçoamento da prática docente e a elaboração de programas de ação e intervenção no contexto educativo.

2. TEORIA DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

A Teoria da Atribuição de Causalidade descreve a capacidade que o humano tem em atribuir causas a eventos que lhe acontecem, sendo estes consigo mesmo ou com o outro, de modo que o indivíduo faça interpretações individuais, que as ajude a compreender o seu meio, adaptar-se a ele bem como influenciar em suas ações seguintes, influenciando fortemente na motivação e emoção (Weiner,1972; Beck,2001; Martini e Burochovitch,2004, apud Garcia 2014). Sendo assim pode-se dizer que o modo como um sujeito compreende a causa do evento sendo ela real ou não, utilizando-se de meios cognitivos, está vai determinar comportamentos, bem como sentimentos futuros. Neste processamento, a atribuição de causas aos eventos e experiências vivenciadas pelo indivíduo, constituem papel fundamental.

O Homem deseja conhecer as fontes de suas experiências, saber de onde vem, saber como surgem, não apenas por curiosidade intelectual, mas também porque lhe permite compreender o seu mundo, predizer e controlar

acontecimentos referentes a ele e a outros (HEIDER,1970, p.169, apud DELA COLETA, 1982, p.5)

A Teoria da Atribuição de Causalidade teve seu surgimento da década de 40 no campo da psicologia social. Foram investigados as atitudes e percepções dos indivíduos (Ferreira,2010 apud Garcia,2013). Nas décadas seguintes seguiram-se os estudos a partir de experimentos sobre a comunicação e persuasão os quais obtiveram relevantes resultados sobre como o sujeito muda de atitudes.

Os primeiros postulados sobre a Teoria da Atribuição de Causalidade, foram feitos por Fritz Heider, vienense, nascido na Áustria em 1896, que durante a segunda guerra mundial migrou da Alemanha para os Estados Unidos. Lá Heider (1944, 1958) deu início aos estudos sobre os processos atribucionais, onde sofreu grande influência da escola da Gestalt, sendo a partir daí considerado o precursor da criação da Teoria da Atribuição de Causalidade (Ferreira,2010 apud Garcia,2013).

Em consequência das observações sobre como se dá os processos de organização dos seres humanos no mundo social, Heider (1944) constatou que as pessoas estão a todo momento buscando relacionar eventos lhe ocorridos, as causas e os efeitos, tendo em vista a grande necessidade da busca pela compreensão, o entendimento e explicação dos acontecimentos que lhe permeiam a todo momento em sua vida. (Garcia,2013). Pressupunha –se então que a partir de uma profunda investigação dessas relações seria possível prever, controlar e até mesmo modificar comportamentos seguintes, (Heider,1944,1958;Graham e Weiner,1996; apud Garcia,2013).

Em 1958 Heider publicou o livro traduzido para o português “Psicologia das Relações Interpessoais” onde aprofundou seu pressuposto sobre como os seres humanos fazem suas atribuições causais. (Garcia,2013). Segundo Heider, “o comportamento humano pode derivar de dois fatores distintos: causalidade pessoal e causalidade impessoal, (Garcia,2013, pg. 8). O primeiro refere-se a elementos internos os quais depende de total controle do sujeito, ou seja, são as variáveis internas que exercem o domínio sobre o indivíduo, por exemplo, quando o indivíduo está determinado em realizar uma promessa. Já a causalidade impessoal é atribuída a eventos externos, as quais estão presentes no ambiente a que se está inserido, onde o so sujeito não possui controle, como por exemplo seguir leis e regras. (Rodrigues,1979 apud Marquezam e Duarte, 2000).

Entende –se que se o indivíduo não sofre influências do ambiente, a ação seria estabelecida apenas pelas variáveis pessoais e assim vise e versa. Contudo não é normal a total ausência de um ou outro fator, sendo de grande importância a correlação entre a causalidade pessoal e a causalidade impessoal.

Na década de 70 Heider fez uma diferenciação dos aspectos da teoria, sendo está fortemente relevante para o crescimento da Teoria da Atribuição; o “ser capaz” e o “tentar” da pessoa da ação, onde o “ser capaz” diz respeito a capacidade, habilidade que o sujeito tem em se envolver e interagir com as dificuldades e facilidades a eventos que lhe ocorrem, já o “tentar” remete a intenção, ao quanto o sujeito se esforça, dedica-se no seu comportamento, podendo surgir aspectos motivacionais (Garcia,2013).

Grandes contribuições de Heider são relevantes para a compreensão da Atribuição de causalidade. Em 1970 Heider postula que os indivíduos tendem a fazer mais atribuições a causas internas do que externas sendo elas referentes ao seu comportamento em si e não ao ambiente que se está inserido. A partir daí Heider deu início a estudos investigativos na compreensão da atribuição interna e externa, tendo como alvo a maneira a qual o sujeito percebe o que está a sua volta, o outro e a si mesmo (Heider,1970; Dela Coleta e Dela Coleta,2006 apud Garcia 2013).

3. A TEORIA DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE PARA O SUCESSO E O FRACASSO ESCOLAR DE BERNARD WEINER

A causa atribuída pelos indivíduos aos eventos que lhe ocorrem, é uma necessidade de compreender e explicar o ambiente onde vivem. Por sua vez, essas explicações são as crenças atribucionais que podem ter relação com a realidade ou não, dependendo da maneira percebida pelo indivíduo, as quais exercem papel mediador entre o estímulo que antecede e o comportamento que se sucede, Garcia (2014). Para Weiner (1972 apud Garcia,2013) as atribuições, seriam as interpretações feitas pelo indivíduo a partir do seu ambiente, tendo este papel fundamental na “explicação da ação futura, da motivação e da emoção’ (Weiner, 1972; Beck,2001; Martini e Burochovit,2004). Entende-se que a ação em si não é tão importante quanto a interpretação dada, independente da realidade ou interferências

cognitivas, estas terão forte influencias nos comportamentos e sentimentos subsequentes.

“Atribuir causas é uma tendência humana” (Martini e Burochovitch,2004. p.30) é necessidade de o ser humano tentar compreender, interpretar, dar explicações sobre os eventos que os cercam, e consequentemente a partir destes alterar comportamentos seguintes.

Na década de 70 Weiner (1972) propôs um novo modelo de atribuições, voltado para o sucesso e o fracasso escolar no desempenho de tarefas. (Dela coleta e Dela coleta,2006)

Segundo a Teoria da Atribuição de Causalidade de Weiner (1970), está é integrada por três elementos: pensamento, sentimento e ação, “ as inferências atribucionais são frequentemente retrospectivas, retratam e sumarizam as experiências individuais do aluno” (Weiner,1979 apud Martini e Burochovitch,2004. p.32).

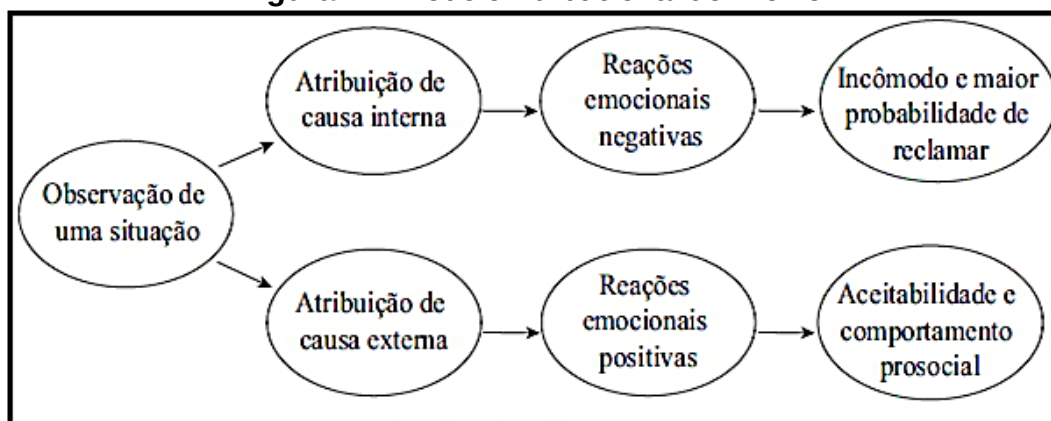
Em eventos que ocorrem as atribuições causais pelo próprio desempenho ou de outros, o primeiro elemento a que o indivíduo faz uso é o pensamento, onde o mesmo tende a procurar determinar a causa do ocorrido. A partir da causa atribuída, está ocasiona uma série de emoções distintas, variando de acordo com suas dimensões, influenciando futuras ações do sujeito (Rodrigues e Assmar,2003 apud Garcia,2013). Com base nisso é possível explicar como tais elementos podem causar influencias nas emoções, expectativas futuras e no desempenho, tendo forte impacto nos resultados da aprendizagem e autoestima do estudante (Neves,2011 apud Garcia,2013).

Weiner e seus colaboradores, seguem o modelo de Atribuição de Causalidade de Heider (1970), onde afirmam que na compreensão e previsão de resultados referentes ao desempenho no que diz respeito ao sucesso e ao fracasso, fazemos o uso de quatro princípios fundamentais dada a causa, são eles: capacidade, habilidade, esforço, dificuldade da tarefa e sorte. As causas são classificadas em três dimensões, sendo elas: localização (causa interna ou externa) estas podem estar dentro ou fora do indivíduo. A controlabilidade (Causa controlável ou incontrolável) podem estar dentro ou fora do controle do indivíduo e a estabilidade (causa estável ou instável), que pode ser fixa ou passível de mudanças (Martini e Burochovitch,2013, p.14).

Para Weiner (1985), sobre a ótica das três dimensões, a inteligência é tida como algo interno ao sujeito, inata, “estável (imutável) não dependente de controle. Dificuldade da tarefa e sorte estão fora do controle do sujeito. São vistas como causas externas e instáveis, já o esforço é tido como causa interior e instável que pode ser alterado pelo sujeito (Burochovitch e Santos,2015).

A estabilidade da causa é considerada o ponto mais significativo nas ações subsequentes do sujeito. Para Weiner se eu acredito que meu fracasso escolar causado por um fator estável “falta de inteligência” quer dizer que não a nada a ser feito para minhas futuras ações escolares, tendo em vista as expectativas que fracassarei novamente (Burochovitch e Santos,2015). Desse modo a Atribuição de Causalidade tem forte impacto no desempenho subsequente do aluno, uma vez que estas influenciaram suas expectativas futuras.

Figura 1 – Modelo Atribucional de Weiner



Fonte: Burochovitch e Santos, 2015

4. CONSIDERAÇÕES

A atribuição de causalidade é um construto importante no campo educacional, uma vês que está presente no processo de aprendizagem. Como crenças pessoais acerca das causas responsáveis pelos sucessos e fracassos, desempenham papel fundamental nas expectativas, emoções e na motivação para novas realizações como um todo (Zimmerman,2000; Martini e Boruchovitch,2004). Dessa forma, ressalta-se um aprofundamento na área. Ademais enfatiza a necessidade de pesquisas de intervenção sobre a atribuição de causalidade,

tornando-se fundamental investigar propostas e métodos orientados ao desenvolvimento de atribuições causais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leandro da Silva; MIRANDA, Lúcia and GUISANDE, Maria Adelina. Atribuições causais para o sucesso e fracasso escolares. *Estud. Psicol. (Campinas)* [online]. 2008, vol.25, n.2, pp.169-176. ISSN 1982-0275. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200001>.
- BUROCHOVITCH, Evely; MARTINI, Mirella Lopez. Escala de atribuições de causalidade de estudantes do ensino fundamental (EAVAT-EF). *Revista Interação em Psicologia*. v.19, n.3, p.395-403. Curitiba.Set/dez.2015.
- BUROCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo. A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. 3.ed. Petrópolis: Vozes,2004. 148-159
- BZUNECK, J.A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J. A. (Orgs.). (pp.9-36). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.
- BZUNECK,J.A. A motivação do aluno orientado a metas de realização. In: BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J. A. (Orgs.). (pp.58-77). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001b.
- FERREIRA, Maria Cristina et al. Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso escolar: um estudo transcultural Brasil-Argentina-México. *Psicologia: Reflexão e crítica*,2002, disponível em: < <http://www.scielo.br>>.
- MARTINI, Mirella Lopes e DEL PRETT, Zilda Aparecida Pereira. Atribuições de causalidade para o sucesso e o fracasso escolar dos seus alunos por professoras do ensino fundamental. Disponível em:< <http://www.rihs.ufscar.br/wp-Atribuições-de-causalidade-para-o-sucesso-e-o-fracasso-escolar-dos-seus-alunos-por-professoras-do-ensino-fundamental..pdf>>.
- MARTINI, Mirella Lopez; BUROCHOVITCH, Evely. A teoria da atribuição de causalidade: contribuição para formação e atuação de educadores. Campinas, SP: Alinea,2004, p.13-15
- MOULY, J. George. *Psicologia educacional*. 6.ed. São Paulo: Pioneira,1976, p.258-261.
- RESENDE FERNANDES DA SILVA, Gisele Cristina; APARECIDA DO NASCIMENTO MASCARENHAS, Suely; RIBEIRO DA SILVA, Iolete. Propriedades psicométricas do QARE questionário das atribuições para o rendimento escolar aplicado a estudantes brasileiros/amazonas/Manaus. *Revista galego portuguesa de psicoloxía e educacióm*. v.19, n.2. Ano 16º-2011. Disponível em:< <http://ruc.udc.es>>

ATRIBUIÇÕES ACERCA DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL E SEUS IMPACTOS POSTERIORES

BARROS, Aline – Uni-FACEF
TORRES, Mariana Queiroz – Uni-FACEF
MORAIS, Odilon Cândido de Oliveira e – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual é definido pelo interesse de um agente abusador que, movido pelo desejo de se satisfazer sexualmente, possui contato direto ou indireto com a vítima de forma a preconizar sua vida sexual, deturpando o real significado do ato, o que pode ocasionar em diversas consequências graves para a criança ou adolescente, estendendo esses prejuízos para a toda vida do aliciado.

Atos como estupro, incesto, incentivo direto ou indireto à prostituição infantil, manipulação da genitália, exibição das partes íntimas ou qualquer contato físico com caráter sexual daquele que já possui experiência para com o abusado denotam o crime.

O aliciador, em devastadora maioria, é integrante da família da vítima, podendo ser ele padrasto, pai, tio, primo ou ter qualquer outro grau de parentesco; bem como vizinhos. Devido ao fato de que geralmente o abusador é algum membro da família, o ambiente tido como lar perde a sua função de ambiente protetivo, tornando-se um ambiente hostil para a vítima, minimizando suas defesas e a colocando em situação desvantajosa. Também por esse motivo, se torna mais difícil o socorro do abusado, visto que o criminoso é tido como uma pessoa comum, acima de qualquer suspeita da família.

O ato não é caracterizado como crime somente ao ter contato físico do abusador com o abusado. Esse remete ao abuso também quando o criminoso se limita a olhar a vítima, seja trocando de roupa, seja tomando banho; expor seus órgãos sexuais para o menor, mostrar conteúdo erótico sob a desculpa de que precisa “ensinar” o aliciado.

O menor que sofre abuso, por sua vez, apresenta aspectos psicológicos de culpa, vergonha, medo, insegurança, raiva e/ou passividade e, a longo prazo, pode acarretar em consequências graves na representação de

transtornos mentais, como por exemplo depressão, fobias, “Síndrome pós-traumática”; comportamentos autodestrutivos, distúrbios alimentares, dependência química, transtornos psicosssexuais, além de ocasionar prejuízos cognitivos, sociais, comportamentais e emocionais. As sequelas se apresentam portanto, ao longo de toda a vida da vítima, porém de forma acentuada na fase adulta, em que há maiores relatos de agravantes psicopatológicos e é quando grande parte das vítimas procuram ajuda para solucionar os problemas até então apresentados de forma tênue.

A criança, por estar passando por uma fase de grandes mudanças e crises existenciais, tem os problemas seriamente agravados quando o abuso ocorre nessa idade. A mulher, ao atingir a fase adulta, é propensa a possuir um instinto mais protetor, mas ao mesmo tempo se apresenta frágil para elaborar seus laços no âmbito social. O homem, ao chegar à fase adulta possui uma acentuada necessidade de praticar algo nocivo, sendo também propenso a chegar ao extremo, cometendo o ato do abuso sexual, se espelhando em suas experiências anteriores.

Muitas vezes os papéis de proteção não são exercidos por aqueles que deveriam ser responsáveis. Esses tipos de maus-tratos trazem a suas vítimas consequências negativas ao longo do seu desenvolvimento cognitivo, comportamental, afetivo e social. Assim, pela complexidade do ato as intervenções devem ser igualmente complexas.

Nesse trabalho foi feito um levantamento bibliográfico que buscou compreender aspectos e atribuições acerca de adolescentes vítimas de abuso sexual e seus impactos posteriores. Esse levantamento bibliográfico ocorreu através de uma listagem de literaturas onde foram reunidos os temas como juventude, desenvolvimento, abuso, entre outros. Primeiramente, fez-se uma busca por livros que envolviam o tema central, abuso, e após essa busca foram feitas revisões bibliográficas para levantar dados que estariam em pauta durante o artigo.

2. O ABUSO SEXUAL

Para Abrapia (1997), abuso sexual é uma situação em que o abusado é usado para a gratificação sexual, ou seja, é usado para satisfazer as vontades sexuais de um adulto ou mais velho abusador, levando em conta um ato forçado que pode incluir desde carícias, manipulação genitália, mama ou ânus, exploração

sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, e podendo chegar até o ato sexual em si, com ou sem violência, e com ou sem proteção.

Segundo Cohen e Fígaro (1996), entende-se como abuso sexual, qualquer relacionamento interpessoal, em que o ato sexual é praticado sem o consentimento do outro, podendo haver o uso da violência física e/ou psicológica.

O abuso sexual pode ser caracterizado em abuso com ou sem contato físico; tendo cada um suas respectivas características e particularidades. Segundo Sayão (2006) criou definições exatas acerca da epistemologia envolvente ao assunto:

Dentro do abuso sexual sem contato físico pode ser citado o assédio sexual, em que são feitas propostas de relações sexuais baseadas na relação de poder do agressor para com a vítima, com essa indução feita por meio de chantagem ou até mesmo ameaças

No abuso sexual verbal, que é definido por conversas acerca de atividades sexuais a fim de despertar interesse da vítima ou chocá-la;

Telefonemas obscenos são também considerados uma maneira de abuso sexual sem contato físico direto, sendo uma modalidade de abuso sexual verbal. Grande parte é realizada por adultos, em sua maioria do sexo masculino, ocasionando grande ansiedade na vítima.

O exibicionismo, como o próprio nome diz, é o ato de pôr em exibição órgão genitais ou até mesmo praticar a masturbação em frente ou de forma a ser visto pela criança ou adolescente. A intenção pode ser de chocar a vítima, ao mesmo tempo em que a experiência pode ser assustadora para a vítima.

O voyeurismo consiste no ato de observar de forma fixa atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando isso não é desejado ou permitido pelas mesmas, tendo o agente abusador satisfação ao fazer tal prática. Pode assustar ou perturbar a criança em questão. Vale ser lembrado que o voyeurismo faz parte de jogos sexuais comuns de muitos adultos, enquanto uma prática com consenso.

Enquanto isso, o abuso sexual com contato físico inclui carícias nos órgãos genitais, tentativas de manter relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. O estupro é, por lei, considerado a prática sexual em que ocorre penetração vaginal com o uso de violência ou ameaça grave. Pode causar, dentre muitas consequências, trauma, choque, chance de desenvolver alguma fobia relacionada ao acontecimento.

O atentado violento ao pudor consiste na indução com constrangimento de alguém à prática de atos libidinosos por meio da utilização de violência ou grave ameaça. É forçar a criança ou adolescente a praticar tais atos, como masturbação ou forçar o toque íntimo, sexo anal ou oral. Toda e qualquer violência sexual praticada contra vítimas do sexo masculino que incluem penetração são enquadrados nessa categoria. Quando praticados com qualquer mulher, independente da idade é caracterizado estupro.

A corrupção de crianças e adolescentes ocorre quando o indivíduo agressor corrompe ou facilita a corrupção da vítima, mantendo com ela qualquer ato de intenção libidinoso, envolvendo ou não penetração.

A sedução é uma forma de abuso sexual considerado por lei, crime caracterizado pela indução de mulheres virgens entre 14 e 18 anos a manter relações sexuais, com penetração vaginal, mesmo com o consentimento da vítima. Em muitos casos esse tipo de violência é justificado de forma perversa como um ato de amor.

Segundo Cohen (1993), a sexualidade está totalmente ligada a cultura, pois trata-se de uma produção social e cultural. Afirma que a sexualidade é compreendida como uma somatória entre pulsão sexual, carga energética que faz com que o indivíduo apresente um determinado fim sexual, e instinto sexual, impulsos ou estímulos ao sexo de todos os seres vivos.

Assim como Azevedo e Guerra (1989) pontuam, o abuso sexual envolve todo o ato ou jogo sexual, praticado por um ou mais adultos e uma criança ou adolescente menor de 18 anos em relações tanto heterossexuais, como homossexuais, com o intuito de estimular sexualmente o menor ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual do maior abusador. Englobando as diversas formas que o abuso sexual se expressa: Intrafamiliar, em que há um grau de parentesco entre o abusador e o abusado, sendo assim o incesto; extrafamiliar, quando não existe nenhum grau de parentesco entre o abusador e o abusando, como na maioria das vezes o abusador é alguém de confiança da vítima; e institucional, em que o abuso ocorre dentro das instituições governamentais e não-governamentais que a vítima está inserida, como abrigos e creches. Os mesmos autores, pontuaram incesto como: "...toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consanguinidade, afinidade ou de mera responsabilidade.". (P. 142)

2.1. Abuso Sexual Praticado Contra Adolescentes

O ato do abuso se torna mais agravante quando sofrido no período da adolescência, destacado como um período turbulento. Seixas (1999) salienta que essa é uma fase bastante vulnerável para a saúde e desenvolvimento da personalidade do elemento, por ser um período breve onde ocorre uma concentração de novas aquisições, além de mudanças que terão efeito durante toda a sua vida, entre elas transições sociais, emocionais, físicas, cognitivas e sexuais.

A crise nessa fase é algo comum de transcorrer, mas quando ocorre distúrbios maiores podem acarretar diversos problemas ao indivíduo. Segundo Seixas (1999), essa crise que acontece com a maioria dos jovens deve ser algo transitório, no qual ocorre um desequilíbrio e requer uma resolução, o indivíduo deve solucionar-las de forma positiva ou não, conforme suas condições ambientais e seus recursos.

Esse período repleto de transformações, psicológicas, sociais e físicas, é marcado por acontecimentos que conciliam corpo, mente e mundo externo. Para um indivíduo que acabou de sair da infância é algo muito pesado para responsabilizar-se. Para Knobel (1992), quando ocorre um abuso no meio familiar, o pai deixa de ser considerado um herói para seus filhos e a relação entre eles torna-se ambivalente, assim, a ambivalência em aceitar esse encadeamento de crescimento não é só do adolescente, mas também de seus pais.

Pfeiffer (2005) observa que o pequeno número de denúncias tem relação com as agressões psicológicas que acompanham o abuso, ele fala que 20% dos casos de abuso sexual são acompanhados por essas agressões. Porém, como Souto, Carvalho & Cavalcante (2012) expõe, é difícil estipular a prevalência de todas as denúncias, porque os casos denunciados representam apenas uma pequena parcela do total de ocorrências. Uma porção muito grande das crianças e adolescentes que sofrem abuso resiste à essa situação de forma problemática, porém silenciosa.

Segundo a tabela “Soluções Gerais adotadas para o abuso e a exploração sexual, segundo a pesquisa *O Grito dos Inocentes*”, feita pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, é citado abaixo diferentes soluções adotadas para o abuso e exploração sexual, seguido da porcentagem referente a cada solução. O combate à impunidade corresponde a 38,85% dos casos, seguido

de campanhas de conscientização, correspondente a 15,83% dos casos; parcerias envolvendo ONGs, governo, empresas, etc. correspondem a 9,35% da totalidade; políticas de acompanhamento da vítima, com 5,76% de totalidade dos casos; soluções adotadas pela família, com 5,04% de correspondência; protagonismo juvenil, com 4,32%; eficiência administrativa, com 3,60%; penas legais mais severas, com 2,16%; soluções adotadas na escola, com 1,44%; melhoria das condições socioeconômicas, correspondente também a 1,44% dos casos; ação da comunidade, com 0,72% de correspondência; políticas de cultura/arte e educação, correspondente a 0,72%; capacitação de policiais, com também 0,72% de totalidade; dentre outras soluções que caracterizam 10,07% da totalidade real dos fatos.

3. A IRA DE UMA CRIANÇA

Segundo Furniss (1993) e Knutson (1995), o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual varia de acordo com a idade da criança no início do abuso sexual, não se sabe em qual idade há maior prejuízo; a duração do abuso, algumas evidências sugerem que maior duração produz consequências mais negativas; o grau de violência, uso de força pelo perpetrador resulta em consequências mais negativas tanto a curto como a longo prazo; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima, quando maior a diferença, mais grave são as consequências; a importância da relação entre abusador e vítima, quanto maior a proximidade e intimidade piores as consequências - também apontado por Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993); a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social, nesses casos o dano psicológico é agravado; o grau de segredo e de ameaças contra a criança.

O tratamento e acompanhamento psicológico constante são fundamentais para quem sofreu por algum tipo de agressão sexual a partir do momento de consumação do crime, tendo ele ocorrido na primeira infância ou no final da adolescência. A reintrodução social e a reestruturação das bases de pensamento sobre como a pessoa pensa acerca do *lôcus* em que vive e sob quais circunstâncias mantém ou não um elo social de qualquer natureza que seja, é estreitamente ligado em como a vítima vai reagir caso se depare com futuras situações semelhantes às sofridas.

Segundo Seixas (1999), essa situação pode se agravar ainda mais se for considerado que, na maioria dos casos, o abuso sexual não pode ser visto como um episódio isolado na vida de uma adolescente. Pode-se observar que as relações familiares das garotas violentadas são permeadas por convívios violentos, mesmo nos casos em que o abuso sexual ocorreu fora do âmbito familiar.

Sayão (2006, p. 35) afirma que “A violência física contra crianças e adolescentes abusados sexualmente não é o mais comum, mas sim o uso de sedução, ameaças e/ou a conquista da confiança e do afeto da criança ou do adolescente. Segundo algumas pesquisas, em apenas 30% dos casos há evidências físicas.” Então, a atenção em relação a casos de abuso sexual deve ser redobrada por muitas vezes não apresentarem evidências físicas, dificultando a descoberta do crime contra o menor abusado, que em grande maioria se reprime, e mantém o ocorrido em total sigilo.

O cuidado e o tratamento com a criança ou adolescente que sofreram nas mãos desses abusadores também é de grande importância. Uma criança ou adolescente abusada deve ser ouvida e ajudada a superar esse fato ocorrido, e aquelas que não recebem um suporte por parte da família ou responsáveis, carregam uma grande probabilidade de apresentarem impactos negativos a longo prazo, em que podem carregar por toda a vida, prejudicando a si mesmo e aos outros. “Muitos abusadores relatam já terem sido vítimas de abuso sexual. Quando a criança ou adolescente abusados não recebem ajuda para elaborar essa vivência, aumenta a probabilidade de que venham a repetir essa violência com outras pessoas.” (SAYÃO, 2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do levantamento bibliográfico realizado, pode-se concluir que o abuso sexual é especialmente prejudicial por interferir perigosamente nas afeições e sentimentos, na autoimagem, nas relações com o outro e nas possibilidades de viver o prazer e o desprazer.

A violência sexual contra a criança ou adolescente interfere, prejudica e deixa sequelas sérias a curto e longo prazo, em que o abusado se sente humilhado e usado pelo abusador, levando-o muitas vezes a se culpar pelo acontecido e se

isolar, sofrendo em silêncio por algo que não tem culpa alguma, apenas teve a infelicidade de ser o escolhido.

É preciso dar voz a essas situações ocorridas para ao mesmo tempo em que é revelada, também seja preservada. O segredo desvelado não visa somente encontrar e punir os culpados, mas principalmente cuidar dos envolvidos em toda a situação. Não deve reagir de forma a intensificar a dor da vítima, mas oferecer-lhe apoio e apostar em suas capacidades de superação, para que a criança ou adolescente possa enfrentar internamente o trauma vivido, e saber lidar e vencer as sequelas em sua vida.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Marcelo. **Adolescência Normal**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1992.

ABRAPIA. **Abuso Sexual: Mitos e Realidade**. Guia de Orientação para a população. Petrópolis, Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Vitimação e vitimização**: questões conceituais. In: Azevedo, Maria Amélia; Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo; Saffiotti, Heleieth. Et al. *Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu editora, 1989.

COHEN, Carolyn. **O Incesto um Desejo**. São Paulo, Casa do Psicólogo ed., 1993.

COHEN, Carolyn; FÍGARO, C. J. **Crimes Relativos ao Abuso Sexual**. In: Cohen, C.; Ferraz, F. C.; Segre, M. *Saúde Mental, Crime e Justiça*. São Paulo, Edusp, 1996.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

SAYÃO, Yara. **Refazendo laços de proteção**: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006.

SERAFIM, Antônio de Pádua; SAFFI, Fabiana; ACHÁ, Maria Fernanda Faria;

BARROS, Daniel Martins de. **Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. Rev. psiquiatr. clín. São Paulo, vol. 38, n.4, pp. 143-147, 2011.

SCHOR, Nélia. et al. **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

VIVARTA, Veet. **O Grito dos Inocentes:** os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. Série mídia e mobilização social; vol. 5. São Paulo: Cortez, 2003.

CAFEICULTURA CONVENCIONAL E SUSTENTÁVEL: uma análise dos custos sob a perspectiva da certificação UTZ

PEREIRA, João Paulo Lemos – Uni-FACEF
SMITH, Marinês Santana Justo – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O café está presente na vida cotidiana de muitos brasileiros, porém o costume de tomar café não surgiu no país. Segundo ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) a planta de café é originária da Etiópia. Foi a Arábia a responsável pela propagação da cultura. Ainda de acordo com ABIC o café chegou ao norte do Brasil em 1727, trazido da Guiana Francesa pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta, e foram plantadas no Belém do Pará.

A produção cafeeira trouxe uma nova maneira de conquistar riquezas, acelerou o desenvolvimento do país, aproximou nações e gerou muitos empregos. Contudo essa produção passou por várias crises ao longo de sua trajetória, mas sempre foi e continua sendo um negócio de grande importância para o país.

O mercado de café vem sofrendo modificações ao longo de sua trajetória, como o surgimento de tecnologias voltadas para agricultura, novas técnicas de produção e mercado consumidor mais exigente. Assim como uma concorrência cada vez maior, em relação ao café *Arábica* e ao café *Conilon*, pelo surgimento de novos países produtores na América Central e, devido ao aumento da produção de países já consolidados no mercado, como Vietnã e Colômbia, que vêm se revelando como centro da produção de cafés de qualidade superior e com técnicas sustentáveis.

Para que a produção de café seja reconhecida como sustentável é necessário ser qualificada por um órgão certificador. Neste sentido existem várias certificações cujo um dos objetivos é atuar na qualificação da produção de café sustentável. A *UTZ* foi selecionada como uma das linhas de pesquisa deste trabalho, devido ao seu caráter socioambiental.

A *UTZ* é um programa global de certificação que estabelece padrões para a produção agrícola, sua principal meta é contribuir para um mundo no qual a agricultura sustentável seja a norma.

Ainda que, o tema sustentabilidade, se reforça pela perceptível mudança no estilo de vida das pessoas e pelo aumento na demanda de bens e serviços mais sustentáveis, tais condições incitam riscos e incertezas na atividade cafeeira convencional, que hoje representam a maior parte da produção brasileira.

Diante deste contexto, questiona-se “Será o custo um dos fatores mais relevantes que impactam e dificultam o processo da mudança do plantio convencional para plantio sustentável de café?” Entendendo que muitos podem ser os entraves da mudança para o plantio sustentável, e que o custo é relevante na tomada de decisões; o objetivo deste estudo é levantar e conhecer as vantagens e desvantagens do processo de implantação de uma lavoura de café convencional e uma de café sustentável, sob a perspectiva da gestão estratégica de custos. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, através de revisão bibliográfica, conhecer o perfil do agricultor frente às mudanças de um processo convencional para o sustentável na agricultura brasileira; descrever as características da produção de café convencional e do café sustentável e a viabilidade dos respectivos empreendimentos; apresentar a gestão estratégica de custo como ferramenta relevante para tomada de decisões pelo cafeicultor sob a perspectiva do processo de certificação “*UTZ certified*”; e, por fim, através de uma pesquisa aplicada, via questionário, para conhecer a realidade do tema será elaborado um estudo de caso com a Fazenda São Sebastião, situada na região Sul de Minas Gerais, a qual possui lavouras com certificação *UTZ*, mas, também lavouras de café com plantio convencional, fato que possibilitará uma análise comparativa das vantagens e desvantagens entre os dois métodos.

Este artigo é decorrência de um estudo em andamento e, portanto não apresenta resultados da pesquisa de campo. Todavia, a partir da discussão conceitual foi possível apontar as particularidades do processo de certificação *UTZ* em busca de subsídios para entender o impacto na gestão e nos indicadores de custos na produção de café. A presente investigação contribui com os estudos de agronegócios e para avanços no ambiente de negócios do setor cafeeiro em relação às possibilidades de uma produção sustentável.

2. PERFIL DO AGRICULTOR BRASILEIRO FRENTE PROCESSOS SUSTENTÁVEIS

Conhecer os agricultores brasileiros é de extrema importância para entender a maneira como administram seus negócios, inclusive os produtores de café, também é relevante inteirar-se das características do perfil das propriedades rurais.

A Associação Brasileira de *Marketing* Rural e Agronegócio (ABMR&A, 2012) constata sobre os tipos de propriedades que, 84% delas são próprias, 8% arrendadas e 8% parte própria e parte arrendada.

A associação ABMR&A (2014) classifica os produtores rurais como: Informados/Antenados (24%), Especializados/Inovadores (34%) e Tradicionais (42%). A pesquisa nos mostra ainda o nível de escolaridade dos produtores rurais, sendo que a maioria deles possui nível superior incompleto ou menor.

Mizumoto et.al. (2008) retrata a influência positiva das famílias nos negócios agrícolas. Porém grande parte da mão de obra é realizada por funcionários.

A reportagem abordada na revista Globo Rural (2016) expõe que a idade média dos produtores é de 45 anos, também destaca que os agricultores em geral estão abertos a novas tecnologias.

Entende-se que a adequação ao processo de produção sustentável é necessária, o produtor brasileiro de café deve levar em conta alguns fatores consideráveis frente mudança.

O estudo de Bócoli et.al. (2013) trás pontos relevantes quanto aos aspectos dos cafeicultores, mostrando que as propriedades certificadas recebem mais frequentemente visita de um técnico em suas propriedades e, evidencia a importância de um suporte técnico para produção.

Percebe-se que os produtores não certificados obtêm produtividade menor sendo que 70% colhem até 30 sacas por hectare e ainda, 15% colhem menos de 20 sacas/hectare. A baixa produtividade pode estar relacionada com a utilização incorreta de insumos, adubação inadequada e um controle ineficiente de pragas e doenças, por falta de assistência técnica. (BÓCOLI et. al., 2013, *online*).

Quanto à comercialização do grão segundo Bócoli et.al. (2013) os produtores certificados utilizam mais ferramentas para a venda de seu produto final. Sendo que a maioria deles negocia no mercado futuro, os demais vendem para

CAFEICULTURA CONVENCIONAL E SUSTENTÁVEL: uma análise dos custos sob a perspectiva da certificação UTZ – p. 222-240

exportadoras ou através de contrato, e pequena parte utiliza como forma de venda o mercado físico. Os produtores não certificados apresentam um índice muito baixo na comercialização do seu café de forma alternativa, sendo para esses o mercado físico o mais utilizado.

No perfil dos produtores de café certificados pela *UTZ* de acordo com Valle et.al. (2015), mostra que no Brasil, na maioria dos casos, o processo de gestão da certificação é realizado pelo proprietário. As propriedades de café certificado são predominantemente os grandes produtores. No cenário cafeeiro as mulheres representam a menor parte dos produtores.

Valle et.al. (2015) aponta que metade dos produtores que possuem a certificação *UTZ* já está no programa há mais de cinco anos, o que comprova a relação de confiança construída entre produtor e a certificação.

Em relação à mudança de um processo convencional para o sustentável na agricultura brasileira, podem-se apurar algumas percepções. Ainda que, exista a expansão da produção sustentável nos últimos anos, ela ocupa espaço pouco significativo no cenário agropecuário e alimentar mundial. Este mercado está se desenvolvendo lentamente, mesmo com potencial para abastecer o mercado de alimentos, levando em conta que, “em igualdade de preço, o consumidor preferiria os produtos agroecológicos, por seus atributos específicos de qualidade” conforme destacado por Campanhola; Valarini (2001). Permanece, a discussão de quais as dificuldades dos agricultores convencionais em não transformar seus sistemas para sustentáveis, possibilidade que faria aumentar a oferta desses produtos, e consequentemente, caírem os preços.

De fato, há alguns fatores que são obstáculos para mudança de um processo de produção convencional para a produção sustentável, não somente na cafeicultura, como também em outros cultivos, como pode ser observado em diversos estudos, tais como alguns citados no Quadro 1.

Quadro 1 - Percepções dos entraves para conversão da agricultura convencional para a sustentável.

TÍTULO	AUTORES	ENTRAVES
Agricultura Sustentável e a Conversão Agroecológica.	LIMA et.al (2006)	Insuficiência de conhecimento científico e tecnológico; Falta de competitividade econômica da produção agroecológica; Complexidade das transformações socioeconômicas e institucionais inerentes ao processo agroecológico.
O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia	UZÊDA (2004)	Dimensão psicológica; qualificação dos técnicos; dimensão econômica; políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, com base nas pesquisas referenciadas.

Também foi observada a dimensão psicológica, entre os entraves, como citada por Canuto (2004), um dos fatores que restringe na conversão para um sistema de produção sustentável. O autor ainda ressalta a importância das políticas públicas para a transição agroecológica na agricultura, a política pública contribuiria de uma maneira organizada, massiva, ampla e agressiva para se conseguir o desenvolvimento sustentável.

3. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ CONVENCIONAL E DO CAFÉ SUSTENTÁVEL

Devido ao fato de o Brasil possuir clima adequado para produção de café dos tipos *Arábica* e *Conilon*, e pela grande extensão territorial, a cafeicultura foi se fortalecendo no país ao longo dos anos.

Quanto ao sabor e aroma do café existem duas classificações, grãos dos tipos *Arábica* e *Conilon*. De acordo com Associação de Cafés Orgânico e Sustentáveis do Brasil (ACOB) “O café *Arábica* corresponde a cerca de 80% do montante produzido, sendo que Minas Gerais é o maior estado produtor, responsável por cerca de 50% da produção de todo café brasileiro. O Espírito Santo se destaca pela produção de *Conilon/Robusta*, sendo o principal produtor deste tipo de café no país”.

O café *Arábica* é cultivado em altas altitudes, já o café do tipo *Conilon* são produzidos nas regiões mais baixas. O Brasil é privilegiado podendo produzir os dois tipos de cafés.

3.1. Produção do Café Convencional

O modelo de cafeicultura adotado no Brasil, desde o início do século XIX, caracteriza-se pelo monocultivo a pleno sol, e, portanto, com baixo nível de diversidade biológica (*apud* Menezes et al., 2007). Esse método configura-se no sistema convencional.

O sistema convencional de cultivo do café é predominante no Brasil. O café convencional, como o próprio nome sugere, é aquele que é produzido sem nenhuma diferenciação. Em alguns casos, esse sistema de produção é ineficiente, e o produto obtido deixa a desejar, tornando-se pouco competitivo (MARCOMINI, 2013, *online*).

A cafeicultura convencional é marcada por diferentes tipos de produtores rurais, há os que são eficientes e produzem café de acordo com as experiências positivas na atividade, buscando sempre estarem informados e atualizados, mas existem também aqueles que não dão a devida importância no que diz respeito à administração de sua propriedade que, geralmente, é feita sem análises sólidas; as informações são registradas precariamente e existem casos em que não há nenhum registro.

Para Rufino (1977), os fatores que afetam a renda dos empresários rurais dividem-se em dois grupos, os incontroláveis ou externos, que são aqueles sobre os quais o empresário rural não pode exercer seu controle, como por exemplo: clima, instituições, mercados e os controláveis ou internos, sobre os quais os empresários rurais têm domínio, como exemplo, o tamanho do negócio, aplicação dos recursos, intensidade de exploração entre outros.

Na cafeicultura convencional há alguns cafeicultores que apresentam uma atitude irrelevante em relação aos fatores controláveis. Há também os que não se preocupam com a preservação dos recursos naturais, não tem uma postura adequada em relação aos trabalhadores envolvidos no processo. Este comportamento pode ser devido a uma cultura genética, ou seja, os pais passam para seus sucessores que continuam administrando desta maneira.

Porém o sistema convencional apresenta várias vantagens, pois ainda é o método mais adotado no Brasil para o plantio de café, e apresenta facilidades para se manter no mercado, que está cada vez mais competitivo.

Conforme Marcomini (2013) as vantagens de se produzir café no sistema convencional são:

Menores investimentos em máquinas e equipamentos; processo de produção mais fácil, porque é realizado sem separações; menores custos

de produção, em virtude da não obrigatoriedade de investimentos exigidos pelos processos de certificação. (MARCOMINI, 2013, *online*).

Com o surgimento de novas tecnologias voltadas a parte de insumos e de implementos que facilitam a produção do café ouve um grande aumento nas áreas cultivadas e um aumento da produção de grãos. Segundo Lopes (2014) “a partir desse período, o uso de herbicidas, inseticidas, fungicidas e máquinas agrícolas passaram a ser constante nas lavouras de café. E os problemas socioambientais já existentes na época tomaram maiores dimensões.” De acordo com Galeti (2004), “iniciou-se um processo de substituição do serviço humano pelas máquinas e acelerou-se o processo de devastação ambiental”.

Segundo Theodoro (2006) um sintoma da crise ambiental que afeta a agricultura é a perda anual de rendimentos devido a pragas em muitos cultivos, apesar do aumento substancial no uso de agrotóxicos.

Devido à falta de um responsável técnico em algumas propriedades ou o mau acompanhamento nas atividades realizadas na lavoura, as aplicações de agrotóxicos não são executadas de maneira eficaz, causando perdas ao cafeicultor.

Boa parte dos agrotóxicos aplicados no campo é perdida; estima-se que cerca de 90% dos produtos aplicados não atingem o alvo, sendo dissipados para o ambiente e tendo como ponto final reservatórios de água e, principalmente, o solo. As perdas se devem, de forma geral, à aplicação inadequada, tanto em relação à tecnologia quanto ao momento de aplicação, em alguns casos, porque a aplicação foi feita para dar proteção contra uma praga ou patógeno que não estão presentes na área. Isso ocorre porque ainda são realizadas pulverizações baseadas em calendários e não na ocorrência do problema (THEODORO *apud* GHINI, BETTIOL, 2000, *online*).

Muitos ainda aderem ao sistema de produção convencional pelo fato de sempre ter dado certo, porém, o que eles não sabem é o quanto podem aprimorar seus processos na cafeicultura a fim de gerar maior lucro, diminuir os danos ao meio ambiente, reduzir custos e auxiliar na tomada de decisão, visto que diante da globalização econômica, é indispensável que ele assuma a condição de empresário rural e deixe essa forma rudimentar de administrar no passando.

O produtor rural deve administrar seu negócio de maneira rentável para que continue no mercado.

Para Santos (1996) “o principal papel do administrador rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros, a permanente motivação, ao bem-estar social de seus empregados e à satisfação de seus clientes e da comunidade”.

3.2. Produção do Café Sustentável

A cafeicultura sustentável é uma nova maneira de se produzir, ela surgiu pela perceptível mudança no estilo de vida das pessoas é visível pelo aumento na demanda de bens e serviços mais sustentáveis. De maneira simples a Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento (1988) define sustentabilidade como sendo o atendimento das necessidades da geração atual, sem comprometer as gerações futuras, levando em consideração os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

De acordo com os dados do Relatório Internacional de Tendências do Café (2012), a quantidade de propriedades cafeeiras certificadas no Brasil é superior a 35 mil, o que representa 10% do total. Há 10 anos, esse número era de apenas 400 propriedades.

Nesta nova maneira de produzir café alguns aspectos são bem diferentes da cafeicultura convencional, como oferecer condições de trabalho decentes em toda cadeia produtiva, respeitar o meio ambiente fazendo controle e monitoramento, garantir grãos de qualidade superior com maior valor agregado ao produto.

Em relação aos aspectos sociais segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2012) não deve existir qualquer tipo de danos à saúde e educação infantil, ou seja, devem ser garantidos os direitos da infância e juventude. Desta forma o produtor deve seguir as leis trabalhistas e do Ministério do Trabalho, registrando seus funcionários de acordo com a normatização.

A ABIC (2012) ainda cita a exigência do uso de EPIs e roupas, seu uso deve ser de acordo com as instruções apropriadas ao risco da saúde e segurança, tendo estes treinamentos rotineiros sobre a execução da tarefa para que o mesmo tenha capacitação para a função exercida. No contexto de segurança do trabalho e ergonomia, o produtor precisa promover um local adequado para refeições, condições sanitárias e em casos que o funcionário não seja residente do local, o produtor deve garantir condições dignas de moradia. Além disso, é de responsabilidade do produtor garantir educação de seus funcionários e seus filhos.

Com relação aos aspectos ambientais, em cartilha sobre o café, no tópico “café e o meio ambiente”, o produtor deve usar somente agrotóxicos registrados seguindo as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento de acordo com o que é determinado pelo receituário agrônômico, correspondente a cada tratamento efetuado. Para que se evitem danos ao meio em evidência os recursos hídricos, os mananciais devem estar protegidos e preservados seguindo o Código Florestal Brasileiro, também deve estabelecer um local de armazenamento adequado dos fertilizantes, orgânicos e químicos.

A ABIC (2012) exige medidas como: manter a vegetação ao longo do curso d'água e buscar medidas que recuperação para sistemas não conformes, minimizar o desmatamento da flora, conservando animais selvagens, vegetais e espécies ameaçadas de extinção, além disso, nas áreas de reflorestamento devem ser plantadas árvores nativa. Deve-se existir na propriedade um sistema seguro para o manuseio de lixo garantindo sua eliminação de forma correta.

Vale ressaltar que a introdução de uma nova cultura cafeeira sustentável requer um empenho e consequentemente aumento nos custos, além disso, uma competitividade no mercado interno e externo.

A produção de café sustentável necessita ser reconhecida por algum órgão certificador, segundo Almeida (2009) atualmente o importante é perceber que a busca pela certificação é exatamente em função de agregar uma ou mais qualidades ao seu produto, percebendo que muitas vezes essas qualidades não podem ser visualizadas de outra forma se não por um certificado de uma empresa reconhecida pelo consumidor.

Para um produtor, além de garantir a qualidade do grão, em fatores como sabor e aroma da bebida, cada vez mais se torna perceptível que uma das melhores formas de diferenciação do produto é a busca de certificações que garantam outras qualidades ao café. Cada certificação agrega uma qualidade que será percebida por diferentes consumidores quando identificarem o selo da certificação, e quanto mais diferenciado for esse produto mais ele será entendido como único, já que dificilmente se encontrará outro produto com os mesmos atributos.

De acordo com Ximenes (2007), a qualidade do café pode vir com a soma de fatores tangíveis e intangíveis. Os fatores tangíveis são os que podem ser observados visualmente, pelo odor ou por testes químicos. Já os intangíveis precisam de uma empresa certificadora ou algum outro tipo de normalização para serem comprovados, pois agregam valores que não podem ser observados visualmente ou fisicamente, como responsabilidade socioambiental, rastreabilidade, CAFEICULTURA CONVENCIONAL E SUSTENTÁVEL: uma análise dos custos sob a perspectiva da certificação UTZ – p. 222-240

comércio justo além de outras qualidades. Não há uma definição muito precisa do que é um café especial, e a certificação de que esse produto realmente está seguindo as normas e exigências do consumidor são dadas por uma certificadora sendo que a idoneidade da empresa conta muito.

3.2.1 Certificação UTZ:

Figura 1 – Certificação UTZ



A *UTZ* certifica a produção agrícola de cacau, chá e café, com apelo socioambiental. O presente estudo é focado nesta certificação devido, ao fato de que o Brasil é o maior produtor de café certificado, com cerca de 35% do volume mundial total exportado com este selo. Ela atua na certificação de café brasileiro há 14 anos, os tipos de certificações *UTZ* aplicáveis no Brasil são realizados individualmente ou em grupo.

Essa certificação foi criada em 1999, na Guatemala, e depois estendida aos Países Baixos, a fim de seguir as normas de rastreabilidade, preservação ambiental, segurança no trabalho e responsabilidade social, está presente em 36 países produtores, e seu logo apareceu em 13.500 produtos em 136 países durante o ano de 2015. Com sede em Amsterdã, na Holanda, trata-se de um programa de sustentabilidade, pois se observa que a certificação:

[...] visa uma produção agrícola sustentável e busca melhores oportunidades para os produtores, trabalhadores, suas famílias e meio ambiente. Para garantir que a teoria da mudança aconteça, o produtor recebe o Código de Conduta da UTZ, no qual estão descritos todos os requisitos que o produtor precisa seguir. Esses requisitos incluem Boas Práticas de Agricultura e Manejo da Produção, Saúde e Segurança e Melhores Condições de Trabalho, Abolição ao Trabalho Infantil e Proteção ao Meio Ambiente. (VALLE, 2015, *online*).

Para assegurar que os requisitos sejam realizados, os produtores e as fazendas são monitorados anualmente por auditores independentes. A certificação garante a rastreabilidade do produto, da produção no campo até as prateleiras. A rastreabilidade também engloba os compradores, e todos os envolvidos na cadeia produtiva. De acordo com o protocolo de certificação da *UTZ*, o sistema de exigências administrativas e técnicas ao longo da cadeia produtiva é chamado de “Exigências da Cadeia de Custódia”. Para os produtores a certificação segue as normas de “Exigências da Cadeia de Custódia para Países de Origem” e, os compradores do produto devem seguir as “Exigências da Cadeia de Custódia para Países de Destino”.

De acordo com Valle et.al. (2015) a certificação tem gerado efeitos positivos. Foi constatado que as auditorias externas proporcionam maior eficácia e menos vulnerabilidade. Também foi relatada a melhor utilização dos insumos e o tratamento adequado dos resíduos, que tiveram efeitos positivos na redução de custos, e, além disto, ajudaram a equilibrar as condições ambientais na fazenda.

3.2.2 Análise Comparativa de Estágios e Processos na Implantação de uma Lavoura de Café no Sistema Convencional e no Sistema Sustentável.

Os sistemas produtivos, convencional e o sustentável, têm fases de cultivo similares como eleger uma área para o plantio, espaçamento e densidade do plantio, correção do solo, pulverizações, controle de pragas e doenças, colheita, secagem do grão, beneficiamento, entre outras ações necessárias para o desenvolvimento do negócio. O que muda de um sistema para outro são as atitudes tomadas e como serão executadas estas atividades levando em conta vários fatores.

O Quadro 2 demonstra os processos para implantação de uma lavoura de café no sistema convencional ou no sistema sustentável. Descrevendo as principais fases iniciais para a formação desta e as particularidades de cada sistema estudado.

Quadro 2 – Comparativo Entre as Fases para o Plantio de uma Lavoura de Café

PROCESSOS	CONVENCIONAL	SUSTENTÁVEL
1. Escolha das mudas	Pode ser produzida ou comprada de viveiros de mudas de café. É importante saber a origem das mudas.	Pode ser produzida se o viveiro for registrado ou comprado de viveiros registrados.
2. Escolha da área	Área que seja possível cultivar a quantidade desejada de café, de acordo com o espaçamento e tipo de café.	Mesmo método do sistema convencional, porém realizado de acordo com a legislação florestal. Identificando a área por mapas, croqui ou fotografia aérea.
3. Preparação do solo	Realizado de acordo com situação da área escolhida. Como limpeza do talhão, aração, gradeação, curvas de níveis. Estes sendo realizados por maquinários do cafeicultor ou por terceiros.	Mesmo método do sistema convencional, mas atendendo a legislação ambiental e leis trabalhistas.
4. Abertura de covas ou sulcos para plantio.	Feita por pessoas ou máquina.	Feita por pessoas ou máquina. Atendendo a legislação ambiental e leis trabalhistas.
5. Plantio	Realizado por pessoas, nas estações chuvosas de acordo com o clima da região.	Realizado por pessoas, nas estações chuvosas de acordo com o clima da região. Atendendo a legislação ambiental e leis trabalhistas.
6. Pós-Plantio	Substituir mudas mortas ou que não se desenvolveram.	Mesmo método do sistema convencional. Atendendo a legislação ambiental e leis trabalhistas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Espindula M. C. (2015) e no Regulamento Certifica Minas (2009).

3.2.3 Adequação da Propriedade e Processos de Produção.

Nos processos de produção a aplicação de agrotóxicos; irrigação; conservação ambiental; legislação trabalhista; registro de atividades; treinamentos de qualificação da mão de obra; controle de ervas daninha; adubações e controle de pragas e doenças; são indispensáveis para se obter uma lavoura produtiva e, conseqüentemente, bons resultados no negócio. Estas atividades tem grande peso nos custos de produção e existem grandes diferenças entre os dois sistemas em estudo.

A produção sustentável segundo a *UTZ* tem como foco os pontos de controles atrelados à gestão do negócio, as práticas agrícolas, as condições de trabalho e vida dos colaboradores e a conservação do meio ambiente. Estes pontos de controle para obter a certificação são descritos em vários subitens.

Na gestão do negócio pode se citar as exigências ligadas a manutenção de registros; a identificação da área de produção; gerenciamento de riscos e plano de gestão; treinamentos e ações de conscientização; rastreabilidade; entre outros.

Outro ponto de controle do café certificado é nas práticas agrícolas, a qual busca controlar o material de plantio e viveiro de mudas, a manutenção da propriedade agrícola, a gestão do solo e fertilidade, o manejo de pragas e doenças, os registros das aplicações de pesticidas e fertilizantes, a irrigação, a colheita e pós-colheita, entre outros. Um exemplo de prática agrícola na cafeicultura sustentável, de acordo com código de conduta *UTZ*, é autorizado apenas o uso de pesticida aprovados por um instituto de pesquisa agrônomo nacional ou pelo conselho nacional para cafeicultura e para melhorar a fertilidade do solo é necessário medidas como: plantações de espécies fixadoras de nitrogênio; praticas agroflorestais; compostagem; aplicação de fertilizantes inorgânicos.

Outra questão importante são as condições de trabalho, este fator tem como controle em relação aos direitos dos trabalhadores: a educação; a liberdade de associação e negociação coletiva; o horário de trabalho, os salários e contratos; a discriminação e o tratamento respeitoso; o trabalho forçado e o trabalho infantil. Em relação a saúde e segurança os pontos de controles são: primeiros socorros e emergências; manuseio de pesticidas; higiene e condições de vida dos funcionários. Um exemplo deste requisitos é obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores que manuseiam pesticidas. Os funcionários que lidam com pesticidas perigosos devem passar por exames de saúde anuais.

Quando se trata de sustentabilidade, o que está em evidência é o meio ambiente, portanto para se obter o selo *UTZ* o proprietário deve se preocupar com a conservação da área natural, uso controlado da água, reduzir a contaminação do ar, separar e descartar os resíduos em locais adequados e aumentar a eficiência energética na produção e processamento.

Um dos maiores benefícios da adequação da propriedade e processos de produção apontados por Valle et.al. (2015) é que “a certificação *UTZ* ajudou muito na gestão da fazenda e dos custos relacionados à produção, além de ter conseguido agregar valor ao negócio devido a rastreabilidade do produto”.

4. GESTÃO DE CUSTOS NA ATIVIDADE CAFEEIRA SOB A PERSPECTIVA DA CERTIFICAÇÃO UTZ

No panorama econômico atual, marcado por consumidores cada vez mais exigentes e um ambiente igualmente competitivo. De acordo com Costa et. al. (2012) “para que os cafeicultores consigam a sobrevivência nesse novo ambiente desafiador, a eficiência econômica, a qual se relaciona à eficiência financeira e administrativa, é tão importante quanto à eficiência produtiva”. É constatada a busca dos produtores pela redução de custos na gestão de seus negócios e aumentos de produtividade. Desta maneira, os métodos de custeio são apontados como importantes aspectos gerenciais para a tomada de decisões, para maximizar os lucros e alcançar os objetivos do negócio.

A gestão estratégica de custos é definida sendo:

[...] uma análise de custos vista sob o contexto mais amplo, em que os elementos estratégicos tornam-se mais conscientes, explícitos e formais. Os dados de custos são usados para desenvolver estratégias superiores a fim de se obter uma vantagem competitiva (SHANK e GOVINDARAJAN, 1997, p. 4).

A cafeicultura tem que ser um negócio rentável, como toda empresa cujo objetivo é gerar maior lucratividade possível.

[...] não é suficiente produzir bem e em alta produtividade. Nessa transformação, os produtores deverão aprimorar o processo de planejamento, objetivando aumentar a eficiência econômica, fazendo com que a cafeicultura se torne rentável e sustentável. Nesse contexto a gestão de custos de produção tem extrema importância, pois gera informações para que o gestor tome decisões mais acertadas e em tempo hábil (COSTA, 2012).

Quanto à composição dos Custos Operacionais Totais (COT) na cafeicultura Costa et. al. (2012) observa que os custos com fertilizantes, juntamente com os custos de colheita e beneficiamento são os principais componentes do COT. Outro item com impacto significativo nos custos é a mão de obra fixa e eventual.

Os custos são classificados para atender às diversas finalidades de análise para as quais são apurados. Uma classificação são os custos diretos e indiretos, que de acordo com Megliorini (2012, p. 8) “custo direto são os custos referentes aos recursos consumidos no processo de fabricação e cujo consumo exato pode ser determinado por unidade”, já os “custos indiretos são os custos

incorridos na produção que não podem ser medidos por unidade de produto. São apropriados ao produto por meio de rateio”.

Entende-se que a diferenciação nos custos entre a cafeicultura convencional e a sustentável inicia-se na implantação das certificações, o que se torna relevante o entendimento.

Neste sentido, Pereira et.al. (2007) destaca a classificação de custos diretos (internos e externos) e indiretos para a certificação na cafeicultura sustentável, todavia, trata-se especificamente de custos para esse processo. Segundo o autor, em sua pesquisa, os custos diretos internos apurados foram: preparo de documentos, treinamentos, capacitação dos funcionários, auditorias internas e reuniões e adequações administrativas aos critérios de gestão exigidos no quesito trabalhista. Foram identificados como custos diretos externos, aqueles iniciais e de manutenção tais como: estudo de mercado; definição do escopo; elaboração do projeto; pré-auditorias; auditoria principal; auditoria de manutenção; ações corretivas e *marketing*.

Já os custos indiretos, apurados por Pereira et. al (2007), destacam-se aqueles ligados à conformidade com critérios de gestão como planejamento operacional, avaliação dos recursos e inventários, registros, rastreabilidade, monitoramentos, controle de produtos e de qualidade, reajustes, documentação e mapeamento. Outros custos indiretos, ora ligados à conformidade com critérios de desempenho como ajustes na produção, construção de estradas e aceiros, restauração de áreas protegidas, conservação do solo – água e biodiversidade, saúde e segurança, serviços sociais e conformidades legais e, portanto também são indiretos, pois são determinados com base diferentes de propriedade para propriedade (PEREIRA et. al. 2007).

Quanto à percepção dos produtores quanto aos custos da produção de café pela certificação *UTZ* conforme Valle et.al. (2015) a maior parte dos produtores afirmaram que ao longo prazo a certificação contribuiu para a redução dos custos. Mas cerca de 15% alegam que a certificação aumentou os custos na fazenda.

Corroborando com Pereira et. al. (2007), os maiores custos identificados pelos cafeicultores de acordo com Valle et. al. (2015) é na fase de implementação da certificação, implicando na necessidade de que destes custos serem amortizados ao longo do tempo. O custo de manutenção da certificação são menos impactantes do que os custos de implantação e os custos das auditorias.

Pereira et.al (2007) conclui que a indagação do custo total para ser um produtor de café certificado não apresenta uma resposta direta e única, pois os custos para certificação dependem de uma série de fatores ligados à realidade da propriedade que se pretende certificar; depende do modelo de certificação a ser adotado; depende do estágio de desenvolvimento e grau de sustentabilidade em que se encontram as propriedades, ou seja, de como estão contemplados os fatores ambientais, sociais, econômicos, no momento em que se decide pela certificação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é decorrência de um estudo em andamento e, portanto não apresenta resultados da pesquisa de campo. Todavia, a partir da discussão conceitual foi possível apontar as particularidades do processo de certificação UTZ em busca subsídios para entender o impacto na gestão e nos indicadores de custos na produção de café.

Há alguns entraves que faz com que a conversão de um sistema convencional para o sustentável não ocorra de forma massiva, mesmo que já tenha conquistado uma parcela do mercado, ainda tem muito para se desenvolver e essa prática se tornar mais utilizada. Como principais obstáculos pode se citar a falta de políticas públicas que incentive a produção sustentável, a falta de conhecimento por parte dos cafeicultores e a complexidade de mudança de um sistema para outro que tem muitas regras e exigências, que necessita de um esforço físico e financeiro.

Porém as propriedades que possuem a certificação, de forma geral, têm obtido efeitos positivos. Isto resulta em melhores condições para os trabalhadores, preservação e recuperação do meio ambiente nas propriedades e uma gestão mais profissional dos cafeicultores.

Ainda que o processo de certificação implique em custos iniciais, como foi visto, a gestão estratégica de custos é uma das transformações que a certificação propicia e atua com maior abrangência. Auxiliando o produtor a planejar e controlar os gastos com fertilizantes, colheita e beneficiamento do café, mão de obra utilizada no manejo da lavoura e na implantação de tecnologias, sendo estes os custos que mais impactam a atividade e que devem ser gerenciados. Com uma gestão qualificada, é possível ter uma visão mais ampla do negócio, sendo um diferencial

estratégico, fazendo com que as tomadas de decisões sejam mais assertivas. E, os gastos com a certificação podem ser minimizados pelos benefícios que a cafeicultura sustentável pode conquistar diante das novas preferências e exigências do mercado consumidor.

REFERÊNCIAS

ABIC, Associação Brasileira da Indústria do Café. História. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Norma de Sustentabilidade para a Cadeia do Café – Cafés Sustentáveis do Brasil. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/media/PCS_normasUSTENTABILIDADE.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

ABMR&A, Associação Brasileira de *Marketing* Rural e Agronegócio. 6ª Onda da pesquisa - Perfil comportamental e hábitos de mídias do produtor rural brasileiro, 2013-2014. Disponível em: <<http://www.abmra.org.br/pesquisa.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ALMEIDA, F.C.M. de. **A qualidade do café e as certificações**: sociedade e desenvolvimento rural. Vol.3, Num.1, 2009.

BÓCOLI, Cecília Inês Casagrande; MENDONÇA, José Marcos Angélico de; FILHO, Cláudio Baquião; MENDONÇA Luciana Maria Lopes Vieira. Estudo do perfil de cafeicultores certificados e não certificados. VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil em Salvador, Bahia, nov. 2013. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3549/243_VIII-SPCB-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CANUTO, João Carlos. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia. Organizadora Mariella Camardelli Uzêda. Ilhéus, Bahia. Editora Editus, 2004. 131p.

COSTA, Cássio Henrique Garcia. et. al.. Composição dos custos e margem líquida da cafeicultura nas principais regiões produtoras de café do Brasil. SOBER 47º congresso, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 20 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/560.pdf>> Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Fatores condicionantes da gestão de custos de produção dos cafeicultores do Sul de Minas Gerais. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2012, 16 p. Disponível em:

CAFEICULTURA CONVENCIONAL E SUSTENTÁVEL: uma análise dos custos sob a perspectiva da certificação UTZ – p. 222-240

<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v9/cafe.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

LOPES, Paulo Rogerio. et al. Uma Análise das Consequências da Agricultura Convencional e das Opções de Modelos Sustentáveis de Produção – Agricultura Orgânica e Agroflorestal. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão Araraquara, v.8, n.2, jan./jun. 2014.

MAGLIORINI, Evandir. **Custos análise e gestão**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2012. 290 p.

MARCOMINI, Gilson Rogério. Aspectos econômico-financeiro da produção de convencional e de café especial. Revista Científica da FHO-UNIARARAS, v. 1, n. 1, p.1-13, 2013. Disponível em: <http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.2-007-2011>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MENEZES, Aguiar E. L. et. al. Susceptibilidade de seis cultivares de café arábica às moscas-das-frutas (Diptera: Tephritoidea) em sistema orgânico com e sem arborização em Valença, RJ. Neotropical Entomology, Londrina, v.36, n.2, p.268-273, 2007.

MIZUMOTO, Fabio Matuoka. et al. Pesquisa sobre o perfil do produtor de café do Brasil. Universidade do Café, mar. 2008. Disponível em: < http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Pesquisa_sobre_o_perfil_do_produto_r_de_caf%C3%A9_no_Brasil_20082.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2017.

PEREIRA, Sérgio P, BLISKA, Flávia M.M. BLISKA, GIOMO, Gérson S. Custos e benefícios dos processos de certificação em andamento no Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb_anais/simposio5/p407.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

REVISTA Globo Rural. O novo perfil do produtor rural, set. 2010. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/1_cafeicultura_2016/index.php?tipo=ler&mat=35479&o-novo-perfil-do-produto_r_rual-.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SHANK, John K., GOVINDAJARAN, Vijay. **A revolução dos custos**: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos. Tradução Luiz Orlando Coutinho Lemos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THEODORO, Vanessa Cristina de Almeida. Transição do manejo de lavoura cafeeira do sistema convencional para o orgânico. 2006, 142 f. Tese apresentada como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Agronomia. Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/4153/1/TESE_Transi%C3%A7%C3%A3o%20do%20manejo%20de%20lavoura%20cafeeira%20do%20sistema%20convencional%20para%20o%20org%C3%A2nico>. Acesso em 07 de mar.de 2017.

UTZ. Disponível em: <<https://utz.org/language-landingpage/portuguese/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Código de conduta. *Checklist* para certificação individual. Versão 1.1, s.d.

VALLE, Alice do, et. al. Efeitos da certificação UTZ para os cafeicultores do Brasil. 59 p. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://utz.org/wp-content/uploads/2015/12/2015-Efeitos-da-certificacao-UTZ-no-Brasil-pt.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

XIMENES, F.T. Análise da Coordenação da Cadeia Agroindustrial orientada pela qualidade – o Caso Illy Café. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2007.

CAPITALISMO E SUBJETIVIDADE: Problemas emocionais gerados por valores capitalistas em jovens discentes do ensino superior

SOUZA, Mayara Marques de – Uni-FACEF
GERA, Marcos Silvestre – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre capitalismo, o pensamento que nos vem a mente é mercado de trabalho, tecnologia, mercadorias, consumo, enfim, um pensamento concreto sobre o mesmo. Porém, deixamos de refletir que, além de mercadorias, o capitalismo também produz subjetividades, isto é, ele também produz os modos de relações que o homem deve ter com a sociedade e consigo mesmo, assim como os modos de trabalhar, de conviver, de agir, enfim, de viver, gerando então pessoas consumidas por ideais os quais não lhe pertencem.

A partir do momento em que o homem passa a agir de forma alienada à um ideal ao qual não lhe pertence, o mesmo pode passar a sentir, de forma mais intensa, sintomas emocionais que podem chegar a gerar a depressão! A depressão neste caso passa a ser um sintoma social: "O indivíduo está na sociedade e a sociedade está no indivíduo" (Codo & Sampaio, 1995, p. 89). Quando o homem não é capaz de corresponder aos ideais de vida pregados pelo capitalismo contemporâneo, passa a se sentir culpado e angustiado, resultando em um mal-estar. Ou seja, o homem nesta linha de pensamento, não age mais segundo os seus desejos, mas sim segundo desejos não pertencentes ao mesmo e que podem ser inconscientes, isto é, nem mesmo o próprio sujeito tem consciência desse querer indiferente a ele mesmo.

"(...) As pessoas trabalham, mas não sabem por que trabalham, vivem, mas não sabem por que ou para que viver, pois atuam na vida de forma automática, seguindo impulsos que, como vimos, frequentemente são impulsos ideológicos que constituirão comportamentos ideologicamente determinados" (Moreira, 2002, p.202).

Portanto, este trabalho se pauta na questão dos problemas emocionais em jovens estudantes de ensino superior, de 18 a 25 anos, gerados por valores capitalistas. Isto, devido a alienação, muitas vezes inconsciente destes jovens aos ideais estimulados e administrados pelo capitalismo contemporâneo e reconhecidos como desejos universais em todas as esferas de vida do homem. O objetivo de

estudar os jovens em tal faixa etária é importante pelo fato de que, é nesta idade em que eles começam a lidar realmente com o mercado de trabalho e tomada de decisões sobre o futuro profissional. Ou seja, é nesta faixa etária em que o contato com o dito mundo capitalista se torna mais forte. Para isso, vão ser analisados jovens que trabalham bem como que não trabalham.

A partir do momento em que o capitalismo deixou de produzir apenas mercadorias e passou a produzir subjetividades, ele se tornou um objeto de estudo importante ao se tratar de saúde emocional do ser humano. Por conta disso, o estudo demonstra-se de grande relevância pelo fato da depressão ser considerada o mal do século, além de estar associada a altos índices de incapacitação.

O intuito deste estudo é analisar criticamente o sistema capitalista para compreender a influência e/ou consequência dos ideais, pensamentos e valores do mesmo sobre a saúde emocional de jovens estudantes do ensino superior que trabalham ou não e que pode ocasionar em problemas emocionais. Deste modo, nesse estudo, serão trabalhadas ideias de autores como Zygmunt Bauman, Giovanni Alves, Andrew Solomon, Richard Sennett, ideias as quais fornecerão subsídios para que este trabalho possa obter um resultado rico na compreensão acerca do tema desta pesquisa.

2. VALORES CAPITALISTAS E PROBLEMAS EMOCIONAIS

Os ideais estimulados e administrados pelo capitalismo contemporâneo, são como programadores da vida do homem. Este, é enquadrado a enxergar sua vida de acordo com desejos e propósitos não pertencentes à ele e, ao divergir-se do seu verdadeiro e natural querer, surge o conflito interno e consequentemente a falta de sentido na vida. Viver acaba por se tornar um peso, um estresse diário e um mal-estar e, estes sentimentos de angústia, que trazem o conflito interno, não são bem lidados pelo homem. A falta de significado na vida é um dos componentes dos quadros depressivos e, o capitalismo como produtor de subjetividades, alimenta este quadro de uma forma em que o homem não consegue enxergar.

“(...) a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver (...)” (Bauman Zygmunt, 2010, p. 24).

De acordo com pensadores e espiritualistas do documentário “Innsaei”, o homem cada vez mais, torna-se um ser totalmente desconectado de seu corpo e sua mente, como se vivesse em um corpo sem emoções. Assim como as ideias refletidas pelo psicanalista Christian Dunken em um de seus vídeos chamado “Narcisismo e imagem no capitalismo contemporâneo” ele cita que é importante compreender que, o significado de uma vida bem vivida na sociedade capitalista contemporânea, é uma vida à qual deve-se viver fora de nós mesmos, sem conflitos internos ou mesmo intimidade.

A ideia de felicidade “introjetada” no homem pelos ideais capitalistas que promete felicidade a todo momento através do consumo ou mesmo do trabalho, é a mesma que diz que a infelicidade não pode ser vivenciada, pois neste mundo ideal que pode, seguindo a lógica capitalista, satisfazer todos os “seus” desejos, não existe espaço para conflitos, erros ou mesmo momentos de tristeza. O mundo oferece uma felicidade infinita, por isso não existe tempo para a infelicidade.

“O valor mais característico da sociedade de consumidores, na verdade seu valor supremo, em relação ao qual todos os outros são instados a justificar seu mérito, é uma vida feliz. A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na vida terrena, aqui e agora e a cada “agora” sucessivo. Em suma, uma felicidade instantânea e perpétua. Também é a única sociedade que evita justificar e/ou legitimizar qualquer espécie de infelicidade (exceto a dor infligida aos criminosos como “justa recompensa” por seus crimes) que recusa-se a tolerá-la e a apresenta como uma abominação que merece punição e compensação.” (Bauman Zygmunt, 2008, p. 60)

Assim como Christian Dunken comenta em seu vídeo, a imagem do homem, mesmo não estando ligada ao seu verdadeiro eu, é o que importa na sociedade capitalista. A sua produtividade é o empreendimento de si mesmo assim como uma empresa. O homem se torna uma empresa onde o seu objetivo é investir, cada vez mais, nele mesmo, na sua imagem, no que pode fazer, no que pode ser, no que pode querer, pois esta imagem é que mostra o verdadeiro valor do homem, segundo a lógica dessa sociedade. Esta ideia de imagem faz parte do capitalismo imaterial, do capitalismo como produtor de subjetividades, onde existem objetivos de investimento em uma imagem à qual o homem cria para poder se encaixar na sociedade em que exige rápidas mudanças do homem.

Onde é exigida rápidas mudanças, também é exigido um falso talento e potencial criados pela própria ideia do capitalismo, onde analisa-se a imagem do

homem e o quão disposto ele está a ajustar-se de forma alienada ao próprio sistema. É a partir desta ideia que o homem pode encontrar-se em conflito consigo mesmo e desenvolver a angústia, pois ao sentir que não possui o potencial necessário para o trabalho, também sente-se inferior, não pertencente à sociedade e ao seu trabalho: “Essas qualidades da individualidade ideal são uma fonte de angústia, pois *incapacitam* a massa dos trabalhadores” (SENNETT, Richard, 2016, p.117).

3. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa que será utilizada neste trabalho é a exploratória qualitativa. A escolha da pesquisa qualitativa se deve pelo fato de que, ao tratar-se neste trabalho sobre sintomas e vida emocional do homem, deve-se levar em consideração que é necessária uma compreensão mais profunda acerca do mesmo, afinal, trata-se da subjetividade do ser humano. Deste modo, utilizando-se de tal pesquisa, a compreensão do estudo teórico juntamente com os resultados colhidos nas entrevistas, será mais rica e relevante. Assim como Martins e Bicudo (1994, pág. 54) destacam sobre a pesquisa qualitativa:

“... é a única possibilidade que se tem de obter dados relevantes sobre o mundo-vida do respondente. Ao entrevistar-se uma pessoa, o objetivo é conseguir-se descrições tão detalhadas quanto possível das preocupações do entrevistado. Não é, tal objetivo, produzir estímulos pré-categorizados para respostas comportamentais. As descrições ingênuas situadas, sobre o mundo-vida do respondente, obtidas através da entrevista, são, então, consideradas de importância primária para a compreensão do mundo-vida do sujeito”.

A pesquisa será dividida em duas etapas. Na primeira etapa, o instrumento a ser utilizado para a seleção de jovens será o questionário na forma da escala de Likert. Os questionários serão distribuídos nas salas de último ano de seis diferentes cursos, onde, após respondidos, serão recolhidos para análise das respostas. Será utilizada tal escala para poder analisar de uma melhor forma a intensidade das respostas dos sujeitos. O questionário será formado por perguntas com conteúdos acerca da influência dos valores capitalistas sobre a vida dos sujeitos em pesquisa que, deste modo, visa obter respostas que indiquem o grau de angústia do sujeito.

Após o recolhimento dos questionários, serão selecionados seis sujeitos que tiverem apresentado respostas de intensidade alta em relação ao

sentimento de angústia. Dentre os seis questionários selecionados, todos os sujeitos deverão estar na faixa etária de 18 a 25 anos e, para dar sequência à segunda parte da pesquisa, os que concordarem em participar, deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a finalidade de garantir a privacidade, o sigilo e a autonomia dos participantes.

Na segunda etapa da pesquisa, isto é, após a aplicação dos questionários e selecionados os sujeitos que farão parte, tendo assinado o Termo de Consentimento, o instrumento a ser utilizado será a entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas previamente elaborado. A escolha da entrevista semiestruturada se deve pelo fato de que ela oferece maior liberdade ao sujeito, trazendo a possibilidade do mesmo de apresentar e desenvolver de forma mais completa e intensa, suas idéias e sentimentos acerca do tema que constitui o foco da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas na Clínica de Psicologia do Uni-FACEF, porém, caso necessário, ocorrerão na residência ou em um ambiente de melhor conforto ao sujeito. Para uma melhor coleta de informações, será utilizado um gravador durante a entrevista, isto se o entrevistado tiver concordado e autorizado no Termo de Consentimento.

4. CONCLUSÃO

Espera-se que, ao final deste trabalho, possa-se compreender, através da análise crítica do sistema capitalista e dos resultados das respostas dos entrevistados, a influência e/ou consequência dos ideais, pensamentos e valores do capitalismo sobre a saúde emocional de jovens discentes do ensino superior do último ano do curso.

Deste modo, pretende-se através da aplicação da entrevista semiestruturada em seis diferentes jovens discentes do ensino superior, entender como o sistema capitalista pode atuar de forma a gerar sintomas emocionais que podem chegar a levar o sujeito à depressão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. ***Capitalismo parasitário***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010

CHRISTIAN Dunker: Narcisismo e imagem no capitalismo contemporâneo.

Entrevista com Christian Dunker. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=BkLO-Pb-AJg>>. Acesso em: 09/08/2016.

CODO, W. & SAMPAIO, J. J. C. **Sofrimento Psíquico nas Organizações: Saúde Mental e Trabalho**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

INNSAEI: Uma viagem global em busca de maneiras de nos conectarmos melhor uns com os outros em um mundo tão cheio de distrações. 2016. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/80135273?trackId=14277281&tctx=0%2C0%2C861a3e2f-29b9-4494-a811-d9754e8ca3a2-139225301>>.

MARTINS, Joel & BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia Fundamentos e Recursos Básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1994.

MOREIRA, V. **Personalidade, Ideologia e Psicopatologia Crítica**. São Paulo: Escuta, 2002.

NASCIMENTO, Bárbara. **Mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão em 2016**: OMS alerta que até 2020 mal será a doença mais incapacitante do mundo. 2017. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/mais-de-75-mil-pessoas-foram-afastadas-do-trabalho-por-depressao-em-2016-20913028>>. Acesso em: 12/02/2017.

SENNETT, R. A. **Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS E DEMOGRÁFICAS DA ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA EM DIVERSAS POPULAÇÕES: uma revisão da literatura

CASTAGNOLLI, Octávio Trizolio – Uni-FACEF
CINTRA, Vívian Pedigone – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Alvo de grande importância na carreira médica, a decisão sobre determinada residência poderá acarretar transformações que moldarão a forma como o profissional exercerá sua medicina. Dessa maneira, durante a formação do generalista, a possibilidade de ter contato com áreas da especialização é indispensável, pois poderá confirmar ou excluir o desejo por determinada especialização.

Entre as várias áreas fascinantes da medicina está a Neurologia, especialização detentora de vasto conhecimento, mas que ainda reserva grandes lacunas no saber científico. Dentro dessa realidade, algumas patologias não estão isentas e, entre elas, a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) ou Doença de Lou Gehrig, possui destaque por apresentar várias hipóteses sobre sua fisiopatologia, mas com poucas comprovações científicas.

É relevante o estudo clínico e demográfico de novas populações com ELA, uma vez que novos dados podem acrescentar maiores detalhes à história natural da doença. No entanto, a maioria dos estudos epidemiológicos é realizada na América do Norte e Europa (O'TOOLE *et al.*, 2008). Assim, dada à manifestação devastadora da ELA com enorme impacto sobre os pacientes, familiares, cuidadores e profissionais envolvidos no cuidado da doença, é essencial buscar informações de outras partes do mundo e, por conseguinte, caracterizar novas populações, compreender melhor a distribuição geográfica e possíveis determinantes da doença.

Uma revisão bibliográfica é a melhor forma de contemplar diversos dados sobre a patologia com finalidade de comparar as diferenças clínicas e demográficas entre várias localidades no mundo. Além desse motivo, o presente referencial teórico servirá em um trabalho futuro, onde os dados secundários de 172 pacientes diagnosticados com ELA atendidos e seguidos pelo Hospital das Clínicas e Ribeirão Preto serão organizados e comparados em relação às suas características clínicas e demográficas.

2. OBJETIVOS

O presente estudo tem por objetivo geral a realização de uma revisão bibliográfica sobre as características clínicas, demográficas e epidemiológicas da ELA no Brasil e no mundo.

Especificamente, os dados coletados foram referentes a: 1) Frequência de gênero afetado; 2) Média de idade do início dos sintomas; 3) Frequência da apresentação clínica no início da doença (bulbar ou apendicular).

3. METODOLOGIA

A base de dados utilizada para a pesquisa bibliográfica foi a PubMed, cujos descritores do MeSH foram: *"Amyotrophic Lateral Sclerosis/statistics and numerical data"*, *"Amyotrophic Lateral Sclerosis/classification"* e *"Epidemiologic Study Characteristics as Topic"*. Foi priorizada a leitura de arquivos disponíveis na íntegra e de acesso livre aos usuários do Centro Universitário Municipal de Franca, indexados no período entre 26 de abril de 2007 e 26 de abril de 2017.

Foram recuperados 2535 artigos, a partir dos quais, após análise de seus títulos e resumos, foram escolhidos 82 com delineamento observacional (estudos de caso-controle e estudos de coorte), revisão sistemática ou de meta-análise, realizado em humanos, que mais se aproximaram às necessidades das seguintes seções: 1) Características gerais; 2) Variabilidade clínica e população afetada; 3) Dados epidemiológicos.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

As Doenças do Neurônio Motor (DNM) são síndromes com afecção do sistema motor, envolvendo o neurônio motor superior (NMS) e/ou inferior (NMI). Embora não apresentem cura, atualmente é possível reconhecer tratamentos capazes de melhorar a qualidade de vida ou prolongar a sobrevivência do paciente. Sua

incidência geral pelo mundo é 2/100.000 por ano, com idade média de início entre 55 a 75 anos (MOORE *et al.*, 2008). Sua fisiopatogênese não é esclarecida e muitas hipóteses foram criadas, desde fatores genéticos, exposição a risco neurotóxico, danos físicos ou elétricos, tabagismo até evidências sobre fatores como estresse oxidativo e excitotoxicidade do glutamato (BARBER *et al.*, 2006).

As características de acometimento do NMI incluem hiporreflexia ou arreflexia, hipotonia, hipotrofia ou atrofia, fraqueza muscular e fasciculações. Já o acometimento do NMS envolve sinais como hiper-reflexia, clônus, hipertonia, espasticidade e respostas extensoras. Quando há envolvimento bulbar, os sinais são de disartria e disfagia e, havendo comprometimento respiratório, manifesta-se a falta de ar, a ortopneia e fadiga (MOORE *et al.*, 2008).

Entre as várias patologias que as DNM abrangem, há a Atrofia Muscular Progressiva, que acomete exclusivamente os NMI e representa de 2,5 a 11% das DNM. Manifesta-se na fase adulta e, entre suas manifestações, há fraqueza flácida progressiva, atrofia muscular, fasciculações e hiporreflexia. A fraqueza e a atrofia iniciam-se tipicamente na musculatura distal dos membros, posteriormente disseminando-se ao longo de meses e anos (LIEWLUCK & SAPERSTEIN, 2015).

Entre as formas hereditárias, encontra-se a atrofia muscular bulboespinhal (WANG *et al.*, 2007), mais conhecida como doença de Kennedy, cujo acometimento é exclusivo do NMI. O distúrbio é ligado ao X, manifestando-se habitualmente no sexo masculino, estando associado à repetição trinucleotídica CAG no primeiro éxon do gene receptor androgênico (RHODES *et al.*, 2009). Ela acomete cerca de 1 em 11.000 nascidos vivos. A clínica na fase infantil manifesta-se por fraqueza e paraplegia, enquanto na fase adulta manifesta-se por leve fraqueza proximal e dos músculos bulbares (KOLB & KISSEL, 2015). Outros sintomas frequentemente incluem câibras musculares, tremor, redução ou ausência de reflexos tendinosos profundos e sinais de insensibilidade ao androgênio, como a ginecomastia e a redução da fertilidade. Ademais, os potenciais de ação sensitivos têm amplitudes reduzidas nos membros inferiores (RHODES *et al.*, 2009).

A Esclerose Lateral Primária afeta exclusivamente os NMS, sendo responsável por cerca de 1 a 4% das DNM. Os pacientes apresentam grande variedade de sintomas, mas usualmente a doença cursa com hiper-reflexia, disartria, disfagia e espasticidade. Geralmente, acomete pacientes entre 50 e 60 anos de

idade e, embora os membros inferiores sejam mais comumente acometidos, há o envolvimento frequente dos membros superiores e da região bulbar, cujos sintomas incluem disartria, disfagia e labilidade emocional (STATLAND *et al.*, 2015).

Historicamente denominada paralisia bulbar progressiva, há um grupo de pacientes com DNM de início bulbar, normalmente acometendo mulheres de mais idade, nas quais ocorre anartria rapidamente progressiva, muitas vezes com emotividade proeminente, mas com preservação da função dos membros por muitos meses, ocasionalmente anos (BURRELL; VUCIC; KIERNAN, 2011). Ademais, como há o envolvimento do tronco encefálico, mais especificamente dos nervos glossofaríngeo (9º par), vago (10º par) e hipoglosso (12º par), os sintomas incluem dificuldades na deglutição, disfonia, fraqueza e atrofia dos músculos da face e da língua (MANOLE; FRATTA; HOULDEN, 2014).

A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) apresenta degeneração concomitante dos NMS e NMI, correspondendo a 85% dos casos de DNM, de modo que os dois termos são amplamente utilizados como sinônimos (STATLAND *et al.*, 2015). “Esclerose” é um termo de origem grega que designa “rigidez”, significando endurecimento e cicatrização do tecido. A palavra “lateral” faz referência à área da medula espinal que é afetada pela doença (MORRIS, 2015). “Amiotrofia” é um vocábulo de origem grega que significa “ausência de nutrição ou sustentação muscular” (AEBISCHER; KATO, 2007). Desde o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, essa condição também é conhecida, principalmente nos Estados Unidos, por doença de Lou Gehrig, derivado do nome de um dos mais famosos jogadores de beisebol de todos os tempos que desenvolveu a ELA (MORRIS, 2015).

Essa neuropatia é fatal e caracterizada por paralisia progressiva marcada por sinais de comprometimento do NMS, como espasticidade, hiper-reflexia, hipertonia e clônus devido às alterações patológicas do córtex motor e do trato corticoespinal (OLIVEIRA & PEREIRA, 2009). Envolve também o acometimento simultâneo do NMI, provocando hipotrofia ou atrofia, hipotonia, hiporreflexia ou arreflexia, fraqueza muscular e fasciculações. Havendo envolvimento da musculatura de inervação bulbar, os sintomas são disfonia, disfagia, paresia da musculatura da língua com atrofia e fasciculações, podendo estar associados à labilidade emocional. No desenvolvimento dessa forma da doença, há envolvimento da musculatura respiratória cursando com distúrbio ventilatório restritivo grave,

sendo uma das principais causas da morte do paciente (MITSUMOTO & RABKIN, 2007).

A patologia evolui para o óbito do paciente em todos os casos, em um período de três a cinco anos após o início dos sintomas. Os nervos cranianos, que controlam a visão e os movimentos oculares, e os segmentos sacros inferiores da medula espinal, que controlam os esfíncteres, não são usualmente afetados (HOU & HONG, 2008).

O diagnóstico definitivo de ELA pode ser extremamente difícil, pois não havendo marcadores biológicos de certeza, o diagnóstico baseia-se na avaliação clínica e na eletromiografia (KRAEMER; BUERGER; BERLIT, 2010), de acordo com os critérios estabelecidos pelos consensos de *El Escorial* (BROOKS, 1994; BROOKS *et al.*, 2000) e *Awaji-Shima* (DE CARVALHO *et al.*, 2008). As manifestações iniciais são geralmente focais, comprometendo músculos de regiões diversas, podendo outras doenças como artropatia, mielopatia, radiculopatia, mononeuropatia, neuropatia motora multifocal, endocrinopatia, síndrome pós-poliomielite, toxicidade por metais pesados e síndromes paraneoplásicas, mimetizarem a ELA (MORRIS, 2015; STATLAND *et al.*, 2015).

Várias exposições ambientais e de estilo de vida têm sido estudadas para avaliar o seu possível papel na etiologia da ELA, embora os estudos tenham proporcionado resultados heterogêneos (LACORTE *et al.*, 2016). Essa heterogeneidade pode ser devido à dificuldade intrínseca de se concentrar em uma exposição ambiental específica, com a grande variabilidade no tempo e espaço de cada exposição ambiental e possíveis interações gene-ambiente que resultam em um efeito de gatilho sobre indivíduos suscetíveis (LACORTE *et al.*, 2016).

O papel potencial de vários metais pesados como o chumbo, o selênio, o mercúrio, o cádmio e o ferro, como contribuintes para mecanismos moleculares que levam à degeneração dos neurônios motores tem sido amplamente explorado, mas apenas parcialmente caracterizado (TROJSI; MONSURRO; TEDESCHI, 2013). A exposição residencial e ocupacional aos campos eletromagnéticos e aos choques elétricos tem sido investigada como possível fator de risco para ELA. Apesar dos resultados encorajadores iniciais, evidências recentes tendem a negar essa hipótese (SEELEN *et al.*, 2014; VERGARA; MEZEI; KHEIFETS, 2015; ZHOU *et al.*, 2012).

A exposição ao aminoácido neurotóxico β -N-metilamino-L-alanina (BMAA) pode desempenhar algum papel em processos neurodegenerativos

(BOZZONI *et al.*, 2016). BMAA é produzido por cianobactérias que têm sido detectadas em diversos ambientes terrestres e aquáticos em todo o mundo. Uma concentração de BMAA considerável está presente nas sementes de cicadáceas (*Cycas micronesica*), usados pela população indígena da ilha de Guam (abordado posteriormente) para produzir farinha. A hipótese de que o BMAA possa ter papel nas doenças neurodegenerativas foi inicialmente baseada em relatos de taxas elevadas de ELA entre os chamorros na ilha de Guam. Embora exista alguma evidência *in vivo* que valide suas propriedades neurotóxicas, a evidência epidemiológica é substancialmente escassa e outras investigações são necessárias para confirmar o papel do BMAA na ELA esporádica em todo o mundo (BOZZONI *et al.*, 2016).

O interesse pelos pesticidas cresceu após a observação de um aumento da incidência de ELA entre veteranos da Guerra do Golfo, ainda que na ausência de evidências epidemiológicas suficientes sobre essa população. Na verdade, uma maior incidência de doenças neurodegenerativas entre indivíduos de áreas rurais, como a doença de Parkinson e a ELA, está documentada na literatura (BONVICINI *et al.*, 2010; BRECKENRIDGE *et al.*, 2016; MORAHAN; PAMPHLETT, 2006).

Vários estudos relataram um aumento do risco de ELA em ex-atletas, principalmente jogadores de futebol e em indivíduos expostos a atividades físicas ocupacionais. A associação observada tem sido atribuída a um aumento da exposição a ferimentos de repetição (BEGHI, 2013), trauma (PIAZZA; SIREN; EHRENREICH, 2004), uso extensivo de drogas e/ou suplementos alimentares (BEGHI, 2013), produção excessiva de espécies reativas de oxigênio (HARWOOD; MCDERMOTT; SHAW, 2009), excitotoxicidade do glutamato, causada pela estimulação excessiva do glutamato consequente ao exercício vigoroso (HARWOOD *et al.*, 2009) ou, mais recentemente, a um fenótipo comum, ou seja, aqueles que têm uma predisposição atlética, elevada aptidão física juntamente com baixo índice de massa corpórea e redução do risco cardiovascular, também poderiam ser portadores de uma predisposição genética para a ELA (TURNER, 2013).

4.2. Variabilidade Clínica e População Afetada

Embora a doença evolua até as condições descritas acima, há certa variabilidade fenotípica, especialmente no que se refere ao local de início dos sintomas. A manifestação inicial apendicular ocorre em 70-80% dos casos, bulbar

em 20- 25%, torácica em 1-5% e generalizada em 1-9% (KIERNAN *et al.*, 2011). Por outro lado, um trabalho da universidade de Torino realizou coleta de dados prospectiva de 1995 a 2004 com 1260 pacientes italianos, correlacionando o perfil evolutivo e a heterogeneidade fenotípica. O fenótipo mais frequente foi a forma bulbar, seguido pela forma clássica com incidência de 1,2 em homens e 0,9 em mulheres (CHIÒ *et al.*, 2010).

Menos frequentes, embora não raras, estão as apresentações de acometimento isolado dos NMS e NMI (KIERNAN *et al.*, 2011). Existem ainda formas atípicas de apresentação, seja de maneira generalizada, como perda de peso, seja de forma focal, como câibras e fasciculações sem fraqueza muscular (KIERNAN *et al.*, 2011).

Além das complicações musculares e respiratórias da ELA, comprovando ainda mais a variabilidade fenotípica da doença, alguns pacientes podem apresentar um afeto pseudobulbar, caracterizado por riso ou choro excessivo com um mínimo de estímulo (STATLAND *et al.*, 2015). Alterações cognitivas e comportamentais são descritas em até 50% dos pacientes com ELA (RAAPHORST *et al.*, 2010). Com relação às mudanças de comportamento, a apatia e o aumento do autocentrismo são relatados em 50% ou mais dos pacientes com ELA (GROSSMAN *et al.*, 2007; GIBBONS *et al.*, 2008). Embora tais alterações sejam tipicamente observadas no espectro da degeneração frontotemporal, uma menor porcentagem de pacientes preenche os critérios de diagnóstico para a demência frontotemporal (DFT) (GIORDANA *et al.*, 2011).

O tempo de início e o padrão dos sintomas cognitivos do complexo ELA/DFT não são precisamente definidos. Aparentemente, pacientes com ELA podem desenvolver DFT em qualquer período durante o curso da doença (GIORDANA *et al.*, 2011). Dessa forma, embora a ELA seja considerada doença pura do neurônio motor, há evidências de haver associação da ELA com demência em uma frequência muito maior que a encontrada na população geral, mais do que seria observada ao acaso (GIORDANA *et al.*, 2011).

Ademais, é importante mencionar a existência da chamada “ELA do Pacífico Oeste”, mais precisamente na Ilha de Guam, 2.400 km ao sul do Japão e 2.000 km a leste das Filipinas, a maior das Ilhas Marianas. A população dos Chamorros apresenta quadro clínico indistinguível daquele encontrado em outros países, mas frequentemente encontra-se associada a algumas características

clínicas e anatomopatológicas de parkinsonismo e demência tipo Alzheimer, as quais foram denominadas complexo parkinsonismo-demência (LEE, 2011).

Existe certa variabilidade na idade média do início dos sintomas entre diferentes populações, cuja média de idade varia entre 54 a 67 anos (LUI, CUI, FAN, 2014; SHAHRIZAILA *et al.*, 2016). A média de idade brasileira é de 54,9 anos (PRADO LDE *et al.*, 2016), na Europa e Nova Zelândia é encontrada uma variação entre 63 e 65 anos e, na América do Norte, a média é de 59 anos (MARIN, *et al.*, 2016; GODEIRO *et al.*, 2009).

Os homens são ligeiramente mais afetados do que as mulheres e a faixa média de sobrevida após o diagnóstico é de três a cinco anos (MORRIS, 2015). O tempo médio de sobrevivência apresenta relação com o início de apresentação da doença, sendo que na forma bulbar há prognóstico de 2 a 3 anos até a afecção do sistema respiratório, e de 3 a 5 na forma apendicular (LOGROSTINO *et al.*, 2008).

4.3. Dados Epidemiológicos

As pesquisas mostram que existem variações geográficas da ELA, revelando diferentes prevalências e incidências ao redor do globo. Sua incidência se dá por volta dos valores de 0,3 a 3,6/100.000 pessoas/ano, variando de 0,3:100.000 habitantes/ano na China, 0,5/100.000 em Belgrado, Iugoslávia (CHIÒ, 2013) até 3,9:100.000/ano na Ilha de Guam e na península de Kii (BEGHI *et al.*, 2007) no Japão. Já a prevalência varia entre 1,0 e 11,3/100.000 habitantes. Na Europa, varia de 1,1/100.000 pessoas na Iugoslávia para 8,2/100.000 nas Ilhas Faroé (CHIÒ, 2013). A grande exceção está localizada no sul do Japão (penínsulas de Kii e Honshu), que apresenta uma prevalência de 150:100.000 habitantes (BEGHI, 2007).

A prevalência da ELA esporádica no Brasil é de 6/100.000 habitantes e a incidência está entre os valores de 1,5 a 2/ 100.000 habitantes por ano (CHIÒ, *et al.*, 2010). O estudo de Linden-Junior *et al.* (2013) encontrou-prevalência de 5,0 casos por 100.000 habitantes em Porto Alegre, número similar ao relatado no sudeste da Inglaterra (4,91/100.000), mas superior ao encontrado na cidade de Jefferson nos Estados Unidos (3,9/100.000) (TURABELIDZE *et al.*, 2008), na Columbia Britânica, Canadá (3,29/100.000) (GOLBY *et al.*, 2016), e em Modena, Itália (2,8/100.000) (GEORGOULOPOULOU *et al.*, 2011, ABHINAV *et al.*, 2007) .

Foi relatado aumento significativo nas taxas de incidência média anual de ELA na década de 1991–2000 em comparação com os anos compreendidos entre 1971 e 1980 na ilha de Sardenha, Itália (GIAGHEDDU *et al.*, 2013). No Brasil, o número absoluto de morte devido a ELA aumentou na cidade de São Paulo em função do ano (47 em 2002, 84 em 2006), refletindo diretamente aumento das taxas de mortalidade (0,44/100.000 em 2002 e 0,76/100.000 habitantes em 2006) (MATOS *et al.*, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados de prevalência e incidência mundiais diferem entre regiões, embora América do Sul e África não tenham muitos registros de grandes coletâneas e necessitem de mais estudos. A apresentação clínica inicial, a média da idade de início dos sinais e sintomas da doença e o tempo de sobrevida após o diagnóstico sofrem grande variabilidade intra e interpaíses, com destaque para os estudos brasileiros que apontam maior precocidade do início da doença.

REFERÊNCIAS

ABHINAV, K. *et al.* **Amyotrophic lateral sclerosis in South-East England: a population-based study. The South-East England register for amyotrophic lateral sclerosis (SEALS Registry).** Neuroepidemiology, v. 29, n. 1-2, p. 44-8, 2007.

AEBISCHER, P.; KATO, A. C. **Playng defense against Lou Gehrig's disease.** Sci Am, v. 297, n. 5, p. 86-93, Nov 2007.

BEGHI, E. **Are professional soccer players at higher risk for ALS?** Amyotroph Lateral Scler Frontotemporal Degener, v. 14, n. 7-8, p. 501-6, Dec 2013.

BONVICINI, F. *et al.* **Exposure to pesticides and risk of amyotrophic lateral sclerosis: a population-based case-control study.** Ann Ist Super Sanita, v. 46, n. 3, p. 284-7, 2010.

BOZZONI, V. *et al.* **Amyotrophic lateral sclerosis and environmental factors.** Funct Neurol, v. 31, n. 1, p. 7-19, Jan-Mar 2016.

BRECKENRIDGE, C. B. *et al.* **Association between Parkinson's Disease and Cigarette Smoking, Rural Living, Well-Water Consumption, Farming and**

Pesticide Use: Systematic Review and Meta-Analysis. PLoS One, v. 11, n. 4, p. e0151841, 2016.

BROOKS, B. R. *et al.* **El Escorial revisited: revised criteria for the diagnosis of amyotrophic lateral sclerosis.** Amyotroph Lateral Scler Other Motor Neuron Disord, v. 1, n. 5, p. 293-9, Dec 2000.

BROOKS, B. R. **El Escorial World Federation of Neurology criteria for the diagnosis of amyotrophic lateral sclerosis.** Subcommittee on Motor Neuron Diseases/Amyotrophic Lateral Sclerosis of the World Federation of Neurology Research Group on Neuromuscular Diseases and the El Escorial "Clinical limits of amyotrophic lateral sclerosis" workshop contributors. J Neurol Sci, v. 124 Suppl, p. 96-107, Jul 1994.

BURRELL, J. R.; VUCIC, S.; KIERNAN, M. C. **Isolated bulbar phenotype of amyotrophic lateral sclerosis.** Amyotroph Lateral Scler, v. 12, n. 4, p. 283-9, Jul 2011.

CHANCELLOR AM, *et al.* **The prognosis of adult-onset motor neuron disease: a prospective study based on the Scottish Motor Neuron Disease Register.** J Neurol 1993, 240:339-346

CHIÒ A, *et al.* **Global Epidemiology of Amyotrophic Lateral Sclerosis: A Systematic Review of the Published Literature.** Neuroepidemiology 2013;41:118-130

DE CARVALHO, M. *et al.* **Electrodiagnostic criteria for diagnosis of ALS.** Clin Neurophysiol, v. 119, n. 3, p. 497-503, Mar 2008.

GEORGOULOPOULOU E, *et al.* **Changing incidence and subtypes of ALS in Modena, Italy: A 10-years prospective study.** Amyotrophic Lateral Sclerosis, 2011; 12: 451–457

GIAGHEDDU, M. *et al.* **Amyotrophic lateral sclerosis in Sardinia (Italy): epidemiologic features from 1957 to 2000.** Acta Neurol Scand, v. 127, n. 4, p. 251-9, Apr 2013.

GIBBONS ZC, *et al.* **Behaviour in amyotrophic lateral sclerosis.** Amyotroph Lateral Scler.; v.9, n.2, p.67-74. Abr 2008

GIORDANA, M. T. *et al.* **Dementia and cognitive impairment in amyotrophic lateral sclerosis: a review.** Neurol Sci, v. 32, n. 1, p. 9-16, Feb 2011.

GOLBY, R, *et al.* **Five-Year Incidence of Amyotrophic Lateral Sclerosis in British Columbia.** Canadian Journal of Neurological Sciences / Journal Canadien Des Sciences Neurologiques, 43(6), 791-795. doi:10.1017/cjn.2016.280

GROSSMAN M, *et al.* **Distinct antemortem profiles in patients with pathologically defined frontotemporal dementia.** Arch Neurol. 2007 Nov;64(11):1601-9.

HARWOOD, C. A.; MCDERMOTT, C. J.; SHAW, P. J. **Physical activity as an exogenous risk factor in motor neuron disease (MND): a review of the evidence.** Amyotroph Lateral Scler, v. 10, n. 4, p. 191-204, Aug 2009.

HOU L1, HONG T. **Stem cells and neurodegenerative diseases.** Sci China C Life Sci.; v.51, n.4, p.287-94. Mar 2008

KIERNAN, M. C. *et al.* **Amyotrophic lateral sclerosis.** Lancet, v. 377, n. 9769, p. 942-55, Mar 12 2011.

KOLB SJ, KISSEL JT. **Spinal Muscular Atrophy.** Neurol Clin.; v.33, n.4, p. 831-46. Nov 2015.

KRAEMER, M.; BUERGER, M.; BERLIT, P. **Diagnostic problems and delay of diagnosis in amyotrophic lateral sclerosis.** Clin Neurol Neurosurg, v. 112, n. 2, p. 103-5, Feb 2010.

LACORTE, E. *et al.* **Physical activity, and physical activity related to sports, leisure and occupational activity as risk factors for ALS: A systematic review.** Neurosci Biobehav Rev, v. 66, p. 61-79, Apr 21 2016.

LEE, S. E. **Guam dementia syndrome revisited in 2011.** Curr Opin Neurol, v. 24, n. 6, p. 517-24, Dec 2011.

LIEWLUCK T, SAPERSTEIN DS. **Progressive Muscular Atrophy.** Neurol Clin.; v.33, n.4, p.761-73. Nov 2015

LINDEN-JUNIOR, E. *et al.* **Prevalence of amyotrophic lateral sclerosis in the city of Porto Alegre, in Southern Brazil.** Arq Neuropsiquiatr, v. 71, n. 12, p. 959-62, Dec 2013.

LOGROSCINO G, *et al.* **Descriptive epidemiology of amyotrophic lateral sclerosis: new evidence and unsolved issues.** J Neurol Neurosurg Psychiatry 2008, 79:6-11.

MANOLE, A.; FRATTA, P.; HOULDEN, H. **Recent advances in bulbar syndromes: genetic causes and disease mechanisms.** Curr Opin Neurol, v. 27, n. 5, p. 506-14, Oct 2014.

MATOS, S. E. *et al.* **Mortality rates due to amyotrophic lateral sclerosis in Sao Paulo City from 2002 to 2006.** Arq Neuropsiquiatr, v. 69, n. 6, p. 861-6, Dec 2011. ISSN 1678-4227 (Electronic)

MITSUMOTO H, RABKIN JG. **Palliative care for patients with amyotrophic lateral sclerosis: "prepare for the worst and hope for the best".** JAMA; v. 298, n.2, p. 207-16. Jul 2007.

MOORE C, *et al.* **Oxidative stress in ALS: a mechanism of neurodegeneration and a therapeutic target.** Biochim Biophys Acta 2006; 1762: 1051–67.

MORAHAN, J. M.; PAMPHLETT, R. **Amyotrophic lateral sclerosis and exposure to environmental toxins: an Australian case-control study.** Neuroepidemiology, v. 27, n. 3, p. 130-5, 2006.

MORRIS, J. **Amyotrophic Lateral Sclerosis (ALS) and Related Motor Neuron Diseases: An Overview.** Neurodiagn J, v. 55, n. 3, p. 180-94, Sep 2015.

O'Toole O, Traynor BJ, Brennan P *et al* (2008) **Epidemiology and clinical features of amyotrophic lateral sclerosis in Ireland between 1995 and 2004.** J Neurol Neurosurg Psychiatry 79:30–32

OLIVEIRA AS, PEREIRA RD. **Amyotrophic lateral sclerosis (ALS): three letters that change the people's life. For ever.** Arq Neuropsiquiatr.; v.67, n.3A, p. 750-82. Set 2009.

PIAZZA, O.; SIREN, A. L.; EHRENREICH, H. **Soccer, neurotrauma and amyotrophic lateral sclerosis: is there a connection?** Curr Med Res Opin, v. 20, n. 4, p. 505-8, Apr 2004.

PRADO LDE, G. *et al.* **Amyotrophic lateral sclerosis in Brazil: Case series and review of the Brazilian literature.** Amyotroph Lateral Scler Frontotemporal Degener, v. 17, n. 3-4, p. 282-8, 2016.

RAAPHORST J, *et al.* **Prose memory impairment in amyotrophic lateral sclerosis patients is related to hippocampus volume.** Eur J Neurol. v. 22, n.3, p. 547-54. Dec 2015

RHODES, L. E. *et al.* **Clinical features of spinal and bulbar muscular atrophy.** Brain, v. 132, n. Pt 12, p. 3242-51, Dec 2009.

SEELLEN, M. *et al.* **Residential exposure to extremely low frequency electromagnetic fields and the risk of ALS.** Neurology, v. 83, n. 19, p. 1767-9, Nov 4 2014.

STATLAND, J. M. *et al.* **Patterns of Weakness, Classification of Motor Neuron Disease, and Clinical Diagnosis of Sporadic Amyotrophic Lateral Sclerosis.** Neurol Clin, v. 33, n. 4, p. 735-48, Nov 2015.

TROJSI, F.; MONSURRO, M. R.; TEDESCHI, G. **Exposure to environmental toxicants and pathogenesis of amyotrophic lateral sclerosis: state of the art and research perspectives.** Int J Mol Sci, v. 14, n. 8, p. 15286-311, 2013.

TURABELIDZE, G. *et al.* **An epidemiologic investigation of amyotrophic lateral sclerosis in Jefferson County, Missouri, 1998-2002.** Neurotoxicology, v. 29, n. 1, p. 81-6, Jan 2008.

TURNER, M. R. **Increased premorbid physical activity and amyotrophic lateral sclerosis: born to run rather than run to death, or a seductive myth?** J Neurol Neurosurg Psychiatry, v. 84, n. 9, p. 947, Sep 2013.

VERGARA, X.; MEZEI, G.; KHEIFETS, L. **Case-control study of occupational exposure to electric shocks and magnetic fields and mortality from amyotrophic lateral sclerosis in the US, 1991-1999.** J Expo Sci Environ Epidemiol, v. 25, n. 1, p. 65-71, Jan 2015.

WANG CH, *et al.* **Consensus statement for standard of care in spinal muscular atrophy.** J Child Neurol, v. 22, n. 8, p. 1027–1049, ago. 2007. Disponível em <<http://jcn.sagepub>

ZHOU, H. *et al.* **Association between extremely low-frequency electromagnetic fields occupations and amyotrophic lateral sclerosis: a meta-analysis.** PLoS One, v. 7, n. 11, p. e48354, 2012.

CARACTERIZAÇÃO PSICOLÓGICA DOS ESTUDANTES FRENTE A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL I PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II

FACCIROLI, Bruna Ferracine – Uni-FACEF
BORGES, Karolaine C. – Uni-FACEF
MELETI, Natalya Feliciano – Uni-FACEF
CARRIJO, Rafaela Andrade – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A transição de alunos do ensino fundamental I para o ensino fundamental II resulta em muitas implicações emocionais e educacionais para o estudante. Esta fase da vida, em si, já traz grandes mudanças para o indivíduo, seja em questões físicas e hormonais, que acaba afetando outras áreas, como as emoções e o rendimento escolar. Entretanto, outro fator a ser pensado é na transição imposta pelo sistema educacional brasileiro, onde o aluno passa do ensino fundamental I, que vai até o quinto ano, para o ensino fundamental II, que inicia no sexto ano e vai até o nono ano. Essa transição acarreta mudanças tanto no sistema de ensino e na grade curricular quanto na própria escola em si, já que a maioria das escolas brasileiras são divididas de acordo com os níveis educacionais, havendo escolas de ensino fundamental I, ensino fundamental II, ensino médio e ensino superior. Portanto, deixar o ensino fundamental I e iniciar o ensino fundamental II também acarreta mudança de escolas, o que consequentemente acarreta mudança de amigos, companheiros de turmas, professores e funcionários da escola. Todos esses fatores influenciam o desempenho escolar e o bem-estar dos alunos frente a este ambiente que é frequentado diariamente pelos estudantes.

O objetivo do presente artigo é investigar as causas e os efeitos psicológicos nos estudantes mediante a transição do ciclo fundamental I para o fundamental. Neste sentido, visa também investigar e analisar como foi para o aluno realizar essa transição, tanto em questões emocionais como educacionais. Por fim, explorar como o estudante se sentiu frente a esta mudança e à escola que ele fora transferido.

O que impulsionou a elaboração deste trabalho foi entender esta transição de ciclo educacional, por ser um tema bastante instigante, já que é notável a dificuldade do aluno em se adequar a este novo ambiente, com novos companheiros

de turma e novos professores, o que acaba trazendo consequências para o próprio estudante. A importância de estudar e explorar este tema mais profundamente faz-se necessário, já que é um aspecto que deve ser levado em conta quando se trabalha em escolas, sendo professor ou outro profissional ligado à educação.

Nesta pesquisa, utilizamos como instrumento questionários aplicados em 74 estudantes do sexto ano de uma escola estadual da cidade de Franca, situada no estado de São Paulo, onde eram constituídos de dez perguntas, sendo elas sete de múltipla escolha e três abertas. Foi questionado acerca de como eles se sentiam na escola de ensino fundamental I, como foi o processo de mudança para a escola de ensino fundamental II e quais os sentimentos despertados por esta transição. Além disso, foi questionado como eles se sentiam na escola atual, tanto nos relacionamentos com os colegas de sala como com os professores e as matérias ministradas.

2. REORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A educação brasileira é regulamentada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), que define os princípios orientadores da organização de programas educacionais. Segundo o Ministério da educação as crianças brasileiras têm que frequentar a escola no mínimo por nove anos, e com isso a educação é dividido em três níveis: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. A educação tem como base o ensino fundamental, que é dividido em duas fases como: Ensino Fundamental I e Ensino fundamental II. Durante o Ensino Fundamental I, cada grupo de alunos geralmente é assistido por um único professor. Já no Ensino Fundamental II, há tantos professores como disciplinas.

O Conselho Federal de Educação define uma grade curricular constituída de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes e Educação Física (do 1º ao 5º ano). A partir do 6ª ano as línguas inglesa e espanhola também foram adicionadas. Algumas escolas também incluem informática como uma matéria.

Segundo Secretaria da Educação (2016), A partir desta divisão por ciclos pospostos pelo Ministério da Educação foram implantadas as escolas a Reorganização Escolar. Que consiste na divisão das escolas por ciclo, algumas

unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; e outras adolescentes de 11 a 14 anos; outras são exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos.

A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, visa oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens.

As escolas que oferece apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores. Entre os benefícios da medida também está à redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes.

E esta familiarização com o contexto atual da escola ajuda na aprendizagem do aluno, segundo Vygotsky (1998, 2001, 2004) o meio social em que o indivíduo está inserido e por meio desta mediação, o indivíduo é ajudado na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento.

É um processo pelo qual o indivíduo adquire informações habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente. Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (obuchenie) significa algo como “processo de ensino aprendizagem”, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas. (OLIVEIRA,1995, p.57).

Com base no aluno que está no ensino fundamental I para aquele que vai para outra escola do ensino fundamental II, foi proposto uma “distância”, já que a ideia é transferir os estudantes para escolas que ficam, no máximo, a 1,5 quilômetros de distância das quais os alunos frequentam atualmente.

Entretanto, esse processo é feito gradualmente até atingir o que está nos resultados do Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (INDESP), que mostra que o desempenho dos alunos tende a ser melhor quando está na mesma faixa etária. Entretanto, para que isso ocorra com êxito, é preciso um trabalho intenso de profissionais na área da educação em conjunto com o aluno. (Secretaria da Educação, 2016).

3. A TRANSIÇÃO DA TERCEIRA INFÂNCIA PARA A ADOLESCÊNCIA

Uma grande transformação que se percebe nessa fase da vida, por volta dos onze anos, é deixar-se de ser criança e tornar-se adolescente. Esta mudança no desenvolvimento normal do ser humano acontece simultaneamente com a transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, ou seja, do quinto para o sexto ano. Portanto, não modifica apenas a maneira como a escola se organiza, mas também a maneira como o estudante pensa, julga e se relaciona. Neste contexto, é importante considerar os estágios de desenvolvimento de cada faixa etária, tanto do aluno do Ensino Fundamental I quanto do Ensino Fundamental II.

Tratando da questão cognitiva, o estudante do ensino fundamental I ainda encontra-se no estágio que Piaget chama de Operacional-Concreto. Neste estágio, a criança conquista a capacidade de estabelecer relações e realizar operações mentais, conseguindo, por exemplo, realizar contas mentalmente. Entretanto, ela ainda necessita de algo que esteja presente no seu espaço aqui e agora, trabalhando apenas situações que sejam possíveis de serem manipuladas e imaginadas concretamente. Papalia e Feldman (2013, p. 324) afirmam:

Por volta dos 7 anos, segundo Piaget, as crianças atingem o estágio operatório-concreto, em que fazem uso de operações mentais para resolver problemas concretos (reais). As crianças podem pensar logicamente porque conseguem levar em conta os vários aspectos de uma situação. Entretanto, a maneira de pensar delas é ainda limitada a situações reais no aqui e no agora.

As crianças que se encontram nesse estágio têm capacidade de pensamento espacial, podendo se deslocar de um local conhecido para outro sem grandes dificuldades. Também têm capacidade de categorização, conseguindo classificar objetos em categorias. Outra característica presente é a capacidade de seriação e inferência transitiva, como por exemplo organizar um grupo de objetos do menor para o maior e inserir um objeto de tamanho médio no lugar correto. A capacidade de raciocínio indutivo e dedutivo também faz parte deste estágio, assim como a de conservação, na qual as crianças conseguem afirmar que uma bola de massinha tem a mesma quantidade de massa se for enrolada e mudar seu formato. Por último mas não menos importante, as crianças também têm capacidade cognitiva para trabalhar com números e matemática, sendo capaz de fazer contas

de cabeça, somar contanto em ordem crescente e criar problemas simples (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

No ensino fundamental II, os alunos já estão em outro estágio cognitivo proposto por Piaget, o estágio Operatório-Formal, no qual já consegue raciocinar sobre hipóteses, conseguindo trabalhar com conceitos abstratos e executar operações mentais lógicas. Segundo Papalia e Feldman (2013, p. 404):

Os adolescentes entram no que Piaget chamou de o nível mais alto de desenvolvimento cognitivo – o operatório-formal – quando desenvolvem a capacidade de pensar em termos abstratos. Esse desenvolvimento, que geralmente ocorre por volta dos onze anos, lhes proporciona uma maneira mais flexível de manipular informação. [...]

O estudante, neste estágio, já é capaz de entender o tempo histórico e o espaço, além de utilizar símbolos como representação de algo, podendo compreender metáforas e alegorias. Nesta fase, já é possível trabalhar com equação na matemática, onde ele pode compreender que o X significa um número desconhecido, além de trabalhar melhor a interpretação de textos, interpretando a intenção do autor ao utilizar metáforas. Por ter a capacidade de entender o tempo histórico, há maior foco na disciplina de história, a qual no ensino fundamental I até então não era uma disciplina tão trabalhada. A questão de separação das disciplinas também demonstra que o ensino fundamental II leva em conta essa maior capacidade de cognição do aluno.

Tratando agora da questão de relacionamentos, as crianças do ensino fundamental I mantém um grupo de amigos; essas amizades se estruturam conforme localização da moradia, escola em que estudam, raça ou etnia e nível socioeconômico. A amizade, portanto, surge espontaneamente, havendo similaridade entre esses pontos.

As crianças se beneficiam em fazer coisas com seus pares. Elas desenvolvem habilidades necessárias à socialização e à intimidade, e adquirem um senso de afiliação. São motivadas a realizar coisas, além de adquirirem um senso de identidade. Aprendem habilidades de liderança e comunicação, cooperação, papéis e regras. (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 368)

Portanto, nesta fase da vida, essas relações com seus pares têm grande importância e influência em sua vida, embora não seja um relacionamento

semelhante ao que acontece na adolescência, período que inicia no ensino fundamental II.

O relacionamento que os adolescentes têm uns com os outros se configura um tanto diferente do relacionamento das crianças do ensino fundamental I. É nas amizades que os adolescentes encontram afeto, acolhimento, compreensão e orientação moral. Essas relações servem de lugar para experimentação e para conquistar autonomia e independência dos pais (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

[...] À medida que as crianças passam para a adolescência, o sistema social de pares torna-se mais elaborado e mais diverso. Embora os adolescentes continuem a ter amizades pessoais, as panelinhas – grupos estruturados de amigos que fazem as coisas juntos – tornam-se mais importantes. Um tipo de agrupamento maior, as turmas, que normalmente não existem antes da adolescência, baseiam-se não nas interações pessoais, mas na reputação, imagem ou identidade. (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 441)

Nas escolas de ensino fundamental II, é visível os grupos e as turmas, diferentemente das escolas de ensino fundamental I, já que nestas os alunos se relacionam com seus pares.

Outro ponto importante que está presente na vida do adolescente é a busca por relacionamentos amorosos, a qual há a busca por um parceiro, aparecendo no início pela interação com pessoas do sexo oposto, no caso de adolescentes heterossexuais.

Todos esses pontos, tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o emocional e os relacionamentos influenciam e afetam na maneira como cada indivíduo se vê e se comporta, interferindo, inclusive, no processo ensino-aprendizagem.

4. DISCUSSÃO

O significado da palavra transição de acordo com o dicionário InFormal (2010) compreende “a mudança de uma forma para outra, ou uma passagem ou movimento”. Tal significado abarca o que ocorre na passagem dos estudantes do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental. É evidente as diferenças entre as duas séries, tais como os objetivos, organização didática, a relação professor-aluno, os procedimentos, indisciplina, a quantidade de matérias e professores, estruturas físicas, dificuldade de aprendizagem, evasão e retenção, entre outros, podendo

causar efeitos de ordem emocional nos estudantes. Em um contexto social, o início do estudante no 6º ano representa crescimento, a conquista de nova identidade, mas também pode promover ao medo do novo e desconhecido.

Todas as mudanças que ocorrem nesse período acontecem concomitantemente com a socialização dos alunos e também mudanças físicas e hormonais. A escola faz o papel de socializar o conhecimento voltado para as relações, para o seu crescimento, tornando possível a sua interação na sociedade como cidadãos autônomos e conscientes de sua atuação social. Contudo, os estudantes se encontram no 6º ano e tem por volta de 11 anos, idade esta que coincide com a puberdade, ou seja, início da adolescência. Para Bossa “a adolescência é uma fase singular da vida devido à ocorrência simultânea de um conjunto de mudanças evolutivas na maturação física, no ajustamento psicológico e nas relações sociais”. (1998, p. 227). Tais alterações físicas e emocionais podem intensificar os efeitos da transição vivenciada por eles.

5. DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Nesse contexto, existem muitas variáveis que contribuem para a dificuldade do estudante em aprender. Um dos principais pontos é a organização, pelo fato do aumento das grades curriculares, logo o aumento do conteúdo, dos deveres de casa e de trabalhos de matérias distintas, também pelo número de professores e como os mesmos agem e ensinam cada sala e aluno. Que certamente, contribuem para as mudanças na vida do indivíduo que começa a frequentar o 6º ano, além de todos outros problemas que podem estar acontecendo em sua vida particular.

Todos esses aspectos relacionados à transição da 4ª para a 5ª série, não encerram a problemática. Antes, torna evidente uma realidade que, muitas vezes, é camuflada ou confundida com outros problemas mais emergentes da escola, sobretudo, a pública. (HAUSER, 2007, p. 20).

Outras variáveis que podem ser encontradas e que dizem respeito a extensos e complexos fatores, abrangem áreas psicológicas, socioculturais, econômicos, pedagógicos, familiares e do problema e dificuldade da aprendizagem em si.

Abordando as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos de 5ª série há a necessidade de analisar a fase de mudanças constantes pelas quais enfrentam, a fim de clarificar que a dificuldade de aprendizagem não se dá de maneira isolada, mas abrangendo uma série de fatores que inviabilizam a assimilação e retenção das informações. (GUSMÃO. 2001, p.8).

Além dos problemas que são voltados para o social, há questões pessoais, emocionais e comportamentos dentre os quais podem ser citados a ansiedade, a imaturidade, a autoestima, autoconfiança, aceitação social, entre outras. Gusmão (2001, p. 9) afirma que: “O conflito vivenciado pelo aluno interfere notoriamente não só no desenvolvimento da inteligência (processo de assimilação e acomodação), bem como nos aspectos da personalidade (estruturais e dinâmicos)”.

O processo de conhecimento que vai se criando, vai gradualmente se interligando com o conhecimento anterior e se alterando, negando e se superando até a formação de um conhecimento mais complexo. Logo, a aprendizagem vem com as modificações que vem com uma ação com reflexão, exercício, treinamento, repetições, prática. Ainda de acordo com Gusmão (2001, p.9): “processo cumulativo, em que cada nova aquisição se adiciona ao repertório já adquirido”. Ocorrem também casos de rótulos de dificuldade de aprendizagem, que devem ser evitados, a fim de não desestimular os alunos, e deve-se averiguar como possíveis originadores do problema antes de qualquer circunstância, para não criar falsas opiniões e observações.

6. RELAÇÃO INTERPESSOAL ALUNO-PROFESSOR

Ao mudar de escola, os alunos se descobrem em um novo espaço e precisam se adaptar a ele, mesmo com as dificuldades sociais, emocionais e biológicas que muitos trazem consigo, porém nessa etapa se percebe que os alunos não estão totalmente prontos para essa mudança, e os professores e as escolas também não estão prontos para receberem os alunos, tal fator que é de extrema importância para a criação de vínculos logo na primeira impressão.

[...] se faz necessário que os (as) educadores (as) se envolvam com o firme compromisso de auxiliar na formação salutar dos educandos, no sentido de equacionar as dificuldades do cotidiano escolar. Neste intuito urge a necessidade do

desenvolvimento de técnicas ou meios que proporcionem a aprendizagem real e auxiliem a construção de uma personalidade equilibrada, diminuindo assim os índices de evasão e repetência. (BIANCA, 2001, p.13).

O indivíduo se humaniza na interação com os outros indivíduos, se desenvolvendo e fazendo com que o mesmo cresça, aprenda, se torne consciente e crítico aos acontecimentos ao seu redor, se torne empático, aprenda a transformar e reproduzir culturas, costumes, leis, moral, normas, regras, valores, hábitos. Espera-se da socialização entre professor e aluno, um amplo crescimento, visto que são dois seres humanos trabalhando em sua totalidade de ensino- aprendizagem, levando em consideração todo o respeito, educação, compromisso esperado de ambas as partes, tendo a consciência que o que atinge a um, atinge a todos.

É no ambiente escolar que muitas amizades se iniciam, em que ocorrem discussões, interações, as trocas de experiências, ajudas, fazendo com que os professores possam também notar a personalidade de cada aluno, de como ele age perante grupos, de como modifica ou cresce com o mesmo, logo espera-se um ambiente cooperativo, acolhedor para favorecer tais laços e crescimentos pessoais.

Portanto, nota-se que o desenvolvimento humano depende da afetividade, que se faz tão importante quanto à inteligência para sua própria construção de uma visão do mundo.

A afetividade intervém nas operações da inteligência, estimulando-as ou perturbando-as, podendo comprometer o desenvolvimento intelectual. Os mecanismos afetivos e cognitivos permanecem indissociáveis, embora distintos, na medida em que os primeiros dependem de uma energética, e os segundo, de estruturas. (CELEIDA, 2001, p.3).

Em suma, é mister que o (a) professor (a) ministre suas aulas de forma dinâmica, criativa, sendo comprometido e respeitando as diferenças de cada aluno, baseando-se no contexto escolar e social em que ele vive.

7. METODOLOGIA

Fizeram parte desta pesquisa 74 alunos da escola estadual da cidade de Franca, do estado de São Paulo, todos matriculados no 6º ano do ensino fundamental, com idades por volta de dez a doze anos. Foram escolhidas de forma

aleatória duas salas desta escola, uma que continha 36 jovens e outra com 38, que totalizam o número de alunos desta pesquisa. O método utilizado foi aplicação de questionário estruturado por quatro estudantes do curso de Psicologia que fazem parte como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O questionário continha 10 questões em que 6 eram fechadas com 3 alternativas que visavam sobre os sentimentos dos estudantes sobre a transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, e três questões dissertativas e subjetivas.

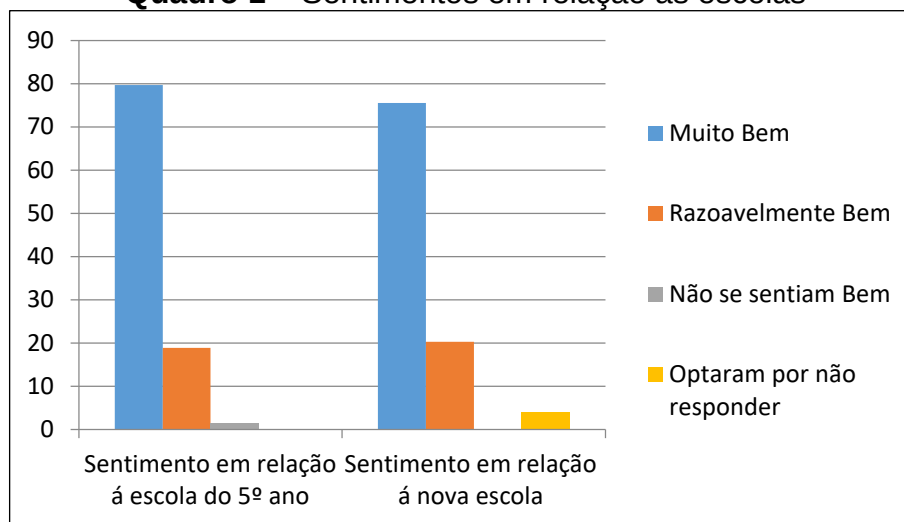
A aplicação foi feita por estudantes de Psicologia e bolsistas do PIBID. O local utilizado para a aplicação foi a sala de aula dos respectivos jovens que participaram da pesquisa na escola citada anteriormente. O horário pela qual o questionário foi aplicado fora no período da tarde, no início da aula de ciências destes participantes.

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário foi estruturado para mensurar estatisticamente como os alunos se sentiam na última escola em que estudavam, o sentimento da transição de escola e como se sentem na escola atual.

Em relação à como se sentiam na escola em que estudaram no 5º ano, 79,7% do total de alunos responderam que sentiam muito bem; 18,9% se sentiam razoavelmente bem e apenas 1,4% não se sentiam bem. Quanto ao sentimento de apreensão na transição de escola, 41,9% responderam que sentiram pouco apreensivos, respondendo estar empolgados com esta transição; 40,5% se sentiram razoavelmente apreensivos; e 17,6% estavam muito apreensivos e escolheriam não mudar de escola. Finalmente, 75,7% dos alunos responderam ao questionário estarem se sentindo muito bem na nova escola; 20,3% apontaram não terem acostumado com a nova escola; e nenhum aluno respondeu estar com sentimento negativo em relação à nova escola. Porém, 4% dos alunos optaram por não responder esta questão.

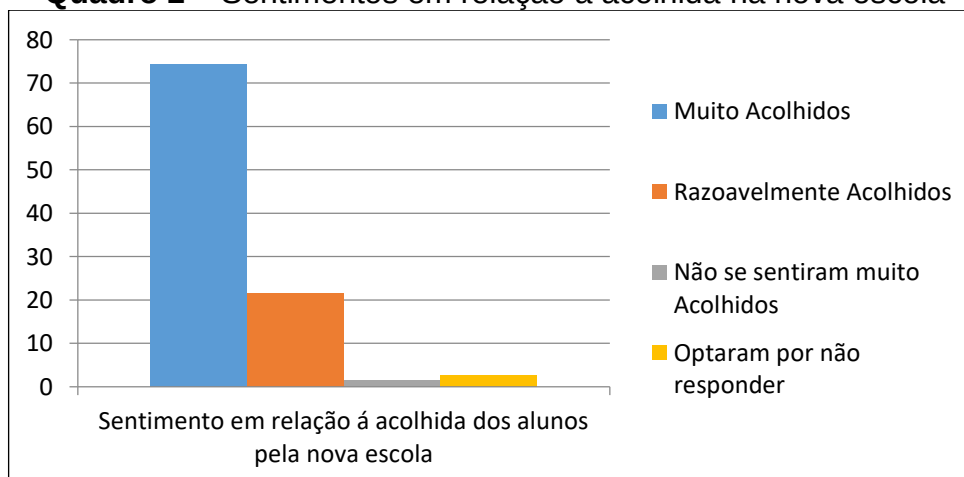
Quadro 1 – Sentimentos em relação as escolas



Fonte: Autores.

Também foram avaliados outras variáveis do processo de transição de escola, tais como: acolhimento da nova escola e a expectativa dos alunos sobre a mudança. Sobre o acolhimento, 74,3% dos alunos responderam se sentir muito bem acolhidos pela nova escola; 21,6% se sentiram razoavelmente acolhidos pela nova escola, porém ainda não se sentem confortáveis; apenas 1,4% dos alunos disseram não terem se sentido bem acolhidos e 2,7% optaram por não responder esta questão. Em relação à expectativa dos alunos sobre a nova escola, 66,2% dos jovens responderam que as expectativas foram supridas e gostaram muito da nova escola; 31,1% responderam que foram razoavelmente supridas, pois imaginavam algumas coisas diferentes; e 2,7% sentiram que a expectativas não foram supridas pois esperavam tudo diferente.

Quadro 2 – Sentimentos em relação à acolhida na nova escola



Fonte: Autores.

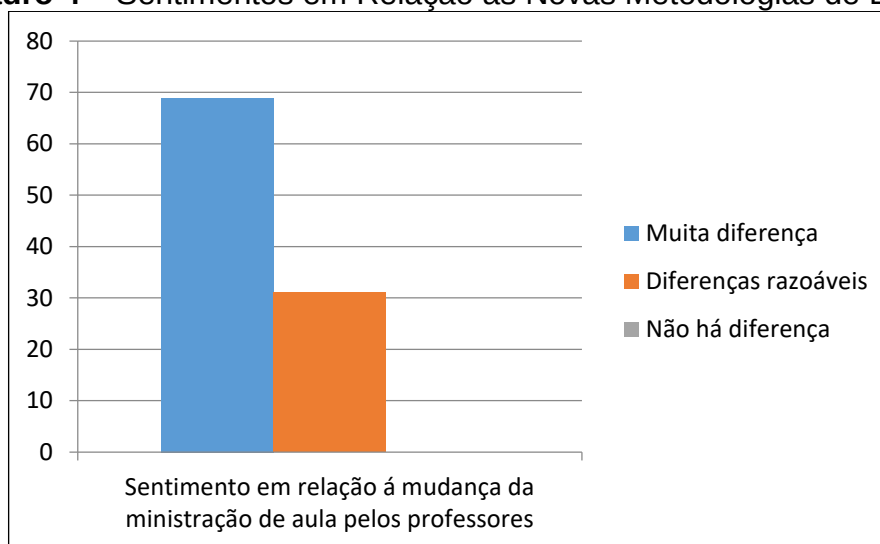
Quadro 3 – Expectativas dos alunos à nova escola



Fonte: Autores.

Foram mensuradas ainda, através do questionário, se os alunos sentiram mudanças em relação ao conteúdo e as ministração das aulas dos professores da antiga para a nova escola; pela qual 68,9% dos alunos sentiram muita diferença; 31,1% sentiram diferenças razoáveis mas já se acostumaram; e nenhum aluno respondeu que não havia diferença.

Quadro 4 – Sentimentos em Relação às Novas Metodologias de Ensino

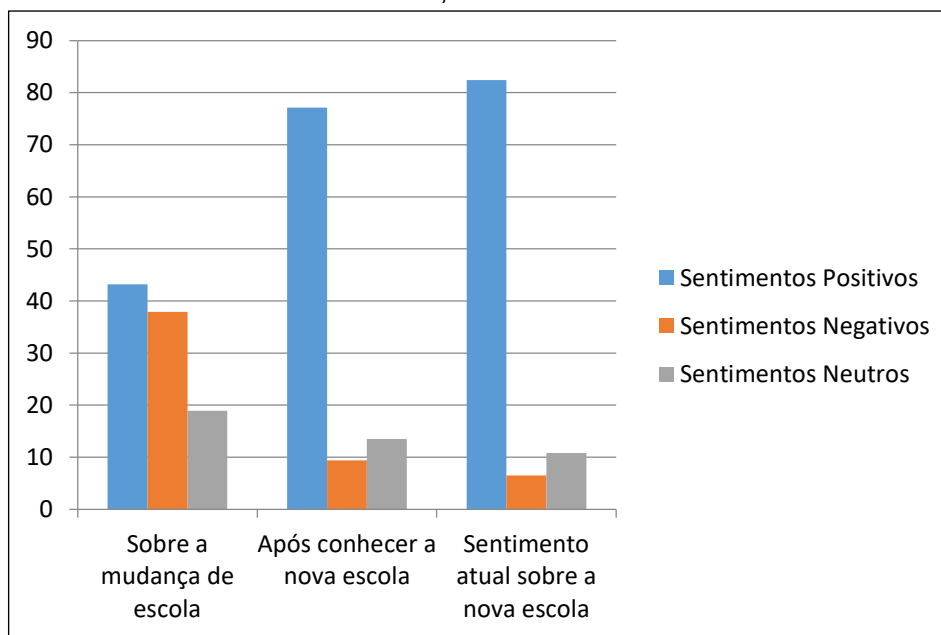


Fonte: Autores.

De uma forma mais direta e objetiva, havia uma pergunta no questionário sobre se os alunos gostariam ou não de voltar para a antiga escola. A porcentagem de alunos que responderam que voltariam foi de 27,1% apenas, para uma

porcentagem de 72,9% de alunos que querem continuar na escola atual. Também havia no questionário perguntas dissertativas para que os alunos pudessem responder com mais subjetividade os seus sentimentos da transição de escola. Como resultado, 43,2% responderam que tiveram sentimentos positivos ao saberem que teriam que mudar de escola; 37,9% responderam com sentimentos negativos e 18,9% responderam com sentimentos neutros. Em uma segunda pergunta aberta, 77,1% dos jovens dissertaram sobre que após conhecer a nova escola, o sentimento foi positivo; 13,5% obtiveram sentimentos neutros e 9,4% responderam com sentimentos negativos. Por fim, um total de 82,4% responderam que atualmente tem sentimentos bons sobre ter mudado de escola; 10,8% dissertaram ainda estar neutros sobre a mudança; e apenas 6,5% dos alunos expressaram sentimentos negativos sobre a transição para a nova escola.

Quadro 5 – Sentimentos Prévios, Durante e Posteriores à Nova Escola



Fonte: Autores.

A partir dos resultados obtidos pela coleta de dados através de questionários, podemos tirar algumas conclusões sobre o impacto que a transição do ensino fundamental I para o ensino fundamental II pode causar no estudante que está passando por essa fase de mudanças.

Como foi visto nos resultados apresentados no item anterior deste artigo, o que prevaleceu quanto à questão de sentir-se bem na escola antiga foi positivo, assim como prevalece na escola atual, mesmo ocorrendo esta transição de uma

escola para outra. Um dos fatores que podem ter contribuído para este bem-estar e esta satisfação apresentados pelos alunos permanecerem é o acolhimento oferecido pelos professores e alunos da nova escola, o que foi consideravelmente confirmada pelos alunos, que demonstraram terem se sentido acolhidos.

Foi notável, entretanto, a considerável porcentagem de alunos que demonstraram terem tido sentimentos negativos quando souberam, ainda no quinto ano, que iriam mudar de escola. Interpretamos este sentimento negativo como algo natural, já que a maioria das crianças que estão nesta faixa etária, por volta dos onze anos, apresentam forte resistência à mudanças, embora tenham grande capacidade de adaptação. Este segundo ponto é demonstrado nos 82,4% de alunos que demonstraram ter atualmente sentimentos positivos em relação à nova escola e não ter vontade de voltar para a escola antiga.

Um outro aspecto observado foi que a maioria dos alunos sentiram muita diferença na maneira como as aulas são ministradas e nos conteúdos passados. Entretanto, este não foi um fator que contribuiu para que os alunos se sentissem mal ou desconfortáveis para permanecerem na nova escola.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desta pesquisa, considera-se que o presente artigo pode subsidiar os professores nas suas ações, pois apesar de aparecer um número importante a respeito da dificuldade em enfrentar emocionalmente a transição, os estudantes demonstram possuir bons sentimentos em relação a esta passagem.

Através do questionário aplicado e analisado nesta pesquisa, podemos constatar que a transição é uma realidade que causa ansiedade na maioria dos jovens, o que deve ser estudado mais profundamente e trabalhado pelos profissionais na área da educação juntamente com os alunos, para que essa transição seja mais tranquila e saudável. Entretanto, os resultados mostraram que houve uma boa adaptação da maioria dos alunos na nova escola, como foi demonstrado na pesquisa. Contudo deve-se destacar que o questionário foi aplicado no mês de Abril; ou seja, já havia se passado dois meses e meio após o início das aulas, assim, no momento em que o questionário foi aplicado, demonstrou-se que os estudantes estão atravessando bem esta etapa neste tempo de adaptação que eles

obtiveram. Recomenda-se ainda, outro estudo onde a pesquisa seja feita próxima ao início do ano letivo para mensurar os sentimentos dos estudantes logo no início da adaptação.

Toda transição sugere uma ideia de mudança e de adaptação. O ser humano passa por situações de modificação em diferentes aspectos e precisa buscar estratégias para adaptar-se à nova situação. É consensual na literatura que as transições entre ciclos são momentos marcantes na vida dos alunos, pais e professores, constituindo, inclusivamente, vértices delicados nos currículos escolares.

Considera-se o aluno um ser biopsicossocial e, por isso, deve ser levado em conta todos os seus aspectos. Assim, podemos concluir que os fatores do desenvolvimento cognitivo, social e emocional do estudante também tem influência sobre este momento de transição, da mesma maneira como os relacionamentos também influenciam. Entretanto, cada indivíduo tem a sua individualidade e, por isso, enfrenta esta situação de maneira única, havendo alguns mais ansiosos e outros mais tranquilos, por exemplo. Por isso, é importante levar em consideração todas as variáveis discutidas no presente artigo para que cada aluno possa ser respeitado e educado em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariza. Investigação sobre a transição dos alunos do ensino fundamental I para ensino fundamental II. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2011.

FILHO, Irineu A. Tuim Viotto; PONCE, Rosiane de Fátima ; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200003>. Acesso em: 20 Abr. 2017

MESOMO, Oivete de Lucia Chioquetta; PAWLAS, Nilsa de Oliveira. Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental: anos iniciais (5ºano) E anos finais (6ºano). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_oivete_de_lucia_chioqueta_mesomo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 12. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Moreira, Marco Antônio. Teorias de Aprendizagem. 2°. Ed.EPU, 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016. Disponível em:
<<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CONCEPÇÕES PSICOLÓGICAS DAS RELAÇÕES FRATERNAS: um breve estudo teórico

CINTRA, Carolina Peixoto – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Quando um filho chega o casal homem/mulher se torna pai/mãe. Quando o segundo filho nasce, inicia-se o processo de tornar-se irmão. A reorganização dos papéis pode ser difícil para o primogênito se este for ainda muito pequeno. Porém a forma como os pais introduzem a ideia de ter um irmão faz toda a diferença. As relações fraternais exercem parte importante da vida de um indivíduo, influenciam na estruturação psíquica, na estruturação da sua personalidade e nas relações sociais. Os irmãos compartilham na infância as descobertas, as experiências, as brincadeiras e os aprendizados; também aprendem a dividir os progenitores e a lidar com os sentimentos que a chegada de um irmão desperta. Na adolescência compartilham a vida, as histórias, as novas descobertas. E é na vida adulta que os laços fraternos se firmam. Próximos ou distantes, os irmãos são para a vida toda. Uma criança que tem irmãos é capaz de vivenciar inúmeras experiências que o filho único não vivenciará. Com essas experiências descobrirá muitas coisas a partir do irmão. O irmão mais novo certamente descobrirá o mundo olhando para o irmão mais velho e, seguindo seus exemplos, já com o mais velho a vinda de um novo irmão agrega muito.

O desenvolvimento da criança, além do fator hereditário, depende também das suas condições psicossociais onde vive. Nesse sentido, a família é a base para o desenvolvimento do indivíduo e sua condição biopsicossocial será determinante.

O papel dos pais, além de apresentar o mundo para a criança, deve também abarcar o cuidado para que seu desenvolvimento ocorra da melhor forma. Sendo assim, todos os integrantes desse grupo -- pais, irmãos e pessoas agregadas -- são fundamentais.

O presente artigo visa apresentar uma breve revisão bibliográfica, na abordagem psicanalítica, referente aos aspectos psicológicos das relações fraternas, bem como da experiência materna e dos filhos mediante a chegada de um irmão.

Quando utilizado o termo irmão, está se referindo a qualquer dos gêneros.

2. MATERNIDADE

A mãe é uma personagem relativa, pois só se concebe em relação ao pai e ao filho e tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher (BADINTER, 1985). Winnicott (2002) considera o tempo da gestação como um tempo de preparação, o suficiente para que ocorra uma transformação importante na mulher. Com a descoberta da gravidez, as mães têm o tempo necessário para se reorientarem, se descobrirem enquanto mães.

Segundo Winnicott (2002, p.4) a mãe entra em uma fase, “da qual ela comumente se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê, e na qual, em grande parte, ela é o bebê, e o bebê é ela. E não há nada de místico nisso”. Para o autor isso é possível, por a mãe já ter sido bebê um dia e carregar lembranças de seus primeiros contatos com o cuidado afetivo.

Para Winnicott (2002, p.5), quando o bebê está pronto para nascer espera-se que a mãe saiba exatamente identificar quais são as necessidades do seu bebê. E quando isso ocorre surgem as condições para que o bebê possa “desenvolver a capacidade de ter sentimentos que, de alguma forma, correspondem aos sentimentos da mãe que se identifica com o seu bebê; ou da mãe que está profundamente envolvida com seu bebê e com os cuidados que lhe dedica”.

Assim como Winnicott (2002), Minayo (2002) acredita que a mãe é responsável pelas necessidades básicas do bebê e por filtrar o excesso de estímulos que os bebês recebem do ambiente. “Para que possa exercer estas funções de proteção e cuidado, a mãe desenvolve, ao longo da gestação, um estado de sensibilidade especial, da mesma origem biológica e da mesma natureza da faculdade inconsciente do seu bebê” (MINAYO, 2002, p. 42).

Esta ‘preocupação materna primária’ a torna capaz de se sintonizar, intuitivamente, com as necessidades de seu bebê e de lhe oferecer, suficientemente bem, os cuidados de que ele necessita. A afetividade e o contato físico são as forças ambientais primordiais para proporcionar ao

bebê as melhores chances de sobrevivência, em uma unidade psicossomática, pois um bom funcionamento corporal reforça o de uma psique saudável, da mesma forma que a experiência prazerosa e integrada da afetividade garante uma boa capacidade de ingestão, digestão, eliminação e movimentação (MINAYO, 2002, p. 42).

Para Winnicott (2002, p. 9) “o apoio do ego materno facilita a organização do ego do bebê”, e assim, com o passar do tempo, o bebê pode experimentar sua própria individualidade e o sentimento de identidade pessoal. Porém, isso é possível quando a mãe e seu bebê estão em harmonia e identificados, a mãe se identifica muito com o seu bebê e “do ponto de vista do bebê, nada existe além dele próprio, e, portanto, a mãe é inicialmente parte dele” (Winnicott, 2002, p. 9).

Winnicott (2002, p. 54) considera fundamental a mãe segurar e manipular ‘bem’ seu bebê, pois é a partir daí que “eles adquirem confiança” e “tornam-se capazes de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional muito rápido. A base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória”. Não há necessidade que alguém diga a essa mãe como ela deve segurar seu bebê, ela certamente saberá como fazer.

Isso tudo só é possível se a mãe estiver desejando esse bebê, se a mãe estiver saudável. Porém “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 21).

“A mãe representa para o bebê o único meio ambiente com o qual ele interage em seus primeiros tempos de vida” (MINAYO, 2002, p. 45). Portanto, a família exerce um papel importante para que a mãe possa maternar e propiciar um ambiente seguro e tranquilo para o seu bebê:

Proteger as crianças pequenas para que cresçam e se desenvolvam plenamente significa assegurar para a mãe um ambiente no qual ela possa – estando pessoalmente bem – desempenhar com presteza, alegria e prazer as funções maternas para as quais a natureza tão bem a preparou e dotou. Essa é a função da família. Marido, companheiro, filhos, irmãos, tios, pais, avós, padrinhos, agregados, amigos íntimos, as possibilidades de ‘famílias’ são quase infinitas. Dos laços de intimidade nasce o desejo de cuidado e proteção (MINAYO, 2002, p. 42).

3. OS SENTIMENTOS DESPERTADOS COM A CHEGADA DE UM IRMÃO

Pensar os sentimentos entre irmãos é fundamental para compreendermos a constituição do self de uma criança de uma família com vários filhos. Zimmerman (1993, p.107) pontua a importância do “complexo fraterno”, ou seja,

a influência recíproca entre os irmãos. Para ele “essa interação é de capital importância na estruturação dos indivíduos e do grupo familiar”. Para Zimerman (1999):

Os irmãos funcionam como objetos de um duplo investimento: o primeiro é o que diz respeito às conhecidas reações ambivalentes de amor e amizade, mescladas com sentimentos de inveja, ciúme, rivalidade, etc. O segundo investimento consiste em um defensivo deslocamento nos irmãos de pulsões libidinosas, ou agressivas, que primariamente seriam dirigidas aos pais (ZIMERMAN, 1999, p.107).

Para Benghozi e Féres-Carneiro (2001) há uma diferença extenuante entre laço fraterno e relação fraterna. Laço fraterno é definido pelo partilhar do mesmo laço de filiação, ou seja, ser irmão e irmã em uma mesma família. Já a relação fraterna poderá ser próxima ou distante, fria ou calorosa, amistosa ou conflituosa.

O nascimento do segundo filho inaugura a fratria e dá origem ao conflito intrageracional. Não escolhemos nossos irmãos, eles nos são impostos por nossos pais, mas com eles compartilhamos a nossa história de vida, nossas experiências, vivências e lembranças por mais tempo do que provavelmente com qualquer outra pessoa. Ser e ter um (a) irmão (ã) vai-se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais nem ex-filhos, não existem ex-irmãos (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

A união entre irmãos está presente em histórias clássicas como em “João e Maria” e os “Três Porquinhos”. Nessas histórias que são contadas às crianças há muito tempo, a fraternidade entre os irmãos exerce o papel principal da história. Porém há presença de sentimentos ambivalentes como o amor e o ódio.

A mitologia grega e a Bíblia, primeiro livro impresso, nos fornecem inúmeros relatos que ilustram o antagonismo fraterno tais como a história dos irmãos Caim e Abel, Isaac e Ismael, Esaú e Jacob. Assim há muitos exemplos históricos de que conflitos e desavenças entre irmãos existem desde muito tempo atrás, e que se estendem por todos os tempos e em todas as famílias.

Os irmãos podem ser recebidos com aversão pela dificuldade em dividir os progenitores. Constatar que há um desejo de eliminação do irmão não é aceitável diante da idealização das relações familiares. Conflitos, tensão, raiva, ciúmes, entre tantos outros sentimentos, existem nas relações de irmãos e os pais influenciam diretamente nas relações fraternas. Para Freud (1915-1916) o complexo de Édipo se transforma em complexo fraternal quando ocorre uma transferência dos afetos que a priori era direcionados aos progenitores se direciona para os irmãos:

Quando outras crianças aparecem em cena, o complexo de Édipo avoluma-se em um complexo de família. Este, com novo apoio obtido a partir do

sentimento egoístico de haver sido prejudicado, dá fundamento a que os novos irmãos e irmãs sejam recebidos com aversão, e faz com que, sem hesitações, sejam, em desejos, eliminados. Também é verdade que, via de regra, as crianças são muito mais capazes de expressar verbalmente esses sentimentos de ódio, do que aqueles decorrentes do complexo parental. Se um desejo desse tipo se realiza, e se o irmão que se acrescentou à família desaparece novamente, logo depois, devido à sua morte, podemos descobrir, numa análise subsequente, quão importante foi para a criança essa experiência referente à morte, embora ela não tenha necessariamente permanecido fixada em sua memória (FREUD, 1916-1917, p. 337).

Freud (1910, p.58) concluiu que os sentimentos nascidos das “relações entre pais e filhos e entre um irmão e outros, não são somente de natureza positiva, de ternura, mas também negativos, de hostilidade”. Mais tarde Freud (1915-1916, p.207), complementa que é mais compreensível o ódio e a competição entre irmãos e irmãs, do que com os progenitores. Socialmente a ausência de amor é muito mais censurável entre pais e filhos do que entre irmãos e irmãs.

Uma criança pequena não ama necessariamente seus irmãos e irmãs; muitas vezes, obviamente não os ama. Sem dúvida ela os odeia como rivais seus, e é fato sabido que esta atitude frequentemente persiste por muitos anos, até ser atingida a maturidade ou mesmo até mais tarde, sem interrupção. Com efeito, muito amiúde esta atitude é substituída, ou melhor, digamos, é encoberta por outra, mais cordial. Mas, a que é hostil em geral parece ser a que surge primeiro. Essa atitude hostil pode ser observada com muita facilidade em crianças com idade entre dois e meio e quatro ou cinco anos, quando um novo irmãozinho ou irmãzinha aparece. Geralmente encontra uma recepção muito inamistosa. São muito comuns os comentários como ‘não gosto dele; a cegonha pode levar embora de novo!’ Depois, aproveita-se de todas as oportunidades para rebaixar o recém-chegado, e se fazem tentativas de machucá-lo; e até mesmo se conhecem casos de ataques mortíferos (FREUD, 1915-1916, p. 206-207).

Freud (1915-1916, p.207) pontua que quando há em sonho o “desejo de morte contra um irmão ou irmã, raramente há que considerá-lo um enigma e, sem dificuldades, pode situar seu protótipo no início da infância e, vezes mais seguidas, também nos anos subsequentes do companheirismo fraterno”. Freud (1915-1916, p.207) também aborda a questão das brigas, “provavelmente não há quarto de crianças sem violentos conflitos entre seus ocupantes. Os motivos de tais desavenças são a rivalidade pelo amor dos pais, pelas posses comuns, pelo espaço vital”. Portanto para Freud os irmãos rivalizam entre si pelo amor dos pais, ao qual almejam com exclusividade.

Trude, o segundo caso de Klein (1997, p.25), começou a ter terrores noturnos quando ainda não tinha dois anos de idade. Ela “havia desejado roubar os bebês à sua mãe grávida, matá-la e tomar o seu lugar no coito com o pai. Tinha dois anos de idade quando sua irmã nasceu”. Klein relaciona esses impulsos de

agressividade com uma fixação na mãe, e “a uma ansiedade e sentimento de culpa graves que encontraram expressão, entre outras coisas, em seus terrores noturnos.”. Klein (1997, p. 31) relata um sonho que Trude teve e “a interpretação deste sonho mostrou, entre outras coisas, que ela não havia superado a dor da retirada do seio da mãe e sua inveja da irmã mais nova”.

A literatura psicanalítica introduz o tema sobre a inveja através dos estudos de Melanie Klein em 1924. Por tratar-se de um sentimento humano bastante arcaico, a inveja tem sua origem desde o nascimento e é dirigida ao primeiro objeto de amor, traduzido como cuidador básico e muitas vezes representado pela própria mãe (GOMES; MAGGI, 2010, p.82).

A chegada de um irmão provoca um turbilhão de sentimentos no filho que até então era o único. É a chegada de um estrangeiro, alguém que interrompe, intromete na tríade mãe-pai-filho. Winnicott, no livro ‘Da pediatria à psicanálise’, exemplifica como o ciúme que é provocado no nascimento de um irmão ou irmã pode gerar sintomas físicos. Nesse contexto, Winnicott (2000, p.57) argumenta que “às vezes pode ser mais normal para uma criança estar doente do que estar bem”.

É bem comum que uma criança de dois ou três anos fique muito transtornada quando nasce um irmão ou uma irmã. À medida que avança a gravidez da mãe, ou quando surge o recém-nascido, uma criança que até aqui era robusta e não tinha motivo algum para sentir-se mal se torna infeliz e temporariamente magra e pálida, e passa a apresentar outros sintomas, tais como enurese, irritabilidade, náusea, constipação ou congestão nasal (WINNICOTT, 2000, p.57).

Em um dos seus casos clínicos Winnicott (1997) atende uma criança de cinco anos e meio e que embora o menino tenha piorado visivelmente com a chegada da irmã, a mãe afirma que essa mudança não havia ocorrido por causa da irmã, pois o menino era muito dedicado à irmãzinha. Neste contexto Winnicott (1997, p.23) afirma: “Nós descobrimos que nascemos num mundo em que a coexistência do amor e do ódio em relação a um objeto era considerada impossível. Nós não podíamos nos imaginar não demonstrando amor, e a maneira mais fácil de fazer isso era não perceber o ódio”.

Em 1931 Winnicott (1997, p.103-106) apresenta um caso clínico de sintomatologia seguindo-se ao nascimento de um irmão. O menino tinha três anos e a queixa que a mãe trouxe à clínica era de que o menino tinha uma dor no pênis. O menino já há alguns meses estava irritado, tinha certa urgência e frequência de micção e a criança coçava-o o tempo todo. A mãe afirmava que não havia nada de errado com o pênis da criança, porém ele continuava colocando a mão. Na consulta Winnicott perguntou à mãe qual era a idade do seu bebê (irmã do menino de três

anos):

Ela disse: “Três meses; na verdade, o menino estava muito bem até o bebê nascer, e parece que a sua chegada provocou esta mudança que eu descrevi, como se ele tivesse ficado atrapalhado. Poderia ser isso, doutor, embora nós tenhamos feito tudo que está em nosso poder para mostrar a ele que o que sentimos por ele absolutamente não mudou?” [...] Este garotinho bastante sadio estava numa idade em que a apreciação da realidade significa uma felicidade diminuída. Ele já estava explorando o auto erótico como uma maneira de lidar com sua infelicidade. A chegada do novo bebê o fez perceber subitamente a mesma realidade que o estava deixando infeliz - isto é, sua posição de terceira pessoa em relação aos pais (WINNICOTT, 1997, p.105).

Ao finalizar o caso deste garoto, Winnicott (1997, p.106) diz “que este menino está tão sadio quanto parece estar, que ele não está sofrendo de nenhuma doença, que ele está é achando a vida difícil. Todas as crianças acham a vida difícil na medida em que aceitam os fatos”.

Conforme Dolto (1999, p. 130) o ciúme na chegada de um segundo filho é inevitável, “o recém-chegado deixa a criança diante de um grave transe: pela primeira vez, alguém de seu círculo familiar é menor do que ela, e todos parecem interessar-se mais por ele do que por ela”.

Para Dolto (1999, p.2/75) “o ciúme é uma enorme perda de energia para o indivíduo, seja ele criança ou adulto. Há primeiro o ciúme do irmão mais novo, depois o ciúme edipiano, em relação ao pai e à mãe”. “A chegada de um irmãozinho ou de uma irmãzinha traz o desassossego na vida do mais velho até então sem rival”. Com isso, diante de uma “atitude hostil do primogênito em relação ao recém-chegado, repreendem-no” dizendo geralmente que “seu comportamento é egoísta, feio e desagrada ao adulto” e o que Dolto (1999, p.75) diz é que isso é um “tremendo erro”.

Nos casos ditos “favoráveis”, o mais velho, depois de um período difícil de caprichos, de perda de apetite, de pequenos mal estares, às vezes de recomeço de xixi na cama e mesmo na calça, parece desinteressar-se dessa rivalidade. Suporta o recém-chegado, uma vez que é a esse preço que deixam de repreendê-lo, mas o ciúme que já não se mostra fica ainda mais surdo e mais profundo, e torna a criança vulnerável por longos anos às menores desigualdades de comportamento do adulto, sobretudo quando a desigualdade parece ser em sua desvantagem (DOLTO, 1999, p.76).

Assim, como Winnicott (2000), Dolto (1999, p.76) também relaciona reações físicas com a chegada de um irmão. Apenas a criança “conhece a sua dor” quando tem que dividir os progenitores com outro, e o adulto não deve “diminuí-la com persuasão”, mas sim compreender isso. Também se o ciúme ocorre quando o mais novo cresce, e tem ciúme do maior por não sê-lo é importante que os pais

deixem que ele expresse esse sentimento, mas não tente compensá-lo “com uma atitude afetuosa, carinhosa”, pois isso seria uma prova de que o mais novo precisa de consolo.

A chegada de um novo filho reorganiza toda a estrutura familiar, e o é primogênito quem mais sente com essa nova configuração de papéis. “As mudanças familiares decorrentes do processo de tornar-se irmão podem acarretar implicações emocionais diretas para o primogênito, possibilitando também o amadurecimento ou desenvolvimento rumo à independência” (OLIVEIRA; SOBREIRA, 2010, p. 32-33).

4. A POSIÇÃO QUE A CRIANÇA OCUPA NA FRATRIA

A posição que um filho ocupa na fratria é importante para o seu desenvolvimento. Porém não é o único fator responsável. Há outros fatores que influenciam como: “as expectativas dos pais em relação a ele; a forma como decodificará os mandatos paterno/materno; o modo como receberá e transformará a herança psíquica transmitida por seus pais”. O casal aprenderá ser pai/mãe com o primogênito, “facilitando assim o caminho para o irmão que lhe segue e assim, sucessivamente” (GOLDSMID; CARNEIRO, 2007).

A literatura de forma geral mostra que, com a chegada de um bebê, a relação da mãe com o primogênito é afetada de forma negativa. Porém esse é um período de transição, o que exige reorganização do relacionamento conjugal de papéis e tarefas desempenhadas pela família (Oliveira; Sobreira, 2010). Portanto, de acordo com Oliveira e Sobreira (2010, p.21) “a posição de um segundo filho desencadeia um processo de busca de equilíbrio por todo o sistema familiar, que já se inicia durante o período gestacional”.

A chegada do irmão é a chegada do estrangeiro, daquele que, com sua presença, perturba o equilíbrio constituído. Com ele é introduzida a noção de mudança, a de paridade. Klein (1981) traz uma contribuição interessante para o estudo da relação fraterna: a noção de justiça, de lei. A partir do nascimento do segundo filho, terão início partilhas, negociações, julgamentos. O filho mais velho necessitará reorganizar seu espaço e sua maneira de pensar levando em conta a existência do mais novo. A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que este, até então, ocupava na relação com seus pais (GOLDSMID; CARNEIRO, 2007).

Para Freud (1916-1917, p.338) “a posição que uma criança ocupa na sequência da família é fator de extrema importância na determinação da forma de

sua vida posterior”. As frustrações e as mudanças vivenciadas com a chegada de um irmão podem ser mais fortes se este for ainda muito pequeno. A separação da tríade mãe-pai-bebê pode ser difícil para o primogênito. A família, que antes era uma tríade, passa a ser uma tétrade mãe-pai-primogênito-caçula. E com a chegada do terceiro filho há uma nova configuração dos papéis estabelecidos.

Uma criança que tenha sido posta em segundo lugar pelo nascimento de um irmão ou irmã, e que agora, pela primeira vez, é quase isolada de sua mãe, não perdoa a esta, com facilidade, sua perda de lugar; sentimentos que, em um adulto, seriam descritos como de intenso ressentimento, surgem na criança e frequentemente constituem a base de permanente desavença. Já mencionamos que as investigações sexuais da criança, com todas as suas consequências, geralmente se originam dessa experiência vital sua. À medida que esses irmãos e irmãs crescem, a atitude do menino para com eles sofre transformações muito significativas. Pode tomar sua irmã como objeto de amor, à maneira de substituta da mãe infiel. Onde há diversos irmãos, todos cortejando uma irmã mais nova, surgem, já na época infantil, situações de rivalidade hostil que são tão importantes, na vida, mais tarde. Uma menina pode encontrar em seu irmão, mais velho, um substituto para seu pai, que não mantém mais um interesse afetoso por ela como o fazia em anos anteriores. Ou pode tomar uma irmã mais nova como substituta da criança que ela, em vão, desejou ter de seu pai (FREUD, 1916-1917, p. 337-338).

Com relação à diferença de idade Freud (1915-1916, p. 206-207) acredita-se que quando a diferença é maior, “na época em que a atividade mental da criança se aviva em determinado grau de intensidade, ela já encontra aí seu competidor e a ele se adapta”. Já “se o irmão surge precocemente, durante o desmame, por exemplo, pode suscitar impulso de destruição imaginária ou regressão ao objeto anterior, materno” (GOLDSMID; CARNEIRO, 2007).

Quando a diferença de idade é maior, “o novo bebê pode, desde o início, despertar alguma simpatia, como um objeto interessante, uma espécie de boneca viva. E quando a diferença de idade é de oito ou mais anos, já podem manifestar-se impulsos solícitos, maternos, especialmente em meninas” (FREUD 1915-1916, p. 206-207).

Ao nascer tardiamente, o bebê pode ser adotado, mobilizando no filho mais velho identificações parentais com consequentes sentimentos de ternura e proteção. Se, entretanto, a diferença de idade é muito grande a ponto de chegar a ser a de uma geração, faltará o essencial para a consolidação do sentimento de irmandade, ou seja, a história de vida comum, os acontecimentos íntimos, os momentos vividos juntos e compartilhados, principalmente na infância, para formar os vínculos da fratria (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

Com relação ao filho mais novo, considerado o mais mimado, Dolto (1999, p.73) afirma que ser mimado não “tem graça nenhuma”, pois “significa que o

último tem de ficar criança o maior tempo possível, a fim de dar à mãe a ilusão de que ela continua jovem”. Com relação a vestir os filhos da mesma maneira, Dolto (1999, p.74) afirma que “é um detalhe da roupa, mas, se é um detalhe que salienta sistematicamente ainda mais a dependência das crianças umas em relação às outras, é um detalhe destruidor de personalidade”.

Winnicott (1964-1957, p.156) afirma que “cada bebê tem seu momento próprio para acolher um irmão ou irmã; e é um momento importante aquele em que um filho pequeno pode genuinamente ‘permitir’, conceder, à mãe uma nova gravidez”. Porém “o gêmeo tem sempre outro bebê com quem se defrontar”, além de dividir o espaço e a atenção dos progenitores, a primeira infância também será toda compartilhada. A principal complicação na criação de gêmeos para Winnicott (1964-1957, p.158) é a “questão do tratamento pessoal e assistência a cada um deles”, mesmo quando se trata “de gêmeos exatamente iguais”, a mãe deve manter “com cada um deles uma relação total” e única.

É falso o conceito de que os bebês não contam nos primeiros meses, pois conta muitíssimo se os gêmeos sentem ou não, de fato, que cada um exerce a posse da mãe no início. A mãe de gêmeos tem uma tarefa extra, acima de todas as outras, que é dar-se toda a dois bebês ao mesmo tempo. Até certo ponto, ela deve fracassar, e a mãe de gêmeos deve-se contentar em fazer o melhor possível, esperando que as crianças encontrem finalmente algumas vantagens que compensem essa desvantagem inata ao estado geminal (WINNICOTT, 1964-1957, p.156).

Winnicott (1964-1957, p. 159) ao se questionar se os gêmeos realmente gostam um do outro, chega a conclusão de que os gêmeos “aceitam com frequência a companhia um do outro, tem prazer em brincar juntos e detestam que os separem, mas, apesar de tudo, não conseguem convencer que se amam mutuamente”. Ele reforça que “quando duas crianças foram colocadas uma junto da outra, sem que nisso fossem ouvidas nem chamadas, elas não podem saber se teriam escolhido conhecer-se mutualmente”. Se ódio de um pelo outro puder ser “expresso, o amor tem uma probabilidade”.

A chegada do primeiro filho inaugura a fratria, o casal torna-se pai e mãe. Com a chegada do segundo filho os papéis são reorganizados, o primogênito que até então era filho único se torna irmão. Com “a chegada do terceiro filho desloca o caçula de seu lugar, ao mesmo tempo em que faz o mais velho reviver o deslocamento sofrido por ocasião do nascimento do segundo, pois seus pais vão estar menos disponíveis para ele”. Cada novo irmão que chega reaviva as rivalidades e modifica a distribuição dos papéis (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

Os sentimentos de ciúme não poupam nenhum dos irmãos da fratria. Enquanto o mais velho lamenta a atenção dispensada ao menor, o caçula pode ter ciúmes das relações do mais velho, anteriores ao seu nascimento, das prerrogativas e conquistas de que ele usufruiu devido à idade e, filho do meio, por sua vez, pode questionar o fato de haver sempre um que manda e um que é mimado. A fratria é o lugar da competição: enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

5. O FILHO ÚNICO

Para Winnicott (1964-1957, p.149) existem algumas vantagens que a “criança pode obter sendo filho único”. Ao ter apenas um filho os pais podem se dedicar mais à criança “de maneira que o bebê tenha uma infância isenta de complicações”, o que não é tão fácil de conseguir. Portanto “o bebê pode começar por uma relação o mais simples possível entre ele e a mãe. Esse pedacinho de mundo vai gradualmente crescendo em complexidade, nunca mais rápido do que o próprio crescimento da criança permita”. Isso pode gerar um sentimento de estabilidade que constitui em “um grande apoio para a vida inteira”. Winnicott faz referencia além da dedicação aos privilégios e facilidade que o filho único pode ter “como a alimentação, o vestuário e a educação”.

Há vantagens em ser filho único, mas para Winnicott (1964-1957, p.149-150) as desvantagens são bem maiores. Irmãos são companheiros de brincadeiras, o filho único não tem esses companheiros, e adultos não brincam como crianças, “adultos não conseguem apreender; mesmo que o compreendam, não podem nela participar por períodos tão prolongados quanto a criança gostaria. De fato, se os adultos brincam com uma criança, a loucura natural da brincadeira infantil torna-se demasiado evidente”. No entanto é muito rica a experiência das relações com irmãos.

Para Winnicott (1964-1957, p.151) “a chegada de novos bebês significa que o pai e a mãe estão ainda sexualmente interessados um no outro bem como enamorados um do outro”. Portanto, a chegada de um novo bebê significa que a mãe e o pai se amam sempre e o que falta ao filho único é descobrir o ódio quando o novo bebê ameaça a relação segura estabelecida com a mãe e o pai.

Ao relatar um de seus casos, Klein (1991, p. 198) afirma que “Fabian, que era filho único, teria ganhado muito com o companheirismo de uma irmã. Tal relação também o teria ajudado a enfrentar melhor seu complexo de Édipo e ganhar uma maior independência em relação à sua mãe”. Para Klein, é comum crianças

terem companheiros imaginários, e exemplifica que, em filhos únicos, esses companheiros imaginários representam os irmãos ou irmãs. Para Klein (1991, p. 198) “caçulas e filhos únicos têm, frequentemente, um forte sentimento de culpa, porque sentem que seus impulsos agressivos e ciumentos impediram suas mães de darem à luz outras crianças”.

Klein (1997, p. 55/61) apresenta o caso Erna: “uma criança de seis anos que tinha uma série de sintomas graves”. Ela era filha única e “tinha a imaginação muito ocupada com a questão da chegada de irmãos e irmãs”. A partir de suas fantasias, Klein tem a impressão que:

Uma criança que é filha única sofre muito mais do que outras crianças da ansiedade com relação ao irmão ou irmã que ela está permanentemente esperando e dos sentimentos de culpa que sente em relação a eles por conta de seus impulsos inconscientes de agressão contra eles em sua presumida existência dentro do corpo da mãe, porque ela não tem oportunidade de desenvolver uma relação positiva com eles na realidade. Este fato muitas vezes torna mais difícil para um filho único sua adaptação à sociedade (KLEIN, 1997, p. 61-62).

Dolto (1999, p.127) relata como nos seus dias o espaçamento entre os filhos era maior do que antigamente. Ela faz um comentário dizendo que “é como se tivéssemos vários filhos únicos”. Dolto (1999, p.131) diz que é ruim o irmão mais velho “em vez de viver, de brincar e de crescer no meio de amiguinhos da sua idade, ele começar a ser uma verdadeira mãezinha ou paizinho. Muito ruim, igualmente, para o bebê: sua mamãe terá duas cabeças e duas vozes”. Para ela, os pais devem “incentivar o mais velho a não cuidar do bebê e apoiá-lo no seu próprio desenvolvimento”. Em outro trecho Dolto diz:

Para o pequeno que acaba de nascer, um irmão ou uma irmã de sete anos são percebidos como pessoas adultas, como cônjuges juntados aos pais. O mais velho cuida do bebê como uma pessoa adulta. E admiram-no: “É um verdadeiro paizinho”, “É uma verdadeira mãezinha”. Mas é muito ruim para ambos dizer isso. A criança de seis, sete anos, é uma criança, e deve ter seu lugar enquanto tal na família, com amigos de sua idade. O bebê, por sua vez, tem demasiados pais e não estabelece bem essa relação triangular essencial entre o pai, a mãe e o filho (DOLTO, 1999, p.127).

6. IMPORTÂNCIA DO IRMÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

As relações fraternais, com base na literatura psicanalítica, têm grande influência na estruturação psíquica dos indivíduos, na estruturação de sua personalidade, na maneira de interagir com os outros e com o mundo.

Winnicott (1964-1957, p.150) considera riquíssima a experiência que a criança vivencia com a chegada de um irmão. Pode acontecer que a criança não saiba lidar com os sentimentos que são suscitados com essa experiência, porém, “toda criança que tiver perdido tal experiência e nunca tiver visto a mãe amamentar um bebê ao peito, banhá-lo e cuidar dele, será uma criança menos rica do que a que tiver testemunhado essas coisas”. Portanto a experiência de dividir o cuidado e o afeto materno é significativa para o desenvolvimento psíquico da criança.

Ter muitos irmãos para Winnicott (1964-1957, p.151) é muito positivo, pois “há uma possibilidade para que as crianças desempenhem toda espécie de papéis diferentes em suas relações mútuas, e isso as prepara para a vida em grupos mais vastos e finalmente, no mundo”.

Ressalta que filhos únicos têm dificuldades de se manter em relações, pois estão buscando “relações estáveis. Isso faz com que os conhecimentos casuais e passageiros se retraiam ou afastem, ao passo que os membros de grandes famílias” possuem maior “experiência prática com relações humanas”.

O complexo de edípico é transformado em complexo familiar com a chegada dos irmãos. Eles formam um subgrupo dentro da família também chamado de subsistema fraterno. “O relacionamento fraterno vai contribuir significativamente tanto para a harmonia quanto para a desarmonia familiar. Esse conjunto de vivências funcionará como um laboratório para as relações sociais experimentadas fora da família” (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

Para Goldsmind e Carneiro (2007) a relação fraterna “é formada e fortalecida durante a infância. Apresenta o ápice dos conflitos e das transformações na adolescência e geralmente se reequilibra na idade adulta e na velhice, apresentando uma nova forma de manutenção da relação”. Portanto é evidente que os pais exercem influência na estruturação da relação fraterna cuja formação ocorre na infância.

Para Freud o interesse sexual pode ser despertado com a vinda de um irmão:

O interesse sexual das crianças começa, certamente, quando elas se voltam para o problema de saberem de onde é que vêm os bebês [...] e na maior parte dos casos este problema surge por causa dos temores egoístas da chegada de um novo bebê. A resposta, que já está pronta e diz que os bebês são trazidos pela cegonha esbarra na descrença até mesmo de crianças pequenas, numa frequência muito maior do que percebemos. O sentimento de que a verdade está sendo falseada pelos adultos contribui em muito para fazer com que as crianças se sintam sós e desenvolvam sua

independência. Uma criança não tem, contudo, condições de solucionar este problema por seus próprios meios (FREUD, 1916-1917, p. 323).

Assim, como Freud (1916-1917), Goldsmid e Carneiro (2007) citam a importância dos irmãos para o despertar da sexualidade. “O nascimento de um irmão no período pré-edípico vai levantar as questões sobre sexualidade e mobilizar a investigação que precipitará sua entrada no Édipo: a descoberta da diferença sexual na infância, a origem dos bebês, a cena primária e a angústia de castração”.

Os irmãos vão se prestar, muitas vezes, uns aos outros a brincadeiras e especulações sexuais, mesmo que o papel do irmão como objeto de primeira experiência incestuosa seja apenas o resultado do deslocamento do investimento libidinal sobre as figuras parentais. Essas brincadeiras e especulações favorecerão o início de uma série de novos campos de circulação libidinal que poderão projetar o sujeito para fora do triângulo edípico. Ter um irmão de sexo diferente pode ser vantajoso para o desenvolvimento da própria sexualidade, pois permitirá a descoberta da diferença sexual de uma forma mais natural. O novo habitante da casa poderá ainda promover a reedição na adolescência do conflito edípico mal recalado (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

Dolto (1999, p.22) ressalta a importância do “relacionamento entre irmãos e irmãs para a educação social”. Aos pais Dolto (1999, p.73) dá uma orientação para aqueles que acreditam que ter duas crianças pequenas com um curto espaço de tempo é cômodo, “quanto mais próximas são as crianças, mais é preciso cuidado para agir com elas de forma muito diferente, senão surgirão distúrbios da personalidade numa ou noutra, cedo ou tarde”.

Apesar dos conflitos e das rivalidades, as famílias, em especial os irmãos, passam a primeira e a segunda infância juntos, descobrem o corpo, o mundo, as brincadeiras e juntos iniciam-se o processo de socialização. Juntos experimentam descobertas e criam laços que podem perdurar a vida toda.

Os modelos vinculares decorrentes da relação fraterna, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e também em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciado juntos sentimentos e conflitos, ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão, perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que, ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

A família é o primeiro grupo com que a criança experimenta se relacionar. Com os irmãos as crianças têm a oportunidade de sentir ciúme e inveja,

e ao mesmo tempo sentir amor. Para Goldsmid e Carneiro (2007) “os irmãos vão ser muito importantes uns para os outros na construção de suas personalidades. Através da percepção das diferenças e semelhanças, cada um vai ser capaz de se perceber enquanto sujeito”.

Em alguns casos, principalmente se as figuras parentais são deficitárias em seus papéis, os irmãos podem se constituir em importantes objetos de identificação. Em caso de falta dos pais, podem vir a se constituir ainda em uma rede de apoio uns para os outros. Podemos observar como isso funciona em casos de adoção, em que se dá preferência a que não se separem os irmãos a serem adotados. O vínculo fraterno vai-se formar na continuidade do tempo. A vida na fratria vai possibilitar ainda a cada um experimentar a socialização antes de vivenciá-la com o outro estranho, na pracinha, na creche ou na escola. A fratria vai precisar, porém, de regras, da lei, para evitar o livre arbítrio irresponsável e o domínio das pulsões (GOLDSMID, CARNEIRO; 2007).

As relações de irmãos são as mais duradouras, visto que, geralmente, os irmãos mantêm esse relacionamento durante toda a vida. Essas relações vêm carregadas de fortes aspectos emocionais. As relações fraternas são construídas a partir da intimidade, da convivência, do cuidado e das descobertas diárias.

7. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

O cuidado materno é considerado um fator decisivo no desenvolvimento emocional da criança. A qualidade desses primeiros cuidados diários que a mãe tem com o seu bebê juntamente com o espaço transicional, realidade compartilhada entre a mãe e o bebê, que possibilitam-no desenvolver-se e relacionar-se com a mãe e com o mundo. A partir disso, se a mãe for suficientemente boa, a criança conseguirá interagir com o mundo e brincar (WINNICOTT, 1997).

Assim como Winnicott (1997), Franco (2003) considera que “quando a mãe tem uma relação de sintonia inicial com o bebê, estabelece-se um ambiente de confiança e o bebê brinca com a realidade”.

A criança descobre o mundo brincando. É pela brincadeira que ela adquire experiência. A brincadeira é uma parte essencial da vida. Assim como o adulto adquire experiência de forma externas e internas, a riqueza da experiência para a criança encontra-se principalmente na brincadeira e na fantasia (WINNICOTT, 1964-1957, p.163).

Tal como as personalidades dos adultos se desenvolvem através de suas experiências da vida, assim as das crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das invenções de brincadeiras feitas por outras crianças e por adultos. Ao enriquecerem-se, as crianças ampliam gradualmente sua capacidade de exagerar a riqueza do mundo externamente real. A brincadeira é a prova evidente e constante da capacidade criadora, que quer dizer vivência (WINNICOTT, 1964-1957, p.163).

A brincadeira existe em todas as culturas, é universal. O brincar facilita o crescimento e o desenvolvimento motor e psíquico; brincar conduz aos relacionamentos grupais, é uma forma de comunicação e uma técnica na psicoterapia. “É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruam sua liberdade de criação” (Winnicott, 1975, p.79).

Para Winnicott (2005) a criança no início da sua vida, vai brincar sozinha ou com a mãe. Só depois de um tempo é que procura outras crianças para brincar. Com as outras crianças é possível viver papéis preconcebidos, tendo assim uma existência independente.

“As crianças fazem amigos e inimigos durante as brincadeiras” (WINNICOTT, 2005), iniciando assim as relações emocionais e propiciando o desenvolvimento de contatos sociais. Franco (2003) complementa dizendo que “o brincar facilita a comunicação consigo e com os outros, propiciando experiências inéditas de desintegração e integração do indivíduo”.

A chegada de um bebê causa perturbações para o primogênito, contudo, a criança “cria um mundo interior e pessoal, em que batalhas são ganhas e perdidas, um mundo em que a magia se conserva em equilíbrio oscilante. Pelos desenhos e brincadeiras infantis, pode-se deduzir uma parte desse mundo interior” (Winnicott, 1964-1957, p.146).

Muitas vezes o ressentimento recalcado e os resultados de experiências de raiva podem ser identificados pela criança com uma coisa ruim dentro dela. É habitual acreditar que as crianças dão escoamento ao ódio e à agressão nos momentos de brincadeira, porém, a agressão, além de não ser um elemento mal, não será possível desfazer (WINNICOTT, 1964-1957, p.161).

Para Winnicott (1964-1957, p.150-151) o que “falta especialmente no filho único é a experiência de sentir o ódio crescer nele; o ódio da criança quando o novo bebê ameaça, o que parecia ser uma relação estabelecida e segura com a mãe e o pai”. É normal uma criança se sentir “perturbada pelo nascimento de um irmãozinho”. Esse ódio inicial que o irmão mais velho sente com a chegada do mais

novo “cederá gradualmente o lugar ao amor, à medida que esse novo bebê se converter num ser humano com quem se pode brincar”.

Para todas as crianças, uma grande dificuldade é a expressão legítima de ódio, e a falta relativa de oportunidade de um filho único para exprimir o lado agressivo da sua natureza é uma coisa séria. As crianças que crescem juntas participam em brincadeiras de toda espécie e assim têm oportunidade de chegar a termos com a própria agressividade, e têm inúmeras ocasiões propícias para descobrirem por conta própria que sofrem quando realmente ferem alguém a quem amam (WINNICOTT, 1964-1957, p. 151).

Winnicott (1964-1957, p.149-150) olha para a importância de se ter irmãos. Para ele o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança, e poder brincar com outras crianças é importantíssimo. “Se não existirem outras crianças, o filho único fica atrofiado em suas brincadeiras”.

Sendo assim, “as crianças que brincam juntas têm uma capacidade infinita para inventar detalhes de brincadeiras e também são capazes de continuar brincando por longos períodos sem se cansarem”. Além disso, “a brincadeira fornece uma organização para a iniciação de relações emocionais e assim propicia o desenvolvimento de contatos sociais” (WINNICOTT, 1964-1957, p.163).

A presença de agressividade nas brincadeiras do primogênito pode ser uma forma de a criança demonstrar o seu ódio em relação ao bebê. As crianças brincam por prazer, porém, também “brincam para dominar angústias, controlar ideias ou impulsos que conduzem à angústia se não forem dominados”. (Winnicott, 1964-1957, p. 162).

Klein (1997, p. 26) no livro “A psicanálise de crianças” relata o tratamento de sua primeira paciente, Rita, que com dois anos e três meses de idade, quando brincava com a boneca, dizia repetidamente que não era mãe da boneca. “A análise mostrou que ela não podia se permitir brincar de ser a mãe porque, entre outras coisas, a boneca-criança representava seu irmãozinho, que ela desejara roubar da mãe, durante a gravidez desta.”.

O relaxamento que nasce de experiências de confiança é a base para a atividade criativa que se manifesta na brincadeira. A soma destas muitas experiências de relaxamento e criação é que permite a formação de um sentimento verdadeiro de self. É no brincar e talvez apenas no brincar que a criança e o adulto experimentam liberdade suficiente para criar e criar-se. É um espaço potencial, ou seja, um espaço onde toda a potência do indivíduo se mobiliza em busca de uma concretização não obsessiva (FRANCO, 2003).

A ausência de irmãos e primos para brincar, para serem companheiros de brincadeira, fazem muita falta para a criança. “As relações de sangue são de

CONCEPÇÕES PSICOLÓGICAS DAS RELAÇÕES FRATERNAS: um breve estudo teórico – p. 276-

extrema importância no deslocamento gradual das relações de duas e três pessoas, no sentido da mãe para fora e do pai e mãe para a sociedade, em seu aspecto mais amplo” (WINNICOTT, 1964-1957, p.212). Posteriormente, na fase escolar, a criança irá socializar-se, conviver com outras crianças. Porém é importante que essa convivência se inicie antes do período escolar.

8. CONCLUSÃO

Para os autores psicanalíticos estudados, a chegada de um novo filho reorganiza a estrutura familiar. Os pais influenciam diretamente na constituição das relações fraternas, e todos os membros da família sentem com a reorganização dos papéis, o primogênito não fica fora desta situação e pode ter vários tipos de reações. Portanto, os sentimentos para o recém-chegado nem sempre são de amor e amizade, podem ser de natureza negativa.

É comum que a criança sinta inveja, ciúmes e rivalidade do recém-nascido. Os irmãos rivalizam entre si pelo amor dos pais, ao qual não querem compartilhar.

Com a chegada de um irmão, o complexo de Édipo se transforma em complexo fraternal. A energia que era até então direcionada para os progenitores se direciona para os irmãos.

Quando surge o recém-nascido, pela primeira vez, alguém é menor do que o primogênito em seu círculo familiar, e todas as pessoas parecem se interessar mais pelo bebê do que por ela. Portanto, pode surgir sintomas físicos na criança, como enurese diurna e noturna, irritabilidade, náusea, constipação ou congestão nasal, mal-estar, dentre outros. Porém, o processo de tornar-se irmão, por mais difícil que seja, possibilita o amadurecimento.

A posição que a criança ocupa na fratria é importante para o seu desenvolvimento. Entretanto, a idade que a criança tem quando chega um recém-nascido é determinante para a aceitação ou não desse novo irmão. O que a literatura mostra é que se a diferença de idade é muito pequena, ainda durante o desmame, pode suscitar impulsos de destruição imaginária ou regressão ao objeto anterior.

Quando a diferença de idade é maior, a criança consegue se adaptar com maior facilidade. Se a diferença de idade é grande, pode se manifestar impulsos maternos, especialmente nas meninas. Porém, quando a diferença de idade é muito grande entre os irmãos, a falta de experiências compartilhadas dificulta os vínculos fraternos.

O primogênito ensina o casal a ser pai e mãe. Com a chegada de um novo filho, a sua relação com mãe é afetada de forma negativa, pois é um momento de transição, exige reorganização dos papéis e adaptações concretas no ritmo e na estrutura familiar.

A vinda de um segundo filho desencadeia um processo de busca de equilíbrio por todo o sistema familiar. A família, que antes era uma tríade, passa a ser uma tétrade mãe-pai-primogênito-caçula. E com a chegada do terceiro filho há uma nova configuração dos papéis estabelecidos.

Ser filho único tem sim suas vantagens, os pais podem se dedicar exclusivamente ao filho e a criança cresce de forma natural, no seu ritmo. Pois quando se tem irmãos, o desenvolvimento é acelerado por causa dos estímulos recebidos. O que a literatura aponta é que há mais desvantagens em ser filho único do que vantagens. A relação que se pode ter com os irmãos é muito rica, e o filho único não possui vivência.

O grupo familiar é a primeira experiência de relacionamentos. Quando se tem muitos irmãos, é possível desempenhar muitos papéis, isso faz com que a criança se socialize com maior facilidade. O sistema familiar funciona como um laboratório de relações sociais.

As relações entre irmãos, além de estimular o desenvolvimento motor e psíquico, também são importantes para a educação social, visto que os sentimentos que os irmãos sentem entre si são ambivalentes: ciúmes e amor. Aprender a conviver com essa dualidade é o primeiro de muitos desafios enfrentados pelos irmãos. Além disso, a fratria tem como base muitas regras que são estabelecidas a partir da relação.

A literatura considera o cuidado materno e paterno como decisivo no desenvolvimento psíquico da criança. A maternagem possibilita que o bebê consiga se desenvolver, descobrir o mundo e brincar.

É pelo brincar que a criança adquire experiência. Poder brincar com outras crianças é fundamental. O espaço da brincadeira é um espaço potencial,

onde a criança possui liberdade de criar e criar-se. Se os irmãos brincam juntos, podem se expressar de forma livre e construir uma relação sólida, de descobertas e companheirismo.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Benghozi, P. & Féres-Carneiro, T. (2001). *Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico*. In: Féres-Carneiro, T. *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, p. 112-118.

DOLTO, Françoise. *As etapas decisivas da infância*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FRANCO, Sérgio de Gouvêa. *O brincar e a experiência analítica*. Ágora, Rio de Janeiro, v. 6, 2003. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100003 >
. Acesso em: 02 jan. 2016.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. 11, 1910.

_____. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (partes I e II)*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. 15, 1915-1916.

_____. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (partes III)*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. 16, 1916-1917.

_____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. 18, 1925-1926.

GOMES, Leny da Silva; MAGGI, Noeli Reck. *A inveja: articulação entre psicanálise e literatura*. Revista Veredas, v.13, Santiago de Compostela, 2010. Disponível em: <
http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/6393710/veredas_13.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488915576&Signature=WIZXms9K0jAHQo31SiXkYQo3dKE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEducar_pelo_Espinho.pdf#page=79>.
Acesso em: 07 mar. 2017.

GOLDSMIND, Rebeca; FERES-CARNEIRO, Terezinha. *A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão*. Psicol. Em Revista, v.13 n. 2, dez. 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200006>. Acesso em: 26 maio. 2016.

_____. *Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social*. Psicol. USP [online]. 2011, v.22, n.4, p.771-788. Nov. 2011. ISSN 0103-6564.

Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>> Acesso em: 07/11/2016.

KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Tradução de Rocha, E. M.; Chaves, L. P., Rio de Janeiro: Imago, v.III, 1991. (Trabalho original apresentado em 1946-1963).

_____. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, vi 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

OLIVEIRA, Débora Silva; SOBREIRA, Rita de Cassia. *Indicadores de regressão e de crescimento do primogênito no processo de tornar-se irmão*. Psicologia em estudo. Maringá. Vol. 15, n.1 2010. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26467/000758431.pdf?sequence=1>
Acesso em 7 dez. 2016.

PEREIRA, Caroline Rubin Rossato; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. *Rivalidade fraterna: Uma proposta de definição conceitual Estudos de Psicologia*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 18, p. 277-283, abril/jun. 2013.

WINNICOTT, Donald Woods . *A criança e o seu mundo*. Tradução de Álvaro Cabral. 6. ed, Rio de Janeiro: Itc, 1964-1957.

_____. *O brincar e a realidade*. Tradução de José O. de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro, Imago, 1975

_____. *Pensando sobre crianças*. Org. SHEPHERD, Ray; JOHNS, Jennifer; ROBINSON, Helen Taylor. Tradução de, Maria Adriana Veríssimo Veronese e Roberto Barberena Granã. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. *Da pediatria a psicanálise*. 2. ed. Imago, 2000.

_____. *Os bebês e suas mães*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZIMERMAN, David E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre, Artmed, 1999.

CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: uma revisão da literatura

RODRIGUES, Aline de Paula – Uni-FACEF
CARRIÃO, Mariana Bereta – Uni-FACEF
RIBEIRO, Rafaella Bastos – Uni-FACEF
MORAIS, Tayná Gonçalves – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Estudos de saúde mental relacionados ao parto consideram a depressão pós-parto um tipo de transtornos depressivos e ansiosos que surgem no perinatal, geralmente iniciada a partir da quarta semana após o parto podendo se estender até por um período de um ano.

Este quadro depressivo apresenta sintomas de irritabilidade, falta de energia e motivação, desinteresse sexual e no parceiro, insegurança e algumas alterações no sono e também na alimentação. Sintomas fisiológicos também podem aparecer na DPP, como fortes dores nas costas, dor de cabeça e abdominal.

A depressão pós-parto, considerada uma psicopatologia, não se diferencia muito do quadro depressivo não relacionado ao parto. Ela também apresenta instabilidade de humor e preocupações com o bem estar do bebê, podendo variar em excessos de cuidados ou até mesmo colocar em a vida do recém-nascido em risco.

Os transtornos do humor que se manifestam nas novas mães são acompanhados pela melancolia da maternidade, mais conhecida como “baby blues”, além das psicoses puerperais. O baby blues, também chamado de blues do segundo dia, é causado pelas mudanças hormonais que o corpo sofre depois do parto, quando os níveis de hormônios que ficam relativamente altos, como estrógeno e a progesterona, caem rapidamente. O blues apresentam sintomas tais como baixo astral, falta de energia, perda de sono e apetite, mas tem como o principal os ataques de choro sem motivo.

Temos a psicose puerperal conhecida também por psicose pós-parto, como uma complicação da DPP, atingindo estatisticamente duas novas mães em mil, sendo essas mulheres geralmente com casos antigos na família de depressão. Ao apresentar essa enfermidade em uma gravidez, a probabilidade de desenvolver-la

RODRIGUES, Aline de Paula; CARRIÃO, Mariana Bereta; RIBEIRO, Rafaella Bastos; MORAIS, Tayná Gonçalves; GRACIOLI, Sofia Muniz Alves

outras vezes é considerada maior. Se faz presente após o parto, nas primeiras semanas e no primeiro mês e apresenta sintomas de variam entre depressão à hiperatividade, perda do controle da realidade desencadeando em delírios.

Com base na necessidade de mais estudos sobre o tema, sobretudo na realidade das mulheres no período perinatal o presente estudo tem como objetivo geral avaliar as consequências da depressão pós-parto. Como objetivo específico, primeiramente, buscou-se certificar as características de uma depressão pós-parto e suas influências, verificando a existência de consequências na mulher. Posteriormente, levantou-se a hipótese de como esta pode influenciar e acarretar futuros problemas na vida de uma mulher e sua dificuldade para lidar com a situação.

No presente estudo, como metodologia, teve-se embasamento no livro “depressão pós-parto” da autora Erika Harvey, que esclarece de acordo com sua própria experiência, quais os sinais da depressão e o que esta psicopatologia representa. O intuito da obra é acima de tudo ajudar as leitoras que também já passaram ou estão passando pela mesma situação e mostrando que certamente elas não estão sozinhas, e que, apesar de ser um tema delicado, a depressão pós-parto pode sim ser tratada e que as mulheres decorrentes deste quadro são capazes de fazer muito por si, mesmo que esta auto ajuda possa fundamentar-se apenas na aceitação de que estas encontram-se deprimidas e necessitadas de um acompanhamento médico.

Além do exemplar, o embasamento teve como base outros artigos científicos, entre eles, o mais utilizado foi sobre os fatores de riscos e repercussões no desenvolvimento infantil decorrente da depressão pós-parto, no qual é uma condição que afeta 10% a 15% das mulheres, tendo início em algum momento durante o primeiro ano do pós-parto, manifestando-se através de um conjunto de sintomas como, ansiedade, sentimentos de incapacidade de lidar com novas solicitações, irritabilidade, sentimentos de desamparo e desesperança, choro frequente, falta de energia e motivação, desinteresse sexual, transtornos alimentares e do sono.

2. DEPRESSÃO

A depressão nos dias atuais ainda não é compreendida, pois, apesar do sofrimento, o indivíduo não procura uma melhora, apenas vive na melancolia. Este termo é utilizado por muitas pessoas para relatar uma fase difícil em que se encontra, de tristeza ou solidão, porém, não pode ser considerada um transtorno.

Segundo Beck e Alford (2011), a depressão é um tema discutido por vários especialistas sem ter uma classificação certa. Além disso, a causa específica para sua existência varia entre doenças de transtorno psicológico ou orgânica.

A tristeza constitui a vida de pessoas, mas em momentos de perda, dificuldades, a depressão tem causado um sofrimento maior que qualquer outra doença. Segundo pesquisas, essa psicopatologia só fica atrás da esquizofrenia, e também pode variar de acordo com o gênero. Enquanto síndrome, esta pode afetar aspectos cognitivos, psicomotores causando invalidez nas economias do mercado, e como doença, é classificada dependendo da época em que a sociedade se encontra.

Os aspectos que utilizam para falar da depressão, são baseados em autores antigos, onde o termo da categoria era “melancolia”, descrita por vontade de morrer, perda de sono e fome. Devido a possíveis estudos de Kraepelin, Beers, os sintomas utilizados para diagnosticar uma depressão são embasados em literaturas antigas, como: humor perturbado, desejo de morrer, comportamentos autodepreciativos, sintomas físicos (perda de apetite e peso, insônia), delírios, entre outros.

Segundo Beck e Alford (2011), a representação da depressão como um transtorno afetivo é falsa por existir várias outras características além do transtorno de humor. Sendo assim, não se tem absoluto conhecimento se os sintomas que os pacientes apresentam indicam um exclusivo dessa psicopatologia, porém, relatam passos para que ela seja definida. É subdividida em cinco aspectos.

Alteração específica no humor: tristeza, solidão, apatia. Autoconceito negativo associado a autorrecriminações e autoacusações. Desejos regressivos e autopunitivos: desejos de fugir, esconder-se ou morrer. Alterações vegetativas: anorexia, insônia, perda de libido. Alteração no nível de atividade: retardo psicomotor ou agitação. (BECK; ALFORD, 2011 p.17).

Alguns autores consideram que alterações de humor são normais nas pessoas, que essa pode variar entre felicidade e tristeza, portanto, pode-se ocorrer transições. Os termos que uma pessoa depressiva utiliza para uma normal, podem ser semelhantes, portanto, o indivíduo com a psicopatologia não consegue diferir os sintomas de um vocabulário popular, mas alguns pacientes também podem relatar sentimentos jamais sentidos. Outros pontos similares, é a forma de conversar, com um tom de voz baixo, ou respostas físicas como insônia ou passar por contratempos. Portanto, para caracterizar uma depressão, necessitasse de observar a intensidade que esta ocorre e a frequência para que não se confunda com uma tristeza corriqueira.

Os sintomas dessa psicopatologia são altamente discutidos, já que alguns autores concordam com alguns específicos, já outros discordam, incluindo pesquisas para comprovar os dados realizadas por Cassidy e seus colaboradores concluindo uma alta frequência de sintomas médicos. Já no estudo de Cassidy, concluiu-se que os sintomas aconteceram com a mesma frequência em pacientes com outras doenças.

Segundo Beck e Brad (2011, p. 22): “Após uma análise das principais queixas, os sintomas de depressão são descritivos sob quatro principais aspectos: emocionais; cognitivos; motivacionais; físicos e vegetativos.” Essa descrição foi obtida através da observação de pacientes incluindo queixas subjetivas como o fato de se sentir infeliz, preocupado, porém, é importante enfatizar que nem todos os indivíduos possuem conhecimento da sua mudança.

Diversos escritores também estudaram sobre a teoria de que algumas pessoas tem predisposição para a psicopatologia ou vulnerabilidade. Esses pesquisadores tentavam produzir conciliação com a teoria de transmissão de gênero.

Segundo José Alberto Del Porto (1999), o diagnóstico do transtorno deve levar em conta se é uma depressão com sintomas primários ou secundários, também o alcoolismo ou outras dependências químicas, quadros de ansiedade, entre outros.

Os cursos da psicopatologia, segundo Beck e Alford (2011) são essenciais para a compreensão e avaliação do tratamento, já que dados da vida do paciente podem ter influenciado, portanto, o especialista destinado a diagnosticar pode se deparar com inúmeras dificuldades, no caso, o médico. Deve-se levar em

conta os fatos de desenvolvimento, aqueles que evidenciam traumas e maus-tratos; fatores biológicos que é mudança no eixo hipotalâmico-hipofisário-adrenal e maior ativação de células exterminadores naturais; fatores cognitivos que necessita de maior estudo.

Para tratamentos terapêuticos, várias teorias podem ser utilizadas, como psicanalítica, teorias evolutivas, o existencialismo. Deve-se trabalhar a interpretação negativa de situações da vida, frustrações ou derrotas, podendo resultar em transtornos do pensamento sendo uma característica geral da psicopatologia.

Contudo, ao longo do estudo, pode-se observar que uma pesquisa mais aprofundada sobre depressão deve ser feita por ainda existir vários questionamentos, como a possibilidade de prevenção, como lutar contra ela, um tipo de tratamento eficaz, entre outros.

3. DEPRESSÃO PÓS-PARTO

Atualmente as mulheres conseguem controlar suas vidas bem mais que gerações passadas, planejando o momento certo para ter um bebê e construir uma família, e ter maridos dispostos para acompanhar todo o processo, e mulheres dispostas a retornar ao mercado de trabalho depois da maternidade, sendo assim as empresas estão mais flexíveis a licença-maternidade. Por mais que a vida moderna das mulheres se tornou mais fácil, o modo como vivemos dificulta a adaptação delas na maternidade.

Segundo Harvey (2002) 10 e 20% das novas mães sofrem com depressão pós-parto e 60% delas sofrem depressão em um nível mais grave, a pesquisa traz essas porcentagens, mas existem mães que não procuram ajuda medica ou com outros profissionais, e assim tenta superá-la.

De início a depressão pós-parto era relacionada a um problema de hormônios que se acalmavam com o tempo, mas hoje especialistas na área da saúde indicam que vários fatores influenciam como situação social e psicológica. Harvey (2002) Afirma que a depressão pós-parto é um quadro que varia seu início a partir do momento que o bebê nasce ou depois de seis meses a um ano, seus sintomas variam bastante, como baixo-astral, perde-se o interesse para tudo, e a relação com

o bebê torna-se extremamente difícil, desperta uma raiva ou frustração ao companheiro, e também afeta o meio social, quando a mãe prefere ficar com o bebê, evitando o contato com as pessoas, é algo que vem de dentro de uma mãe, mas que não faz parte do controle, pensamentos e emoções dela.

Lacerda et al.(2009) afirma que esses sintomas são uma características padronizada da DPP, sendo estes, ataques de ansiedade, choro fácil, perda de interesse na vida, insegurança exagerada, pensamentos obsessivos, irritabilidade, cansaço, sentimento de culpa e inutilidade, contudo pelo sentimento de incapacidade de cuidar do bebê e dificuldades para amamentá-lo, e assim isolando dos membros da família e do próprio bebê.

Estes autores ressaltam que existe uma diferença entre DPP e baby blues, que este se caracteriza segundo Harvey (2002) nas duas primeiras semanas após o nascimento do bebê, suas principais causas são as mudanças hormonais que se dão no corpo da mulher após o parto, quando o estrógeno e progesterona caem muito depressa, seus sintomas caracterizam, baixo astral, cansaço, dificuldades para dormir, alto nível de ansiedade e preocupações, falta de concentração, falta de apetite e irritação, em destaque o principal sintoma é choro, choram por um motivo insignificante, porém não é necessário tratamento médico, pois duram apenas alguns dias depois do nascimento do bebê e desaparece entre uma ou duas semanas.

De acordo com Harvey (2002) a depressão pós-parto afeta mães vulneráveis, um dos fatores que possibilitam é quando os pais não conseguem dormir, pois bebê chora muito e a mãe não consegue amamentar. O afetado é a mãe, mas ela reflete em toda família, principalmente no contato mãe e bebê. Se a depressão pós-parto não for tratada, pode demorar meses para ser superada, ou até mesmo muitas mulheres sente que nunca irão ser as mesmas, a cura para a depressão pós-parto designa em terapia a base de remédios e psicoterapia, e outros métodos alternativos e complementares são importantes.

A prevenção para transtornos de humor relacionados ao parto é de extrema importância segundo Yonkers e Steiner (1999). Para Baptista e Furquim (2003) a consulta pré-natal é necessária pois o médico pode indicar tantos fatores de riscos fisiológicos como também psicológicos, e assim qualquer fator que possa possibilite a DPP será descartado.

4. DEPRESSÃO PÓS-PARTO MUDANÇAS MATERNAS

Estudos realizados na área de saúde mental relacionados ao parto levaram a uma mudança no conceito de depressão pós-parto (DPP), por ser considerada um espectro de transtornos depressivos e ansiosos que surgem no período perinatal. Esta mudança está relacionada ao aumento de reconhecimento da necessidade de prevenção e intervenção precoce nesse período crítico. (Austin, 2004).

A DPP tem seu início geralmente entre a quarta e oitava semana após o nascimento da criança, podendo ocorrer por vezes mais tarde mas dentro do período de um ano. Apresenta sintomas que incluem irritabilidade, desinteresse sexual, insegurança e sentimento de desamparo, problemas com alterações de fome e sono, choro frequente e sensação de que não saberá lidar com a nova vida e que não dará conta de cuidar do recém-nascido.

Uma mãe com depressão pós-parto pode apresentar sintomas como cefaleia, dores no corpo, erupções vaginais e dores abdominais, sem nenhuma causa orgânica nítida. (Klaus e col., 2000). Com o nascimento de um filho, grande parte das mulheres vivenciam experiências e sentimentos contraditórios e incompatíveis com a expectativa criada de maternidade com base na cultura. Surge a partir deste fato alguns conflitos internos entre o idealizado e a realidade, resultando em um sofrimento psíquico tornando-se a base para a depressão pós parto.

Analisando a literatura de uma maneira geral, indica-se que a depressão ao decorrer do primeiro ano de vida do bebê tende a ser leve. (O'Hara, Neunaber&Zekoski, 1984; Steiner & Tam, 1997; Whiffen&Gotlib, 1989). Contudo, esses sintomas, leves ou não, podem trazer prejuízos abundantes para a mãe, pois é neste período em que ela deveria se sentir radiante com a chegada de seu filho. (Maldonado, 2000). Segundo Steiner e Tam (1997), o fato da depressão ao longo do primeiro ano de vida ser geralmente leve ou moderada ajuda que na maioria dos casos ela não seja diagnosticada, podendo desencadear uma DPP tão severa que uma intervenção se faça necessária. Para Maldonado (2000), a gravidade da depressão aparentemente é relacionada com a maternidade, papel materno, com o recém-nascido e com o tipo de vida que é imposto com a chegada da criança.

O conflito conjugal também pode predispor a mãe à depressão, pois a relação conjugal tende a ser o relacionamento mais importante para a mãe no puerpério (Cooper & Murray, 1995). Outro fator relatado como de risco para a depressão materna é a falta de suporte social, boas relações e apoio da família. Bowlby (1989) acredita que o apoio de uma outra mulher, do companheiro e amigos, no período peri e pós-natal, pode dar grande acolhimento emocional e fornece uma base segura para a nova mãe.

Alguns fatores como ajustamento psicológico antes e durante a gravidez podem ser importantíssimos para a depressão materna. Segundo O'Hara (1997), mães que passaram por momentos de estresses na gestação e no parto, mulheres que não tiveram apoio social, especificamente de seu parceiro, essas tem maiores chances de desenvolver DPP. Juntamente com isso, a relação da mãe com a sua figura materna, também é considerado um fator importante, influenciando a qualidade das experiências emocionais durante a gestação. (De Felice, 2000).

De acordo com O'Hara (1997), a depressão materna é multideterminada, um único fator, sozinho, não causa nenhum transtorno, mas sim a combinação de fatores adversos aumenta a vulnerabilidade da mãe do recém-nascido de desenvolver a DPP. Podemos citar Murray e cols, (1996a) que revelaram que a irritabilidade do bebê e fraco desenvolvimento motor são resultados da depressão materna em novas mães que foram vulneráveis à depressão.

Conforme Field e cols. (1985), mães em estados depressivos apresentam comportamentos frequentemente deprimidos ou ansiosos, menos comportamentos imitativos das expressões faciais do bebê, brincam menos e apresentam atitudes punitivas na interação mãe-bebê. Além disso, essas mães tendem a relatar mais dificuldades no cuidado com os filhos, juntamente com insatisfação com a postura materna.

De acordo com o autor Brazelton (1988), a depressão materna apresenta um ponto positivo: a abundante sensibilidade da nova mãe contribui para que ela procure intervenções necessárias para compreender seu bebê, buscando um comportamento organizado nele, enxergando assim um apoio para seus sentimentos de insatisfação. Brazelton e Cramer (1992) ressaltaram que a depressão materna no período pós-parto é um dos fatores mais importantes que afetam a interação mãe-bebê. Eles mostraram que até as depressões mais brandas

podem afetar bastante o recém-nascido, resultando na percepção dele às mínimas deficiências na contingência no comportamento materno afetivo.

5. DEPRESSÃO PÓS-PARTO MATERNA E AS CONSEQUENCIAS PARA O BEBÊ

As interações da mãe-bebê têm como características fundamentais a reciprocidade e a comunicação, sendo a primeira uma resposta recíproca aos comportamentos apresentados e a segunda pode ser apresentada de diversas maneiras, como “o conato olho a olho, sorrisos, vocalizações, posturas, gestos, expressões faciais, tom de voz, aproximação e afastamento corporal, brincadeiras e do choro.”. (MOURA et. Al, 2004, p.2)

Entretanto, no contexto de depressão pós parto, sabe-se que a mãe se encontra perante um momento de fragilidade e instabilidade emocional, o que leva a privar o bebê de comportamentos afetivos, gerando falhas em seu desenvolvimento. Segundo Frizzo e Piccinini (2005, p.50) “a depressão tende a afetar a disponibilidade cognitiva e emocional da mãe, condições inerentes à contingência das respostas; por isso ela tenderia a não ser adequadamente responsiva à sua criança.”

Dessa forma, a mãe coloca seu bebê em uma condição vulnerável, pois é dependente de seus cuidados e da responsividade emocional, que segundo Cohn, Campbell, Mattias & Hopkins (1990. Apud Frizzoe Piccinini, 2005, p.50) “a falta de responsividade materna nos primeiros meses de vida parece provocar uma mudança desenvolvimental no bebê”, uma vez relacionada ao baixo envolvimento emocional com a principal cuidadora em seu primeiro de vida. Por isso, mães deprimidas tendem a frustrar mais seus bebês pelo fato de não conseguirem responder adequadamente aos comportamentos apresentados. Frente a essas considerações, segundo Hoffman e Drotar (1991, apud Frixxo e Piccinini, 2005, p. 51) estudos mostram que bebês de mães deprimidas tendem a apresentar menor grau afetivo e expressão emocional, baseando-se nas experiências vivenciadas com a mãe.

Segundo Ribas e Moura (2004), para Bowlby, (“que considera uma tendência de espécie para desenvolver relações de apego”), o componente básico da natureza humana está na tendência em estabelecer vínculos com determinados

indivíduos, que para o autor são “laços relativamente duradouros que são estabelecidos com um parceiro”. O apego define como “a disposição para buscar a proximidade e contato com uma figura específica, e seu aspecto central é o estabelecimento do senso de segurança”. Portanto, é de extrema importância que se estabeleça um vínculo afetivo e o vínculo do apego, pois são considerados fatores primários para um desenvolvimento adequado.

Para Lacan (2004), a formação do inconsciente da criança se dá na intrincada relação com o cuidador que nomeia suas primeiras necessidades. Sendo assim, as perspectivas do cuidador sobre o bebê é que permitirão seu crescimento, como ser desejante.

Winnicott (2005) afirma que o bebê pode assumir vários significados na fantasia inconsciente da mãe e que a atenção dedicada pela mãe ao bebê é um aspecto predominante, denominado pelo autor como “preocupação materna primária” (p.21), que se caracteriza por apresentar uma vontade e uma capacidade da mãe em desviar o interesse do seu próprio self para o bebê. Tal situação confere à mãe uma capacidade especial de fazer a coisa certa; ela, e mais ninguém, sabe como o bebê pode estar se sentindo. Essa realidade pode ser afetada por distúrbios maternos, que rompem com tal vínculo, com as forças protetoras naturais que se estabelecem na díade.

Carifete (2009) afirma que a infância é crucial no desenvolvimento da criança, pois nesse período ela desenvolve padrões de interação social, estabelece laços parentais e aprende a importância da comunicação. A capacidade de interação com o filho fica comprometida com uma mãe deprimida, pois a criança pode não desenvolver tais aptidões. Ao não receber a devida atenção e estimulação, essas crianças, frequentemente apresentam atraso no desenvolvimento, principalmente, em nível da capacidade de resposta a emoções positivas e da interação com os outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi escrito ao longo deste artigo, podemos concluir que o nosso objetivo de realizar uma revisão bibliográfica à partir das

características de uma depressão pós parto e suas influências na vida da mãe e do seu filho, foi alcançado com sucesso.

Chegamos à conclusão de que neste período a mulher se encontra vulnerável, e com isto, existem grandes chances de um quadro depressivo, em que essas consequências poderão não apenas prejudicar a saúde da mãe como também de todos os outros membros da família, principalmente o bebê, que neste momento necessita do contato direto com a mãe.

Há diversos fatores de riscos envolvidos, porém, a etiologia exata ainda não foi estabelecida. Sabe-se que fatores biológicos, psicológicos e sociais contribuem para este quadro as evidências encontradas na literatura indicam a importância de uma avaliação precoce da depressão, que é capaz de resultar uma maior facilitação de prevenção. Se for tratada de forma correta, a DDP apresenta melhora, contudo, se não houver ajuda médica pode agravar a situação.

É de extrema importância que as pessoas façam discussões sobre este assunto pois é um tema delimitado se refletido a partir dos materiais de estudos disponibilizados, que infelizmente não são muitos. Espera-se que esta revisão provoque e desperte estimulação para novos estudos, pois é um assunto delicado e que desde os primórdios estão presentes na sociedade e requer conhecimento e suporte.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, M. P. (2004). Antenatal screening and early intervention for perinatal distress, depression and anxiety: **Where to from here? Archive of Woman Mental Health**, 7(1), 1-6.
- BAPTISTA, A. S. D.; FURQUIM, P. M. **Enfermaria de obstetrícia**. In: BAPTISTA, M. COOPER, P. & Murray, L. (1995). The course and recurrence of postnatal depression: Evidence for the specificity of the diagnostic concept. **British Journal of Psychiatry**, 166, 191-195.
- CRAMER, B. & Palácio-Espada, F. (1993). **Técnicas psicoterápicas mãe-bebê**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- FIELD, T. (2000). Infant of depressed mothers. Em Johnson, S., Hayes, A., Field, T., Schneiderman, N. & McCabe, P. **Stress, coping and depression**. London: Lawrence, 3-22.
- HARVEY, Erika; **Depressão pós-parto: esclarecendo suas dúvidas**. São Paulo: ágora, 2002.
- LACERDA, A. L. T. et al. **Depressão: do neurônio ao funcionamento social**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- MOURA, M. L. S., et al. **Interações iniciais mãe-bebê**. Psicologia: Reflexão Crítica. p. 295-302, 2004.
- N.; DIAS, R. R. (orgs.) **Psicologia Hospitalar**: teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. cap.2, p.11-33.
- O'HARA, F. (1997). The nature of postpartum depression. Em Cooper, P. & Murray, L. **Postpartum depression and child development**, pp. 3-31. New York: Guilford.
- PICCININI et. Al. **Gestação e a constituição da maternidade**. Psicologia em Estudo. Maringá, v.13, n.1m p. 63-72. Janeiro/Março, 2008.
- PORTO, J. A. D. Conceito e diagnóstico. **Revista brasileira de psiquiatria**. São Paulo, v. 21, s. 1, p. 8-11, Maio, 1999.
- VERONEZ, G. M., **Depressão pós partos**: o sofrimento materno perante o bebê. Franca. Novembro, 2016.
- YONKERS, K.; STEINER M. **Depressão em mulheres**. Tradução Cláudio N. Soares 2. Ed. São Paulo: Lemos Editorial,1999.

CULTURA DO ESTUPRO: a prática do abuso sexual contra mulheres no Brasil – artigo de revisão

FERNANDES, Camila Campos – Uni-FACEF
SOUZA, Rafaella Orlando de – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O crime de estupro está previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro. A lei brasileira de 2009 considera estupro qualquer ato libidinoso contra a vontade da vítima ou contra alguém que, por qualquer motivo, não pode oferecer resistência. Ou seja, não importam as circunstâncias, se foi contra a vontade própria da pessoa ou ela está desacordada é crime. Antes, o ato só era caracterizado quando havia conjunção carnal com violência ou grave ameaça (BRASIL,).

A expressão "cultura do estupro" surgiu nos anos 1970 e foi usada por feministas para indicar um ambiente cultural propício a esse tipo de crime por ter mecanismos culturais em que as pessoas acabam naturalizando e aceitando algumas violências em relação à mulher, e que vem sendo atualmente retratado pelos casos envolvendo abuso de mulheres, jovens, adolescentes e crianças em nossa sociedade.

Apesar de diariamente, os noticiários divulgarem casos de estupro, dentre os denunciados, apenas uma porcentagem chega ao nosso conhecimento pelas mídias. No Brasil, segundo dados do IPEA, 0,26% da população sofre violência sexual, indicando, anualmente, 527 mil tentativas e casos de estupro consumados no país.

O crime de estupro no Brasil é tipificado como crime hediondo, previsto no art. 213 do Código Penal Brasileiro. No entanto, apesar do rigor da lei, dados oferecidos pelo 9o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam que em 2014, a cada 11 minutos, foi feita uma notificação de estupro no Brasil. Isso porque, os dados também apontam que apenas 35% dos casos foram notificados. Entre os meses de maio e junho de 2016, alguns desses casos vieram à tona e muito em decorrência de haverem sido publicados em redes sociais na Internet.

O objetivo desse artigo é investigar a cultura do estupro nos dias atuais, ao qual o agressor utiliza do corpo da mulher para satisfazer de seus desejos sexuais, com ou sem o uso da violência física. Desnudar, tocar, acariciar as partes íntimas, levar o sujeito a assistir ou participar de práticas sexuais de qualquer natureza também constituem características desse tipo de crime.

Como forma de metodologia foram pesquisadas informações em artigos, livros e sites, que retratam o abuso sexual de mulheres, a relação e os conceitos de estupro, seu surgimento e repercussão nos dias atuais.

2. O CRIME HEDIONDO: ESTUPRO

Segundo a Legislação Brasileira, o crime de estupro constitui-se um crime complexo em sentido amplo. Nada mais é do que o constrangimento ilegal voltado para uma finalidade específica, consistente em conjunção carnal ou outro ato libidinoso (BRASIL, 2009).

De acordo com Burigo (2016), estupro é a prática não consensual do sexo, imposta por violência ou ameaça de qualquer natureza. Qualquer forma de prática sexual sem consentimento de uma das partes, envolvendo ou não penetração, configura estupro. É relacionado a todo crime que consiste no constrangimento a relações sexuais por meio de violência, ou violação; seja este por qualquer gênero e idade.

Segundo o Woelfert (2003), no Artigo 213 do Código Penal está imposto que constranger uma mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça, levando ao estuprador uma pena de reclusão de 6 a 10 anos. Woelfert afirma que outros autores acham que não existe estupro se não houver sinais de tentativa de constrangimento ou de defesa, porém ele não concorda, e diz que uma mulher sob ameaça de estupro muitas vezes pode desmaiar, perder as forças ou até paralisar de terror, havendo poucas que reagem.

É considerado um crime hediondo, aquele de extrema gravidade. Em razão disso, recebe um tratamento diferenciado e mais rigoroso do que as demais infrações penais. É considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, anistia ou indulto. Como exemplo o estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º, do CP); e estupro

de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do CP); entre outros crimes. (BRASIL, 2009).

Conforme cita a revista OnLine Editora, o crime de estupro pode-se alterar de acordo com os atos ou vítima, tendo em todos punições severas para o agressor. Caso este resulte em morte a pena de reclusão pode ser de 12 a 30 anos. O estupro é considerado um dos crimes mais violentos, e classificado como extrema gravidade, recebendo o criminoso, um tratamento mais severo por parte da justiça. Nos casos de estupro cônjuge, a lei determina que a pena deve ser aumentada pela metade, e nos casos onde a vítima seja dopada, é classificado como estupro praticado mediante violência presumida, pois a vítima não teve maneiras de se defender.

OnLine Editora afirma que antes do ano de 2009, a lei afirmava que estupro era “constranger a mulher à conjunção carnal, mediante a violência ou grave ameaça.”, mas ocorreu uma troca do termo “mulher” por “alguém”, uma vez que pode haver homens e mulheres vítimas do estupro.

Conclui-se então, que o crime de estupro é considerado um dos crimes mais violentos, ou seja, um crime hediondo, sendo este uma prática não consensual do sexo, envolvendo ou não penetração. Conforme o Artigo 213 do Código Penal impõe, podendo o estuprador levar uma pena de reclusão de 6 a 10 anos.

3. A SOCIEDADE BRASILEIRA

A visão da sociedade brasileira em relação ao crime do estupro esta relacionada à maneira de como as pessoas impõe os papéis de gênero sobre os comportamentos. Essa estrutura, desde antigamente utiliza do conhecimento de que a mulher, em sua sociedade tem sua imagem objetificada como alguém que tem o papel de reproduzir e cuidar dos filhos e da casa. A partir disso, foi-se construindo uma visão negativa da mulher, a qual deveria esta se submeter aos desejos do homem.

A partir disso, as mulheres se empoderaram, para mostrar seu verdadeiro valor diante da sociedade, lutando pela igualdade de gênero, e reconhecimento. Muitos movimentos feministas foram para as ruas, tomando a

frente de suas opiniões, e demonstrando sua relação de igualdade perante os homens.

Mesmo com toda essa luta das mulheres para encontrar seu espaço valorizado na sociedade, há ainda o preconceito de que as mulheres são submissas aos homens, servindo apenas para a procriação, atingindo desta maneira os desejos sexuais de homens que acreditam nessa submissão e se colocam acima de suas opiniões.

Segundo o Guia Mundo sobre a Cultura do Estupro, a nossa sociedade brasileira ainda tem uma tolerância em relação à violência contra as mulheres. Visando um estudo feito em 2014 pelo IPEA juntamente com a ONU Mulheres do Brasil, foi apontado que 42,7% da população acreditam que quando uma mulher é agredida e continua com o parceiro é porque gosta de apanhar e os outros 58,5% acreditam (total ou parcialmente) que se as mulheres soubessem como se comportar em sociedade, haveria menos estupros.

Como podemos observar, há ainda grande parte da população que continua com o compartilhamento da crença que a culpa é sempre da vítima, e não do agressor, articula Nereida Sallete, psicóloga e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de Campinas. A mesma, explica também que há uma Cultura do Estupro no Brasil, pois embora que a maioria dos homens não estupe, muitos deles estaria disposto a estuprar se não houvesse punição, e que provavelmente não interviriam se vissem outros homens estuprando. (SALLETE, 2016).

Ela ainda acrescenta: “A cultura do estupro não determina aos homens a agressão, mas torna o meio convidativo a ela. Em outras palavras, o ato é visto como normal à masculinidade e cabe à mulher evitá-lo”. (SALLETE, 2016; p. 34).

Outro equívoco que encontramos na sociedade, em geral até em outros países, são as músicas que glorificam a degradação das mulheres onde segundo Vilar (2016) apesar de nem todos os homens consumirem pornografia, a maioria houve músicas, independente dos gêneros musicais. No Brasil, é abordado que somente o *Funk* possui conotações de letras as quais se referem à violência contra a mulher, assédio sexual, sexismo, machismo, misoginia, dentre outras. Nos Estados Unidos alegam que seja o *Pop* e o *Rap*, mas o que precisamos entender é que essas características são encontradas em distintos estilos musicais, como exemplo:

- **Se essa mulher fosse minha** (Samba de roda)

Se essa mulher fosse minha

Eu tirava do samba já, já

Dava uma surra nela

Que ela gritava: Chega, Chega

Oh meu amor

Eu vou-me embora da roda de samba eu vou

- **Loira burra** (Gabriel, o Pensador)

"À procura de carro, a procura de dinheiro / O lugar dessas cadelas era mesmo num puteiro (...) Não eu não sou machista, exigente talvez / Mas eu quero mulheres inteligentes, não vocês (...) E pra você me entender, vou ser até mais direto/ Loira burra, você não passa de mulher objeto"

- **Rape-me** (Nirvana)

- (Estupre-me)

Rape me, rape me my friend

(Estupre-me, estupre-me meu amigo)

Rape me, rape me again

(Estupre-me, estupre-me novamente)

Ainda segundo Vilar (2016), ele descreve sobre o aplicativo de celular chamado **Shazam**, no qual foi lançado no ano de 2016 no Brasil. O intuito do mesmo é alertar e combater a disseminação da violência contra mulheres, da cultura do estupro e da pedofilia através da música. O aplicativo com poucos meses de uso, já havia alertado mais de 300 músicas (nacionais e internacionais) que apresentaram incentivos ou banalização da violência feminina. Ele tem o intuito de alertar o usuário e apresenta depoimentos de vítimas que sofreram violências, estupro, assédio sexual, pedofilia, etc.

4. RELAÇÃO DE PODER

Em relação ao estupro, o homem tem a necessidade da demonstração de poder, de subjugar e humilhar alguém mais vulnerável que pode estar ao seu alcance. O estupro se refere a uma relação de poder, ou seja, trata-se de um processo de intimidação pelo qual os homens mantêm as mulheres em um estado de medo permanente.

Mas como seria expressa a palavra “poder”? Segundo Ferreirinha e Raitz (2010; p.370, apud Foucault; 1979), antes de tudo é preciso conhecer a etimologia da palavra poder, ela vem do latim *potere*, ao qual substituído ao latim clássico expressa *posse*, que seria a contração de *potis* esse, que nada mais é do que “ser capaz” ou “autoridade”. Na prática, a etimologia dessa palavra se torna uma palavra ou ação que expressa força, persuasão, controle, regulação etc.

Conforme Soares (2012) a minoria consegue ter consciência de como deve ser a administração das seqüelas tanto psíquicas quanto emocionais das mulheres que são vítimas de agressões (onde a maior parte é menor de idade) por este tipo de crime.

Segundo Sousa (2017) conforme as condições e heranças socioculturais, independente dos casos, a mulher é estereotipada e contida em sua sexualidade, tanto quando é vista como objeto sexual, seja quando é vista como casta (qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social ou de caráter hereditário).

Foucault (1988) cita que é notável que em relações de poder não seja a sexualidade o elemento mais rígido, mas sim, um dos mais atribuídos de maior instrumentalidade, ou seja, é utilizável no maior número de manobras, pode servir de ponto de apoio, e de articulação às mais variadas estratégias.

Articula Smith (2004) que o número de agressões sexuais em relação à justiça criminal é alto, ao mesmo tempo em que a taxa de prisões, processos e condenações de agressores são baixos. São encontradas algumas explicações do ato de homens cometerem o estupro e porque essa violência é “justificada”. Muitas vezes é dito que o estuprador não se conteve, expressando seu desejo sexual ao invés de tornar público o poder, controle e raiva do homem.

Ainda segundo o autor citado acima, em nossa sociedade, as mulheres são instruídas a acreditarem que é natural do homem ser um agressor sexual, e que é da responsabilidade da mesma se precaver para não ser atacada. Nessa cultura do estupro, a vítima quem é a culpada pelos ataques em relação às suas ações (como ela andar sozinha, beber álcool, ou estar sozinha em casa) e nunca são questionados os comportamentos do agressor.

Com relação aos comportamentos do homem em nossa sociedade, tendo como tema o poder da submissão da mulher, Vilar (2016) afirma que os mesmos são movidos pelo machismo e pelo sexismo, onde tendem a considerar as

mulheres pelo modo como elas se vestem, agem, e por isso criam categorias visuais, as quais condicionaram erroneamente uma própria suposição de que as mesmas que se vestem com roupas curtas e ou de forma mais sensual (colocadas como vulgares), que tem gostos mais sensuais para danças, músicas, e que possam possuir também um pensamento livre quanto à sexualidade, seriam mulheres mais “fáceis” de “pegar”.

É possível observar esse condicionamento errôneo pelos casos de estupros vistos em nosso cotidiano. Como Roxane Gay (2016) trás em sua obra o caso de uma jovem de 11 anos dos Estados Unidos que sofreu um estupro coletivo por 18 homens em Cleveland, Texas. O ataque foi divulgado na internet, onde as pessoas acabaram por culpabilizar da vítima. Foi aberta uma discussão sobre o fato de como a mesma se vestia, alegaram que a garota se vestia como uma mulher de 20 anos, e que por isso de certo modo “pediu pela agressão”, e ainda que foi compreensível a agressão pro 18 homens.

A jovem teve repercussões extremamente negativas nas redes sociais, o que deixa claro o que a sociedade impõe como “papel da mulher”, e o quanto é fácil culpabilizar as vítimas de quaisquer tipos de agressões que sofrem todos os dias.

Conclui-se então o quão a sociedade Brasileira tem-se condicionado erroneamente com o passar do tempo em relação à “obrigação” da mulher que é submissa aos homens tanto física como emocionalmente. Podendo ter indícios de uma sociedade vinculada à cultura do estupro.

6. O QUE É A CULTURA DO ESTUPRO

Segundo Ferreira (2010) o termo “cultura do estupro” tem sido usado desde os anos 1970, época da chamada segunda onda feminista, para apontar comportamentos sutis ou explícitos que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher. A palavra “cultura” no termo “cultura do estupro” reforça a idéia de que esses comportamentos não podem ser interpretados como normais ou naturais, ou seja, se é cultural foi criado, e pode ser mudado.

De acordo com o blog Feminismo Sem Demagogia publicado por Kollontai (2016), a cultura do estupro é banalização do estupro, a ponto de ser naturalizado pela sociedade e não trazer espanto e nem indignação. Esta cultura se

fortalece pela mistura de ideologias de ódio, que se interseccionam. É fácil perceber a misoginia sendo gritada em discursos que culpabilizam as vítimas.

Segundo o Guia Mundo sobre a Cultura do Estupro, a mesma pode ser definida como uma normalização da violência sexual contra a mulher tanto na sociedade como na mídia. A palavra “cultura” não está somente atrelada às artes e ao folclore, mas também ao comportamento da comunidade e a forma de se viver na sociedade. O termo provoca certa discordância entre alguns estudiosos, entretanto, esse fenômeno foi identificado por sociólogos, antropólogos e ativistas que realmente reconheceram que mulheres se sentem ameaçadas freqüentemente. Apontam que a violência geralmente ocorre devido a racismo, homofobia, sexismo, e até por intolerância religiosa.

Algumas das características da normalização da violência sexual contra a mulher que o Guia Mundo cita são comportamentos como: culpabilização da vítima; objetificação sexual; trivialização do estupro; e negação de que a violência aconteceu.

É perceptível o quanto a “cultura do estupro” está relacionada a um contexto no qual o estupro é pervasivo e normalizado devido a atitudes sociais sobre gênero e sexualidade. O termo, ainda pouco conhecido gera grandes repercussões na sociedade, fazendo-se necessária maior divulgação do tema pela mídia e um maior conhecimento das informações com relação ao que é, como pode acontecer e os meios de denuncia existentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste presente trabalho era investigar a cultura do estupro nos dias atuais, ao qual o agressor utiliza do corpo da mulher para satisfazer de seus desejos sexuais, com ou sem o uso da violência física.

Ao longo do processo de nossos estudos para a formulação deste artigo, foram encontradas algumas dificuldades em relação a informações sobre o tema. Por ser um tema impactante, a sociedade não se abre para uma discussão ampla sobre o mesmo, e por isso, algumas informações são difíceis de ser debatidas e encontradas.

Buscamos encontrar um meio para tratar mais amplamente sobre a Cultura do Estupro, como se deu por conhecida, como tem aparecido cada vez com mais intensidade nas violências dos dias atuais, e não menos importante, o porquê de nossa sociedade ainda admitir que tal situação ocorra.

Acreditamos que ainda poderão vir a ter muitos outros estudos baseados em pesquisas bibliográficas e de campo sobre o assunto, não só da Cultura do Estupro, mas sobre a desvalorização da mulher que existe em nosso meio e o quanto isso nos afeta fisicamente, psicologicamente e financeiramente.

No século atual podemos presenciar que a luta das mulheres têm ganhado força, contudo pelos movimentos feministas, os debates nos meios de comunicação, sobretudo grande parte das mulheres que se unem para a proteção umas das outras contra o machismo ainda existente.

Esperamos que esse estudo seja mais um material para as futuras pesquisas que ainda virão sobre o assunto relacionado ao tema retratado, e que futuramente a sociedade reconheça a importância da Mulher como já deveria ser feita.

REFERÊNCIAS

BURIGO, Joanna. **A cultura do estupro**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-cultura-do-estupro>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

EDITORA, On line. **A cultura do estupro – Guia Mundo Em Foco (Ed.05)**. São Paulo: On Line Editora, 2016.

FERREIRINHA, Isabella; RAITZ, Tânia. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf><. Acesso em: 22 de maio de 2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade- Livro I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIRARDI, Giovana. **A sociedade naturaliza a cultura do estupro**. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,a-sociedade-naturaliza-a-cultura-do-estupro,10000053858>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

IZEL, Adriana. **Cinco livros discutem a cultura do estupro no Brasil e no mundo**. Disponível em: < <http://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2016/06/17/noticias->

artes-e-livros,180924/cinco-livros-discutem-a-cultura-do-estupro-no-brasil-e-no-mundo.shtml. Acesso em: 22 de maio de 2017.

KOLLONTAI, Verinha. **A cultura do estupro da sua origem até a atualidade.** Disponível em: <https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2016/06/23/a-cultura-do-estupro-da-sua-origem-ate-a-atualidade/>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

SENRA, Rafael. **Porque a naturalização do estupro é cultural.** Disponível em: <http://obviousmag.org/serestar/2016/porque-a-naturalizacao-do-estupro-e-cultural.html>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

SOARES, Anderson. **Estupro: ato de poder, não de sexo.** Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/04/17/estupro-ato-de-poder-nao-de-sexo/>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

SOUSA, Renata. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres.** Revista Estudos Feministas (volume 25; número 1). Florianópolis Janeiro/Abril, 2017.

VILAR, Leandro. **Uma reflexão sobre a cultura do estupro.** Disponível em: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2016/06/uma-reflexao-sobre-cultura-do-estupro.html>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

ZAGONEL, Luís Roberto. **Crimes hediondos: aspectos e progressão de regime.** Curitiba, 2013.

WOELFERT, Alberto Jorge Testa. **Introdução à medicina legal.** Canoas: Ed. ULBRA, 2003.

DESENVOLVIMENTO DE PLANTA VETORIZADA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA – Uni-FACEF COM UTILIZAÇÃO DE AEROFOTO E IMAGEM DE SATÉLITE

BARROS, André Camargo de – Uni-FACEF
CONTERATO, Leandro Gaspar – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O estudo e análise do espaço físico, em geral, contribuem a impactos positivos na área administrativa, auxiliando nas tomadas de decisões, o que motiva a elaboração de uma metodologia para criação de uma planta baixa vetorizada a partir de imagens disponíveis, de fácil acesso e com ausência de custo, não havendo a necessidade de levantamentos topográficos convencionais. Com o avanço da tecnologia, surgem inúmeros softwares de sistemas de informações geográficas, e de imagens de sistemas orbitais, o que possibilita a obtenção, manutenção e transformações de imagens. Assim, o projeto de pesquisa ora apresentado tem como objetivo a utilização de foto aérea e imagem de sistema orbital com sensores de alta resolução, combinados com o processamento de imagens, para desenvolvimento de uma planta vetorizada do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF. A fotografia aérea utilizada neste projeto não ortogonalizada, mas condicionada por um processo de reamostragem, de forma semelhante ao realizado com imagens de satélite, resulta em um processo pouco dispendioso, e no qual pretendeu-se obter uma precisão de medida linear da superfície abaixo do metro, considerado eficiente para fornecer a planta atual adequada as suas funções didáticas e administrativas.

Em relação a imagens, o erro está diretamente ligado ao tamanho dos pixels das imagens. Considerando como base o item 8.3.1 (NBR 13133), o desvio-padrão admissível para as discrepâncias entre as posições de pontos obtidas em planta, e que a área aproximada do Campus é da ordem de 6000m^2 , adotando-se, portanto, escala de representação gráfica da ordem de 1/500. Utilizamos como objetivo para verificação do erro linear valores inferiores a 0,50m para medidas pontuais. Tal limite esperado para o método, é adequado para que se possa utilizar a planta gerada a partir da imagem reamostrada nos trabalhos didáticos, e estudos prévios de viabilidade.

Tradicionalmente, plantas vetorizadas são obtidas por levantamentos topográficos ou aerofotogramétricos. Os levantamentos em geral dependem de equipamentos de custos relativamente altos e mão de obra especializada, concorrendo para que a construção da base cartográfica seja fator limitante na implantação e manutenção de sistemas de informação (PAULINO e CARNEIRO, 1998).

O custo do levantamento topográfico tradicional está vinculado à mão de obra, recursos e equipamentos empregados pelos profissionais em mensuração, que devem percorrer toda e extensão do terreno coletando dados, que posteriormente são processados por corpo técnico especializado. O segundo método, a fotogrametria, apesar da atual evolução e eficiência dos veículos aéreos não tripulados (VANTs), envolve a utilização de equipamento e tecnologia ainda com custos elevados. Discorrer sobre essas técnicas, demasiadamente conhecidas e vastamente utilizadas na geração de cartas e registros da superfície terrestre, não é o objetivo deste projeto, porém, reconhecer tais processos, reforça a necessidade de obtenção de métodos simplificados capazes de gerar plantas vetorizadas a partir do conjugar das informações e geotecnologias disponíveis.

De forma geral, a carência de informações espaciais confiáveis é muito grande e tem merecido atenção dos profissionais e pesquisadores na busca de procedimentos mais econômicos e convenientes nos levantamentos cadastrais urbanos (SOUZA, 2001).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reamostragem é amplamente empregada em processamento de imagens. Ela é utilizada para ampliar, reduzir e rotacionar imagens, é a última etapa do processo do georreferenciamento. Ela usa a informação sobre níveis de cinza conseguida pelo mapeamento inverso e realiza uma interpolação para definir os valores de nível de cinza que comporão a imagem corrigida. O grande problema da reamostragem encontra-se na determinação exata do tom de cinza a ser destinado aos pixels da nova imagem.

Vários métodos então, foram desenvolvidos para realizar esta correspondência. Os mais utilizados são: Vizinheiro Mais Próximo, Interpolação

Bilinear, Splines Bicúbicas e Polinômios de Lagrange, conforme citado em (ANDRADE, 1998).

Pontos de controle define-se como método que aplica-se para correções geométricas de imagens orbitais como para validação dessa correção, utilizando-se de pontos identificáveis na imagem, ou seja, alvos, objetos, detalhes no terreno que irão aparecer em imagens aéreas e de satélite, sendo utilizados como referência no solo para pós-processamento dessas imagens, fazendo relação entre o sistema de coordenada da imagem com o sistema de coordenada do terreno, corrigindo e aumentando a precisão dos produtos gerados, sendo necessário para aumentar a acurácia do mapeamento aéreo e georreferenciamento de imagens de satélite.

Segundo Abrahão e Correia (2005), a principal diferença para a escolha dos pontos de controle entre imagens orbitais e aerofotografias diz respeito a escolha da sua ideal localização, sendo recomendáveis cantos de objetos (quinas de calçadas, bancos, canteiros, etc.) para aerofotos (Imagem 1.1.), e para imagens orbitais são recomendadas interseções dos eixos de simetria de elementos lineares, por possuírem menor resolução ocasionando menor definição dos cantos. A acurácia da imagem corrigida depende dos tipos dos pontos de controle utilizados, do modelo de correção e da relação entre os pixels da imagem e a real posição do ponto.

Figura 1 – Pontos e Controle: Localização Ideal por Cantos de Objetos.



Fonte: Autores.

Sistemas de Informação Geográfica (sigs) define-se como sistemas usados para armazenar, analisar e manipular dados geográficos. - O QGIS é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) difundido largamente no âmbito de pesquisas nacionais e um Software Livre licenciado sob a “GNU General Public License” que suporta vários formatos vetoriais, raster, de banco de dados e outras funcionalidades, de acordo com <http://qgisbrasil.org/>, pesquisado em 11 de

novembro de 2016, O QGIS fornece um número crescente de capacidades através de suas principais funções e complementos.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto iniciou-se com estudos bibliográficos relativos, abrangendo contextualização sobre os métodos de natureza semelhante prosseguindo com o levantamento das informações gráficas digitais, imagens de satélite e fotografia aérea do campus da Uni-FACEF, existente junto a administração pública, e disponibilizadas por sistemas e softwares ligados a satélites, seguido pelo processamento digital das imagens realizado por meio do software tipo GIS.

Após a identificação e escolha das imagens disponíveis, aferiu-se as discrepâncias entre os fatores que delimitariam a escolha da imagem mais adequada para o processo de reamostragem observando-se suas condições gráficas (dpi) e ortogonalidade.

O processo de reamostragem da fotografia aérea trata da identificação dos pontos de controle. Estes pontos devem ser bem visualizados na imagem, e também necessitam ser obtidas as coordenadas dos pontos no campo, através de levantamento topográfico. Dessa forma, obtêm-se as coordenadas dos pontos na imagem inserida no programa, e no sistema de referência da planta atual, para que ambas possam ser processadas no processo de reamostragem.

Levantamentos topográficos e obtenções das coordenadas dos pontos de controle, iniciou-se com o estudo dos manuais e testes para o aprendizado no manuseio dos equipamentos.

a) Equipamento: ESTAÇÃO TOTAL (realiza medições angulares verticais, horizontais e distancias lineares).

Modelo/Marca: FOIF - Serie RTS 100

b) Equipamento: Receptor GPS Geodésico

Modelo/Marca: FOIF A-30 (Placa receptora Trimble)

Método RTK e Pós-Processado através do software *FOIF Survey* que atua na interação de dados entre o GPS e a controladora.

Com os avanços dos instrumentais utilizados na geodesia e topografia, atualmente, dispomos de equipamentos leves, práticos e de elevada precisão para

trabalhos de levantamentos topográficos. Apesar disso, o levantamento topográfico exige deslocamento do profissional envolvido em cada ponto, a fim de posicionar instrumento auxiliar na obtenção dos dados.

Para o levantamento, foi definida inserção de pontos a formar uma base de apoio. Tais dados foram levantados utilizando-se Estação Total, e posteriormente servirão de base para o auxiliar na captura dos pontos de controle pelo método de irradiação.

Após o término do Levantamento topográfico da área a ser reamostrada, pretende-se obter pontos adicionais para verificação e comparação dos dados amostrados. A prática com os equipamentos topográficos trouxe aprendizado que cabe destacar, e o procedimento adotado pode ser descrito da seguinte maneira:

- Foram demarcados seis pontos no entorno do Centro Universitário de Franca, os quais foram denominados A, B, C, D, E e F, formando uma poligonal fechada para posterior aferição de erros angulares e lineares. Visou-se atender critérios de intervisibilidade entre os pontos de apoio e os pontos de controle, com segurança para execução do levantamento, visto que trata de área com movimento de pessoas e veículos.

Figura 2 – Poligonal Principal Fechada do Projeto



Fonte: Autores.

Em conjunto a nova realização do levantamento com estação total, pretende-se obter coordenadas dos pontos de controle por irradiação, e da poligonal principal pelo equipamento GPS para Georreferenciamento.

Tabela 1 – Cálculo do Levantamento Topográfico (Poligonal Fechada)

LEVANTAMENTO - PESQUISA - POLIGONAL FECHADA											
CADERNETA DE CAMPO											
DESCRIÇÃO			ANG. HORIZ					ALTURA			
RÉ	EST	VANTE	GR	MIN	SEG	GR (DEC)	GR RAD	DH (m)	DI(m)	ALT EQ	ALT MI
NM	A	B	107°	10'	17"	107,1714	1,8705	68,398	68,4000	1,5920	2,1000
A	B	C	264°	49'	25"	264,8236	4,6220	75,098	75,1000	1,5180	2,1000
B	C	D	190°	7'	9"	190,1192	3,3182	65,177	65,1770	1,5130	2,1000
C	D	E	254°	40'	49"	254,6803	4,4450	103,25	103,2490	1,5580	2,1000
D	E	F	248°	23'	4"	248,3844	4,3351	112,02	112,0490	1,5750	2,1000
E	F	A	267°	18'	15"	267,3042	4,6653	111,14	111,1430	1,6210	2,1000

PROCESSAMENTO DE DADOS									
DESCRIÇÃO			ANG. VERT					AZIMUTE	
RÉ	EST	VANTE	GR	MIN	SEG	GR (DEC)	GR RAD	GR (DEC)	RAD
NM	A	B	359°	30'	37"	359,5103	6,2746	107,1714	1,8705
A	B	C	359°	34'	11"	359,5697	6,2757	191,9950	3,3509
B	C	D	359°	55'	23"	359,9231	6,2818	202,1142	3,5276
C	D	E	0°	28'	22"	0,4728	0,0083	276,7944	4,8310
D	E	F	1°	20'	2"	1,3339	0,0233	345,1789	6,0245
E	F	A	0°	30'	54"	0,5150	0,0090	72,4831	1,2651

DESCRIÇÃO			COORDENADAS			COORDENADAS		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	X	Y	Z
NM	A	B	65,35	-20,19	-1,09	165,34874	979,807	98,907
A	B	C	-15,61	-73,46	-1,15	149,74143	906,349	97,761
B	C	D	-24,54	-60,38	-0,67	125,20535	845,967	97,087
C	D	E	-102,52	12,21	0,31	22,68496	858,181	97,397
D	E	F	-28,65	108,29	2,08	-5,96963	966,473	99,480
E	F	A	105,98	33,45	0,52	100,01516	999,924	100,000
COORDENADA PONTO A						100	1000	100

Fonte: NBR 13133/1994, 1994.

No processamento dos dados levantados notou-se um erro linear de 1,5 cm na coordenada X e 7,6 cm em Y, considerado um resultado ruim para fins topográficos.

A NBR 13133/1994, descreve para o equipamento utilizado:

As estações totais (total station) - medidores eletrônicos de ângulos e distâncias - são classificadas segundo os desvios-padrão que as caracterizam, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 4 – Classificação de Estações Totais

Classes de estações totais	Desvio-padrão Precisão angular	Desvio-padrão Precisão linear
1 - precisão baixa	$\leq \pm 30''$	$\pm (5\text{mm} + 10 \text{ ppm} \times D)$

2 - precisão média	$\leq \pm 07''$	$\pm (5\text{mm} + 5 \text{ ppm} \times D)$
3 - precisão alta	$\leq \pm 02''$	$\pm (3\text{mm} + 3 \text{ ppm} \times D)$

Fonte: NBR 13133/1994, 1994.

Por se tratar de um equipamento de alta precisão e devidamente aferido, decidiu-se por realizar novamente o Levantamento, a fim de se obter dados finais satisfatórios quanto aos erros operacionais.

Em conjunto a nova realização do levantamento com estação total, pretende-se obter coordenadas dos pontos de controle por irradiação, e da poligonal principal pelo equipamento GPS para Georreferenciamento.

Iniciou-se a coleta das coordenadas dos pontos de controle pelo método de Levantamento topográfico por irradiação (tabela 1.3.), no qual, para dar suporte ao levantamento topográfico, utilizou-se um ponto da poligonal principal intervisível aos pontos de controle irradiados, denominados C2 e C3. O ponto C da poligonal principal, ficou estabelecido como terceiro ponto de controle, denominado então C1.

Para a irradiação do ponto de controle C2, houve a necessidade de se realizar uma triangulação, pela impossibilidade de levantar-se o ponto devido ao formato do objeto, pois trata-se de uma estátua sustentada por uma base de concreto retangular. Por isso, foram levantados três pontos de apoio nos vértices da base para que fosse possível triangulação e inserção do ponto. Estacionou-se a estação total no ponto F da poligonal principal, com visada em ré no ponto E, e irradiou-se para o ponto C2.1, C2.2 e C2.3 (pontos dos vértices da base) (Imagem 1.6.), encontrando dados posteriormente processados e obtidas coordenadas X, Y, Z. A partir da triangulação, identificou-se o ponto central, que será o ponto de controle C2, identificado na imagem (posição central da estátua).

Para o ponto C3, estacionou-se a estação no ponto E e, visando a ré em D, obteve-se dados e posteriormente suas respectivas coordenadas.

Tabela 3 – Cálculo de Coordenadas dos Pontos de Controle.

CADERNETA DE CAMPO (IRRADIAÇÃO)											
DESCRIÇÃO			ANG. HORIZ					ALTURA			
RÉ	EST	VANTE	GR	MIN	SEG	GR (DEC)	GR RAD	DH (m)	DI (m)	ALT EQ	ALT MI
E	F	1	332°	40'	43"	332,6786	5,8063	41,136	41,1610	1,5750	1,6000
E	F	2	333°	0'	17"	333,0047	5,8120	41,687	41,7120	1,5750	1,6000
E	F	3	331°	45'	55"	331,7653	5,7904	41,442	41,4670	1,5750	1,6000
D	E	4	325°	58'	3"	325,9675	5,6892	31,632	31,6360	1,5580	2,1000
D	E	5	325°	18'	42"	325,3117	5,6778	31,7	31,7040	1,5750	2,1000
D	E	6	291°	56'	16"	291,9378	5,0953	52,069	52,0710	1,6210	2,1000

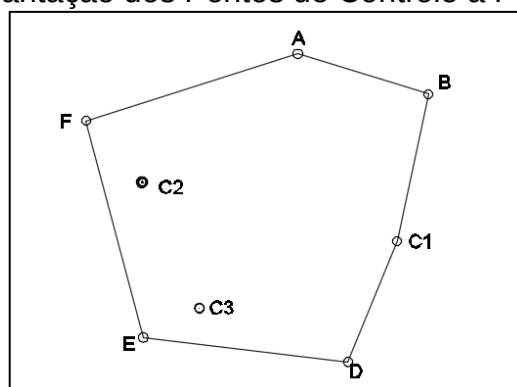
PROCESSAMENTO DE DADOS										
DESCRIÇÃO			ANG. VERT					AZIMUTE		
RÉ	EST	VANTE	GR	MIN	SEG	GR (DEC)	GR RAD	GR (DEC)	RAD	
E	F	1	358°	1'	9"	358,0192	6,2486	137,858	2,4061	
E	F	2	358°	1'	1"	358,0169	6,2486	138,184	2,4118	
E	F	3	358°	0'	50"	358,0139	6,2485	136,944	2,3901	
D	E	4	359°	3'	59"	359,0664	6,2669	62,762	1,0954	
D	E	5	359°	4'	16"	359,0711	6,2670	62,106	1,0840	
D	E	6	359°	27'	10"	359,4528	6,2736	28,732	0,5015	

DESCRIÇÃO			COORDENADAS			COORDENADAS		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	X	Y	Z
E	F	1	27,60	-30,50	-1,45	21,632	935,971	98,032
E	F	2	27,79	-31,07	-1,47	21,825	935,404	98,012
E	F	3	28,29	-30,28	-1,46	22,323	936,192	98,018
D	E	4	28,12	14,48	-1,06	50,809	872,659	96,339
D	E	5	28,02	14,83	-1,04	50,702	873,012	96,358
D	E	6	25,03	45,66	-0,98	47,715	903,839	96,421

Fonte: Autores.

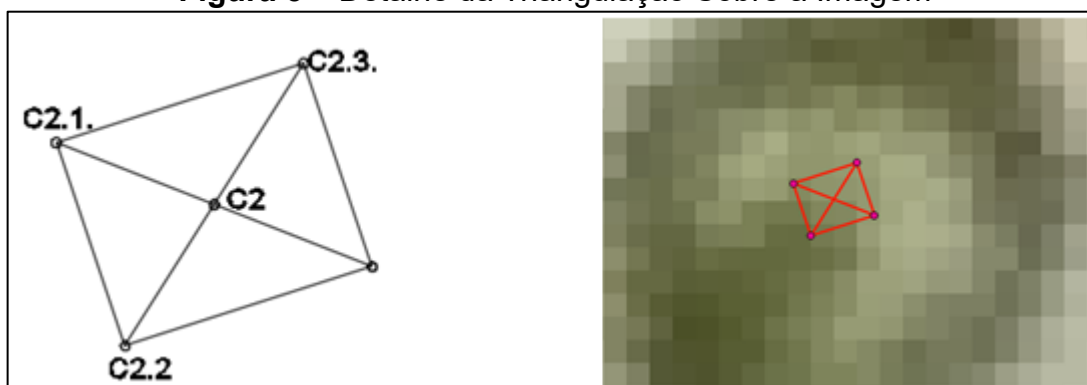
Após a coleta das coordenadas implantou-se os pontos à poligonal principal no sistema autocad (imagem 1.4. e 1.5.).

Figura 4 – Implantação dos Pontos de Controle à Poligonal Principal



Fonte: Autores.

Figura 5 – Detalhe da Triangulação Sobre a Imagem



Fonte: Autores.

Em seguida, realizou-se nova coleta de dados com o objetivo de correção no fechamento da poligonal principal, realizado pela estação total, marca Pentax modelo W825NX. Neste novo Levantamento, os dados foram lançados no software *TopoEVN*, sistema profissional para cálculos, desenhos e projetos topográficos. Os resultados foram satisfatórios como mostrado no relatório do processado. Obteve-se a planta topográfica com as poligonais (imagem 1.8.), e dois alinhamentos da estrutura da universidade (limites prediais externos - imagem 1.9.), os quais podem ser utilizados na verificação e dimensão dos possíveis erros adquiridos pela reamostragem da imagem.

Relatório do levantamento topográfico da poligonal principal realizado com estação total Pentax- W825NX:

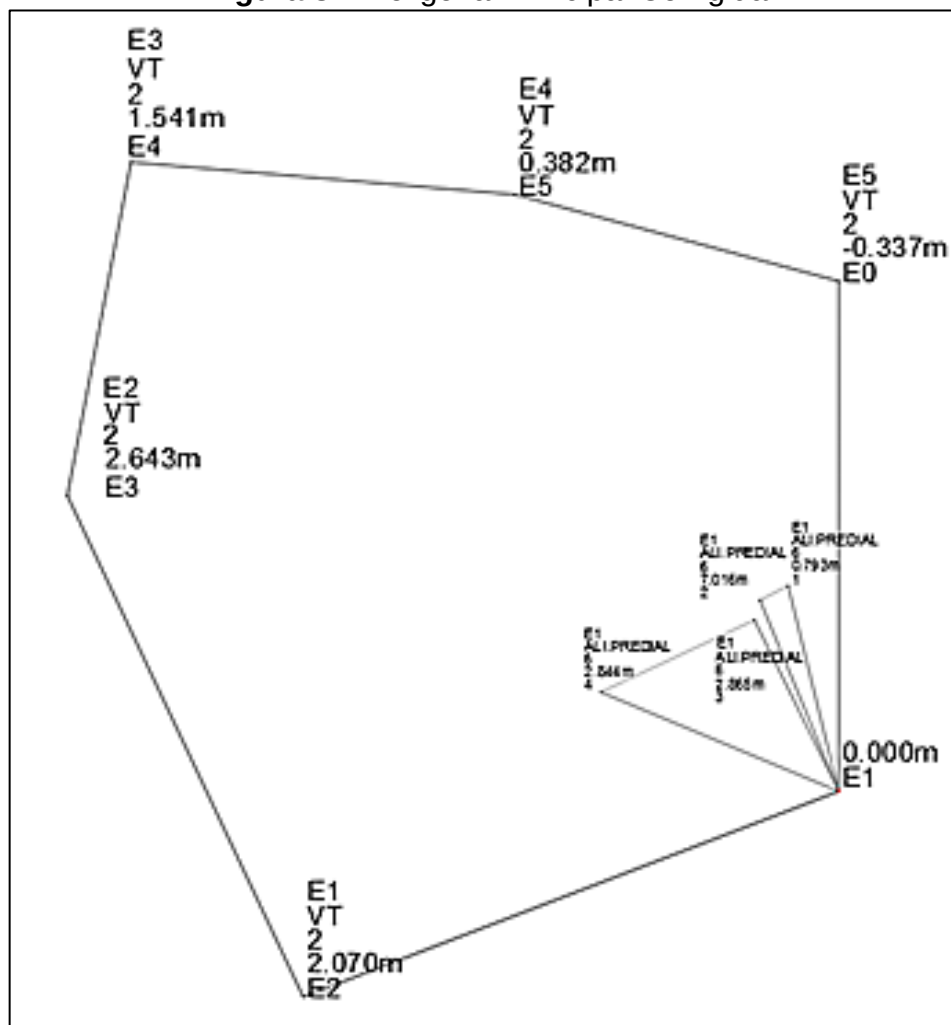
Job: FACEF.tce
TRAVERSE ADJUSTMENT (Compass Rule)
Traverse: Closed-loop
Length: 534.925m
Vertexes: 6
Angular error: 0°00'12"
Linear error: 0.047m
Linear error E: 0.042m
Linear error N: 0.021m
Elevation error: -0.049m

Station	Angular adjustment		
	Azimuth	Correction	Corr. Azimuth
E1	248°22'23"	0°00'00"	248°22'23"
E2	335°39'02"	0°00'02"	335°39'00"

E3	10°21'29"	0°00'04"	10°21'25"
E4	95°10'41"	0°00'06"	95°10'35"
E5	105°19'57"	0°00'08"	105°19'49"
E0	180°00'12"	0°00'10"	180°00'02"

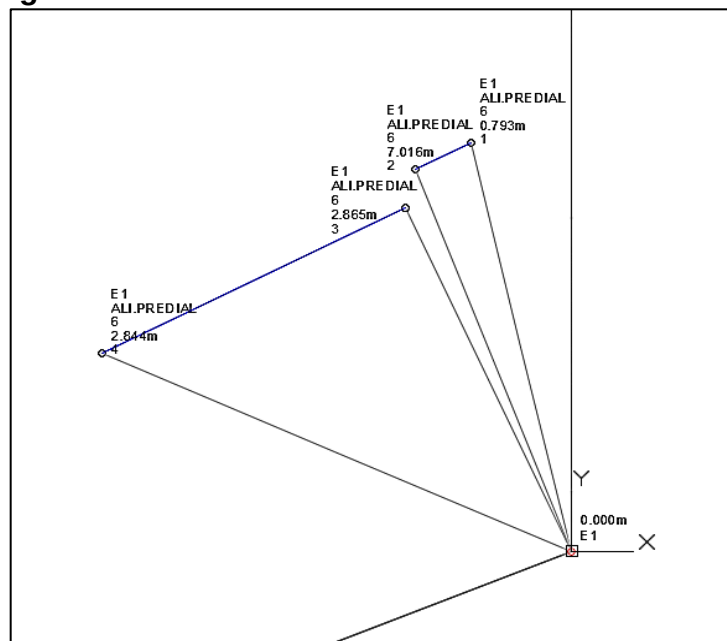
Station	Linear adjustment					
	E	N	dE	dN	E Corr.	N Corr.
E1	0.000m	0.000m	0.000m	0.000m	0.000m	0.000m
E2	-104.114m	-41.278m	0.009m	0.004m	-104.105m	-41.274m
E3	-149.918m	59.956m	0.009m	0.004m	-149.910m	59.960m
E4	-137.618m	127.216m	0.005m	0.003m	-137.613m	127.219m
E5	-62.848m	120.446m	0.006m	0.003m	-62.842m	120.449m
E0	-0.012m	103.225m	0.005m	0.003m	-0.007m	103.227m

Figura 8 – Poligonal Principal Corrigida



Fonte: Autores.

Figura 9 – Detalhe do Alinhamento Estrutural Externo



Fonte: Autores.

Reamostragem no SiG QGis através do georreferenciador raster do sistema. Os pontos de controle foram inseridos, e foram definidas as configurações da transformação (tipo de transformação – “polinomial 1”, método de reamostragem – “vizinho mais próximo”, o qual posteriormente foi substituído pelo método polinomial para redução de possíveis erros, conforme demonstrado no quadro comparativo, descrito por Andrade (1998), e a imagem reamostrada 2.1.

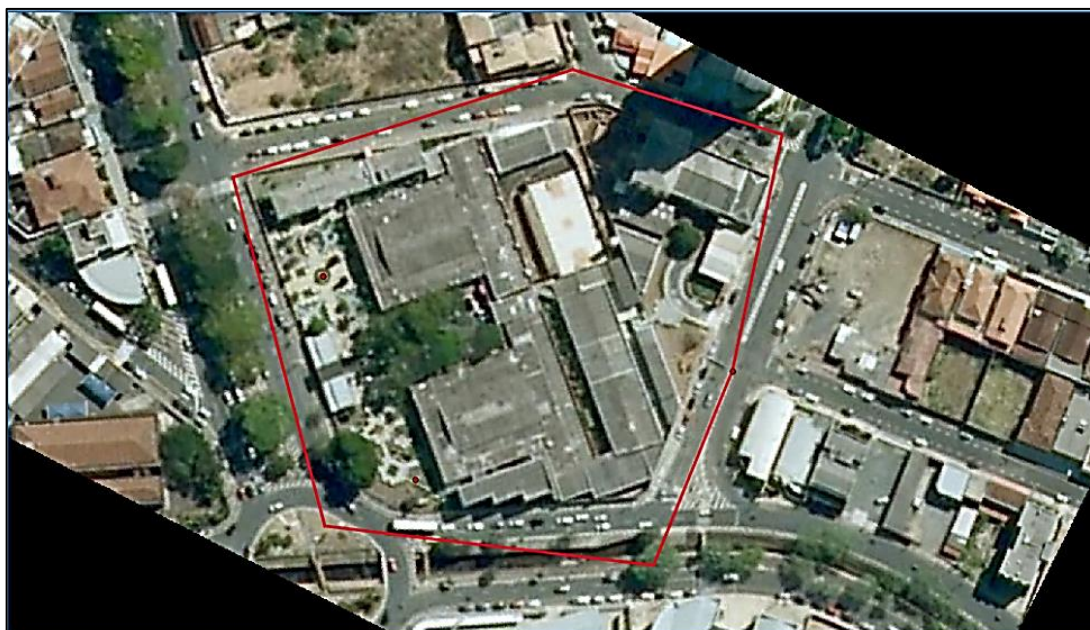
Tabela 8 – Métodos de Reamostragem

Método	Vizinhança	Operações de adição e multiplicação	Erros de interpolação
Vizinho mais Próximo	1x1	1	15,70%
Interpolação Bilinear	2x2	8	3,70%
Splines Bicúbicas	4x4	110	0,30%
Polinômio de Lagrange	4x4	80	quase 0

Fonte: Andrade (1998).

Para a reamostragem, definiu-se o sistema de referência a partir do elipsoide WGS-84, com autoridade de ID EPSG: 4326.

Figura 10 – Imagem Reamostrada



Fonte: Autores.

Obteve-se pontos georreferenciados em coordenadas UTM (Datum WGS1984), realizadas por GPS Geodésico para georreferenciamento da imagem.

Figura 11 – Pontos Georreferenciados



Fonte: Autores.

PONTO C1 = E(x): 250.811,8416; N(y): 7.727.283,4020

PONTO C3 = E(x): 250.740,5246; N(y): 7.727.207,3920

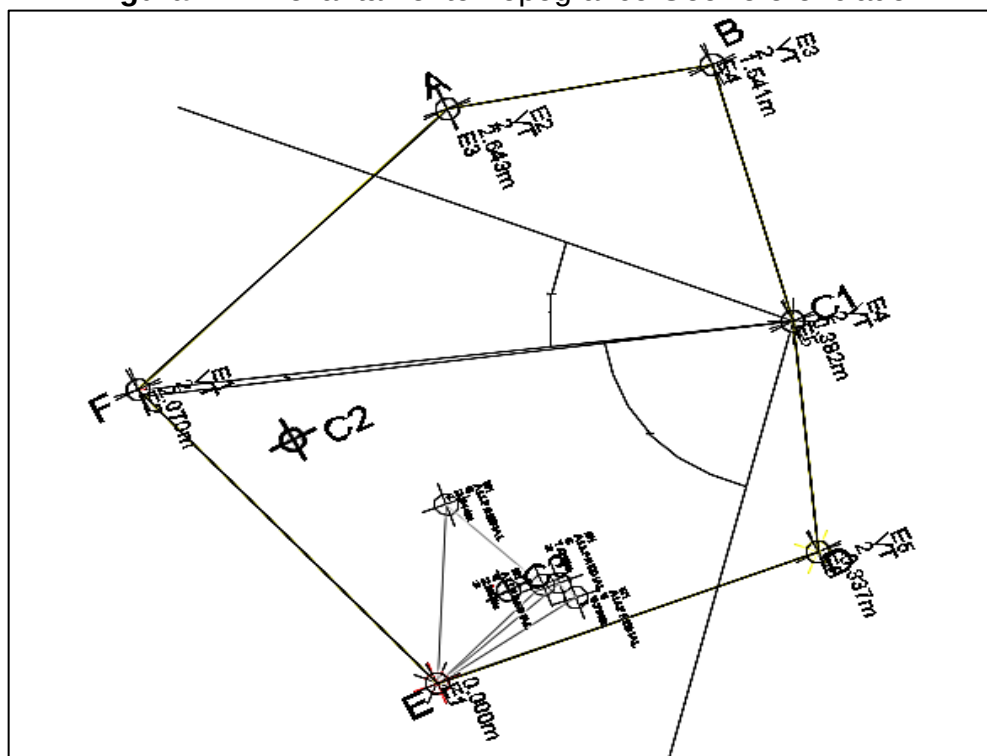
PONTO E1 = E(x): 250.648,0336; N(y): 7.727.264,4160

Realizou-se a sobreposição e correções angulares, para georreferenciamento dos levantamentos topográficos, no qual inseriu-se os dados do levantamento realizado via GPS, com coordenadas UTM, e implantou-se as poligonais e irradiações através do ponto de controle C. Foram realizadas correções

angulares do Norte (processo de rotação), obtendo-se o levantamento topográfico georreferenciado (imagem 2.4.).

Corrigiu-se os calculosos pontos inserindo a correção angular e a correção das coletas georreferenciadas na planilha obtendo os cálculos do levantamento topográfico georreferenciados como mostrado na tabela (2.5. e 2.6.).

Figura 12 – Levantamento Topográfico Georreferenciado.



Fonte: Autores.

Tabela 5 – Levantamento Topográfico Corrigido

DESCRIÇÃO			COORDENADAS			CORREÇÃO LINEAR		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	pond	X	Y
NM	A	B	65,35	-20,19	-1,09	0,128	-0,002	0,010
A	B	C	-15,61	-73,46	-1,15	0,140	-0,002	0,011
B	C	D	-24,54	-60,38	-0,67	0,122	-0,002	0,009
C	D	E	-102,52	12,21	0,31	0,193	-0,003	0,015
D	E	F	-28,65	108,29	2,08	0,209	-0,003	0,016
E	F	A	105,98	33,45	0,52	0,208	-0,003	0,016
COORDENADA PONTO A								
DESCRIÇÃO			COORDENADAS CORRIG					
RÉ	EST	VANTE	X	Y	Z	X	Y	Z
NM	A	B	165,34874	979,807	98,907	165,34681	979,817	100,010
A	B	C	149,74143	906,349	97,761	149,73736	906,369	100,020
B	C	D	125,20535	845,967	97,087	125,19944	845,996	100,030
C	D	E	22,68496	858,181	97,397	22,67612	858,225	100,044
D	E	F	-5,96963	966,473	99,480	-5,98164	966,533	100,060
E	F	A	100,01516	999,924	100,000	100,00000	1000,000	100,076
			100	1000	100	100	1000	100
DESCRIÇÃO			COORDENADAS			COORDENADAS		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	X	Y	Z
E	F	1	27,60	-30,50	-1,45	21,620	936,031	98,032
E	F	2	27,79	-31,07	-1,47	21,813	935,464	98,012
E	F	3	28,29	-30,28	-1,46	22,311	936,252	98,018
D	E	4	28,12	14,48	-1,06	50,800	872,703	96,339
D	E	5	28,02	14,83	-1,04	50,693	873,056	96,358
D	E	6	25,03	45,66	-0,98	47,706	903,883	96,421

Fonte: Autores

CÁLCULO DO AZIMUTE DO PONTO C1C3 DO LEVANTAMENTO ORIGINAL ΔX
-98,93701

ΔY -33,666

$\Psi_{C1C3ORIGINAL}$ 1,242808017RAD 71,20765414

$\Psi = 251,2076541$

CÁLCULO DO AZIMUTE DO PONTO C1C3 DO LEVANTAMENTO COM GPS ΔX
-71,317

ΔY -76,01

$\Psi_{C1C3ORIGINAL}$ 0,753554621RAD 43,17549939

$\Psi = 223,1754994$

DIFERENÇA ANGULAR DOS AZIMUTES= 28,03215475

CÁLCULO PARA ROTACIONAR O AZIMUTE NO PONTO C1

202,114-28,0075= 174,0818452

Tabela 6 – Levantamento Topográfico Rotacionado e Georreferenciado

DESCRIÇÃO			COORDENADAS			CORREÇÃO LINEAR		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	pond	X	Y
NM	A	B	67,17	12,89	-1,09	0,128	-0,002	0,010
A	B	C	20,75	-72,18	-1,15	0,140	-0,002	0,011
B	C	D	6,72	-64,83	-0,67	0,122	-0,002	0,009
C	D	E	-96,23	-37,40	0,31	0,193	-0,003	0,015
D	E	F	-76,19	82,12	2,08	0,209	-0,003	0,016
E	F	A	77,83	79,34	0,52	0,208	-0,003	0,016
COORDENADA PONTO A								

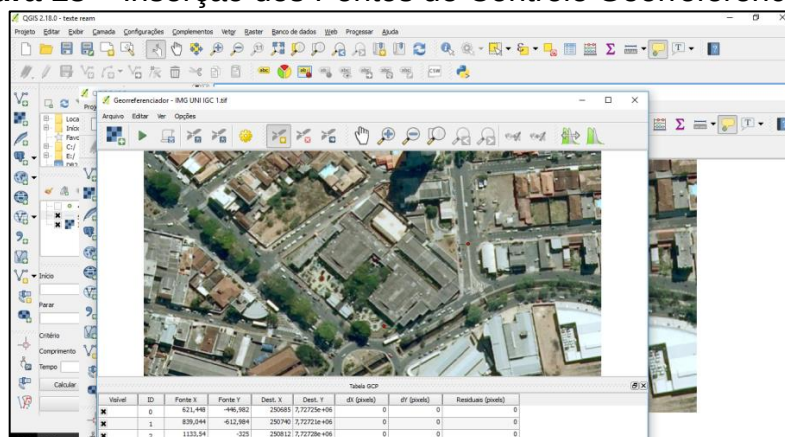
DESCRIÇÃO			COORDENADAS			COORDENADAS CORRIG		
RÉ	EST	VANTE	X	Y	Z	X	Y	Z
NM	A	B	250791,09908	7727355,557	98,907	250791,09714	7727355,567	100,010
A	B	C	250811,84567	7727283,382	97,761	250811,84160	7727283,402	100,020
B	C	D	250818,56572	7727218,552	97,087	250818,55981	7727218,582	100,030
C	D	E	250722,33209	7727181,153	97,397	250722,32325	7727181,197	100,044
D	E	F	250646,14563	7727263,273	99,480	250646,13361	7727263,333	100,060
E	F	A	250723,97568	7727342,610	100,000	250723,96052	7727342,685	100,076
COORDENADA PONTO A			250723,92671	7727342,67	100	250723,92671	7727342,67	100

DESCRIÇÃO			COORDENADAS			COORDENADAS		
RÉ	EST	VANTE	ΔX	ΔY	ΔZ	X	Y	Z
E	F	1	27,60	-30,50	-1,45	250673,735	7727232,832	98,032
E	F	2	27,79	-31,07	-1,47	250673,928	7727232,265	98,012
E	F	3	28,29	-30,28	-1,46	250674,427	7727233,052	98,018
D	E	4	28,12	14,48	-1,06	250674,258	7727277,811	96,339
D	E	5	28,02	14,83	-1,04	250674,150	7727278,164	96,358
D	E	6	25,03	45,66	-0,98	250671,164	7727308,991	96,421

Fonte: Autores.

Realizou-se a reamostragem pelo método já descrito anteriormente, porém desta vez, foram inseridos pontos de controle em suas coordenadas UTM, imagem (2.7. e 2.8.).

Figura 13 – Inserção dos Pontos de Controle Georreferenciados



Fonte: Autores.

Figura 14 – Detalhes dos Pontos de Controle Georreferenciados.

Visível	ID	Fonte X	Fonte Y	Dest. X	Dest. Y	dX (pixels)	dY (pixels)	Residuais (pixels)
✖	0	621,448	-446,982	250685	7,72725e+06	0	0	0
✖	1	839,044	-612,984	250740	7,72721e+06	0	0	0
✖	2	1133,54	-325	250812	7,72728e+06	0	0	0

Fonte: Autores.

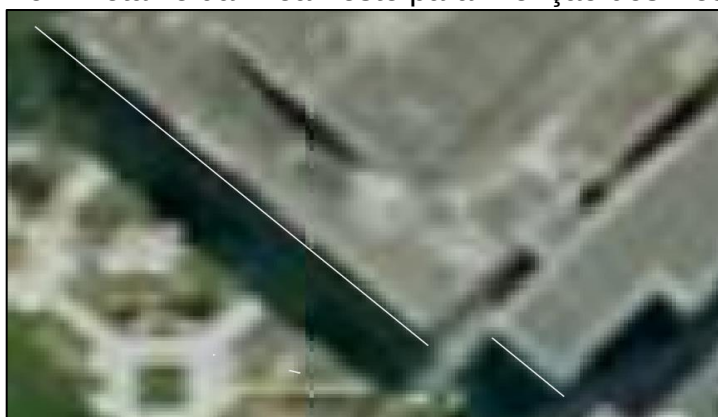
Fez-se a sobreposição dos levantamentos à imagem reamostrada para realização das aferições dos erros.

Figura 15 – Sobreposição dos Levantamentos e Imagem Georreferenciada.



Fonte: Autores.

Figura 16 – Detalhe da Área Teste para Aferição dos Resultados



Fonte: Autores.

Para a avaliação dos resultados utilizou-se a seguinte metodologia: cálculo do erro a partir de uma unidade de imagem (pixel) base, já que não seria possível estabelecer uma relação direta entre a imagem (pixel) e o alinhamento da construção pelo levantamento topográfico (vetor).

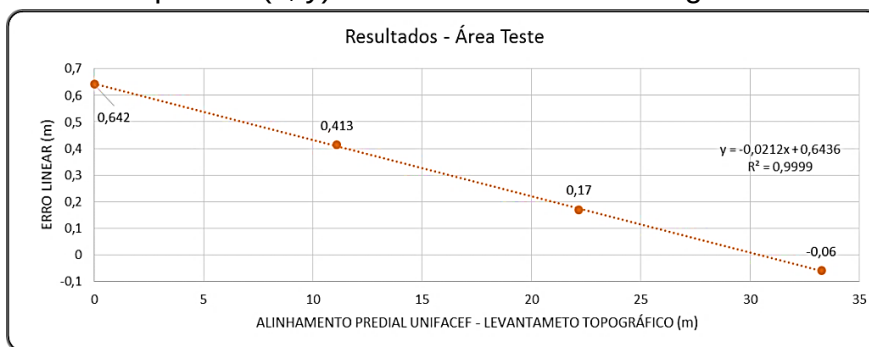
Para estabelecer o pixel base, utilizou-se a escala de tons de cinza dos pixels em segmentos do alinhamento teste, e para cada seção, foi encontrada uma interpolação dos pixels de tons mais intensos para os mais claros. Inferindo-se que os tons claros são parte do telhado da construção, e que a interpolação representaria então o limite externo da edificação, com pontos os quais poderia ser traçada uma reta para representação mais adequada da divisa para a construção. Tal processo possibilita a aferição dos erros conforme tabelas e gráfico a seguir:

Figura 17 – Relação dos Pixels e Levantamento do Erro Linear

ANÁLISE A PARTIR DA ESCALA DE CINZA											
> (ESCURO)	A1	B1	C1	D1	Largura dos pixels 0,25 m						
< (CLARO)	A2	B2	C2	D2	Diâmetro 0,353 m						
	ESCALA CINZA			ENCONTRADO		INTERP. 2	PIXELS CENTRAIS		MEDIDA LINEAR (M) ATÉ A LINHA AO LEVANTAMENTO		LINHA (M)
A (BANDA 1)	A1 (MÍN)	A2 (MÁX)	INTERP.	A3			A3	A6		M	0
	17	124	70,5	71	0	0	71	86	0,642		
B (BANDA 1)	B1	B2		B3	B4		B5	B6		M	11,09
	27	165	96	54	115	84,5	94	86	0,413		
C (BANDA 1)	C1	C2		C3	C4		C5	C6		M	22,17
	30	151	90,5	73	109	91	90	86	0,17		
D (BANDA 1)	D1	D2		D3			D5	D6		M	33,26
	30	140	85	94	0	0	94	86	-0,06		

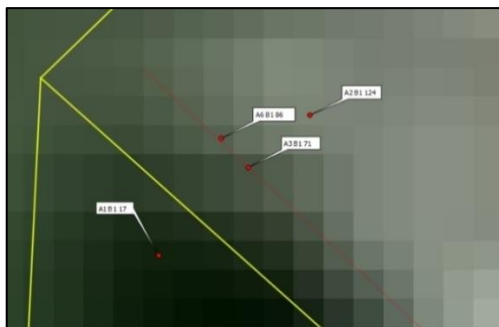
Fonte: Autores.

Figura 17 – Dispersão (x, y) dos Erros Lineares e Angulares Levantados.



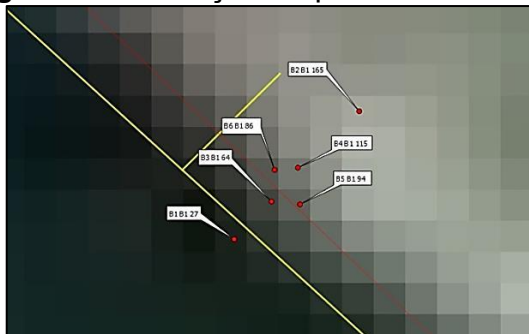
Fonte: Autores.

Figura 17 – Relação de pixels no trecho A



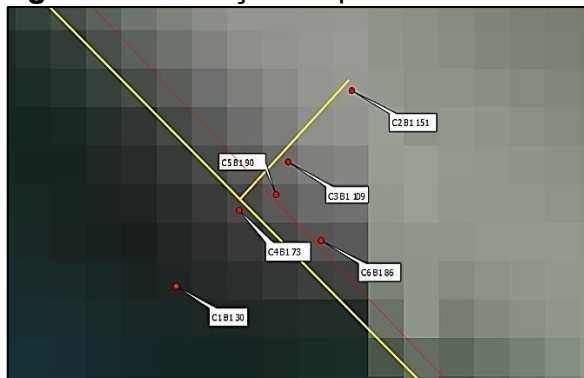
Fonte: Autores

Figura 17 – Relação de pixels no trecho B.



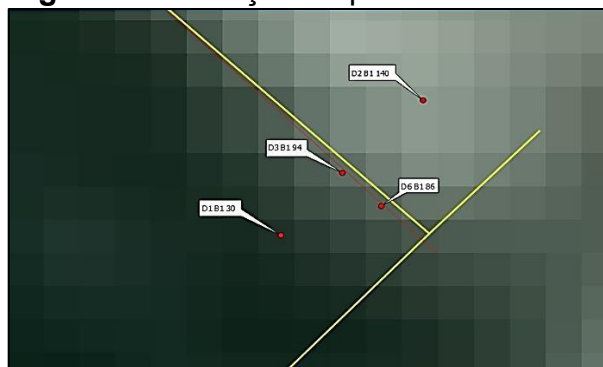
Fonte: Autores

Figura 17 –Relação de pixels no trecho C.



Fonte: Autores

Figura 17 –Relação de pixels no trecho D.



Fonte: Autores

Cálculo

Tendência: $-0,0212x + 0,6436$

- Para $y=0$ (comprimento total do alinhamento até encontrar erro 0)
 $x= 30,3585m$

Portanto o erro médio poderia ser obtido em $x/2 = 15,1792m$

$$y = -0,0212 (15,1792) + 0,6436 = 0,3218m$$

Erro linear médio = $0,3218m \pm 0,3518/2$ (pixel)

Ou seja, erro linear médio = $0,32 \pm 0,18$, estando no limite dos 0,50m propostos inicialmente.

4. CONCLUSÃO

Com o resultado final de 0,32m com uma margem de erro de 0,18m para mais ou para menos, o método proposto atingiu resultado satisfatório ficando abaixo resultado proposto de 0,50m, demonstrando que o mesmo pode ser utilizado para fins topográficos onde tais erros são admissíveis, estudos prévios de viabilidade e embasamento teórico para próximas pesquisas, desde que sejam avaliados os critérios para escolha da imagem citados neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, E. P.; CORREIA, J.D. Sistema de pontos de controle geométrico de imagens orbitais do IBGE, versão 1.0, Anais XII simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p.3953-3960.

EASTMAN, J.R. Idrisi for Windows, versão 2. Manual do Usuário. UFRGS, Porto Alegre, 1998.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p. Disponível em: <<http://qgisbrasil.org/>>; Acesso em 11 de nov. 2016.

MARISCO, N. Atualização de plantas cadastrais utilizando ortofotos digitais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

PATROCÍNIO, R.B. DO. Análise quantitativa de pontos de controle para correção geométrica de imagens orbitais. Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia UFRS, 2004.

PAULINO, L.A.; CARNEIRO, A.F.T. Base de dados gráficos para sistemas de informações geográficas. In: Congresso Brasileiro da Cadastro Técnico Multifinalitário, 3. Florianópolis, 1998.

ROCHA, C.H.B, Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar. Juiz de Fora, Ed. Autor, 2000. 220p.

RODRIGUES, Marcos (1990). "Geoprocessamento". Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Adriana Goulart dos; SEGANTINE, P. C. L.; SILVA, Irineu da. Método para o georreferenciamento de cartas urbanas baseado na atribuição de pesos aos pontos de controle. RBC. Revista Brasileira de Cartografia (Online), v. 1, p. 273, 2012.

SCHENK, T. Digital Photogrammetry, V.1. Laurelville. TerraScience, 1999.

SOUZA, G. C. Análise de metodologias no levantamento de dados espaciais para cadastramento urbano. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001

DESMORALIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMININA NA MÚSICA BRASILEIRA: um olhar semiótico

TROMBINI, Mariana da Cunha – Uni-FACEF
BORGES-GUTIERRE, Maria Madalena – Uni-FACEF

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No campo de reflexões da filosofia russa da linguagem (BAKHTIN, 1997), a linguagem retrata e refrata a sociedade, na medida em que estabelece estreitos vínculos com a vida. Assim, estudar a linguagem pressupõe compreender os movimentos sociais situados histórica e culturalmente bem como valores e posições ideológicas que os sujeitos colocam em discurso na interação verbal.

Com base nesses pressupostos, neste artigo, cujo tema “Desmoralização, exploração e desconstrução da imagem feminina na música brasileira: uma análise semiótica”, propomos investigar a construção da imagem feminina na música brasileira, a partir da letra de três canções distintas, produzidas, cada uma, em momentos diferentes: *Ai que saudade da Amélia*; *Desconstruindo a Amélia*, e *A história de Lilly Braun*.

*Ai que saudade da Amélia*¹¹, composta por Ataulfo Alves e Mário Lago, em 1942, a primeira canção retratada neste artigo, fala sobre a mulher submissa, que negligencia a si mesma em prol da família e da vida familiar.

Em 2009, Pitty e Martin escrevem *Desconstruindo a Amélia*, com uma visão diferenciada sobre a mulher que, até então reclusa em casa, passa a ter direitos na sociedade, em igualdade com os homens: “eis que de repente ela resolve então mudar, vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar”, como descreve a letra da canção.

Em contraponto discursivo em relação às duas músicas anteriormente citadas, a canção *A história de Lilly Braun*, composta por Chico Buarque e Edu Lobo, em 1983, retrata a mulher que, sendo independente, torna-se reclusa após o casamento por causa dos valores impostos pelo marido.

O gênero discursivo canção compõe-se de recursos expressivos verbais e não verbais, considerando-se respectivamente letra e melodia. A análise é

¹¹ Letra e informações referentes à canção disponíveis no site www.vagalume.com.br. As letras encontram-se nos anexos.

feita a partir da composição das letras, com base em pressupostos da teoria semiótica discursiva. Como referência inicial, baseamo-nos na análise semiótica desenvolvida por Barros (2001, p. 9). Incluem-se os estudos da teoria semiótica desenvolvida por A. J. Greimas, bem como o seu objeto - o sentido - ou, nas palavras de Barros (2005, p. 11), a busca pela descrição e análise de “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”.

A temática principal deste trabalho incide sobre (1) a análise do percurso de construção de sentido sobre a imagem feminina, identificando-a e descrevendo-a em diferentes contextos, com base nas três canções acima citadas, e (2) a descrição da imagem feminina nos diferentes contextos em que se produziram as canções, a fim de interpretar as posições ideológicas e valorativas presentes nas relações de conjunção e disjunção do sujeito na relação com o objeto valor. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento, cuja elaboração visa ao aprofundamento na teoria semiótica e à ampliação das possibilidades de análise do corpus.

2. IMAGENS DE AMÉLIA NAS CANÇÕES: um olhar inicial sobre o percurso de sentidos

O texto, entendido como objeto de estudos da semiótica, pode ser definido a partir da relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. De acordo com Pietroforte (2004, p. 11), o plano de conteúdo diz respeito ao significado do texto, ou seja, o que o texto diz e como diz. O plano de expressão “refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não-verbal ou sincrético”. O sentido é definido pelo percurso entre os dois planos do texto - a expressão e o conteúdo - e dentro de cada plano, em um processo dinâmico que compreende situações particulares de produção de discursos e sua materialização em gêneros de textos. Como dissemos anteriormente, esse modelo de análise busca interpretar como um texto diz aquilo que diz.

Pietroforte (2004, p. 7) postula que existem pelo menos três semióticas: “a doutrina dos signos elaborada por Charles Sanders Peirce, o desenvolvimento do formalismo russo e a teoria da significação proposta por Algirdas Julien Greimas”. Neste trabalho, adotamos a linha greimasiana que, ao contrário das outras teorias,

ênfatiza não mais as relações entre os signos, mas o "processo de significação capaz de gerá-los".

De acordo com Barros (2001, p. 13), o texto pode ser tomado como objeto de significação ou objeto de comunicação. No primeiro caso, o estudo do texto contempla a verificação dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, por meio de uma análise interna ou estrutural. No segundo caso, tomado como objeto de comunicação entre dois sujeitos, o texto deverá ser examinado por meio de uma análise externa, levando-se em conta o contexto social e histórico em que foi produzido. Nesse sentido, a semiótica tem procurado conciliar a dualidade do texto e as duas formas de análises - "interna" e "externa"- tratando, assim, de examinar os procedimentos de organização textual e também os mecanismos enunciativos de produção e recepção do texto.

Conforme discute Pietroforte (2004, p. 7), a partir da dicotomia saussuriana *significante vs significado*, A. J. Greimas definiu os domínios da semiótica. De acordo com Bertrand (2003, p. 15), o objeto da Semiótica não é o signo, mas "as relações estruturais, subjacentes e reconstruíveis, que produzem a significação". Trata-se de uma "abordagem relativista de um sentido, se não sempre incompleto, pelo menos sempre pendente nas tramas do discurso".

Pietroforte (2004, p. 8) acrescenta:

Recorrendo às definições de plano de expressão e plano de conteúdo, de Louis Hjelmslev, Greimas define os domínios da semiótica no plano de conteúdo, já que o conjunto *significante* mencionado por ele pertence aos domínios da expressão, e a manifestação em línguas naturais distintas também. Nos domínios do conteúdo, a significação é descrita pela semiótica no modelo do percurso gerativo do sentido, que prevê a geração do sentido por meio do nível semio-narrativo, geral e abstrato, que se especifica e se concretiza na instância da enunciação, no nível discursivo.

Assim, o plano da expressão é tomado como objeto de estudo quando uma categoria do *significante* se relaciona com uma categoria do *significado*: há uma relação entre uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, chamada *semissimbólica*, que é manifestada quando os eixos paradigmáticos de cada uma das formas relacionam-se, e quando são projetados no eixo sintagmático.

Logo, o sentido do texto está em seu plano de conteúdo, mas não limitado a ele, uma vez que é veiculado pelo plano de expressão. Fiorin (2000, p. 35) postula que, ao se restringir ao plano do conteúdo, o analista deixará de perceber a

especificidade do texto, não apreenderá a "totalidade" do sentido nele inscrito, principalmente em tipos de texto como o poético: deve-se levar em conta recursos como fônicos, métricos e rítmicos, sintáticos e figuras de construção, que estão no nível de manifestação, no plano de expressão.

As primeiras leituras sobre fundamentos da teoria semiótica possibilitam introduzir discussões realizadas a partir dos sentidos mais simples e abstratos até os mais complexos e concretos. Para tanto, propomos desenvolver a análise do corpus, considerando os três níveis de relações de sentido:

1. a significação nas canções;
2. o acompanhamento do percurso narrativo pelo ponto de vista do sujeito;
3. o nível do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

Para tratar da significação nas canções, é necessário interpretar o percurso gerativo de sentido do texto, do eufórico ao disfórico, ou seja, do positivo ao negativo, ou vice e versa, além de compreender as principais ideias expostas, que em alguns casos geram as disparidades. Em semiótica, o sentido define-se como uma rede de relações estabelecidas entre os elementos do plano de conteúdo.

Em *Ai que saudade da Amélia* (ver Anexo A), o texto revela transformações de estado do sujeito disfórico para o eufórico, ou seja, o eu-lírico, ao comparar duas figuras femininas, questiona a primeira, a exigente e fútil, mas enaltece a segunda versão, que é condescendente. Tais passagens ficam bem marcadas nos trechos "você não sabe o que é consciência" e, posteriormente, "às vezes passava fome ao meu lado e achava bonito não ter o que comer".

Desconstruindo a Amélia (ver Anexo B) trata da evolução comportamental, indo da submissão à independência, do disfórico ao eufórico. Quando, na canção, o sujeito expressa que "de repente ela resolve então mudar", começa a haver a mudança do comportamento, a transformação de estado.

Em *A história de Lilly Braun* (ver Anexo C), o sujeito transita do estado eufórico para o disfórico, passando pela liberdade e pela independência até chegar ao ponto de aprisionamento pelo casamento: "disse ele que agora só me amava como esposa, não como star".

Para acompanhar o percurso narrativo, do ponto de vista do eu-lírico, é preciso identificar o *sujeito do fazer* (quem domina a ação), o *sujeito de estado*

(quem sofre a ação), e a função que gera a transformação ocorrida no desenrolar do enredo em relação ao *objeto-valor* (objeto de desejo).

Outro aspecto a ser considerado na análise diz respeito à competência (transitivo) e à performance (reflexivo). Quando tratamos de competência, há dois sujeitos atuando na ação, o sujeito do fazer incide sobre o sujeito de estado modificando-o, atribuindo-lhe valores e capacidade de atitude. Em se tratando de performance, os sujeitos do fazer e de estado são os mesmos, ou seja, há a atuação de apenas um sujeito nessa ação. Além disso, há também aspectos como Programa de Privação (PP) e Programa de Aquisição (PA), que correspondem, respectivamente, à competência e à performance do sujeito.

Na primeira canção, *Ai que saudade da Amélia*, há dois programas narrativos, uma vez que existem duas personagens comparadas e a descrição de cada uma delas. Para tal, existe a oposição entre o sujeito do programa salientado, a condescendente, e o anti-sujeito do programa encoberto, a fútil. Ou seja, uma que é enfatizada e outra que é ocultada, lembrando que o critério para essa análise é o objeto-valor que está sendo procurado pelo sujeito de estado. Têm-se, portanto, os dois programas narrativos dessa canção:

- a. **PN:** (Transitivo; PP) a mulher exige do homem os objetos-valor luxo e riqueza (o sujeito do fazer é a mulher; a transformação é a de exigir 'luxo e riqueza'; o sujeito de estado é o homem):

$$F(\text{exigir}) [S^1(\text{mulher}) \rightarrow (S^2(\text{homem}) \cap \text{Ov}(\text{luxúria, riqueza}))]$$
- b. **PN:** (Transitivo; PP) o homem sente falta da Amélia cujo objeto-valor era a condescendência (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é a de sentir falta da condescendência; o sujeito de estado é a Amélia):

$$F(\text{sentir falta}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Amélia}) \cap \text{Ov}(\text{condescendência}))]$$

Em *Desconstruindo a Amélia*, há uma sucessão de fatos, ou seja, um percurso narrativo que é traçado a partir de ações que vão acontecendo de forma gradativa com a personagem desconstruída. O processo de desconstrução da Amélia é feito a partir da música já existente, *Ai que saudade da Amélia*, já que, segundo Brait (2008), todo discurso é feito a partir de um discurso previamente existente.

- a. **PN:** (Transitivo; PA) alguém educa a mulher com o objeto-valor cuidar e servir (o sujeito do fazer é o alguém; a transformação é a de educar; o sujeito de estado é a mulher):

$F(\text{educar}) [S^1(\text{alguém}) \rightarrow (S^2(\text{mulher}) \cap \text{Ov}(\text{cuidar e servir}))]$

- b. **PN:** (Reflexivo; PA) a mulher muda por ela mesma passando à junção com o objeto-valor de se cuidar (o sujeito do fazer é a mulher; a transformação é a de cuidar de si mesma; o sujeito de estado é a mulher):

$F(\text{mudar}) [S^1(\text{mulher}) \rightarrow (S^2(\text{mulher}) \cap \text{Ov}(\text{cuidar de si própria}))]$

Em *A história de Lilly Braun* também ocorre um percurso narrativo de sucessão de fatos.

- a. **PN:** (Transitivo; PA) o homem dos sonhos aparece para a Lili com o objeto-valor sedução (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é a de conquista; o sujeito de estado é a Lili):

$F(\text{conquista}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Lili}) \cap \text{Ov}(\text{sedução}))]$

- b. **PN:** (Transitivo; PA) a Lili se deixou envolver pelo homem dos sonhos, e o objeto-valor é o romance (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é o envolvimento; o sujeito de estado é a Lili):

$F(\text{envolvimento}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Lili}) \cap \text{Ov}(\text{romance}))]$

- c. **PN:** (Transitivo; PP) o homem chantageia a Lili para que ela fique, ele usa o objeto-valor amor como marido (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é o chantagem; o sujeito de estado é a Lili):

$F(\text{chantagem}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Lili}) \cap \text{Ov}(\text{casamento}))]$

- d. **PN:** (Transitivo; PP) o homem casa-se com a Lili, e o objeto-valor passa a ser a normalidade dela (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é o casamento; o sujeito de estado é a Lili):

$F(\text{casamento}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Lili}) \cap \text{Ov}(\text{normalidade}))]$

- e. **PN:** (Transitivo; PP) a Lili perde o romance que o homem proporcionava, e o objeto-valor é a infelicidade (o sujeito do fazer é o homem; a transformação é a perda; o sujeito de estado é a Lili):

$F(\text{perda}) [S^1(\text{homem}) \rightarrow (S^2(\text{Lili}) \cap \text{Ov}(\text{felicidade, liberdade}))]$

A segunda fase da análise das canções é feita a partir do percurso narrativo. Trata-se de uma forma um pouco mais complexa de analisar os programas narrativos, relacionando-os por pressuposições. Quem atua nas ações das narrativas é o actante, ou destinador, cujo papel varia de acordo com cada contexto. Seu objetivo é o de manipular e essa manipulação pode ser feita de duas formas:

1. pela competência do manipulador, que ora é o sujeito do saber, ora sujeito do poder;
2. pela alteração modal, que altera a competência do sujeito manipulado.

Vale ressaltar que, caso os valores dos dois sejam diferentes, a manipulação não ocorre de forma satisfatória, assim como em *Desconstruindo a Amélia*. Outro fator importante é que não precisa ser o destinador a desistir do acordo, o sujeito também poderá desistir, como veremos adiante em *A história de Lilly Braun*.

Começamos, pois, com a canção *Desconstruindo a Amélia*. Ela apresenta, logo de início, valores negativos caracterizados pela obrigação de servir às responsabilidades relacionadas a casa ao passo que se esquecia de si mesma. Isso implica que houve uma tentativa de manipulação, que pode ser vista no trecho:

[...] O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair [...]

Essa transferência de valores, que pode ter sido realizada pelo namorado, pela mãe ou mesmo pela sociedade, não foi aceita, já que a Amélia é desconstruída:

[...] Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser um outro
Hoje ela é um também [...]

O desfecho é para ela, então, verdadeiro, uma vez que, após entender que os valores não eram os desejáveis, abdica deles e passa a controlar seu próprio destino. Ou seja, a Amélia desconstruída, o destinador, não cumpre com o que é acordado no início da canção, com o valor de ser dona de casa, uma vez que o que ela almeja é ser independente:

[...] E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar [...]

Em se tratando de *A história de Lilly Braun*, o valor negativo que ela repudia, seu valor de disjunção, é a solidão. O homem da canção ou o destinador-manipulador, usa, então, do processo de sedução para fazê-la acreditar no casamento que ele propõe, argumentando através de atitudes que ele é um bom partido, digno de investimento para um relacionamento. Sua atitude foi o suficiente para convencê-la de que ele era o “homem dos seus sonhos”:

[...] Como num romance
O homem dos meus sonhos
Me apareceu dancing
Era mais um
Só que num relance
Os seus olhos me chuparam
Feito um zoom [...]

E, ao longo da narrativa, há continuidade do processo de sedução para obter a Lilly por meio do valor casamento:

[...] Como amar esposa
Disse ele que agora
Só me amava como esposa
Não como star [...]

Pode-se perceber que os valores de ambos os sujeitos são os mesmos, já que ele a “beijou no altar”, consumando, pelo casamento, o desejo de ficarem juntos, mesmo que após o casamento ele mude seu comportamento, descumprindo o acordo:

[...] Nunca mais romance
Nunca mais cinema
Nunca mais drink no dancing
Nunca mais cheese
Nunca uma espelunca
Uma rosa nunca
Nunca mais feliz [...]

A falta de compromisso do sujeito em seguir o acordo, o de continuar seu comportamento romântico, transforma-a, então, em “uma rosa nunca mais feliz”, e faz com que o desfecho dessa narrativa seja marcado pela mentira, ou seja, parecia algo bom, mas no final não é.

A canção *Ai que saudade da Amélia* revela uma característica até então não apresentada em nenhuma das duas outras. O programa narrativo dessa canção é o de sucessão de fatos, em dois programas narrativos distintos, mas com dois sujeitos cujos valores são opostos.

No primeiro programa narrativo, os valores negativos apresentados são a ambição e o consumismo exacerbado da mulher exigente. A forma como o destinador a trata é através da provocação, questionando a consciência que, segundo ele, ela não possui:

Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
[...] você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer [...]

O segundo programa, no entanto, não apresenta valores disjuntivos, mas a conjunção do eu-lírico com o comportamento apresentado pelo sujeito Amélia. O eu-lírico a analisa como o sujeito que manipula e seduz.

Nesta análise inicial, procuramos interpretar um mínimo de sentidos gerados pelos textos. No entanto, quando se trata de linguagem, outros aspectos precisam ser considerados, posto que os sujeitos produzem linguagem na sociedade

e na história, num constante diálogo entre discursos. Esta, porém, é uma questão a ser abordada posteriormente, na ampliação e continuidade da pesquisa.

3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em semiótica, o desenvolvimento de uma narrativa faz-se por meio de transformações, nas relações do sujeito com o objeto-valor e nas qualidades positivas – eufóricas – e negativas – disfóricas – interpretadas nessas transformações. Embora o objeto de estudo seja o texto em sua materialidade linguística, não se pode desconsiderar a existência social dos sujeitos representados – figurativizados – no percurso de sentidos.

Consideradas as canções em diferentes contextos de produção, pode-se entender que as relações eufóricas ou disfóricas do sujeito com o objeto valor situam-se culturalmente. A “mulher de verdade” revela uma identidade feminina própria de uma época e estabelece, portanto, uma relação figurativa do sujeito com o objeto, na qual se apresenta a submissão como valor. Por outro lado, “desconstruir Amélia”, em outro contexto social e histórico, pode simbolizar a construção da autonomia e da liberdade. Nesse diálogo textual e temporal, a oposição *submissão vs não-submissão* revela transformações na construção da imagem feminina representada em diferentes momentos da canção brasileira. A Amélia desconstruída vai à luta, assume a família, o trabalho e o estudo, mas não deixa de ser alvo de uma sociedade que ainda preserva valores machistas – “ganha menos que o namorado e não entende porque” – tanto quanto a “mulher de verdade, que não tinha a menor vaidade”. Contrapondo-se às imagens de Amélia, Lily Braun nega valores como família e casamento, posto que se transformaram em infelicidade.

Neste olhar semiótico inicial, direcionado às três canções analisadas, é possível constatar que, no estudo do percurso de sentidos e para compreender o que um texto diz e com diz, o fazer do sujeito encontra-se relacionado ao conceito de transformação, ou seja, a ruptura entre dois estados existenciais e a produção de efeitos de realidade, a realidade representada e não propriamente concretizada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2001.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. São Paulo: contexto, 2004.

ANEXO A

Ai que saudade da Amélia
Artista: Ataulfo Alves/Mário Lago; 1942;

Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz

Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim que era mulher

As vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia
Meu filho o que se há de fazer

Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era a mulher de verdade

ANEXO B

Desconstruindo a Amélia
Artista: Pitty/Martin; Album: Chiaroscuro; 2009

Já é tarde, tudo está certo

Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também
A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
ela é muitas, se você quer saber

Hoje aos trinta é melhor que aos dezoito
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra night ferver

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também

ANEXO C

A História de Lily Braun

Artista: Chico Buarque/Edu Lobo; Album: O grande Circo Místico; 1983

Como num romance
O homem dos meus sonhos
Me apareceu no dancing
Era mais um

Só que num relance
Os seus olhos me chuparam
Feito um zoom
Ele me comia
Com aqueles olhos
De comer fotografia
Eu disse cheese
E de close em close
Fui perdendo a pose
E até sorri, feliz

E voltou
Me ofereceu um drinque
Me chamou de anjo azul
Minha visão foi desde então
Ficando flou

Como no cinema
Me mandava às vezes
Uma rosa e um poema
Foco de luz
Eu, feito uma gema
Me desmilinguindo toda
Ao som do blues

Abusou do scotch
Disse que meu corpo
Era só dele aquela noite
Eu disse please
Xale no decote
Disparei com as faces
Rubras e febris

E voltou
No derradeiro show
Com dez poemas e um buquê
Eu disse adeus
Já vou com os meus
Numa turnê

Como amar esposa
Disse ele que agora
Só me amava como esposa
Não como star

Me amassou as rosas
Me queimou as fotos
Me beijou no altar
Nunca mais romance
Nunca mais cinema
Nunca mais drinque no dancing
Nunca mais cheese
Nunca uma espelunca
Uma rosa nunca
Nunca mais feliz

DIAGNÓSTICO MÉDICO NÃO INVASIVO COM O AUXÍLIO DOS MULTIFRACTAIS

SOUSA, Carolina Fernanda de – Uni-FACEF
SILVA FILHO, Antônio Carlos da – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Numa pesquisa anterior (SOUSA, 2015), foi verificado se alguns parâmetros multifractais podiam ser usados como ferramenta para o diagnóstico médico. O trabalho foi baseado em alguns realizados por um grupo formado por pesquisadores da USP e o orientador deste projeto (aqui do Uni-FACEF), que usou parâmetros de dinâmica não linear para realizar diagnósticos diferenciais em medicina (SILVA et al., 2005; 2014; SILVA FILHO et al., 2010). Este trabalho é uma continuação do anterior, com outra base de dados e uma nova análise.

O diagnóstico diferencial é o fator fundamental para o encaminhamento dos pacientes. Tem aumentado, nos dias atuais, a utilização de parâmetros oriundos da dinâmica não linear, como a Dimensão de Correlação, Entropia de Kolmogorov, Entropia de Shannon e os Expoentes de Hurst na realização destes diagnósticos. Nesta pesquisa (e na anterior), a ferramenta diagnóstica apresentada foram os parâmetros advindos da análise multifractal (KANTERLHARDT et. al., 2002) de séries temporais cardíacas (IVANOV et al., 1999), as séries RR. A pesquisa feita é uma continuação do projeto de pesquisa de iniciação científica anterior, por este motivo foi mantida a fundamentação teórica sobre fractais e multifractais, sendo exatamente a mesma colocada no primeiro projeto (não houve alterações em relação à fundamentação), disponível nas referências.

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os fundamentos fractais e multifractais foram retirados do projeto anterior (SOUSA, 2015). Referenciado, com permissão da autora (a mesma) e do orientador (o mesmo).

As séries RR foram coletadas a partir de eletrocardiogramas e constituem o registro do intervalo de tempo entre duas ondas “R” consecutivas. A cada batimento cardíaco, é formado um complexo denominado de “QRS”, onde a onda “R” tem um pico acentuado, facilitando o instante a ser medido (será um

máximo local para medidas em milissegundos). As sequências de valores assim obtidos foram estudadas para uma maior compreensão da dinâmica cardíaca subjacente a estes batimentos. Foram estas séries RR o objeto das nossas análises aqui.

As séries estudadas foram recolhidas de um banco de dados públicos do site “Physionet” (PHYSIONET, 2016). Constituído um total de 83 séries RR, de 24 horas cada uma, com arquivos contendo ao redor de 100.000 dados cada. Estas séries foram divididas em 2 grupos:

- (i) 54 indivíduos saudáveis;
- (ii) 29 indivíduos com falência cardíaca congestiva;

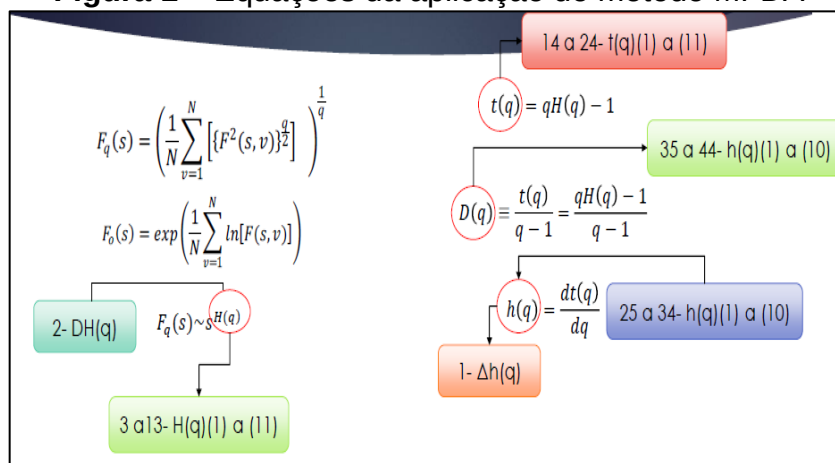
Com séries tão longas, foi testada a possibilidade de evolução da capacidade diagnóstica com a quantidade de dados (por exemplo, começamos com 1.000 dados e aumentando de 1.000 em 1.000 a cada vez). Neste caso, os parâmetros foram atualizados a cada passagem. A importância deste teste foi em estabelecer um número mínimo de dados que forneceram um poder discriminador entre a patologia e a normalidade.

Os parâmetros multifractais analisados são os 44 parâmetros extraídos do expoente H_q de ordem 5:

$$\Delta h_q, H_q(1), H_q(2), H_q(3), H_q(4), H_q(5), H_q(6), H_q(7), H_q(8), H_q(9), H_q(10), H_q(11), t_q(1), t_q(2), t_q(3), t_q(4), t_q(5), t_q(6), t_q(7), t_q(8), t_q(9), t_q(10), t_q(11), h_q(1), h_q(2), h_q(3), h_q(4), h_q(5), h_q(6), h_q(7), h_q(8), h_q(9), h_q(10), D_q(1), D_q(2), D_q(3), D_q(4), D_q(5), D_q(6), D_q(7), D_q(8), D_q(9), D_q(10).$$

Todos os parâmetros apresentados foram derivados das equações da Figura 1:

Figura 1 – Equações da aplicação do método MFDA



Fonte: KANTELHARDT, 2002

Uma derivação é a análise com um número maior de séries e patologias, mas isto depende de se encontrar os dados nestas bases de dados e já é trabalho para um mestrado ou doutorado.

3. OBJETIVOS

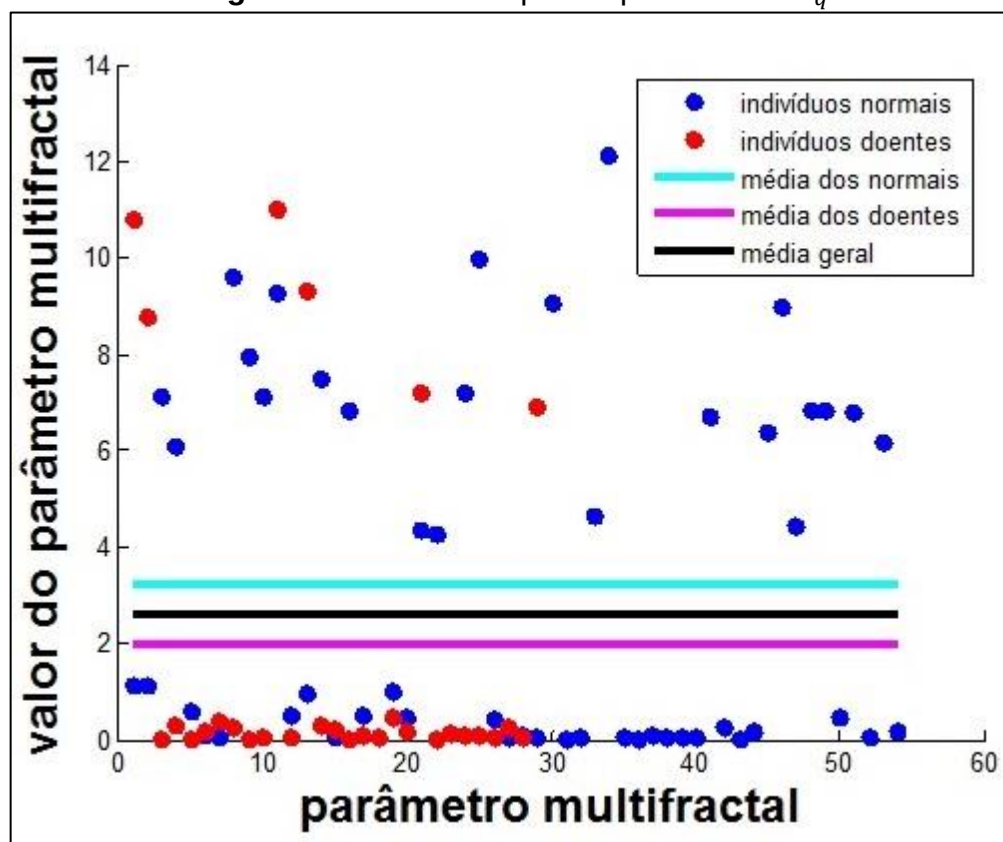
Encontrar parâmetros não usuais para a análise de séries temporais cardíacas e que sejam úteis para o diagnóstico diferencial em medicina.

4. METODOLOGIA

Este é um trabalho de natureza interdisciplinar, pois usa conhecimentos matemáticos na análise de dados experimentais em medicina. Utilizamos de ferramentas dos Sistemas Dinâmicos Não Lineares (MONTEIRO, 2002) e, particularmente, Fractais e Multifractais (MANDELBROT, 1982; KANTELHARDT, 2002). Predominou o método lógico-dedutivo que é a essência da matemática, centrado no desenvolvimento matemático de Sistemas Dinâmicos e de Multifractais e na análise exploratória de dados. Não houve fase experimental de coleta de dados: todos foram retirados do Physionet (Physionet, 2017). Manipulamos e exploramos os dados reais coletados com o software Matlab, fazendo simulações. A análise dos dados segue critérios estatísticos e clínicos com testes de sensibilidade, especificidade, valor preditivo negativo, valor preditivo positivo e acurácia.

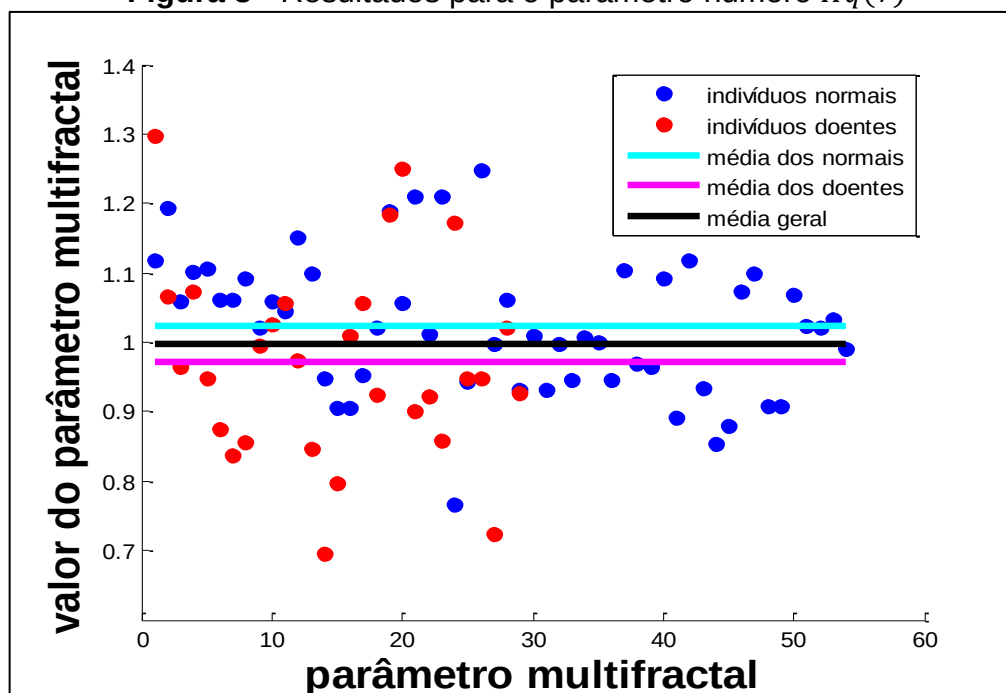
5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Figura 2 - Resultados para o parâmetro Δh_q



Fonte: criada pelo autor.

Figura 3 - Resultados para o parâmetro número $Hq(7)$



Fonte: criada pelo autor.

Ao todo foram feitos 44 gráficos com cálculos relativos a média, um para cada parâmetro, é apresentado apenas dois, para a compreensão da análise feita. Nas figuras 2 e 3 foram calculadas a média dos doentes, a média dos saudáveis e a média geral e traçadas no gráfico, respectivamente na cor, rosa, azul claro e preta.

As médias foram utilizadas como referência nos gráficos. Dado um valor de um determinado parâmetro, visualizou-se em relação a média das médias de forma geral. O critério utilizado para o diagnóstico foi considerar um indivíduo doente quando este se posicionou ao lado da média dos doentes e considerar um indivíduo normal quando este se posicionou ao lado da média dos normais.

Figura 4 – Tabela de validação de diagnóstico

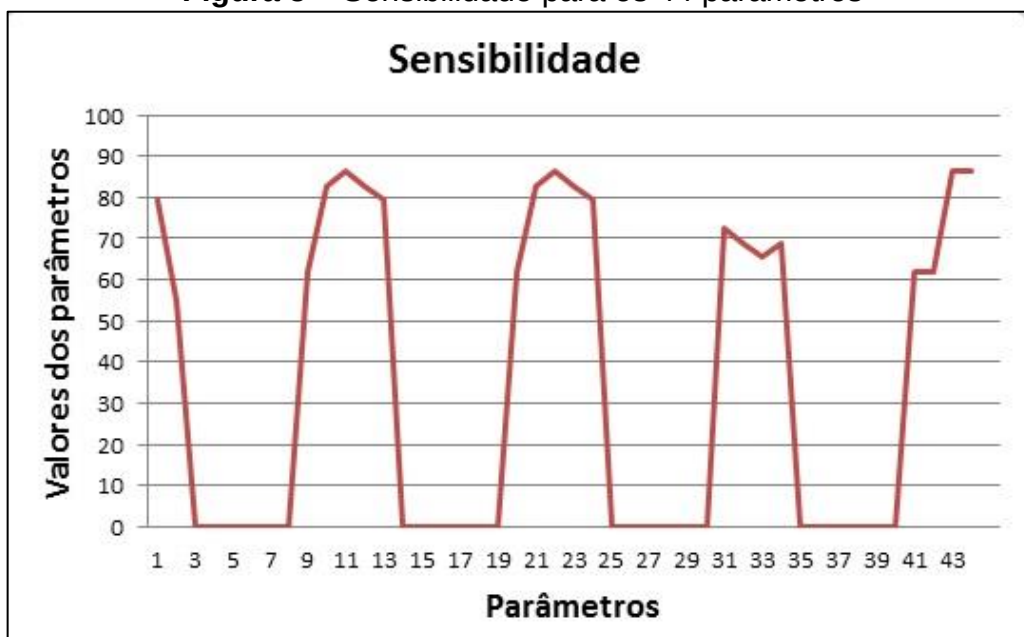
REALIDADE			
	DOENTE	SAUDÁVEL	
TESTE DOENTE	<i>a</i> (verdadeiro positivo)	<i>b</i> (falso positivo)	<i>a+b</i>
TESTE SAUDÁVEL	<i>c</i> (falso negativo)	<i>d</i> (verdadeiro negativo)	<i>c+d</i>
	<i>a+c</i>	<i>b+d</i>	<i>a+b+c+d = N</i>

Fonte: Physionet, 2016

Conforme ilustrado na figura 4, temos o verdadeiro positivo que é o valor do teste positivo nos pacientes doentes, temos o verdadeiro negativo que é o valor do teste negativo nos pacientes normais, temos o falso positivo que é o valor positivo em pacientes normais, temos o falso negativo que é o valor negativo em pacientes doentes.

Também foram testados 10 indicadores de validação de diagnóstico para análise dos parâmetros. Os resultados obtidos estão nas figuras 5 – 14. Nas abcissas estão os parâmetros de 1 a 44, nas ordenadas estão os valores dos parâmetros de 0 a 100.

Figura 5 – Sensibilidade para os 44 parâmetros



Fonte: criada pelo autor.

A sensibilidade é o resultado do verdadeiro positivo (VP) dividido pelo total de doentes.

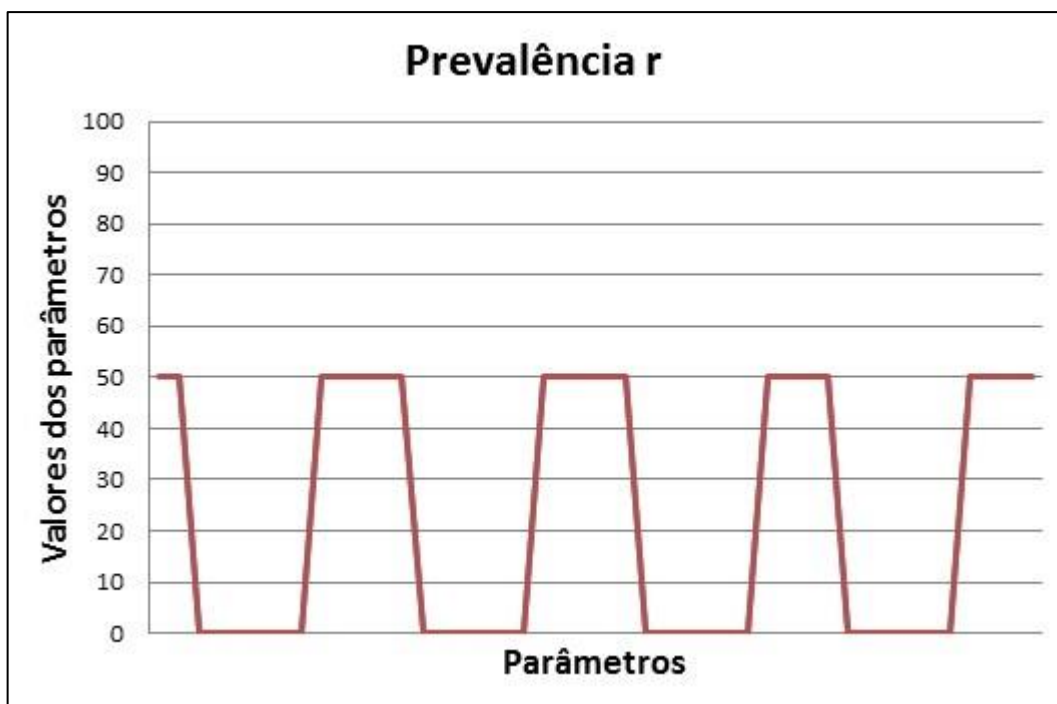
Figura 6 – Especificidade para os 44 parâmetros



Fonte: criada pelo autor.

A especificidade é o resultado do teste negativo em pacientes saudáveis dividido pelo total de pacientes saudáveis.

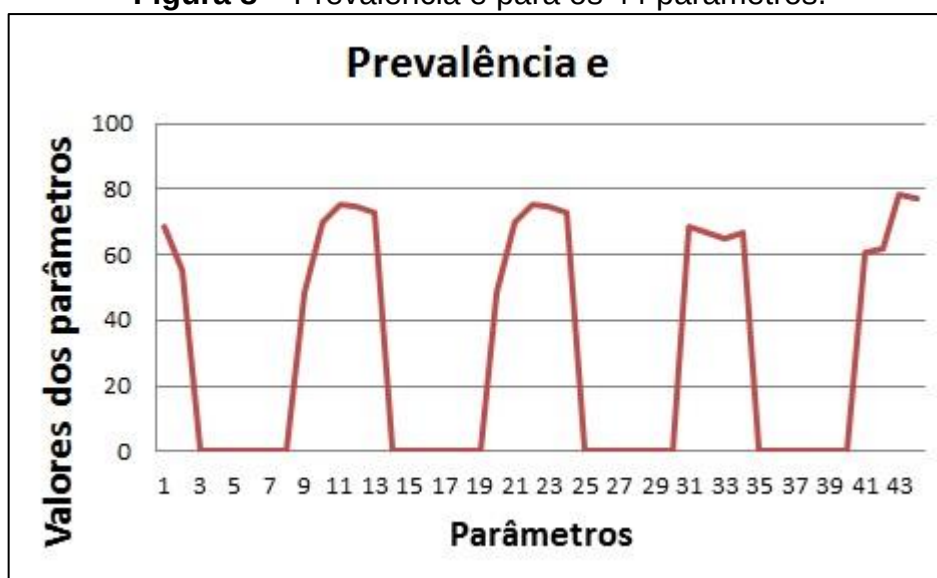
Figura 7 – Prevalência r para os 44 parâmetros (nas abcissas)



Fonte: criada pelo autor.

A prevalência é a porcentagem de indivíduos doentes VP + FN (falso negativo) dividido pelo total de indivíduos (doentes e saudáveis).

Figura 8 – Prevalência e para os 44 parâmetros.



Fonte: criada pelo autor.

Figura 9 – Valor preditivo positivo para os 44 parâmetros.



Fonte: criada pelo autor.

O valor preditivo positivo (VPP) é o valor de doentes, dentre o total que o teste denomina ser doente.

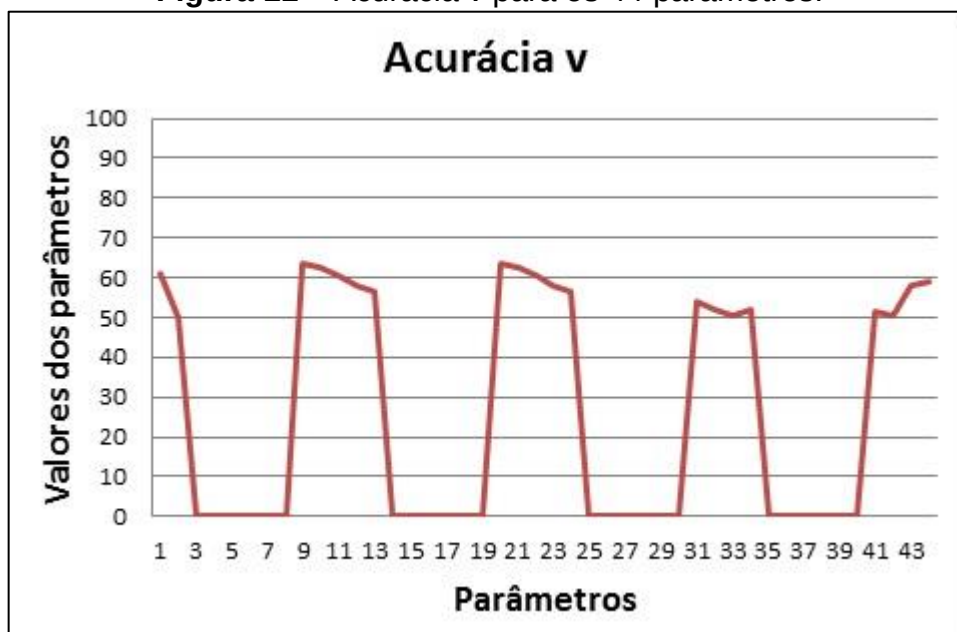
Figura 10 – Valor preditivo negativo para os 44 parâmetros.



Fonte: criada pelo autor.

O valor preditivo negativo é o valor dentre os que o teste denomina que não são doentes, em relação ao total de doentes.

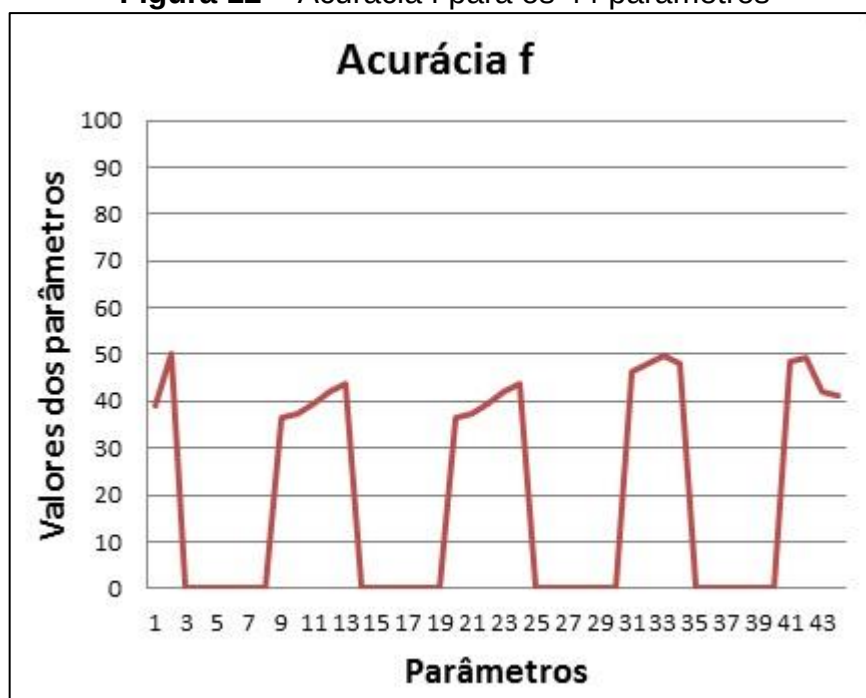
Figura 11 – Acurácia v para os 44 parâmetros.



Fonte: criada pelo autor.

Acurácia é o total dos VP+VN (verdadeiro negativo) / total de indivíduos.

Figura 12 – Acurácia f para os 44 parâmetros



Fonte: criada pelo autor.

Figura 13 – Razão de verossimilhança positivo



Fonte: criada pelo autor.

A razão de verossimilhança é definida pela razão das probabilidades que gera a equação $\left(\frac{\text{sensibilidade}}{1-\text{especificidade}}\right)$.

Figura 14 – Razão de verossimilhança negativo



Fonte: criada pelo autor.

A razão de verossimilhança é definida pela razão das probabilidades que gera a equação $\left(\frac{1-\text{sensibilidade}}{\text{especificidade}}\right)$.

6. CONCLUSÃO

Concluimos que os parâmetros verificados podem dar um diagnóstico com 86,2% de acerto dos doentes através do indicador de sensibilidade. Para a Especificidade, o melhor valor encontrado foi 64,8% e para o Valor Preditivo Positivo de 63,8%. O melhor Valor Preditivo Negativo foi 71,2% e a melhor Acurácia foi 63,4%. Estes resultados indicam que alguns destes testes são bons para detectar indivíduos que já tenham a doença, mas, no geral, não são muito bons para detectar indivíduos saudáveis em uma população.

Referências

HANSELMAN, D.; LITTLEFIELD, B. *Matlab 6 – Curso Completo*. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 676 p.

IVANOV, P. C. H. et al. Multifractality in human heartbeat dynamics. *Nature*, v. 399, p. 461-5, 1999.

KANTELHARDT, J. W. et al. Multifractal detrended fluctuation analysis of nonstationary time series. *Physica A*, v. 316, p. 87-114, 2002.

MANDELBROT, B. B., *The Fractal Geometry of Nature*, New York: Freeman, 1977.

MONTEIRO, L. H. A. *Sistemas Dinâmicos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2002. 527 p.

PHYSIONET. Is the Normal Heart Rate Chaotic? Disponível em: <<https://www.physionet.org/challenge/chaos/>>. Acesso em: 21 de jun. 2016.

SILVA, F. M. H. S. P. et al. Identification of anaerobic threshold during dynamic exercise in healthy man using Kolmogorov-Sinai entropy. *Computers in Cardiology*, v. 32, p. 731-734, 2005.

SILVA, F. M. H. S. P. et al. The Loss of Multifractality as Evidence of Impaired Left Ventricular Ejection Fraction in Patients after Acute Myocardial Infarction. *Computing in Cardiology*, v. 41, p. 413-416, 2014.

SILVA FILHO, A. C. et al. A New Parameter in the Nonlinear Dynamics of the Heart: The Higher Reconstruction Step. *Computers in Cardiology*, v. 37, p. 959-962, 2010.

SOUSA, C. F. Multifractais no Diagnóstico Médico. 2015. 9 f. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica – Centro Universitário de Franca, Franca, 2015. [Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos da Silva Filho].

EFEITOS DA VIOLÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO *SELF* DA CRIANÇA E NA RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS: um breve levantamento bibliográfico

NUNES, Isabella Barbosa – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Uma criança chega ao mundo completamente imatura e incapaz de sobreviver sozinha, de forma com que dependa dos pais para auxiliá-la nessa maturação, para que um dia esta possa viver de forma própria. Os pais possuem, então, papéis essenciais na vida de seus filhos, atuando como espelho, modelo e apoio para o desenvolvimento de suas crias.

Ainda na gestação, a mulher passa por transformações físicas e psicológicas para a chegada do novo pequeno. Seus seios aumentam, seus quadris se alargam, seus hormônios se alteram, seu corpo incha, dentre tantas outras mudanças. Psicologicamente, além das ansiedades específicas de gestações, a mãe é capaz de regredir temporariamente, resgatar suas vivências enquanto bebê, de forma com que possa se sentir mais identificada e ligada ao seu filho, o que a torna capaz de entender as necessidades de um ser que ainda não entende seus próprios motivos de alegrias e sofrimentos. O vínculo criado por essa dupla nas fases iniciais de vida é tão intenso que, aos poucos, necessita da cisão representada pela figura paterna, que representa a possibilidade do equilíbrio pensado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real.

Crianças necessitam que pais suficientemente bons criem de um meio ambiente firme, onde possam resolver seus conflitos de amor e ódio e suas tendências principais, e isso envolve a capacidade de ser frustrado, vivendo um sentimento de raiva que não se transforma em desespero. Entretanto, quais são os efeitos em um psiquismo que está iniciando seu desenvolvimento quando seus cuidadores, aqueles que deveriam fortalecê-lo, agem de forma violenta? O que é violência?

2. O PAPEL DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO DO *SELF* DA CRIANÇA

A definição sobre a mulher e seu papel na sociedade, aparentemente, sempre esteve rigorosamente esclarecido. Segundo Badinter (1985, p. 24), a mãe é uma personagem relativa e tridimensional: relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho, e tridimensional, pois, além dessa dupla relação, é também uma mulher, ou seja, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. Essa última colocação é frequentemente refutada até os dias atuais devido ao papel dominante histórico do homem em uma surda luta dos sexos, que há muito se arrasta e se traduz na dominação de um gênero sobre o outro, gerando valores predominantes e imperativos sociais que acabam por interferir o comportamento materno (p.25).

Ainda sob o espectro da mesma autora (p. 25), é importante ressaltar que é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Sendo assim, quando o olhar ideológico tem foco apenas no homem-pai e a ele designa todos os direitos, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Por outro lado, quando o foco se volta para a imagem da criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai.

Assim como aponta Bomfim (2012, p. 9), e como se pode perceber em um simples passeio ao parque ou conversa informal com amigos, tarefas e responsabilidades como o nutrir, o cuidar, e o educar que usualmente se destinavam unicamente à mulher, vêm se atualizando conforme a sociedade avança, bem como também vem mudando a relação entre o genitor e a prole em relação à maternagem e maternidade, nos possibilitando a reflexão de essas representações não remetem apenas à influência biológica, mas que tem contida toda a valoração, a ética e a moral do grupo a qual está inserida.

Na gravidez, um estado de transparência é estabelecido devido à desordem ao equilíbrio psíquico da gestante, influenciada pelo duplo *status* do bebê, que está presente no interior do corpo da mãe e em suas representações mentais, mas está ausente da realidade visível. Nesse estado, a mulher diminui seu investimento energético ao exterior e permite que reminiscências antigas surjam sem ser barrados pela censura (ZORING, 2012, p. 22). Assim, a posição da criança no

inconsciente materno relaciona-se à sexualidade infantil que retorna na gestação de maneira nostálgica, onde a criança é representada por elementos do passado.

Para Winnicott (s.d.), a mãe vive no processo de gestação uma preparação física e emocional em relação ao bebê que está por chegar, idealizando-o e se identificando com o mesmo para que seja possível colocar-se em seu lugar e atender às suas necessidades por ele ainda não decifradas, desenvolvendo recursos para compreendê-lo. Nesse período de mudança, a mulher pode ter reações semelhantes às vividas em uma crise, podendo resultar em um enfraquecimento momentâneo do ego, o que demanda uma reorganização interna para assimilação da nova experiência. Após o período de preparação, normalmente a mãe necessita que esse bebê seja materializado, o que coincide com o momento do nascimento.

Comumente a mãe entra numa fase, uma fase da qual ela comumente se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê, e na qual, em grande parte, ela é o bebê, e o bebê é ela. E não há nada de místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe (WINNICOTT, 2002, p. 4).

Nessa fase, Winnicott (2005, p. 21) aponta que nesse período, a mãe desvia o interesse de seu próprio *self* para o bebê, o que é denominado preocupação materna primária, o que confere à mesma uma capacidade especial de fazer a coisa certa. Somente a mãe é capaz de saber como o bebê pode estar se sentindo. Ainda que médicos e enfermeiras saibam muito a respeito de psicologia, e certamente conheçam tudo sobre saúde e doença do corpo, estes são incapazes de saberem como o bebê está se sentindo a cada minuto, pois estão fora dessa área de experiência.

Ainda que a espécie humana não possua instintos maternos tão aguçados quanto às demais espécies animais, carregamos em alguma parte de nós alguns reflexos que não podem ser desconsiderados. Winnicott (2005, p. 3) que há algo na mãe de um bebê que a torna particularmente qualificada para proteger seu filho, e que a torna apta a contribuir positivamente para com as necessidades da criança.

Essa ligação pode ser explicada por vários fatores, sendo um deles a identificação, que diz respeito à identificação da mãe com seu filho e o estado de identificação do filho com a mãe, onde “a mãe introduz na situação uma capacidade amadurecida, ao passo que a criança se encontra nesse estado porque é assim que as coisas começam.” (WINNICOTT, 2005, p. 21). A partir disso, o bebê inicia a

construção de seu eu através da identificação, pois seu eu ainda não é – seu *self* é apenas potencial, utilizando do recurso de se fundir com o *self* da mãe para seu início de desenvolvimento. Ainda que o *self* não possa ser caracterizado como fundido por ainda ser inexistente, estas cargas de memórias e expectativas podem agora começar a acumular-se e formar-se, entretanto, apenas quando este é reforçado por uma mãe suficientemente boa (p. 25).

Esta mãe suficientemente boa caracterizada por Winnicott é descrita como capaz de possuir três atitudes para com seu bebê: o holding, o handling, e a apresentação de objetos.

O *holding* é descrito por Winnicott como uma fase em que a mãe protege da agressão fisiológica; leva em conta a falta de conhecimento por parte deste da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo; inclui a rotina completa do cuidado dia e noite adequada a cada bebê; segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico quanto psicológico; e que inclui especialmente o holding físico do bebê, ou seja, faz-se de extrema importância segurar, embalar, abraçar e criar contatos corporais com o mesmo. O *holding* tem muita relação com a capacidade de identificação anteriormente citada. A execução deficiente deste produz extrema aflição na criança, sendo fonte da sensação de despedaçamento, de desesperança, de um sentimento de que a realidade exterior não pode ser usada para reconforto interno e de outras ansiedades que são geralmente classificadas como ‘psicóticas’ (p. 27). Em 2005, este mesmo autor completa que o holding configura-se com ações muito sutis, mas que, ao longo de muitas repetições, auxilia a significação dos fundamentos da capacidade que o bebê tem de se sentir real.

O *handling*, ou manipulação, facilita a formação de uma parceria psicossomática na criança, o que contribui para a formação do sentido do “real” em contraposição ao “irreal”. A manipulação deficiente trabalha na contramão do desenvolvimento do tônus muscular e da chamada “coordenação motora”, e também contra a capacidade de a criança usufruir da experiência do funcionamento corporal, e de SER. (p. 27).

A apresentação de objetos, ou “realização”, ligado diretamente ao tornar real o impulso criativo da criança, dá início à capacidade do bebê de relacionar-se com objetos. As falhas nesse cuidado bloqueiam o desenvolvimento da

capacidade da criança de sentir-se real em sua relação com o mundo dos objetos e dos fenômenos. (p. 27)

O desenvolvimento, em poucas palavras, é uma função da herança de um processo de maturação, e da acumulação de experiências de vida; mas esse desenvolvimento só pode ocorrer num ambiente propiciador. A importância deste ambiente propiciador é absoluta no início, e a seguir relativa; o processo de desenvolvimento pode ser descrito em termos de dependência absoluta, dependência relativa e um caminhar rumo à independência. (WINNICOTT, 2005, p. 27)

Uma boa proporção de mães e pais, em virtude de doenças sociais, familiares e pessoais, não consegue fornecer à criança condições suficientemente boas à época de seu nascimento, o que pode ser afetado por dois tipos de distúrbios maternos (WINNICOTT, 2005, p. 4). Em um extremo, o autor posiciona a mãe cujos interesses próprios têm caráter tão compulsivo que não podem ser abandonados, tornando-a incapaz de mergulhar na condição que quase se assemelha a uma doença, embora, na verdade seja bastante indicativo de boa saúde. No outro extremo, Winnicott coloca a mãe que tende a estar sempre preocupada, e nesse caso, o bebê torna-se sua preocupação patológica. É natural que a mãe se abdique de seu próprio *self* em favor da criança, mas também é normal que esta vá recuperando seus interesses próprios à medida que a criança lhe permite fazê-lo. Esse segundo exemplo de maternidade, a mãe patologicamente preocupada, “não só permanece identificada com seu bebê por um tempo longo demais, como também abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta” (p. 22).

Por outro lado, ainda em Winnicott (2005, p. 24), quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança se fortalece de forma segura, pois é apoiado em todos os aspectos. O ego reforçado (e, portanto, forte) da criança é desde muito cedo capaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais fortemente marcados por tendências hereditárias, permitindo que a criança se torne cedo verdadeiramente ele mesmo ou ela mesma. Se o apoio do ego da mãe não existe, ou é fraco, ou intermitente, a criança não consegue desenvolver-se em uma trilha pessoal. A partir de então, o desenvolvimento desse indivíduo “passa a estar mais relacionado com uma sucessão de reações a colapsos ambientais que com urgências internas e fatores genéticos” (p. 24). Os bebês bem cuidados rápida e facilmente estabelecem-se como pessoas singulares, ao passo que bebês que recebem apoio egóico inadequado ou patológico tendem a apresentar padrões de

comportamento semelhante, como inquietude, estranhamento, apatia, inibição ou complacência.

Crianças necessitam que pais suficientemente bons criem de um meio ambiente firme, onde possam resolver seus conflitos de amor e ódio e suas tendências principais (WINNICOTT, 2002, p. 8), e isso envolve a capacidade de ser frustrado, vivendo um sentimento de raiva que não se transforma em desespero (p. 7). Nesse sentido, Klein aponta que toda frustração ou toda gratificação é vivida na relação com um objeto, e que a privação é sempre sentida como frustração. Por exemplo, se a criança não pode obter uma coisa desejada, cria-se a impressão de que esta lhe foi retirada pela mãe má que tem poder sobre ela (PETOT, 2003, p. 141). “As frustrações orais e anais, prefigurações de todas as frustrações ulteriores, têm, igualmente, o valor de punições e são causa de ansiedade”, o que contribui em muito para os sentimentos de aspereza, desânimo ou perda de alegria, adjetivado por Petot (2003, p. 142) como “acabrunhamento”.

O papel do pai também tem se modificado na sociedade, sobretudo, nas últimas décadas, e isso se deve pelas transformações culturais, sociais e familiares, uma vez que acompanhamos a passagem da fase em que os filhos eram propriedades do pai, com as mães, por sua vez, quase sem direitos; fase também em que o pai era apenas o suporte financeiro da família. Benczik (2011, p. 1) resgata a imagem do pai antigo, proprietário de bens, escravos e filhos, disposto a impor sua lei e seus direitos e a resguardar seu nome e sua honra.

Autoritário, se isentava de maiores compromissos e de manifestações afetivas para com os filhos, cuja relação era marcada pela ideia da diferença, ao se referir à hierarquia familiar: *“adulto é diferente de criança, está na posição de quem sabe ‘mais e melhor’, e pode e mesmo deve de quando em quando, mostrar seu poder através do exercício legítimo da disciplina”* (BENCZIK, 2011, p. 1).

Essa postura era (e ainda é, de certa forma, devido aos resquícios que levam várias gerações para perderem a força) apoiada pela cultura que, sendo patriarcal, reservou-lhe lugar acima da trama doméstica constituída, sobretudo pela mulher e pela criança. Apesar de esse quadro ter apresentado severas modificações, a mudança de hábitos não acompanha o ritmo da transformação de valores. Conforme Benczik (2011, p. 1), antes de assimilar a nova configuração familiar, modelado no processo que reconhece direito às mulheres e a retira da obrigatoriedade de cuidar apenas do lar, o homem é surpreendido pela ruptura da

hierarquia doméstica e pelo constante questionamento de sua autoridade, se deparando com o fato de que sua interação com os filhos era reduzida aos primeiros anos de vida, bem como a sua participação nos cuidados diários à criança.

É pressuposto da teoria psicanalítica o papel estruturante do pai, pois a trama familiar, o sujeito se constrói e sai do estado de natureza para ingressar na cultura. Para Aberastury (apud BENCZIK, 2011, p. 2), o pai representa a possibilidade do equilíbrio pensado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real. A necessidade da figura paterna no processo de desenvolvimento infantil ocorre quando a criança se vê inserida no triângulo edípico, e na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação, havendo um movimento mais intenso na adolescência para que o filho alcance maior autonomia.

O lugar do pai, entre seis e doze meses, não é tão destacado na literatura, como acontece com a figura materna, no entanto, o contato corporal entre o bebê e o pai, no cotidiano, é referência na organização psíquica da criança, devido à sua função estruturante para o desenvolvimento do ego (BENCZIK, 2011, p. 3).

Para Winnicott (1956, apud FERREIRA e AIELLO-VAISBERG, 2006, p. 3), é fundamental que o pai seja verdadeiramente importante para a mãe, permitindo o estabelecimento de uma relação mãe-filho saudável. Dessa forma, o pai não duplica o cuidador materno, mas aparece como elemento inscrito num processo de diferenciação da alteridade.

Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006, p. 4) atribuem ao pai, no contexto de exame da tendência anti-social

(...) uma função de manutenção de um enquadre seguro, que permita a criança lidar com sua agressividade, ódio e destruição, características estas parciais do elemento masculino, tanto em meninos como em meninas. Esta questão é fundamental, em termos de amadurecimento emocional, desde o ponto de vista winnicottiano, porque só se completa satisfatoriamente um processo de estabelecimento de vínculo saudável com a realidade na medida em que seja possível, pela via da própria destrutividade, chegar a se conceber a alteridade, a externalidade do mundo.

3. AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA

Para submergir e melhor enxergar o tema “Efeitos da violência no desenvolvimento do *self* da criança e na relação entre pais e filhos”, é necessário primeiramente compreender o que se entende por violência. Segundo o Dicionário Aurélio (2008), violência é definida como:

¹ Estado daquilo que é violento; ² ato violento; ³ ato de violentar; ⁴ veemência; ⁵ irascibilidade; ⁶ abuso da força; ⁷ tirania ou opressão; ⁸ constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer, coação.

Essa definição nos permite compreender que violência não se trata apenas de uma questão material, mas também psicológica, coercitiva, não se mostrando apenas via força física, vindo à tona também por meios sutis, sendo eles verbais ou comportamentais, cotidianamente. Entretanto, faz-se necessário apontar que a violência trata-se de uma explosão primária da agressão, ou seja, é resultado de um processo derivado de instintos humanos normais e esperados, assim como defende Santos (2002).

A etimologia da palavra agressão é *ad gradior* = mover-se para adiante, assim como regressão indica o movimento para trás. A violência (*vis, bia, hybris, dynamis*) é a agressão destrutiva que busca aniquilar, desintegrar, nem toda agressividade é violência, mas toda violência é, sim, agressividade. (SANTOS, 2002, p. 332).

A agressividade, força criativa e destrutiva, por muito tempo manteve os ancestrais do homem vivos, uma vez que se origina de uma tendência inata para crescer e dominar a vida. Para Santos (2002), somente quando essa força vital é destruída em seu desenvolvimento é que os aspectos de ira, raiva e ódio passam a se agregar e apresentar.

Nesse mesmo sentido, Winnicott (1939) descreve a agressão via duas vertentes: constitui uma reação direta ou indireta à frustração e, por outro lado, é uma das inúmeras fontes de energia de um sujeito. O empreendimento de conhecer e tolerar a própria agressividade é apontado pelo mesmo autor como fundamental para a saúde dos indivíduos em geral, nos lembrando que a agressividade é uma das tendências humanas que mais é dissimulada, desviada e atribuída a agentes externos, podendo causar prejuízos ao pleno desenvolvimento das atividades criativas e de trabalho.

Para Santos (2002), a compreensão da relação entre agressão e violência demanda a consideração do Poder como um aspecto básico, sendo o

‘Poder de Ser’ o primeiro nível. Todo ente sente a necessidade de ser, sendo assim, a exigência de reconhecimento se converte no clamor da ‘auto-affirmação’, que se configura como segunda fase a ser considerada. A terceira é da ‘auto-inserção’, a forma de comportamento mais forte deste processo, na qual a criança suplica: *“Estou aqui e exijo ser levada em conta”*. A quarta e mais intensa fase é a da ‘agressão’ como forma enérgica de reação. Trata-se de um movimento de penetração nas posições de poder ou de prestígio, e que, quando se mostram ineficazes, transformam-se em violência.

Com frequência fala-se na tendência à violência como algo de dentro do indivíduo, porém, ela é também uma reação ante as condições externas. Nos casos típicos, o estímulo ante o meio se transmite ao indivíduo e se traduz diretamente em um impulso violento a golpear, sem intenção do cérebro. Um homem é presa de um estalido de cólera violenta muitas vezes sem que se dê conta do que se passou neste episódio. (SANTOS, 2002, p. 333).

Uma criança normal, possuindo a confiança dos pais suficientemente bons, utiliza de todos os meios para se impor, colocando à prova o seu poder de desintegrar, destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Sendo assim, apresenta-se como propriedade da tarefa dos pais a continência dos conteúdos demonstrados pelos filhos, traduzindo-os e moldando-os com as ferramentas as quais possuem. Desse modo, o ambiente familiar é de extremo peso e importância para o desenvolvimento psicológico de uma criança. A partir dos meios pelos quais essa agressividade é expressa, torna-se tarefa do adulto impedir que a agressão fuja do controle, proporcionando uma autoridade (não um autoritarismo) forte e confiante, dentro dos limites de graus nos quais a maldade pode ser experimentada e usufruída sem danos. Entretanto, a retirada dessa autoridade se faz de extrema importância para a emancipação do indivíduo (WINNICOTT, 1939).

Na tentativa de controlar e se adaptar aos instintos agressivos, é uma possibilidade buscar essa ação reguladora no mundo externo, o que até certo ponto é sadio, considerando que os pais possuem essa função ao longo do desenvolvimento da criança. Entretanto, quando esse movimento não é emancipatório, mas sim dependente, o indivíduo pode se encontrar em constante defesa a perseguições fantasiosas, extrapolando a ação agressiva para violenta. Seguindo a contramão deste exemplo, contrasta-se a criança que mantém a agressividade reprimida, tornando-se tensa, excessivamente controlada e séria,

aumentando naturalmente o grau de inibição dos impulsos e, assim, também da capacidade criadora. Do mesmo modo em que o lado negativo é apresentado, se assim podemos nomear, cria-se também a possibilidade dessa mesma criança se beneficiar com o desenvolvimento do autodomínio e da capacidade para colocar-se na situação de outrem, identificando-se mais facilmente com o outro e com objetos externos.

Outro ponto a ser considerado acerca do autocontrole excessivo é o fato de que uma criança gentil pode estar sujeita a surtos periódicos de sentimentos e conduta agressivos, se manifestando, por exemplo, em uma explosão de raiva ou em uma ação perversa, o que se torna ainda mais complexo com o fato de que essa criança pode não se lembrar do ocorrido passado tempos desde o episódio. Nesse sentido, o papel dos pais é procurar meios para que seu filho possa expressar agressividade de forma mais sadia ou menos prejudicial. Dentre as formas mais maduras para o comportamento agressivo, está o ato de sonhar. Nos sonhos, a destruição é experimentada em fantasia, entretanto, sendo vivenciada como experiência concreta, causando determinado grau de excitação no corpo, além de fazer parte de um processo de preparação da criança para o exercício de brincar, tanto sozinha, quanto em companhia. Ainda que os sonhos eliciem uma situação de caos, o ato de despertar que os pais executam auxiliam na função tranquilizadora da realidade externa. Outro exemplo de enfrentamento da agressividade diz respeito ao masoquismo, por meio do qual o indivíduo encontra o sofrimento e, ao mesmo tempo, expressa sua agressividade, aliviando os sentimentos de culpa através da punição que recebe, assim desfrutando da excitação e gratificação sexuais. Esse caso em muito se assemelha ao da repressão, pois o sujeito busca exteriormente algo que o faça se redimir da culpa gerada pela presença de instintos agressivos, ainda que naturais.

Seria uma tarefa imensa examinar todas as questões implícitas sobre o que envolve a agressividade, mas há certas coisas relativamente simples a serem ditas acerca do tema, pois existem características que podem ser encontradas em todas as crianças e em todas as pessoas de qualquer idade, independente de sexo, raça, cor da pele, credo ou posição social, demonstrando diferença no modo de enfrentamento de um mesmo problema, por exemplo. Nas palavras de Winnicott (1939, p. 89), “de todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é

escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos, e quando manifesta é sempre uma tarefa difícil identificar suas origens.”.

Retomando as definições de violência, conforme a obra de Pernica (2014), esta palavra vem do latim *violentia*, que também significa força. O verbo *violare* tem o sinônimo de violentar, transgredir e ambos derivam de *vis*, que se referem à potência, vigor, força física, abundância, essência, emprego da força. A Organização Mundial da Saúde define a violência como:

“[...] o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, s.p.).

Este é um tema que atravessou a história da sociedade, pois, durante gerações, a violência mudou de formas expressivas e de contextos socialmente aceitos para outros, de um grupo social para outro, mas nunca deixou de existir. O ato violento carrega em si sentimentos como raiva, desejo de vingança e aniquilação do outro, diretamente ou indiretamente ligados à vítima (PERNICA, 2014, p. 1).

A violência é classificada também como ferramenta de defesa, autoafirmação e superioridade sobre o outro, se assumindo como forma de expressão de sentimentos que não encontraram possibilidades nem no campo individual nem no social de serem comunicados de outra forma. Indivíduos podem aprender a reproduzir a violência sofrida como forma de sobrevivência do ego, reagindo ao mundo da mesma forma que acreditam e sentem que o mesmo os tratou e os significou, uma vez que todos tendemos a buscar a resolução de problemas com base no que vivenciamos cotidianamente. Com isso, esses mesmos indivíduos tendem a desenvolver relações que atuem na dissimulação da violência marcada em seu *self*, criando-se assim uma perpetuação desse modo de ser e estar no mundo.

Além disso, a concepção de violência nos remete à ideia de força contra alguém, o qual pode ter representado uma ameaça ao ego do sujeito que agiu de tal forma, devido a possíveis recordações inconscientes como medo do abandono, da aniquilação do eu, culpa, agressividade e impotência. Esta se faz presente em todos os espaços sociais, mesmo naqueles pensados e criados justamente tratar tal questão. Afeta todas as classes econômicas, raças e etnias. Essa violência pode então se disseminar e tomar proporções exorbitantes,

envolvendo a criança ou adolescente violentado, negligenciado, abusado, desprotegido (PERNICA, 2014, p. 2).

Embora a maioria dos pais demonstrem-se como suficientemente bons, alguns não são capazes ou não cuidam adequadamente de seus filhos. Conforme as definições de Papalia (2006, p. 540), os maus-tratos, sejam cometidos pelos pais ou por cuidadores, assumem diversas formas específicas, repetindo o padrão de colocar em risco a saúde e bem-estar da criança.

De modo geral, por *abuso* entende-se uma ação que causa dano; já a *negligência* refere-se a não-ação que causa dano. O *abuso físico* envolve dano ao corpo mediante socos, espancamento, chutes ou queimaduras. Ocorre *negligência* quando não são atendidas as necessidades básicas da criança, como alimentação, vestuário, assistência médica, proteção e supervisão. *Abuso sexual* é a atividade sexual que envolve uma criança e uma pessoa mais velha. Os *maus-tratos emocionais* incluem atos de abuso ou de negligência que podem causar transtornos comportamentais, cognitivos, emocionais ou mentais. Isso pode incluir rejeição, aterrorização, isolamento, exploração, degradação e ridicularização, ou não prover apoio emocional, amor e afeição. Qualquer forma de maltrato tende a ser acompanhada por uma ou mais de uma das outras formas (PAPALIA, 2006, p. 540).

Crianças criadas em um ambiente de rejeição ou de coerção, ou excessivamente permissivo, tendem a apresentar comportamento agressivo, e a hostilidade que provocam aos outros aumenta sua própria agressividade (PAPALIA, 2006, p. 503). A autoimagem construída de forma negativa devido a abandonos ou repressões normalmente impede-as de serem bem-sucedidas na escola ou de desenvolver outros interesses construtivos, e estas geralmente se associam a amigos que reforçam suas atitudes e seu comportamento antissocial (PAPALIA, 2006, p. 504).

As práticas de criação ajudam a formar um comportamento pró-social ou antissocial por atenderem ou deixarem de atender às necessidades emocionais básicas das crianças. Pais de delinquentes crônicos costumam não ter reforçado o bom comportamento no início da infância e eram duros ou inconsistentes, ou ambos, na punição por mau comportamento. Ao longo dos anos esses pais não estiveram íntima e positivamente envolvidos na vida de seus filhos. As crianças podem vingar-se através de comportamento antissocial: quando "aprontam" podem ganhar atenção ou fazer as coisas do seu jeito (PAPALIA, 2006, P. 504).

Os maus-tratos podem ter graves consequências - não somente físicas, mas emocionais, cognitivas e sociais. Segundo informações levantadas por Papalia (2006, p. 543), crianças que sofreram algum tipo de violência costumam

iniciar o processo de fala de modo tardio; têm maior probabilidade de repetência na escola, de apresentar maus resultados em testes cognitivos, bem como problemas de disciplina na escola; costumam ter apego desorganizado-desorientado aos pais e autoconceito negativo e distorcido; se são privadas de interações sociais iniciais positivas, não desenvolvem habilidades sociais, como o ato de fazer novas amizades; a negligência crônica durante a segunda infância tem efeitos particularmente negativos, vistos no desempenho escolar, nos relacionamentos sociais, na adaptabilidade e na resolução de problemas; jovens fisicamente abusados tendem a ser temerosos, não-cooperativos, menos capazes de responder adequadamente a ofertas amistosas e, conseqüentemente, menos estimados do que outras crianças – até mesmo devido à questão da baixa sociabilidade.

Os maus-tratos emocionais geralmente são mais sutis do que os físicos, e seus efeitos podem ser mais complexos de serem classificados ou especificados. Entretanto, têm sido vinculados à mentira, ao roubo, à baixa autoestima, à desadaptação emocional, à dependência, ao mau desempenho, à depressão, à agressão, aos transtornos de aprendizagem, ao homicídio e ao suicídio, bem como ao sofrimento psicológico por tempo não-determinado ou previsto.

Traumas, segundo Minerbo (2016, p. 81) são afluxos excessivos energia que rompem o escudo protetor, invadem o aparelho psíquico e o desorganiza. O primeiro impacto da experiência, nesse caso, o ato violento ou negligente, precisa ser transformado em imagens mentais, processo na qual a matéria psíquica é iniciada em certo nível de representação, denominada simbolização primária. A secundária acontece quando essa representação é se desenvolve a ponto de ser possível comunicá-la verbalmente. Sendo assim, o efeito clínico do trauma é interromper esse processo em algum ponto. “Trauma primário leva à constituição de núcleos psicóticos, enquanto o secundário, de núcleos neuróticos” (MINERBO, 2016, p. 82).

Um ponto importante sobre o trauma é que, o que tem valor traumático para uma pessoa, pode não ter para outra, pois trata-se de um processo relativo à capacidade de simbolização de cada psiquismo, a cada momento. Além disso, não pode ser reduzido a um acontecimento único, com dia e hora, pois é cumulativo (MINERBO, 2016, p. 87).

Em “*A criança mal acolhida e sua pulsão de morte*” (1929, apud MINERBO, p. 86), Ferenczi sugere que o bebê mal narcisado tende a desenvolver núcleos melancólicos, e relaciona certos distúrbios na constituição do eu ao trauma precoce. Em “*Confusão de línguas*”, publicado em 1932, este mesmo autor afirma que “as crianças submetidas a choques emocionais são transformadas em ‘psiquiatras’ e passam a cuidar de ‘adultos enfurecidos, de certo modo loucos’; isso sem falar na impossibilidade de metabolizarem a linguagem passional – erótica ou violenta – do adulto”. Crianças pequenas se aterrorizam quando pais amorosos se transformam em furiosos por esta ter feito algo inadequado. E se isso se repete diariamente, há uma falha na organização psíquica.

Em continuidade ao levantamento teórico de Minerbo, esta redige (2016, p. 86) sobre parte da ideia de Klein, que afirma que a angústia moderada gerada nas relações de objeto obriga o ego a procurar substitutos nos objetos do mundo, iniciando o processo de simbolização. Todavia, a angústia excessiva mobiliza defesas que bloqueiam esse processo. Roussilon (apud MINERBO, 2016, p. 86), acrescenta que o processo de simbolização é afetado devido à ausência de prazer no vínculo primário entre a mãe e o bebê. Ademais, o traumático tem a ver com as várias formas de inadequação e de toxicidade da figura parental, e são agravadas quando o adulto não as reconhece ou as desmente – provavelmente por tratar-se de questões inconscientes (MINERBO, 2016, p. 87).

Nesse sentido, Winnicott (apud MINERBO, 2016, p. 87) traz à luz o papel facilitador ou patogênico do ambiente, de forma com que a situação tenha natureza apenas potencialmente traumática, mas acaba tornando-se traumática de fato em função das respostas inadequadas ao autoerotismo, capacidade de ligação, de descarga, de adaptação, agressividade e fuga. Caso estas respostas inadequadas assumam caráter frequente, o sujeito perde a esperança de ser salvo pelo objeto e entra em estado de agonia. A raiva impotente cede lugar a um estado de desespero existencial, em que o sujeito sente culpa por ser/existir. Dessa forma, o que acontece é a impossibilidade de atribuir sentido à experiência vivida, seja porque o ambiente não consegue prover as condições para a simbolização da experiência, seja porque o psiquismo não estava preparado para o que aconteceu (MINERBO, 2016, p. 88). Por outro lado, quando a função simbolizante exercida pelo ambiente é internalizada, o sujeito pode sonhar, de modo que a simbolização

primária passa a ser realizada de maneira autônoma por seu próprio aparelho psíquico (MINERBO, 2016, p. 90).

O primeiro ambiente simbolizante é o psiquismo materno, que permite à criança fazer as primeiras ligações da pulsionalidade em estado bruto. Quando isso não acontece, a pulsão pressiona em direção à descarga. Há uma tentativa de ligá-las fora do psiquismo, por meio do recurso a drogas, compulsões, fanatismos de todos os tipos, ou, quando nada disso funciona, por meio de atuações violentas (MINERBO, 2016, p. 90).

Para finalizar, o processo de simbolização depende de um funcionamento mental pautado na energia erótica ou libido, que permite ao sujeito fazer as ligações psíquicas, de modo a reter as experiências emocionais no interior do psiquismo. Minerbo (2016, p. 90) explica que a libido é a energia necessária para que o psiquismo tolere a complexificação da vida; para que este consiga digerir ao invés de expelir; para estabelecer novas relações internas e externas, no lugar da tendência à desobjetalização. A simbolização necessita vir acompanhada de algum nível de prazer, caso contrário, será odiada e atacada. “É a libido produzida no vínculo primário – no nível de autoconservação, do prazer erógeno e da satisfação ligada à comunicação corporal/emocional bem-sucedida – que instala a função simbolizante no psiquismo” (MINERBO, 2016, p. 90).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a tarefa de educar uma criança não é fácil. Uma criança normal, possuindo a confiança dos pais suficientemente bons, utiliza de todos os meios para se impor, colocando à prova o seu poder de desintegrar, destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se, o que demanda dos pais uma preparação, proporcionada pela identificação e continência, para auxiliar no desenvolvimento de seus filhos. Entretanto, é necessário considerar que, na sociedade em que vivemos, a criação e educação dos filhos não é a única tarefa dos pais, que possuem trabalhos, outras responsabilidades e incumbências, questões pessoais e outros papéis a serem desempenhados, como o de marido, esposa, filhos, amigos, vizinhos, cunhados, chefes, subordinados, e assim por diante. Isso significa que nem sempre estes estão totalmente dispostos e pacientes para manobrar situações complexas que o desenvolvimento de uma criança envolve, o que faz com que muitos recorram à violência como forma de atuação. Recorre-se à

violência quando não consegue-se dispor de outros meios para agir, quando se é incapaz de repensar a situação na qual se encontra, quando não se consegue eleger outra ferramenta que possa surtir efeitos positivos, seja por traços em seu próprio desenvolvimento, ou por qualquer outro motivo que ofereça a violência ou negligência como meio de resolução.

Educar uma criança requer tempo, disposição, e atos violentos geram efeitos satisfatórios momentaneamente, fazendo com que seja uma saída considerável aos pais por muitas das vezes. Ainda que esses efeitos satisfatórios sejam alcançados facilmente, como calar um choro, interromper uma “birra”, causar silêncio, manter a criança em um único lugar; atitudes violentas geram consequências negativas a longo prazo, pois, aqueles pais que sempre a acolheram e foram amorosos, em um instante se demonstram seres raivosos, capazes de ferir seus corpos e sentimentos, e quando isso se repete com frequência, acaba por causar uma desorganização psíquica.

Como visto, um ato de violência não é apenas aquele que agride a criança de forma física, mas também se apresenta como pais cujos interesses próprios têm caráter tão compulsivo que não podem ser abandonados, em uma situação em que a criança compete com sua vida e planos pessoais, portanto, é de alguma forma desconsiderada; pais que tendem a estar sempre preocupados, e nesse caso, o bebê torna-se sua preocupação patológica; o não-reforço do ego torna a criança incapaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais, não conseguindo se desenvolver em uma trilha pessoal, o que leva o indivíduo a estar mais relacionado com uma sucessão de reações a colapsos ambientais que com urgências internas e fatores genéticos, apresentando comportamentos de inquietude, estranhamento, apatia, inibição ou complacência; a desregulada tentativa de adaptação aos instintos agressivos, que leva a criança a se encontrar em constante defesa a perseguições fantasiosas, extrapolando a ação agressiva para violenta, ou, na contramão, mantendo a agressividade reprimida, tornando-se tensa, excessivamente controlada e séria, aumentando naturalmente o grau de inibição dos impulsos e, assim, também da capacidade criadora; a impossibilidade de expressar a agressividade de forma sadia, possibilitando surtos periódicos de sentimentos e conduta agressivos, se manifestando, por exemplo, em uma explosão de raiva ou em uma ação perversa, o que se torna ainda mais complexo com o fato de que essa criança pode não se lembrar do ocorrido passado tempos desde o

episódio. O traumático tem a ver com as várias formas de inadequação e de toxicidade da figura parental, e nesse sentido é importante ressaltar o papel facilitador ou patogênico do ambiente, de forma com que a situação tenha natureza apenas potencialmente traumática, mas acaba tornando-se traumática de fato em função das respostas inadequadas ao autoerotismo, capacidade de ligação, de descarga, de adaptação, agressividade e fuga. Caso estas respostas inadequadas assumam caráter frequente, o sujeito perde a esperança de ser salvo pelo objeto e entra em estado de agonia. A raiva impotente cede lugar a um estado de desespero existencial, em que o sujeito sente culpa por ser/existir. Dessa forma, o que acontece é a impossibilidade de atribuir sentido à experiência vivida, seja porque o ambiente não consegue prover as condições para a simbolização da experiência, seja porque o psiquismo não estava preparado para o que aconteceu.

Os riscos do abuso e negligência ainda não são quantificáveis, pois, o que tem valor traumático para uma pessoa, pode não ter para outra por tratar-se de um processo relativo à capacidade de simbolização de cada psiquismo, a cada momento. Sendo assim, ainda que pesquisas apontem consequências em comum em indivíduos que se incluem nesse critério, é extremamente complexo citar efeitos individuais causados por tais ações. Contudo, dentre os efeitos já estudados, destacam-se a fala tardia, maior probabilidade de repetência na escola, maus resultados em testes cognitivos, indisciplina na escola, autoconceito distorcido, problema nas habilidades sociais, adaptabilidade, resolução de problemas, não cooperação, temor, embotamento afetivo, baixa sociabilidade, desesperança e falta de padrão de confiança.

Os efeitos da violência na relação entre pais e filhos, portanto, atuam no sentido de afastar os indivíduos, uma vez que esses pais não oferecem um padrão estável de comportamento, oscilando entre afeto e violência; ou, até mesmo quando apresenta apenas atitudes violentas, o que pode produzir na criança marcas de desconfiança, desesperança, desejo de aniquilação – ou de si próprio, ou do outro. Para que ocorra a continência e manejo dos impulsos agressivos de um indivíduo comum, é necessário que os pais estejam realmente intimamente ligados a seus filhos, ou ao menos dispostos a ouvi-los para descobrir o real sentido e objetivo de suas ações e necessidades. Quando essa relação não é fortalecida o bastante, isso acaba por deixar o trio ao acaso de acontecimentos e fatores hereditários, pois não há uma escuta efetiva que resulte na marcha por acolhimentos e resoluções

verdadeiramente efetivos. Além disso, é possível que as crianças passem a mentir sobre situações as quais sabem que os pais reagem de forma violenta ou insatisfatória, e também a evitar conversações que podem obter esse mesmo resultado, o que é enfraquecedor para a relação.

REFERÊNCIAS

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil**. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 de abril de 2017.

BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate. **Narrativas maternas**: um estudo transcultural com mães brasileiras e francesas. Tese em psicologia: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ribeirão Preto, 2014.

CONDE, H. M. A. **Poder, Violência e Psicanálise**. s.d. Disponível em <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/mesas_redondas/poder_violencia_e_psicanalise.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2017.

FERREIRA, M. C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. **O pai 'suficientemente bom'**: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. Mudanças – Psicologia da Saúde, 14 (2), jul-dez 2006, 136-142p. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/viewFile/644/644>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

FLETCHER, John. **Positive parenting, not physical punishment**. CMAJ, v. 184, n. 12, 4 set., p.1339. Disponível em <<http://www.cmaj.ca/content/184/12/1339.full>>. Acesso em 12 de março de 2016.

GONZÁLEZ, Carlos. **Bésame mucho**: como criar seus filhos com amor. Disponível em <<http://www.nossoprimeirobebe.com/wp-content/uploads/2014/12/Besame-Mucho-%C3%ADntegra-portugu%C3%AAs-brasileiro.pdf>>. Acesso em 31 de março de 2016.

HOCHMAN, Bernardo; XERFAN, Fábio Nahas; FILHO, Renato Santos de Oliveira; FERREIRA, Lydia Masako. **Desenho de pesquisa**. Acta Cirúrgica Brasileira, São Paulo, vol 20. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v20s2/v20s2a02.pdf>>. Acesso em 1 de abril de 2016.

LUZ, Iza Rodrigues da. **A agressividade na concepção de Winnicott e suas implicações para a educação infantil**. Aprender, Vitória da Conquista, n 11. 2008. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4249/pdf_220>. Acesso em 19 de abril de 2016.

LUZ, Iza Rodrigues da. **Agressividade na primeira infância**: um estudo a partir das relações estabelecidas pelas crianças no ambiente familiar e na creche. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAPALIA, D. E. Desenvolvimento humano. 8 ed. São Paulo: Artmed, 2006.

PERNICA, F. Q. **O monstro e a transmissão da violência**, 2014. Disponível em <<https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/o-monstro-e-a-transmissao-da-violencia>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

PRUDENCIATTI, Shaday M.; TAVANO, Liliam D'Aquino; NEME, Carmen Maria Bueno. O desenho: história na atenção psicológica a crianças na fase pré-cirúrgica. Bol. - Acad. Paul. Psicol. vol. 33 no. 85 São Paulo, 2013.

SANTOS, Eder Soares. **Winnicott e a constituição pessoal para a formação do homem**. PEPSIC, Uberaba, setembro. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2012000200007>. Acesso em 19 de abril de 2016.

SENA, Ligia Moreira; MORTENSEN, Andréia C. K. Educar sem violência: criando filhos sem palmadas. Campinas, Papirus 7 Mares. 2014.

SILVA Gisele Cristina Resende Fernandes da. **O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa**. , O portal dos psicólogos, 2010. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf>>. Acesso em 12 de março de 2016.

VALADÃO, Sandra Maria. **Reflexões sobre agressividade e violência na sociedade contemporânea**. Transformar, São José de Itaperuna, n 06. 2014. Disponível em <<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/14/13>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. SOCERJ, Rio de Janeiro, setembro/outubro. 2007. Disponível em <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2016.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ERA UMA VEZ... UM FINAL FELIZ: Sequência didática sobre “A moça tecelã” de Marina Colasanti

CAVALCANTE, Ana Rita Coelho – Uni-FACEF
AGUIAR, Jéssica Caroline Aparecida de – Uni-FACEF
CRIVELARO, Iara Silvia Domiciano – Uni-FACEF
TROMBINI, Mariana da Cunha – Uni-FACEF
FALEIROS, Monica de Oliveira – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se ao projeto “Leitura de Literatura” (PIBID -Letras – Uni-FACEF), desenvolvido em Escolas Estaduais de Franca - SP com alunos de sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental e tem como objetivo descrever a sequência didática aplicada em sala de aula, nessas escolas, sobre o conto de Marina Colasanti, “A moça tecelã”.

Ao longo do processo de desenvolvimento da sequência didática, foram abordados conteúdos relativos ao gênero literário empregado pela autora relacionando-os não só a seu contexto de produção, como também à tradição dos contos de fadas e contos maravilhosos, pois as obras dessa escritora constituem-se de narrativas com essas características. Seus contos tratam de questões universais e atemporais e podem ser lidos tendo em vista o cotidiano e a atualidade, assim, temas como o papel da mulher no casamento e na sociedade, a ambição e o consumismo foram, por meio desta proposta de trabalho, abordados e discutidos com os alunos. Além disso, foram trabalhadas as etapas da narrativa associadas à estrutura específica dos contos de fadas e contos maravilhosos.

Este trabalho tem caráter bibliográfico e fundamenta-se nos estudos de Coelho (2003) e Ceia (2017, online) sobre contos de fadas e contos maravilhosos e de Reis e Lopes (2007), sobre narratologia, além de textos críticos sobre a obra de Marina Colasanti.

Neste artigo apresentamos uma breve biografia da autora Marina Colasanti e as características de sua obra, de maneira geral. Em seguida, abordamos as diferenças entre os gêneros tradicionais que incorporam o maravilhoso: contos de fadas e contos maravilhosos. Em seguida, passamos a apresentar a sequência didática sobre a atividade elaborada a partir do conto “A

moça tecelã”, de Marina Colasanti, descrevendo o processo percorrido pelos alunos e as reflexões geradas acerca do “final feliz”, que foram sendo desenvolvidas.

2. MARINA COLASANTI: ENTRE O MARAVILHOSO E O CONTEMPORÂNEO

Marina Colasanti nasceu em 1937 na cidade de Asmara, capital da Eritreia, viveu na Líbia, mudou-se para Itália e, em 1948, transferiu-se com a família para o Brasil, onde vive até hoje na cidade do Rio de Janeiro. É casada com, o também escritor, Affonso Romano de Sant'Anna com quem tem duas filhas.

Formada pela faculdade de Belas Artes tornou-se artista plástica e posteriormente ingressou no *Jornal do Brasil*, dando início à sua carreira de jornalista, atuando inclusive como publicitária e desenvolvendo atividades em televisão, editando e apresentando programas culturais o que incluía a tradução de importantes autores da literatura universal.

Seu primeiro exemplar, *Eu sozinha*, foi publicado em 1968, e é considerado como um livro de crônicas. Dentre as obras publicadas, tanto no Brasil como no exterior, escreveu livros de poesia, contos, literatura infantojuvenil e de adultos, cujos temas variavam entre ensaios sobre literatura, o feminismo, a arte, os problemas sociais e o amor. Por sua formação em artes plásticas, tornou-se a ilustradora de seus próprios livros.

A autora é uma das mais premiadas escritoras brasileiras, detentora de vários prêmios Jabutis, dois prêmios latino-americanos e um prêmio Portugal Telecom de Literatura, em 2011.

A obra escolhida para ser trabalhada juntamente com os discentes, foi extraída do livro *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento* que é composto por treze contos dentre eles está o conto “A Moça Tecelã”.

Escolhemos trabalhar este conto em específico, por se aproximar dos contos de fadas tradicionais, em que estão presentes situações que envolvem o maravilhoso, mas remetendo a situações que podem ser identificadas no cotidiano da vida contemporânea.

Uma das características da autora é a utilização de situações que envolvem o maravilhoso, pois ela utiliza a forma dos contos tradicionais, normalmente relacionados à tradição folclórica, com componentes do universo da magia e do maravilhoso, estilizados em uma narrativa que lhes atribui valor

simbólico, que propõe reflexões sobre questões atemporais e, portanto, aplicáveis à realidade contemporânea.

O conto de fadas e o conto maravilhoso, apesar de pertencerem ao universo do maravilhoso, possuem problemáticas distintas, o conto maravilhoso é voltado para questões exteriores, relacionadas à realização do indivíduo na sociedade, conquistando poderes e satisfação pessoal, “[...] grosso modo, pode-se dizer que o conto maravilhoso tem raízes orientais e gira em torno de uma problemática material/social/sensorial – ligada basicamente à realização socioeconômica do indivíduo em seu meio” (COELHO, 2003, p.79). As narrativas do conto maravilhoso se desenvolvem em um mágico cotidiano, trata-se da realização de conquistas, riquezas e bens materiais com uma problemática social (COELHO, 2003, p.41).

Quanto ao conto de fadas, está ligado à questão existencial do ser humano, uma luta interna do eu em se realizar como pessoa, e, na maior parte das narrativas, o sentimento de amor aparece como intermédio dos acontecimentos entre príncipe e princesa, tendo uma fada madrinha que a ajuda a superar os obstáculos impostos à união do casal para um final feliz. Esse tipo de narrativa desperta um interesse, por levar o leitor a lugares distantes, que nem existem, mas são “perfeitos” em sua composição. Além disso, as características de um mundo surreal, onde espaço e tempo fogem da realidade e existem seres com dons mágicos, duendes, gnomos, gigantes, príncipes, rainhas, fadas “[...] seres de tamanho muito reduzido que habitavam o reino da fantasia [...], seres imaginários, míticos, representados geralmente por mulheres dotadas de poderes sobrenaturais usados para o bem (fadas madrinhas) ou para o mal (bruxas)” (CARLOS CEIA, 2017, *online*) e objetos mágicos que proporcionam tudo aquilo que está além do material realizável.

De acordo com a definição de contos de fadas de Ceia (2007, *online*), o mundo de fantasia e seres mágicos, realmente nos dá a ideia de que se trata de histórias apenas para crianças, assim Marina Colasanti, em entrevista em seu site, afirma que a própria definição de conto de fadas dá a ideia de livro de fadinhas para crianças, e assuntos que não interessariam aos adultos, mas suas histórias estão longe de serem infantis, são histórias atemporais, com as quais o

público, adulto ou infantil, se identifica, buscando algo além da simples interpretação de palavras. Como afirma Nelly Coelho:

[...] estamos vivendo um momento propício à volta do maravilhoso, em cuja esfera o homem tenta reencontrar o sentido último da vida e responder à pergunta-chave de sua existência: Quem sou eu? Por que estou aqui? Para onde vou? É no sentido dessa inquietação existencial que vemos o atual fascínio pela redescoberta dos tempos inaugurais/míticos, nos quais a aventura humana teria começado. No romance pós-moderno (aquele engendrado por essas novas forças), predominam a “metaficção historiográfica” e o Realismo Mágico ou Maravilhoso. O onírico, o fantástico, o imaginário deixaram de ser vistos como pura fantasia, para serem pressentidos como portas que se abrem para verdades ocultas. É por meio dessa perspectiva que os contos de fada, as lendas os mitos etc. também deixaram de ser vistos como “entretenimento infantil” e vêm sendo redescobertos como autênticas fontes de conhecimento do homem e de seu lugar no mundo. (COELHO, 2003, p.17).

3. DESCRIÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DESENVOLVIDA SOBRE “A MOÇA TECELÃ”

Esta atividade foi organizada e pensada para que os alunos conhecessem a obra dessa artista e pudessem compreender a grandiosidade de seu trabalho.

A redescoberta do sentido da vida, do fantástico, a reflexão sobre a importância do ser ao invés do ter, questionamentos esses que levamos para a sala de aula, por meio dos contos de fadas e no conto “A moça tecelã” (ANEXO C).

Assim demos início às atividades de reconhecimento do gênero, trabalhando com eles a diferença entre “contos de fadas” e “contos maravilhosos”, usando os próprios textos e a percepção dos alunos, pois muitos autores classificam esses gêneros da mesma forma, mesmo sendo possível estabelecer diferenças entre ambos.

E ao final das atividades os alunos puderam colocar em prática, através de uma produção textual, os conhecimentos adquiridos ou afirmados sobre contos de fadas e conto maravilhoso.

3.1. Contos de Fadas Revisitados

Escolhemos trabalhar com o texto *A Moça Tecelã* de Marina Colasanti para abordar com os alunos questões relacionadas ao consumismo e o papel da mulher na nossa sociedade. Para tanto, apresentamos as características dos contos de fadas e comparamos com o conto “A moça tecelã”, especificando quais eram as suas diferenças e semelhanças, por meio de reflexões e atividades, essas especificadas no tópico 3.2. Durante a formulação das questões, muitas ideias surgiram de como tornar essa atividade mais próxima dos alunos e lembramos de uma série chamada *Once Upon a Time*. A série faz uma releitura dos contos de fadas tradicionais, que são transpostos do mundo encantado para a realidade dos dias atuais. As histórias se passam em Storybrook, cidade fictícia, onde as personagens e suas histórias se entrecruzam.

Assim, decidimos que passaríamos o episódio piloto da série *Once Upon a Time*, pois ela aborda as histórias dos contos de fadas de modo único e criativo. Ao passar esse episódio e discutir com os alunos sobre os contos de fadas, eles ficaram muito interessados e curiosos para saber como seria trabalhar o conto de fadas e o conto maravilhoso.

Além disso, foi decidido que as atividades seriam divididas em duas partes, sendo que, na primeira, trabalharíamos com três tirinhas da “Turma da Mônica”, uma tirinha das princesas da Disney depois de casadas (Anexo A) e com o texto *A princesa e a rã* de Luís Fernando Veríssimo (Anexo B). A partir dessas atividades começamos uma conversa sobre quais eram as diferenças entre os contos de fadas, as tirinhas e a narrativa de Luís Fernando Veríssimo.

Após realizarem a leitura das tirinhas e do texto os alunos deveriam responder a duas questões e, ao final, deveriam produzir uma tirinha sobre o conto de fadas de que mais gostaram. Seguem abaixo as atividades solicitadas:

- 1) É possível que você tenha percebido que as tirinhas e a narrativa do Luís Fernando Veríssimo reapresentam, de forma engraçada, contos de fadas muito famosos. Então, diga qual história recuperam e por que você chegou a esta conclusão:
 - a) Tirinha 1:
 - b) Tirinha 2:
 - c) Tirinha 3:
 - d) Tirinha 4:
 - e) Texto do Luís Fernando Veríssimo:

2) O conto de fadas é um tipo de narrativa que normalmente ouvimos muito em nossa infância, mas que trazemos em nossa memória afetiva! Após ouvir as explicações de seus professores sobre o que é um conto de fadas, vamos pensar sobre quais são suas características típicas quanto à construção das personagens, do enredo e do desfecho, então, responda:

- a) Quem são, normalmente, as personagens dessas narrativas? Quais suas características e o que elas buscam?
- b) O que acontece nessas histórias?
- c) Como costumam terminar?

O objetivo dessas questões era mostrar as diferenças entre os gêneros, as tirinhas e o texto “A Princesa e a Rã” de Luís Fernando Veríssimo e, desse modo, levar os discentes à percepção de como é a estrutura, o estilo e a temática dos contos de fadas e como os demais gêneros os incorporam por meio de paródia, observações e críticas transpondo, desse modo reflexões aplicadas ao mundo atual.

Após essas reflexões e o trabalho com as questões, solicitamos que eles realizassem uma produção de texto. A proposta da produção era que escolhessem um conto de fadas preferido e criassem uma tirinha, porém não poderiam esquecer que as tirinhas têm humor e ironia. Seguem as orientações que foram passadas como proposta de produção de texto:

3) O que você acha de criar uma tirinha sobre um conto de fadas de que gosta muito?

Então, veja algumas sugestões para você começar:

- a) pense em algo que poderia ser engraçado na história que você escolheu;
- b) escolha as personagens e invente suas falas, que devem ser curtas (para caber nos quadrinhos) e ter um “bom efeito”;
- c) Teste o desenho: tamanho, forma, e...
- d) Monte a sua tirinha!!!¹²

Estas atividades serviram de introdução para a segunda parte da sequência didática, cujas atividades abordam o texto de Marina Colasanti.

¹² O trecho citado é parte integrante da atividade aplicada em classe, que integra a sequência didática que estamos descrevendo. Todas essas atividades foram elaboradas pelas autoras deste trabalho e ainda não foram publicadas.

3.2. O Conto de Fadas Tecido Por Marina Colasanti

Dentre os inúmeros motivos que nos levaram a pensar no conto de Marina Colasanti, o fato de ser um texto muito significativo em vários sentidos, foi um deles. Toda a construção do conto é elaborada de forma que podemos fazer paralelismos com os contos de fadas tradicionais ao mesmo tempo em que é possível traçar um paralelo com a realidade.

Para as atividades relacionadas ao conto “A moça tecelã”, pensou-se em tratar dessa significação presente já no título do conto, selecionando a palavra “tecelã” para análise. Partindo dessa palavra, derivada de tecer, apresentamos o radical text- que de acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2007) significa: “tecer; fazer tecido; entrançar; entrelaçar; construir sobrepondo ou entrelaçando”, para que os alunos pudessem compreender e realizar a atividade abaixo:

- 1) Para compreender melhor o sentido dessas palavras, crie uma frase com cada uma delas:
 - a) Tecer:
 - b) Tecido:
 - c) Têxtil:
 - d) Tecelã:
 - e) Texto:
 - f) Teia: ¹³

Após realização da atividade citada acima, a tarefa seguinte era explicar o sentido da palavra “tecer” em relação ao texto de Marina Colasanti, depois de explicações sobre o sentido conotativo:

- 2) Pelas frases que formou na questão anterior, e pelo que agora sabe sobre conotação, explique qual é o sentido da palavra “tecer” em relação ao texto de Marina Colasanti. ¹⁴

¹³ O trecho citado é parte integrante da atividade aplicada em classe, que integra a sequência didática que estamos descrevendo. Todas essas atividades foram elaboradas pelas autoras deste trabalho e ainda não foram publicadas.

A terceira questão era para que os alunos pensassem a respeito e comparassem a atividade da personagem com profissões da vida real, e justificassem sua resposta na questão seguinte.

- 3) Assim, a qual das profissões abaixo poderíamos comparar a atividade da “Moça tecelã”?
- a) À de médica;
- b) À de professora;
- c) À de escritora;
- d) À de costureira;
- e) À de jornalista.
- 4) Justifique sua resposta.

Para dar continuidade à atividade os discentes fizeram a releitura do conto para responder às questões seguintes, relacionadas à interpretação e ao entendimento da estrutura narrativa:

- 5) Como é descrita a vida da “Moça Tecelã” no início da história?
- 6) O que provoca uma mudança nessa situação? Copie a passagem do texto em que se pode perceber isso.
- 7) Como passa a ser a vida da “Moça Tecelã”, então?
- 8) O que, novamente, provoca uma mudança no curso da história? Copie também a passagem do texto que se pode perceber isso.

Por meio destas questões foi possível trabalhar a estrutura e sequência da narrativa, traçando características específicas. Na questão cinco, quando há a apresentação da situação inicial, passando para a complicação, transformação, resolução e situação final.

Durante a realização das questões, os alunos foram percebendo também, no conto de Marina Colasanti, elementos dos contos de fadas, como o objeto mágico, e observaram algumas diferenças, principalmente em relação ao final do conto, pois não houve um viverão felizes para sempre.

Essas questões nortearam a atividade de comparação que os estudantes fizeram na sequência. Por isso a releitura e análise do texto, buscando o entendimento final da estrutura narrativa, de que no início da história, há a magia, a paixão da personagem pela vida, pela natureza e pela simplicidade, ela vivia sozinha a tecer o dia e a noite, mas que, ao longo da história, a personagem vai dando

indícios de que se sentia sozinha e que gostaria de compartilhar com alguém uma vida tranquila e feliz, como a que tinha, assim, ela tem a ideia de “tecer” um marido, que seria seu companheiro.

Para a surpresa da personagem, a vida passa a ser menos tranquila e alegre que outrora e, à medida que o companheiro vai apresentando seu caráter, ela percebe o que estava errado. A ganância do marido, impedia que vivessem a vida simples e tranquila que ela almejava, fazendo com que a moça decidisse por continuar vivendo sozinha (ao “destecer” o marido) e feliz, uma vez que viveu a experiência de estar acompanhada e triste.

Após responderem às questões referentes à interpretação do texto, os discentes passaram à atividade de comparação para verificar as diferenças e semelhanças entre o conto de fadas tradicional e o conto “A moça tecelã”. Segue a atividade desenvolvida:

9) Após ler e refletir sobre esta história, você deve ter percebido que ela se parece com um conto de fadas, mas com algumas diferenças, não é? Então, preencha o quadro abaixo por meio do qual faremos uma comparação entre o texto de Marina Colasanti e os contos de fadas tradicionais:

	Contos de Fadas	“A moça tecelã”
Descrição da situação da personagem principal		
Objeto mágico		
Tipos de personagens e suas características		
O que provoca os acontecimentos narrados		
A busca		
O final		

Por meio do estudo comparativo, através da tabela acima, os discentes perceberam que, apesar de “A moça tecelã” ter certos traços do conto de fadas, apresenta outra visão sobre certas vivências das personagens, tais como: a moça não era uma princesa, era uma pessoa comum; ela busca no “príncipe” alguém para amar, não um salvador; a busca pela própria felicidade, mesmo que isso custe o seu casamento, ou seja, o seu “felizes para sempre”.

Mas, mesmo com tais valores, a estrutura de seu texto ainda tem pontos de contato com a narração usual do conto de fadas, como a existência do objeto mágico, representado pelo tear mágico, e o final feliz, ainda que esse final feliz não seja o tradicional, com o casamento com o príncipe encantado.

Ao final dessa comparação e entendimento, propusemos uma reflexão com os alunos a respeito do tipo de conto que lemos nos baseando na comparação feita na questão acima, então questionamos a classificação do texto de Marina Colasanti e como eles interpretariam o “final feliz” da *Moça Tecelã*. Segue a questão trabalhada:

10) Como podemos interpretar o “final feliz” da história da “Moça Tecelã”?²

Esta questão gerou muitas reflexões e interpretações, pois cada aluno contribuiu com a sua própria vivência. Muitos relacionaram o “destecimento” do marido com a separação dos pais, outros entenderam que, para ser feliz, bastava viver com simplicidade ou que a mulher estava se livrando de um casamento abusivo e se tornando independente, entre outros comentários, em que verificamos que os alunos compreenderam a história e aprenderam a olhar mais profundamente um texto.

4. PRODUÇÃO DE TEXTO

A partir da compreensão e das discussões feitas em sala de aula, foi solicitado para que os discentes realizassem uma produção de texto em que eles seriam o personagem principal de um conto de fadas e deveriam possuir um objeto mágico que lhes proporcionasse uma grande aventura.

Na produção do conto, as crianças deveriam utilizar os recursos que vimos presentes no texto trabalhado. Além disso, deveriam narrar onde e quando se passam os fatos; apresentar os personagens que elas criaram e descrevê-los; o que o objeto mágico escolhido poderia solucionar e qual seria o poder dele; como seria a aventura que a criança viveria tendo posse desse objeto; se teria alguma luta ou inimigo a enfrentar e como isso aconteceria, além disso, poderia escolher se a história teria um final feliz como o dos contos de fadas ou se seria um final inesperado, como no conto de Marina Colasanti. Com isso, os alunos poderiam criar tanto um conto de fadas como um conto maravilhoso e dessa forma demonstrar o que foi assimilado do conteúdo aprendido durante as discussões e reflexões feitas em sala de aula:

Agora VOCÊ é personagem principal de um conto de fadas, possui um objeto mágico e viverá uma grande aventura!

Então, escreva uma história que conte:

- onde e quando se passam os fatos;
- quem é você na história e quais são as outras personagens;
- qual é o objeto mágico que você possui, como o conseguiu e quais são os seus poderes;
- qual é a aventura que você viverá e o objetivo que alcança encontrar;
- quais são as lutas e os inimigos que terá que enfrentar;
- qual é o final da história.¹⁵

5. CONCLUSÃO

Este trabalho está vinculado ao projeto de Leitura de Literatura, do subprojeto de Letras (Pibid /Capes – Uni-FACEF), foi desenvolvido junto aos alunos do sétimo e oitavo ano do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais Profa. Lydia Rocha, Prof. Mário D’Elia e Prof. Dante Guedine com a intenção principal de desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários. O trabalho em questão foi desenvolvido a fim de descrever uma atividade aplicada em sala de aula que introduziu o estudo sobre contos de fadas e contos maravilhosos.

Foram trabalhadas as temáticas do consumismo e o papel da mulher na sociedade, as diferenças presentes nos contos maravilhoso e contos de fadas, sendo que estes estão ligados a primeira parte das atividades interpretativas e reflexivas relacionando o gênero das tirinhas com a história da “A princesa e a rã” de Luís Fernando Veríssimo. Na segunda parte foram abordados o conto “A moça tecelã”, os sentidos denotativos e conotativos, compreensão e interpretação do texto, com o intuito de propor aos alunos uma reflexão sobre a temática proposta, partir dos conteúdos trabalhados foi realizada uma produção de texto em que os alunos pudessem criar seus personagens e objeto mágico.

A obra “A moça tecelã” proporcionou trabalhar com os contos, as tirinhas, a intertextualidade com o texto de Luís Fernando Veríssimo e ainda propor novas leituras e discussões aos alunos, que demonstraram interesse pela obra, a autora. Dessa forma, os alunos aprenderam a diferença dos contos e de como produzir as tirinhas, também os valores e o papel da mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

¹⁵ O trecho citado é parte integrante da atividade aplicada em classe, que integra a sequência didática que estamos descrevendo. Todas essas atividades foram elaboradas pelas autoras deste trabalho e ainda não foram publicadas. ERA UMA VEZ... UM FINAL FELIZ: Sequência didática sobre “A moça tecelã” de Marina Colasanti – p. 382-397

CEIA, Carlos. Dicionário de termos literários. Disponível em:
<http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6707/conto-de-fadas/>. Acesso em
12/04/2017.

COELHO, Nelly N. O conto de fadas: símbolos mitos arquétipos. São Paulo: CL,
2003.

COLASANTI, Marina. **Marina Colasanti**. Disponível em:
<<http://www.marinacolasanti.com/p/biografia.html>>. Acesso em 12/05/2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua
portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

ANEXO 1

Escola: _____
Nome: _____ série: _____

Leia atentamente *TIRINHAS* abaixo:



Copyright © 1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

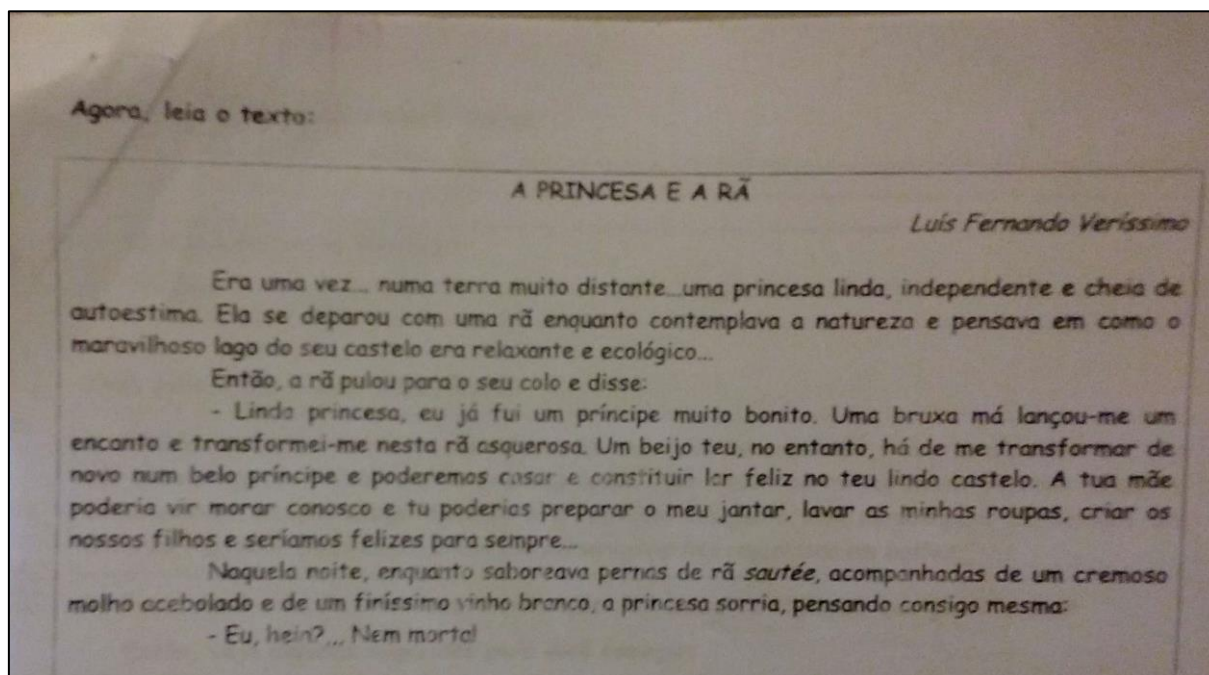


Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7478



ANEXO 2



ANEXO 3

PIBID -Letras/ Uni-FACEF 2016

Escola: _____

Nome: _____

série: _____

ATIVIDADE III - PARTE II

Você conhece algum texto de Marina Colasanti?

Ela é uma escritora contemporânea, que continua produzindo, ou seja, publicando suas obras. Embora uma das coisas de que ela mais goste de fazer seja pintar, escreve lindas histórias com características de conto de fadas.

Vamos conhecê-la melhor?

A MOÇA TECELÃ

Acordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear.

Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte.

Depois lãs mais vivas, quentes lãs iam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava.

Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos rebordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la à janela.

Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza.

Assim, jogando a lançadeira de um lado para outro e batendo os grandes pentes do tear para frente e para trás, a moça passava os seus dias.

Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremeava o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranquila.

Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

* Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou em como seria bom ter um marido ao lado.*

Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio do ponto dos sapatos, quando bateram à porta.

Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando em sua vida.

Aquela noite, deitada no ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade.

E feliz foi, durante algum tempo. Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que

Ele poderia lhe dar.

— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E parecia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer.

Mas pronto a casa, já não lhe pareceu suficiente.

— Para que ter casa, se podemos ter palácio? — perguntou. Sem querer resposta imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates em prata.

Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecia, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira.

Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre.

— É para que ninguém saiba do tapete — ele disse. E antes de trancar a porta à chave, advertiu:

— Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos!

Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensou em como seria bom estar sozinha de novo.

Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear.

Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Desteceu os cavalos, as carruagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continha. E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela.

A noite acabava quando o marido estranhando a cama dura, acordou, e, espantado, olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito aprumado, o emplumado chapéu.

Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte.

Observe, abaixo, algumas imagens de teares:



Removing the sticks at completion of weaving.

**ERROS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS
DESNECESSÁRIAS EM PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL
AMIOTRÓFICA: uma revisão da literatura**

SANTANA, Víctor Augusto Souza – Uni-FACEF
BEZERRA, Lua Flora Pereira – Uni-FACEF
CINTRA, Vívian Pedigone – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O desafio atual da universidade é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. É dentro dessa perspectiva que a inserção do aluno de graduação em projetos de pesquisa se torna um instrumento valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior. Diante disso, a iniciação científica (IC) tem por objetivo contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações.

Com relação ao desenvolvimento pessoal, algumas qualidades/habilidades são despertadas pela prática da pesquisa e interiorizadas para futura vida profissional, quer na prestação de serviços ou na academia, principalmente dentre as quais estão o raciocínio/pensamento crítico, autonomia, criatividade, maturidade e responsabilidade. A IC favorece ainda a evolução intelectual do aluno, o fomento das capacidades interpretativas, analíticas, críticas e contributivas e induz o bolsista a formar o seu próprio juízo, a tornar-se dono de seu trabalho e construir uma opinião própria. Aprimora também, as habilidades de liderança, a facilidade nos relacionamentos interpessoais e o desenvolvimento de valores altruísticos.

Sendo assim, a presente pesquisa científica teve como proposta realizar uma revisão bibliográfica sobre a esclerose lateral amiotrófica, com particular interesse nos erros de diagnóstico, nas intervenções cirúrgicas desnecessárias e em suas repercussões. O presente referencial teórico servirá como base para pesquisa futura, onde serão analisados os dados de pacientes diagnosticados com esclerose lateral amiotrófica pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – HCFMRP/USP.

2. OBJETIVOS

Os objetivos gerais do presente trabalho foram o de realizar: uma revisão bibliográfica sobre ELA, priorizando os artigos científicos sobre os erros e atraso no diagnóstico, bem como as intervenções cirúrgicas desnecessárias mediante diagnóstico inicial errôneo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa bibliográfica foi realizada na base de dados do PubMed, no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017, utilizando os seguintes descritores do MeSH: “Amyotrophic Lateral Sclerosis/diagnosis”, “Diagnostic Errors”, “Delayed Diagnosis”, “Amyotrophic Lateral Sclerosis/surgery, Neurosurgical” e “Procedures/adverse effects”.

Com filtro nos últimos dez anos, foram recuperados 717 artigos. Desses, a partir da leitura dos resumos, foram lidos 68 artigos na íntegra, cujo processo de escolha foi realizado através das necessidades da seguinte estrutura: 1) Diagnóstico; 2) Erros e atraso no diagnóstico; 3) Intervenções cirúrgicas desnecessárias.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. Características Gerais e Diagnóstico

Tradicionalmente, as doenças do neurônio motor são definidas pela perda seletiva dos neurônios motores, podendo acometer os neurônios de ordem superior do trato corticoespinal e/ou os neurônios motores de ordem inferior da medula espinal (TURNER, 2016). Uma vez lesados, os neurônios não podem ser regenerados. Como consequência, fibras musculares desnervadas podem somente ser reinervadas por ramos de axônios de neurônios motores sobreviventes (reinervação por brotamento colateral ou *sprouting*). Com a progressão da doença, o balanço entre desnervação e reinervação desequilibrará em direção da desnervação (OLIVEIRA; ALVES; CHADI, 2013)

Pelo menos quatro síndromes clínicas, com características próprias, podem ser classificadas como doenças do neurônio motor (DNM): Atrofia Muscular Progressiva (AMP), Esclerose Lateral Primária (ELP), Paralisia Bulbar Progressiva (PBP) e Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). A AMP é uma doença rara, esporádica e caracteriza-se pelo acometimento exclusivo do neurônio motor inferior (NMI). Ela é caracterizada clinicamente por fraqueza muscular progressiva, atrofia muscular, fasciculações e redução ou ausência dos reflexos tendinosos (LIEWLUCK; SAPERSTEIN, 2015).

Por outro lado, a ELP apresenta acometimento exclusivo do neurônio motor superior (NMS). A evolução é lentamente progressiva e as características clínicas incluem o início insidioso de espasticidade, fraqueza leve, disartria, disfagia e labilidade emocional. E assim como é visto na ELA, pode-se constatar um ligeiro predomínio no sexo masculino (STATLAND; BAROHN; DIMACHKIE; et al., 2015). Já a PBP afeta primeiramente os nervos cranianos inferiores causando progressiva disfagia, disfonia e disartria bulbar (MANOLE, FRATTA, HOULDEN, 2014).

A ELA, a mais comum e severa forma de DNM, é uma doença progressiva que afeta os NMS e os NMI, culminando na atrofia e degeneração dos músculos que os NMI inervam (MORRIS et al., 2015). Não há cura para ELA, mas há diretrizes baseadas em evidências para seu manejo (STATLAND; BAROHN; MCVEY; et al., 2015).

Desde o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, essa condição também é conhecida, principalmente nos Estados Unidos, por doença de Lou Gehrig, derivado do nome de um dos mais famosos jogadores de beisebol de todos os tempos que desenvolveu a ELA (TARD et al., 2017). Estando os NMS e NMI comprometidos durante a evolução da doença, o diagnóstico é realizado através dos achados clínicos e de eletroneuromiografia (ENMG) de acordo com os critérios estabelecidos pelos consensos de *El Escorial* e *Awaji-shima*, que serão abordados adiante.

A apresentação clássica da ELA é um início insidioso e progressivo dos sintomas, com acometimento combinado de ambos os NMS e NMI ao exame clínico (STATLAND; BAROHN; MCVEY; et al., 2015). De acordo com a revisão de Morris (2015), são características clássicas de lesão do NMS:

- Hiper-reflexia: aumento ou excesso da capacidade de resposta dos reflexos profundos;
- Presença do reflexo de Babinski: causada pela dorsiflexão dos artelhos quando uma estimulação adequada é feita na planta do pé. Trata-se de uma resposta normal em crianças menores de um ano de idade, mas a partir de então, traduz lesão das vias corticoespinais;
- Fraqueza piramidal: fraqueza unilateral ou bilateral comprometendo predominantemente os músculos extensores e supinadores do membro superior e flexores e abdutores do membro inferior;
- Espasticidade: contração contínua dos músculos causando hipertonia no membro afetado;
- Clônus: série de movimentos musculares rítmicos e involuntários; tende a apresentar-se com a espasticidade;
- Disartria (má articulação da fala) e disfagia (dificuldades na deglutição). São susceptíveis de aparecer caso a lesão esteja localizada no tronco cerebral.

Os achados clínicos de lesões do NMI incluem (MORRIS, 2015):

- Fraqueza muscular;
- Hipotonia muscular;
- Atrofia/hipotrofia muscular;
- Arreflexia ou hiporreflexia;
- Cãibras musculares com e sem esforço;
- Fasciculações.

As manifestações iniciais são geralmente focais, comprometendo músculos de regiões diversas, podendo outras doenças como artropatia, mielopatia, radiculopatia, mononeuropatia, neuropatia motora multifocal, endocrinopatia, síndrome pós-poliomielite, toxicidade por metais pesados e síndromes paraneoplásicas, mimetizarem a ELA (MORRIS, 2015; STATLAND; BAROHN; MCVEY; et al., 2015).

Embora as apresentações clínicas dos pacientes não sigam um padrão, algumas manifestações iniciais estão presentes na maioria dos casos

(ORSINI et al., 2015). O início da doença é geralmente entre 55 e 66 anos de idade e os homens são ligeiramente mais afetados do que as mulheres (MORRIS, 2015). A apresentação mais comum é o início apendicular (STATLAND; BAROHN; MCVEY; et al., 2015); tropeços inexplicáveis (com ligeira queda do pé) com ou sem episódios de quedas, além da diminuição da destreza distal são relatados pelos pacientes. Quando a fraqueza muscular torna-se perceptível, os pacientes perderam em geral, grande parte das unidades motoras (ORSINI et al., 2015).

O início com disartria e disfagia corresponde ao início bulbar da doença e representa entre 30 e 32,5% dos casos (STATLAND; BAROHN; MCVEY; et al., 2015). A maioria dos pacientes apresenta algum comprometimento respiratório já no momento do diagnóstico, sendo que mais da metade deles apresenta capacidade vital inferior a 75% do previsto para idade e sexo no momento da primeira visita clínica (TRAXINGER et al., 2013). Quando a doença evolui lenta e progressivamente, a hipoventilação alveolar é em geral subdiagnosticada e não tratada, até que um episódio de insuficiência respiratória aguda se desenvolva. Durante esses episódios, uma reduzida efetividade da tosse e ventilação alveolar prejudicada podem ter consequências fatais para os pacientes (SANCHO et al., 2015).

Reconhece-se atualmente que a ELA pode ser uma doença muito mais complexa, envolvendo não só os neurônios motores, sendo também reconhecidos a apatia, a depressão, a ansiedade, o afeto pseudobulbar e os prejuízos cognitivos como parte do espectro da doença (PRADO et al., 2016).

Embora seja a DNM mais prevalente, a ELA é considerada uma enfermidade de incidência rara (cerca de 1 caso para 100.000 pessoas/ano) sendo essa frequência similar em todo o mundo, com exceção da ilha de Guam, localizada no Pacífico Oeste, onde a prevalência da doença é cerca de 100 vezes mais alta que no restante do mundo (LEE, 2011).

A revisão sistemática de Cronin, Hardiman e Traynor (2007) a partir de 61 publicações demonstra ocorrência uniforme da ELA em populações caucasianas da Europa e América do Norte. Entretanto, os dados epidemiológicos disponíveis sugerem que a incidência de ELA é menor entre etnias africanas, asiáticas e latino-americanas do que entre os caucasianos. Contudo, o estudo de Arthur et al. (2016) demonstrou que a ELA poderá mudar seu padrão até 2040, quando aumentará sua incidência nos países em desenvolvimento. Enquanto a população adulta de países

ERROS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS DESNECESSÁRIAS EM PACIENTES
COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: uma revisão da literatura – p. 398-410

em desenvolvimento aumentará em 7,6%, o número de casos de ELA aumentará em mais de 50%.

Baixas incidências também foram relatadas na América do Sul, como 1,4/100.000/ano no Uruguai (VAZQUEZ et al., 2008). Já no Brasil, o estudo de Linden-Junior et al. (2013) encontrou, entretanto, prevalência de 5,0 casos por 100.000 habitantes em Porto Alegre.

Os critérios para diagnóstico da ELA foram previamente estabelecidos pelo *El Escorial World Federation of Neurology* (BROOKS, 1994), sendo apoiados nas seguintes premissas: 1) envolvimento clínico, eletroneuromiográfico (ENMG) ou anatomopatológico do NMI; 2) sinais clinicamente reconhecidos de envolvimento do NMS; 3) disseminação progressiva dos sinais dentro de uma região ou para outras regiões. Concomitantemente, com ausência de 1) comprometimento sensitivo, autonômico e visual; 2) evidência eletrofisiológica de outras doenças que possam explicar os sinais de lesão do NMI e/ou NMS; 3) achados de outras doenças em exames de neuroimagem que possam explicar as alterações neurogênicas na ENMG.

No entanto, o critério *El Escorial* foi revisado em duas ocasiões: AirlieHouse em 2000 (BROOKS et al., 2000) e Awaji-Shima em 2008 (DE CARVALHO et al., 2008). Segue o quadro abaixo comparando o critério diagnóstico e suas revisões com o passar dos anos.

Quadro 1 – O critério *El Escorial* e suas revisões (Adaptado de AL-CHALABI et al., 2016)

Crítérios	ELA Definida*	ELA Provável*	ELA Provável - Suporte Laboratorial*	ELA Possível *	ELA Suspeita*
El Escorial (1994)	Sinais do NMS e do NMI em três regiões do corpo†	Sinais do NMS e NMI em pelo menos duas regiões, com alguns sinais do NMS rostrais aos sinais do NMI	..	Sinais do NMS e NMI em apenas uma região, ou sinais do NMS isolados em duas ou mais regiões, ou sinais do NMI rostrais aos sinais de NMS	Somente sinais do NMI
Airlie House (2000)	Sinais do NMS e NMI na região bulbar e em pelo menos duas regiões espinais, ou sinais do NMS em pelo menos duas regiões	Sinais do NMS e NMI em pelo menos duas regiões, com alguns sinais do NMS rostrais aos sinais do NMI	Evidência clínica de sinais do NMS e NMI em somente uma região, ou sinais do NMS isolados em uma região e	Sinais do NMS e NMI em somente uma região, ou sinais do NMS isolados em duas ou mais regiões, ou sinais do NMI rostrais aos sinais do NMS	..

	espinais e sinais do NMI em três regiões espinais		evidência eletrofisiológica de sinais do NMI em pelo menos duas regiões		
Awaji-Shima (2008)	Evidência clínica ou eletrofisiológica de sinais do NMI e do NMS na região bulbar e pelo menos em duas regiões espinais, ou sinais do NMS e NMI em três regiões espinais	Evidência clínica ou eletrofisiológica de sinais do NMI e do NMS em pelo menos duas regiões, com alguns sinais do NMS rostrais aos sinais do NMI	..	Evidência clínica ou eletrofisiológica de sinais do NMS e NMI em somente uma região, ou sinais do NMS isolados em duas regiões ou mais, ou sinais do NMI rostrais aos sinais do NMS	..

NMI = neurônio motor inferior. NMS = neurônio motor superior. .. = componentes não são parte da classificação. *Neuroimagem e estudos clínico-laboratoriais devem ser feitos para se excluir alternativas diagnósticas. †Regiões: bulbar, cervical (correspondendo ao pescoço, braço, mão, diafragma e músculos inervados pela medula espinal cervical), torácica (correspondente aos músculos do dorso e abdômen) e lombar (correspondente às costas, abdômen, perna, pé e músculos inervados pela medula espinal lombossacral).

4.2. Erros e Atraso no Diagnóstico

O diagnóstico de ELA é extremamente difícil, pois não havendo marcadores biológicos de certeza diagnóstica, o médico deve se ater à avaliação e história clínicas do paciente (KRAEMER; BUERGER; BERLIT, 2010), respaldadas por exames de neuroimagem e testes eletromiográficos (NZWALO et al., 2014).

As evidências dos erros de diagnóstico podem ser demonstradas através da revisão de Chieia *et al.* (2010), onde 15.78% dos pacientes com ELA tiveram diagnóstico inicial incorreto. Estudos mais recentes continuaram identificando altos percentuais de diagnósticos errôneos, que variaram de 31% a 52% (PAGANONI *et al.*, 2014; CELLURA *et al.*, 2012). Grande parte dos diagnósticos iniciais incorretos foram hérnia discal, mielopatia cervical ou paralisia vascular pseudobulbar (CELLURA *et al.*, 2012).

De acordo com Cellura *et al.* (2012), o diagnóstico errôneo levou a um atraso significativo na obtenção do diagnóstico correto no grupo de pacientes investigado (outros diagnósticos antes da ELA, n = 81, mediana = 15 meses versus primeiro diagnóstico como ELA, n = 179, mediana = 9 meses). Vários estudos têm

focado o atraso diagnóstico na ELA, podendo variar entre nove e mais de 15 meses (CHIO et al., 2009; CZAPLINSKI et al., 2006; DONAGHY et al., 2008; KRAEMER et al., 2010; ZOCCOLELLA et al., 2006). Ademais, tem sido relatado que o atraso no diagnóstico é mais frequente em indivíduos com idade superior a 60 anos, que apresentam a forma esporádica e início apendicular da doença (PAGANONI et al., 2014).

Consoante a esses achados, Kano et al. (2013) relataram que o diagnóstico de ELA em pacientes com início apendicular foi atrasado em mais de dez meses quando o paciente consultou um ortopedista em vez de um neurologista. O estudo de KRAEMER et al. (2010) identificou que o tempo médio entre os primeiros sintomas da ELA bulbar e o diagnóstico foi de nove meses. Em pacientes sem início bulbar, o tempo necessário para o diagnóstico foi de 16,4 meses, o que também representou uma diferença significativa (KRAEMER et al., 2010).

Se, por um lado, o intervalo de diagnóstico tende a ser mais longo nos pacientes com início espinal do que aqueles que apresentam início bulbar (KANO et al., 2013; KRAEMER et al., 2010; NZWALO et al., 2014), os indivíduos com início bulbar não deixaram de receber diagnóstico incorreto durante sua primeira consulta. Isso pode ser explicado, pelo menos parcialmente, pelo fato dos pacientes com início bulbar tenderem a procurar outra especialidade médica, geralmente a otorrinolaringologia, no início dos sintomas (CELLURA et al., 2012; TURNER et al., 2010). Relatou-se que 43% dos pacientes com início bulbar haviam frequentado uma clínica otorrinolaringológica e em quase metade deles, uma causa neuromuscular foi perdida pelo especialista (TURNER et al., 2010). Por outro lado, neste grupo de pacientes, a latência diagnóstica não foi alterada pelo encaminhamento inadequado para outras clínicas especializadas, para as quais quase metade dos pacientes com início bulbar tinham sido referenciados (TURNER et al., 2010).

Um longo processo de diagnóstico pode ocasionar impacto negativo sobre o bem-estar psicológico dos pacientes e de seus familiares e resultar em um período de estressante incerteza e ansiedade (PAGANONI et al., 2014). Além disso, a importância de um diagnóstico precoce é justificada pelo melhor prognóstico dos pacientes com o tratamento (GHASEMI, 2016), como riluzol, e medicamentos para o tratamento dos sintomas, conferindo-lhes também, a oportunidade de busca pelo

cuidado multidisciplinar, como aconselhamento nutricional e ventilação não invasiva (PAGANONI et al., 2014).

A identificação dos pacientes nos estágios iniciais da doença é uma área crítica de pesquisa e uma necessidade não satisfeita não só na ELA, mas também em outras doenças neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer e a doença de Parkinson. Essas patologias caracterizam-se por desenvolvimento lento seguido de emergência gradual de sinais e sintomas. Como consequência, essas condições são diagnosticadas quando a morte neuronal marcada já ocorreu e as intervenções terapêuticas são menos prováveis de serem eficazes. É importante notar que os pacientes diagnosticados em estágios posteriores podem ter perdido a janela de tempo necessária para se inscrever em ensaios clínicos, muitos dos quais exigem um diagnóstico precoce como critério de entrada. Os atrasos diagnósticos também têm um impacto negativo nos esforços de pesquisa que envolvem a identificação de biomarcadores e mecanismos de doença precoce (PAGANONI et al., 2014).

4.3. Intervenções Cirúrgicas Desnecessárias

Os erros diagnósticos podem levar a intervenções clínicas e até cirúrgicas desnecessárias que atrasam o diagnóstico formal da ELA. Esse atraso, juntamente com o prognóstico ruim da doença pode também causar desordens emocionais, como estresse e depressão (CAGA, 2015).

No estudo de Srinivasan *et al.* (2006), foram reconhecidos 37 procedimentos cirúrgicos desnecessários – principalmente cervicais, lombares e de joelho – em 260 pacientes diagnosticados com ELA. Os sintomas que levaram ao procedimento cirúrgico não foram solucionados com tais intervenções, sendo posteriormente reconhecidos como manifestações iniciais da ELA (SRINIVASAN et al., 2006). Esse percentual foi similar ao estudo alemão de Kraemer *et al.* (2010), onde 12 dos 100 pacientes estudados (12%) foram submetidos à cirurgia devido a sintomas atribuíveis à ELA. Dez desses pacientes foram submetidos à cirurgia de descompressão da coluna vertebral, uma com descompressão do sulco ulnar e uma apresentando sintomas bulbares submetidos à estrumectomia.

Mais recentemente, treze pacientes (7,9%) do estudo de BAKOLA et al. (2014) foram submetidos à cirurgia devido a sintomas atribuídos à ELA: nove pacientes foram submetidos à cirurgia de descompressão da coluna vertebral (duas cervicais, sete lombares), três tiveram cirurgia de liberação do túnel do carpo e um paciente foi submetido à polipectomia de corda vocal. Os sintomas que levaram à cirurgia da coluna vertebral foram fraqueza muscular e dificuldades na marcha. A fraqueza manual foi o sintoma responsável pelas descompressões do túnel do carpo e a polipectomia da corda vocal foi realizada no caso do paciente com disartria. Nenhuma melhoria foi documentada em nenhum desses pacientes (BAKOLA et al., 2014).

Ademais, Pinto, Swash e Carvalho (2014) observaram progressão acelerada da ELA durante os três meses após as intervenções cirúrgicas. Por outro lado, o trabalho de Kraemer, Buerger e Berlit (2010) identificou que os pacientes submetidos a cirurgias tiveram o correto diagnóstico de ELA atrasado em seis meses. Esses dados são consistentes com os achados de Cellura *et al.* (2012), Caga *et al.* (2015) e Kano *et al.* (2013), que identificaram atrasos no diagnóstico formal, variando de 9 a 13 meses, decorrentes de intervenções cirúrgicas desnecessárias e consultas com outras especialidades médicas em vez de neurologistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo deixa claro que todos os médicos, não somente neurologistas, mas principalmente ortopedistas e otorrinolaringologistas, devem estar cientes sobre as manifestações iniciais da ELA para um correto encaminhamento dos pacientes. Assim, sugere-se uma maior educação de médicos não neurologistas, impedindo que os pacientes sejam submetidos a um diagnóstico inicial incorreto e submetidos a procedimentos desnecessários.

REFERÊNCIAS

AL-CHALABI, A. *et al.* Amyotrophic lateral sclerosis: moving towards a new classification system. **Lancet Neurol**, v. 15, n. 11, p. 1182-94, Oct 2016.

ARTHUR, K. C. *et al.* Projected increase in amyotrophic lateral sclerosis from 2015 to 2040. **Nat. Commun.** 7:12408 doi: 10.1038/ncomms12408 (2016).

BAKOLA, E. *et al.* Inappropriate surgeries in amyotrophic lateral sclerosis: a still considerable issue. **Amyotroph Lateral Scler Frontotemporal Degener**, v. 15, n. 3-4, p. 315-7, Jun 2014.

BROOKS, B. R. El Escorial World Federation of Neurology criteria for the diagnosis of amyotrophic lateral sclerosis. Subcommittee on Motor Neuron Diseases/Amyotrophic Lateral Sclerosis of the World Federation of Neurology Research Group on Neuromuscular Diseases and the El Escorial "Clinical limits of amyotrophic lateral sclerosis" workshop contributors. **J Neurol Sci**, v. 124 Suppl, p. 96-107, Jul 1994.

BROOKS, B. R. *et al.* El Escorial revisited: revised criteria for the diagnosis of amyotrophic lateral sclerosis. **Amyotroph Lateral Scler Other Motor Neuron Disord**, v. 1, n. 5, p. 293-9, Dec 2000.

CAGA, J. *et al.* A longer diagnostic interval is a risk for depression in amyotrophic lateral sclerosis. **Palliat Support Care**, v. 13, n. 4, p. 1019-24, Aug 2015.

CELLURA, E. *et al.* Factors affecting the diagnostic delay in amyotrophic lateral sclerosis. **Clin Neurol Neurosurg**, v. 114, n. 6, p. 550-4, Jul 2012.

CHIEIA, M. A. *et al.* Amyotrophic lateral sclerosis: considerations on diagnostic criteria. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 68, n. 6, p. 837-42, Dec 2010.

CHIO, A. *et al.* Epidemiology of ALS in Italy: a 10-year prospective population-based study. **Neurology**, v. 72, n. 8, p. 725-31, Feb 24 2009.

CRONIN, S.; HARDIMAN, O.; TRAYNOR, B. J. Ethnic variation in the incidence of ALS: a systematic review. **Neurology**, v. 68, n. 13, p. 1002-7, Mar 27 2007.

CZAPLINSKI, A. *et al.* Slower disease progression and prolonged survival in contemporary patients with amyotrophic lateral sclerosis: is the natural history of amyotrophic lateral sclerosis changing? **Arch Neurol**, v. 63, n. 8, p. 1139-43, Aug 2006.

DE CARVALHO, M. *et al.* Electrodiagnostic criteria for diagnosis of ALS. **Clin Neurophysiol**, v. 119, n. 3, p. 497-503, Mar 2008.

DE OLIVEIRA GP, Alves CJ and Chadi G (2013) Early gene expression changes in spinal cord from SOD1G93A Amyotrophic Lateral Sclerosis animal model. *Front. Cell. Neurosci.* 7:216. doi: 10.3389/fncel.2013.00216

DIETRICH-NETO, F. *et al.* Amyotrophic lateral sclerosis in Brazil: 1998 national survey. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 58, n. 3A, p. 607-15, Sep 2000.

DONAGHY, C. *et al.* Timeliness of diagnosis in motor neurone disease: a population-based study. **Ulster Med J**, v. 77, n. 1, p. 18-21, Jan 2008.

GHASEMI, M. Amyotrophic lateral sclerosis mimic syndromes. **Iran J Neurol** 2016; V. 15 n.2 p85-91, 2016

KANO, O. *et al.* Limb-onset amyotrophic lateral sclerosis patients visiting orthopedist show a longer time-to-diagnosis since symptom onset. **BMC Neurol**, v. 13, p. 19, Feb 09 2013.

KRAEMER, M.; BUERGER, M.; BERLIT, P. Diagnostic problems and delay of diagnosis in amyotrophic lateral sclerosis. **Clin Neurol Neurosurg**, v. 112, n. 2, p. 103-5, Feb 2010.

LEE, S. E. Guam dementia syndrome revisited in 2011. **Curr Opin Neurol**, v. 24, n. 6, p. 517-24, Dec 2011.

LIEWLUCK, T.; SAPERSTEIN, D. S. Progressive Muscular Atrophy. **Neurol Clin**, v. 33, n. 4, p. 761-73, Nov 2015.

LINDEN-JUNIOR, E. *et al.* Prevalence of amyotrophic lateral sclerosis in the city of Porto Alegre, in Southern Brazil. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 71, n. 12, p. 959-62, Dec 2013.

MANOLE, A., FRATTA, P., HOULDEN, H. Recent advances in bulbar syndromes: genetic causes and disease mechanisms. **Curr Opin Neurol**, v. 27, n.5, p. 506-14, Oct 2014

MORRIS, J. Amyotrophic Lateral Sclerosis (ALS) and Related Motor Neuron Diseases: An Overview. **Neurodiagn J**, v. 55, n. 3, p. 180-94, Sep 2015.

NZWALO, H. *et al.* Delayed diagnosis in ALS: the problem continues. **J Neurol Sci**, v. 343, n. 1-2, p. 173-5, Aug 15 2014.

ORSINI, M. *et al.* Amyotrophic Lateral Sclerosis: New Perspectives and Update. **Neurol Int**, v. 7, n. 2, p. 5885, Sep 24 2015.

PAGANONI, S. *et al.* Diagnostic timelines and delays in diagnosing amyotrophic lateral sclerosis (ALS). **Amyotroph Lateral Scler Frontotemporal Degener**, v. 15, n. 5-6, p. 453-6, Sep 2014.

PINTO, S.; SWASH, M.; DE CARVALHO, M. Does surgery accelerate progression of amyotrophic lateral sclerosis? **J Neurol Neurosurg Psychiatry**, v. 85, n. 6, p. 643-6, Jun 2014.

PRADO, L. *et al.* Amyotrophic lateral sclerosis in Brazil: Case series and review of the Brazilian literature, **Amyotroph Lateral Scler Frontotemporal Degener**, v. 17, n. 3-4 p. 282-8, Feb 2016 DOI: 10.3109/21678421.2016.1143011

SANCHO, J. *et al.* Predictors of need for noninvasive ventilation during respiratory tract infections in medically stable, non-ventilated subjects with amyotrophic lateral sclerosis. **Respir Care**, v. 60, n. 4, p. 492-7, Apr 2015.

SRINIVASAN, J. *et al.* Inappropriate surgeries resulting from misdiagnosis of early amyotrophic lateral sclerosis. **Muscle Nerve**, v. 34, n. 3, p. 359-60, Sep 2006.

STATLAND, J. M. *et al.* Primary Lateral Sclerosis. **Neurol Clin**, v. 33, n. 4, p. 749-60, Nov 2015.

STATLAND, J. M. *et al.* Patterns of Weakness, Classification of Motor Neuron Disease, and Clinical Diagnosis of Sporadic Amyotrophic Lateral Sclerosis. **Neurol Clin**, v. 33, n. 4, p. 735-48, Nov 2015.

TARD C, *et al.* Clinical features of amyotrophic lateral sclerosis and their prognostic value. **Revue neurologique** (2017), <http://dx.doi.org/10.1016/j.neurol.2017.03.029>

TRAXINGER, K. *et al.* Prognosis and epidemiology of amyotrophic lateral sclerosis: Analysis of a clinic population, 1997-2011. **Neurol Clin Pract**, v. 3, n. 4, p. 313-320, Aug 2013.

TURNER, M. R. *et al.* The diagnostic pathway and prognosis in bulbar-onset amyotrophic lateral sclerosis. **J Neurol Sci**, v. 294, n. 1-2, p. 81-5, Jul 15 2010.

TURNER, M. R. Motor neuron disease: biomarker development for an expanding cerebral syndrome. **Clinical Medicine**, v. 16, n. 6: p60–65, 2016

VAZQUEZ, M. C. *et al.* Incidence and prevalence of amyotrophic lateral sclerosis in Uruguay: a population-based study. **Neuroepidemiology**, v. 30, n. 2, p. 105-11, 2008.

ZOCCOLELLA, S. *et al.* Predictors of delay in the diagnosis and clinical trial entry of amyotrophic lateral sclerosis patients: a population-based study. **J Neurol Sci**, v. 250, n. 1-2, p. 45-9, Dec 01 2006.

ESTRUTURAS MISTAS EM SITUAÇÃO DE INCÊNDIO

FERNANDES, Pablo Henrique – Uni-FACEF
CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente nas construções mistas, o concreto foi primeiramente usado, no início do século como material para revestimento, protegendo o aço contra fogo e a corrosão

Segundo Caldas (2004) elementos mistos aço-concreto são caracterizados a partir da associação de um componente em aço, geralmente um perfil I ou tubular, com um componente de concreto, simples ou armado. É caracterizado elemento misto aço-concreto aquele no qual, seu perfil de aço, laminado, dobrado ou soldado, trabalha em conjunto com o concreto, formando uma pilar misto, viga mista, uma laje mista ou uma ligação mista.

Segundo Regobello (2007) até os dias atuais, às exigências de resistência ao fogo de elementos estruturais de aço e mistos em situação de incêndio, da maioria dos regulamentos e códigos normativos, tem por base ensaios de elementos isolados em fornos, o que conduzem a projetos não econômicos que inviabilizam a construção em aço.

Devido a associação do concreto com o perfil de aço, tem-se uma proteção do mesmo contra altas temperaturas, já que o concreto, tem por características resistir altas temperaturas, diferente do perfil metálico, que em altas temperaturas entra em estado de fusão, no qual há perda de suas características originais.

De acordo com Wang (2002), as medidas de combate à incêndios vêm evoluindo no decorrer dos anos baseadas em desastres ocorridos anteriormente. E as exigências de resistência ao fogo em elementos estruturais em situação de incêndio são baseados em ensaios de elementos isolados em forno.

Segundo Burgess (2005) o único caminho de se prever como um edifício se comporta em incêndio é por meio de modelos numéricos que incluam as mudanças no comportamento do material em altas temperaturas, as distribuições de

temperaturas nas quais partes das estruturas e a habilidade para trabalhar adequadamente em grandes deslocamentos.

Diante de todos esses fatores, é notória a necessidade do conhecimento de estruturas sob situações extremas, como em um incêndio. Tal conhecimento gera a possibilidade de minimizar e até mesmo evitar colapso daquele meio estrutural, assim salvando vidas de uma tragédia iminente.

Segundo Caldas (2008) ainda são modestas as pesquisas sobre o comportamento de estruturas em situação de incêndio, principalmente as experimentais, devido ao alto custo das instalações e equipamentos envolvidos. Assim, o desenvolvimento de modelos numéricos capazes de simular o comportamento de estruturas em situação de incêndio torna-se extremamente relevante.

2. JUSTIFICATIVA

De acordo com Silva (2012) os principais objetivos da segurança contra incêndio são minimizar o risco à vida, e conseqüentemente, a redução da perda patrimonial.

Com o passar dos anos, a importância da segurança se tornou um fator indispensável nas construções modernas. Não foi diferente com as medidas preventivas para incêndio e a busca por estruturas que pudessem suportar uma situação crítica de incêndio.

Clemente (2016) cita que a segurança depende da rápida desocupação dos ambientes em situação de incêndio, a exposição à fumaça, ao calor e o desabamento são os fatores causadores de óbito de pessoas em edifícios em situação de incêndio.

Os últimos 60 anos foram marcados por grandes tragédias envolvendo grandes incêndios, sejam em grandes centros urbanos como em pequenos bairros. Estas tragédias tem botado em questionamento medidas de segurança já vigentes para evitar tais incêndios, sejam elas desde o uso de extintores quanto a estruturas que suportem o fogo e não entrem em colapso.

De acordo com Caldas (2004) elementos mistos aço-concreto são formados a partir da associação de um componente de aço, geralmente em perfil I ou tubular, com um componente em concreto, simples ou armado.

É notado o emprego de estruturas mistas em obras de grande porte devido ao seu comportamento em uma situação de incêndio, além de sua vantagem construtiva, por ser mais rápida do que outros métodos. A resistência das estruturas mistas vem do emprego de dois materiais distintos, buscando combinar suas características.

Segundo Ribeiro (2004) as propriedades mecânicas dos materiais estruturais degradam-se progressivamente com o aumento da temperatura, o conhecimento e a determinação precisa da mesma leva a resultados mais seguros e economicos.

De acordo com Regobello (2007) quando há um aumento excessivo de temperatura em um elemento estrutural, uma das soluções mais freqüentes é envolvê-lo com um material de proteção, o qual é empregado com maior freqüência em elementos metálicos, e sua resistência, por sua vez, está diretamente ligado às suas propriedades térmicas, como a baixa condutividade.

Além da sua vantagem construtiva, vale ressaltar sua resistência ao fogo, já que o concreto resiste a temperaturas elevadas sem perder suas características originais, diferente do metal, que em temperaturas elevadas derrete, assim levando toda a estrutura a entrar em ruína. O concreto resiste e protege o perfil metálico da ação do fogo, permitindo assim, que a estrutura resista por mais tempo sem se colapsar.

Com isso, é necessário conhecer e compreender o comportamento destas estruturas que são amplamente usadas no mercado. Conhecer como se comportam em uma situação caótica e compreender como este método construtivo auxilia na prevenção de tragédias relacionadas à grandes incêndios.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida com base nos documentos publicados e nos materiais já elaborados, constatados nos livros e artigos científicos (GIL, 2002)

Para o desenvolvimento desta pesquisa, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos.

- Pesquisa bibliográfica;
- Levantamento de dados de colunas e vigas mistas;
- Análise, através de métodos numéricos, dos tipos de estruturas;
- Cálculo parcial de uma estrutura sob a ação do fogo;

4. NORMA BRASILEIRA

No Brasil, estruturas de aço e estruturas mistas de aço-concreto em situação de incêndio, são regulamentadas pela norma nº14.323 de Agosto de 2003. Ela tem por objetivo definir os critérios gerais que regem o dimensionamento em situação de incêndios das estruturas de aço e das estruturas mistas de aço-concreto. Ela fixa as condições exigíveis para o dimensionamento em uma situação de incêndio, feito em perfis laminados, soldados não híbridos e formados a frio. O dimensionamento compreendido em situação de incêndio, se diz quanto a verificação da estrutura, com ou sem proteção contra incêndio, referente à sua estabilidade e à capacidade de resistência aos esforços solicitados durante o período de temperatura elevado, a fim de evitar seu colapso.

De acordo com a ABNT (p. 15), as generalidades básicas para dimensionamento estrutural são:

O dimensionamento de uma estrutura em situação de incêndio deve ser feito por meio de resultados de ensaios, de acordo com a seção 7, ou por meio de métodos analíticos de cálculo. Neste último caso, pode ser usado o método simplificado de dimensionamento, descrito na seção 8, ou o método avançado de dimensionamento, obedecendo-se as diretrizes apresentadas na seção 9, ou ainda por uma combinação entre ensaios e métodos analíticos.

O dimensionamento por meio de resultados de ensaios somente pode ser feito se os ensaios tiverem sido realizados em laboratório nacional ou laboratório estrangeiro, de acordo com Norma Brasileira específica ou de acordo com norma ou especificação estrangeira.

O dimensionamento por meio de métodos analíticos deve ser feito levando-se em consideração que as propriedades mecânicas do aço e do concreto,

a exemplo de outros materiais, debilitam-se progressivamente com o aumento de temperatura e como consequência, pode ocorrer o colapso de um elemento estrutural ou ligação como resultado de sua incapacidade de resistir às ações aplicadas.

O método simplificado de dimensionamento descrito na seção 8 aplica-se aos elementos que compõem a estrutura individualmente.

Os métodos avançados de análise estrutural e térmica são aqueles em que os princípios da engenharia de incêndio são aplicados de maneira realística a situações específicas.

Para determinação da temperatura a ser usada no dimensionamento em situação de incêndio, pode ser usada a curva temperatura-tempo dos gases quentes padronizada pela NBR 5628, juntamente com o TRRF (tempo requerido de resistência ao fogo) obtido com o uso da NBR 14432. Usando-se esta curva, a presente Norma prevê um TRRF máximo de 120 minutos, em consonância com a NBR 14432.

O esforço resistente de cálculo em situação de incêndio, obtido a partir de qualquer método de dimensionamento, não pode ser tomado com valor superior ao esforço resistente de cálculo à temperatura ambiente, determinado conforme a NBR 8800 ou a NBR 14762, a que for aplicável.

5. SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Segundo Silva (2012) o principal objetivo da segurança contra incêndio é minimizar e evitar o risco à vida das pessoas, e por consequência, reduzir a perda patrimonial. Uma das principais causas de óbito em uma situação de incêndio é a exposição à fumaça e o desabamento dos elementos construtivos.

O sistema de segurança contra incêndio é baseado em proteção ativa e passiva. A proteção ativa é caracterizada como um método manual ou automático em resposta aos estímulos provocados pelo fogo, que são: extintores, rede de hidrantes, sistemas de detecção de calor ou fumaça, sistema de chuveiros etc. E os meios passivos são caracterizados como um conjunto de medidas incorporadas ao meio construtivo do local, funcionando durante o uso normal da edificação e que reage passivamente ao estímulo do fogo, estabelecendo condições para que o

incêndio não cresça ou se propague. A proteção passiva é caracterizada como a verificação da segurança das estruturas em incêndio, rota de saída, compartimentação horizontal e vertical.

Ainda de acordo com Silva (2012) a compartimentação é um meio de segurança contra incêndio, e tem por objetivo evitar que o fogo se propague. É caracterizada como a edificação toda ou parte dela, compreendendo um ou mais cômodos, espaços ou pavimentos, construídos para evitar a propagação do incêndio de dentro pra fora, incluindo a propagação para os edifícios adjacentes. Os elementos que constituem o compartimento são definidos como elementos de compartimentação, que devem possuir capacidade de isolamento, estanqueidade e serem seguros estruturalmente.

O isolamento é caracterizado pela capacidade do elemento construtivo de impedir com face não exposta ao calor tenha incrementos de temperatura superiores à 140°C na média dos pontos de medida ou maiores que 180°C em qualquer ponto de medida, conforme a ABNT NBR 5628 e NBR 10636. Em resumo, é a capacidade do material de evitar a passagem de calor.

Estanqueidade é a capacidade do elemento construtivo em não apresentar rachaduras ou aberturas, que possam facilitar a passagem de chamas e gases quentes.

6. COMPREENDENDO O INCÊNDIO

Silva (2012) sugere que antes de dimensionar uma estrutura, escolher os métodos de prevenção é necessário conhecer e entender o comportamento de um incêndio e como os materiais da estrutura se comportam nesse tipo de situação. O calor causa redução da resistência e do módulo de elasticidade, bem como, eventualmente, o aparecimento de esforços adicionais decorrentes das restrições às deformações de origem térmica.

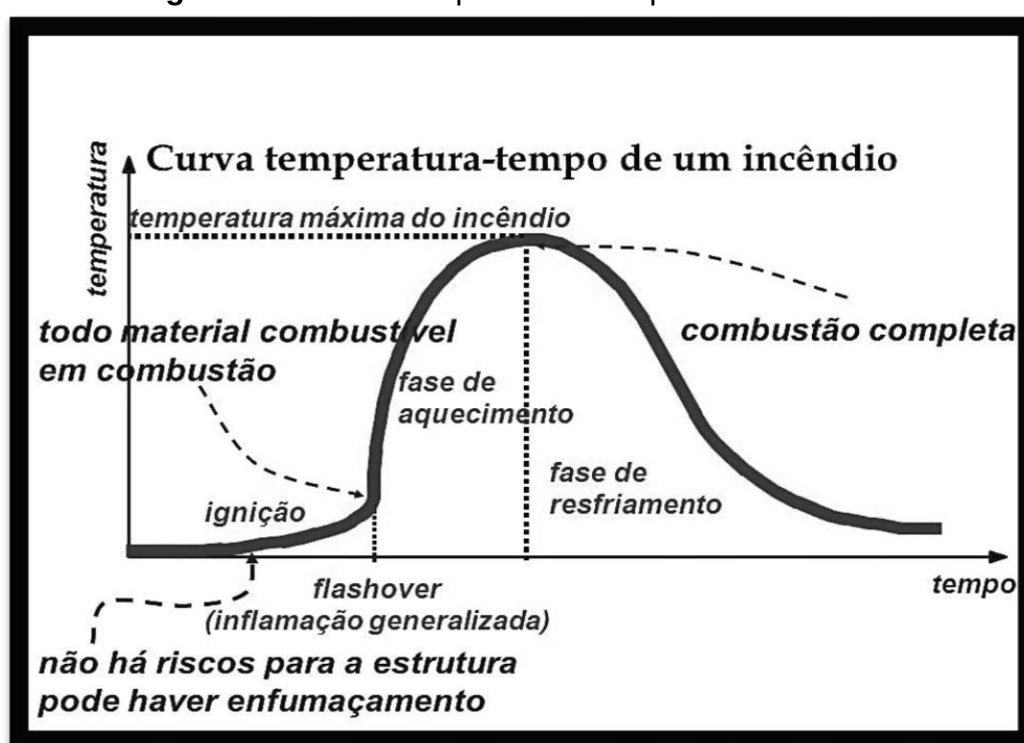
A ação térmica na estrutura é definida como o fluxo de calor, por radiação e por convecção, provocada pela diferença de temperatura entre os gases do ambiente e os componentes da estrutura.

Radiação é definida como o calor se propagando por meio de onde de um corpo em alta temperatura para outro em temperatura mais baixa.

Já a Convecção é o processo pelo qual o calor flui, envolvendo movimentação de fluido, decorrente da diferença de densidade entre os gases com diferentes temperaturas.

Uma das principais características de um incêndio, que compreende ao estudo das estruturas, é a curva que fornece a temperatura média dos gases em função do tempo de incêndio. Devido a instabilidade durante o incêndio, é comum adotar métodos simplificados de análise.

Figura 1 – Curva Temperatura-Tempo de um Incêndio



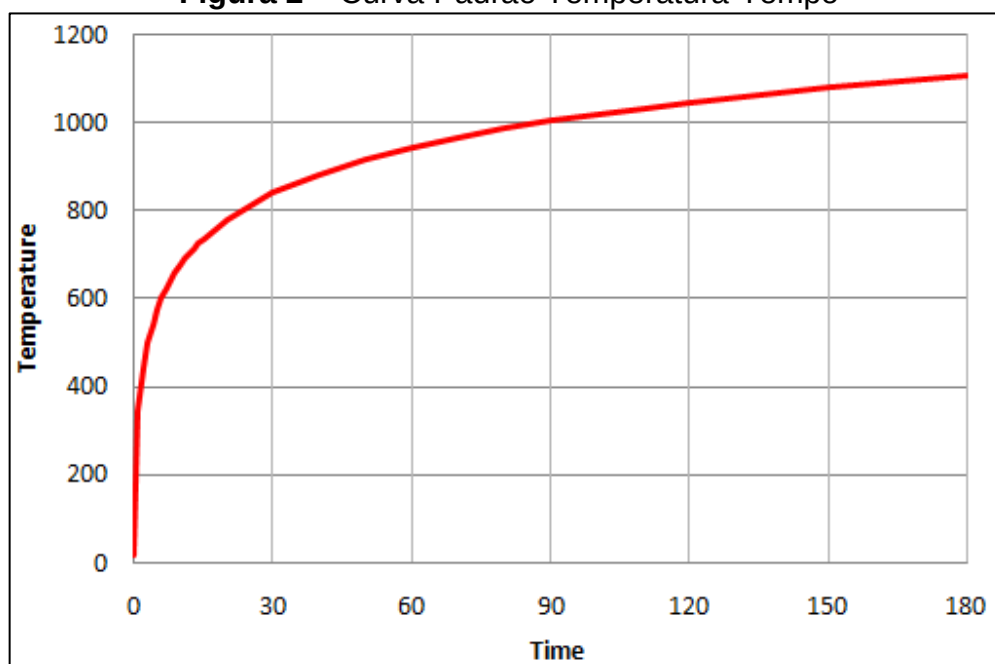
Fonte: ABECE – Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (2010) – Editado pelo autor.

No início do gráfico, notamos que há a fase de ignição de baixa temperatura. Neste período pode haver riscos à vida humana em função dos gases tóxicos liberados pelos materiais. Entretanto não há riscos para a estrutura, sem perder sua capacidade de resistência. Após a ignição, tem se início ao *flashover*, que é o aumento brusco da temperatura, onde todo o material acima da estrutura entre em combustão. A partir desse momento, o incêndio toma grandes proporções, tomando todo o compartimento e assim consumindo todo material disponível e assim atingindo a combustão completa, que por hora atinge sua temperatura

máxima. Com o fim do material que alimentava as chamas, entramos na fase de resfriamento da estrutura.

Silva (2012) ressalta que são raros os casos em que a “Curva de Temperatura-Tempo” é utilizada, por conta da dificuldade prática. Mas devido a ensaios laboratoriais de materiais de construção, feitos em fornos com uma elevação de temperatura padronizada e por simplicidade, as normas permitem que seja empregada como curva de aquecimento em projeto de estruturas.

Figura 2 – Curva Padrão Temperatura-Tempo



Fonte: <http://structfire.com/images/Iso834.png>

Silva (2012) propõe que a principal característica da curva-padrão é de apresentar uma temperatura constante e crescente, admitindo assim que a temperatura é sempre constante com o tempo, independente das características do ambiente. Entretanto, não é dessa forma que um incêndio real se comporta, já que possui variações de temperatura ao longo do tempo até atingir sua fase de resfriamento. A curva-padrão é obtida a partir da seguinte equação:

$$\theta^g = 345 \log_{10}(8t + 1) + \theta^{g0}$$

Onde:

θ^g - Temperatura dos gases no ambiente em chamas (°C)

θ^{g0} - Temperatura dos gases no instante $t=0$, geralmente admitida 20°C

t – temperatura (min)

7. COMPORTAMENTO DOS MATERIAIS ESTRUTURAIS: CONCRETO

Silva (2012) define que os materiais em geral têm suas propriedades físicas alteradas pelo calor, e em uma situação de incêndio, elas são elevadas ao seu limite. Com o concreto não é diferente, a sua resistência a compressão é reduzida com a elevação da temperatura. A resistência do concreto em uma situação de incêndio pode ser definida pela seguinte equação:

$$f_{c,\theta} = \kappa_{c,\theta} * f_{ck}$$

Onde:

f_{ck} – Resistência característica à compressão do concreto.

$\kappa_{c,\theta}$ – Fator de resistência do concreto na temperatura θ

$f_{c,\theta}$ – Resistência do concreto de acordo com o aumento de temperatura

O tipo de agregado empregado no concreto afeta a sua resistência em altas temperaturas, por exemplo, agregados silicosos (arenito, quartzo e cascalho) tem péssimo comportamento ao fogo, portanto em altas temperaturas é reduzida mais ainda a resistência do concreto. Já o calcário apresenta maior resistência ao calor, sendo um pouco menos afetado por altas temperaturas.

É necessário também conhecer o alongamento específico do concreto com agregado silicoso em uma situação de incêndio, que é definida pela seguinte equação:

Para $20^{\circ}\text{C} \leq \theta_c < 700^{\circ}\text{C}$

$$\frac{\Delta l}{l} = (-1,8 \times 10^{-4}) + (9 \times 10^{-6} \theta_c) + (2,3 \times 10^{-11} \theta_c^3)$$

Para $700^{\circ}\text{C} \leq \theta_c \leq 1200^{\circ}\text{C}$

$$\frac{\Delta l}{l} = 14 \times 10^{-3}$$

Onde:

l - Comprimento da peça de concreto a 20°C

Δl - Alongamento provocado pela temperatura

θ_c – Temperatura do concreto, em graus Celsius

Como dito anteriormente, é necessário conhecer o tipo de agregado utilizado no concreto, já que ele compõe cerca de 70% do material utilizado. Com a mudança do agregado, as equações de alongamento também mudam, portanto, a equação de alongamento para agregados de calcário fica da seguinte forma:

Para $20^{\circ}\text{C} \leq \theta_c < 700^{\circ}\text{C}$

$$\frac{\Delta l}{l} = (-1,2 \times 10^{-4}) + (6 \times 10^{-6} \theta_c) + (1,4 \times 10^{-11} \theta_c^3)$$

Para $70^{\circ}\text{C} \leq \theta_c \leq 1200^{\circ}\text{C}$

$$\frac{\Delta l}{l} = 12 \times 10^{-3}$$

8. COMPORTAMENTO DOS MATERIAIS ESTRUTURAIS: AÇO

Silva (2012) define que a resistência do aço da armadura passiva decresce de acordo com o aumento de temperatura, sendo obtida pela seguinte equação:

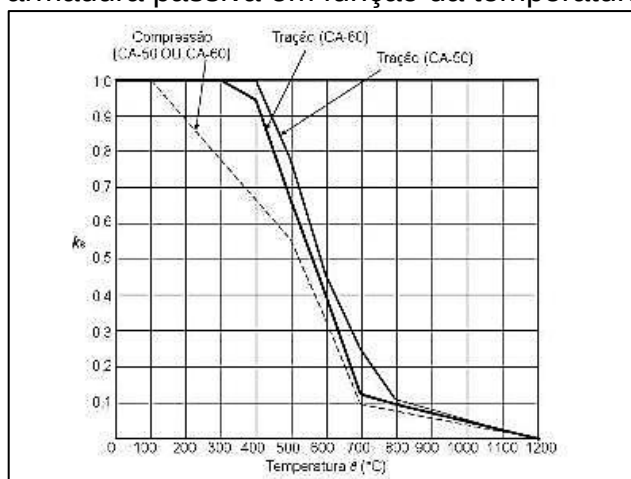
$$f_{yk\theta} = \kappa_{s\theta} * f_{yk}$$

Onde:

f_{yk} - é a resistência característica do aço de armadura passiva em situação normal

$\kappa_{s\theta}$ - é o fator de redução da resistência do aço na temperatura θ , conforme a tabela a seguir:

Figura 3 – Fator de redução da resistência do aço de armadura passiva em função da temperatura



Fonte: NBR 15200:2004

Silva (2012) descreve que o módulo de elasticidade do aço contido na armadura passiva decresce com o aumento da temperatura, que por sua vez é definido pela equação:

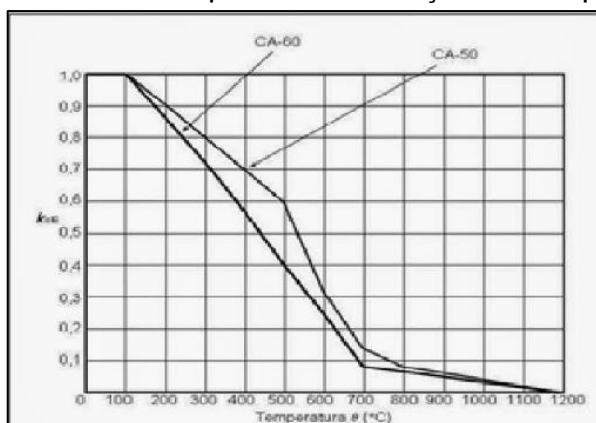
$$Es\theta = \kappa Es\theta * Es$$

Onde:

$Es\theta$ - Módulo de elasticidade do aço de armadura passiva em situação normal;

$\kappa Es\theta$ - é o fator de redução do módulo de elasticidade do aço na temperatura θ de acordo com o diagrama a seguir:

Figura 4 – Fator de redução do módulo de elasticidade do aço de armadura passiva em função da temperatura



Fonte: Projeto de Estruturas de Concreto em Situação de Incêndio – modificado pelo autor.

9. CONCLUSÃO

Uma situação de incêndio possui diversas variáveis, desde ao agregado usado no cimento até o comportamento por completo da estrutura. Mesmo com todos estudos sobre esse assunto, ele ainda é pouco explorado, pouco aprofundado, devido a dificuldade por causa dessas inúmeras variáveis. Mas devido as tecnologias existentes atualmente, é possível se estimar, definir parâmetros para tais estruturas nessa situação. Fora do Brasil é um assunto amplamente discutido e levado a sério nos projetos, entretanto, em nosso país, o assunto não é tratado com a mesma seriedade. Ainda há diversos prédios construídos atualmente que não

levam essa situação em conta, adotando apenas medidas básicas de prevenção, que nem sempre são o suficiente para evitar uma tragédia.

É de suma importância conhecer o comportamento estrutural em uma situação tão adversa quanto o fogo, já que o mesmo, distorce todas as propriedades originais dos materiais, diminuindo sua resistência, elevando sua temperatura e até mesmo levando ao estado de combustão (madeira) ou fusão (aço).

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR. 14323: 1999. **Dimensionamento de estruturas de aço de edifícios em situação de incêndio.**

CALDAS, Rodrigo Barreto. **Análise numérica de estruturas de aço, concreto e mistas em situação de incêndio.** 2008. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes. **Análise da mecânica dos materiais de uma viga contínua: Estrutura de concreto armado em situação de incêndio.** 2016

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes. **ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO EM SITUAÇÃO DE INCÊNDIO: uma análise térmica através do método tabular de uma viga contínua.** 2015.

REGOBELLO, Ronaldo. **Análise numérica de seções transversais e de elementos estruturais de aço e mistos de aço e concreto em situação de incêndio.** 2007.

SILVA, Valdir Pignatta. **Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio: conforme ABNT NBR 15200:2012/ Valdir Pignatta Silva.** – São Paulo: Bucher, 2012.

Fontes – Sites:

<<http://structfire.com/images/Iso834.png>> Ultimo acesso 05/05/2017

<<http://site.abece.com.br>> Ultimo acesso 05/05/2017

ESTUDO DA VOÇOROCA LOCALIZADA NO JARDIM AEROPORTO I DA CIDADE DE FRANCA SP, ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR SEUS IMPACTOS NO MEIO INSERIDO

FURINI, Carolina Barini – Uni-FACEF
GILBERTO, Thales Jati – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Erosões de terra são causadoras de grandes catástrofes ou desastres naturais. Por este motivo é de grande importância fazer o estudo de voçorocas existentes e das formas mais viáveis de se controlar o contínuo desabamento da área. Existem vários fatores que interferem na erosão. O fator topográfico mais importante no estudo de origem e evolução das voçorocas é a declividade, pois quanto maior a inclinação da vertente, maior será a quantidade de água a se escoar superficialmente, acelerando os processos de erosão. Neste caso, temos que levar em conta três características principais de um declive, ou seja, o grau, a forma e a extensão, como disse Vieira (1978).

Para início de estudo da contenção da voçoroca do Aeroporto I da cidade de Franca-SP, é importante o estudo das características gerais de uma voçoroca, após este, será possível um enfoque específico na área estudada.

2. O QUE SÃO VOÇOROCAS

"Voçoroca é o estágio mais avançado de erosão acelerada correspondendo à passagem gradual do processo de ravinamento, até atingir o lençol freático, com o aparecimento de urgências d'água" (Magalhães 2001). Seu estudo se deu, segundo Agustin (2006) a partir da década de 70 e 80 com diversos autores estrangeiros enquanto no Brasil, as primeiras discussões sobre o tema iniciaram-se na década de 50.

Esses grandes vazios podem ser caracterizados e classificados de maneiras distintas, porém sempre com a erosão como a causa principal desse acidente geográfico, onde existem vários outros agravantes que pioram a situação

de, por exemplo, desmoronamento de terra, causado por chuvas, vento, pastoreio de animais, obras de engenharia.

3. ORIGEM DAS VOÇOROCAS E SEUS TIPOS

O processo erosivo pode ser dividido em dois grandes grupos (Proin/Capes & UNESP/IGCE, 1999), erosão natural, geológica ou normal, e erosão acelerada ou antrópica. O primeiro acontece de forma lenta e gradativa, sem interferência do ser humano, a natureza age por vontade própria, diariamente, até que se encontre um equilíbrio na formação do solo e ele se estabilize. Na erosão acelerada ou antrópica, existe uma interferência direta do ser humano e dos animais na natureza.

4. ESTÁGIO DE EROSÃO

Existe, de acordo com Carvalho (2001), uma ordem evolutiva e cronológica de evolução dos acidentes geográficos naturais que podemos seguir até a formação das voçorocas. Como etapas tem a erosão laminar seguidas por sulcos, ravinas e finalmente as Voçorocas.

Carvalho complementa que erosão laminar ocorre pelo escoamento uniforme da água sobre o solo, nesta fase, pode-se surgir o aparecimento de sulcos o que por se tratar de um início de erosão, não é facilmente notado, na área rural essa fase é mais visível, porque carregam nutrientes, afetando plantações. Os sulcos começam a apontar assim que a água começa a se concentrar em filetes de até 10 cm, esses filetes ficam posicionados de forma difusa no solo, originando a ravina, como ilustrado na figura 1 e 2.

Guerra *apud*. Ellison, 1949(2009, p180), discorre que ravinas possuem características efêmeras, podem desaparecer com uma simples chuva e reaparecerem outras em seu lugar, mostrando a possibilidade de uma evolução posterior para um nível mais crítico - a Voçoroca - como prossegue o autor quando afirma poder formar-se um canal e desembocar em um rio.

A voçoroca é um dos estágios mais preocupantes da erosão, formada pela concentração dos canais nos quais o fluxo superficial de água se concentra o que agrava instabilidade do terreno ou a falta da resistência à erosão, o que pode ser provocado devido à diferença de cota apresentada pelo terreno no qual se encontra o caminho percorrido pela água.

Figura 1 – Erosão Laminar



Fonte: UNESP, ano 1999.

Figura 2 – Sulcos.



Fonte: UNESP, ano 1999.

Figura 3 – Ravina.



Fonte: UNESP, ano 1999.

Figura 4 – Voçoroca.



Fonte: UNESP, ano 1999.

Trazendo a problematização para mais perto do local de estudo, Vieira, (p.38 á 45, 1971), nos diz que, as voçorocas "são ravinas que mais parecem feridas abertas no planalto de Franca" e reforça ainda que normalmente, as voçorocas possuem em seu interior nascente de água devido à fissura no lençol freático atingido pela erosão.

5. ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA CIDADE DE FRANCA QUE INFLUENCIAM NA FORMAÇÃO DAS VOÇOROCAS

Tendo em vista que as voçorocas se concentram em áreas de instabilidade, é de grande importância conhecer os aspectos físicos da formação do relevo, solo, hidrografia, clima, microclima: regime de chuvas, temperatura, para

podermos avaliar o motivo da instabilidade do solo e posteriormente propor medidas de contenção para o problema.

A metodologia de estudo, é baseada no livro de Vieira (1978), que estudou a região de Franca e suas voçorocas, fazendo "levantamento através de pesquisa de campo e aplicação de técnicas de laboratório".

Vieira (1971), explica sobre a geologia de Franca onde na superfície formou-se um grande deserto conhecido como "arenito Botucatu". O solo sofreu rachaduras e com a saída do magma originou-se a terra basáltica, ou terra roxa - solo de grande fertilidade. A cidade possui dois tipos diferentes de solo, solos arenosos e o solo argiloso (basáltico).

A cidade de Franca possui um relevo de Planalto, de acordo com o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal (2016), mas também é conhecida como "três colinas", já que nela localizamos três pontos mais elevados. Sua vegetação pode ser classificada como Cerrado e Mata que depois é classificada como Floresta Tropical, como mencionado por Vieira (1971).

Localizada na bacia do Paraná, a cidade é cortada por dois córregos, localizados entre cada uma das colinas, são eles: Bagres e Cubatão conforme dados encontrados no sítio eletrônico da prefeitura da cidade de Franca. Ambos nascem dentro do município. Vieira, (1971) complementa ainda que de todo o município de Franca, a zona urbana encontra-se na região mais elevada e é conhecido como espigão, um planalto divisor de águas.

O clima segundo serviço de meteorologia em Franca (INMET) pode ser classificado como clima tropical de altitude, com invernos secos, verões chuvosos e temperaturas moderadas durante todo o ano. Nota-se também que a quantidade em mm de chuvas diminuiu ao longo dos anos. Outro fator observado no estudo de Vieira é a localização de Franca em área de baixa pressão.

6. ÁREA DE ESTUDO

Como já citado anteriormente, Franca possui solo do tipo arenoso basáltico muito propenso a sofrer erosão. Percebemos isso ao analisar, por exemplo, na areia da praia onde a água infiltra-se rapidamente, acontecendo uma drenagem extremamente acelerada em comparação a solos argilosos. Os grãos da areia não possuem uma "liga" como a argila, são partículas soltas que ao entrarem

em contato com a água tem maior chance de sofrerem deslocamento. Deste fato, surgem erosões, que em um estado mais crítico, avançam para voçorocas inutilizando o solo até que este seja recuperado.

A Prefeitura vem recuperando algumas áreas, como apresentado em seu sitio eletrônico, criando parques e pistas de caminhada, como é o caso do Parque Zumbi dos Palmares, Parque Lupércio Taveira, Parque do Jardim Dermínio, e Parque do CSU. Entretanto existem ainda muitas áreas que precisam ter sua erosão contida para não afetar a população e prejudicar o entorno ao qual está inserida. Assim foi escolhida a Voçoroca do Jardim Aeroporto I, visando uma forma de contenção viável e que contribuísse positivamente aos moradores, já que este local tornou-se além de perigoso, pelo tamanho de sua extensão e profundidade, depósito de resíduos domésticos orgânicos e inorgânicos.

A Área de estudo localiza-se no Jardim Aeroporto I, entre três avenidas, Carlos Roberto Hadad, Euclides Vieira Coelho e Cesar Martins Pirá, e outras quatro ruas.

Figura 5 – Localização voçoroca Google Earth 30/11/2016 (Mapa sem Escala).



Fonte: Google Earth com edição do autor.

Atualmente, a voçoroca localiza-se em quarteirão de área 151 mil metros quadrados, esta por sua vez, totaliza uma área próxima de 12 mil Km², cerca de 7% ocupada no quarteirão. Sua extensão em linha reta é de 0,23km, entre os pontos mais distantes de sua extensão, a profundidade média é 0,16km, e seu

volume médio 3,37km³, estes valores foram estimados a partir de análises e utilização de ferramentas do Google Earth.

No mesmo quarteirão, existem duas edificações desocupadas, a sudoeste encontra-se o Aeroporto da cidade, a sudeste, no mesmo quarteirão, existe uma igreja que permanece em funcionamento até a última visita ao local. Ao sul, existe uma quadra esportiva usada por crianças para lazer. A nordeste, o córrego segue seu curso, juntando-se com outras nascentes até o Ribeirão das Macaúbas.

Figura 6 – Nascente do córrego N°16 (Figura modificada e fora de escala).



Fonte: Prefeitura de Franca, 1998.

7. ESTUDOS DE CONTENÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (1990) será constituída a recuperação do solo quando o local degradado retornar a sua forma e utilização original. O Julgamento parra este fator terá valor ambiental, estético e social da circunvizinhança.

A seguir, serão apresentados três métodos de possíveis contenções a serem aplicados à voçoroca, para uma recuperação da área, reconstituindo a região afetada e amenizando os problemas e queixas de moradores do entorno.

7.1. Contenção por meio de Plantação de Vegetais da Família das Leguminosas

O primeiro método a ser apresentado, envolve a plantação de leguminosas na área degradada para sua recuperação, estas árvores formam barreiras físicas e reduzem a velocidade da água das chuvas formando uma proteção ao solo diminuindo o volume de terra escavado.

Apesar das leguminosas serem plantas facilmente adaptáveis, de baixo custo e que apresentam resultados técnicos positivos, proporcionam alimento aos moradores próximo a área, juntando todos estes fatores, viabiliza-se sua utilização para segmentos de diversos setores da sociedade. Entretanto, é de suma importância que a escolha das leguminosas seja feita entre tipos que não se tornem praga e se espalhem pela região, desta maneira é de vital importância que haja um controle ou acompanhamento da área cultivada. Manhago (2008) apresenta as principais espécies de Leguminosas usadas na revegetação (Tabela 1).

Tabela 1 – Leguminosas utilizadas na revisitação

ESPÉCIES DE LEGUMINOSAS	
Nome Científico	Nome Comum
<i>Arachis pintoi</i>	grama amendoim
<i>Canavalia ensiformes</i>	feijão-de-porco
<i>Centrosema pubescens</i>	centrosema
<i>Colopogonium mucoloides</i>	colopogonio
<i>Heliantus annuus</i>	girassol forrageiro
<i>Dolichos lablab</i>	lab-lab
<i>Indigofera hirsuta</i>	anileira
<i>Macrotyloma axillare</i>	java
<i>Medicago sativa</i>	alfafa
<i>Melelotus sp</i>	trevo-doce
<i>Mucuna aterrima</i>	mucuna-preta
<i>Pueraria phaseoloides</i>	puerária
<i>Sesbania virgata</i>	sesbânia
<i>Trifolium repens</i>	trevo branco

Fonte: Manhago (2008)

De acordo com BERTONI ET AL (2014) para a recuperação de uma área ao utilizar-se pastagem e leguminosas, devidamente escolhidos, conseguir-se-á uma maior capacidade e suporte da vegetação na cobertura da erosão do solo.

"O uso de leguminosas é uma prática recomendada para recuperação de áreas degradadas, pois as leguminosas utilizam a própria vegetação para proteger o solo da erosão. Outro grande benefício do seu uso é a produção de matéria orgânica que, através de sua incorporação, estimula diversos processos químicos e biológicos melhorando sua fertilidade, além de exibirem um sistema radicular profundo e ramificado aprofundando nas camadas do solo.

A recuperação de áreas degradadas pode ser realizada com sucesso a partir da utilização de espécies de leguminosas arbóreas capazes de formar

simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio atmosférico e com fungos micorrízicos, e também com leguminosas herbáceas. Esta técnica pode ser considerada de baixo custo e com bons resultados." (OLIVEIRA et al, apud Beertoni et al, p.2).

É possível afirmar, portanto, que falamos de uma solução viável ao se apresentar resultados já evidenciados e estudados. Foram encontrados alguns locais onde buscou-se essa alternativa. Será percorrido sobre estas voçorocas para um melhor entendimento do processo utilizado em cada uma. Em alguns casos, foram feitas associações com outros métodos, como citado por Bertoni no trecho acima tornando-se muito mais eficaz os resultados obtidos nos referidos locais. É possível observar ainda que o método funciona em diferentes situações ou que não é usado para um tipo específico de erosão. Segundo a EMBRAPA em vídeo do sítio eletrônico Cultura Mix, tal técnica é usada para recuperação de voçorocas, área de mineração, resíduos industriais, áreas de encostas com risco de desmoronamento.

A EMBRAPA juntamente com o Colégio Agrícola Nilo Peçanha no município de Pinheiral, divulgou um vídeo no sítio eletrônico Cultura Mix, mostrando a preocupação em conter os riscos de erosão das voçorocas no meio rural, com estudo na região sobre medidas de contenção. Foram feitos testes com o solo para a criação de áreas modelos visando a possibilidade de que futuramente esse estudo fosse ser multiplicado por empresas e órgãos públicos na contenção de outras voçorocas. Com este intuito, isolou-se uma área onde foi construída uma barragem de valetas e paliçadas com materiais da propriedade para redução do impacto da chuva. Também foram instaladas valetas em níveis escavando-se o próprio solo juntamente com bacias de sedimentação aos lados, para reter água da chuva, impedindo sua passagem e consequentemente a erosão.

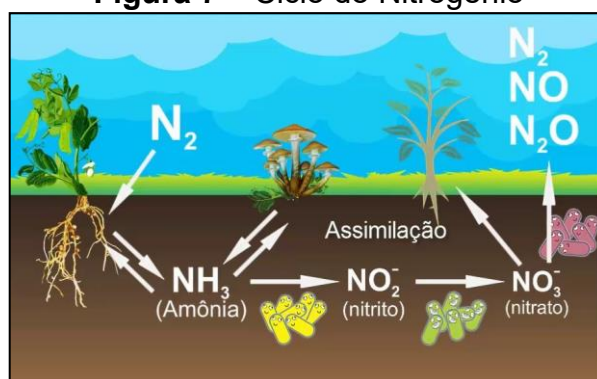
Para o projeto foi pensado o plantio de vegetais que resistissem a condições mais adversas, uso de bactérias fixadoras de Nitrogênio. Todas essas mudas são desenvolvidas e cultivadas no viveiro da EMBRAPA para posteriormente serem levadas e feito o plantio no local.

Duas voçorocas já estão revegetadas com esta técnica, permitindo a redução da emissão de sedimentos, mostrando que é viável. Para comparar dados, foi criado nos locais de estudo um coletor de sedimentos, que diminuiu em um quinto de tonelada a quantidade erodida, mostrando satisfatórios resultados em relação às contenções realizadas em dois estudos concluídos.

Do mesmo modo, segundo sítio eletrônico da FAPERJ, Secretaria de Ciências, Tecnologia e desenvolvimento social do RJ, a cidade de Porto Trombetas - PA utilizou este mesmo método para recuperar uma área degradada pela mineração. Apenas 22 meses foram necessários para que o solo degradado pela bauxita estivesse coberto por árvores de espécies de leguminosas. A região de Pinheiral – RJ recebeu estes mesmos cuidados e obteve um excelente resultado com o plantio de leguminosas nodulares e micorrizadas. Aqui também utilizou-se outro fator que incide diretamente na erosão, o reordenamento de escoamento das águas. Avílio Antônio Franco, da Embrapa Agrobiologia, foi o pesquisador que realizou os dois projetos citados pela FAPERJ. Ainda segundo a FAPERJ para a realização da pesquisa foram escolhidas "plantas cujas raízes têm capacidade de promover simbiose com bactérias que absorvem nitrogênio do ar, transformando-o em aminoácidos" realizando o ciclo do Nitrogênio (figura 7).

Podemos explicar o ciclo do Nitrogênio resumidamente da seguinte maneira: algumas bactérias fixadoras de nitrogênio atmosférico vivem no interior dos nódulos de raízes de plantas leguminosas, como o feijão. Ao fixarem o nitrogênio do ar, estas fornecem parte ao solo na forma de Amônia. As bactérias fixadoras, que captam o nitrogênio diretamente da atmosfera vivem próximas à superfície. Ao morrer e serem degradadas liberam seu nitrogênio no solo, na forma de moléculas de amônia. Outros tipos de bactérias transformam a amônia em nitratos, os nitratos são absorvidos pelas plantas por meio de suas raízes. Os herbívoros obtêm o nitrogênio ao ingerir as plantas. O ciclo se fecha com a devolução do nitrogênio pelas bactérias denitrificantes, que transformam os nitratos do solo em N_2 e os lançam na atmosfera.

Figura 7 – Ciclo do Nitrogênio



Fonte: Google Imagens

7.2. Contenção por Meio de Plantação de Gramínea Vetiver

O capim Vetiver ou sistema Vetiver, caracterizando todas as possibilidades de uso, por não se tratar de uma simples gramínea e possuir uma diversidade de funções como artesanatos e cosméticos, possui grande importância ao estudo de recuperação.

O banco mundial e os órgãos Ambientais tem recomendado o plantio do Vetiver em uso de replantio devido características morfológicas e ecológica, não caracterizando a espécie como invasora (BARBOSA 2012). Além disso, as "Raízes de vetiver são, por unidade de área, mais fortes e mais profundas do que as raízes das árvores" (TROUNG et al 2008 p.35), além de extremamente resistentes. Esta gramínea é uma planta de fácil adaptação, e simples manutenção, prática, barata, ela que pode ser cultivada em diferentes climas e solos, tolera a extremas variações climáticas, de secas prolongadas a inundações e submersões. Resiste também a temperaturas extremas (-15 'C a +55' C), a uma ampla faixa de pH (3,3 a 12,5) e ainda a herbicidas e pesticidas. Entretanto, apesar de toda esta resistência, é intolerável a sombra, diminuindo seu crescimento, podendo a longo prazo ser eliminado. Em terras instáveis ou erodíveis, o Vetiver inicia sua ação reduzindo a erosão, estabilizando o solo, em seguida, em decorrência dos nutrientes e conservação da umidade, o seu entorno melhora e outras plantas (semeadas ou voluntárias) tem maior possibilidade de estabelecer-se. Devido a todos esses fatores podemos chamar o Vetiver de planta enfermeira de áreas degradadas (TROUNG et al 2008). Porém, esta não é a única gramínea usada no combate a erosão, inúmeras outras também tem suas particularidades, como mostra Manhago (2008) que insere o capim em sua listagem.

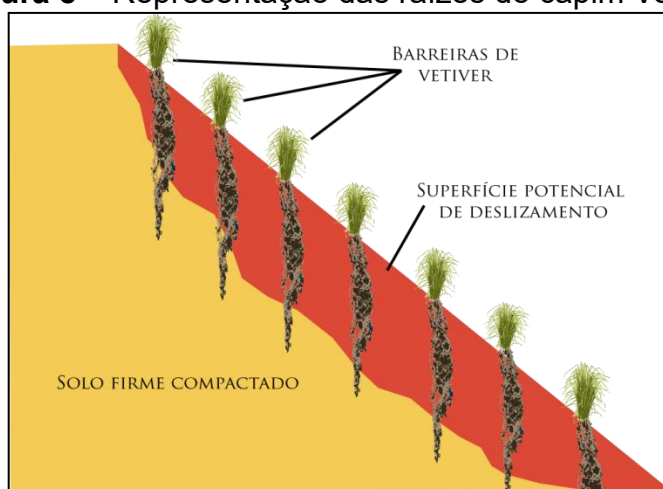
Tabela 2 – Espécies de gramíneas para revisitação.

ESPÉCIES DE GRAMÍNEAS	
Nome Científico	Nome Comum
<i>Avena strigosa</i>	aveia preta
<i>Brachiaria brizantha</i>	brachiaria
<i>Chloris gayana</i>	capim-de-rhodes
<i>Cymbopogon citratus</i>	capim-cidreira
<i>Cynodon dactylon</i>	grama-bermuda
<i>Digitaria decumbens</i>	capim-pangola
<i>Eragrostis curvula</i>	capim-chorão
<i>Lolium multiflorum</i>	azevém
<i>Melinis repens</i>	capim favorito
<i>Panicum milaceum</i>	paíço
<i>Paspalum dilatatum</i>	grama comprida
<i>Paspalum notatum</i>	grama-forquilha
<i>Setaria esphacelata</i>	setária kuzungula
<i>Stonatanataphurm sacundatum</i>	grama-de-jardim
<i>Vetiveria zizanioides</i>	vetiver

Fonte: Manhago (2008)

Entretanto, apesar destas outras espécies de gramínea atuando da mesma maneira, TROUNG ainda acredita que o capim estudado, possui características morfológicas e fisiológicas únicas e pode fazê-lo melhor que outros sistemas testados. Sabe-se também, que ela possui um grosso e denso sistema de raízes (Figura 8) que se liga ao solo e dificilmente será desalojado debaixo de fluxos de água. Por se tratar de um sistema de raízes profundas e de rápido crescimento, o capim torna-se resistente à seca e altamente adequado à estabilização de taludes. Ao serem plantados em fileiras simples, formarão uma barreira extremamente eficaz em retardar e espalhar o escoamento da água, reduzindo a erosão do solo e conservando sua umidade.

Figura 8 – Representação das raízes do capim Vetiver



Fonte: VERTEDEC

7.3. Plantio do Vetiver

O Capim Vetiver, quando usado na função de barreiras, é importante que o plantio seja feito no início da época de chuvas. Suas mudas podem ser produzidas através de sacolas plásticas ou retiradas das touceiras já plantadas no solo. Neste caso, deve-se tomar cuidado em retirar no mínimo dois perfilhos e parte da coroa para se fazer a muda, em seguida plantar diretamente no solo, com um espaçamento recomendado de 10 cm entre as mudas. Já as sacolas devem ficar distantes de 15 a 20 cm em linha. O plantio deve ser realizado em sulcos, ou covas adubados conforme necessidades identificadas após análise do solo.

As barreiras com o capim Vetiver, ao serem plantadas no solo devem ser instaladas seguindo as curvas de nível do terreno, em casos como os de voçorocas, onde há necessidade de desviar o escoamento superficial a montante, é interessante a implantação destas barreiras com um desnível de 3% a 5%, direcionando o escoamento da água para bacias de captação, córregos. Na região estudada já existe um córrego que escoar a água que brota na voçoroca levando-a do local.

Para se definir a distância entre as curvas plantadas, é importante analisar a inclinação do terreno, a taxa de infiltração de água no solo, os índices pluviométricos, o estado de degradação do solo, seu uso atual e futuro. Dependendo do grau de inclinação ou degradação da área, mais cordões com capim deverão ser plantados. A poda pode ser realizada uma vez ao ano. Após seis meses do plantio, o local é tomado por touceiras que fecham os vazios entre elas, formando uma barreira contra a erosão, entretanto, o local obterá resultados plenos após um ano de plantio. (TRUONG, et al, 2008)

7.4. Contenção por Meio de Resíduos Inertes de Construção Civil

El-Deir apud Silva et al. (2001) A construção civil é uma das atividades humanas que causam o maior impacto ao o meio ambiente, tal fato agrega valor aos estudos e pesquisas para minimização destes fatores.

O destino ideal para os resíduos inertes da construção civil - classe A é a reciclagem, também conhecidas como Usinas de RCC (reciclagem dos resíduos de construção civil). Com o gerenciamento adequado existem ganhos econômicos das varias aplicações práticas dos produtos da reciclagem através das tecnologias relativamente simples disponíveis no mercado. Deste modo os materiais seriam

ESTUDO DA VOÇOROCA LOCALIZADA NO JARDIM AEROPORTO I DA CIDADE DE FRANCA SP,
ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR SEUS IMPACTOS NO MEIO INSERIDO – p. 423-440

reaproveitados e não haveria a preocupação com a contaminação do solo. Entretanto, na cidade não possuímos nenhuma empresa portadora deste processo, fazendo com que a população utilize muitas vezes de aterros clandestinos.

Segundo Cadernos de Educação Ambiental - Resíduos Sólidos da Secretaria do Meio Ambiente e do Governo de São Paulo, diz-se que "os resíduos da construção civil que não forem beneficiados devem ser encaminhados a aterros de resíduos da construção civil", segundo a norma brasileira ANBT NBR 15113/2004, que ainda define a forma como esse material deve ser confinado sem poluir a saúde pública e ambiental, possibilitando a utilização futura da área aterrada e dos materiais ali segregados.

O licenciamento e a renovação seguem algumas normas e são fiscalizadas por órgãos públicos. A Resolução diz ainda que se deve dispor os resíduos inertes de classe A pela Resolução CONAMA 307, de 05/07/2002 e o licenciamento ambiental quanto à localização, à instalação e à operação, é regularizada pela Secretaria do Meio Ambiente. A disposição final dos resíduos deve ser realizada cumprindo exigências dos seguintes órgãos reguladores: "DAIA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, DUSM – Departamento de Uso do Solo Metropolitano, DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais e CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental", segundo Resolução SMA Nº 41, De 17 de Outubro de 2002(p.1e2), encontrada no site eletrônico da CETESB, disposto na seção de documentos para licenciamento informa sobre os "procedimentos para o licenciamento ambiental de aterros de resíduos inertes e da construção civil no Estado de São Paulo".

Ainda sobre a resolução, se a capacidade total do aterro exceder 100.000 m³, caso da voçoroca estudada, e que recebendo quantidade de até 150 m³ de resíduos por dia, é necessário proceder ao licenciamento ambiental na CETESB.

Utilizando a ferramenta Earth Pro, na linha de tempo, é possível constatar que no local estudado já ocorreu um aterramento da voçoroca. Ela possuía maior dimensão e sofreu uma redução considerável. Entretanto parece que estes cuidados não permaneceram, fazendo com que a erosão retornasse, aumentando em outras direções. Por observação é possível notar que o local está sendo aterrado na Rua Zeferino José dos Prazeres com restos de material de construção, isto já vem ocorrendo a algum tempo, parte desse material está bem compactado, porém

ha outra parte de rejeitos muito recentes, os moradores questionados não souberam responder nada sobre esse aterro, na Prefeitura e na CETESB, também não souberam fornecer informações.

Para o Licenciamento deve-se procurar os órgãos responsáveis, seguir a ABNT - NBR 15113, Norma Brasileira de Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Esta é a norma reguladora para implantação do aterro na voçoroca estudada. A norma abrange assuntos como os resíduos da construção civil, sendo estes inertes ou não - classificados em classes -, diretrizes para projeto, dentre outras.

A NBR continua explicando algumas definições essenciais para o entendimento e aplicação da norma, começamos aqui com a explanação de resíduos da construção civil, identificados como sobras oriundas de construções, reformas, reparos e demolições, podemos considerar também os restos de escavação de terrenos, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, compensados, argamassa, gesso, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, dentre outros materiais encontrados em obras.

Por fim, aterro de resíduos da construção civil e de resíduos inertes são as áreas onde é feita a disposição destes materiais de classe A, de acordo com a classificação da Resolução CONAMA nº 307, visando reservar os resíduos de forma a possibilitar seu uso futuro ou utilização da área, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

Segundo a norma, classificam-se os resíduos de Classe A em reutilizáveis ou recicláveis como agregados, provenientes de construções, demolições, reformas e reparos de pavimentações, solos provenientes de terraplanagem, componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto, peças pré-moldadas em concreto.

A cidade possui um aterro que já é usado com esta finalidade. Localiza-se na Rua Salvador Mazzini, 1101 Vila Raycos, na bacia hidrográfica Sapucaí Mirim, UGRHI8, com validade do licenciamento até 08/04/2018. Ao vencimento do licenciamento, a renovação deve ser realizada na CETESB, órgão emissor do documento.

Este é um exemplo que demonstra viabilidade deste processo, e como a voçoroca aparentemente já foi aterrada, se houver uma continuidade neste processo, provavelmente ocorrerá uma estabilização da área. É importante que junto

ESTUDO DA VOÇOROCA LOCALIZADA NO JARDIM AEROPORTO I DA CIDADE DE FRANCA SP,
ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR SEUS IMPACTOS NO MEIO INSERIDO – p. 423-440

desta ação seja feita uma drenagem da água que brota no local para uma melhor estabilização do solo.

8. CONCLUSÃO

Após análise, pode-se verificar que a voçoroca estudada não apresenta uma série muito grande de fatores antrópicos em sua causa devido à existência de um córrego no local estudado. Sua causa mais provável seria a presença de uma nascente que com o tempo começou a erodir, provavelmente como consequência de desmatamento em APP (Área de Preservação Permanente). Chegou-se a essas conclusões também, com informações cedidas pela prefeitura que garante a existência da voçoroca em estudo desde 1972 mostrando que o local já sofre erosão desde antes do loteamento do bairro, segundo CHIQUITO no ano de 1978. Segundo a Sabesp, a área possui rede de esgoto e água tratada em tubulações devidamente projetadas nas ruas, evidenciando que a erosão não ocorre por infiltração de água no solo de maneira indevida. Entende-se que após loteamento do bairro entrariam as causas antrópicas que aceleraram o processo de depreciação. Construções começaram a ser erguidas no local, moradores ocuparam a área, animais passando na beira da depressão e os próprios moradores "cortando caminho" de maneira sistêmica até que a terra foi machucada e a vegetação agredida a ponto de formar-se uma trilha no local. Pode-se dizer que o fato de jogar lixo nas proximidades, tornou o local pouco visado a melhorias e consequentemente abandonado pela população que passou a manifestar pouca importância com a região.

A partir da análise dos três diferentes métodos estudados para a contenção da erosão da voçoroca do Aeroporto I, os argumentos apresentados apontam eficácia para a implantação dos métodos. Porém ao utilizar apenas um dos recursos, a solução pode não apresentar-se tão estável. Com o método das Leguminosas e do capim Vetiver, a área não é recuperada é apenas estabilizada contendo o desmoronamento da região, entretanto ainda continuamos com a depressão. Já com o aterramento de resíduos inertes da construção civil, o local é restaurado podendo futuramente receber instalações de lazer como parques ou praças o que gera qualidade de vida para a população do bairro.

Acredita-se que a união dos três métodos apresentados representem melhor aproveitamento do local, pois o resíduo sólido será usado para dar fim a depressão enquanto as leguminosas impedem o escoamento superficial da água com suas folhas e auxiliam o desenvolvimento das plantas ali presentes realizado o ciclo do nitrogênio. O capim Vetiver se beneficiaria deste ciclo para potencializar seu crescimento, e melhoraria suas funções, segurando a terra sem deixar que a água que percola arraste nutrientes.

BIBLIOGRAFIA

BERTONI, J; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo**, 9ª Edição, Editora Ícone. São Paulo, SP. 2014, 355p.

BRASIL CHANNEL. **Franca - SP**. Disponível em:
<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Franca&uf=SP&tipo=lazer>. Acessado em: 14 de novembro de 2016.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DE SAO PAULO. **Cadastro de redes de distribuição de água**, LINO. 2002

COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO. **Cadastro de redes de distribuição de esgoto**, LINO. 2002

COUTINHO, Leopoldo Magno. **Eugen Warming e o Cerrado Brasileiro: um século depois**; obra organizada por Aldo Luiz Klein. Editoras: Editoras da UNESP, Fundação editora da UNESP (FEU), Imprensa oficial do Estado S. A, 2002.

CULTURA MIX, Voçoroca e Ravinas: Características Gerais. Disponível em:<<http://meioambiente.culturamix.com/natureza/vocoroca-e-ravinas-caracteristicas-gerais>>. Acessado em: 04 de maio.

FAPERJ, Secretaria de Ciências, Tecnologia e desenvolvimento social, Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Leguminosas podem ser empregadas na recuperação dos solos**. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=1024.2.2>>. Acessado em 03 de maio.

FILHO, Oswaldo Augusto; VIRGILI, José Carlos. **Estabilidade de Taludes**. In: OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos; BRITO, Sérgio Nertan Alves de. Geologia de engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Erosão ameaça Franca por mais 13 anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2802201101.htm>>. Acessado em 02 de maio.

FONTANELI, Renato Serena; Pereira dos Santos, Henrique; Baier Augusto Carlos. **Morfologia de leguminosas forrageiras**. Disponível em:

ESTUDO DA VOÇOROCA LOCALIZADA NO JARDIM AEROPORTO I DA CIDADE DE FRANCA SP, ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR SEUS IMPACTOS NO MEIO INSERIDO – p. 423-440

<<http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/li/li01-forrageiras/cap9.pdf>>. Acessado em: 02 de maio.

GOOGLE IMAGENS. **Ciclo do Nitrogênio**. Disponível em:
<https://www.google.com.br/search?q=ciclo+do+nitrogenio%5B&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjD98X_6t7TAhWlfpAKHQxoBBYQ_AUICigB&biw=1366&bih=613#imgsrc=INUpzhUGIMQ92M:>. Acessado em 07 de março.

GOOGLE MAPS. **Vista do GOOGLE EARTH**. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Eucl%C3%ADdes+Vi%C3%AAira+Coelho+-+Parque+Mundo+Novo,+Franca+-+SP/@-20.5835158,-47.3773121,206m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94b0a8d80d57f4c5:0xe98a9b29987b6096!8m2!3d-20.5799882!4d-47.3828886>> Acesso em: 30 junho 2016.

IBAMA. **Manual de Recuperação de áreas degradadas pela mineração**. Brasília, IBAMA, 1990. 96p.
<<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/ManualdeRecuperacaodeareasDegradadaspelaMineracao.pdf>>. Acessado em 03 de maio.

INFANTI JUNIOR, N.; FORNASARI FILHO, N. **Processos de Dinâmica Superficial**. In: OLIVEIRA, A.M.S. & BRITO, S.N.A. (Eds.). *Geologia de Engenharia*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. cap. 9, p.131-152. PRONIN/CAPEs e UNESP/IGCE. Material Didático: Arquivos se transparência (CD). Rio Claro: Departamento de Geologia Aplicada, 1999.

INSTITUÍDO BRASILEIRO DE GEOMETRIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=351620>>. Acessado em: 19 de novembro de 2016.

INSTITUÍDO BRASILEIRO DE GEOMETRIA E ESTATÍSTICA. **Mapas**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Tempo e clima**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/html/informacoes/curiosidade/tempo_clima.html>. Acessado em: 15 de novembro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Gráficos**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/sim/gera_graficos.php>. Acessado em: 04 de dezembro de 2016.

MACHADO, Fernanda Lopes. **Requalificação de uma Área Urbana na Cidade de Franca - SP**. Universidade de Franca - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Franca 2008.

MAGALHÃES, Ricardo Aguiar. **EROSÃO: DEFINIÇÕES, TIPOS E FORMAS DE CONTROLE**. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/simposio_erosao/articles/artigos/T084.pdf>. Acessado em: 18 de novembro de 2016.

MANHAGO, Simone Rossi. **Técnicas de revegetação de Talude de Aterro Sanitário**. Disponível em:

<http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/Simone_Rossi_Manhago.pdf>. Acessado em 09 de março.

MARSON, VALÉRS CRISTINA. **Projeto de Avenida**, Prefeitura Municipal de Franca, 2007.

OLIVEIRA, Natiélia; MENDES, Onair; MARTINS, Camila Aparecida; BERNARDES, Carolina. **UTILIZAÇÃO DE LEGUMINOSAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**. Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2012a/ambientais/utilizacao%20de%20leguminosas.pdf>>. Acessado em: 02 de maio.

PREFEITURA DE FRANCA. **Cidade - Dados**. Disponível em:

<<http://www.franca.sp.gov.br/portal/cidade-dados.html>>. Acessado em: 14 de novembro de 2016.

PREFEITURA DE FRANCA. **Controle de Voçorocas**. Disponível em:

<<http://www.franca.sp.gov.br/portal/gestao-ambiental/projetos/controle-de-vocorocas.html>>. Acessado em: 02 de maio.

PREFEITURA DE FRANCA. **História de Franca**. Disponível em:

<<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>>. Acessado em: 14 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Mapa de feições e sedimentações**. DIGEO.1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Mapa de risco potencial de erosão, SCTDE**. DIEGO – 1998.

VERTEDEC. **O capim Vetiver**. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=vetiver+esquema+das+raizes&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi4tYf45tbTAhVDGZAKHbpEASEQ_AUICigB&biw=1366&bih=662#imgrc=b44_2IYxRbtC3M>. Acessado em 04 de maio.

VIEIRA, Neusa Machado. **Estudo Geomorfológico das boçorocas de Franca, SP**. 1ª Edição, Tese de Doutorado UNESP 1978. Vieira, Geografia de Franca.

ESTUDO DE ATERROS DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE FRANCA-SP

BRITES, Lucas Carassato Fernandes – Uni-FACEF
GILBERTO, Thales Jati – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Os Resíduos da Construção Civil (RCC) são popularmente conhecidos por entulhos ou Resíduos de Construção e Demolição e tecnicamente são definidos pela Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente -CONAMA de 5 de julho de 2002 como todos os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultados da preparação e a escavação de terrenos como cita (ABES,2006).

A construção civil é responsável por uma parte significativa dos impactos causados ao meio ambiente, os resíduos gerados induzem a impactos negativos que causam contaminações do solo, do ar, da água, causam danos a sociedade e para a fauna e flora presentes nas proximidades. Os danos causados podem ser de grande magnitude e principalmente prejudicar de diversas formas no aspecto ambiental e social que se tornam irreversíveis devido ao tempo de recuperação da área contaminada, devido a esses fatores é que se torna de extrema importância a análise e solução desta problemática no Município de Franca onde há áreas destinadas aos Resíduos da Construção Civil (RCC) e outras utilizadas de forma irregular.

1.1. Metodologia

O trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográfico referente ao assunto proposto e de pesquisas em livros e trabalhos de autores renomados, busca em base de dados, periódicos e artigos científicos.

Foi elaborada, também, pesquisa de campo junto a Prefeitura Municipal de Franca, CETESB, construtoras e empresa de caçambas estacionárias atuantes em Franca sobre as áreas destinadas a disposição de materiais da construção civil, seus tipos e justificativas para utilização do local e como a área se comportou durante seu período de existência como área de disposição de (RCC).

1.2. A Construção Civil no Brasil

O desenvolvimento da construção civil atual no Brasil, provoca problemas graves, com a ajuda da industrialização e a concentração de matéria continuamente produzida, cria instabilidade no controle de descarte adequado dos resíduos provenientes da matéria produzida e conseqüentemente intensifica a degradação do meio ambiente seja de forma direta ou indireta.

Diversos fatores na situação atual se tornam responsáveis pela problemática da construção civil, dentre estes é notório fatores econômicos, sociais e culturais que influenciam diretamente na gestão desses resíduos de construção civil.

Segundo o Conselho Internacional da Construção – CIB (2016), o setor da construção civil tem papel fundamental para a realização dos objetivos globais do desenvolvimento sustentável, com isso aponta a indústria da construção civil como o setor de atividade humanas que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva, gerando consideráveis impactos ambientais.

Além dos impactos relacionados ao consumo de matéria e energia, a construção civil é responsável pela geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Estima-se que mais de 50% dos resíduos sólidos gerados pelo conjunto de atividade humanas são provenientes da construção civil.

Segundo Agopyan e M.John (2011), desenvolver a economia atendendo as expectativas da sociedade, manter o ambiente sadio para a futuras gerações e inovar a construção civil com mudanças em todas suas atividades é imprescindível. Ainda assim culturalmente existe forte preconceito e elevado custo para o desenvolvimento de novas tecnologias.

"[...] A resposta ao desafio de fazer inovação no País não é simples, e os fatos demonstram que temos ainda um longo caminho a percorrer.". "O desafio é, na verdade, a busca de um equilíbrio entre proteção ambiental, justiça social e viabilidade econômica. Aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável é buscar, em cada atividade, formas de diminuir o impacto ambiental e de aumentar a justiça social dentro do orçamento disponível". (Agopyan e M John 2011 P. 23 e 8)

Segundo Agopyan e M.John (2011), os volumes crescente de produtos que já começam afetar os habitantes do planeta induz na variação do clima da terra que atualmente apresenta variações drásticas. Espera-se que o clima fique mais instável a cada fase, com maior frequência de eventos extremos, como chuvas torrenciais, com frequentes ocorrências, enchentes e secas prolongadas, eventos

que afetam os suprimentos de água e a geração de energia hidroelétrica, além do derretimento das geleiras, o que resultara em elevações do nível do mar e falta de água para grande parcela da população. Esses efeitos impactaram a agricultura, as cidades, a saúde da população e afeta todos os biomas naturais. Contudo é quase de senso comum que a construção em geral, e o uso dos edifícios em particular, tem grande contribuição para as mudanças climáticas. O IPCC aponta que os edifícios são a alternativa mais barata e mais efetiva para redução das emissões de CO₂ e, portanto, uma prioridade para mitigação. No geral estima-se que em nível global, o uso dos edifícios seja responsável por 25% das emissões de gases, incluindo emissões diretas, queima de combustíveis fósseis para fins de condicionamento ambiental, aquecimento de água e cozinha, e indiretas, emissões associadas à eletricidade adquirida por terceiros. Dentre outras fontes de emissões de gases do efeito estufa na Construção Civil, incluem-se as emissões de metano associadas a decomposição de matéria orgânica, como madeira, tintas, adesivos, asfalto e outros materiais de construção. Portanto é necessário reconhecer que desenvolver estratégias sustentáveis é de extrema importância e traz diversos benefícios ambientais, sociais e econômicos para o país.

"[...]. Quase a totalidade dos materiais industrializados passa por processos de calcinação cerâmicos, cimento, aço, vidro, alumínio e etc. " (Agopyan e M John 2011 P. 29)

A produção de quantidades significativas de resíduos de construção civil é um dos principais problemas enfrentados em áreas urbanas. Em alguns países europeus (Finlândia, Holanda, etc.), o volume de entulho produzido é o dobro do lixo sólido urbano (SJÖSTRÖM, 1992).

Dados levantados entre 1995 e 1997 em cinco cidades do interior de São Paulo indicam que a geração dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD) variava entre 54% e 70% dos Resíduos Sólidos Urbano (PINTO, 1999).

Na cidade de Salvador, por exemplo, os RCD representam cerca de metade dos resíduos sólidos urbanos e correspondem à geração diária de aproximadamente 2.000 toneladas (LIMPURB,2004).

O crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e a utilização de tecnologias inadequadas têm contribuído para que esta quantidade aumente cada vez mais.

Segundo SEBRAE/SENAI/GTZ (2006), no Brasil é incipiente a

quantidade de empresas de construção civil que fazem a gestão de resíduos em canteiros de obra e desenvolve ações planejadas para redução da geração de resíduos. A segregação, acondicionamento e disposição final qualificada dos resíduos ainda não são realizados de forma adequada e integrada às atividades produtivas do canteiro de obra. A criação e manutenção de parâmetros e procedimentos em obra para a gestão diferenciada dos resíduos são fundamentais para assegurar o descarte adequado. Estas ações, quando executadas amplamente por empresas do setor, promovem a minimização substancial dos impactos ambientais que a disposição inadequada dos resíduos gera e contribuem para evitar a necessidade de soluções emergenciais. A gestão corretiva é a situação típica da maioria dos municípios brasileiros, com ações de caráter não preventivo, repetitivo, custoso e, principalmente, ineficiente.

2. DESPERDÍCIOS DE MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Todos os setores da economia dependem de um fluxo constante de materiais, em um ciclo que começa na extração de matérias primas naturais, e segue em sucessivas etapas de transformações industriais, transporte, montagem, manutenção e desmontagem final.

Á medida que os materiais são produzidos, eles retornam no final como resíduos. Nesse sentido, convém inicialmente notar que o consumo excessivo de materiais pode ocorrer em diferentes fases do empreendimento (Tabela 1): concepção, execução ou utilização.

Tabela 1 – Diferentes fases de um empreendimento e a ocorrência de perdas de materiais

FASES	CONCEPÇÃO	EXECUÇÃO	UTILIZAÇÃO
Caracterização da perda	Diferença entre a quantidade de material previsto num projeto otimizado e a realmente necessária de acordo com o projeto idealizado	Diferença entre a quantidade prevista no projeto idealizado e a quantidade efetivamente consumida	Diferença entre a quantidade de material prevista para manutenção e a quantidade efetivamente consumida num certo período
Parcela de perdas	Material incorporado	Material incorporado e entulho	Material incorporado e entulho

Fonte: Agopyan et al (2003)

Segundo Agopyan et al (2003), pode-se citar, quanto à concepção, o caso de um projetista estrutural não explorar adequadamente os limites que o conhecimento atual permite e gerar, assim, uma estrutura com consumo de concreto por metro quadrado de obra muito elevado.

O mesmo pode ocorrer quando a definição do traço para a argamassa de contrapiso leva a um consumo desnecessariamente alto de cimento.

No caso da execução, são várias as fontes de perdas possíveis: no recebimento, o material pode ser entregue em uma quantidade menor que a solicitada; blocos estocados inadequadamente estão sujeitos a serem quebrados mais facilmente; o concreto, transportado por equipamentos e trajetos inadequados, pode cair pelo caminho; a não obediência ao traço correto da argamassa pode implicar sobre consumos na dosagem; o processo tradicional de aplicação de gesso pode gerar uma grande quantidade de material endurecido não utilizado.

No caso da fase de utilização do empreendimento, por exemplo, a repintura precoce de uma fachada pode representar um consumo de tinta maior que o esperado. Convém, portanto, ao se discutirem perdas de materiais, entender qual a abrangência em que essas perdas serão abordadas.

Segundo Cesare, et al (1996), perdas na construção civil é, com frequência associado unicamente aos desperdícios de materiais. No entanto, as perdas estendem-se além deste conceito e devem ser entendidas como qualquer ineficiência que se reflita no uso de equipamentos, materiais, mão de obra e capital em quantidades superiores às necessárias a produção da edificação.

Neste caso, as perdas englobam tanto a ocorrência de desperdícios de materiais quanto a execução de tarefas desnecessárias que geram custos adicionais e não agregam valor. Tais perdas são consequência de um processo de baixa qualidade, que traz como resultado não só uma elevação de custos, mas também um produto final de qualidade deficiente.

Segundo Shingo (1981), alguns tipos de perdas ou desperdícios são identificados na construção civil:

(a) Perdas por superprodução: refere-se às perdas que ocorrem devido à produção em quantidades superiores às necessárias, como, por exemplo: produção de argamassa em quantidade superior à necessária para um dia de trabalho, excesso de espessura de lajes de concreto armado.

(b) Perdas por substituição: decorrem da utilização de um material de valor ou características de desempenho superiores ao especificado, tais como: utilização de argamassa com traços de maior resistência que a especificada, utilização de tijolos maciços no lugar de blocos cerâmicos furados.

(c) Perdas por espera: relacionadas com a sincronização e o nivelamento do fluxos de materiais e as atividades dos trabalhadores. Podem envolver tanto perdas de mão de obra quanto de equipamentos, como, por exemplo, paradas nos serviços originadas por falta de disponibilidade de equipamentos ou de materiais.

(d) Perdas por transporte: as perdas por transporte estão associadas ao manuseio excessivo ou inadequado dos materiais e componentes em função de uma má programação das atividades ou de um layout ineficiente, como, por exemplo: tempo excessivo despendido em transporte devido a grandes distâncias entre estoques e o guincho, quebra de materiais devido ao seu duplo manuseio ou ao uso de equipamento de transporte inadequado.

(e) Perdas no processamento em si: têm origem na própria natureza das atividades do processo ou na execução inadequada dos mesmos. Decorrem da falta de procedimentos padronizados e ineficiências nos métodos de trabalho, da falta de treinamento da mão de obra ou de deficiências no detalhamento e construtividade dos projetos. São exemplos deste tipo de perdas: quebra de paredes rebocadas para viabilizar a execução das instalações; quebra manual de blocos devido à falta de meios-blocos.

(f) Perdas nos estoques: estão associadas à existência de estoques excessivos, em função da programação inadequada na entrega dos materiais ou de erros na orçamentação, podendo gerar situações de falta de locais adequados para a deposição dos mesmos. Também decorrem da falta de cuidados no armazenamento dos materiais. Podem resultar tanto em perdas de materiais quanto de capital, como por exemplo: custo financeiro dos estoques, deterioração do cimento devido ao armazenamento em contato com o solo e ou em pilhas muito altas.

(g) Perdas no movimento: decorrem da realização de movimentos desnecessários por parte dos trabalhadores, durante a execução das suas atividades e podem ser geradas por frentes de trabalho afastadas e de difícil acesso, falta de estudo de layout do canteiro e do posto de trabalho, falta de equipamentos

adequados, etc. São exemplos deste tipo de perda: tempo excessivo de movimentação entre postos de trabalho devido à falta de programação de uma sequência adequada de atividades; esforço excessivo do trabalhador em função de condições ergonômicas desfavoráveis.

(h) Perdas pela elaboração de produtos defeituosos: ocorrem quando são fabricados produtos que não atendem aos requisitos de qualidade especificados. Geralmente, originam-se da ausência de integração entre o projeto e a execução, das deficiências do planejamento e controle do processo produtivo; da utilização de materiais defeituosos e da falta de treinamento dos operários. Resultam em retrabalhos ou em redução do desempenho do produto final, como, por exemplo: falhas nas impermeabilizações e pinturas, descolamento de azulejos.

(i) Outras: existem ainda tipos de perdas de natureza diferente dos anteriores, tais como roubo, vandalismo, acidentes, etc.

As perdas mencionadas em geral ocorrem e podem ser identificadas durante a etapa de produção.

Contudo, sua origem pode estar tanto no próprio processo de produção quanto nos processos que o antecedem como fabricação de materiais, preparação dos recursos humanos, projeto, suprimentos e planejamento

3. ATERROS PARA RESÍDUOS INERTES E LEGISLAÇÃO

Segundo André Nagali (2014), a construção civil é uma grande geradora de resíduos. O gerenciamento dos resíduos da construção civil tem por intuito assegurar a correta gestão dos resíduos durante as atividades cotidianas de execução das obras e dos serviços de engenharia. Ele se fundamenta essencialmente nas estratégias de não geração, minimização, reutilização, reciclagem e descarte adequado dos resíduos sólidos primando pelas estratégias de redução da geração de resíduos na fonte.

Esse assunto vem ganhando importância e destaque no cenário nacional, especialmente pela aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, que regulamentou o setor, impondo diversas obrigações aos governantes e as corporações buscando sempre a qualidade produtiva, da segurança e ambiental em todas as obras.

Assim, o gerenciamento de resíduos deve atuar como um conjunto de ações operacionais que buscam minimizar a geração de resíduos em um empreendimento ou atividade. Usualmente estruturado por meio de um programa ou plano, costuma abranger conteúdos relacionados a seu planejamento, delimitação e delegação de responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos (materiais humanos, financeiros temporais etc.), atividades de capacitação e treinamento, diagnóstico e/ou prognóstico de resíduos.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo NBR 15113 (ABNT,2004^a), para os efeitos desta norma, aplicam-se as seguintes definições, respeitando o disposto na Resolução Conama nº 307:

Resíduos da construção civil: Resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Resíduos classe III – Inertes: Resíduos que, quando amostrados de forma representativa, segundo ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato estático ou dinâmico com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente, conforme ensaio de solubilização, segundo ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, conforme Portaria Nº 1469 do Ministério da Saúde e Resolução CONAMA Nº 20, excetuando-se os padrões de aspecto, cor, turbidez e sabor.

Aterro de resíduos da construção civil e de resíduos inertes: Área onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil classe A, conforme classificação da Resolução CONAMA nº 307, e resíduos inertes no solo, visando a reservação de materiais segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia para

confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

Área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT): Área destinada ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados, eventual transformação e posterior remoção para destinação adequada, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

Reservação de resíduos: Processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura.

Sistema de monitoramento de águas subterrâneas: Rede de poços implantada para permitir a avaliação de possíveis influências do líquido percolado do aterro na qualidade das águas subterrâneas, conforme a ABNT NBR 13895.

Controle de transporte de resíduos (CTR): Documento emitido pelo transportador de resíduos que fornece informações sobre: gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, conforme diretrizes

5. ANÁLISE DE DADOS

Conforme a realização da pesquisa foi revelada que a disposição dos resíduos de construção civil em sua grande maioria embora seja feita seguindo as normas e especificações, não é totalmente aproveitada. Segundo André Luiz Zaninelo (proprietário do Aterro de RCD ANDRE LUIZ ZANINELO & CIA LTDA), ainda há o desperdício de materiais e parte dos resíduos de construção que deveriam ser coletados são despostos em locais irregulares. Devido à quantidade de exigências e custos que os aterros que contem licença de operação enfrentam, se torna árduo a execução do trabalho, onde também, os usuários das caçambas optam por contratar os serviços de aterros irregulares por ter um preço mais acessível em comparação aos aterros licenciados. Particularidade que dificulta o descarte apropriado dos materiais de construção civil e ao mesmo tempo gera impacto ambiental e social.

Já no início do levantamento de dados foi notado como é dado o tratamento dos resíduos no aterro, onde de imediato é recebido os resíduos onde é

feito uma identificação dos tipos de resíduos possivelmente gerados em cada coleta, sendo assim visto na tabela a seguir alguns exemplos:

Tabela 2 – Tratamentos dos resíduos nos aterros

Limpeza do terreno	Solos, rochas, vegetação, galhos
Montagem do canteiro	Blocos cerâmicos, concreto
Fundações Superestrutura	Solos Rochas Concreto Madeiras Sucatas de ferros e formas plásticas
Alvenaria	Blocos cerâmicos, blocos de concreto, argamassa, papel e plásticos
Instalações hidrossanitárias Instalações elétricas	PVC, blocos cerâmicos, conduites, mangueiras, fios de cobre.
Revestimentos	Argamassa, pisos e azulejos cerâmicos, piso laminado de madeira, papel, papelão, plásticos
Forro de gesso	Placas de gesso acartonado
Pinturas e Coberturas	Tintas, seladoras, vernizes, texturas, madeiras, cacos de telha

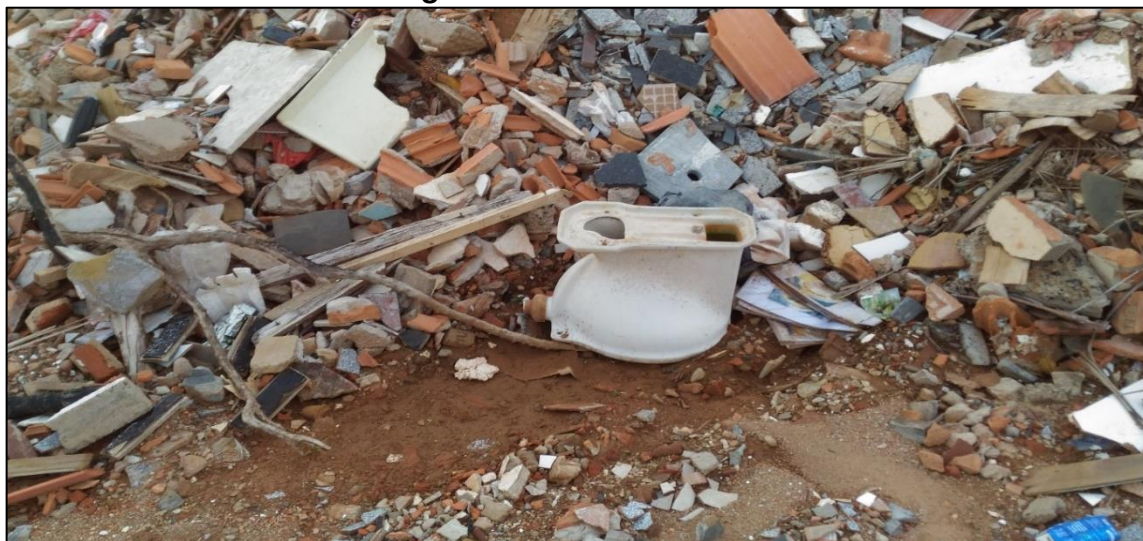
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1 – Argamassa, pisos e azulejos cerâmicos, piso laminado de madeira, papel, papelão, plásticos



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Revestimentos



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 3 – Estruturas de concreto, pilares e armaduras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4 – Cacos de telha



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5 – Madeiras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5 – Madeiras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o recebimento do material foi feito a triagem dos materiais. Para que um material preserve as características adequadas á reciclagem, deve-se ter o máximo cuidado que ele não se misture com outros insumos. Para garantir o sucesso dessa etapa, os resíduos de construção civil devem ser separados logo no local onde foram gerados, ou na descarga em um terreno plano e concretado da empresa coletora.

Segundo Pinto (2005,p.15), para a eficácia da etapa de triagem, os funcionários devem receber treinamento adequado a respeito do transporte e separação adequada, a partir da correta utilização dos equipamentos adquiridos para esses serviços. Um acessório indispensável para essa etapa é a etiqueta que identifica o tipo de resíduo que deve ser depositado no local onde ela estiver fixada. Como no Exemplo da figura abaixo:

Figura 6 – Etiquetas dos tipos de resíduos



Fonte: PINTO, 2005, p. 34

No caso do aterro estudado, esse procedimento é realizado de forma manual, por catação e sem identificação por meio de etiquetas ou outros métodos, os resíduos são separados e colocados em locais diferentes do aterro sem nenhum tipo de procedimento adotado.

As expectativas futuras é que seja possível adotar procedimentos eficientes na coleta e triagem dos resíduos e também além de efetuar a coleta dos resíduos provenientes da construção civil, que seja possível ao mesmo tempo desenvolver processos de reciclagem de materiais específicos como blocos de concreto, armaduras, madeira de demolição e entre outros para obtenção de uma matéria prima para outros fins produtivos ao invés de serem aterrados sem maior finalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste trabalho, foi notado os aterros e efetuado a pesquisa no aterro ANDRE LUIZ ZANINELO & CIA LTDA, onde ao decorrer do trabalho ficou possível compreender a situação atual dos aterros, sendo sua capacidade total de trabalho e dificuldades que enfrentam no momento.

No caso do aterro estudado, foi verificado que está em 90% de sua capacidade total de operação, demonstrando que já se encontra no fim de sua vida útil.

O aterro atende as necessidades padrões de seu serviço, com disposição média anual de 15.000m³ sendo assim, eficiente na coleta dos resíduos de construção civil e no processo de disposição.

Além do mais o aterro segue as exigências técnicas, tomando as providências e precauções necessárias para evitar situações de risco como: o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em vias públicas, emissão de substâncias odoríferas e material particulado na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento, queima de resíduos de qualquer natureza na área do empreendimento.

O aterro atende também com o sistema de drenagem de águas pluviais para garantir o escoamento adequado e apresenta relatórios anuais das águas subterrâneas.

Contudo, embora o aterro atenda as exigências técnicas estabelecidas pela ABNT e CETESB, há diversas oportunidades de aprimoramento do empreendimento e investimentos futuros para que torne os processos de coleta, armazenamento e reciclagem mais eficientes e de certa forma possibilitar o desenvolvimento da empresa.

O aterro apresenta diversas oportunidades de melhoria, como por exemplo no processo de separação dos resíduos, como, implantar um método de separação com triagem adequada dos materiais, identificação e armazenamento em locais específicos para cada resíduo. Com essa implementação se triagem e armazenamento, é possível também promover a reciclagem desses materiais como blocos de concreto, armaduras, madeira de demolição e entre outros para obtenção de uma matéria prima para outros fins produtivos ao invés de serem aterrados sem maior finalidade.

Por fim, embora o aterro esteja no fim de sua vida útil, há projetos de continuação em novos terrenos e assim demonstra que há possibilidade de implantar processos que vão melhorar a situação do aterro e do empreendimento. Ao mesmo tempo a prefeitura e os órgãos responsáveis por fiscalização, devem fornecer apoio para reduzir a quantidade de aterros clandestinos para que seja viável os investimentos.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15113:2004. **resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – aterros – diretrizes para projeto, implantação e operação**. 2004

Pandolfo, Fernanda. **proposta de projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil para um empreendimento localizado em porto alegre**. Porto Alegre – RS 2012

Carlos T. Formoso.; Elvira M. V. Lantelme.; Elvira M. V. Lantelme. ; Lucio Soibelman . **as perdas na construção civil: conceitos, classificações e seu papel na melhoria do setor**. Porto Alegre – RS 1996

SHINGO, S. **A study of Toyota production system from an industrial engineering viewpoint**. Toquio, Japan. Management Association, 1981.

JOHN, VM & ZORDAN SE.2001. **Research & development methodology for recycling residues as building materials**.

JOHN, VM, AGOPYAN V. & SJÖSTRÖM C.2001.**on agenda 21 for latin america and caribbean constrbusiness – a perspective from brazil, paper accepted by building research and information**.

JOHN, VM, KRAAYENBRINK, EA., VAN WAMELN, J. 1996, **Upgradeability: an added dimension to performance evaluation**. Int. Symp. Applications of Performance Concept in Building CIB, v.2

AGOPYAN V, Souza U, Paliari J, Andrade A. **alternativas para redução do desperdício de materiais nos canteiros de obra**. Porto Alegre, 2003

JOHN, VM, AGOPYAN V, N.M. N. Sato, SJÖSTRÖM C. **Durabilidade e Sustentabilidade: Desafios para a Construção Civil Brasileira**. São Paulo

AGOPYAN V, Souza U, Paliari J, Andrade A. **Diagnóstico e combate à geração de resíduos na produção de obras de construção de edifícios: uma abordagem progressiva**. Porto Alegre, 2004.

Nagalli, André. **Gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

ESTUDO PRÁTICO SOBRE CARACTERÍSTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BANCOS DE DADOS NOSQL E RELACIONAL

CHIARELO, Gabriel Borges – Uni-FACEF
PEREIRA, Larissa Aparecida Malta – Uni-FACEF
NETO, Geraldo Henrique – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O armazenamento de dados por meio computacional expressa a necessidade do ser humano em conservar, de maneira duradoura e segura, valores relevantes ao seu desenvolvimento em sociedade.

Nesse aspecto, mostram-se evidentes os bancos de dados por serem repositórios com a premissa de armazenar por longos períodos quantidades significativas de dados.

Nesse sentido, o constante aperfeiçoamento da tecnologia e a diminuição de preços foram alguns dos fatores que proporcionaram maiores facilidades ao acesso à informação, aumentando consideravelmente a quantidade de dados de múltiplas formas.

Sites especializados em comércio eletrônico, transações bancárias, compartilhamento de vídeos e redes sociais são alguns exemplos de sistemas que recebem diariamente expressivas coleções de informações.

Essa situação carrega a necessidade da construção de múltiplos segmentos de tecnologias visando oferecer outras opções ou maiores facilidades ao usuário, absorvendo suas preferências frequentes, apresentando escolhas relacionadas ao tema, entre outras opções.

Tal ação é diretamente relacionada com o fato de que o desenvolvimento humano necessita cada vez mais de recursos para armazenar diferentes tipos de valores, igualmente complexos de serem armazenados, sendo por vezes necessário a adoção de bancos de dados não convencionais.

Assim, a questão problema percorre a seguinte dúvida: como selecionar a tecnologia ideal de armazenamento de dados? A solução se volta para realização de um CRUD (*Create Read Update Delete*) em um banco convencional e outro não convencional, a fim de realizar comparações em cada cenário e posterior análise.

A motivação da pesquisa deriva da necessidade em compreender a capacidade de bancos de dados convencionais e não convencionais em determinados cenários, auxiliando no conhecimento e uso consciente na escolha da tecnologia, para que exista um alinhamento entre a tecnologia adotada e o contexto existente.

O objetivo do projeto é estudar as características de implementação em cenários propícios para bancos de dados não convencionais como Neo4j, Redis, MongoDB e Cassandra, quando comparados a um banco de dados relacional como PostgreSQL.

O capítulo 2 trata dos principais conceitos de sistemas de informação de banco de dados, percorrendo assuntos como dados, informação, dados não convencionais, características de um sistema gerenciador de banco de dados, bem como suas aplicações. No terceiro capítulo, observa-se aspectos relacionados a modelos de dados pré relacionais, como: modelo hierárquico e modelo em rede.

O capítulo seguinte discorre sobre modelo de dados pós-relacionais, modelo objeto-relacional e, dentro do tema modelo orientado a objetos é estudado: objeto, classe, herança, polimorfismo, encapsulamento. Além disso, há comentários acerca do modelo temporal. No capítulo 5, é abordado os principais bancos de dados convencionais, a saber: PostgreSQL, Oracle, MySQL e SQL Server.

No tópico 6, são apresentados os principais bancos de dados não-convencionais e seus segmentos, tais como: documento com MongoDB, chave e valor com Redis, família de colunas com Cassandra e grafos sendo representado pelo Neo4j. Além disso, há estudo de persistência, complexidade de objetos, transações e consultas.

No capítulo seguinte, é mostrado a metodologia adotada, os sistemas gerenciadores escolhidos, além de aspectos do cenário prático selecionados para cada banco de dados não convencional comparado a um convencional.

O capítulo 8 abarca os resultados e discussões obtidos, percorrendo em cada cenário adotado as características apresentadas com cada modelo de dados,

Finalmente, as considerações finais buscam discorrer sobre dificuldades encontradas e resultados obtidos.

2. PRINCIPAIS CONCEITOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE BANCO DE DADOS

O objetivo da seção é apresentar características fundamentais sobre Sistemas de Informação de Banco de Dados, tais como: dados, informação, dados não convencionais, natureza de um SGBD (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados), bem como suas respectivas aplicações.

2.1. Dados

Uma breve análise na literatura dentro do campo da tecnologia, resulta no encontro de imensuráveis termos que são agrupados e apresentados com um sentido único.

Em algumas situações, é necessário desassociá-los e apresentar suas definições específicas. Estão nesse contexto as palavras: dado e informação.

Dados, de acordo com Laudon e Laudon (2010, p.12):

Dados [...] são sequências de fatos ainda não analisados, representativos de eventos que ocorrem nas organizações ou no ambiente físico, antes de terem sido organizados e arranjados de uma forma que as pessoas possam entendê-los e usá-los.

Define-se também dado como “uma unidade básica de informação” (PUGA; FRANÇA; GOYA, 2014, p.17).

Um dado, portanto, é todo símbolo que não projeta uma comunicação efetiva, uma vez que, encontra-se isolado de um contexto adequado.

Assim, pode-se considerar que letras do alfabeto, fotos, figuras, sons gravados são dados (SETZER, 2001, p.2).

[...] o dado é o registro de um evento. Um evento pode ser registrado de diversas maneiras, gerando, assim, diversos dados. Tomemos como exemplo a compra de um aparelho de televisão. A partir desse evento, os dados que podem ser gerados são: quando a compra foi feita; em que loja ela aconteceu; quanto foi pago pelo aparelho; como foi feito o pagamento; que modelo de TV o cliente levou; etc. Isolados em si, esses dados não dizem nada sobre as razões pelas quais o cliente escolheu aquela loja para efetuar a compra, ou por que ele levou determinado aparelho e não outro. Eles também não informam se o cliente foi bem atendido ou não, se ele voltaria à loja, se compraria outro produto da mesma marca da televisão. Ou seja, questões importantes relacionadas a áreas como marketing, logística e produção, por exemplo (CARVALHO, 2012, p.6).

Por mais frutífero que seja a extração dos dados, tal operação, principalmente no meio computacional, não ocorre de forma espontânea, como discorre Setzer (2001, p.2):

O processamento de dados em um computador limita-se exclusivamente a manipulações estruturais dos mesmos, e é feito por meio de programas. Estes são sempre funções matemáticas, e portanto também são “dados”. Exemplos dessas manipulações nos casos de textos são a formatação, a ordenação, a comparação com outros textos, estatísticas de palavras empregadas e seu entorno etc.

Dados existem em inumeráveis cenários e situações. No sentido computacional, são recebidos por ferramentas de entrada, tais como: teclado, *headset*, *mouse*, entre outras.

Em seguida, são processados para que seu símbolo seja abstraído ou conduzido a um contexto específico. A isso, denomina-se informação.

2.2. Informação

A informação apresenta dados com significado, proporcionando uma compreensão mais eficiente sobre tal.

Os sistemas de informação contêm informações sobre pessoas, locais e itens significativos para a organização ou para o ambiente que os cerca. No caso, informação quer dizer dados apresentados em uma forma significativa e útil para os seres humanos (LAUDON; LAUDON, 2010, p. 12).

O conceito de informação desenvolve a característica principal de dados, trazendo significado a um valor que anteriormente possuía apenas papel representativo.

Como comenta Setzer (2001, p.3):

Uma distinção fundamental entre dado e informação é que o primeiro é puramente sintático e a segunda contém necessariamente *semântica* (implícita nas palavras “significativo” e “significação” usada em sua caracterização).

Para Puga, França e Goya, (2014, p.18) “[...] a informação representa um conjunto de dados associados a um contexto, de maneira que seja possível interpretá-la e analisá-la para produzir conhecimento. ”

A informação, portanto, é um conjunto de dados que se situa dentro de um contexto. De maneira semelhante ocorre quando um evento específico como “chuva” acontece, não apresentando aparentemente sentido relevante. Entretanto, acrescentando outros valores como local (São Paulo) e horário (16:00), uma pessoa

que se encontra no ambiente profissional poderá, ciente desses dados, formular estratégias para que o evento climático não se torne um empecilho no retorno ao domicílio (CARVALHO, 2012, p.7).

Um conjunto de dados, no entanto, pode não passar de um acúmulo de coisas sem significado. Isso porque, diferentemente da chuva, o significado não é um fenômeno da natureza que simplesmente acontece. É preciso a implicação de pelo menos um sujeito para que o conjunto de dados seja coordenado de forma significativa (CARVALHO, 2012, p.7).

Sendo assim, a informação do evento climático possibilita um melhor planejamento a fim de que as dificuldades pela pessoa que esteja no ambiente profissional sejam minimizadas ou dissolvidas.

A significação que carrega a informação não é destinada a compreensão de apenas um personagem em questão. De modo igual afirma Carvalho (2012, p.7):

Apesar de, como dissemos, conter uma determinada carga subjetiva, a informação não pode ser algo decifrável apenas por um sujeito específico. Ao contrário, ela deve poder ser codificada de diversas maneiras (como um e-mail, um enunciado verbal, uma placa etc.); ou seja, ela deve ser tangível para um grupo de pessoas, podendo ser acumulada, processada e compartilhada.

A informação é formada por dados, não sendo assim salva e sim processada, na qual o conjunto de dados que a forma é diversificado, independente se forem estruturados, como cada valor que aparece disposto em uma coluna de uma tabela, ou não estruturados, como apresentam-se arquivos do tipo *word*, vídeo entre outros.

Contudo, Setzer (2001, p.3) ressalta:

[...] Mas, atenção, o que é armazenado na máquina não é a informação, mas a sua representação em forma de dados. Essa representação pode ser transformada pela máquina, como na formatação de um texto, o que seria uma transformação sintática. A máquina não pode mudar o significado a partir deste, já que ele depende de uma pessoa que possui a informação.

Outro ponto a ser observando reside nas quantidades expressivas de informações que se manifestam nas organizações, já que essas se encontram normalmente espalhadas entre os diversos tipos de ferramentas, entre elas pode-se citar a gravação em formulários eletrônicos comuns como planilhas ou em um sistema gerenciador de banco de dados relacional, de forma que possibilite seu processamento e descoberta de padrões, tendências e algo que seja de sensível valor para a estratégia da empresa

Segundo Carvalho (2012, p.8):

[...] O importante é a qualidade da informação, ou seja, seu significado. O que realmente pesa nesse caso é a utilidade da informação. Em geral, as perguntas são assim: “Essa informação vai me ajudar a encontrar uma solução ou a tomar alguma decisão? “. “O que meu subordinado ou meu superior precisam saber? “. “Isso é relevante? “. etc.

Em vista disso, dados e informação são conceitos próximos, complementares, mas portam definições relevantes e distintas, cujo significado prático auxilia o funcionamento diário de múltiplas organizações diariamente.

De forma semelhante pode-se exemplificar esses conceitos ao compará-los com a água, já que as moléculas que a constituem se assemelham aos dados.

Os dados formam a informação assim como as moléculas unidas umas às outras formam a água.

2.3. Dados Não Convencionais

Através da popularização do uso computacional, constata-se de maneira clara o crescimento de dados através dos anos.

O crescimento em questão não se restringe apenas ao aumento de dados. Comumente denominados de dados não convencionais também surgiram e passaram a ser amplamente utilizados.

Entre esses tipos de dados, há diferenças que necessitam de ressalva, já que os dados estruturados se organizam em linhas e colunas e são normalmente localizados em banco de dados relacionais. Os dados estruturados são eficientes quanto a recuperação e processamento (SANTOS; FERREIRA, 2014).

Por outro lado, os dados não estruturados situam-se como valores que não podem ser organizados em linhas em colunas, a exemplos: vídeos, comentários em redes sociais e e-mails. No geral, esses tipos de dados são de acesso e recuperação complexos, dispendo diversas vezes de componentes relevantes para identificação de tipo de processamento e interpretação, tornando o seu uso um desafio, sobretudo para aplicativos empresariais (SANTOS; FERREIRA, 2014).

Como exemplifica Freccia (2012), “entende-se que dados não estruturados são aqueles dados provenientes de documentos no formato doc, docx, ppt, pdf, avi, XML, HTML, entre uma infinidade de outros formatos. ”

Quando se discorre sobre dados não estruturados não significa que eles deixaram de serem analisados por uma equipe que iria organizar ou estruturar

os dados, em verdade o propósito é que eles sejam estruturas diferentes, para que o seu objetivo seja alcançado.

Como um exemplo, o *software Write*, que é um editor de textos, manipula dados que não estão na forma estruturada, como se encontra nos modelos relacionais, e assim conecta-se ao seu propósito, já que a necessidade desse segmento de tecnologia abraça dados não convencionas.

Outro exemplo são as redes sociais como *Twiter* ou *Facebook* que estruturaram seus dados antes de disponibilizar a rede social. Esse passo foi tomado a fim de atingir seu objetivo: disponibilizar uma ferramenta na qual pode-se compartilhar conteúdos diferentes (vídeo, arquivo de texto, planilha, imagem, *link*, etc.), comentar, entre outras ações. Se fossem estruturar esses tipos de dados nos mínimos detalhes, como de um sistema de gestão empresarial relativamente comum, redes sociais poderiam não alcançar uma meta satisfatória, já que para publicar tantos recursos textuais quanto visuais a complexidade na operação traria resistência à rede social.

Quando se analisa a diferença entre os tipos de dados mencionados constata-se também que, dados considerados estruturados são comumente projetados por um DBA (Administrador de Banco de Dados) ou AD (Administrador de Dados), os quais examinam o plano e organizam, estruturam os dados, de forma a tornar possível extrair a maior quantidade de informação referente ao projeto, empresa, cliente ou domínio, com o intuito de conseguir obter conhecimento para tomar uma decisão efetiva.

“Grande parte dos dados digitais gerados atualmente, principalmente através de mídias sociais, os quais vêm despertando o interesse das organizações para serem usados como estratégias de negócio, são do tipo não estruturados ” (SANTOS; FERREIRA, 2014, online).

Visto isso, é possível observar de maneira quantificada o volume crescente de dados não estruturados.

Segundo estudos da Microsoft, cerca de 80% dos dados atualmente presentes no mundo da informação não estão armazenados em bases de dados, ou seja, a grande maioria destes dados não está estruturada (FRECCIA, 2012).

Com o advento de múltiplos meios para inserir dados evidentemente diversos, é de particular valor conseguir obter informações relevantes através

desses dados dispersos, uma vez que o conhecimento promovido é diretamente relacionado a tomada de decisões eficazes.

Observando a necessidade crescente de armazenar, manipular e analisar de forma rápida e inteligente grandes volumes de dados não estruturados, foram desenvolvidos múltiplos conceitos, como por exemplo o *Big Data*, que é uma tecnologia emergente que possibilita manipular dados estruturados e não estruturados de maneira rápida e efetiva (FRECCIA, 2012).

Assim, observa-se nesse cenário relevantes elementos como *Bigdata* e *Fastdata*, visto que são tecnologias que utilizam significativas quantidades de dados não estruturados, e até mesmo estruturados, para conseguir obter alguma informação valiosa e tomar decisões eficientes aperfeiçoamentos.

2.4. Características de um Sgbd

Banco de dados possuem relevância ímpar no que diz respeito a armazenamento de volumes expressivos de dados em uso contínuo pela sociedade. De maneira semelhante, acrescenta Cristina (2009, online):

Em tempos remotos, pensar em forma de armazenamento era pensar em dados organizados em coleções logicamente relacionadas compondo arquivos. Contudo, mesmo com a separação física de programas e dados, toda a gerência destes dados ainda ficava embutida no código-fonte dos programas.

A evolução ocorreu na década de 60 com o surgimento dos sistemas de bancos de dados, reunindo num só lugar todas as funções necessárias à localização e manipulação dos dados, tornando-se uma camada lógica entre a aplicação e os dados propriamente ditos.

Assim como observa Elmasri e Navathe (2011, p.2):

Os bancos de dados e sua tecnologia tem um impacto importante sobre o uso crescente dos computadores. É correto afirmar que os bancos de dados desempenham um papel crítico em quase todas as áreas em que os computadores são usados, incluindo negócios, comércio eletrônico, engenharia, medicina, genética, direito, educação e biblioteconomia.

Assim sendo, um banco de dados possibilita armazenamento e manutenção de forma manual ou computadorizada, como um catálogo de cartão de biblioteca é um banco de dados que pode ser criado e mantido manualmente. Pela segunda maneira, o banco de dados pode ser criado e mantido por um grupo de programas de aplicação escritos especificamente para essa tarefa ou por um sistema gerenciador de banco de dados (ELMASRI; NAVATHE, 2011 p.3).

Toda a gerência de um banco de dados fica a cargo de um *software* específico, denominado Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados, ou simplesmente SGBD (KAWATA, 2015).

Nesse ponto, ressalta-se o uso de sistemas gerenciadores de banco de dados, ferramenta que Elmasri e Navathe (2011, p.4) definem da seguinte forma:

Um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD – *Database Management System*) é uma coleção de programas que permite aos usuários criar e manter um banco de dados. O SGBD é, um *sistema de software de uso geral* que facilita o processo de *definição, construção, manipulação e compartilhamento* de bancos de dados entre vários usuários e aplicações.

Definição, construção, manipulação e compartilhamento são um conjunto de conceitos que apresentam funcionalidades presentes em um sistema gerenciador de banco de dados.

Definir um banco de dados envolve especificar os tipos, estruturas e restrições dos dados a serem armazenados. A definição ou informação descritiva do banco de dados também é armazenada pelo SGBD na forma de um catálogo ou dicionário, chamado de metadados. A construção do banco de dados é o processo de armazenar os dados em algum meio controlado pelo SGBD. A manipulação de um banco de dados inclui funções como consulta ao banco de dados para recuperar dados específicos, atualização do banco de dados para refletir mudanças no minimundo e geração de relatórios com base nos dados. O compartilhamento de um banco de dados permite que diversos usuários e programas acessem-no simultaneamente (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.4).

Uma das principais vantagens do SGBD é facilitar a vida do desenvolvedor, visto que anteriormente era preciso criar sistemas do tipo arquivos para gravar os dados do sistema.

Outra necessidade comum era realizar diversas consistências, como controlar a concorrência de leitura e escrita aos arquivos, assumindo precauções para nada ser sobrescrito ou apagado indevidamente.

Não havia uma padronização de como armazenar os dados, cada desenvolvedor fazia segundo a sua maneira. Um sistema de arquivos torna-se muito mais vulnerável ao acesso não permitido aos dados, o qual exigia do desenvolvedor uma maior preocupação com o controle, além das falhas de *hardware* ou perda de dados, causando arquivos corrompidos.

Os SGBD trouxeram uma relevante gama de recursos satisfatórios, bem como as propriedades ACID (atomicidade, consistência, isolamento e

durabilidade), principalmente implementadas nos SGBD-R (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados Relacionais). Outros gêneros de sistemas gerenciadores de banco de dados implementaram conceitos individuais dessas características, já que em cada SGBD há uma parametrização diferente, a fim de atingir seu objetivo específico.

Assim complementa Laudon e Laudon (2010, p.150), “um DBMS possui recursos e ferramentas para organizar, administrar e acessar os dados do banco de dados. Os mais importantes são o recurso de definição de dados, o dicionário de dados e a manipulação de dados. ”

Necessário ressaltar as ferramentas para acesso e manipulação de informações em banco de dados, já que muitos SGBDs possuem uma linguagem especializada, denominada linguagem de manipulação de dados, que é usada para acrescentar, alterar, apagar e recuperar dados do banco de dados (LAUDON; LAUDON, 2010, p.152).

A linguagem em questão, denominada SQL (*Structured Query Language*), contém comandos que possibilitam aos usuários finais e especialistas em programação extrair dados do banco de dados para satisfazer requisições de informações e desenvolver aplicações (LAUDON; LAUDON, 2010, p.152).

Além disso, os SGBD-R comumente adotam o uso de normalização que, de acordo com Melo (2011, online), “Normalização é um processo a partir do qual se aplicam regras a todas as tabelas do banco de dados com o objetivo de evitar falhas no projeto, como redundância de dados e mistura de diferentes assuntos numa mesma tabela”.

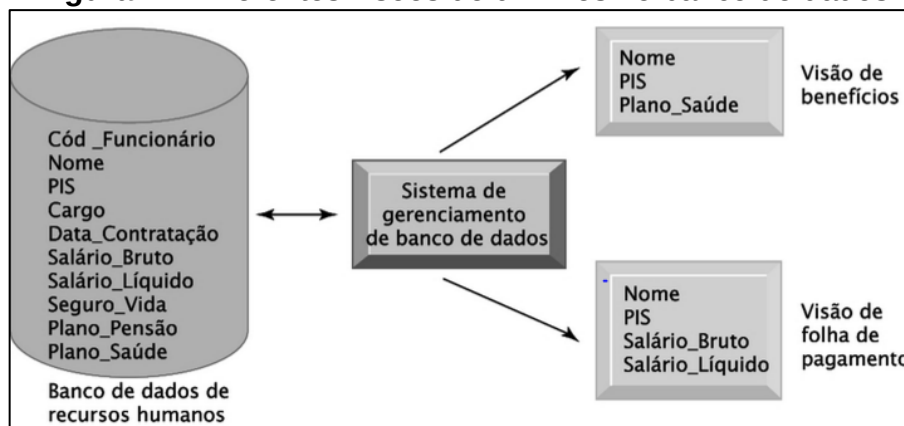
Pontua-se também os recursos que o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (ou DBMS, acrônimo para *Database Management System*) possui para facilitar usuários diferentes a manipular os dados, separando-os por visões.

O DBMS livra o programador ou o usuário final da tarefa de entender onde e como os dados estão realmente armazenados, separando as visões lógica e física dos dados. A *visão lógica* apresenta os dados tais como seriam vistos por usuários ou especialistas da empresa, ao passo que a *visão física* mostra como eles estão realmente organizados e estruturados nos meios de armazenamento físico, como um disco rígido (LAUDON; LAUDON, 2010, p. 150).

A Figura 1 exemplifica a multiplicidade de visões que podem surgir de um repositório comum, facultando a recuperação de informações para contextos

específicos, como uma visão de benefícios para um usuário especialista e outra para um funcionário de um departamento que necessita analisar a folha de pagamentos.

Figura 1 – Diferentes visões de um mesmo banco de dados



Fonte: Laudon e Laudon, 2010, p.150.

Além disso, é de interesse comum que as ferramentas responsáveis pela definição, construção, manipulação e compartilhamento de dados sejam estáveis e seguras, uma vez que a essência de qualquer organização ou entidade estão armazenados ali.

De acordo com Sadalage e Fowler (2013, p. 13):

Os dados de uma organização perduram muito mais tempo do que seus programas (pelo menos é isso que as pessoas dizem, mas temos visto muitos programas bastante antigos por aí). É importante termos um armazenamento de dados estável que seja bem compreendido e que possa ser acessado de muitas plataformas de programação de aplicativos.

Por isso, um SGBD possibilita a proteção e manutenção de um banco de dados, a fim de facilitar um pleno desenvolvimento organizacional.

Outras funções importantes fornecidas pelo SGBD incluem *proteção* do banco de dados e sua *manutenção* por um longo período. A proteção inclui *proteção do sistema* contra defeitos (ou falhas) de *hardware* ou *software* e *proteção de segurança* contra acesso não autorizado ou malicioso. Um banco de dados grande pode ter um ciclo de vida de muitos anos, de modo que o SGBD precisa ser capaz de manter o sistema, permitindo que ele evolua à medida que os requisitos mudam com o tempo (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.4).

2.5. Aplicações

A aplicação do banco de dados atualmente projeta-se de maneira quase imensurável, uma vez que múltiplas são as áreas, instituições e organizações que o adotam como repositório para valores, dada suas características favoráveis e possibilidades de manipulação.

Os bancos de dados, antes privilégio de médias e grandes empresas, estão atualmente presentes em qualquer estação de trabalho (FERNANDES; TAVEIRA, 2012, p.1).

Muitas empresas usam banco de dados para monitorar transações bancárias, a exemplos: pagamento a fornecedores, processamento de pedidos, atendimento a clientes e pagamento a funcionários. Porém, existem outras funções que ele realiza e as organizações também o utilizam para obter informações que as ajudem a administrar o negócio de maneira mais eficiente e, ao mesmo tempo, auxiliem gerentes e funcionários a tomar melhores decisões (LAUDON; LAUDON, 2010, p.154).

Outro aspecto salutar encontrado no banco de dados é a habilidade de cruzar dados e obter informações relevantes sobre períodos específicos de decisões por parte do usuário, facilitando a elaboração estratégica da organização.

Se a empresa quiser saber qual produto é mais aceito pelo mercado, ou quais clientes são mais lucrativos, a resposta estará nos dados (LAUDON; LAUDON, 2010, p.154).

Aplicações de mineração de dados (ou *data mining*), que analisam grande quantidade de dados procurando ocorrências de padrões ou relacionamentos específicos, e identificação de padrões incomuns em áreas como uso de cartão de crédito (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

De início, bancos de dados ofereciam suporte a operações e armazenamento de dados triviais, fato alterado com o decorrer do tempo.

O sucesso dos sistemas de banco de dados nas aplicações tradicionais encorajou os desenvolvedores de outros tipos de aplicações a tentarem utilizá-los. Essas aplicações tradicionalmente usavam suas próprias estruturas especializadas de arquivos de dados (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

A aplicação científica é uma das aplicações relativamente emergente. Ela armazena grande quantidade de dados de experimentos científicos como na física de alta energia, o mapeamento do genoma humano e a descoberta de estrutura de proteínas (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

Outra aplicação reside no armazenamento e recuperação de imagens e inclui nesse aspecto tanto notícias escaneadas, fotografias pessoais, quanto imagens fotográficas de satélite e imagens de procedimentos médicos, como raios X e IRMs (imagens por ressonância magnética). Outro item relevante é o

armazenamento de clipes de vídeos de notícias ou câmeras pessoais (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

Aplicações espaciais também surgiram e “armazenam a localização espacial de dados, como informações de clima, mapas usados em sistemas de informações geográficas e em sistemas de navegação de automóveis” (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

Além disso, existem aplicações de séries temporais, que guardam diversas informações como valores econômicos em pontos regulares no tempo, como vendas diárias e valores por mês do PIB – Produto Interno Bruto (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.16).

Ao discorrer sobre aplicações de banco de dados sumariamente não há um limite estabelecido. Por exemplo: se um indivíduo necessitar desenvolver um aplicativo para o cotidiano, traduzindo-se por tarefas de casa, faculdade, seria preciso organizar os dados que ficam dispersos em bilhetes, na memória pessoal ou em bloco de notas comum.

Caso gravasse todas essas informações em um banco de dados, e desenvolvesse um sistema para auxiliar, esse tipo de gravação seria consideravelmente satisfatória para uma organização diária.

Além disso, quando se considera o contexto diário de uma organização multinacional, observa-se que o fluxo de dados, apesar de abraçar maiores proporções, precisam de uma gestão eficiente que também não dispersem seus dados e possibilitem aspectos como segurança e manipulação.

Portanto, existem incalculáveis aplicações para SGBDs com relevância ímpar para a vital manutenção de múltiplos setores existentes.

3. MODELO DE DADOS PRÉ-RELACIONAIS

O presente capítulo apresenta os conceitos relacionados ao modelo de dados pré-relacionais, estão presentes nessa categoria modelos hierárquicos e em rede.

3.1. Modelo Hierárquico

Diversas estruturas foram desenvolvidas para armazenar e recuperar valores, cada qual carregando características particulares relacionadas a sua criação e objetivos.

Nesse aspecto, no modelo de dados hierárquico, os dados e relacionamentos, segundo Fernandes e Taveira (2012, p.37), “[...] são representados por registros e ligações, respectivamente. Os registros são organizados como coleções de árvores.”

No modelo hierárquico os dados são classificados hierarquicamente, de acordo com uma arborescência descendente. O modelo em questão utiliza apontadores entre os diferentes registros (SCHIMIGUEL, 2014).

O modelo hierárquico consolidou-se como o primeiro a ser reconhecido como um modelo de dados. Seu desenvolvimento foi possível apenas à consolidação dos discos de armazenamento endereçáveis, uma vez que tais discos viabilizaram a exploração de sua estrutura de endereçamento físico para proporcionar a representação hierárquica das informações (TAKAI; ITALIANO; FERREIRA, 2005, p.6).

Dessa forma, nesse modelo os dados encontram-se estruturados em hierarquias ou árvores. Os nós das hierarquias contêm ocorrências de registros, onde cada registro é uma coleção de campos (atributos), cada um contendo uma informação apenas. O registro da hierarquia que precede a outros é o registro pai, os seguintes são chamados de registros filhos. Uma ligação é uma associação entre dois registros. A cardinalidade entre o relacionamento de um registro pai e vários registros filhos é 1:N. Os valores que são organizados segundo esse modelo podem ser acessados de acordo com um fluxo hierárquico, com uma navegação do topo para as folhas e da esquerda para a direita. Um registro pode estar associado a vários registros, desde que replicados (TAKAI; ITALIANO; FERREIRA, 2005, p.6).

A replicação possui duas desvantagens a serem ressaltadas: podem causar inconsistência de dados quando houver atualização e o desperdício de espaço é inevitável (TAKAI; ITALIANO; FERREIRA, 2005, p.6).

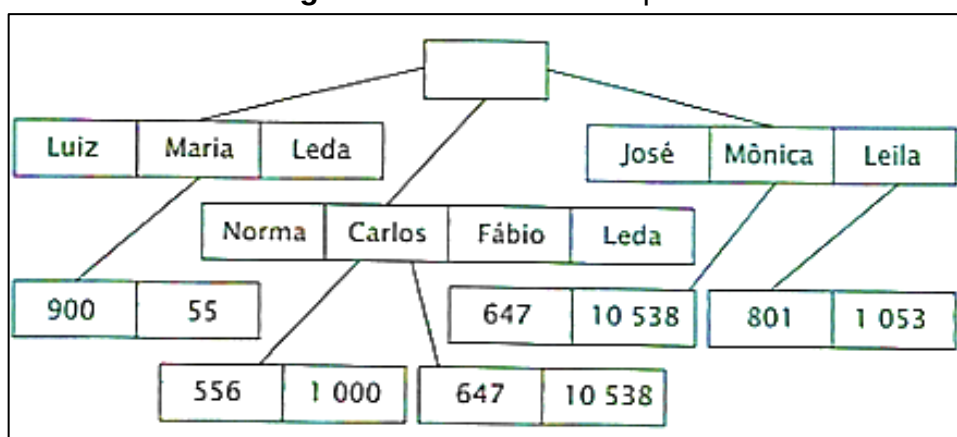
O nome do *software* comercial de maior difusão do modelo hierárquico foi *Information Management System*, produzido pela IBM. De acordo com Takai, Italiano e Ferreira, (2005, p.6):

O sistema comercial mais divulgado no modelo hierárquico foi o *Information Management System* da IBM Corp (IMS). Grande parte das restrições e consistências de dados estava contida dentro dos programas escritos para as aplicações. Era necessário escrever programas na ordem para acessar o

banco de dados. Um diagrama de estrutura de árvore descreve o esquema de um banco de dados hierárquico. Tal diagrama consiste em dois componentes básicos: Caixas, as quais correspondem aos tipos de registros e Linhas, que correspondem às ligações entre os tipos de registros.

A Figura 2 apresenta um modelo hierárquico e, como explica Fernandes e Taveira (2012, p. 38): “note que embora a conta 647 seja conjunta, tem que ser escrita duas vezes; isso significa que, ao se alterar um registro, deve-se alterar o outro registro para que seja mantida a consistência. ”

Figura 2 – Modelo Hierárquico



Fonte: Fernandes e Taveira, 2012, p.37.

Portanto, o modelo hierárquico, apesar de marcar um significativo aperfeiçoamento e também auxiliar no armazenamento de dados, necessitava de melhorias.

À vista disso, o modelo em rede trouxe um processo de manipulação de dados que carrega melhorias quando comparadas ao padrão hierárquico.

3.2. Modelo em Rede

Posterior ao modelo hierárquico, desenvolve-se o modelo de dados em rede, o qual encarrega-se de apagar alguns conceitos contidos no modelo hierárquico, fornecendo diversas novas conexões.

Assim, segundo Takai, Italiano e Ferreira (2005, p.7): “O modelo em redes surgiu como uma extensão ao modelo hierárquico, eliminando o conceito de hierarquia e permitindo que um mesmo registro estivesse envolvido em várias associações”.

De acordo com Fernandes e Taveira (2012, p.38):

No modelo em rede os dados são representados por coleções de registros, e os relacionamentos entre os dados representados por elos, que podem ser vistos como ponteiros. Os registros nos bancos de dados são organizados como coleções de gráficos arbitrários.

A organização dos modelos em rede assemelha-se aos bancos de dados hierárquicos, entretanto, há distinções, já que no modelo em rede cada registro filho pode ser ligado a mais de um registro pai, criando conexões complicadas e frequentemente utilizadas em sistemas para computadores de grande porte, denominados *mainframes*. Sendo o padrão em rede composto de uma estrutura mais completa, detém as propriedades básicas de registros, conjuntos e ocorrências, e utiliza a linguagem de definição (DDL) e a linguagem de manipulação de dados (DML), além de permitir evolução mais eficiente do modelo (SCHIMIGUEL, 2014).

Sobre o assunto, Takai, Italiano e Ferreira (2005, p.7) complementam:

O gerenciador *Data Base Task Group* (DBTG) da CODASYL (*Committee on Data Systems and Languages*) estabeleceu uma norma para este modelo de banco de dados, com linguagem própria para definição e manipulação de dados. Os dados tinham uma forma limitada de independência física. A única garantia era que o sistema deveria recuperar os dados para as aplicações como se eles estivessem armazenados na maneira indicada nos esquemas.

Os geradores de relatórios da CODASYL também definiram sintaxes para dois tópicos essenciais dos sistemas gerenciadores de dados: concorrência e segurança. O mecanismo de segurança proporciona facilidade a fim de que parte do banco de dados (ou área) possa ser bloqueada para prevenir acessos simultâneos, quando preciso. A sintaxe que trata da segurança permite que uma senha seja associada a cada objeto descrito no esquema (TAKAI; ITALIANO; FERREIRA, 2005, p.6).

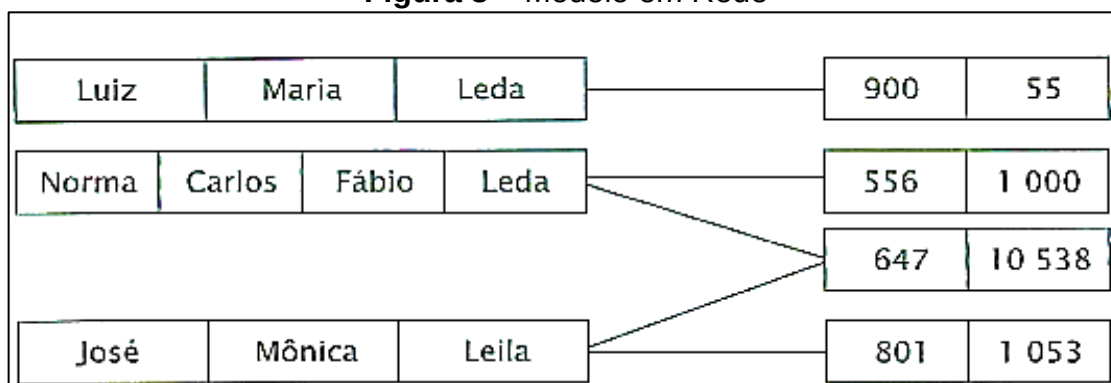
De forma diferente do modelo hierárquico, em que qualquer acesso aos dados passa pela raiz, o modelo em rede proporciona acesso a qualquer nó da rede sem a necessidade de passar pela raiz. CAIDMS, produzido pela *Computer Associates*, apresenta um sistema comercial que se destaca no modelo em rede (TAKAI; ITALIANO; FERREIRA, 2005, p.6).

Segundo Takai, Italiano e Ferreira (2005, p.6) “O diagrama para representar os conceitos do modelo em redes consiste em dois componentes

básicos: Caixas, que correspondem aos registros e Linhas, que correspondem às associações”.

A Figura 3 exibe o modelo em rede e, Fernandes e Taveira (2012, p. 38) observam que “o modelo em rede não repete o registro como no modelo hierárquico, há, porém, necessidade de se manter um grande esquema de ponteiros de registros.”

Figura 3 – Modelo em Rede



Fonte: Fernandes e Taveira, 2012, p.37.

4. MODELO DE DADOS PÓS-RELACIONAIS

O seguinte capítulo tem por objetivo apresentar sumariamente conceitos relacionados a modelagem de dados pós-relacionais. Identificam-se respectivamente no aspecto de modelos pós-relacionais: modelo objeto-relacional, orientado a objetos, bem como objeto, classe, herança, polimorfismo, encapsulamento e modelo temporal.

4.1. Modelo Objeto Relacional

Permeando os modelos relacionais e pós relacionais, em destaque os exemplos orientados a objetos, localizam-se o padrão objeto-relacional.

De acordo com Cristina (2009, online):

Os SGBD-ORs (sistemas gerenciadores de bancos de dados objetos-relacionais) surgiram como uma reação dos principais fabricantes de SGBD-R aos SGBD-OOs. Nos bancos de dados objeto-relacionais, o banco relacional tem uma parte transformada, além de receber a adição de novos recursos que permitam implementações orientadas a objetos.

A ideia de um banco de dados objeto relacional é, de maneira simplificada, armazenar um objeto de forma relacional, reduzindo a impedância da

orientação a objetos usando o modelo relacional (ROSARIO; CARLIN; CARDOSO, 2009, p.16).

O sistema gerenciador de banco de dados objeto-relacional é um sistema com as características comuns aos SGBDs e que, complementados pela manipulação de objetos, contemplam características relacionadas à definição de objetos complexos, com estrutura aninhada, como conjuntos ou listas de objetos, além dos tipos de dados primitivos; implementação de encapsulamento, determinando que todo acesso aos objetos seja realizado por meio da aplicação de um procedimento (CRISTINA, 2009).

Outras propriedades comuns em um SGBD são: identidade de objeto, proporcionando com que os objetos sejam distinguidos por um identificador único, mesmo que os valores dos atributos sejam os mesmos (CRISTINA, 2009).

Um banco objeto-relacional é um repositório que permite o armazenamento de objetos em suas tabelas. Nesse tipo, a classe desempenha um domínio, atuando como um *data type* para uma coluna. A classe, diferentemente dos bancos orientados a objetos, não representa mais um elemento envolvido em relacionamentos (ALENCAR, 2008).

4.2. Modelo Orientado a Objetos

Pela diversidade de dados existentes, as modelagens de dados são projetadas com o intuito de facilitar determinados tipos de armazenamento e ou manipulação. O modelo orientado a objetos segue esse mesmo objetivo.

Como discorre Cristina (2009): “No início da década de 90, surgiram vários SGBD-OOs (sistemas gerenciadores de bancos de dados orientados a objetos), onde o centro da atenção deixou de ser a relação com a tabela e passou a ser com a classe”.

Segundo Laudon e Laudon (2010, p.153):

Um DBMS orientado a objeto armazena dados e procedimentos como se fossem objetos que podem ser automaticamente extraídos e compartilhados. Os sistemas de gestão de dados orientados a objetos (OODBMS – *object-oriented database management systems*) estão se tornando comuns porque podem ser usados para gerenciar vários componentes multimídia ou *applets* Java utilizados em aplicativos *Web*, que costumam integrar informações de uma variedade de fontes.

Outro ponto para adoção desse segmento de modelo de dados reside na dificuldade dos modelos tradicionais em projetar aplicações consideradas mais complexas, como exemplifica Elmasri e Navathe (2011, p. 236):

Sistemas e modelos de dados tradicionais, como relacionais, de rede e hierárquicos, têm tido muito sucesso no desenvolvimento das tecnologias de banco de dados exigidas para muitas aplicações de banco de dados de negócios tradicionais. Porém, eles têm certas deficiências quando aplicações de banco de dados mais complexas precisam ser projetadas e implementadas – por exemplo, banco de dados para projeto de engenharia e manufatura (CAD/CAM e CIM), experimentos científicos, telecomunicações, sistemas de informações geográficas e multimídia.

Sendo assim, a orientação objetos carrega múltiplos aspectos a serem considerados, não apenas durante a fase de desenvolvimento, mas também na etapa de construção dos processos do projeto.

Tal como Sommerville (2007, p. 208) sintetiza:

Um sistema orientado a objetos é constituído de objetos que interagem e mantêm seu próprio estado local, fornecendo operações baseadas nesse estado. [...] A representação do estado é privativa e não pode ser acessada diretamente fora do objeto. Os processos de projeto orientados a objetos envolvem o projeto de classes de objeto e os relacionamentos entre essas classes. Essas classes definem os objetos do sistema e suas interações. Quando o projeto é realizado como um programa em execução, os objetos são criados dinamicamente a partir dessas definições de classes.

Esse cenário ocorre porque, tais aplicações têm requisitos e características que diferenciam daquelas encontradas em negócios tradicionais, como estruturas mais complicadas para objetos armazenados, necessidade de novos tipos de valores para armazenar imagens, vídeos ou itens de texto grandes, transações de maior duração e a possibilidade de definir operações fora do padrão, particulares a aplicação (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p. 236).

Existe um grande interesse relativo às tecnologias orientadas a objetos na comunidade de desenvolvimento de *software*, sobretudo no tocante à facilidade de alteração de implementações de acordo com mudanças solicitadas nos requisitos. A capacidade que esse paradigma possui de representar dados complexos uniu-se à tecnologia de banco de dados, gerando os Bancos de Dados Orientados a Objeto (BDOO), que suportam modelagem e criação de dados como objetos (BOSCAROLI, et. al., 2006, *apud*. ODBMS, 2006).

Diversos conceitos encontrados na orientação objetos são extraídos do mundo real. É uma forma computacional de apresentar através dos dados situações reais.

Assim como discorre Barnes e Kölling (2004, p.3) “se escrever um programa de computador em uma linguagem orientada a objetos, você criará em seu computador um modelo de alguma parte do mundo”.

Os bancos de dados orientados a objetos são conhecidos dessa maneira porque são tipos de banco de dados que abraçaram múltiplos conceitos que foram originalmente desenvolvidos para as linguagens de programação orientadas à objeto (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p. 236).

Um banco de dados orientado a objetos possui três pontos que podem ser considerados principais: herança, polimorfismo e encapsulamento. Este modelo apresenta maior flexibilidade na manipulação de seu conteúdo e por meio de identificadores de objetos manipula os dados de forma consistente (BOSCAROLI, et. al., 2006).

O SGBD-OO (Sistema Gerenciador de Banco de Dados Orientado a Objetos) carrega como premissa manter uma certa correspondência entre o banco de dados e os objetos do mundo real, de forma que esses não percam sua “integridade e identidade”, podendo, assim, serem identificados e operados de maneira clara (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p. 239).

Seguindo essa linha, um SGBD-OO apresenta uma identidade única a cada objeto independentemente do armazenamento realizado no banco de dados. Tal identidade é implementada através de um OID, também conhecido como identificador de objeto, gerado pelo sistema. O valor que o OID exibe não é visível para o usuário externo, porém, é usado de forma interna pelo sistema com o objetivo de reconhecer cada objeto exclusivamente, criar e também gerenciar referências entre os objetos (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p. 239).

Existem, portanto, um conjunto de conceitos que percorrem a modelagem objeto relacionais, tais como: identidade de objeto, construtores de tipos, encapsulamento de métodos, compatibilidade da linguagem de programação, hierarquias bem como tipos de heranças, extensões e polimorfismo e sobrecarga de método.

Outro item a ser pontuado, reside no uso de encapsulamento de operações, uma vez que tanto a estrutura do objeto quanto as operações que tem a possibilidade de serem empregadas aos objetos individuais, são incluídas nas definições de tipo (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p. 246).

4.2.1 Objeto

Um objeto é um elemento sujeito a receber atributos, métodos e apresentar um estado que, no geral, o caracterize de forma particular.

Por definição, entende-se um objeto como “um indivíduo único dentro do conjunto que é a classe” (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p.471).

Um objeto é uma entidade que possui um estado e um conjunto definido de operações definidas para funcionar nesse estado. O estado é representado como um conjunto de atributos de objeto. As operações associadas ao objeto fornecem serviços a outros objetos (clientes) que solicitam esses serviços quando alguma computação é necessária (SOMMERVILLE, 2007, p.210).

Um objeto também pode ser compreendido como um elemento computacional que representa, no domínio da solução, alguma entidade, seja esta abstrata ou concreta, do domínio de interesse do problema que se encontra sob análise. Objetos similares são agrupados em classes (RICARTE, 2002).

Sendo assim, os objetos têm procedência relativa ao tipo de classe aos quais pertencem.

Por exemplificação, um objeto descendente de uma classe denominada “Livros” certamente não possuirá atributos relacionados a classe “Computadores”. Do mesmo modo discorre Sommerville (2007, p. 210):

Os objetos são criados de acordo com uma definição de classe de objeto. Uma definição de classe de objeto funciona tanto quanto como uma especificação quanto como um *template* para criação de objetos. Essa definição inclui declarações de todos os atributos e operações que devem ser associados a um objeto dessa classe.

Outro exemplo é apresentado por Barnes e Kölling (2004, p.4):

Considere que você deseja modelar uma simulação de tráfego. Um tipo de entidade com o qual você tem de lidar são os carros. O que é um carro em nosso contexto: é uma classe ou um objeto? [...] De que cor é o carro? Que velocidade ele pode alcançar? Onde ele está agora nesse exato momento? Se digo “Meu carro velho que está estacionado em casa na minha garagem”, podemos responder às perguntas acima. Aquele carro é vermelho, não é muito rápido e está na minha garagem. Agora estou falando sobre um objeto – sobre um exemplo em particular de um carro.

Quando se desenvolve um objeto, esse contrai um espaço em memória para armazenar seu estado como os valores de seu conjunto de atributos, definidos pela classe, e um conjunto de operações que podem ser aplicadas ao objeto, bem como o conjunto de métodos definidos pela classe (RICARTE, 2002).

Teoricamente, um programa orientado a objetos é composto por um aglomerado de objetos que interagem através de “trocas de mensagens”. Na prática, essa troca de mensagem traduz-se na chamada de métodos entre objetos (RICARTE, 2002).

Os objetos se comunicam por meio de uma solicitação de serviços, ou chamada de métodos, pertencentes a outros objetos e, se preciso, através da troca de informações necessárias para o fornecimento do serviço. As cópias das informações necessárias para efetuar o serviço e os efeitos da execução do serviço são passados como parâmetros (SOMMERVILLE, 2007, p.210).

A Figura 4 apresenta o exemplo de um objeto em JSON (*JavaScript Object Notation*).

Figura 4 – Exemplo de objeto em JSON

```
{
  "titulo": "JSON x XML",
  "resumo": "o duelo de dois modelos de representação de informações",
  "ano": 2012,
  "genero": ["aventura", "ação", "ficção"]
}
```

Fonte: Corrêa, 2015.

4.2.2 Classe

Entende-se classe como “um gabarito para a definição de objetos. Através da definição de uma classe, descreve-se que propriedades -- ou atributos -- o objeto terá” (RICARTE, 2000).

Classe também pode ser considerada, segundo Lee e Tepfenhart (2001, p.178), como “um grupo de objetos com atributos idênticos, comportamentos e relacionamentos comuns (vínculo e agregação) e semântica comum”.

“Os objetos são criados a partir de classes. A classe descreve o tipo de objeto; os objetos representam instâncias individuais da classe” (BARNES; KÖLLING 2004, p.4).

A chave importante para que dois objetos estejam na mesma classe é que eles compartilhem um propósito semântico comum no domínio de aplicação, além do fato de possuírem os mesmos atributos, comportamentos e relacionamentos (LEE; TEPFENHART, 2001, p.178).

Interessante ressaltar que objetos pertencentes as mesmas classes possuem atributos e padrões semelhantes. O que os caracteriza de maneira particular são valores e objetos, como disserta Lee e Tepfenhart (2001, p.178):

Cada objeto em uma classe terá os mesmos atributos e padrões de comportamento. A maioria dos objetos obtém sua individualidade tendo diferentes valores para seus atributos e diferentes objetos em seus relacionamentos. Entretanto, objetos com valores de atributos idênticos e/ou objetos relacionais idênticos são permitidos.

A palavra classe tem origem na taxonomia da biologia. Todos os seres vivos de uma mesma classe biológica têm um conjunto de atributos e comportamentos em comum, mas não são semelhantes, podem variar nos valores desses atributos e como realizam esses comportamentos (CAELUM, 2016).

Homo Sapiens define um grupo de seres que possuem características em comum, porém a definição (a ideia, o conceito) de um *Homo Sapiens* é um ser humano? Não. Tudo está especificado na classe *Homo Sapiens*, mas se existir uma solicitação para mandar alguém correr, comer, pular, existe a necessidade de uma instância de *Homo Sapiens*, ou então de um objeto do tipo relativo a esse grupo (CAELUM, 2016).

Exemplificando novamente com o conceito de carro, é necessário considerar que questões como cor, velocidade, tipo, entre outras, e são perguntas que serão respondidas se apresentar um carro específico. Uma vez que a palavra “carro” nesse contexto se refere à classe carro – observa-se que são carros em geral, não sobre um carro específico (BARNES; KÖLLING, 2004, p.4).

Outro exemplo encontra-se em analogias semelhantes. A planta de uma casa é uma casa? Definitivamente não. Não se pode morar dentro da planta de uma casa, também não é possível abrir porta ou pintar paredes. É necessário, antes, construir instâncias a partir dessa planta. Nas instâncias, pode-se realizar operações como: pintar, decorar ou morar dentro (CAELUM, 2016).

Além da especificação de atributos, a definição de uma classe descreve também qual o comportamento de objetos da classe, ou seja, quais funcionalidades podem ser inseridas a objetos da classe. Tais funcionalidades são descritas por meio de métodos. Um método corresponde a um procedimento ou função, com a restrição que ele manipula apenas suas variáveis locais e os atributos que foram deliberados para a classe (RICARTE, 2000).

A Figura 5 expressa um exemplo simples de uma implementação de classe, no qual é possível realizar definição de atributos, modificador de acesso, etc.

Figura 5 – Exemplo de Implementação de Classe

```
private class Produto
{
    // definição dos atributos valor e tipo
    // com especificador de acesso private
    private float valor;
    private char tipo;
    // definição do método valorImposto
    // com especificador de acesso private
    private float valorImposto(float pre);
}
```

Fonte: Ascencio e Campos, 2012, p. 470.

4.2.3 Herança

Pode-se considerar o reuso de código como um dos grandes diferenciais da programação orientada a objetos. Muito disso ocorre por uma questão que é denominada herança. Essa característica evidentemente otimiza a produção da aplicação em tempo e linhas de código (MACHADO, 2014).

De forma semelhante, considera Ricarte (2000): “o que torna a orientação a objetos única é o conceito de herança”.

Dado um contexto onde a criação de uma classe C e, posteriormente o descobrimento de uma classe D, que fosse praticamente idêntica à C, salvo por alguns atributos ou operações a mais, existiria outra solução? Duplicar as propriedades mencionadas anteriormente resultaria em um retrabalho e acrescentaria maiores dificuldades na manutenção. Contudo, uma eficaz resposta seria conseguir que a classe D pudesse apenas requisitar todas essas operações para a classe C. O problema em questão é resolvido pelo conceito de herança (JONES, 2001, p.32).

Como resume Jones (2001, p.32), “em outras palavras, por meio da herança, os objetos da classe D podem utilizar os atributos e operações que iriam, de outra forma, somente estar disponíveis para os objetos da classe C”.

Herança é um procedimento que possibilita que características similares a múltiplas classes sejam fatoradas em uma classe base, ou também conhecida como superclasse. A partir de uma classe base, outras podem ser indicadas com precisão. Cada classe derivada ou subclasse apresenta as características (estrutura e métodos) da classe base e adiciona a elas o que for definido de característica para ela (RICARTE, 2000).

A herança apresenta como característica a tentativa de organizar em classes, também conhecidas como superclasses, todos os atributos e métodos comuns a vários tipos de objetos. Caso alguns objetos possuam peculiaridades, estas precisarão ser expostas em classes denominadas de subclasses. Sendo assim, pode-se considerar que subclasses estendem superclasses (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p.482).

É possível compreender o contexto que herança apresenta ao imaginar uma família: a criança, por exemplo, está herdando características de genitores. Os pais, por sua vez, herdam algo dos avós, o que faz com que a criança também o faça, e assim sucessivamente. Na orientação a objetos, a questão é justamente assim, já que o objeto que se encontra abaixo na hierarquia, irá herdar características de todos os objetos acima dele, seus “ancestrais”. A herança, a partir das características do objeto mais acima, pode ser considerada como herança direta, ao passo que as outras são consideradas heranças indiretas. Como um exemplo, na família, a criança herda diretamente do pai e indiretamente do avô e do bisavô (MACHADO, 2014).

Ascencio e Campos (2012, p.482) ao discorrerem também sobre o tema, complementam:

Tudo o que estiver definido em uma superclasse (atributos e métodos) é, automaticamente, repassado para as classes filhas, sem que haja necessidade de repetição de código. Essa passagem acontece como uma herança da vida real, em que filhos sempre herdam algo dos pais (por exemplo: a herança genética: como cor dos olhos e cor dos cabelos, ou herança financeira, como bens móveis e imóveis). Herança permite definir classes em função de outras.

Além disso, a herança representa um caminho significativo que a orientação a objetos difere das abordagens dos sistemas convencionais. Isso ocorre porque esse conceito possibilita que se desenvolva de maneira incrementada, *software*, com classes para atender casos gerais e, em seguida, adicionar classes especializadas – herdadas da primeira classe. Elas estarão habilitadas ao uso de todos os atributos e operações (tanto operações e atributos de classe, como operações e atributos de instância) da classe original (JONES, 2001, p. 32).

Porém, ressalta Machado (2014, online):

A questão da herança varia bastante de linguagem para linguagem. Em algumas delas, como C++, há a questão da herança múltipla. Isso, essencialmente, significa que o objeto pode herdar características de vários “ancestrais” ao mesmo tempo diretamente. Em outras palavras, cada objeto pode possuir quantos pais for necessário. Devido a problemas, essa prática

não foi difundida em linguagens mais modernas, que utilizam outras artimanhas para criar uma espécie de herança múltipla.

A Figura 6 exibe um exemplo simples de herança, no qual cria-se uma classe conhecida como Pessoa e as classes na sequência desenvolvidas, ao fazer uso do comando *extends* seguido do nome da classe Pessoa, herdaram seus atributos e podem utilizá-los de acordo com sua necessidade específica.

Figura 6 – Exemplo de herança

```
import java.util.Date;
public class Pessoa {
    public String nome;
    public String cpf;
    public Date data_nascimento;

    public Pessoa(String _nome, String _cpf, Date _data) {
        this.nome = _nome;
        this.cpf = _cpf;
        this.data_nascimento = _data;
    }
}

import java.util.Date;
public class Aluno extends Pessoa {
    public Aluno(String _nome, String _cpf, Date _data) {
        super(_nome, _cpf, _data);
    }
    public String matricula;
}

public class Professor extends Pessoa {
    public Professor(String _nome, String _cpf, Date _data) {
        super(_nome, _cpf, _data);
    }
    public double salario;
    public String disciplina;
}
```

Fonte: Goevane, 2010.

4.2.4 Polimorfismo

Polimorfismo é um ponto considerado essencial na produção da programação orientada objetos.

De acordo com Ascencio e Campos (2012, p.494), “A palavra polimorfismo quer dizer múltiplas formas. Na programação orientada a objetos, polimorfismo se apresenta de diferentes maneiras”.

Pode-se considerar polimorfismo como um código que tem a capacidade de ser aplicado a múltiplas classes de objetos. De maneira prática, significa que a operação em questão mantém seu comportamento transparente para quaisquer tipos de argumentos; assim, a mesma mensagem é enviada a objetos de

classes diferentes e poderão comportar-se de formas diversas (LEITE; JÚNIOR, 2002).

Na natureza, observam-se animais que são capazes de alterar sua forma conforme a necessidade, e, originado desse conceito que surge o polimorfismo na orientação a objetos. Os objetos filhos herdam as características e ações de seus “ancestrais”. Contudo, em determinados casos, faz-se necessário que ações para um mesmo método sejam diferentes. Sendo assim, o polimorfismo consiste na alteração do funcionamento interno de um método herdado de um objeto criador ou também chamado de pai (MACHADO, 2014).

Polimorfismo por herança possibilita que uma classe em um nível genérico, como a classe mãe, recomende a necessidade de realizar operação específica. Contudo, nesse grau mais genérico, a classe mãe não possui conhecimento ou dados que sejam suficientes para executar essa ação. Visto isso, permanecerá sob a responsabilidade das classes filhas implementar a operação em tópico (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p. 494).

A classe genérica é comumente denominada de classe abstrata porque não implementa todas as operações que precisa, não podendo ser instanciada, porém é considerada o molde para a criação de filhas. Essas, por sua vez, são qualificadas como classes concretas, já que implementam o que é solicitado (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p. 494).

Assim, constata-se que polimorfismo está intrinsecamente relacionado a reutilização de código de maneira personalizada. Sobre o assunto, Lee e Tepfenhart (2001, p. 180) assinalam:

Um dos objetivos da tecnologia OO é o de reutilizar código; a generalização é um dos mais efetivos veículos para facilitar a reutilização de código. Entretanto, alguns métodos talvez necessitem ser personalizados para satisfazer as demandas de negócio. Quando essa personalização por requerida para uma subclasse, a tecnologia orientada a objeto tem um mecanismo, denominado *polimorfismo*, no qual a subclasse pode ter um método (comportamento) que substitua o método de sua superclasse para um serviço específico. Então, quando esse serviço por solicitado por uma instância da subclasse, o método da subclasse é invocado.

A Figura 7 apresenta um exemplo de polimorfismo simples, no qual tanto as classes *Cat* e *Dog* recebem o mesmo método, mas o executam de forma e própria a sua característica particular.

Figura 7 – Exemplo de polimorfismo

```
import java.util.ArrayList;
import java.util.List;

abstract class Pet{
    public abstract void makeSound()
}

class Cat extends Pet{

    @Override
    public void makeSound() {
        System.out.println("Meow");
    }
}

class Dog extends Pet{

    @Override
    public void makeSound() {
        System.out.println("Woof");
    }
}
```

Fonte: Paul, 2015.

4.2.5 Encapsulamento

Com o intuito de assegurar-se de que dados não sejam comprometidos ao longo do desenvolvimento de qualquer projeto, ressalta-se mais um peculiar aspecto da programação orientada à objetos: o encapsulamento.

Em uma explicação literal do verbo, encapsular significa guardar algo em local que se encontra fechado. Sob os conceitos presentes na orientação a objetos, encapsular tem como significado ocultar todos os dados referentes a um objeto, assim como detalhes relativos a implementação de seus métodos (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p.478).

O encapsulamento carrega consigo a premissa guardar valores que possam ser utilizados de maneira equivocada, sobretudo conforme a aplicação amplia-se, uma vez que o programa tem suporte para receber alterações e aumentar, sem afetar sua essência.

Encapsular é essencial para que seu sistema seja suscetível a mudanças, não sendo mais necessário mudar uma regra de negócio em vários

lugares, mas sim em apenas um único lugar, já que essa regra está encapsulada (CAELUM, 2016).

“A idéia é tornar o *software* mais flexível, fácil de modificar e de criar novas implementações” (DAVID, 2015, online).

Nesse conceito, pode-se comparar o encapsulamento ao envio de uma carta com o envelope, uma vez que assim como o encapsulamento protege e diminui a complexidade do código, o envelope deixa a carta segura e torna evidente apenas as informações necessárias à entrega, por exemplo: destinatário e remetente.

Sem o envelope, tal operação tornaria o documento muito mais suscetível à problemas, podendo inviabilizar sua chegada ao destinatário. Além de tornar a carta segura e permitindo acesso apenas ao remetente que a receba.

Outro ponto significativo para a adoção de encapsulamento no desenvolvimento de sistemas reside na possibilidade de ocultar a regra de negócio, tornando essa ação uma estratégia interessante para que a sua manipulação recaia apenas sobre a classe responsável por esta.

Como discorre Ascencio e Campos (2012, p. 478):

Encapsular é uma excelente estratégia para manter ocultas as regras de negócio, tornando-as visíveis apenas à classe responsável por elas. Contudo, ainda que as linguagens orientadas a objetos ofereçam recursos para garantir encapsulamento de objetos, seu emprego depende da compreensão de que a equipe de desenvolvedores possui do domínio da aplicação e da maturidade que possuem no uso do paradigma orientado a objetos.

Novamente acrescenta David (2015):

O Encapsulamento serve para controlar o acesso aos atributos e métodos de uma classe. É uma forma eficiente de proteger os dados manipulados dentro da classe, além de determinar onde esta classe poderá ser manipulada.

Entretanto, um objeto encapsulado necessita ser utilizado por aplicações diversas, que podem acessar esse objeto através de sua interface pública. Assim, se a implementação dos métodos alterar, serão mudanças restritas a essa classe. Os métodos conhecidos como *getters* e *setters* representam exemplos eficientes da interface pública, uma vez que centralizam os acessos aos atributos privados. Ou seja, as aplicações externas não visualizam os atributos em si, e sim os métodos públicos liberados (ASCENCIO; CAMPOS, 2012, p.478).

4.3. Modelo Temporal

Banco de dados temporal está diretamente relacionado ao tempo, uma vez que oferece a possibilidade de armazenar informações históricas a respeito de um determinado objeto que nele está sendo mantido (ALMEIDA, 2012; apud ALMEIWEISS, 1998; TANSEL, 1997).

Portanto, esse tipo de banco de dados procura armazenar os dados mais atualizados sobre um tema específico, mesmo sob modificações, já que a versão a ser mantida é a mais atualizada. Assim discorre Amo (1998):

Tradicionalmente, um banco de dados é projetado para manter os dados mais recentes sobre uma dada organização e suas atividades. A medida que modificações são feitas nos dados, somente a versão mais recente é armazenada. As antigas informações são descartadas. Assim, os bancos de dados convencionais capturam uma visão estática da realidade. Informações sobre a maneira como evolui esta realidade não são estocadas. Os bancos de dados temporais foram projetados justamente para lidar com situações envolvendo informações sobre o presente, passado e futuro.

Assim, as principais diferenças entre banco de dados convencional e banco de dados temporal reside na representação dos estados e gerenciamento temporal, já que no temporal há representação dos estados passados, presente e futuros de dados e o gerenciamento temporal é controlado pelo banco de dados, ao passo que o convencional possui uma representação do estado presente de um dado e gerenciamento temporal a cargo da aplicação (ALMEIDA, 2012).

O banco de dados temporal é mais relevante em áreas do tipo médica, empresarial, **sistemas de informação geográfica**, controle acadêmico e sistema de reservas (ALMEIDA, 2012).

Dentro da área médica, pode se destacar seu uso no quadro clínico de pacientes, como seu diagnóstico e histórico (ALMEIDA, 2012).

Mais de quarenta modelos de dados temporais já foram propostos até o momento. Esses modelos variam em diversos aspectos, principalmente quanto à natureza da entidade e o tempo que foi adotado (AMO, 1998).

5. BANCOS DE DADOS CONVENCIONAIS

O presente capítulo tem o objetivo de exhibir conceitos relevantes sobre os principais bancos de dados convencionais.

5.1. Principais

Atualmente, bancos de dados assumem uma posição crucial para uma parcela expressiva de organizações e funções.

Dentre elas, há uma inegável multiplicidade de coleções de informações, cada qual desenvolvida para responder uma necessidade específica à sociedade.

Percorrendo aqueles que pertencem à categoria relacional, observa-se que alguns bancos de dados se sobrepõem no negócio, como PostgreSQL, Oracle, MySQL e SQL Server.

5.1.1 PostgreSQL

O SGBD PostgreSQL integra o grupo dos bancos de dados convencionais.

O PostgreSQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados objeto-relacional (SGBDOR) [...] desenvolvido pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade da Califórnia em Berkeley. O POSTGRES foi pioneiro em vários conceitos que somente se tornaram disponíveis muito mais tarde em alguns sistemas de banco de dados comerciais (POSTGRESQL, 2007).

Pontuando aspectos históricos, na época, o desenvolvedor denominado Michael Stonebraker conduziu um projeto para a criação de um servidor de banco de dados relacional chamado Postgres, proveniente de outro plano da mesma instituição. Essa tecnologia foi comprada pela empresa Illustra, que posteriormente foi adquirida pela Informix. Entretanto, os estudantes Jolly Chen e Andrew Yu de Berkeley compatibilizaram o Postgres com a linguagem SQL, a qual se tornou padrão. O projeto em questão recebeu o nome de Postgres95 (ALECRIM, 2008).

No ano de 1996, quando o projeto estava estável, o banco de dados recebeu o nome de PostgreSQL (ALECRIM, 2008).

O SGBD PostgreSQL descende de um código fonte aberto e possui numerosas funcionalidades, como: comandos complexos, chaves estrangeiras, gatilhos, visões, integridade transacional e controle de simultaneidade multiversão (POSTGRESQL, 2007).

Além disso, pode-se acrescentar funcionalidades pelo usuário, tais como adicionar funções, operadores, funções de agregação, métodos de índice e linguagens procedurais (POSTGRESQL, 2007).

No que diz respeito a distribuição, o banco PostgreSQL é um sistema gerenciador de banco de dados de código aberto e tem a possibilidade de ser manipulado por vários tipos de organizações.

Devido à sua licença liberal, o banco de dados PostgreSQL pode ser utilizado, modificado e distribuído por qualquer pessoa para qualquer finalidade, seja particular, comercial ou acadêmica, livre de incumbências” (POSTGRESQL, 2007).

5.1.2 Oracle

A empresa Oracle foi fundada em agosto do ano de 1977, inicialmente denominada de *Software Development Labs* (SDL), uma empresa de consultoria cujos participantes no seu primeiro projeto eram: Bob Miner (presidente), Ed Oates e Bruce Scott (engenheiros de *software*) (FARIAS, 2015).

Larry Ellison encontrou uma oportunidade ímpar quando encontrou uma descrição de um protótipo funcional de banco de dados relacional e percebeu que nenhuma outra organização tinha comercializado esse tipo de tecnologia. Ele e os co-fundadores da Oracle, Bob Miner e Ed Oates, perceberam que havia um nicho de negócios significativo no modelo de banco de dados relacional (ORACLE BRASIL, 2016).

Percorrendo a linha do tempo da organização em questão, observa-se que em 1986 é introduzido o Oracle Client/Server, primeiro banco de dados cliente/servidor (FARIAS, 2015).

Em 1987, inicia-se o grupo Oracle Applications com o primeiro banco de dados SMP (multiprocessamento simétrico) inserido (FARIAS, 2015).

Além disso, em 1988 é lançado o Oracle V6, corre o primeiro bloqueio em nível de linha e *backup* de banco de dados *on-line* e, nesse ano acontece a adoção da linguagem procedural de consulta da Oracle – PL/SQL (FARIAS, 2015).

A Oracle é a primeira empresa de *software* a desenvolver e empregar *software* empresarial totalmente habilitado para Internet em toda a sua linha de produtos: banco de dados, aplicativos empresariais e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos e suporte a decisões. A Oracle é o principal fornecedor de *software* para gerenciamento de informações e a segunda maior empresa de *software* independente do mundo (ORACLE BRASIL, 2016).

Atualmente, o SGBD Oracle encontra-se na versão 12c, o qual possui uma arquitetura multilocatário que torna mais simples a consolidação de vários bancos de dados e seu gerenciamento como um serviço em nuvem. Além dessas características, também inclui recursos de processamento de dados na memória que

oferecem eficiente desempenho analítico, proporcionando níveis positivos de eficiência, desempenho, segurança e disponibilidade (ORACLE BRASIL, 2016).

5.1.3 MySQL

O MySQL é um servidor e gerenciador de banco de dados (SGBD) relacional, de licença dupla: livre e comercial, atendendo atualmente aplicações de todos os portes (MILANI, 2007, p.22).

Historicamente, o MySQL foi concebido quando David Axmark, Allan Larsson e Michael Widenius, desenvolvedores na década de 90, tiveram a necessidade de uma interface SQL compatível com as rotinas ISAM que usavam em aplicações e tabelas. No início, suas tentativas giraram em torno de utilizar a API MySQL, porém essa não era rápida na intensidade que eles precisavam, já que usavam rotinas de baixo nível. Utilizando a API do MySQL, escreveram em C e C++ uma nova API que fundou o MySQL. Com o resultado satisfatório gerado por essa nova API, o MySQL começou a ser difundido e seus criadores fundaram a empresa responsável por sua manutenção, que é a MySQL AB (MILANI, 2007, p.23).

Como finaliza Milani (2007, p.23):

A partir dessa fase, o MySQL tornou-se mais conhecido por suas características de rápido acesso e cada vez mais utilizado. Novas versões foram lançadas, contemplando novas necessidades e firmando, assim, sua posição no mercado.

No cenário atual, a atual versão do Mysql encontra-se sob as diretrizes da Oracle, já que essa comprou a empresa Sun, que havia anteriormente adquirido a MySQL AB (PORTILHO, 2015).

5.1.4 SQL Server

Por definição, entende-se **SQL Server** como um sistema gerenciador de banco de dados relacional, que foi desenvolvido pela Microsoft em parceria com a SYBASE em 1988. Essa parceria durou até 1994, com o lançamento da versão para Windows NT e, atualmente, a Microsoft mantém a o suporte do produto como um banco de dados (BLOGDIGICAD, 2014).

A função principal do SQL Server é armazenar e recuperar dados que são solicitados por outras aplicações de *software*, seja no mesmo computador ou em execução em outro computador através de uma rede, incluindo a Internet (BLOGDIGICAD, 2014).

Por características apresentadas pelo SGBD, pode-se analisar de forma mais específica através de um exemplo: o SQL Server 2005 é uma plataforma abrangente de banco de dados que fornece recursos de gerenciamento de dados de classe empresarial com ferramentas de BI (*Business Intelligence*) integradas, combinando assim, os recursos de análise, geração de relatórios, integração e notificação. Tal combinação possibilita a distribuição de dados por todos os locais da empresa, através de *scorecards*, painéis, serviços da *Web* e dispositivos móveis (MICROSOFT, 2016).

6. BANCO DE DADOS NÃO CONVENCIONAIS

O capítulo a seguir tem por objetivo apresentar características fundamentais no que diz respeito aos bancos de dados inseridos na categoria de não convencionais.

6.1. Principais

Pelo aumento massivo e contínuo de dados não convencionais, como por exemplo, imagens e vídeos, foram desenvolvidos bancos de dados correspondentes ao segmento.

Popularizou-se o termo NoSQL para nomear essas novas tecnologias, porém não é um conceito definido de forma clara ou permanente.

Esse movimento tem como características similares a ausência de esquema específico, a execução comumente em *clusters* e nem sempre o uso da consistência habitual (SADALAGE, FOWLER, 2014, p.13).

Dentre as tecnologias que carregam essas características, MongoDB, Redis, Cassandra e Neo4j são ferramentas que, apesar de distintas em sua aplicação, são banco de dados não convencionais significativos no mercado atual.

6.1.1 Documento – MongoDB

Os bancos de dados não convencionais pertencentes ao segmento de documentos seguem a ideia de que documentos são autocontidos e auto descritivos, como discorre Medeiros (2014, online):

A definição geral apresentada é que os Bancos de Dados orientados a Documentos utilizam o conceito de dados e documentos autocontidos e auto descritivos, e isso implica que o documento em si já define como ele deve ser apresentado e qual é o significado dos dados armazenados na sua estrutura.

Documentos são o conceito principal quando se disserta sobre banco de dados de documentos, isso ocorre porque o banco de dados armazena e recupera documentos que podem ser xml (*eXtensible Markup Language*), json, entre outros. Os documentos armazenados são semelhantes entre si, mas não têm de ser exatamente os mesmos. Bancos de dados de documentos armazenam documentos na parte do valor do armazenamento de chave-valor; situando-se como depósitos de chave-valor que podem ser examinados (SADALAGE, FOWLER, 2014, p. 133).

Além disso, pode-se considerar como características relevantes a possibilidade de exibir todas as informações importantes em um único documento, ser livre de esquemas, possuir identificadores únicos universais (UUID), permitir a consulta de documentos através de métodos adiantados de agrupamento e filtragem (*MapReduce*), admitir redundância e inconsistência (MEDEIROS, 2014).

Outro aspecto a ser considerado é a ausência de atributos vazios, já que se determinado atributo não for encontrado, supõe-se que não estava configurado ou que não era relevante para o documento. Os documentos toleram que novos atributos sejam designados sem a obrigação de definição prévia ou de alteração nos documentos existentes (SADALAGE, FOWLER, 2014, p. 135).

Assim, o MongoDB é um banco de dados relevante nesse campo e teve seu primeiro *release* público em novembro de 2009. Foi desenvolvido por Dwight Merriman, que é um dos fundadores da DoubleClick, e por Eliot Horowitz, ex-funcionário da DoubleClick, os quais juntos formaram a 10gen, empresa responsável pela criação e suporte profissional do MongoDB (PORCELLI, 2011).

O MongoDB é concebido como um banco de dados de documentos de código aberto que fornece alto desempenho, alta disponibilidade e escala automática (MONGODB, 2016).

De maneira mais detalhada, Sadalage e Fowler (2014, p.135) exemplificam:

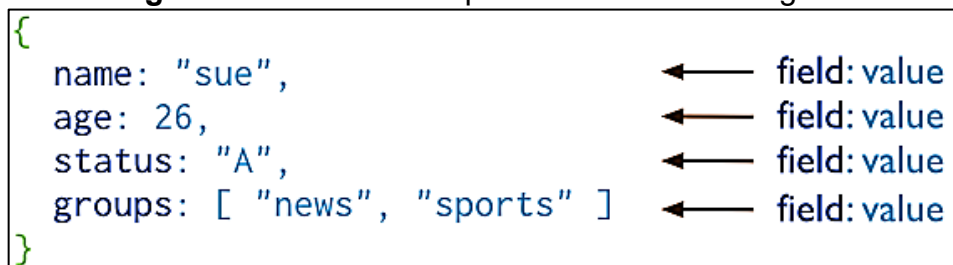
Cada instância do MongoDB possui múltiplos bancos de dados e cada banco de dados pode ter múltiplas coleções. Quando comparamos isso com os SGBDRs, uma instância de SGBDR é igual a uma instância em MongoDB, os esquemas de SGBDRs são semelhantes aos bancos de dados MongoDB e as tabelas de SGBDRs são coleções em MongoDB. Quando armazenamos um documento, temos de escolher em qual banco de dados e em qual coleção ele ficará [...].

Um registro nesse banco de dados é um documento, que pode ser considerado como uma estrutura de dados composta de pares de campo e de valor.

Os documentos MongoDB são semelhantes aos objetos JSON (MONGODB, 2016).

A Figura 8 a seguir exemplifica o conceito apresentado anteriormente, mostrando a composição da estrutura de dados no MongoDB.

Figura 8 – Estrutura simples de dados no MongoDB



```
{
  name: "sue",
  age: 26,
  status: "A",
  groups: [ "news", "sports" ]
}
```

← field: value
← field: value
← field: value
← field: value

Fonte: MongoDB, 2016.

6.1.2 Chave e Valor – Redis

Por definição, entende-se um banco de dados chave valor como uma tabela *hash* simples, utilizada principalmente quando todo o acesso ao banco de dados é feito por meio da chave primária (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.123).

Discorrendo sobre características significativas desse aspecto de banco de dados quando relacionado a uma API, Sadalage e Fowler (2014, p.123) informam:

Depósitos de chave valor são os depósitos de dados NoSQL mais simples de utilizar a partir da perspectiva de uma API. O cliente pode obter o valor para uma determinada chave, inserir um valor para uma determinada chave ou apagar uma chave do depósito de dados. O valor é um *blob* que o depósito apenas armazena, sem se preocupar ou saber o que há dentro dele; é responsabilidade do aplicativo entender o que foi armazenado. Já que depósitos de chave-valor sempre fazem o acesso pela chave primária, eles têm, geralmente um ótimo desempenho e podem ser escaláveis facilmente.

Ao analisar a trajetória histórica do Redis, um dos bancos de dados mais conhecidos nesse segmento, observa-se que ele foi desenvolvido no início do ano de 2009 por Salvatore Sanfilippo com o objetivo de melhorar a performance de seu produto de análise em tempo real de páginas *web*. Em março de 2010, Salvatore foi contratado pela VMWare para se dedicar exclusivamente ao desenvolvimento do Redis, o qual atualmente conta também com a dedicação de Pieter Noordhuis, além de contribuições vindas da forte comunidade formada em torno desta ferramenta (PORCELLI, 2011).

Em alguns armazenamentos de chave-valor, como o Redis, o agregado armazenado não tem de ser um objeto de domínio, podendo ser qualquer estrutura

de dados. O Redis suporta o armazenamento de listas, conjuntos, *hashes* e pode fazer operações de intervalos, diferença, união e intersecção. Tais soluções possibilitam que o Redis seja usado de formas mais diferentes do que um depósito comum padrão de chave-valor (SADALAGE; FOWLER, 2014, p. 124).

6.1.3 Família De Colunas – Cassandra

O armazenamento em família de colunas, como fazem o Cassandra e tantos outros (Amazon SimpleDB, HBase, etc), possibilitam o armazenamento de dados com chaves mapeadas para valores, sendo esses valores agrupados em várias famílias de colunas, cada umas das famílias funcionando como um mapa de dados (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.147).

Banco de dados de família de colunas armazena dados em famílias de colunas como linhas que tenham muitas colunas associadas, fazendo uso de uma chave de linha. Pode-se sumarizar famílias de colunas como grupos de dados relacionados que, normalmente, são acessados juntos. Por exemplo, muitas vezes são acessadas as informações de perfil de um cliente ao mesmo tempo, mas não seus pedidos (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.147).

Essa vertente de banco dados é otimizada para ler e escrever colunas de dados em oposição a linhas de dados. Além disso, o armazenamento orientado a coluna para tabelas de banco de dados é também um fator relevante no desempenho de consulta analítica, já que reduz drasticamente os requisitos gerais de disco para entrada e saída de dados e diminui a quantidade de dados que se precisa para carregar no disco (AMAZON, 2016).

Historicamente, o Cassandra originou-se no Facebook para lidar com as buscas nas caixas de entrada de mensagens de seus usuários. Foi desenvolvido de início por Avinash Lakshman e por Prashant Malik. Em julho de 2008, a rede social em questão liberou seu código fonte e em março de 2009 se tornou um projeto incubado dentro da fundação Apache. Relativamente, um ano depois a Apache o promoveu a um projeto *top-level* (PORCELLI, 2011).

Sobre o Cassandra, Sadalage e Fowler (2014, p.148):

O Cassandra pode ser descrito como rápido e de fácil crescimento escalar, com operações de gravação distribuídas pelo cluster, que não possui um nodo mestre, de forma que tanto leitura quanto gravação podem ser feitas por qualquer um de seus nodos.

Sobre características estruturais fundamentais no Cassandra,

Sadalage e Fowler (2014, p.148) expõem:

Começaremos examinando a maneira como os dados são estruturados do Cassandra. A unidade básica de armazenamento do Cassandra é uma coluna. Uma coluna no Cassandra consiste em um par de nome-valor em que o nome também se comporta como a chave. Cada um desses pares de chave-valor é uma única coluna e é sempre armazenada com um valor de *timestamp*. O *timestamp* é utilizado para expirar dados, resolver conflitos de gravação, lidar com dados desatualizados e outras ações. Assim que os dados da coluna não tiverem mais uso, o espaço pode ser recuperado, posteriormente, durante a fase de compactação.

6.1.4 Grafos - Neo4j

Cada critério adotado pelos diferentes tipos de bancos de dados, responde a uma necessidade, mas possuem características comuns. Bancos de dados de grafos pertencem às características gerais de bancos não convencionais, porém, apresentam pontos peculiares.

Muitos dos bancos de dados NoSQL foram inspirados pela necessidade da execução em *clusters*, o que levou a modelos de dados orientados a agregados para amplos registros com conexões simples. Bancos de dados de grafos são motivados por necessidades diferentes e, por isso, têm um modelo oposto – registros pequenos como interconexões complexas (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.59).

De maneira diversa dos outros tipos de bancos de dados não convencionais, esse banco de dados está diretamente relacionado a um modelo de dados estabelecido, o modelo de grafos. A ideia desse modelo é representar os dados ou o esquema dos dados como grafos dirigidos, ou como estruturas que generalizem o conceito de grafos (IANNI, 2015).

O banco de dados Neo4j foi arquitetado em 2000 pela equipe de *software house* Windh Technologies. Dois anos depois, já contava com significativa parte dos recursos disponíveis na atualidade, e por volta de 2003 teve seus primeiros *cases* de aplicações importantes rodando em produção. Atualmente, o Neo4j é desenvolvido e suportado profissionalmente pela Neo Technology, que é uma *spin-off* da Windh Technologies (PORCELLI, 2011).

De acordo com Ianni (2015):

O modelo orientado a grafos possui três componentes básicos: os nós (são os vértices do grafo), os relacionamentos (são as arestas) e as propriedades (ou atributos) dos nós e relacionamentos. Neste caso, o banco de dados pode ser visto como um multigrafo rotulado e direcionado, onde cada par de nós pode ser conectado por mais de uma aresta.

O modelo de grafos é interessante quando as informações sobre a interconectividade ou a topologia dos dados são mais relevantes, ou tão importante quantos os dados em si (IANNI, 2015).

6.2. Persistindo os Objetos

Os objetos, por abordarem o paradigma POO (Programação Orientada a Objeto) que aproxima a programação do mundo real, trazem consigo uma complexidade aos objetos, já que quando se armazena essas entidades no modelo relacional, há uma sensível possibilidade de encontrar situações relativamente complexas como: objeto estar aninhado, seus atributos se encontrarem em diferentes tabelas e existir uma divisão do objeto para armazenamento nas diversas tabelas que fazem parte do mesmo.

Outra circunstância complexa ocorre para recuperação a realização do processo oposto, visto que há a necessidade de recuperar os dados das diversas tabelas e uni-los para gerar o objeto original.

Esse procedimento necessário de divisão, junção para armazenamento ou recuperação do objeto no modelo relacional é conhecido como impedância objeto relacional. Sobre o assunto, Sadalage e Fowler (2014, p.28) discorrem:

O modelo de dados relacional organiza os dados em uma estrutura de tabelas e linhas ou, mais apropriadamente, de relações e tuplas. Em especial, os valores de uma tupla relacional têm de ser simples – eles não podem conter nenhum tipo de estrutura, como registro aninhado ou uma lista. Essa limitação não é válida para estruturas de dados na memória, que conseguem sustentar estruturas mais ricas do que as relações. Consequentemente, para utilizar uma estrutura de dados de memória mais rica, deve-se traduzi-la para uma representação relacional a fim de armazená-la em disco. Daí a incompatibilidade da impedância – duas representações diferentes que requerem tradução.

Quando se programa em uma linguagem estrutural, não há impedância do objeto relacional, já que quando se armazena ou resgata valores, não existe uma estrutura como objeto, possibilitando a manipulação os dados de outras formas.

Com o intuito de circunscrever essa impedância do modelo relacional ao objeto, foram desenvolvidas soluções alternativas, como a criação de *design patterns*.

No decorrer da década de 90, um conjunto de padrões foi criado a fim de diminuir a denominada impedância entre os dados relacionais e o paradigma da orientação a objetos. (MICROSOFT, 2016).

Nesse sentido, Fowler identifica como três os principais padrões para mapeamento entre lógica de negócios e sistema de persistência de dados. São eles: o padrão *Transaction Script*, o padrão *Table Module* e o padrão *Domain Model*. O primeiro reflete a fase inicial dos sistemas OLTP, onde acesso e negócios são separados por uma fina camada de primitivas e a lógica de negócio é implementada por funções. O segundo padrão mapeia objetos com tabelas através de classes. O uso de *Typed DataSets* na plataforma .NET [...] é um exemplo claro deste padrão. O terceiro abstrai as entidades em mais um nível - ele mapeia em classes de negócio cada linha de uma tabela, permitindo uma implementação mais próxima e transparente à modelagem lógica (MICROSOFT, 2016).

Por exemplo, existiria uma classe denominada de Agência com atributos que seriam de única agência, e seria usado uma coleção para agrupar as agências de um banco como *Collection<Agência>* (MICROSOFT, 2016).

Outra maneira encontrada para suavizar o impacto da impedância para o programador, reside na utilização do *framework* Mapeamento Objeto Relacional ORM, que executa tanto o trabalho de converter o objeto em tabelas quanto o contrário: converter tabelas em objeto. Assim, como descreve Ranieri (2013):

[...] o Mapeamento Objeto-Relacional (ORM) consiste em um *framework* que tem por objetivo suprir as disparidades entre o paradigma orientado a objetos e o modelo entidade-relacional, criando uma ponte (mapeamento) entre o modelo relacional e o modelo orientado a objetos. Ou seja, ao trabalhar com essa abordagem, é possível a construção de sistemas utilizando o paradigma orientado a objetos, cujo os objetos são persistidos em um banco de dados relacional.

Além disso, no mundo do modelo relacional existem os sistemas gerenciadores de banco de dados objeto-relacionais, os quais carregam características da orientação a objeto, facilitando o desenvolvimento da POO, proporcionando a redução da impedância.

Os bancos de dados objeto relacionais são capazes de suportar extensa parte dos conceitos da orientação a objetos. Diferentemente dos SGBDOO, os SGBDOR são desenvolvidos com base em SGBDR, desta forma, é possível unir conceitos relacionados a OO, como: definição de supertabelas, supertipos, herança, reutilização de códigos de criação e encapsulamento. Outro ponto relevante são algumas características de controle dos SGBDOO, tais como: controle de identidade de objetos, referência a objetos, etc. Mais um traço dos SGBDR encontra-se na capacidade de consulta avançada e alta proteção a dados, oportunidade concedida graças à natureza declarativa da SQL (TONSIG, 1998, *apud* SOARES, 2001).

6.3. Complexidade dos Objetos

Os objetos são estruturas complexas, visto que o paradigma OO (Orientação a Objetos) tem por finalidade trazer os elementos do mundo real para a programação, os quais trazem benefícios com uma maior clareza, organização no código e reaproveitamento de linhas de código, porém para tal benefícios sua estrutura e conceitos são relativamente complexos se comparado com a programação estruturada.

Os objetos são criados ou instanciados através de uma classe, onde a mesma é responsável por definir as características e comportamentos do objeto, os quais também são chamados de atributos e métodos, sendo possível herdar as características e comportamentos de outra classe, atribuir nível de acesso aos atributos e métodos.

Sobre os modificadores de acesso, Barnes e Kölling (2004, p.28) também comentam:

Chamamos métodos que alteram o estado de seu objeto de métodos modificadores. Da mesma maneira como pensamos nos métodos de acesso como solicitações de informações (perguntas), você pode pensar nos métodos modificadores como solicitações para um objeto alterar seu estado.

As diferentes linguagens de orientação a objetos são semelhantes, mas carregam peculiaridades referentes aos recursos e uso dos objetos.

É trivial a necessidade de possuir relacionamentos entre objetos em determinadas soluções, muitas das vezes os relacionamentos dos objetos deixam a estrutura dos mesmos aninhados, podendo existir vários objetos dentro um do outro ou não.

Existem vários tipos de relacionamentos, como por exemplo: associação, agregação e composição.

A associação é uma relação considerada trivial entre dois objetos, ocorre quando um objeto utiliza outro, contudo, isento de relação de dependência (MIRANDA, 2014).

Já a agregação ocorre quando um objeto necessita de outro objeto para completar a sua ação, ou seja, realiza a agregação de um objeto externo e o usa como parte de si próprio (MIRANDA, 2014).

Outro exemplo de relacionamento é a composição, visto que uma classe cria uma instância de outra classe dentro de si própria, dessa forma, quando ela for destruída, a outra classe também será. (MIRANDA, 2014).

6.4. Transações

Por definição, entende-se uma transação como uma sequência de operações que são executadas de maneira única como uma unidade lógica de trabalho e essa unidade lógica de trabalho precisa mostrar quatro propriedades, designadas pela sigla ACID (atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade), para que seja denominada como transação (MICROSOFT, 2016).

Sobre atomicidade, observa-se que uma transação necessita ser uma unidade atômica de trabalho, dessa maneira ou todas as modificações de dados são executadas ou nenhuma delas é executada (MICROSOFT, 2016).

A preservação da consistência apresenta a possibilidade de que uma transação seja executada desde o início até o fim sem que exista interferência de outras durante sua execução. Dessa forma, é a execução de uma transação isolada, conduzindo o banco de um estado consistente para outro estado consistente (GUIRRA, 2013).

O isolamento garante que uma transação possa parecer sozinha entre outras transações, mesmo tendo várias transações sendo executadas ao mesmo tempo, o sistema irá garantir de que, para cada conjunto de transações, uma transação seja encerrada antes do início da outra. Assim, a execução de uma transação não sofrerá a interferência de outra transação que esteja acontecendo respectivamente (GUIRRA, 2013).

Por último, durabilidade encontra-se relacionada ao efeito permanente no sistema de uma transação, depois que ela sido concluída. As modificações persistem até mesmo em uma queda que o sistema tenha (MICROSOFT, 2016).

Porém, observa-se que transações, no sentido tradicional de SGBDRs carregam o significado da possibilidade de alteração no banco de dados com os comandos *insert*, *update* e *delete* e também a opção de conservar as mudanças ou desfazê-las, usando comandos como *commit* ou *rollback*. Essas construções, porém, não estão comumente disponíveis em soluções NoSQL – uma gravação é bem-sucedida ou falha (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.137).

Nesse aspecto, é válido ressaltar que cada banco de dados apresenta

possibilidades diferentes quanto a transações.

Em um banco de dados do tipo documento, existem características que já exibem essas diferenças, visto que todas as gravações são reproduzidas com sucesso, como discorre Sadalage e Fowler (2014, p.137):

Transações no nível de um único documento são conhecidas como transações atômicas. Transações envolvendo mais de uma operação não são possíveis, embora existam produtos como o RavenDB que suportam transações com múltiplas operações.

Por padrão, todas as gravações são reportadas como bem-sucedidas.

Em banco de dados relacionados a chave-valor, diferentes produtos no armazenamento têm diferentes especificações de transação. De modo geral, não existe garantias nas gravações. Vários armazenamentos de dados implementam transações de diferentes formas. (SADALAGE; FOWLER, 2014, p. 127).

O Cassandra, que é um banco de dados pertencente ao segmento da família de colunas, não tem transações no sentido tradicional – onde pode-se iniciar múltiplas gravações e depois decidir se confirmaríamos as alterações ou não. No Cassandra, uma gravação é atômica em relação a linha, o que significa que a inserção ou atualização em colunas para uma determinada chave de linha será tratada como uma única gravação, podendo ser bem-sucedida ou falhar. As gravações são gravadas primeiramente no *commit log* e em *memtables* e somente são consideradas válidas quando tanto a gravação no *commit log* quanto a gravação na *memtables* tiverem sido bem-sucedidas. Se um nodo ficar indisponível, o *commit log* é utilizado para aplicar as alterações no nodo, da mesma forma que o *redo log* no Oracle (SADALAGE; FOWLER, 2014, P. 153).

Além disso, o Cassandra fornece gravações de forma rápida e para isso, Perera (2012) discorre sobre uma das técnicas utilizadas:

O Cassandra fornece gravações muito rápidas (até mesmo mais rápidas que as leituras), transferindo dados a cerca de 80-360 MB/s por nó. [...] O Cassandra mantém a maior parte dos dados na memória do nó responsável. As atualizações são feitas na memória e gravadas no armazenamento persistente (sistema de arquivos) de forma lenta. No entanto, para evitar a perda de dados, ele grava todas as transações em um log de confirmação no disco. Ao contrário da atualização de itens de dados no disco, as gravações em logs de confirmação envolvem apenas anexação e, portanto, evitam o atraso de rotação ao gravar no disco.

Por último, o banco de dados de grafos representado pelo Neo4j, apesar de corresponder as características fundamentais dos bancos de dados não convencionais, é compatível com as propriedades ACID, como discorre Sadalage e

Fowler (2014, p. 165):

O Neo4J é compatível com as propriedades ACID. Antes de alterar quaisquer nodos ou adicionar algum relacionamento a nodos já existentes, temos de iniciar uma transação. Se não envolvermos as operações em transações, obteremos uma exceção *NotInTransactionException*. Operações de leitura podem ser executadas sem iniciar uma transação.

Outro ponto relacionado ao Neo4j a ser considerado reside na forma como a transação é gerenciada, como apresenta Sadalage e Fowler (2014, p.166):

Uma transação precisa ser marcada como bem-sucedida, senão o Neo4j supõe que ela falhou e a desfaz quando o comando *finish* for executado. Da mesma maneira, utilizar o *success*, mas omitir o *finish* também não confirmará os dados no banco de dados. Essa maneira de gerenciar transações deve ser lembrada durante o desenvolvimento, uma vez que difere do modo padrão de executar transações em um SGBDR.

6.5. Consultas

No mundo relacional, o SQL é uma linguagem que os bancos de dados utilizam como padrão e suas diminutas variações não interferem de maneira significativa na execução geral.

De acordo com Sadalage e Fowler (2014, p.27), “Embora haja diferenças de um banco de dados relacional para outro, os mecanismos principais permanecem os mesmos: os dialetos SQL utilizados por diversos fornecedores são similares”.

Um exemplo simples encontra-se no comando *select*, visto que é usado para consultar dados em tabelas e seu uso é aceito em qualquer ferramenta relacional.

Contudo, tecnologias pertencentes aos bancos de dados não convencionais não adotam uma linguagem padrão de consulta, e nesse ponto encontra-se a razão pela qual a discussão sobre recursos de consultas torna-se diferente em NoSQL, já que cada banco de dados nesse nicho possui segmentações particulares.

Por isso, ao discorrer sobre as características principais em consultas em banco de dados chave-valor, Sadalage e Fowler (2014, p.127) comentam:

Todos os armazenamentos de chave-valor podem ser consultados pela chave – e isso é tudo. Se você necessitar fazer uma consulta utilizando algum atributo da coluna de valores, não é possível utilizar o banco de dados: seu aplicativo precisa ler o valor para descobrir se ele satisfaz às condições.

Devido as propriedades de consultas desse tipo de banco de dados, sua utilização se torna mais frequente para armazenamento de dados de sessão

(com o ID da sessão como chave), dados de carrinhos de compras, perfis de usuário, entre outros (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.128).

Por outro lado, quando se compara a consulta do banco de dados orientado a documentos ao de chave-valor, observa-se que é possível consultar os dados dentro de documento sem ter de recuperar o documento inteiro pela chave e depois examiná-lo. É um recurso que aproxima o banco de dados de documentos ao modelo de consulta SGBDR (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.140).

Banco de dados desse gênero fornecem recursos de consulta diferentes, já que enquanto o banco CouchDB realiza consulta por meio de visões – consultas complexas em documentos que podem ser materializadas ou dinâmicas, o MongoDB possui uma linguagem de consulta que é expressa via JSON, além de outras estruturas (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.142).

Com relação a família de colunas, mais especificamente o banco de dados Cassandra, observa-se que à medida que dados são inseridos nas famílias de colunas, os dados de cada linha são ordenados por nomes de coluna. Se existir uma coluna que seja recuperada com mais frequência do que outras, torna-se melhor para desempenho que se utilize esse valor para a chave da linha (SADALAGE; FOWLER, 2014, p.155).

Sobre a linguagem de consulta utilizada pelo Cassandra, Sadalage e Fowler (2014, p.157) explicam:

O Cassandra possui uma linguagem de consulta que suporta comandos do tipo SQL, conhecida como CQL (do nome original em inglês *Cassandra Query Language*). Podemos utilizar os comandos para criar uma família de colunas. [...] O CQL tem muito mais recursos para consultar dados, mas não tem todos os recursos que o SQL possui. O CQL não permite junções ou subconsultas e suas cláusulas *where* geralmente são simples.

Com relação a ordenação de colunas por nomes, Perera (2012) comenta:

Cassandra consiste em muitos nós de armazenamento e armazena cada linha em um único nó. Em cada linha, Cassandra sempre armazena as colunas classificadas por seus nomes. Usando essa ordem de classificação, o Cassandra suporta consultas de fatia, nas quais, dada uma linha, os usuários podem recuperar um subconjunto de suas colunas que estejam em um dado intervalo de nomes de coluna. Por exemplo, uma consulta de fatia com o intervalo *tag0* a *tag9999* retornará todas as colunas cujos nomes estão entre *tag0* e *tag9999*.

No que diz respeito a banco de dados orientados a grafos, ressalta-se que são suportados por linguagens de consulta como Gremlin e o banco de dados

Neo4j também possui a linguagem Cypher para pesquisa no grafo, como explica Sadalage e Fowler (2014, p.167):

Banco de dados de grafos são suportados por linguagens de consulta como a Gremlin [Gremlin]. Gremlin é uma linguagem específica de domínio para percorrer grafos; ela pode percorrer todos os bancos de dados de grafos que implementem grafos de propriedades no padrão Blueprints [Blueprints]. O Neo4j também possui a linguagem de consulta Cypher [Cypher] para pesquisar grafo. Além destas linguagens de consulta. O Neo4j permite que você consulte propriedades dos nodos do grafo, ou percorra os relacionamentos dos nodos utilizando *bindings* da linguagem.

7. METODOLOGIA

O objetivo desse capítulo é apresentar o método de pesquisa adotado para analisar, de forma prática, as características de implementação tanto de um banco de dados convencional quanto não convencionais.

7.1. Os Sgbds

Inicialmente foram instalados todos os gerenciadores de banco de dados (SGBDs) necessários para a pesquisa, tais como: PostgreSQL que se configura como um banco de dados relacional, Neo4j, Redis, Cassandra e MongoDB, que são bancos pertencentes ao campo não relacional, sendo as seguintes versões dos bancos utilizadas:

- PostgreSQL 9.1
- MongoDB Community Server v3.2.7
- Redis 3.2.100
- Cassandra DataStax Community Edition 3.8.0
- Neo4j Community Edition 3.0.6

7.2. Cenário Prático

Foram estabelecidos quatro cenários para realizar os testes na implementação dos mesmos, obtendo as características de se implementar um modelo relacional e não relacional, evidenciando as principais diferenças.

Todos os testes foram embasados em comentários e exemplos descritos por Sadalage e Fowler (2014), no qual os autores apresentam cenários

apropriados para os tipos de banco NoSQL, sendo cada teste implementado com o modelo relacional também.

A seguir será apresentado alguns pseudos diagramas de classes para representar a estrutura e os dados armazenados nos SGBDs NoSQL

Ressalta-se o uso da palavra pseudo, uma vez que o diagrama apresentado não está exibindo os atributos, os métodos e a visibilidade dos mesmos, características que são encontradas em um diagrama de classes padrão.

Outro ponto relevante, reside na não definição de *datatype*, porque grande parte dos SGBDs NoSQL são de esquema livre, tornando seu uso opcional.

7.2.1 Pedido de compra

No cenário pedido de compra existem elementos tradicionais de um *e-commerce* como: gravação de produtos, dados do cliente, quantidade de produtos, valor, entre outros.

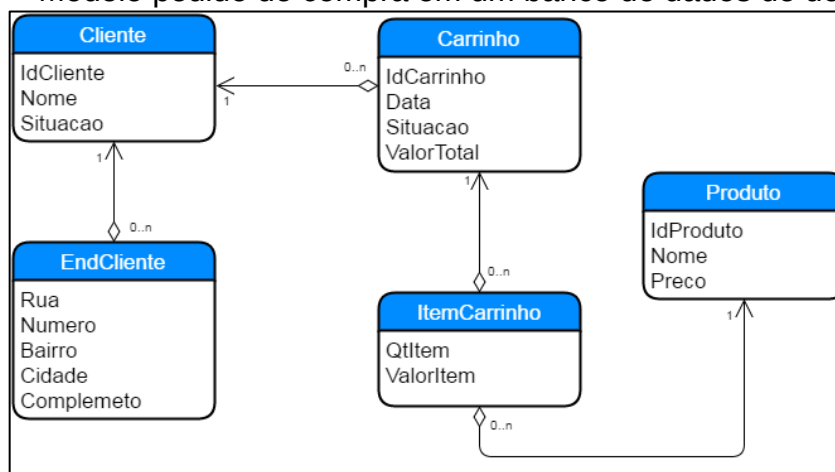
Nesse contexto foram utilizados o banco de dados relacional PostgreSQL e o banco não convencional MongoDB, que é um tipo documento.

Aplicativos de comércio eletrônico, muitas vezes, precisam ter esquemas flexíveis para produtos e pedidos, assim como precisam ter a capacidade de alterar seus modelos de dados sem refatorações custosas de bancos de dados ou migração de dados (SADALAGE; FOWLER, p. 145, 2014).

Portanto, a motivação da escolha do MongoDB reside no eficaz desempenho que esse banco de dados apresenta nesse tipo de cenário.

Na Figura 9, é exibido o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados de documentos:

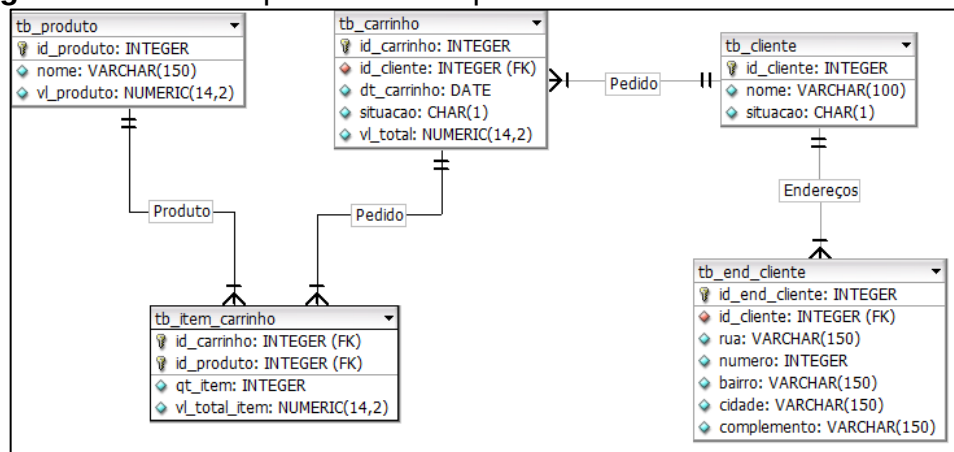
Figura 9 – Modelo pedido de compra em um banco de dados de documentos



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 10 apresenta o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados relacional:

Figura 10 – Modelo pedido de compra em um banco de dados relacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

7.2.2 Preferências do Usuário

Nesse cenário, apresenta-se o uso de preferências de usuários de um sistema qualquer, realizando operações como: salvar idioma, cor, entre outras opções que tornem o sistema personalizado para o usuário.

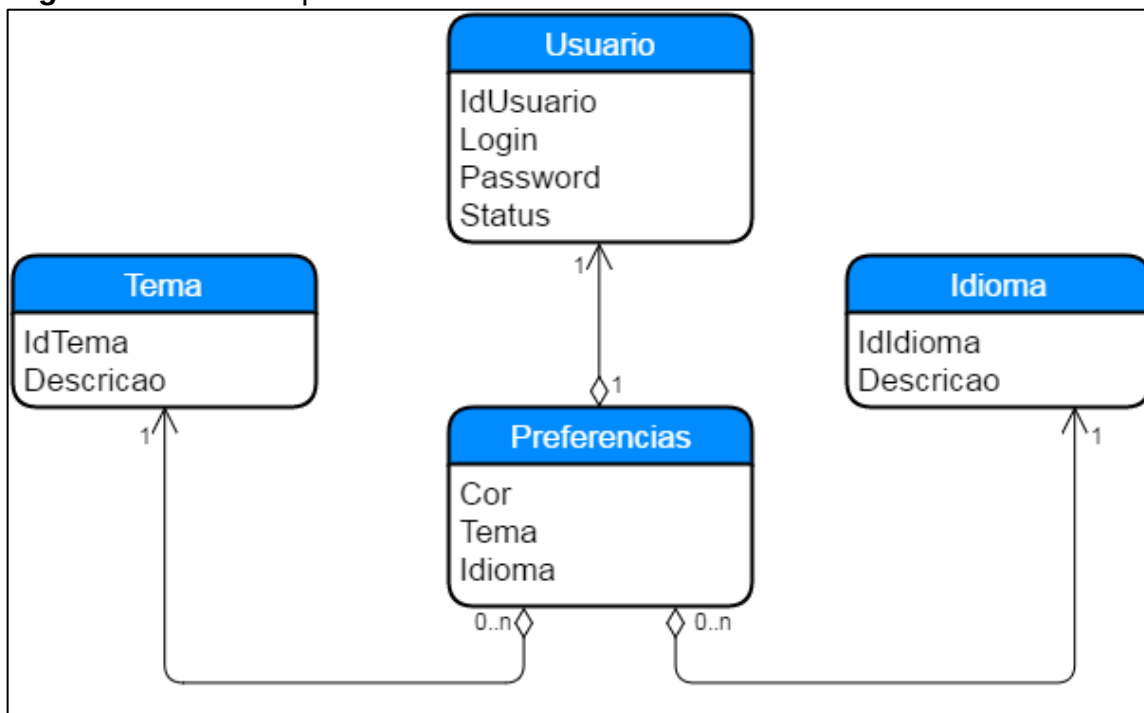
No contexto exibido foram adotados o banco de dados relacional PostgreSQL e o banco não convencional Redis, que é do gênero chave e valor.

Quase todos os usuários têm um único *userId* (ID do usuário), um único *username* (nome do usuário), ou algum outro atributo único, além de preferências, como idioma, cor, fuso horário, a quais produtos o usuário têm acesso, e assim por diante. Tudo isso pode ser colocado em um objeto, de modo que as preferências de um usuário sejam obtidas por meio de uma única operação *get*. De modo semelhante, perfis de produtos também podem ser armazenados (SADALAGE; FOWLER, p. 131, 2014).

Assim, a motivação da escolha do Redis reside no eficaz desempenho que esse banco de dados apresenta nesse tipo de cenário.

Na Figura 11, é exibido o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados de chave e valor:

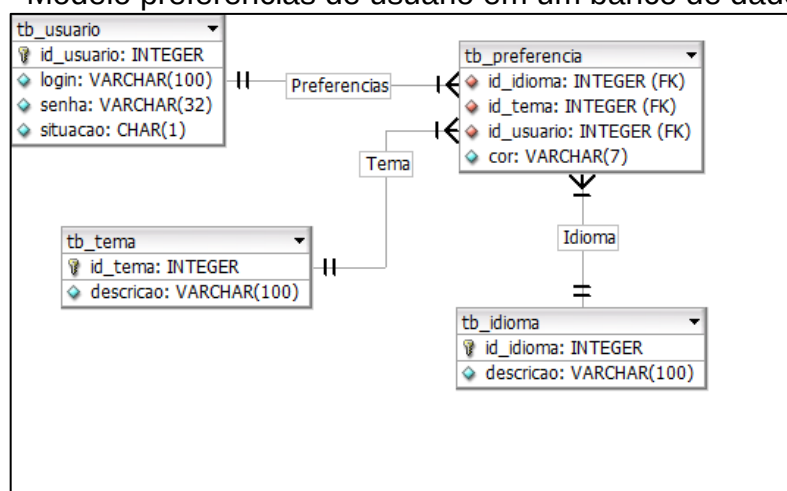
Figura 11 – Modelo preferências de usuário em um banco de dados chave valor



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 12 é apresentado o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados relacional.

Figura 12 – Modelo preferências de usuário em um banco de dados relacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

7.2.3 Contador de Acesso

O contador de acesso é um cenário que possui aspectos como contagem de páginas de *site* ou sistema *web* acessadas por usuários.

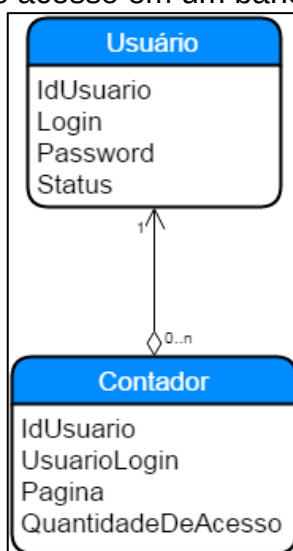
Neste contexto foram escolhidos o banco de dados relacional o PostgreSQL e o banco não convencional o Cassandra, que é do tipo família de colunas.

Muitas vezes, em aplicativos *web*, você precisa contar e categorizar visitantes de uma página para fazer análises. [...] Uma vez que uma família de colunas é criada, você pode ter colunas arbitrárias para cada página visitada e por cada usuário no aplicativo *web* (SADALAGE; FOWLER, p. 159, 2014).

Dessa forma, a motivação da escolha do Cassandra reside no eficaz desempenho que esse banco de dados apresenta nesse tipo de cenário.

Na Figura 13 é apresentado o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados de família de coluna.

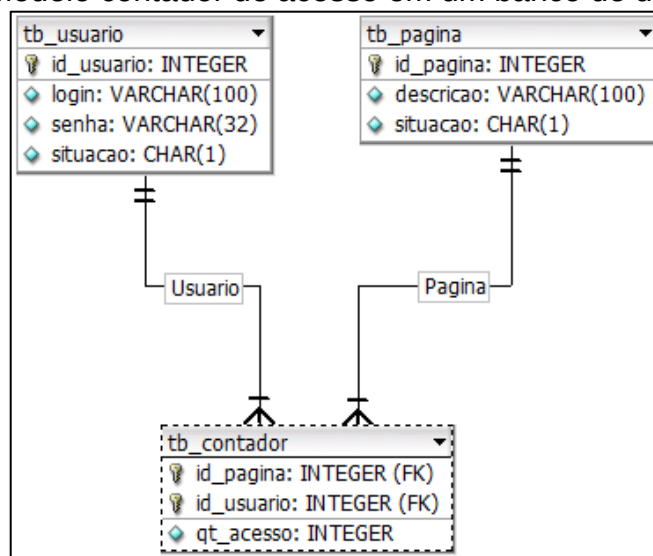
Figura 13 – Modelo contador de acesso em um banco de dados família de coluna



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 14 é apresentado o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados relacional.

Figura 14 – Modelo contador de acesso em um banco de dados relacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

7.2.4 Rede Social

A rede social é um cenário no qual pessoas são usuários do sistema e existem múltiplos relacionamentos entre elas, como: amizade, namoro, casamento, além de outras representações significativas ao usuário ou grupo.

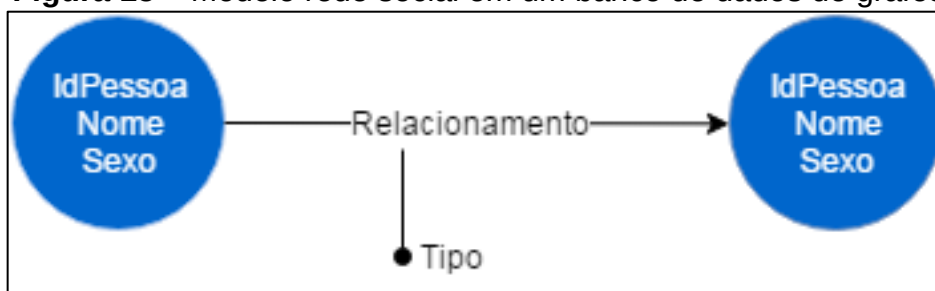
Neste cenário foi escolhido para representar o modelo relacional o PostgreSQL e para o modelo não convencional o Neo4j, o qual é pertencente ao tipo grafos.

É nas redes sociais que os bancos de dados de grafos podem ser instalados e utilizados de maneira muito eficaz. Esses grafos sociais não têm de ser apenas do tipo que relaciona amigos; eles podem, por exemplo, representar funcionários, seu conhecimento e onde trabalham com outros funcionários em diferentes projetos. Qualquer domínio rico em *links* é apropriado para banco de dados de grafos (SAGALAGE; FOWLER, p.173, 2014).

Portanto, a motivação da escolha do Neo4j reside no eficaz desempenho que esse banco de dados apresenta nesse tipo de cenário.

A Figura 15 apresenta o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados de grafos.

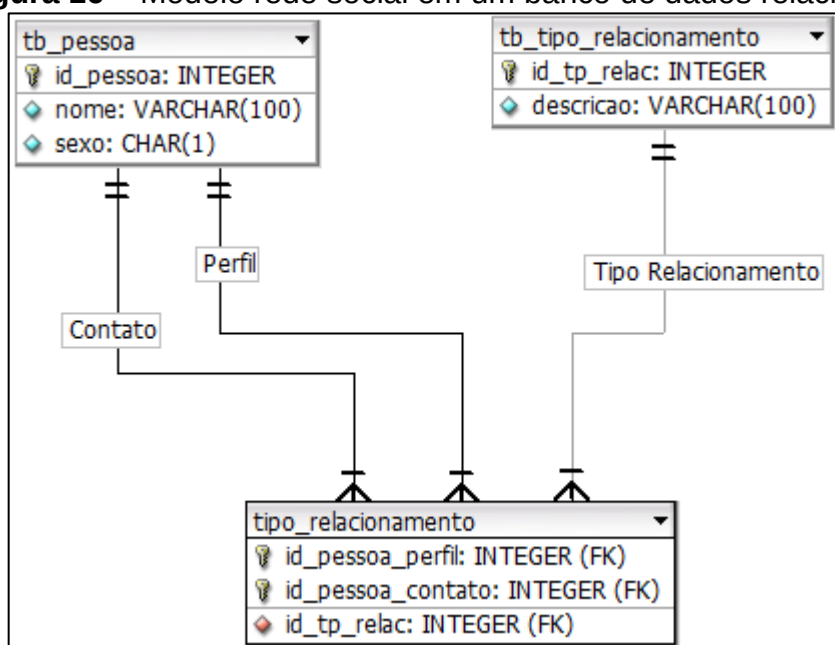
Figura 15 – Modelo rede social em um banco de dados de grafos



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 16 exibe o modelo de dados para o armazenamento no banco de dados relacional.

Figura 16 – Modelo rede social em um banco de dados relacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

7.3. Fases Aplicadas

A implementação dos cenários foi desenvolvida em linguagem Java para verificar as características de cada SGBD.

A escolha da linguagem consiste em diversos fatores, a saber: sua expressiva popularidade, a forte comunidade ativa e, consequentemente, a ampla quantidade de *drivers* para o acesso dos SGBDs.

Além disso, segundo o *ranking* da IEEE Spectrum do ano 2016, Java está em segundo lugar nas linguagens de programação mais populares

(DIAKOPOULOS; CASS, 2016), possuindo também mais de 1.153.613 perguntas sobre a linguagem no *stacoverflow* (STACOVERFLOW, 2016).

Outro ponto necessário de menção foi a criação de um projeto para cada cenário na linguagem Java, onde foram desenvolvidas classes dos cenários, também classes de DAO (*Data Access Object*), conexão com o SGBD junto com seu *driver* de acesso e algumas classes extras para cada projeto como: converter um objeto em uma outra estrutura. Também foi analisado e anotado as características e as possibilidades de ser implementado CRUD dos SGBDS em cada cenário.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os resultados e discussões das características de se implementar um CRUD em cenários apropriados para cada tipo de banco de dados NoSQL e sua comparação em cada contexto com um banco de dados relacional.

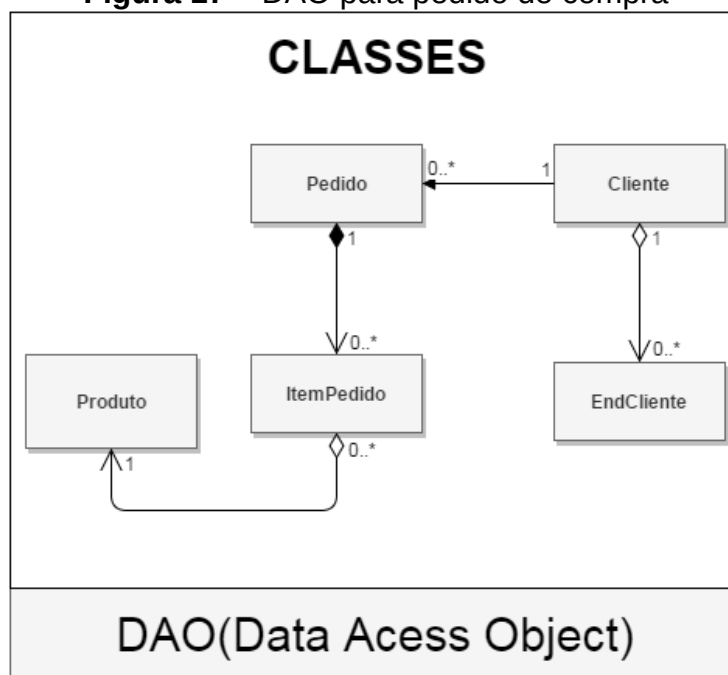
Durante o desenvolvimento foi analisado as possibilidades de cada banco de dados e suas características no momento da implementação, observando os padrões possíveis diante dos cenários.

8.1. Pedido de Compra

Na seção 7.2.1 o cenário pedido de compra é abordado de forma detalhada. Em síntese, é dissertado sobre suas características fundamentais: um pedido de compra em um *e-commerce* tradicional, no qual o usuário vai adicionando produtos no pedido.

A Figura 17 ilustra a implementação do cenário de forma genérica, onde são apresentadas as classes sem seus atributos e métodos, além de apresentar o uso de DAO, uma vez que tais questões serão detalhadas nos tópicos de cada banco de dados.

Figura 17 – DAO para pedido de compra



Fonte: Elaborado pelos autores.

8.1.1 Relacional

Na implementação do cenário em questão no SGBD PostgreSQL, foi primeiramente adaptado a realidade da estrutura relacional, no qual para cada tabela foi definido uma classe realizando o mapeamento objeto relacional, priorizando a normalização da entidade e o relacionamento. Além disso, foram organizados os dados para diminuir a quantidade dos mesmos armazenados e facilitar a sua manipulação.

Para realização do CRUD, foi desenvolvido o DAO para cada classe, no qual a mesma implementava os códigos para manipulação dos dados.

Nesse cenário, o modelo relacional recebeu execução satisfatória, já que sua aplicação foi flexível e de fácil manipulação de dados com o uso do SQL. Além disso, uma característica observada na implementação do modelo relacional foi que, para montar o objeto pedido, deve-se fazer algumas requisições para o SGBD, porque o objeto pedido possui dependências das entidades *Cliente* e *Produto*, sendo necessário para cada dependência do objeto *Pedido* realizar uma requisição para o SGBD.

A Figura 18 apresenta os dados armazenados na estrutura relacional.

Figura 18 – Dados pedido de compra armazenados na estrutura relacional

TB_END_CLIENTE						
id_end_cliente	id_cliente	rua	numero	bairro	cidade	complemento
1	1	Pedro Peres	1000	Vila Primavera	Franca	

TB_ITEM_CARRINHO			
id_carrinho	id_produto	qt_item	vl_total_item
1	1	1	1500
1	2	1	600

TB_CLIENTE		
id_cliente	nome	situacao
1	Maria	A

TB_PRODUTO		
id_produto	nome	vl_produto
1	TV	1500
2	Radio	600
3	Geladeira	1200

TB_CARRINHO				
id_carrinho	dt_carrinho	id_cliente	situacao	vl_total
1	19/09/2016	1	A	2100

Fonte: Elaborado pelos autores

8.1.2 Documentos

De início, na implementação do cenário do MongoDB, os dados foram organizados de acordo com a estrutura de documentos. O SGBD MongoDB é esquema livre, no qual pode ser armazenado os dados sem previamente definir o documento, os atributos e os tipos de dados.

Além disso, foi escolhido para armazenar os dados de forma aninhada, já que é uma característica do banco de dados. Ressalta-se que o MongoDB não possui junções, sendo necessário o armazenamento de forma desnormalizada do ponto de vista entidade e relacionamento e, por tanto, tendo uma quantidade satisfatória de redundância de dados.

As Figuras 19 e 20 exibem os dados armazenados na estrutura de documentos que salva os dados em notação JSON.

Figura 19 – Documento pedido em estrutura de documentos

```
//Documento: Pedido
{
  _id: 1,
  dt_pedido: '19/09/2016',
  situacao: 'A',
  vl_total: 210,
  cliente: { _id: 1,
    nome: 'Maria',
    situacao: 'A',
    enderecos: { rua: 'Pedro Peres',
      numero: 1000,
      bairro: 'Vila Primavera',
      cidade: 'Franca' }
  },
  itens: [{ idProduto: 1, nome: 'TV', quantidade: 1, vl_produto: 1500},
    { idProduto: 2, nome: 'Radio', quantidade: 1, vl_produto: 600} ]
};
```

Fonte: Elaborados pelos autores.

Figura 20 – Documento cliente em estrutura de documentos

```
//Documento: Cliente
{
  _id: 1,
  nome: 'Maria',
  situacao: 'A',
  enderecos: { rua: 'Pedro Peres',
    numero: 1000,
    bairro: 'Vila Primavera',
    cidade: 'Franca' }
};

//Documento: Produto
{ _id: 1, nome: 'TV', vl_produto: 1500};
{ _id: 2, nome: 'Radio', vl_produto: 600};
{ _id: 3, nome: 'Geladeira', vl_produto: 1200};
```

Fonte: Elaborados pelos autores.

Para realizar o CRUD foi criado o DAO para as classes: *Produto*, *Cliente* e *Pedido*.

A fim de realizar o armazenamento e a recuperação foi necessário criar uma classe para converter de objeto para estrutura JSON e de JSON para objeto. A linguagem de manipulação de dados do MongoDB utiliza a sintaxe e alguns recursos da linguagem *JavaScript*.

Em geral, o armazenamento e recuperação dos dados para montar um objeto realiza poucas requisições ao banco de dados, porque os dados são armazenados em uma estrutura aninhada, por exemplo: o *pedido* tem a dependência de *cliente* e *itens* do *produto*. Quando armazenado de forma aninhada, na estrutura de documentos, no documento *pedido* estará os dados do *cliente* e dos *itens* do *produto*, ou seja, ao recuperar o *pedido* ou ao armazená-lo, já conterà os dados referente a este em um documento, não sendo necessário realizar requisições para outros documentos para montar o objeto pedido.

8.1.3 Conclusão

As ações tomadas para o desenvolvimento foram selecionadas para melhor aproveitar a estrutura de cada banco de dados e o que é comum de se implementar. O PostgreSQL poderia estar desnormalizado para que o sistema realizasse menos requisições ou montar uma *view* específica com esses dados e desenvolver algum tipo de conversão na aplicação.

Por outro lado, o MongoDB poderia estar em uma estrutura não aninhada evitando redundância dos dados, mas para obter as características fundamentais de cada banco de dados e aplica-las com boas práticas foram adotados os padrões escolhidos.

A Tabela 1 exibe as principais diferenças encontradas nos SGBDs analisados.

Tabela 1 – Principais diferenças entre os SGBDs PostgreSQL e MongoDB

Principais Diferenças		
Diferenças Observadas	PostgreSQL	MongoDB
Tipo	Relacional	Documentos
Esquema Livre	Não	Sim
Camada ACID	Sim	Não
Linguagem	Possui uma sintaxe simples e tem diversos recursos para a manipulação dos dados, a linguagem é padronizada entre os SGBDs do tipo relacional.	A sintaxe é simples: usa a estrutura da linguagem JavaScript, utiliza alguns recursos dessa e possui uma diversidade satisfatória de recursos para manipulação dos dados. Sua linguagem não é padronizada para outros SGBD do tipo documento.
Armazenamento	Na estrutura de tabelas os relacionamentos são feitos entre chaves primárias e estrangeiras.	Na estrutura JSON.
Características de Implementação	Os SGBDs relacionais são generalistas e se adaptam em diversos cenários. Quando é utilizado uma linguagem de Orientação a Objeto como JAVA, devem ser adotados alguns padrões para lidar com a impedância objeto relacional, a fim de manter a normalização e as boas práticas.	Para a implementação desse SGBD é possível armazenar objetos agregados em uma estrutura agregada no banco de dados. Além disso, é importante converter o objeto para a estrutura de armazenamento ao salvar os dados e quando for recuperar deve realizar a operação inversa, como boas práticas ao modelar o sistema todos os dados de um documento devem estar contidos nele.

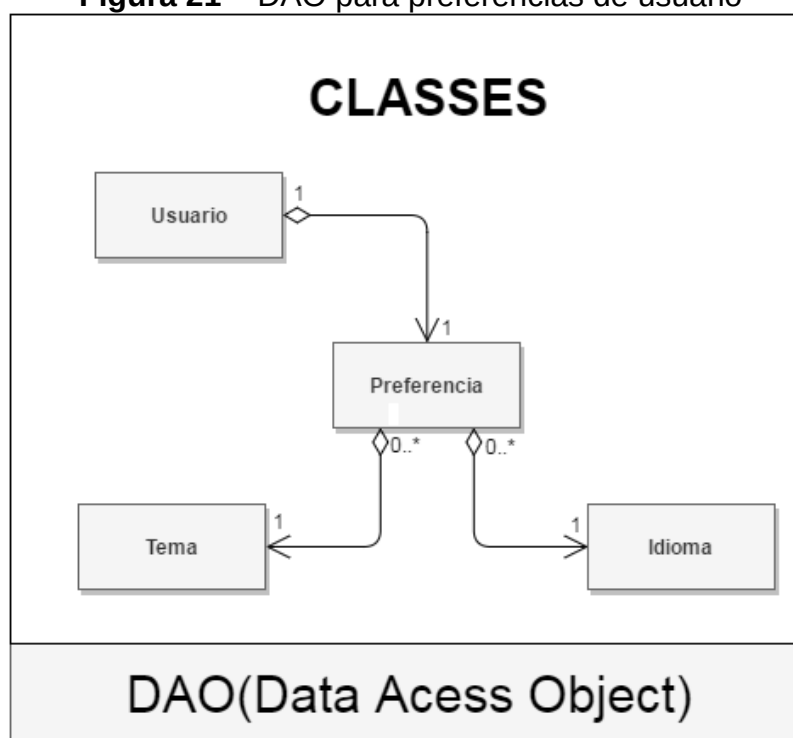
Fonte: Elaborado pelos autores.

8.2. Preferências de Usuário

Na seção 7.2.2, o cenário é descrito detalhadamente. Em resumo, apresenta-se um sistema que tem a possibilidade de personalizá-lo conforme as preferências do usuário.

A Figura 21 ilustra a implementação do cenário de forma genérica, onde é apresentado as classes sem seus atributos e métodos, além de apresentar o uso de DAO, uma vez que tais questões serão detalhadas nos tópicos de cada banco de dados.

Figura 21 – DAO para preferências de usuário



Fonte: Elaborado pelos autores.

8.2.1 Relacional

Na implementação do cenário com o SGBD PostgreSQL, primeiramente foi adaptado a realidade da estrutura relacional, no qual para cada tabela foi definido uma classe realizando o mapeamento objeto relacional, priorizando a normalização da entidade e relacionamento, organizando os dados para diminuir a quantidade dos mesmos armazenados e facilitar a manipulação dos dados, sendo implementado da mesma forma como o exemplo do pedido de compra. A Figura 22 apresenta os dados armazenados na estrutura relacional.

Figura 22 – Dados preferências de usuário armazenados na estrutura relacional

TB_USUARIO			
id_usuario	login	senha	situacao
1	master	e10adc394...	A

TB_PREFERENCIA			
id_usuario	cor	id_idioma	id_tema
1	#FFFFFF	1	1

TB_IDIOMA	
id_idioma	descricao
1	Português (Brasil)
2	Inglês
3	Espanhol
4	Italiano
5	Japonês

TB_TEMA	
id_tema	descricao
1	Padrão
2	Clássico
3	Futurístico
4	Esportivo
5	Natureza

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para realizar o CRUD foi criado o DAO para cada classe, no qual a mesma implementava os códigos para a manipulação dos dados. Para esse cenário a implementação com o modelo relacional foi satisfatória, já que sua aplicação foi flexível e de fácil manipulação de dados com o uso do SQL.

Um ponto a ser observado reside no exemplo usuário, já que esse deve fazer algumas requisições para o banco de dados para montar o mesmo que possui dependências como preferência, tema e idioma.

8.2.2 Chave-Valor

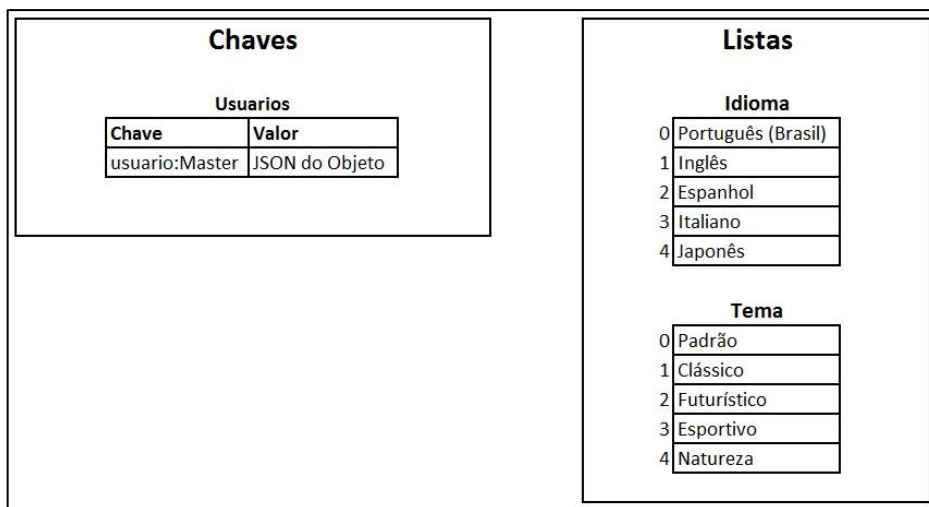
Na implementação do cenário no SGBD Redis, os dados foram organizados de acordo com a estrutura de chave e valor e lista. O SGBD é esquema livre onde pode ser armazenado os dados sem previamente definir chaves, valores e tipos de dados.

O SGBD Redis foi selecionado para armazenar o *tema* e o *idioma* em lista ao invés de *chave* e *valor*, para que tivesse recursos nativos do banco de dados para uma melhor manipulação desses dados.

Além disso, o usuário e as preferências foram escolhidos serem armazenados em JSON com a estrutura chave e valor, uma vez que foi estabelecido um padrão para recuperar os mesmos.

As Figuras 23 e 24 a seguir exibem os dados armazenados na estrutura de chave e valor e lista juntamente com o JSON de usuário e preferência:

Figura 23 – Dados preferências de usuário em estrutura JSON



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 24 – Dados preferências de usuário em estrutura chave e valor

```
{
  login: 'master',
  senha: 'e10adc394...',
  situacao: 'A',
  preferencia: {cor: '#FFFFFF',
                idioma: {idIdioma: 0, descricao: 'Português (Brasil)'},
                tema: {idTema: 0, descricao: 'Clássico'}
               }
};
```

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi definido a estrutura de lista em *idioma* e *tema* para diminuir a quantidade de requisições com o banco de dados. Tal decisão foi adotada já que, se fosse definido manter o *tema* ou *idioma* na estrutura de *chave* e *valor* seria necessário realizar várias requisições para o banco de dados, por exemplo:

- Uma vez que a chave de idioma fosse nomeada como “idioma:Ingles”, “idioma:Portugues” e assim por diante;
- Para verificar todas as chaves que possuem essa nomenclatura, seria necessário executar o seguinte comando, que devolveria uma lista de nomes de chaves: *KEYS idioma:**
- Com a lista de todas as chaves de idioma para cada uma precisaria realizar uma requisição ao Redis para efetivamente montar a lista de idiomas.

Para o objeto usuário e preferência foi optado converter em JSON para armazenar o mesmo pela praticidade de recuperar e salvar, através do comando “get Chave” para recuperar e “set Chave” para salvar. Além disso, poderia também serializar o objeto para armazenar no Redis, ou usar a estrutura de *hash* que o Redis suporta.

8.2.3 Conclusão

Ambos os bancos de dados se adaptaram de forma satisfatória aos cenários. Ressalta-se que para o banco de dados Redis foi necessário utilizar duas estruturas que a tecnologia suporta para ter um melhor desempenho e uma facilidade na manipulação dos dados.

No PostgreSQL o cenário preferências de usuário foi facilmente implementado, com uma grande facilidade de manipulação dos dados pela linguagem SQL. A Tabela 2 exhibe as principais diferenças encontradas nos SGBDs analisados.

Tabela 2 – Principais diferenças entre os SGBDs PostgreSQL e Redis

Diferenças Observadas	PostgreSQL	Redis
Tipo	Relacional	Chave e Valor
Esquema Livre	Não	Sim
Camada ACID	Sim	Não
Linguagem	Possui uma sintaxe simples e tem diversos recursos para a manipulação dos dados, a linguagem é padronizada entre os SGBD do tipo relacional.	A sintaxe é simples, possui alguns recursos para a manipulação dos valores, não existe uma padronização da linguagem para os SGBD do tipo chave e valor.
Armazenamento	Na estrutura de tabelas os relacionamentos são feitos entre chaves primárias e estrangeiras.	A estrutura de armazenamento se compõem por uma chave e um valor, esse valor pode ser lista, conjunto, hash, string, inteiro e entre outros.
Características de Implementação	Os SGBDs relacionais são generalistas e se adaptam em diversos cenários. Quando é utilizado uma linguagem de Orientação a Objeto como JAVA, devem ser adotados alguns padrões para lidar com a impedância objeto relacional, a fim de manter a normalização e as boas práticas.	Na utilização desse SGBD ao armazenar o objeto geralmente é serializado ou convertido em uma estrutura como JSON sendo armazenando em <i>string</i> , também pode ser usado as estruturas do redis para o armazenamento dos objetos dependendo do contexto. Quando for definir as chaves deve possuir um alto valor semântico porque a chave é o único ponto para manipulação dos valores.

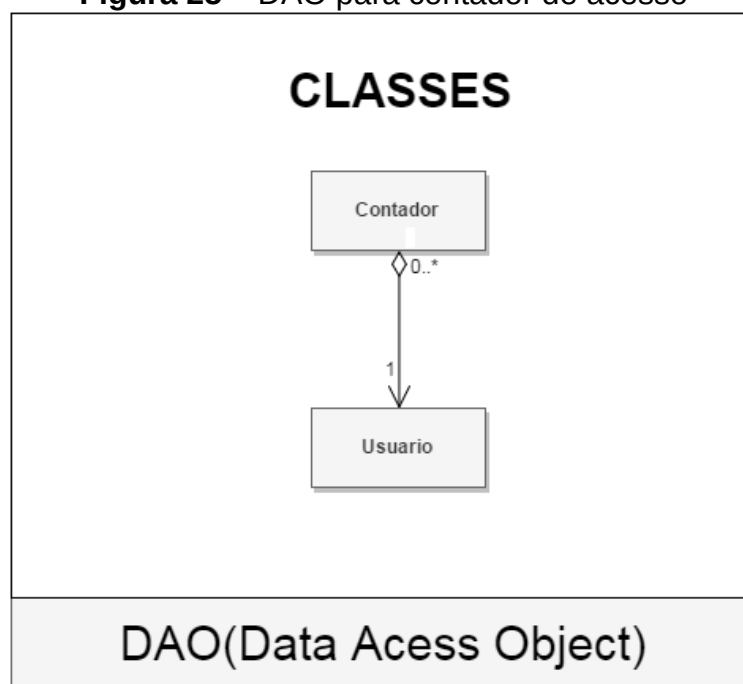
Fonte: Elaborado pelos autores.

8.3. Contador de Acesso

Na seção 7.2.3, o cenário contador de acesso é detalhado. Em síntese, trata-se de um contador de acesso das páginas de um *site*.

A Figura 25 ilustra a implementação do cenário de forma genérica, onde é mostrado as classes sem seus atributos e métodos, além de apresentar o uso de DAO, uma vez que tais questões serão detalhadas nos tópicos de cada banco de dados.

Figura 25 – DAO para contador de acesso



Fonte: Elaborado pelos autores.

8.3.1 Relacional

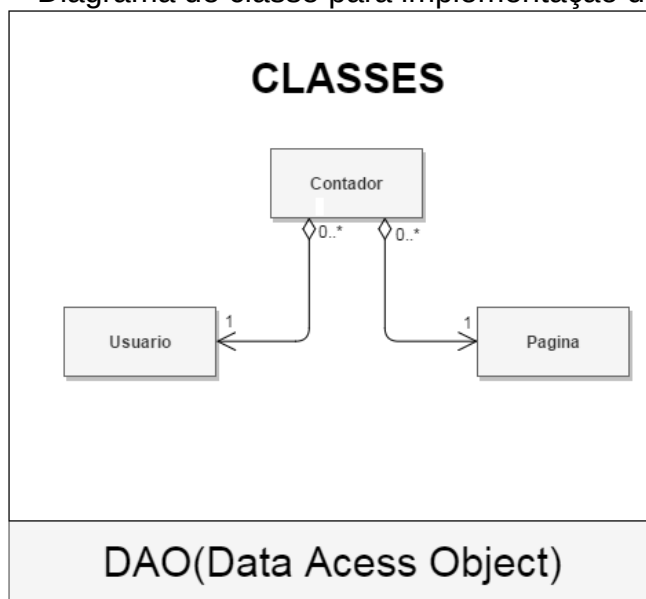
Na implementação do cenário em questão no SGBD PostgreSQL, primeiramente foi adaptado a realidade da estrutura relacional, no qual para cada tabela foi definido uma classe realizando o mapeamento objeto relacional, priorizando a normalização da entidade e relacionamento. Além disso, foram organizados os dados para diminuir a quantidade dos mesmos armazenados e facilitar a sua manipulação.

Na implementação no modelo relacional foi optado por desenvolver a tabela de páginas para economizar armazenamento, porque na tabela de contador será armazenado um código que será a chave primária que irá representar a página na tabela da mesma.

Essa escolha de padrão facilitou a manipulação dos dados, uma vez que caso o usuário cadastrar a página com o nome errado e já possuir muitos contadores de diversos usuários, basta apenas alterar o nome da página na tabela da mesma.

A Figura 26 apresenta o diagrama de classe utilizado na implementação do relacional.

Figura 26 – Diagrama de classe para implementação do relacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 27 apresenta os dados armazenados na estrutura relacional:

Figura 27 – Dados armazenados na estrutura relacional

TB_USUARIO				TB_PAGINA		
id_usuario	login	senha	situacao	id_pagina	descricao	status
1	master	e10adc394...	A	1	Home	A
				2	Contato	A
				3	Localização	A

TB_CONTADOR		
id_usuario	id_pagina	qt_acesso
1	1	10
1	2	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi implementado o CRUD, no qual foi desenvolvido a classe DAO, para cada classe, o SGBD PostgreSQL se adaptou satisfatoriamente ao cenário, sendo um banco de dados com muitos recursos e flexível.

8.3.2 Família de colunas

De início, na implementação do cenário no Cassandra, os dados foram organizados de acordo com a estrutura de família de colunas. O SGBD-R não é um banco de esquema livre, necessitando definir previamente as tabelas e os atributos e tipo de dados a serem armazenados.

O Cassandra é o SGBD NoSQL mais parecido com os SGBD relacionais, visto que utiliza a linguagem CQL que é bem parecida com SQL, porém tem suas diferenças uma delas é que o Cassandra não suporta JOIN, precisando em cada tabela ser criada da maneira que deseja consultar, não prezando pela normalização do modelo relacional.

A Figura 28 exibe os dados armazenados na estrutura de tabelas.

Figura 28 – Dados armazenados na estrutura de tabelas

TB_USUARIO			
id_usuario	login	senha	situacao
53b106e7-0...	master	e10adc394...	A
TB_CONTADOR			
id_contador	login	pagina	qt_acesso
87w106e7-1...	master	Home	10
32y106e7-2...	master	Contato	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para cada tabela foi definido como chave-primária do tipo UUID *Universally Unique Identifier*, o Cassandra suporta esse tipo de dado e tem a função para gerar o UUID que é um identificador único universal, possuindo um número finito de possibilidades, mas extremamente difícil de se gerar dois números iguais pela quantidade de possibilidades.

O UUID foi escolhido, pois o Cassandra não possui a funcionalidade de *sequence* nativamente e para este cenário seria ideal ter um identificador único para cada linha a fim de ser possível atualizar as linhas referente a alguma página.

Por exemplo, alguém cadastrou a página principal com o nome “hm” e decide-se mudar para “home”, porém já existem muitas linhas cadastradas com o nome “hm” na tabela “tb_contador”. Para resolver esse problema é preciso recuperar

estas linhas e alterar. Observa-se, contudo, possui algumas particularidades que o Cassandra possui:

- As colunas usadas para filtrar as linhas pelo operador “*WHERE*”, devem ser chave-primária ou serem indexadas;
- Ao filtrar pela chave-primária no operador “*WHERE*” no comando “*UPDATE*” e a chave for composta deve-se usar todas as colunas da mesma;
- Para alterar o dado de alguma coluna porem ela não pode estar sendo usada como filtro no operador “*WHERE*”.

Através dessas características, foram criados índices secundários para as colunas “*login*” e “*pagina*” da tabela “*tb_contador*”, a fim de recuperar as linhas com o nome da página “*hm*”:

```
SELECT id_contador
FROM                                     tb_contador
WHERE pagina = 'hm';
```

Obtendo os dados das linhas, especificamente o dado da chave-primária, será executado a operação para alterar o nome da página para “*home*”, filtrando pela chave primária:

```
UPDATE tb_contador
SET pagina = 'home'
WHERE id_contador IN (chaves...);
```

Os índices do Cassandra são chamados de índice secundário e devem ser usados em casos específicos, principalmente se estiver trabalhando em *cluster* com o SGBD Cassandra, porque irá criar o índice localmente.

Na hipótese do *cluster* possuir 5 *host*, o índice será criado somente em um dos *host*. Quando for preciso consultar os dados através desse índice, o Cassandra irá ter que pesquisar nos 5 *host* até encontrar, já com a chave-primária ele armazena o índice como global e, quando for pesquisar o mesmo ele irá nos dados de índices globais e indicará em qual *host* os dados se encontra.

Um detalhe interessante do SGBD Cassandra é que, caso seja definida uma chave-primária composta e se deseje filtrar por uma coluna da chave-primária, o SGBD irá te alertar que não há como garantir a performance da consulta.

Por exemplo: uma tabela tem um milhão de linhas e, na consulta realizada somente retorna uma linha como resultado, para isso o SGBD Cassandra irá carregar todas as linhas para posteriormente filtrar e retornar o resultado. Entretanto, se mesmo assim quiser realizar a consulta deve informar explicitamente o comando *ALLOW FILTERING*.

```
SELECT      *      FROM      tb_contador
WHERE      pagina      =      "Home"
ALLOW FILTERING;
```

Para resolver esse problema pode ser adicionado um índice secundário ou remodelar a chave-primária.

8.3.3 Conclusão

O dois SGBD são satisfatórios para esse cenário, no Cassandra foi necessário refletir nos valores a serem consultados para modelar a estrutura dos dados, a fim de alcançar performance e flexibilidade. No PostgreSQL, os dados foram modelados conforme a normalização do modelo de entidade e relacionamento, no qual foi pensado em performance e flexibilidade.

A Tabela 3 exhibe as principais diferenças encontradas nos SGBDs analisados.

Tabela 3 – Principais diferenças entre os SGBDs PostgreSQL e Cassandra

Diferenças Observadas	PostgreSQL	Cassandra
Tipo	Relacional	Família de Colunas
Esquema Livre	Não	Não
Camada ACID	Sim	Não
Linguagem	Possui uma sintaxe simples e tem diversos recursos para a manipulação dos dados, a linguagem é padronizada entre os SGBD do tipo relacional.	A sintaxe é inspirada na linguagem SQL, possui os recursos de DML e DDL com restrições à estrutura de armazenamento e as características do Cassandra. Além disso, a linguagem não possui padronização entre os SGBDs do tipo família de colunas, porém a curva de aprendizado para quem sabe SQL é baixa.
Armazenamento	Na estrutura de tabelas os relacionamentos são feitos entre chaves primárias e estrangeiras.	A estrutura de armazenamento é em tabelas, porém não possui relacionamentos.
Características de Implementação	Os SGBDs relacionais são generalistas e se adaptam em diversos cenários. Quando é utilizado uma linguagem de Orientação a Objeto como JAVA, devem ser adotados alguns padrões para lidar com a impedância objeto relacional, a fim de manter a normalização e as boas práticas.	Ao adotar esse SGBD deve-se modelar as tabelas pensando nos dados que irá utilizar ao consultar a tabela. É necessário estar atento também na escolha do atributo para a chave primária, porque nos comandos DML para filtrar as tuplas se usa a chave primária e para os outros atributos deve criar um índice secundário caso queria filtrar por eles.

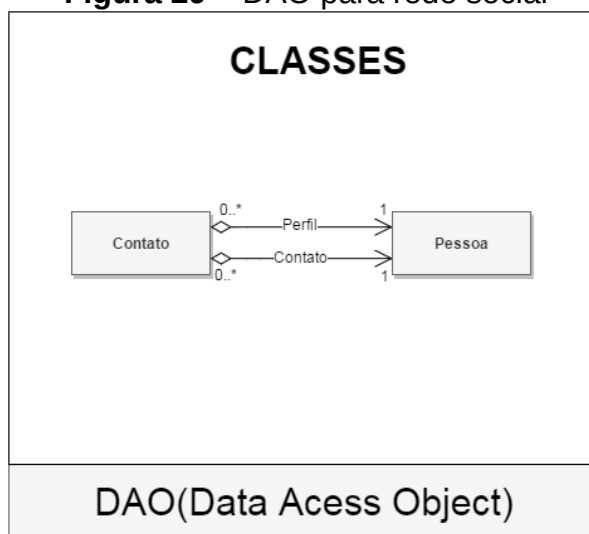
Fonte: Elaborado pelos autores.

8.4 REDE SOCIAL

Na seção 7.2.4, o cenário é abordado de maneira detalhada. Em resumo, trata-se de uma rede social, tratando nesse cenário variados relacionamentos dos usuários finais.

A Figura 29 ilustra a implementação do cenário de forma genérica, no qual são mostradas as classes sem seus atributos e métodos, além de apresentar o uso de DAO, uma vez que tais questões serão detalhadas nos tópicos de cada banco de dados.

Figura 29 – DAO para rede social

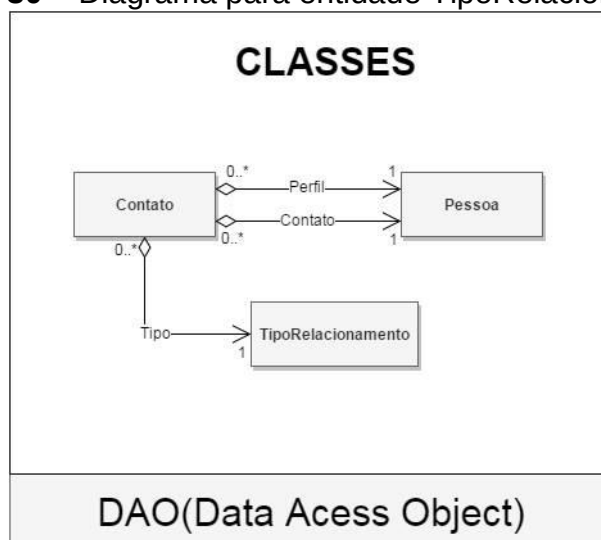


Fonte: Elaborado pelos autores.

8.4.1 Relacional

Na implementação do cenário em questão no SGBD PostgreSQL, primeiramente foi adaptado a realidade da estrutura relacional, no qual para cada tabela foi definido uma classe realizando o mapeamento objeto relacional, priorizando a normalização da entidade e relacionamento. Além disso, no modelo relacional foi escolhido colocar o tipo de relacionamento como uma entidade, já que será representado por um código na entidade de contato que tem menos caracteres para o armazenamento do que a descrição do tipo, economizando espaço em uma expressiva quantidade de dados. Na Figura 30, é apresentado o diagrama com a entidade “TipoRelacionamento”.

Figura 30 – Diagrama para entidade TipoRelacionamento



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 31 exibe os dados armazenados na estrutura relacional.

Figura 31 – Dados armazenados na estrutura relacional

TB_PESSOA		
id_pessoa	nome	sexo
1	Fulana	F
2	Ciclano	M

TB_REDE_CONTATOS		
id_pessoa_perfil	id_pessoa_contato	id_tp_relac
1	2	23
2	1	24

TB_TIPO_RELACIONAMENTO	
id_tp_relac	descricao
1	primo
2	prima
3	mãe
4	pai
5	filho
6	filha
7	tio
8	tia
9	sobrinho
10	sobrinha
11	vó
12	vô
13	neto
14	neta
15	marido
16	esposa
17	cunhado
18	cunhada
19	sogro
20	sogra
21	genro
22	nora
23	amigo
24	amiga
25	namorado
26	namorada

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi implementado o CRUD, no qual foi desenvolvido uma classe de DAO para cada classe, o SGBD PostgreSQL se adaptou satisfatoriamente ao cenário.

Outro aspecto relevante apresenta-se em uma característica desse cenário: recomendações, tanto em relacionamentos afetivos quanto relacionados a compras de produtos, entre outros.

Por exemplo, supõe-se a recomendação dos amigos dos amigos que realizaram um tipo de atividade semelhante com algum usuário, será necessário realizar alguns *joins* para montar a consulta.

Se for elevado o nível, aumentará os *joins*, chegando ao momento em que não será satisfatório realizar essa consulta, porque determinados tipos de busca

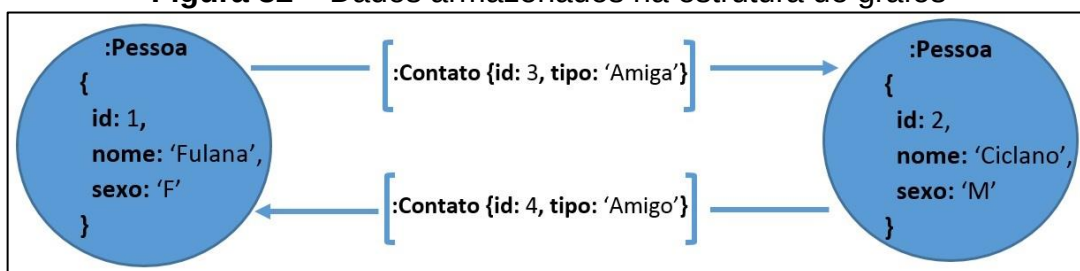
como a de largura são apropriados em outras estruturas de dados como a estrutura de grafos.

8.4.2 Grafos

Na implementação do cenário no Neo4j, os dados foram organizados de acordo com a estrutura de grafos. O SGBD Neo4j possui esquema livre, não sendo necessário predefinir os dados a serem armazenados. No Neo4j foi escolhido a ser armazenado o tipo de relacionamento como uma propriedade da aresta ao invés de conectar a um vértice que representaria o tipo de relacionamento, dessa forma, ao realizar uma consulta há uma diminuição de passos.

A Figura 32 demonstra os dados armazenados na estrutura de grafos do Neo4j.

Figura 32 – Dados armazenados na estrutura de grafos



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Neo4j se adaptou de forma satisfatória a esse cenário, sendo uma ótima solução para as buscas de recomendações de amigos, produtos e etc. As propriedades do Neo4j são armazenadas em JSON e em cada vértice e aresta é possível definir um rótulo por exemplo “:Pessoa”, tornando possível filtrar pelos rótulos, propriedade nas consultas.

8.4.2 Conclusão

Ambos os bancos de dados se apresentaram apropriados inicialmente na implementação do cenário. Entretanto, a diferença entre as características dos bancos de dados e a busca de largura, foram fatores que proporcionaram um desempenho melhor para a estrutura de grafos, a qual apresentou facilidade na hora de realizar a busca e possuiu uma maior performance com expressiva quantidade de dados. O SGBD relacional conseguiu ser implementado nesse cenário, porém o aumento de dados e da busca de largura, proporcionou execução não satisfatória. A Tabela 4 exhibe as principais diferenças encontradas nos SGBDs analisados.

Tabela 4 – Principais diferenças entre os SGBDs PostgreSQL e Neo4j

Diferenças Observadas	PostgreSQL	Neo4j
Tipo	Relacional	Grafos
Esquema Livre	Não	Sim
Camada ACID	Sim	Sim
Linguagem	Possui uma sintaxe simples e tem diversos recursos para a manipulação dos dados, a linguagem é padronizada entre os SGBD do tipo relacional.	Possui uma sintaxe amigável, tem muitos recursos para a manipulação dos dados, a linguagem não possui padronização para os SGBDs do tipo de grafos.
Armazenamento	Na estrutura de tabelas os relacionamentos são feitos entre chaves primárias e estrangeiras.	A estrutura de armazenamento contém vértices e arestas, as arestas por sua vez realizam os relacionamentos entre os vértices. Pode ser adicionar propriedades em JSON e rótulos nos vértices e arestas.
Características de Implementação	Os SGBDs relacionais são generalistas e se adaptam em diversos cenários. Quando é utilizado uma linguagem de Orientação a Objeto como JAVA, devem ser adotados alguns padrões para lidar com a impedância objeto relacional, a fim de manter a normalização e as boas práticas.	A implementação desse SGBD se destaca pelo sistema de recomendação, onde se realiza busca por largura, porque a estrutura de grafos favorece a facilitação de se realizar e criar essas consultas

Fonte: Elaborado pelos autores.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível o aumento crescente do número de usuários em rede, ampliando a demanda e, conseqüentemente, novas soluções são desenvolvidas, uma vez que o NoSQL veio para acrescentar positivamente nesse universo de soluções de tecnologia.

Observou-se que, usando banco de dados convencionais ou não convencionais, será normalmente necessário converter o objeto para a estrutura de armazenamento e da estrutura de armazenamento para o objeto, por exemplo: no modelo relacional será preciso realizar o mapeamento objeto relacional. Assim é

fundamental avaliar a aplicação e os objetivos a serem alcançados, com o intuito de melhor definir a tecnologia de armazenamento.

O NoSQL se destacou por trabalhar como um sistema distribuído e manusear uma quantidade expressiva de dados. Os SGBDs relacionais também trabalham como sistemas distribuídos, entretanto, no NoSQL seus dados são desnormalizados e grande parte não possuem a camada ACID, que os tornam mais flexíveis para escalar horizontalmente.

Contudo, tal cenário é relativo, visto que existem casos de aplicações distribuídas em que será necessário trabalhar com o relacional, pensando na integridade dos dados, ou seja, será preciso avaliar os objetivos que a aplicação deseja chegar, trabalhando com uma solução de armazenamento ou realizando a persistência poliglota, a qual adota mais de uma solução de armazenamento, sendo importante que a aplicação chegue aos objetivos almejados com qualidade independente da tecnologia selecionada.

Um aspecto digno de menção reside na constatação de que cada banco de dados possui particularidades importantes de serem levadas em consideração no momento do selecionamento para o uso em determinado cenário. Exemplificando, como analisado durante o trabalho, bancos de dados relacionais possuem a camada ACID, característica comum entre tecnologias desse nicho que o tornam mais seguros para armazenamento e tranquilidade na maior parte de transações e outras operações que necessitam de observação para efetiva execução.

Por outro lado, bancos de dados NoSQL apresentam significativa escalabilidade, favorecendo uma melhor execução em *clusters* e recebendo diversos tipos de estruturas de dados não convencionais. Entretanto, nem sempre a segurança ou a consistência não é um elemento homogêneo na sua execução.

Assim, cada banco de dados oferece aspectos favoráveis e desfavoráveis, mas que precisam ser analisados e levados em consideração mediante as necessidades apresentadas pelo cenário em questão.

Por isso, independentemente do tipo de banco de dados escolhido, é imprescindível avaliar e alinhar o contexto encontrado com a tecnologia selecionada, de maneira que os resultados sejam sempre satisfatórios.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emerson. Banco de dados mysql e postgresql. Disponível em: <<http://www.infowester.com/postgresql.php>>. Acesso em: 31 maio 2016.

ALENCAR, Diogo. Técnicas de mapeamento objeto relacional. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/tecnicas-de-mapeamento-objeto-relacional-revista-sql-magazine-40/6980>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

ALMEIDA, Roniere. Entendendo sobre banco de dados temporais. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/entendendo-sobre-banco-de-dadostemporais/24840>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

AMAZON. What is a columnar database? Disponível em: <<https://aws.amazon.com/pt/nosql/columnar/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

AMO, Sandra Aparecida de. Introdução aos bancos de dados temporais um tutorial. In: II Escola Regional de Informática, 1998, Belo Horizonte, Goiânia, Viçosa. Anais da II Escola Regional de Informática, 1998. Disponível em: <<http://www.deamo.prof.ufu.br/tutorial.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. Fundamentos de programação de computadores: algoritmos, pascal, c/c++ (padrão ansi) e java. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012, 3 ed.

BARNES, David J; KÖLLING, Michael. Programação orientada a objetos com java: uma introdução prática utilizando o blue j. Tradução de Edson Furmankiewicz. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BOSCAROLI, Clodis; BEZERRA, Anderson; BENEDICTO, Marcos de; DELMIRO, Gilliard. Uma reflexão sobre banco de dados. Disponível em: <<http://conged.deinfo.uepg.br/artigo4.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BLOGDIGICAD. Microsoft sql server. Disponível em: <<https://blogdigicad.wordpress.com/2014/05/05/ms-sql-server-o-que-e-como-funciona-e-para-quem-e-direcionado/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CAELUM. Apostila java e orientação a objetos. Disponível em: <<https://www.caelum.com.br/apostila-java-orientacao-objetos/orientacao-a-objetos-basica/#4-3-uma-classe-em-java>>. Acesso em 03 maio 2016.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. Gestão do conhecimento. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

CORRÊA, Eduardo. Introdução ao formato json. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/introducao-ao-formato-json/25275>>. Acesso em: 11 maio 2016.

CRISTINA, Ana. Usando banco de dados objeto-relacionais. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/artigo-engenharia-de-software-19-usando-banco-de-dados-objeto-relacionais/15151#ixzz44u0lJyxD>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

DAVID, Hamilton. Encapsulamento, polimorfismo, herança em java. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/encapsulamento-polimorfismo-heranca-em-java/12991>>. Acesso em 16 maio 2016.

DIAKOPOULOS, Nick; CASS, Stephen. Interactive: the top programming languages 2016. Disponível em: <<http://spectrum.ieee.org/static/interactive-the-top-programming-languages-2016>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. Tradução de Daniel Vieira, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, 6 ed.

FARIAS, Anderson Rodrigo. História da oracle. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/historia-da-oracle/4685>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

FERNANDES, Leila Maria Pinheiro; TAVEIRA, Gilda Aché. Modelagem de dados. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012, 8 ed.

FRECCIA, Marcos. O novo conceito de armazenamento e pesquisa de dados no sql server 2012. Revista SQL Magazine 104. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/o-novo-conceito-de-armazenamento-e-pesquisad-e-dados-no-sql-server-2012-revista-sqlmagazine104/25967#ixzz43m82sbJp>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

GUIRRA, Michelle. Controle de concorrência entre banco de dados. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/controle-de-concorrencia-entre-transacoes-em-bancos-de-dados/27756#comentarios>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

IANNI, Vinicius. Introdução ao banco de dados nosql. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/introducao-aos-bancos-de-dados-nosql/26044>>. Acesso em 24 ago. 2016.

JONES, Meilir Page. Fundamentos do desenho orientado a objeto com uml. Tradução de Celso Roberto Paschoa. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAUDON, Kenneth; Laudon Jane. Sistemas de informação gerenciais. Tradução de Luciana do Amaral Teixeira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010, 9 ed.

LEE, Richard C; TEPFENHART, Willian M. Uml e c++ -- guia prático de desenvolvimento orientado a objeto. Tradução de Celso Roberto Paschoa. São Paulo: Makron Books, 2001.

LEITE, Mário; JÚNIOR, Nelson Abu Sanra Rahal. Programação orientada ao objeto: uma abordagem didática. A revista de informação e tecnologia. Disponível em: <http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/leite_rahall.html>. Acesso em 11 maio 2016.

MACHADO, Henrique. Os 4 pilares da programação orientada a objetos. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/os-4-pilares-da-programacao-orientada-a-objetos/9264>>. Acesso em: 03 maio 2016.

MEDEIROS, Higor. Introdução ao MongoDB. Disponível em:
<<http://www.devmedia.com.br/introducao-ao-mongodb/30792>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

MELO, Izabela Vanessa de Almeida. Normalização de bancos de dados relacionais. Disponível em: <<http://www.dsc.ufcg.edu.br/~pet/jornal/maio2011/materias/recapitulando.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

MICROSOFT. Transações (mecanismo de banco de dados). Disponível em:
<[https://technet.microsoft.com/pt-br/library/ms190612\(v=sql.105\).aspx](https://technet.microsoft.com/pt-br/library/ms190612(v=sql.105).aspx)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. O que é sql server 2005? Disponível em:
<<https://www.microsoft.com/brasil/servidores/sql/2005/prodinfo/overview/what-is-sql-server.msp>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. O mapeamento entre dados relacionais e objetos. Disponível em:
<<https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/cc580623.aspx#mainSection>>. Acesso em: 03 set. 2016.

MILANI, André. Guia do programador – mysql. Novatec Editora Ltda, 2007.

MONGODB, Introduction to mongodb. Disponível em:
<<https://docs.mongodb.com/manual/introduction/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MIRANDA, Luiz Otavio. Associação, agregação e composição em classes PHP. Disponível em: <<https://www.todoespacoonline.com/w/2014/08/associacao-agregacao-e-composicao/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

ORACLE BRASIL. A história da oracle: inovação, liderança e resultados. Disponível em: <<http://www.oracle.com/br/corporate/newsroom/story-346137-ptb.html>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

PAUL, Javin. What is polymorphism in java? Overriding or overloading? Disponível em: <<http://java67.blogspot.com/2012/10/difference-between-polymorphism-overloading-overriding-java.html#ixzz48OVmrFCk>>. Acesso em: 11 maio 2016.

PERERA, Srinath. Considerações sobre o banco de dados apache cassandra. Disponível em: <<https://www.ibm.com/developerworks/br/library/os-apache-cassandra/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

PORCELLI, Alexandre. O que é nosql? Disponível em:
<<http://www.devmedia.com.br/o-que-e-nosql-java-magazine-87/19015>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

PORTILHO, Ricardo. Mysql performance diagnostics tuning. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/mysql-performance-diagnosticstuning/18424>>. Acesso em: 25 jul 2016.

POSTGRESQL. Documentação do postgresql 8.0.0. Disponível em: <<http://pgdocptbr.sourceforge.net/pg80/preface.html#INTRO-WHATIS>>. Acesso em: 30 maio 2016.

PUGA, Sandra; FRANÇA, Edson; GOYA, Milton. Banco de Dados implementação em sql, pl/sql e oracle 11g. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

RANIERI, Bárbara. Veja o que é orm e os frameworks disponíveis .net. Disponível em: <<http://www.princiweb.com.br/blog/programacao/aspnet/veja-o-que-e-orm-e-os-frameworks-disponiveis-para-net.html>>. Acesso em: 03 set. 2016.

RICARTE, Ivan Luiz Marques. O que é um objeto? Disponível em: <<http://www.dca.fee.unicamp.br/cursos/PooJava/objetos/conceito.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

_____. O que é uma classe? Disponível em: <<http://www.dca.fee.unicamp.br/cursos/PooJava/classes/conceito.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

_____. Herança. Disponível em: <<http://www.dca.fee.unicamp.br/courses/PooJava/heranca/index.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

ROSARIO, Jefferson A. do; CARLIN, Hemerson L.S; CARDOSO, Alexandre S. Banco de dados Orientados a Objetos e Objeto/Relacional. (Tese em bacharelado em Informática). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

SADALAGE, Pramod J.; FOWLER, Martin. Nosql um guia conciso para o mundo emergente da persistência poliglota. Tradução de Acauan Fernandes. São Paulo: Novatec Editora Ltda, 2014.

SANTOS, Ivânia Ramos dos; FERREIRA, Juliana Pagnonceli. Big data: armazenamento, análise e gerenciamento. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/big-data-armazenamentoanaliseegerenciamento/30918>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. 2001. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SCHIMIGUEL, Juliano. Gerenciamento de banco de dados: análise comparativa de sgbs's. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/gerenciamento-de-banco-de-dados-analise-comparativa-de-sgbd/30788>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SOARES, Deyve. Disponível em:

<<http://www.computacao.unitri.edu.br/downloads/monografia/93941146082690.pdf>>.

Acesso em: 03 set. 2016.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. Tradução de Selma Shin Shimizu Melnikoff, Reginaldo Arakaki, Edílson de Andrade Barbosa. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2007, 8 ed.

STACOVERFLOW. Targged questions. Disponível em:

<<http://stackoverflow.com/questions/tagged/java>>. Acesso em: 25 out. 2016.

TAKAI, Osvaldo Kotaro; ITALIANO, Isabel Cristina; FERREIRA, João Eduardo.

Introdução a banco de dados. DCC-IME-USP. Disponível em:

<<https://www.ime.usp.br/~jef/apostila.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

KAWATA, Fabricio Hissao. Aplicações de banco de dados – 1 tier, – 2 tier, e – n tier.

Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/aplicacoes-de-banco-de-dados-1-tier-2-tier-e-n-tier/28694#ixzz43gNI8Rbz>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTO: a questão da escolha do critério de custeio sob a perspectiva do e-commerce.

SILVA, Guilherme Teixeira da – Uni-FACEF
SMITH, Marinês Santana Justo – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A revolução industrial foi responsável por várias transformações econômicas e sociais, começou na Inglaterra, porém logo se espalhou para o mundo todo. Consequentemente surgiu a globalização econômica que resultou no acirramento entre as empresas a nível mundial, gerando um impulso no avanço tecnológico que nos possibilitou inovações impressionantes.

Cada vez mais as empresas procuram formas de se posicionar de maneira estratégica a fim de obter vantagens para sobreviver em um mercado de alta competitividade. A utilização das informações financeiras e de gestão para buscar competitividade tem ganhado bastante relevância devido à sua capacidade de auxiliar no planejamento estratégico e no controle operacional.

Entre os vários processos de gestão, este trabalho destaca a gestão estratégica de custo como ferramenta essencial para qualquer tipo de empresa que queira discernir de forma clara e objetiva as decisões que visam melhorar a produtividade e rentabilidade via gerenciamento da receita de vendas em relação aos custos e despesas incidentes no ambiente empresarial.

Sabendo que a escolha do critério de custeio é diferente de empresa para empresa, entende-se que esta escolha é pessoal e, portanto carregada de subjetividade, sendo que o adequado ou não depende da atividade e da estrutura organizacional.

Diante deste contexto, questiona-se, face aos três métodos de custeio: *Absorção, Direto e ABC* - quais as implicações na escolha e em sua aplicabilidade para a busca de competitividade?

Por esta indagação este estudo tem como objetivo discutir a gestão de custo como uma ferramenta estratégica na busca de competitividade no setor de e-commerce sob a perspectiva da escolha do critério de custeio.

Para tanto, inicialmente, será apresentada uma discussão bibliográfica dos conceitos e classificações de custos relevantes para a gestão estratégica de custo, visando apresentar os métodos de custeio para e-commerce; discutir a

relevância do Ponto de Equilíbrio como ferramenta de controle na gestão de custo; apresentar o “estado da arte” em torno da problemática da escolha do critério de custeio, ainda que seja de forma específica, para conhecer o *status* do tema na realidade do setor de *e-commerce*. E, por fim, através de uma pesquisa aplicada, via questionário e análise de documentos, para conhecer a realidade empresarial do tema será elaborado um estudo de caso na empresa *Hermoso Compadre*, moda masculina, no setor *e-commerce* há cinco anos no mercado, locada em Franca-SP. Sabendo que 100% de suas vendas são realizadas pelo comércio eletrônico, mas envolve também o setor de serviço por terceirizar a produção de seu *mix* de mercadorias.

Todavia, este artigo é decorrência de um estudo em andamento e, portanto não apresenta resultados da pesquisa de campo, mas sim uma discussão bibliográfica do tema, com elementos relevantes para embasar, futuramente, a pesquisa de campo e concretizar o estudo de caso.

2. GESTÃO ESTRATÉGICA de CUSTO: conceitos para aplicações em ambientes competitivos

Segundo Martins e Rocha (2015), o valor das informações de custos para as empresas esta aumentando cada vez mais, devido a sua relevância no processo de tomada de decisões. Esse fenômeno é uma consequência de um mercado globalizado, de grande acirramento competitivo, avanço [sucessivo](#) da tecnologia, solidez econômica e diminuição da inflação. Devido a esses fatores a gestão estratégica de custos surge para fornecer apoio ao planejamento estratégico e controle gerencial das empresas.

De acordo com Johnson e Kaplan (1987), diante do acirramento entre as empresas e o avanço tecnológico foi necessário que os gestores buscassem informações mais precisa para a tomada de decisões. A gestão estratégica de custo surgiu nos Estados unidos quando se percebeu a diminuição da competitividade das empresas americanas e limitações das informações obtidas pelos métodos tradicionais de contabilidade de custo.

Segundo Lauschner e Beuren (2004, p.54 apud Kaplan e Cooper 1998, p.12)

As mudanças nos negócios ocorridos desde meados da década de 70, desencadeados pela competição global e pelas inovações tecnológicas, provocaram inovações impressionantes quanto a utilização de informações financeiras e não financeiras pelas empresas. O novo ambiente demanda informações mais relevantes relacionadas a custos e desempenhos de atividades, processos, produtos, serviços e clientes.

A gestão estratégica de custos é uma ferramenta que visa analisar toda a cadeia de valor como um todo, sendo assim é possível perceber onde existe a possibilidade de aumento de competitividade e redução de custos. Pois o foco não está apenas nos custos da empresa e sim nos custos de todos os elementos que pertencem à cadeia de valor, conforme destacado por (MARTINS, 1998).

Para Leite (2010), a gestão estratégica de custo tem como seu maior objetivo a redução de custo visando um melhor posicionamento competitivo, pois diferente da gestão tradicional ela se preocupa com as inter-relações da cadeia de valor, conduzindo ao controle externo dos custos.

Silva (1999), diz que a gestão estratégica de custo supre uma necessidade deixada pelos sistemas de custeios tradicionais, onde o foco estava no ambiente interno da empresa sem considerar a cadeia de valor como um todo. Sendo assim a gestão estratégica de custo pretende analisar os custos com uma perspectiva mais ampla e abrangente.

Conforme destacado por Shank e Govindarajan (1997), para os quais, a gestão estratégica de custos (GEC) é uma análise de custos vista sob um contexto mais amplo, na qual os elementos estratégicos se tornam mais conscientes, explícitos e formais e são efetivamente utilizados para desenvolver estratégias superiores a fim de se obter vantagem competitiva.

Martins e Rocha (2015, p.2) destacam quais são os eventos que a Gestão estratégica de custos é capaz de fornecer aos gestores informações de custos relevantes para a tomada de decisão:

a) Planejamento estratégico operacional: as informações de custos fornecem suporte nessa fase do processo de gestão, auxiliando os administradores no processo decisório de curto e de longo prazo; (b) controle gerencial, incluindo a avaliação de desempenhos; (c) elaboração e acompanhamento de orçamentos; (d) gestão de produtos: lançamento de novos (desde a concepção, projeto e desenvolvimento), alteração do projeto, priorização dos produtos mais lucrativos (respeitadas as limitações do mercado), eliminação de produtos do portfólio etc.; (e) gestão da produção: composição ótima do mix da produção, melhoria de eficiência e produtividade etc.; (f) gestão de pessoas: avaliação do desempenho, dimensionamento de efetivos, admissão, treinamento e desenvolvimento, desligamento etc.; (g) gestão de preços: formação (inclusive preços de transferência), aumento ou redução, política de descontos, estratégia de

subsídios cruzados etc.; (h) terceirização de atividades; (i) compra ou produção interna de partes, peças e componentes; (j) gestão de processos: concepção e projeto do processo, formulação do arranjo físico das instalações, aperfeiçoamento e racionalização das atividades que agregam valor etc.; (k) importação ou aquisição no mercado interno; (l) substituição de equipamentos; (m) abertura ou fechamento de filiais, agências etc.; (n) gestão do overhead; (o) gestão de processo de pesquisa e desenvolvimentos de novos produtos e processos; (p) automatização de operações, atividades e processos; (q) gestão da capacidade, no sentido de equilibrar oferta e demanda de fatores de produção (recursos) minimizando a ociosidade; (r) gestão da lucratividade de produtos, clientes, classes ou categorias de clientes, canais, mercados e segmentos de mercado etc.; (s) avaliação da viabilidade econômica de projetos etc.

Informações distorcidas sobre o custo dos produtos, projetos e outras entidades objeto de custeio acarretam viés na análise da sua lucratividade e viabilidade, podendo levar a decisões erradas.

Sendo assim compreende-se que a gestão estratégica de custo em uma empresa cumpre a função de auxiliar no avanço e na efetivação das estratégias competitivas com o propósito de diminuir e controlar os custos e consequentemente aumentar a lucratividade.

Torna-se relevante conhecer algumas nomenclaturas em destaque para a gestão estratégica de custo, tais como a diferença entre gastos, custo e despesas.

Gasto ou dispêndio é aquisição de bens e serviços necessários para que a empresa possa continuar com a produção. É relevante ressaltar que os gastos não são investimentos, já que os produtos ou serviços não foram adquiridos com a finalidade de obter dinheiro ou revenda. (Marins e Rocha, 2015).

O custo possui uma relação direta com a produção, comercialização de bens ou serviços. Para ser considerado custo é necessário que (a) ocorra consumo, utilização ou transformação de um recurso econômico e (b) objetivo de produzir bens ou serviços, na indústria estes são os gastos relacionados à produção, no caso do comércio, todos os gastos utilizados para aderir, gerir armazenar e tratar as mercadorias. E para os prestadores de serviço é tudo aquilo que a empresa gastou para produzir o serviço final. (Marins e Rocha, 2015).

As despesas são gastos relacionados com a administração da empresa. Elas são importantes para a manutenção da empresa. Mas não colaboram para gerar novos produtos, mercadorias e serviços, ou seja, são gastos que não estão ligados diretamente ao objetivo final do negócio. Enfim, não possuem relação direta com as vendas (MARTINS; ROCHA, 2015).

Os custos podem ser classificados de diversas maneiras, de acordo com sua finalidade. Quanto ao volume de produção os custos são classificados em fixos e variáveis. Esta classificação é muito utilizada para o cálculo do sistema de custos variável. (MARTINS; ROCHA, 2015).

Os custos ou despesas fixas são aqueles que sofrerão alteração no seu valor com o aumento ou diminuição da produção, e eles existem mesmo não tendo produção, podemos dizer que eles são independentes e são classificados com o custo de estrutura (MARTINS E ROCHA, 2015).

Os custos fixos se alterarão quando houver uma mudança no nível de capacidade produtiva, diminuindo ou aumentando a capacidade ele continua sendo fixo, mas em um novo patamar. Exemplos de custos fixos: Aluguel, seguros de edifícios, e instalações, material de limpeza, salários, encargos sociais, benefícios para colaboradores, segurança, vigilância máquinas e equipamentos.

Os custos variáveis ou despesas variáveis são aqueles custos que aumenta ou diminui de acordo com a produção ou atividades, dependendo diretamente no valor de produtos produzidos ou de vendas realizadas em um determinado período de tempo (MARTINS; ROCHA, 2015).

Geralmente o custo variável por unidade é considerado uma constante na maioria das vezes e relevante considerar essa informação nas tomadas de decisões, porém é necessário entender que as vezes o valor do custo variável unitário não é constante, pois a quantidade consumida ser afetada pela composição dos materiais, oscilações de produtividade, qualidade e manutenção de equipamentos (MARTINS; ROCHA, 2015).

E isso mostra que o custo variável unitário é uma aproximação não um valor exato. Como foi dito anteriormente é importante considerar variação nos preços de insumos. Exemplos de custos variáveis: Matéria prima, materiais indiretamente consumidos, mão de obra, hora – máquinas trabalhado, custo de produtos adquiridos para revenda (MARTINS; ROCHA, 2015).

Acima foi destacado como os custos se classificam em relação ao comportamento frente ao volume de produção ou de vendas, todavia os custos podem ser classificados mediante sua possibilidade de identificação unitária ao produto, sendo classificados em diretos ou indiretos.

Os custos diretos são aqueles que quando identificados estão diretamente relacionado a determinado produto, linha de produção ou departamento,

este custonão necessita de rateios para ser atribuído a um produto custeado, sendo aqueles que diretamente são incluídos no calculo dos produtos. Sendo perfeitamente mensuráveis com uma grande precisão e objetividade(MARTINS; ROCHA, 2015).

Os custos indiretos são aqueles que não se podem ser apropriados diretamente ao bem ou função de custo no momento de sua ocorrência já que não possui nenhuma evidencia de relação causal de qualquer variável com o comportamento do custo (MARTINS; ROCHA, 2015).

Geralmente os custos indiretos são apropriados a critérios pré-determinados e causas correlatas como a Mão de obra direta, homens/hora da mão de obra direta, gastos com energia elétrica e horas/maquinas utilizadas, etc. Necessitandode taxas/critérios de rateio ou parâmetros para atribuição ao objeto custeado. Sendo aqueles que apenas mediante aproximação podem ser atribuídos aos produtos por algum critério de rateio (MARTINS; ROCHA, 2015).

3. MÉTODOS DE CUSTEIO E AS IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA E EM SUA APLICABILIDADE

Martins e rocha (2015, p.45) defendem que:

A expressão método de custeio diz respeito à composição do valor de custo de um evento, atividade, produto, atributo etc., ou seja, de uma entidade objeto de custeio de interesse do gestor. [...] o estudo e a pratica dos diferentes métodos de custeio referem-se às varias alternativas possíveis de decisão sobre quais elementos de custos devem ou não ser computados na mensuração dos custos dos produtos individuais, considerando-se a natureza e o comportamento daqueles elementos em relação às oscilações do volume de produção, ou seja, custos fixos ou variáveis. [...] a opção de se utilizar determinado método de custeio define a natureza dos recursos econômicos que devem ser computados na apuração do valor de custo de produtos; por exclusão, os elementos não considerados no custo dos produtos devem ser debitados diretamente ao resultado do período a que competem.

Para Machado e Souza (2006), além do intuito de apuração contábil, os métodos de custeio são utilizados como geradores de informações para a gestão. Sendo que é a utilização dos métodos que vai gerar informações específicas que colaboram no controle de custos e no processo de tomada de decisão.

Segundo Kaplan e Cooper (1998, p. 12),

Os sistemas de custeio são utilizados pelas empresas para (1) projetar produtos e serviços que correspondam as expectativas dos clientes e possam ser produzidos e oferecidos com lucro; (2) sinalizar onde é

necessário realizar aprimoramentos contínuos ou descontínuos (reengenharia) em qualidade, eficiência e rapidez; (3) auxiliar os funcionários ligados a produção nas atividades de aprendizado e aprimoramento contínuo; (4) orientar o mix de produtos e decidir sobre investimentos; (5) escolher fornecedores; (6) negociar preços, características dos produtos, qualidade, entrega e serviço com clientes; (7) estruturar processos eficientes e eficazes de distribuição e serviços para os mercados e público alvo.

Atualmente existem vários tipos de métodos de custeio, cada um com uma metodologia. E dependendo do método utilizado obtêm-se diferentes custos para o mesmo produto, sendo assim cada empresa escolhe o mais adequado para seu contexto e necessidade gerencial. Os métodos de custeio citados neste trabalho serão: custeio por absorção, custeio direto e custeio baseado em atividades.

Os métodos de custeios possuem objetivo e características distintas que será apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Características dos métodos de custeio sumarizados

Método de custeio	Principais características
Custeio por absorção	Considerado um método tradicional este é uma ótima ferramenta contábil, porém não fornece informações que dão suporte ao planejamento estratégico e operacional tendo como seu principal objetivo a contabilidade financeira.
Custeio direto	Este método visa analisar e dar ênfase ao custo unitário dos produtos, levando em consideração a sua margem de contribuição, por não fornecer informações contábeis este método é considerado um método gerencial.
Custeio por atividades	Este método é geralmente utilizado quando se trabalha com produtos sobre encomenda ou quando se tem como objetivo analisar os custos de cada atividade desenvolvida na empresa e é considerado um método totalmente gerencial.

Fonte: Adaptado de Martins e Rocha (2015).

O custeio por absorção representa uma exigência da legislação societária, onde impõe a utilização do custeio por absorção, que consequentemente é único método aceito pela legislação brasileira tornando o mesmo o mais utilizado no Brasil. Os custos indiretos são rateados entre os produtos e serviços produzidos, de acordo com os critérios tradicionais. O custeio por absorção também é conhecido como modelo funcional, pois as despesas dos períodos são classificadas pela sua função dentro do processo de geração da receita, (produção, administração, vendas e financeira).

Todas as despesas relacionadas com a produção são consideradas custos de fabricação diretos e indiretos. Os produtos absorvem todos os gastos

relacionados ao processo produtivo. As bases de rateio por absorção são válidas para fins de BP (balanço patrimonial) e DRE (demonstrativos de resultados) sendo aceito na maioria dos países para balanço e lucro fiscal, para efeitos fiscais as despesas indiretas não são rateadas (MARTINS E ROCHA, 2015).

Existe a possibilidade de usar o custeio por absorção rateando a quantidade ou rateando os custos diretos, e dependendo do critério utilizado os valores serão completamente diferentes e afetarão a análise de cada produto. Algumas empresas utilizam junto com o custeio por absorção outro método de custeio para o controle gerencial já que a legislação reconhece apenas o custeio por absorção. Este método é uma ótima ferramenta contábil, porém não fornece informações suficientes para o uso gerencial na tomada de decisões. Sendo geralmente utilizado por acionistas externos e autoridades fiscais, tendo como objetivo a contabilidade financeira (BERTÓ E BEULKE, 2006).

No custeio direto os produtos são analisados pela sua margem de contribuição em relação à amortização dos custos e despesas indiretas, a margem de contribuição é calculada para a diferença do preço de venda e os custos de despesas diretas. O método de custeio direto separa os custos e despesas variáveis, indicando com clareza quais são os gastos próprios de cada produto, de maneira exata, objetiva e unitária (MARTINS E ROCHA, 2015).

Por não alocar o custo fixo e indireto no produto ele não utiliza rateio e trata os custos fixos como despesas fixas onde a margem de contribuição (MC) obtida pelo custeio direto auxilia no cálculo para lançamentos de produtos, no portfólio da empresa, auxilia a área comercial a definir a composição do seu mix de produtos buscando atingir a rentabilidade esperada pela empresa. Levando em consideração a MC eu posso perceber qual produto é mais interessante para vender. Este método é totalmente gerencial, pois não atende as especificações fiscais como o custeio de absorção e geralmente é utilizado por gerentes de produção, engenheiros de processos, onde é extremamente necessário trabalhar a margem unitária de seus produtos em casos de tomadas de decisões (MARTINS E ROCHA, 2015).

O método de custeio por atividade leva em consideração a análise das atividades significativas da empresa. Com objetivo principal de alocar racionalmente os gastos indiretos aos bens e serviços produzidos, proporcionando um controle mais apurado dos gastos da empresa e contribuir nas decisões gerenciais. No

método ABC é analisada as atividades desenvolvidas em toda a empresa e definidos os recursos consumidos pelas atividades executadas, que são identificados como direcionadores ou geradores de custos. Partindo do princípio que todos os custos na empresa acontecem por estar executando atividades para a empresa manter a produção de um determinado produto ou o desenvolvimento dos serviços (KAPLAN E COOPER, 2000).

Este método permite que o gestor veja com maior clareza os custos através da análise das atividades que são desenvolvidas dentro da empresa. O que diferencia este método dos outros é que primeiro ele atribui custo para as atividades e depois ira atribuir os custos das atividades para os produtos manufaturados ou serviços executados. O método de custeio ABC é indicado quando os custos indiretos representam grande parte dos custos totais com consequência à dificuldade de fazer o rateio, é utilizado também quando o cliente define a produção da empresa, ou seja, quando produtos são feitos sobre encomenda. Já que este método fornece informações relevantes para as tomadas de decisões sendo geralmente é utilizado por gestores e planejadores estratégicos de custo. (KAPLAN E COOPER, 2000).

De acordo com Machado e Souza (2006, p.46), “alguns métodos de custeio são mais indicados como instrumentos gerenciais, Para outros relatórios externos, outros são mais conservadores, outros mais abrangentes, com visão de curto ou longo prazo”. Deve-se ter em conta que não há um método considerado o melhor para ser utilizado de maneira indiscriminada e para todas as finalidades pelas empresas.

Alguns objetivos alcançados pelos métodos de custeio, segundo Machado e Souza (2006, p.46) são descritos a seguir:

(a) se o anseio é conhecer a margem de contribuição dos produtos, então o método de custeio variável atende a esse objetivo; (b) o método de custeio pleno, por evidenciar os gastos totais, caracteriza-se como um bom instrumento gerencial para cálculo do preço de venda referencial, pois indica o resultado livre de todos os custos e despesas; (c) se o foco de análise recai sobre a eficiência dos trabalhos desenvolvidos pela empresa, então o ABC é o mais específico para atender a esse objetivo e, ainda, se a alocação dos custos indiretos de fabricação precisa de uma informação mais acurada, o ABC também poderá contribuir; (d) se o objetivo for atender à legislação contábil, tributário-fiscal e às publicações dirigidas aos usuários externos, então o custeio por absorção é o mais indicado. Dependendo do objetivo e uso da informação desejada, deve-se escolher um ou até mais de um método para serem usados concomitantemente, permitindo, assim, a

obtenção das informações consideradas relevantes para o embasamento de decisões e utilidades específicas.

Os três métodos citados anteriormente são caracterizados pela análise financeira, operacional e estratégica de uma organização. Cada um possui objetivos distintos dando aos gestores uma grande oportunidade de identificar as melhores circunstâncias que atendem as necessidades de informações para a tomada de decisões.

Pode-se ainda destacar o custo meta é um método de gestão dos custos e lucros, conforme proclamado por Araújo ET AL (2004) que o cita para uso no desenvolvimento de novos produtos ou produtos já desenvolvidos, mas que sofrerão alterações no seu projeto inicial.

Este, ainda segundo o autor, visa adequação do produto para uma maior aceitação do mercado, gerando um preço competitivo e proporcionando a empresa ter um custo aceitável que é pré-determinado pelo preço de vendas do produto. O custo meta se baseia em alguns objetivos como: auxílio do planejamento dos custos e lucro, pois todas as decisões tomadas devem envolver todos os setores da empresa de uma forma holística, aperfeiçoamento do custo total do produto sem colocar em risco o padrão de qualidade do mesmo e obtenção do lucro alvo esperado, e tornar o custo alvo uma meta a ser perseguida por toda empresa.

Este método de gerenciamento, ainda segundo Araújo ET AL (2004), possui alguns princípios como:...

a) A formação de preço neste método é diferente, pois ao invés de definir o preço de venda pela soma dos custos mais o lucro, nós subtraímos o lucro do preço e o resultado será o custo máximo permitido, ou seja, eu não vou aderir nenhum processo que exceda o meu custo máximo permitido;

b) Para que este método seja efetivado na empresa é necessário ter uma sinergia na cadeia de valor, para que isso ocorra todas as atividades tem que estar alinhadas com o projeto e todos os indivíduos conscientes da sua importância no processo que visa o custo meta;

c) Um aspecto relevante deste Método é a autonomia concedida aos gestores para definir até 70% dos custos na fase do projeto, já que os custos fixos não se alteram no decorrer das atividades executadas;

d) A opinião do consumidor sobre o produto neste método é realmente relevante e é levada a sério, pois desde o projeto os produtos são desenvolvidos para satisfazer e suprir todas as necessidades do consumidor sendo que é o cliente que vai definir os padrões de qualidade impactando diretamente nos custos;

e) Cada setor da empresa vai colaborar com informações para auxiliar na formação de preço e essa tarefa se torna mais clara e objetiva quando os setores trabalham de uma forma conjunta, porém este é um grande desafio para as empresas que aderem esse método, pois os setores tendem a se comportarem de maneira isolada;

f) O projeto do produto é desenvolvido desde com o começo com a pretensão diminuir ao Máximo o custo total da propriedade, ou seja, oferecer ao consumidor um custo menor desde quando ele obtém o produto até o seu descarte.

Para Silva (1999, p. 24),

O uso do custo meta deve ser visto não somente como uma definição do valor que se pretende alcançar, mas como uma função facilitadora para a execução da gestão de custos na cadeia como um todo, por meio do comprometimento de todos os elos na busca por maior competitividade.

4. PONTOS DE EQUILÍBRIO COMO FERRAMENTA DE CONTROLE NA GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTO.

O ponto de equilíbrio é um conceito essencial da gestão estratégica de custo, pois é um indicador de segurança do negócio, é uma ferramenta que gera informações relevantes para auxiliar na tomada de decisões.

Segundo Cobrar e Macedo (2012, p.112).

Muitas empresas desconhecem o volume mínimo de produção e venda necessário para atingirem resultados positivos. O conhecimento do volume necessário e possível com o auxílio de algumas técnicas que visam identificar o nível mínimo de atividades no qual a empresa deve operar para não gerar prejuízos, esta análise de quantidade e conhecida na literatura contábil por análise da equação do ponto de equilíbrio.

Para Martins (2000) a ferramenta ponto de equilíbrio possui três vertentes e cada uma visa um contexto específico, temos o ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. O ponto de equilíbrio contábil sugere que o total dos custos seja igual ao total da receita, já que neste nível de atividade o lucro é zero, ou seja, não há lucro, mas também não há prejuízo. O ponto de equilíbrio econômico estabelece um nível de atividades para determinado lucro meta. Já o

ponto de equilíbrio financeiro visa à estrutura dos desembolsos relacionados aos custos fixos, conforme relatado por Martins (2000).

Sendo assim, o Ponto de Equilíbrio Contábil Corbari e Macedo (2012) representa o nível de vendas necessário para cobrir todos os custos e despesas fixas operacionais e “assegurar” o seu resultado. O resultado encontrado será a quantidade de unidade de vendas que são necessárias para cobrir os custos totais da empresa. Sendo representado na fórmula abaixo.

$\text{Ponto de Equilíbrio} = (\text{Custos} + \text{Despesas Fixas}) / \text{Margem de Contribuição Unitária}$

Para apuração do Ponto de Equilíbrio Econômico, pode-se considerar o ponto de equilíbrio contábil acrescido da remuneração esperada do capital empregado. As receitas das empresas devem estar orientadas no sentido de além de cobrir os seus custos considerar também a inflação para que o patrimônio líquido não seja menor do que no exercício anterior. O resultado será o total de unidades vendidas que cobrirão os custos totais e mais a remuneração do capital próprio da empresa (MARTINS, 2000).

O ponto de equilíbrio financeiro representa o volume de vendas necessário para que a empresa possa cumprir seus compromissos financeiros. O ponto de equilíbrio financeiro exclui de seu cálculo valores que não representam desembolso efetivos de recursos, sendo levadas em conta somente aquelas importâncias desembolsadas pela empresa para manter suas atividades. Como exemplos de valores não contabilizados no ponto de equilíbrio financeiro têm destaque as depreciações e amortização relacionada ao ativo imobilizado e intangível (MARTINS, 2000).

5. ESTUDOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTO E O SETOR E-COMMERCE:

Muitos estudos ditam que a gestão estratégica de custo busca suprir a lacuna deixada pelos sistemas de custos tradicionais, no qual o foco é mais restrito no ambiente interno da empresa sem considerar a empresa como um sistema aberto e, portanto não releva a cadeia de valor como um todo. No Quadro dois é

apresentado um resgate de alguns estudos sobre gestão de custos e, ainda destaca da gestão de custo no contexto do e-commerce.

Quadro 2 – Revisão de estudos sobre gestão estratégica

Titulo do Trabalho	Objetivo	Resultado	Autor e tipo
Gestão estratégica de custos: um diferencial competitivo nas micro e pequenas empresas em Campina Grande – PB	Analisar como micro e pequenas empresas de Campina Grande – PB empregam o sistema de custeio de forma estratégica.	Necessidade de agregar maior valor às informações fornecidas pela contabilidade de custos, para que possam melhorar os seus produtos e serviços, maximizar os lucros com a redução dos custos e poder extrair das informações “armas” para a sobrevivência no mercado que cada vez fica mais difícil e impiedoso.	Pereira et al (2011) XVIII Congresso Brasileiro de Custos
Os métodos de custeio utilizados nas maiores Indústrias de santa catarina	Verificar quais os métodos de custeio que estão sendo utilizados pelas maiores indústrias de diferentes ramos de atividades do Estado de Santa Catarina.	A maioria das empresas pesquisadas utiliza o método de custeio por absorção, tão somente ou em conjunto com outros métodos de custeio.	Coronetti et al (2011) Revista eletrônica de gestão de organizacional.
Análise das relações entre a gestão de custos e a gestão do preço de venda: um estudo das práticas adotadas por empresas industriais conserveiras estabelecidas no RS	Identificar quais práticas de contabilidade gerencial estão sendo adotadas pelas empresas. Aprofundar e decompor os conceitos de custos utilizados em uma empresa de seguros, tendo como foco principal uma única área, a de prestação de serviços eletrônicos	As indústrias desse segmento utilizam, como fonte de informações, a contabilidade tradicional, destacando-se o uso do método de custeio por absorção e o sistema de pré-determinação de custo-padrão, enquanto que as práticas gerenciais mais contemporâneas pesquisadas não encontram aderência prática, com exceção da pequena representatividade da utilização do custo-meta.	Machado et al (2006) Revista Universo Contábil.
Custeio do e-commerce: um caso em uma empresa de seguros	Identificar quais práticas de contabilidade gerencial estão sendo adotadas pelas empresas. Aprofundar e decompor os conceitos de custos utilizados em uma empresa de seguros, tendo como foco principal uma única área, a de prestação de serviços eletrônicos - a Internet / E-Commerce.	ao custear os seus produtos, utilizando-se dos métodos tradicionais, a empresa em análise vem obtendo resultados distorcidos dos custos de seus produtos, concluindo-se que com a utilização do custeio ABC – Custeio Baseado em Atividades tais distorções poderiam ser minimizadas.	Leone (2004) Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá.

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando o primeiro estudo do quadro acima se percebe pela conclusão do estudo que as empresas analisadas necessitam de dar mais importância às informações geradas pela gestão estratégica de custo, para que a partir desta ferramenta elas tenham condições de melhorar seus produtos ou serviços, visando à redução de custos e o aumento dos lucros e utilizar informações geradas por essa ferramenta para a tomada de decisões. O segundo estudo nos

mostra que a maioria das empresas que foram analisadas utilizava o método de custeio por absorção, com outros métodos.

O terceiro estudo mostra que as empresas analisadas utilizam a contabilidade tradicional para como fonte de informações e utiliza também ao método de custeio por absorção sendo que as praticas gerencias mais contemporâneas não se encontra aderência para ser utilizadas o pelas empresas com exceção do custo meta. E o ultimo estudo mostra que a utilização dos métodos tradicionais na empresa analisada gerava resultados distorcidos em relação aos custos dos produtos e que com a utilização do custeio ABC, esta distorções poderia ser minimizadas.

Analisando o estado da arte percebe se que as empresas analisadas em todos os casos ainda utilizam método de custeio tradicional, e que apenas o uso deste custeio pode gerar informações distorcidas, tornado necessário analisar qual o método de custeio mais adequado para a circunstância e ambiente que a empresa esta inserida.

5.1. E-commerces sob o Foco de Gestão

O e-commerce se tornou um diferencial para as empresas que querem aumentar a competitividade, pois o uso do comercio eletrônico esta aumentando devido à globalização e avanços tecnológicos relacionados a operações financeira realizadas na internet. O avanço deste processo possibilitou as empresas vender e comprar produtos pela internet de forma rápida, segura e simples, oferecendo aos consumidores maior comodidade em relação às transações comerciais tradicionais (Oliveira ET AL, 2013).

Segundo Mendonça (2016, p. 241),

E-commerce é uma abreviação de eletrônico comece, traduzindo comércio eletrônico. Ele se fortaleceu com a chegada da internet facilitando assim todo o processo de compra e venda, no inicio apenas pequenos produtos eram comercializados como códs., dvd's, livros, etc. Nos dias de hoje são comercializados carros, casas, iates, aviões, obras de arte e qualquer outro tipo de produto de luxo. O e-commerce abrange uma gama de diferentes tipos de negócios, desde sites destinados a consumidores, leilões, bens e serviços e organizações.

De acordo com Alday e Pinochet (2002, p.13) Considera que:

O comércio eletrônico é o uso da tecnologia da informação para automatizar a compra e venda de bens e serviços, trazendo benefícios em aspectos como: tempo, já que o tempo das transações é muitas vezes um fator

significativo, e as transações eletrônicas podem economizar um tempo valioso; distância: visto que redes como a internet podem transformar instantaneamente uma empresa local em um distribuidor global, a empresa pode alcançar novos clientes a maiores distâncias; relações com clientes: os relacionamentos entre as empresas e seus clientes muitas vezes são mais estreitos; e facilidade de uso e melhor controle: muitos clientes estão passando para o comércio dos mercados financeiros online porque têm melhor controle sobre seus próprios recursos financeiros e também porque esses sistemas possuem facilidades em comparação com os pedidos feitos por telefone. Muitas empresas utilizam a estratégia de oferecer maior desconto no comércio eletrônico porque os pedidos podem ser feitos a qualquer momento, 24 horas por dia, com confirmações feitas quase que de imediato.

Porem é necessário que as empresas que aderiram este tipo de comércio não concentrem todos seus esforços em questões primárias como o desenvolvimento dos sites, publicidade e confiabilidade do cliente, pois muitas das vezes as empresas negligenciam o fator logístico ou operacional que consequentemente gera a perda de clientes, perda de recursos e diminui o controle já que as operações vão estar ultrapassadas. Sendo que quando a empresa opta por esta modalidade de venda seus gestores tem que estar ciente que seu negocio vai receber clientes 24 horas por dias e 7 dias por semana, e e necessário que todos os setores da empresas estejam preparados para futuras eventualidades(Uema e Lazzari, 2008).

Coelho et al (2013), ressalta a importância de analisar as vantagens e desvantagens do e-commerce para só depois de uma análise essa ferramenta seja implantada. O autor define as vantagens como:

- a. Possibilidade de aumentar a produtividade e otimizar os processos;
- b. Alcançar novos clientes no mercado nacional e internacional;
- c. Redução significativa do tempo e diminuição do uso de papeis;
- d. Redução de custos no que diz respeito a implementação de novos produtos ou serviços;
- e. Redução dos custos logísticos visando um aumento na flexibilidade;
- f. Redução dos custos relacionado a comunicação e obtenção maiores de informações;
- g. Aumento do contato com a empresa e o cliente que consequentemente gerando menos custos com a prestação de serviços aos clientes;

h. Possibilidade de novas parcerias.

Mesmo apresentando essas vantagens Coelho et al(2013) cita algumas desvantagens, tais como:

a. Alguns produtos não podem ser comercializados no e-commerce, pois os clientes preferem olhar os produtos pessoalmente antes de comprá-lo;

b. mesmo com todo o avanço tecnológico tanto os consumidores quanto as empresas possuem uma certa preocupação relacionada a segurança pois ainda existe muitos golpes virtuais;

c. mesmo com todo investimento nos sistemas ainda existe a possibilidade de falhas técnicas que podem gerar prejuízos caso a empresa venda algum produto ou transtornos para os clientes caso a empresa ofereça serviços, sendo necessário um investimento notável nessa operação para que diminua o máximo as chances de falhas;

d. tanto o cliente quando a empresa corre risco, pois não se sabe quem esta do outro lado do computador, sendo que as vezes o cliente não possui muita informação sobre a empresa e vice-versa, não sabendo quais são os objetivos de cada um;

e. Os produtos podem chegar danificados nas casas dos clientes, gerando uma insatisfação e o retrabalho da troca;

f. É necessário que o gerenciamento de estoque do fornecedor esteja de acordo com as vendas para que todos os pedidos sejam entregues da maneira mais rápida possível;

g. Em algumas regiões o acesso a internet é muito baixo devido a falta de estrutura de telecomunicações

h. os consumidores ainda possuem receio ao realizar compras virtuais.

Diante do exposto, a partir da visão de Coelho et al (2013), percebe-se que o e-commerce pode oferecer vantagens e desvantagens às empresas, por ser uma modalidade de venda relativamente nova, a cada dia que passa surgem novos problemas, e as soluções desses problemas serão resultado de alto investimento e a várias análises, principalmente a do perfil do cliente que buscam as soluções ou produtos que a empresa oferece.

Todas as ações tanto para maximizar as vantagens e quanto para minimizar as desvantagens serão passíveis de geração de custos e,
GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTO: a questão da escolha do critério de custeio sob a perspectiva do e-commerce. – p. 533-551

portantodemonstra que este setor demanda a necessidade de gestão estratégica de custos como estratégia em busca de competitividade no contexto do e-commerce.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi exposto, este artigo é decorrência de um estudo em andamento e, portanto não apresenta resultados da pesquisa de campo. Todavia, a partir da discussão conceitual foi possível apontar as particularidades de cada critério de custeio e suas implicações na gestão estratégica de custos para a busca de competitividade no setor de e-commerce. Por tudo visto ao longo desse artigo percebe-se que cada método de custeio tem a sua importância e cada um oferece informações distintas a fim de facilitar diferentes análises dos custos em uma empresa.

Ainda que, a empresa de *e-commerce* tenha um grande suporte informacional, gerado pelos seus sistemas é necessário que elas se preocupem em conhecer as possibilidades de custeio e definir qual o método de custeio mais apropriado ao contexto que e às circunstâncias em que a mesma está inserida.

A escolha adequada pode contribuir na redução da possibilidade de enxergar os custos de uma forma distorcida ou analisar os custos de forma inadequada e prejudicar a geração de informações que possam induzir os gestores a tomar decisões erradas. É necessário ressaltar a relevância dos custos em uma empresa sendo do setor de tradicional ou do *e-commerce*. Pois na maioria das vezes é o custo que vai direcionar a tomada de decisão no tocante à compra e venda, aos investimentos e financiamentos.

A presente investigação, nesta determinada etapa, buscou subsídios conceituais para aplicação na pesquisa de campo e concluir o estudo de caso a ser elaborado futuramente. Mas também entende-se que a presente pesquisa bibliográfica, possa contribuir com os estudos da área de custeio e para conhecimento e avanços na realidade empresarial do uso adequado dos diferentes critérios de custeio para gestão estratégica de custos.

REFERÊNCIAS

ALDAY, Hernan Edgardo Contreras; PINOCHET, LuizHernan Contreras. A tecnologia e-Commerce como estratégia determinante no setor supermercadista. Revista da FAE, v. 5, n. 3, p. 11-21, 2002.

BERTÓ, Dalvio Jose; BEULKE, Rolando. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, Fabiano Simões. **Gestão de custos**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2008. 1126 p

COELHO, Lidiane da Silveira; OLIVEIRA, Rafaela Carvalho; ALMÉRI, Tatiana Martins. O CRESCIMENTO DO E-COMMERCE E OS PROBLEMAS QUE O ACOMPANHAM. **A Identificação da Oportunidade de Melhoria em Uma Rede de Comercio Eletrônico na Visão do Cliente: Revista de Administração do UNISAL**, Campinas, v. 3, n. 3, p.63-85, jan. 2013.

CORONETTI, Jucimar; BEUREN, Ilse Maria; SOUSA, Marco Aurélio Batista de. OS MÉTODOS DE CUSTEIO UTILIZADOS NAS MAIORES INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, p.324-343, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/299/236>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

E-COMMERCE. Rio de Janeiro: Revista Inovação, Projetos e Tecnologias, v. 4, 2 jun. 2016.

KAPLAN, Robert S.; COOPER, Robin. **Custo e desempenho**: Administre seus custos para ser mais competitivos. 2. ed. São Paulo: Futura, 2000.

LAUSCHNER, Marco Antonio; BEUREN, Ilse Maria. Gestão estratégica de custos. **Contab. Vista & Rev.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p.53-84, ago. 2004.

MACHADO, Pedro Paulo; FERNANDES, Luiz Antônio. **Análise do ponto de equilíbrio de uma rede de supermercados**. Resende: ViiSeget – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010.

MACHADO, Débora Gomes; SOUZA, Marcos Antônio de. ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE A GESTÃO DE CUSTOS E A GESTÃO DO PREÇO DE VENDA:: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ADOTADAS POR EMPRESAS INDUSTRIAIS CONSERVEIRAS ESTABELECIDAS NO RS. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, n. 1, p.42-60, jan. 2006.

MARENGO, Sabrina Trejes; JAROSESKI, Sinara. ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO EXTERNA DE CUSTOS: UM ESTUDO MULTICASO EM EMPRESAS DA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 2, p.43-63, jun. 2012.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Método de custeio comparados: custo e margens analisados sob diferentes perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012 (3ed.).

MENDONÇA, Herbert Garcia de. E-COMMERCE. **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias.: Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.240-251, dez. 2016.

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custo: Conceito, sistemas e implementação**. Guarulhos: Atlas, 2000.

PEREIRA, Herbert Luilson Silva; ALMEIDA, Paoline Levy Pereira; PETTER, Rodolfo Reinaldo (Org.). **Gestão estratégica de custos: um diferencial competitivo nas micro e pequenas empresas em Campina Grande - PB. Congresso Brasileiro de Custos**, Rio de Janeiro, v. 83, n. 45, p.10-24, 9 nov. 2009

PEREZ JUNIOR, José Hernandes. **Gestão estratégica de custo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SHANK, J. K.; GOVINDARAJAN, V. **Gestão estratégica de custos: a nova ferramenta de vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Christian Luiz da. **Gestão estratégica de custos: O CUSTO META NA CADEIA DE VALOR. Rev. Fae**, Curitiba, v. 2, n. 2, p.17-26, ago. 1999.

SILVA, Christian Luiz da. **GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: O CUSTO META NA CADEIA DE VALOR**. 1999. 9 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc), Curitiba, 1999.

SOMACAL, Tiago; BERLATTO, Odir; DUTRA, Catherine Chiappin. **CUSTOS: FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE UM PRODUTO CUSTOMIZADO EM UMA INDÚSTRIA DE QUADRO DE COMANDO. Anais VIII Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da Fsg: Anais VIII Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG**, Serra Gaúcha, v. 5, n. 1, p.354-356, jun. 2014.

SOUZA, Marcos Antonio de; CARDOSO, Maurício Farias; MACHADO, Rosane. **ANÁLISE DE CUSTOS NA CADEIA DE VALOR: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA MULTINACIONAL DO SETOR PETROLÍFERO. Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 5, n. 4, p.1-25, dez. 2011.

SOUZA, Marcos Antonio de; HEINEN, Ana Cristine. **Práticas de Gestão Estratégica de Custos: Uma Análise de Estudos Empíricos Internacionais. Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 2, p.23-40, ago. 2012.

SOUZA, Marcos Antonio de; RASIA, Kátia Arpino; ALMEIDA, Lauro Brito de. **Práticas de gestão estratégica de custos adotadas por empresas brasileiras de segmentos do agronegócio. Custos e @gronegócioOnline**, Recife, out. 2015. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v11/7estrategica.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

HIC...HIC... ELA ESTAVA COM SOLUÇÃO: sequência didática das atividades do conto “Tentação”, de Clarice Lispector

RICARDO, Ariane Guimarães – Uni-FACEF
SILVA, Bianca Faleiros da – Uni-FACEF
BENEDITO, Luara Ferreira – Uni-FACEF
CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de uma sequência didática, as atividades elaboradas para leitura e análise do conto “Tentação”, pertencente à obra *Felicidade Clandestina*, de Clarice Lispector, desenvolvidas com os alunos de sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental de escolas estaduais de Franca – SP, atendidas pelo subprojeto de Letras do PIBID/CAPES-Uni-FACEF.

O propósito desta atividade é levar o aluno ao encontro com a obra de maneira mais aprofundada, ou seja, evitando uma leitura superficial do texto literário. Para tanto, buscamos analisar a composição do enunciado por meio dos recursos linguísticos selecionados para aproximar seu leitor da situação enunciada. Também objetivamos refletir sobre as características explicitamente marcadas de cada personagem, a atuação do narrador que compõe a narrativa, assim como o tempo e o espaço que regem a obra. Também observamos com maior atenção as expressões utilizadas para dar voz ao narrador em suas intervenções.

Apresentamos, ainda, a obra de Clarice Lispector para compreendermos seu estilo, para, desse modo, podermos analisar e trabalhar os recursos que movimentam o conto, permitindo a compreensão de sua significação, como o emprego dos adjetivos que caracterizam, física e psicologicamente as personagens, as reflexões do narrador quando homodiegético, etc.

Como referencial teórico, adotamos os estudos de Rosenbaum (2002) e Bosi (2004) para conhecermos a vida e obras de Clarice Lispector. Estudamos também a obra completa *Felicidade Clandestina*, Lispector (1998) para analisarmos sua composição, em especial, o conto “Tentação”, corpus do nosso trabalho.

2. Clarice Lispector: vida e obra

De acordo com Bosi (2004), Clarice Lispector nasceu na Ucrânia, antiga União Soviética, no dia 10 de dezembro de 1920. Recém-nascida, com apenas dois meses de idade mudou-se para o Brasil com sua família, seus pais Pedro Lispector, Marian e duas irmãs: Elisa e Tânia, e se estabeleceram na cidade de Recife, onde a autora passou toda sua infância e parte da adolescência.

Precocemente, com apenas 7 anos começou a enviar contos para a seção *O Diário das crianças de Pernambuco*, porém, todos seus textos foram recusados por retratarem sensações e não adotar o formato tradicional "Era uma vez...".

Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro junto a sua família. Estudou no colégio Sílvio Leite e, posteriormente, em 1939, matriculou-se na Faculdade de Direito, enquanto trabalhava em um escritório de advocacia como secretária e fazia algumas traduções de textos científicos para revistas

No ano de 1940, foi publicado na revista *Pan*, o conto "Triunfo". Sua narrativa trazia temas recorrentes na escrita de Lispector: em meio a dificuldade de relacionamentos amorosos, a mulher descobre a força interior. Nesse mesmo ano, escreveu vários outros contos: "A fuga", "História Interrompida" e "O Delírio". Também nessa época a autora iniciou suas atividades como repórter e jornalista.

Casou-se com um diplomata, Maury Gurgel Valente em 1943, e por conta da carreira do marido, a partir do ano seguinte, viveu um longo período fora do Brasil. Nesse período, manteve correspondência com vários autores, dentre eles, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto e Lygia Fagundes Telles.

Sua primeira obra publicada foi o romance *Perto do Coração Selvagem*, em 1943. Nessa primeira experiência, a autora enfrentou dificuldades para publicá-lo, pois a primeira editora se recusou. Somente no ano seguinte conseguiu fazer a publicação e, com essa obra, recebeu o Prêmio Graça Aranha.

Em 1952, mudou-se para a cidade de Washington, nos Estados Unidos, onde viveu com seus dois filhos, Pedro e Paulo Gurgel Valente, por oito anos.

A partir desse romance de estreia, há uma grande produção literária da autora, composta por romances, contos, crônicas, literatura infantil e outros; os

romances: *O lustre* (1946); *A cidade sitiada* (1949); *A maçã no escuro* (1961); *A paixão segundo G.H.* (1964); *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres* (1969); *Água viva* (1973); *A hora da estrela* (1977); *Um sopro de vida* (1978), obra de publicação póstuma, escrita simultaneamente à obra *A hora da estrela* (1977).

Na literatura infantil publicou: *O mistério do coelho pensante* (1967), *A mulher que matou os peixes* (1968), *A vida íntima de Laura* (1974), *Quase de verdade* (1978), e *Como nasceram as estrelas* (1987).

A coletânea de crônicas *A descoberta do mundo* (1984), de publicação póstuma, reúne crônicas publicadas no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 67 a 73; e, ainda, as seguintes coletâneas de contos: *Alguns contos* (1952); *Laços de família* (1960); *A legião estrangeira* (1964); *Felicidade clandestina* (1971); *A imitação da rosa* (1973); *A via crucis do corpo* (1974); *Onde estivestes de noite?* (1974) e *A Bela e a Fera* (1979).

Em uma madrugada de setembro do ano de 1966, a escritora dormiu com um cigarro aceso, provocando um incêndio que deixou seu quarto totalmente destruído. Lispector teve inúmeras queimaduras no corpo, passou três dias sob risco de morte e dois meses hospitalizada. Nesse incidente, Clarice Lispector correu grande risco de ter sua mão amputada. Depois de fisicamente recuperada, a autora fez algumas cirurgias plásticas e continuou a escrever; deprimida, porém, recusando convites e homenagens, iniciou seu recolhimento doméstico.

Em outubro de 1977, a escritora foi internada para uma cirurgia devido a um câncer de ovário, e no dia 9 de dezembro, do mesmo ano, Clarice Lispector faleceu na véspera de seu aniversário.

Clarice Lispector está contextualizada na terceira geração do Modernismo Brasileiro e materializa uma prosa-poética marcada pela introspecção psicológica. O Modernismo foi um movimento do século XX responsável por transformações artísticas e literárias, na tentativa de romper com antigos valores e buscando uma nova literatura que falasse do Brasil para os brasileiros.

2.1. Felicidade Clandestina: uma perspectiva memorialista da mulher adulta

Publicada no ano de 1971, a obra *Felicidade Clandestina* reúne textos de Clarice Lispector que foram escritos em diversas fases de sua vida. Na época, a

autora escrevia para o *Jornal do Brasil* e algumas das obras presentes no livro foram publicadas nesse período.

Os textos encontrados na obra podem ser facilmente classificados como contos, mas a escritora muda de um gênero para outro, ora aproximando-se das crônicas, ora dos contos.

Este livro bem o demonstra. É composto por contos escritos em épocas diversas da vida de Clarice. E por não-contos. Muitos deles – como *Felicidade Clandestina*, que dá título ao livro – foram publicados no caderno B do *Jornal do Brasil*. Como crônicas. Que também não eram crônicas. (Orelha do livro *Felicidade Clandestina*, Marina Colasanti)

Escrita em primeira pessoa, a obra *Felicidade Clandestina*, reúne 25 textos que tratam de diferentes temas resgatando uma perspectiva memorialista da mulher adulta, seus pensamentos e sentimentos de criança quando moradora da cidade de Recife. Uma das técnicas mais usadas nesses textos é a narrativa em fluxo de consciência, que representa os processos mentais das personagens, não possuindo uma estrutura sequencial, já que o pensamento não se expressa de forma ordenada. Em meio a esse processo, de ideias desconexas, em um dado momento as personagens passam pela epifania, que as fazem descobrir algo que muda suas visões de mundo ou de suas próprias essências de vida.

3. “TENTAÇÃO”: O ENCONTRO COM A OUTRA METADE

O conto “Tentação”, de Clarice Lispector narra um peculiar encontro entre uma menina, com soluço, sentada à frente de sua casa em um dia de calor e um cão, mais especificamente, um *basset*.

O encontro acontece em uma pequena cidade e causa uma instantânea paixão que dura o tempo de o cão virar a esquina com sua verdadeira dona. As metáforas nesse conto são constantes. O próprio título, “Tentação”, remete-nos ao pecado bíblico, nesse caso, o desejo em possuir aquilo que é proibido e também a paixão, desejo ardente em tomar posse de algo que lhe causa intenso prazer, considerada um pecado, ou seja, uma tentação. Essa urgente paixão torna-se explícita na obra quando o narrador diz que “entre tantos seres que estão

prontos para se tornarem donos de outro ser, lá estava a menina que viera ao mundo para ter aquele cachorro” (LISPECTOR, 1998, p.47).

Porém, é uma paixão efêmera, evidenciada pelo narrador quando diz que a menina acompanhou o cão “com olhos pretos que mal acreditavam [...] até vê-lo dobrar a outra esquina” (LISPECTOR, 1998, p. 48), ou seja, essa paixão, ardente e imediata, durou o tempo de se perderem com os olhos.

A personagem está em disjunção com tudo ao seu redor, pois se vê diferente de todos: “Numa terra de morenos, ser ruivo era uma revolta involuntária”; então ocorre a identificação com outro ser: “quando se aproximou de sua outra metade neste mundo, um irmão em Grajaú [...] Era um *basset* lindo e miserável [...] um *basset* ruivo. (LISPECTOR, 1998, p.46-47).

Nesse momento, a personagem demonstra ter encontrado um alívio, como uma autorização para viver, ela foi abastecida por um novo sentido na vida, a esperança ao ver que, assim como ela, existia outro.

Para marcar de maneira enfática o grande desejo de posse que rondava a menina e o *basset*, Lispector usou sensações e cores para marcar essa paixão, mesmo que efêmera: “ela era ruiva[...]”, “era um *basset* ruivo[...]”. “Os pelos de ambos eram curtos, vermelhos[...] vibravam de calor” (LISPECTOR, 1998, p.46-47).

Observa-se o calor na obra, através da cor vermelha, que remete também à paixão, pois, no início da narrativa, há a caracterização do espaço. Como se trata de uma paixão efêmera, a personagem logo entra em disjunção com seu objeto de desejo “sabe-se também que sem se falar eles se pediam. Pediam-se com urgência [...] mas ambos eram comprometidos. Ela com sua infância impossível [...] ele com sua natureza aprisionada” (LISPECTOR, 1998, p.47).

É pelo olhar que a narrativa se encerra, olhar esse que fez a personagem se ligar a sua outra metade e também a fez vê-lo partir: “Acompanhou-o com olhos pretos que mal acreditavam [...] até vê-lo dobrar a outra esquina” (LISPECTOR, 1998, p.48).

3.1. Atividades

Por se tratar de um trabalho destinado aos alunos de sétimos e oitavos anos das escolas atendidas pelo projeto PIBID/Letras Uni-FACEF, desenvolvemos

atividades interpretativas para servirem como suporte aos alunos e levá-los à interpretação da obra de maneira interativa e reflexiva.

Elaboramos uma sequência de questões a serem respondidas a fim de proporcionar a análise do texto a partir dos recursos linguísticos empregados pela autora que, em conjunto, apresentam o tempo, o espaço e as personagens, de forma a aproximar o leitor por meio das sensações narradas. Abaixo apresentamos algumas das questões trabalhadas com os alunos.¹⁶

A atividade começa com a apresentação da vida e da obra da autora, especialmente a obra Felicidade Clandestina de onde foi retirado o conto a ser trabalhado. Em seguida, realizamos a leitura do conto, primeiramente realizada pelos professores e, em um segundo momento, pelos próprios alunos em uma leitura compartilhada. Na sequência, desenvolvemos uma discussão para analisarmos as primeiras impressões registradas pelos alunos.

Para iniciarmos as atividades, pedimos aos alunos que listassem as palavras as quais o sentido era desconhecido para eles, posteriormente, trabalhamos o reconhecimento da estrutura da obra a partir de uma atividade em que deveriam dividir o texto em suas três partes: apresentação da personagem e do cenário, chegada do cão e identificação e afastamento do cão, como podemos verificar a seguir:

- 2) Após ler e discutir sobre o conto, divida-o nas três partes (nomeadas abaixo), conforme o conteúdo, descrevendo, com uma caneta colorida, quadros em torno do próprio texto:
 - I) Apresentação da personagem e do cenário
 - II) Chegada do cão
 - III) Afastamento do cão

Em seguida, partimos para a análise da personagem central, ou seja, a menina, de forma a levar os alunos a analisarem como o narrador a descreve física e psicologicamente:

- 3) O narrador descreve a menina, personagem da história, a partir de suas características físicas, psicológicas e também o que ela está fazendo, então anote abaixo:
 - a) suas características físicas:
 - b) suas características psicológicas:
 - c) o que ela está fazendo:

¹⁶Todas as atividades que, daqui por diante, são apresentadas, foram elaboradas pelos integrantes do subprojeto de Letras-PIBID-Uni-FACEF, ou seja, pelas coordenadoras de área Monica de Oliveira Faleiros e Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano e pelos bolsistas de Iniciação à Docência.

RICARDO, Ariane Guimarães; SILVA, Bianca Faleiros da; BENEDITO, Luara Ferreira; CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim

A obra se inicia com a seguinte expressão: “Ela estava com soluço”. Sabendo que se trata de uma obra literária e que, por ser assim, todo o conteúdo do texto tem um valor significativo a ser desvendado, além de se tratar de uma obra repleta de metáforas, pedimos aos alunos para analisarem o fato de a menina estar soluçando, qual seria o motivo ou o real significado dessa ação.

5) O que é soluço? Por que você acha que a menina está soluçando?

Posteriormente, realizamos uma análise estrutural da obra a fim de entender sua construção a partir do narrador, levamos, então, a seguinte pergunta para que analisassem o recurso narrativo empregado pela autora:

5) Quem conta esta história? Identifique, no trecho copiado, a voz do narrador e copie um de seus comentários:

Que fazer de uma menina ruiva com soluço? Olhamo-nos sem palavras, desalento contra desalento. Na rua deserta nenhum sinal de bonde. Numa terra de morenos, ser ruivo era uma revolta involuntária.

Assim como fizemos a análise das características da menina, também analisamos o basset, para que se tornasse possível a compreensão de suas semelhanças:

6) Como o narrador apresenta o basset? Anote, abaixo, suas características físicas, psicológicas e também de suas ações:

a) características físicas:

b) características psicológicas:

c) ações:

O tempo e o espaço são bem demarcados na obra e operam em harmonia com as sensações transmitidas a partir da caracterização das personagens. Assim, por meio das atividades, analisamos as palavras e expressões que caracterizam e criam esse cenário e fundem tempo, espaço e personagens.

7) Retire do texto palavras e expressões que caracterizam o tempo e o espaço em que a menina e o basset se encontram:

8) Agora pense: quais semelhanças podem ser percebidas entre as características do tempo e do espaço e as da menina e do basset?

Ainda refletindo sobre as escolhas linguísticas para enfatizar as sensações transmitidas aos leitores, discutimos sobre o título, para que os alunos
HIC... HIC... ELA ESTAVA COM SOLUÇO: sequência didática das atividades do conto “Tentação”, de Clarice Lispector – p. 552-562

questionassem sobre o termo “tentação”, recorrendo ao significado da expressão e as várias formas de interpretá-lo, por meio de uma leitura mais atenta quanto ao plano de expressão para a compreensão do plano de conteúdo.

Assim como em todas as atividades desenvolvidas por este projeto, encerramos a atividade com a produção textual escrita individualmente pelos alunos.

Nessa atividade, propusemos que cada aluno olhasse para a situação da menina de forma a enxergar seu mais íntimo sofrimento, íntimo porém explícito na obra, a solidão, causada pelo fato de se sentir diferente. Pedimos para que, assim como Lispector, o aluno narrasse um momento de sua vida em que se sentiu como a menina da obra e que encontrou, também como ela, alguém ou alguma coisa que o fez se sentir melhor por meio da identificação e conforto gerado:

Produção de texto

Solidão, incomunicabilidade, isolamento...

A menina ruiva estava e se sentia sozinha por ser diferente... E você, já se sentiu assim por ser diferente dos outros em algum aspecto? Conte para nós o dia em que você encontrou um amigo (pessoa, animal de estimação, objeto...) com quem se identificou e que, por isso, saiu da solidão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos, com essa atividade, a leitura de um gênero específico, o conto, e realizamos, por meio de discussões e atividades, uma análise integral da obra, observando-a em conjunto com a vida e a produção literária da autora, de forma a tornar essa análise significativa para nossos alunos de sétimos e oitavos anos.

A partir da apresentação de Clarice Lispector e de seu estilo, introduzimos a obra a ser trabalhada levando os alunos à compreensão da intenção discursiva da autora, expressa nos recursos por ela utilizados para a criação dos efeitos de sentido no texto de forma a aproximar seu leitor da situação narrada.

Apresentamos as atividades e auxiliamos individualmente cada aluno nessa trajetória de compreensão do conteúdo a que foram expostos. Assim, pudemos observar o desenvolvimento de cada aluno no decorrer do nosso trabalho e as impressões deixadas pela obra em cada um, por meio da atividade final, ou seja, a produção textual.

Entendemos que foi possível, por meio do desenvolvimento dessas atividades e da proposta de produção textual, mostrar aos alunos a construção da narrativa, seus recursos linguísticos e seus conteúdos temáticos e, com discussões acerca do enredo, despertar em cada um a aproximação com a obra, de forma a fazê-los compreender ser a solidão um tema comum que, em maior ou menor grau, afeta a todos. Assim, nossos alunos experimentaram a experiência de se colocar no lugar da personagem, ou seja, a menina solitária narrada na obra e recordaram momentos que se sentiram como ela, sozinhos por serem diferentes.

Os resultados foram significativos tanto no envolvimento dos alunos com o texto literário, quanto na ampliação do repertório de leitura para a constituição de um leitor efetivo desse tipo de texto.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 422-426.

CLARICE Lispector. Disponível em:
<http://www.rocco.com.br/especial/claricelispector/>. Acesso em 06 março. 2017.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ROSENBAUM, Yudith. **Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 8-25.

ANEXO A

TENTAÇÃO – CLARICE LISPECTOR

Ela estava com soluço. E como se não bastasse a claridade das duas horas, ela era ruiva.

Na rua vazia as pedras vibravam de calor - a cabeça da menina flamejava. Sentada nos degraus de sua casa, ela suportava. Ninguém na rua, só uma pessoa esperando inutilmente no ponto do bonde. E como se não bastasse seu olhar submisso e paciente, o soluço a interrompia de momento a momento, abalando o queixo que se apoiava conformado na mão. Que fazer de uma menina ruiva com soluço? Olhamo-nos sem palavras, desalento contra desalento. Na rua

HIC... HIC... ELA ESTAVA COM SOLUÇO: sequência didática das atividades do conto "Tentação", de Clarice Lispector – p. 552-562

deserta nenhum sinal de bonde. Numa terra de morenos, ser ruivo era uma revolta involuntária. Que importava se num dia futuro sua marca ia fazê-la erguer insolente uma cabeça de mulher? Por enquanto ela estava sentada num degrau faiscante da porta, às duas horas. O que a salvava era uma bolsa velha de senhora, com alça partida. Segurava-a com um amor conjugal já habituado, apertando-a contra os joelhos.

Foi quando se aproximou a sua outra metade neste mundo, um irmão em Grajaú. A possibilidade de comunicação surgiu no ângulo quente da esquina, acompanhando uma senhora, e encarnada na figura de um cão. Era um *basset* lindo e miserável, doce sob a sua fatalidade. Era um *basset* ruivo. Lá vinha ele trotando, à frente de sua dona, arrastando seu comprimento. Desprevenido, acostumado, cachorro. A menina abriu os olhos pasmada. Suavemente avisado, o cachorro estacou diante dela. Sua língua vibrava.

Ambos se olhavam.

Entre tantos seres que estão prontos para se tornarem donos de outro ser, lá estava a menina que viera ao mundo para ter aquele cachorro. Ele fremia suavemente, sem latir. Ela olhava-o sob os cabelos, fascinada, séria. Quanto tempo se passava? Um grande soluço sacudiu-a desafinado. Ele nem sequer tremeu. Também ela passou por cima do soluço e continuou a fitá-lo. Os pêlos de ambos eram curtos, vermelhos.

Que foi que se disseram? Não se sabe. Sabe-se apenas que se comunicaram rapidamente, pois não havia tempo. Sabe-se também que sem falar eles se pediam. Pediam-se com urgência, com encabulamento, surpreendidos.

No meio de tanta vaga impossibilidade e de tanto sol, ali estava a solução para a criança vermelha. E no meio de tantas ruas a serem trotadas, de tantos cães maiores, de tantos esgotos secos - lá estava uma menina, como se fora carne de sua ruiva carne. Eles se fitavam profundos, entregues, ausentes de Grajaú. Mais um instante e o suspenso sonho se quebraria, cedendo talvez à gravidade com que se pediam.

Mas ambos eram comprometidos.

Ela com sua infância impossível, o centro da inocência que só se abriria quando ela fosse uma mulher. Ele, com sua natureza aprisionada.

A dona esperava impaciente sob o guarda-sol. O *basset* ruivo afinal despregou-se da menina e saiu sonâmbulo. Ela ficou espantada, com o

acontecimento nas mãos, numa mudez que nem pai nem mãe compreenderiam. Acompanhou-o com olhos pretos que mal acreditavam, debruçada sobre a bolsa e os joelhos, até vê-la dobrar a outra esquina.

Mas ele foi mais forte que ela. Nem uma só vez olhou para trás.

IMPLICAÇÕES E UTILIZAÇÕES DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS NO PLANO DA EDUCAÇÃO

BRIGIDO, Ana Flora Garcia – Uni-FACEF
MORETI, Rebeca Silva – Uni-FACEF
CAMPOS, Vinícius Pereira – Uni-FACEF
PEREIRA, Wendel Henrique Silva – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Em função do projeto de iniciação à docência (PIBID) realizou-se um trabalho com os discentes de uma escola a qual possui parceria com o subprojeto. Sendo assim, este presente artigo tem como objetivo a reflexão e discussão sobre a forma da utilização da internet em foco nas redes sociais digitais (RSD) sobre a educação de jovens estudantes de rede pública da cidade de Franca - SP.

Sendo a internet um dos principais meios de comunicação atualmente, utilizada como ferramenta de trabalho, de interação, de comunicação e de estudo, nota-se gradativamente na sociedade contemporânea, sua introdução nas relações sociais, tornando-se um meio essencial de comunicação, de trabalho e para obtenção de informações e notícias. Delimita-se a partir de então o seguinte tema: Implicações e Utilizações da Internet e das Redes Sociais.

Em função disso, buscou-se uma metodologia que levantasse dados, além de rever conteúdos trazidos por diferentes autores. Primeiramente levantaram-se discussões a respeito das implicações da internet na educação, procurando definir seu conceito e conceituar seu papel atual principalmente em relação à educação. Identificou-se a partir disso, a necessidade de acompanhar a importância de ter conhecimento sobre sua implicância e utilização, principalmente em meio aos jovens. Neste sentido, foi substancial trabalharmos esta comunicação, voltada assim a uma perspectiva atual.

Num segundo momento, realizou-se um estudo exploratório, onde discutiu-se e levantou-se dados de autores que exploravam a questão da internet e sua relação com a educação e com as redes sociais. Posteriormente, houve a elaboração de um questionário que focou nas formas de acesso dos jovens na internet. Este buscou informações sobre as redes sociais acessadas, onde são

acessadas, a frequência e o intuito destes acessos. Desta forma, aplicou-se este questionário, o qual obtinha o total de onze perguntas, sendo elas abertas e fechadas, em duas salas de uma mesma escola pública da cidade de Franca – SP, com alunos com faixa etária entre 11 e 13 anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. REDES SOCIAIS DIGITAIS

Os homens são um processo contínuo de relações sociais que ocorrem de forma dialética, racional, afetiva e emocional, muitas vezes de maneira contraditória. Sendo assim, ele é um produto e produtor da sua história. Por essa base, as redes sociais digitais são apenas uma extensão das nossas relações, que pelo avanço da tecnologia chegaram a esse patamar.

Segundo Recuero, (2009) as redes sociais digitais são um conjunto de dois elementos, os atores da rede, que são os usuários ou grupos de usuários e instituições e as conexões ou interações entre os mesmos.

Assim, as redes sociais digitais são sites de relacionamentos que proporcionam os indivíduos a construção de um perfil público ou semi-público que compartilham conexões dentro de um sistema de dados. As RSD são únicas pelo fato de além de proporcionarem uma possível interação virtual entre os usuários, estes também podem visualizar e conhecer o perfil entre todos os usuários dentro da RSD. Isso resulta em uma conexão a distância entre indivíduos que jamais se conheceriam de qualquer outra forma, facilitando e proporcionando mais as relações interpessoais mais abrangentes. (BOYD E ELLISON, 2007)

Assim então são constituídas por integrantes com interesses em comum que formam uma comunidade com ligações e intenção de compartilhar conteúdo. Os integrantes são habitualmente definidos como qualquer coisa numericamente singular, pode ser uma pessoa ou organização, que passa a ter interesses em comum como hobbies, afinidades, profissão, estudos e vários assuntos que criam relações e ligações que é o elo que existe entre as pessoas (conexão). No quesito das redes sociais mais acessadas destaca-se a seguir o Facebook, Twitter e Instagram.

2.2. Facebook

O Facebook é uma das redes sociais digitais utilizadas nos dias atuais e considerado o maior site de relacionamento do mundo. Criado por Mark Zuckerberg e lançado no dia 4 de fevereiro de 2004 (TORRES, 2009 apud SANTOS E SANTOS, 2014). Por ser um site interativo ele permite aos usuários constituir um perfil com todos os seus dados além de poder compartilhar fotos, vídeos e conversar com os outros usuários.

2.3. Twiter

Por possuir o limite 140 caracteres por texto, é caracterizado por uma interação breve e sucinta entre o usuário e seus seguidores e muito utilizado por celebridades, porém livre para qualquer tipo de usuário. O Twitter tem como finalidade postagens pessoais de texto e para isso é necessário ter uma conta com seu perfil, divulgar o link para ganhar seguidores e seguir pessoas que você quer acompanhar em tempo real (SANTAELLA; LEMOS, 2010 apud SANTOS E SANTO, 2014).

2.4. Instagram

O Instagram tem como a finalidade de compartilhar fotos e vídeos do cotidiano dos usuários. Mostrando os melhores momentos aos amigos, familiares e até para desconhecidos, seja em casa, no trabalho ou em alguma forma de lazer. As funções do aplicativo são simples, o sujeito escolhe uma foto ou um vídeo e compartilha com os outros usuários podendo conectar com outras redes sociais como o Facebook e Twitter. O acesso é gratuito, porém é necessário a criação de um perfil além de ser utilizado por meio de smartphone ou tablete. (SANTOS E SANTO, 2014).

2.5. Influências e Implicações das Redes Sociais e da Internet

Segundo Santos (1994), a internet é um produto e instrumento do meio técnico-científico-informacional contemporâneo, resultante do emergente processo de industrialização e evolução. Assim, nota-se sua presença principalmente em meio aos jovens, que se encontram nesse meio tecnológico, sendo produtos e produtores desta ferramenta.

Este fenômeno que toma forma crescente se torna desafiador no âmbito de adotar e acompanhar todas as inúmeras informações recebidas e o seu desenvolvimento gradual, porém característico de um processo que está a favor do ser humano, pelo fato de facilitar a comunicação, além da agilidade para a divulgação de notícias, marcado desta maneira pelo acesso rápido, prático e acessível do conhecimento.

Com isso, buscam-se conhecer quais são as páginas mais acessadas, se a internet é utilizada para fins educativos, e as implicações desse instrumento. Os autores Castro, Maranhão e Sousa (2013) dizem que a presença desta ferramenta é cada vez mais marcante em nossas vidas cotidianas.

Vê-se também a sociedade marcada pelas constantes interações sociais. Segundo Tomaél, Alcará e Chiara (2005, p. 93). “A própria natureza humana nos liga a outras pessoas e estrutura a sociedade em rede”. Sendo o homem um ser sociável, este necessita de estabelecer relações, sendo as redes sociais uma das maneiras para isso. Estas, por sua vez, são um dos conteúdos mais acessados da internet. Seu conceito é trazido por Marteleto (2001) como um meio de comunicação de caráter interativo, e principalmente de relações interpessoais, as quais possuem usuários autônomos, onde se é possível compartilhar conteúdos de interesses comuns entre estes usuários.

Para estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros (MARTELETO, p.2).

Ademais, sobre as influências das redes sociais e da internet como um todo na educação, o lado positivo em relação ao seu uso, cita-se sua colaboração no sentido de encontrar materiais de estudo online, pesquisas divulgadas para conhecimento pessoal, grupos de estudos virtuais online, onde estudantes podem se comunicar com professores e se cooperarem mutuamente. Além disso, um espaço virtual é um ambiente novo, onde foge do modelo padronizado de sala de aula e utiliza-se uma ferramenta de estudo e interação.

Por meio desse modelo alternativo e diferenciado do modelo clássico da sala de aula, é possível que seja despertado o maior interesse do aluno, em função de introduzir um novo material. É também importante notar que essas ferramentas, a internet e as redes sociais, funcionam como suporte para os

educandos, pois proporcionam o fácil acesso a materiais de estudos, que podem ser, dessa maneira, proporcionados pelo próprio professor, trazendo a interação e facilidade na comunicação entre professor e aluno.

Ramos e Coppola (2008/2009) propõe a necessidade do professor de direcionar e aconselhar o aluno sobre a maneira que deve buscar informações e onde. Além disso, fala sobre a importância de propor debates, discussões e críticas sobre informações trazidas através dos meios tecnológicos informacionais para instigar no aluno o desejo de pesquisar, investigar e usar a ferramenta seu favor. Com isso, conclui-se que esta ferramenta acima citada, pode se tornar uma ferramenta pedagógica, sendo preciso estimular os educandos para este uso.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos questionários aplicados, pode-se constatar que a idade variou de 11 a 13 anos, sendo 38 estudantes do sexo feminino e 27 do sexo masculino da escola estadual na rede pública de ensino localizada no estado de São Paulo, Brasil.

Com base nos dados obtidos, o questionário foi realizado com 65 jovens, dentre eles, 38 meninas e 27 meninos, ou seja, 58% e 42% respectivamente.

Em relação à quantidade de dias na semana que os jovens da amostra acessam a internet, constatou-se que 78,5% utilizam a internet todos os dias da semana, 1,5 dos jovens acessam 6 dias, 8% dos jovens 5 dias, 1,5% dos jovens 4 dias, 4,5% dos jovens 3 dias, 3% dos jovens 2 dias e também 3% acessam 1 dia.

Tabela 1 – Relação do número de dias que os alunos acessam internet

Quantidade de dias na semana	Quantidade de alunos
1	2
2	2
3	3
4	1
5	5
6	1
7	51

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a quantidade de horas que estes jovens utilizam a internet,

13,5% acessa por pelo menos 1 hora, 17% por 3 horas, 45% por 5 horas, 4,5% por 10 horas e 20% por 12 horas.

Tabela 2 – Relação de horas que os alunos acessam internet

Quantidade de horas por dia	Quantidade de alunos
1h	9
3h	11
5h	29
10h	3
Mais de 12h	13
Não tem acesso	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao uso das redes sociais digitais, 33% acessam por 1 hora, 16,5% por 3 horas, 28% por 5 horas, 4% por 10 horas, 16,5% por 12 horas e 1,55% não possui RSDs.

Tabela 3 – Horas de utilização das RSDs

Horas por dia de utilização das RSDs	Quantidade de alunos
1h	22
3h	11
5h	18
10h	2
Mais de 12h	11
Não possui acesso	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos também constatar durante as horas que eles utilizam a internet sites acessados pelos alunos como redes sociais 74%, culinária 1,5%, jogos 35,5%, informativo 12,5%, educativos 5%, entretenimento 72% e outros 1,5%.

Tabela 4 – Tipos de sites mais utilizados

Tipos de sites mais acessados	Quantidade de alunos
Redes sociais	48
Culinária	1
Jogos	23
Informativos	8
Educativos	3
Entretenimento	47
Outros	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo preferência por sites, vemos a quantidade de redes sociais 40%, culinária 0,0%, jogos 21,5%, informativos 1,5%, educativos 0,0%, entretenimento 45% e outros 0,0%.

Tabela 5 – Sites favoritos pelos alunos

Sites favoritos	Quantidade de alunos
Redes sociais	26
Culinária	-
Jogos	14
Informativos	1
Educativos	-
Entretenimento	29
Outros	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Redes sociais nos traz maior números de porcentagem por alunos, onde desperta maior interesse e passa a ter mais acesso pelas redes como Facebook 72%, Instagram 35,5%, Twitter 5%, outros 66% e apenas 5% possuem acesso em todas as redes sociais.

Tabela 5 – Horas de utilização das RSDs

Tipos de RSDs	Quantidade de Alunos
Facebook	47
Instagram	23
Twitter	3
Outros	43
Todos	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para ter o acesso, todos os alunos utilizam algum meio de ferramenta, sendo Computador 37%, Smartphone 52,5%, Tablet 17% e 34% possuem todas as ferramentas.

Tabela 6 – Meio de utilização de internet

Espécie	Quantidade
Computador	24
Smartphone	34
Tablet	11
Todos	22
Não possui	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 7 – Opinião dos alunos frente à utilização da internet

Acesso à internet colabora para o aprendizado	
Sim	60
Não	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando as respostas sobre o acesso à internet em relação ao aprendizado acadêmico, 92,5% acreditam que a internet colabora para o aprendizado e 7,5% acreditam que não.

Tabela 8 – A utilização da internet pelos alunos para atividades escolares

Alunos que utilizam internet para atividades escolares	
Sim	63
Não	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao uso da internet para atividades escolares, 97% dos alunos utilizam esta ferramenta e 3% não faz uso do mesmo.

Após a análise desses dados, concluímos que todos os alunos possuem ferramentas para ter acesso as RSDs, com diversas porcentagens de dia e hora, além dos sites acessados, foi possível notar que as Redes Sociais Digitais são as mais acessadas entre os sessenta e cinco jovens cujo o questionário foi aplicado, mostrando assim o grande destaque na necessidade de uma relação virtual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os resultados, fica evidente que grande parte dos jovens da amostra passam a maior parte dos dias conectados à rede mundial de computadores, acontecimento este que está cada vez mais comum entre a população brasileira que tem acesso a tal tecnologia. Este fenômeno pode acarretar problemas ou ser solução para muitos dos dilemas encontrados na educação como, por exemplo, a falta de interesse pelos estudos, que pode ser explicada pela

difículdade de interação dos conteúdos estudados com o mundo em que estes jovens vivem.

As ferramentas oferecidas pela Internet aplicadas no cenário educativo podem contribuir qualitativamente, possibilitando a ampliação e a modificação das maneiras de ensinar e aprender atualmente. É meritório ressaltar que o uso desses recursos no processo de ensino e aprendizagem deve levar em consideração as peculiaridades de cada grupo e as ações estabelecidas pelos agentes educacionais de cada contexto. Uma possibilidade de solução era adaptar a linguagem ao cotidiano destes alunos, de acordo com Paulo Freire (2007), os educadores devem fazer uma pesquisa inicial do universo vocabular dos educandos, assim facilitando a interação entre ambos. Desse modo, o professor se integraria de maneira ampla no universo do aluno, fazendo o papel de mediador e direcionador no aspecto do conhecimento adquirido através da internet e das redes sociais.

Outra possível mudança é utilizar desta ferramenta social como um meio educacional, criando grupos de jovens e professores oferecendo suporte para as dificuldades escolares, tendo a vista o fácil acesso dos jovens e educandos a essa ferramenta e a agilidade proporcionada por ela, característica presente nas relações sociais atuais.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, José André Peres; AUTH, Milton Antônio. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 7, n. 1, p. 15-27, 2001.

COPPOLA, C.N., RAMOS, M. (2008/2009). O uso do computador e da internet como ferramentas pedagógicas.

ELLISON, Nicole B. et al. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MARTELETO, M.R. Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

Razón y Palabra, O Conceito de Internet na Pesquisa em Comunicação no Brasil.

Disponível em:

<http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/V84/21_CastroMaranhaoSousa_V84.pdf>.

Acesso em: 19 de maio de 2017.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Sulina, 2009.

SANTOS, V. L. D. C., & SANTOS, J. E. D. (2014). As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. HOLOS 6, 307-328.

INVIDIAE NOSTRIS: o dinamismo do conceito de inveja na filosofia e psicanálise

MIRANDA, Felipe Dadonas de – Uni-FACEF
SANTOS E FARIA, Márcia Ribeiro dos – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se esquematiza em duas partes, sedo que na primeira será abordado o conceito de inveja segundo filósofos da Idade Antiga, como Sócrates, Aristóteles, Lucrécio, Ovídio e Agostinho de Hipona; da Idade Média, como Tomás de Aquino, Dante Alighieri; e da Idade Moderna, Espinosa e Schopenhauer, com o objetivo de revisar, enquadrar e comparar os autores de forma crítica e reflexiva, buscando entender o dinamismo do conceito de inveja ao longo dos tempos, até os dias de hoje.

A segunda parte, enfatiza a psicanalista Melanie Klein, buscando expor sua teoria quanto a estruturação da inveja e suas consequências na saúde psíquica do sujeito e como na atualidade a inveja é concebida por autores kleinianos. Expondo, além da inveja, conceitos de identificação projetiva, posição esquizoparanóide e a pulsão de morte, afim de compreender a definição mais recente da inveja na atualidade.

O presente artigo busca fazer uma revisão qualitativa, através de uma revisão bibliográfica crítica, com a revisão de artigos científicos e livros, com o objetivo de investigar o tema do dinamismo da inveja na filosofia e na psicanálise, revisando seu processo, as diversas concepções quanto a inveja ao longo dos tempos por diferentes pensadores, na tentativa de compará-los e associá-los desde sua origem etimológica, passando pela filosofia clássica, a cristã, a contemporânea, até sua atual definição na psicanálise kleiniana dos dias de hoje.

Melanie Klein (1974) enquadrrou a inveja como uma defesa primitiva do ego imaturo, explicando também o conceito de pulsão de morte, identificação projetiva e outros mecanismos estruturantes para o surgimento da inveja no indivíduo; explorando também a comparação crítica e reflexiva entre inveja, o ciúme e voracidade de Klein, assim como os fatores que a inveja excessiva desencadeia no psiquismo humano como um todo.

Klein (1974) considera que a inveja é a expressão oral e anal-sádica de impulsos destrutivos operantes desde o início da vida, e que tem base constitucional e emocional. Do seu ponto de vista a inveja é uma manifestação do instinto de morte, através da identificação projetiva. Klein distingue também mais dois estados mentais que se encontram intimamente associados à inveja: voracidade e ciúme. Ressalta também que a inveja prejudica processos de diferenciação e de desenvolvimento do pensamento racional, leva ao desenvolvimento prematuro da culpa levando a confusão entre culpa depressiva e perseguição.

A sua afirmação de inveja constitucional foi muito criticada por muitos autores da época e autores contemporâneos. Quando ampliou seu artigo sobre a inveja e o transformou no livro *“Inveja e Gratidão”* ela esclareceu como usava a ideia de inveja no trabalho clínico, sem que isso suspendesse as críticas a respeito da base instintiva dela.

Seu trabalho destaca a identificação projetiva como estruturante da inveja e por esse motivo, ela será mencionada várias vezes ao longo do artigo, devido sua importância.

2. CONCEITO E DINAMISMO DA INVEJA

O *“Dicionário Houaiss da língua portuguesa”* (2009), define a inveja como uma espécie de desconforto que surge ao vermos a felicidade alheia; um desejo quase incontrolável de possuir algo que é do outro. Sabemos que a palavra inveja tem sua origem no latim pois, segundo Saraiva (2000) a palavra latina *invidia* significa inveja. E buscando a etimologia da palavra *invidia* encontramos que esta surgira da junção de duas partículas do latim: *videre* (ver, olhar, enxergar) e *in* (negação, indeferimento), de maneira que *in + videre*, definiria o invejoso, segundo Zimmerman (2001), como aquele que se recusa a enxergar as diferenças entre si mesmo e o outro.

A definição etimológica da inveja citada poderia facilmente vir à tona quando, mesmo sem nenhum embasamento teórico, tentamos responder a alguém o que é inveja. Está no nosso senso comum também como o “mau olhado”, “olho grande”, “olhar de seca pimenteira” ou também “lançar mau-olhado”, entre outras. Mas ao longo da história, pensadores, filósofos e psicanalistas conceituaram a inveja

de diferentes maneiras, inclusive indicando seu oposto circunferencial, que aqui tentaremos enquadrar.

2.1. A Inveja na Filosofia

Ao investigarmos o conceito de inveja nas raízes da filosofia na antiguidade clássica, logo nos esbarramos em Sócrates, Aristóteles e outros; cada filósofo conseguiu descrever a inveja da sua maneira, o que nos faz pensar que padecemos desse mal desde muito antes da Idade Antiga, antes mesmo da invenção de qualquer registro escrito.

Logo na antiguidade, por volta do século V a.C., Sócrates (1987), um dos fundadores da filosofia ocidental, definiu a inveja de maneira simples e direta. O filósofo, que se interessava em conhecer e refletir sobre a origem das coisas, buscou examinar a natureza da inveja, e percebeu que a inveja reside apenas no coração do ignorante, já que, segundo ele, o invejoso não sente dor na desgraça de seus amigos, nem na prosperidade de seus inimigos, sentindo dor apenas dor na felicidade de seus amigos.

Também da Grécia antiga, Aristóteles definiu a inveja em sua obra “*Retórica*” (2005), dizendo que o objeto de inveja é o bem-estar do outro contido nas possessões materiais, reputação social, idade ou qualquer outro aspecto que em nosso julgamento nos tornaria superior se pudéssemos tê-lo; e por isso sentimos inveja ao avistarmos pessoas que são semelhantes a nós de alguma forma. No entanto Aristóteles (2005) indica que somos incapazes de invejar pessoas que já morreram, pessoas que consideramos inferiores ou muito superiores a nós, e, principalmente, pessoas em condições idênticas a nossa.

Ao analisarmos as palavras percebemos que Sócrates (1987) relaciona inveja com dor, e que o filósofo não menciona a presença dessa dor na desgraça dos inimigos, o que denota ausência de sadismo na sua forma de conceber a inveja. Além disso, quando comparamos sua definição com a de Aristóteles (2005) percebemos que não é mencionado algo sobre amigos ou inimigos, mas apenas sobre o bem-estar do outro, incluindo suas possessões, reputação e idade. Em outras palavras, enquanto Sócrates (1987) considera a inveja algo ignorante que é acionado quando na prosperidade de um amigo; Aristóteles (2005) considera que a inveja é acionada ao avistarmos algo de melhor em nosso semelhante, que nos faz

querer possuir. Ambas descrições não fazem menção a alguma forma de uma pulsão, ódio ou sadismo.

Ao buscarmos um pouco mais à frente na história da antiguidade, Lucrécio (1985), por volta do séc. I a.C. registrou seu pensamento quanto a inveja de uma maneira metafórica. Para Lucrécio (1985), o invejoso luta derramando seu suor e sangue, medindo seus gostos e desejos através das opiniões do mundo ao invés de medi-los por seus próprios sentidos, e completa: “Isto é assim e sempre o será, como sempre o foi; a inveja, semelhante ao raio, consome os cimos e tudo aquilo que ultrapassa o nível comum.” (LUCRÉCIO, 1985, p. 75).

A luta, o suor, o sangue, a destrutividade de um raio, são todos elementos que nos remetem a violência, a imposição, agressividade. Espinosa (1999), filósofo moderno, também registrou um pensamento parecido em que, para ele, a inveja tem origem em um ódio que se alegra com o mal do outro e se entristece na sua felicidade. Separados por quase dois mil anos, os autores, Lucrécio (1985) e Espinosa (1999), ambos descreveram a inveja de forma violenta e pulsional, que busca destruir o que ultrapassa o nível comum, com apenas uma diferença indicada por Espinosa (1999), que indicou que o invejoso é também sádico ao se alegrar com o mal do outro.

Ovídio (1996), poeta grego, do século I a.C. registrou em suas obras um de seus pensamentos sobre a inveja, definindo-a de forma poética como uma criatura que habita nas profundezas de um vale escuro e frio, onde o sol não pode alcançar, o vento não se atreve a cruzar e onde o fogo jamais se ascende. Lá, há apenas trevas e frio. E ele ainda define a criatura da seguinte forma:

A palidez cobre seu rosto, seu corpo é descarnado, o olhar não se fixa em parte alguma. Tem os dentes manchados de tártaro, o seio esverdeado pela bile, a língua úmida de veneno. Ela ignora o sorriso, salvo aquele que é excitado pela visão da dor [...]. Assiste com despeito o sucesso dos homens e esse espetáculo a corrói; ao dilacerar os outros, ela se dilacera a si mesma, e este é seu suplício. (OVÍDIO, 1996, p. 770).

Ovídio (1996) tem um diferencial em sua forma de definir a inveja, talvez por ser poeta, teve mais facilidade em desenhar a inveja não apenas como algo voraz em relação a algo que se destaca nos homens, mas como algo destrutivo para o próprio invejoso, que se dilacera ao dilacerar o outro.

Em sua obra “*Confissões: de magistro*” (1980), Agostinho de Hipona diz que os atos culpáveis inspirados pela inveja podem surgir do prazer de contemplar o infortúnio alheio rindo e escarnecendo da desgraça de quaisquer

peessoas, incluindo o prazer que sente o público que assiste gladiadores e combatentes.

Apesar de claramente evidenciarmos o desejo pela destruição e ódio na concepção de inveja de Ovídio (1996), Agostinho (1980) indicou apenas sadismo, talvez o mesmo sadismo de Espinosa (1999), citado anteriormente. Esse sadismo está presente também na citação de Ovídio, quando ele diz que a criatura sorri apenas quando excitada pela visão da dor do outro. E é importante associarmos esse ódio, sadismo e desejo de destruição com o conceito de pulsão de morte, introduzido por Sigmund Freud em 1920 em sua obra *“Além do princípio do prazer”*. Essa associação também vai de encontro com a concepção de inveja da psicanalista Melanie Klein (1981), que defende que o sentimento de inveja está presente desde muito cedo nos seres humanos.

Arthur Schopenhauer (1981), faz um paralelo entre inveja e piedade em sua obra *“Dores do Mundo”* (1981), pelo motivo de que ambas se relacionam com o que ele chamou de “comparação involuntária”, entretanto, uma se opõe a outra uma vez que para Schopenhauer (2013), a inveja é como um muro que nos separa e que vai ficando mais expeço conforme a inveja é alimentada; enquanto a piedade, por sua vez, tem como fim deixar o muro fino, translúcido, exterminando lados, dissipando deste modo toda a diferença as partes.

Revisando Agostinho de Hipona (1980), encontramos um pensamento que diz que o invejoso tem medo de ser comparado por quem ele inveja, e pegando o conceito de “comparação involuntária” na inveja de Schopenhauer, podemos inferir que o invejoso muito se compara e compara os outros na busca por alguém um pouco melhor que ele, e nesse ato sente receio ou medo de que alguém faça com ele a mesma comparação.

Investigando a inveja no seu sentido cristão, na obra *“Suma Teológica”* (1856) de Tomás de Aquino. Percebemos que Aquino faz uma série de questões e em uma delas, ele coloca a inveja em pauta, a explicando em quatro artigos. No terceiro, ele relaciona a inveja com o que ele considera seu antônimo: a caridade; e ainda explica que “é da caridade que vem a vida espiritual da alma”. (AQUINO, 1956 p. 1985). E tanto inveja como caridade tem o mesmo objeto: o bem do próximo. Ou seja, ser caridoso é agir querendo o bem-estar do outro; a inveja vem na contramão, o sujeito se entristece pelo bem do outro, e, por esse motivo, Tomás de Aquino (1956) considera a inveja um pecado mortal.

Dante Alighieri (2003), escreveu em sua poesia épica “*A Divina Comédia*” (2003), sobre as almas daqueles que precisam se purificar dos pecados cometidos sob a inspiração da inveja. Dante descreve as almas dos invejosos como sombras que usam mantos escuros e, entre lamentos, clamam por Virgem Maria e outros santos. Todos ali pagam sua penitência usando vários cilícios pelo corpo, nada podem ver, pois suas pálpebras são costuradas com um fio de metal, o que não impede que estas sombras chorem copiosamente andando em duplas, murmurando em sofrimento, apoiando-se uns aos outros, com o objetivo de corrigir o mal da inveja com o seu contrário: a caridade.

Tomás de Aquino (1956) e Arthur Schopenhauer (1981), ambos definiram à sua maneira a função oposta à inveja, sendo que, o primeiro a definiu como sendo caridade, e o segundo como piedade. Mas ambos termos são muito próximos. Enquanto a piedade é um sentimento de compaixão que antecede alguma ação, a caridade é o ato de fazer bem ao próximo sem esperar nada em retorno. Essa tentativa nomear um sentimento oposto à inveja se repetiu dentro da psicanálise, quando Melanie Klein (1974), introduziu o conceito de gratidão. Segundo a autora, esse sentimento é refinado e se dá por exemplo, quando a pessoa é grata por tudo que tem e conquistou, algo que invejosos são incapazes de sentir.

2.2. A Inveja na Psicanálise

Melanie Klein (1882-1960) foi uma genial e das maiores psicanalistas da história, suas teorias vieram de seus trabalhos com bebês e crianças, abrindo as portas para o tratamento de pacientes psicóticos.

Em sua publicação, “*Notas Sobre Alguns Mecanismos Esquizoides*” (1941) acrescenta a compreensão das defesas do ego em relação às ansiedades persecutórias, expandindo os conceitos da posição esquizoparanóide, inserindo também o importante conceito de identificação projetiva como base para as relações objetais.

Em “*Inveja e Gratidão*” publicado em 1957, Klein insere a presença do sentimento de inveja que está presente desde o nascimento do sujeito e analisa as consequências da posição esquizoparanóide e depressiva, o que se torna também um estudo importante da relação entre terapeuta e paciente no setting psicanalítico de forma geral. (KLEIN, 1974).

A inveja foi um termo introduzido por Melanie Klein em 1924 para definir um sentimento primário e inconsciente que se alterna com impulso instintivo, constitucional de avidez em relação a um objeto que se quer danificar ou destruir. A inveja está presente desde o nascimento e é inicialmente dirigida contra o seio materno. (KLEIN, 1974).

Na concepção freudiana clássica a inveja só é estudada no contexto da sexualidade feminina e na categoria de inveja do pênis.

Melanie Klein, (1974) estabelece uma adequada distinção entre as emoções de inveja e de ciúme. Considera a inveja como sendo a mais primitiva das duas, mostrando que é uma das emoções mais primitivas e fundamentais. A inveja primitiva deve ser diferenciada do ciúme e da voracidade. O ciúme baseia-se no amor e visa à posse do objeto amado e à remoção do rival. Pertence a uma relação triangular e, portanto, a um período da vida em que os objetos são claramente reconhecidos e diferenciados uns dos outros. A inveja, por sua vez, é uma relação de duas partes, na qual o sujeito inveja o objeto por alguma posse ou qualidade; nenhum outro objeto vivo precisa entrar nessa relação. O ciúme é necessariamente uma relação de objeto total, ao passo que a inveja é experimentada essencialmente em termos de objetos parciais, embora persista em relações de objeto total. A voracidade visa à posse de toda bondade que possa ser extraída de objeto, sem qualquer consideração das consequências; isso pode resultar na destruição do objeto e na danificação de sua bondade, mas a destruição é incidental à aquisição desapiedada. O invejoso visa ser tão bom quanto o objeto invejado; mas, quando isso é sentido como impossível, visa danificar a bondade do objeto, para remover a fonte de sentimentos invejosos. É esse aspecto danificador da inveja que é tão destrutivo, para o desenvolvimento, visto que a própria fonte de bondade da qual o bebê depende é tornada má, e, portanto, introjeções boas não podem ser alcançadas. A inveja, embora surgindo a partir de amor e admiração primitivos tem um componente libidinal menos forte do que a voracidade, e é impregnada de instintivo de morte. A inveja pode fundir-se com a voracidade, conduzindo a um desejo de esgotar inteiramente o objeto, não apenas a fim de obter toda a sua bondade, mas também esvaziar intencionalmente o objeto, de modo que não contenha nada de invejável. É a mistura de inveja que frequentemente torna a voracidade tão danificadora e aparente tão intratável na análise (SEGAL, 1975).

Ao contrário de Freud (2006), que estabeleceu fases para o desenvolvimento infantil, Klein (1981) transferiu o Complexo de Édipo para o princípio da vida, transformando o enfoque triangular edipiano pai/mãe/bebê em díade, mãe/bebê, mais precisamente com o objeto parcial “seio”, que o bebê enxerga como primeiro objeto e que sua mente primitiva divide, cindindo em “seio mau” e “seio bom”, conforme nomeia a autora. Nesse momento, que a autora nomeia como posição esquizoparanóide, que acontece no período do nascimento até o terceiro mês de vida e consiste no uso de defesas muito primitivas, ansiedades paranoides no bebê, por parte do ego ainda imaturo que provoca uma divisão, cisão do objeto primário, seio, em “seio mau” e “seio bom” (no sentido de ser gratificante ou não), em busca de gratificação e, acontece também, ao mesmo tempo, a cisão de seu ego. Essa cisão se dá por uma quantidade excessiva, ou tida como excessiva de frustração pelo bebê, que traz ao ego uma sensação de aniquilamento e a mobilização de defesas primitivas. Feita essa cisão, o bebê introjeta a parte “ruim” do objeto primário, seio, que demorou para atendê-lo, gratificá-lo, ou que não foi nutritivo, acolhedor, amoroso ou que fantasiou tê-lo agredido, ou que lhe agrediu de fato e projeta nele sua frustração, responsabilizando-o por sua frustração, devolvendo-lhe tudo de mau que recebeu. Ele quer danificar o objeto que lhe causa inveja, pois um objeto danificado não provoca inveja. Esse mecanismo de defesa é chamado de Identificação Projetiva no qual o sujeito (bebê) projeta partes de seu *self* e as identifica no outro (mãe). Esse mecanismo traz alívio, por libertar o inconsciente de angústias e ansiedades, mas traz prejuízo à personalidade que projeta, que fica mais pobre porque perdeu conteúdo. É essencial para o desenvolvimento favorável do bebê, na posição esquizoparanóide, que as experiências boas predominem sobre as más.

O que é experiência verdadeira do bebê, depende de fatores tanto externos quanto internos. A privação externa, física ou mental, impede a gratificação; mas, ainda que o ambiente seja propício a experiências gratificantes, estas podem ser modificadas, ou mesmo impedidas por fatores internos. Melanie Klein descreve a inveja primitiva como um desses fatores. (SEGAL, 1975 p. 51).

Nessas relações o objeto primário é visto como demasiado bom ou com idealização e, quando um está presente o outro está distante, tendo sido cindido e projetado.

Em contraste com a desvalorização e com a projeção da inveja, uma rígida idealização pode ser usada, numa tentativa de preservar algum objeto ideal. Contudo tal idealização é muito precária, já que quanto maior a idealização

do objeto, mais intensa é a inveja. Todas essas defesas contribuem para incapacitar o ego (SEGAL, 1975 pág. 57).

O bebê usa essas formas de defesa para se livrar das ansiedades de aniquilamento resultantes de pulsões sádico-destrutivas que são ligadas à inveja inata primária, ou seja, pulsão de morte.

Como a inveja forte em relação ao objeto primário dá origem a sofrimento e falta de esperança tão agudos, poderosas defesas são mobilizadas contra ela. A danificação que descrevi como objetivo da inveja é, parcialmente uma defesa contra ela. Já que o objeto danificado não suscita inveja. Pode ser reduzida para desvalorização, a fim de proteger o objeto de danificação total, simplesmente diminuindo seu valor. Essa danificação ou desvalorização está geralmente em conexão com a poderosa projeção, no objeto, de sentimentos invejosos. (SEGAL, 1975, p. 57).

Melanie Klein (1981) deu atenção maior e central ao estudo das relações de objeto, que estruturam a inveja. Assim o instinto de morte, o ódio, a destruição e, sobretudo a agressividade primária são repensados de maneira arcaica, mais radical e intensa, em sua teoria do que na de Freud clássico. É uma grande contribuição da autora sobre a agressividade, que ela diz existir desde o nascimento.

A inveja constitucional, como Klein concebeu, provocou protestos de muitos outros psicanalistas. Segundo Spillus (2007), Melanie Klein foi a primeira analista a considerar o conceito de inveja como centro de sua teoria psicanalítica, que acredita que a maior parte da oposição à teoria da inveja de Klein se deve à ideia de que ela pensava a inveja como um impulso instintivo e não a um sentimento, como outros autores o fizeram, tendo ela esclarecido em seu livro *"Inveja e Gratidão"* de 1957 como usava a ideia de inveja no trabalho clínico, o que não calou as críticas de seus opositores. (SPILLUS, 2007).

Melanie Klein postula a inveja como sendo a primeira externalização e um derivado direto do instinto de morte, uma pulsão inata a serviço da destrutividade, determinante da formação de fantasias inconscientes, com a respectiva formação da fantasia da ansiedade de aniquilamento. O ataque invejoso através da projeção ao corpo materno (abrigo dos tesouros como pênis e bebês) e ao seio nutridor as respectivas retrointrojeções configuram um duplo prejuízo, qual seja, o incremento de ansiedades paranoides (com a retaliação contra o ego) e depressivas (ataque aos objetos bons, com o conseqüente sentimento de desvalia) (Zimerman, 2000, p.26).

Conforme Melanie Klein (1974), o impulso destrutivo está sempre presente na inveja e nos bebês desde a mais tenra idade, que é quando este ataca a mãe tentando destruir algo supostamente bom (seio nutridor) que sente estar sempre a perder. Sua teoria partiu do pressuposto de que a dissociação do seio

nutridor da mãe é devida à ação da pulsão de morte sob forma de inveja primitiva que causa temor de aniquilamento e o divide. A ideia de o alimento bom e reconfortante não o pertencer, nem de ser capaz de produzi-lo fica muito associada ao sentimento de impotência.

A autora, através desta teoria, traz uma nova maneira de entender os movimentos evolutivos do psiquismo infantil.

Klein considera que a inveja é um elemento básico do campo emocional e pulsional e quanto mais precários os cuidados com o bebê, mais ele tende a desenvolver sentimentos de identificação projetiva como defesa, sendo que esse conceito pode ser descrito como o sistema determinante da inveja e funciona como um mecanismo de defesa do self (TRINCA, 2007). Sendo necessário esclarecer que a ausência desses cuidados é representada no ego imaturo do bebê como a materialização de uma presença má.

A inveja ataca através do ódio intenso o possuidor do que é desejado (objeto primário), o que substitui o ódio do invejoso contra si mesmo (defesa). Ela ataca o objeto primordial e impede as experiências boas necessárias ao desenvolvimento favorável à sua saúde psíquica e também contribuem para a incapacitação do ego. O bebê deseja destruir esse seio que ora lhe parece bom, ora lhe parece mau, para não ter que passar por novas situações de frustração que é a ausência de gratificação, um desejo contrariado. Nessa posição o sujeito vivencia uma constelação de ansiedades, defesas, estruturas mentais, relações objetais e também sentimentos e fantasias. As frustrações que a realidade impõe a este anelado estado narciso-idílico desperta no bebê o sentimento de inveja, ou seja, o de um impulso irrefreável em evitar o desprazer por não usufruir do nirvana, e isso ele o faz através de uma combinação de duas modalidades. Uma é a de conseguir a posse total e exclusiva da mãe-paraíso, e a segunda forma de inveja consiste em atacar esta mesma mãe, segundo o imaginário princípio de que ela não tem nada do que eu necessito e, portanto, não vou sofrer, se eu vier a precisar dela. “Nessa última possibilidade, pode-se dizer que o ataque invejoso visa a proteger o indivíduo de sentir o penoso sentimento de inveja”, (Zimerman, 2000, p. 29). Dessa maneira ele se protege da própria inveja (seu ego).

Entrevistado pela revista Superinteressante, César Brito, psicanalista e professor da Faculdade de Medicina da PUC-RGS relata sobre a inveja que os bebês tem:

O bebê não suportaria a ideia de que não é ele que produz seu próprio alimento, percebendo uma condição de dependência em relação a mãe. Quando ele percebe que o alimento é fruto do seio da mãe, que tem esse poder de criar esse alimento, o sentimento de inveja é acionado em toda sua força primitiva e a reação inicial é rejeitar ou destruir essa percepção frustrante. (BRITO, 2016, s.p.).

Em *notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1941)*, Melanie Klein introduz o importante conceito de identificação projetiva como base para as relações objetais e estrutura para a inveja.

2.2.1. Identificação Projetiva

A expressão identificação projetiva foi introduzida por Melanie Klein (1941) para definir um mecanismo que se traduz por fantasias em que o sujeito introduz seu self totalmente ou em parte no interior do objeto alvo para o lesar, o possuir ou o controlar. “É uma forma especial de identificação que estabelece o protótipo de uma relação de objeto agressiva” (Klein, 1981). Trata-se de uma fantasia que traz consigo uma crença de que certos aspectos do self acham-se situados fora dele, com seu consequente esvaziamento e senso de identidade enfraquecido, chegando ao ponto da despersonalização, que pode despertar sentimentos profundos de estar perdido ou de aprisionamento. A identificação projetiva surge assim como uma modalidade de projeção, rejeição para o exterior daquilo que o sujeito recusa em si. Projeta o que lhe parece mau em si mesmo.

Fortes sentimentos de inveja conduzem ao desespero. Um objeto ideal não pode ser encontrado e, portanto, não há esperança de amor ou qualquer ajuda. Os objetos destruídos são fonte de perseguição interminável e, posteriormente de culpa. Ao mesmo tempo, a falta de introjeção boa priva o ego de sua capacidade de crescimento e de assimilação, a qual diminuiria o sentimento de uma tremenda brecha entre si mesmo e o objeto; surge então um círculo vicioso, no qual a inveja impede a introjeção boa; isso por sua vez aumenta a inveja [...]. Nesse paciente tão perturbado, podemos ver tanto o modo como as defesas contra a inveja contribuem para o desenvolvimento psicopatológico, quanto o modo como elas são mal sucedidas no impedir a ação destrutiva da inveja (SEGAL, 1975 p. 53 e 58).

Klein (1974) tinha um crescente ceticismo quanto a própria possibilidade de um resultado terapêutico positivo nas análises em que a relação de objeto primária e, conseqüentemente, a inveja foi vivida de um modo destrutivo pelo paciente, pois, em casos graves é como se a inveja mantivesse o paciente escravo, o paciente sente que suas convicções e seu sistema defensivo são infinitamente preferíveis à a relação incerta com o analista como objeto bom e ele ataca essa relação sem remorso, principalmente quando sente que o analista foi útil. (Ver

especialmente Rosenfeld, 1971 e Joseph, 1982). Abraham (1919), destaca o sentimento de inveja como formador, por parte dos pacientes, de resistência narcísicas contra o tratamento psicanalítico, que, neste estado se tornam pseudocolaboradores, ou seja, passam por colaboradores, devendo o psicanalista estar muito atento para essa inversão que o paciente tenta estabelecer na terapia.

O tipo de entendimento do psicanalista em relação à gênese, ao significado e à função da inveja pode determinar profundas modificações em sua atitude psicanalítica, assim como na atmosfera do campo analítico e na forma e conteúdo das interpretações (ZIMERMAN, 2000, p.25).

Rosenfeld (1910-1986), autor Kleiniano, acreditava que a inveja não aparecia diretamente na sessão de psicanálise, sendo que o profissional entra mais em contato com as defesas contra ela. De maneira que o psicanalista tem que fazer suas interpretações mais na dificuldade do paciente em perceber o analista como alguém separado dele (como o bebê que no início da vida não se via separado da mãe, sendo apenas um) e o medo que tem da dependência de um objeto sobre o qual não possui o menor controle e que, por isso, pode fazê-lo sofrer.

Apesar de os conceitos de fases continuarem valendo em vários aspectos, o termo “posição” define dinamismo entre as posições pelas quais passam os indivíduos desde a infância até a morte.

A posição esquizoparanóide faz parte da experiência de todos os seres humanos e quando a identificação projetiva funciona de maneira normal o indivíduo passa automaticamente para a posição depressiva na idade entre três e cinco meses, avançando na construção do seu ego e no desenvolvimento da sua personalidade integral. Mas quando a identificação projetiva é anormal, ou seja, excessiva, surgem os estados psicóticos. Estas formas extremadas de identificação projetiva, conduzem a distorções graves de identidade e até a experiências perturbadas do esquizofrênico, pois nascemos mergulhados na posição esquizoparanóide. Nesta posição o indivíduo vivencia o mundo a partir de uma constelação de ansiedades, defesas, estruturas mentais, relações objetais e também sentimentos e fantasias.

Todo esse caldo de sentimentos e fantasias são de natureza primitiva e ameaçam o ego imaturo por fontes de destrutividade interiores, fundadas na pulsão de morte (ressaltamos a importância dos impulsos destrutivos) sob a forma de inveja e levam à mobilização de defesas primitivas, por parte da criança, como

forma de se livrar da ansiedade de aniquilamento, fazendo uso das identificações projetivas.

Suas teorias possibilitam a investigação dos primeiros meses de vida dos indivíduos, abrindo as portas para o tratamento de psicóticos, cujas características ela encontrou nos bebês.

Na escola kleiniana o sentimento de inveja guarda uma natureza pulsional, inata e irrefreável, ainda que ambos a situem em níveis muito distintos da organização da personalidade. Atualmente há uma crescente manifestação de autores no sentido de conceber a inveja como significado de um sentimento que se forma, de forma secundária, como uma reação às privações e também como uma defesa a favor da sobrevivência psíquica do indivíduo, conforme David Zimerman (2000).

Assim, além da teoria pulsional inata, uma segunda forma de compreender o sentimento de inveja e que é utilizada especialmente por parte dos seguidores da 'Psicologia do Ego', consiste em considerá-la como uma reação secundária, de destrutividade e avidez, como uma decorrência das frustrações impostas pela realidade exterior. Embora haja uma importante validade neste vértice de entendimento por parte da aludida corrente psicanalítica, considero-a muito parcializada e insuficiente, porquanto sabemos que as frustrações também tem origem interna [...] Eu, particularmente, utilizo em minha prática psicanalítica as concepções teórico-técnicas baseadas em uma terceira perspectiva, a qual consiste em considerar a inveja como um sentimento que é inerente à condição humana e quem sem ser inata, se forma muito precocemente, à medida em que vai se desfazendo o paraíso simbiótico e vai se instalando a necessidade em depender do ambiente exterior. Devido a essa indispensabilidade e precocidade da inveja na evolução psíquica de todo indivíduo, ela pode ser considerada como sendo uma espécie de pulsão (sem ser um inato impulso propriamente dito) e, ao mesmo tempo, a inveja se institui como um mecanismo defensivo contra os dolorosos sentimentos decorrentes da dependência que nunca será satisfeita (ZIMERMAN, 2000, p. 27 e 28).

3. CONCLUSÃO

Após longa revisão de livros e artigos sobre o dinamismo do conceito de inveja na filosofia e na psicanálise, constatamos que o conceito de inveja sofreu mudanças ao longo da história, sendo concebido de forma ingênua por Sócrates, passando a ser entendido como violento e sádico para Ovídio, e como pecado mortal para Tomás de Aquino. O conceito sofreu alterações culturais ao longo da história da humanidade e por conta disso seus conceitos foram muitas vezes esquecidos e outras tantas redescobertos ou reinventados pelos pensadores de cada época.

A teoria da inveja de Klein sofreu mudanças desde a publicação de sua teoria. A inveja, apesar de ser um mecanismo de defesa do ego, se muito excessiva, prejudica o sujeito em vários sentidos, inclusive no surgimento da gratidão e na capacidade de sentir prazer com o “seio bom” nutridor, entre outros prejuízos

Hoje alguns psicanalistas seguidores da “psicologia do ego” a concebem como sendo um sentimento que se forma secundariamente tanto como uma reação às frustrações, como uma defesa a serviço da sobrevivência psíquica (saúde psíquica).

Zimerman (2007), entende a inveja em uma terceira perspectiva que consiste em considerá-la um sentimento inerente ao ser humano, que, não é inata, mas se forma muito precocemente a medida em que vai se desfazendo o paraíso simbiótico e vai se instalando a necessidade em depender do ambiente exterior. Em virtude disso, ela pode ser considerada uma pulsão e ao mesmo tempo um mecanismo defensivo contra supostas agressões ou agressões propriamente ditas decorrentes da dependência que nunca será plenamente satisfeita.

Este artigo atingiu o investigar com maior abrangência e profundidade a filosofia antiga, buscando novos conceitos através de uma revisão qualitativa de diversas obras históricas.

Para futuros estudos, é interessante uma revisão mais profunda dentro da filosofia e da psicanálise, buscando mais filósofos da antiguidade e podendo provavelmente investigar os conceitos de inveja dentro da religião cristã e os conceitos de inveja nas outras escolas da psicanálise, podendo também aprofundar mais na escola inglesa, consultar mais autores. Uma outra limitação que podemos destacar está no fato do presente artigo não citar autores que conflitassem com as teorias de Klein.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. *Confissões: de magistro*. São Paulo: Abril, 1980.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Tradução portuguesa por Alexandre Correia. São Paulo: Gráfica Siqueira S.A, 1956. Livro digital. Disponível em: <<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>> Acessado em: 04/05/17.

ALIGHIERI, D. *A divina comédia*. São Paulo: Landmark, 2003.

ARISTÓTELES, *Retórica*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

CECONELLO, D. *Inveja*. Superinteressante, editora Abril, publicado Fevereiro de 2013, atualizado em Outubro de 2016, disponível em:
<super.abril.com.br/comportamento/inveja/amp> Acessado em: 09/04/2017.

ESPINOSA. *Ethique*. Tradução por Bernard Pautrat. Paris: bilíngue, 1999.

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos*. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, L. A. *Olhos de Caim: a inveja sob as lentes da lingüística e da psicanálise*. Franca, SP: Unifran, 2008.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: Com a Nova Ortografia da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KLEIN, M. *Inveja e gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. *Notas sobre alguns mecanismos esquizóides*. Rio de Janeiro: Imago, 1941.

_____. *Psicanálise da criança*. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1981.

LUCRÉCIO. *Da natureza*. São Paulo: Abril, 1985.

NIETZSCHE F. *Assim falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

OVÍDIO. *Metamorphoses*. Tradução por Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Cotovia. 2007.

ROUDINESCO E.; PLON M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SARAIVA, F.R. dos S. *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier, 2000.

SCHOPENHAUER A. *Dores do mundo*. Tradução por José Souza de Oliveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

SEGAL, H. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Tradução por Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, col. Psicologia psicanalítica, 1975

SOCRATES, *Livro III*. Col. os pensadores. Nova cultural, 1987.

SPILLIUS, E. B. *Uma visão da evolução clínica kleiniana: da antropologia à psicanálise*. Rio de Janeiro, Imago, 2007.

TRINCA, W. *O sistema mental determinante da inveja*, revista brasileira de psicanálise. Pepsic, periódicos eletrônicos em psicologia. V.43, nº3 São Paulo, Setembro de 2009.

ZIMERMAN, David. E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

JOGO DRAMÁTICO COM ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA DE ESPONTANEIDADE NA ESCOLA

ORLANDO, Rafaella – Uni-FACEF
RODRIGUES, Sara – Uni-FACEF
REIS, Vanessa – Uni-FACEF
MELO, Magaly Gomes – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral relatar a experiência da utilização do jogo dramático no contexto escolar. Dentre os objetivos específicos da proposta citada acima, estão: proporcionar aos alunos (no contexto escolar), através da vivência do jogo e seus processos, a obtenção de um campo relaxado entre os mesmos; promover reflexão e reconhecimento de suas emoções e sentimentos; suscitar, através do trabalho da autopercepção e percepção grupal, a elaboração de questões e/ou conflitos apontados pelos mesmos.

1.1. O Jogo Dramático

O jogo dramático é uma poderosa ferramenta de Moreno (vinculada ao psicodrama) para que a espontaneidade e criatividade sejam reveladas. Este, dentro do Psicodrama, tem como principal característica a criação de um ambiente no qual as tensões dos participantes não estejam em primeiro plano, e, através deste campo relaxado os jogadores possam adentrar e estar, de modo genuíno, em contato com o seu eu criativo e espontâneo, não se concentrando diretamente em seu conflito. É necessário, para que seja autêntico, o envolvimento do grupo e disposição para viver os processos de acordo com o que se é conduzido.

Além disso, é preciso que esteja em campo relaxado para jogar, pois 'crescem as possibilidades de relações que permitem ao indivíduo alcançar uma solução de seus conflitos', isto é, havendo ampliação do campo relaxado, diminui-se o ponto fixo de tensão. [...] Um dos objetivos, portanto, é o de criar um campo relaxado, desenvolvendo uma liberdade de ação e atuação dos indivíduos, possibilitando o resgate de sua espontaneidade criativa.(YOZO, 1996, p.10.)

Além da característica principal do jogo dramático, existem características específicas concernentes a este. Quem conduz os processos é chamado de diretor e aquele (ou aqueles) que auxilia é chamado de ego auxiliar. Os indivíduos participam de modo voluntário, e estes, a partir do momento que

ingressam no jogo, têm que seguir as regras existentes. O tempo e espaço são delimitados de acordo com o que o diretor estipula.

Há também “o resgate da ordem lúdica, criando uma perfeição temporária durante o jogo, ou seja, a predisposição para o jogo faz com que os participantes interrompam e/ou se desprendam de sua vida real”(YOZO, 1996, p.16), ou seja, são deixados em segundo planos condicionamentos e posturas tidas pelo indivíduo no curso comum de sua vida, desencadeando novas ações por parte do mesmo. Porém, este traço do jogo dramático não exclui sua seriedade e requisitos necessários para que seu processotenha resultados favoráveis. Dentre tais requisitos são ressaltados aspectos como: respeito entre os participantes, roupas adequadas (confortáveis), espaço adequado ao número de participantes, não interferência de terceiros, materiais adequados à proposta, entre outros.

Yozo (1996) recomenda que para se fazer um bom trabalho ao realizar a vivência do jogo dramático, a preparação, tanto do diretor e ego auxiliares, quanto a estruturação do processo são imprescindíveis, assim como a definição dos mesmos e do contrato de regras com os participantes. Recomenda também certa esquematização, como etapas, para a condução do jogo. São elas: aquecimento (inespecífico e específico), dramatização, comentários, processamento e processamento teórico.

De acordo com Monteiro (1994), o jogo dramático possibilita que o indivíduo encontre novos jeitos de enfrentar circunstâncias conflituosas que podem fazer parte de seu cenário cotidiano.

1.2. O Jogo Dramático com Adolescentes

Mesmo que de modo geral com os adolescentes seja fácil uma atividade virar um jogo, nem sempre é fácil conduzir um adolescente por um Jogo Dramático. Isto se deve ao fato de que para estes jovens as instabilidades emocionais são muito constantes, e qualquer imprevisto pode resultar em expor algum sentimento reprimido, ou até mesmo sentirem que perderam o controle da situação, sem saber o que pode resultar daquilo. Dependendo como o jogo for proposto pelo diretor, o adolescente pode se sentir invadido. Daí o fato de que muitas vezes há resistência antes de começar tal processo e da necessária habilidade dos abordadores de atividade para conduzir o processo de maneira a facilitar a aderência ao trabalho.

Os adolescentes, como dito, trazem consigo uma grande instabilidade de emoções, mas devido às etapas do jogo (aquecimentos inespecífico e específico), eles passam a se sentir confortáveis ali para poder se expressar. Esta técnica leva a uma espontaneidade que faz com que questões tabus, medos e inseguranças dos indivíduos, independentemente de sua idade, possam emergir. Contudo a utilização de tal técnica do jogo dramático proporciona um contexto seguro aos participantes e cria um campo relaxado para que eles possam se abrir até mesmo às questões mais conflituosas.

O jogo dramático é uma das técnicas mais utilizadas quando se trabalha com adolescentes. Eles costumam se empolgar e entrar pra valer nas propostas. É um mostrar-se escondendo, ou falar-sem-dizer que acaba revelando aquilo que permanecia tão difícil de ser exteriorizado.(CASTANHO, 1995,p.24).

Assim, o jogo dramático proporciona aos adolescentes um espaço em que lhes possibilita explorar de uma forma mais relaxada e confortável – além de confiável, uma maneira menos caótica de lidar com as questões conflituosas em que eles passam cotidianamente. Eles criam um lugar em que eles podem compartilhar e não se sentirem julgados pelo que sentem, muitas vezes sem nem mesmo se expressarem sobre os mesmos.

O jogo é fundamental no trabalho com adolescentes, às vezes até mais importante do que a palavra, já que, geralmente, a confusão interna é grande e a ansiedade impede a discriminação das emoções. [...] O jogo dramático fornece maneiras criativas para se lidar com conflitos, pois propõe sempre que a abordagem seja em campo relaxado de conduta. (CASTANHO, 1995, p.24).

Ao trabalharmos o tema emoções a maior importância é ajudar as pessoas a compreenderem melhor suas emoções, de maneira com que saibam lidar com as mesmas em cada situação. Segundo Malagoli (2014), as emoções auxiliam a convivência, a interação, a ação, e além destes, mostram muito do que somos e pensamos. Conhecer seus sentimentos e como seu organismo reage com os mesmos é de extrema importância para aprendermos a conviver melhor com tamanho turbilhão de emoções que nos incidem o tempo todo.

2. METODOLOGIA

A atividade relatada neste presente relatório foi proposta aos participantes por três bolsistas PIBID do subprojeto de psicologia. A mesma ocorreu na quadra de esportes de uma escola estadual situada na cidade de Franca-SP.

2.1. Participantes

Os participantes da vivência foram 35 alunos da turma do 7º ano, turma D, discentes da escola anteriormente citada com idade entre 11 e 12 anos.

2.2. Instrumentos

Jogo dramático com o tema emoções.

2.3. Procedimentos

Antes de se iniciada, de fato, a vivência do jogo dramático, houve esclarecimento para os alunos sobre os acontecimentos e proposta presentes naquele dia, juntamente com o convite à participação e à colaboração dos mesmos para a realização da atividade, sendo explicitada a importância da cooperação para que a experiência fosse efetiva.

O jogo dramático teve como objetivo promover aos alunos reflexão e reconhecimento de suas emoções e sentimentos; suscitar, através do trabalho da autopercepção e percepção grupal, a elaboração de questões e/ou conflitos apontados pelos mesmos. A atividade se deu em cinco etapas: aquecimento inespecífico(um), aquecimento específico (dois), dramatização (três), compartilhar (quatro) e processamento (cinco). Importante ressaltar que a música foi utilizada como recurso nas etapas um, dois e cinco.

Aquecimento inespecífico - Foi feito um momento de relaxamento no qual os alunos, através da condução do diretor, se posicionaram em círculo e se deitaram no chão de modo que se sentissem confortáveis. Neste momento o silêncio por parte dos participantes se fez necessário e o ambiente foi preenchido pelo som de uma música calma e pela orientação verbal do diretor do jogo à que os participantes direcionassem sua atenção ao seu processo de respiração.

Aquecimento específico – Após o relaxamento inicial, foram dados comandos para que lentamente os alunos se levantassem do, espreguiçassem e

andassem pelo espaço. A música neste momento foi mudada para uma linha melódica mais rápida que a anterior. Enquanto andavam de modo aleatório dentro do limite de espaço delimitado, foi pedido para que os participantes se agrupassem de cinco em cinco, com os colegas que estivessem mais próximos. A partir deste momento eles continuaram a andar juntos, em grupos de cinco, formando “trenzinhos”. O participante que estava à frente era o “mestre” do grupo, ou seja, um era o mestre e os outros quatro tinham que reproduzir todos os comportamentos do mestre enquanto este seguia os comandos do diretor, sendo dinâmico o processo da reprodução, podendo todos do subgrupo formado por cinco pessoas passar por tal papel. O diretor, por sua vez, proferia uma emoção. Então, em síntese, esta etapa se deu do seguinte modo: o diretor falava uma emoção, o mestre tinha que expressar corporalmente tal emoção e os que estavam atrás do mestre repetiam de modo sistemático seus movimentos, lembrando que o lugar de mestre era dinâmico, mudando de acordo com a orientação do diretor. Sete subgrupos foram formados. Todos os subgrupos seguiam os direcionamentos de modo simultâneo. A cada emoção/sentimento citado a música era trocada de modo com que estes dois aspectos fossem conexos e coerentes um com o outro. As emoções e sentimentos indicados foram tristeza, desconfiança, liberdade, raiva, medo, esperança e alegria.

Dramatização—Nesta terceira etapa os participantes foram todos conduzidos a se sentarem em círculo, acalmando-se da agitação que a etapa dois ocasionou. Foi pedido para que respirassem e inspirassem profundamente com o intuito de se aquietarem e logo após, um por vez, falar em uma palavra o sentimento que estavam sentindo naquele momento. Feito isto os alunos foram divididos novamente em subgrupos, sob o critério de semelhança de sentimento expressado através da palavra. Cada subgrupo teve a incumbência de elaborar uma cena ou estátua corporal para representarem aquilo que estavam sentindo. Durante esta etapa os egos auxiliares e o diretor auxiliavam indo de grupo em grupo. Após tal elaboração houve a apresentação para o restante da turma, apresentando um grupo por vez.

Compartilhar – Feitas as apresentações todos os participantes se sentaram e foi aberto para que falassem, de modo que se sentissem confortáveis, o que haviam entendido das cenas apresentadas, o que estavam sentindo ao apresentarem suas cenas ou naquele momento; qualquer verbalização concernente à experiência que precisassem ou quisessem expor aos demais.

Processamento – Para finalizar o processo, os alunos foram conduzidos novamente para a sala de aula e orientados a escreverem o que aquela experiência havia significado para eles ou qualquer conteúdo sobre o que sentiram ou pensaram enquanto ou depois de passarem pela vivência (somente se identificaram colocando o nome no papel aqueles que desejaram). Neste momento uma música calma foi colocada em volume baixo, pouco perceptível enquanto escreviam.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da experiência com a atividade do jogo dramático, o grupo de participantes expressou algumas demandas. Após os momentos de aquecimento houve o reagrupamento dos participantes segundo os sentimentos que expressavam. Os temas/sentimentos apresentados foram: cansaço, medo, ansiedade, alegria, tranquilidade e raiva. Cada grupo apresentou sua cena e os outros assistiram.

Os grupos que causaram mais impactos sob a perspectiva dos participantes no momento de compartilhar e do processamento foi o grupo da raiva em que uma aluna que expressou sua provável resposta ao seu pai por conflitos familiares suscitados pela mesma. Segundo Romana (1985) os Jogos Dramáticos, por induzirem ao lúdico, se mostram como uma ferramenta boa na objetivação da descoberta e também do reforçamento de alguns conteúdos escolares, ou seja, os jogos trazem consigo uma possibilidade de fixação e exemplificação do conhecimento (SCARAMUZZA, 2006).

De acordo com os processos observados durante as etapas da vivência do jogo dramático explicitada nos procedimentos, principalmente pelos conteúdos manifestos na apresentação das cenas, no compartilhar e no processamento, foram feitos três tópicos que apareceram semelhantemente nos *feedbacks* dos alunos.

1) Reconhecimento das emoções

No começo houve, por parte dos alunos, no aquecimento específico, dificuldade de expressarem de modo congruente a emoção que era proposta para aquele momento do aquecimento. Alguns chegaram a perguntar como poderiam

exteriorizar o medo, ou a tristeza, por exemplo. Já no momento da dramatização, quando definiram e refletiram sobre qual era o sentimento predominante naquele exato momento a maioria conseguiu expor, apontando que este movimento reflexivo requereu certo esforço. as questões subjetivas que envolviam a sala ficaram mais claras para os próprios alunos depois que assistiram e refletiram sobre sua cenas.

2) Reconhecimento do EU no grupo

Principalmente pelas etapas 4 e 5, compartilhar e processamento, respectivamente, houve o reconhecimento do indivíduo no grupo, no sentido de integração e identificação com expressões de conflitos que foram vivenciados no dia, dando ao mesmo o sentimento de pertença. *“Eu vi que não sou a única que tem problema”* e *“eu percebi que eu não estou sozinho”* são exemplos de expressão que apontam na direção deste tópico.

3) Empatia

A exposição de sentimento de empatia um para como outro foi o fator mais explícito expressado pelo grupo. No compartilhar uns com os outros os sentimentos vividos, muitos disseram não saber da realidade de vida de seus colegas. Sentiram que os conflitos expressados ali eram referentes a todos do grupo e que tinham mais em comum do que pensavam. De acordo com SILVA (2010, p.5) *“a expressão dramática, é, sobretudo uma prática educativa que contribui para o desenvolvimento do indivíduo.”*

Deve-se destacar que o ambiente no qual foi realizada tal atividade não era o ideal – a quadra do colégio, além da quantidade de alunos – 35 alunos, talvez tenha feito com que não déssemos a devida atenção a todos, porém os objetivos desta experiência foram alcançados.

4. CONCLUSÃO

A técnica do jogo dramático mostrou-se positiva, para trabalhar o tema das emoções, visto que houve interesse e participação ativa de todos. Além de que demonstraram entusiasmo e sinceridade da atividade proposta.

Manifestaram respeito e empatia aos alunos que expuseram algum sentimento negativo. O impacto de tal experiência foi de grande valor, pois as relações ali passaram a ser mais verdadeiras, e as atividades de respeito e empatia

com a dor dos colegas, o que contribuiu para que as relações se tornassem mais próximas e verdadeiras.

Sendo assim, o objetivo da vivência foi alcançado, pois os alunos puderam refletir e reconhecer suas emoções e sentimentos; voltar sua atenção à autopercepção e percepção grupal e elaborar e refletir sobre questões conflituosas apontadas pelos mesmos. Conseguiram acessar sua espontaneidade e verdade ao que se passava em instância individual e grupal.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, G. P. Jogos Dramáticos com Adolescentes. In: MOTTA, Júlia M.C. (org). O jogo no Psicodrama. São Paulo: Àgora, 1995.

MALAGOLI, Daniela. A importância das Emoções. Disponível em: <<http://chrome-extension://iocjflidfmdodhko chghllgkjl goppk/newtab/blank.html>>. Acesso em: 28 de Maio de 2017.

SCARAMUZZA, Márcia. Os jogos dramáticos e a dramatização como ferramentas psicopedagógicas no processo ensinar-aprender nas aulas de educação física. Campinas, PUC; 2006.

SILVA, Vera. A importância do jogo dramático nas aulas de língua. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 2010. Dissertação de Mestrado

YOZO, Ronaldo Yudi K. 100 Jogos para Grupos: uma abordagem psicodramático para empresas, escolas e clínicas. 5ed, SP: Ágora, 1996.

LEVANTAMENTO DE ALUNOS QUE SOFRERAM BULLYING EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE FRANCA - SP

ALMEIDA, Gabriela Maia de – Uni-FACEF

NOVATO, Júlia Castro – Uni-FACEF

MELO, Magaly Gomes – Uni-FACEF

BARBOSA, Meire Ângela Alves Peixoto Maciel – Uni-FACEF

VALE, Valéria Santiago do – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O Bullying se caracteriza por algum tipo de agressão física, emocional, sexual, sofrida por um indivíduo, e feito por alguém que se julga superior a ele. Nas escolas o bullying tem acontecido muito com adolescentes que querem, normalmente, humilhar o colega perante a escola e os outros colegas.

O presente estudo se propõe a fazer um levantamento dos alunos que sofreram bullying em uma escola estadual da cidade de Franca. A pesquisa é baseada no fato de que muitos alunos em idade escolar passam por situações onde são vítimas ou espectadores do bullying e muitas vezes essas situações ocorrem com a omissão desta agressão por parte das vítimas, da escola e dos pais. O estudo tratará sobre o que é o bullying, as formas que ele ocorre, os tipos de vítimas, agressores e espectadores.

Sabe-se que o fenômeno bullying não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou privada, ensino fundamental ou médio, área rural ou urbana. Aparecem em grupos de crianças e de jovens, em escolas de países e culturas diferentes. (CHALITA, 2008)

2. BULLYING

No Brasil o termo é utilizado por não haver equivalência na língua portuguesa. Compreende-se a palavra bullying, do adjetivo inglês, bully que significa valentão, tirano. É o termo que designa o hábito de usar a superioridade física para intimidar, tyrannizar, amedrontar e humilhar outra pessoa. Definido por Brito (2013) como atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, sem motivo evidente, realizado em relação de desigualdade de poder, ocasionando a intimidação do outro.

ALMEIDA, Gabriela Maia de; NOVATO, Júlia Castro; MELO, Magaly Gomes; BARBOSA, Meire Ângela Alves Peixoto Maciel; VALE, Valéria Santiago do

A terminologia é adotada por educadores, e em vários países o uso refere-se a pessoas com atitudes como dar apelidos maldosos, e além de toda forma de atos desumanos empregados para amedrontar, excluir, desprezar, ignorar e perseguir os outros.

2.1. Formas de Bullying e Consequências

De acordo com Silva (2010), as vítimas nem sempre recebem apenas um tipo de maus tratos. Existem várias formas do bullying, e elas podem ser praticadas tanto por meninos, como por meninas. As vítimas não são escolhidas por condição financeira ou status social, essa prática pode afetar qualquer pessoa dentro de um contexto escolar e virtual.

Dentre as várias formas de bullying, o autor acima citado destaca: a prática verbal, onde o agressor faz gozações, ofensas, xingamentos, insulta a vítima com piadas ofensivas, etc. O físico e material, já partindo para chutes, empurrões, beliscões, espancamentos, roubos, furtos ou destruição de pertences da vítima. O psicológico e moral, que consiste em irritar, isolar, ignorar, humilhar e ridicularizar, ameaçar, perseguir, fazer intrigas (fofocas), chantagear, etc. O abuso sexual, onde nem sempre apenas uma pessoa realiza essa forma de agressão, que inclui o abuso e o assédio.

Com o avanço da tecnologia, as pessoas mais jovens passam muito tempo na internet, sendo mais propensas a sofrerem o bullying virtual, mais conhecido como cyberbullying. Muitas vezes estas agressões feitas pela internet são praticadas para ofender de maneira que deturpe a imagem da vítima, usando piadas e comentários de mau gosto.

Os avanços tecnológicos também influenciam esse fenômeno típico das interações humanas. Com isso novas formulas de bullying surgiram através da utilização de aparelhos e equipamentos de comunicação (celular e internet), que são capazes de difundir, de maneira avassaladora, calúnias e maledicências. (SILVA, 2010, p. 24).

Vários estudos já foram realizados acerca dessas consequências, e Silva (2010) concluiu que as crianças que sofrem bullying passam a ter um mau rendimento no ambiente escolar, faltam às aulas, querem mudar de escola. Não se deve esquecer-se de citar os problemas psicológicos que essas agressões acarretam, como transtornos de pânico, fobia escolar, fobia social, transtornos de ansiedade, depressão, anorexia e bulimia, entre outros, como suicídio e homicídio.

2.2. Tipos de Vítimas

Hutz e Bandeira (2010) caracterizam o bullying como uma forma de controle social com a vitimização imperando em um âmbito coletivo. As vítimas expostas a situações de agressividade geralmente possuem um comportamento com características de passividade ou submissão. As consequências psicológicas e físicas provocadas pelo agressor e a situação de estresse, agressão e isolamento se torna um problema que deve ser tratado nas escolas como um tema de saúde pública.

Já Silva (2010) aponta que as vítimas possuem alguns aspectos físicos e psicológicos que a caracterizam ou a torna um padrão. A pouca habilidade de se socializar, a dificuldade de expressão, a insegurança, a passividade, a baixa autoestima, e a timidez fazem parte dos aspectos que compõem características das vítimas procuradas pelos agressores. As vítimas se subdividem em dois grupos: provocada e agressora.

A provocada apresenta reações agressivas discutindo, brigando, entrando em conflito quando sofrem algum tipo de ataque ou intimidação. A presença de indivíduos hiperativos, impulsivos e imaturos é recorrente a esse grupo de vítimas. (SILVA, 2010).

A agressora reproduz os maus tratos sofridos como uma forma de compensação. Descontando em outras vítimas mais frágeis sua frustração de tentar lidar com o problema. Esse tipo de vítima expõe o ciclo interminável que o bullying se torna e volver uma enorme proporção. (SILVA, 2010).

Zequinão e Pereira (2016) apresentam características já citadas por Silva (2010) e Hutz e Bandeira (2010), no entanto há outros aspectos que constituem geralmente o grupo das vítimas como: diferença corporal, opção sexual ou de gênero, a escolha pelo não uso de drogas, pessoas com deficiência física ou mental. Esse grupo tende ao abandono escolar e estão propensas há problemas psicológicos durante a fase adulta.

Os respectivos autores revelam a gravidade e a proporção do fenômeno bullying. Esses também tratam de um mesmo assunto: as vítimas do bullying e apontam as diversas consequências decorrentes das situações em que a mesmas são expostas durante o período escolar.

2.3. Tipos de Agressor

Hutz e Bandeira (2010) apresentam que os comportamentos dos agressores são reforçados através da interação social entre os membros do grupo. O agressor procura poder e liderança dentro de um grupo igual em que a sua agressividade é qualidade. O sentimento de prazer, controle e dominação são alimentados durante a ação do bullying que ocorre entre a vítima e o agressor.

Silva (2010) apresenta a agressividade contendo inúmeros motivos ou formas de se expor. Dentre uma delas os traços de personalidade como: desrespeito e maldade. O convívio com situações de afeto deficitário ou ausente, além de possíveis maus tratos no ambiente doméstico. A liderança aparece como um perigoso componente de poder entre os agressores sendo a formação de um grupo fator de força para os mesmos.

O aspecto citado por Silva (2010) de uma das características da ação do agressor ser devido ao afeto deficitário e maus tratos é tratado por Hutz e Bandeira (2010) como uma pessoa vítima/ agressora. O autor se refere a essas crianças como pessoas que humilham e agredem os colegas para encobrir suas limitações. Outra característica apresentada pelos dois autores é a liderança como um fator de risco e como reforçamento para o comportamento do agressor.

Já Zequinão e Pereira (2016) colocam como maior elemento de perigo as crianças e jovens que são vítimas/ agressoras. Aproximadamente 10% dos alunos possuem duplo envolvimento, e essa característica não apenas aparente na escola, mas também fora dela. Esses apresentam piores resultados em ajustamento psicossocial. Além disso, fatores de vulnerabilidade social são elementos importantes para compreender o comportamento do bullying.

Tanto Silva (2010), Hutz e Bandeira (2010) e Zequinão e Pereira (2016) apresentam o uso excessivo do tabaco, do álcool e de drogas como características de consumo dos agressores. A agressividade que ocorre no bullying é a agregada a diversos fatores que contribuem para ação. Seja por membros que alimentam o comportamento do líder, problemas sociais ou o duplo envolvimento.

2.4. Espectadores

O envolvimento de uma criança ou adolescente que testemunha um colega ser vítima da ação do bullying não possui um comportamento neutro. Faz-se necessário estabelecer diferenças entre a passividade e a neutralidade. Isto é

quando uma pessoa é espectador do bullying ela escolhe um lado: se junta à vítima ou apoia o agressor com a passividade. (HUTZ; BANDEIRA, 2010).

Silva (2010) apresenta características ligadas ao ato de ser um expectador, testemunhar e observar os protagonistas vítima e agressor da dramática realidade do bullying, diferente de Hutz e Bandeira (2010). Para Silva (2010) os expectadores não tomam partido sobre a situação, pois escolhe passividade pelo medo de se tornarem a próxima vítima. Contudo, mesmo que apenas presenciem a cena da agressão eles possuem consequências psíquicas pelo testemunho dos atos e pelo medo de sofrer. Há dois tipos de expectadores do bullying: o ativo e o neutro.

O ativo equivale à manifestação moral de apoio aos agressores fazendo com que o ato de agressividade se tornar ainda maior e um incentivo para quem o faz. Esses correspondendo a agressores também pela forma com que se colocam em relação à situação. (SILVA, 2010).

O neutro não demonstra sensibilidade pela situação, está em anestesia emocional em função do próprio contexto social no qual estão inseridos. A omissão exercida por esses indivíduos é congruente a um ato grave, porque alimenta a impunidade da situação e inviabilizam possibilidades de cessar o bullying. (SILVA, 2010).

O expectador é apenas mais um integrante do fenômeno bullying. A interação entre as vítimas, agressores e os expectadores é o que faz com que esse ciclo de agressão permaneça em funcionamento. O bullying é um problema escolar, mas também social, porque possuem inúmeras influências que contribuem para a sua manutenção. Os autores apresentados apenas exploram e expõe através de pesquisas a importância de se estudar e ampliar o olhar a cerca do fenômeno bullying.

3. METODOLOGIA

3.1. Sujeitos

Participaram da presente pesquisa 57 alunos do Ensino Fundamental II, de uma escola estadual da cidade de Franca - SP, de duas salas de sexto ano, com faixa etária entre 10 e 12 anos. Vale salientar que para compor a amostra desta pesquisa foram selecionadas salas nas quais tenha sido trabalhado o tema bullying durante as aulas do PIBID.

ALMEIDA, Gabriela Maia de; NOVATO, Júlia Castro; MELO, Magaly Gomes; BARBOSA, Meire Ângela Alves Peixoto Maciel; VALE, Valéria Santiago do

3.2. Instrumentos

O questionário Kidscape identifica várias questões relativas ao bullying. O questionário é composto por perguntas relativas aos tipos agressões sofridos, intimidação ou assédio, em que idade, quando foi a última vez que isto ocorreu, onde aconteceu, como se sentiu, quais foram as consequências da intimidação, o que o aluno pensa sobre quem pratica o ato, de quem teria sido a culpa do fato, qual o sexo da pessoa que foi vítima, qual o sexo da pessoa que praticou, qual tipo de bullying sofrido, o que poderia ser feito para acabar com o problema e se a pessoa já praticou o referido ato.

3.3. Procedimentos

Primeiramente, foi realizado um contato com os alunos do Ensino Fundamental II, de duas salas do sexto ano, da rede estadual de uma escola da cidade de Franca – SP.

O questionário foi aplicado em sala de aula, no horário de turno das crianças.

3.1.1 Resultados e Discussão

Responderam ao questionário Kidscape, 57 crianças dos sextos anos, sendo este o grupo total analisado no presente estudo.

A Tabela 1 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Você já sofreu algum tipo de intimidação, agressão ou assédio?”.

Tabela 1 – Resposta dos Alunos

	Alunos	%
Sim	40	70
Não	17	30
Total	57	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando-se a Tabela 1, verifica-se que a maioria dos alunos (70%), responderam positivamente à questão, ou seja, já sofreram algum tipo de intimidação. O que é preocupante dentro de contexto escolar, pois de acordo com Silva (2010) as crianças que sofrem bullying passam a ter mau rendimento escolar, evitam as aulas, e querem mudar de escolas a fim de cessar o problema. Muitos

problemas e transtornos psicológicos podem surgir por este tipo de agressão, o que vai de encontro com Hutz e Bandeira (2010), sobre as consequências físicas e psicológicas aqui mencionadas.

Neste contexto, mostra-se a importância do tema bullying ser trabalhado nas aulas do PIBID de Psicologia que tendo como objetivo a promoção de saúde, abarca esse conteúdo e o explora para atender a demanda de esclarecer e coibir a ocorrência do bullying no espaço escolar.

Já a Tabela 2 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Que idade você tinha quando isso aconteceu?”

Tabela 2 – Resposta dos Alunos que Sofreram *Bullying*

	Alunos	%
Menos de 5 anos	3	7,1
De 5 a 11 anos	32	76,1
De 11 a 14 anos	6	14,2
Mais de 14 anos	1	2,3
Total	42	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando-se a Tabela 2, verifica-se que 76,19% dos alunos que sofreram bullying tinham entre 5 e 11 anos. Este resultado era esperado, já que a maior parte dos alunos das salas analisadas tinham esta idade. Apesar de problemas psicológicos serem mais notados na fase adulta, Hutz e Bandeira (2010) ressaltam que a maior parte das vítimas é exposta ao bullying durante período escolar, enquadrando a idade em que os participantes foram mais afetados, podendo estender suas consequências ao decorrer da vida.

Na Tabela 3 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Quando foi a última vez que você sofreu algum tipo de intimidação, agressão ou assédio? ”.

Tabela 3 – Última Vez que os Alunos Sofreram *Bullying*

	Alunos	%
Hoje	0	0
Nos últimos 30 dias	11	26,1
Nos últimos 6 meses	4	9,5
Há 1 ano ou mais	27	64,2
Total	42	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando-se a Tabela 3, verifica-se que grande parte dos alunos (64,2%), sofreu algum tipo de agressão há um ano ou mais, nenhum havia sofrido naquele dia, 26,1% havia sofrido nos últimos 30 dias e 9,5% nos últimos 6 meses.

Já na Tabela 4 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Quantas vezes você já sofreu agressão, intimidação ou assédio?”

Tabela 4 – Frequência em que os Alunos Sofreram *Bullying*

	Alunos	%
Uma vez	22	51,1
Diversas vezes	16	37,2
Quase todos os dias	3	6,9
Várias vezes ao dia	2	4,6
Total	43	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 4, verifica-se que grande parte dos alunos (51,1%) sofreu agressão uma vez, 37,2% sofreu diversas vezes, 6,9% sofreu quase todos os dias e 4,6% sofreu várias vezes ao dia. Pelo grande número de alunos que sofreu bullying diversas vezes vale ressaltar que os agressores são reforçados através de interação social, e com o prazer sentido ao realizar o ato, assim como descrito por Hutz e Bandeira (2010).

Na Tabela 5 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Onde isso aconteceu?”.

Tabela 5 – Frequência do Local Onde os Alunos Sofreram *Bullying*

	Alunos	%
Indo ou vindo da escola	2	4
No pátio da escola	14	28
Nos banheiros da escola	2	4
Na sala de aula	13	26
No refeitório da escola	4	8
Em outro local	15	30
Total	50	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 5, verifica-se que 30% dos alunos relatou que a agressão aconteceu em outro lugar que não foi citado no questionário aplicado, 28% sofreu agressão no pátio da escola, 26% sofreu algum tipo de agressão na sala de

aula, 8% no refeitório da escola, 4% indo ou vindo da escola e a mesma porcentagem nos banheiros da escola.

Portanto vale ressaltar que o bullying é um problema escolar (SILVA, 2010), haja visto a quantidade de alunos que estavam dentro da escola quando foram vítimas, mas também é um problema social, de inúmeras influências, pois grande parte dos alunos também relatou ter sido agredido fora do âmbito escolar.

A Tabela 6 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Como você se sentiu quando isso aconteceu?”.

Tabela 6 – Frequência do Sentimento dos Alunos ao Sofrerem *Bullying*

	Alunos	%
Não me incomodou	14	21,2
Me senti assustado	3	4,5
Fiquei com medo	5	7,5
Me senti mal	22	33,3
Não queria mais ir para a escola	7	10,6
Sem resposta	14	21,2
Raiva	1	1,5
Total	66	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 6, verifica-se que grande parte dos alunos 33,3%, se sentiu mal quando sofreu a agressão, 21,2% não se incomodou com o ocorrido, 10,6% não queria ir mais a escola, 7,5% ficou com medo, 4,5% se sentiu assustado e 1,5% sentiu raiva (esta alternativa foi criada por um aluno, pois havia a opção no questionário).

Na Tabela 7 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Quais foram as consequências da intimidação, agressão ou assédio sofrido por você? ”

Tabela 7 – Consequências das Práticas do *Bullying*

	Alunos	%
Não teve consequências	26	57,7
Algumas consequências ruins	11	24,4
Consequências terríveis	4	8,8
Fez você mudar de escola	4	8,8
Total	45	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 7, verifica-se que grande parte dos alunos 57,7%, relatou não ter tido consequência alguma a agressão que ele sofreu, 24,4% relatou que a agressão teve consequências ruins, 8,8% disse ter tido consequências terríveis e a mesma porcentagem disse que fez com que ele mudasse de escola.

Os resultados vão de encontro com os apontamentos Silva (2010) sobre as consequências do bullying, sobre a mudança de escola, aqui tendo uma porcentagem pequena, porém significativa, de crianças que sofreram a ponto de só sentirem que o mal cessaria por meio de mudança de escola. De acordo com a autora as consequências também levam a tendência de ter pior rendimento escolar e faltas nas aulas.

Apesar da maioria dos alunos, nesta pesquisa, terem respondido que as agressões não tiveram nenhum tipo de consequências, destacamos a importância de se preocupar com o que pode acontecer com alunos, normalmente as consequências deste ato podem ser grandes, como destaca Silva (2010), pode ocorrer transtorno de pânico, fobia escolar, transtornos de ansiedade, depressão, anorexia, bulimia, podendo inclusive chegar a casos de homicídios e suicídios, apesar de ocorrerem com menor frequência, o dado é preocupante e apresenta a gravidade do bullying.

A Tabela 8 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “O que você pensa sobre quem pratica intimidação, agressão ou assédio na escola?”.

Tabela 8 – Opinião dos alunos dos Alunos

	Alunos	%
Não penso nada	12	21,05
Tenho pena deles	18	31,5
Não gosto deles	26	45,6
Gosto deles	1	1,7
Total	57	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 8, verifica-se que a maior parte dos alunos 45,6%, não gosta de quem praticou a agressão, 31,5% tem pena de quem pratica agressão, 21,05% não pensa nada e 1,7% disse gostar dos agressores.

Uma resposta interessante que chama atenção é o fato de que uma grande porcentagem dos alunos não pensa nada sobre os agressores, indo de

encontro ao pensamento exposto por Marafon, Scheinvar e Nascimento (2014), quando dizem que, entre crianças, muitas atitudes hoje denominadas como bullying eram resolvidas aos pares e sem interferência de adultos, sendo consideradas brincadeiras pelos participantes, citando como exemplo um acidente onde em uma brincadeira uma aluna quebra os braços e aquilo não é mencionado como agressão pela mesma.

Ressalta-se então a importância de, em forma de aula, se explicar aos alunos o conceito, as consequências, como buscar ajuda e não se tornar também um agressor.

Já na Tabela 9 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Na sua opinião, de que é a culpa de a intimidação, agressão ou assédio continuam acontecendo?”.

Tabela 9 – Culpa da Existência do *Bullying*

	Alunos	%
De quem agride	38	58,4
Dos pais deles	14	21,5
Dos professores	1	1,5
Da direção da escola	1	1,5
De quem é agredido	2	3,07
Dos outros alunos que só assistem e não fazem nada	9	13,8
Total	65	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 9, verifica-se que a maioria dos alunos 58,4% acredita que a culpa da agressão continuar é de quem agride, 21,5% acredita que a culpa é dos pais de quem agride, 13,8 acredita que a culpa é de quem só assiste e não faz nada, 3,07% acredita que a culpa é de quem foi agredido, 1,5 acredita que a culpa é dos professores e a mesma porcentagem acredita que a culpa é da direção da escola.

Aqui destaca-se os tipos de espectadores quando no questionário se pergunta sobre as pessoas que assistem ao ato, mas não fazem nada, seja este por passividade (SILVA, 2010) ou neutralidade. Assim, também podem haver consequências psíquicas pelo seu testemunho. Também destacamos o expectador neutro, que não demonstra sensibilidade pela situação, que também se enquadra na categoria dos expectadores que “não fazem nada”.

Na Tabela 10 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Por favor, marque se você é:”.

Tabela 10 – Sexo dos Alunos

	Alunos	%
Menino	30	53,5
Menina	26	46,4
Total	56	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando a Tabela 10, verifica-se que a maior parte dos alunos desta pesquisa 53,5 eram meninos e 46,4% eram meninas.

Na Tabela 11 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Quem intimidou, agrediu ou assediou você é?”.

Tabela 11 – Sexo dos Agressores

	Alunos	%
Menino	36	76,5
Menina	11	23,4
Total	47	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando a Tabela 11, verifica-se que a maior parte, 76,5% dos alunos sofreram agressão por meninos e 23,4% sofreu agressão por meninas.

Aponta Marafon, Scheinvar e Nascimento (2014) em pesquisas realizadas sobre bullying, que apontavam maior incidência desta prática em meninos do que meninas, assim como apresenta o presente estudo.

Já na Tabela 12 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Que tipo de intimidação, assédio ou agressão você sofreu? ”

Tabela 12 – Sexo dos Agressores

	Alunos	%
Físico	17	29,8
Verbal	25	43,8
Emocional	5	8,7
Sexual	4	7,01
Racista	6	10,5
Total	57	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando a Tabela 12, verifica-se que grande parte dos alunos 43,8% sofreu agressão verbal, 29,8% sofreu agressão física, 10,5% sofreu agressão racista, 8,7 agressão emocional e 7,01% agressão sexual.

Verifica-se que nesta questão o total foi 57, número maior que a quantidade de alunos que respondeu positivamente para agressão, isso se deu, pois, os alunos responderam mais de uma opção, o que mostra que as vítimas sofreram mais de um tipo de agressão, corroborando com Silva (2010), que afirmar que as vítimas nem sempre recebem apenas um tipo de maus tratos.

Na Tabela 13 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a questão aberta: “o que poderia ser feito para resolver este problema?”

Tabela 13 – Sugestões para Soluções dos Problemas

	Alunos	%
Acreditam que o agressor deva sofrer as consequências	5	9,09
Contariam a algum adulto, pais ou responsáveis	11	20
Falariam com professores e direção	22	40
Falariam com o agressor	6	10,9
Não fariam nada em relação ao ocorrido	6	10,9
Não sabem o que falariam	1	1,8
Chamariam a polícia	4	7,2
Total	55	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se que a maioria dos alunos recorreria à direção e aos seus professores para tentar resolver o problema.

Vale ressaltar os tipos de vítimas, como parte dos alunos gostaria que os agressores pagassem de alguma forma pelo ato, vemos convergência com a ideia de vítima provocada e agressora, como dito por Silva (2010), em um tipo a vítima reage bruscamente entrando em conflito, fazendo pagar da mesma forma o que agressor, e a vítima agressora, que reproduz os fatos sofridos com terceiros.

Já na Tabela 14 apresenta a frequência e porcentagem de resposta para a pergunta: “Você já intimidou, agrediu ou assediou alguém?”

Tabela 14 – Sugestões para Soluções dos Problemas

	Alunos	%
Sim	15	26,3
Não	40	70,1
Sem resposta	2	3,5
Total	57	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se pela Tabela 14 que a maioria dos alunos 70,1% não agrediu ninguém, 26,3% já agrediu e 3,5% deixou a questão sem resposta.

Pelo fato de 26,3% dos alunos aqui apresentados já terem praticado algum tipo de agressão vale ressaltar os tipos de vítimas mencionados por Silva (2010), sendo estes os provocados, que devolvem a agressão e os agressores, que passam a praticar com terceiros o que haviam sofrido e os tipos de agressores, mencionados tanto por Silva (2010) como por Hutz e Bandeira (2010), quando mencionam os motivos pelos quais uma pessoa pode tornar-se agressor, dentre elas estão liderança em grupo social, sentimento de prazer ao executar a ação, apresentação de traços de personalidade agressivo anterior ao fato, convívio em situações de afeto deficitárias, maus tratos domésticos. Destacamos aqui e concordamos com o que Hutz e Bandeira (2010) cita sobre os agressores agirem dessa forma para encobrir as próprias limitações. Zequinão e Pereira (2016), também abordam o fato aqui citado sobre alunos que praticam e recebem o bullying, quando citam o duplo envolvimento dos alunos, não só dentro, mas fora das escolas também.

Vale salientar que o pensamento aqui apresentado vai de encontro com os autores acima mencionados sobre haverem várias características que contribuem para a criação e manutenção do bullying, como fatores sociais, por exemplo a vulnerabilidade social e valorização de determinadas características em detrimento de outras.

4. CONCLUSÃO

Com base nas respostas obtidas no questionário Kidscape, nota-se que a maioria dos alunos já sofreu algum tipo de intimidação. Em sua maioria os alunos tinham de 5 a 11 anos quando sofreram bullying, sendo a maioria mulheres. Grande parte dos estudantes, sofreram bullying a mais de um ano. Os resultados apontam para a maioria dos alunos terem sofrido bullying uma vez, com o fato tendo ocorrido em outros locais, não pertencentes a escola. Os alunos relatam terem se sentido mal com o ocorrido, mas a maioria afirma que não teve consequências com o ocorrido. Eles afirmaram não gostar dos agressores. Os estudantes creem que a culpa do bullying vem dos agressores, em sua maioria, mas não exclusivamente destes. Dos alunos a maioria eram meninos, assim como o sexo dos agressores.

A maior parte das agressões foram relatadas como sendo verbais. Nota-se também que os alunos têm ciência de que devem relatar o bullying a adultos e pessoas responsáveis. Por fim dos entrevistados a maioria relatou não ter praticado bullying.

Ressalta-se assim a importância do PIBID de Psicologia como forma de trabalhar o tema nas escolas, principalmente por que o projeto da área trabalha a prevenção e promoção da saúde nas escolas, neste caso, psicológica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Cláudia de Moraes, HUTZ, Claudio Simon, (2010). *A implicação do bullying na auto-estima de adolescentes*. *Psicologia Escola Educação*, 14(1), 131-138. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572010000100014>

BRITO, Camila C., & OLIVEIRA, Marluce T.. (2013). Bullying e autoestima em adolescentes de escolas públicas. *Jornal de Pediatria*, 89(6), 601-607. <https://dx.doi.org/10.1016/j.jped.2013.04.001>

CHALITA, Gabriel. *Pedagogia da amizade - bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores*. São Paulo: Editora Gent, 2008.

KIDSCAPE: preventing bullying, protectin children. <http://www.kidscape.org.uk/>. Acesso: 18/05/2017

MARAFON, Giovanna, SCHEINVAR, Estela, & NASCIMENTO, Maria Lívia do. (2014). Conflitos enquadrados como bullying: categoria que aumenta tensões e impossibilita análises. *Psicologia Clínica*, 26(2), 87-104. Agosto, 17, 2016, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652014000200006&lng=en&tlng=pt.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: Mentres perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida, MEDEIROS, Pâmella de, PEREIRA, Beatriz, & CARDOSO, Fernando Luiz. (2016). Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. *Educação e Pesquisa*, 42(1), 181-198. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>

MAIS QUE INFORMAÇÃO: REFLEXÃO? uma análise discursiva da revista *Brasileiros*

FORNEL, Lorena Mayara – Uni-FACEF
CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, que está em andamento, tem como objetivo analisar os discursos veiculados pela revista *Brasileiros* a partir da concepção bakhtiniana de gêneros do discurso, assim como compreender as ideologias, axiologias e valores sociais enunciados. A revista é publicada, mensalmente, desde 2008 estando em sua 115ª edição e tem como *slogan* “Mais que informação. Reflexão” revelando, desse modo, uma proposta diferente de tratar as notícias.

Apesar de considerada recente e ainda desconhecida por parte dos brasileiros, não apresenta apenas características típicas daquelas já conhecidas no mercado que, geralmente, tratam sobre os acontecimentos em pauta, como política, economia, educação, mas traz também temas relacionados às minorias sociais, à cultura, à literatura e à arte em geral, demonstrando, desse modo, a intenção de tratar da identidade do povo brasileiro.

Os enunciados veiculados apresentam uma tentativa de ir além da informação e levar o leitor a refletir devido à maneira como são apresentadas as notícias e reportagens. Busca-se, ainda, interação com quem lê a revista por meio da pergunta “Você acredita no Brasil?”, oferecendo, desse modo, espaço a esse leitor brasileiro de expor sua visão sobre o país e pensar no que se pode mudar para haver uma sociedade mais justa e igualitária.

Há também a revista digital, que publica, assim como os artigos da edição impressa, notícias e informações complementares, colunas e blogs de jornalistas e de pensadores brasileiros, como a própria revista digital apresenta: “Tanto lá quanto cá, o foco é no Brasil e em seus habitantes” (BRASILEIROS, 2016, *online*). Na página do Facebook, também são mantidas atualizadas as notícias e divulgações da revista, além de vídeos com jornalistas discutindo algum tema ou informação de forma prática. A *Brasileiros* traz também as revistas: *ARTE!Brasileiros*, *ARTE!Brasileiros* em inglês e *CULTURA! Brasileiros*.

Nota-se, por essa breve exposição, que os conteúdos temáticos são o Brasil e seus habitantes, assim como o próprio título mostra. Mas, com isso, também podemos nos perguntar: quem seriam esses brasileiros?

Desse modo, nossa pesquisa objetiva compreender os discursos veiculados levando em conta que a revista, sendo uma fonte jornalística, aborda os conteúdos a partir do seu foco temático e ideológico por meio de um estilo, direcionando, desse modo, o que será publicado.

Na esfera jornalística, cada fonte informa a partir das suas visões e ideologia. Assim, existe um fato retratado e as diferentes versões e olhares para a situação, levando ao questionamento sobre a veracidade das notícias e a parcialidade na esfera jornalística, pois, diferente do que grande parte da sociedade pensa, o jornalismo é parcial, defende e busca convencer seus leitores e ouvintes a partir de suas ideologias e axiologias veiculadas nos enunciados compostos, de acordo com a perspectiva bakhtiniana, pela sua construção composicional, estilo e temática.

Diante disso, postulamos alguns questionamentos que problematizaram nossa pesquisa, como: quais as temáticas predominantes veiculadas? A revista “reflete e refrata” quais valores da sociedade brasileira? Qual a formação e posição política dos colunistas? Quais são as escolhas verbo-visuais para a constituição de sentidos dos enunciados? Como se constitui sua estrutura composicional?

Assim, nesta pesquisa, discutimos sobre as questões discursivas postuladas pelo Círculo de Bakhtin quanto aos conceitos de gêneros do discurso, dialogismo, ideologia, estilo e enunciado e de seus comentadores, entre eles, Brait (2005), Discini (2010), Faraco (2003) e (2013), Machado (2005). Além disso, por se tratar de um gênero inserido na esfera jornalística, utilizamos os estudos de Lage (2008).

2. OS GÊNEROS DO DISCURSO: enunciados concretos das diversas esferas de atividades humanas

Os campos das atividades humanas estão relacionados a situações de uso da linguagem que ocorrem em determinados contextos. Sendo atividades que

geram a comunicação, temos o que chamamos de gêneros do discurso, de acordo com as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin.

Os gêneros do discurso são compostos por enunciados que carregam funções para cumprir as finalidades de uma dada esfera comunicativa humana. Nesse contexto, o enunciado, com seu estilo, estrutura composicional, conteúdo temático e, como pertencente a uma determinada esfera de atividade humana, revela as intenções discursivas de um determinado enunciador

Para Bakhtin, os discursos são intencionais desde o seu conteúdo temático até a forma com que o sujeito emprega a língua:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p.261).

Bakhtin ainda divide os gêneros em primários e secundários, concebendo como primários os enunciados das relações comunicativas diretas, o discurso imediato e os secundários abarcam os enunciados mais complexos como científicos, artísticos, jornalísticos, etc. Apesar de situar os gêneros nesses dois campos, há a heterogeneidade na construção dos secundários.

Os gêneros se alteram conforme as mudanças nas relações entre os sujeitos, os valores ideológicos e o contexto sócio-histórico-cultural. Em cada gênero, na sua esfera, o enunciado busca uma resposta, seja ela oral, escrita, no momento do discurso ou posteriormente. A resposta é resultado da compreensão que o enunciado atingiu.

Os discursos inseridos em cada gênero podem surgir a partir de contextos em que se exigem um padrão, no caso de documentos oficiais, por exemplo, mas também podem ser construídos livremente em situações cotidianas como conversas informais. Contudo, apesar de livre, o sujeito para adequar-se a uma conversa mundana, por exemplo, necessita de noções que permitam sua participação no discurso, assim como em outras situações, ou seja, para dominarmos um gênero, compreendermos e participarmos, necessitamos de conhecimentos prévios.

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2003, p.285).

Com isso, busca-se a atitude responsiva ativa dos sujeitos, que ocorre principalmente em situações de escrita em que o autor prevê atingir determinados públicos inseridos em uma dimensão espaço-temporal. O contexto é ponto fundamental para refletir sobre as escolhas feitas na construção dos enunciados a fim de que se realizem as finalidades do discurso, pois:

Os gêneros discursivos concebidos como uso com finalidades comunicativas e expressivas não é ação deliberada, mas deve ser dimensionado como manifestação da cultura. Nesse sentido, não é espécie nem tampouco modalidade de composição; é dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, de criação de mensagens em contextos culturais específicos (MACHADO, 2005, p.158).

Bakhtin, em suas reflexões, evidencia ainda que o discurso nunca está livre das influências de outros e faz uma comparação dos enunciados ao Adão bíblico que nomeia pela primeira vez o mundo, o que é oposto aos gêneros que são “palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos[...] ou com pontos de vista, visões de mundos, correntes, teorias, etc” (BAKHTIN, 2002) vindos de outros enunciadoreis.

O discurso constitui-se de enunciados concretos, construídos pelos sujeitos do discurso que definem o conteúdo, a composição estrutural e a circunstância na qual está inserida. “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2002, p.289).

Um enunciado não é constituído apenas de palavras justapostas formando uma oração. Quando o emprego de determinada oração ocorre em um contexto específico, com uma temática e construção composicional pertinentes, estamos diante de um enunciado concreto atrelado ao destinatário do discurso. As orações e palavras constroem o enunciado e tornam-se unidades do discurso.

As palavras são escolhidas não só pelo aspecto neutro da língua, mas das palavras de outros enunciados e até do “meu” próprio enunciado. Cada enunciado vai se caracterizar por uma temática, pelo conteúdo abordado e a maneira como esse conteúdo é trabalhado, o estilo composicional.

Os enunciados podem carregar valores do enunciador, experiências no contexto em que está inserido. Desta forma, podemos afirmar que não há enunciado neutro, livre de ideologias, visto que vai se compondo a partir de outros enunciados. Para Bakhtin (2002, p.293):

As palavras da língua não são de ninguém, mas ao mesmo tempo nós as ouvimos apenas em determinadas enunciações individuais, nós as lemos em determinadas obras individuais, e aí as palavras já não têm expressão apenas típica porém expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero), determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado.

Os enunciados são únicos e irrepetíveis, pois estão ligados ao contexto que passa por mudanças de valores e de ideologias, assim como se ligam ao outro que também se altera conforme o contexto muda. O enunciado se constrói a partir de outros enunciados inseridos em uma formação social de presente, passado e futuro.

Portanto, os enunciados são dialógicos e há uma maneira, escolhida pelo sujeito, de transpor o discurso veiculado no enunciado. O estilo, postulado pelas reflexões de Bakhtin, traz a maneira com que ocorre o discurso, e não só pelas escolhas linguísticas, que também são relevantes em uma análise discursiva, mas também pelos fatores externos que compõem a estilística de determinado enunciado.

O estilo carrega as individualidades e intenções do sujeito do discurso, é por meio dele que transpassam os valores axiológicos e ideológicos do indivíduo enunciador para seu interlocutor, “é a recorrência de um modo de dizer que remete a um próprio modo de ser” (DISCINI, 2010, p.115). As escolhas linguísticas e a construção dos enunciados são dialógicas e refletem outras realidades também.

“O estilo é o homem”, dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa (VOLOSHINOV; BAKHTIN, s.d, p.17).

Cada gênero apresenta um estilo sujeito a cumprir com as finalidades de cada esfera. Uma revista, um jornal ou uma propaganda possuem estilos específicos para atingirem seu público alvo. Portanto, cada escolha composicional dos enunciados veiculados remete ao estilo que a esfera possui. Por exemplo, as escolhas de cores, fontes, enunciados verbais e verbo-visuais condizem com a

estilística da esfera que possui finalidades, ideologias, valores a serem transmitidos e, na esfera jornalística citada “o enunciado revela mais que fatos, aparentemente sem conexão” (BRAIT, 2005).

Um mesmo discurso pode carregar diferentes ideologias de acordo com a esfera em que está vinculado o enunciado. Discini (2010) mostra um exemplo em que a “gênese do mundo” pode constituir dois enunciados com pontos de vista específicos, no caso, o religioso e o científico. Portanto, cada esfera possui seu estilo para tratar de diversos temas de acordo com a visão de mundo que carrega, ou seja, cada enunciado traz consigo um tom expressivo para persuadir o seu discurso a seu interlocutor específico.

A expressividade do nosso enunciado é determinada – às vezes nem tanto – não só pelo teor do objeto do nosso enunciado, mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema aos quais respondemos, com os quais polemizamos, são estes últimos que determinam igualmente a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc [...] A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados dos outros (BAKHTIN apud BRAIT, 2005, p.94).

A expressividade, assim, é fator estilístico, pois retoma ao fato de que o discurso está atrelado a fatores intencionais e que é constituído de valores significativos.

Não nos limitamos a gêneros específicos para construirmos os discursos, pelo contrário, “destruímos e renovamos o próprio gênero” (BRAIT, 2005, p.90) adaptando-os com o estilo que o sujeito constrói e carrega. Portanto, a estilística do enunciatário do discurso está atrelada ao enunciatário que se quer atingir, variando de acordo com os graus de exotopia, ou seja, o olhar excedente do outro sobre o indivíduo que está sujeito ao discurso. Assim, o estilo deixa de ser apenas um fator estético, pois permite a percepção dos valores e ideologias que se quer transmitir.

3. A ESFERA JORNALÍSTICA E SUAS ESPECIFICIDADES

A informação, encontrada principalmente na esfera de atividade jornalística, está ao nosso alcance a todo momento, seja escrita, visual ou auditiva e é ela que contribui para o conhecimento do mundo em que vivemos e da situação de nossa sociedade.

No Brasil, o primeiro jornal que iniciou a propagação pública de informações escritas e trouxe o jornalismo concreto foi *A Gazeta do Rio de Janeiro*, por ocasião da chegada da família real ao Brasil. Até então, havia somente a troca de informação pela comunicação das pessoas. Em seguida, surgiram outros meios escritos, como as revistas, que trazem uma coletânea de notícias retratadas com textos visuais e escritos, e o rádio e a televisão por meio dos telejornais. Notamos, assim, que o jornalismo passou e ainda passa por mudanças, buscando abranger cada vez mais o maior número de pessoas.

Atualmente, verificamos que a esfera jornalística é diversa em temas e estilo, pois cada fonte veicula de forma diferente as notícias devido ao tratamento do foco e da temática central que direciona aquilo que é publicado, ou seja, os gêneros trazem características exclusivas na sua composição estrutural, temática e estilo de acordo com as exigências para determinado contexto. Nas revistas, por exemplo, há uma linha editorial que orienta o modo como os textos deverão ser redigidos (termos adequados, a hierarquia das matérias, por exemplo) e fixa os valores, ideias concebidas para a constituição de seus discursos.

O jornalismo, em sua definição, é uma atividade que “coleta, investiga, analisa e transmite informações através de jornal, revista, rádio, televisão, etc” (VILLAR, 2011, p.563), transmite à população o que é decorrente e vai além da informação ao marcar valores sociais, ideológicos e axiológicos. Está inserido nos meios de comunicação social, as mídias, que representam uma forma de poder ao influir a sociedade por meio do que transmitem.

A esfera jornalística está vinculada diretamente ao contexto sócio-histórico, econômico e cultural, pois ao buscar o atual liga-se ao que é recorrente na sociedade em determinado momento. Com isso, os discursos veiculados são fontes de formação da opinião pública, pois, por meio dos enunciados, os sujeitos participantes do discurso constroem suas ideias, opiniões, críticas e são informados dos acontecimentos do seu cotidiano.

O jornalismo, como uma esfera da atividade humana que tem como principal finalidade informar, busca convencer seu interlocutor, mostrando que aquela versão ou ideia é a verdade, contudo, podemos indagar sobre a veracidade das informações.

Na esfera jornalística, existe um fato retratado e as diferentes versões e olhares para a situação. Portanto, sabendo que cada mídia informa de acordo com suas ideologias as notícias sobre nosso país e o mundo, há diferentes versões, posicionamentos e ideias, caracterizando, desse modo, a parcialidade jornalística.

3.1. Ideologia e Jornalismo

Como dito anteriormente, o discurso está atrelado a um contexto sócio-histórico e a ideologias também presentes no meio. Sobre ideologia, muito se discutiu para compreendê-la, assim como, de que maneira ocorre sua construção pelo indivíduo no discurso.

Inicialmente, tinha-se a concepção idealista e psicologista de que a ideologia centrava-se apenas na consciência individual, sendo o exterior como apenas meio para ocorrer a compreensão. E ainda, uma visão mecanicista de que a consciência deriva-se apenas da natureza, da vivência e não da interação dos indivíduos. Contudo, para Bakhtin, a consciência individual é revestida de signos que contêm ideologias, ideias a partir da interação social e do ambiente. O sujeito, portador de conteúdo ideológico interiorizado, produz uma compreensão, ou seja, produz uma resposta ao que está exposto a ele, sendo isso decorrente da interação entre consciências.

Visto que necessitamos da interação entre as consciências individuais para a construção ideológica, o signo é o fator inicial para pensarmos em ideologia. Um signo é a representação da realidade e, além de ser parte da realidade, quando tem um significado que transpassa seu sentido concreto, transforma-se em um signo ideológico, com isso, não é apenas a realidade, ele reflete e refrata outras realidades. De acordo com Faraco (2003, p.49):

Os signos não apenas refletem o mundo (não são apenas um decalque do mundo); os signos também (e principalmente) refratam o mundo. Em outras palavras, o Círculo assume que o processo de transmutação do mundo em matéria de significativo se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos.

A refração são as diversas interpretações moduladas pelas vivências e conhecimentos adquiridos no contexto, não há apenas uma verdade considerada aceita, mas diferentes verdades opostas às das individualidades de cada um, no grupo social inserido.

A ideologia engloba fatores que constituem ideais, pensamentos a serem refletidos, que geram posicionamentos como filosofia, política, religião, ciência, ética, arte, entre outros. É um produto axiológico de cada indivíduo na sociedade em que vive. É a partir dos signos que se constrói uma ideologia, a refração da realidade vivenciada no contexto sócio-histórico na qual é construída.

Perpassa entre nós, por exemplo, a ideia de que as mídias devem ser imparciais e neutras sobre qualquer assunto, no entanto, isso é uma falácia, visto que, numa perspectiva discursiva, compreendemos que cada gênero, por atender a finalidades das práticas humanas, é constituído por enunciados que refletem e refratam a realidade do mundo. Lage (2008, p.54) afirma que a ideologia está presente na esfera jornalística, pois “não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico”.

Assim como dito anteriormente, pela perspectiva do Círculo de Mikhail Bakhtin, não há apenas um decalque do mundo por meio do reflexo, mas também há a refração, ou seja:

Com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos - na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações desse mundo) (FARACO, 2003, p.50).

Um tema pode ser tratado de diversas maneiras a partir do que a esfera em que está inserida quer transmitir ao seu enunciatário. As mídias possuem características exclusivas, apesar de buscarem um mesmo objetivo: informar e passar ideais e valores. Cada qual, inserida no contexto sócio-histórico, possui um posicionamento dentro da sociedade, seja ele político, social, econômico ou cultural, que caracteriza a ideologia de seus discursos veiculados.

Portanto, sabendo que cada mídia informa, de acordo com suas ideologias, as notícias sobre nosso país e o mundo, há diferentes versões, posicionamentos e ideias, caracterizando, desse modo, um discurso pretensiosamente neutro, mas impossível de se constituir totalmente imparcial.

Na esfera jornalística, é recorrente que há um intuito discursivo em cada notícia veiculada, não só transmitindo a informação, mas também valores sociais, axiológicos e ideológicos. Nas revistas, por exemplo, as escolhas linguísticas estão atreladas aos recursos visuais, como imagens, cores, tipos e tamanhos de fontes, caracterizando, desse modo, o estilo dos gêneros do discurso jornalístico e contribuindo para a construção do discurso que, como sabemos, não é neutro, pois:

Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível (BAKHTIN, 2003, p. 289).

Além disso, o jornalismo é construído a partir de sujeitos que não estão isentos de expor suas ideologias e as marcas de seus valores por meio da maneira com que expõem os temas. Na perspectiva de Bakhtin, a individualidade é um fator estilístico, mas está vinculado ao social e a outros discursos que carregam também valores e ideologias.

Tratando-se de uma esfera que abrange diversos grupos sociais e sujeitos, no caso das revistas e jornais, que veiculam notícias a todo momento, esses meios podem “refletir e refratar” a realidade de acordo com suas valorações de mundo, embora utilizem recursos que criam um efeito de objetividade, como o emprego da terceira pessoa, a informação dos referentes como nome completo, idade, endereço, de dados estatísticos e da articulação de discursos de autoridade, ou seja, de especialistas de uma determinada área ou de pessoas que vivenciaram um fato, contribuindo também para a ideia de veracidade das informações. Enfim, podemos afirmar que, por meio da palavra, são tecidas as ideologias, por ser a linguagem a fonte de constituição, identidade e transformação do ser humano, ou seja, o homem se constitui na e pela linguagem nas suas mais diversas atividades.

3.2. A Linguagem no Jornalismo Impresso

Na esfera jornalística, como já dito, há uma busca em seguir uma linha ideológica que transparece na maneira com que são feitas as abordagens dos temas. A ideia de jornalismo imparcial se dá por meio da linguagem, pela presença da objetividade e universalidade da abordagem para, assim, tentar abranger a população ou o público alvo.

O uso do verbo na terceira pessoa é um traço que busca marcar a impessoalidade e neutralidade que o jornalismo quer transmitir, além da ideia que o fato tratado é a “verdade”. Já o verbo na primeira pessoa é usado em entrevistas ou citações, prevalecendo o uso da terceira pessoa, pois, por ter função referencial, impõe-se ao jornalismo o uso da terceira pessoa:

A comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isso impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. As exceções são poucas: reportagens-testemunho, algumas crônicas, textos intimistas destinados a grupos restritos (LAGE, 2008, p.51)

Outra característica da linguagem no jornalismo impresso é o uso dos níveis formal e informal. Para uma aproximação do leitor, a informalidade é encontrada em capas, manchetes, em textos curtos que buscam chamar a atenção do leitor e o instigam a ler toda a matéria. Tendo alcançado o objetivo de atrair o leitor, na redação do artigo, notícia ou outros gêneros encontrados nessa esfera, tem-se a presença de um texto mais formal, com predominância da norma padrão da língua.

O uso desses níveis de linguagem retoma o pensamento de Bakhtin em relação à heterogeneidade dos gêneros primários e secundários, pois o uso coloquial está próximo da língua falada, que compõe os gêneros primários (simples) e o uso formal, comum na língua escrita, constitui os gêneros secundários, usualmente regidos por um padrão na sua articulação, mas que, muitas vezes, incorporam o gênero primário em sua constituição.

3.3. Os Gêneros Jornalísticos nas Revistas

Dentre os vários gêneros jornalísticos existentes, há aqueles que constituem revistas impressas e *online*. A revista impressa teve sua primeira aparição no Brasil em janeiro de 1812, quando ainda era mais conhecida por folheto. Foi em Salvador que o tipógrafo e livreiro português, Manoel Antonio da Silva Serva, apresentou-a com o título: “As variedades ou ensaios da Literatura”. Contudo, segundo *A revista no Brasil* publicada em 2000 pela editora Abril, só em 1904 esse tipo de publicação ganhou popularidade.

Atualmente, temos acesso a uma diversidade de revistas e temas, cada qual com suas especificidades, público alvo e diferentes abordagens. Há

revistas que tratam desde as notícias gerais do país e do mundo até aquelas que buscam abordar apenas uma temática como a educação ou a ciência. Além de temas políticos, sociais e econômicos tem-se a presença de revistas de entretenimento voltadas a diferentes públicos.

Apesar de parecida com as abordagens de um jornal, possui um projeto gráfico mais complexo e traz matérias com maiores informações e detalhes. Além disso, assim como o jornal e outros suportes, possui sua versão impressa e *online* e, geralmente, suas publicações são semanais ou mensais.

Apesar dos diferentes tipos de revistas, elas se assemelham na estrutura. Possuem capa, a fim de chamar a atenção do leitor para as informações que estão inseridas em seu interior, o sumário que conduz o leitor e já apresenta traços do que será abordado e há o editorial, que é um resumo geral da edição, geralmente escrita pelo chefe da redação. Além desses elementos que encontramos na maioria dessas publicações, em algumas, também há uma seção voltada para a opinião do leitor, a presença da publicidade e citações de pessoas influentes na sociedade.

Quanto aos gêneros, são veiculados reportagens, entrevistas, artigos e opiniões que buscam, a partir dos seus enunciados, promover a informação, o conhecimento e as ideologias propostas pelas revistas. Cada um com suas peculiaridades e possibilidades formam, assim, o papel social que a revista possui.

4. MAIS QUE INFORMAÇÃO. REFLEXÃO?

A partir das discussões sobre os discursos jornalísticos e os estudos do Círculo de Bakhtin sobre gêneros discursivos, ideologia, dialogismo e estilo, chegamos ao objeto de nossa pesquisa – a revista *Brasileiros*, que está em sua 115ª edição. Trata-se de uma revista publicada desde 2008 nas versões impressa e *online*, que noticia os acontecimentos na sociedade e discute literatura, economia, esporte e cultura. No entanto, como a própria revista afirma, além da informação há também uma proposta de reflexão. Essa ideia está presente no *slogan* “Mais que informação. Reflexão”. A seguir, apresentamos a capa n.106 da revista:

Figura 1 - Capa da revista *Brasileiros*



Fonte: *Brasileiros*, maio de 2016, capa.

A revista propõe mostrar um diferente olhar, uma visão para além da notícia e instiga o leitor que se depara com o título “Brasileiros”. A partir desse título, podemos perguntar: quem seriam esses brasileiros? Além disso, as escolhas verbo-visuais na construção composicional dessa capa (Figura 1) chamam atenção ao serem utilizados em letras maiores, escritos em caixa alta e em negrito, quatro adjetivos - “corruptos”, “xenófobos”, “ignorantes”, “golpistas” - e um substantivo - “Bolsonaros”, empregado aqui também com valor adjetivo, visto que representa e comunga com as ideias do deputado federal pelo Rio de Janeiro de nome Jair Messias Bolsonaro.

Ademais, no título da revista, notamos que atrás do final da palavra *Brasileiros* tem-se um sinal de interrogação em amarelo, que revela um suposto questionamento feito pela revista quanto aos brasileiros e as características atribuídas a eles.

Constrói-se, desse modo, um valor negativo expressando uma posição ideológica marcada por confrontos, dissensões. Em seguida, em letras maiores, mas

escritas em vermelho, há a expressão “Nem todos” para dar início à apresentação de Maurício Lima, fotógrafo reconhecido que busca retratar os problemas sociais ao redor do mundo, como representante dos brasileiros que trabalham honestamente.

Ainda sobre os discursos veiculados na capa, há propostas de como “realinhar” o Brasil ao afirmar “O Brasil precisa reencontrar o Brasil e afastar de vez o espetáculo grotesco que nos envergonhou em 17 de abril de 2016. O dia em que viramos refém de Eduardo Cunha”. Além disso, notamos a escolha por um fundo branco, sem figuras ou imagens, dando destaque ao enunciado em caixa alta.

Por ser uma revista com apenas oito anos de existência em vista de outras que estão há mais tempo, é ainda pouco conhecida e propõe tratar as notícias de forma diferente das demais. Veicula temas sobre as minorias, questões sociais, política, economia e artes em geral, como se pode notar estas características desde o sumário (Anexo A).

Interessante observar que as escolhas visuais já retratam a preferência temática da revista, pois há a imagem de brasileiros afrodescendentes, notadamente marcada na figura da mulher pelas vestimentas – vestido estampado, colorido e turbante na cabeça, e pelo desenho xilográfico de um cangaceiro, um dos símbolos do povo nordestino.

A palavra “brasileiros”, por sua vez, é dividida, por meio do emprego de cores diversas em Brasil/eiros, destacando, o Brasil, temática principal proposta pela revista.

Além disso, notamos nessa edição que a revista busca tratar, principalmente, temas sobre política (matéria de capa), economia, literatura e uma seção voltada ao leitor e sua resposta sobre “acreditar no Brasil”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da capa e do sumário da edição número 106, podemos verificar a ênfase em tratar sobre o brasileiro e sua identidade. Além disso, há a proposta de buscar uma reflexão e não só postular uma informação.

As escolhas temáticas voltadas para as minorias e seus problemas, revelam também um diferencial da revista, que discute sobre a diversidade

brasileira, valorizando a cultura, literatura e a arte encontrada no Brasil, muitas vezes, desconhecidas por seus habitantes.

Assim como em discursos encontrados em outras esferas, na jornalística, como já dito, também há um intuito discursivo. A partir da análise da capa, notamos que a preferência pelas fontes altas, o plano de fundo claro que destaca o enunciado, a forma como é colocado o título da revista e a maneira com que é constituído o enunciado, é possível, a partir da perspectiva do Círculo de Bakhtin, compreender que há intencionalidade, ideologia e um estilo que comunga com a proposta da revista.

Compreendemos que a revista busca romper com pensamentos conservadores, como o emprego dos adjetivos “corruptos”, “xenófobos”, “bolsonaros”, “ignorantes” e “golpistas” presentes na capa, a fim de caracterizá-los negativamente. A partir disso, busca apresentar que não há apenas essa visão de brasileiros e cita um desconhecido pela grande maioria da população como exemplo de cidadão que realiza suas funções com ética e respeito.

Assim, podemos afirmar, por esta análise, que as temáticas veiculadas valorizam o social e a diversidade, como podemos notar também no sumário, a partir das escolhas verbo-visuais feitas e as temáticas abordadas nessa edição.

Com isso, a revista contempla a proposta de “Mais que informação. Reflexão”, ao oferecer ao leitor muito mais que ideias estereotipadas afirmadas na sociedade, mas uma abordagem que mostra outras verdades, outras visões, geralmente pouco veiculadas, levando o leitor a refletir sobre a realidade do país. Assim, não só mostra uma visão negativa do Brasil, mas valoriza aquilo que há de bom e que deveria ser exaltado pelo seu povo.

Enfim, a ideologia partilhada pela revista volta-se para o social, ao valorizar temas relacionados aos problemas vividos pelas minorias, além de tratar de forma ampla sobre cultura, literatura e cinema brasileiros. Dessa forma, por essa análise, verificamos que não há jornalismo neutro e livre de ideologias, visto que as escolhas temáticas e estilísticas revelam as preferências da revista.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

MAIS QUE INFORMAÇÃO: REFLEXÃO? uma análise discursiva da revista Brasileiros – p. 612-629

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud. 10.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____ (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.79-102.

_____. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: _____ (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.61-77.

BRASILEIROS, São Paulo, n. 106, maio 2016.

BRASILEIROS. Expediente. Disponível em <<http://brasileiros.com.br/expediente/>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

DISCINI, Norma. Contribuição para uma estilística discursiva. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmisa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.115-148.

FARACO, Carlos Alberto. A ideologia no/do Círculo de Bakhtin. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmisa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p.67-182.

_____. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

VILLAR, Mauro de Salles (Org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

VOLOSHINOV, V.N; BAKHTIN, M.M. **Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica**. Tradução para uso didático por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. [s.d]

ANEXO A





Fonte: *Brasileiros*, maio de 2016, p.16-17.

MEDIDAS DE INCENTIVO A EDUCAÇÃO POLÍTICA

GRECO, Isabella Greco – UNESP
LIMA, Débora Mateus – UNESP
BIASON, Rita de Cássia – UNESP

1. INTRODUÇÃO

Com objetivo compreender os desdobramentos do fenômeno da corrupção e de desenvolver estudos e projetos sobre tal assunto, foi criado em 2010, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp, Campus de Franca, o Centro de Estudos e Pesquisa sobre Corrupção (CEPC). A necessidade de compreender esse fenômeno, que, de maneiras diferente já ocorria desde o século XVI, e de formular medidas que o possam superar, se deu diante dos crescentes casos de corrupção advindos do cenário político brasileiro nas últimas décadas e da indispensabilidade da educação política como forma de combate a ele.

A compreensão que o CEPC tem de que o conhecimento produzido dentro dos muros da universidade não só pode, como deve, ultrapassá-los e chegar às comunidades ao redor, em busca da construção de novos conhecimentos, fez com que o grupo buscasse maneiras de converter o conteúdo sobre o fenômeno da corrupção em algo pragmático, dessa forma o incentivo a educação política se mostrou tanto uma forma de combate a corrupção em longo prazo, como uma maneira de esclarecer as características do desenho institucional brasileiro a alunos da região de Franca, visando o melhor entendimento de sua cidadania.

Ao entender que a escola tem um papel importante na formação das próximas gerações e que as disciplinas oferecidas são um “produto e processo que impõem significado às práticas humanas” (Menegazzo, 2001), é importante perceber que elas não estão no currículos escolares por acaso. A concepção do que teria de ser ensinado nas escolas perpassa por diversos momentos históricos, desde o Brasil Colônia e sua educação de caráter elitista, a pouca consideração ao ensino básico no Brasil Império, os prejuízos que a ditadura militar trouxe a educação ao impor a disciplina de Educação Moral e Cívica como um projeto de construção de valores, até os dias atuais com a maior inclusão de minorias no debates escolares.

Quando se tem em vista essa evolução conceitual, percebe-se que o currículo adotado nas instituições escolares reflete sempre as condicionantes sociais, políticas e culturais do momento histórico em que se insere e carrega, ainda que de forma não explícita, uma visão de ser humano e de sociedade. (MARTINS et al, 2017 p. 7).

Compreendendo, portanto, a relação dos momentos históricos com o que deve ser ensinado nas escolas, é imprescindível, dado a crise política e a crença de que a atuação política é sempre de algum modo corrupta, o incentivo do ensino de educação política para os alunos, não descartando o caráter emancipatório da educação, o que significa que as aulas devem ser construídas pelos e para os alunos, prezando pela troca de conhecimento entre estudante e professor.

Historicamente, o ensino oferecido nas escolas, sobre educação política sempre foi algo pouco comum, e é nesse cenário que o CEPC se mostra necessário, ao levar em conta a atual conjuntura política do Brasil e a carência de políticas educacionais que tenham esse tópico como prioridade. As medidas de incentivo a educação política que o grupo entende como eficazes são de duas naturezas: a prática real de atuação nas escolas públicas, principalmente de ensino médio com o “Projeto Política para Jovens”, a publicação de conteúdo que auxilie o aluno pra compreender as características do desenho institucional brasileiro e as mídias eletrônicas como instrumento de informação política.

2. DESENVOLVIMENTO

Em vista deste cenário, caracterizado por notáveis índices de desilusão das pessoas para com o funcionamento e a dinâmica do sistema político do Brasil, o Centro de Estudos e Pesquisas sobre corrupção (CEPC) e seus membros tem criado e desenvolvido maneiras de incentivar a educação política básica e de compartilhar informações que dizem respeito à política brasileira em geral. No momento, o CEPC desenvolve três frentes/projetos principais com o intuito de compartilhar conhecimento e informação e engajar a população no que diz respeito à política e à cidadania. A três frentes correspondem ao Projeto Política para Jovens, ao material didático publicado e a mídias eletrônicas.

2.1. Projeto Política para Jovens

O projeto “Política Para Jovens” foi a primeira medida a favor da educação política pensada e desenvolvida pelo CEPC, correspondendo ao expoente do grupo desde sua criação em 2010 até atualmente em 2017. O projeto surgiu com o intuito de conscientizar alunos de ensino médio e fundamental de escolas públicas situadas no município de Franca e região. Esta conscientização está baseada no compartilhamento de conhecimentos e discussões acerca das características, das particularidades, dos problemas da política brasileira e da ideia de cidadania, contribuindo, dessa maneira, para que jovens que estão iniciando sua vida política entendam melhor o funcionamento do sistema político brasileiro como um todo e possam ter mais consciência de seus direitos, seus deveres e de sua cidadania.

O desenvolvimento do projeto estrutura-se no estudo e desenvolvimento de conteúdo e na parte de aplicação do projeto através das aulas. Geralmente, no primeiro semestre dos anos, os membros do CEPC se dedicam à análise e debate de conteúdos relacionados à política, à corrupção, à conjuntura e à estrutura política do momento; e no segundo semestre é quando o projeto é realmente colocado em prática através das aulas nas escolas. Sendo assim, na primeira metade dos anos, os membros fazem um levantamento de novos conteúdos e informações, buscam por novos e mais efetivos meios para a abordagem dos conteúdos em sala de aula e estabelecem contato com as escolas para programar a aplicação do projeto bem como também para apresentar o projeto para criar novas parcerias. Já no segundo semestre, o grupo se empenha nas aulas propriamente ditas, as quais são pautadas teoricamente em autores como Octávio Cintra; Cecília Olivieri; Lúcia Avelar; bem como também em Paulo Freire no que diz respeito à pedagogia em sala de aula.

Atualmente, o projeto passa por uma reestruturação da matriz principal de conteúdo abordado, mas de 2010 até o fim de 2016 as aulas foram organizadas e divididas em cinco temáticas principais: Política e Corrupção, na qual o objetivo principal é desconstruir a visão política como um sinônimo de corrupção e despertar interesse do jovem pela temática através da apresentação de conteúdo, de artifícios de mídia e do debate; Três Poderes, em qual ocorre a explicação das estruturas e atribuições dos cargos políticos; Sistema Partidário, na qual busca-se esclarecer as características dos partidos políticos, sua formação e o sistema no qual são incorporados; Sistema Eleitoral, no qual ocorre a explicação sobre os sistemas de votação proporcional e majoritário; e Estado Democrático de Direito, no qual é

apresentado o histórico sobre a evolução política da democracia no Brasil, e também são apresentados os possíveis meios de fiscalização das ações dos políticos e todas as formas de participação popular direta. A proposta inicial era de que cada temática fosse abordada em uma única aula, totalizando cinco aulas de exposição e discussão por turma.

Os membros do CEPC buscam sempre o engajamento e a participação ativa dos alunos em discussões para que o interesse por assuntos acerca da política e do exercício da cidadania seja mais facilmente despertado. Para isto, busca-se sempre incluir dinâmicas e exemplos práticos nas aulas, além da utilização de uma linguagem simples e da explicação dos termos políticos abordados. A utilização de artifícios como slides, músicas, exercícios, vídeos e imagens são essenciais para o desenvolvimento do conteúdo abordado em sala de aula. Além disso, o projeto conta com uma apostila didática que é entregue aos alunos para que estes possam acompanhar as aulas de maneira mais estruturada e aprofundar-se nos assuntos abordados.

Desde sua criação em 2010 até 2015, o projeto era voltado exclusivamente para alunos do ensino médio, porém, em 2016, iniciou-se a expansão do projeto através da sua aplicação no ensino fundamental, cursinhos populares e fundação casa de Franca. A expansão do projeto reforçou a necessidade uma reestruturação, que já era cogitada pelos membros uma vez que a proposta de cinco aulas por turma muitas vezes não possibilita o desenvolvimento e fomento de uma discussão mais profunda acerca dos assuntos abrangidos pelo conteúdo exposto. Dessa maneira, a nova proposta do projeto contará com um número maior de aulas necessárias para o objetivo central seja mais efetivamente contemplado, e também se adequará às novas frentes trabalhadas pelo projeto com a sua expansão, com versões diferentes para ensino médio, ensino fundamento e instituições como a Fundação Casa.

O objeto principal do projeto é levar para o maior número de jovens o conhecimento, a educação e a discussão sobre a política brasileira. Os integrantes do CEPC esperam que os alunos não enxerguem a política como algo sem solução e problemático, mas sim como um meio de exercer sua cidadania de maneira consciente e responsável, e como um instrumento de melhoria social, contribuindo, dessa maneira, para toda a sociedade.

Até o momento, o projeto já foi levado para cerca de mil de quinhentos jovens, porém almeja atingir cada vez mais um número maior de jovens a cada ano, o que tem acontecido, considerando que em 2010 o projeto foi levado até duzentos alunos enquanto que em 2016 foram mais de quinhentos alunos. Para atingir este objetivo, o Projeto Política para Jovens vem expandindo sua atuação na cidade de Franca e região através de novas propostas de reestruturação bem como através da apresentação do projeto para outras entidades que possivelmente também se interessariam em desenvolver o projeto em outras localidades.

2.2. Material Didático

Até o momento, o CEPC desenvolveu uma apostila e um livro didático sobre a estrutura do sistema político brasileiro. Ambos os materiais abordam aspectos como política, corrupção, Estado Democrático de Direito, accountability, sistema eleitoral, sistema partidário, divisão dos poderes, etc. A apostila é disponibilizada para grande parte dos alunos do projeto, e também existe uma versão digital que pode ser encontrada na rede social do projeto. Além disso, em 2016 foi publicado o livro intitulado “Política para Jovens”, de autoria de Rita de Cássia Biason, o qual centraliza os temas abordados na apostila, colocando-se como uma opção de leitura para todos interessados no funcionamento institucional do sistema político brasileiro.

2.3. Mídias Eletrônicas

O CEPC trabalha na atualização de duas mídias eletrônicas principais: o site do Centro de Estudos e Pesquisa sobre corrupção, onde está presente o maior banco de dados de casos de corrupção do Brasil até o ano de 2010; e a página do Projeto Política para Jovens na rede social “Facebook”, na qual além de disponibilizarmos informações sobre o andamento e funcionamento do projeto, também fazemos publicações semanais sobre conteúdos e textos de autoria do grupo e também sobre notícias acerca da política brasileira e casos de corrupção. A página do projeto em rede social tem crescido muito nos últimos meses, com mais de mil e trezentos seguidores atualmente, o que significa um meio considerável de compartilhar informações acerca da política brasileira e de promover o maior engajamento da população para com temas atuais sobre o cenário político brasileiro.

3. CONCLUSÃO

Na busca de esclarecer todo o cenário político atual, de desassociar política de corrupção e de se reiterar a importância da política para todo e qualquer cidadão, reafirmando que ela está presente em todas as relações da sociedade, a educação política é a melhor alternativa. Por isso, ao compreender a inserção da educação política como necessária para o desenvolvimento do aluno como cidadão e percebendo o papel real que esse tópico tem de transformar a realidade de alunos de públicas, tanto no que diz respeito ao seu ingresso a vida política, como de entender as diversas características peculiares de seu país e poder, de forma consciente, ter participação no futuro político do Brasil, exercendo de fato a democracia, o CEPC crê nas suas medidas como eficazes para tal.

Tanto o “Projeto Política para Jovens”, quanto as mídias eletrônicas e o material didático se fazem essenciais para tal ações, pelo seus caracteres complementares e didáticos, assim como a participação dos alunos na construção do conhecimento juntamente aos membros do grupo.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Cristiane et al. **Educação Política nas Escolas**. *Educação política: conhecer e participar*, Minas Gerais, nº1, 2017. Disponível em:< http://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2017/documentos/texto_base/texto_base_educacao_politica_nas_escolas.pdf> Acesso em: 25 mai. 2017

PESSANHA, Eurize C.; DANIEL, Maria E.B.; MENEGAZZO, M. A. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa**. *Revista Brasileira de Educação*, Universidade do Mato Grosso do Sul, nº 24, dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

WARDE, Mirian J. **Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira**. *Enfoque*, Brasília, ano 3, nº23, 21 set. 1984.

MELANIE KLEIN: “SEIO BOM” E “SEIO MAU” E A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA

BREVIGLIERI, Henrique – UNI-FACEF
ROSA JUNIOR, Jair – UNI-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Durante os primeiros meses de vida da criança, ela desenvolve uma relação fundamental com o seio materno, o qual a autora Melanie Klein denomina de “Objeto Primário”. Essa relação resultará em desdobramentos de suma importância para o desenvolvimento psíquico do sujeito. Os sentimentos da criança em relação ao objeto primário possuem notável ambivalência de amor e ódio. Desse modo, o seio materno é, segundo a apreensão egoica da criança, cindido em dois componentes – o “Seio Bom” e o “Seio Mau” – o que impossibilita à criança a compreensão do objeto primário como uma totalidade única. Essa cisão resultará em uma posição psíquica inicial da qual a criança desenvolve uma ansiedade persecutória pautada pelo medo do aspecto ruim do seio materno – o “Seio Mau”. Pela cisão realizada pela criança e pelo medo e sentimento de perseguição desenvolvido na mesma, Melanie Klein denominou essa posição de “esquizo-paranóide”. Após a permanência da criança nessa posição psíquica inicial, é possibilitado a ela, pelo seu desenvolvimento psíquico, a reparação e a reconstrução do objeto primário como uma unidade. Percebendo que cindiu e odiou aquilo que mais preconizava (seio materno), dirigindo ataques sádicos e destrutivos a tal, a criança desenvolve ansiedade depressiva por temor de perder o objeto primário, daí então, a criança desloca-se para a posição nomeada por Melanie Klein de “depressiva”. O presente trabalho buscará relacionar esses processos iniciais da vivência do sujeito com a estruturação de sua psique, tanto em seus possíveis desdobramentos saudáveis quanto a potenciais quadros patológicos, articulando a relação com o objeto primário, as ansiedades desencadeadas, os mecanismos de defesa dispostos para lidar com essas ansiedades advindas da relação objetual e as posições psíquicas consequentes com o processo de desenvolvimento da psique do sujeito.

2. SOBRE A VIDA E A OBRA DE MELANIE KLEIN

Melanie Klein nasceu em Viena, Áustria, no ano de 1882. Foi a quarta filha de um médico judeu ortodoxo e de uma mãe comerciante corajosa e empreendedora.

Tendo sua vida marcada por perdas e situações traumáticas, Melanie Klein teve sua primeira perda aos 5 anos de idade, com a morte de sua irmã Sidonie. O seu irmão Emmanuel, artista e pianista, faleceu quando ela completara 20 anos. Após casar-se com Arthur Klein, químico, com quem teve 3 filhos, perdeu, também, seu filho Hans em um acidente de alpinismo. Além dos citados falecimentos de entes queridos, Melanie teve um notável rompimento com sua filha Mellita que, assim como a mãe, exercia a psicanálise. Mellita dirigiu ataques severos e ofensivos contra a mãe, impossibilitando a reaproximação entre elas (ZIMERMAN, 1999).

No concernente à psicanálise, Klein realizou uma leitura de um texto de Sigmund Freud quando era residente de Budapeste, despertando especial interesse pela nova forma de compreensão da psique humana inaugurada por Freud. Após o nascimento do interesse de Klein pela psicanálise, a vienense começou a fazer análise com o exímio discípulo da psicanálise freudiana Sandor Ferenczi. Iniciou, em 1916, a sua carreira na psicanálise em uma policlínica de Budapeste. No ano de 1920, conheceu outro expoente do desenvolvimento do movimento psicanalítico Karl Abraham que, impressionado com o talento de Klein, convidou-a para mudar-se para Berlim e realizar análise pessoal com ele. O processo analítico de Klein e Abraham perdurou até o ano de 1925, findado pelo falecimento do último. A convite de Ernst Jones, Klein realiza, em Londres, no ano de 1925, algumas conferências sobre seus trabalhos analíticos realizados até então, em especial aqueles concretizados com crianças (ZIMERMAN, 1999).

Possuindo, como foco principal, a teoria e a técnica psicanalíticas em sua aplicação com pacientes em idade primeva, Klein desenvolveu uma prolífica obra concernente à análise com crianças. Dentre as suas principais contribuições bibliográficas estão os textos: “The development of a child” (1921), “Os princípios psicológicos da análise infantil” (1926), “Notas sobre a formação de símbolos” (1930), “Psicanálise de crianças” (1932), “Notas sobre alguns mecanismos

esquizoides” (1946), “Contribuições à psicanálise” (1948), “Desenvolvimentos em psicanálise” (1952), “Inveja e gratidão” (1957), “Sobre o sentimento de solidão” (1959) e “Narrativa de uma análise infantil” (1961). (SEGAL, 1975).

2.1 Principais Contribuições de Melanie Klein à Psicanálise e Divergências com a Teoria Clássica de Sigmund Freud

Dentre as principais contribuições e aspectos inovadores à psicanálise do trabalho de Melanie Klein, Zimmerman (1999) cita: 1) a implantação de uma nova técnica analítica com crianças, bem como de um novo entendimento a respeito dos processos simbólicos e do trabalho lúdico com crianças; 2) a afirmação da existência de um ego rudimentar inato, divergindo da concepção de Freud de que o ego se consolida em um momento posterior da vivência do sujeito após a onipresença do id no aparato mental do indivíduo; 3) a presença da pulsão de morte, também inata, logo nos primeiros meses de vida da criança e sua canalização em impulsos sádico-orais dirigidos ao seio materno (objeto primário); 4) existência de ansiedades e angústias primárias no repertório psíquico do bebê; 5) disposição de mecanismos de defesa primários, tais como “introjeção”, “projeção”, “identificação projetiva”, “idealização”, “negação onipotente”, “dissociação” etc, para lidar com essas ansiedades e angústias iniciais; 6) a existência de um “mundo interno” da criança, formado por objetos internos relacionados através de fantasias inconscientes; 7) presença psíquica de objetos parciais (seio, pênis etc) no aparato mental do infante; 8) dissociação e cisão de objetos (exemplo: “seio bom” e “seio mau”) e pulsões (exemplo: “destrutivos” e “construtivos”); 9) a definição de “posições psíquicas” - “esquizoparanóide” e “depressiva” – divergentes das etapas do desenvolvimento psicosssexual estabelecidas por Sigmund Freud; 10) a possibilitação da análise com crianças, pacientes psicóticos e regressivos através do desenvolvimento de uma técnica que permitiu analisar conteúdos psíquicos em formas primitivas; 11) situação do “complexo de Édipo” e do “superego” em fases iniciais do desenvolvimento psíquico, antecipando, em termos temporais, a localização cronológica tradicional de S. Freud; 12) a postulação da imprescindível “capacidade de fazer reparações” da criança ou do paciente em análise de objetos que antes cindira; 13) ênfase sobre a inveja primária derivada da pulsão de morte, exemplificada nos ataques sádico-orais da criança dirigidos à mãe; 14) promoção de um redirecionamento do manejo

analítico a situações transferenciais, aos objetos parciais, aos sentimentos e defesas arcaicas do paciente e priorização do trabalho com a transferência negativa.

Algumas das contribuições de Klein citadas por Zimerman, mencionadas acima, merecem destaque por sua relevância ao presente trabalho, tais como: a existência de um ego inato, os ataques sádicos realizados à mãe, a dissociação (cisão) de objetos, especialmente do objeto primário (seio materno) em “seio bom” e “seio mau”, a presença de ansiedades e angústias na vida primária do indivíduo e os mecanismos dispostos para lidar com elas, a representação de objetos totais em objetos parciais (consequência das dissociações/cisões) e, por fim, a indelével contribuição das posições psíquicas esquizo-paranóide e depressiva para o desenvolvimento psíquico do sujeito.

3. CONCEITOS DE “SEIO BOM” E “SEIO MAU” E POSIÇÕES PSÍQUICAS DERIVADAS – “ESQUIZO-PARANÓIDE” E “DEPRESSIVA”

Sendo base estruturante da teoria kleiniana, faz-se necessária a conceituação detalhada das expressões “seio bom” e “seio mau” e das posições psíquicas “esquizo-paranóide” e “depressiva”, conceitos sobre os quais Melanie Klein desenvolve seu pensamento psicanalítico.

A criança, como recurso de sobrevivência psíquica, não consegue vislumbrar num mesmo objeto (mãe) a maldade e a bondade, a mãe que alimenta e a mãe que frustra ao não conceder o alimento desejado, por vezes, aos prantos. Com o afã de negar a coexistência de atitudes ambivalentes na mesma pessoa, a mãe, necessária para a continuação da vida do bebê, este, inconscientemente, cinde sua mãe, sendo uma aquela que trata com afetividade e atende aos anseios da criança, o “seio bom” e a outra aquela que nega amparo e alimento, que frustra, o “seio mau”.

Não raro, os contos de fadas apresentam os personagens cindidos, que é o modo como as crianças dão conta de lidar com as angústias de verem o que interpretam como bondade e maldade em pessoas para elas importante (Bettelheim, 2014) – na história de “Os três porquinhos”, o próprio personagem encontra-se dividido em três, tal formato de apresentação pode auxiliar a criança a reconhecer,

aos poucos, sem se desesperar com toda a complexidade que a compõe, suas diversas formas de ser e estar no mundo.

Para a historiadora da psicanálise Elisabeth Roudinesco (1998, p.550-551), o objeto bom e mau (seio bom e mau) é expressão usada para:

(...) designar uma modalidade da relação de objeto tal como aparece na vida fantasística da criança, que remete a uma clivagem do objeto em bom e mau (por exemplo, mãe boa, mãe má), conforme esse objeto seja sentido como frustrante ou gratificante.

A ideia de objeto cindido, no lugar de se pensar a evolução do sujeito com os rearranjos da relação pulsional e sexual com o objeto, formato este dado por Sigmund Freud, é feita por Klein assim como por Karl Abraham já o havia feito ao dar importância ao como se organiza a atividade fantasística precoce, o que também fora seguido por Jacques Lacan ao teorizar a ideia walloniana do “estádio do espelho” (Roudinesco, 1998).

Segundo o “Dicionário de Psicanálise” (Roudinesco, 1998) esse movimento de perceber a relação entre o eu e os objetos externos, onde se pode incluir os seios bom e mau, despertam a possibilidade de se pensar as relações objetais primeiras como constituintes da psique ao observar “o si mesmo (self) como imagem ou relação com outrem (o outro), com o objeto incorporado, introjetado, projetado, persecutório ou, ao contrário, gratificante e combater o niilismo terapêutico da psiquiatria no terreno do tratamento da loucura e do autismo” (Roudinesco, 1998, p.553).

Klein dimensiona a presença da sensação do objeto bom e mau logo no início da existência do infante, deslocando para tempos primais o início da estruturação da psique e não para fases posteriores como Freud o fez com o complexo de Édipo, que para ele ocorre por volta dos três anos de idade e é base a estruturação psíquica da pessoa. A psicanalista, ao investigar as vivências fantasiosas fontes de dores e prazeres desde a mais tenra idade, abre caminho para a análise de crianças bem pequenas, pois a linguagem não seria base para a análise, podendo substituí-la atividades lúdicas e, ao perceber a possibilidade da análise por vias não verbais-lógicas, abre espaço para a análise de psicóticos.

Interessante notar o quanto, a partir da observação da relação objetal cindida em bem e mal por Melanie Klein, portas se abriram para se esquadrihar searas quase intocadas, como as já citadas análise de crianças bem pequenas e de psicóticos. Objeto bom e objeto mau, ou seio bom e seio mau, devem ser tidos como

estruturas fundantes da psique humana, do *modus operandis* pelo qual cada um desenvolverá suas maneiras de lidar com a vida como um todo.

É importante salientar que, divergindo da concepção tradicional de Sigmund Freud, Melanie Klein acreditava haver um ego formado presente no ato de nascimento do bebê, o que lhe permitiria experimentar ansiedades, angústias e dispor de mecanismos de defesa para manejar essas sensações. Um dos movimentos realizados por esse ego, anteriormente citado pelo próprio Freud, seria a “deflexão da pulsão de morte” a um objeto externo através de um movimento fantasioso (SEGAL, 1975). O movimento de projeção ou de deflexão da pulsão de morte ao objeto consiste em uma cisão (split) do ego que orienta sua agressividade para o objeto, dividindo-o, também, em aspectos bons e ruins, o que gera a idealização do objeto bom e o desenvolvimento de medo e ansiedade persecutória em relação ao objeto ruim. Dessa maneira, a pulsão de morte é investida no objeto ruim, transformando-se em destrutividade e temor a ele e a pulsão libidinal, por sua vez, é investida no objeto bom e idealizado.

Quando confrontado com a ansiedade produzida pelo instinto de morte, o ego o deflete. Essa deflexão do instinto de morte, descrita por Freud, consiste, segundo Melanie Klein, em parte numa projeção e em parte na conversão do instinto de morte em agressividade. O ego se divide (splits) e projeta essa sua parte, que contém o instinto de morte, para fora, no objeto externo original – o seio. Assim, o seio, que é sentido como contendo grande parte do instinto de morte do bebê, é sentido como mau e ameaçador para o ego, dando origem ao sentimento de perseguição. Dessa maneira, o medo original do instinto de morte é transformado em medo de um perseguidor. (...) Ao mesmo tempo, é estabelecida uma relação com o objeto ideal. Assim como o instinto de morte é projetado para fora, a fim de evitar a ansiedade despertada por contê-lo, assim também a libido é projetada, a fim de criar um objeto que irá satisfazer o esforço instintivo do ego pela preservação de vida. O que ocorre com o instinto de morte, ocorre com a libido. O ego projeta parte dela para fora, e o que permanece é usado para uma estabelecer uma relação libidinal com o objeto ideal (SEGAL, 1975, p.37).

Tendo, como objeto primário e original, o seio materno, o bebê, por intermédio desse processo de cisão (split), divide esse seio em objetos distintos com cargas afetivas opostas. Ao passo que o seio bom carrega consigo o caráter de gratificador e canalizador da libido, o seio mau é transformado em persecutório e destinatário da pulsão de morte defletida. Desse modo, é-se elaborada, nessa etapa inicial do desenvolvimento psíquico, a posição esquizo-paranóide, caracterizada pela fragmentação do objeto primário (componente esquizoide) e pelo horror causado por seu aspecto ruim (paranoia).

Assim, bastante cedo, o ego tem uma relação com dois objetos; o objeto primário, o seio, é, nesse estágio, dividido (split) em duas partes: o seio ideal e o seio persecutório. A fantasia do objeto ideal funde-se com experiências gratificantes de amor e alimentação recebidos pela mãe externa real, e é confirmada com essas experiências, ao passo que a fantasia de perseguição funde-se, de modo semelhante, com experiências de privação e sofrimento, as quais são atribuídos pelo bebê aos objetos perseguidores (SEGAL, 1975, p. 37-38).

Nas etapas seguintes do desenvolvimento psíquico do bebê, seu ego torna-se mais amadurecido, bem como seu crescimento fisiológico e sua identificação com objeto ideal ampliam a possibilidade de perceber os objetos em sua totalidade. A tendência à fragmentação, presente na posição esquizo-paranóide, dá lugar a uma crescente capacidade de reparação e reintegração dos objetos. As ansiedades e mecanismos dispostos nos primeiros meses de vida cedem espaço para a possibilidade do sujeito de reconstruir os objetos que antes estiveram cindidos em aspectos bons e ruins. Não obstante, o seio materno também é recuperado em um todo e a criança começa a constatar que amou e odiou um mesmo objeto - o mesmo que gratifica e que frustra. Desse modo, inicia-se uma nova etapa do desenvolvimento psíquico: a posição depressiva.

Se as condições de desenvolvimento são favoráveis, o bebê sentirá cada vez mais que seu objeto ideal e que seus próprios impulsos libidinais são mais fortes do que o objeto mau e do que seus impulsos maus; ele será cada vez mais capaz de identificar-se com seu objeto ideal e, em virtude dessa identificação, bem como em virtude do crescimento fisiológico e do desenvolvimento de seu ego, ele sentirá cada vez mais que este se torna mais forte e mais capaz de se defender e de defender seu objeto ideal. Quando o bebê sentir que seu ego está forte e na posse segura de um objeto ideal forte, ele se sentirá menos temeroso de seus próprios impulsos maus e, portanto, menos impulsionado a projetá-los para fora. Quando diminui a projeção de impulsos maus, diminui também o poder atribuído ao objeto mau, ao passo que o ego se torna mais forte, já que está menos empobrecido pela projeção. Aumenta a tolerância do bebê em relação ao instinto de morte dentro de si mesmo e diminuem seus medos paranóides; a divisão (splitting) e a projeção diminuem, e o impulso para a integração do ego pode tornar-se gradualmente preponderante. (...) Quando os processos integradores se tornam mais estáveis e contínuos, é engendrada uma nova fase de desenvolvimento – a posição depressiva (SEGAL, 1975, p.80-81).

Em consequência da reparação dos objetos e de sua reintegração em objetos e totais, são decorridos sentimentos de luto, culpa e temor de perda do objeto, uma vez que o bebê percebe que o mesmo seio que odiou e ao qual defletiu impulsos destrutivos é o seio que idealiza e que ama, assim como a mãe que o frustra e lhe desperta rancor e ódio é a mãe que lhe gratifica e suscita sensações de prazer. A partir de então, as angústia e ansiedades experimentadas pelo bebê alteram-se, o temor de aniquilamento e os sentimentos persecutórios são

substituídos por confusão em relação a sua ambivalência, por culpa e arrependimento pelos ataques deferidos ao objeto amado e por temor de sua própria capacidade destrutiva (SEGAL, 1975).

No concernente à importância da posição depressiva para o desenvolvimento psíquico, Segal (1975, p.86) assinala:

A posição depressiva marca uma etapa crucial no desenvolvimento do bebê, e sua elaboração é acompanhada de uma radical alteração em sua visão da realidade. Quando o ego se torna mais integrado, quando os processos de projeção diminuem e quando o bebê começa a perceber sua dependência de um objeto externo e a ambivalência de seus próprios instintos e objetivos, ele descobre a sua própria realidade psíquica. O bebê se torna consciente de seus próprios impulsos e fantasias, começando a distinguir fantasia da realidade externa. O desenvolvimento de seu sentido de realidade psíquica está inseparavelmente ligado a seu crescente sentido de realidade externa, e ele começa a diferenciar os dois.

Apesar de, cronologicamente, a posição esquizo-paranóide preceder a depressiva, no dinamismo psíquico do sujeito elas estão em constante flutuações, tal como aponta Steiner (1992). Ora a posição esquizo-paranóide está presente e a depressiva ausente, ora a depressiva presente e a esquizo-paranóide ausente. Esse dinamismo levou Bion a declarar que há um equilíbrio entre elas e, até mesmo, a escrever a notação química: “EP <-> D”.

É importante ressaltar que ambas as posições são necessárias à estruturação psíquica do sujeito, no entanto, quando os processos de cisão ou de luto ocorrem de maneira excessiva, eles podem se tornar patológicos, causando ansiedade excessiva, desmantelamento do self, cisão excessiva de objetos e, até mesmo, loucura/psicose.

A grande descoberta de Melanie Klein está na leitura das fantasias inconscientes do sujeito que desintegram e reintegram os objetos, sempre com um sentimento, uma percepção e uma ansiedade relacionados a cada aspecto desses objetos. Apesar de a nomenclatura parecer indicar estados patológicos, as posições psíquicas esquizo-paranóide e depressiva são fundamentais no desenvolvimento psíquico do sujeito, além de serem mantidos durante toda a sua vida. Cabe ao analista identificar qual é a posição sobressalente no momento e se há excessos relacionadas a tal.

4. RELAÇÃO COM OBJETO PRIMÁRIO E ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA

Em seu artigo “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”, Klein (1991) explicita a importância da cisão de objetos como mecanismo de defesa primário da criança, permitindo-a inibir potenciais ansiedades que perturbam o seu Inconsciente. O objeto primário – seio materno – tem especial relevância nesse processo, pois é o primeiro objeto externo ao qual a criança tem contato, possibilitando a utilização, por parte da criança, de uma projeção primária, com o intuito de defletir a pulsão de morte para o mundo externo, além da introjeção de aspectos bons do seio gratificador como componentes fundamentais ao desenvolvimento da sua personalidade e à sua saúde psíquica.

Tenho expressado com frequência minha concepção de que relações de objeto existem desde o início da vida, sendo o primeiro objeto o seio da mãe, o qual, para a criança, fica cindido em um seio bom (gratificador) e um seio mau (frustrador); essa cisão resulta numa separação entre o amor e o ódio. Sugeri ainda que a relação com o objeto primário implica sua introjeção e projeção e, por isso, desde o início as relações de objeto são moldadas por interação entre introjeção e projeção, e entre objetos e situações internas e externas. Esses processos participam da construção do ego e do superego e preparam o terreno para o aparecimento do complexo de Édipo na segunda metade do primeiro ano (KLEIN, 1991, p.21).

Como fora apontado anteriormente, a relação inicial da criança com o objeto primário é pautada por mecanismos esquizoides, sendo que um mesmo objeto é fragmentado pela criança e “despedaçado”. Esse processo de cisão inicial em relação ao seio materno é caro à compreensão da teoria do desenvolvimento psíquico elaborada por Klein. O bebê percebe o objeto primário como dissociado em aspectos bons e gratificantes, dirigindo a ele uma pulsão libidinal cuja fonte é oral, e aspectos ruins e frustradores, defletindo a pulsão de morte através de impulsos sádicos e canibalescos também originados na região da boca.

Em estados de frustração e ansiedade, os desejos sádico-orais e canibalescos são reforçados, e então o bebê sente ter tomado para dentro de si o mamilo e o seio em pedaços. Portanto, além da separação entre um seio bom e um seio mau na fantasia do bebê, o seio frustrador – atacado em fantasias sádico-orais – é sentido como fragmentado; e o seio gratificador – tomado para dentro sob a prevalência da libido de sucção – é sentido como inteiro (KLEIN, 1991, p.25).

Nesses impulsos iniciais de desintegração e fragmentação do objeto, o próprio ego, de acordo com a visão de Klein, é sucumbido ao processo de esfacelamento. Ao introjetar fragmentos de objetos bons e ruins, torna-se impossível

ao ego que ele próprio não sofra uma modificação na sua estrutura, despedaçando-se em graduação proporcional ao predomínio de processos esquizoides realizados pelo sujeito nessa etapa inicial do seu desenvolvimento psíquico.

Acredito que o ego é incapaz de cindir o objeto, interno e externo, sem que ocorra uma cisão correspondente dentro dele. Desse modo, as fantasias e sentimentos sobre o estado do objeto interno influenciam vitalmente a estrutura do ego. Quanto mais o sadismo prevalece no processo de incorporação do objeto e quanto mais o objeto é sentido como estando em pedaços, mais o ego corre perigo de cindir-se em correspondência aos fragmentos do objeto internalizado (KLEIN, 1991, p.25).

Os mecanismos de defesa primários mencionados – cisão, introjeção e projeção – são cruciais para o desenvolvimento psíquico arcaico do sujeito, no entanto, como alerta Klein, quando realizados de forma excessiva e/ou desequilibrada, eles se tornam potencialmente perigosos no que concerne a processos esquizoides patológicos, como a desintegração permanente do ego, o desenvolvimento de quadros esquizofrênicos e de estados adultos de despersonalização e/ou dissociação.

As várias formas de cisão do ego e dos objetos internos têm por resultado o sentimento de que o ego está despedaçado. Esse sentimento corresponde a um estado de desintegração. No desenvolvimento normal, os estados de desintegração vividos pelo bebê são transitórios. A gratificação por parte do objeto bom externo, entre outros fatores, ajuda reiteradamente a transpor esses estados esquizoides. A capacidade do bebê de superar estados esquizoides temporários está em conformidade com a grande elasticidade e capacidade de recuperação da mente infantil. Estados de cisão e, portanto, desintegração, que o ego é incapaz de superar, que ocorram com muita frequência e perdurem por muito tempo devem ser considerados, ao meu ver, sinal de doença esquizofrênica no bebê; alguns indícios dessa doença podem ser observados desde os primeiros meses de vida. Em pacientes adultos, estados de despersonalização e de dissociação esquizofrênica parecem ser uma regressão a esses estados infantis de desintegração (KLEIN, 1991, p.29).

Por fim, Klein (1991, p.29-30) salienta a importância do “equilíbrio ótimo” entre os processos de introjeção e projeção para o desenvolvimento normal da psique e do ego:

No que diz respeito à personalidade normal, pode-se dizer que o curso do desenvolvimento do ego e das relações de objeto depende da medida em que se pode alcançar um equilíbrio ótimo entre introjeção e projeção nos estágios iniciais do desenvolvimento. Isso, por sua vez, tem relevância para a integração do ego e a assimilação dos objetos internos.

Após cindir o objeto primário e dissocia-lo em aspectos bons e ruins, a criança, por volta do segundo trimestre do primeiro ano, desenvolve o que Klein denominou de “impulso para a reparação” (KLEIN, 1991, p.33), isso significa que o sujeito não está mais tão vulnerável a dispor de ansiedades, defesas e mecanismos

esquizoides arcaicos e começa a desenvolver a capacidade de reparar os objetos que antes cindira e reintegrá-los em um todo bom e gratificador. Em concomitância com essa nova capacidade de reintegração, surgem sentimentos de culpa e temor em perder o objeto amado, uma vez que o sujeito nota que dirigiu a ele ataques destrutivos. Essa transição permite o processo de elaboração inicial da posição depressiva.

(...) Com a introjeção do objeto completo, ao redor do segundo trimestre do primeiro ano, são dados passos importantes para a integração. Isso implica mudanças importantes na relação com os objetos. Os aspectos amados e odiados da mãe não são mais sentidos como tão separados, e o resultado é uma intensificação do medo da perda, estados afins ao luto e um forte sentimento de culpa, porque os impulsos agressivos são sentidos como sendo dirigidos contra o objeto amado. A posição depressiva passa para o primeiro plano (KLEIN, 1991, p.33).

Uma interrupção ou complicação dessa capacidade de reintegração dos objetos, não permitindo a transição da posição esquizo-paranóide para a posição depressiva, pode ter consequências avassaladoras para o desenvolvimento psíquico e a estruturação da personalidade do sujeito, resultando, por vezes, em gênese de quadros esquizofrênicos, formação de fixações, estabelecimento de estados regressivos e desintegrativos e fortalecimento de traços depressivos.

Se o desenvolvimento durante a posição esquizo-paranóide não progrediu normalmente e o bebê não pode, por motivos internos ou externos, fazer face ao impacto das ansiedades depressivas, cria-se um círculo vicioso. Pois, se o medo persecutório e os correspondentes mecanismos esquizoides são muito fortes, o ego não é capaz de elaborar a posição depressiva. Isso força o ego a regredir para a posição esquizo-paranóide e reforça os medos persecutórios e os fenômenos esquizoides anteriores. Fica assim estabelecida a base para várias formas de esquizofrenia na vida futura, pois, quando tal regressão ocorre, não apenas são reforçados os pontos de fixação na posição esquizoide como também há o perigo do estabelecimento de estados de desintegração maiores. Um outro resultado possível seria o fortalecimento de traços depressivos (KLEIN, 1991, p.34).

Ao que foi exposto na presente seção, fica claro a importância da relação objetal primária entre a criança e a mãe, ambos componentes da denominada “díade”, pois, desta relação, pode decorrer uma estruturação psíquica que colabora com a formação de um ego estruturado, que dá conta de se perceber de forma não mais fusionada com o objeto primário, bem como livre do desesperador temor de perde-lo ou, na contramão do desenvolvimento normal da psique, um ego fixado nas sensações primárias de desespero, de perda do objeto primário ou de vê-lo, perenemente, de forma cindida, o que, não raro, pode levar a quadros psicóticos.

5. TIPOLOGIA DA ANSIEDADE

Antes de adentrar à tipologia da ansiedade, é importante ter em vista o que a autora Melanie Klein entende por esse conceito e qual é origem desse mecanismo segundo a sua compreensão, a respeito desses tópicos, ela diz:

Temos razões, creio eu, para supor que algumas funções que encontramos no ego mais tardio lá estão desde o início. Proeminente entre elas é a de lidar com a ansiedade. Considero que a ansiedade surge da operação da pulsão de morte dentro do organismo, é sentida como medo de aniquilamento (morte) e toma a forma de medo de perseguição. O medo do impulso destrutivo parece ligar-se imediatamente a um objeto, ou melhor, é vivenciado como medo de um incontável objeto dominador. Outras fontes importantes da ansiedade primária são o trauma de nascimento (trauma de separação) e a frustração de necessidades corporais. E também essas experiências são sentidas desde o início como sendo causadas por objetos. Mesmo se esses objetos são sentidos como externos, através da introjeção eles se tornam perseguidores internos e assim reforçam o medo do impulso destrutivo interno (KLEIN, 1991, p.24).

Aos tipos de ansiedade experimentadas pelo indivíduo nos estágios iniciais do desenvolvimento, deu-se o nome de “ansiedade persecutória” àquela vivida durante a posição esquizo-paranóide. Por ser uma etapa em que o impulso à reparação não está em plena ativação e pela cisão do objeto primário resultar em temor e sentimentos persecutórios em relação ao objeto ruim, essa ansiedade referida caracteriza-se por uma forte “angústia de aniquilamento”, importante ao desenvolvimento da capacidade de preservação do indivíduo e de sua proteção ante ameaças externas.

Na posição esquizo-paranóide, a ansiedade predominante é a de que o objeto ou objetos perseguidores entrarão no ego e dominarão e aniquilarão tanto o objeto ideal quanto o eu (self). Essas características da ansiedade e das relações do objeto experimentadas durante essa fase levaram Melanie Klein a chama-la de posição esquizo-paranóide, já que a ansiedade predominante é paranoide e já que o estado do ego e de seus objetos é caracterizado pela divisão (splitting), que é esquizoide (SEGAL, 1975, p.38).

Na posição depressiva, por sua vez, as ansiedades vivenciadas pelo bebê não mais se originam do temor em ser aniquilado ou de ter o objeto idealizado destruído pelo(s) o(s) objeto(s) persecutor(es), mas são formadas a partir da percepção do bebê, permitida pela reparação, de que ele próprio odiara e dirigira impulsos destrutivos ao objeto amado e idealizado. Assim, além de experimentar ansiedade depressiva, culpa e luto, o bebê é afetado por sua ambivalência em

relação ao objeto primário, temendo perder o objeto amado pela sua própria destrutividade.

Na medida em que prosseguem esses processos de integração, o bebê se dá conta cada vez mais claramente de que é a mesma pessoa – ele próprio – que ama e que odeia a mesma pessoa – sua mãe. Ele então se defronta com conflitos relativos a sua própria ambivalência. Essa mudança no estado de integração do ego e do objeto traz consigo uma mudança no foco das ansiedades do bebê. Na posição esquizo-paranóide, a principal ansiedade é a de que o ego será destruído pelo objeto ou objetos maus. Na posição depressiva, as ansiedades brotam da ambivalência, e a principal ansiedade da criança é a de que seus próprios impulsos destrutivos tenham destruído ou destruam o objeto que ela ama e do qual depende totalmente. (...) O bebê mais bem integrado, que pode lembrar e reter o amor pelo objeto bom mesmo quando o está odiando, acha-se exposto a novos sentimentos pouco conhecidos na posição esquizo-paranóide: o luto e o anseio pelo objeto bom – sentido como perdido e destruído –, bem como a culpa, uma experiência depressiva característica que surge do sentimento de ter perdido o objeto bom através da própria destrutividade. No auge de sua ambivalência, o bebê acha-se exposto a desespero depressivo (SEGAL, 1975, p.82-83).

Como pode-se enxergar, não apenas os mecanismos de defesa utilizados pelo ego se alteram no decorrer do desenvolvimento psíquico primário, como, também, o tipo de ansiedade experimentada. Ao passo que a ansiedade vivenciada na posição esquizo-paranóide é do tipo persecutório, por caracterizar-se por um terrível pavor em relação ao objeto mau pela possibilidade de este deferir ataques destrutivos ao ego ou ao objeto bom, a ansiedade experimentada na posição depressiva está relacionada ao temor de que o próprio eu possa destruir o objeto idealizado, escancarando a agressão e potencial destrutividade do self em suas relações objetais.

6. PULSÃO DE MORTE E SADISMO ORAL

Em “Inveja e gratidão”, 1957, *apud* Caropreso, Melanie Klein trata da pulsão de morte nas primeiras fases de existência do infante, que se manifesta, sobretudo, por meio do sadismo oral, que corresponde à fase, em que, iniciado o nascimento dos dentes, a criança morde o seio materno, infligindo dor/sofrimento à mãe.

Como a criança bem pequena não se diferencia da mãe, a pulsão da morte, as frustrações e angústias que sente são levados para o seio materno, pois, destruindo o seio materno, a criança dá vazão aos sentimentos destrutivos voltados contra si mesmo, bem como ataca a mãe má, cindida na posição “esquizo-

paranóide”, que o infante deseja, ardentemente, destruir, para que apenas a mãe boa, o seio bom, exista. A partir da posição paranoide, visão da mãe como cindida em boa e má, a criança desenvolve profundo ódio contra a mãe que frustra, desejando exterminá-la, para que apenas a mãe boa exista, investindo sua pulsão de morte contra o objeto “mãe má”.

Importante mencionar que Freud postulou a pulsão de morte, não sendo exclusividade de Klein, que, de acordo com ele, possui raízes na dor do nascimento, oriunda de uma excitação exagerada da qual, o que está a nascer, não dá conta de lidar e, no decorrer da vida, as dores pontiagudas pelas quais a pessoa passa remetem à profunda angústia do nascimento e, por vezes, o psiquismo, para se proteger da dor, sente o desejo de destruir a si mesmo, pois não consegue perceber sua capacidade de lidar com a insuportável dor, estabelecendo-se desejos de morte, pulsão de morte, voltados contra si mesmo.

Como acima mencionado, a pulsão de morte direciona-se tanto a si próprio como, na infância, ao objeto primário mãe-seio.

7. MUNDO INTERNO DO INFANTE

O mundo interno da criança inicia-se no nascimento e é permeado por emoções de diversas ordens, desde o nascimento, sendo ele, a princípio, totalmente fundido com o objeto primário – mãe - e que vai, aos poucos, se diferenciando do objeto primário, por meio de processos complexos, como a percepção de que o objeto mãe e seio materno, que pode gratificar e frustrar, se encontram fora de si. A partir da descoberta da não autossuficiência, a criança passa pela identificação projetiva, direcionando seus afetos, como o de inveja e voracidade, a outrem, o objeto primário. A inveja corresponde ao desejo de destruir o objeto que a criança percebe como possuidor de algo que ela deseja, destarte, a criança, no sadismo oral, anseia destruir o seio materno, que possui a capacidade de saciar sua fome, mas que não é seu, por estar fora de si tal objeto, assim, resta a inveja, o desejo de destruir esse seio que não pertence à criança mas, sim, à mãe, percebida como não mias fusionada – se a criança não pode ter o seio que ela necessita em si, sente inveja, vontade de destruí-lo por invejar a posse de objeto que mãe tem e ela não.

Outro sentimento, não raro, no mundo do infante é a voracidade, que corresponde ao desejo demasiado pelo objeto, para além da necessidade e para além do que o objeto é capaz de ofertar, como a requisição do seio materno além do

que é necessário para a satisfação alimentar, manifesto enquanto desejo de introjetar o objeto desejado, sendo uma introjeção destrutiva, pois, ao se introjetar o objeto, por exemplo, o seio materno, por meio do sadismo oral, a criança destrói o seio da mãe, mordendo-o vorazmente.

O mundo interno da criança é povoado por medo de perder o objeto primário, a mãe, por quem, quando descobri residir nela o mesmo seio que gratifica e frustra, e que, conseqüentemente, lhe gera raiva por conta da frustração, teme perder o afeto materno por odiar a própria mãe; por raiva, por se ver frustrada diante de necessidades que, nem sempre, quem lhe cuida satisfaz-lhe; por angústia depressiva, quando se entristece, profundamente, com as situações angustiantes oras mencionadas, mas que lhe possibilita reintegrar a mãe cindida; por ilusões, tendo em vista que os diversos sentimentos, neste parágrafo mencionados, são fruto delas; por esperança e prazer, ao ser gratificada ou quando descobri que a mãe não a abandonará por ter lhe odiado e que pode continuar a se relacionar com a mãe complexa que existe, de forma afetuosa, ainda que essa mãe não seja estritamente boa.

Em “A psicanálise dos contos de fadas”, 2014, frisa-se a importância do simbólico na elaboração dos conflitos internos da criança. À guisa de exemplo, na história de “Chapeuzinho Vermelho”, o estabelecimento de extremos de bondade, nas figuras de Chapeuzinho, da mãe, da vovozinha e do caçador e da maldade na figura do lobo, auxilia a criança a elaborar a dificuldade inicial de perceber o objeto primário como bom e mau, concomitantemente – apesar de muito de sua dor basear-se em ilusões, para a criança, o que lhe ocorre, acontece no real e, lidar a partir do “faz de conta”, torna mais leve a lida com suas dores infantis, pois sabe ser “de mentirinha”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o seio o objeto de relação primária da criança, o “seio bom” e “seio mau”, o seio que gratifica e que frustra contribui, deveras, para a constituição psíquica do indivíduo, tendo em vista que, desta relação, se estabelecerá muito das formas de a pessoa ser e estar no mundo. Se a criança passou pelas angústias que os primeiros anos de vida infligem e conseguiu reintegrar o objeto primário, a mãe, há maior probabilidade de a pessoa desenvolver relações e formas de viver saudáveis, já não elaboração adequada dos processo “esquizo-paranóide” pode

estabelecer uma psique psicótica, presa às fantasias da infância ou neurótica, no sentido da insegurança das relações, que vai em direção à estruturação de uma psique depressiva já que não alcançou um nível de confiança de que a mãe continuará presente em sua vida, não obstante os problemas, reais e ilusórios, da relação, ou uma estruturação psíquica maniqueísta, incapaz de perceber, na mesma pessoa ou objeto o bem e o mal.

Tendo em consideração os malefícios que a passagem pela infância sem se conseguir resolver as problemáticas à ela inerentes, aqui explanados, urge que os responsáveis pelo processo de cuidado e educação das crianças seja levado a sério e que pais e educadores dediquem-se a oferecer vivências que gerem confiança nas relações e expressão dos sentimentos, seja pela ludicidade, pela fruição das artes – música, dança, teatro, fantoches, dentre outros -, pela fruição dos contos de fadas e, quando desenvolvida, por meio da linguagem. É necessário cuidar da psique infantil para que se tenha mais psiques adultas saudáveis.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. 29. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.

CAROPRESO, Fátima. *Pulsão de morte e experiências precoces em Freud e Melanie Klein*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 387-408, jan./abr. 2015.

KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Tradução da 4ª ed. inglesa; Elias Mallet da Rocha, Liana Pinto Chaves (coordenadores) e colaboradores. – Rio de Janeiro : Imago Ed., 1991.

ROUDINESCO, E. PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. – Rio de Janeiro : Zahar, 1998.

STEINER, J. *O equilíbrio entre as posições esquizo-paranóide e depressiva*. In: BARROS, E.M. Rocha. Conferências clínicas sobre Klein e Bion. Rio de Janeiro : Imago, 1992.

SEGAL, H. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro : Imago, 1975.

ZIMERMAN, D.E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. – Porto Alegre : Artmed, 1999.

MODIFICADORES FENOTÍPICOS DA IDADE DE INÍCIO DA ATAXIA ESPINOCEREBELAR DO TIPO 3: Uma revisão da literatura

FERREIRA, Giovanna Cordeiro – Uni-FACEF
DIAS, Murilo Junqueira Cavalari – Uni-FACEF
CINTRA, Vívian Pedigone – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o grande desafio da universidade, muito mais do que formar alunos que dominem o conhecimento, é formar profissionais que saibam buscá-lo e aplicá-lo na sua prática diária. Para isso, se faz imprescindível a inserção do aluno na vida científica, a qual possibilita a agregação dos saberes, ao permitir que o graduando lide com o desconhecido e encontre novos conhecimentos.

A iniciação científica se dá a partir da estruturação de um projeto que servirá como apoio teórico e metodológico e que proporciona o desenvolvimento das habilidades desejadas para um profissional de nível superior ao exigir a busca de conhecimento sobre o tema pesquisado, o levantamento de problemas e formulação de hipóteses que serão discutidas, o enfrentamento do problema, a coleta e organização de dados e, por fim, a apresentação de resultados e conclusões, colocando o graduando no papel de pesquisador e cobrando comprometimento, seriedade e responsabilidade.

Com base no papel e importância da iniciação científica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a ataxia espinocerebelar do tipo 3, também conhecida por doença de Machado-Joseph (AEC3/DMJ), com particular interesse nos modificadores fenotípicos da idade de início da doença. A presente revisão da literatura servirá de referencial teórico para pesquisa futura, onde serão trabalhados os dados clínicos e demográficos de pacientes diagnosticados com AEC3/DMJ pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

2. OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a AEC3/DMJ, priorizando artigos científicos indexados sobre sua

epidemiologia, suas características clínicas e genéticas e seus modificadores fenotípicos de idade de início.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada na plataforma *Pubmed* utilizando os seguintes descritores do MeSH: "*Machado-Joseph Disease*" AND "*Age of Onset*" (65 artigos) "*Machado-Joseph Disease/genetics*" (437 artigos), "*Machado-Joseph Disease/epidemiology*" (51 artigos), "*Machado-Joseph Disease*" AND "*Alleles*" (61 artigos) "*Machado-Joseph Disease*" AND "*Phenotype*" (76 artigos).

Ao total, foram recuperados 690 artigos e, a partir da leitura dos resumos e entre aqueles que tiveram acesso livre aos usuários do Centro Universitário Municipal de Franca, foram selecionados 89 estudos de delineamento observacional, meta-análise e ensaio clínico, cujo conteúdo se aproximava das seguintes seções que estruturaram a presente revisão bibliográfica: 1) Epidemiologia e prevalência no Brasil e no mundo; 2) Características clínicas e genéticas; 3) Modificadores fenotípicos da idade de início.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. Epidemiologia no Brasil e no Mundo

As ataxias espinocerebelares (AEC) compreendem um grupo heterogêneo de doenças neurodegenerativas de padrão de herança autossômica dominante, as quais atingem obrigatoriamente o cerebelo e suas principais conexões, podendo acometer outros órgãos ou estruturas, como núcleos da base e do tronco encefálico, trato corticoespinal, coluna posterior da medula espinal e retina (BETTENCOURT & LIMA, 2011). São caracterizadas por lenta e progressiva falta de coordenação generalizada da marcha, fala e movimentos, frequentemente associadas a outras manifestações neurológicas e/ou não neurológicas, como incoordenação apendicular, disartria, neuropatia periférica, disfagia, nistagmo e tremor de intenção (HARDING, 1993). Podem ocorrer também, características

adicionais como parkinsonismo, espasticidade, comprometimento cognitivo, retinopatia e mioclonia (KLOCKGETHER *et al.*, 1998).

As AEC são causadas por diferentes tipos de mecanismos de mutações gênicas, tais como deleções, inserções, mutações de ponto e principalmente expansões dinâmicas. Essas expansões ocorrem a partir de um erro na função da enzima DNA polimerase que leva ao aumento de repetições de nucleotídeos, em áreas instáveis de DNA, acima do valor considerado normal em um mesmo locus (RICHARDS & SUTHERLAND, 1992). A repetição mais frequente é a do trinucleotídeo CAG responsável pelas AEC1, AEC2, AEC3, AEC6, AEC7, AEC17 e ADRPL (Atrofia Dentatorrubro Palidoluisiana) (ORR & ZOGHBI, 2007). Atualmente, foram mapeados 38 loci e 30 genes causadores de AEC e identificados 44 subtipos de ataxias espinocerebelares.

A incidência da doença é de aproximadamente três acometidos para cada 100.000 habitantes (SCHÖLS *et al.*, 2004). Entre todas as AEC, a mais comum é a AEC3, também conhecida como Doença de Machado Joseph (DMJ), presente em diversos grupos étnicos. A frequência relativa da DMJ é alta no Brasil (70 – 92%) (JARDIM *et al.*, 2001a; CINTRA *et al.*, 2014; DE CASTILHOS *et al.*, 2014), Portugal (58 – 74%) (SILVEIRA *et al.*, 1998; VALE *et al.*, 2010), China (73%) (GAN *et al.*, 2010), Japão (63%) (SHIBATA-HAMAGUCHI *et al.*, 2009), Países Baixos (44%) (VAN DE WARRENBURG *et al.*, 2002) e Alemanha (42%) (SCHÖLS *et al.*, 1996). No entanto, na ilha das Flores, arquipélago dos Açores, Portugal, a doença atinge o nível de prevalência mais alto do mundo, com 1/103 indivíduos, constituindo assim, um problema de saúde pública (LIMA *et al.*, 2001).

A alta prevalência mundial da AEC3/DMJ em relação às demais AEC é justificada, pelo menos em partes, pela colonização portuguesa açoriana e o período das grandes navegações (MARTINS *et al.*, 2007). Para Sequeiros e Coutinho (1993), a mutação original da AEC3/DMJ teria ocorrido no noroeste de Portugal continental, entre comunidades de judeus sefaraditas. Estes teriam adentrado a península Ibérica com as invasões dos Mouros e, após alojarem-se na junção geográfica entre Portugal e Espanha, chegaram aos Açores donde se difundiram com as expansões comercial e marítima portuguesa. A hipótese baseia-se no fato de que as famílias encontradas ao nível de Portugal continental ali estão vivendo e são dali originárias, sem apresentar nenhuma relação com as ilhas dos Açores,

descobertas em 1432, sendo nessa época inabitadas (SEQUEIROS & COUTINHO, 1993).

Para Martins *et al.* (2007) há duas linhagens precursoras da AEC3/DMJ: o primeiro haplótipo é originário da Ásia e, através da Rota da Seda, foi mais tarde difundido por toda Europa; a outra linhagem, cujas especulações apontam como mutação originária de Portugal, é mais recente, cerca de 1416 ± 434 anos, e sua dispersão pode ser explicada principalmente pelas emigrações portuguesas. Assim, ainda de acordo com Martins *et al.* (2007), a baixa diversidade e a próxima relação filogenética entre os haplótipos de famílias portuguesas e brasileiras sugerem uma relação histórica entre essas duas populações, justificando a alta frequência da AEC3/DMJ no Brasil.

Mesmo dentro de cada país, o padrão de distribuição geográfica da AEC3/DMJ não é homogênea. No Brasil, por exemplo, foram encontradas incidências distintas para cada região do país: no Rio Grande do Sul a prevalência da doença é de 3,5/ 100.000 indivíduos (PRESTES *et al.*, 2008) e sua frequência em relação às outras AEC é de 92% (JARDIM *et al.*, 2001a), enquanto na região nordeste do estado de São Paulo a prevalência é de 5/100.000, com frequência relativa de 70,7% (CINTRA *et al.*, 2014). As diferentes frequências da doença no país muito provavelmente ocorrem devido aos efeitos fundadores e as etnias locais. Esta hipótese também explica a frequência de 93,4% de AEC3/DMJ observada na mesorregião de Ribeirão Preto (CINTRA *et al.*, 2014).

4.2. Características Clínicas e Genéticas

A mutação causadora na AEC3/DMJ consiste na expansão de um trato CAG instável no éxon 10 do gene *ATXN3*, localizado no braço longo do cromossomo 14, na posição 14q32.12 (BETTENCOURT & LIMA, 2011). Consensualmente, os alelos normais para AEC3 variam de 11 a 44 trinucleotídeos CAG e as expansões do gene *ATXN3* apresentam de 60 a 87 repetições, embora já tenham sido relatados indivíduos sintomáticos contendo de 45 a 59 tripletos (SEQUEIROS; SENECA; MARTINDALE, 2010).

Sabe-se que o produto genético oriundo da expansão CAG produz um traço poliglutamínico, mas o mecanismo pelo qual o número aumentado de repetições de poliglutamina danifica os neurônios não está claro. A principal hipótese é a de que o número aumentado de glutaminas altera o dobramento das proteínas,

as quais disparam, de alguma maneira, uma cascata de eventos moleculares que culminam na disfunção e na morte neural (PRICE; SISODIA; BORCHELT, 1998).

Vários pesquisadores têm descoberto que proteínas normais com traços poliglutamínicos (poliQ) desempenham funções em importantes vias metabólicas, tais como interação com fatores transcricionais, modulação da produção proteica e controle do dobramento e degradação proteica através da via ubiquitina-proteassoma (BERKE *et al.*, 2005; EVERT; WÜLLNER; KLOCKGETHER, 2000; LA SPADA; TAYLOR, 2003; LEBRE *et al.*, 2001; MICHALIK; VAN BROECKHOVEN, 2003; NICASTRO *et al.*, 2006; NICASTRO *et al.*, 2005; PARK *et al.*, 2005; VERHOEF *et al.*, 2002). Portanto, alterações dessas funções, como no caso das proteínas com expansão poliQ, levam a um desequilíbrio em vias que mantêm o controle de qualidade da célula (BROUWER; WILLEMSSEN; OOSTRA, 2009). Desta forma, diferentes proteínas celulares passam a ser mal elaboradas, desencadeando um efeito crônico e possivelmente deletério para o neurônio. Três vias parecem estar envolvidas nas doenças de expansão: chaperonas moleculares, ubiquitina-proteassoma e autofagia (SOONG; PAULSON, 2007).

A AEC3/DMJ é caracterizada por apresentar um alto grau de heterogeneidade clínica, bem como uma grande diversificação no grau de incapacidade resultante (KIELING *et al.*, 2007). De acordo com Maruyama *et al.* (1997), é possível reconhecer as manifestações clínicas de maior frequência na AEC3/DMJ.

A síndrome cerebelar, caracterizada por sintomas que englobam ataxia de marcha, dificuldades de articulação verbal e incoordenação de membros superiores, é a manifestação clínica mais frequente. À medida que a doença progride, os pacientes necessitam de apoio bilateral e, em fases avançadas, o elevado grau de ataxia exige que os indivíduos sejam auxiliados em todas as atividades da vida diária. Nesta fase pode surgir, inclusive, a ataxia de tronco, que dificulta até mesmo o equilíbrio do paciente em cadeira de rodas.

Como segundo tipo mais frequente, as manifestações oculares, sobretudo a oftalmoparesia externa progressiva (OEP), caracterizada por paresia dos músculos extrínsecos que produzem o movimento ocular, inicia-se frequentemente por uma limitação precoce da capacidade visual vertical para cima e da convergência. A OEP encontra-se, muitas vezes, acompanhada por diplopia.

Entre outras manifestações oculares de grande frequência, estão o nistagmo e as alterações dos movimentos sacádicos.

A síndrome piramidal, manifestação também frequente na AEC3/DMJ, é caracterizada pela presença variável de hipertonia do tipo espástica e hiper-reflexia osteotendínea, podendo ser também encontrados reflexo masseterino exaltado, clônus dos pés ou das patelas e sinal de Babinski. Ademais, as neuropatias periféricas podem ser identificadas com razoável frequência, envolvendo sintomas como sensação de fraqueza e falta de destreza, dor neuropática, parestesia, disestesia e hipoestesia. A hipotrofia/atrofia, hiporreflexia/arreflexia e fasciculação podem ocorrer em decorrência da existência da neuropatia periférica ou pela desnervação dos neurônios motores, cujos corpos celulares estão localizados no corno anterior da substância cinzenta da medula espinal. Neste último caso, dependendo do grau de extensão da desnervação, pode ser identificada uma doença do neurônio motor inferior, menos frequentemente observada na AEC3/DMJ.

Por último, mas também importante, há as síndromes extrapiramidais, que podem variar desde quadros distônicos até distorções e crispações da face mais tardiamente. É possível ainda encontrar outras manifestações como disfagia, alterações dos nervos cranianos, quadro parkinsoniano, alterações do sono, perda de peso e alterações mentais.

Partindo do pressuposto de diferentes manifestações clínicas que começaram a ser descritas nos anos 70, Coutinho e Andrade em 1978¹⁷ (*apud* MORO *et al.*, 2014) classificaram três subfenótipos clínicos. O subfenótipo tipo 1 (tipo Joseph) é caracterizado por início precoce e curso clínico mais grave, com distonia grave e sinais piramidais, OEP, ataxia de marcha e apendicular; o tipo 2 (tipo Thomas) apresenta idade intermediária de início e déficits predominantemente cerebelares e piramidais com OEP; os pacientes com o tipo 3 (Tipo Machado) apresentam início tardio, com sinais de neuropatia periférica, marcha e ataxia de membros com a presença variável de OEP e sinais piramidais.

Além desses subfenótipos, foram propostas outras variantes, sendo considerados mais quatro subfenótipos. O tipo 4 que consiste na apresentação com

¹⁷ COUTINHO, P.; ANDRADE, C. Autosomal dominant system degeneration in Portuguese families of the Azores Islands. A new genetic disorder involving cerebellar, pyramidal, extrapyramidal and spinal cord motor functions. *Neurology*, 1978;28:703-709.

a tríade parkinsoniana (tremor de repouso, bradicinesia e rigidez), quase indistinguível da doença de Parkinson idiopática responsiva a L- dopa, associada a sinais cerebelares leves e neuropatia sensitivo-motora distal ou amiotrofia; o tipo 5, proposto por Sakai & Kawakami (1996)¹⁸, Kaneko *et al.*(1997)¹⁹ e Teive *et al.*(2001)²⁰ (*apud* MORO *et al.*, 2014), no qual o paciente apresenta paraparesia espástica. Em 1996, foi descrito um paciente com ataxia cerebelar pura, sendo considerado portanto, o tipo 6 (ISHIKAWA *et al.*, 1996²¹ *apud* MORO *et al.*, 2014). Recentemente, Moro *et al.* (2014) descreveram o subfenótipo do tipo 7, caracterizado como uma forma mista que inclui ataxia e parkinsonismo responsivo à levodopa, diferenciando-se do subfenótipo 4 por apresentar uma ataxia muito leve, sinais piramidais marcados, com espasticidade importante e parkinsonismo predominantemente rígido-acinético, estando ausentes tremor, neuropatia sensitivo-motora distal e amiotrofia.

Outra apresentação possível inclui a doença do neurônio motor descrita por Pinto & De Carvalho (2008), caracterizada pela presença de sinais clínicos de acometimento do neurônio motor superior e perda difusa de unidades motoras na eletromiografia.

4.3. Modificadores Fenotípicos da Idade de Início

A idade de início dos sinais e sintomas da AEC3/DMJ ocorre geralmente entre 34 e 40 anos, embora extremos de quatro (CARVALHO *et al.*, 2008) e 78 anos tenham sido relatados (MACIEL *et al.*, 2001). Mesmo estando atribuída a alta frequência da AEC3/DMJ no Brasil a um efeito fundador português, a variabilidade na idade de início da doença entre os dois países foi relatada, sendo constatado que os pacientes brasileiros apresentam sinais e sintomas mais precocemente do que os pacientes portugueses (JARDIM, L. B. *et al.*, 2001; SEQUEIROS & COUTINHO, 1993). Embora não esteja confirmado, a idade de início

¹⁸ SAKAI, T; KAWAKAMI, H. Machado-Joseph disease: a proposal of spastic paraplegic subtype. *Neurology*, 1996;46:846-847.

¹⁹ KANEKO, A. *et al.* A case of Machado–Joseph disease presenting with spastic paraparesis. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 1997;62:542-543.

²⁰ TEIVE, H. A.; IWAMOTO F. M.; CAMARGO, C. H.; LOPES-CENDES, I.; WERNECK, L. C. Machado-Joseph disease versus hereditary spastic paraplegia: case report. *Arq Neuropsiquiatr*, 2001;59:809-811.

²¹ ISHIKAWA, K. *et al.* Pure cerebellar ataxia phenotype in Machado-Joseph disease. *Neurology*, 1996;46:1776-1777.

mais precoce entre brasileiros pode ser resultado da miscigenação racial ou refletir a existência de influências ambientais.

O elevado grau de variabilidade na idade de início da AEC3/DMJ está inversamente relacionada com o tamanho da expansão da região (CAG)n no gene *ATXN3* (BETTENCOURT & LIMA, 2011). Embora estudos funcionais sejam necessários, tem-se sugerido que alelos contendo mais de 65 repetições CAG apresentem maior efeito sobre a idade no início da doença, à medida que as repetições poliglutamínicas da *ATXN3* podem induzir uma alteração conformacional da proteína, conferindo-lhe maior toxicidade (TEZENAS DU MONTCEL *et al.*, 2014).

Ademais, a idade de início também pode ser influenciada pelo fenômeno de antecipação, o qual consiste em um aumento das repetições CAG nos alelos expandidos dos descendentes devido à instabilidade germinal no processo de meiose dos progenitores, sobretudo na meiose masculina, causando também fenótipos mais severos (BETTENCOURT & LIMA, 2011). Ainda na década de 90, tal relação pôde ser observada, uma vez que algumas das maiores expansões relatadas por Zhou *et al.* (1997) foram encontradas em duas crianças chinesas, com início aos 11 e cinco anos de idade, e 83 e 86 repetições CAG, respectivamente.

Entretanto, o tamanho da expansão explica apenas parcialmente (entre 50 a 75%) a variabilidade da idade de início da AEC3/DMJ (MACIEL *et al.*, 1995; MARUYAMA *et al.*, 1995). Embora a influência de fatores ambientais não possa ser excluída, o fato de que a variabilidade dentro de famílias é inferior do que a observada entre diferentes linhagens, apoia a contribuição de outros fatores genéticos, ou seja, da existência de genes modificadores capazes de estimular a variação fenotípica restante.

Já em 2003, Jardim *et al.* avaliaram as repetições polimórficas CAG em outros *loci* (AEC2, AEC6 e ADRPL) e concluíram que o comprimento da repetição do triplete no alelo maior do locus da AEC2 está associado com a gravidade das fasciculações. Oito anos mais tarde, Bettencourt *et al.* (2011) apontaram a apolipoproteína E (APOE) como um modulador da variabilidade fenotípica da AEC3/DMJ, capaz de aumentar o risco do desenvolvimento precoce da doença. A APOE2 mostra-se responsável pelo início da doença 5 anos mais cedo, sendo estatisticamente significativa na variabilidade da idade de início. A baixa afinidade da APOE2 com os receptores de lipoproteínas de baixa densidade nos astrócitos, pode estar associada as manifestações precoces de AEC3/DMJ.

Ademais, Tezenas *et al.* (2014) apontam que entre os pacientes com a doença, aqueles que apresentam alelos normais longos nos genes *ATXN2* e *ATN1* exibem início mais precoce da AEC3/DMJ, ao passo que alelos curtos do gene *HTT* demonstram efeito protetor quando interagem com as expansões da *ATXN3*, elevando a idade de início da doença. Paralelamente, uma série de outros genes também tiveram seu efeito modificador descrito na literatura. Quanto maior a diferença entre os alelos normais dos genes *KCNN3* e *HTT*, mais precoce é a idade de início da doença (CHEN, Z. *et al.*, 2016). Além disso, uma tendência foi observada entre os alelos normais longos dos genes *CACNA1A*, *ATXN7* e *RAI1* em relação à variabilidade da idade de início (CHEN *et al.*, 2016). De maneira oposta, os alelos curtos dos genes *ATXN1* e *KCNN3* tenderam a prolongar a idade de início da patologia (CHEN, Z. *et al.*, 2016). Em relação ao gene *C9orf72*, a presença do alelo intermediário (7–30) nas repetições G₄C₂ em pacientes chineses diminuiu a idade de início da AEC3/DMJ em cerca de três anos (WANG *et al.*, 2015).

A proposição de redes genéticas que contribuem para a variação da idade de início na AEC3/DMJ em uma via dependente de ubiquitina, oferece uma nova perspectiva para a análise de genes candidatos. Nesse sentido, foi proposta a associação entre a ubiquitina e os genes *ATXN3*, *ATXN1*, *ATXN2* e *HTT*, sugerindo interconexões funcionais que afetariam a idade de início da AEC3/DMJ (CHEN *et al.*, 2017).

Recentemente, foi documentada uma notável associação entre o polimorfismo *MT-ND3* na posição 10398A do DNA mitocondrial, fazendo com que uma população chinesa do sexo masculino exibisse os sinais e sintomas da doença três anos mais precocemente que as mulheres, que também apresentavam o polimorfismo (CHEN, S. *et al.*, 2016). De acordo com os autores, o referido polimorfismo seria uma variante genética do gene do complexo I mitocondrial que, uma vez comprometido, produziria mais espécies reativas de oxigênio, levando ao estresse oxidativo. Portanto, os efeitos tóxicos da lesão oxidativa poderiam fortalecer os efeitos tóxicos de traços poliglutamínicos patogênicos mal dobrados, o que resultaria em um início mais precoce da doença em indivíduos do sexo masculino, mais vulneráveis aos efeitos do polimorfismo (CHEN, S. *et al.*, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente revisão da literatura, foi possível identificar diferentes fenótipos clínicos entre os pacientes com AEC3/DMJ, mesmo entre aqueles que exibem a mesma alteração genética. Entretanto, a presença da ataxia é o sinal principal na maioria dos subtipos clínicos.

Perante as atualizações recentes, fica claro que o principal fator de contribuição para a antecipação da idade de início é a expansão do nucleotídeo CAG no gene *ATXN3*, sendo esse fator responsável por aproximadamente 50-75% da antecipação. Outros fatores e genes têm seus efeitos modificadores na idade de início estudados, sendo as pesquisas ainda muito recentes.

O reconhecimento e a identificação dos fatores modificadores da idade de início da doença e a forma como interferem na população acometida podem contribuir para o futuro manejo desta condição, com uma melhora da qualidade de vida da população acometida.

REFERÊNCIAS

- BERKE, S. J. *et al.* Defining the role of ubiquitin-interacting motifs in the polyglutamine disease protein, ataxin-3. **J Biol Chem**, v. 280, n. 36, p. 32026-34, Sep 2005.
- BETTENCOURT, C. *et al.* The APOE epsilon2 allele increases the risk of earlier age at onset in Machado-Joseph disease. **Arch Neurol**, v. 68, n. 12, p. 1580-3, Dec 2011.
- BETTENCOURT, C.; LIMA, M. Machado-Joseph Disease: from first descriptions to new perspectives. **Orphanet J Rare Dis**, v. 6, p. 35, 2011.
- BROUWER, J. R.; WILLEMSSEN, R.; OOSTRA, B. A. Microsatellite repeat instability and neurological disease. **Bioessays**, v. 31, n. 1, p. 71-83, Jan 2009.
- CARVALHO, D. R. *et al.* Homozygosity enhances severity in spinocerebellar ataxia type 3. **Pediatr Neurol**, v. 38, n. 4, p. 296-9, Apr 2008.
- CHEN, S. *et al.* Mitochondrial NADH Dehydrogenase Subunit 3 Polymorphism Associated with an Earlier Age at Onset in Male Machado-Joseph disease Patients. **CNS Neurosci Ther**, v. 22, n. 1, p. 38-42, Jan 2016.
- CHEN, Z. *et al.* (CAG)_n loci as genetic modifiers of age-at-onset in patients with Machado-Joseph disease from mainland China. **Brain**, v. 139, n. Pt 8, p. e41, Aug 2016.

CHEN, Z. *et al.* Ubiquitin-related network underlain by (CAG)_n loci modulate age at onset in Machado-Joseph disease. **Brain**, v. 140, n. 4, p. e25, Apr 01 2017.

CINTRA, V. P. *et al.* Mutational screening of 320 Brazilian patients with autosomal dominant spinocerebellar ataxia. **J Neurol Sci**, v. 347, n. 1-2, p. 375-9, Dec 2014.

DE CASTILHOS, R. M. *et al.* Spinocerebellar ataxias in Brazil--frequencies and modulating effects of related genes. **Cerebellum**, v. 13, n. 1, p. 17-28, Feb 2014.

EVERT, B. O.; WÜLLNER, U.; KLOCKGETHER, T. Cell death in polyglutamine diseases. **Cell Tissue Res**, v. 301, n. 1, p. 189-204, Jul 2000.

GAN, S. R. *et al.* High frequency of Machado-Joseph disease identified in southeastern Chinese kindreds with spinocerebellar ataxia. **BMC Med Genet**, v. 11, p. 47, 2010.

HARDING, A. Clinical features and classification of inherited ataxias. **Adv Neurol**, v. 61, p. 1-14, 1993.

JARDIM, L. *et al.* A survey of spinocerebellar ataxia in South Brazil - 66 new cases with Machado-Joseph disease, SCA7, SCA8, or unidentified disease-causing mutations. **J Neurol**, v. 248, n. 10, p. 870-6, Oct 2001a.

JARDIM, L. *et al.* Searching for modulating effects of SCA2, SCA6 and DRPLA CAG tracts on the Machado-Joseph disease (SCA3) phenotype. **Acta Neurol Scand**, v. 107, n. 3, p. 211-4, Mar 2003.

JARDIM, L. B. *et al.* Machado-Joseph disease in South Brazil: clinical and molecular characterization of kindreds. **Acta Neurol Scand**, v. 104, n. 4, p. 224-31, Oct 2001.

KIELING, C. *et al.* Survival estimates for patients with Machado-Joseph disease (SCA3). **Clin Genet**, v. 72, n. 6, p. 543-5, Dec 2007.

KLOCKGETHER, T. *et al.* The natural history of degenerative ataxia: a retrospective study in 466 patients. **Brain**, v. 121 (Pt 4), p. 589-600, abr. 1998.

LA SPADA, A. R.; TAYLOR, J. P. Polyglutamines placed into context. **Neuron**, v. 38, n. 5, p. 681-4, Jun 2003.

LEBRE, A. S. *et al.* Ataxin-7 interacts with a Cbl-associated protein that it recruits into neuronal intranuclear inclusions. **Hum Mol Genet**, v. 10, n. 11, p. 1201-13, May 2001.

LIMA, M. *et al.* Disease knowledge and attitudes toward predictive testing and prenatal diagnosis in families with Machado-Joseph disease from the Azores Islands (Portugal). **Community Genet**, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2001.

MACIEL, P. *et al.* Correlation between CAG repeat length and clinical features in Machado-Joseph disease. **Am J Hum Genet**, v. 57, n. 1, p. 54-61, Jul 1995.

MACIEL, P. *et al.* Improvement in the molecular diagnosis of Machado-Joseph disease. **Arch Neurol**, v. 58, n. 11, p. 1821-7, Nov 2001.

MARTINS, S. *et al.* Asian origin for the worldwide-spread mutational event in Machado-Joseph disease. **Arch Neurol**, v. 64, n. 10, p. 1502-8, Oct 2007.

MARUYAMA, H. *et al.* Molecular features of the CAG repeats and clinical manifestation of Machado-Joseph disease. **Hum Mol Genet**, v. 4, n. 5, p. 807-12, May 1995.

MARUYAMA, H. *et al.* CAG repeat length and disease duration in Machado-Joseph disease: a new clinical classification. **Journal of Neurological Sciences**, v. 152, p. 166 –171, May 1997

MICHALIK, A.; VAN BROECKHOVEN, C. Pathogenesis of polyglutamine disorders: aggregation revisited. **Hum Mol Genet**, v. 12 Spec No 2, p. R173-86, Oct 2003.

MORO, A. *et al.* Spinocerebellar ataxia type 3: subphenotypes in a cohort of brazilian patients. **Arq. Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 72, n. 9, p. 659-662, Setembro 2014.

NICASTRO, G. *et al.* Structure validation of the Josephin domain of ataxin-3: conclusive evidence for an open conformation. **J Biomol NMR**, v. 36, n. 4, p. 267-77, Dec 2006.

NICASTRO, G. *et al.* The solution structure of the Josephin domain of ataxin-3: structural determinants for molecular recognition. **Proc Natl Acad Sci U S A**, v. 102, n. 30, p. 10493-8, Jul 2005.

ORR, H. T.; ZOGHBI, H. Y. Trinucleotide repeat disorders. **Annu Rev Neurosci**, v. 30, p. 575-621, 2007.

PARK, Y. *et al.* Proteasome function is inhibited by polyglutamine-expanded ataxin-1, the SCA1 gene product. **Mol Cells**, v. 19, n. 1, p. 23-30, Feb 2005.

PINTO, S.; DE CARVALHO, M. Machado-Joseph disease presenting as motor neuron disease. **Amyotroph Lateral Scler**, v. 9, n. 3, p. 188-91, Jun 2008.

PRESTES, P. R. *et al.* Machado-Joseph disease enhances genetic fitness: a comparison between affected and unaffected women and between MJD and the general population. **Ann Hum Genet**, v. 72, n. Pt 1, p. 57-64, Jan 2008.

PRICE, D. L.; SISODIA, S. S.; BORCHELT, D. R. Genetic neurodegenerative diseases: the human illness and transgenic models. **Science**, v. 282, n. 5391, p. 1079-83, Nov 1998.

RICHARDS, R.; SUTHERLAND, G. Dynamic mutations: a new class of mutations causing human disease. **Cell**, v. 70, n. 5, p. 709-12, set. 1992.

SCHÖLS, L. *et al.* Autosomal dominant cerebellar ataxias: clinical features, genetics, and pathogenesis. **Lancet Neurol**, v. 3, n. 5, p. 291-304, mai. 2004.

SCHÖLS, L. *et al.* Relations between genotype and phenotype in German patients with the Machado-Joseph disease mutation. **J Neurol Neurosurg Psychiatry**, v. 61, n. 5, p. 466-70, Nov 1996.

SEQUEIROS, J.; COUTINHO, P. Epidemiology and clinical aspects of Machado-Joseph disease. **Adv Neurol**, v. 61, p. 139-53, 1993.

SEQUEIROS, J.; SENECA, S.; MARTINDALE, J. Consensus and controversies in best practices for molecular genetic testing of spinocerebellar ataxias. **Eur J Hum Genet**, Feb 2010.

SHIBATA-HAMAGUCHI, A. *et al.* Prevalence of spinocerebellar degenerations in the Hokuriku district in Japan. **Neuroepidemiology**, v. 32, n. 3, p. 176-83, 2009.

SILVEIRA, I. *et al.* Analysis of SCA1, DRPLA, MJD, SCA2, and SCA6 CAG repeats in 48 Portuguese ataxia families. **Am J Med Genet**, v. 81, n. 2, p. 134-8, Mar 1998.
SOONG, B. W.; PAULSON, H. L. Spinocerebellar ataxias: an update. **Curr Opin Neurol**, v. 20, n. 4, p. 438-46, Aug 2007.

TEZENAS DU MONTCEL, S. *et al.* Modulation of the age at onset in spinocerebellar ataxia by CAG tracts in various genes. **Brain**, v. 137, n. Pt 9, p. 2444-55, Sep 2014.

VALE, J. *et al.* Autosomal dominant cerebellar ataxia: frequency analysis and clinical characterization of 45 families from Portugal. **Eur J Neurol**, v. 17, n. 1, p. 124-8, Jan 2010.

VAN DE WARRENBURG, B. *et al.* Spinocerebellar ataxias in the Netherlands: prevalence and age at onset variance analysis. **Neurology**, v. 58, n. 5, p. 702-8, Mar 2002.

VERHOEF, L. G. *et al.* Aggregate formation inhibits proteasomal degradation of polyglutamine proteins. **Hum Mol Genet**, v. 11, n. 22, p. 2689-700, Oct 2002.

WANG, C. *et al.* Analysis of the GGGGCC Repeat Expansions of the C9orf72 Gene in SCA3/MJD Patients from China. **PLoS One**, v. 10, n. 6, p. e0130336, 2015.

ZHOU, Y. X. *et al.* Machado-Joseph disease in four Chinese pedigrees: molecular analysis of 15 patients including two juvenile cases and clinical correlations. **Neurology**, v. 48, n. 2, p. 482-5, Feb 1997.

NOME SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

MARTINS, Juliana de Paula – FAFRAM
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – FAFRAM

1. INTRODUÇÃO

O nome é o elemento responsável para identificar e individualizar o ser humano, o nome é a moldura do indivíduo. É protegido por lei, é único, um direito absoluto, impenhorável, inalienável. Assim, como quase tudo nos caracteriza, a identidade é como a pessoa é reconhecida e definida como indivíduo na sociedade, portanto a identidade de gênero é como a pessoa se identifica, é a maneira como alguém se apresenta para si e para as demais pessoas independentemente do sexo biológico e da sua orientação sexual. Por isso podemos dizer que o gênero é uma construção social e não uma genitália.

Logo, Uma pessoa trans é aquela que se identifica com o gênero diferente do registrado no seu nascimento de acordo com sua genitália. O objetivo deste presente trabalho é investigar a importância e analisar as diferenças sobre a orientação sexual e identidade de gênero e o uso do nome social nas instituições de ensino. Avaliar a respeito do uso do campo “nome social” em formulários de inscrições e tratamento em faculdades e universidades. Pra quem ele é permitido, e onde usar, como por exemplo, um aluno não quer ser chamado por seu nome civil. Para a metodologia para o desenvolvimento deste trabalho, estivemos em contato com pesquisas realizadas recentemente sobre a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e o uso do nome social nas instituições de ensino superior.

A diferença entre orientação sexual e identidade de gênero foi introduzida de forma clara e precisa nos “Princípios de Yogyakarta”, que foram reproduzidos, no Brasil, e pela Resolução CNCD/LBGT nº. 12 de 16 de Janeiro de 2015. O Decreto nº 8727 de 28 de Abril de 2016 trouxe às travestis um grande reconhecimento aos direitos sociais e civis que tanto almejavam. Isto posto que o decreto permita a utilização do Nome Social na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A universidade não é um mero espaço para ensino. Ela é um espaço para disseminação de conhecimento, e, mais do que isso, é um

ambiente para formação humana, é a construção de sujeitos críticos aptos à modificação da realidade social.

O uso do nome social não constitui unicamente a possibilidade de adoção de um prenome não formalizado pela norma jurídica. Passam assim a ter um início de possibilidade de substituir os perigos ocasionados pela vida violenta da noite nas esquinas pela visão de uma sociedade que começa a olhar para eles e reconhece-os como “pessoa”, portanto, sujeitos de direitos. A possibilidade do uso do nome social nas instituições de ensino é prática extremamente importante para a permanência dos estudantes travestis e transexuais, respeitando os direitos humanos, a pluralidade, a dignidade humana, a isonomia e a identidade dessas pessoas.

2. A EVOLUÇÃO DO NOME SOCIAL: DA HISTÓRIA AOS DIAS ATUAIS

Todo o indivíduo, por habito, convivência em grupo e muitas vezes por sobrevivência, se viu com a obrigação da utilização de um meio de identificação: o nome.

Com o intenso crescimento e, conseqüentemente o desenvolvimento da sociedade, desde os povos mais remotos, houve uma necessidade de identificação diante dos demais. Passamos assim a nos identificar, nos individualizar com um mecanismo que pudesse nos distinguir das outras pessoas, dos outros grupos desta sociedade.

Estas considerações são firmadas inicialmente pela tradição religiosa. Com efeito, antes do aparecimento da primeira mulher, rezam as Sagradas Escrituras que “tendo o Senhor formado da terra todos os animais terrestres e todas as aves do céu, levou-os diante de Adão para ele ver como os HAVIA DE CHAMAR; e todo o NOME que Adão pôs aos animais vivos este é o seu verdadeiro NOME. E Adão pôs nomes convenientes a todos os animais domésticos a todas as aves do céu, e a todos os animais selváticos...”. (FRANÇA, 1964, p.24.).

Nas sociedades mais primitivas, o ser humano era caracterizado com apenas um nome. Este era sua identificação no seu âmbito familiar. O nome era uma criação familiar. Havia vários motivos que poderiam influenciar na criação do nome para aquele indivíduo. Por ser uma sociedade altamente patriarcal, o nome poderia ser uma derivação do nome do pai, um acontecimento histórico da

comunidade, características do parto ou traços da criança, a relação com os ancestrais.

Conforme as comunidades iam aumentando, as cidades evoluindo, a relação entre o homem tornou-se mais complexa e abrangente, sendo necessário um complemento no nome, complemento este visando à caracterização deste ser humano perante a sociedade e do grupo que ali vivia. Para evitar a confusão de nomes, somente essa distinção era ineficiente e foi surgindo à necessidade adaptação, algo que tornasse o ser humano mais individualizado na sociedade que vivia.

O povo romano foi um dos primeiros povos a adotar um nome complexo, com um característico personalíssimo, sendo formado pelo *prenomen* que designava a própria pessoa, o *nomen gentilicium* indicativo de sua origem e comum a todos, e o *cognomen*, utilizado apenas pelos homens, apontava a origem hereditária, muitas vezes patriarcal. O nome dos patriciados era formado pelos três elementos, sendo que o da plebe era composto por um ou dois elementos apenas.

Para Ouaknin&Rotnemer (1993), o nome tem três grandes funções: de identificação, de filiação e de projeto. A função de identificação vem na figura de particularizar o indivíduo no contexto social em que está inserido e assim produzir reflexos perante a sociedade. É sua forma de distinção acerca dos demais que o rodeiam.

Como complemento da função de identificação, a filiação nos traz um histórico de onde o indivíduo vem, é uma forma de indicar a sua estirpe. É a partir da função filiação que passamos a entender o contexto sucessório, de transmissão do nome de família.

O nome é a moldura do indivíduo, é a base da sua identidade. O significante do nosso nome contém, numa alquimia fundadora, o desejo de nossos pais, assim dar o nome à alguém nos leva a última função do nome: projeto. Projetar o nome é simplesmente categorizar alguém, é pensar em como esse nome será levado pelo indivíduo por toda sua vida. Se será um nome de força, de presença, de como ele será lembrado pelo os demais.

Com o tempo os nomes passaram a adotar as profissões, a origem geográfica, etc, ficando, portanto, cada vez mais, individualizado no ambiente em que vivia e evitando as homonímias, oferecendo um sistema mais complexo, composto agora de nome e sobrenome

Exemplifica Venosa (2012, p.192):

Vem daí, por necessidade, um sobrenome, como hoje concebemos vulgarmente, tirado de uma acidente geográfico ligado ao nascimento (do Porto); de uma profissão (Ferreiro); de uma sinal pessoal (Branco, Manco, Baixo); de uma planta (Pereira); de um animal (Coelho); ou então se recorria ao genitivo para designar a origem, como Afonso Henriques (filho de Henrique); Smithson (filho de Smith) etc.

Posteriormente, já na Idade Moderna e contemporânea, os nomes começaram a ser acompanhados pelos nomes de família (sobrenomes). Embora o Estado não tivesse preocupação em regulamentar essa questão, já havia uma necessidade de que a matéria tratada se envolvesse nas questões sociais da época.

Logo, nos tempos modernos, nessa sociedade que conhecemos, usa-se o nome de uma forma mais complexa, sendo que nosso sistema brasileiro e de acordo com a Lei de Registros Públicos nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973, no seu artigo 54, § 4º, onde no nascimento, a criança terá nome e prenome, este contemplado pelo nome da família, conhecido vulgarmente como sobrenome.

Passou, a partir daí, a introduzir o nome de família, ou como popularmente chamamos de sobrenome. O sobrenome, prenome ou nome de família é usado até nos dias de hoje e está previsto no nosso ordenamento jurídico conforme Artigo 16 do Código Civil.

O nome é de tão importância perante a sociedade e a legislação brasileira que possui características de Interesse Público e de Interesse Privado. Por possuir dupla função que o princípio que o rege é o da imutabilidade, onde garante a correta identificação das pessoas na sociedade. Possui previsão legal própria, onde a Lei de Registros Públicos nº 6015/73 disciplina o direito ao nome e o dever do seu exercício.

2.1. Direito à Identidade do Nome

O nome é elemento de identificação do ser humano, é protegido por lei, é único, um direito absoluto, impenhorável, inalienável, indisponível, intransmissível, não pode ser valorado economicamente, é irrenunciável. Possui caráter obrigatório, pois toda pessoa ao nascer tem que receber um nome. Não pode ser empregado por terceiros em publicação que exponham ao desprezo público e não pode ser colocado em propagandas comerciais sem a autorização do seu portador. É uma série de elementos que vai da concepção histórica – familiar, dos conceitos religiosos e sociais para sua formação.

Segundo Código Civil (BRASIL, 2002) toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. O nome é o elemento que caracteriza o indivíduo na família, na sociedade em que está inserido e dos demais membros do grupo.

O nome não é apenas um direito, mas sim um dever, um dever de ser identificado socialmente cumprindo sua função social. É um dever de levar em sua personalidade um nome digno perante o seu círculo de influências. É um bem tutelado juridicamente.

A proteção do nome vai muito além, atingindo também o pseudônimo, “o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL, 2002).

O pseudônimo, ou como muitos se titulam “o nome criado pelo autor em sua obra”, ou seja, um falso nome, um nome fictício. Por ter proteção jurídica como nome fosse, quando corretamente registrado, ninguém mais poderá se utilizar desse nome. Designam qualidades, defeitos, características do seu titular, profissão, etc. Por ser de fácil memorização, é uma forma de *marketing* pessoal do seu titular. Apesar de ser tutelado, este não poderá ser utilizado para as obrigações na vida civil.

Para Venosa (2004, p. 209)

O nome é, portanto, uma forma de individualização do ser humano na sociedade, mesmo após a morte. Sua identidade é tão notória que há exigências para que sejam atribuídos nomes a firmas, navios, aeronaves, ruas, praças, acidentes geográficos, cidades etc. o nome, afinal, é o substantivo que distingue as coisas que nos cercam, e o nome da pessoa a distingue das demais, juntamente com os outros atributos da personalidade, dentro da sociedade. É pelo nome que a pessoa fica conhecida no seio da família e da comunidade em que vive. Trata-se da manifestação mais expressa da personalidade.

Assim, o reconhecimento do nome nos dá direito de defender a nossa vida, identidade, liberdade, privacidade, honra, imagem, opção sexual, são aspectos próprio da pessoa

Cabe salientar que o nome tem grande importância no âmbito social em que vivemos, sendo tutelado e protegido, contendo um capítulo no Código Civil tratando tão somente do Direito à Personalidade. Ao tutelar o nome, seu objeto é salvaguardar a identidade do ser humano.

Por muito tempo, o nome era algo imutável, sendo que seu titular o carregaria por toda sua vida. Sendo assim, o artigo 58 e parágrafo único da Lei

6015/1973 trouxe as possibilidades de alteração do nome mediante autorização judicial e situações de caráter extraordinárias, particulares e justificáveis.

Para evitar situações de humilhação, dor psicológica, constrangimento ou situações vexatórias, o nome social vem como uma ideia de solução para esses conflitos. É uma forma de contornar todo esse trauma psicológico que as travestis e transexuais possuem por optar por um gênero diferente daquele do seu nascimento. É uma tentativa de auto aceitação, para que estes consigam se integrar na sociedade.

Para Quintanilha (1992) quando se tem a possibilidade de alterar o nome, damos uma nova postura, uma nova formação, temos um novo ser humano. Alterar é diferente de retificar. Retificar vai apenas corrigir algo o que já foi feito. Alterar o nome trás a possibilidade de uma autoimagem positiva e aceitação àquele transgênero insatisfeito com o corpo que pertence.

3. IDENTIDADE DE GÊNERO E A TRANSEXUALIDADE

O ser humano nasce dotado de determinadas características biológicas que o enquadra como um indivíduo do sexo masculino ou feminino. Partindo dessa premissa, nosso gênero estaria intimamente ligado ao nosso sexo biológico. Ou seja, se nascemos do sexo feminino, se temos uma vagina, obrigatoriamente deveríamos ser atraídos por pessoas do sexo masculino – quem tem um pênis e vice – versa.

As pessoas têm o direito de serem nomeadas e reconhecidas pelo modo como se identificam com as outras pessoas e assim sejam respeitadas. “Toda pessoas tem o direito de ser igual quando a sua diferença o inferioriza; e todos têm o direito a ser deferentes quando a sua igualdade os descaracteriza” (HOGEMANN, 2017, p. 217).

Sexo não é gênero e gênero não é sexo. Sexo seriam as características para a reprodução biológica, é apenas uma peculiaridade anatômica (JACQUES, 2001). Gênero serve, portanto, para determinar toda a nossa cultura social, assim não existimos sem ter relações sociais, é uma forma de organização social do sexo. Sexo é o construído naturalmente e o gênero é nossa construção social.

Assim, como quase tudo que nos caracteriza, nosso gênero é construído pelas experiências que temos na vida, com quem mantemos contato, em que condições vivemos, em que cultura estamos, experiências que passamos, entre diversas outras coisas. Por isso podemos dizer que o gênero é uma construção social e não uma genitália. Gênero é com a sociedade vê as transformações ocorrentes é um homem e em uma mulher, é a cultura de imagens que prevalecem em cada ser (JAQUES, 2001).

A Identidade de gênero é como a pessoa se identifica, é a maneira como alguém se apresenta para si e para as demais pessoas independentemente do sexo biológico e da sua orientação sexual. Sexo é biológico, gênero é social. A identidade de gênero pode ser identificada como o mesmo que lhe foi atribuído no seu nascimento, conhecido como cisgênero, ou com gênero diferente daquele que lhe foi dado no seu nascimento, que são chamados de transgêneros ou transexuais.

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012, p.8).

Ter um papel de gênero “adequado” na sociedade é nos ensinado desde o nascimento e essa mesma sociedade nos ensina que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém essa construção da identidade de homem ou mulher não é um fato biológico e sim social.

Uma pessoa trans é aquela que se identifica com o gênero diferente do registrado no seu nascimento de acordo com sua genitália. Assim, um homem trans é aquele que nasceu com uma vagina e se identifica com o gênero masculino; enquanto uma mulher trans é aquela que nasceu com um pênis, mas se identifica com o gênero feminino e, tanto um como outro, podem ter qualquer orientação sexual.

Não podemos confundir identidade de gênero com orientação sexual. Assim, este está relacionado como a afetividade ou a sexualidade do indivíduo, podendo se relacionar com pessoas do mesmo sexo, sexo diferente, homossexual, heterossexual, bissexual, etc. Já identidade de gênero é como o indivíduo expressa a sua personalidade. Ambas as expressões não possuem correlação lógica. Não devem ser usados como sinônimos e devem ser entendidos em sua complexidade e singularidade na formação de cada ser humano.

A diferença entre orientação sexual e identidade de gênero foi estabelecida de forma clara nos “Princípios de Yogyakarta”, que foram reproduzidos, no Brasil, pelas recentes resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). A Resolução nº. 11 de 18 de dezembro de 2014, assim disciplinadas:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.

§ 1º. Para efeitos desta Resolução, considera-se, de acordo com os Princípios da Yogyakarta:

I - Orientação sexual "como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas: e

II - Identidade de gênero "a profundamente sentida, experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporais por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos" (grifo da autora).

A ciência médica tem se utilizado do termo “transgenderismo” para se referir aos pacientes que possuem determinação física de um sexo, mas identificam-se, psicologicamente, com outro. Em outras palavras, trata-se de “um homem em corpo de mulher” ou “uma mulher em corpo de homem”.

Os transexuais são pessoas que fenotipicamente pertencem a sexo definido, mas psicologicamente ao outro e se comportam segundo este, rejeitando aquele. Não obtém resultado psicoterápico eficiente e buscam obsessivamente a “correção” do sexo morfológico, por meio de cirurgia radical (MARANHÃO, 1996, p. 134),

Transexuais são aqueles que se identificam com o sexo diferente do seu biológico, apresentam identidade de gênero diferente daquele imposto ao seu nascimento. O gênero de uma pessoa não é destinado no seu nascimento, mas sim um conjunto cultural da sociedade em que esta pessoa está inserida.

Diante de uma sociedade preconceituosa em que o transexual se encontra este muitas vezes, guardam para si um sentimento de dor, angústia por medo de não se assumirem perante amigos, família e sociedade.

Ser transexual é não haver compatibilidade entre o sexo biológico e o sexo psicológico, é não aceitar a sua identidade de registro e se identificar com outro gênero. São pessoas que se enxergam com sexo oposto e se comportam como tal.

Para Arán (2006) a transexualidade é um fenômeno complexo, é um sentimento de não pertencer ao corpo, ao seu sexo anatômico, é um incoerência entre sexo e gênero. Os transexuais são pessoas que possui identidade de gênero diversa do seu sexo biológico.

Ser transexual no nosso país é ter a certeza da exclusão, é não ter direitos civis e nem o reconhecimento de sua identidade (JESUS, 2012). Ser transexual no Brasil é viver em uma eterna angustia pela vida dupla que se tem decorrente da não identificação sexual. É a difícil tarefa de não poder-se admitir que tal característica o torna feliz, ou quando se admite, é uma crucificação daqueles tratados como “normais”, é a violência e o ódio na classe socialmente desprotegida.

Hoje o termo transexualidade é tratado como uma doença, um transtorno psicológico (Transtorno de Identidade de Gênero) tendo como Classificação Internacional de Doença – CID 10 – sob o código nº F64. Esse diagnóstico, acompanhado de outros laudos, vem para que os transexuais consigam a mudança do seu nome civil para o nome social e para a cirurgia de transgenitalização. Mas seria um equívoco tratar a transexualidade como uma doença e distúrbio mental. Classificar um transexual como doente mental é aumentar o estigma e a rejeição. Não há cura, pois não existe doença, necessita-se, sim, de esforços institucionais para reconhecer a diversidade, promover a inclusão e garantir direitos.

Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva diferente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária, é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero no corpo (BENTO, 2008, p.16).

Fazer uma cirurgia de mudança de sexo, para um transexual pode significar a mudança da vida desses indivíduos. Uma forma de interação social, de socialização, é um meio de adaptar a realidade do transexual para ficar em harmonia com o seu sexo psicológico (ARAUJO, 2000). É uma forma de buscar o equilíbrio mente-corpo. O acesso à cirurgia de transgenitalização percebido como meio eficiente de construção de ideais de cidadania e dignidade.

O procedimento inicial para a realização da cirurgia deve estar acompanhado de autorização judicial com base na Resolução nº 1955 de 2010 do Conselho Federal de Medicina que autoriza a cirurgia de transgenitalização desde que feita em hospital público e deverá obedecer também a avaliação do endocrinologista, além do médico psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social.

A cirurgia de transgenitalização é considerada uma das etapas mais importante no tratamento de transexualismo, pela possibilidade de adaptar a morfologia genital ao sexo com o qual o indivíduo se identifica. Não é apenas uma cirurgia de mudança de sexo, é uma adaptação, uma colocação de uma aparência física condizente com o seu verdadeiro sexo (VIEIRA, 1996).

O processo para a cirurgia de transgenitalização leva no mínimo dois anos e está vinculado a uma equipe multidisciplinar que tem por meta a verificação da patologia da/o paciente. E mesmo depois da cirurgia deve haver um acompanhamento pós-operatório, no sentido de garantir a inclusão social das/os transexuais.

Para que o procedimento possa ser realizado deverá haver um diagnóstico de transexualismo, este deverá ter idade superior à maior de vinte e um anos e atestar a ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia. Tal operação deverá ser feita em hospitais universitários ou públicos adequados à pesquisa, com o devido diagnóstico que deverá confirmar “o desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais; perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto [...]” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010) e um relatório de psiquiatria, comprovando a necessidade terapêutica e declarando ser caso de transexualismo, e de um psicólogo, acompanhado de testes variados indicativos de equilíbrio emocional e do maior ou menor grau de feminilidade etc. Será necessária a pesquisa dos cromossomos sexuais, de cromatina sexual e de dosagens hormonais.

O serviço será prestado pelos SUS na sua integralidade, de acordo com a portaria GM/MS 1707/08 promovendo um atendimento livre de discriminação com sensibilização dos trabalhadores da área da saúde respeitando as diferenças e com acesso à dignidade humana.

4. NOME SOCIAL

O nome social pode ser definido como um nome civil que não aderiu à personalidade da pessoa natural, portanto é o prenome que é utilizado publicamente distinto do nome civil de quem o utiliza. É permitido aos transexuais e, em alguns casos, na vida escolar, quando, por exemplo, um aluno não quer ser chamado por seu nome civil. É uma reflexão sobre as possíveis identidades e a transitoriedades que decorrem das construções sociais, culturais e indenitárias nesse olhar pós-moderno

Sob o prisma sociológico, o nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade. É, portanto, o nome usualmente empregado nas relações diárias do indivíduo, uma vez que a vida cotidiana não exige os rigorismos da exibição de documentos oficiais para interagir com outras pessoas.

Segundo Lima (2011, p. 727-728):

É fato que o ordenamento jurídico não dispõe de norma explícita que permita a readequação civil do transexual como o faz no sentido biológico. Todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem reafirmando o entendimento de que a ausência de norma expressa não constitui óbice à proteção da dignidade e ao exercício da cidadania das pessoas submetidas ao procedimento redesignação sexual. Nesse particular, a retificação para a alteração do sexo e do prenome do transexual no registro civil tem sido considerada por essa Corte como condição sinequa non para a concretização do princípio da dignidade humana.

Pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e em respeito ao direito fundamental à saúde – pois a saúde psicológica e social está em jogo nesse processo – a população transexual tem o direito de ser chamado por aquele nome que seu gênero se identifica e não por aquele imposto pela sua genital.

A diversidade sexual e o direito à cidadania nos traz ao tema central deste trabalho, em que o nome social vem como uma busca e proteção para as travestis e transexuais como uma forma de garantir o respeito à livre orientação sexual e liberdade da identidade de gênero da pessoa.

O nome social não é apenas uma conquista das travestis e transexuais, mas sim um avanço de toda a população LGBT na sociedade brasileira, para reconhecer que o “diferente” não os inferioriza e nem os descaracteriza, traz o direito e a possibilidade de torná-los visível perante essa sociedade cheia de padrões inalcançáveis.

Para Lohanne (2014), nome social não é um apelido, mas sim uma adequação do nome para que prováveis constrangimentos não ocorram, sendo sua distinção a falta de aderência do nome civil à pessoa trans, como por exemplo, uma transexual feminina ser chamada pelo nome masculino, ou um transexual masculino ser chamado pelo nome feminino, eis que aquele nome não representa mais a natureza vivida.

As situações vexatórias, violentas e opressoras contra todas as pessoas travestis e transexuais, estão relacionadas com a não aceitação dessas pessoas pelos demais por estes não se enquadrarem nos padrões socialmente toleráveis, são os principais fatores que colaboram com a evasão escolar em todos os níveis de ensino por parte destes indivíduos que, desde muito cedo, são submetidos às mais diversas práticas de intolerância, dificultando ou até mesmo impedindo sua convivência em diversos espaços, especialmente o educacional.

Assim como o nome civil, o nome social também é uma necessidade de sujeitos de direitos, mas, ao contrário do primeiro, o nome social provém de escolha do próprio usuário, de acordo com sua subjetividade, especialmente por lhe representar melhor (PINTO, 2016).

O uso do nome social vem como uma garantia de cidadania e respeito a uma classe marginalizada. Assim, o nome social está garantido para pessoas travestis e transexuais que não se identificam com o gênero do seu nascimento. Para Reis *et al* (2016) o uso do nome social é o grito de socorro, o respeito à dignidade da pessoa uma vez que o seu uso traduz a forma como a pessoa se vê, como quer ser reconhecida e tratada nos ambientes de convívio social.

O nome social garante somente a inclusão dos (as) transexuais e travestis em pequenas esferas, como por exemplo, escolas, universidades e órgãos públicos. Porém, não pode ser utilizada como mecanismo de apresentação em todos os lugares frequentados por eles (elas), sendo que o nome social ainda considerado um documento oficial para as demais situações. Logo, existe a necessidade de se ter, no Brasil, uma legislação sobre identidade de gênero, para que a mudança de registro civil ocorra de forma mais rápida e menos burocrática.

Diversos decretos, resoluções e portarias têm autorizado a utilização do nome social por travestis e transexuais, visando que a identidade de gênero dessas pessoas seja respeitada, antes do reconhecimento judicial. Em 2013, passou a constar o nome social no Cartão do SUS, promovendo inclusão da identidade de

gênero, sendo que muitos transexuais deixavam de procurar o atendimento pelo simples fato de serem chamados pelo nome que consta no Registro Civil (BRASIL, 2014).

Logo após, foi elaborada a Resolução 12 de 16 de Janeiro de 2015 que dá o direito às travestis e transexuais a utilizarem o nome social nas instituições de ensino, tanto na rede pública quanto na rede particular. Essa norma traz como deverá ser o tratamento para essas pessoas, como o tratamento oral, uso de uniformes, instrumentos de identificação, banheiros de acordo com gênero, entre outros, e também, mais recente o Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016 pelo qual se permite o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis.

De forma prática, a população trans vai poder usufruir, a partir de agora, sendo assim, tratadas pela identidade de gênero que as representam.

Entretanto, não há lei que defina os procedimentos da alteração dos documentos para pessoas transexuais, essa parcela da população LGBT é obrigada a procurar na Justiça o reconhecimento de sua identidade em processos que podem ser longos e que dependem do entendimento dos juízes (LISBOA, 2015).

Atualmente está em trâmite a ADI 4275 no Supremo Tribunal Federal que foi proposto pela Procuradoria-Geral da República em 2009 para reconhecer o direito das pessoas transexuais mudarem seu nome e sexo independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização visando conferir uma interpretação conforme a Constituição da República Federativa do Brasil sobre o artigo 58 da Lei nº 6.015/1973, segundo o qual “o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios” (BRASIL, 2009).

A vontade de alteração do sexo, gênero e nome, não depende de cirurgia de transgenitalização, pois envolve fatores que vão além da intervenção estatal. Com a cirurgia busca-se a felicidade, a intimidade, a igualdade, entre outros sentimentos. O ato cirúrgico de redesignação sexual, por si só, não modifica a formação genética de uma pessoa, apenas concretiza uma correção no sexo, das pessoas “aprimoradas” pela “anatomia invertida”.

A Espanha, em 2007, aprovou a Lei de Identidade de Gênero, que permite aos transexuais adequar o nome e o sexo no registro civil sem a necessidade de cirurgia de adequação de sexo, sempre que um Médico ou Psicólogo Clínico constatar uma disforia de gênero. Segundo esta lei, a mudança de

identidade poderá ocorrer sem a necessidade de um processo judicial (VIEIRA, p. 2008).

Muitos tribunais já possuem interpretações favoráveis a esse assunto. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já decidiu a esse respeito:

Apelação. Retificação de registro civil. Transexualismo. Travestismo. Alteração de prenome independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização. Direito à identidade pessoal e à dignidade. A demonstração de que as características físicas e psíquicas do indivíduo, que se apresenta como mulher, não estão em conformidade com as características que o seu nome masculino representa coletiva e individualmente são suficientes para determinar a sua alteração. A distinção entre transexualidade e travestismo não é requisito para a efetivação do direito à dignidade. Tais fatos autorizam, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação do nome da requerente para conformá-lo com a sua identidade social. Deram provimento.

Com efeito, é inimaginável e indescritível o drama da população de travestis e transexuais por conta do desrespeito à sua identidade de gênero. Desde a mais tenra infância, existem crianças que já se identificam com o gênero oposto ao que lhes foi designado no nascimento, em razão de seu genital. Existe um profundo sofrimento subjetivo da população de travestis e transexuais pelo preconceito social transfóbico que desrespeita a sua identidade de gênero transgênera. A retificação de seu registro civil é medida absolutamente necessária ao respeito ao direito fundamental à saúde de transexuais e travestis. Trata-se da saúde psicológica e social da população de transexuais que está em jogo nestes processos.

Para Vecchiatti (2016) impor à população trans a realização da cirurgia transgenitalização como “requisito prévio” para a retificação do registro civil e do gênero de transexuais é uma forma de dificultar, na prática, o direito à mudança de prenome e sexo jurídico dessa população.

Não há o que se impor a cirurgia de transgenitalização aos transexuais, uma vez que a mudança efetiva é de dentro pra fora, é a aceitação social. A cirurgia é um processo arriscado, não podendo exigir do indivíduo que se submeta a ela apenas para ver seu pedido de retificação de registro civil realizado. É incabível manter o registro de nascimento diferente da realidade psíquica do indivíduo. É manter essa pessoa em constante sofrimento violando o princípio da dignidade da pessoa humana.

Entretanto, após o processo para a mudança no nome civil começa a batalha. A luta por um espaço no ambiente de trabalho e para ingressar na faculdade. Apesar da portaria do Ministério da Educação (nº 1.612 de 2011)

assegurar a transexuais e travestis o direito a serem tratadas pelo nome social, a violência contra essa população é uma realidade.

Assim, para que possam viver uma vida completa, para desfrutar plenamente do novo corpo, e ter a oportunidade de encontrar um/a parceiro/a, vê-se a necessidade da retificação do nome e gênero. Espera-se que chegará o momento em que os meninos transgênero e transexual terão a oportunidade de se informar sobre as opções médicas quando ainda novos, e poderão procurar assistência socio-psicológica e ajuda médica sem ter medo da rejeição dos pais ou da sociedade. Espera-se que mais jurisdições estenderam todos os direitos humanos a todas as pessoas transgênero para que tenham oportunidades de encontrar emprego, alojamento e poderão aceder aos serviços públicos como qualquer outro cidadão.

5. CONDIÇÕES SOCIAIS DOS TRANSEXUAIS

No Brasil, a população trans é diariamente dizimada. De acordo com a ONG *TransgenderEurope*, em 2016, o Brasil bateu recorde no número de mortes contra a comunidade LGBT, dos 343 assassinatos registrados, 144 foram contra transexuais, sendo a cada 25 horas 01 membro da comunidade LGBT é morto. Todos os dias chegam notícias pelas redes sociais que os jovens transexuais foram brutalmente assassinados.

Durante toda a vida a pessoa trans luta para ser reconhecida por um gênero diferente do imposto ao nascimento, no entanto, é considerada homem/mulher quando morre e mesmo a contabilidade dos mortos feitos por ativistas não enfatiza a dimensão de gênero. Há um processo contínuo de esvaziamento e apagamento da pessoa assassinada.

O processo de exclusão das pessoas trans começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a "natureza" e que desejam usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, o caminho encontrado para "consertá-lo" é a violência. Geralmente, entre os 13 e 16 anos as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade. "O abandono familiar e escolar têm sido importantes elementos na

formação da identidade travesti, gerando intenso sofrimento, marginalização e redução de possibilidades de escolha” (JACEWICZ, 2011, p.06). A partir do momento que assumem identidade de gênero diferente da do nascimento, passam a enfrentar os preconceitos nas esferas sociais e familiar.

Miranda (2004, p. 131) ressalta que:

A marginalidade social seria facilmente explicada pela incapacidade de adaptação do indivíduo às normas sociais. Fica, assim, plenamente justificada a finalidade ideológica da escola de promover a adaptação do indivíduo à sociedade. A escola é uma agência socializadora de uma sociedade que se afirma democrática. Se o processo de socialização integração não é possível, preserva-se a escola e a ordem democrática, pois a responsabilidade será sempre do indivíduo inadaptado.

Aqueles que ocupam uma posição distinta da conduta social, vivenciam as condições de marginalização, sendo que muitas vezes, passam por um processos de identificação na relação com outros “diferentes”, formando grupos alternativos que se adaptam perante a sociedade discriminadora, assim colaborando com a conservação dos esquemas da cultura hegemônica. Começa assim, a gerar um dano a “psique”. Segundo Azpeitia (2009) a lesão na psique vai muito além do dano no corpo, incide na mente e na alma. Portanto, um dano causado contra um transexual vai muito além que o do momento, começa afetar toda a integridade física.

Para Amorinet *al* (2013) a heteronormatividade estabelece o preconceito e à discriminação contra o que diferente, legitimando através dos padrões culturais, a desqualificação e o desrespeito social. Por pertencer ao um grupo que não pertence a normatividade social, esses transexuais acabam se distanciando e enfrentando a exclusão da família, no ambiente de trabalho e nas escolas.

Ao exprimir suas homossexualidades no dia a dia e a relação que estabelecem com seus corpos, os transexuais provocam uma crise no paradigma binário de gênero, o que coloca em questão a moral e os costumes sociais chocando-se com as instituições cristalizadas: Família e Estado.

Segundo Silva (2015) o seio família, muitas vezes, é o primeiro ambiente em que os transexuais começam a sofrer a discriminação. Começam a praticar o *Bullying* nos aspectos morais e psíquicos, atingindo todo o desenvolvimento pessoal, ensejando um retrocesso pessoal.

Necessariamente, a família deveria ser o propulsor da felicidade, entretanto nela pode haver as angustias, medos, frustrações e traumas, é o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde tem início o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando os/as transexuais vulneráveis, marcadas negativamente e depreciadas ao ponto de serem desprovidas do direito a ter direitos. Assim o *bullying* no ambiente família é mais comum do que se imagina, “... num processo que seus entes familiares estigmatizam e inferiorizam a sua condição conflituosa, tornando-se o transexual perante os olhos da sociedade e do Estado um ser invisível, tendo os seus direitos da personalidade e fundamentais violados” (CARDIN; BENVENUTO, 2013, p.120).

Diante da imensidão das agressões, a única solução é o abandono do seio do seu lar. Muitas são expulsas de casas, outras optam por sair, pois não suportam mais a dor do preconceito e das agressões, tanto verbais quanto físicas. Deixar o lar é o ponto crucial na vida dos transexuais, é a descoberta do seu novo eu. Segundo Silva (2015) a não aceitação dos familiares com relação as mudanças nos transexuais é a principal causa da saída de casa, são as intervenções corporais, como uso de hormônios e aplicação de silicone, em que as mudanças dos corpos aparecem que não há mais a possibilidade de reversão.

Esse processo de exclusão é basicamente um efeito dominó, inicia-se na família para a comunidade, destapa para escola e trabalho, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir. O segundo ato de preconceito é o ambiente escolar. Decorrente das dificuldades encontradas em razão da intolerância e discriminação coloca as/os transexuais em uma posição complexa que envolve a impossibilidade de uma educação formal que dê acesso ao conhecimento e assim dificultando o acesso ao trabalho facilitando para a marginalização e à pobreza.

Segundo Silva (2015) a escola não é um ambiente positivo, lá as agressões verbais e físicas se intensificam. Muitas dessas transexuais já não tem o apoio da família, assim frequentar a escola se torna uma tortura diária. As agressões não parte somente de outros estudantes, a própria instituição propaga o preconceito com seu sistema de normas e regulamentos internos. A escola deveria dar um ambiente não só de ensino, mas de descobertas, um espaço para disseminar o conhecimento, um ambiente de formação humana e para a construção de sujeitos críticos aptos à modificar a realidade social.

A escola é responsável pela qualidade do processo de humanização do homem através da educação por um ambiente melhor que ultrapassem as especificidades do espaço escolar, sem dele se deixar desamparado (FERREIRA, 2001). Contudo não é o que acontece na grande maioria. Elas reproduzem apenas padrões heteronormativos, proibindo toda a manifestação de identidade de gênero.

Segundo Louro (2009, p. 90) a sua concepção de heteronormatividade.

à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos.

Portanto, a heteronormatividade seria toda uma gama de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se enquadrar dentro dos moldes imposto pela sociedade, sendo esta a única orientação sexual considerada “normal”. Assim, infelizmente, para a nossa sociedade o que é correto deve estar padronizado, portanto os/as transexuais seriam a escória social, pois não constituem e nem tampouco integram os modelos estereotipados pelas convenções moralizadas.

A transfobia na escola traz consequências gravíssimas para o desenvolvimento dos alunos, tanto com dificuldades no aprendizado quanto psicologicamente. São cidadãos e cidadãs que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, ameaçado cotidianamente (JESUS, 2013).

As sequelas percebidas por esses alunos são: perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos as tentativas de suicídio (JACEWICZ, 2011).

Não é só nas escolas que os transexuais sofrem preconceitos e discriminações, mas sim em todas as instituições que estão inseridas. Dessa forma vê-se nítido o papel seletivo destas instituições que reafirma que possuem garantia

do acesso, permanência e cuidado são seus princípios orientadores, quando se trata do contato com as diferenças a história muda de sentido.

[...] acaba por evidenciar os pré-requisitos necessários para a admissão dos estudantes, sendo a coerência (entre sexo, gênero e sexualidade) sua maior condição, tendo como resultado a impossibilidade de acesso e circulação, neste espaço, de algumas pessoas que não se enquadram nestas normas (MONZELI, 2013, p.73).

As manifestações discriminatórias por parte da comunidade escolar contribuem para efetivar uma intensa segregação das pessoas transgênero, por meio da limitação da participação destas no espaço social, ao serem julgadas como fora da realidade heteronormativa, onde não existe espaço para outras expressões de gênero fluir.

Apesar de a Constituição Federal garantir que a educação é “direito de todos” e que o ensino será ministrado com base no princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência”, podemos concluir que alunos transgêneros vítimas de transfobia têm mais dificuldade para permanecer na escola. Não são só alunos transgêneros que sofrem transfobia; professores transgêneros também sofrem, onde não há a efetivação e o respeito do uso do nome social pela instituição em que lecionam e que o preconceito partem mais de colegas de trabalho e pais de alunos do que dos próprio docentes.

6. NOME SOCIAL NAS INSTUIÇÕES DE ENSINO

A escola, como espaço social que é, deve encarar o nome social como uma necessidade de adequação legal no que tange ao reconhecimento e identificação do sujeito. Com vistas a tal necessidade, muitas universidades têm adequado seus registros acadêmicos a essa necessidade premente.

As preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero também não são novas no espaço escolar. No entanto, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, elas começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade (sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos) (BRASIL 2007, p. 12).

Nesse momento, vale registrar o conteúdo dos Princípios de Yogyakarta, documento da Organização das Nações Unidas que trata sobre a

aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

A definição dos Princípios de Yogyakarta retrata toda a necessidade e a preocupação para a realização de práticas, bem como da edição de normas, voltadas para livre manifestação da personalidade, em respeito ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. A aliança ao respeito às diversidades no ambiente acadêmico, promovendo tratamento digno e igualitário às minorias, se mostra imperativa para evolução da própria sociedade.

Para o/a estudante usar o nome social e ter sua identidade de gênero reconhecida não é necessário nenhum tipo de exigência (laudo psiquiátrico, teste de vida real, terapia psicológica ou hormonal). O/a estudante dirige-se ao setor responsável, preenche um formulário. Os/as servidores/as e os/as docentes também podem solicitar as mudanças (BENTO, 2014).

Está em vigor no Estado de São Paulo, Lei Estadual n.º 10.948, de 5 de novembro de 2001 que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. As condutas são apuradas perante a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, através da Comissão Processante Especial em parceria com a Defensoria Pública do Estado, que atua na defesa do ofendido, vítima da discriminação e que não tenha condições de pagar um advogado.

Essa lei constitui um importante avanço no sentido de se reconhecer direitos e dignidade dos cidadãos transgêneros, punindo, administrativamente, as práticas discriminatórias (NASSIF, 2013).

A Deliberação CEE N° 125/2014 Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. Conforme a Deliberação alunos (as) travestis e transexuais tem assegurado o reconhecimento da identidade de gênero e o direito ao tratamento digno por meio do nome social.

A Deliberação do é um marco normativo que define o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e impede que alunas (os) travestis e transexuais sejam discriminadas no ambiente escolar (FILHO, 2014).

Concomitantemente com a Deliberação CEE N° 125/2014, a Resolução SE n° 45/2014 que dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação sobre a necessidade de se

implementarem ações de prevenção contra quaisquer atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos de pessoas homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais, no âmbito das escolas da rede estadual de ensino.

Além de registrar o nome social, o Diretor de Escola, ou servidor por ele indicado conforme definido no §5º do artigo 2º da Resolução SE nº 45/2014, deverá orientar os docentes e demais servidores em exercício na Unidade Escolar para a observância do tratamento de discentes travestis e transexuais, exclusivamente pelo nome social, dentro do prazo estabelecido no parágrafo 4º. O estudo e reflexão sobre este Documento Orientador deve ser parte integrante deste processo.

Toda a comunidade escolar deve tratar as travestis e as/os transexuais pelo nome social adotado e requerido. Os educadores e gestores escolares devem estar atentos para as discriminações, impedindo que as pessoas sejam rotuladas negativamente com apelidos e xingamentos (CGEB, 2014).

A lei fortalece a ideia de que, as demandas de educação, são de cidadania e, assim, provocam novos desafios para os educadores lidarem com uma realidade complexa, que envolve as diferenças étnico-raciais, de gênero e sexuais. Por isso, faz-se necessário um referencial teórico-pedagógico para enfrentar esta realidade.

A Resolução CNCD/LGBT nº 12 de 16 de Janeiro de 2015, que estabelece os parâmetros para as garantias das condições de acesso e permanência das pessoas transexuais nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero. A Resolução garante ao/à estudante o direito de sempre ser chamado oralmente pelo nome social, sem menção ao nome civil, inclusive na frequência de classe e em solenidades como colação de grau, defesa de tese, dissertação ou monografia, entrega de certificados, declarações e eventos congêneres (CARMO; LEONOR; REIS, 2016).

Portanto, a utilização do nome social na escola, além de um direito, é importantíssimo para esses indivíduos. Não cabe, portanto, à comunidade escolar julgar o caráter e a personalidade das pessoas a partir do sexo biológico ou dos rótulos criados para marginalizar esse cidadão ou cidadã que também é detentor de direitos básicos como à educação pública, gratuita e de qualidade, com dignidade.

Verifica-se, portanto, que através da Resolução CNCD/LGBT nº 12 de 16 de Janeiro de 2015, tenta corrigir décadas de injustiça e discriminação, proporcionando um tratamento mais humano e digno ao público travesti e transexual, evitando sua exposição ao ridículo, o que na prática representa medida de grande valia e um grande avanço para as pessoas trans.

Para travestis e transexuais, assim como para todos nós, o nome pelo qual nos reconhecemos e somos reconhecidos pelos outros é algo de extrema importância e muito precioso, está diretamente ligado à definição de pessoa e de seu lugar no mundo. Da mesma forma é o processo de construção da identidade, que marca a todos ao longo da vida nas vivências sociais e subjetivas (CGEB, 2014).

Assim, é um direito de travestis e transexuais gozar do reconhecimento do nome social como também de todo o processo de criação e vivência subjetiva que torna possível a construção das identidades pessoais e o desejo de serem reconhecidos por outro nome e outro gênero distinto do atribuído no nascimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negar aos seres humanos as oportunidades e o acesso aos direitos ou ainda omitir estas relações são graves atitudes. É importante atentar que o espaço escolar não é neutro. As relações de poder sobre as diferenças permeiam as mais diversas situações: as interações entre alunos, os processos de aprendizagem, as brincadeiras, as palavras ditas e o silêncio consentido, as imagens nas paredes, entre outras (CGEB, 2014)

A ideia é enfatizar que a escola é, em conjunto com toda a sociedade e o Estado, um local de enfrentamento das discriminações, preconceitos, estereótipos e local para o aprendizado e valorização da diversidade.

A universidade não é um mero espaço para ensino. Ela é um espaço de conhecimento e um ambiente para formação humana, é um mecanismo para a formação de sujeitos críticos dispostos para modificar toda a realidade social em sua volta.

Logo, iniciam uma vida nova, de intensas possibilidades, onde possam substituir os perigos da violenta vida noturna nas esquinas por uma visão da

sociedade que passa a olhar de forma diferente, a reconhece-los (las) como pessoas de direitos. A possibilidade do uso do nome social nas instituições de ensino é prática extremamente importante para a permanência dos estudantes travestis e transexuais, respeitando os direitos humanos, a pluralidade, a dignidade humana, a isonomia e a identidade dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A Proteção Constitucional do Transexual**. São Paulo: Saraiva, 2000;

BERALDO, Lilian. LISBOA, Vinicius. **Transexuais precisam recorrer à Justiça para mudar nome e gênero**. Agência Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2015/08/transexuais-precisam-recorrer-justica-para-mudar-nome-e-genero>> Acesso em: 22 de Maio de 2017;

BRASIL, Lei de Registros Públicos, Lei 10.406, 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, art. 54. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm> Acesso em 02 de Dez de 2016;

BRASIL, Código Civil, Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, art. 16. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 28 de Nov de 2016;

BRASIL, Código Civil, Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, art. 19. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> acesso em 28/11/2016;

BRASIL, Resolução SE nº 45, de 18 de Agosto de 2014. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201408180045>> Acesso em 24 de Maio de 2017;

BRASIL, Resolução CNCD/LGBT nº 12 de 16 de Janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>> Acesso em 23 de Maio de 2017.

BRASIL, Decreto nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, art. 1º. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em 01 de Maio de 2017;

CARMO, Betânia dos Anjos; LEONOR, Ana Carolina do Carmo; REIS, Débora Walter **NOME SOCIAL: GARANTIA DE IDENTIDADE E DIGNIDADE NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL**. 2016. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/vcongresso/wp-content/uploads/2016/09/nome-social-garantia-de-identidade-e-dignidade-nas-universidades-do-brasil.pdf>> Acesso em: 23 de Maio de 2017;

FRANÇA. Rubens Limongi. **Do Nome Civil das Pessoas Naturais**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1964, p. 24;

LOHANNE, Lindsay. **Lei nome social ou lei da identidade de gênero**. Disponível em <<https://transconnection.wordpress.com/2014/08/28/lei-nome-social-ou-lei-da-identidade-de-genero/>> acesso em: 23 de Maio de 2017;

Ouaknin, M-A., &Rotnemer, D. (1993). **Le grand livre desprénomsbibliques et hébraïques**. Paris: Albin Michel;

PINTO, Fabiana Villela de Araújo Magalhães. **O Direito ao Uso do Nome Social**. 2016. Disponível em <<https://mraadv.jusbrasil.com.br/artigos/391645575/o-direito-ao-uso-do-nome-social>> acesso: em 23 de Maio de 2017;

_____. **TRATAMENTO NOMINAL DE DISCENTES TRAVESTIS TRANSEXUAIS**. Coordenadoria de Gestão na Educação Básica (CGEB). 15ª ed. São Paulo. 2014.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Minorias sexuais e ações afirmativas**. In: **VIEIRA, Thereza Rodrigues (Org.). Minorias sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012. p. 39.

VIEIRA, Fernanda de Sousa; Amorim, Sylvia Maria Godoy; Brancaleoni, Ana Paula Leivar. (Des)Compromisso social e sofrimento: o processo de exclusão de travestis e transexuais do interior de São Paulo. *História Agora*, v. 15, n. 1, p. 80-98, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124553>> Acesso em 02 de Maio de 2017;

VIEIRA, Thereza Rodrigues. **Nome e sexo: mudanças no registro civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 159;

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil – parte geral*. 12ª ed. Ed. Atlas. 2012. p. 192;

O BRINCAR NA ERA VIRTUAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL

VAL, Letícia Goulart do – Uni-FACEF
BUENO, Paula de Andrade Prado – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1 INTRODUÇÃO

A psicanálise mostra importância do brincar para as crianças, muito além do que geralmente se pensa no senso comum, pois as fantasias infantis, o modo como expressam seus afetos, a maneira e o conteúdo de suas brincadeiras são formas que crianças têm para darem vazão aos sentimentos e a agressividade muitas vezes reprimidos, e, dessa forma, através das “simples” trocas vivenciais, vão constituindo a si mesmas, àqueles com quem brincam e ao ambiente onde brincam. De um jeito lúdico, conseguem externalizar conteúdos psíquicos ainda desconhecidos. A brincadeira, para elas significa vida, e permanece presente em todas as idades.

O tema desse artigo é um assunto atual pois, explicita o que acontece na vida das famílias, no dia a dia, e sendo assim, a discussão será em torno do que já é conhecido sobre o assunto, agregando-se novas informações geradas a partir de um contexto novo, pouco discutido, sobre os efeitos do mundo virtual nas brincadeiras e no desenvolvimento infantil.

Será apresentada a história recente do surgimento das novas tecnologias, e como elas afetaram as relações em geral, pois, independente da idade, a imaginação tem papel primordial ao se divertir, jogar e brincar, em suas diversas formas, entretanto, as gerações contemporâneas entram no mundo da fantasia por uma porta inexistente há algumas décadas: o mundo virtual. E assim, o brincar "tradicional", tem sido substituído pelos computadores, vídeo games, tablets, e smartphones, onde uma tela iluminada traz a bola, a pipa, as bonecas, os animais; porém nada pode ser tocado, ou existe no mundo material, mas estão contidos num equipamento eletrônico, que simularam uma realidade projetada, acessada pelo toque dos dedos, mas que impossibilita o toque da coisa em si, pelas mãos daquele que brinca.

Serão estudados autores que escreveram sobre o brincar e suas implicações, e outros que discutem o surgimento da tv, dos jogos eletrônicos e de que forma algumas teorias encaram a mudança dos brinquedos através dos tempos. Assim, se poderá analisar como o brincar para psicanálise irá transitar no antigo para o novo, e o impacto dessas mudanças no desenvolvimento psíquico da criança, buscando respostas a um fenômeno tão atual, pois as consequências da exposição dos bebês que atualmente estão cada vez mais expostos a essas mídias, só serão conhecidas no futuro.

2 O BRINCAR PARA PSICANÁLISE

Entender o significado de brincar se torna essencial para compreender como a sociedade pensa e propõe as brincadeiras, e como a psicanálise contempla, em sua teoria, esse simples ato cotidiano para a maioria, mas que tem muitas representações psíquicas ao serem analisadas a partir da experiência pessoal de cada criança, sob o olhar psicanalítico, para além do brincar.

O dicionário online Aurélio de Português, aponta como significados para a palavra brincar as seguintes definições: “Enfeitar com ornatos, rendilhar, divertir-se, entreter-se com alguma coisa infantil, galhofar, gracejar, agitar maquinalmente, proceder levianamente, agitar-se”

De maneira geral pode-se dizer que as brincadeiras estão, no senso comum, ligadas ao que é da idade ou do comportamento infantil, como uma forma de diversão pueril, mas existente desde sempre em todos os povos. Para Winnicott, (1968i, p.63) “o natural é o brincar”.

Melanie Klein (1994) descobriu que brincar tem sim o seu aspecto de divertir-se, de entretenimento, de agitação e todas as outras formas que uma brincadeira pode tomar, mas que seu significado vai muito além do brincar em si mesmo, uma vez que percebeu ser esse, um dos caminhos que a levariam ao inconsciente infantil.

Na visão de Winnicott (1982), a resposta à pergunta do porque as crianças brincam, é que, além de gostarem, tanto das experiências físicas, quanto das experiências emocionais, esse brincar trás a elas um prazer, ao mesmo tempo que representam a possibilidade de darem vazão, ao ódio e a agressividade,

recalcados, por serem considerado maus. Para ele a criança que tem seus sentimentos agressivos tolerados, desde que manifestos de forma aceitável, está inserida em um bom ambiente, que não nega esses sentimentos, e isso é apreciado pela criança, na medida em que a autoriza a esse tipo de expressão nas brincadeiras infantis.

Quando Melanie Klein (1994) se interessa pela teoria freudiana, ela então percebe que ao contrário do que era postulado até então, as crianças possuíam uma forma própria de simbolização, que poderia ser interpretada em análise, e passa a desenvolver seu próprio arcabouço de ideias que representaram um divisor no tratamento psicanalítico de pacientes ainda pequeninos.

Para Klein (1994), os brinquedos são muito significativos para uma criança, porém eles não conservam o mesmo significado sempre, mas independente disso, através do brincar e dos brinquedos, ela fará contato com suas emoções e poderá contar o que se passa em seu mundo interno pelas narrativas verbais ou não, que interpreta ludicamente. Ela ressalta que brinquedos pequenos servem bem ao objetivo de demonstrar conflitos, por serem de fácil manuseio e simulação das histórias.

[...] é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1968, p. 63)

A brincadeira que é universal, deixa de ser um mero passatempo para as crianças para representar um fator de saúde, não somente física, mas também emocional, à medida em que insere a criança em atividades que além de prazerosas, são exercidas em grupos, impulsionando seu desenvolvimento social. Esse grupo “que brinca”, não somente vai ajudá-la no próprio desenvolvimento, mas ela também afetará os seus pares, pois a criança enquanto se constitui pelo olhar que vem de fora, também oferece o seu olhar, e este irá constituir outra criança, num carrossel de emoções e vivências.

[...] o lance genial de Klein for dar-se conta que o brincar é o meio natural da criança dramatizar suas fantasias e elaborar seus conflitos... esta lhe permitiu acesso à vivacidade das fantasias projetivas e introjetivas que operam na mente da criança muito pequena. (DANIEL, 1994, p. 27)

Brincando a criança revela e expressa o que se passa no mundo interno, e de maneira ativa, ela atua como personagem de uma história que, na

narrativa, pode parecer não ser dela, mas é exatamente disso que se trata. Na brincadeira ela não irá se encontrar só com seus amiguinhos, mas consigo mesma.

A atividade lúdica, o encontro, o brinquedo, ajudam a criar um sentido para si mesma, para o outro e para o mundo, numa construção constante onde transforma e é transformada.

No decorrer da história humana temos grandes exemplos do homem que, vai mudando o mundo externo, enquanto se modifica, e nessa roda de transformações o mundo dos brinquedos também foi sendo alterado.

3 A ERA ELETRÔNICA

Desde o surgimento dos primeiros aparelhos eletrônicos, houve uma evolução cada vez mais rápida na área tecnológica, tanto na quantidade de aparelhos disponíveis, quanto nas possibilidades de utilização, na rapidez de processamentos, na qualidade de imagem e som. Tudo isso e muito mais, fizeram dos eletrônicos uma ferramenta de uso contínuo e indispensável àqueles que tem acesso a eles.

O tempo gasto na navegação, tanto para motivos profissionais quanto recreativos, também tem aumentado à medida que mais pessoas vão tendo acesso facilitado a esses equipamentos, e que eles funcionam de forma independente em todos os lugares, oferecendo ao alcance das mãos uma ferramenta que economiza tempo, diminui distâncias e pode concomitantemente distrair e conectar o usuário a inúmeros grupos e atividades.

A relação com a chegada dos eletrônicos alterou não apenas a forma de comunicação, mas sobretudo, os relacionamentos, e por isso uma retrospectiva se faz necessária.

Muito antes da escrita surgir, as brincadeiras eram constituídas a partir do que se tinha a mão, fossem pedras ou qualquer outro elemento disponível na natureza, incluindo-se aí desenhos encontrados em cavernas descobertas por arqueólogos, cuja verificação constatou se tratarem de símbolos que continham histórias, numa tentativa de comunicação bastante rudimentar. Winnicot (1982, p. 16) afirmar que “as crianças são capazes de encontrar objetos e inventar brincadeiras com muita facilidade, e isso dá-lhes prazer”.

De acordo com Singer e Singer (2007, p. 12), com a evolução, a linguagem foi surgindo, a escrita foi se desenvolvendo, mas o acesso a esse tipo de conhecimento era dado a uma minoria, pela educação formal; entretanto todos os povos criaram seus ritmos, crenças, hábitos, próprios a cada cultura que deram origem às artes, ritos, religiões e aos mitos, que verbalmente eram transmitidos de geração em geração independente de registros manuscritos. Esses autores apontam ainda que, a Era do Rádio (1920), iniciou-se no final do século XIX, para atender a necessidade de se desenvolver uma comunicação à distância que servisse ao exército americano em tempos de guerra, mas que, em breve se tornaria, um meio disponível, pelo qual os cidadãos, a partir de seus aparelhos residenciais, se atualizariam com as notícias vindas de longe, se emocionariam com as histórias contadas por jornalistas e atores, cuja voz despertava nos ouvintes as mais diversas emoções e fantasias. A “contação” de histórias então, muda de narrador, pois antes desse evento, eram os familiares e amigos próximos que dividiam suas experiências imaginárias ou não, entre si, e agora, vinda de não se sabia onde, um alguém distante e desconhecido, trazia notícias, novelas, músicas e romance. Cabia a imaginação ir dando cor e forma à todas aquelas vozes e palavras.

O surgimento do cinema mudo, também ocorrido no final daquele século, oferecia às pessoas diversão noutra forma de “contação” de histórias, que, mesmo sem palavras, eram transmitidas pelas imagens que passariam a povoar o imaginário popular. Assim, a imaginação funcionava de uma outra forma, o que era visto, precisava de uma voz que se tornaria uma criação pessoal do expectador.

De acordo com Jesus e Rezende (2013), quando a televisão chegou às residências, a imagem em preto e branco, já contava com o som e seu lançamento inicial na década de 20, só chegaria ao Brasil em 1950. Na década de 70, a programação se diversifica, e além do jornalismo, são oferecidos programas infantis, de entretenimento e, as novelas ganham força. Assim, a população em geral, passa a dedicar cada vez maior parte de seu tempo, envolvida com esse meio de comunicação, que deixa de ser meramente informativa, para se tornar um poderoso objeto de influência e transformação de costumes e culturas. E, a partir de sua compreensão, a TV passa de simples meio veiculador de mensagens para um objeto influente no meio social, moldando hábitos, linguagem e construindo uma cultura a partir da propagação de seus conteúdos.

Dessa forma, a TV passa a ter um papel importante na vida cotidiana, e o tempo despendido com esse tipo de entretenimento vai aumentando, não somente por parte dos adultos, como também por parte das crianças. As discussões de profissionais envolvidos nos estudos sobre o desenvolvimento infantil, psicólogos entre outros, começam asurgir, e são debatidos os benefícios e malefícios que esse meio poderia trazer. Muitas controvérsias sobre a influência da TV sobre violência e sobre a sexualidade nas crianças foram geradas, e até hoje são discutidas. A TV passou a ser a nova babá das famílias, que possuíam cada vez menos disponibilidade de tempo e recursos, e que, nesse período histórico, se lançavam cada vez mais no mercado de trabalho.

Batista et al (2007), salientam que, após a revolução feita pela TV no dia a dia das pessoas, começam a surgir os primeiros jogos eletrônicos. Em 1961, com Spacewar é lançado o primeiro jogo de sucesso, mas somente em 1966, foi possível lançar uma máquina para rodar jogos através da TVs residenciais. Segundo os referidos autores, em 1977, o console Atari chega no mercado vendendo milhões de videogames e cartuchos. Em 1981, surge Donkey Kong, cujo personagem Mário, marcaria gerações. Em 1992, com o lançamento de Mortal Kombat, um jogo de lutas, entre outros do mesmo gênero, que possuíam maior realismo estético, leva alguns senadores americanos a questionarem sobre a influência da violência dos jogos eletrônicos e seus impactos na vida dos usuários. Rapidamente os jogos vão evoluindo, apresentando uma qualidade melhor de imagem e som, trazendo atrativos como pistolas ou outros brinquedos que acompanhavam os jogos, simulando ações reais, além dos controles, teclados, joysticks entre outros, que permitiam melhor interação entre o jogador e o sistema.

Pode-se afirmar, de acordo com Batista et al (2007), que foi uma questão de tempo até o surgimento dos RPGs (Roling Play Game), onde os jogadores passam a interpretar os personagens do jogo, e onde poderiam jogar sozinhos, ou conectados com outros jogadores via internet. Em 2006, chegam os jogos onde os movimentos dos jogadores são captados e transferidos para a tela da TV ou computador através de sensores, revolucionando o mercado dos jogos. Assim, na frente da TV ou da tela do computador, era possível viver qualquer tipo de experiência virtual: dança, jogos de bola, criação de comunidades, lutas marciais, fazendas com animais de estimação, que ao alcance do dedo eram ligados e desligados.

Hoje, as telas de TV ou computadores já são desnecessárias; o que se vê são pessoas carregando pequenos aparelhos portáteis, celulares, smartphones, tablets, que funcionam como rádio, televisão, telefone, e rodam os mais diversificados jogos, comunicam-se instantaneamente. Isso mudou completamente a forma não só de brincar, mas sobretudo a de se relacionar. O whatsapp, assim como seus sucessores, oferecem a cada dia, formas mais curtas e diretas como, emojis que expressam em um só desenho, as emoções que de outra forma, necessitariam ser ditas ou escritas. Isso encurta não somente a distância uns dos outros, mas de um autoconhecimento para falar de si. Para qualquer sentimento ou sensação existe um símbolo simples, que tenta dizer tudo.

A comunicação e o entretenimento virtual estão tão presentes na vida da criança, desde a gestação, que, na hora em que o bebê ainda está saindo do ventre da mãe, alguém já pode filmar sua saída para a vida. Instantaneamente o bebezinho será visto, ouvido e curtido nas redes. Nesse momento ele já se torna o novo entretenimento virtual da família.

Sobre a fascinação exercida sobre os jogadores pode-se dizer que do início dos primeiros jogos eletrônicos até hoje a sofisticação dos aparelhos, menores, mais leves, atraentes deu um grande salto. De grandes computadores aos consoles ligados à TV. Posteriormente os jogos passaram a rodar nos próprios computadores pessoais, os PCs, até chegarem aos tablets e smartphones. Os jogos que dependiam de cartuchos, passaram a DVDs, até chegarem aos sensores de movimentos, e hoje basta o acesso a internet para que se acesse os mais variados tipos de jogos em alta definição na palma da mão. O jogador também passou a fazer parte do jogo literalmente, pois pode se sentir dentro da tela, através de seus avatares, que são os personagens que o jogador toma para si, e ao incorporá-lo como seu, ele se torna integrante de uma realidade que só existe na tela.

Assim, diante do realismo das imagens, conjugado com a fantasia trazida pelas histórias, é preciso que se pense quais são as consequências de se envolver com essa realidade virtual, em detrimento de uma vida que é real, mas cujas cores nem sempre tão vibrantes e não possuem nenhuma trilha sonora, a acompanhar os jogadores da vida cotidiana. Os níveis de dificuldades não são escolhidos pelas pessoas, as fases não têm dificuldades crescentes e anunciadas, pois seus desafios são surpreendentes, assim como são as cores e os sons que

permeia o dia a dia de cada um. A vida traz realidade como ela se apresenta. Conectar-se cada vez mais aos equipamentos leva a desconexão do mundo.

Essa nova forma de se divertir e jogar também será utilizada como forma de aprendizagem, mas questiona-se se, os jogos, mesmos os mais violentos são capazes de cumprir o seu papel, pois, conforme Aberastury (1982, p.277), se a criança não encontrar satisfação para seus impulsos agressivos, isso aumentará as ansiedades depressivas e paranóicas, e esse também é parte do desafio de responder se os jogos irão proporcionar a vazão necessária a agressividade, ou se eles se tornarão mais uma fonte de ansiedade. Os jogos devem impedir, segundo a autora, o acúmulo de fantasias destrutivas, e no caso em análise esse efeito pode ser contrário.

Para Segal (1975), o ambiente tem uma grande importância no desenvolvimento das crianças, justamente pelo aspecto do inter-relacionamento entre a fantasia e a realidade externa, pelo significado que essas experiências têm para a criança nos termos dos próprios instintos e fantasias. Para a autora, a fantasia possui mais de um papel, podendo ser uma expressão mental dos instintos, ou como instrumento de defesa e meio de fuga da realidade.

[...] os objetivos da fantasia consistem em satisfazer os impulsos instintuais, prescindindo da realidade externa, a gratificação derivada da fantasia pode ser encarada como uma defesa contra a realidade externa da privação. É, no entanto, mais do que isso: é também uma defesa contra a realidade interna. (SEGAL, 1975, p. 27)

Daniel (1994) afirma que, associar-se o brincar às fantasias, não somente as infantis, será de grande valor uma vez que, também para Klein, a fantasia inconsciente será simbolizada e retratada no mundo real através das brincadeiras, palavras, entre outras tantas formas de comunicação. Entretanto pensar em fantasias somente referindo-se as crianças é um engano, uma vez que para esse autor faz uma referencia a uma afirmação frequente de que assim Freud percebeu que existe no adulto uma criança reprimida, Klein vai descobrir que na criança também existe um bebê reprimido. Ora uma vez que a criança está viva no adulto, os jogos então significam um meio pelo qual, independente da idade, há a busca pela expressão do que está reprimido e precisa ser externalizado. E nesse sentido.

o que quer que se diga sobre o brincar de crianças, aplica-se também aos adultos: apenas a descrição torna-se mais difícil quando o material do paciente aparece principalmente em termos de comunicação verbal. Sugiuro

que devemos encontrar o brincar tão em evidência nas análises de adultos, quanto o é no caso de nosso trabalho com crianças. Manifesta-se, por exemplo, na escolha das palavras, nas inflexões de voz, e na verdade, no senso de humor. (WINNICOTT, 1975, p. 61)

4 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Spillius (1994, p. 75) afirma que para alguns autores psicanalíticos, quando o bebê tem sentimentos que não é capaz de suportar, então ele fantasia estar expelindo esses conteúdos indesejáveis e desconfortáveis para dentro do seu objeto primário que é a mãe, que por sua vez poderá ou não ser continente a essas expressões de raiva e desejos destrutivos, conforme seu próprio desenvolvimento.

Agora levando-se em conta que a criança tem cada vez menos contatos humanos, e mais relações virtuais, cabe questionar como ela conseguirá realizar as identificações projetivas, que mesmo que possam ser feitas para um equipamento eletrônico, como esses sentimentos poderão ser considerados aceitáveis para que a criança que os projetou possa recebê-los de volta como seus.

Isso tem relação direta com o manejo da mãe, e de como ela poderá criar para seu bebê a possibilidade de se desenvolver ou não:

Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso, ou impessoal, fracassa em fazer do indivíduo uma criança humana nova e autônoma. Onde há confiança e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenche-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural. (WINNICOTT, 1968, p 151)

Pensando sobre a relação mãe e bebê e levando-se em conta a facilidade e o encantamento que os jogos exercem em todas as gerações, que acessam seus equipamentos de qualquer lugar, observa-se uma realidade que hoje cerca a todos: os olhares estão voltados para as telas acesas. O tempo que uma mãe que não trabalhava fora, que não tinha equipamentos eletrônicos, era completamente diferente de hoje, onde as mães possuem agendas cheias, tomadas pelas necessidades de um mercado cada vez mais competitivo e consumista, bem como pelas distrações oferecidas pela realidade virtual.

Cabe pensar de que maneira, esse olhar que antes repousava sobre seu bebê, irá influenciar essa criança que não recebe esse alimento emocional, que só pode ser dado de um ser vivo para outro. Os bebês também estão com olhinhos

voltados para as telas cada vez mais atraentes, em suas cores e sons. A ele falta um olhar de mãe, mas uma mãe sem esse olhar do filho, se tornará menos mãe. Do ponto de vista da relação, esta fica incompleta e interrompida. E a responsabilidade da mãe, ou das outras pessoas que ajudam no cuidado, de estarem disponíveis e apresentar o mundo à criança, também fica falha no caso do excessivo envolvimento dos cuidadores com os novos equipamentos:

É bom recordar que o brincar é por si mesmo uma terapia. Conseguir que as crianças possam brincar é em si mesmo uma psicoterapia que possui aplicação imediata e universal, e inclui o estabelecimento de uma atitude social positiva com respeito ao brincar. Essa atitude deve incluir o reconhecimento de que o brincar é sempre passível de tornar-se assustador. Os jogos e sua organização devem ser encarados como parte de uma tentativa de prevenir o aspecto assustador do brincar. Pessoas responsáveis devem estar disponíveis quando crianças brincam, mas isso não significa que precisem ingressar no brincar das crianças. [...] A característica essencial do que desejo comunicar refere-se ao brincar como uma experiência, sempre uma experiência criativa, uma experiência na continuidade espaço-tempo, uma forma básica de viver. (WINNICOTT, 1968, p 74 e 75)

Agora analisando-se de que modo a fantasia é expressa no mundo real como uma forma de simbolização do mundo interno, a relação entre o brincar e os jogos não deixa dúvidas que o manuseio e a possibilidade de dar sentido aos objetos e significado às experiências contribuem na vazão da raiva e agressividades, necessárias para manutenção desses conteúdos num nível suportável. Assim sendo, os jogos eletrônicos trazem cada vez mais, tudo pronto e tudo para agora. As histórias não precisam ser imaginadas como na era do rádio, os sons, como no cinema mudo, já são dados ao expectador, o manuseio dos jogos é feito através dos mouses e teclados, onde se toca a realidade do aparelho, e não a realidade da coisa em si, ou seja tanto o brinquedo, no caso, o jogo virtual, de caça ao tesouro, ou aquele em que se mata os zumbis, tanto quanto construção da fazendinha de animais, nada existe por si mesmo, a não ser dentro da tela. Isso impossibilita que a história seja criada a partir da realidade ao alcance das mãos, empobrecendo muito a criatividade e a forma como esse mundo externo está sendo expresso. Essa análise é feita enquanto desenvolvimento da sensibilidade e relação brinquedo com aquele que brinca.

A brincadeira é extremamente excitante. Compreenda-se que é excitante não primariamente porque os instintos se acham envolvidos; isso está implícito. A importância do brincar é sempre a precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle de objetos reais. E a precariedade da própria magia, magia que se origina na

intimidade, num relacionamento que está sendo descoberto como digno de confiança. (WINNICOTT, 1968, p 71)

Ainda sobre esse assunto pode-se pensar a respeito de como se dão as relações entre pessoas desde o início da era do rádio até hoje. Antes as histórias eram contadas e recontadas, a partir de pessoas reais, vozes presentes, embora as histórias em si mesmas pudessem ou não ter existido na realidade concreta. Porém, a cada novo equipamento, as interações humanas se tornavam pouco a pouco cada vez mais mecânicas. Do avô contador de histórias, passando para locutor de rádio, depois aos atores de Tvs, as interações foram diminuindo. As brincadeiras de pipa, casinha, os jogos entre amigos ganham outras formas, mais sofisticadas em sua aparência, porém mais pobres em vivência real: hoje é possível cuidar de um animal virtual sem nunca ter visto um animal daquela espécie ao vivo. Sem a existência real desse animalzinho no mundo da criança, nunca se poderá saber seu cheiro, sentir seu corpo, perceber e ser tocado pela sua reação ou emoção.

Assim também se tornam os amigos virtuais: em grande número, mas somente na esfera do pensamento, uma vez que não estão aqui para que num convívio real e humano as brincadeiras possam se dar. Da mesma forma, torna-se bem difícil sair da posição esquizo-paranoide, que é um dos pilares da teoria kleiniana, onde o objeto está sempre dividido em mau ou bom, para que se integre tudo num mesmo objeto. Uma vez que os amigos são maus eles serão simplesmente deletados dos contatos. E assim chegar-se a posição depressiva, onde a frustração é necessária como constitutiva de um psiquismo mais maduro, parece um tanto “virtual”, nessas condições de desenvolvimento.

A partir do momento do nascimento, o bebê tem de lidar com o impacto da realidade, começando com a experiência do próprio nascimento e passando a inúmeras experiências de gratificação e frustração de seus desejos. Essas experiências da realidade influenciam imediatamente a fantasia inconsciente e são por esta influenciadas. A fantasia não é simplesmente uma fuga da realidade, mas um constante e inevitável acompanhamento de experiências reais, com as quais está em constante interação. (SEGAL, 1975, p. 24)

Diante da evolução apresentada no brincar e nos brinquedos deve-se questionar se, estando a sós num quarto, ainda que conectados virtualmente, os jogos eletrônicos promovem a saúde tal como Winnicott (1968) propõe, e se os relacionamentos grupais a distância darão conta de auxiliar a construção dos novos adultos saudáveis emocionalmente, pois como estão expostos cada vez mais precocemente às interações, eles não tem possibilidade da criação de histórias

próprias, e questiona-se como poderão se desenvolver e realizarem a construção de si mesmo a partir do outro, uma vez que sua vivência é fortemente embasada no irreal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após perceber-se o significado de brincar, como forma de constituição de si e ou outro, e que brincar é comunicar, a retrospectiva do avanço das tecnologias através do tempo, mostrou que maneira o mundo virtual está cada vez mais presente no mundo real, sendo que os equipamentos hoje disponíveis estão cada vez mais acessíveis a todos, inclusive às crianças pequenas e bebês.

Pensar que esse acesso coloca a todos conectados às máquinas, por tempo cada vez maior é uma realidade incontestável. Porém, começar a estudar os impactos negativos que o império das máquinas trará sobre o cotidiano de todas as pessoas, individual, e coletivamente, é um desafio urgente, pois somente estudando as consequências será possível minimizá-las e fazer dos equipamentos existentes um aliado que possa ser usado a favor do desenvolvimento psíquico infantil, seja na forma de explorar o potencial que a tecnologia representa, seja no aspecto de ter consciência e domínio do uso dessas tecnologias, que não podem apenas ser desprezadas como uma vilã da atualidade, mas como uma realidade, que chegou para ficar no cotidiano.

A permanência excessiva por parte dos usuários nesse tipo de conexões já tem reflexos psicopatológicos, como dependência de jogos eletrônicos, para os quais já existem clínicas especializadas e tratamentos direcionados, e mais recentemente, a dependência digital, que é caracterizada pela compulsão do uso constante de aparelhos conectados às redes, que tem levado ao isolamento social, numa falsa crença de que esses relacionamentos virtuais podem substituir as vivências e socializações pessoais e reais sem prejuízos.

Nesse sentido, vários questionamentos podem ser feitos: Como dominar um entretenimento que tem dominado multidões? Como inverter a lógica de que a realidade virtual só tem sentido à medida em que enriquece e propicia um contato maior consigo mesmo, possibilitando relações reais, frustrações constituintes do ser, e que levem a integração do ser e não como tem sido entendido

até agora, que o entretenimento oferecido pela realidade virtual é um sentido em si mesmo? São necessários estudos longitudinais sobre os bebês que atualmente já nascem conectados, frutos de uma sociedade que cada vez mais se curva aos prazeres eletrônicos.

A exemplo dessas questões pergunta-se como serão as relações entre mães e bebês, uma vez que elas também estão se sucumbindo a esse domínio? Como se dará o desenvolvimento de um ser amamentado por uma mãe que tem olho no filho e o outro no whatsapp? Uma mão na criança e a outra no celular? Como serão as novas crianças oriundas de relacionamentos entre si cada vez mais virtuais? Como será a sociedade do futuro, onde o toque, o abraço, a lágrima existem no teclado de um equipamento e onde uma carinha (emoji) expressa de forma excessivamente objetiva e impessoal tudo aquilo que se pretende. Os resultados da exposição crescente das crianças em geral somente serão conhecidas após um estudo longitudinal a partir da geração que começou a se comunicar e se entreter predominantemente pelos aparelhos eletrônicos.

Reverter a posição que as máquinas ocupam hoje na vida cotidiana é assunto urgente. Por enquanto ainda há tempo para mudar os rumos de perigoso jogo que a humanidade vem jogando. É tempo de pesquisa, de novas propostas para o uso de tecnologias. O resultado de todo esse avanço e das transformações incorporadas à vida das crianças ainda é imprevisível.

As contribuições da psicanálise foram inúmeras, e no assunto em questão, a descoberta que as crianças podiam simbolizar seu mundo interno, abriram um campo fértil para pesquisas em torno do psiquismo infantil, e o mais importante, mostrou que, independente da idade, o tratamento psicanalítico é possível e eficaz em crianças, mesmo que pequenas. A vasta literatura sobre esse tema, orienta até hoje a prática clínica e favorece os estudiosos e profissionais da psicanálise com uma teoria que está sempre se construindo e se redescobrando para atender as novas demandas de um novo tempo.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. *Psicanálise da criança: teoria e técnica*. Tradução de Ana Lúcia Leite de Campos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. 288 p.

BATISTA, Mônica de Lourdes Souza; QUINTÃO, Patrícia Lima; LIMA, Sérgio Muinhos Barroso; CAMPOS, Luciana Conceição Dias; BATISTA, Thiago José de Souza. *Um estudo sobre a história dos jogos eletrônicos*. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Grandery, n.3, jul./dez.,2007. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjQ4.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

DANIEL, Patricia. Análise de crianças e o conceito de fantasia inconsciente. In: ANDERSON, Robin (Org.). *Conferências clínicas sobre Klein e Bion*. Rio de Janeiro: Imago,1994. 155 p.

Dicionário do Aurélio Online. 2016. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/brincar>>. Acesso em 28 abr.2017

JESUS, Jordane Trindade de, REZENDE, Vitor Lopes. *A televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia* [dissertação]. Ouro Preto (MG): Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-ua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

KLEIN, Melanie. (1994). *Narrativa da análise de uma criança*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1961). 512 p.

SEGAL, Hanna. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 147 p.

SPILLIUS, Elizabeth Bott. Experiências clínicas de identificação projetiva. In: ANDERSON, Robin (Org.). *Conferências clínicas sobre Klein e Bion*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. 155 p.

SINGER, Dorothy G.; SINGER, Jerome L. *Imaginação e Jogos na era eletrônica*. São Paulo: Artmed, 2007. 212 p.

WINNICOTT, D. W. *A criança e o seu mudo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1982. 161 p.

_____. O brincar. Uma exposição teórica. In *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1968. 244 p.

O COMPORTAMENTO APÁTICO APRENDIDO NOS TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE ANTISOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE HEREDITARIEDADE E CULTURA NA ESTRUTURAÇÃO COGNITIVA DA PERVERSÃO

LEOPOLDINO, Nayara Neves – Uni-FACEF
CADAN, Juliana de Barros – Uni-FACEF
GUASTI, Ana Carolina Brustello – Uni-FACEF
FACCIROLLI, Rafael Rodrigues – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema demonstrar como as relações entre hereditariedade e cultura influenciam o transtorno de personalidade antissocial. Esse transtorno é caracterizado pela falta de empatia, ausência de sentimento de culpa e dificuldade em adaptar-se às normas sociais através de meios imorais para atingir objetivos próprios como mentiras, trapagens e manipulação, porém um aspecto importante seria observar se os comportamentos ocorrem de modo isolado ou frequente.

Um dos primeiros autores a defender a ideia de que o ambiente influencia a construção da personalidade do psicopata, foi um psicanalista chamado Pritchard. Na época que criou sua teoria utilizava uma forma de intervenção do transtorno de psicopatia que seria a reintegração dos indivíduos em um meio ambiente adequado.

Schneider, outro autor, realizou pesquisas e chegou à conclusão que há uma diferença entre o conceito de doença mental e de psicopatia por ser uma perturbação por base de traços psíquicos.

“A sua classificação (de Schneider) baseava-se, então, nos traços disposicionais associados ao estudo da personalidade e das vivências que determinavam o desenvolvimento da mesma. Nesta perspectiva, a psicopatia está relacionada com desvios quantitativos das características normais da personalidade, salientando-se, desta forma, a importância dos aspectos predisposicionais (Gonçalves, 1999a). Este conjunto de indicadores está na base da sua tipologia das personalidades psicopáticas.” (GONÇALVES & SOEIRO, 2010, p.229).

Um dos autores que mais contribuiu foi Cleckley, para a definição atual de psicopatia, que proporcionou uma descrição clínica mais detalhada da psicopatia e suas diversas formas de se manifestar.

Atualmente esse assunto vem sendo discutido, em que busca-se descobrir se o ambiente é um fator importante para esse transtorno, além dos fatores biológicos como a genética. O projeto “O Estudo de gêmeos criados separadamente de Minnessota” realizado pelo professor de psicologia Thomas Joseph Bouchard Jr. chegou a conclusão que os traços ligados ao transtorno antissocial são 60% hereditários e 40% ambientais

“É óbvio que não podemos atribuir somente à genética e à evolução biológica a nossa capacidade de solidariedade e de compaixão. A cultura à qual somos expostos em uma determinada sociedade também nos influencia em diversos aspectos de nossa personalidade.” (SILVA, ANA BEATRIZ B., 2008, p.156).

O objetivo do artigo é demonstrar como o ambiente e a hereditariedade podem afetar como alguém tem visões, sentimentos e age no contexto social, que se diferenciam de outras pessoas que não possuem esse transtorno. Daremos ênfase como é a definição desse transtorno, como é causado e como afeta a sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de psicopatia contém várias definições, pois levaram em considerações aspectos sociais, morais e estereótipos, tendo sido propostas outras designações como perturbação de carácter, perturbação da personalidade anti-social, perturbação da personalidade dissocial e sociopatia. A primeira conceituação de psicopatia foi feita por Pinel em 1809, caracterizando-a como a “mania sem delírio” que os indivíduos apresentavam comportamentos incomuns e agressivos, tendo entendimento do caráter irracional de suas ações não podendo ser considerados delirantes. (Gonçalves & Soeiro, 2010)

Outros autores tentaram definir esse conceito, entre os séculos XIX e XX, no entanto houve pouca concordância da caracterização do quadro devido ao fato de que era abrangente demais, não tendo especificidade de classificações dos transtornos mentais. Esse conceito foi determinado em 1941 por Hervey Cleckley, em que foram definidas tanto o conceito de psicopatia quanto a nomenclatura, apresentando 16 características para caracterizar um psicopata, descrevendo os traços de personalidade e os comportamentos atípicos, enfatizando também aspectos interpessoais e afetivos. (Filho, Teixeira & Dias, 2009)

Segundo Bittencourt, a origem da psicopatia é algo que vem gerando muitas divergências ao longo do tempo.

Uma visão panorâmica das diversas opiniões, do início da psiquiatria no século XIX até os dias de hoje, mostra uma polarização de posições que vão desde a atribuição do comportamento psicopático a causas puramente orgânicas, com reforço no conceito de degeneração constitucional, até a atribuição dos distúrbios a estados adquiridos através de experiências afetivas primitivas, negando, portanto o inato. A maioria das opiniões atuais é, contudo, eclética, admitindo uma diversidade de fatores na constituição da psicopatia. (BITTENCOURT,1981, p.1).

Blonigen buscando testificar os estudos realizados anteriormente com os “gêmeos de Minnessota”,desenvolveu um estudo com 271 gêmeos adultos com o objetivo de provar a tese, que a maior influência na conceituação da personalidade antissocial é genética. Tanto os estudos realizados com os “gêmeos de Minnessota” quando o estudo realizado por Blonigen levaram a conclusão que a genética é o principal fator responsável pela personalidade antissocial. Além disso, foi constatado que o ambiente também exerce uma influência nas condutas antissociais, pois elas podem variar entre os gêmeos devido a suas vivências. Este fato influencia se o gene para essa patologia irá se manifestar ou não. (SANTOS, 2014)

Segundo a visão psicanalítica a psicopatia teria origem na própria infância sendo um desvio nas fases oral e anal

Na realidade, o próprio Freud, na formulação de sua teoria, previu as possibilidades dos efeitos, de uma constituição hereditária capazes de modificar os fatos subsequentes, no entanto, ele próprio e os seus seguidores não foram consequentes nessa direção, passando a admitir que a perturbação inicial do desenvolvimento e o estado posterior psicopático consistem numa resposta a fatores psicológicos ambientais.(PAIM, 1912,p.317).

Esse transtorno desperta grande curiosidade tanto clinico e social, estando frequentemente ligada à criminalidade e nos dilemas jurídicos que surgem, pois tem relação a uma problemática patológica. Era classificada nas doutrinas das “degenerações psíquicas”, tendo conexão não só com os importantes fatores hereditários, mas também com alcoolismo paterno, as infecções sofridas pela genitora durante o período da gestação, traumatismos obstétricos, encefalopatias infantis, disendocrinias, encefalite e traumatismos crânicos-encefálicos.(PAIM, 1912)

Segundo Gough, o psicopata não tem a capacidade para assumir vários papéis sociais e ser empático, por isso não consegue avaliar sua conduta por meio de outras percepções. Outros autores através de estudos realizados com 24 psicopatas pesquisaram os fatores da relação do ambiente com hereditário que faria

o indivíduo apresentar essa psicopatia, relacionando tanto a agressividade, hostilidade e crueldade sofridas da infância quanto de abusos físicos e sexuais.(SANTOS, 2014)

As questões familiares estão muito associadas ao aparecimento do transtorno antissocial quando já existe essa predisposição, e assim podem atuar como preditor da psicopatia. Fatores como: vínculo afetivo frágil na infância, indiferença ou negligência, ter uma pobre supervisão e disciplina, punição física inconsistente e imprevisível, supervisão inadequada na juventude, podem então levar ao comportamento antissocial. Também ressaltados como fatores, os conflitos e disfunções familiares, sendo as disfunções um dos fatores mais importantes, famílias numerosas, ausência ou morte parental, ou ter sido criado por outras pessoas que não os genitores, déficit de amor e cuidado na primeira infância, ter um pai alcoólatra, antissocial ou psicopata é fator de risco, os pais serem antissociais e a presença de antecedentes criminais parentais. Mesmo apresentando essas prováveis causas, é difícil saber as influências que propiciam a psicopatia, pois tanto o comportamento da criança atua sobre os pais quanto dos pais sobre a criança, além dos fatores genéticos podendo intervir nos comportamentos. (BINS & TABORDA, 2016)

Conforme Bins & Taborda, propõem que não só os fatores hereditários são importantes, mas também o fator ambiental

Costuma-se categorizar como fatores de risco biológicos a estrutura e o funcionamento cerebral, os neurotransmissores e os hormônios. No entanto, a maneira como se manifestam e alterações nessas estruturas podem ter origem tanto genética quanto ambiental, ou refletir uma interação entre ambos, o que é denominado de interação biossocial. Sem levar isso em conta, é possível que se subestime a influência de cada um desses fatores etiológicos sobre o transtorno. O indivíduo pode ter genes de risco, mas que conferem baixo risco a não ser que sofram influência ambiental. É a interação entre os fatores biológicos e ambientais que configura o fenótipo psicopático de cada indivíduo, mas pouco se sabe sobre isso, pois é difícil investigar.(BINS & TABORDA, 2016, p. 11-12).

Consequente, uma hipótese citada por alguns pesquisadores seria que o neurobiológico do ser humano afetaria a incapacidade emocional e esta, por sua vez, acabaria por interferir no comportamento do homem. As áreas cerebrais afetadas são o córtex pré-frontal e amígdala. O dano ao córtex pré-frontal é apontado como um fator que cria uma disposição para a psicopatia, pois é responsável por diferenciar pensamentos, distinguir o bom do mau, consequências

futuras de atividades decorrentes, definir metas e planejamento e o controle social. Quanto a amígdala, esta está relacionada com os sentimentos e emoções, possuindo o registro dessas experiências anteriores que foram sentidas, ajudando o indivíduo a fazer associações entre estímulos e recompensas, sendo associada também com a motivação dos comportamentos. Estes danos acarretam nos antissociais, mutações de personalidade, atitudes imaturas, dificuldades de controlar impulsos e a desinibição sexual. (SANTOS, 2014)

Com essas características, mesmo os psicopatas tendo a consciência entre o certo e errado, em pesquisas no campo da psicologia e na neurociência foi comprovado que não são usados somente nossa parte cognitiva na tomada de decisões, mas utilizamos também nosso emocional. Logo, tendo esses indivíduos prejuízos do emocional, acabam influenciando na capacidade de se comportar moralmente, não só o emocional influencia, mas também os impulsos do indivíduo. Isso acaba trazendo muitos dilemas para sociedade em relação a sua proteção e ao julgamento desses indivíduos com esse transtorno, em que muitos autores pontuam que devemos levar em conta a proteção da sociedade independente desses fatores que influenciaram o indivíduo, que mesmo tendo essa predisposição para a violência e essas dificuldades de controlar seus comportamentos e impulsos não se justifica, sendo o psicopata imputáveis por seus atos.(BINS & TABORDA, 2016)

Portanto, o importante não é saber se o indivíduo com essa predisposição para psicopatia vai cometer um crime, ser um risco para a proteção da sociedade, mas identificar esses indivíduos com essa predisposição com o intuito de uma prevenção, tentando controlar o ambiente, para que não tenha os fatores que podem atuar como preditor da psicopatia. Esses estudos estão sendo utilizados para o desenvolvimento dessa prevenção, para que se tenha êxito dessa intervenção, devendo ter início na infância. (BINS & TABORDA, 2016)

Assim, como a literatura científica expõe a causa da psicopatia em uma relação entre fatores psicossociais, ambientais e familiares, sendo apontados como fatores de risco para a sua obtenção os psicossociais, neurobiológicos e os genéticos. Tendo esses estudos muita importância, não somente na área acadêmica e para descobrir suas causas, mas também pelas implicações que surgem na sociedade por esses indivíduos estarem freqüente associados a atitudes criminosas e violentas. (SANTOS, 2014)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs a discutir sobre a relação da hereditariedade e ambiente no transtorno de personalidade antissocial, tentando verificar a validade da tese que o ambiente também influencia para o desenvolvimento dessa patologia, assim como o fator genético, podendo fazer que o indivíduo adquira a patologia, também enfocamos como esse transtorno é causado e suas implicações na sociedade. Com isso, conferimos que mesmo os fatores hereditários sendo os maiores responsáveis que acarretam a obtenção dessa psicopatia, o ambiente desempenha um importante fator para seu aparecimento.

Vimos como os autores tiveram dificuldades de conceituar a psicopatia, também tendo sido apresentadas várias nomenclaturas. Dando distintas ideias sobre a psicopatia, enquanto as escolas de psiquiatria francesas pensavam de uma maneira mais constitucional, um “desequilíbrio mental” ligando esse à ordem afetiva, descrevendo como “constituição perversa” (distúrbio da bondade) ou “constituição mitomaníaca” (distúrbio da sociabilidade), a escola alemã nomeou e introduzindo o termo psicopatia, surgindo termos como personalidade psicopática e entendendo esse transtorno como um distúrbio que não afeta a inteligência e nem estrutura orgânica do indivíduo ou um desajustamento social. Somente com a obra de Harvey M. Cleckley, *The Mask of Sanity*, conseguimos uma definição mais completa e classificando a psicopatia como o transtorno antissocial.

Os estudos feitos sobre aspectos causais nos levam à conclusão que são múltiplas as origens para o transtorno antissocial, sendo o fator genético um dos principais, enquanto a psicobiologia utiliza do estudo da base biológica dos comportamentos por esses indivíduos como a capacidade empática, o egocentrismo, a impulsividade e a insuficiência afetiva, além de considerar as neurobiológicas que tem a tese das anomalias cerebrais. Foram realizadas pesquisas sobre esses aspectos causais, que podem propiciar essa obtenção, mas são caracterizadas por serem feitas a partir de uma média não de casos individuais, em que os resultados obtidos não foram os mesmos para todos psicopatas.

Esse transtorno como classificado por muitos autores, como um desvio psíquico da normalidade, considerado por Schneider as personalidades psicopáticas são “aquelas personalidades anormais que sofrem por sua anormalidade ou, por ela

fazem o sofrer a sociedade”, pois os psicopatas são caracterizados pela falta de empatia e de motivação para seguir as regras morais da sociedade e este transtorno está muito ligado a criminalidade, portanto é comum encontrarmos psicopatas em presídios, sendo que não existe um tratamento específico e eficaz para tratar a psicopatia e é algo que perdura durante toda a vida do indivíduo afetando a forma como age em suas relações sociais. O transtorno de personalidade antissocial coloca o indivíduo em confronto com a lei, sendo uma relação de certos traços de personalidade e a conduta desviante.

Percebe-se que os contextos ambientais adversos ocorridos na vida de uma pessoa como o abuso infantil, famílias disfuncionais, violência, negligência podem intensificar a predisposição genética que ela possui e aumentar as chances dela se tornar psicopata. Podendo influenciar aspectos biológicos como alterar a transcrição genética ou a maneira como uma sequência genética de DNA produz proteínas, o que pode modificar a sinalização neuroquímica e o desenvolvimento cerebral; podem, também, alterar substâncias neuroquímicas, como hormônios (trauma e estresse crônico podem alterar níveis de cortisol e, então, modificar a resposta cerebral ao estresse no futuro); influências ambientais no útero ou na infância precoce podem, por sua vez, alterar o desenvolvimento do cérebro, determinando mudanças em sua estrutura e funcionamento.

Utilizamos de um método sistemático de revisão de literatura, usando várias fontes para obter informações para discutir o tema da pesquisa realizada, porém chegamos à conclusão que por se tratar de um tema complexo, as respectivas informações sobre as causas desse transtorno ainda são limitadas

Concluimos que a mudança do ambiente é um fator importante que pode reduzir o risco dos fatores genéticos para a psicopatia, isso sendo uma medida de prevenção para os indivíduos que tem essa predisposição.

REFERÊNCIAS

SILVA, Ana Beatriz B.: **Mentes Perigosas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2008.

SANTOS, Sara C. P. **Psicopatia e Comportamento Criminoso: Uma revisão de literatura**. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. p. 03-61.

GONÇALVES, Rui A., SOEIRO, Cristina. **O estado de arte do conceito de psicopatia**. *Análise Psicológica*. Vol.28, Nº1 p. 227-240. 2010.

BINS, Helena Dias de Castro, TABORDA, José Geraldo Vernet. **Psicopatia: Influências ambientais, interações biossociais e questões éticas.** Revista Debates em Psiquiatria. Vol.6, Nº1 p. 8-16. 2016.

HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Psicopatia: o construto e sua avaliação.** Aval. psicol., Porto Alegre , v. 8, n. 3, p. 337-346, dez. 2009.

PAIM, Isaías. **Tratado de Clínica Psiquiátrica.** 3ªed. São Paulo: EPU, 1991.

BITTENCOURT, Maria Inês G. F.. **Conceito de psicopatia: elementos para uma definição.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 20-34, jan. 1981.

O CONSUMO DE ENERGIA E SUAS FONTES ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO: um estudo sobre a cidade de Franca (SP)

FERREIRA, Amanda Christina Junqueira – Uni-FACEF
JEBILEY JUNIOR, Adnan Kalil – Uni-FACEF
BETTARELLO, Antônio Carlos Tambellini – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é extremamente dependente da energia. Estudos realizados pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), publicado em relatório intitulado Planeta Vivo, mostra que somente 20% da energia consumida no planeta, provem de fontes renováveis.

Para a atual sociedade, a qualidade de vida está diretamente relacionada ao crescente consumo de recursos energéticos.

A sobrevivência das futuras gerações está condicionada a um realinhamento dos valores fundamentais acerca das necessidades reais das populações, da necessidade de uma “qualidade de vida” mais homogênea entre os povos, da utilização e preservação dos elementos naturais (renováveis e não renováveis), da harmonização entre homens com a biosfera , da compreensão e do respeito pela dinâmica do planeta e seus ciclos. Ou seja, “Desenvolvimento ambientalmente Sustentado”.

É interessante notar, que o planeta é considerado como um ser vivo, que busca desesperadamente um novo estado de equilíbrio, possibilitando assim a manutenção da vida.

A desigualdade no consumo dos recursos naturais é medida pelo desenvolvimento dos países, ou seja: Países desenvolvidos consomem 95% mais energia que os países em desenvolvimento, com uma população 60% menor.

A importância do assunto motivou esta pesquisa que tem como objetivo o estudo das fontes de energia limpa e renovável. Especificamente as energias hidráulica, solar e eólica, quanto aos seus princípios, impactos ambientais e viabilidade econômica de implantação, enfatizando o estado de São Paulo e o município de Franca (SP).

Na *segunda seção* deste artigo, serão abordados os conceitos para o conhecimento das fontes de energia estudadas nesta pesquisa, que são: Hidráulicas; Solar e Eólica.

A *terceira seção* aborda a matriz energética no mundo, Brasil, estado de São Paulo e município de Franca (SP), observando o percentual das energias renováveis e sua evolução nos próximos anos.

A *quarta seção* irá abordar a viabilidade econômica de implantação dos sistemas renováveis de energia, analisando seus custos diretos e indiretos para a expansão destas fontes de energia.

Na *quinta seção*, e última, serão avaliadas as fontes alternativas de energia sob os aspectos técnicos e econômicos, concluindo a sua importância na participação da matriz energética no mundo, Brasil e Estado de São Paulo.

2. CONCEITOS DE ENERGIA E FONTES ALTERNATIVAS

Nesta seção serão abordados os conceitos principais para o entendimento das fontes alternativas de energia que foram instrumento desta pesquisa. Através das abordagens aqui citadas, poder-se-á entender como cada uma das fontes (Hidrelétricas, Solar e Eólica) se comporta.

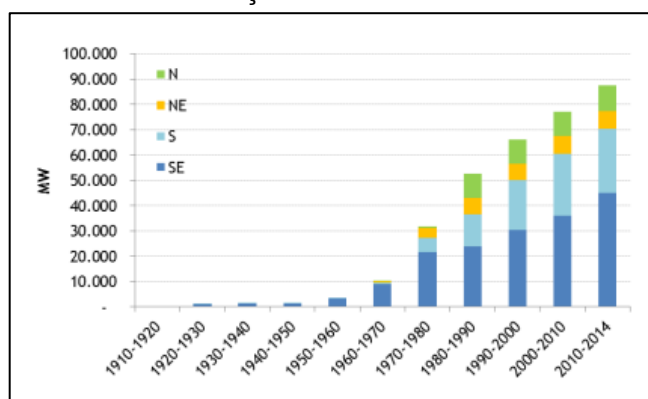
2.1. Conceitos de Energia Hidrelétrica

A energia hidráulica é a energia obtida a partir do potencial disponível em uma massa de água, caracterizada pelo desnível e volume de água. É convertida em energia mecânica através de turbinas hidráulicas e em energia elétrica através do gerador elétrico.

Atualmente cerca de 65% da matriz energética brasileira é proveniente da energia hidráulica. Em estudos da International Energy Agency (IEA) verificou-se que em escala global a energia hidrelétrica representa aproximadamente 16% da matriz energética (elétrica) no ano de 2006. Segundo Flávio Vichi e Maria Teresa Mansor (2009) a energia hidráulica é explorada em mais de 160 países, mas somente cinco (Brasil, Canadá, China, Rússia e Estados Unidos) são responsáveis por mais da metade da produção mundial.

O Gráfico a seguir mostra a evolução hidrelétrica no Brasil:

Gráfico 1 – Evolução das Hidrelétricas no Brasil



Fonte: EPE

2.2. Conceitos de Energia Solar

A Energia Elétrica proveniente do Sol vem sendo cada vez mais utilizada. A geração dessa energia acontece com a luz do Sol incidindo sobre placas fotovoltaicas, responsáveis por converter luz em corrente elétrica. Essa corrente carrega baterias estacionárias que acumulando a energia para ser usada a qualquer hora do dia ou da noite.

A Energia Solar também pode ser utilizada para aquecer a água, economizando, assim, energia elétrica. Nesse caso, os conjuntos solares são compostos de reservatório térmico (boiler) que acumula a água aquecida durante o dia e de coletores que são fontes térmicas que absorvem os raios solares cedendo calor para a água. No presente trabalho, o foco será a produção de Energia Elétrica através de placas fotovoltaicas.

O efeito fotovoltaico foi descoberto com Edmond Becquerel em 1839 e é definido como o aparecimento de uma diferença de potencial nos extremos de uma estrutura de determinado material, produzida pela absorção de luz (fótons).

Os módulos solares fotovoltaicos são formados por semicondutores, assim, ao serem sensibilizados pela luz provocam um movimento ordenado de elétrons e com este movimento surge uma corrente elétrica que poderá ser utilizada para carregar uma bateria ou acionar um motor, por exemplo. Assim, de acordo com Pinto et. al. (2015, p. 16):

A luz ao incidir no silício, um material no qual os elétrons normalmente não são livres para se deslocar de um átomo para o outro, fornece a energia necessária para libertar alguns elétrons da sua condição limitada. Os elétrons livres atravessam a junção entre dois materiais diferentes mais facilmente numa direção que na outra, dando a um lado da junção uma carga negativa e portanto uma tensão negativa em relação ao outro lado.

Assim, o sistema fotovoltaico é formado pelos seguintes elementos: módulo solar (conjunto de células encapsuladas e conectadas); controlador de cargas (gerencia o processo de carga e descarga das baterias); baterias (armazenam a eletricidade obtida durante o período diurno) e inversor (transforma corrente contínua em corrente alternada).

No caso da instalação de módulos fotovoltaicos em uma residência ou indústria o primeiro aspecto a ser averiguado é a quantidade de energia utilizada no estabelecimento, para tal fim é necessário fazer um levantamento de consumo, levando em consideração a potência consumida, o tempo diário de consumo e tensão de operação (voltagem). Em seguida, faz-se o dimensionamento do projeto de acordo com a necessidade demandada. É imprescindível analisar que a incidência solar é diferente em cada região e isso afeta os cálculos do projeto consideravelmente.

Uma grande vantagem da Energia Solar é o fato de ela estar disponível em qualquer lugar, podendo levar conforto independente da localização, energizando fazendas, residências de campo, entre outros. Sabe-se que o sol irradia, anualmente, algo equivalente a dez mil vezes a energia consumida pela população mundial no mesmo período, ou seja, tem potencial muito grande de expansão, devido à sua disponibilidade e facilidade de uso. Outras vantagens de muita importância que podemos listar é o fato de ser uma energia limpa que não gera poluição alguma, sua instalação é bastante simples, gera manutenção mínima, a vida útil dos módulos é superior a 25 anos, não consome combustíveis, permite autossuficiência energética, entre outros benefícios. Dentre tantos benefícios a maior desvantagem é o alto custo inicial de investimento, que apesar de ainda ser consideravelmente alto vem decrescendo a cada dia. De acordo com Braga (2008), as primeiras células produzidas possuíam baixo rendimento, em torno de 2%, e custavam em média US\$ 600/W. Porém, atualmente já se pode encontrar células com rendimentos acima de 10%, podendo atingir 18% dependendo do material utilizado e com custo médio de US\$ 6,00/W, tendendo a diminuir cada vez mais.

Apesar de ser geralmente produzida e utilizada localmente, a energia solar fotovoltaica também pode ser interligada a um sistema de transmissão, conectado a uma rede elétrica. Conforme comenta Shayani et. al. (2006, p. 7):

Em setembro de 2004 foi inaugurado o maior sistema fotovoltaico do mundo conectado à rede elétrica, com potência de 5 MW pico, composto por 33.500 módulos, situado próximo de Leipzig, na Alemanha, fornecendo

energia para 1.800 residências. Já em agosto de 2005 foi iniciada a construção de uma geração ainda maior, com potência de 10 MW pico, na Bavária, também na Alemanha. Este sistema consiste em aproximadamente 62.500 módulos, podendo abastecer cerca de 3.300 residências alemãs.

É perceptível a quantidade de benefícios da geração desse tipo de energia e sua certa expansão nos próximos anos, tornando-se um dos tipos de geração de energia mais utilizados em todo mundo, para abastecer casas, carros e industriais, tornando-se cada vez mais acessível à toda população.

2.3. Conceitos de Energia Eólica

Os ventos se originam da diferença da taxa de aquecimento e resfriamento, fenômeno que dá origem a enormes massas de ar; a colisão de massas de ar quente e fria gera os ventos na Terra. Conforme aponta Martins et. al. (2007, p. 3):

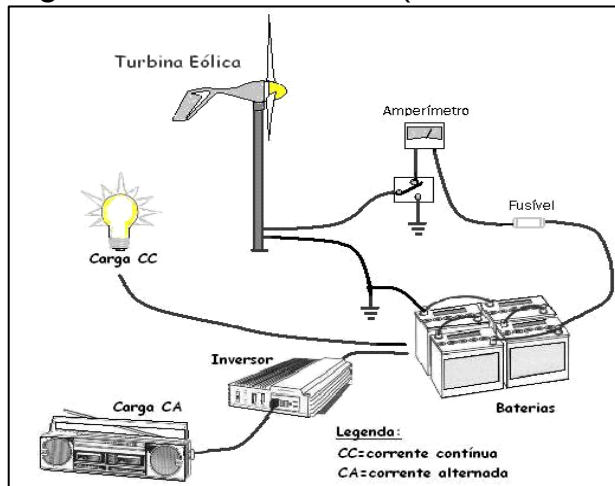
O movimento de parcelas de ar, nas atmosferas planetárias, é denominado vento. Embora, o ar possa mover-se na direção vertical, a denominação 'vento' é comumente aplicada apenas ao movimento horizontal, paralelo à superfície do planeta. Na meteorologia, a velocidade e a direção do vento, juntamente com a temperatura, a umidade e a pressão do ar atmosférico, são as variáveis mais importantes empregadas na descrição meteorológica da atmosfera terrestre.

Acredita-se que foram os egípcios os primeiros a fazer uso prático do vento, em torno do ano 2800 a.C., a partir do uso em velas para navegação. Depois, os persas criaram moinhos de vento para a moagem de grãos, por volta de 700 d.C. Com o advento das Cruzadas o projeto dos moinhos de vento foi levado à Europa, onde os holandeses desenvolveram o moinho de vento, adaptando para a posição horizontal com hélices. A geração de eletricidade pelo vento teve seu início no começo do século XX, através dos primeiros estudos realizados pelos dinamarqueses. Uma das mais memoráveis máquinas de vento foi a de Smith-Putman, construída durante os anos 40, em Vermont (USA), essa enorme máquina possuía laminas de 50 metros de comprimento, projetada para gerar a potencia de 1250 kW, destinada a abastecer Vremont.

O funcionamento de uma turbina eólica é caracterizado por duas componentes de forças aerodinâmicas: a força de arrasto que ocorre na direção do vento e a força de sustentação, perpendicular à ação do vento. Conforme explica a Revista Planilha (1999) Os rotores que giram predominantemente sob o efeito de forças de sustentação permitem liberar muito mais potência do que aqueles que

giram sob efeito de forças de arrasto, para uma mesma velocidade de vento. Como mostrado na figura abaixo:

Figura 1 – Funcionamento (Turbina Eólica)



Fonte: Alternativa Energia.Com

Os componentes da geração da eletricidade eólica contêm basicamente: nacele (compartimento instalado no alto da torre que abriga todo o mecanismo do gerador); torre (elemento estrutural que sustenta o rotor e o nacele); bateria (armazenamento de energia elétrica); controlador de carga (para controlar a carga e descarga da bateria); inversor (converte corrente contínua – gerada no Gerador Eólico – em corrente alternada).

Dentre as vantagens de se utilizar a energia eólica encontramos: é uma energia renovável e não poluente, as centrais eólicas ocupam pequeno espaço físico, necessita de pouca manutenção e de reduzido custo. Entre as desvantagens temos: geração não é regular e uniforme, grandes usinas eólicas causam impacto ambiental, a área utilizada fica inviável para uso agrícola ou pecuário, produz poluição visual e emissão de ruídos. O custo para a produção desse tipo de energia ainda é relativamente alto, conforme salienta Moreira Junior (2009, p. 14).

Os valores para a instalação, no mercado mundial, estão entre US\$ 1000 a US\$ 1400, o Kw de potência instalada. Esses valores podem ser alterados em função de: • Tamanho • Capacidade • Distância • Topografia – linhas de transmissão • Terreno - custo e características, • Transporte • Montagem • Mão de obra • Incentivos fiscais. Existe também o custo de geração, que varia em função da velocidade média dos ventos. Este valor está entre US\$ 35/MWh (ventos > 10m/s) e US\$ 90/MWh (ventos 5,5m/s).

Em resumo, de acordo com Rui M. G. Castro, pode afirmar-se que a tecnologia dos sistemas de conversão de energia eólica atingiu já um estado de

maturidade apreciável, sendo os equipamentos considerados fiáveis, com taxas medias de disponibilidades superiores a 90%, e duradouros, com vidas úteis estimadas em cerca de 20 anos. É hoje inteiramente claro que a inserção dos conversores eólicos, quer diretamente ligados aos grandes sistemas de energia elétrica, quer em paralelo com sistemas diesel em locais remotos, tem uma trajetória sustentadamente crescente.

3. MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO ESTADO DE SÃO PAULO E O ALGUNS APONTAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE FRANCA (SP)

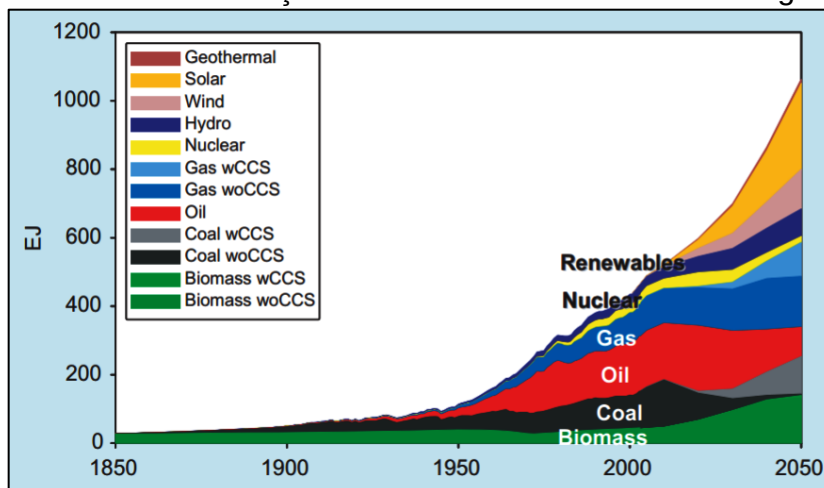
Nesta seção coletar-se-á dados, quando disponíveis, para analisar o processo de formação da matriz energética brasileira, assim como, do Estado de São e do Município de Franca (SP). Desta forma, perpassando pelas fontes energéticas instrumento desta pesquisa, será traçado os níveis instalados de energia, consumo e potencial.

3.1. Evolução da Matriz Energética Mundial e Composição da Matriz Energética Brasileira, Hoje e no Futuro

Atualmente os setores energéticos mundiais, através de sua oferta de produção estão compostos de “[...] (energia primária) esta distribuída por fonte energética do seguinte modo: petróleo (34,3%), carvão mineral (25,1%), gás natural (20,9%), energias renováveis (10,6%), nuclear (6,5%), hidráulica (2,2%) e outras (0,4%)” (BARROS, 2007, p. 48).

Contudo, há um processo de mudança a ser vislumbrado no médio/longo prazo, através do surgimento de novas fontes de energia, menos poluentes e não limitadas. Conforme apresentado no Gráfico 2, a seguir, a Energia Solar deve predominar como fonte geradora de energia dentro de algumas décadas e, sobretudo, vale salientar a queda dos demais recursos geradores de energia, como por exemplo, o Carvão que vem perdendo seu espaço dentro da série histórica apresentada.

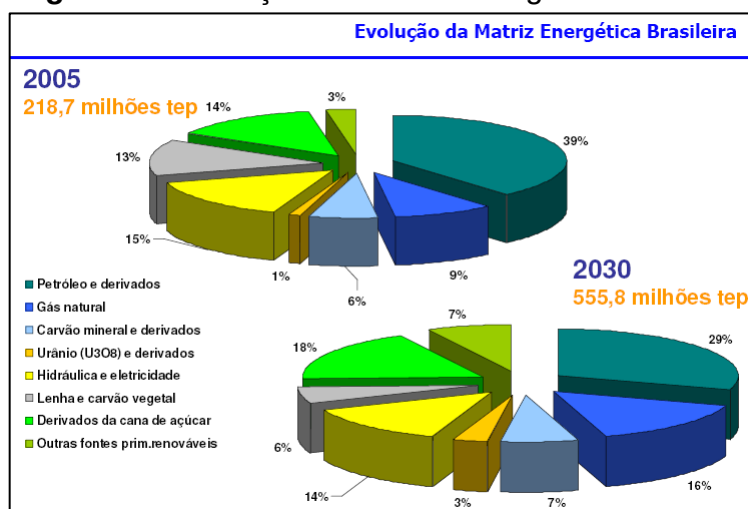
Gráfico 2 – Evolução das Fontes Geradoras de Energia



Fonte: IEA

Entretanto em uma análise mais focada aos objetivos desta pesquisa, na Figura 2, apresentada a seguir, verifica-se uma projeção de diversificação na Matriz Energética Brasileira, onde na próxima década, o petróleo deve perder força, inclusive por suas constantes oscilações no preço, e as fontes primárias renováveis deve ganhar espaço, assim como o gás natural.

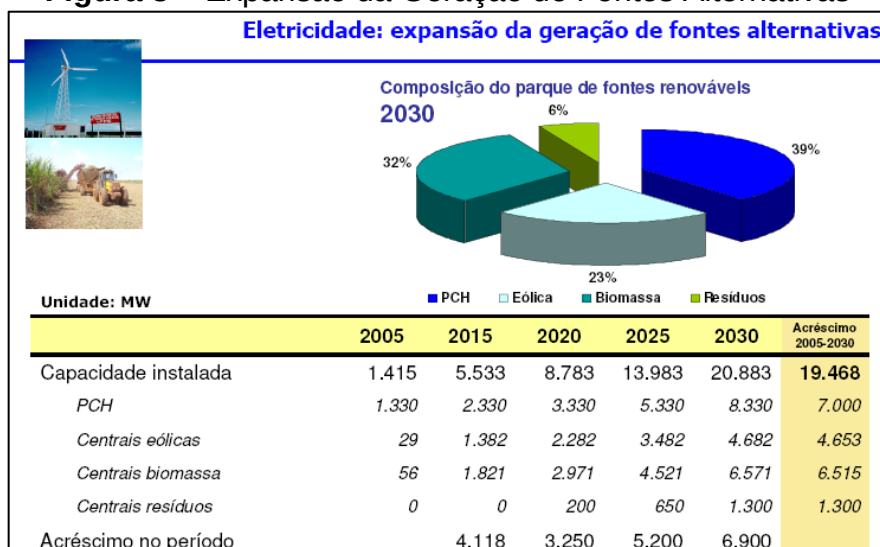
Figura 2 – Evolução da Matriz Energética Brasileira



Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Derivando o Figura 2, para uma melhor análise, na Figura 3 (a seguir), expressa-se a projeção da composição do parque de fontes renováveis para 2030. O aumento da capacidade instalada para essas fontes, deve ser significativo conforme mostrado na figura.

Figura 3 – Expansão da Geração de Fontes Alternativas



Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Assim sendo, conforme comenta Barros (2007, p. 49), “[...] a partir da queda na produção de petróleo, a disponibilidade de outras fontes de energia será decisiva para a economia global”. Todo esse processo de projeção ficará mais explicitado e concreto ao analisar-se a próxima *subseção*, donde trataremos do tema da Matriz Energética para o Estado de São Paulo.

3.2. Matriz Energética no Estado de São Paulo

Tabela 2 – Matriz Energética Estado de São Paulo

CAPACIDADE NORMAL INSTALADA EM SÃO PAULO		
TIPOLOGIA	UNIDADES	MW
Hidroelétricas	-	
• UHE - Usinas Hidroelétricas	51	14.591,10
• PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas	48	336,4
• CGH - Centrais Geradores Hidroelétricas	28	17,5
Fotovoltaica	40	1,3
Eólica	1	0,002

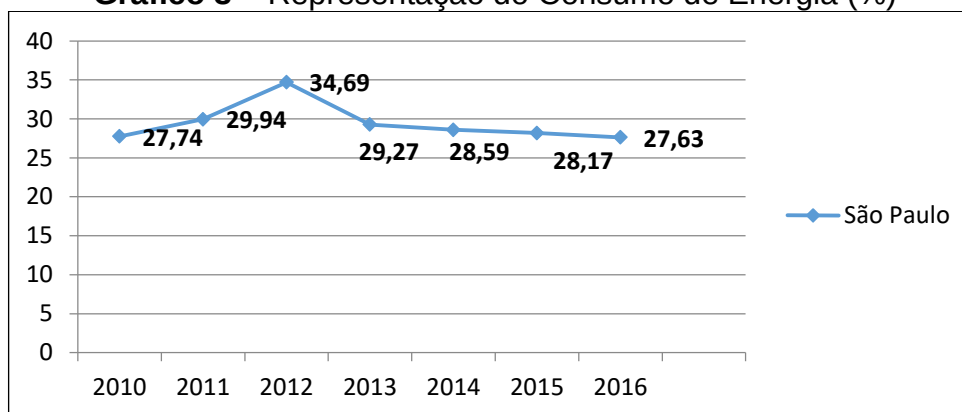
Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Conforme demonstrado na Tabela 2, a matriz energética do estado de São Paulo é composta, atualmente, em sua grande maioria pela geração de energia por fontes hidroelétricas, sendo que esta representa 97,6% do total de energia produzida no estado. Percebe-se, sobretudo, que a geração solar fotovoltaica e a

geração através da energia eólica, ainda são bastante incipientes na matriz energética paulista.

Sem dúvidas esse resultado se dá pela abundância de rios na região. Além desse argumento favorável somam-se outros dois: o baixo custo do suprimento na comparação com outras fontes (carvão, petróleo, gás natural, entre outros) e o fato da operação das usinas hidrelétricas não provocar a emissão de gases causadores do efeito estufa. De acordo com Silva (2010), as usinas hidrelétricas têm um alto custo de instalação, estimadas entre US\$ 1.000,00 e US\$ 1.500,00/kWh, porém o custo de operação é baixo, cerca de US\$ 25,00/ MW, uma vez que usa a força motriz da água, disponível na natureza, logo, gratuita. Para se ter uma ideia, o custo de produção de uma termoeletrica a carvão fica em torno de US\$ 50,00/MW, a gás, entre US\$ 50,00 e US\$ 80,00/MW, a energia nuclear US\$ 150,00/MW e, a mais cara, a energia solar US\$ 600,00/MW.

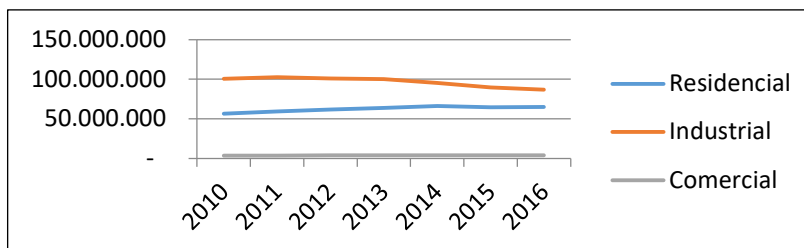
Gráfico 3 – Representação do Consumo de Energia (%)



Fonte: EPE – Empresa de Pesquisa Energética, 2017

Conforme o Gráfico 3, o estado de São Paulo representa grande parte do consumo de energia no Brasil, chegando em 2013 a 34,69% do total de energia consumida naquele período. Contudo, devido ao processo de recessão econômica, há um declínio na participação do consumo em detrimento ao consumo total brasileiro.

Gráfico 4 – Consumo de Energia em MWh (Região Sudeste)



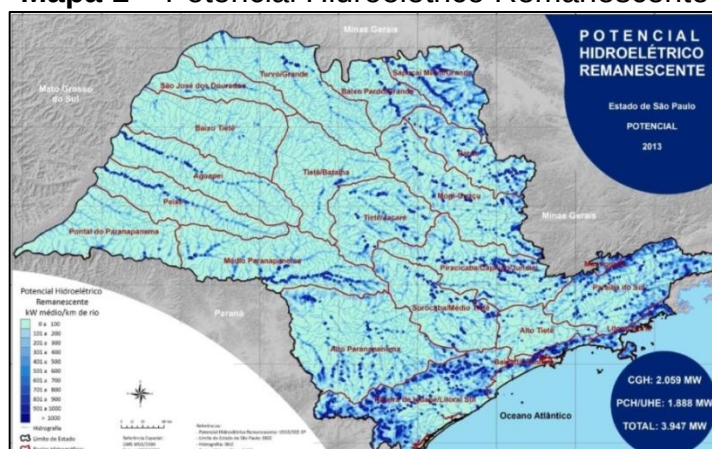
Fonte: EPE – Empresa de Pesquisa Energética, 2017

Em relação ao Gráfico 4, o consumo de energia (em MWh) na região sudeste apresenta um grande declínio em relação ao consumo industrial. Este fato é corroborado, conforme observado no Gráfico 3 (anterior), devido ao processo de recessão econômica vivenciado pelo Brasil, fato que afeta diretamente a produção industrial. Para as variáveis, Consumo Residencial e Comercial, há um pequeno declínio no processo de consumo. Segundo dados do IBGE, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2015 apresentou uma retração em relação ao ano anterior, ordem de -3,8%. Para o Estado de São Paulo, segundo dados da Fundação SEADE, o PIB paulista de 2015 recuou cerca de -4,2% em relação ao ano anterior, sendo de +5,5% do setor primário, -8,9% do setor secundário e -2,2% do setor terciário.

3.2.1. Hidrelétricas no Estado de São Paulo

Hoje, o Estado de São Paulo conta com 33 usinas hidrelétricas de médio e grande porte e aproximadamente 10 PCH's. Através do Mapa 1, verifica-se que os níveis de “Potencial Hidroelétrico” estão localizados na região nordeste do estado de São e, também, na região sul do mesmo.

Mapa 1 – Potencial Hidroelétrico Remanescente



Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Em dezembro de 2015, a capacidade instalada no Estado de São Paulo, por meio de suas usinas hidrelétricas e termelétricas, era de 22.847 MW, correspondente a aproximadamente 16,2% do total da capacidade instalada no Brasil. Há ainda muito potencial hídrico no estado a ser explorado e incrementado à matriz energética atual.

3.2.2. Energia Solar no Estado de São Paulo

No âmbito da energia solar, a Tabela 5 é essencial para o conhecimento dos planos e metas do governo frente a produção desta fonte de energia.

Tabela 5 – Meta 2020 - Plano Estadual de Energia Solar

Segmentos e Usos Finais	Participação (%)
Potência equivalente instalada (2010)	20,7
Hotéis e similares	16,2
Habitações populares (Governos)	17,0
Outras habitações	17,0
Construções eficientes	10,0
Usinas de geração elétrica	5,0
Localidades isoladas *	2,0
Comércio, pequena e média indústria	6,0
Estabelecimentos de saúde e ensino	6,0

Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Para a geração de eletricidade em escala comercial, o principal obstáculo tem sido o custo das células solares. Segundo dados fornecidos através da Secretaria de Energia e Mineração, atualmente os custos de capital variam entre 5 e 15 vezes os custos unitários de uma usina a gás natural que opera com ciclo combinado. Contudo, nos últimos anos tem-se observado redução nos custos de capital. Os valores estão situados na faixa de US\$ 200 a US\$ 300 por megaWatt-hora e entre US\$ 3 e US\$ 7 mil por quiloWatt instalado.

Em relação a Tabela 6, estão dispostos os níveis de radiação solar, pelos principais municípios paulistas, dado as quatro estações climáticas.

Tabela 6 – Radiação Solar Global (Média nos Municípios)

Município	(kWh /m ² . dia)				
	Anual	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Araçatuba	5,520	6,672	5,970	4,697	4,741
Barretos	5,509	6,711	6,057	4,474	4,794
Bauru	5,466	6,540	5,919	4,581	4,824
Campinas	5,388	6,347	6,147	4,402	4,658
Franca	5,484	6,385	6,133	4,618	4,801
Marília	5,384	6,590	5,786	4,573	4,588
P. Prudente	5,401	6,578	6,039	4,517	4,468
Registro	4,388	5,239	5,560	3,482	3,273
Ribeirão Preto	5,489	6,545	6,117	4,476	4,819
Santos	4,709	5,747	5,455	3,881	3,753
São Carlos	5,444	6,390	6,089	4,480	4,819
S. J. Campos	5,053	6,002	5,625	4,227	4,357
S. J. R. Preto	5,512	6,695	5,876	4,597	4,878
São Paulo	4,589	5,251	5,352	3,967	3,784
Sorocaba	5,126	6,105	5,933	4,237	4,231

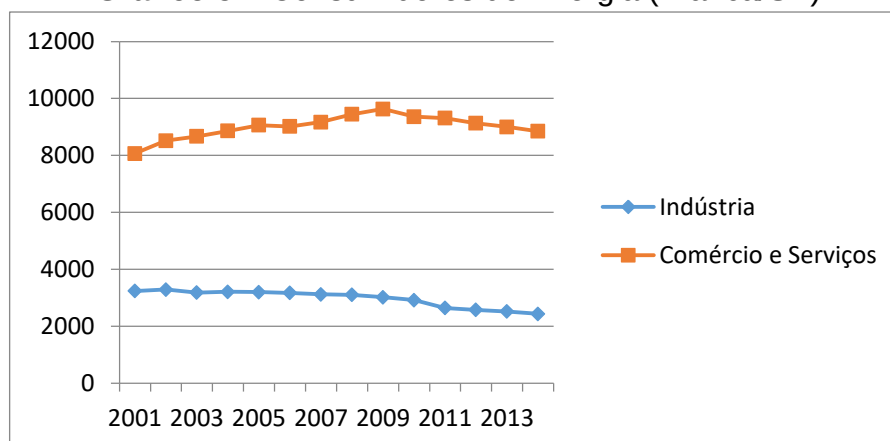
Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

É importante ressaltar que mesmo as regiões com menores índices de radiação apresentam grande potencial de aproveitamento energético. A energia solar pode ser muito bem aproveitada em todos os municípios do estado de São Paulo.

3.3. Níveis de Consumo no Município de Franca (SP)

Para o município de Franca (SP), não foram encontrados dados referentes à produção de energia eólica e solar, podendo-se dar como hipótese o rendimento médio do município, fator que poder interferir na aquisição destes tipos de energia. Entretanto, para analisar o processo energético em Franca (SP), partindo da premissa que o fornecimento no município advém de hidrelétricas, pode-se a seguir analisar o número de consumidores de energia e, também, verificar que a cidade figura entre os maiores consumidores de energia do estado de São Paulo.

Gráfico 5 – Consumidores de Energia (Franca/SP)



Fonte: SEADE

Demonstra-se neste Gráfico 5, o número de consumidores de energia elétrica em Franca, dado o tipo de atividade econômica desenvolvida. Percebe-se que há um número maior de consumidores de energia em Comércio e Serviços. Vale salientar, conforme Mapa 2, que a cidade Franca (SP) vigora entre um dos maiores consumidores de energia elétrica do estado de São Paulo.

O Anuário de Energéticos por Município no Estado de São Paulo 2015, divulgado pela Secretaria de Energia e Mineração mostra que os municípios da região administrativa de Franca foram responsáveis pelo consumo de 1,5% da energia utilizada no Estado em 2015.

De acordo com a Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, a região metropolitana de São Paulo foi a que mais utilizou energia em 2015, consumindo 39,7% do total do Estado. Em seguida aparecem as regiões administrativas de Campinas (20,4%), Sorocaba (6,6%), São José dos Campos (6%), Santos (4,4%), São José do Rio Preto (4%), Ribeirão Preto (3%), Central (2,5%), Marília e Bauru (2,3%), Araçatuba e Presidente Prudente (1,7%), Franca (1,5%), Itapeva (1,2%), Barretos (1,1%) e Registro (0,9%).

4. O PROCESSO DE EXPANSÃO ENERGÉTICA E SUA VIABILIDADE ECONÔMICA

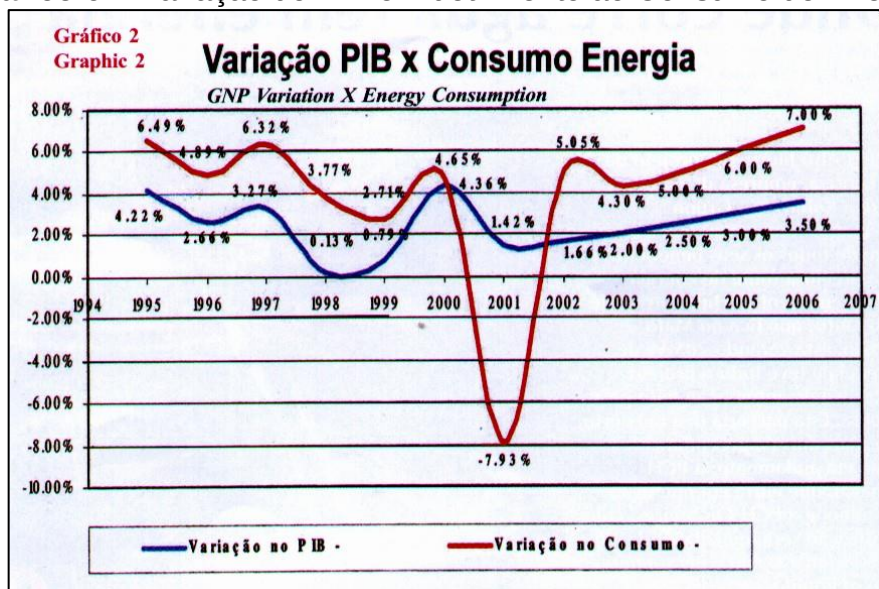
As fontes de energia alternativas aparecem como uma opção sustentável diante do uso de energia fóssil (produzida com recursos limitados). Contudo, conforme comenta Barros (2009, p. 49), a grande indagação no que concerne a economia e a produção energética alternativa, é que estas “[...]fontes de energia possuem custos de produção mais elevados e requerem uma quantidade de energia maior para serem produzidas do que a simples extração do petróleo”. Assim sendo, “[...] a energia gerada por esses combustíveis tem de ser maior que a consumida na sua produção (taxa de conversão), ou eles não serão de fato um substituto para o petróleo como fonte de energia” (BARROS *apud* GOODSTEIN, 2009, p. 49).

Soma-se a isto, que o processo de produção alternativa de energia, mormente demanda um investimento, na maioria das vezes considerável, e que só produzirá efeitos (em nível de investimento e retorno do capital empregado) em

médio/longo prazo. De forma pragmática, pode-se concluir em perspectiva histórica, que “[...] ao longo da história a humanidade tem apontado suas escolhas energéticas em função de dois parâmetros fundamentais: disponibilidade técnica e viabilidade econômica” (SILVA, 2006, p. 96).

Vale ressaltar, sobretudo, que em uma análise regional da utilização de energia, conforme comenta Cabral e Vieira (2012), os níveis de renda da população, assim como, o PIB (Produto Interno Bruto) do município influem no consumo de renda e, conseqüentemente, irá influir no processo de implantação de fontes alternativas de energia, dado o custo das mesmas. Percebe-se o fato, demonstrado graficamente, no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Variação do PIB em detrimento ao Consumo de Energia



Fonte: EPE

4.1. Hidrelétrica

Dentre os tipos de fontes alternativas selecionadas para esta pesquisa, o sistema que possui maior viabilidade e um ponto desfavorável que é a necessidade de se ter o potencial hidráulico. Percebe-se, sobretudo, que “[...] o parque gerador hidrelétrico brasileiro é bastante complexo, possuindo usinas de diversas capacidades, o que torna mais confiáveis os investimentos neste setor, devido à grande experiência já adquirida” (BOARATI et. al., 2014, p. 1).

Sendo assim, na Tabela 7, pode-se perceber que um dos menores custos para o preço de geração de energia elétrica por fonte (em R\$/MWh) fica a cargo das Hidroelétricas.

Tabela 7 – Preço de Geração de Energia Elétrica (R\$/MWh)

Fonte	Custo fixo	CVU (R\$/MWh)	Preço final
Hidroelétrica de grande porte	84,58	–	84,58
Eólica ^(*)	99,58	–	99,58
Hidroelétrica de médio porte	147,46	–	147,46
Pequena central hidroelétrica	158,94	–	158,94
Térmica nuclear	145,48	20,91	166,39
Térmica a carvão	159,34	176,85	336,19
Térmica a gás natural	166,94	226,39	393,33
Térmica a óleo diesel	166,57	340,66	507,23
Térmica a óleo combustível	166,57	432,48	599,05
Térmica a biomassa ^(*)	171,44	642,62	814,06
Solar Fotovoltaica ^(*) 10	Não informado	–	

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
(*) Fontes intermitentes, que não podem operar na base da matriz.

Entretanto, existem certos pontos de inflexão na análise deste setor, principalmente quanto a escassez de chuva, sendo que uma fonte de energia limpa tem de recorrer comumente (em períodos de escassez de chuva) ao uso de usinas térmicas. “As usinas térmicas, embora tenham custo de geração bastante mais elevado, representam a segurança do abastecimento, e funcionam como suplementação do sistema quando as hidrelétricas, por motivo de escassez de chuvas, não têm condições de gerar toda a energia de que o País necessita” (TANCREDI; ABBUD, 2013, p. 11).

Portanto, dado a análise, pode-se deduzir que as Hidrelétricas, dentre as fontes de energia renováveis, possuem maior viabilidade econômica no país e no estado de São Paulo. Contudo há de se ressaltar aspectos ambientais que podem interferir neste processo, gerando uma diminuição da utilização desta fonte.

a. ENERGIA SOLAR: CUSTOS AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Para a análise dos custos referentes ao processo de implantação da energia solar fotovoltaica, coletou-se os preços de Kit's de geradores de Energia Solar e sua capacidade de geração em KWh/Mês.

Contudo, antes de se analisar os custos referentes à instalação de um gerador de energia solar fotovoltaica, será estimado como *metaparadigma* o quanto consome de energia uma família de 4 (quatro) pessoas. Desta forma, poder-se-á perceber, em níveis mais concretos, o investimento de uma família para instalação da captação e geração de energia solar.

Tabela 8 – Consumo Mensal de Energia (4 pessoas)

Estimativa de consumo mensal			
Unidade residencial de uma família com 4 pessoas			
Ambiente	Uso		Consumo (kW x h)
SALA	iluminação	0,2 kW x 2 h/dia x 30 dias	12,0
	tomadas	0,4 kW x 3 h/dia x 30 dias (TV)	36,0
DORMITÓRIO 1	iluminação	0,1 kW x 1 h/dia x 30 dias	3,0
	tomadas	0,5 kW x 0,2 h/dia x 30 dias	3,0
DORMITÓRIO 2	iluminação	0,1 kW x 1 h/dia x 30 dias	3,0
	tomadas	0,4 kW x 0,2 h/dia x 30 dias	2,4
COZINHA	iluminação	0,1 kW x 3 h/dia x 30 dias	9,0
	tomadas	0,3 kW x 0,5 h/dia x 30 dias	4,5
	geladeira *	0,4 kW x 6 h/dia x 30 dias	72,0
	freezer *	0,5 kW x 6 h/dia x 30 dias	90,0
	máq. lav. prat.	2,2 kW x 1 h/dia x 30 dias	66,0
	torneira	3 kW x 1 h/dia x 30 dias	90,0
	iluminação	0,1 kW x 0,5 h/dia x 30 dias	1,5
ÁREA DE SERVIÇO	máq. lav. roup.	0,6 kW x 6 h/sem. x 4 sem.	9,6
	ferro	0,6 kW x 4 h/sem. x 4 sem.	14,4
	iluminação	0,1 kW x 1 h/dia x 30 dias	3,0
BANHEIRO	tomadas	0,1 kW x 0,1 h/dia x 30 dias	0,3
	chuveiro	4,0 kW x 1 h/dia x 30 dias	120,0
TOTAL **			539,7

Fonte: Construção Mercado/Site Engenharia

Conforme se pode observar na Tabela 8, o consumo médio mensal de energia de uma família de 4 pessoas (em KWh) é de 539,7. Tornando estes dados como parâmetro, à observação dos custos para a instalação de um gerador de energia solar fotovoltaico, segundo a Tabela 9, exigiria um investimento de aproximadamente R\$ 29.181,64.

Na tabela a seguir, produziu-se o levantamento de preços de Kit's de Geração de Energia Solar, com a finalidade de conhecer o investimento necessário para obtenção desta fonte de energia renovável.

Tabela 9 – Pesquisa de Preço Kit de Geração de Energia Solar

Capacidade de Geração (KWh/Mês)	Preço
220	R\$ 12.719,00
365	R\$ 17.849,00
400	R\$ 20.194,31
440	R\$ 20.509,00

670	R\$ 29.181,64
1.340	R\$ 52.797,24
2.495	R\$ 99.401,97
2.905	R\$ 114.227,40
3.350	R\$ 130.159,34

Fonte: Loja NeoSolar, 2017

Desta forma, o custo com o processo de Geração de Energia Solar, exige um investimento considerável por parte das famílias que desejam possuir este tipo de energia. Conforme comenta Cabral e Vieira (2012), esta fonte de energia, apesar de não parecer tão atrativa financeiramente no curto prazo, no longo prazo torna-se vantajoso.

b. ENERGIA EÓLICA: O QUE OS VENTOS NOS TRAZ OU NOS LEVA?

A Energia Elétrica traz tantos outros questionamentos sobre sua viabilidade econômica, abrangendo desde questões simples de custo direto, até mesmo ao abordamento de custos indiretos no gasto com o transporte dos aerogeradores.

Para a produção de uma aerogerador, os maiores dispêndios ficam por conta da Torre e das Pás do Rotor, conforme é possível verificar pela pesquisa realizada Secretaria de Energia e Mineração do estado de São Paulo.

Figura 4 – Custos de Fabricação de um Aerogerador



Fonte: Secretaria de Energia e Mineração (SEM-SP)

Estes mesmos instrumentos, englobam outros rols de discussão em relação ao custo e viabilidade de projetos para geração de energia eólica. “Claramente o tamanho das pás vai crescendo no mercado brasileiro. Isto representa um desafio logístico muito grande, com as pás normalmente são o componente mais complicado de transportar”(GAYLORD, 2015, p. 2).

Como fonte de análise, pode-se verificar a Tabela 10 (a seguir) que apresenta a evolução do tamanho das pás e das torres entre os anos 2009 e 2015.

Tabela 10 - Evolução do Tamanho (Pás e Torres)

Fabricante	Aerogerador 2009	Pas	Torres	Aerogerador 2015+	Pas	Torres
Acciona	n/d	-	-	AW3000 125	61-m	120-m
Alstom	ECO80	39-m	80-m	ECO122	60-m	89-m
Gamesa	G87	43-m	78-m	G114	55-m	93-m
GE	1.6 XLE	40-m	80-m	2.2-107	52-m	80-m
Vestas	V82	40-m	80-m	V110	54-m	95-m
WEG	n/d	-	-	NPS 2.1-110	53-m	120-m
Wobben	E-82	39-m	108-m	E-92	44-m	108-m

Fonte: GAYLORD, 2015, p. 2

O custo médio para a produção de energia eólica, segundo o Wind Blong, gira em torno de 4 a 10 centavos por US\$ (por KWh), conforme demonstra a Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 – Comparação de Custos de Energia

Comparação de custos da energia	
Tipo de recurso	Custo médio (centavos de US\$ por kWh)
Hidrelétrica	2-5
Nuclear	3-4
Carvão	4-5
Gás natural	4-5
Vento	4-10
Geotérmica	5-8
Biomassa	8-12
Célula de hidrogênio	10-15
Solar	15-32
Fontes: Associação Americana de Energia Eólica, Wind Blog, Stanford School of Earth Sciences.	

Além disto, o imediatismo ao retorno do capital investido, e o grande dispêndio exigido pela energia eólica (apesar dos ganhos ambientais), não proporcionam aos empresários um impulso ao investimento. Conforme comenta Silva (2006, p. 205):

O sistema econômico e social foi pautado e desenvolvido de forma centralizada e dependente de fontes convencionais de energia, nomeadamente: carvão, petróleo e gás natural. Na realidade, o maior problema enfrentado pela indústria eólica ainda recai sobre os seus custos, que ainda apresentam-se superiores aos praticados pelas tecnologias convencionais baseadas em combustíveis fósseis

Contudo, o que alenta as perspectivas para o futuro, é que “[...] os custos de investimento em energia eólica vêm caindo substancialmente nestas últimas duas décadas e verifica-se a manutenção dessa tendência de redução para os próximos anos” (SILVA, 2006, p. 209).

Desta forma, a conclusão obtida é que as fontes de energia alternativas (exclusive a Hidráulica) ficam a mercê de subsídios ou políticas governamentais para impulsionar sua difusão. Talvez, outra possibilidade que contribuiria para a difusão dessas energias, seria a redução dos custos dado o aprimoramento da tecnologia. Entretanto, tudo que foge ao fato, são meras especulações.

5. CONCLUSÃO

É evidente que a participação da Energia Hidráulica nesta região é imensamente maior, dado que a matriz hidráulica é abundante no Estado e no país em geral. Isso, no entanto, não obstrui a oportunidade de outras fontes renováveis

de emergirem. Diversificar a disponibilidade e a variedade de geração de energia significa diminuir custos.

O potencial da Energia Solar, por exemplo, é claramente atrativo, visto que tende a se tornar um investimento cada vez mais barato e disponível. As moradias atualmente já são projetadas para ter quase autossuficiência energética, graças ao uso de células fotovoltaicas. Há ainda muito campo para desenvolvimento dessa tecnologia, tornando-a mais barata e, assim, acessível a todos. Estudos mostram que a incidência solar no estado e, mais especificamente, em Franca é bastante favorável a esse tipo de produção de energia.

Os parques eólicos também tendem a crescer futuramente, embora em ritmo bem menor. O investimento eólico é naturalmente maior, depende de fatores mais instáveis como a incidência de ventos, e tem alguns inconvenientes intrínsecos, como poluição sonora e visual, o que dificulta sua disseminação.

Concluindo, felizmente a matriz energética da região estudada advém quase inteiramente de fontes renováveis. Futuramente, deve-se ampliar a diversidade de fontes, tornando a Energia Solar, principalmente, mais atrativa e acessível a todos, de modo a complementar a energia gerada pelas hidrelétricas.

REFERÊNCIAS

AMARAL. **Energia Hidrelétrica**. *PUC-RIO*. 2012. Disponível em: <
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19308/19308_4.PDF> Acesso em 15 fev. 2017.

BARROS, Evandro Vieira de. **A Matriz Energética Mundial e a Competitividade das Nações: Bases de uma Nova Geopolítica**. *Engevista*, v. 9, n. 1, p. 47-56, 2007. Disponível em: < http://www.uff.br/engevista/9_1Engevista5.pdf> Acesso em 02 mai. 2017.

BOARATI, Julio H; SHAYANI, Rafael A; GALVÃO, Luiz C. R; UDAETA, Miguel E. M. **Hidrelétricas e Termelétricas a Gás Natural Estudo Comparativo Utilizando Custos Completos**. *Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétrica*. 2014. Disponível em: <
http://seeds.usp.br/pir/arquivos/PF1998_Boarati_Shayani.pdf> Acesso em 14 mai. 2017.

BRAGA, Renata Pereira. **Energia Solar Fotovoltaica: Fundamentos e Aplicações**. 2008. (Monografia em Engenharia Elétrica). Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <
<http://monografias.poli.uff.br/monografias/monopoli10001103.pdf>> Acesso em 15 abr. 2017.

CABRAL, Isabelle; VIEIRA, Rafael. **Viabilidade Econômica x Viabilidade Ambiental do Uso de Energia Fotovoltaica no Caso Brasileiro: Uma Abordagem no Período Recente.** *III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental – Goiânia.* 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/X-003.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2017.

FEARNSIDE, P. M. **Impactos Ambientais e Sociais de Barragens Hidrelétricas na Amazônia Brasileira: As Implicações para a Indústria de Alumínio.** *Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.* Manaus, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/> Acesso em 15 mar. 2017.

GAYLORD, Brian. **Desafios Logísticos para o Mercado Eólico Brasileiro.** *Brazil WindPower 2015 Conference.* Disponível em: < http://www2.ctee.com.br/brazilwindpower/2015/papers/Brian_Gaylord.pdf> Acesso em 19 mai. 2017.

JÚNIOR, Alvaro Mari; MARI, Angelo Gabriel; CABRAL, Ana Claudia; FRIGO, Elisandro Pires; SANTOS, Reginaldo Ferreira. **Vantagens e Desvantagens da Energia Hidráulica.** *Acta Iguazu,* Cascavel, v. 2, n. 4, p. 20-28, 2013. Disponível em: < http://portalpos.unioeste.br/media/File/energia_agricultura/Vantagens%20e%20desvantagens%20da%20energia%20hidr%C3%A1ulica.pdf> Acesso em 15 mar. 2017.

MARTINS, F.R; GUARNIERI, R.A; PEREIRA, E.B. **O aproveitamento da energia eólica.** *Revista Brasileira de Ensino de Física.* v. 30, n. 1, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172008000100005> Acesso em 12 abr. 2017.

MOREIRA JUNIOR, Fernando Delgado. **Viabilidade Técnica e Econômica para a Produção de Energia Eólica em Grande Escala no Nordeste Brasileiro.** 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso para Grau em Especialista em Energia Eólica). Universidade Federal de Lavras, 2009.

PINTO, Carlos; CARATINO, Joana; CORREIA, Manuel; LEITE, Pedro; COSTA, Sara. **Energia Solar.** *Projeto FEUP.* 2014. Disponível em: < https://paginas.fe.up.pt/~projfeup/submit_14_15/uploads/relat_1MIEEC03_1.pdf> Acesso em 25 fev. 2017.

SHAYANI, Rafael Amaral; OLIVEIRA, Marco Aurélio Gonçalves de; CAMARGO, Ivan Marques de Toledo. **Comparação do Custo entre Energia Solar Fotovoltaica e Fontes Convencionais.** *Congresso Brasileiro de Planejamento Energético – Brasília.* 2006. Disponível em: < http://www.gsep.ene.unb.br/producao/marco/sbpe_2006.pdf> Acesso em 22. abr. 2017.

SILVA, Neilton Fidelis da. **Fontes de Energias Renováveis Complementares na Expansão do Setor Elétrico Brasileiro: O Caso da Energia Eólica.** 2006. (Tese em Ciências em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

TANCREDI, Márcio. ABBUD, Omar Alves. **Por que o Brasil está trocando as Hidrelétricas e seus Reservatórios por Energia Cara e Poluente?**. *Textos para Discussão – Senado Federal*. 2013. Disponível em: <
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496199>> Acesso em 10. Mai. 2017.

VICHI, Flavio Maron; MANSOR, Maria Teresa Castilho. **Energia, Meio Ambiente e Economia: O Brasil no Contexto Mundial**. *Química Nova*, São Paulo, v. 32, n.3, p. 757-767, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/qn/v32n3/a19v32n3.pdf>> Acesso em 10 abr. 2017.

O ESTUDO DE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA PREVISÃO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS

CARNEIRO, Matheus Borges – Uni-FACEF

CARVALHO NETO, Sílvia – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O município de Franca é internacionalmente conhecido como importante polo de calçados brasileiro, gerando diversos empregos e grande movimentação monetária tanto neste setor quanto nos setores industriais correlatos, como o das indústrias químicas, têxteis e de máquinas e equipamentos. Seu setor calçadista é o segundo maior do Brasil, sendo o primeiro o Vale dos Sinos-RS (ABICALÇADOS, 2016). O setor calçadista francano é especializado em calçados de couro para o público masculino.

Atualmente, há uma estimativa de 344.704 habitantes para o município de Franca, no ano de 2016; destes, 110.256 compõem a quantidade de funcionários (IBGE, 2016). Destes, 22.565 trabalham nas indústrias calçadistas do município (MTPS, 2016). A partir destas estimativas, pode-se inferir que aproximadamente 20,47% da população ativa francana trabalha no setor calçadista.

Logo, é possível verificar a importância do setor de calçados ao município. Contudo, com a atual crise econômica enfrentada pelo Brasil, a produção calçadista teve queda de produção, o que consequentemente gerou uma demissão de 600 funcionários, entre 2015 e 2016 (SINDIFRANCA, 2017). Analisando-se a produção de calçados de Franca, é possível verificar que a tendência é que a mesma caia, reduzindo, assim, a quantidade de funcionários.

Para superar a crise, sabe-se que a busca por diferenciais é imprescindível. No caso do setor de calçados de Franca-SP, deve-se encontrar qualquer ferramenta que possa auxiliar o setor a controlar e planejar sua produção e, por consequência.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal criar uma reta de regressão múltipla (equação) que consiga prever a produção de calçados do setor calçadista de Franca/SP através da utilização da análise multivariada de dados, mais especificamente a regressão múltipla.

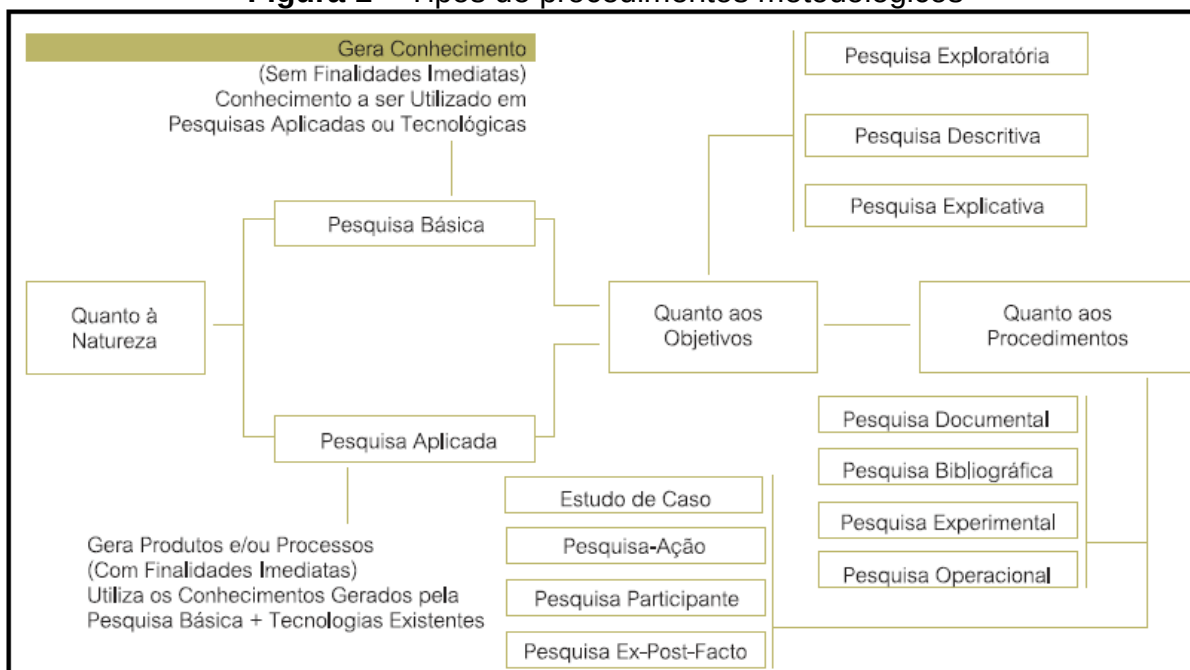
Para cumprir o objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica, em um primeiro momento, para então realizar um estudo de caso, embasado em abordagens tanto quantitativa quanto qualitativa.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: o tópico 2 é responsável por descrever o procedimento metodológico adotado neste trabalho; o tópico 3 expõe a revisão bibliográfica realizada; o tópico 4, os resultados da pesquisa; e o tópico 5, as considerações finais.

2. MÉTODO

É possível definir o método científico como a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa, sendo a pesquisa um conjunto de ações, propostas para a solução de um problema, mediante o emprego de procedimentos metodológicos científicos (PRODANOV e FREITAS, 2013). A figura 1 descreve os diferentes tipos de procedimentos metodológicos.

Figura 1 – Tipos de procedimentos metodológicos



Fonte: PRODANOV e FREITAS (2013, p. 50).

A partir da figura 1, é possível definir os procedimentos metodológicos deste projeto. Quanto à natureza, esta constitui uma pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos, este projeto apresenta uma pesquisa exploratória, característica de uma pesquisa em sua fase preliminar. Quanto aos

procedimentos, esta pesquisa se embasou na revisão bibliográfica, para que pudesse ser feito uma pesquisa exploratória com dados secundários, com abordagens quantitativa e qualitativa.

Para a definição das variáveis da regressão múltipla, foram utilizados dados institucionais do SINDIFRANCA, ABICALÇADOS e IBGE. E o Excel foi o *software* utilizado como ferramenta para a determinação do modelo de regressão.

Vale ressaltar a dificuldade da busca pelas variáveis e seus respectivos dados, pois há pouca disponibilidade de dados no setor, falta de padronização dos dados, diversificação da produção, ciclo de vida do produto, ausência da economia de escala, entre outras (MANTOVANI, 2011).

A primeira variável adotada foi a quantidade de funcionários, pois sua quantidade impacta na quantidade de produtos fabricados, e por ela ser a única variável utilizada na previsão da produção do SINDIFRANCA.

A segunda variável foi o custo com a mão-de-obra direta, fornecido pelo SINDIFRANCA. Para inserir os dados desta variável na composição da regressão, converteu-se os valores antigos até o ano de 2016, acrescentando a inflação de cada ano em seus respectivos valores. Para a composição dos cálculos, a inflação foi obtida através do IBGE.

A terceira variável utilizada foi a taxa média anual do dólar. Esta variável afeta a produção para a exportação, uma vez que com suas oscilações, impede o aumento da produção.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Cadeia Produtiva de Calçados de Franca-SP

A indústria calçadista pode ser classificada como uma organização manufatureira do setor secundário, cuja produção divide-se em diversos processos. Um processo pode ser definido como uma forma sistemática de fazer as coisas que podem ser utilizados em maior ou menor escala (PEINADO, 2007).

No Brasil, o setor calçadista desempenha importante papel na economia nacional, no que se refere à empregabilidade. O país possui cerca de 8 mil empresas vinculadas ao setor calçadista, com uma empregabilidade de cerca de 345 mil funcionários. O calçado brasileiro é exportado para mais de 150

países, gerando US\$ 1,5 bilhão, com a exportação de 113 milhões de pares (ABICALÇADOS, 2016).

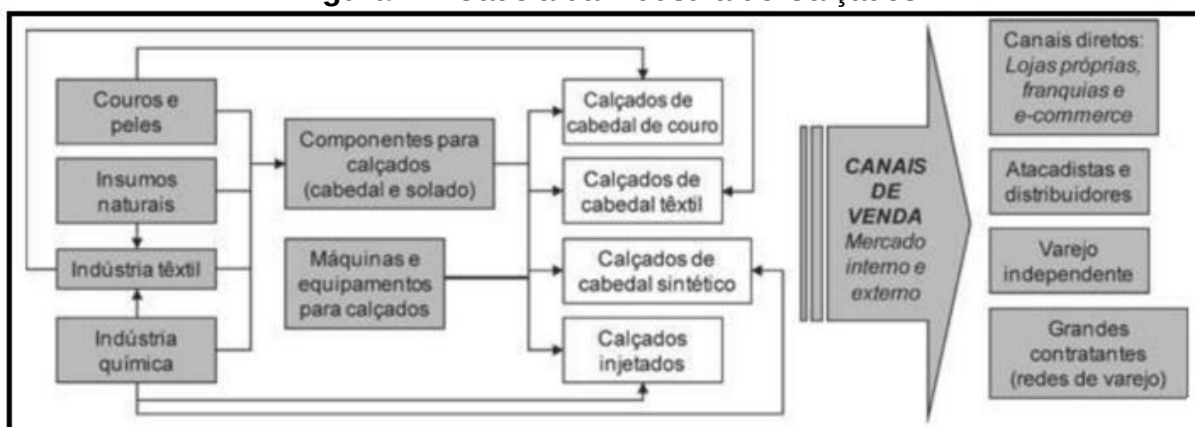
O município de Franca iniciou sua produção calçadista por volta de 1909, quando Carlos Pacheco de Macedo e seus sócios decidiram ampliar a produção de calçados, inserindo a utilização de máquinas para acelerar e aumentar a produção. Em 1921, a empresa Carlos Pacheco & Cia., é fundada (ENGLER, 2009; CARVALHO NETO, 2004).

O crescimento foi tal, que em 1970 a indústria de calçados de Franca já atingia uma produção física extremamente significativa, isto é, produzia aproximadamente 323,8 milhões de pares (BRAGA FILHO, 2000).

No contexto atual, o setor calçadista de Franca-SP é especializado na produção de calçados de couro masculino, e é considerado o segundo maior polo calçadista do Brasil, perdendo apenas para o Vale dos Sinos (RS), especializado em calçados de couro feminino.

Um fator importante do setor calçadista francano diz respeito à sua cadeia de suprimentos. O município conta com todas as indústrias de insumos necessários para a fabricação do calçado, compreendendo toda a gama calçadista apresentada na figura 2.

Figura 2 – Cadeia da Indústria de Calçados



Fonte: Adaptado de Guidolin et al (2010).

O polo calçadista de Franca é configurado em estrutura produtiva de um *cluster*, pois o município conta com a participação de fornecedores e produtores de solados e adesivos, curtumes, matrizarias, máquinas, equipamentos, principalmente com instituições que procuram desenvolver

inovações tecnológicas, que são o Uni-FACEF, a FATEC-Franca, a Unifran, o SENAI e o SENAC (GORINI *et al.*, 2000).

3.2 A Regressão Linear Múltipla

De acordo com Sousa *et al.* (2013), os modelos causais buscam expressar matematicamente a relação de causa e efeito entre a variável que está sendo medida e suas preditoras, tendo a análise de regressão como ferramenta básica para sua realização.

As técnicas de análise de regressão dividem-se em dois grupos: a regressão simples, e a múltipla. A equação básica da reta de regressão simples adota que $y = a + bx$, onde y é o efeito, x a causa deste efeito, e a e b coeficientes que podem ser calculados (BARBETTA *et al.*, 2010).

A regressão múltipla, por sua vez, é uma técnica metodológica para o estudo de diversas variáveis. Ela pode ser utilizada para análise de uma variável dependente – denominada critério – e diversas variáveis independentes – denominadas preditoras (HAIR JÚNIOR *et al.*, 2005).

Através de um modelo matemático, ela é capaz de descrever a relação entre uma variável quantitativa e duas outras quantitativas ou qualitativas, chamadas de variáveis *dummies*. É muito utilizada na previsão da demanda. As variáveis qualitativas, para serem inseridas na regressão, devem ser transformadas em números, variando de 0 a 1. Contudo, como este artigo se embasou em dados institucionais para a determinação da regressão múltipla, não foi possível definir uma variável qualitativa para inserção nos cálculos do modelo.

A reta de regressão objetiva determinar uma equação matemática que consiga descrever o comportamento de determinada variável, denominada dependente, com base nos valores de demais variáveis, denominadas independentes. Quando houver uma variável dependente e uma independente, utiliza-se a regressão simples; quando houver uma variável independente e diversas independentes, utiliza-se a regressão múltipla (CORRAR *et al.*, 2007). Assim, o modelo linear de regressão múltipla (MLRM) é dada pela seguinte equação:

$$Y = \beta_0 + \beta_n x_n + \varepsilon \quad (1)$$

Sendo:

Y – a variável dependente (o critério da função);

β_0 – o valor de y para todo $x = 0$ (O valor inicial da variável dependente);

β_n – o parâmetro da regressão;

x_n – a variável independente (a preditora da função);

ε – o resíduo ou erro da função.

A eficácia do MLRM está condicionada ao cumprimento de alguns pressupostos, sendo eles:

- (a) Normalidade dos resíduos: O conjunto dos resíduos (ε) ao longo do intervalo das observações deve apresentar distribuição normal (FERREIRA, 2016);
- (b) Homoscedasticidade dos resíduos: “é a descrição de dados para quando a variância dos termos de erro (ε) aparece constante no intervalo de valores de uma variável independente” (HAIR JUNIOR *et al.*, 2005, p. 134);
- (c) Ausência de autocorrelação serial: Os resíduos devem ser submetidos a um cálculo de correlação entre eles. Este cálculo deve resultar em zero, para que exista relação apenas entre as variáveis independentes e a dependente (FATTIBENE, 2015);
- (d) Linearidade dos coeficientes: Como trata-se de uma regressão linear múltipla, mesmo que contenha diversas variáveis envolvidas, o resultado final deve apresentar uma função do 1º grau, ou seja, quando expressa em gráfico, a regressão deve exibir uma reta (GREGO, 2014);
- (e) Multicolinearidade: A colinearidade ocorre quando as variáveis independentes possuem correlação entre si. O coeficiente de correlação entre duas variáveis varia entre 0 e 1, sendo que o zero representa completa falta de colinearidade, e o um, colinearidade completa. Se as variáveis independentes apresentarem colinearidade elevada, não há viabilidade de inserir as duas na determinação da reta de regressão (FOKOUÉ, 2010; FERREIRA, 2016). A multicolinearidade, por sua vez, se refere a uma única variável independente possuir um elevado grau de colinearidade com diversas outras variáveis independentes (ALVES, 2016).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a determinação do modelo linear de regressão múltipla (MLRM) para previsão da produção de calçados do setor calçadista de Franca-SP, realizou-se uma busca de dados através de dados institucionais do SINDIFRANCA, ABICALÇADOS e do IBGE.

Então, para previsão da produção de calçados em Franca-SP (y) foram utilizadas as variáveis quantidade de funcionários (x1), cotação do dólar para vendas (x2), horas trabalhadas pelos funcionários (x3) e custo com a mão-de-obra direta (x4).

Para uma melhor compreensão da oscilação no mercado calçadista, foram utilizados dados anuais, desde 1999 até o ano de 2016. A tabela 1 demonstra a produção de calçados, bem como todas as outras variáveis inclusas no processo de determinação do modelo, entre os anos de 1999 e 2016.

Tabela 1 – Variáveis para a previsão da produção do setor calçadista de Franca-SP

Ano	Produção (em milhões de pares)	Funcionários	Dólar	Custo unitário com a mão de obra direta
1999	29,5	15376	1,8084	654,7616481
2000	32,5	17474	1,8331	694,1891899
2001	32,5	17942	2,36371	737,3204512
2002	30	18754	2,922167	737,4732136
2003	32,1	20644	3,078	748,9794097
2004	35,4	25579	2,926	813,735635
2005	27,9	25460	2,434917	835,8661874
2006	25,5	24534	2,17825	866,1864802
2007	28,2	25224	1,948083	885,4584375
2008	28,7	25106	1,834917	908,9109622
2009	25,3	23267	1,997417	914,3907043
2010	35,5	25981	1,760333	965,2191444
2011	37,2	26823	1,675083	1002,588346
2012	37,8	27279	1,954667	1062,755011
2013	39,5	28496	2,157667	1088,390858
2014	37,1	26765	2,353167	1126,541693
2015	33	23839	3,331	1152,785201
2016	30,3	21840	3,4885	1157,4981

Fonte: Adaptado de SINDIFRANCA (2012); SINDIFRANCA (2017); IBGE (2017).

Com estas variáveis, foi possível elaborar um modelo de regressão, conforme as tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2 – Estatísticas da regressão

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,750031072
R-Quadrado	0,620527966
R-quadrado ajustado	0,480141101
Erro padrão	7,205280656
Observações	18

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3 – Resultado do modelo de regressão múltipla pelo Excel

	Coeficientes	valor-P
Interseção	21,72868759	1,82%
Quantidade de funcionários	0,000179898	17,78%
Dólar	-0,641549295	20,22%
Custo com mão-de-obra	0,008452968	19,52%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4 – Resíduos da regressão

Observação	Resíduos
1	0,630702
2	2,935843
3	2,827476
4	0,538385
5	2,301091
6	4,068398
7	-3,91232
8	-6,56669
9	-4,30139
10	-4,05101
11	-7,06224
12	2,067761
13	3,245714
14	3,43446
15	4,82906
16	2,543398
17	-0,62473
18	-2,90391

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a soma dos resíduos para cada observação, exibidos na tabela 4, obtém-se um número muito próximo de zero, -7,81597E-14, o que responde a

normalidade, a homoscedasticidade e a ausência de autocorrelação dos resíduos da regressão.

Em relação a tabela 2, é possível verificar um Qui-quadrado ajustado com valor próximo de 0,48, representando resposta média das variáveis x para a variável y. Este valor é pertinente aos dados e variáveis utilizados, uma vez que estes foram aqui inseridos como médias anuais e voltados a perspectiva macro.

Para a realização da regressão múltipla, deve-se exibir um nível de confiança (z) das variáveis e dados utilizados. Como esta regressão utilizou apenas variáveis macroeconômicas, e os dados inseridos são médias, não valores precisos, adotou-se um nível de confiança de 80%.

Assim, o resultado de “100% - Nível de confiança” resulta no alfa, ou valor -p, que nada mais é que o nível de significância dos dados. Para as variáveis inseridas, este valor não pode ultrapassar, nesta regressão em questão, o valor de 20%.

Contudo, como observa-se na tabela 3, a variável “dólar” atinge um valor -p de 20,22%. Como este valor é bem próximo de 20%, esta variável será mantida no modelo linear de regressão múltipla – MLRM. Assim, o MLRM para a produção de calçados de couro do setor calçadista de Franca-SP é:

$$\text{PRODUÇÃO} = 21,72868759 - 0,641549295 \cdot \text{DÓLAR} + 0,008452968 \cdot \text{CUSTO COM MOD} + 0,000179898 \cdot \text{QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS}.$$

4.1. Análise dos Resultados

Um ponto importante da regressão múltipla é que, após determinado o modelo, deve-se considerar o erro padrão para análise dos resultados.

Para cada tentativa de aplicação da equação, deve-se considerar que o resultado da regressão é muito preciso para ser correto. Por isso, deve-se pegar o valor da regressão, subtraí-lo pelo erro padrão e, em seguida, adicionar o valor da regressão pelo erro, para que se obtenha um intervalo de previsão.

Para demonstrar a importância do intervalo, veja na tabela 9 os intervalos da regressão da produção e a produção real entre os anos de 1999 e 2016.

Tabela 5 – Intervalos da regressão e a produção de calçados em Franca-SP

Ano	Previsão	Intervalo (Erro <)	Intervalo (Erro >)	Produção efetiva
1999	28,869298	21,66402	36,07458	29,5
2000	29,564157	22,35888	36,76944	32,5
2001	29,672524	22,46724	36,8778	32,5
2002	29,461615	22,25633	36,6669	30
2003	29,798909	22,59363	37,00419	32,1
2004	31,331602	24,12632	38,53688	35,4
2005	31,812317	24,60704	39,0176	27,9
2006	32,066693	24,86141	39,27197	25,5
2007	32,501391	25,29611	39,70667	28,2
2008	32,751008	25,54573	39,95629	28,7
2009	32,362244	25,15696	39,56753	25,3
2010	33,432239	26,22696	40,63752	35,5
2011	33,954286	26,74901	41,15957	37,2
2012	34,365539	27,16026	41,57082	37,8
2013	34,67094	27,46566	41,87622	39,5
2014	34,556601	27,35132	41,76188	37,1
2015	33,624728	26,41945	40,83001	33
2016	33,203906	25,99863	40,40919	30,3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é possível verificar na tabela 5, a previsão e a produção efetiva possuem divergências entre si, porém, para todos os anos, a produção efetiva se encontra dentro do intervalo do erro padrão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama econômico e político global não é favorável ao setor calçadista de Franca-SP, que emprega 20,47% da população ativa do município. Logo, é preciso buscar ferramentas que auxiliem a tomada de decisão neste setor.

O objetivo deste artigo foi de elaborar um modelo linear de regressão múltipla para a produção de calçados. Com esta equação, o setor pode antecipar possíveis oscilações econômicas, e planejar com maior eficácia.

Vale mencionar que os dados aqui utilizados foram médias anuais, ou aproximações, obtidas de dados institucionais do SINDIFRANCA, principalmente. Assim, o grau de confiança deste modelo não é elevado, porém é suficientemente alto para que seja aplicado no setor e auxilie na melhor gestão da produção de calçados em Franca-SP e região.

Para estudos futuros, pode-se determinar um modelo de regressão múltipla diretamente em uma indústria de calçados de Franca-SP, com dados mais precisos da mesma.

6. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca-SP, pelo apoio financeiro à esta pesquisa, por meio do programa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. Associação Brasileira das Indústrias de Calçados. **Relatório Setorial Indústria de Calçados**. Novo Hamburgo, 2016.

ALVES, E. D. L. **Análise das influências geourbanas no clima urbano da cidade de Iporá – Goiás**. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

BARBETTA, P. A.; REIS, M. M.; BORNIA, A. C. **Estatística para os cursos de engenharia e informática**. São Paulo: Atlas, 2010. 3ª edição, 410 p.

BRAGA FILHO, H. **A reorganização da indústria de calçados de Franca**. Franca: Uni-FACEF, 2000.

CARVALHO NETO, S. **Competência para exportar: alternativa de crescimento para a indústria calçadista de Franca**. Franca: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, 2004.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M (Organ.). **Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, 2007. ISBN: 978-85-224-4707-7.

ENGLER, H.B.R. **Mentalidades e Trabalho: do Local ao Global, Panorama do Calçado Francano**. Franca: Unesp, 2009.

FATTIBENE, M. **Aplicação estruturada de dados de redes sociais na modelagem de instrumentos de apoio às decisões de concessão de crédito**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, campus Sorocaba. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

FERREIRA, J. F. K. **Comportamento do frete rodoviário de soja: aplicação de um modelo de regressão linear múltipla**. 2016. Dissertação (Mestrado em Pesquisa

Operacional) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Limeira, 2016.

FOKOUÉ, H. H. **Emprego de estatística multivariada no estudo quimiossistemática da família Asteraceae e da sua tribo Heliantheae**. 2010. Dissertação (Mestrado em Química Orgânica) – Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GREGO, S. **Modelos para relacionar variáveis de solos e área basal de espécies florestais em uma área de vegetação natural**. 2014. Dissertação (mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

GUIDOLIN, S.M.; COSTA, A.C.R. da; ROCHA, R.P. da. **Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 31, 2010.

HAIR JUNIOR, J.F.; ANDERSON, R.E.; BLACK, W.C.; TATHAM, R.L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 5 ed., 2005, 593 f.

PEINADO, J.; GRAEML, A.R. **Administração da Produção (Operações Industriais e de Serviços)**. 1ª edição. Curitiba: UnicenP, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Recurso eletrônico. 2ª edição. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SINDIFRANCA. Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca. **Relatório Mensal**. Franca: Janeiro, 2012.

SINDIFRANCA. Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca. **Relatório Mensal**. Franca: Fevereiro, 2017.

O HINO NACIONAL NO PROCESSO DIALÓGICO: contraposição ou reiteração do mito fundador?

OLIVEIRA, Bárbara de – Uni-FACEF

PEDROSO, Daniele Cristina Silva – Uni-FACEF

ARÊAS, Débora – Uni-FACEF

DIAS, Eliane Cristina – Uni-FACEF

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O intuito de trabalhar com a análise do Hino Nacional brasileiro, nesse artigo, dá-se a partir dos estudos linguísticos para compreender sua temática e os diversos diálogos relacionados a outros discursos e/ou enunciados. Ao iniciarmos nossas reflexões sobre a letra do Hino Nacional brasileiro, deparamos com uma questão que nos despertou o interesse em investigar e pesquisar a dificuldade da sua compreensão, uma vez que apresenta uma linguagem erudita de difícil entendimento, pois sua letra é rica em metáforas e inversões sintáticas. Escrito no ano de 1909, o público alvo da época era a burguesia e as camadas sociais mais elevadas, excluindo, com isso, o acesso e o entendimento da classe mais simples e de baixa escolaridade.

O processo de criação do Hino Nacional brasileiro ocorreu em duas fases distintas: melódica e textual, ou seja, na música e na letra. Na primeira, na música de estilo clássico, por Francisco Manuel da Silva, “elaborada para comemorar a abdicação de D. Pedro I, em 1831, tendo a motivação do antilusitanismo, iniciando um processo de construção de identidade através da alteridade” (STEENBOCK, 2012, p. 23). Em sua segunda fase, no ano de 1909, o poema de Joaquim Osório Duque Estrada foi adotado como a letra do Hino Nacional brasileiro, oficializada pela lei nº 5.700 de 01/09/1971.

O propósito deste artigo, portanto, é a análise dos enunciados que dialogam com o Hino Nacional a fim de verificarmos as aproximações, distanciamentos, confrontos ou complementações em relação à concepção de mito fundador presente no referente hino.

Desde a nossa iniciação escolar, aprendemos sobre a história da descoberta do Brasil e dos símbolos nacionais (bandeira, hino, selo e brasão), entre os quais, o significado da bandeira e de suas cores, que nos remetem a nossas

matas, florestas, riquezas minerais, nosso céu, rios e mares. Crescemos e nos formamos como cidadãos crentes que moramos em um “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, que temos uma pátria perfeita, que é “gigante pela própria natureza” (ESTRADA, 2016, online) e que somos hospitaleiros e ordeiros. Aprendemos, também, que a miscigenação do povo brasileiro fez-se de uma mistura de índios, negros e portugueses (e outros europeus), por isso temos a idealização de sermos um povo unido e desprovido de preconceitos social, religioso e racial. Dessa forma, dá-se origem ao mito fundador: patriotismo ufanista enraizado desde a “descoberta” do Brasil, que faz parte da nossa cultura e se perpetua a cada geração.

No trecho do Hino Nacional brasileiro podemos observar esse patriotismo ufanista ao ser mencionada a nossa terra e o nosso povo: “Gigante pela própria natureza/ És belo, és forte, impávido colosso/ E o teu futuro espelha essa grandeza” (ESTRADA, 2016, online).

A partir dessa breve apresentação, portanto, chegamos a alguns questionamentos: Quais os novos efeitos de sentidos construídos nos enunciados que se referem ao Hino Nacional? Quais os recursos linguísticos utilizados em enunciados que dialogam com o Hino Nacional na perspectiva da intertextualidade? Que ideologias e valores sociais são veiculados? Há uma reiteração do mito fundador (terra paradisíaca, povo ordeiro e hospitaleiro, etc.) ou um confronto?

Isso posto, o problema do nosso artigo é compreender, por meio dos recursos linguísticos e discursivos, os efeitos de sentido presentes nos enunciados que dialogam com o Hino Nacional a fim de verificarmos as rupturas e/ou reiterações do “mito fundador”.

Para a realização deste trabalho será feita uma revisão bibliográfica dos conceitos de “mito fundador” postulados por Chauí (2000) e dos estudos do discurso sobre dialogismo, intertextualidade e interdiscursividade a partir das reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin e comentados por Barros (2003) e Fiorin (2003), além da perspectiva de Fávero (2003) e Koch (2008).

2. O MITO FUNDADOR E SEUS DIÁLOGOS

O conceito de mito fundador explica as crenças, paixões, ideologias históricas de uma nação, refletindo, também, nas origens do Hino Nacional

brasileiro, um passado atemporal. Mesmo que a letra seja datada do século XX, mais de cem anos depois, espelha traços característicos da contemporaneidade e sobre a história de uma terra vista como o paraíso do Éden, dispondo de uma natureza rica, exótica, com animais dóceis, enfim, “uma terra abençoada por Deus”. Sendo assim, veicula-se o mito de país maravilhoso, de vegetação rica, país do futebol, do samba e do carnaval, com um povo ordeiro, pacífico e hospitaleiro.

De acordo com Chauí (2000, p. 5 - 6) sobre a definição de mito fundador:

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

Entretanto, é possível questionar a concepção do mito fundador presente desde a descoberta do Brasil pelos portugueses. Como afirma Pontes (2009, p.5):

Ora, o território, que hoje corresponde ao Brasil, já existia antes da chegada dos colonizadores. Foi necessário que os europeus, detentores do processo civilizatório, que, em sua própria essência, também é um processo de barbárie, chegassem aqui para dar um nome (como para dar a lume) o nascimento desta nação [...] uma necessidade de redimensionar a ideia desta nação. Para além desta visão do paraíso (escondido atrás das florestas/com as águas dos rios no meio), a que se resumiu a ideia de Brasil desde o cânone colonial [...] passando pela tomada de consciência pelos Românticos e chegando até o Modernismo, é possível transpor [...] a imagem do Brasil “gigante pela própria natureza”.

Podemos observar uma desconstrução em torno do mito fundador, ao ser questionada a maneira como os colonizadores usaram para “descobrir” e tomar posse do Brasil, transpondo, assim, a idealização de país de natureza inigualável e de um povo amoroso, acolhedor, pacífico, carismático, generoso. O mito fundador nem sempre é reiterado, visto que, pela perspectiva dos estudos discursivos, em um

enunciado pode haver confronto de novas ideias, numa posição diversa e com outra valoração interdiscursiva, muitas vezes, num processo de intertextualidade (FIORIN, 2003).

É necessário, nesse momento, discorrer sobre o conceito de intertextualidade seja explícita quanto implícita. Na intertextualidade, há um texto relacionado a outro, podendo existir vozes variadas em um único texto, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo (FIORIN, 2003). A respeito da intertextualidade implícita, Koch (2008, p. 30) afirma que esse tipo de intertextualidade ocorre:

[...] quando se introduz, no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário.

Na intertextualidade implícita, fica subentendido um conhecimento de mundo por parte do enunciatário, já que, se este não o possuir, seu entendimento do texto ficará mais empobrecido, mas, nem por isso, deixará de compreendê-lo.

No trecho que segue, retirado do Hino Nacional brasileiro, “Do que a terra mais garrida/ Teus risos, lindos campos têm mais flores/ “Nossos bosques têm mais vida” / “Nossa vida”, no teu seio, “mais amores” (ESTRADA, online, 2016), encontramos exemplos de intertextualidade implícita em relação aos versos da Canção do Exílio de Gonçalves Dias: “Nosso céu tem mais estrelas,/ Nossas várzeas têm mais flores,/ Nossos bosques têm mais vida,/ Nossa vida mais amores” (DIAS, 2016, online).

A intertextualidade implícita também pode ser encontrada nas paródias e, como não fornece citação expressa da fonte, exige do enunciatário mais atenção e uma capacidade maior para realizar analogias e interferências.

Para aprofundarmos os estudos de intertextualidade como também de paródia e/ou paráfrase em relação à letra do Hino Nacional, discorreremos sobre conceitos de dialogismo, intertextualidade e interdiscursividade.

O dialogismo, na concepção do Círculo de Mikhail Bakhtin, pode ser compreendido como uma relação de sentidos dentro de dois textos, ou discursos, e nesses sentidos construídos, reproduzidos, transformados, em dois textos relacionados propositalmente, encontra-se a intertextualidade. Barros (2003) afirma

que “outro aspecto do dialogismo a ser considerado é o diálogo entre os muitos textos da cultura, que se instala no interior de cada texto e o define”.

Já o conceito de texto pode ser entendido como manifestação por escrito, nesse caso verbal, detentor de sentido:

O texto é unidade da manifestação. É o lugar em que os diferentes níveis (fundamental, narrativo e discursivo) do agenciamento do sentido se manifestam e se dão a ler. É, por isso, labiríntico e estratificado. É o lugar da relação entre imanência e manifestação (FIORIN, 2003, p. 30).

Assim, entende-se que a intertextualidade é a assimilação de um texto em outro, quer para afirmá-lo, quer para contradizê-lo, sendo usada apenas na materialização entre textos, dialógica e propositalmente constituídos. Uma das formas de haver essa relação intertextual é a encontrada nas paródias. Segundo Fávero (2003, p. 49) “paródia significa canto paralelo [...] incorporando a ideia de uma canção cantada ao lado de outra, como uma espécie de contra canto”. A paródia, que pode ser considerada como uma imitação cômica, irônica e sarcástica com mudança de sentido desse texto, é a recriação baseada em um caráter contestador dando, assim, uma nova ideia e valoração.

Na interdiscursividade, há uma correlação de um discurso em outro, e pode abranger diferentes campos: da pintura, da escultura, da dança, da música, do cinema. Para Fiorin (2003, p.32) “a interdiscursividade é o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro”.

Portanto, neste trabalho, abordamos aspectos discursivos e dialógicos que colaboram para a contraposição e/ou reiteração do mito fundador presentes no Hino Nacional contrapostos na paródia de Vinícius Mahier.

3. DIÁLOGOS EM ANÁLISE

Para iniciarmos nossa análise, apresentamos um trecho do Hino Nacional brasileiro a fim de refletirmos sobre esse diálogo entre o Hino e outros enunciados:

Gigante pela própria natureza/ És belo, és forte, impávido colosso/ E
o teu futuro espelha essa grandeza/ Terra adorada/ Entre outras mil/

És tu, Brasil/Ó pátria amada!/ Dos filhos deste solo és mãe gentil/
Pátria amada (ESTRADA, 2016, online).

Em contraponto ao Hino, a paródia de Vinicius Mahier:

I

Ouvimos de Brasília, e os olhos plácidos,
De um povo falso o urro degradante,
E o sol da honestidade, em dor profunda,
Ruiu do céu da Pátria nesse instante...

Com o clamor à falsidade,
Conseguiram nos trair com lábia forte.
Em teu seio, ó Sociedade,
Tantas flores exalando a nossa morte.

Ó triste Pátria,
Ainda amada,
Salve-se! Salve-se!

Brasil, um contrassenso, um raio vívido
De pena e desalento o orgulho desce.
Se em teu formoso céu impera a renda,
A imagem do altruísmo esvanece.

Bonito pela própria natureza
Tornou-se negro, em cinismo colosso,
Na tua história não vejo grandeza...

Terra comprada,
Como outras mil,
Estás, Brasil,
Em derrocada!

Aos filhos deste solo és mercantil,
Putá que nos pariu!

II

Deitado eternamente em beijo alheio,
Não sabe amar um solo infecundo.
Estupras, ó Brasil, seu povo e berras:
-- Que aqui lugar melhor não há no mundo!

És a Terra mais vendida!
Em teus vastos, agros campos gemam dores.
Serás sempre esta ferida?
Vida tal que assassina os sonhadores...

Ó triste Pátria,
Ainda amada,
Salve-se! Salve-se!

Brasil, podes ainda ser um símbolo
De luta, se o seu povo indignado,
Bradar a eles “Chega!”, e os olhos fúlgidos:
-- Futura terra! e terra no passado...

Feriste a justiça e a queres forte?
Verás que forte é, se houver conduta!
Não temas, se te armas, quem é a sorte?

Terra sonhada,
Entre outras mil,
Tão pueril
E imaculada!

Mas no presente ainda és um covil,
Triste Pátria,
Brasil!
(MAIHER, 2016, online)

Mahier, em sua paródia, de maneira sarcástica, critica a política, a corrupção, a injustiça. Faz do Hino Nacional um referencial ao utilizar enunciados semelhantes, inclusive mantendo, muitas vezes, a mesma estrutura sintática, mas trocando termos como em: “Gigante pela própria natureza” por “Bonito pela própria natureza” ou ainda, na manutenção das rimas a partir de verbos no particípio como “adorada/amada” por “comprada/derrocada”.

Há, ainda, a modificação da estrutura sintática e, inclusive a alteração da pessoa verbal de 1ª do plural para 3ª do plural configurando, desse modo, a ideia de indeterminação do sujeito em contraponto ao “nós inclusivo”, como podemos verificar em “Conseguimos conquistar com braço forte” e “Conseguiram nos trair com lábia forte”

Também há a presença de complementos nominais opostos, por exemplo, “da honestidade/da falsidade”, ou a troca de vocábulos em orações subordinadas apositivas como “Brasil, um sonho intenso, um raio vívido” / “Brasil, um contrassenso, um raio vívido”. Assim, criam-se efeitos de sentido que contradizem o sentido primeiro do Hino, pois, como é peculiar na paródia, outros efeitos de sentidos contradizem o sentido primeiro do hino em que a pátria é valorizada,

idealizada, visto de forma perfeita, como um paraíso terrestre (tal como o mito fundador).

Podemos, ainda, salientar o emprego da expressão de baixo calão “puta que nos pariu!” e a troca por termos que expressam um valor depreciativo, ou seja, que rebaixam as qualidades do país ao expor seus problemas. Assim, palavras como “falso”, “pena”, “desalento”, “cinismo”, “infecundo”, entre outras, no diálogo discursivo com o Hino Nacional e com outros discursos que apresentam a concepção de mito fundador, há uma subversão de valores com a finalidade de expor e desmascarar a realidade brasileira. Em vista disso, não somente há uma contestação dos valores no discurso do hino, como também há novos sentidos e ideologias que revelam críticas ao sistema social, político, de justiça, corrupção e desonestidade dos políticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas relações dialógicas, há uma relação de sentidos entre textos ou discursos, construídos, reproduzidos, transformados e relacionados a fim de evidenciar ideias, valores sociais ou ideologias próximas ou distantes.

Ao analisarmos o diálogo entre a paródia de Mahier com o Hino Nacional observamos, inicialmente, que por meio de recursos linguísticos há a retomada da estrutura do hino, entretanto, o conteúdo temático sofre alteração, o que é característico por se tratar de um recurso intertextual da paródia, ou seja, “canto paralelo”, em que o sentido primeiro do texto base é contestado. Nessa paródia, há um protesto social e um escárnio em relação à política, contrapondo o mito fundador e revelando a realidade da corrupção e da degradação política por estar nas mãos da má administração a que o país está exposto.

Assim, concluímos que os efeitos de sentidos construídos na paródia do Hino nacional em análise, em sua maior parte, rompem, distanciam e confrontam a concepção de mito fundador presente no texto base, mas que, apesar de sua ferrenha crítica à situação atual do país, é possível vislumbrar uma esperança de se re-conquistar uma pátria diferente em seu futuro, se o povo for à luta, der um basta a tudo de ruim que está acontecendo e agir diferente, como nos versos: “Ó triste Pátria,/Ainda amada,/ Salve-se! Salve-se! /Brasil, podes ainda ser um símbolo/De

luta, se o seu povo indignado,/ Bradar a eles “Chega!”. e os olhos fúlgidos:/-- Futura terra!, e terra no passado...” (MAHIER, 2016, online).

Veicula-se, desse modo, a ideia de que, apesar de tudo, ainda temos uma pátria amada, muito desvalorizada, mas cheia de esperança, dependendo de quem a ama mudar seu futuro para salvar seu passado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de, Dialogismo, polifonia e enunciação. In: _____. FIORIN, José Luiz (Orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. cap.1, p. 1-10.

BLISKSTEIN, Izidoro. Intertextualidade e polifonia. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. cap. 5, p. 45-48.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIAS, Gonçalves. **Canção do Exílio**. Disponível em: <<https://letrasufabc.wordpress.com/2010/07/03/cancao-do-exilio-goncalves-dias/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

ESTRADA, Joaquim Osório Duque. **Hino nacional brasileiro**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/hinos/hino-nacional-brasileiro.html>>. Acesso em: 17 set. 2016.

FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e dialogismo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. cap. 6, p. 49-62.

FIORIN, José Luiz. Intertextualidade e interdiscursividade. In: BAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; _____. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. cap.3, p.29-36.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17–43.

MAHIER, Vinícius. **Paródia hino nacional brasileiro**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/letras/3127693>>. Acesso em: 17 set. 2016.

PONTES, Maria do Socorro Aguiar. **Literatura e sociedade**: como a ideia de nação é re-dimensionada no poema de Drummond? Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/3292/2883>>. Acesso em: 17 set. 2016.

STEENBOCK, Paulo Roberto. **O hino nacional brasileiro e suas possibilidades discursivas nas linguagens escrita e visual**. Disponível em: <http://www.uniandrade.br/docs/mestrado/pdf/dissertacoes_2012/Dissertacao_Paulo.pdf>. Acesso em 17 set. 2016.

O MODELO COSMOLÓGICO DE FRIEDMANN-LEMAÎTRE-ROBERTSON-WALKER

MELO, Wesley Alves de – Uni-FACEF
SILVA FILHO, Antônio Carlos da – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Em 1905 Einstein publicou cinco trabalhos básicos para o desenvolvimento da física no século XX (WEINBERG, 1972) e um deles foi o que estabeleceu a depois chamada “Teoria da Relatividade Especial” (TRE), mas que teve o título original de “Sobre a Eletrodinâmica dos corpos em movimento”. Este trabalho trata da física dos corpos que se movimentam a velocidades próximas à da luz (representada pela letra “c”), mas na ausência de campos gravitacionais fortes. Foi baseado em dois princípios:

- (i) O “Princípio da Relatividade” (PR), segundo o qual as leis da física têm a mesma forma para todos os observadores inerciais (aqueles que se deslocam com movimentos retilíneos e uniforme uns em relação aos outros);
- (ii) O “Princípio da Constância da Velocidade da Luz”, segundo o qual a velocidade da luz no vácuo independe do movimento do observador que a mede, ou seja, é a mesma para todos, tanto os que se movimentam em seu sentido, na mesma direção, quanto os que se movimentam contrários ao seu sentido, também na mesma direção (na física newtoniana as velocidades do observador e a da fonte se somam vetorialmente).

Mas ficou faltando incluir o movimento quando há um campo gravitacional forte presente, ou seja, faltou estabelecer uma teoria de gravitação. Isto só foi acontecer dez anos mais tarde, em 1915, quando foi publicado o primeiro trabalho sobre a Teoria da Relatividade Geral - esta sim, uma teoria que leva em conta a gravitação. A TRG também é baseada em alguns princípios (EINSTEIN, 1999) - tanto a Teoria Especial quanto a Teoria Geral da Relatividade são exemplos de teorias axiomáticas, baseadas em primeiros princípios e, não, na análise de dados:

- (i) Novamente, o mesmo Princípio da Relatividade, da TRG, que diz como é o comportamento assintótico das leis físicas localmente, quando não há alteração da estrutura topológica do espaço-tempo;
- (ii) O “Princípio da Equivalência” (PE), que estabelece que não é possível diferencial localmente um campo gravitacional de um referencial longe de campos gravitacionais, mas acelerado exatamente com o mesmo valor da aceleração do campo, em sentido oposto;

Estes princípios produzem algumas consequências. Uma delas é que um campo gravitacional provoca a deflexão de um raio de luz que passe por ele. Esta foi, na verdade, a primeira constatação observacional em favor da TRG, quando aplicada à luz de estrelas que passem perto do Sol. Observadas no céu noturno um dia e, seis meses depois, contra o Sol (no caso, é necessária a ocorrência de um eclipse solar total para esta verificação, já que, seis meses depois o Sol se encontra entre a estrela e a Terra), foi possível constatar as diferenças de posição conforme o previsto pela TRG. Estas observações foram feitas em 1919 (duas observações), uma delas por equipes internacionais na cidade de Sobradinho, no Ceará, Brasil. Depois desta constatação, Einstein tornou-se uma celebridade midiática mundial.

Mas há implicações cosmológicas da TRG e estas começaram a ser exploradas logo pelo próprio Einstein (NARLIKAR, 2002). Acreditava-se, à época, que o universo era imutável. Einstein acresceu as hipóteses de homogeneidade e isotropia (mais tarde formalizadas por Milne no “Princípio Cosmológico” (PC)) e introduziu um termo adicional (a “Constante Cosmológica”, (CC)) às suas equações de campo a fim de obter um universo estático (EINSTEIN, 1917). Este termo (de repulsão) foi necessário (assim pensava Einstein) para evitar que a matéria se contraísse sobre si mesma, devido à atração gravitacional entre suas partes.

Acontece que Friedmann, em 1922, conseguiu obter soluções com universos expansionistas sem o uso da CC (NARLIKAR, 2002) - aparentemente, Friedmann era mais talentoso do que Einstein para explorar matematicamente as equações da TRG, do ponto de vista da obtenção de soluções. O matemático belga G. Lemaitre mostrou, em 1927, que algumas soluções eram instáveis, podendo o universo se contrair ou se expandir, dependendo de qual termo dominasse: o atrativo ou o repulsivo. Logo depois, em 1929, Hubble mostrou que a velocidade de

afastamento das galáxias distantes era proporcional à sua distância (galáxias mais distantes têm maiores velocidades de recessão), o que estava de acordo com os modelos expansionistas de Friedmann. O próprio Einstein, juntamente com de Sitter, descobriu, em 1932, o modelo plano com matéria sem pressão, também expansionista. Robertson (1936) e Walker (1944) classificaram estas soluções do ponto de vista das simetrias da seção espacial e estas soluções ficaram, desde então, conhecidas na literatura como modelo de Friedmann-Lemaître-Robertson-Walker (FLRW) (NARLIKAR, 2002).

Na próxima seção, faremos uma ligeira explanação das equações de Einstein e da necessidade da métrica FLRW para um universo com simetria esférica, homogêneo e isotrópico.

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

As equações de campo da TRG são (WEINBERG, 1972; WHEELER, 1973):

$$G_{ik} = R_{ik} - \frac{1}{2} g_{ik} R = \Lambda g_{ik} + \frac{8\pi G}{c^4} T_{ik}$$

onde:

G_{ik} = tensor de Einstein

R_{ik} = tensor do espaço-tempo

g_{ik} = componentes do tensor métrico (dependem do sistema de coordenadas usado e da unidade da coordenada temporal)

T_{ik} = tensor momento-energia (depende da distribuição e movimento das massas e do campo eletromagnético)

Λ = constante cosmológica (pode ser nula)

$i, k = 0, 1, 2, 3$

Como os índices “i, k” variam de “0” a “3” e como estes tensores são simétricos, temos um sistema com um total de 10 equações diferenciais acopladas para resolver! H. Weyl, em 1923, argumentou que, em termos cosmológicos, para se compreender o que é distante é necessário que se tome por base as teorias físicas

que foram desenvolvidas para explicar os fenômenos na nossa vizinhança. Com base neste argumento, introduziu a noção de que o substrato que compõe o universo se comporta como um fluido, onde suas partículas são as galáxias que o habitam. Estabeleceu esta hipótese como um postulado e, então, o universo pode ser considerado como um fluido perfeito.

Agora, um fluido perfeito é caracterizado pela sua 4-velocidade “u”, pela densidade de matéria “ ρ ” e pela pressão “p”, estas duas últimas medidas por um observador que se encontra em um referencial em repouso em relação ao fluido (o chamado referencial “co-móvel”). Mas “ ρ ” e “p” estão relacionadas por uma equação de estado que governa o tipo de fluido considerado. Para um fluido perfeito, o tensor momento-energia pode ser definido como (SOUZA, 2004):

$$T_{ik} = (\rho + p)u_i u_k - p g_{ik}$$

Onde

$$u = dx^i/d\tau \text{ é a 4-velocidade do fluido.}$$

O PC, ao estabelecer a homogeneidade e isotropia do espaço, implica que a densidade e a pressão sejam funções exclusivas do tempo. Os modelos cosmológicos da TRG têm, então, por base as três hipóteses seguintes: (i) o Princípio Cosmológico; (ii) o postulado de Weyl e (iii) as equações de campo de Teoria Geral da Relatividade. Mais especificamente:

- (i) A consequência do PC é a métrica FLRW, dada por (WEINBERG, 1972):

$$ds^2 = c^2 dt^2 - [a(t)]^2 \left(\frac{dr^2}{1 - kr^2} + r^2(d\theta^2 + \sin^2(\theta)d\phi^2) \right)$$

onde $a(t)$ é o fator de escala e “k” é a constante de curvatura, que pode assumir os valores “0” (espaço plano), “+1” (espaço fechado) ou “-1” (espaço aberto).

- (ii) O Postulado de Weyl, que estabelece o universo como um fluido perfeito, com o tensor momento-energia como visto antes:

$$T_{ik} = (\rho + p)u_i u_k - p g_{ik}$$

- (iii) A Teoria da Relatividade Geral, que é o modelo matemático para a dinâmica do universo, dada pela equação também já vista antes:

$$G_{ik} = R_{ik} - \frac{1}{2} g_{ik} R = \Lambda g_{ik} + \frac{8\pi G}{c^4} T_{ik}$$

Soluções cosmológicas (KRAMER et al., 1980) baseadas nestas três hipóteses e com Constante Cosmológica igual a zero constituem o núcleo do presente projeto.

3. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho, foi encontrar soluções cosmológicas para as equações de Einstein com CC igual a zero.

4. METODOLOGIA

Este é um trabalho que reúne elementos da matemática aplicada. Assim, vale-se do método lógico-dedutivo característico da matemática.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Vamos mostrar a solução cosmológica da equação de Einstein na chamada geometria de Schwarzschild, onde se faz necessário um conhecimento prévio do cálculo tensorial.

$$ds^2 = -dt^2 + dx^2 + dy^2 + dz^2$$

Introduzindo coordenadas esféricas, através das mudanças de coordenadas, se obtém:

$$ds^2 = -dt^2 + dr^2 + r^2 d\theta^2 + r^2 \sin^2 \theta d\varphi^2$$

Pode-se então mostrar que:

$$ds^2 = -e^{2F(r)} dt^2 + e^{2H(r)} dr^2 + r^2 d\theta^2 + r^2 \sin^2 \theta d\varphi^2$$

Onde F(r) e H(r) são duas funções a serem determinadas pelas equações de Einstein.

Colocando o primeiro lado da equação de Einstein em matrizes temos então os números não nulos:

$$\gamma^{tr} = F', \quad \gamma^{tt} = F' e^{2F-2H}, \quad \gamma^{rr} = H', \quad \gamma^{r\theta} = -r e^{-2H}, \quad \gamma^{r\varphi} = -r(\sin^2 \theta e^{-2H}), \quad \gamma^{\theta r} = \frac{1}{r}, \quad \gamma^{\theta\theta} = \sin \theta \cos \theta, \quad \gamma^{\varphi r} = \frac{1}{r}, \quad \gamma^{\varphi\varphi} = \cot \theta$$

Em seguida use isto para construir o tensor de Ricci

$$R_{tt} = e^{2F-2H} (F' + (F')^2 - F' H' - \frac{2}{r} F'), \quad R_{rr} = -(F'' + (F')^2 - F' H' - \frac{2}{r} H'), \\ R_{\theta\theta} = 1 - e^{-2H} (1 + r F' - r H'), \quad R_{\varphi\varphi} = R_{\theta\theta} \sin^2 \theta$$

Logo, contratamos o tensor de Ricci com a métrica para se obter o escalar de Ricci:

$$R = -2e^{-2H} \left[F'' + \left(F' + \frac{2}{r} \right) (F' - H') + 1/r^2 (1 - e^{2H}) \right]$$

Finalmente, junte tudo isso para formar o tensor de Einstein:

$$G_{tt} = -(1/r^2) e^{2F-2H} (1 - 2r H' - e^{2H}), \quad G_{rr} = (1/r^2) (1 + 2r F' - e^{2H}), \\ G_{\theta\theta} = r^2 e^{2H} [F'' + (F' + \frac{1}{r})(F' - H')], \quad G_{\varphi\varphi} = G_{\theta\theta} \sin^2 \theta$$

Também podemos escrever o tensor G_{tt} pode ser reescrito na forma:

$$G_{tt} = (1/r^2) e^{2F} \frac{d}{dr} [r(1 - e^{-2H})]$$

Agora concentremos no lado direito da equação Einstein.

$$T_{\mu\nu} = (\rho + p) u_{\mu} u_{\nu} + p g_{\mu\nu},$$

Queremos descrever um universo o fluido estático

$$T_{tt} = \rho u_t u_t + p(u_t u_t + g_{tt}), \quad T_{rr} = p g_{rr}, \quad T_{\theta\theta} = p g_{\theta\theta}, \quad T_{\varphi\varphi} = p g_{\varphi\varphi}$$

Temos então,

$$T_{tt} = \rho e^{2F}, \quad T_{rr} = p e^{2H}, \quad T_{\theta\theta} = p r^2, \quad T_{\varphi\varphi} = p r^2 \sin^2 \theta$$

Finalmente, após substituir todos esses resultados na equação Einstein, temos:

A equação T-T

$$(1/r^2) e^{2F} \frac{d}{dr} [r(1 - e^{-2H})] = 8\pi e^{2F} \rho(r)$$

A equação R-R

$$(1/r^2)(1 + 2rF' - e^{2H}) = 8\pi e^{2H} p(r)$$

A equação $\theta - \theta$ e $\varphi - \varphi$ (que são idênticas)

$$r^2 e^{-2H} [F'' + (F' + (1/r))(F' - H')] = 8\pi r^2 p(r)$$

Todas as outras equações são vazias e não fornecem nenhuma informação. Veremos então a equação T-T.

$$H(r) = -(1/2) \ln(1 - \frac{2m(r)}{r}), \quad \text{onde } m(r) \equiv 4\pi \int dr r^2 \rho(r)$$

Escolhendo a condição inicial $m(0) = 0$, podemos interpretar $m(r)$ como a massa total dentro do raio r , desde que, é definida como a integral de densidade da massa.

Em seguida veremos a equação r-r. Resolva para que o F obtenha:

$$F(r) = \int dr \frac{m(r) + 4\pi r^3 p(r)}{r[r - 2m(r)]}$$

Para $r < R$, a integral é complexa e não discutiremos aqui, no entanto para $r > R$, nós temos $m(r) = M$ (massa total da esfera) e $p(r) = 0$ (pressão 0 no vácuo), então $F(r)$ pode ser integrado facilmente. O resultado é

$$F(r) = (1/2) \ln \left(1 - \frac{2M}{r} \right),$$

Onde a constante de integração foi escolhida de forma que no limite de $r \rightarrow \infty$ o elemento de linha recupera.

Finalmente discutiremos a equação $\theta - \theta$, obtendo o seguinte resultado:

$$p'(r) + F'(r)(\rho(r) + p(r)) = 0$$

Esta é a equação diferencial que determina a distribuição de pressão radial. No que se segue, não nos interessa a geometria dentro da bola, mas apenas a geometria exterior (para $r > R$). Então, neste caso, o elemento tem a seguinte forma:

$$ds^2 = -\left(1 - \frac{2M}{r}\right) dt^2 + \frac{1}{1 - \frac{2M}{r}} dr^2 + r^2 d\theta^2 + r^2 \sin^2 \theta d\varphi^2$$

Esta é a famosa solução Schwarzschild das equações de Einstein, e define a chamada geometria de Schwarzschild.

6. CONCLUSÃO

Há várias soluções exatas das equações de Einstein que desempenham um grande papel no desenvolvimento da relatividade Geral. Aqui neste trabalho, vimos talvez a mais importante de todas as soluções (que é a de Schwarzschild). Ainda assim, há espaços para melhorias na teoria da Relatividade Geral e que esperam novos gênios como Einstein, para solucioná-las.

REFERÊNCIAS

BOYCE, W. E. e DiPRIMA, R. C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de contorno. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro, 9ª ed., 2010.

EINSTEIN, A., 1917, Preuss Akad. Wiss. Berlin Sitzber. 142; Impresso em português pela Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção de Textos Especiais da Física Moderna, Vol. I, 1980, 234

EINSTEIN, A. *A teoria da relatividade especial e geral*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 136 p.

KAY, D. E. *Tensor Calculus*. New York: McGraw-Hill, 1988. 228 p.

KRAMER, D. et al. *Exact Solutions of Einstein's Field Equations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 131.

NARLIKAR, J. V. *Introduction to Cosmology*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 560 p.

SCHUTZ, B. F. *A first course in General Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 376 p.

SOUZA, R. E. de. *Introdução à Cosmologia*. São Paulo: Edusp, 2004. 315 p.

WHEELER, J.A., et al. *Gravitation*. San Francisco: W.H. Freeman and company, 1973.

WEINBERG, S. *Gravitation and Cosmology: principles and applications of the General Theory of Relativity*. New York: John Wiley & Sons, 1972. 657 p.

O PROCESSO DA SOLIDÃO NO INDIVÍDUO: compreensão das variáveis subjetivas

GOVEIA, Luianara Barbosa – Uni-FACEF
ALVES, Maria Cherubina de Lima – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse projeto é estudar como os participantes constroem e como lidam com o sentimento de solidão, além de investigar as variáveis que podem estimular o desenvolvimento da solidão.

Diante do levantamento bibliográfico sobre a temática solidão, pode-se perceber que esse sentimento, referido como a “sede de sentido” por Viktor Frankl (1989), é tratado na literatura como tendo dois aspectos.

O primeiro aspecto da solidão nos mostra que sem sentido para existir o indivíduo sente-se só, sente um vazio na sua existência.

Quando me perguntam acerca das causas do sentimento de falta de sentido ou do vácuo existencial, costumo responder com a seguinte fórmula: ao contrário do animal, o homem não tem instintos que lhe dizem o que tem de fazer; e ao contrário do que acontecia em séculos passados, o homem de hoje já não conta com tradições que lhe dizem o que deve fazer; assim, muitas vezes parece já não saber o que quer (FRANKL, 1989, p.12).

O segundo aspecto da solidão mostra, que por perder algo importante, sejam sentimentos ou motivações, faz com que o indivíduo se sinta vazio.

Perguntar-se qual é o sentido da vida é um ato especificamente humano-nenhum animal tem dúvidas acerca do sentido da sua existência; e mais humano ainda é questionar se a vida tem algum sentido. Tal atitude é, além disso, um sintoma de amadurecimento espiritual: significa que a pessoa não se limita geneticamente ao que lhe dizem os ideais e os valores tradicionais, mas tem a coragem de lutar por um sentido pessoal, de procurá-lo por conta própria, com autonomia (FRANKL, 1989, p. 13).

Uma das formas de percepção da solidão é que ela pode ser vista como resultado do abandono por sua família ou grupos que o indivíduo participa. Alguns autores ressaltam que a pessoa pode se sentir inclusive “abandonada” por si própria, de uma maneira subjetiva.

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar as causas da solidão de cada indivíduo entrevistado, no intuito de conhecer variáveis que estão envolvidas com o desenvolvimento da solidão do ser. Neste sentido, foi estabelecido o seguinte

problema de pesquisa: Como o processo de solidão é vivenciado na vida dos indivíduos e avaliado pelos mesmos?

Com o intuito de contribuir com informações sobre o indivíduo em uma sociedade individualista que contribui para esse processo de solidão, esta pesquisa justifica-se no âmbito do individual. O trabalho também se justifica pela crescente população de indivíduos cada vez mais individualistas e sozinhos mesmo tendo muitas pessoas à sua volta, no sentido ter um sentimento de dentro dele que procura uma razão para sua existência, que também é um modo de se redescobrir e descobrir o outro.

2. SIGNIFICADO DA SOLIDÃO

A definição da palavra “solidão”, segundo o dicionário Aurélio (1999, p.708), é o “estado do que se encontra ou vive só”. Essa definição é um ponto de partida importante para aproximação do tema, pois permite que se possa entender como a sociedade em geral entende a solidão. O indivíduo pode por várias razões se sentir só, seja existencialmente, seja por sentir um vazio por meio da falta ou perda de algo. Na sociedade o indivíduo não consegue viver sozinho primeiro por uma questão biológica, segundo por uma questão de construção da personalidade.

O presente artigo busca favorecer o entendimento do desenvolvimento interligado e interdependente entre as dimensões subjetivas e sociais do indivíduo, tendo em mente que todo esse processo de desenvolvimento possa compor concomitantemente traços do consciente e inconsciente.

A reação emocional da solidão geralmente é a de levar o indivíduo a se isolar por falta de relacionamentos significativos, por falta de vínculos verdadeiros (GOMES, 2001). Assim, Gomes (2001) afirma que a apesar da solidão ser uma sensação de sentir-se só, o indivíduo com solidão não precisar necessariamente estar só. Esse sentimento é identificado quando há separação emocional do outro – que pode acontecer mesmo com alguém ao lado ou quando se tem relatos de que não há sentido na vida – o que não pode ser garantido pela companhia de alguém.

A solidão se expressa por vários tipos de estados, como de isolamento voluntário ou involuntário, exílio do imigrante, do estrangeiro àquela de quem se sente rejeitado e incompreendido em sua própria terra, solidão do corpo, do

angustiante sentimento de solidão ao do sentimento de solidão como reencontro com Self, fonte de criatividade e liberdade (TANIS, 2003).

No convívio social, nas relações intrapessoais o indivíduo tem grande chance de acabar perdendo o senso positivo da solidão e começar a vivenciá-la como algo prejudicial, seja pelo afastamento dos outros ou pela incapacidade de manter as pessoas por perto, o que geralmente pode ser associado à ideia de que o indivíduo solitário é desinteressante ou repulsivo (LESSA, 2012). Assim, nesses casos, muitas vezes o indivíduo pode perder o contato com a função de desenvolvimento da personalidade atribuída à solidão por querer fazer parte do convívio social a todo custo, buscando se tornar alguém que a sociedade impôs para formar uma sociedade, sem ter a noção e a vivência importante da própria subjetividade (LESSA, 2012).

Porém, percebe-se que cada indivíduo pode se distinguir dos demais pelo modo que lida com a solidão, podendo usufruir de sua solidão para obter criatividade, para se descobrir ou até mesmo para ressignificar o momento pelo qual está passando (LESSA, 2012).

3. HISTÓRIA DA SOLIDÃO

Nos séculos XI e XII, Dudy (apud TANIS, 2003, p. 5) afirma que os indivíduos com solidão, na sociedade feudal, que ousavam procurar esse isolamento eram objeto ora de suspeita ora de admiração. Então, eles poderiam ser rotulados de possuídos, loucos ou fora-da-lei. Desse modo, a solidão era vista como estratégias exclusivas ou coletivas de processos das potencialidades liberadas pelo individualismo, como também formas de combate ao desamparo imposto por essa nova realidade social (TANIS, 2003).

Na década de 1820, Otto Rank (apud MAY, 1988) relata que o elemento essencial para os problemas psicológicos eram os sentimentos de inferioridade, incapacidade e culpa. Na década de 1830, a dificuldade alterou-se para a hostilidade, muitas vezes junto à competitividade. No começo século XX, May (1988) descreve que o problema fundamental do homem é o vazio, não só no sentido de não fazer ou pensar o que quer mais de não ter a mínima ideia do que se sente.

Ainda no século XX, a causa mais comum para a infelicidade era a falta de sentido na vida, sendo que Freud (apud MAY, 1988, p. 13) descreveu essa dificuldade como falta de aceitação do lado instintivo e sexual da vida e o resultante conflito entre os impulsos sexuais e tabus sociais.

Freud esclarece que existia o desejo, mais era necessário afastar os recalques, censurar das ideias, trazendo esse desejo para o consciente para o indivíduo poder ser capaz de gratificá-lo de acordo com sua realidade. Dessa forma, não só na atualidade mais como foi dito em outras épocas, o problema mais comum da humanidade não são tabus sociais referentes ao sexo e seus desejos, mas o fato do indivíduo ter experiências mecânicas e vazias. Essas experiências podem levá-los para uma vida individualista, tendo o sentimento de solidão e tendo a sensação de não ter sentido na vida (MAY, 1988).

4. ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A SOLIDÃO

Melanie Klein (1991), psicanalista austríaca, em seu livro “Inveja e gratidão”, relaciona a solidão com sua teoria do desenvolvimento, descrevendo a solidão como um processo natural do ser humano. A autora refere-se à “solidão interna” relatada por pessoas independentemente de elas terem outras pessoas por perto ou não, de elas receberem amor ou não. Para a autora, a solidão brota de ansiedades paranoides e depressivas do bebê, sendo que essa ansiedade existe em todo ser humano, mas quando é excessivamente forte, se torna patológica.

Segundo Klein (1991) esses dois tipos de ansiedade, paranoide e depressiva, têm definições e diferenciações importantes para a compreensão da solidão. Ansiedade paranoide é provocada pela projeção quando a morte de um ou mais objetos que, percebidos como perseguidores, chegam para aniquilar o objeto ideal. A ansiedade depressiva refere-se a situações que, ao experimentar o objeto no ego, o indivíduo se vê identificado com o objeto, portanto ele se sente ameaçado por esse objeto. A origem da posição depressiva se dá quando o objeto é percebido como um todo e o bebê vive sua própria ambivalência, ou seja, tem pensamentos e emoções simultaneamente positivas e negativas em relação a alguém ou alguma coisa.

Assim, o sentimento de solidão para Klein (1991) nasce junto com o ego, ou seja, desde o nascimento, o Self pode contribuir com a cisão dos impulsos bons e ruins, pode definir se o sentimento de solidão será bom ou ruim para o indivíduo. Esse sentimento de solidão surge da insegurança que o bebê terá inevitavelmente, e não pode ser evitado, todo ser humano o sente; assim, quando é negado é usado como uma defesa, atrapalhando as boas relações de objeto. Para proporcionar equilíbrio entre as influências internas e externas nas causas da solidão, os processos de projeção são acionados pela pessoa, que é um mecanismo pelo qual o ser humano atribui à outra pessoa seus próprios sentimentos, e de introjeção, que é a absorção de valores do meio social. Esses dois processos darão início às relações com o objeto e desempenham um papel de compreender e contribuir para a experiência do indivíduo ser compreendido. A necessidade de compreender a si próprio e superar todas as dificuldades está ligada ao desejo de ser compreendido pelo objeto bom internalizado, porém os casos extremos de incapacidade de satisfação deste desejo podem ser expressos em comportamento de suicídio (KLEIN, 1991).

Klein (1991) ressalta ainda que para balancear o sentimento de solidão há o sentimento de satisfação que está ligado à gratidão, à capacidade de conexão íntima de generosidade, ambas relacionadas ao desejo de retribuir as coisas boas recebidas, percebendo-se comportamentos que oscilam entre dar e receber, tendo uma relação com o objeto bom contrabalançando o sentimento de solidão.

Sendo assim, mesmo em casos que a pessoa consegue administrar positivamente, o sentimento de solidão não é eliminado do ser humano, continuando presente no psiquismo. Quando os mecanismos de defesa da pessoa são fortes, a solidão é usada inconscientemente, como por exemplo, nos casos de alguns bebês que podem ser dependentes da mãe para não sentir a solidão e crescerem sem elaborar essa dificuldade de se perceberem e se sentirem sozinhos, podendo desenvolver-se de forma que a dependência se torna um padrão para a vida toda. Quando a pessoa tenta equilibrar o mecanismo de defesa na infância, a fuga para o objeto interno pode significar uma tentativa de contrabalançar a dependência em relação com o objeto externo e em alguns adultos à rejeição da companhia. Em casos extremos podem haver patologias que incluam rejeições de companhia, como no caso da antropofobia, que é o medo de pessoas ou da sociedade.

Superego é um termo da psicanálise que define a dimensão moral inibidora que se desenvolve sob a influência da educação durante o processo de socialização. O subconsciente é parte da psique onde os pensamentos ficam guardados. Esses dois termos estão relacionados a impulsos destrutivos, o que significa que quanto mais implacável for a restrição do superego, maior será a solidão, pois suas experiências severas aumentam as ansiedades depressivas e paranoides (KLEIN, 1991).

O sentimento de solidão aparece (MAY, 1988) quando há uma necessidade de ser feliz e sociável no meio social, pois tanto a comparação e/ou a competitividade podem fazer com que o indivíduo queira participar desta sociedade querendo conquistar o que as outras pessoas mostram ou desejam para obter a felicidade. Assim, o sentimento de solidão, de vazio, de falta de algo para ser acrescentado na vida do indivíduo pode ter no contexto social a base para encontrar e se formar o indivíduo em sua subjetividade.

A solidão não é apenas um mecanismo para que o indivíduo possa se proteger da sociedade ou criar um espaço próprio, mas às vezes pode ser uma condição forçada, como a perda de algo, uma separação do objeto amado, ou seja, um desamparo (ROSA; TATIT, 2013). Nesses casos, o indivíduo pode se sentir desamparado, sozinho, sem ter uma crença ou pessoa para confiar em um determinado momento de sua vida, ele pode buscar esperança ou conformidade para evitar sentir essa perda.

Nas obras de Lacan e Freud (ROSA; TATIT, 2013) a solidão não foi diretamente abordada, mas há uma série de conceitos que mostram coerência com o que se refere ao sentimento de solidão. Freud (ROSA; TATIT, 2013) interpreta que as maiores causas do sofrimento do ser humano são as relações interpessoais.

Na visão de Freud solidão é um desamparo, sendo a perda ou separação do objeto importante, ou seja, o indivíduo se sente desamparado ou necessitado do objeto amado. Freud fala que o desamparo é o fato do indivíduo não ter alguém íntimo ao seu lado, alguém com quem compartilhar pensamentos, sentimentos, momentos e intimidades, precisando desse objeto importante. Freud (apud TANIS, 2003, p. 7) fala das diferentes vertentes do desamparo, originadas pela imaturidade do eu, tanto do ponto de vista psicomotor como psíquico, tendo a incapacidade de suprir sozinho as demandas e necessidades, sejam pulsionais, sejam externas. O desamparo do bebê e do anseio pelos pais faz com que a

necessidade seja despertada, mais o sentimento pode não ser prolongado na infância, mas pode ser sustentado pelo medo das demandas externas. A necessidade da infância de ter a proteção, de maneira equilibrada, dos pais é importante para a criança não se sentir desamparada frente ao mundo que o cerca (FREUD, 1929).

Lacan (ROSA; TATIT, 2013) fala que a solidão é simbolizada pela falta e, portanto, acontece quando a pessoa está em uma posição desejante, ou seja, tem vontade de ter algo, como pessoas, sentimentos, coisas, entre vários. Tendo a solidão como a ausência do objeto desejado pela falta, não tendo exigência de tê-lo, e quando existe a falta de algo na vida do indivíduo ele pode começar a desejar esse algo inconscientemente.

Assim as diferentes visões de Freud e Lacan sobre a solidão são que Freud ressalta a perda do objeto e Lacan destaca a falta desse objeto para a vida do indivíduo como principal fator para se entender a solidão. Freud fala que o desamparo é sentido pelo fato de o indivíduo não ter alguém íntimo ao seu lado, alguém com quem se pode compartilhar pensamentos, sentimentos, momentos e intimidades, enquanto na posição desejante, o indivíduo tem desejo por aquilo que lhe falta, como emoções, momentos, pessoas queridas, ou até mesmo objetos materiais. Referindo-se a Lacan: “A solidão como presença da ausência do outro é um sentimento que pode simbolizar a falta e, portanto, revela uma posição desejante ao invés de demandante.” (ROSA; TATIT, 2013, p. 142).

Nesse caso, o indivíduo deseja a presença do outro que tem algo que lhe falta, sabe-se que ele percebe essa falta por observar no meio social aquilo que é representado como “normal” para o outro ou como algo desejante e fantasioso, como uma realidade paradoxal que seria uma realidade diferente da que ele vive ou um trajeto de vida diferente, um percurso diferente do que o indivíduo está acostumado.

Lacan (ROSA; TATIT, 2013) pontua os estudos mostrando que, quando existe a falta de algo na vida do indivíduo, ele pode começar a desejar esse algo inconscientemente, como, por exemplo, querer conquistar uma vida social que o compreenda, como se o indivíduo não fosse compreendido em seu ambiente social, ou seja, esse indivíduo teria uma falta e assim procuraria pessoas do convívio social com quem se identificasse para fazer vínculos.

Continuando no mesmo aspecto da falta de algo, Jung (FADIMAN; FRAGER, 2004) fala que quando ocorre a solidão, existe um material reprimido pelo ego que se transforma em medo, dando a distinção do que é bom ou mal para o indivíduo. Por outro lado, quando ocorre a conscientização dessa repressão, tendo a autoconsciência, o indivíduo não só aprende a sentir, mas a experimentar e lutar contra essas repressões que o impediam de controlar e expressar seus sentimentos (FADIMAN; FRAGER, 2004).

Na teoria Junguiana é mostrado que a subjetividade de cada indivíduo se forma a partir da autoconsciência e só se constrói no contato com o outro, ou seja, seu desenvolvimento psíquico consciente e inconsciente requer o contato social, a personalidade é construída pela interação das dimensões social e individual do ser humano. Jung (2008) fala sobre a individuação, um processo onde acontece uma conexão entre o ego e o Self, sendo que o ego é o centro da consciência do indivíduo, e o Self é o centro da psique, do consciente e do inconsciente.

A individuação, no entanto, significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social (JUNG, 2008, p. 49).

A individuação, para Jung (2008), é um processo que reserva a chance do indivíduo construir sua visão social, suas crenças, seu ser, integrando o ego com o Self. Assim, vemos que estudando o meio, a sociedade individualista onde o indivíduo se encontra, podemos entender o desenvolvimento de seu sentimento de solidão.

O sentimento de solidão ocorre quando o indivíduo nega o arquétipo da sombra, pela rejeição do ego, em que pode se transformar em medo, dando a distinção do que é bom ou mal para o indivíduo. Pode ocorrer à conscientização dessa repressão, tendo a autoconsciência, o indivíduo não só aprende a sentir, mas a experimentar e lutar contra essas repressões que o impediam de controlar e expressar seus sentimentos diante de si mesmo e do social (FADIMAN; FRAGER, 2004).

Vendo a temática entre os autores citados, os dois aspectos de Frankl (1989) sobre o desenvolvimento da solidão complementam as ideias dos autores, mostrando que um aspecto pode ser o começo do desenvolvimento da solidão e depois pode se passar para o outro aspecto que foi citado e vice e versa. Assim

vendo o lado positivo da solidão depende da evolução psíquica do indivíduo, em que ele irá poder conseguir esse desenvolvimento com o autoconhecimento.

5. CONTEXTO SOCIAL E A SOLIDÃO

Segundo May (1988) e Katz (1996), o sentimento de solidão é construído pela falta de algo que a sociedade não oferece: desejos sociais que não condizem com os desejos pessoais ou que se sobrepõem aos desejos dos indivíduos.

May (1988) mostra o vazio existencial do indivíduo ocupado com sua vida social e que está atrelado à displicência e falta de atenção com sua vida psíquica. Isso é visível quando as pessoas que se dedicam ao seu lado interpessoal classificam as emoções, os sentimentos como algo banal, como por exemplo, chamar a tristeza ou a angústia de “frescura” ou “carência”. Desta forma, a maioria das pessoas da sociedade se dedica completamente à sua vida social, pois acreditam que a vida social supra suas dificuldades, inclusive àquelas de natureza psíquica. Grande parte das pessoas fogem e acabam se perdendo de si mesmas, conseguindo ter a ilusão de controlar sua vida social e seu mundo interno, obtendo um imenso sofrimento inconsciente por não ser um indivíduo “inteiro”.

Algumas pessoas que relatam sentir solidão se queixam de não ter tido o apoio familiar e, por isso, tem um posicionamento de “falsa” autossuficiência. A tentativa de sustentação de um indivíduo em isolamento seria a autossuficiência, com o intuito de não sentir o mal-estar presente na separação do outro, quando o indivíduo se sente só (TATIT, 2012). A solidão seria significativa à manifestação do desejo, pelas identificações, ou seja, o que o indivíduo não encontra o que havia previsto em relação ao outro.

O indivíduo isolado pode ser preso às suas relações de objeto, no qual ele tenta se satisfazer por meio da conquista de novos objetos, como mudar para nova cidade, novo emprego, novo amigo, entre outros. Tendo assim sua solidão menos como isolamento forçado e mais como escolha de separação do objeto original para um objeto novo. (TATIT, 2012). As pessoas que apresentam uma autonomia autossuficiente tendem a ter o sentimento de solidão por pensarem que não precisam de ninguém ou que não querem ninguém, mais sentem a falta de algo ou alguém, para compartilhar momentos de sua vida (TATIT, 2012).

Katz (1996) fala que nas relações sociais que adquirimos conhecimento dos sentimentos e das emoções, portanto se o indivíduo se isola desse sistema social, pode potencializar a falta de aprendizado cultural e social, sem conseguir se estruturar e se desenvolver não somente socialmente como intimamente. Para desenvolver a subjetividade no sentido da solidão positiva, vendo o cuidado com si próprio, é importante para que o indivíduo possa dar significado e se apropriar da sua própria existência. Vendo a solidão de maneira necessária não somente como forma de se ausentar dos sentimentos gerados pelas relações sociais, como também para preservar o indivíduo da participação negativa nos grupos sociais, que pode ocorrer quando ele precisa de espaço para pensar. Independentemente de a solidão ser negativa ou positiva, ela tem um sentido subjetivo diferente para cada indivíduo.

6. METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa exploratória qualitativa. A escolha da pesquisa qualitativa e exploratória foi devido ao fato de buscar diretamente informações com pessoas que passam pelo processo de solidão, entrando nesse universo para conhecê-lo e identificar o máximo de variáveis possíveis envolvidas e que possam subsidiar pesquisas futuras.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2010, p. 57).

O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, que é a utilização de um roteiro previamente elaborado. A entrevista foi gravada com o consentimento dos participantes e depois transcrita. As entrevistas foram feitas nas dependências da Clínica de Psicologia do Uni-FACEF.

A amostra foi escolhida por conveniência, pois de acordo com Oliveira (2001) a amostragem por conveniência é caracterizada pela seleção de membros da população mais acessíveis ao pesquisador para composição da amostra, fazendo posteriormente o levantamento de opiniões sobre o entrevistado.

A amostra foi composta por quatro (04) indivíduos que sentem solidão. A escolha foi feita a partir das pessoas com o sentimento solidão, sendo o critério de inclusão na amostra será o fato de relatar solidão. As pessoas com solidão estavam na faixa etária de 18 a 25 anos de idade, pois é a faixa etária de transição para a idade adulta, onde começa as responsabilidades, a pressão de fazer faculdade ou arranjar emprego, nesse estágio é onde há o começo da vida individual dos indivíduos, tendo que arcar com suas escolhas. Do total de participantes, dois (02) são ser solteiros e dois (02) estão em um relacionamento amoroso. Todos participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visando garantir a privacidade, o sigilo e a autonomia dos participantes.

Este projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, visando garantir a adequação do mesmo à Resolução do Conselho Nacional de Saúde no 466/2012 que regimenta os cuidados necessários nas pesquisas envolvendo seres humanos. Cuidados éticos foram tomados para garantir a privacidade, o sigilo, a não maleficência e o direito de interromperem a participação na pesquisa em qualquer momento que desejarem, sem nenhum prejuízo. A pesquisadora se responsabilizou em fazer uma entrevista devolutiva com os resultados da pesquisa aos participantes, pois se considera que assim se respeitará mais a sua autonomia, potencializando seus mecanismos de resiliência.

Para a análise dos dados foram elaboradas categorias temáticas a partir dos relatos obtidos com os participantes, seguindo as recomendações de Minayo (2010) acerca das etapas para realização de uma análise temática.

7. RESULTADOS

Serão apresentados, neste tópico, os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas dos participantes universitários da instituição da Uni-FACEF. Inicialmente serão expostas categorias relativas às entrevistas dos participantes sobre o sentimento de solidão analisado pela pesquisadora.

As categorias de análise são: Relacionamento interpessoal; Aprovação social/desemprego social; Autoestima/ sentido de inferioridade; Ficar sozinha/ sentir-se sozinha e Solidão como uma vivência positiva/ solidão vivida de forma negativa.

7.1. Relacionamento Interpessoal

Nesta categoria, as participantes relatam nas entrevistas como funcionam seus relacionamentos interpessoais e como isso contribui para o sentimento de solidão.

Ângela: De acordo com o autor Gomes (2001) a solidão leva o indivíduo a se isolar por falta de relacionamentos significativos, por falta de vínculos verdadeiros. Nisso a participante relata na entrevista que é muito fechada com pessoas desconhecidas, muito tímida. Com a família relata que fala bastante e com amigos sempre foi complicado criar vínculos, tanto que só agora na faculdade que ela conseguiu criar vínculos verdadeiros com amigos que faz ela se sentir integrada. A participante relata que por falta de explicação, apoio e sentido, suas relações eram fracas e frágeis, em que ela aceitava tudo que lhe era imposto para não ser afastada de sua família e seu contexto social. Atualmente ela conseguiu aprender a construir relações fortes e ficar mais forte em relação ao seu sentimento de inferioridade. Vínculos na infância que eram positivos ela relata que foram os primos que até hoje tem contato, mais de amizade são os amigos da faculdade, em que eles a fazem se sentir integrada em um grupo social que a aceita.

Paloma: A participante descreveu seu relacionamento com a família sendo superficial e com os amigos depende do amigo, suas relações de amizade são com poucas pessoas. Gomes (2001) fala que a solidão pode levar o indivíduo a se isolar por falta de vínculos verdadeiros. Seus pais buscam lhe dar apoio mais ela relata que a maioria das coisas ela que busca solucionar sozinha, por ser fechada. Na faculdade que ela conseguiu ter um grupo de autoajuda, de apoio, dizendo que deu uma ampliada por conseguir falar de seus sentimentos quando está os grupos de autoajuda. Na infância a participante relata que era a família seu maior vínculo de apoio, mas na idade adulta diz que é a mãe e ela mesma que se apoiam.

Tatiana: A participante relata que no convívio social ela sempre teve a iniciativa de fazer amizades, na idade adulta ela fala que é mais fechada, que ela espera as pessoas virem até ela para fazer amizade. Com o passar do tempo no contexto social o indivíduo pode acabar perdendo o senso positivo da solidão e pode começar a usar a solidão prejudicialmente, como se afastar dos outros por ter dificuldade de manter as pessoas por perto, que pode ser associado com a ideia de que o indivíduo pode se sentir solitário, desinteressante ou até mesmo repulsivo (LESSA, 2012). Freud (1929) fala que na infância é necessário de maneira

equilibrada da família ter a proteção, para quando a criança crescer não se sentir desamparada na sua convivência com o mundo em sua volta. A participante relata que sempre teve muito incentivo de todos que estavam ao seu lado e que sua família via o que era importante ela aprender para poder conseguir conquistar e desenvolver sua vida no contexto social. Seus vínculos que a ajudaram a se desenvolver são e eram sua família e suas amizades da infância e algumas atuais que ela construiu na faculdade.

Vera: A participante considera suas relações saudáveis, mas quando está em um ambiente diferente em um novo curso ou nova sala se sente incomodada de não tentar interagir com as pessoas. Como Gomes (2001) aponta as pessoas que se sentem angustiadas em algum ambiente diferente podem se sentir desagradáveis e indesejadas, com medo de desagradar as pessoas. Por seus pais não terem oportunidades de estudar como ela tem, eles incentivam muito ao estudo, apoiam financeiramente, em dificuldades eles dão apoio, ela deu o exemplo de quando ela não passou na prova de tira carta de motorista e a mãe dela foi acolhedora. Ela afirma que tem muito apoio das pessoas em tudo que ela faz. Ela não recebia apoio quando os pais achavam que a atividade que ela achava importante e gostava não lhe traria nenhum benefício de sustentação na vida social, como teatro e aula de balé. Ela relata que a família e os amigos a apoiam nas suas decisões independentemente de qual elas sejam, ela recebe apoio deles.

7.2. Aprovação Social/ Desamparo Social

Nesta categoria observa-se como o contexto social influencia na maneira da construção da aprovação e do sentimento de desamparo vinculada ao contexto social das participantes.

Ângela: A aprovação social que a participante relata que não teve e nem tem é da família, constituindo uma solidão negativa no sentido de não ter muito apoio da família e principalmente de sua mãe, fazendo o indivíduo se comparar com os outros e achando que ela é o problema. Ângela conta que passava muito tempo sozinha e achava que ela era o problema por não conseguir se encaixar no contexto social da mãe e da família.

Paloma: A participante se sente desamparada socialmente, por ter o complexo de ser indesejável e medo da rejeição. Conseguindo ajudar os outros e não sendo ajudada, se isolando e tendo contado com poucas pessoas para não se

machucar. Na busca da aprovação social ela não conta sobre seus sentimentos para ninguém, finge que está tudo bem mesmo não estando bem para ela.

Tatiana: A participante relata que tem incentivo, mais não tem aprovação social quando ela tenta ser independente, tendo um desamparo quando quer conquistar seu espaço no contexto social.

Vera: Para a participante ter aprovação social ela se aliena conscientemente ao que é aceito socialmente, como roupas, mas relata que faz com consciência, que não segue tudo o que a sociedade a proem sem ter um sentido, ela tem que ver um sentido para se alienar. May (1988) relata que o medo que a sociedade tem da solidão vem da necessidade do indivíduo ser aceito não só pela sociedade que o cerca mais também por ele mesmo. Se sentindo desamparado ou rejeitado pela sociedade por não seguir o modelo social.

7.3. Autoestima/ Sentimento de Inferioridade

A expressão utilizada nesta categoria foi devido ao sentimento das participantes diante do desenvolvimento de sua personalidade e de sua solidão subjetiva.

Ângela: Na idade adulta sua autoestima está mudando e ela está conseguindo perceber como a solidão pode ser positiva e conseguir criar fatores emocionais que possa ajudar ela a se descobrir e se valorizar. Por ser muito tímida e muito sozinha, não conseguia fazer amigos, quando fazia suas relações acabava se tornando dependente por baixa autoestima. Favorecendo ela a ter relações abusivas e humilhantes tanto por amizade como por relações amorosas.

Paloma: A participante busca saber o que se passa dentro dela e viver o que se sente. Conseguindo falar o que pensar, mas às vezes não o que sente. Sua independência é pela maneira de pensar e agir quando necessário. Por não ser sociável na infância não conseguia se adaptar com as crianças de sua idade e dependia muito da mãe e do pai, mas principalmente da mãe e algumas decisões que ela toma hoje são influenciadas pela mãe.

Tatiana: A participante relata que por ser independente em sua maneira de pensar e agir. Parece que sua autoestima é constituída pelas suas decisões, se considerando autêntica em tudo que faz. A participante se considera autêntica por conseguir pensar e fazer as coisas por si só, consegue ser independente até certo ponto, acha que algumas coisas têm que pedir opinião para

as pessoas. Tanis (2003) fala que a ausência do outro provoca desequilíbrio, por o indivíduo ter que confirmar sua existência se espelhando no outro.

Vera: No sentido de pensar e agir a participante aparenta ser independente e consegue fazer suas próprias escolhas. Como querer tirar carta, fazer faculdade, entre outros. No sentido de querer ser querida, ela fala que falta um pouco de doação da parte dela com as pessoas. Seria uma falta de dependência das amigas, mas com a família tem uma dependência não só financeira como de uma falta de atenção e afeto materno.

7.4. Ficar Sozinho/ Sentir-se Sozinho

Nesta categoria as participantes manifestaram maneiras de ver a solidão, como o querer ficar sozinhas que seria a vontade e o sentirem-se sozinhas que seria o sentimento manifestado de maneira induzida.

Ângela: No sentido de gostar de ficar sozinha e sentir se sozinha ela desenvolveu uma autossuficiência, em que se sente bem sozinha e com seus pensamentos, mas sente falta de companhia para compartilhar momentos de sua vida, como sua convivência com o marido é algo que ela deseja e não só por esse motivo mais por vários que está com ele.

Paloma: Quando se sente sozinha ela relata que entra em um complexo de achar que não tem amigos, que é chata ou indesejável, que as pessoas não dão abertura para ajudá-la.

Tatiana: A participante demonstra gostar de ficar sozinha a tarde para fazer suas atividades pessoais e obrigatórias, mas quando vai ficando a noite ela se sente sozinha e almeja companhia. De acordo com Lacan (ROSA; TATIT, 2013) o sentimento de solidão surge quando há a falta do objeto desejado, quando não pode tê-lo o indivíduo pode começar a desejar esse algo inconscientemente. Tatiane não sabe explicar o porquê que a noite ela deseja companhia, apenas deseja, demonstrando que essa falta de algo está presente inconscientemente.

Vera: No sentido de sentir-se sozinha ela fala que é uma questão de empatia, quando acontece alguma situação específica no contexto social ou intrapessoal que a faz se isolar e se sentir sozinha, quando ela está mal, estressada ou triste. O ficar sozinha é quando ela quer um tempo para ela ficar reflexiva consigo mesma.

7.5. Solidão Como uma Vivência Positiva/Solidão Vivida de Forma Negativa

Na presente categoria as participantes vivenciam a solidão de maneira positiva e negativa, tentando equilibrar as duas maneiras para se viver na sociedade e ter sua subjetividade preservada.

Ângela: A participante consegue usar o lado positivo da solidão também, para momentos de criatividade, fazendo projetos manuais e tendo paciência de aprender a fazê-los. Consegue dividir seu tempo em lazer, estudo, descanso e para pensar em si mesmo. Na vivência negativa da solidão, a participante na infância e adolescência tinha a sensação de abandono pela mãe e pela família que não conseguiam conversar com ela, ela não tinha espaço para compartilhar sentimentos, momentos e intimidade em seu contexto familiar e social. Sentia-se desamparada, incompreendida e uma sensação que estava incomodando-os, assim se isolava e vivenciava a solidão de maneira negativa.

Paloma: A participante gosta de ficar sozinha para pensar, dançar, ter fantasias, descansar, fazer coisas prazerosas para ela. Ela usa esse momento para refletir sobre o dia, que emoção que veio, vendo o que se passa nela, tanto numa fase ruim ou boa. O grupo social a incomoda quando as pessoas demoram para fazer algo, como grupo para fazer trabalho da faculdade não é motivado ela não tem paciência, se isola e faz tudo sozinha. Ela sente que nos grupos sociais em geral não é pertencente ao grupo, se sentindo sozinha no mundo.

Tatiana: A participante gosta de ficar sozinha quando seu sentimento de solidão está positivo, ela pode pensar alto, fazer atividades de casa, de lazer e ouvir seus próprios pensamentos. Katz (1996) fala que o sentimento de solidão positiva pode estar voltado para o cuidado com si próprio, no qual é importante para o indivíduo dar significado para sua própria existência. Quando esta de noite e ela fica sozinha se sente muito angustiada, ela relata uma situação que quando o namorado está dormindo e ela acorda se sente incomodada de estar sozinha consigo mesma. Como Tanis (2003) relata algumas pessoas podem estar mascarando o sentimento de solidão negativa, buscando em situações algum tipo de experiência prática que possa preencher o sentimento que esta sentindo no momento, no caso da participante parece que ela quer preencher a angústia que ela sente sozinha a noite.

Vera: Ela gosta de ficar sozinha quando esta cansada, quando quer pensar em si, refletir sobre sua vida, relaxando, fazendo coisas que lhe agrada.

Quando a participante se sente triste, estressada, quando não gosta de algo ela se sente sozinha e se isola. Gomes (2001) relata que no isolamento social o indivíduo não vê sentido para algumas escolhas da sociedade e assim se isola por não ter compatibilidade com essas escolhas.

8. CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou verificar o desenvolvimento dos participantes escolhidos pela idade de 18 até 25 anos. Para isso, foram necessárias entrevistas para investigar o sentimento de solidão nos participantes e as percepções deles sobre o sentimento. Todas apresentaram sentimento de solidão negativo e positivo, mostrando que cada uma desenvolve o sentimento da maneira subjetiva, conforme consegue entendê-lo e desenvolvê-lo, podendo desenvolvê-lo mais para o lado positivo ou para o negativo dependendo do momento que estão vivenciando em suas vidas.

Algumas participantes vivem mais intensamente a solidão por ter falta e perda de apoio das pessoas próximas, motivações, desejo de ser acolhida, incentivo, de atenção, desamparo, entre essas coisas todas conseguem identificar o lado positivo da solidão e dar um significado para esse sentimento de perda e falta que lhes afetam, tentando, entre os altos e baixos da solidão, encontrar um equilíbrio.

Objetivo era identificar o desenvolvimento do sentimento de solidão, como ele se desenvolve e como os indivíduos veem esse sentimento e como fazem para se adaptarem a ele. De acordo com os resultados as participantes demonstraram ser conscientes do sentimento e mostram como elas se sentem a partir de suas histórias de vida, como foi desenvolvido o sentimento de uma maneira mais positiva ou negativa e na idade adulta conseguir achar meios para equilibrar o sentimento negativo e positivo.

Ressalta-se que esse artigo apresenta uma discussão inicial sobre os resultados da pesquisa, pois a análise está no estágio inicial e deverá ser aprofundada antes da conclusão da mesma.

REFERÊNCIAS

FADIMAN, J. FRAGER, R. **Personalidade e crescimento pessoal**. 5 ed. São Paulo: Artmed, 2004.

FERREIRA, S. A. B. H. **Novo Aurélio**: Séc. XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANKL, V. E. **Sede de sentido**. Tradução, introdução e notas Henrique Elfes. São Paulo: Quadrante, 1989.

Freud, S. **O futuro de uma ilusão**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GOMES, A. M. A. **Solidão**: uma abordagem interdisciplinar pela ótica da teologia bíblica reformada. Fides Reformata, v. VI, n.1, 2001. Disponível em: < <http://www.mackenzie.br/teologia/fides/vol06/num01/Maspoli.pdf> > Acesso em: 13 fev. 2017.

JUNG, Carl G. **O eu e o inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KATZ, C.S. **O Coração Distante**: ensaio sobre a solidão positiva. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Tradução 4 ed. Inglesa; Elias Mallet da Rocha, Liana Pinto Chaves. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LESSA, J. M. **Solidão e Liberdade**. Texto da conferência ministrada no II Encontro Ludovicense de Fenomenologia, Psicológica e Filosofias da Existência, com o tema Crise, cultura e contemporaneidade promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica realizado no período de 18 a 20 de abril de 2012 no Centro de Ciências Humanas – CCH da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/fenomenopsicol/article/download/1351/1066>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MAY, R. **O homem à procura de si mesmo**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, T. M. V. **Amostragem não probabilística**: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. São Paulo:

FECAP, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 13 fev. 2017.

TANIS, B. **Circuitos da solidão**: entre a clínica e a cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TATIT, I.; ROSA, M. D. **Pra não dizer que Freud e Lacan não falaram da solidão.** Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande , v. 5, n. 2, p. 136-146, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2013000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 fev. 2017.

O PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS MULTIFAMILIARES: um estudo bibliográfico sobre o tema

FERREIRA, Nathane Antunes – Uni-FACEF

FERREIRA, Tainá Cristina – Uni-FACEF

MOREIRA, Wesley César Brunetto – Uni-FACEF

GILBERTO, Thalisa Maria Jati – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O processo sucessório é muito importante dentro de uma empresa, ainda mais quando a empresa é considerada uma “Multifamiliar”, onde duas ou mais famílias são responsáveis pelos negócios. Quando a empresa vai passar para a 2ª geração, começam os conflitos: Quem assumirá a administração da empresa? Qual das famílias está mais preparada? Como é feito um processo sucessório de sucessão de sucesso? Essa e muitas outras perguntas é o objetivo da nossa pesquisa apresentar os aspectos teóricos da sucessão de uma forma a mostrar a importância de preparar um sucessor, como é essa preparação, o tempo ideal para formar as dificuldades de um processo sucessório, as vantagens e desvantagens de uma empresa multifamiliar.

Este processo deve ser feito para as empresas de gestão multifamiliares que enfrentam dificuldades em formar um sucessor que continue administrando com qualidade, garantindo assim o sucesso da empresa. A diretriz de uma empresa, é que ela permaneça por várias gerações, porém é preciso criar estratégias de formação para que os futuros líderes estejam preparados para dar continuidade na empresa e também formar mais sucessores principalmente em um mercado tão competitivo e instável como é atualmente.

A metodologia desse estudo será bibliográfica, pois irá detalhar como é o processo sucessório dentro das organizações de empresas familiares e multifamiliares, utilizando materiais científicos publicados em livros e afins. A pesquisa está dividida em: caracterização de empresa de pequeno porte; conceitos de empresa familiar e de empresas multifamiliares; estratégia de processo sucessório; sucessão familiar como suas vantagens e desvantagens; e curiosidades sobre empresas familiares e multifamiliares.

2. EMPRESAS DE PEQUENO PORTE MULTIFAMILIAR

2.1. Caracterização de Empresa de Pequeno Porte

De acordo com o Sebrae, empresas de pequeno porte são empreendimento com faturamento bruto anual entre R\$ 360.000,00 e R\$ 3,6 milhões de acordo com a lei do simples e levando em conta número de funcionários que deve ser de 10 á 49 empregados para o comércio e serviços e de 20 a 99 para a indústria.

2.2. Conceito de Empresa Familiar

Pode ser considerada uma empresa familiar, quando o controle da organização está nas mãos de um indivíduo ou dos membros de uma mesma família. Para Leone (apud MACHADO 2005, p.5), a empresa é familiar quando for iniciada por um membro da família, e quando membros da família participam da empresa ou direção, ou ainda quando há valores institucionais vinculados à família e a sucessão está vinculada à família”.

Para ele, uma empresa familiar tem as seguintes características:

- 1 – A família deve possuir propriedade sobre a empresa, podendo ser propriedade total, propriedade majoritária ou controle minoritário;
- 2 – A família deve influenciar nas diretrizes da gestão estratégica da empresa;
- 3 – Os valores da empresa são influenciados ou identificados com a família;
- 4 – A família determina o processo sucessório da empresa.

O objetivo das empresas familiares é que a organização permaneça em funcionamento por várias gerações, porém, as estatísticas mostram que pouco mais de 10% das empresas familiares sobrevive até a 4º geração.

Poucas empresas familiares passam da primeira geração, no entanto, após o 1º processo de sucessão bem-sucedido as chances de que a empresa permaneça no mercado por várias gerações são bem maiores.

2.3. A Empresa “Multifamiliar” é uma Empresa Familiar?

A empresa familiar é constituída por muitas características, e uma delas é a empresa multifamiliar que está presente em vários segmentos de negócios e sendo necessária ser avaliada. Esta classificação é dada por Gonçalves (GONÇALVES apud VICTOR 2005, p. 19) como a empresa que “nasce da FERREIRA, Nathane Antunes; FERREIRA, Tainá Cristina; MOREIRA, Wesley César Brunetto; GILBERTO, Thalisa Maria Jati

associação entre duas ou mais famílias em torno de um empreendimento econômico comum.”.

Para (VICTOR, 2005, p.19) uma das principais características deste tipo de empresa é o fato dela envolver pessoas que não possuem nenhum tipo de parentesco. Muitas vezes estas empresas surgem da iniciativa de dois conhecidos que decidem unir seus conhecimentos e experiências a fim de abrir um negócio de sucesso. No primeiro momento eles têm a opção de criar uma cultura própria para a empresa, com as características e valores que julgarem corretos para a organização, independentemente da cultura familiar que possuem. Diferente do que acontece na empresa familiar onde grande parte da família já faz parte da organização desde o início, na empresa multifamiliar isso acontece de comum acordo entre os sócios e gradativamente, conforme a empresa for se desenvolvendo, e sempre mantendo uma relação profissional dentro da organização, onde o interesse principal e único é o da empresa.

A empresa multifamiliar nasce com algumas vantagens, pois como é sabido, qualquer negócio novo no seu primeiro momento requer conhecimento, investimentos, e depende muita dedicação e de esforços junto ao mercado de trabalho, fornecedores, instituições financeiras e junto ao seu mercado. E com a participação de dois ou mais sócios todos esses esforços são facilitados e aumenta a possibilidade de se conseguir um êxito melhor e mais rápido. É positivo também o fato de ser pelo menos duas as famílias envolvidas tornando mais fácil deixar claro os limites entre as esferas do “público” e “privado”. É praticamente inevitável a aproximação das famílias dos sócios, sendo assim, tornar-se mais difícil a penetração de membros e problemas de cada família no âmbito da empresa, o que leva a menos intromissões familiares quanto aos assuntos relacionados à empresa.

No entanto, Gonçalves (apud VICTOR 2005, p.21) alerta que é preciso reconhecer que a continuidade da empresa multifamiliar é mais difícil, sendo poucos os casos em que ela consegue sobreviver, ainda como empresa familiar, na passagem da primeira para a segunda geração. O que se imaginará, como mais provável, é que ela enfrentará uma disputa pelo poder multiplicada pelo número de famílias. Mas são raros os casos em que aconteceu o oposto: a segunda geração, mais distante da empresa e menos identificada com ela, poderá entendê-la como negócio do pai e dos seus amigos, não tendo nenhum interesse nela, salvo o patrimonial. Muito possivelmente, essa terá sido a história da Metal Leve, conduzida

O PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS MULTIFAMILIARES: um estudo bibliográfico sobre o tema – p. 784-797

brilhantemente pela geração que a criou, mas que não encontrou sucessor ou sucessores em nenhuma das famílias que a compunham.

3. ESTRATÉGIA DE PROCESSO SUCESSÓRIO

Segundo Bernhoeft (1989), o processo de sucessão na empresa familiar é um assunto muito importante e ao mesmo tempo delicado. Ele evidencia que o processo sucessório não pode ser tratado apenas sob os aspectos puramente lógicos da administração, pois envolve pontos afetivos e emocionais, relacionados com a própria estrutura familiar.

De acordo com Oliveira (1999, p.24) podem ser identificados dois tipos de processo de sucessão nas empresas familiares: (1) a sucessão familiar e (2) a sucessão profissional.

Geralmente a sucessão familiar é a que tem recebido maior ênfase nas empresas, mas deve ser considerada a sucessão profissional, pois essa está em grande evolução nos dias atuais, por trazer alguém de fora da familiar para administrar a organização.

3.1. Sucessão Familiar

Na sucessão familiar é importante definir aspectos como quem será o novo líder da empresa, como será feita a transição, como será exercida a autoridade, quem continuará fazendo parte da empresa, e o que acontecerá se o processo não for bem sucedido. É de grande importância estar sempre atualizado na questão de sucessão familiar, pois nunca se sabe quando poderá ocorrer a necessidade que um novo gestor assumir o cargo. Portanto é necessário um planejamento antecipado com todos os membros da empresa, para que não haja problemas após o processo de sucessão.

A sucessão não é uma coisa, mais muitas. Não é um evento único que ocorre quando um velho líder se aposenta e passa a tocha a um novo líder, mas um processo movido por um “relógio” de desenvolvimento – começando muito cedo nas vidas de algumas famílias e continuando através do amadurecimento e envelhecimento natural das gerações. A sucessão sempre leva tempo. Mesmo nos casos em que uma doença súbita, ou um evento dramático, conduz a mudança abruptas nos títulos ou papéis das pessoas, há um período de ajuste e adaptação. (GERSICK, DAVIS, HAMPTON, LANSBERG 1997, p 201).

Do ponto de vista de Oliveira (1999, p.25) Para a sucessão familiar existem alguns aspectos a serem considerados como:

- A realidade da família, os seus valores, crenças, atitudes e comportamentos pessoais;
- Se colocam o nível de riqueza e poder acima das questões pessoais e familiares;
- Como está a expectativa de vida dos membros mais influentes da familiar

Existe também a preocupação com a abordagem legal da ordem dos sucessores, a saber: (1) Descendentes: filhos, netos e bisnetos; (2) Ascendentes: pais, avós e bisavós; (3) Colaterais: irmãos e primos; e (4) Governo: município, distrito federal e união.

Com relação aos agregados, eles também podem se tornar herdeiros dependendo do regime de casamento como no caso dos cônjuges.

Para cada autor existe uma maneira diferente de ser feito o processo de sucessão, mas todos enfatizam que é de extrema importância que seja algo bem planejado, organizado e acompanhado antes, durante e depois do novo líder assumir o cargo de gestor da empresa. Conforme exemplificado abaixo:

3.1.1. Vantagens da Sucessão Familiar

Segundo Oliveira (1999), as principais vantagens da sucessão familiar são:

- Dar continuidade no comando familiar na empresa.
- Ter processo decisório rápido e com elevado grau de flexibilidade para colocar as ações em pratica.
- Ter na sucessão uma pessoa com interesse societário e que se empenhe na otimização dos resultados atuais e futuros da empresa.

3.1.2. Desvantagens da Sucessão Familiar

Para o autor as principais desvantagens da sucessão familiar são:

- Ocorrer disputa de poder entre membros da família.
- Ter dificuldade em demitir o executivo sucessor.

- Existir dificuldade em desempenhar diferentes papéis, pois algumas pessoas da família ficam com jornada dupla de trabalho.

Ainda para Oliveira (1999, p.30) existem algumas vantagens e desvantagens da sucessão profissional que o executivo deve ficar atento que serão tratados a seguir.

3.2. Vantagens da Sucessão Profissional

Segundo o referido autor:

- Ter maior facilidade de recrutamento e seleção de um executivo com o perfil desejado essa é uma grande vantagem para a empresa, pois atualmente existem empresas que oferecem este tipo de serviços com elevada qualidade nesse segmento.
- Obter, de maneira mais rápida e efetiva, os conhecimentos e experiências de um executivo profissional.
- Receber novos estilos e filosofias de administração interessantes.
- Possuir maior flexibilidade para alterações de executivos.

3.2.1. Como Desvantagens da Sucessão Profissional

O autor cita:

- Receber e incorporar estilos e filosofias de administração que não se enquadrem nos conceitos que empresa objetiva.
- Maior possibilidade de perder o executivo
- O executivo profissional, como tal, apresenta elevada possibilidade de pedir demissão pelas novas oportunidades que surgem no mercado de trabalho.

O processo sucessório tanto de uma empresa familiar, quanto de qualquer outro tipo de empresa, pode trazer o sucesso ou fracasso da empresa, portanto é importante que o processo sucessório seja muito bem planejado levando em conta todas as vantagens e desvantagens de cada tipo de sucessão, para que seja feita a melhor escolha. Sendo assim, segue os conceitos de alguns autores sobre o tema:

Podem ser observados três tipos diferentes de posicionamento na empresa familiar, transcritos a seguir:

Posição de fundador: A empresa deve ser gerida pelos descendentes do fundador. Um proprietário, ao ocupar um cargo de gestor, se dedica com muito mais afinco à empresa pois está sendo duplamente beneficiado, já que além de receber a remuneração do cargo que ocupa como gestor, ainda faz jus aos dividendos e ainda à valorização da sua participação na sociedade. Posição de um executivo de uma grande organização: O ideal é contratar uma diretoria formada exclusivamente por executivos que não tenham sequer relacionamento de amizade com a família proprietária. Somente dessa forma, não haverá confusão entre negócio e sociedade, e a dispensa de um profissional que eventualmente não esteja correspondendo à necessidade do negócio não causará problemas no íntimo familiar. Posição de um consultor autônomo: "A melhor solução é uma gestão mista, com membros da família e executivos contratados formando o alto escalão da empresa". (ADACHI 2006, p.151)

O referido autor cita alguns paradigmas que devem ser repensados na hora de ser tomar uma decisão, pois tais aspectos podem levar a empresa ao fracasso, se não forem levados em conta de maneira adequada.

Zona de conforto: as zonas de conforto ocorrem quando as pessoas conseguem obter sucesso através de determinadas atitudes. Elas se habitam e se acostumam com essas situações, não aceitando novidades ou alterações nas suas decisões. Tomada de decisão: existem diversas técnicas que podem melhorar a tomada de decisão para a solução de um problema. Mas todas se resumem a reconhecer o problema e se empenhar para solucioná-lo. O processo de tomada de decisões tem uma característica peculiar nas empresas familiares, especialmente nas empresas administradas pelos seus fundadores, onde a tomada de decisão costuma ser centralizada e baseada mais em fatores emocionais ou intuitivos do que em informações e pensamentos racionais. Portanto é parte de uma boa gestão o respeito às normas tributárias vigentes, que se convertem em vantagem, como a obtenção de demonstrativos e informações relevantes para a tomada de decisões. Responsabilidade social: atualmente, uma das grandes preocupações inseridas na gestão organizacional está relacionada com a responsabilidade social. É fundamental que qualquer organização mantenha uma postura responsável com todas as pessoas a ela relacionadas, não praticando qualquer tipo de discriminação, como pagar salários inferiores às mulheres, recusar trabalho a pessoas deficientes ou poluir o meio ambiente. (ADACHI 2006, p. 151).

3.3. Alternativas Para o Preparo de Herdeiros

Para Bernhoeft (1996, p.123) um dos equívocos mais comuns que tem sido cometido no preparo de herdeiros é colocar a sucessão como a única opção profissional para os herdeiros, fazendo-os assumir a empresa da família. É extremamente importante que o preparo dos herdeiros tenha como finalidade atingir dois resultados. O primeiro é o compromisso em perpetuar o legado que estão recebendo, e o segundo, não menos importante, é viabilizar sua felicidade pessoal e realização profissional.

Todos os herdeiros possuem três alternativas que exigem preparo. (1) Herdeiro-acionista; (2) Herdeiro-conselheiro e (3) Herdeiro-gestor, o ponto comum entre das três é que serão sócios.

A primeira opção (herdeiro acionista) é a de permanecer na sociedade exercendo, exclusivamente, o papel de acionista. Isso pressupõe dois pontos importantes. O primeiro, é preparar-se para ser um acionista que atua de forma inteligente e cooperativa nas suas relações com aqueles que vão administrar seu patrimônio. O segundo preparo importante para quem tenha feito esta opção é buscar uma fonte de realização profissional. Um acionista frustrado será fonte de incomodação permanente, pois tenderá a culpa a sociedade pelos seus fracasso. A segunda alternativa é aquela que se refere ao papel de sócio-conselheiro, ou seja, pressupõe-se que os herdeiros decidiram, de comum acordo, criar um conselho de sócios, constituído por membros de família, para administrarem as relações entre a sociedade e os gestores da empresa.

Neste caso há a vantagem de além de ter o gestor que sempre estará por dentro de todos os assuntos da empresa, ainda existirá um conselho de sócios para que as decisões possam ser tomadas com mais precisão. E a terceira alternativa é a de sócio-gestor. Para estes existem muitos cursos e atividades acadêmicas disponíveis no mercado. Mas o que falta é a compreensão de que não serão únicos “donos” da empresa. Estarão gerindo algo que pertence a outros, que no caso são seus familiares. Portanto, aplica-se aqui o famoso ensinamento do fundador da Bombril, que dizia: “quem tem sócio não é dono. Quem tem sócio tem patrão. Portanto, tem que dar satisfação”. E essa sensibilidade os sucessores não adquirem nas escolas, infelizmente. Terão que conquista-la no aprendizado do dia-a-dia ao entenderem que a manutenção do seu emprego, como em qualquer grande empresa, vai depender do grau de satisfação que consigam junto aos seus clientes, fornecedores, mas também dos seus acionistas (BERNHOEFT 1996, p.123).

Para o autor é de grande importância seguir um modelo societário, ele fala de algumas etapas como: saber se parar os interesses pessoais dos interesses da empresa, fixar diretrizes que possam satisfazer as necessidades pessoais, e profissionais de todos os sócios, e qualificar os três possíveis tipos de acionistas.

É evidente que nem sempre as coisas serão feitas da mesma maneira, afinal cada caso é um caso, e nenhum modelo deve ser copiado, mas sempre deve-se buscar um modelo que tenha uma estrutura que separe o pessoal da gestão.

3.4. Processo Sucessório

Adalchi (2006) expõe que o processo sucessório é um procedimento longo, complexo e que demanda um longo período de preparo, deve ser planejado de forma contínua e transparente, sempre avaliando cuidadosamente as consequências para as diversas pessoas envolvidas na empresa familiar. Não se trata de uma simples escolha de quem que passará a ocupar um cargo importante na empresa.

Para Oliveira (1999, p.33) existem algumas fases do processo sucessório que devem ser consideradas: (1) identificação dos resultados a serem alcançados; (2) estabelecimento do perfil básico do profissional; (3) amplo debate dos resultados esperados e do perfil básico do sucessor; (4) escolha do executivo sucessor e (5) implementação e avaliação da sucessão conforme melhor descrito a seguir:

Fase 1 – identificação dos resultados a serem alcançados

A identificação dos resultados deve ser estabelecida, inicialmente, no nível de toda a empresa familiar e, em seguida, no nível da unidade organizacional onde o líder sucessor está alocado.

Fase 2 – estabelecimento do perfil básico do profissional

Nesse momento, devem ser considerados os aspectos de conhecimento e de habilidades do executivo sucessor, levando em conta os resultados a serem objetivados, conforme descrito na fase 1. Esse perfil deve ser estabelecido de forma interativa com as forças que deverão impulsionar a empresa familiar ao longo do tempo e também com algumas questões básicas de gestão. Como: (1) Criatividade e inovação; (2) Vantagem tecnológica; (3) Processos bem sintonizados e geração otimizada de valor; (4) Obsessão com a qualidade; (5) Cultura organizacional baseada em melhoria contínua e aprendizado; (6) Trabalho com equipes multidisciplinares.

Fase 3 – amplo debate dos resultados esperados e do perfil básico do executivo sucessor

Essa é a fase da conclusão do processo de sucessão, tendo em vista a perfeita interação dos resultados esperados. Se essa fase for bem trabalhada, o processo sucessório tem grandes chances de ser bem-sucedido e, inclusive, proporcionar uma alavancagem nos resultados da empresa familiar.

Fase 4 – escolha do executivo sucessor

Essa escolha pode ser fácil ou difícil, dependendo do que ocorreu nas fases anteriores.

Fase 5 – implementação e avaliação da sucessão

Essa é a fase de consolidação do processo sucessório. E, sempre que possível, o gestor da sucessão deve concentrar grande nível de esforço e de atenção, bem como de jogo de cintura nessa fase, para que sua evolução seja a mais adequada possível, inclusive apresentando os resultados esperados.

4. CURIOSIDADES SOBRE EMPRESAS FAMILIARES E MULTIFAMILIARES

4.1. Empresa Familiar/Multifamiliar Tem Vantagem Competitiva sobre Outras Empresas?

Adachi (2006) comenta que as empresas familiares apresentam muitas vantagens competitivas com relação às empresas não familiares, sendo que algumas desvantagens podem se tornar pontos fortes para essas organizações. A principal vantagem competitiva vem da agilidade na tomada de decisões, que ficam centralizadas na pessoa do dono, quando o dono decide, a palavra final foi dada!

De acordo com o autor as principais vantagens competitivas são:

- Rapidez na tomada de decisões;
- Respeito e influência perante a comunidade;
- Disponibilidade dos familiares em investir o próprio capital ou oferecer garantias pessoais para levantar recursos;
- União baseada na liderança do fundador;
- Elevado conhecimento e dedicação ao negócio;
- Colaboradores leais e obedientes; e
- Tradição e compartilhamento de valores e crenças.

4.2. Diferença entre Herdeiro e Sucessor

Herdeiro é aquele que recebe uma herança parte dela, de acordo com a lei, ou por testamentos.

Sucessor é aquele que substitui o gestor da empresa, seja ele da família ou não .

De acordo com Adachi (2006, p. 76) o conceito de herdeiro está associado ao falecimento e à transmissão do patrimônio, com repercussões no quadro societário na empresa. Por outro lado, o conceito de sucessor está vinculado à substituição de cargo profissional, estando associado à figura do administrador do negócio, da pessoa que ocupa um cargo funcional dentro de uma organização.

4.3. Acontecimentos Pessoais que Mais Afetam uma Empresa Familiar/Multifamiliar

Para Adachi (2006) o ciclo de vida organizacional é independente da vida das pessoas envolvidas com a empresa, entretanto como as organizações são formadas pelas pessoas, não é possível evitar que ocorra uma simbiose entre a empresa e a vida das pessoas que a envolvem, no que se refere aos seus fundadores.

- **Matrimônio** : é qualquer denominação que se dê a uma relação estável com outro parceiro, isto é um contrato entre as partes, impactando na esfera jurídica. Consequentemente o casamento é a possibilidade de o cônjuge participar da sociedade ou da gestãoda empresa;
- **Regime de bens**: regime de bens é a regulamentação das relações econômicas entre um casal durante o vínculo matrimonial.
- **União estável**: assim como o casamento a união estável também interfere na organização.
- **Descendentes**: os filhos, ou descendentes, tem direitos e deveres, sendo fruto de relação extraconjugal, adoção, ou qualquer outro tipo de filiação, mesmo porque a Constituição Federal proíbe qualquer designação discriminatória relativa à filiação (art. 227, § 6º apud Adachi 2006, p. 164).
- **Dissolução do casamento**: esse conflito costuma provocar grandes alterações na empresa, com a saída ou o ingresso do ex-cônjuge; havendo a necessidade de partilhar os bens, ou, ainda, o encerramento da sociedade.
- **Falecimento**: dos diversos fatos descritos, o único acontecimento considerado inevitável e inquestionável é a sua morte, porém poucas pessoas se preocupam falecimento do gestor poderá trazer à empresa familiar.

Se nenhum membro da família estiver em condições de assumir a liderança da empresa, é recomendável recrutar em tempo útil um profissional competente vindo de fora da organização. Nessa perspectiva, a empresa ganha ao aceitar uma sucessão profissional, a fim de preservar sua existência (BERNHOFET 1996).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma empresa familiar pode ser definida como uma propriedade que está sobre o controle de uma ou mais pessoas que sejam membros de uma mesma família. E deste conceito surge um novo modelo de empresa a multifamiliar, onde uma organização é fundada por duas ou mais pessoas que podem ou não ter um vínculo de amizade, e desta sociedade surgiu uma empresa que contem em seu quadro de funcionários grande parte da familiar de cada sócio.

Não é fácil administrar uma empresa familiar, e se torna mais complicado ainda administrar uma empresa multifamiliar, a união de duas famílias distintas traz grandes conflitos dentro da organização, esses tipos de empresas exigem de todos os integrantes muito respeito, confiança, controle e dedicação. É necessário que haja uma união das famílias para que a empresa possa ser mantida por várias gerações, ato este que vem se tornando cada vez mais complicado de se alcançar devido a uma série de problemas encontrados na passagem da primeira para a segunda geração.

É muito importante que as empresas nos dias de hoje se preocupem em se questionarem desde cedo como funciona o processo sucessório em empresas com múltiplas famílias para que quando chegar o momento de passar o “bastão” todos estejam preparados para assumir seus respectivos cargos. Esta preparação só é necessária para que todos consigam ver a importância do processo sucessório para manter a empresa no mercado de uma forma bem sucedida. Na atualidade, está cada vez mais complicado manter as empresas em funcionamento e com o sucesso que todo empreendedor espera, devido as graves turbulências que o país vem passando, e ao pouco interesse das pessoas em se capacitarem profissionalmente para gerirem uma empresa com todos os princípios e fundamentos necessários para que ela alcance o sucesso.

Existem vários métodos , e modelos de processos sucessórios, diversos autores trazem conceitos e estratégias para que essa passagem de gestão seja feita da forma mais eficiente e harmoniosa possível , objetivando evitar os conflitos, pois a sucessão envolve uma série de dificuldade e desafios que só podem ser superados com um bom planejamento e implementação do mesmo. Geralmente são encontrados dois tipos de sucessão a familiar e a profissional. A primeira opção é a mais utilizada nesse modelo de empresa, é quando um velho líder resolve se afastar da empresa e deseja que um de seus descendentes assuma sua função. Já a segunda opção não é usada frequentemente, devido ao fato de trazer uma pessoa

de fora das famílias para assumir a liderança da organização. Mesmo não sendo muito escolhida, esta opção é uma boa alternativa para empresas que não possuem sucessores bem preparados, e dispostos assumir grandes responsabilidades.

Os processos sucessórios trazem muitas vantagens e também desvantagens, é algo complexo, que demanda bastante tempo e preparo de todas as partes envolvidas. Contudo é de extrema importância para as empresas que desejam se manter no mercado por várias gerações e com os mais altos índices de qualidade, confiança e honestidade perante seus clientes, a sociedade e o mercado como um todo.

Este estudo será complementado por um estudo de caso na finalização do TCC, onde será detalhado como será o processo sucessório de uma empresa multifamiliar, e se esta organização já está se preparando para realizar todo esse processo de maneira bem sucedida.

REFERÊNCIAS

ADACHI, Pedro Podboi. *Família s.a.* 1. ed. São Paulo: Atlas 2006. 287 p.

ALEGRIA, Victor. *A profissionalização da pequena empresa familiar*. 2005, p.80 (Monografia apresentada ao curso de Administração do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília) Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/720/2/20051557.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2016.

BERNHOEFT, Renato. *Como criar, manter e sair de uma sociedade familiar (sem brigar)*. 1. ed. São Paulo: Senac 1996. 134 p.

COSTA, Carla Cristina Canattieri da Costa. Gerenciando Pessoas nas “Empresas Familiares”. 2002, 39 f. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2002.

DAVEL, FISCHER, SILVA, Jader Cristino de Souza Silva, Tânia Fischer e Eduardo Davel. *Organizações Familiares e Tipologias de análise: O caso da organização Odebrecht*.

De Freitas, Ernani Cesar, and Mauricio Barth. "De pai para filho: a complexidade e os desafios da gestão das empresas familiares." *Revista de Administração da UFSM* 5.3 (2012): 549-568.

EFconsulting Especialistas em empresas familiar. Disponível em: <<http://foreigners.textovirtual.com/apef/efconsulting-1-o-que-e-a-empresa-familiar-e-que-caracteristicas-a-definem-1.pdf>>. Acesso em 07 set. 2016.

GERSICK, Kelin E. et al. *De geração para geração*. 3. ed. São Paulo: Negócio Editora 1997. 308 p.

O PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS MULTIFAMILIARES: um estudo bibliográfico sobre o tema – p. 784-797

HERK, OLIVEIRA, FERNANDES, Andrea van Herk, Márcia Freire de Oliveira, Vivian Duarte Couto Fernandes. O processo de sucessão em diferentes combinações de gênero: um estudo comparativo de casos em empresas familiares de monte Carmelo-MG. (Canais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas). 2016.

MACHADO, Hilka Vier Machado. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. 2005, (Psicologia em Estudo) Maringá, 2005.

MARTINS, MACCARI, CAMPANARIO, ALMEIDA, Alessandra Martins, Emerson Antônio Maccari, Milton de Abreu Campanario, Martinho Isnard Ribeiro de Almeida. Empresa familiar e as dificuldades enfrentadas pelos membros da terceira geração. 2008, (Revista de Ciências da Administração).

MIOZZO, Júlia. As 21 maiores empresas familiares do mundo, segundo o Credit Suisse. Disponível em : <<http://www.infomoney.com.br/carreira/gestao-e-lideranca/noticia/4161754/maiores-empresas-familiares-mundo-segundo-credit-suisse>> Acesso em: 23 mar. 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Empresa familiar*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 256 p.

SANTANA, COSTA, PRADO, CANDELARIA, OLIVEIRA, Gisele Mirian Alves de Santana, Renata Romagnoli Costa, Andressa de Fraia Prado, Victor Hugo de Freitas Candelaria, Luciel Henrique de Oliveira. Sucessão em Empresas Familiares: Análise Comparativa de Dois Estudos em Organizações Gaúchas.

Sebrae Disponível em: <
http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mpes_numeros/MPE_conceito_empregados.pdf > Acesso em: 13 nov. 2016.

SILVA, DIONISIO, ROSA, Amanda Kamimura Silva, Fernando Moreira Dionisio, Mariana Ferreira da Rosa. A Sobrevivência de Empresas Familiares no Contexto Contemporâneo: possibilidades e desafios. 2015.

Simple Nacional – 2017 Disponível em <
<http://www.portaltributario.com.br/guia/simplesnacional.html> > Acesso em: 13 nov. 2016.

SOUZA, Robson Carlos de Souza. Cultura da empresa familiar X Gestão Empresarial. 2001, 86 f. (Dissertação Apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre), Rio de Janeiro, 2001.

O SENTIDO DA MATERNIDADE PARA MULHERES COM FILHOS DE 4 A 5 ANOS: um estudo exploratório

FERREIRA, Beatriz Pini – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco a relação de mãe-filho e o sentido de ser mãe, integrando a vida profissional com a vida maternal de algumas mulheres. Neste sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática em questão.

Um dos aspectos decisivos para as transformações no relacionamento mãe e criança foi a inserção materna no mercado de trabalho. Dentre as principais mudanças evidenciou as diferenças entre as responsabilidades das funções diárias paternas e maternas, dentro de uma respectiva família.

Neste contexto, é de suma importância compreender tais configurações a partir de autores que refletem sobre a função e importância do trabalho e da instituição em que as crianças ficam (escola) para mães e filhos.

2. A MULHER, O MERCADO DE TRABALHO E O RELACIONAMENTO COM OS FILHOS

Para Simas, Souza e Scorsolini (2013) na sociedade atual em que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, com isso foram grandes as modificações no sentido e na satisfação em relação à maternidade, tal fato acarretou consequências significativas no social, no físico e no psicológico da mulher mediante a maternidade, demandando assim um amparo e proteção por parte dos que estão à sua volta.

“Em uma leitura psicanalítica, a gravidez é uma experiência regressiva, levando a mulher a viver intensos sentimentos de desamparo e ansiedade” (SIMAS, SOUZA e SCORSOLONI, 2013).

Com isso, a mãe traz consigo uma necessidade de depositar seu tempo aos cuidados necessários com os filhos, tendo-os como prioridade. Por

consequência disso, passa a deixar as tarefas, e o trabalho, como alternativos. Porém passa-se a ocorrer um desinteresse por parte das mulheres em relação à maternidade, pois o trabalho é colocado na atualidade como prioridade.

Gutierrez; Castro; Pontes (2011) Colocam, que “mudanças na relevância dada à mãe e nas formas de exercícios da função materna, que estão ligadas a transformações sócio-histórico-culturais que afetaram a família”. Mudanças ocorreram não somente na visão da mulher em relação à maternidade como também em relação ao seu lugar na sociedade, afetando as relações familiares e provocando alterações nos processos afetivos por parte dos membros.

Como exemplo, podem-se citar as inevitáveis mudanças no cotidiano de um lar, onde os responsáveis (os pais) passaram a dividir igualmente as funções de sustentar financeiramente a casa, e as responsabilidades de cuidados com os respectivos filhos e da vida doméstica.

Para Aletheia, (2012), a consolidação da mulher no mercado de trabalho, fez com que em muitas situações, a maternidade seja adiada em busca de uma consolidação da carreira profissional, ou seja, o trabalho passou a ser prioridade na vida da mulher pós-moderna. Para um melhor entendimento das relações familiares, é importante considerar os aspectos históricos envolvidos. BUENO apud (EIGENEHEER, 1982, p.29) coloca que, antes da Revolução Industrial, a mulher fazia parte do trabalho familiar, o trabalho era feito dentro do lar, na roça ou então na casa do patrão. As trabalhadoras que faziam o respectivo trabalho do homem não tinham seus direitos reconhecidos, pois seu trabalho era visto como uma ajuda aos mesmos, desvalorizando assim as mulheres como profissionais capacitadas, os homens eram os únicos responsáveis pelo sustento da família.

Barreto (1977) coloca que houve várias mudanças a partir da década de 60 a 70 na lógica da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que houvesse algumas alterações nas perspectivas familiares da época e na concepção do seu trabalho:

A preocupação com a mulher e a relação com o trabalho, além da questão envolvendo sua saúde, ainda é muito recente para nós. Ela passou a ser estudada e revista como trabalhadora como força de trabalho, somente a partir da década de 60/70. À mulher era, simplesmente, negada o seu reconhecimento enquanto mão-de-obra ativa, imprescindível para a economia do seu meio social,

obviamente nunca ocupando postos ou funções de destaque, mas sempre voltada às tarefas domésticas, e as pequenas produções comerciais, manufaturas, comércios, criação de animais e cultura de subsistência (BUENO apud BARRETO, 1977, p.23-24)

Barreto (1977) ressalta também a importância do trabalho feminino para a economia e para o orçamento doméstico. Contudo, o mesmo era desvalorizado e não tinha reconhecimento pela sua contribuição, exceto quando alguma mulher saía dos padrões da 'normalidade' e se destacava e de alguma forma reconhecidas. Porém, os trabalhos de mão-de-obra barata não eram citados nem reconhecidos, mesmo sendo imprescindíveis para a economia da sociedade.

Outro ponto colocado por Almeida (1998) que impulsionou a entrada da mulher no mercado de trabalho foi o processo de urbanização, industrialização e o contexto histórico associado às conquistas tecnológicas e os movimentos feministas. A partir dessas mudanças o papel feminino na nova sociedade sofreu modificações, pois as mesmas passaram a exigir igualdades de direitos, atuação no espaço público, e também maior atuação política e social, o que foi um grande impulso no que se diz respeito ao reconhecimento do papel feminino na sociedade como um todo, e marcadamente ocasionou grandes transformações nas relações familiares.

A autora também argumenta que fatos históricos que desencadearam mudanças sociais e psicológicas na sociedade, e conseqüentemente levaram à modificações nos processos e na relação familiar. A partir de acontecimentos como as duas guerras mundiais houveram mudanças que causaram efeitos na mentalidade da sociedade. Tudo isso associado às reivindicações feministas, as quais atingiram e influenciaram várias gerações de mulheres.

No Brasil não foi diferente:

Após o término do regime ditatorial que se implantou no Brasil com o golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da Segunda Guerra e contribuiu para mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade que emergia (JANE SOARES DE ALMEIDA, 1998, p.26-27,).

Para Besse (1999) o emprego feminino só foi aceito e reconhecido pela sociedade pelo fato da mão-de-obra feminina ter uma importância para as necessidades econômicas do país e por ter uma utilidade social. Ele ressalta também como o trabalho é fundamental para as mulheres pobres, viúvas, solteiras e com maridos de renda baixa. O trabalho feminino era um mal necessário imposto

pelas contingências da vida moderna: “estariam não só garantindo seu bem-estar pessoal e familiar como também aumentando a riqueza nacional e promovendo o progresso econômico.” (BESSE, 1999 p.147-148).

Após a mulher ser aceita no mercado de trabalho, as responsabilidades familiares continuaram. Entretanto, esse cenário familiar vai se modificando lentamente na medida em que sua vida profissional se torna indispensável para si e para sua família, acarretando assim em uma menor disponibilidade de tempo para o lar e para os filhos. Toda essa nova situação gerava grandes e constantes angústias para a mesma, trazendo paralelamente a esta, um sentimento de culpa por não estarem tão presentes quanto gostariam, em função do trabalho. O pensamento de abandono por parte das mesmas com os filhos era presente também.

De acordo com Bueno (2005):

As mulheres, que representavam a grande maioria que deixavam seus filhos para trabalhar, mostravam-se, muitas vezes, hostis, arredias e “intratáveis”, quando deixavam seus filhos, principalmente pela primeira vez. Algumas choravam, e outras se mostravam irritadiças e nervosas. A manifestação de descontentamento variava, mas todas tinham algo em comum: falavam da culpa que tinham em abdicar da função da mãe ao saírem de casa para trabalhar. Muitas verbalizavam o desejo de que, se melhorassem as condições de vida, não mais precisariam trazer seus filhos para creche. Culpavam-se por não lhe dispensar mais tempo, e por ficarem muitas horas fora de casa. Defendiam, algumas delas, o conceito de que lugar de mulher que é mãe é realmente junto aos filhos, em casa (BUENO, CLÉRIA BITTAR, 2005, p.14).

2.1. A Construção da Relação Mãe-Criança

A mulher tem um papel primordial e indispensável, em termos de constituição familiar e também na maternidade. Conforme Leite e Frota (2014), a mulher ocupa um papel fundamental para o lar e para a família. A mesma ganha seu lugar social através da grande importância da maternidade e suas responsabilidades perante a formação do cidadão.

De acordo com o pensamento moderno, a mulher era biologicamente pré-determinada a gestar e a cuidar dos filhos. Deste modo, era por meio da maternidade que ela realizava seu destino fisiológico e sua vocação “natural”. (Leite e Frota, 2014) Os cuidados maternos como: a higiene, a amamentação, e a presença constante com o filho, definiam a identidade feminina, deixando evidente como esse era considerado um dom marcante e transformador na vida da mulher.

Moraes (2007) já argumenta sobre o afeto que circula nesta relação:

“A maternidade não é apenas uma conexão biológica entre a mulher e o filho, e sim, um tipo de relação que exige da mulher cuidados

especiais e permanentes para com essa criança. Trata-se de uma longa relação de dependência” (MORAES, 2007, p.6).

Essa relação de dependência está tanto para a criança quanto para a mãe.

Socialmente, de acordo com as autoras Leite; Frota (2014), desde muito novas, as mulheres são influenciadas, preparadas culturalmente para a maternidade e para a responsabilidade em dar a luz. Os autores afirmam que, no atual contexto social, a maternidade ainda é encarada culturalmente como processo natural de identificação do feminino. Essa situação pode ser ilustrada quando há um problema de infertilidade no casal. A tendência é recair sobre as mulheres a responsabilidade do problema. Portanto, fica claro o papel materno. Para a sociedade, existe uma representação determinada e marcante, onde as mulheres são apresentadas com uma pré-definição maternal, cuidadora, e protetora.

Segundo WINNICOTT (1982), após a mulher se tornar mãe, grandes e profundas transformações ocorrem em sua vida como o seu corpo, sua visão de mundo, sua rotina, seus afazeres e seus objetivos, até mesmo seus planos. “Até esse momento, poderia ter sido uma pessoa de vastos interesses, talvez nos negócios, ou uma política árdua, ou uma entusiástica jogadora de tênis, ou alguém sempre disposta para bailes e diversões” (WINNICOTT.W.,1982, p19,). Porém, todos esses aspectos são modificados pelas circunstâncias de receber um filho, ou seja, ser mãe.

Algumas mulheres, quando ficam grávidas, e a gravidez não é desejada, o filho vem de forma inesperada, essas mulheres reagem com ressentimento a esse fato, chegando a se sentirem infelizes, pois, de uma forma ou de outra, vão ter que abrir mão de tempo. Passam por grandes e intensas mudanças as quais muitas vezes não são aceitas pelas mesmas, pois consideram não estarem preparadas para a maternidade, conseqüentemente as levam à angústia e a terem sentimentos de culpa.

Em determinadas situações as quais as mães se sentem angustiadas e inseguras para a maternidade, a criança é diretamente influenciada com essas preocupações e medos da mãe. Pois, o filho não planejado, pode nascer em um lar que não é propício para o seu desenvolvimento em seus aspectos físicos, psicológicos, sociais, e culturais. Para Winnicott (1982) “Se as crianças precisam de

um bom lar normal com que se identifiquem, também necessitam profundamente de um lar e de um ambiente emocional estável”.

Winnicott (1982) aborda também sobre a importância extrema, que é para a criança, sentir o amor e o carinho dos pais para que, em sua vida adulta, possa ter uma personalidade rica e estável para adaptar-se ao mundo social.

O autor conta que isso só pode ser feito com o coração; isso não está escrito e nem é passado: “A assistência adequada a um bebê só pode ser feita com o coração, por si só, nada pode fazer, se os sentimentos não estiverem também livres para agir em conjunto com ela” (WINNICOTT, 1982). Não é necessário que os pais saibam tudo sobre os seus respectivos filhos, mas é de grande importância que saibam a necessidade de que o amor seja passado para os mesmos, e também que a mãe os veja e os entenda como um ser humano e não somente um corpo com reflexos condicionados:

Se a mãe não souber ver no filho recém-nascido um ser humano, haverá poucas pró-solidez tal que a criança, em sua vida posterior, possa atentar uma personalidade rica e estável, suscetível não só de adaptar-se ao mundo, mas também de participar de um mundo que exige adaptação. A dificuldade está em que a mãe tende, naturalmente, a ter medo da sua responsabilidade e foge, com a maior facilidade, para os manuais, as regras e os regulamentos. (WINNICOTT, 1982).

Winnicott demonstra com essa afirmação que a mãe é a primeira influenciadora nos processos emocionais, patológicos e no desenvolvimento do indivíduo. Ele aborda também sobre a identificação mãe-filho e que esta se desenvolve inicialmente com a mãe, que é o primeiro passo para estabelecer uma relação madura entre a díade.. “No desenvolvimento emocional individual, o precursor do espelho é o rosto da mãe. Desejo referir-me ao aspecto normal disso e também à sua psicopatologia” (WINNICOTT, 1975, p.153).

Em sua visão, em um relacionamento entre mãe e filho é necessário distinguir aquilo que pertence à mãe daquilo que começa a desenvolver no filho. Pode-se entender a partir daí, duas situações: a identificação materna e a identificação da criança com a mãe. Porém, a mãe encontra-se nessa situação de forma amadurecida, já o bebê não. Assim inicia-se a vida e as relações para o filho.

Winnicott (1896-1971) constata que a mãe grávida tem uma identificação cada vez maior com o seu filho, mostrando assim que a relação mãe-filho começa a partir do momento em que a mãe está grávida. As expectativas e o amor materno já estão presentes na mulher, o que é de grande influência pra o bebê, quando vem ao mundo. “A criança é associada pela mãe à ideia de um “objeto interno”, um objeto imaginado para ser instalado dentro e aí

mantido, apesar de todos os elementos persecutórios que também têm lugar na situação” (WINNICOTT, 1896-1971, p.21).

Segundo o autor quando a relação mãe e criança é boa, e a mãe colabora no fortalecimento do ego e deste modo a criança passa a ter uma capacidade de se organizar psicologicamente.

Entretanto, quando o ego da mãe é fraco, existente ou então intermitente, a criança não desenvolve uma trilha pessoal. Portanto, o desenvolvimento do sujeito está diretamente ligado ao ambiente. “Quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança é de fato muito forte, pois é apoiado em todos os aspectos.” (WINNICOTT.W, 1896-1971, p24-25).

Seguindo na visão do respectivo autor, a criança que se estabeleceu com amor e carinho materno, conseqüentemente, tendo o ego fortalecido, torna-se verdadeiramente ela. Se o apoio de ego da mãe for fraco, inexistente, ou intermitente, a criança não consegue desenvolver uma trilha pessoal.

Portanto, a criança com um ego desorganizado seu “desenvolvimento passa então, como já foi dito, a estar mais relacionado com uma sucessão de reações a colapsos ambientais com as urgências internas e fatores genéticos. Os bebês bem cuidados rapidamente estabelecem-se como pessoas”. (WINNICOTT.W, 1896-1971, p. 24-25) Contrapondo com os bebês que recebem um apoio inadequado ou patológico, tende a terem comportamentos de inquietude, estranhamento, apatia, inibição, e complacência.

Conforme WINNICOTT (1982), o bebê em relação à mãe, talvez desde os primeiros dias de vida, começa a entendê-la como um ser humano, pois surge a percepção de que todas as tarefas realizadas são feitas por “alguém”, que na respectiva situação é a mãe. Passando a apreciar a vivência com a mãe, quando a mesma coloca-se no lugar da criança por entender suas reais necessidades e sentimentos. “Não há regras nem livros que possam suprir essa intuição que a mãe tem das necessidades do bebê, as quais lhe permitem realizar, algumas vezes, uma adaptação quase exata a essas necessidades” (WINNICOTT.W., 1982, p49). Fica claro a partir desta citação, como a mãe tem um conhecimento inato do próprio filho, influenciando diretamente nas necessidades básicas do bebê.

Winnicott (1896-1971): “Só uma mãe devota (ou uma mãe substituta dotada do mesmo sentimento) pode acompanhar as necessidades de uma criança.” (WINNICOTT.W., 1896-1971, p33,). Mostra, assim, a mãe de forma indispensável na

vida da criança e como ela não pode ser substituída, já que, somente a mesma entende sobre os cuidados e as reais necessidades do próprio filho.

“Mesmo que se possa provar que as crianças não reconhecem suas mães até terem alguns meses de idade, continuo pensando que devemos admitir que a mãe conhece seu filho” (WINNICOTT.W., 1896-1971, p33). Tal fato ilustra o vínculo materno que se estabelece com os filhos desde os primeiros dias de vida.

WINNICOTT (1896-1971) aborda também sobre as agonias das mães. Mostra também a importância das crianças não se envolverem nesse sentimento, pois eles também sofrem e gostam de ter suas próprias angústias. Outro ponto apreciado pelos mesmos seria o desenvolvimento de outras habilidades, o que, de alguma forma é bom, “assim como gostamos de adquirir novas habilidades, uma visão mais abrangente é a própria felicidade.” (WINNICOTT. W., 1896-1971, p55).

Nesta perspectiva, é ressaltada a necessidade e a importância de a mãe saber separar o que é seu e o que é do seu filho, não projetando na criança as suas angústias e sentimentos, sabendo respeitar os sentimentos do filho, permitindo-lhe seu espaço.

O autor entende que, o fato da devoção da mãe ao bebê mais do que seu conhecimento autoconsciente a torna suficientemente boa para obter um êxito nas primeiras fases da criação de um filho. “A mãe não precisa ter uma compreensão intelectual da sua tarefa, uma vez que está preparada para isso em sua essência, pela orientação biológica em relação ao seu próprio bebê.”. (WINNICOTT, 1982, p.215). Para ele a mãe se adapta ativamente às necessidades da criança, pois é assim que o bebê desenvolve sua capacidade emocional.

Esta capacidade materna de adaptação acontece no início em que as primeiras necessidades do filho se apresentam. O que mostra como ser mãe requer mobilidade para as mudanças. A importância de ir ao encontro na relação maternal com o bebê para ver a demanda que o mesmo necessita em cada circunstância variante, ou seja, o jeito de ser mãe, não está certamente determinado, mas sim está associada a cada situação, para que assim determine sua respectiva atuação.

“Na família, os cuidados com a educação dos filhos são atribuídos de uma forma geral, à mãe, que se encarrega diretamente dessa função ou administra sua execução por outra pessoa (babá, empregada, filhos mais velhos, vizinhos, avós, etc).” (ROS, 1997, p.17). Coloca também:

As primeiras experiências entre a mãe e seu filho constituem-se em ponto de partida para a formação dos primeiros núcleos de ego que permitem a estruturação do mundo interno do bebê, sendo o desenvolvimento marcado pela direção que vai do interno ao externo. A constituição do ego permite a socialização, permite enfrentar conflitos “clássicos” do desenvolvimento (biologicamente caracterizados pela evolução da libido), que são, também, os da própria humanidade, que é considerada a mesma- indistintamente em qualquer forma de organização de sua história. Neste sentido a “maternagem” está marcada pelas características da personalidade da mãe, donde provém uma disponibilidade, maior ou menor, para lidar com as exigências que envolvem o nascimento e o desenvolvimento do filho, como se a relação se processasse primeiramente e apenas do interno para o interno, sem ser mediada por “dados” histórico-culturais (ROS0,1997, p.19).

KLEIN, 1960 coloca que o bebê faz os primeiros reconhecimentos da mãe a partir da voz, do rosto, e das mãos. Porém, o seio é um forte influenciador nas primeiras relações estabelecidas entre mãe e criança. No entendimento do bebê com sua mãe, é através do seio que o bebê tem as experiências fundamentais de felicidade, amor, ódio, frustrações. Esse vínculo estabelecido é importante por fundamentar a capacidade para formar vinculações com as pessoas.

Para a autora, “esse vínculo inicial com a mãe é fortalecido à medida que o seio está sendo estabelecido com segurança no mundo interno” (KLEIN, 1960, p.125). Portanto, o seio é posto como objeto fundamental para a relação maternal e, por consequência, a relação posterior que o indivíduo estabelecerá socialmente. Deixa explícita a extrema importância do período de amamentação como o iniciador do estabelecimento da relação mãe-filho.

Para Klein, 1960 as relações de mãe e filho podem interferir até mesmo na alimentação do bebê, na forma de entender e na voracidade com que come a comida, o alimento passa a ser objeto de gratificação, desenvolvendo assim pouco interesse por pessoas, como pode também, apresentar a falta de interesse e prazer pela comida devido a ansiedade ligada ao alimento. Há recusa acentuada de alimentos e há dificuldade para introduzir novos alimentos.

Os bebês que têm prazer na alimentação e amor pela mãe têm facilmente e mais tolerância à frustração na alimentação. “Isso é uma indicação de que a confiança na mãe e o amor por ela estão relativamente bem estabelecidos” (KLEIN, 1882-1960, p.127). O amor materno pelo filho e a relação mãe bebê tem interferência, na criança em todas as suas particularidades, até mesmo em sua alimentação.

Alguns bebês vivenciam um intenso ressentimento quando a mamadeira é introduzida. Eles o sentem como uma perda do objeto bom primário e uma privação imposta pela mãe ‘má’. Tais sentimentos não se manifestam

necessariamente no repúdio pelo novo alimento, mas a ansiedade persecutória e as desconfianças provocadas por essa experiência podem perturbar a relação com a mãe e assim incrementar ansiedades fóbicas, tais como medo de estranhos (neste estágio inicial o novo alimento é, em certo sentido, um estranho); ou podem surgir mais tarde dificuldades com a alimentação, ou pode ficar impedida a aceitação de alimentos em forma sublimadas, como por exemplo, o conhecimento. Outros bebês aceitam o novo alimento com menos ressentimento. Isso implica uma maior tolerância real à privação, que é diferente de uma aparente submissão a ela e deveria de uma relação relativamente segura com a mãe, o que capacita o bebê a voltar-se a pedir um novo alimento (e objeto) ao mesmo tempo que mantém o amor por ela. (KLEIN, MELANIE 1882-1960, p.127)

KLEIN, 1960 aborda a relação de sentimentos de solidão que é vivenciada por todos os indivíduos, cujos sentimentos são excessivamente fortes quando se trata de doenças psicológicas, com a relação à mãe e à criança. Esse sentimento pode estar ligado a uma relação saudável na primeira infância com a mãe. Quando há uma relação satisfatória, é o alicerce para a vivência mais completa de ser compreendido, e este está vinculado à fase pré-verbal.

Para Gutierrez; Castro; Pontes, pelo fato do relacionamento mãe e filho ser profundo e primitivo, o mesmo traz fortes e diretas influências na saúde psicológica do indivíduo futuramente, e aborda que em sua formação irão existir momentos críticos, que podem ser os conflitos internos dentro da família até os primeiros cuidados recebidos pelos pais. Os autores colocam também:

As vivências psicológicas do pai e, em especial, da mãe, marcadas por sua própria história de vida, interferem na formação do vínculo afetivo com o filho, uma vez que determinam a qualidade dos cuidados oferecidos à criança e o envolvimento emocional com a mesma. (GUTIERREZ; CASTRO; PONTES, 2011).

2.2. A Importanciada Instituição Escolar para Mães e Filhos.

Na medida em que as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, as mesmas passam a buscar locais adequados para deixar os filhos. Após essas mudanças, surgem novos e amplos serviços para atender às necessidades básicas e cuidados com os filhos, como alimentação, cuidados higiênicos, e segurança física.

Os locais propostos para os filhos são: creches, escolas, pré-escolas, berçários e as babás. Passa a ser, na atualidade, uma prática cultural habitual entre as famílias, contando que as mães precisam retornar ao trabalho poucos meses após o nascimento do filho.

“O trabalho com crianças pequenas requer cuidados especiais e o planejamento do atendimento é diferente do realizado com as crianças maiores.” (PICCININI, 2001, p.82).

A partir desse contexto, estudos são fundamentais para suprir as necessidades das crianças quando as mães têm de conciliar as responsabilidades maternas com o trabalho e o local adequado que propicie o desenvolvimento e o aprendizado das crianças nas áreas motoras, psíquicas e sociais.

Para Teixeira e Volpinio (2014) aprendizado acontece quando a criança interage com o meio em que vive. Eles abordam também a importância do aprender brincando, de forma lúdica. Deixa claro que o meio onde a criança se encontra e o “brincar” são fundamentais para seu desenvolvimento cognitivo. Esses comportamentos e etapas são realizados pelas crianças nas creches, escolas, e outros locais propostos para os mesmos.

Teixeira e Volpini (2014) colocam também a importância da educação infantil para as crianças, pois possibilitam que os mesmos conheçam a descobrir novos valores, costumes e sentimentos. Esses novos conhecimentos são possíveis através das interações sociais e dos processos de socialização, trazendo assim um desenvolvimento da identidade e da autonomia para o aluno. Contudo, podemos ver que a interação social é possível ser feita nos ambientes de educação infantil.

A escola e as famílias se relacionam e de acordo com REIS (2008, p.66) “na relação família-escola cada parte deve saber o que lhe cabe e quais as expectativas que têm e não se intrometer nos aspectos que não lhe dizem respeito”.

A autora coloca que as famílias e as escolas como grande influenciadoras para a criança devem saber quais são as intervenções a serem feitas, mas também, quando não devem fazer interferências, para que assim possa haver uma adequação entre escola e família. A escola faz parte do cotidiano da criança de formar diferentes para cada família:

A interação entre a Escola e a Família pode ir desde o alheamento profundo à participação mais ativa. O cruzamento das atividades de confrontação e das atitudes dessas duas entidades pode ter diversas manifestações e diferentes níveis. No entanto, não devemos nunca esquecer de que a Escola faz parte do cotidiano familiar de cada criança. Cada Família vive a Escola com diferentes graus de interesse, envolvimento e expectativas. (REIS, 2008 p.58)

Para Reis (2008), a família como primeira influenciadora, pode ou não trazer condições para que a criança desenvolva o cognitivo, o social e o emocional, mesmo quando a criança passa a frequentar outros ambientes. A família interfere filtrando as influências trazidas por outros influenciadores sobre ela.

“Em suma, o ambiente familiar criado pelos pais, irmãos e outros familiares permitem desenvolver, ou não, as condições que influenciam decisivamente a criança durante os seus estágios de desenvolvimento cognitivo, social e emocional” (REIS,2008 p.68).

Segundo respectiva autora, a estrutura familiar é de grande influência para o bem estar da criança, para sua saúde e para resultados futuros. Portanto, a criança pode apresentar determinados comportamentos no ambiente escolar infantil, que foram aprendidos e passados por suas respectivas famílias, trazendo assim a ideia de como uma família estruturada.

As correlações entre a estrutura familiar e o bem-estar das crianças têm sido alvos de uma intensa investigação nos Estados Unidos da América ao longo da última década. As características da estrutura familiar, o número de adultos presentes no lar, a educação dos pais, a atividade laboral dos progenitores são tudo fatores geralmente conhecidos por “capital humano”, que influenciam o comportamento, o bem-estar, a saúde e os resultados futuros das crianças. (REIS, 2008 p.76)

Na visão de Reis (2008) a família deve ser responsável pela saúde, alimentação, vestuário, habitação, afeto, segurança, conforto, e a as condições básicas para que a aprendizagem e o desenvolvimento humano da criança aconteçam. Se a criança tiver poucas horas de sono durante a noite, seu desempenho e sua concentração vão ser diretamente influenciados. A família deve supervisionar e cuidar para que a criança descanse e tenha um sono adequado.

A respectiva autora coloca que, quando a família não consegue assumir com essas responsabilidades, é obrigação da escola acionar as ações sociais para acompanhar e auxiliar a família e dar suporte para que a mesma supra as necessidades básicas da criança.

Conclui-se que a criança tem por direito receber suporte para que estude. Primeiramente a família, e em seguida a escola, devem zelar para que a criança consiga aprender e se desenvolver adequadamente, ilustrando como a família e as escolas são extremamente responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizado do aluno.

No que se refere às escolas, é importante que não adaptem um único programa de envolvimento dos pais, pois é necessário que os pais possam escolher o tipo de envolvimento apropriado às suas necessidades e satisfações. (REIS, 2008, p79)

A autora aborda a importância de os pais serem ativos na escola e a necessidade da escolha de como acontecerá essa participação, com o intuito de que esta seja feita de acordo com as necessidades e satisfações dos mesmos.

A família é indispensável no papel tanto na educação formal quanto na informal dos filhos. Eles são diretamente influenciados em seus valores éticos, culturais, morais e humanitários, e nesta etapa é quando se aprofundam laços de solidariedade e afetividade. . “É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais e criados os valores morais”. (SOARES,2000 p.4)

Outro ponto abordado por Soares (2000) é a questão das responsabilidades. Muitas vezes a família deixa a desejar na educação moral e em alguns princípios éticos ao seu filho. Com isso, a escola passa a suprir esta carência de aprendizado que a família não garantiu ao mesmo.

Conclui-se assim, como a família e a instituição infantil são complementares na educação da criança, e como o auxílio de uma reflete de forma marcante para a outra e para criança.

“A importância de a família participar do mundo escolar da criança, apesar dos seus compromissos profissionais, é imprescindível diante da necessidade que ambas têm de se complementarem no processo educacional do aluno” (SOARES, p.19).

Para que as famílias participem basta algumas contribuições cotidianas segundo a autora, tais como: ajudar os filhos nas realizações das tarefas propostas pelos professores, o incentivo à leitura, envolvimento nos eventos pedagógicos ocorridos na escola e participação nas reuniões propostas pelos profissionais da escola. Sendo assim, é um incentivo para o aprendizado do filho e também para a escola continuar a desenvolver suas propostas e trabalhos.

Outro ponto positivo para o estudante é o compartilhamento da vida escolar da criança, pois esta faz com que o aluno se sinta valorizado, como também proficiente para o aprendizado. Esta situação pode ser feita em vários momentos como intuito de que as famílias se integrem nos processos de aprendizagem da criança: “Oportunidades que podem ser sugeridas pela escola a fim de que a família venha a se integrar no processo de aprendizagem da criança.” (SOARES, 2000, p.12)

Soares (2000) afirma que são inúmeros os compromissos que a escola tem com a educação e para uma boa execução deve haver planejamentos, construir

seu projeto político pedagógico, definir metas, estabelecer critérios e progredir nos processos educacionais de seus alunos. Soares (2000) destaca também a importância dos professores no processo educacional, proporcionando momentos de interação, afeto, compreensão das diferenças encontradas no espaço escolar e a inclusão de todos os alunos, para que o ensino seja satisfatório e com qualidade.

Soares 2000 coloca assim que o processo educativo é sempre uma relação de indivíduo para indivíduo. O mesmo visa também à promoção de um aprendizado voltado para a moral e para os aspectos intelectuais. c, facilitar, estimular, buscar a perfeição, tudo isso desperta a consciência do progresso integral do ser.

Soares (2000) afirma também que a participação da família no processo educacional melhora a imagem da escola e ajuda no vínculo com a comunidade, pois isso demonstra que a escola tem o apoio da família, o que é muito importante, pois o que as crianças aprendem em sala de aula as famílias estão à parte e acabam reforçando e reproduzindo para as crianças em casa.

“Tal envolvimento significa uma educação de sucesso apoiada no binômio escola-família, já que não se aprende só na escola.” (SOARES, ANO, p.18).

Scopel, Souza, e Lemos (2016) colocam que a escola deve criar condições de aprendizado favorável à criança, pois a escola é um dos ambientes que proporcionam o processo do desenvolvimento infantil, e cabe à instituição criar condições para que os conhecimentos sejam explorados, aprofundados, e confrontados.

“Portanto, é importante que o ambiente escolar também seja avaliado de forma que esse possa oferecer as melhores condições possíveis para o desenvolvimento infantil”. (SCOPEL; SOUZA; LEMOS 2016).

Os autores colocam que as crianças são inseridas nas instituições escolares infantis cada vez mais cedo, por isso a escola deve trazer atividades e propor um contexto de desenvolvimento adequado e que estimule a linguagem da criança.

Estes devem ser ambientes ricos em recursos em estimulação ao desenvolvimento de linguagem, principalmente na fase pré-escolar, fase na qual a criança começa a desenvolver conhecimentos e capacidade importantes para o bom desempenho não apenas escolar, mas também social e emocional (SCOPEL; SOUZA; LEMOS, 2016, p.733).

Fonseca (1999) complementa com a concepção da importância da família e da escola na vida da criança. “O lar e a vida familiar podem proporcionar, através do seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da personalidade da criança” mostrando assim como a família pode ser uma das maiores influenciadoras para a criança.

Para Fonseca (1999) antigamente as crianças eram as principais culpadas pelo fracasso escolar. Porém, na atualidade, a escola pode ter sua parcela de responsabilidade. Ela não é a única responsável pelo aprendizado da criança, pois a família e o contexto social onde vive é um ponto fundamental para que a criança apresente um desenvolvimento adequado e tenha grandes aprendizados.

“Assim, quer a família, quer a escola, ambos podem ser grandes responsáveis pela determinação dos distúrbios de aprendizagem” (FONSECA, 1999 p.5).

A escola pode promover mudanças no comportamento da criança, positivamente, quando o mesmo é valorizado, isso pode ser notado pela família. Porém, para que ocorram essas transformações no aluno, o apoio da respectiva família em parceria com a instituição infantil é de grande e extrema importância, para que a criança desenvolva e mude algum comportamento inadequado no contexto escolar.

A escola, no entanto, poderá contribuir, e muito, no sentido de promover mudanças nos alunos considerados antes desacreditados pelos pais; e estes mesmos, através da interação filho-escola, de alguma forma, conseguem também modificar seu comportamento, percebendo e respeitando as características reais de seu filho, a partir do momento em que este é valorizado pela equipe da escola que o assiste diariamente (FONSECA, 1999 p.17).

3. CONCLUSÃO

Na presente pesquisa pode-se constatar que as concepções dos autores demonstram que a inserção da mulher no mercado de trabalho, acarretaram mudanças nas relações familiares, interferindo diretamente, na relação mãe-bebê. Abordado, também à importância e a influência da interação materna com o filho, em diversas particularidades tais como sociais, culturais, afetivas, psicomotoras, e

psicológicas. Outro ponto colocado foi à participação e contribuição escolar no desenvolvimento, e no auxílio da formação, e no aprendizado da criança.

A literatura psicanalista aborda a relação mãe e filho, trazendo uma visão de como a mãe tem uma influência fundamental na formação da identidade da criança e são importantes no desenvolvimento da criança no refere-se aos aspectos biopsicossocial e cultural.

Até o presente momento, a pesquisa foi de grande importância no aprendizado da pesquisadora, alcançando um grande aprofundamento do tema, na perspectiva da psicanálise e nos conhecimentos necessários para desenvolver e organizar uma pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

EIGENHE, S.A pequena produção e o trabalho feminino numa área do alto de Jequitinhonha. In.: Brushini, Rosemberg. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: fundação Carlos Chagas/ Brasiliense, 1982.

BARRETO, E. S. de Sà (Coord.). Bibliografia anotada sobre a mulher brasileira: história, família, grupos étnicos, feminismo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1977.

ALMEIDA, J.S. de. Formação de professores do 1 grau: a prática de ensino em questão. São Carlos, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos.

BESSE, SUSAN K. Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero do Brasil, 1914-1940/ susan k.Besse; tradução de Lólio Lourenco de

OLIVEIRA.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

BOWLBY, J. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WINNICOTT, D. W. O Brincar e a Realidade. Rio De Janeiro: Jayme Salomão, 1975

WINNICOTT, D. W 1896-1971. A família e o desenvolvimento individual / D.W. Winnicott ; tradução Marcelo Brandão Cipolla. -3ªed.- São Paulo : Martins Fontes, 2005.-(Psicologia e pedagogia)

D.W.WINNICOTT. A Criança e o Seu Mundo. Rio De Janeiro: Álvaro Cabral, 1982

Da Ros, Silvia Zanetra Pedagogia materna e relações sociais/ Silvia Zanatta Da Ros.- Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

KLEIN, MELANIE 1882-1960 Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)/ Melaine Klein; tradução da 4ª ed. Inglesa; Elias Mallet da Rocha, Liana Pinto Chaves (coordenadores) e colaboradores.- Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

RAPOPORT ANDREA ; AUGUSTO CESAR PICCININI . O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. 19/03/2001 disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5209.pdf>> Acesso em 12 de janeiro de 2017.

HÉLITA CATEIXEIRA; MARIA NELI VOLPINI . A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. disponível em <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

SIDMARA PEDROSO DA SILVA . As Duas Faces da Adaptação Infanti. 16/06/2016 disponível em < http://www.pedagogia.com.br/artigos/as_duas_faces/> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

MARIA PAULA IVENS FERRAZ COLARES PEREIRA DOS REIS. A RELAÇÃO ENTRE PAIS E PROFESSORES: Uma construção de proximidade para uma escola de sucesso 2008 disponível em <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2238/1/PAULA.COLARES.Relacao.Pais.Professores.pdf>. > Acesso em 14 de janeiro de 2017

JIANE MARTINS SOARES . FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL DA CRIANÇA. Disponível em < <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>> Acesso em 16 de janeiro de 2017

FLAVIA BARONI SIMAS; LAURA VILELA E SOUZA. FABIO SCORSOLINI-COMN. Significados da gravidez e da maternidade: discursos de primíparas e múltiparas. 2013. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100002> Acesso em 19 de janeiro de 2017

Lorena Lima de Moraes. Maternidade: o sonho de toda mulher? Disponível em <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/espanhol/E8_Maternidade.pdf > Acesso em 19 de janeiro de 2017

Aletheia. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017> Acesso em 19 de janeiro de 2017

Denise Machado Duran Gutierrez; Ewerton Helder Bentes de Castro; Karine Diniz da Silva Pontes. Vínculos mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. 2011 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000200002> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

Renata Ramalho Queiroz Leite; Ana Maria Monte Coelho Frota. O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica. 2014
Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000200002> Acesso em 21 de janeiro de 2017.

AUN, Juliana; VASCONCELLOS, Maria . MULHER, MÃE E PROFISSIONAL: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O REFLEXO DESSAS ESCOLHAS NO MODO DE SER MULHER. Disponível em
https://www.unilestemg.br/kaleidoscopio/artigos/volume2/MULHE_MAE_E_PROFISSIONAL_UMA_BREVE_DISCUSSAO SOBRE_O_REFLEXO_DESSAS_ESCOLHAS_NO_MODO_DE_SER.pdf Acesso em 21 de janeiro de 2017

Ramilla Recla Scopel; Valquíria Conceição Souza; Stela Maris Aguiar Lemos. INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR E ESCOLAR NA AQUISIÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM: REVISÃO DE LITERATURA 06/06/2011. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v14n4/33-11.pdf>> Acesso em 22 de janeiro de 2016

Projeto de pesquisa do curso de especialização em linguagem Orientadora: Mirian Goldenberg NEUMAR GIANOTTI FONSECA. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA. SÃO PAULO .1999. Disponível em
<http://www.cefac.br/library/teses/ab197be20bb61cc49ca2e591c0171417.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2016.

O USO DO ÁLCOOL ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA

PEREIRA, Ândrea Parra Domenes – Uni-FACEF
FALEIROS, Gabriela Borges de Pádua – Uni-FACEF
GARCIA, Jane Lúcia da Silva – Uni-FACEF
LIMA, Rafael Pimenta de – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, o estudo sobre o consumo de álcool na juventude é de grande importância, pois é nessa etapa da vida que se inicia esse consumo. O beber pesado (BP) se mostra como um problema de saúde pública, devido as suas consequências negativas para o indivíduo (angústia, desestrutura familiar, alteração de características da personalidade), atingindo também a sociedade.

A adolescência é um período repleto de mudanças físicas, psicológicas e sociais, sendo também uma fase de surgimento de vários problemas psicossociais. Assim sendo nesta fase, que a maioria dos adolescentes começa a se preparar, e entram para o ensino superior, e é através de pesquisas, que tem sido apontado como um dos acontecimentos mais significativos na vida destes jovens, e muitas vezes, estes jovens não estão totalmente preparados para lidar com a transição que este momento (entrar para ensino superior) necessita que é passar da adolescência para a vida adulta (FADIMAN; FRAGER, 2004).

Esta fase, segundo Erikson corresponde ao que ele denominou “crise de identidade”, na qual o jovem tem que lidar com questões relacionadas a escolha profissional e aos relacionamentos interpessoais (FRAGER, 2004).

Assim o ingresso em uma universidade tem sido descrito como uma fase de alta vulnerabilidade, para o uso de álcool e outras drogas. A combinação de todos esses fatores, muitas vezes leva a um abuso de substâncias e em particular o álcool, devido a situação que está presente neste universo universitário, muito estudo tem sido focado nos jovens que ingressam em cursos superiores e em particular nos cursos de medicina, que como tal deveriam estar mais cientes das consequências tóxicas do uso excessivo do álcool. (LIMA 2012).

Os dados coletados pela (OMS) Organização Mundial de Saúde causam preocupação, pois mostram que o consumo excessivo de álcool, é o terceiro

maior fator de risco para as doenças no mundo, sendo responsável por 4% de todas as mortes, superando o HIV.

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão de literatura crítica, com o uso de artigos científicos e livros para investigar o uso de álcool e os impactos que ele tem nos estudantes de medicina, percorrendo sobre o impacto na vida cotidiana e universitária e suas possíveis consequências.

2. O USO DO ÁLCOOL NO ENSINO SUPERIOR E SEUS IMPACTOS

O ingresso no ensino superior é um dos pontos mais importantes na vida de vários jovens, e esse momento ocorre durante uma das fases mais complexas do desenvolvimento humano na adolescência na maioria das vezes.

No tocante aos aspectos sociais, na maioria das culturas ocidentais, é durante a adolescência que o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais, inserindo-se em uma rede social mais complexa, destacando aqui o papel da escola e a maior valorização de amigos. (STERNBERG, 2000). Nesse momento da vida, esses jovens muitas vezes deixam a casa de seus pais, e começam a morar sozinhos ou com outros amigos da mesma idade. Essa independência pode levar a excessos, que são fortalecidos pela mentalidade de que o “agora”, é o momento para tal, afinal são “jovens”(LIMA, 2012).

Para Coll, Marchesi e Palácios (2004) a problemática da adolescência é criada por influxos culturais de nossa época (políticos, econômicos, sociais, religiosos, morais, etc..), e podendo associar-se também a imaturidade emocional que muitas vezes se faz presente entre esses jovens, motivos que incidem sobre a formação da personalidade, do auto estima,

De acordo com Piaget (2012), a adolescência pode significar um período de crise passageira para o jovem. Mas não podemos esquecer que esse “mundo” do jovem varia de indivíduo para indivíduo, afetado por fatores únicos para cada um, como: o emocional a maturação, subjetividade, hereditariedade.

Neste sentido, várias questões rodeiam o mundo dos jovens, o álcool sendo uma delas, que na sociedade aparece como uma bebida lícita, facilmente alcançada por eles, e em grandes proporções graças a influência que a mídia presente, ocasiona constantemente na vida das pessoas.

O uso de substâncias psicoativas, principalmente o álcool, de certa forma é incentivado, pois estão presentes em anúncios, comerciais, outdoor, filmes, letras de músicas, e em muitos outros meios de comunicação em massa (LIMA, 2012).

As propagandas e apresentações dessas substâncias, na maioria das vezes vêm associadas a fatores desejáveis como prazer, beleza, dinheiro, sexo, poder, mostrados de várias formas explícitas ou implícitas e consequentemente tornando-se um grande fator de risco com o uso abusivo.

Na última década, o beber pesado vem se tornando uma das maiores preocupações da saúde pública, devido as implicações expostas na vida desses adolescentes, como danos a saúde física, sexo desprotegido, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, acidentes de trânsito, overdose alcoólica, violência, dependência a bebida (SILVEIRA et al., 2008)

O álcool é uma droga potente, que altera a consciência e provoca graves efeitos na saúde física, emocional, mental e social. A bebedeira pode afetar o raciocínio e a memória daqueles que exageram, tornando-os mais propensos para relatar um fraco desempenho escolar e se envolver em outros comportamentos arriscados. Os jovens nessa fase da vida são mais vulneráveis aos efeitos que o uso excessivo de álcool causa na aprendizagem e memória, sejam esses de curto ou longo prazo.

O álcool tem se mostrado responsável em cerca de 4% da perda de anos vividos pela incapacitação que causa no organismo, e a América latina e o Caribe compõem 9,7% desta estimativa, causando também mortes ou prejuízos de diversas naturezas, do que o tabaco e drogas ilícitas (WHO, 2004)

No mundo universitário, é muito comum os jovens se encontrarem em festas, que é onde encontram oportunidade para se relacionarem, extravasarem as tensões do dia- dia acadêmico, como avaliações que lhes causam muitas vezes pressões , e situações estressantes, nestas festas criam se expectativas de ambientes positivos, descontraídos , o problema dessas festas é que na grande maioria são open bar, e na compra do ingresso, dá direito ao consumo livre de bebidas durante toda a festa, sendo que o público destas festas é direcionado aos universitários, pois os cartazes de propaganda atingem de formas eficazes estes jovens.

Historicamente tem se convivido com os usos de substâncias psicoativas desde o consumo de produtos naturais aos mais pesados fabricados em laboratórios, e o álcool se encontra neste rol de consumo, afetando o sistema nervoso central com o consumo sistêmico e abusivo, mostrando alterações na mente, corpo, conduta, alterações de humor.

A Organização Mundial de Saúde, tem publicado dados crescentes de consumo nas ultimas décadas, sendo que esse aumento tem detectado proporções maiores nos países em desenvolvimento, sendo que, quanto mais precoce o consumo, maior é o índice de se tornar em dependência, causando diagnostico de desordem em bilhões de pessoas no mundo, no Brasil o álcool é apontado como mais prevalente, no consumo de todas faixas etárias , portanto o álcool se tornou um problema de saúde publica e a prática do Binge Drinking por estudantes universitários, que significa a ingestão de 5 ou mais doses de álcool em uma única ocasião, e também que na faixa etária de 18 a 24 anos bebem mais de 3 vezes por semana.

Estes indicadores prevalentes na faixa etária que coincide com idades dos universitários, não se podem taxar os motivos que levam estes estudantes ao uso de substâncias, mas pode levar a fazer suposições de algumas causas que podem levar ao consumo de drogas e principalmente do álcool, ser a constante pressão que são submetidos, relacionada a excessiva carga horaria dos estudos, enormes quantidades trabalhos, falta de convívio com a família, não ter tempo para o lazer.

3. O USO DE ALCOOL PELOS ESTUDANTE DE MEDICINA

Em todas as universidades, existem jovens que se distanciam da casa dos pais, principalmente nas faculdades de medicina, por ser um curso muito concorrido e difícil de passar no vestibular , a maioria desses jovens que conseguem passar, vem de uma maratona de muitas horas de estudo por dia, com curso preparatórios que pegam pesado nos estudos, fazendo com que estes jovens tenham que abrir mão de muita coisa da vida diária ,como (deixar de ir a festas , de namorar) até conseguir entrar na faculdade , e quando passam no vestibular nem sempre é em sua cidade ou próximo, as vezes passam em outros estados e há a

necessidade de se afastarem da casa dos pais, quando vão morar sozinhos, sentem que estão mais livres do controle e das regras dos pais, pois sabem que em sua casa e com a presença dos mesmos é inevitável e as regras tem que ser seguidas ao experimentarem esta liberdade, querem viver intensamente, até mesmo, mas, este tipo de comportamento é o que vem afetando a grande maioria dos estudantes universitários. O que mais se destaca é a forma de como os estudantes de Medicina estão sendo afetados por este comportamento de liberdade e a um grande aumento do uso de substâncias ilícitas e lícitas em particular (SOUZA, 2012; LIMA, 2012).

A maior parte desses alunos por virem de outras cidades, moram sozinhos ou com amigos em repúblicas, e uma forma de relaxar o estresse da pressão que sentem no dia a dia, organizam festinhas entre eles, geralmente com muitas bebidas alcoólicas, e determinados exageros na ingestão do álcool, o que, causam nesses jovens comportamentos que chegam a ser alarmantes aos órgãos de saúde, alguns destes jovens justificam o comportamento se iniciar, por conta do estresse, a pressão que sofrem na educação acadêmica, ou relacionam o fato de a faculdade ser sua primeira experiência de transição da adolescência para a fase adulta com mais responsabilidades e obrigações.

São vários fatores em conjunto que podem originar o comportamento, além da pressão que cada um sofre, como imaturidade, ansiedade, e devemos levar em conta os problemas familiares, como cobranças por parte dos pais ou as dificuldades que estejam sofrendo durante o curso como incertezas sobre sua escolha (LIMA 2012).

É inevitável refletir sobre o comportamento de beber pesado entre estes jovens, pois o próprio curso de Medicina proporciona ao estudante uma profunda reflexão a respeito do consumo de bebidas alcoólicas, mostrando suas consequências. Pode-se notar que o curso é bem cansativo, vários estudantes sofrem uma pressão extrema, mas, devido todas as coisas que vem lhe afetando, o uso excessivo e o consumo de álcool entre estudantes de Medicina é um fato preocupante, não só pelos danos pessoais que pode causar, como pelo prejuízo em seu próprio desenvolvimento.

Conforme, Rocha et al., (2011), o consumo de álcool entre os estudantes de medicina vem se tornando um assunto preocupante, devido em como tem sido usado entre eles, e como tem influenciado no dia a dia destes estudantes, estudos tem sido feitos, para avaliar a prevalência do consumo entre os acadêmicos, os

resultados desta pesquisa se mostram preocupantes , pois foram constatados que cerca de 87,7 % dos estudantes que se dedicam ao curso , 60 % destes afirmaram terem usados bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, e constataram também, a importância de alguns desses jovens cerca de 25% , procurar programas que os auxiliem a prevenir danos ocorridos devido ao uso de bebidas alcoólicas, sendo que o fácil acesso e o consumo abusivo de álcool , de uma forma geral, trazem consequência negativas na vida destes jovens , afetando os na saúde físicas e psicológica .

Para Carneiro, Braga, Silva e Nogueira (2012) sobre o beber pesado episódico (BPE), realizado com estudantes de medicina na Faculdade de Ciência Médicas e da Saúde de Juiz de Fora , entrevistaram com questionários em anônimo, os estudantes (sexo masculino e feminino) do 1º ao 8º período , no 2º semestre de 2010, para avaliar o consumo nocivo do álcool na forma de (BPE) afetam a vida cotidiana dos mesmos. Aplicaram o teste Audit (Alcohol Use Identification Use) foi definido como uma resposta diferente de “nunca” , para a questão que era qual a frequência com que você consome 6 ou mais doses de bebida alcoólica em uma ocasião, utilizaram, também o teste qui-quadrado que mede as razões de prevalência de chance do BPE , foram feitos modelos de regressão logística, sendo o BPE como variável dependente e as variáveis sócio demográficas como independentes , incluindo nos modelos apenas aquelas que alcançaram significância estatística de 5% na análise bi variável .

Os resultados foram de prevalência de 90% de uso de álcool sendo que destes 76% já bebiam antes da faculdade, em media começam a beber aos 15 anos, .Na amostragem teve uma proporção maior de mulheres 58% , a idade mediana da amostra foi de 21 anos, Os homens tiveram prevalência 23% maior que as mulheres no BPE. Em relação a frequência que consomem mais de 5 doses , quase 30 % de homens em relação a 8,3 % das mulheres, nos dois sexo o BPE teve relação a ter iniciado o uso do álcool antes da faculdade., que no sexo masculino a religião se apresenta mais como fator protetor , do que para as mulheres, e que entre os jovens que não possuem relacionamento fixo o risco do BPE é 4 vezes maior.

A faculdade de Psicologia da PUC-SP, desenvolveu a oficina “bebidas alcoólicas – vamos destilar essa ideia? ”, seu objetivo é reduzir os riscos associados ao uso excessivo de bebidas alcoólicas pelos estudantes. A atuação do psicólogo

PEREIRA, Ândrea Parra Domenes; FALEIROS, Gabriela Borges de Pádua; GARCIA, Jane Lúcia da Silva; LIMA, Rafael Pimenta de; GRACIOLI, Sofia Muniz Alves

nessa área aponta claramente para a necessidade de capacitação dos profissionais de psicologia para esse tipo de trabalho preventivo e também para o diálogo com profissionais de outras áreas em equipes multidisciplinares voltadas para a promoção da saúde. Existem “oficinas de álcool “ desenvolvidas pelo aprimoramento clínico institucional “ o psicólogo e a prevenção de álcool e drogas “ da clínica de psicologia “ Ana Maria Poppovic” que tem o objetivo de intervenção preventiva do uso excessivo de bebidas alcoólicas pelos estudantes que acabaram de ingressar em universidade de modo à auxiliar a atravessar mais seguramente essa “janela de risco” (DÉA; SANTOS; ITAKURA; OLIC, 2004).

É fato que o ingresso de adolescentes no ensino superior, provoca alterações importantes em suas vidas, causando alguns comportamentos prejudiciais, como foi visto na revisão de literatura que fizemos, onde constatamos que o beber pesado episódico vem influenciando consideravelmente o comportamento desses jovens em momentos de reuniões, festas e encontros entre universitários.

Observa se que há entre os universitários de medicina uma maior incidência devido as constantes pressões que o curso ocasiona, com a extensiva carga horária e com enormes quantidades de trabalhos, falta de convívio com a família, não ter tempo para o lazer, levando- os há um alto grau de estresse.

Cabe as universidades, órgãos públicos e a sociedade em geral pensar de formas de contribuir com implantações de programas sócio educativos, com a intenção de orientar e conscientizar estes estudantes precocemente, do prejuízo que o álcool acarreta no individuo em todos os aspectos (orgânicos, psicológicos e social).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos verificar, com a revisão da literatura sobre o tema, que pouco tem sido feito a respeito do problema que vem se mostrando cada vez mais prevalente, entre os jovens universitários e principalmente nas universidades de medicina, através de dados publicados pela organização mundial de saúde e de artigos publicados com pesquisa no problema de beber pesado entre estudantes, aparece como um padrão entre estes jovens

Devido à magnitude em que o problema do beber pesado, se torna urgente e inevitável refletir sobre esse comportamento entre estes jovens, a implantação de programas educativos e preventivos que ocasione nestes estudantes uma profunda reflexão a respeito do consumo de bebidas alcoólicas, mostrando suas consequências no organismo humano a longo e curto prazo, se faz necessário um olhar em conjunto por parte das universidades, profissionais e órgãos públicos, para entender o motivo desses comportamentos entre esses jovens, buscando formas que possa reverter esse quadro que vem persistindo neste universo universitário, com implantações de programas preventivos capazes de atingir estes grupo de estudantes.

Faz necessário pensar em estratégias de políticas de prevenção e promoção dos danos não só do álcool como de outras drogas, não só com o foco nos estudantes de medicina, mas entre os estudantes de uma maneira geral.

Observamos em nossa pesquisa, que existe pouco material publicado a respeito do tema pesquisado, assim sendo, é de suma importância que se faça mais pesquisas na área não só de revisão mas de intervenção, o nosso alvo foi o estudante de medicina por conta das estatísticas altas, mas que os planos de ação afetam e tragam consequências positivas para os estudantes universitários de uma maneira geral.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CARNEIRO, Eduardo B.; BRAGA, Renato T.; SILVA, Luis F.D.; NOGUEIRA, Mario S. **Fatores associados a beber pesado episódico entre estudantes de medicina**, 2012.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus. **Psicologia evolutiva**. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed:2005.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Personalidade e crescimento pessoal** – 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a12.pdf> - Acesso em 25/05/2017 10:45hs.

A Inserção do Psicólogo no Trabalho de Prevenção ao Abuso **de Álcool** e Outras Drogas. Hilda Regina Ferreira Dalla Déa, Elcio Nogueira dos Santos, Erick Itakura & Tatiana Bacic Olic (2004). <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n3/a10v35n3.pdf>-Acesso 16/05/17 às 20:00hs.

PEREIRA, Ândrea Parra Domenes; FALEIROS, Gabriela Borges de Pádua; GARCIA, Jane Lúcia da Silva; LIMA, Rafael Pimenta de; GRACIOLI, Sofia Muniz Alves

Consumo de Álcool entre Estudantes de Faculdades de Medicina de Minas Gerais, Brasil Leandro Augusto Rochal Ana Cláudia Frota M. M. LopesII Daniella Reis Barbosa MartelliIII Viviane Braga LimaIII Hercílio Martelli-Júnior Recebido em: 22/06/2010. Aprovado em: 27/02/2011.

LIMA, Vanessa M. Ferreira. **A relação entre o uso de álcool e sintomas depressivos**: um estudo com universitários do interior de São Paulo Franca, Uni-FACEF: 2012.

LOPEZ, Emilio Mira. **Psicologia evolutiva da criança e do adolescente** 2ª ed. Científica: Rio de Janeiro, 1954.

PAIVA, Fernandes; RODRIGUES, Marisa. **Habilidades de vida**: uma estatística preventiva ao consumo de substâncias psicoativas no contexto educativo – Revista Psi, Rio de Janeiro, nº 3, ano 8, p.672-684, 2008.

PAPAILA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; **Desenvolvimento humano** 12ª ed – São Paulo: AMGH Editora, 2013.

SILVEIRA, Camila M.; SILVEIRA, Clovis C.; SILVA, Janaina G.; SILVEIRA, Ligia M.S.; ANDRADE; Arthur G.; ANDRADE, Helena S.G. **Epidemiologia do beber pesado e beber episódico no Brasil**: uma revisão sistemática da literatura. 2007 aceito em 2008.

SOUZA, Cairo Badoco de. **Adolescência e álcool**: uma reflexão sobre a família e o consumo de álcool na perspectiva do adolescente. Uni-FACEF: 2002.

OS FANTÁSTICOS LIVROS VOADORES DO SR. LESSMORE: cinema e literatura em sala de aula

SILVEIRA, Camila Karoline – Uni-FACEF

PEREIRA, Camila Oliveira – Uni-FACEF

BIAGI, Gislaine S. Fernandes – Uni-FACEF

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se ao projeto “Leitura de Literatura”, do subprojeto de Letras (PIBID/CAPES – Uni-FACEF), desenvolvido junto aos alunos dos sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental de Escolas Estaduais da cidade de Franca-SP. O projeto é desenvolvido por nós, alunos bolsistas, sob a orientação das coordenadoras de área com intenção principal de desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários.

Assim, o objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre a leitura de imagens e a linguagem verbal, em especial o texto literário, a fim de refletir sobre as necessidades e prazeres relacionados à leitura de literatura, tendo como suporte as atividades desenvolvidas a partir do curta-metragem “Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessmore” para a apresentação do projeto “Caixa de leitura”.

As atividades iniciaram-se com uma sensibilização acerca da importância da leitura de literatura para, em seguida, passar a evidenciar a construção de sentidos presentes no curta a partir, principalmente, dos recursos verbo-visuais referentes à linguagem cinematográfica.

Após a contextualização, foi projetado o curta com a finalidade de despertar o olhar dos estudantes sobre o universo literário e suas possibilidades, para, em seguida, apresentar o projeto “Caixa de leitura”.

Dividimos este artigo em três partes. Na primeira, definimos gêneros do discurso conforme os postulados bakhtinianos, como também estilo; no segundo momento, apresentamos e analisamos o curta “Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessmore” e, finalmente, comentamos a sequência didática.

Para isso, o referencial teórico-metodológico está pautado numa pesquisa bibliográfica acerca dos gêneros do discurso a partir dos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin, para tratar principalmente do estilo, mais precisamente

relacionado às escolhas verbo-visuais propostas por Brait (2007), na esteira dos estudos bakhtinianos. Sobre a produção cinematográfica baseamo-nos, principalmente, em Aumont (1999).

2. GÊNEROS DO DISCURSO

Iniciar o pensamento sobre gêneros do discurso nos permite romper barreiras no que diz respeito à evolução da língua, pois esta acompanha as mudanças da sociedade. Apropriamo-nos dos signos linguísticos que, por meio de recortes da realidade, permitem acepções de sentidos por considerar aspectos além do sistema linguístico. Essa ideia serve para ressaltar a neutralidade da palavra quando não inserida em um contexto.

Por isso, considerando a linguagem e seus usos dentro das diversas áreas das atividades humanas, concebemos o emprego da língua em forma de enunciados. Conforme Bakhtin (2003, p.262):

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

Com isso, o enunciado, em seu todo, é único de acordo com a esfera de uso. Cada campo de utilização da língua elabora seus tipos de enunciados relativamente estáveis, denominados gêneros do discurso. Os gêneros, desse modo, possuem como objetivo atender as esferas de atividades humanas e as urgências da interação verbal, em que os valores se materializam conforme o processo de comunicação.

2.1. Estilo: escolhas verbo-visuais

Tendo definido gênero do discurso, passamos a refletir sobre estilo, mais precisamente relacionado às escolhas verbo-visuais e à expressividade como elementos que rendem possibilidades dinâmicas no ato da comunicação.

Partindo sempre da linguagem e de suas relações, o estilo é aspecto fundamental na perspectiva de que existem características pertencentes a cada gênero. Com isso, o estilo envolve uma série de reflexões diante da “forma de ser da linguagem que, sendo social, histórica, cultural, deixa entrever singularidades,

particularidades, sempre afetadas, alteradas, impregnadas pelas relações que as constituem” (BRAIT, 2007, p. 80).

Existe um vínculo entre linguagem e vida social, pois, por meio de enunciados concretos, a linguagem incorpora-se na vida, assim como a vida é introduzida na linguagem e, assim, de forma alguma, o gênero pode ser pensado fora do aspecto espaço-temporal.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 265), “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. Com isso, refletimos sobre a constituição dos enunciados a partir do conteúdo temático, ou seja, o sentido central que determinado gênero assume em sua realização; também há a estrutura composicional, relacionada ao aspecto da forma, em que o enunciado é construído e está situado; além disso, há o estilo, que está intimamente relacionado às escolhas linguísticas, manifestadas nos enunciados, determinando as esferas da atividade humana e da comunicação:

Dessa forma, o estilo está vinculado a unidades temáticas determinadas, e o que é particularmente importante, a unidades composicional. Considera-se que o estilo também depende do tipo de relação existente entre locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (BRAIT, 2007, p.89).

Assim, diante de uma análise estilística deve ser considerado o conteúdo temático que, por entrever uma dada situação, estabelece diálogo entre a constituição do eu diante do outro. A construção composicional está de acordo com determinada esfera das atividades humanas e resulta no todo do enunciado, que só é possível por meio da possibilidade de resposta do enunciatário em uma efetiva interação. Dessa forma, ressaltamos todos estes elementos, pois, juntos, colaboram para atender as finalidades das atividades humanas.

Tendo em vista a relativa estabilidade do gênero, é importante, ainda, relacionar o enunciado com o contexto espaço-temporal, por também refletir ideologias e valores sociais, nessa perspectiva, é preciso considerar o estilo e a composição que, juntos, se interligam com o valor atribuído pelo enunciator ao enunciado. Bakhtin considera esse valor como a expressividade do enunciado em relação ao seu objeto/tema, destacando os seguintes aspectos:

[...] a expressividade do nosso enunciado é determinada – às vezes nem tanto – não só pelo teor do objeto do nosso enunciado, mas também pelos

enunciados do outro sobre o mesmo tema aos quais respondemos, com os quais polemizamos; são estes últimos que determinam igualmente a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc [...] A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou menor grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro (BAKHTIN apud BRAIT, 2007, p.94).

É nesse momento que identificamos a expressividade, pois o enunciador emprega o caráter emotivo, valorativo e expressivo como forma de alcançar seu enunciatário e propor uma atitude responsiva. De acordo com Brait (2007, p.95), “[...] o estilo depende do modo que o locutor percebe e compreende seu destinatário, e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa”.

Inicialmente, podemos conceber a neutralidade da palavra quando fora do espaço-tempo, entretanto, pensamos no signo e em seus valores na composição do enunciado, e vemos que, da mesma forma, a expressividade é algo indispensável para a enunciação, não havendo enunciado neutro. A análise estilística não deve basear-se somente na linguística ou na metalinguística²², mas deve estar calcada na comunicação, quando a palavra é tomada como elemento vivo e autêntico. Portanto, esse tom emotivo-valorativo é resultado da relação do enunciador com a realidade discursiva.

De acordo com Brait (2007), o estilo representa, no discurso, a união entre o assunto e as escolhas verbo-visuais, a serem abordados no gênero, bem como a representação da relação entre o autor e o possível leitor:

[...] o estilo também depende do tipo de relação existente entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal, ou seja, o ouvinte, o leitor, o interlocutor próximo e o imaginado (o real e o presumido), o discurso do outro etc. Mesmo no caso dos gêneros altamente estratificados, sua diversidade deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros (BRAIT, 2007. p. 89).

Dessa forma, a análise estilística extrapola as concepções de língua e sua relação com o enunciador, pois exige também a relação dialógica com o mundo e suas transformações.

²² A linguística ou metalinguística proposta por Bakhtin leva em consideração as unidades potenciais da língua, diferentemente das unidades reais da comunicação, denominadas pelo estudioso de translinguística. De acordo com Fiorin (2006), do ponto de vista do sistema da língua, *meta-* (prefixo grego) e *trans-* (prefixo latino) são absolutamente equivalentes, pois ambos significam “além de”.

3. LITERATURA EM CENA: apresentação do curta “Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessmore”

O termo curta-metragem, que deriva do francês *court-métrage*, faz referência a um filme de curta duração. Conhecidos na linguagem coloquial como curtos, esses materiais audiovisuais podem aplicar as mesmas temáticas que as médias e longas-metragens.

O filme “Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessmore” foi vencedor do Oscar de melhor curta-metragem de animação em 2012.

Tendo utilizado *websites* como suporte de pesquisa, encontramos duas fontes de inspiração que foram mencionadas na composição dessa animação. Os criadores Willian Joyce e Brandon Oldenburg inspiraram-se no ator e diretor Buster Keaton, reconhecido por suas comédias mudas, para confeccionar a personagem protagonista. Além disso, pensaram no furacão Katrina – que destruiu a cidade americana de Nova Orleans em 2005 – e no clássico *O Mágico de Oz*, para representarem um dos momentos mais significativos do curta (ZUCCO, 2017).

No desenrolar do filme, é possível verificar os valores e significados que as cores estabelecem de acordo com os acontecimentos. Há uma sensibilidade na trilha sonora e nas expressões faciais das personagens que refletem a diferença entre o leitor e aqueles que ainda não tiveram contato com os livros.

Dessa forma, o curta tem seu início com a personagem protagonista (Sr. Lessmore) que, enquanto escreve seu livro na varanda de um hotel, é surpreendido por uma forte ventania. Rodeado por livros e em meio aquela situação, percebe que tudo começa a voar, portanto, tenta segurar o livro que está escrevendo.

A ventania transforma-se em um forte tornado, que transporta o Sr. Lessmore e toda a cidade para um “mundo diferente”. Ao cair nesse lugar, depara-se com o caos, pois as coisas estão destruídas, as casas de ponta cabeça e os livros despedaçados. Com tudo isso, há a mudança de cor, pois agora tudo se encontra em preto e branco.

Nesse mundo, o primeiro contato do Sr. Lessmore é com seu livro; ao abri-lo percebe que as letras estão desaparecendo e as páginas vão ficando em branco. Com muita tristeza, caminha pelos escombros e vai em direção a um

caminho. Nesse momento, notamos diferenças diante de uma cerca, que divide o lugar preto e branco todo destruído de um lugar colorido e cheio de vida.

Ao olhar para o céu, ele vê uma moça sendo carregada por livros voadores e, no mesmo instante, tenta fazer seus livros voarem. A moça, ao ver suas tentativas, deixa que um de seus livros fique com ele para mostrar-lhe o caminho para a biblioteca.

Quando chega, é recebido por muitos livros, e ali começa um ciclo que nos mostra a relação entre leitor-livro, de uma forma que encanta e evidencia o valor da leitura.

Ao longo do enredo, a personagem mostra, por meio de suas atitudes, o cuidado que devemos ter com os livros, como ler todos os dias para que eles não “morram”. Um dos momentos que evidencia a diferença daquele que tem o livro como seu companheiro, é quando outras personagens, que se encontram tristes e sem cor, procuram o Sr. Lessmore e, ao entregar-lhes livros, elas se transformam imediatamente.

Tendo vivido por muito tempo na biblioteca, ele envelhece, mas antes de partir é envolvido pelos livros e como em um abraço, renova-se. No final, Sr. Lessmore segue o mesmo caminho da moça levada pelos livros voadores, deixando seu legado a uma garotinha, que reinicia o ciclo.

3.1. Os Fantásticos Livros Voadores: literatura e a linguagem cinematográfica

Como mencionado anteriormente, o curta relata a história do Sr. Lessmore, um apaixonado por livros, mostrando também como eles podem transformar a vida das pessoas. Por meio dos livros, viajamos por um mundo imaginário, bonito e colorido.

Somos transportados para outra realidade que nos remete a uma reflexão sobre o que é ser leitor. De forma dinâmica, o filme é capaz de instigar o imaginário dos mais diferentes públicos. Aumont (1999, p.118), a respeito da linguagem cinematográfica, conceitua imagem e imaginário da seguinte forma:

No sentido corrente da palavra, o imaginário é o domínio da imaginação, compreendida como faculdade criativa, produtora de imagens interiores eventualmente exteriorizáveis. Praticamente é sinônimo de “fictício”, de “inventado”, oposto ao real (até mesmo às vezes ao realista). Nesse sentido banal, a imagem representativa mostra um mundo imaginário, uma *diegese*.

Destacando a imaginação, apontamos para as características do cinema mudo utilizadas para a criação do curta “Os fantásticos livros do Sr. Lessmore”. Por ser uma produção atual, isso nos chama a atenção e mostra o quanto outras linguagens, além da verbal, estão presentes na arte cinematográfica, estabelecendo relações entre o real e o imaginário:

[...] a obra de arte resulta do exercício de uma espécie de linguagem – e que em particular a linguagem cinematográfica é mais ou menos compreensível como manifestação de uma linguagem interior, que nada mais é do que outro nome do próprio pensamento (EISENSTEIN apud AUMONT, p.95, 1999).

O interessante está na associação que Michel Colin desenvolve sobre a competência fílmica em comparação com a competência linguística, ao dizer que “o espectador, para compreender determinado número de configurações fílmicas, utiliza mecanismos que interiorizou a respeito da linguagem” (COLIN apud AUMONT, p. 96, 1999) mostrando, sobretudo, mecanismos de compreensão.

A linguagem do cinema é repleta de possibilidades e significados. Chamando a atenção para mais um recurso, de forma contextualizada, ressaltamos a questão da cor. Sabemos que os primeiros filmes eram em preto e branco, pois na época em que eram produzidos não havia os recursos tecnológicos atuais. Esse recurso é utilizado no curta, pois nota-se em determinados momentos a ausência da cor; porém, esse efeito é propositalmente introduzido no filme, para que se alcance o objetivo proposto pelos diretores.

Mesmo sendo uma animação, os efeitos relacionados ao enredo nos aproximam do real, pois, considerando a personagem e suas expressões faciais, em cada cena o espectador pode se identificar. Metz, ao associar o filme a um espetáculo quase real, afirma que:

Mais do que o romance, mais do que a peça de teatro, mais do que o quadro do pintor figurativo, o filme nos dá o sentimento de estarmos assistindo diretamente a um espetáculo quase real, como o percebeu Albert Laffay. Desencadeia no espectador um processo ao mesmo tempo perceptivo e afetivo de ‘participação’ (METZ, 2004, p.16).

Além de o filme incentivar o imaginário de quem o assiste, de transportar a outra realidade e de retratar de forma leve e sublime, ainda estabelece a importância do hábito da leitura e de como devemos “cuidar” do livro, pois podemos ter centenas de exemplares, mas se não há leitura, serão apenas enfeites, pois um livro só ganha vida a partir do momento em que é lido.

4. EXPLORANDO O CURTA: apresentação da sequência didática e das atividades desenvolvidas

Como afirmado anteriormente, o objetivo desta sequência didática foi apresentar o curta-metragem “Os fantásticos livros do Sr. Lessmore” para introduzir o Projeto “Caixa de Leitura” por meio de uma discussão sobre as necessidades e os prazeres relacionados à leitura.

A partir disso, desenvolvemos a criação de um livrinho com a narração e ilustração do enredo do filme a partir do olhar do aluno. Toda essa atividade buscou aproximar e estimular o aluno para a leitura de literatura. Portanto, foram trabalhados os seguintes conteúdos que constituem os elementos da estrutura narrativa: narrador, personagens, tempo, espaço e enredo.

Utilizamos os recursos audiovisuais por meio da exibição do curta, além de materiais impressos para a confecção do livrinho e a caixa de livros preparada pelo PIBID/Letras Uni-FACEF. Para o desenvolvimento das atividades necessitamos de quatro aulas, distribuídas nas etapas a seguir descritas.

Foi realizada, na primeira etapa, a sensibilização dos alunos sobre a importância da leitura e a apresentação do curta em sala previamente preparada com datashow e som. Após a apresentação do vídeo, realizamos uma discussão de modo a verificar a compreensão dos alunos acerca do conteúdo do curta. Foi possível observar as diversas formas que o vídeo atingiu cada estudante e perceber a proximidade de cada um sobre a leitura, assim como o significado de um livro para cada um deles.

Em seguida, iniciamos as atividades, com o objetivo de recontar a história do Sr. Lessmore, analisando os detalhes da produção cinematográfica e fazendo um paralelo do curta com a literatura. Depois, propusemos aos estudantes que relatassem como foi o encontro deles com o universo da leitura, criando também um emblema (figura simbólica) para o livrinho deles, como a personagem do filme fez.

Os alunos criaram seus próprios livrinhos que continham partes do curta para serem completadas, além de imagens para serem desenhadas, como podemos verificar na transcrição a seguir:

“Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessmore’.”

Era uma vez...

Certo dia, quando o Sr. Lessmore estava

Começou a ventar muito forte e então

” 23

A terceira e última etapa foi a apresentação da caixa de leitura. Considerando a contextualização e sensibilização feita antes da exibição do curta e as reflexões que foram tecidas no decorrer das aulas, buscamos despertar o interesse por parte dos alunos diante do tema apresentado, sempre ressaltando a importância da leitura no nosso cotidiano.

Os alunos desenvolveram seus livrinhos e se mostraram interessados para a proposta da caixa de leitura. Esta primeira atividade, com que iniciamos o segundo semestre, foi muito bem recebida pelos estudantes, pois ficaram encantados com o filme do Sr. Lessmore e muito empolgados com a caixa de leitura, todos pegaram livros emprestados e compartilharam com os amigos de sala. Por essa experiência, entendemos que a biblioteca de sala é uma forma mais fácil para os alunos terem acesso aos livros e, por meio de atividades que envolvem linguagens diversas e com recursos tecnológicos mais atrativos, o professor pode promover o hábito de leitura de forma mais lúdica, provocando sentimentos, sensações e prazeres provenientes da esfera artística.

²³ O trecho citado é parte integrante da atividade aplicada em classe, que integra a sequência didática que estamos descrevendo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curta possibilitou aos alunos uma melhor compreensão acerca do universo cinematográfico e, por se tratar do cinema mudo, as crianças tiveram que fazer uso de sua imaginação, explorando intensamente essa habilidade. No momento de produzirem seus próprios livros, os alunos foram orientados a associarem a linguagem visual com a verbal, a fim de desenvolverem a produção textual.

A apresentação do curta “Os fantásticos livros voadores do Sr. Lessemore” foi uma forma atrativa de mostrar aos estudantes que a leitura pode promover transformações, e mudar a história de muitas pessoas. Consequentemente, essa atividade proporcionou o entendimento da importância do projeto “caixa de leitura” que se iniciava ali.

Os integrantes do subprojeto de Letras (PIBID/CAPES – Uni-FACEF) acompanharam todo o processo da atividade, desde a preparação até a aplicação em sala de aula. Ao final, a proposta de produzir um livrinho recontando o enredo foi uma das formas de promover a reflexão sobre as maneiras de interpretar o curta, tendo em vista a importância da leitura de literatura.

O projeto “caixa de leitura” foi muito bem recebido pela maioria dos alunos, que toda semana pegavam livros para lerem, sendo que, alguns deles recontavam as histórias lidas a seus amigos.

Essa atividade foi importante não apenas para incentivar e conscientizar os estudantes sobre os conhecimentos e prazeres encontrados na leitura de literatura, mas também para mostrar como a arte cinematográfica é construída. E como literatura e cinema estão intimamente interligados, apesar de se tratar de duas formas diferentes de narrativas, não podendo, portanto, serem comparadas.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio Cesar Santoro. 14. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, Beth. Estilo. In.: _____. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2007.

CURTA-METRAGEM. Disponível em: <<http://conceito.de/curta-metragem>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

METZ, Christian. **A significação no cinema**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

OS FANTÁSTICOS livros do Sr. Lessmore. Curta-metragem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=paNhhUaLZXc>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

ZUCCO, Gian. Os fantásticos livros do Sr. Lessmore. Disponível em: <<http://gianzucco.blogspot.com.br/2013/08/resenha-do-video-os-fantasticos-livros.html>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

OS MORTOS DIALOGANDO SOBRE A VIDA: projeto de pesquisa sobre leitura comparativa entre *Diálogos dos mortos* e *Auto da barca do inferno*

SANTOS, Francieli Aparecida Madaleno dos – Uni-FACEF
CARLINE, Gabriela dos Santos – Uni-FACEF
RODRIGUES, Laura Carolina Morais – Uni-FACEF
FALEIROS, Monica de Oliveira – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O interesse por este projeto de pesquisa surgiu a partir do estudo que realizamos sobre a obra de Gil Vicente, especificamente, o *Auto da barca do inferno*, em que os vieses satírico e moralizador se combinam com a invenção alegórica ao se colocar em cena personagens tipo que enfrentam uma espécie de juízo final em cena. Essa obra, situada no século XVI, apresenta semelhanças com a de um escritor antigo, também satírico – Luciano de Samósata – intitulada *Diálogos dos Mortos*, cujas personagens vivem situações muito parecidas com aquelas do teatro vicentino, especificamente na parte 10 “Caronte, Hermes e diversos mortos”, em que o comportamento da personagem Lampico é apresentado e questionado, passagem que, acreditamos se assemelha ao episódio do Fidalgo, no *Auto da barca do inferno*, fragmentos que escolhemos como *corpus* desta pesquisa. Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e, dessa forma, será fundamentada nos estudos de Romilly (1984) e Brandão (1996) para tratar da tradição luciânica; Spina (1983), para fundamentar nossos estudos sobre o teatro vicentino e suas características e Carvalhal (1998), para abordar o comparativismo, a partir da proposta teórica de Mikhail Bakhtin sobre dialogismo que levou aos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, vistos por meio dos estudos de Fiorin (2016).

A partir desses estudos, esta pesquisa buscará identificar os aspectos dialógicos na realização da leitura dos episódios selecionados e por extensão as obras, identificando as relações intertextuais e interdiscursivas no texto primeiro e suas transformações no texto segundo, levando em consideração o contexto de produção das obras e as características de seus autores, adotando o viés comparativo.

2. OBJETIVOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Assim, por meio desta pesquisa, pretendemos apresentar um estudo sobre esses autores e as obras mencionadas, bem como sobre o contexto histórico em que se inserem, buscando comparar os dois episódios mencionados e, por extensão as obras, analisando seus aspectos coincidentes e divergentes, para realizarmos uma leitura comparativa a partir de suas relações intertextuais e interdiscursivas.

Esta pesquisa será, portanto, fundamentada nas teorias sobre o comparativismo, especificamente na noção de intertextualidade, proposta por Júlia Kristeva a partir de seus estudos sobre a teoria do filósofo russo Mikhail Bakhtin sobre o caráter dialógico da linguagem e da literatura.

Para Kristeva (*apud* Carvalho, 1998), “[...] todo texto é absorção e transformação de outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, se instala a de intertextualidade, e a linguagem poética se lê, pelo menos, como dupla.” (p.146). Esta pesquisadora forjou o conceito de intertextualidade que, posteriormente foi estudado, elaborado e discutido por diversos pesquisadores, entre eles José Luiz Fiorin que propõe duas abordagens – uma publicada em 1996 e outra, em 2004. Para este estudo, escolhemos trabalhar com a de 2004, tendo em vista a ampliação que realiza ao tratar os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, ferramentas que, pensamos, sejam fundamentais à leitura comparada e que pretendemos apresentar detalhadamente ao longo da pesquisa.

Assim, partimos da ideia de que um texto é a recriação de outros vários textos, de maneira intencional, dando continuidade e/ou modificando, subvertendo ou “concordando” com o sentido primeiro, enfim, dialogando com o texto antecessor.

Neste projeto, escolhemos fazer, antes da apresentação teórica, um estudo sobre os autores e o contexto em que se inserem, trazendo informações principalmente sobre o autor antigo, Luciano, antes desconhecido por nós, e sobre Gil Vicente, ponto de partida, como dissemos, para este trabalho.

2.1. Luciano

Luciano nasceu na Síria, na cidade de Samósata, pequena vila às margens do rio Eufrates. A data de seu nascimento é estimada pelos seus biógrafos entre 120 D.C. e 125 D.C.

Segundo Romilly (1984), a obra de Luciano vincula-se à Literatura Grega do período helenístico, caracterizada pela busca, por meio dos filósofos, da moral dos indivíduos. O elemento essencial da obra de Luciano é a intriga, esta que reflete os tempos conturbados em que vivia. Alguns autores desse período são: Menândros, Filêmon, Dífilos, Apolôdoros Caristos, entre outros.

A temática de suas obras, apesar de ser simples, ganha destaque devido à forma ágil e encantadora, obtida por meio da ironia sarcástica e tratando de diálogos de mundos irreais. É destinada às altas esferas, às quais dirige sua crítica, colocando em ridículo seus excessos no contraste com estilo de vida dos pobres, assumindo uma função social com caráter de denúncia dos hábitos dos abastados. Um traço estilístico muito presente na obra luciânica é a paródia, zomba das obras circulantes ao escrever, parodiando textos já existentes, como, por exemplo, Odisseia, porém o talento de Luciano torna sua obra atraente por si mesma.

Luciano foi o pioneiro em associar os gêneros diálogo e comédia. Segundo Moisés (2004), o diálogo consiste no intercâmbio verbal entre duas ou mais pessoas ou personagens. Os filósofos faziam uso do gênero para fins didáticos ou expositivos em suas obras e falas. Já a comédia, segundo Pavis (2005), é definida por três critérios: suas personagens são de condição modesta, seu desenlace é feliz e sua finalidade é provocar o riso no espectador.

O próprio Luciano comenta a combinação dos gêneros em sua obra *Dupla Acusação* (34):

Comecei a ensinar-lhe a marchar no chão à maneira dos homens; lavei a poeira que o recobria e, forçando-o a sorrir, tornei-o mais agradável aos espectadores. Mas, sobretudo eu o associei à comédia e, graças a essa aliança, trouxe-lhe a benevolência dos ouvintes, que até então temiam os espinhos que o protegiam, e não se atreviam a tocá-lo, como se ele fosse um ouriço (LUCIANO *apud* ROMILLY, 1984, p.268).

Com base em Romilly (1984), podemos afirmar que Luciano tornou-se, durante sua vida, um escritor que abordava ideais filosóficos e escrevia para “exibir – se” como faziam os sofistas, mas, a certa altura, rompendo com esse modo, começou a aderir à escrita dos diálogos. Algumas de suas obras que se enquadram nessa forma são: *Nigrinos* ou *O Retrato de um filósofo*, em que conta sobre o

filósofo Nigrinos que conheceu em Roma, *Diálogos das Costesãs*, *Galo* e *Saturnálias*, em que aborda a futilidade da vida dos ricos e a dificuldade da existência dos pobres e, além desses, o *Diálogos dos Mortos*.

Diálogos dos Mortos é uma obra episódica, que apresenta 30 diálogos, e tem seu desenvolvimento no mundo dos mortos, regido por Hades. Grimal (2005) explica detalhadamente quem é Hades:

Hades é o deus dos mortos. É filho de Cronos e Reia e irmão de Zeus, Posídon, Hera, Héstia e Deméter. Juntamente com Zeus e Posídon, é um dos três senhores que dividiram entre si o poder sobre o universo depois de vencerem os Titãs, enquanto Zeus obteve os céus e Posídon o mar, Hades recebeu o mundo subterrâneo, os Infernos ou Tártaro. Nos Infernos, Hades reina sobre os mortos, é um amo impiedoso que não permite a nenhum de seus súbditos que voltem ao mundo dos vivos. É assistido por demônios e vários gênios que estão sob as suas ordens, por exemplo, Caronte, o barqueiro, etc. (p.189)

À medida que os mortos chegam, deparam-se com Caronte – barqueiro do Hades, que se volta contra qualquer tipo de posse, despe todos de seus atributos insignificantes, daquilo que na vida era riqueza e transporta-os pelos rios Estige²⁴ e Aqueronte²⁵, até a entrada do Hades.

Provavelmente, *Diálogos dos mortos* é a obra de Luciano mais lida em todos os tempos, por trazer uma mistura de personalidades de épocas e lugares diferentes, com personagens consagradas pela mitologia e pela literatura, além de gente comum, todas em um diálogo ininterrupto, justamente porque é pós vida. Trata-se de falas independentes tanto quanto interdependentes não sobre os mortos, mas sobre os vivos. “São instantâneos que se deslocam sem perder de vista um objetivo bem definido: a crítica social” (BRANDÃO, 1996, p. 16).

No Hades reina a mais completa isotimia, ou seja, a condição de igualdade a que a morte submete a todos, tanto os pobres como os ricos, tanto os feios como os bonitos, tanto os desconhecidos como também os famosos, enfim

²⁴ Era uma Ninfa, filha de Oceano e de Tétis. Quando Zeus lutava contra os Titas, chamou em seu socorro todos os imortais, e quem chegou primeiro, contribuindo decisivamente para a vitória, foi Estige com a sua poderosa família. Para compensá-la Zeus concedeu que ela fosse a garantia dos juramentos solenes pronunciados pelos deuses. A palavra jurada por Estige é irrevogável, até mesmo para Zeus. Estige presidia uma fonte na Arcádia, de águas sombrias e espessas, que desaguava sob a terra e ia ter às regiões infernais. Dizia-se que tinha propriedades mágicas. (GUIMARÃES, 1972, p.142).

²⁵ É na Odisseia, de Homero, que aparece uma descrição do mundo subterrâneo dos Infernos, mencionando o Rio Aqueronte, ao lado do Pirifégeton e do Cocito. São quatro os rios do Inferno, contando-se o Estige. O Aqueronte é o rio que deviam atravessar as almas para chegarem ao Império dos Mortos. Um barqueiro, Caronte, é encarregado de fazê-las passar no seu barco. O rio é quase estagnado. Suas margens são entrelaçadas de caniços e outras plantas dos pântanos e ele é pesado e lodoso.. Dizem que as almas que o atravessavam não tem esperança de retorno. Seu nome em grego exprime a tristeza e a aflição. (GUIMARÃES, 1972, p. 59-60).

todos eles compartilham a mesma sorte, não havendo diferenças, isotimia é, resumidamente, a igualdade. Podemos perceber esse detalhe em um dos primeiros diálogos de Luciano, na fala de Diógenes com Policedeus:

E para os pobres, Iacônio ---- essa grande maioria oprimida pela situação e que deplora a indigência ---- fale da igualdade de honras (isotimia) que há aqui e diga-lhes que não chorem e nem se lamentem. Diga-lhes também que verão que, aqui, os ricos daí em nada são superiores a eles. (LUCIANO, 1996, p.53).

Segundo Brandão (1996), é nesse ponto que Luciano aproxima-se das práticas dos cínicos, e insere, como personagem, um filósofo cínico, Menipo, que ri como em vida, e de tal maneira rebaixa a glória daqueles que lamentam as suas perdas, como Midas que chora seu ouro; Sardanápalo, seus luxos; Cresos, seus tesouros. Esse fato nos permite ver que a condição dos privilegiados é passageira e que acabará no reino dos mortos. De fato, o que acaba provocando o riso é justamente aquilo que, no mundo, serve de meio de distinção.

A concepção de Luciano é fundamentada num processo de depauperamento radical, em que os restos dos mortos se confundem por serem exatamente iguais. “A visão que tem Menipo da planície de Aquerúsia mostra um espaço em que semideuses, heroínas e mortos de todas as nações e tribos misturam sua inconsistência” (BRANDÃO, 1996, p.32).

2.2. Gil Vicente

Apesar da ausência de documentos, acredita-se que Gil Vicente nasceu por volta de 1465 e veio a óbito em, aproximadamente, 1537. Segundo Joaquim de Carvalho (*apud* SPINA, 1983), Gil Vicente foi o fundador do teatro português e, segundo Spina (1983) ainda que Gil Vicente respirasse as auras do Renascimento, cuja revolução intelectual e social consistiu numa nova concepção de vida baseada nos ideais da cultura clássica, na desintegração da economia feudal e no desenvolvimento do capitalismo comercial, mantinha-se integrado a um saber de tradição medieval, saudoso sempre daquela estrutura que garantia ao homem certa estabilidade.

Além de poeta, Gil Vicente era pensador, e era cristão de fé medieval. Colocado nos umbrais do tempo moderno, emancipado, e só de leve atingido pelo bafo humanista do Renascimento com seus gozos intelectuais e aristocráticos, ele tinha sempre em mente o mundo do além; preocupava-se com a salvação da alma e o bom emprego de cada dia do capítulo da vida que passamos neste mundo terrestre. Tinha simpatia pelos humildes,

ingênuos e perseguidos, antipatia pelos prevaricadores e devassos.
(MICHAELIS *apud* SPINA, 1983, p.18).

Segundo Spina (1983), os paradigmas dos teatros medievais – um teatro de cunho religioso, teatro inorgânico, desprovido de elementos literários puramente cenográficos - foi renovado pelo teatro vicentino, que eleva para o primeiro plano a palavra no diálogo, sendo o homem o elemento fundamental da dramaturgia vicentina.

Para Spina (1983), não há uma constatação de que Gil Vicente conheceu as obras do humanista Erasmo de Roterdã, mas evidencia a coincidência de suas temáticas: o combate à indisciplina do clero, a crítica às indulgências e a prática da oração para fins utilitários.

Garcia de Resende, em sua obra *Miscelânea*, assinala o encantamento que o teatro vicentino suscitara no seu tempo e a atribuição da paternidade vicentina sobre a revolução no campo teatral. O dramaturgo português mistura em suas obras o cômico com o religioso, a crítica social com o mistério, dirigindo-as à degradação dos costumes, às crendices, ao esnobismo, à soberba, à nobreza, ao abandono do campo, ou seja, uma crítica, à sociedade contemporânea; o homem que deixa a Idade Média e ingressa-se no Renascimento. (RESENDE *apud* SPINA, 1983, p.23).

Os Autos escritos por Gil Vicente apresentavam as moralidades, milagres e tinham cunho religioso. *O Auto da Barca do Inferno* foi representado em 1517 e mostrava a crise moral em que estavam inseridas todas as classes sociais do seu tempo e, além disso, Gil Vicente preocupava-se em lembrar o homem que possuía uma alma para se salvar.

Segundo Achcar (1999), o teatro vicentino é em grande parte alegórico, pois representa uma ideia abstrata, um tipo social ou uma entidade espiritual por meio de uma personagem. Essa característica pode ser observada na peça *Auto da Barca do Inferno*, classificada como auto da moralidade, indicando, através de alegorias, os pecados que afastam da salvação.

As personagens que compõe a peça são: Fidalgo, Onzeneiro, Parvo, Sapateiro, Frade, Florença, Brísida Vaz, Judeu, Corretor, Quatro Cavaleiros que, segundo Achcar (1999), representam classes ou grupos sociais, além desses há o Anjo, Diabo e o Companheiro do Diabo que são alegorias.

A peça tem como cenário fixo duas embarcações num porto imaginário que separa o reino dos vivos e o reino dos mortos. Uma barca tem como piloto um Anjo, e esta leva ao Paraíso e a outra barca é conduzida pelo diabo, que leva para o inferno. Por estas duas barcas, desfilam as almas dos pecadores mortos, revestidas de insígnias, vestimentas e objetos associados à posição social e ao pecado de cada um.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa será baseada nos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, os quais utilizaremos para analisar e comparar as obras que formam o corpus desta pesquisa. Esses conceitos foram conhecidos por meio dos estudos de Fiorin (2016), pautado na noção de dialogismo proposta pelo filósofo Mikhail Bakhtin.

3.1. Origens dos Conceitos de Intertextualidade e Interdiscursividade

Com base nos estudos de Fiorin (2016) sobre o filósofo Bakhtin, pode-se afirmar que o filósofo, em sua obra, não se utiliza dos termos interdiscurso, intertexto, interdiscursivo, interdiscursividade, intertextualidade. Isto ocorre devido a um problema de tradução, já que a versão brasileira da obra de Bakhtin foi traduzida a partir do francês e estaria impregnada das ressonâncias da obra de Júlia Kristeva, que introduziu o filósofo na França. Dessa forma, seria preciso consultar outras traduções. A tradução espanhola parece ser a que mais se aproxima do texto original (russo) e, mesmo assim, não há nela o termo intertextual. Dessa forma, a questão para Fiorin (2016), é verificar se mesmo sob outro nome, a questão do interdiscurso está presente na obra de Bakhtin e examinar se é possível distinguir os termos interdiscursividade e intertextualidade.

Historicamente, o aparecimento do termo *intertextualidade* se deu graças à obra de Júlia Kristeva. Segundo a semioticista, para Bakhtin, o discurso literário “não é um ponto (um sentido fixo), mas um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de várias estruturas” (KRISTEVA apud FIORIN, 2016,p.163) todo texto constrói-se, assim, “como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA apud FIORIN, 2016, p.163). Algo

muito importante para se ressaltar é que Kristeva, em sua leitura da obra de Bakhtin, identifica discurso e texto: “O discurso (o texto) é um cruzamento de discursos (de textos) em que se lê, pelo menos, um outro discurso (texto)” (KRISTEVA apud FIORIN, 2016,p.163) O filósofo opera com a noção de intertextualidade, pois considera que o “diálogo é a única esfera possível da vida da linguagem” (KRISTEVA apud FIORIN, 2016,p.163). Dessa forma, ele observa “a escritura como leitura do corpus literário anterior e o texto como absorção e réplica a um outro texto” (KRISTEVA apud FIORIN, 2016,p.163) ficando evidente a noção de intertextualidade como procedimento real da constituição do texto.

Ao contrário da opinião corrente, citando Kristeva, Barthes, segundo Fiorin (2016), acredita que o texto relaciona a palavra comunicativa (informação direta) com diferentes enunciados, para Kristeva os principais conceitos teóricos implicados na noção de texto são: práticas significantes, produtividade, significância, fenotexto e genotexto e intertextualidade. O texto como prática significativa corresponde que a significação “se produz” não no nível de uma abstração, como postulava Saussure, mas, como uma operação, um trabalho, em que se investem ao mesmo tempo e num só movimento, conforme diz Barthes:

O debate do sujeito e do Outro e o contexto social; é uma produtividade porque trabalha com a língua que ele desconstrói e reconstrói; é significância porque é um espaço em que se entrecruzam vários sentidos, sendo um processo em que o sujeito se debate com o sentido e se desconstrói; é fenotexto “pois é um fenômeno verbal que se apresenta na estrutura do enunciado concreto; é genotexto pois corresponde ao campo da significância, domínio verbal; e, por fim, é intertextualidade porque todo texto é um intertexto, sendo que outros textos estão presentes nele “(BARTHES apud FIORIN, 2016, p.164).

Esses autores não se utilizam do termo discurso, pois acreditam que está comprometido semanticamente. A linguagem estava dividida em duas regiões distintas: tudo o que era de nível inferior/igual à frase era domínio da Linguística e tudo que era de nível superior ao da frase, era objeto da retórica. Barthes, segundo Fiorin (2016), não desqualifica nenhum campo de estudo, mas defende a ideia da criação de uma *semanálise* (tendo como objeto o texto). Então, o que é exatamente a intertextualidade dentro deste conjunto de estudos/objetos? Qualquer referência ao Outro, tomado como posição discursiva: paródias, alusões, estilizações, citações, ressonâncias, repetições, reproduções de modelos e de situações narrativas, de personagens, variantes linguísticas, lugares comuns, etc.

3.2. A Questão do Interdiscurso e Bakhtin

De acordo com Fiorin (2016), o termo interdiscurso aparece sob o nome de dialogismo, em Bakhtin. O dialogismo não se confunde com a interação face a face, ele ocorre sempre entre discursos, pois o interlocutor só existe no discurso. Na obra de Bakhtin, o dialogismo pode ser considerado o modo de funcionamento real da linguagem, e, portanto, é seu princípio constitutivo e também uma forma particular de composição do discurso. O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem pois, os homens não têm acesso direto com a realidade, esta é sempre mediada pela linguagem, o real se apresenta semioticamente, o que implica que o discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Essa relação entre discursos é o dialogismo, que é o modo de funcionamento real da linguagem. Para Bakhtin (apud FIORIN, 2016,p.166) “Todo discurso se relaciona com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras. ”

O filósofo não nega a existência do sistema da língua, mas acredita que ela não suporta o modo de funcionamento real da linguagem, por isso propõe a translinguística, que analisa as relações dialógicas entre os enunciados.

De acordo com Bakhtin (apud Fiorin, 2016), as palavras e as orações são unidades da língua repetíveis, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação irrepetíveis, sendo sempre acontecimentos únicos. Não é a dimensão que determina o que é o enunciado: ele pode ser desde uma réplica até um romance. O que delimita sua fronteira é a alternância dos sujeitos falantes, o enunciado é uma réplica de um diálogo, que se estabelece entre todos eles.

A característica do enunciado, segundo Bakhtin (apud Fiorin,2016) é ter um autor, ao passo que as unidades da língua não pertencem a ninguém, ele sempre revela uma posição de autoria, é por isso que as relações dialógicas são relações entre distintas posições, que se estabelecem em enunciados. Os enunciados não têm significação, mas sentido, se eles são constitutivamente dialógicos, seu sentido é de ordem dialógica, dessa forma o conceito de enunciado em Bakhtin recobre o que chamamos habitualmente de discurso. Todo enunciado possui uma dimensão dupla: a sua e a do outro. Por ser réplica de um diálogo, os enunciados têm um destinatário. Eles contêm emoções, juízos de valor, expressões.

Segundo Faraco (apud FIORIN, 2016), o dialogismo é tanto convergência, quanto divergência; é tanto acordo, quanto desacordo; é tanto adesão, quanto recusa; é tanto complemento, quanto embate, prossegue ainda, que do ponto de vista constitutivo, o dialogismo “deve ser entendido como um espaço de luta entre as vozes sociais. ” Assim, pode-se dizer que a relação dialógica é contraditória.

Sendo o dialogismo contraditório, atuam nele forças centrípetas e centrífugas. Aquelas buscam impor uma centralização enunciativa no plurilinguíssimo da realidade; estas procuram minar, principalmente, por intermediário da derrisão e do riso, essa tendência centralizadora. As ditaduras são entendidas como centrípetas e as democracias centrífugas.

Há duas formas de incorporação de vozes no enunciado: na primeira estão os discursos direto e indireto, as aspas e a negação. Na segunda aparecem as paródias, estilização, a polêmica velada ou clara , o discurso indireto livre. Lembrando que, para Bakhtin, não há neutralidade nas vozes.

No discurso indireto livre, misturam-se duas vozes, a do narrador e a do personagem. No entanto, não há a presença de dois pontos e travessão como no discurso direto ou a conjunção *que* no discurso indireto. Essa impossibilidade de separação entre a voz do narrador e a voz da personagem, faz do enunciado em discurso indireto livre um enunciado bivocal.

O dialogismo é um fenômeno social ou individual? Bakhtin, segundo Fiorin (2016), leva em conta tanto a ordem individual, quanto o domínio social, considerando polêmicas políticas, culturais, econômicas, entonação zombeteira, aprovadora, reprovadora, etc. No entanto, a relação entre o individual e o social em Bakhtin não é tão simples. Por um lado, o filósofo mostra que a maioria das opiniões dos indivíduos é social; todo enunciado dirige-se para um super-destinatário, e ele assume uma identidade que varia de época para época, grupo social para grupo social, etc. De outro lado, não preconiza um sujeito absolutamente assujeitado, o que seria a própria negação da heteroglossia e do dialogismo. Assim, segundo Faraco (apud FIORIN,2016), o dialogismo é a única forma de preservar a liberdade do ser humano, cada sujeito preserva sua própria posição de extra espacialidade e excesso de visão e a compreensão daí advinda. O enunciado, assim, não depende apenas do que os precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da

comunicação verbal. O locutor sempre espera uma atitude responsiva ativa e o enunciado se constitui para essa resposta esperada.

3.3. Interdiscursividade e Intertextualidade

Segundo Brait e Melo (apud FIORIN, 2016, p.178) há uma dificuldade de distinguir conceitos (texto, enunciado, discurso) na obra de Bakhtin, pois essas definições não se encontram prontas dentro de uma determinada obra, mas sim no conjunto de obras.

Para Bakhtin, o texto é um conjunto coerente de signos e ele representa uma realidade imediata. O ponto de partida de qualquer estudo é o texto. O texto manifesta o pensamento, a emoção, o sentido, o significado. Há sempre uma língua atrás de um texto, e este possui um autor. Temos, no texto, dois polos: o que é reproduzível – a língua; e o segundo, o acontecimento irreproduzível do texto.

O texto pode ser visto como enunciado, mas pode não o ser, quando o enunciado é considerado fora da relação dialógica. Ele é a manifestação do enunciado; ele é uma realidade imediata, dotado de uma materialidade. O enunciado é da ordem do sentido; o texto é do domínio da manifestação. Já o discurso deve ser entendido como uma abstração, pois este é apenas a realidade aparente.

Conclui-se que relação dialógica (de sentido) é interdiscursiva. O termo intertextualidade fica válido apenas para os casos em que a relação interdiscursiva é materializada em textos. Ou seja, a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas o contrário não é verdadeiro.

Com base nos estudos realizados, pretende-se utilizar na análise comparativa os conceitos intertextualidade e interdiscursividade, identificando passagens em que um discurso dialoga com o outro, bem como o diálogo entre os textos. Esta leitura comparativa, que estamos desenvolvendo, levará em conta também outros aspectos para sua realização, tais como o contexto de produção das obras e as características dos autores em questão.

4. EM CENA, UM ENSAIO DA COMPARAÇÃO

Existem suposições que apontam para o fato de Gil Vicente ter sido leitor de Erasmo de Roterdã. Segundo Mongeli (1992), essa suposição se justifica

pelas coincidências dos ideais entre os dois, pois ambos, de acordo com Spina (1983), entroncavam no mesmo movimento pré-reformista, combatendo a indisciplina do clero e as indulgências. Já Luciano, segundo Brandão (1996), foi o iniciador de uma linha de escritores em que se encontra Erasmo de Roterdã, ou seja, Erasmo teria sido, por sua vez, leitor de Luciano.

Percebe-se que as obras o *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente e *Diálogos dos Mortos*, de Luciano de Samósata dialogam entre si. Sua proximidade ocorre pelo aspecto satírico que ambas possuem e o caráter de moralidade, sendo que a obra de Gil Vicente tem moralidade de cunho religioso cristão, já a de Luciano a moralidade não tem compromisso exatamente com a religião.

Neste tópico, apresentamos nossas primeiras observações comparativas, tendo em vista as passagens em que, nos *Diálogos dos mortos*, estão em cena Lampico e Hermes e, no *Auto da barca do inferno*, o Fidalgo e o Diabo.

No *Diálogo dos Mortos* há a nomeação das personagens, pois Luciano, visava criticar pessoas conhecidas e não disfarçava:

LAMPICO Sou Lampico, tirano de Gela.
HERMES Ora, Lampico, por que você vem com tanto adorno?
LAMPICO Por quê? Ora, Hermes, um tirano devia chegar nu?
HERMES Tirano coisa nenhuma! Um morto, isso sim. Desfaça-se, portanto, disso aí.
LAMPICO Já estou sem a riqueza, como você mandou.
HERMES E jogue fora a empáfia e a soberba, Lampico. Juntas, vão sobrecarregar o barco.
(LUCIANO, 1996, p.87)

A personagem Lampico se apresenta como nobre, trazendo consigo os adornos (diadema e capa), mostrando sua prepotência e representando sua tirania. Na obra de Luciano, a personagem só tem um destino, demonstrando que, após a morte, todos se igualam.

No *Auto da Barca do Inferno*, a crítica é feita por meio de tipos sociais, não há, portanto, individualização, o que poderia ser um risco para o autor²⁶. Na cena, a seguir, entra o Fidalgo que afirma sua posição social e, para mostrar sua nobreza, traz consigo uma cadeira:

FIDALGO A esta outra barca me vou. Hou da barca! Para onde ides? Ah, barqueiros, não me ouvis?! Respondei-me! Hou-lá! Hou!...
ANJO Que quereis?

²⁶ Gil Vicente era um cortesão, favorecido pelo mecenato, protegido e admirado pela “rainha velha”, D. Leonor.

FIDALGO Que me digais, pois parti tão sem aviso, se a barca do paraíso é esta em que navegais.

ANJO Esta é; que demandais?

FIDALGO Que me deixeis embarcar; sou fidalgo de solar²⁷, é bem que me recolhais.

ANJO Não se embarca tirania neste batel divinal.

FIDALGO Não sei por que haveis por mal que entre a minha senhoria.

ANJO Para vossa fantasia mui pequena é esta barca.

FIDALGO Para senhor de tal marca não há aqui mais cortesia? Venha prancha e atavio! Levai-me desta ribeira!

ANJO Não vindes vós de maneira para entrar neste navio. Esse outro vai mais vazio: a cadeira entrará e o rabo²⁸ caberá e todo vosso senhorio. Ireis lá mais espaçoso, com fumosa²⁹ senhoria cuidando na tirania do pobre povo queixoso, e porque, de generoso, desprezastes os pequenos, achar-vos-eis tanto menos quanto mais fostes fumoso. (VICENTE, 2012, p. 73-74.)

Observamos que em ambas as cenas a posição social, bem como a tirania são objeto de crítica e, no caso de Gil Vicente, os mortos não se igualam na morte, pois aqueles que vêm “carregando” coisas do mundo, são condenados ao inferno. Há ainda, no *Auto da Barca do Inferno*, uma crítica à superficialidade das práticas religiosas, pois o Fidalgo acredita na sua salvação por ter quem reze por ele em vida:

FIDALGO Porém, a que terra passais?

DIABO Para o inferno, senhor.

FIDALGO Terra é bem sem-sabor.

DIABO Quê? E também cá zombais?

FIDALGO E passageiros achais para tal habitação?

DIABO Vejo-vos eu em feição para ir ao nosso cais...

FIDALGO Parece –te a ti assim?

DIABO Em que esperas ter guarida?

FIDALGO Que deixo na outra vida quem reze sempre por mim.

DIABO Quem reze sempre por ti!... Hi! Hi! Hi! Hi! Hi! Hi! Hi! Hi!... E tu viveste a teu prazer, cuidando cá guarecer porque rezem lá por ti? Embarcai! Hou! Embarcai!, que haveis de ir à derradeira... Mandai meter a cadeira, que assim passou vosso pai.

(VICENTE, 2012, p.71-72.)

Observamos que, neste caso, a sátira recai sobre a crença de que simplesmente rezar possa levar alguém à salvação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁷ Nobre.

²⁸ Longa cauda da roupagem do fidalgo.

²⁹ Soberba, altiva.

Esta pesquisa está em processo de produção, dessa forma não há conclusões definitivas sobre a análise em questão. Todas as considerações feitas até agora buscam dar visibilidade aos aspectos coincidentes e divergentes entre os episódios escolhidos e, por extensão, entre as obras.

Assim, podemos dizer que em ambos os autores há uma espécie de julgamento final que se reflete sobre a vida: no caso de Luciano, não há possibilidade de salvação, pois só há um lugar para ir: o Hades, ou mundo dos mortos, onde todos se igualam, assim, só se pode escolher como viver; no caso de Gil Vicente, o juízo final tem caráter dual e religioso: existe a possibilidade do céu (salvação) e do inferno (condenação) que se conquistam ao longo da vida por meio das atitudes e das escolhas que se faz em vida. Como dissemos anteriormente, essas são nossas primeiras observações comparativas que, ao longo desta pesquisa, pretendemos ampliar e desenvolver.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Francisco. Alegorias, quadros e narrativas. In: VICENTE, Gil. **Auto da barca do inferno**. Introdução, preparação do texto e notas de Francisco Achcar. 4. ed. São Paulo: CERED, 1999.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Diálogos dos mortos sobre os vivos. In: LUCIANO. **Diálogos dos mortos**. Tradução de Maria Celeste Consolin Dezotti. São Paulo: HUCITEC Ltda., 1996.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. Intertextualidade e interdiscursividade. In: BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2016.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Tradução de Victor Jabouille. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GUIMARÃES, Rute. **Dicionário da mitologia grega**. São Paulo: Cultrix, 1972.

LUCIANO. **Diálogos dos mortos**. Tradução de Maria Celeste Consolin Dezotti. São Paulo: HUCITEC Ltda., 1996.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONGELI, Lênia Márcia de Medeiros et al. **A Literatura Portuguesa em Perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1992.

SANTOS, Francieli Aparecida Madaleno dos; CARLINE, Gabriela dos Santos; RODRIGUES, Laura Carolina Moraes; FALEIROS, Monica de Oliveira

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Tradução de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ROMILLY, Jacqueline de. **Fundamentos de literatura grega**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SPINA, S. (org) **Obras-primas do teatro vicentino**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

VICENTE, Gil. **Farsa de Inês Pereira; Auto da Barca do Inferno; Auto da Alma**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

PELEUMONIA? Análise de preconceito linguístico em discurso médico

SILVA, Amanda Maximo da – Uni-FACEF

TEIXEIRA, Laura Pereira – Uni-FACEF

FAVA, Rafael da Silva – Uni-FACEF

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, ainda em andamento, pretende analisar os discursos que geraram amplitude nacional a partir do posicionamento jocoso de um médico sobre a linguagem de um paciente, ao pronunciar com dificuldade os termos “raio-x” e “pneumonia”, verbalizando-os por “raôxis” e peleumonia”. O fato ocorreu em julho de 2016, na cidade de Serra Negra, município de São Paulo, e é apenas mais uma manifestação de preconceito linguístico, muito comum em nosso país, ainda que muito ignorado. Em vista da necessidade de maiores explicações e divulgação sobre esse tipo de preconceito, concentraremos nosso objeto de estudo na repercussão da polêmica, abordando também os conceitos já arraigados na história de nossa língua que promovem a manutenção dessa intolerância linguística.

Os dados analisados foram coletados a partir da rede social *Facebook*, cenário que fomentou os debates acerca do ocorrido, dividindo as opiniões dos internautas. Essa diversidade é considerada em nossa pesquisa, a fim de lançar um olhar teórico para o senso comum de ideias, na tentativa de desmitificar a noção de erro na língua. Grande parte desse preconceito linguístico provém da noção de norma culta que possuímos, além da gramática normativa que aprendemos ao longo da trajetória escolar. É recorrente que a maioria dos falantes considerem somente essas formas como válidas e corretas na comunicação. Conforme Bagno (2007, p.9),

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

Intentamos, assim, entender a existência do preconceito linguístico e sua perpetuação em nossa sociedade, amparados por um referencial teórico metodológico filiado à perspectiva da Sociolinguística, por meio dos estudos de

Alkmin (2000), Gnerre (2003), Faraco (2008) e Bagno (2003) e (2014), para análise de discursos veiculados no *Facebook*, considerando, principalmente, os comentários dos usuários da rede.

2. PRECISAMOS FALAR SOBRE PRECONCEITO

A fim de ilustrar o ocorrido, é importante, nesse momento, contextualizá-lo. No dia vinte e sete de julho de 2016, um médico plantonista do Hospital Santa Rosa de Lima, em Serra Negra, São Paulo, motivou uma enorme polêmica, causando revolta em grande parte dos internautas brasileiros. O motivo da polêmica foi uma publicação feita pelo profissional em sua conta na rede social *Facebook*, minutos após atender o mecânico José Mauro de Oliveira, de quarenta e dois anos, que frequentou até o segundo ano do Ensino Fundamental. Na publicação em questão, o médico aparece em uma foto segurando um receituário e, de forma preconceituosa, debocha da dificuldade do paciente em pronunciar as palavras “pneumonia” e “raio x”, declarando: “Não existe peleumonia e nem raôxis”.

A seguir, transcrevemos a notícia publicada no site do G1:

Um médico plantonista no Hospital Santa Rosa de Lima, em Serra Negra (SP), foi afastado do trabalho após ter uma foto sua publicada numa rede social com o título “Uma imagem fala mais que mil palavras”. Na foto, Guilherme Capel Pasqua mostra o receituário médico com o seguinte dizer: “Não existe peleumonia e nem raôxis”. Vinte minutos antes da postagem, na quarta-feira (27), o médico havia atendido o mecânico José Mauro de Oliveira Lima, 42 anos, que estudou até o segundo ano do ensino fundamental e não sabe como falar corretamente algumas palavras.

Seu enteado, o eletricista Claudemir Thomaz Maciel da Silva, de 25 anos, o acompanhava na consulta e revela que, assim que souberam o diagnóstico, o mecânico perguntou sobre o tratamento para a “peleumonia”. A reação do médico não foi muito profissional, afirma Claudemir.

“Quando meu padraço falou pneumonia e raios X de forma errada, ele deu risada. Na hora, não desconfiamos que ele iria debochar depois na internet. O que ele fez foi absurdo. O procurei e escrevi para ele na rede social que, independente dele ser doutor, não existe faculdade para formar caráter. Assim que ele viu minha postagem, apagou a foto. Ele não quis conversar com a gente”, diz Claudemir.

O eletricista conta que o padraço ainda não sabe que virou assunto na internet e teme pela reação dele. Claudemir diz que o mecânico não pôde estudar por falta de dinheiro.

“Meu padraço não sabe falar direito porque não teve estudo. Ele vai ficar muito triste quando souber o que aconteceu, estamos evitando contar, mas ele vai acabar descobrindo. Ele trabalhava como cozinheiro aqui em Serra Negra e depois se tornou mecânico. Lembro que ele estudava, mas precisou abandonar as aulas para cuidar de

mim. Tive tuberculose aos dois anos e, nessa época, ou ele estudava ou pagava meus remédios", lembra.

Indignação

Outros parentes e amigos da família ficaram indignados com a postagem do médico e começaram a reproduzir a foto.

"Não podemos aceitar esse tipo de pessoa se julgando melhor do que outras pessoas que estão convalescente e não teve a mesma escolaridade que um cidadão que se julga melhor que outros seres humanos por causa de seu diploma, volta pra sua faculdade e aprende um pouco mais sobre Ética e cidadania (sic)", reclamou um morador.

"Os pacientes têm que ser tratados com respeito, poderia ter sido com alguém da minha família. As pessoas não têm obrigação de saber falar direito, na maioria das vezes, são pessoas humildes, com dor e não estão preocupadas se estão falando certo ou errado", disse outra pessoa.

As críticas foram ainda direcionadas a outras duas funcionárias do hospital que, assim como o médico, debocharam da forma como os pacientes costumam falar na unidade. Uma das funcionárias postou: "Tira minha pressão? Porque eu tenho tiroide". Assim como o médico, elas também foram afastadas.

Sindicância

Formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), o médico disse à EPTV que não teve intenção de ofender e pediu desculpas aos que falam pneumonia ou raôxis. Ele acredita que é o contexto social que define as regras do português.

Disse também que não estava trabalhando no momento e que fazia uma brincadeira entre os médicos que tem um grupo em rede social e que vai processar quem postou a foto.

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) informou que vai instaurar uma sindicância para avaliar a conduta do médico. (VICTAL, 2016, online)

A atitude do médico nos revela um comportamento de preconceito linguístico. No entanto, o preconceito da ordem do linguístico não é tão comumente divulgado como o racismo, a homofobia e o machismo, por exemplo. Nota-se que, em nossa sociedade, esse preconceito é um tanto quanto invisível, pois não é considerado um ato tão discriminativo como os outros. Visto que ainda não existem punições cabíveis perante a lei, é muito praticado e cometido diariamente em diversas ocasiões sociais. Podemos confirmar esse prisma do preconceito linguístico com a afirmação de Bagno (2003, p.16)

Se discriminar alguém por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual etc. já começa a ser "publicamente inaceitável" [...] e "politicamente incorreto" [...], fazer essa mesma discriminação com base no modo de falar da pessoa é algo que passa com muita "naturalidade", e a acusação de "falar tudo errado", "atropelar a gramática" ou "não saber português" pode ser proferida por gente de todos os espectros ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical.

Salientamos que a língua não é um patrimônio tombado. Pelo contrário, pode ser caracterizada como um sistema social articulado, vivo e que evolui com os anos, transformando-se e modificando-se ao longo do tempo, principalmente ao

observarmos sua modalidade falada, pois, na escrita, essa evolução se mostra mais lenta. Essas ideias serão ampliadas no próximo item.

3. EXISTE ERRO NA LÍNGUA? OLHAR TEÓRICO SOB O PRECONCEITO

Sendo nosso país, por questões históricas, tão miscigenado e diverso culturalmente, é preciso considerar o reflexo dessa rica pluralidade também na língua, tanto na modalidade oral como na modalidade escrita. Tais diferenças são muito significativas entre grupos e comunidades das variadas regiões brasileiras, desde o que condiz ao comportamento, às tradições e à forma de se expressar. Sendo uma construção social, a língua é um dos vários componentes que integram a identidade cultural de um grupo e, por se tratar de uma construção, ela irá se configurar conforme os aspectos dos falantes de tal grupo e como eles se relacionam entre si. Assim, temos que a Língua Portuguesa é formada por variantes, como explica o excerto a seguir

[...]. Qualquer língua é sempre heterogênea, ou seja, constituída por um conjunto de variedades (por um conjunto de normas). Não há, como muitas vezes imagina o senso comum, a língua, de um lado, e, de outro, as variedades. *A língua é em si o conjunto das variedades.* Ou seja, elas não são deturpações, corrupções, degradações da língua, mas são a própria língua: é o conjunto de variedades (de normas) que constitui a língua (FARACO, 2008, p.74, grifo nosso).

Partindo do pressuposto de que a língua é um conjunto de variantes, e que estas representam não só o modo de falar de um grupo social, mas também caracterizam sua identidade, julgamos necessário analisar criticamente a polêmica ocorrida, relacionando-a com o que nos respalda teoricamente. Ao debochar da linguagem do mecânico, o médico não está negando somente a existência de certos termos, mas também de uma parte da identidade social daquele indivíduo em especial e de todos os que englobam sua comunidade linguística. De acordo com Bagno (2001, p.26), “só se pode qualificar erro aquilo que comprometa a comunicação entre os interlocutores”, e ainda afirma que:

O grande problema com essa noção ultrapassada (de erro) é que, como os estudos linguísticos modernos têm revelado, simplesmente não existe erro em língua. Existem, sim, formas de uso da língua diferentes daquelas que são impostas pela tradição gramatical. No entanto, essas formas diferentes, quando analisadas com critério, revelam-se perfeitamente lógicas e coerentes (BAGNO, 2001, p. 25).

No entanto, o que explica o comportamento do médico? Ao analisar os termos “raôxis” e “peleumonia”, outras pessoas também não iriam pensar que ambos estão errados ou não existem essas palavras? Isso se deve a uma questão de preconceito e desigualdade social presente em nossa sociedade, em que a noção de língua está intimamente ligada a *status* social. Os estereótipos linguísticos de nossa sociedade revelam muito da concepção que as pessoas têm entre o que “pode” ou “não pode” ser usado na língua, o que é culto e o que é “ignorante”.

Para Bagno, “os velhos conceitos de “certo” e “errado” refletem esquemas sociais de autoritarismo e intolerância que não são mais admissíveis nos dias de hoje”. É necessário que façamos um paralelo entre a condição social do médico e a do mecânico, visto que estão inseridos em contextos muito diferentes, alterando, assim, suas formas de expressão de modo significativo, além da maneira com que a sociedade encara o modo de falar de cada um.

Apesar de apresentarem algumas diferenças semânticas, todas as variantes são igualmente articuladas, organizadas e complexas. Como ilustra Bagno (2003, p. 32), “os supostos “erros” são sempre sistemáticos”. Porém, isso não significa que as variedades são tratadas de forma igual. Devido à evolução histórica, foram se atribuindo valores negativos e positivos aos usos da língua, de maneira a prestigiar uma forma em detrimento de outra. A variante que atingiu maior prestígio social foi a “norma culta”, pois esta possui o estereótipo de ser a “correta”, utilizada por falantes mais letrados, cultos e com poder aquisitivo superior à maioria da população brasileira. Para que esse conceito de “norma culta” ganhasse maior cientificidade, foi necessário que os linguistas definissem primeiro o perfil do falante culto e, de acordo com Bagno (2003, p. 38), “[...] o resultado das investigações levou à seguinte definição [...]: indivíduo com grau de escolaridade superior completa, nascido e criado em zona urbana”.

É importante ressaltarmos que o termo culto não aparece aqui como o uso mais corriqueiro. Bagno (2003, p.42) ainda ressalta que “para um sociolinguista [...] não existe falante inculto, uma vez que todo cidadão está inevitavelmente inserido na cultura de sua comunidade, seja ela rural ou urbana”.

Faraco também, sobre o prestígio da “norma culta” em nossa sociedade, argumenta que

A expressão norma culta/comum/standard, como discutimos acima, designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social. Por essa mesma razão, ela se tornou historicamente objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. Esse processo produziu, no imaginário dos falantes, a representação dessa norma como uma variedade superior, como uma variedade melhor que todas as demais (FARACO, 2008, p.35).

Desse modo, entendemos que a norma culta possui alto prestígio social, pois é a variante usada por aqueles que detêm o poder no nosso país. No Brasil, como já citado, a desigualdade social é extremamente grande, logo, os detentores do poder, como são a pequena parcela da sociedade, conseguem “controlá-la” de certa forma, impondo as suas perspectivas. Com a língua isso não é diferente, por essa razão é que estamos acostumados a estar cercados pela norma culta em praticamente todos os veículos de comunicação ou círculos sociais: mídia, internet, livros, escolas e universidades, do mesmo modo que também estamos acostumados a observar todos os tipos de desprezos possíveis a qualquer variante que se diferencie da norma culta (a fuga do padrão geralmente é a mais recorrente na fala das comunidades brasileiras com menor grau de escolaridade).

Consequentemente, grande parte da população chega ao ponto de confundir a própria língua com a norma culta, achando que esta é a única forma aceita e correta de se usar. Por tal fato, finalmente, é que o médico se sentiu no direito de debochar do mecânico ao fazer a postagem jocosa. E é também, por consequência do mesmo fato, que muitos julgam “saber mais português” do que outros, quando estão somente colocando em prática uma única variante que é apoiada pela Gramática Tradicional. Como ressalta Bagno (2003, p. 58), essa norma “não é uma língua, mas sim um modelo de língua, um ideal de língua, um padrão de comportamento linguístico que, supostamente, deveria ser seguido por todos os falantes [...]”.

Além disso, Bagno sugere um novo tipo de preconceito linguístico, além do preconceito presente em nosso país pelas variantes utilizadas em diferentes regiões do mesmo, sendo este o qual se compara a língua de Portugal com a língua do Brasil, afirmando que os falantes da primeira são os únicos que realmente sabem usar a língua. Atualmente não ouvimos muitas inferiorizações sobre a Língua Portuguesa usada no Brasil perante a Língua Portuguesa de Portugal, contudo, essa

já foi uma afirmação muito frequente em décadas passadas. Uma hipótese para tentar explicar tal pensamento pode ser a de que Portugal assumiu uma posição superior durante a colonização e assim, se formou um conceito de que a língua falada em Portugal é superior à língua que foi, ao longo dos anos, se transformando e se consolidando como própria do Brasil, o português brasileiro.

Tal comparação perde o sentido quando analisamos alterações sofridas pela língua, que foi adquirindo suas regras e seu próprio sistema, se diferenciando cada vez mais da língua falada em Portugal, conforme ressalta Bagno,

E essa história de dizer que “brasileiro não sabe português” e que “só em Portugal se fala bem o português”? Trata-se de uma grande bobagem, infelizmente transmitida de geração em geração pelo ensino tradicional de gramática na escola. O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal. Quando simplesmente, por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática – isto é, tem regras de funcionamento – que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal (BAGNO, 2007, p.23).

Ao analisar essa situação, podemos tecer um paralelo entre a desvalorização do Português do Brasil em vista ao de Portugal e do preconceito com as variantes linguísticas de nosso país em contraponto a norma culta. Sabe-se que as variantes são construções sistemáticas e complexas formadas socialmente e culturalmente conforme a evolução histórica, assim como o Português do Brasil, que se transformou ao longo das décadas, adquirindo sua própria identidade. Logo, se nossa sociedade conseguiu encarar o Português do Brasil como língua independente e abolir comparações degradantes com Portugal, era de se esperar que o mesmo ocorresse com as variantes linguísticas. Posteriormente, apresentaremos uma análise de comentários virtuais feitos na rede social Facebook acerca do caso do médico com seu paciente, e a postura da sociedade perante ao ocorrido, e conseqüentemente, as variantes linguísticas.

4. CONSEQUÊNCIAS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: DEBATES GERADOS A PARTIR DA POLÊMICA

Como já mencionamos anteriormente, a polêmica causou grande alvoroço na internet, dividindo a opinião dos internautas e produzindo debates e discussões a respeito do caso. Uma publicação que julgamos necessário ressaltar sobre o ocorrido foi a da página “Saúde MG”, na rede social *Facebook*, que atingiu grande número de “curtidas” e “compartilhamentos”.

- (1) Mais do que não discriminar uma pessoa pela maneira como fala ou se refere aos sintomas que sente, cabe ao profissional de saúde exercer e promover a sensibilidade no trato com o paciente. Ela é essencial não só para um correto diagnóstico, como para um tratamento humanizado e de qualidade!

Figura 1 – Campanha: Página do Facebook “Saúde MG”



Fonte: Facebook, 2016, online.

A postagem gerou centenas de comentários, alguns deles favoráveis à postura do médico, outros contrários. Podemos exemplificar com algumas manifestações:

- (3) “Quando se trabalha baseado nos conceitos do #SUS de integralidade, equidade e universalidade, não há espaço para o preconceito. Parabéns por levantarem essa bandeira! <3”

- (4) “Não existe e pronto. O que os médicos fazem é TRADUZIR esse vocabulário popular para as doenças que realmente existem. E o povo fala errado por falta de educação e cultura e em vez do governo se envergonhar por isso, alimenta mais ainda essa ignorância. Absurdo! ”

Por meio dessas publicações na rede social, observamos a existência de opiniões plurais e da parcialidade de cada internauta na tentativa de defender seu ponto de vista. Alguns comentários demonstram total aversão à atitude do médico e procuram desmitificar que as variantes linguísticas são erros, pensamento arraigado na cultura do país. Ao mesmo tempo, observamos opiniões que condenam a fala do mecânico, caracterizando-a como “vergonhosa”; “absurda” e “ignorante”, enquanto alguns internautas responsabilizam o governo pela forma com que o mecânico se expressa, sendo também a forma de expressão de muitos outros brasileiros.

5. CONCLUSÃO

Nosso objetivo com esta pesquisa é propor uma reflexão sobre como as diferenças linguísticas são concebidas pelas diferentes camadas sociais presentes em nossa sociedade. Nosso desafio, portanto, é compreender, a partir do fato ocorrido entre o médico e seu paciente, como os falantes por meio de postagens em uma mídia social, concebem a língua e suas variantes a fim de verificar preconceito e/ou aceitação da heterogeneidade linguística.

Ao fazer uma postagem em rede social pública expondo a fala do mecânico de modo irônico e negando sua expressão, o médico não está apenas agindo de forma preconceituosa, e sim, perpetuando as normas de uma nociva cultura do erro, que se instalou em nossa sociedade desde os primórdios de sua formação e persiste ainda nos dias de hoje. O preconceito linguístico afeta todo e qualquer falante que não se encaixa no molde “correto” de fala, que se baseia nos princípios da gramática normativa. Julgar a fala de uma pessoa tendo como parâmetro o “certo” ou “errado”, de acordo com a norma culta, é definitivamente preconceito linguístico.

Em nosso país, esse tipo de comportamento preconceituoso é frequente devido a noção de certo e errado baseada na norma padrão, que está enraizada na nossa sociedade e é presente na formação básica de qualquer indivíduo, tendo assim, alcance muito maior.

Concluimos que ainda é forte e frequente a noção de certo/errado em relação à língua, sendo assim, o preconceito linguístico ainda continuará existindo. No entanto, analisando postagens realizadas acerca do fato ocorrido, parte de nosso *corpus*, podemos notar um número de indivíduos que compreendem as diferenças linguísticas e as defendem, possibilitando talvez que esse preconceito linguístico pode diminuir no futuro de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística I: domínios e fronteiras**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 21-75

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

GNERRE, Maurice. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VICTAL, Renata. **Médico debocha de paciente na internet: “Não existe pelumonia”**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/medico-debocha-de-paciente-na-internet-nao-existe-peleumonia.html>>. Acesso em 26 out. 2016.

POR QUE APRENDER A LER LITERATURA?

SERDEIRA, Brenda Aryane – Uni-FACEF
GUAGNELI, Julia de Andrade – Uni-FACEF
FALEIROS, Monica de Oliveira – Uni-FACEF
BARBOSA, Natalia Aparecida Silva – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se ao projeto de Leitura de Literatura, do subprojeto de Letras (Pibid /Capes – Uni-FACEF), desenvolvido junto aos alunos dos sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais Profa. Lydia Rocha, Prof. Mário D'Elia, Prof. Dante Guedine e Prof. Homero Alves, atendidas por esse programa, que tem como intenção principal desenvolver competências e habilidades para a leitura de textos literários. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre a importância do aprendizado da Literatura e suas repercussões na formação de crianças e adolescentes.

Tais reflexões partem do que afirma Barthes (1982) sobre a Literatura constituir-se como *mathesis*, e do estudo dos ensaios de Candido (2011), “Direito à Literatura”, e de Leyla Perrone Moisés (2016), “O Ensino da Literatura”. Em seguida, descrevemos alguns procedimentos que caracterizam as atividades de nosso projeto intitulado “Leitura de Literatura”, apresentado à CAPES, cujo propósito é o de propor práticas de leitura que contemplem tanto o texto em seus contextos de produção e recepção, quanto a investigação sobre a produção de sentidos a partir das relações entre plano de expressão e plano de conteúdo, uma vez que a obra literária diferencia-se de outros tipos de textos verbais por sua maneira de dizer, uma vez que sua linguagem é plurissignificativa, tem objetivos estéticos, portanto propõe maiores desafios ao leitor.

Assim, na primeira parte deste artigo, apresentamos as reflexões dos estudiosos referidos acima sobre a importância da Literatura e do ensino de Literatura na escola; e, na segunda parte, apresentamos os objetivos e procedimentos do subprojeto do PIBID/Letras – Uni-FACEF sobre Leitura de Literatura na escola de Ensino Fundamental.

2. LITERATURA E FORMAÇÃO

Antonio Candido, em seu ensaio “O Direito à Literatura” (2004), defende que a Literatura tem que ser vista como um direito básico humano, o que ele chama de “bens incompressíveis”, como a alimentação, a moradia, a educação e a saúde e que não podem ser negados a ninguém, já que asseguram a sobrevivência e a integridade espiritual da espécie. Enquanto que os cosméticos, os enfeites e as roupas supérfluas são “bens compressíveis”, e, indaga o lugar da Literatura como bem incompressível, destacando:

Mas a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nesta categoria? Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora (CANDIDO, 2011, p. 174).

Segundo Candido (2011) a discussão sobre a importância do ensino de Literatura parecia uma questão longe de ser discutida e algo impossível. Hoje a Literatura já tem força suficiente para ser debatida, por mais que ela não atinja todas as classes sociais. Busca-se muito uma visão igualitária dos bens e a imagem da injustiça social que comova e, mais do que isso, mexa de uma forma que fica difícil esconder o constrangimento. O problema é então tomar uma atitude em relação a questão do ensino da literatura, já que a maioria da população não age para resolver esses conflitos que o envolvem.

O ensaísta afirma que a literatura é uma necessidade universal, experimentada em todas as sociedades, desde as primitivas até as mais avançadas, pois o homem tem mais necessidade de efabular, ou seja, ele precisa de algo para complementar o seu “mundo real”. É então que, entrando na literatura, ele sai mais rico, compreendendo e entendendo melhor o seu mundo. Assim, a literatura é um direito de todos, uma vez que ela tem papel formador na personalidade e na educação, isto é, na própria realidade:

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. [...] A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. [...] Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. (CANDIDO, 2011, p. 175-176).

Assim, para que consigamos ter uma sociedade ideal seria necessário assegurar não só os bens incompressíveis, mas assegurar a possibilidade de ter acesso à todos os níveis de Literatura.

A função da literatura explica o papel humanizador distinguido em três faces de acordo com o autor, sendo a primeira uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado, ou seja, diz respeito então à articulação das palavras, que são tiradas do nada e colocadas em um meio articulado, já que são organizadas em meios técnicos, obedecendo a certa ordem. A segunda face diz respeito à forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e grupos; a terceira, é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente:

Em geral pensamos que a literatura atua sobre nós devido ao terceiro aspecto, isto é, porque transmite uma espécie de conhecimento, que resulta em aprendizado, como se ela fosse um tipo de instrução. Mas não é assim. O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos, embora costumemos pensar menos no primeiro, que corresponde à *maneira* pela qual a imagem é construída; mas esta maneira é o aspecto, senão mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não (CANDIDO, 2011, p. 176 e 177).

Além disso, a obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos de mundo, segundo Candido (2011):

Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção.[...] Se fosse possível abstrair o sentido e pensar na palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente.[...] A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo (CANDIDO, 2011, p. 177).

Dessa forma, a humanização é o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor e que nos torna mais compreensivos e abertos para qualquer nível da Literatura. Assim considera-se a Literatura como um bem incompreensível.

Sendo assim, a literatura ajuda a sociedade a conhecer, compreender e ser capaz de julgar e tomar posição frente a estas questões humanitárias, tendo em vista a importância de uma produção que mostre os problemas de determinada sociedade a fim de refletir acerca deles, isto é, a literatura produz obras de cunho social que desmascaram a realidade, como conclui Candido:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fricção da literatura e mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (CANDIDO, 2011, p.186).

Leyla Perrone Moisés, em seu ensaio “O ensino de Literatura” (2016), retoma e amplia a discussão proposta por Antonio Candido, uma vez que afirma que no final do século XX o estudo da Literatura teve um declínio, já que a sociedade estava dominada pela tecnologia e pela economia de mercado, portanto, não se enquadraria na sociedade mercadológica.

A ensaísta trata do ensino da Literatura na sociedade que por muitas vezes torna-se uma disciplina supérflua em um ensino que simplifica e racionaliza os currículos, preparando os alunos apenas para a vida prática, objetivo esse vinculado aos textos da mídia, por exemplo, que satisfazem essa praticidade desta forma:

[...] a literatura é vista como uma técnica de linguagem verbal, e a linguagem verbal é apenas uma entre as linguagens. A própria língua é desvalorizada, já que a norma padrão é apenas “a variante linguística de determinado grupo social” e ela representa o valor político e econômico de certos grupos sociais que autorizam sua legitimidade (MOISÉS, 2016, p.76).

Sendo assim, Moisés (2016) se aproxima do que Candido diz a respeito da efabulação necessária para iluminação da realidade, já que outros tipos de texto não alcançam uma (re) criação suficiente do mundo real.

Segundo a ensaísta, vale ressaltar as três funções ou “forças” da literatura levantadas por Barthes: a *Mathesis*, a *Mimesis* e a *Semiosis*. A primeira, *Mathesis*, está ligada ao fato de que a Literatura compreende o meio. A segunda, *Mimesis*, busca recriar o universo real para fugir no universo empírico. Já a terceira é

a *Semiosis*, que trata do signo linguístico na sua vinculação motivada, ou seja, a palavra articulada é marcada pela plurissignificação, desta forma:

Sempre vale a pena lembrar as três funções ou “forças” da literatura, definidas pelo mestre de Compagnon, Roland Barthes: 1) *Mathesis*: a literatura é um lugar de saberes (no plural); ela não sabe coisas (como as ciências), mas ela sabe das coisas; 2) *Mimesis*: a literatura busca representar o real é irrepresentável na linguagem verbal, e é essa busca que a constitui, não como representação, mas como “fulgor do real”; 3) *Semiosis*: a literatura não usa signos, ela joga com os signos deslocando-os de seus usos habituais e práticos, tornando-os visíveis. Estão aí, condensadas e implícitas, as razões para se estudar literatura e os modos possíveis de fazê-lo (MOISÉS, 2016, p.79 e 80).

Em entrevista feita com o teórico citado, perguntou-se a ele o que pensava sobre a necessidade de se ensinar Literatura, ao que ele respondeu:

Pode-se chamar literatura a um *corpus* de textos sacralizados, mas também classificados por uma metalinguagem (a história da literatura), isto é, um *corpus* de textos passados estendendo-se do século XVI ao século XX[...] Esta literatura é até ao século XX uma *mathesis*: um campo completo do saber. Ela encena, através de textos muito diferentes, todos os saberes do mundo num determinado momento. [...] A literatura é, certamente, um código narrativo, metafórico, mas também um local onde se encontra comprometido, por exemplo, um imenso saber político. E por isso que afirmo, paradoxalmente, que só é preciso ensinar a literatura, porque dela se poderiam aproximar todos os saberes. (BARTHES, 1982, p.232 e 233)

Assim, pode-se dizer que o estudo da Literatura faz com que outras realidades sejam possíveis, mostrando o que poderia ou o que poderá ser diferente:

Sintetizando o que foi dito pelos melhores teóricos, responderíamos à pergunta “Por que estudar literatura?” com os seguintes argumentos: porque ensinar literatura é ensinar a ler e, nas sociedades letradas, sem leitura não há cultura; porque a capacidade de leitura não é inata, mas adquirida; porque os textos literários podem incluir todos os outros tipos de textos que o aluno deve conhecer, para ser um cidadão apto a viver em sociedade; porque os textos literários são aqueles em que a linguagem atinge seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação; porque a significação, no texto literário, não se reduz ao significado (como acontece nos textos científicos, jornalísticos, técnicos), mas opera a interação de vários níveis semânticos e resulta numa possibilidade teoricamente infinita de interpretações; porque a literatura é um instrumento de conhecimento do outro e do autoconhecimento; porque a literatura de ficção, ao mesmo que ilumina a realidade, mostra que outras realidades são possíveis, libertando o leitor de seu contexto estreito e desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é uma necessidade humana e pode inspirar transformações históricas; porque a poesia capta níveis de percepção e fruição da realidade que outros tipos de textos não alcançam. (MOISÉS, 2016, p.80 e 81)

3. LER LITERATURA NO SUBPROJETO DE LETRAS (PIBID/UNI-FACEF)

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre a importância do aprendizado da Literatura e suas repercussões na formação de crianças e adolescentes com o intuito de melhorar na criação de oportunidades de formar o professor tendo em vista a associação de teoria e prática, e também na contribuição com a melhoria do ensino nas Escolas Estaduais, por meio da aplicação de práticas diferenciadas de leitura, interpretação e produção de textos.

Acreditamos que o jovem precisa ter acesso, na escola, à maior diversidade textual e discursiva possível, assim como dizem os autores citados anteriormente.

Neste projeto, nossa proposta de trabalho volta-se para a leitura do texto literário, por acreditar que, por meio dele, é possível desenvolver todas as competências e habilidades descritas nos PCNs, uma vez que no texto literário podem ser explorados os confrontos de opiniões nas diversas esferas como, a do contexto histórico e cultural de sua produção em relação ao momento da leitura, do autor ou narrador em relação à do leitor, da linguagem representada no texto em relação à da linguagem atual e aos meios de divulgação em que foi produzida, e a maneira como suas ideias foram divulgados pela mídia.

Além disso, juntamente com as coordenadoras, fazemos as análises, interpretações e aplicações de recursos expressivos nos textos, bem como a leitura analítica, visando à apropriação de recursos empregados, uma vez que, no texto literário, principalmente, é por meio do arranjo no plano de expressão que se produzem os sentidos e tal consciência e exercício de imitação deve levar à apropriação de novas habilidades e competências expressivas.

Na realização de todo o processo, consideramos a recuperação do imaginário coletivo, apropriação e integração à cultura, assim, trabalhamos a partir da contextualização e compreensão das situações representadas, sempre em diálogo com a realidade, juntamente com as formas simbólicas utilizadas nos textos. Mas também propomos a reflexão, o respeito e a preservação das diferentes manifestações de linguagem que, por meio de textos literários, podemos experienciar diferentes registros de linguagem.

Ademais para a realização do projeto, os integrantes do subprojeto de Letras (PIBID/CAPES/Uni-FACEF) juntamente com as coordenadoras participam,

semanalmente de reuniões pedagógicas, com duração de 4 horas, em que contextualizam, leem e analisam os textos literários, visando a uma aplicação de sequências didáticas que promovam a identificação, compreensão e análise dos recursos estilísticos e estruturais empregados no texto, a fim de chegar a uma proposta de produção de texto que mobilize os recursos de linguagem e os conteúdos trabalhados.

Assim, essas sequências didáticas são desenvolvidas e voltadas para a contextualização, leitura e análise de textos literários, bem para a produção de textos, tendo em vista critérios como pertinência, interesse e relevância pela escolha do grupo. Além disso, as atividades desenvolvidas têm como objetivo promover a identificação, compreensão e análise dos recursos estilísticos e estruturais do texto literário, para que, ao final da atividade, seja possível aos alunos elaborar uma produção de texto que mobilize os recursos de linguagem e conteúdos trabalhados, além de reprodução ou reelaboração artística dos textos estudados.

4. CONCLUSÃO

Acerca das reflexões que partem do que afirma Barthes (1982) sobre a Literatura constituir-se como “*mathesis*”, e do estudo dos ensaios de Candido (2011), “Direito à Literatura”, e de Leyla Perrone Moisés (2016), “O Ensino da Literatura”, concluímos que a Leitura de Literatura faz a diferença na vida das pessoas, já que ela amplia os horizontes e a qualidade de vida. Além disso, ela faz com que o mundo seja visto com outros olhos tornando-nos pessoas mais humanizadas. Esse mundo real por vezes não é suficiente, sendo necessária a Literatura para que o indivíduo ria, chore, viaje, pense e compreenda o mundo e o outro, tendo em vista que a linguagem literária é capaz de transformar o mundo que nos rodeia.

Assim, concluímos que o projeto é de extrema importância para uma boa formação do docente e do discente, pois percebemos que com a aplicação das atividades voltadas para a contextualização, leitura e análise de textos literários e seus recursos expressivos, bem como na produção de textos faz com que haja a construção gradativa não só da consciência sobre a importância das bases teóricas,

mas, também, a reflexão sobre qual é a maneira mais eficaz para desenvolver nos alunos do Ensino Fundamental o gosto pela leitura de literatura.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **O grão da voz**: entrevistas 1962-1980. Porto: Edições 70, 1982.

CANDIDO, Antonio. O direito a literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2011.

MOISÉS, Leyla Perrone. O ensino da literatura. In: _____. **Mutações da Literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRÍNCIPES, PRINCESAS, ESPADAS E ROSAS: investigações preliminares da escrita de Marina Colasanti

BARROS, Danielle Ferreira – Uni-FACEF

ALVES, Naiara Silva – Uni-FACEF

OLIVEIRA, Rafaela Veríssimo Paim de – Uni-FACEF

IVAN, Maria Eloísa de Souza – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Marina Colasanti nasceu em 1937, na cidade de Asmara, capital da Eritreia. Passou parte de sua infância entre a Líbia e a Itália, mas foi apenas em 1948, que sua família, assolada pelas incertezas que tomaram conta da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, chegou ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde a artista vive até hoje. Colasanti sempre buscou nas artes, em especial na literatura, o refúgio para as constantes mudanças geográficas de sua vida. Jornalista, cronista, tradutora, editora, apresentadora de TV, pintora, artista plástica e ilustradora, foi como escritora que firmou sua maior arte.

Graças ao seu trabalho esmerado com a palavra, é detentora de vários prêmios Jabutis (1993, 1994, 1997, 2010, 2011, 2014), do Grande Prêmio da Crítica da APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes) (1979), do Melhor Livro do Ano da Câmara Brasileira do Livro (1994, 2014), do prêmio da Biblioteca Nacional para poesia (2009), de prêmios latino-americanos (1994, 1998, 2010, 2016) e um prêmio em Portugal (2011). Tornou-se *hors-concours* da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) (2001).

Sua primeira publicação acontece em 1968, com o livro *Eu sozinha*, classificado, segundo a autora, equivocadamente, como um livro de crônicas; em seguida, lança *Nada na manga* (1975), e pouco depois acaba descobrindo uma grande paixão: os minicontos, publicados, primeiramente, no livro *Zoológico* (1975), resultado de seu entusiasmo e de seu marido, o poeta e professor de literatura Affonso Romano de Sant'Anna. A partir dessa descoberta, Colasanti depara-se com um leque de possibilidades, resultado da liberdade que a escrita desses minicontos lhe permitia, segundo suas próprias palavras, “ Eu descobria meu bem-querer pela economia verbal, e o encantamento com aquele tipo de absurdo que só é absurdo

na aparência, pois remete a sentimentos e vivências profundamente reais” (COLASANTI, 2015, p. 414).

O ano de 1973 marca o encontro de Marina Colasanti com os contos maravilhosos e a literatura infantojuvenil, de forma imprevista – quase mágica. O período, marcado pela ditadura militar no Brasil, trouxe à autora o inesperado. Sua companheira de trabalho no *Jornal do Brasil*, Ana Arruda, responsável pelo caderno infantil é presa, e Colasanti é encarregada de substituí-la. Mantém a situação como Arruda havia deixado, até o momento em que uma mudança se faz necessária, e é então que tudo muda; tendo que ocupar uma coluna em branco, literalmente, da noite para o dia, a autora tenta criar uma atividade didática, invertendo a história de *A bela adormecida*, no intuito de propor que os pequenos leitores organizassem o texto de forma original. Do resultado, surge o encanto: outro conto havia nascido e sua relação com a Literatura infanto-juvenil estava para sempre marcada.

Retratando traços medievos e personagens caracteristicamente presentes nos contos infantis da tradição, Colasanti trata, nesses contos maravilhosos, da condição humana, utilizando-se de metáforas e de uma sensibilidade afluída, como pode ser constatado nos contos que compõem o *corpus* de nosso estudo, “Sete anos e mais sete”, pertencente à coletânea *Uma ideia toda azul* (1978) e “Entre a espada e a rosa”, do livro homônimo de 1993 e dos quais falaremos mais adiante.

Assim, o objetivo deste trabalho é explanar as investigações preliminares do nosso projeto de pesquisa do artigo a ser concluído no quarto semestre letivo, acerca das obras acima referenciadas e cujo objetivo é destacar o dialogismo estabelecido entre os contos referidos e os contos da tradição e apresentar uma discussão em torno da condição da mulher, materializada na construção das personagens femininas dessas narrativas.

A fim de alcançar o objetivo proposto, adotamos como procedimento metodológico, uma pesquisa de abordagem bibliográfica, destacando-se as reflexões de Bakhtin acerca do dialogismo, em que se procura evidenciar a interdiscursividade entre os textos de Marina Colasanti com os contos infantis da tradição, e destacar, também, a construção das personagens femininas dos dois contos, como elementos estruturantes dessas narrativas.

A pesquisa busca comprovar o dialogismo existente entre o discurso renovado de Colasanti quando comparado aos contos infantis da tradição,

materializado em um discurso altamente poético, que se utiliza da plurissignificação da palavra literária para desconstruir a típica imagem da princesa, ou do típico final feliz dos contos de fadas, destacando-se a construção das personagens femininas dos contos “Sete anos e mais sete” e “Entre a espada e a rosa”, *corpus* de nossa pesquisa.

Nossos estudos estão fundamentados na leitura de textos teóricos e ensaísticos de Lajolo e Zilberman (2006), Zilberman (2003; 2003b) e Coelho (2003; 2003b), que abordam a Literatura Infantojuvenil dentro de um contexto de tradição e renovação. Subsidiarão as discussões acerca do dialogismo bakhtiniano, bem como dos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, sobretudo, os estudos de Fiorin (2003; 2006). No que se refere ao estudo da personagem no romance, serão utilizadas as reflexões de Candido (2005), Reis & Lopes (1987) e Brait (2004). Finalmente, para falar da autora e das obras utilizaremos as reflexões propostas por Dodo (2010), Silva (2004), Ramalho (2016), Faccin (2013), Medeiros (2009), entre outras fontes, como por exemplo, *websites*.

Em sequência, apresentamos a contextualização da autora e das obras *Uma ideia toda azul* (a978), e *Entre a espada e a rosa*, (1993), *corpus* de nossa pesquisa, que formam a primeira sessão do nosso artigo.

2. A AUTORA E SUA OBRA: MARINA COLASANTI EM FOCO

2.1. Um Perfil da Autora

De acordo com Colasanti (2015), sua escrita é, por diversas vezes, fruto de uma ideia, de uma emoção, ou até mesmo de uma imagem, que chega à sua mente e logo ela guarda no papel, para não mais se esquecer. É a partir de então, que podem surgir os primeiros fios de uma bela história a ser tecida, como um de seus contos maravilhosos ou qualquer outra história a ser eternizada na literatura brasileira, como muitas dessa autora.

Marina Colasanti nasceu em 26 de setembro de 1937, em Asmara (Eritreia), Etiópia. Viveu sua infância na Líbia e depois seguiu para a Itália, onde morou durante onze anos. Chegou ao Brasil em 1948, e sua família se radicou no Rio de Janeiro, onde a autora reside até hoje. Estudou pintura e artes plásticas. Como jornalista, trabalhou nos mais importantes jornais e revistas do país, em

diversas áreas, atuando como cronista, colunista, ilustradora e editora. Em 1968, foi lançado seu primeiro livro, *Eu sozinha*, originado a partir do anseio por uma escrita sem molduras estilísticas, nem a linearidade com a qual havia lidado até aquele momento. O livro, que ficou à espera de um editor por cinco anos, partiu da temática da solidão, a qual, segundo a autora, acompanhou-a ao longo da vida. Mas não se trata de um relato autobiográfico: seu lugar solitário foi apenas o fio condutor no processo de criação da obra.

Desde então, publicou mais de cinquenta obras, no Brasil e no exterior. Por meio da literatura, teve a oportunidade de retomar sua atividade de artista plástica, tornando-se sua própria ilustradora, papel que Colasanti considera essencial no processo de criação de sua escrita, uma vez que afirma que é a partir de seu olhar de desenhista que o conjunto de palavras de seus textos são, também, desenhados. Suas inspirações e referências surgem, muitas vezes, de quadros que estima, assim como suas ilustrações buscam luz em diversas fontes artísticas.

A autora tem diversas obras publicadas, dentre elas, a série de “contos maravilhosos”: *Uma ideia toda azul* (1978), *Doze reis e a moça no labirinto de vento* (1982), *Entre a espada e a rosa* (1993), *Longe como o meu querer* (1997), *A moça tecelã* (2004), *Com certeza tenho amor* (2009), *Do seu coração partido* (2009), *Como uma carta de amor* (2014), e *Quando a primavera chegar* (2015). Além desses contos, Colasanti tem publicadas diversas obras, destacando-se: *O menino que achou uma estrela* (1987), *Ofélia e a Ovelha* (1990), *A mão na massa* (1991), *Ana Z aonde vai você?* (1993), *A amizade abana o rabo* (2002), *Minha tia me contou* (2007), *Minha ilha maravilha* (2007), *Antes de virar gigante* (2010), *O nome da manhã* (2012), e *Breve história de um pequeno amor* (2012) dentre outros, destinados ao público jovem ou adulto.

Em 2015, foi lançado o livro *Mais de 100 histórias maravilhosas*, que reúne, pela primeira vez, todos os contos maravilhosos, também conhecidos como contos de fada, embora a autora prefira a nomenclatura “maravilhosos”, conforme ela mesma declara, contos esses escritos ao longo de mais de três décadas.

Colasanti é também uma das mais premiadas escritoras brasileiras, detentora de vários prêmios Jabutis (1993, 1994, 1997, 2010, 2011, 2014), do Grande Prêmio da Crítica da APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes) (1979), do Melhor Livro do Ano da Câmara Brasileira do Livro (1994, 2014), do prêmio da Biblioteca Nacional para poesia (2009), de prêmios latino-americanos

(1994, 1998, 2010, 2016) e um prêmio em Portugal (2011). Tornou-se *hors-concours* da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), após ter sido várias vezes premiada (2001).

Segundo Silva (2004), Marina Colasanti é, sem dúvida, uma das mais importantes vozes femininas da literatura brasileira. Sua produção literária abre-se num variado leque de opções. A estudiosa ressalta que na literatura infantil, Colasanti revitalizou a narrativa curta, criando o que ela própria chama de contos de fadas ou maravilhosos, preferindo a nomenclatura contos maravilhosos, e o porquê a própria autora explica: “Eu poderia usar a expressão contos de fadas, mas não quero enganar ninguém. Em mais de cem contos que escrevi até agora, aparece uma única fada, que nem fada é, mas feiticeira. Fiquemos, então, com *maravilhosos*” (COLASANTI, 2015, p. 419).

Essas narrativas transcorrem numa época que sugere a Idade Média, uma vez que se ambientam em aldeias, campos ou castelos, tendo pastores, camponeses, cavaleiros, reis ou princesas por personagens, semelhantes às histórias folclóricas europeias. Contudo, os contos de Colasanti não estão comprometidos com um “final feliz”, muitos deles, inclusive, apresentam desfechos trágicos, ou finais em aberto.

As obras de Marina Colasanti são atemporais, sobretudo, seus contos maravilhosos que, com sua escrita simbólica, provoca o leitor de todos os tempos e espaços com questionamentos que materializam a condição humana. E são desses contos maravilhosos, e sua poeticidade que passamos a ocupar nosso estudo.

2.2. Um Olhar sobre sua Escrita: os contos maravilhosos

Os contos maravilhosos de Marina Colasanti são extremamente sensoriais e mágicos, capazes de acolher qualquer leitor, inclusive as crianças. Através de territórios do maravilhoso, mostra-nos essa inquietação inerente a todo ser humano, por meio de ideias e imagens que refletem questões atuais, de uma forma altamente poética. E isso é feito pela autora de uma forma natural e sem um planejamento aparente, é antes de tudo, um querer contar. Como ela mesma referencia em sua escrita:

Assim, meus contos maravilhosos me surpreendem como se não fossem meus, como se eu os recebesse de alguém, tocando-me apenas dar-lhes forma. Sei perfeitamente que não é isso, já que não trabalho com espiritismo. Eu apenas me debruço sobre uma frase, um fato, um quadro,

abaixo as minhas defesas, e deixo aquela frase, aquele fato, aquele quadro se expandir, superar as fronteiras dos cinco sentidos. A razão está ausente. Eu, à espera.

Escrever contos maravilhosos é, para mim, navegar em rio de uma única margem, a terceira. É navegar sem leme, na correnteza. Sem propósitos, sem planejamento, sem querer demonstrar coisa alguma, esquecendo a ironia. É querer, muito, ouvir novas histórias na cabeça. E contá-las (COLASANTI, 2015, p. 422).

É importante compreender que, assim como Dodo (2010) salienta, Colasanti compara a maturação de seus contos maravilhosos à espera de uma gestação, verdadeiro exercício de paciência, até que o fruto-livro esteja pronto para nascer, sendo necessário um tempo específico e imprevisível para que cada história esteja acabada. A estudiosa destaca, ainda, que Colasanti trilhou um caminho próprio, sem rejeitar a tradição ou diminuí-la perante os olhos do leitor; o seu texto abriga o tradicional e o contemporâneo, unidos pelo que trazem em comum: os afetos e as experiências humanas. Para compor sua escrita, Colasanti procura questões que afligem o ser humano.

Para Silva (2004), os contos maravilhosos dessa escritora possuem diversos aspectos que incomodam o ser humano, como a busca de identidade, os encontros e desencontros amorosos, a solidão, a morte e todas nossas mazelas, como a inveja, o ciúme e o egoísmo por exemplo. Tudo isso, Colasanti constrói de uma forma extremamente poética. Ainda de acordo com a ensaísta, essas escritas provocam o leitor, causando impacto, chamando-o à reflexão e a uma avaliação crítica das situações do seu cotidiano, que podem ser representadas alegoricamente nessas histórias.

Dentre a riqueza de sentido e construção presentes nas obras de Colasanti, procuramos nos pautar, especificadamente, em dois contos, dentro de sua produção infantojuvenil. São eles: “Sete anos e mais sete”, pertencente à coletânea *Uma ideia toda azul* (1978) e “Entre a espada e a rosa”, do livro homônimo de 1993.

2.3. Contextualização dos Contos: “sete anos e mais sete” e “entre a espada e a rosa”

A obra *Uma ideia toda azul*, na qual está inserido o conto escolhido “Sete anos e mais sete”, quando publicada em 1978, foi aclamada pela crítica, sendo vencedora de importantes prêmios como o Grande Prêmio da Crítica em

Literatura Infantil, 1979 (APCA), Prêmio Orígenes Lessa- O Melhor Para o Jovem 1979 (FNLIJ), Prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte - Categoria Infantil, 1979 (APCA), Projeto Ciranda de Livros, 1983 (Ciranda 2), Projeto Recriação, 1986 (FNLIJ), dentre outros. Esta obra apresenta dez contos, abordando temas que, embora encontrem parâmetros nos contos infantis tradicionais e seus personagens sejam princesas, unicórnios ou fadas, trata, acima de tudo, da condição humana, de sentimentos e de um mundo interior que permanece. A autora consegue transmitir tudo isso por meio de um discurso poético e plurissignificativo. Colasanti nos apresenta como nasceu a obra *Uma ideia toda azul* por meio do conto “Sete anos e mais sete”:

[...] Já em casa, escolho escrever um conto clássico trocando a ordem, para que crianças o re-arrumem. A ilustração, eu mesma farei. E porque estou contente de ter achado a solução, sento de alma leve diante da minha Olivetti 22 e começo a reescrever *A bela adormecida*. É aí que sou fisgada. Pois ao terminar de escrever percebo ter gerado outro conto. Pensado continuar sentada em meu escritório, eu havia me transferido para aquele universo ao qual nunca havia imaginado pertencer. E a maravilha é tanta, que não quererei mais abandoná-lo. O conto ganha o título de ‘Sete anos e mais sete’. Assim tem origem o livro *Uma ideia toda azul* (COLASANTI, 2015, p. 420).

O conto escolhido de *Uma ideia toda azul*, (1978), “Sete anos e mais sete” apresenta-nos o amor de uma princesa e de um príncipe, que é impedido de se realizar pelo ciúme de um pai que tinha excessos de amor pela filha e, por isso, achava que o rapaz não servia para ela. Junto com a fada madrinha, o rei estabelece uma estratégia para separá-los, porém, o amor dos dois, príncipe e princesa, é maior, vencendo os obstáculos. Passam-se sete anos e mais sete e nesse tempo, só sonhavam com o momento de estarem juntos. Até o dia que sonharam com o casamento, e que tiveram muitos filhos e que foram felizes para o resto da vida. Em “Sete anos e mais sete”, é possível perceber o diálogo com o conto “A Bela Adormecida”, como demonstraremos no decorrer de nossa pesquisa a ser efetivada, conforme já dissemos, no quarto semestre letivo.

No que se refere à obra *Entre a espada e a rosa*, publicada em 1993, também foi vencedora de grandes prêmios da crítica literária tais como: o Prêmio Jabuti, 1993 na categoria de Melhor Livro Infantil ou Juvenil, e o Prêmio Orígenes Lessa - *Melhor para Jovem*, também em 1993. Nessa obra, que também se apresenta com dez contos, encontramos textos carregados de leveza e rara delicadeza aliadas à força da mulher. Aqui, como ressalta Silva (2004), as narrativas

se ambientam em aldeias ou castelos com camponeses ou cavaleiros, reis ou princesas que, distantes no tempo e no espaço, situam-se muitas vezes no domínio da imaginação. As histórias se apresentam, aparentemente, simples, mas, na verdade, revelam sentimentos profundos e complexos que habitam a alma humana.

No conto “Entre a espada e a rosa”, do livro homônimo de 1993, podem ser notados aspectos poéticos aliados à força da mulher. Conta-se a história de uma princesa que se desespera ao ver-se obrigada pelo pai a casar-se com um homem que não amava. Depois de tanto chorar e implorar aos céus uma ajuda, qualquer que fosse, para livrá-la do casamento “arranjado”, vê o seu pedido ser, estranhamente, atendido, nascendo uma barba ruiva em sua bela face. Com vergonha, o rei - seu pai -, a expulsa do reino. Livre do casamento, porém dona de uma aparência estranha a todos, a princesa não consegue nenhum trabalho.

Necessitada de um meio de sobrevivência, decide cobrir-se com uma couraça e um elmo, escondendo, assim, a estranha aparência. Montada num cavalo, e carregando uma espada, a princesa, não querendo ser nem mulher nem homem, opta por ser um guerreiro, sem jamais mostrar o rosto. Assim foi, até que um jovem rei, a quem o “estranho guerreiro” servia, a ela afeiçoa-se sem nada saber de sua história ou identidade. Diante do sentimento de companheirismo e afeto que entre ambos revelava-se intenso, e desejoso de conhecer o rosto do ser amado, o rei dá ao suposto guerreiro um prazo de cinco dias para que retire o elmo. A princesa, tomada pelo desespero, fecha-se em seu quarto, chora e adormece. Ao acordar, nova surpresa: a barba fora substituída por rosas. Perguntando-se de que adiantara a mudança, a princesa deixa-se ficar trancada no quarto, mas percebe que, aos poucos, as rosas escureciam, murchavam e despetalavam-se. No quinto dia, ela vê as flores sumirem, deixando-lhe livre a face rosada. Trajando um vestido cor de sangue e exalando perfume de rosas, ela desce as escadarias do palácio em direção ao rei amado (RAMALHO, 2016).

Por essa apresentação dos dois contos, é possível dizer que ambos apresentam diálogos com os contos infantis da tradição, sejam estes nas figuras das princesas, dos reis, dos príncipes e dos castelos como também na temática do amor impossível, que é capaz de vencer todos os obstáculos em busca da felicidade. Porém, a contemporaneidade de Colasanti é revelada em um discurso simbólico carregado de sentidos, que discutem, para além dos temas da tradição, temas contemporâneos como a condição da mulher em uma sociedade machista. Estão

presentes, por exemplo, a força da mulher no conto “Entre a espada e a rosa”, ou a importância de se lutar pelos sonhos e pelo nosso querer em “Sete anos e mais sete”. Tanto um quanto o outro sugerem o final feliz sem, contudo, explicitá-lo, o que confirma a contemporaneidade do discurso da autora em relação aos contos da tradição.

3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As considerações deste artigo preliminar são ainda parciais, posto que não há ainda resultados efetivos a serem demonstrados na leitura analítica e comparativa dos contos que formam nosso *corpus*; até este momento, houve um caminho percorrido o qual procurou responder parte dos questionamentos propostos por esta pesquisa.

Os resultados finais serão apresentados oportunamente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 2003. Ensaio de Cultura, 7.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução: Arlene Caetano. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CADERMATORI, Lúcia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CANDIDO, A. et alii. *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria - análise - didática*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. *O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos*. São Paulo: Difusão Cultural do livro (DCL), 2003b.

COLASANTI, Marina. *Biografia*. Disponível em:
<<http://www.marinacolasanti.com/p/biografia.html>> acesso em 27 set 2016.

_____. *Entre a espada e a rosa*. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

_____. *Mais de cem histórias maravilhosas*. São Paulo: Global Editora, 2015.

_____. *Uma ideia toda azul*. 23. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

DODO, Marlúcia Nogueira do Nascimento. *De fadas e princesas: afetos femininos em Marina Colasanti*. 2010, 135f. (Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3466/1/2010_DIS_MNNASCIMENTO.pdf> acesso em 5 ago 2016.

FACCIN, Fernanda Pina dos Reis. *O que é o contemporâneo? Na produção literária de Marina Colasanti*. 3.ed. Uberlândia: EDUFU, 2013.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

LAJOLO, Marisa ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: História & histórias*. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MEDEIROS, Nilda Maria. *A enunciação poética nos contos de Marina Colasanti*. 2009, 204 f. (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Araraquara, Araraquara, 2009.

RAMALHO, Christina. *Mulheres princesas e fadas: a hora da desconstrução*. Rio de Janeiro: Gênero, Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/365/274>> acesso 5 ago 2016

SILVA, Vera Maria T. A dupla face dos contos de Marina Colasanti. In _____: CECCANTINI, João Luís C. T. (organizador). *Leitura e Literatura infantojuvenil: memória de gramado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 72-83.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11.ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. (org.) *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003b.

PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS: modelo de proposta para a administração pública municipal de Franca-SP no período de 2017 à 2021

SOUZA, Adílson Ramon de – Uni-FACEF
MACHADO NETO, Alfredo José – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A crise que atingiu a economia brasileira no final de 2014 e se estende até nos dias atuais, teve reflexos em todos os Estados e seus municípios. Seus impactos trouxeram retração do setor industrial e aprofundaram a queda da atividade econômica, aumentando também o desemprego a nível nacional.

A cidade de Franca – SP, que tem grande parte da sua economia concentrada na agropecuária e na indústria, também sofreu o impacto da crise e precisa se preparar para as incertezas que deverão se fazer presentes no ambiente econômico nos próximos anos.

Por estas razões, é fundamental prospectar o futuro de sua economia, preparando as bases de um planejamento estratégico que permita construir alternativas para enfrentar esta crise e fazer a economia da cidade e da região voltarem a crescer.

A prospecção de cenários é uma ferramenta essencial para se adaptar e enfrentar os desafios em um ambiente de incertezas. As constantes mudanças no cenário político, econômico, social, ambiental e tecnológico, exigem de um gestor a identificação das ameaças e oportunidades para o setor, bem como, a elaboração de estratégias que possam transformar as tendências dos possíveis cenários para construção de um futuro melhor.

O objetivo desta pesquisa será a construção de cenários futuros para o setor econômico e financeiro da cidade de Franca-SP, na perspectiva da administração pública municipal, para os próximos cinco anos (2017-2021), através de opiniões de especialistas da área, observando as tendências para que se possa analisar como o ambiente se comportará neste período.

Para analisar a situação financeira e econômica da cidade foi construído um histórico através de documentos contábeis (demonstrativo das receitas e das despesas segundo as categorias econômicas e balanços

patrimoniais), no período de 2005 a 2016, disponibilizados no site da Prefeitura de Franca no portal da transparência, bem como dados das principais atividades econômicas da cidade e como se deu a sua dinâmica diante à crise apresentada.

A metodologia aplicada para a construção dos cenários foi a desenvolvida por Blanning e Reinig (1998), que consistiu em efetuar um levantamento junto a especialistas da área, de uma série de possíveis eventos que possam vir a impactar as contas (receitas e despesas) da cidade no horizonte temporal considerado. Foi realizado, também, um levantamento das prováveis forças motrizes com a utilização do Método dos Impactos Cruzados. Esta abordagem analítica, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, e foi permitido verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros.

Nessa perspectiva, o trabalho investigou o problema de pesquisa, através do método proposto, identificando os possíveis eventos econômicos e financeiros que poderão influenciar o desenvolvimento da cidade de Franca – SP no horizonte temporal proposto e quais os possíveis impactos que tais eventos representarão para o município na perspectiva da administração pública municipal.

2. QUEBRA DE TENDÊNCIAS (RUPTURAS)

Uma das atividades mais complicadas para um gestor é saber como administrar as quebras de tendências (rupturas) que surgem para organização, já que as técnicas de previsão não atendem à necessidade de se antecipar ao futuro. Desse modo, a prospecção de cenários além de identificar as rupturas, ajudam as organizações a se prepararem para as ameaças e oportunidades do mercado.

Kotler e Caslione (2009, p.42) afirmam que:

Depois de rever os principais fatores que provocam mudanças e turbulências, as empresas devem reconhecer que já não podem operar como no passado, com um repertório para mercados normais e prósperos e outro para mercados atípicos e recessivos. Hoje, as empresas e todos os mercados devem ser capazes de praticar a gestão e de comercializar seus produtos e serviços em ambientes expostos a algum nível de turbulência. Hoje, precisa-se de um novo referencial estratégico para operar sob a ameaça de possível aumento da turbulência.

Desde a década de 70, Peter Drucker (1970), sinalizava as rupturas de tendências em diversos setores da economia. A globalização, com o crescimento e o surgimento de empresas multinacionais, e a evolução de novas tecnologias faria com que ocorressem descontinuidades em diversas áreas.

Segundo Strebel (1993) as mudanças descontinuadas podem redefinir a atuação das organizações no mercado, desde que estejam preparadas para aproveitar as oportunidades que o ambiente oferece. O autor explica que as rápidas e constantes mudanças, conhecidas como *break points* (pontos de ruptura), exigem novas estratégias em uma organização. Dessa forma, a organização só obterá sucesso se conseguir se antecipar às novas diretrizes do mercado.

É fundamental saber, a princípio, administrar as mudanças do ambiente para que se possam enfrentar os desafios de administrar uma organização. Pois, dessa forma, colocará a organização em melhor situação frente às adversidades (CHIAVENATO, 2000).

Neste contexto, nota-se a importância de observar atentamente o ambiente de negócios, com o objetivo de antecipar prováveis quebras de tendências, para que assim, se possa elaborar de forma correta a prospecção de cenários.

No entanto, para esta pesquisa, as propostas referentes às teorias sobre quebra de tendências (rupturas) foram adaptadas do âmbito empresarial para administração pública municipal.

3. PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS

A prospecção de cenários é uma ferramenta fundamental para se adaptar e enfrentar os desafios de um ambiente de incertezas. As constantes mudanças no cenário político, econômico, social, ambiental e tecnológico, exigem de um gestor a identificação das ameaças e oportunidades para uma organização, bem como, a elaboração de estratégias que possam transformar as tendências dos possíveis cenários para construção de um futuro melhor.

Schwartz (2000, p.18) afirma que:

Os cenários aparecem pela primeira vez logo após a Segunda Guerra Mundial, como um método de planejamento militar. A Força Aérea dos EUA tentou imaginar o que o seu oponente tentaria fazer, e prepara estratégias alternativas. Nos anos 60, Herman Kahn, que fizera parte do grupo da Força Aérea, aprimorou os cenários como ferramenta para o uso comercial.

A técnica de cenários é uma descrição de possíveis situações futuras através de uma análise de cada variável explicativa em seus possíveis comportamentos ou estados futuros segundo as estratégias dos atores.

Godet afirma que: “[...] um cenário não é a realidade futura, mas um meio de representá-la, com o objetivo de nortear a ação presente, à luz dos futuros possíveis e desejáveis” (GODET apud MARCIAL; GRUMBACH, 2002, p. 44).

Para Porter (1992) as incertezas relacionadas a qualquer uma das cinco forças competitivas (a entrada de novos concorrentes no mercado; as ameaças de produtos substitutos; o poder de negociação dos compradores; o poder de negociação dos fornecedores; e, a rivalidade entre os concorrentes) constituem a base conceitual para a construção de cenários industriais.

Devido às mudanças tão rápidas que ocorrem no ambiente, as organizações sentem-se cada vez mais pressionadas a se anteciparem e a se prepararem para essas mudanças (ANGELONI; MUSSI, 2008).

Para Kahane (2013), a elaboração de cenários não serve apenas para antecipar os possíveis problemas do futuro, mas, também através de uma equipe de pessoas influentes, *a priori* com ideias diferentes, no entanto afetadas pela mesma situação, possam enfrentar os desafios para entrarem em consonância e, com o poder de suas influências, produzir ações para transformar todo ambiente e, com isso, proporcionar um futuro melhor para todos. Ainda segundo o autor, tais ações podem ser de vários tipos, como campanhas, reuniões, movimentações, publicações, políticas, iniciativas, instituição ou legislação; podem ser públicas ou privadas; de curto e de longo prazo.

Observa-se que os métodos antigos de previsões para o futuro não são eficazes, principalmente, em ambientes que estão em constantes mudanças. E, com a necessidade de se preparar para o futuro, a prospecção de cenários contribui para o processo de tomada de decisões e a criação de estratégias.

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No sentido mais amplo, a administração pública é um conjunto de condutas que determina a distribuição e o exercício da autoridade política tendo por objetivo harmonizar o princípio da eficiência interna e a satisfação das necessidades da sociedade. (JAMESON, 1962)

Conforme a Tabela 1, ela é composta por várias instituições de acordo com o poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com a esfera governamental (Federal, Estadual e Municipal).

Tabela 1 Exercício dos poderes nas esferas governamentais.

	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO
Federal	Presidência da República Quem exerce: presidente e ministros	Congresso Nacional Quem exerce: senadores e deputados federais	Justiça Federal Comum (Tribunais Superiores, Regionais e Juizes Federais) Justiça Federal Especializada (Justiças Eleitoral, Militar e do Trabalho)
Estadual	Governo Quem exerce: governador e secretários de Estado	Assembleia ou Câmara Legislativa Quem exerce: deputados estaduais	Tribunal de Justiça e Juizes Estaduais
Municipal	Prefeitura Quem exerce: prefeito e secretários municipais	Câmara de Vereadores Quem exerce: vereadores	

Fonte: Biblioteca Virtual – Governo do Estado de São Paulo

4.1. Administração Pública Municipal de Franca-SP

Segundo o site da Prefeitura de Franca, ela é o órgão do poder executivo municipal, comandado pelo prefeito e dividido em secretarias (ação social; desenvolvimento; finanças; portal da educação; recursos humanos; saúde), coordenadorias, fundações e autarquias.

O Governo Municipal, em termos de política pública, dispõe apenas de um mecanismo como meio para realização de seus objetivos, sendo ele o instrumento fiscal. (CAMPANHOL, 1998)

Quanto à política fiscal, o governo local não participa apenas como agente que potencializa ou minimizador dos efeitos das ações governamentais

centrais, mas como agente responsável pela determinação dessas políticas. (CAMPELLO, 2000 p.40)

Quando o Município se organiza, tem por fim atingir com eficiência os objetivos que lhe são inerentes, ou seja, proporcionar o bem estar social e econômico à comunidade que nele reside. (REIS, 1979 p.13)

Diante das peculiaridades exercidas por um governo na esfera municipal, os fatos financeiros, administrativos e econômicos seguem a mesma dinâmica de outras esferas governamentais, pois todos esses fatos são, de certa forma, fatos políticos também.

[...] o fato financeiro, no âmbito da administração pública, é um fato político, pois a decisão de que se resulta é formada por um processo de escolha política; é um fato administrativo, pois se explicita por meio de serviços públicos e procedimentos burocráticos aplicados e dirigidos pelo Estado; e é fato econômico, pois representa uma opção sobre a utilização de recursos escassos em face de fins múltiplos e concorrentes. (CAMPELLO, 2000 p.46)

Para efeito de controle e registro de suas contas, a prefeitura utiliza-se de algumas ferramentas contábeis como o balanço patrimonial, financeiro e orçamentário.

O orçamento público representa a programação das realizações que a administração planeja executar; é a lei que estima as receitas e autoriza a realização das despesas. É um instrumento de transparência, ao demonstrar o conjunto das ações que o poder público deseja realizar em favor da população, é também um excelente meio de que a sociedade e o Poder Legislativo podem e devem se valer para fiscalizar e avaliar a ação dos seus governantes. (PREFEITURA, 2016)

Diante o exposto, pode se definir que tais ferramentas são essenciais para analisar as estruturas e evolução das contas públicas, no entanto, em um cenário econômico de incertezas e cada vez mais dinâmico, esses instrumentos de análise não podem ser vistos apenas de forma quantitativa e também podem não representar de forma eficiente uma projeção para o futuro. Isso ocorre porque devem ser consideradas as quebras de tendências, pois o sucesso do passado não garante o sucesso futuro.

4.2. Aspectos Gerais da Cidade de Franca-SP

A cidade de Franca, localizada ao Nordeste do estado de São Paulo foi fundada em 3 de dezembro de 1805, conhecida como a capital nacional do calçado

masculino, possui uma população, segundo a Fundação SEAD – IMP, de 333.405 habitantes no ano de 2016 e uma área total do município de 605,68 Km² no ano de 2017.

De acordo com Oliveira (1997, p.70), "[...] a economia da região de Franca, durante o século XIX, caracterizava-se, sobretudo pela diversificação das atividades econômicas, pecuária, agricultura, comércio, tecelagem, mineração [...] e atividades artesanais – selarias e sapatarias".

Na atualidade, segundo a SEADE (2016) - a região de Franca tem sua economia concentrada na agropecuária e na indústria. No primeiro setor, destacam-se o cultivo de cana-de-açúcar – associado à produção de açúcar e álcool – e o de café e a criação de gado de corte. Na indústria, os principais segmentos são o metal-mecânico, o moveleiro e, em especial, o calçadista.

Historicamente agrária e depois industrial também, a economia da cidade ainda vive transformações, principalmente porque a cidade vem crescendo.

Com a expansão da cidade, não é só a economia que se transforma, mas principalmente seu espaço urbano. Sobre as transformações da paisagem da cidade observa-se o aumento do número de edifícios de grande porte, casas, restaurantes, supermercados. Os bairros proliferaram rapidamente. As indústrias de calçados e os curtumes, antes espalhados desordenadamente pela cidade, ganharam o Distrito Industrial (CAMPANHOL, 1998).

A economia da cidade de Franca destaca-se por sua indústria de calçados, que responde por boa parte da produção nacional e é voltada em grande medida para a exportação.

4.3. Abordagem das Principais Atividades Econômicas da Cidade de Franca

Desde sua fundação em 1805, Franca contou com vários segmentos que impulsionaram sua economia, são eles a criação de gado, a plantação de café, lapidação de diamantes, distribuição de sal e produção de calçados. As principais atividades que sustentam a economia da cidade nos dias atuais estão nas áreas da agricultura, na qual se destaca na cultura do café, e da indústria, principalmente a fabricação de sapatos masculinos (OLIVEIRA, 1997).

4.3.1 O Setor Primário

As primeiras lavouras de café surgiram na região no início do século XIX devido à imigração de mineiros de Minas Gerais que buscavam terras para plantio e criação de gado. Essas lavouras diferenciadas estão espalhadas pelo município e também abrangem 15 cidades da região que formam a chamada Alta Mogiana (OLIVEIRA 1997).

Ainda segundo o autor, este grupo é composto por agricultores que se dedicam primeiramente as lavouras de café, investindo em tecnologia avançada e mão de obra especializada. Franca e sua região se destacam pelo cultivo de café por terem também excelentes meios de escoamento de sua produção, o que era feito anos atrás por vias ferroviárias que interligavam ao porto de Santos a região e nos dias atuais podem ser acessadas por várias vias rodoviárias que são ligadas tanto as capitais brasileiras como também aos mais importantes portos marítimos.

Segundo a Cocapec (2016), - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas - o café continua sendo um dos mais importantes giros da economia de Franca e está em constante crescimento, pois os agricultores estão investindo em alta tecnologia, usando produtos que agredem cada vez menos o meio ambiente, criando uma planta mais saudável e com alta produtividade e qualidade.

Conhecida também como “Alta Mogiana”, Franca é considerada uma das maiores regiões produtoras de café do mundo. Devido ao fato de ser uma região de planalto, sua altitude chega a 1.200 metros, e um clima tropical, alternando com chuvas e clima seco no inverno, o que auxilia a produção do grão. O café é considerado de alta qualidade, e já ganhou diversos prêmios pela sua excelência, equilibrando a acidez, doçura e fragrância do grão. Com o apoio da empresa COCAPEC, o café da “Alta Mogiana” foi projetado para todo o Brasil e o exterior COCAPEC (2016).

Atualmente, a Alta Mogiana tem uma produção média de mais de 1 milhão de sacas de café. E, cerca de 85% deste montante é formado por grãos de alta qualidade em virtude do relevo, altitude e temperatura - condições propícias ao seu cultivo. A dedicação do cafeicultor e as práticas executadas no parque cafeeiro da região permitem que o café seja exportado para vários países. (COCAPEC, 2016)

4.3.2 O Setor Industrial

Segundo o site da Sindifranca (2016), em 1820 Franca já possuía 14 sapateiros, era o início de um dos mais respeitados parques calçadistas brasileiro.

Mas foi apenas em meados de 1950, depois da pecuária e da cafeicultura, que começou o aparecimento, direta e indiretamente, das primeiras fábricas de calçados em Franca. Já em 1960 a cidade teve uma crescente e próspera industrialização, dirigida para a fabricação do calçado de couro, ainda hoje, a identidade da cidade. Na década de 1970, viveu-se o maior momento de euforia, quando o polo passou a participar do mercado externo.

Ainda, segundo o site, houve modernização das máquinas, mudanças no processo de produção, maior racionalização do trabalho, ganhos de produtividade e consideráveis melhorias na qualidade dos produtos. Assim, a fabricação de calçados passou a ser a principal fonte econômica do município, com 360 indústrias e 8.500 mil trabalhadores.

As exportações também se efetivaram na década de 70, e foi com a mesma euforia que Franca recebeu a notícia de que a empresa, Calçados Samello estava realizando sua primeira remessa de 17 mil pares de calçados para os Estados Unidos, em maio de 1970. Estavam abertas as exportações de Franca. Na década de 80 as empresas perdem os incentivos fiscais, ficando a mercê do seu próprio empreendedorismo, porém, já estruturadas, mantiveram-se no mercado externo até 1993, momento este, considerado até os dias de hoje, como o ápice das exportações, quando Franca exportou 15,6 milhões de pares, e faturou mais de U\$ 256 milhões de dólares. No total, foram produzidos naquele ano, 31,5 milhões de pares (SINDIFRANCA, 2016).

4.4. Dados e Indicadores Econômicos de Franca e sua Região Administrativa

A cidade que iniciou sua atividade econômica com criação de gado e plantação de lavouras, hoje é considerada a 14ª Região Administrativa do estado de São Paulo, contando com 23 municípios, como as cidades de Batatais, Ituverava, Orlândia, entre outras (SEADE, 2016).

4.4.1 Taxas de Crescimento Acumulado do PIB

De acordo com o Gráfico 1, a taxa de crescimento acumulada em 12 meses para a região mostrou movimento descendente entre o 4º trimestre de 2011 e o 3º de 2012, em níveis abaixo da média do Estado, recuperando-se entre o 4º trimestre de 2012 e o 3º de 2013, quando chegou a atingir 3,8%. A partir do 4º

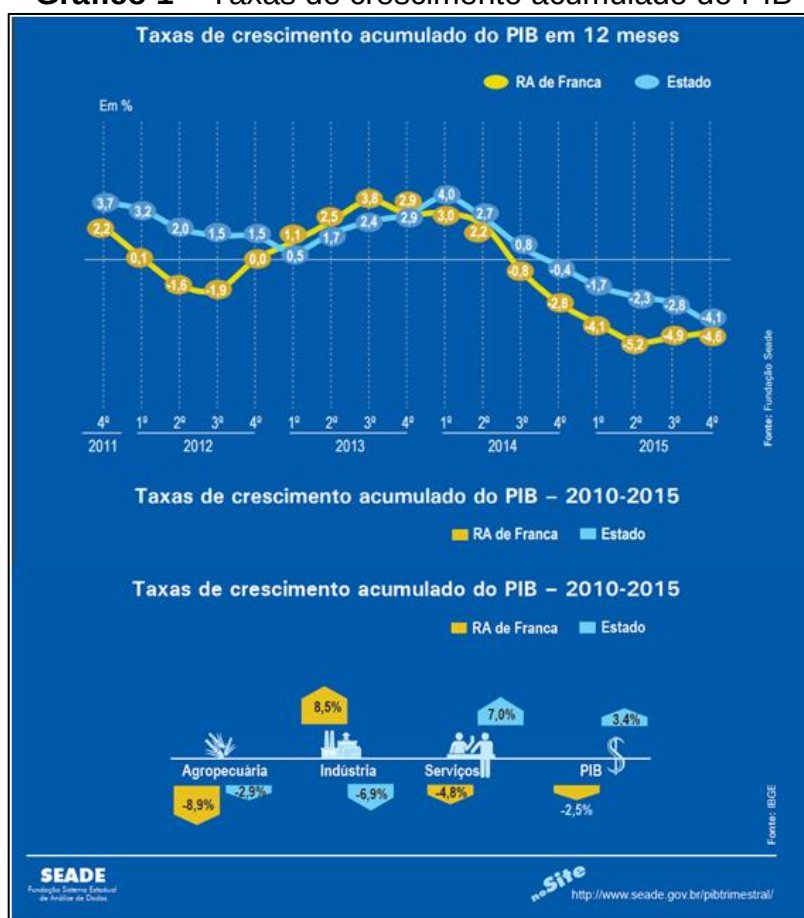
trimestre de 2013 até o 2o de 2015, a taxa voltou a cair, registrando -5,2%. Nos dois últimos trimestres de 2015, as taxas continuaram negativas, próximas a -5,0%. A taxa de crescimento acumulada entre 2010 e 2015 da agricultura da RA de Franca recuou 8,9%, influenciando assim o resultado negativo do PIB da região (-2,5%), bem abaixo da média do Estado (3,4%) (SEADE, 2016).

Observa-se nas comparações das taxas de crescimento acumulado do PIB (2010 – 2015) entre a Região administrativa de Franca e o Estado de SP, em relação aos setores que, enquanto o setor industrial teve uma queda no Estado de SP, na RA de Franca ele teve uma alta significativa, o que destaca a capacidade da força da indústria da cidade.

Em contrapartida o setor de serviços está em ascensão no Estado, mas na RA de Franca apresenta uma queda.

Já no setor agropecuário a queda é tanto na RA da cidade como no Estado, no entanto muito mais expressiva na RA da cidade.

Gráfico 1 – Taxas de crescimento acumulado do PIB

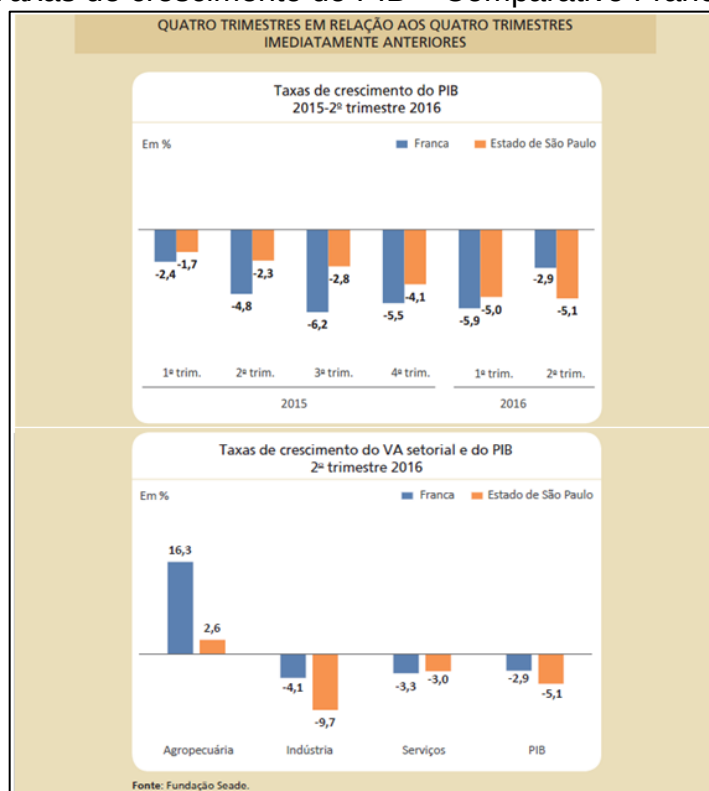


Fonte: SEADE, 2016.

Como pode ser visualizado no Gráfico 2, no acumulado de quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores, o PIB da região recuou 2,9%, mostrando uma taxa negativa inferior à média do Estado (-5,1%). Esse resultado deveu-se aos decréscimos da indústria (-4,1%) e dos serviços (-3,3%) e ao avanço da agropecuária (16,3%) (SEADE, 2016).

O grande destaque que se observa nas taxas de crescimento setorial no segundo trimestre de 2016 em Franca é o aumento expressivo do setor da agropecuária e a queda da indústria.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento do PIB – Comparativo Franca x São Paulo



Fonte: SEAD, 2016.

4.4.2 Renda Per Capita

Segundo a SEAD (2016), em 2010, a soma do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos ou mais residentes em Franca dividida pelo total de pessoas residentes nesses domicílios era de R\$ 716,39.

De acordo com a tabela 1, destaca-se a quantidade de domicílios com as suas respectivas rendas *per capita*s.

Tabela 1 – Renda *per capita* na cidade de Franca/SP.

Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> - 2010	
Até 1/2 salário mínimo	9292
De 1/2 a 1 salário mínimo	27270
De 1 a 2 salários mínimos	36723
De 2 a 5 salários mínimos	17664
Mais de 5 salários mínimos	5117

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.5. Demonstrativo das Receitas e das Despesas Segundo as Categorias Econômicas e Balanços Patrimoniais

Para analisar a situação financeira e econômica da cidade foi construído um histórico através de documentos contábeis (demonstrativo das receitas e das despesas segundo as categorias econômicas e balanços patrimoniais), no período de 2005 a 2016, disponibilizados no site da Prefeitura de Franca no portal da transparência.

Na Tabela 2.1 estão as receitas e as despesas de acordo com o demonstrativo das receitas e das despesas segundo as categorias econômicas, suas respectivas análises horizontais (A.H), para mediar o percentual de evolução de um período para outro. Na última coluna, estão os resultados das receitas menos as despesas.

Observa-se que, de acordo com a tabela 2.1, somente no ano de 2016 o resultado foi deficitário, os demais períodos forma superavitários. Enquanto as receitas evoluíram apenas 4,85% de 2015 para 2016, as despesas, nesse mesmo período, foi de 12,61%. Com isso, ocasionando um déficit nas contas de R\$ 18.120.827,29 em 2016.

Tabela 2 – Receitas, despesas e o resultado do exercício

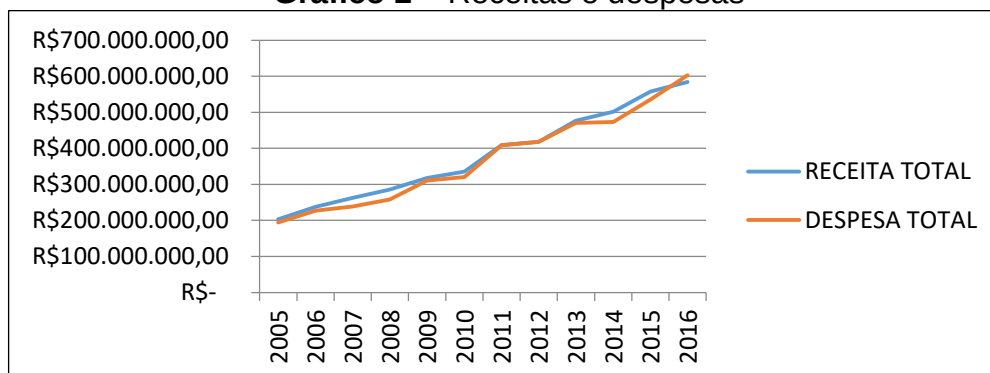
Ano	RECEITA TOTAL	A.H %	DESPESA TOTAL	A.H %	RESULTADO
2005	R\$ 203.358.131,44		R\$ 194.333.149,20		R\$ 9.024.982,24
2006	R\$ 237.831.549,45	16,95	R\$ 227.206.846,13	16,92	R\$ 10.624.703,32
2007	R\$ 262.309.969,97	10,29	R\$ 238.522.185,41	4,98	R\$ 23.787.784,56
2008	R\$ 285.286.055,49	8,76	R\$ 258.555.770,36	8,40	R\$ 26.730.285,13
2009	R\$ 317.498.593,66	11,29	R\$ 310.117.055,62	19,94	R\$ 7.381.538,04
2010	R\$ 335.799.190,32	5,76	R\$ 320.503.477,60	3,35	R\$ 15.295.712,72
2011	R\$ 409.344.987,98	21,90	R\$ 408.123.485,56	27,34	R\$ 1.221.502,42
2012	R\$ 418.409.558,33	2,21	R\$ 418.209.740,93	2,47	R\$ 199.817,40
2013	R\$ 476.575.558,45	13,90	R\$ 470.650.573,72	12,54	R\$ 5.924.984,73
2014	R\$ 501.752.091,47	5,28	R\$ 472.811.321,68	0,46	R\$ 28.940.769,79
2015	R\$ 557.176.777,65	11,05	R\$ 534.869.978,80	13,13	R\$ 22.306.798,85
2016	R\$ 584.211.869,99	4,85	R\$ 602.332.697,28	12,61	-R\$ 18.120.827,29

Fonte: Autores.

Observa-se, de acordo com a tabela 2.1 que somente no ano de 2016 que o resultado foi deficitário, os demais períodos forma superavitários.

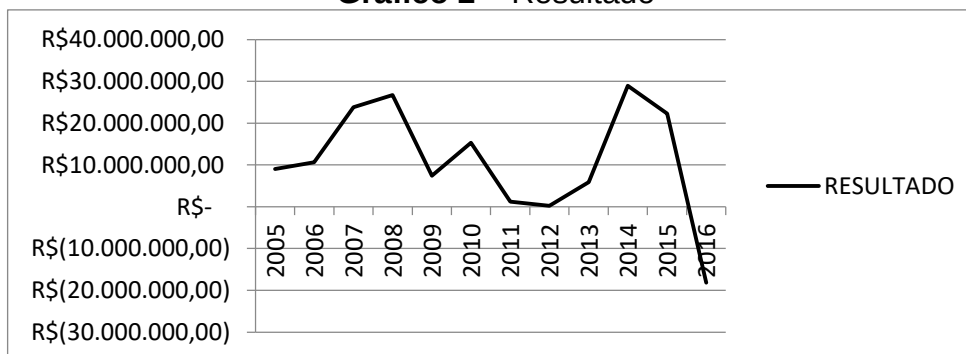
No Gráfico 2.1 representa os valores da Tabela 2.1 e, em seguida, no Gráfico 2.2 ou resultado das receitas menos as despesas.

Gráfico 2 – Receitas e despesas



Fonte: Autores.

Gráfico 2 – Resultado



Fonte: Autores.

Analisando algumas contas isoladamente que compõem os demonstrativos, do lado das receitas, estão as receitas obtidas com os tributos da qual fazem parte os impostos e taxas, e as transferências correntes que são recursos provenientes de outras esferas governamentais.

A Tabela 2.2 expõe o total dessas receitas em cada período e a evolução em percentual de um ano para o outro.

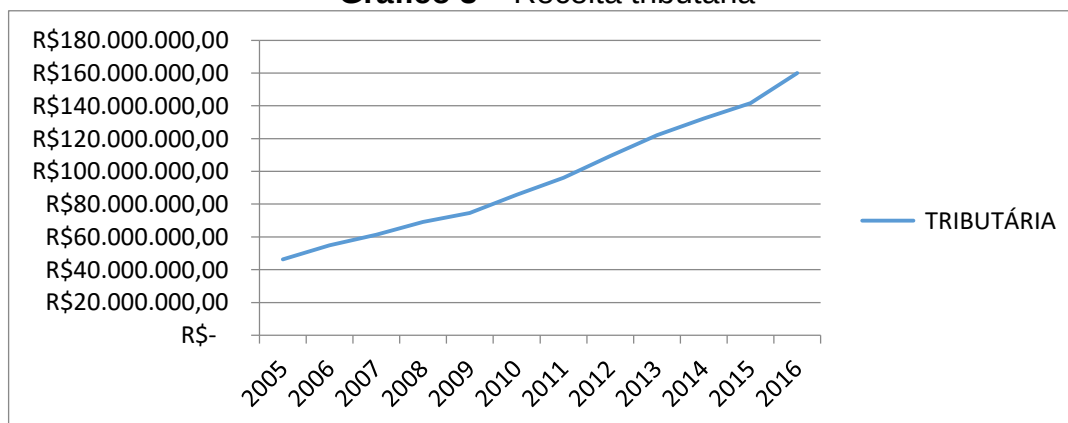
Tabela 2.2 – Receitas com tributos e transferências correntes

Ano	TRIBUTÁRIA	A.H %	Ano	TRANSF.CORRENTE	A.H %
2005	R\$ 46.356.044,55		2005	R\$ 139.206.535,07	
2006	R\$ 54.864.231,66	18,35	2006	R\$ 171.763.735,50	23,39
2007	R\$ 61.270.547,44	11,68	2007	R\$ 186.393.073,02	8,52
2008	R\$ 69.148.031,20	12,86	2008	R\$ 202.875.943,80	8,84
2009	R\$ 74.589.425,88	7,87	2009	R\$ 214.059.569,30	5,51
2010	R\$ 85.758.152,40	14,97	2010	R\$ 243.310.664,78	13,66
2011	R\$ 96.125.055,93	12,09	2011	R\$ 276.331.445,74	13,57
2012	R\$ 109.418.029,46	13,83	2012	R\$ 299.769.544,47	8,48
2013	R\$ 122.134.011,75	11,62	2013	R\$ 345.617.529,91	15,29
2014	R\$ 132.257.485,44	8,29	2014	R\$ 361.418.221,18	4,57
2015	R\$ 141.688.094,30	7,13	2015	R\$ 383.280.683,26	6,05
2016	R\$ 159.890.575,91	12,85	2016	R\$ 412.760.888,50	7,69

Fonte: Autores.

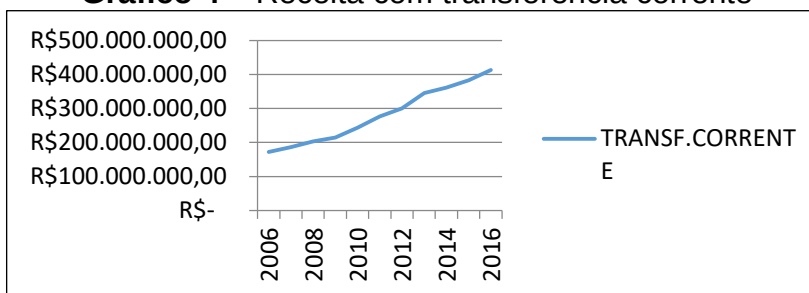
Para ilustrar a dinâmica dessas receitas, seguem os Gráficos 2.3 com a evolução das receitas tributárias e o Gráfico 2.4 com as transferências correntes

Gráfico 3 – Receita tributária



Fonte: Autores.

Gráfico 4 – Receita com transferência corrente



Fonte: Autores.

Do lado das despesas, estão os dispêndios com pessoal e encargos sociais acompanhada de uma coluna para medir o crescimento dessa despesa de um ano para outro e, também, os gastos com os investimentos e a evolução desses gastos.

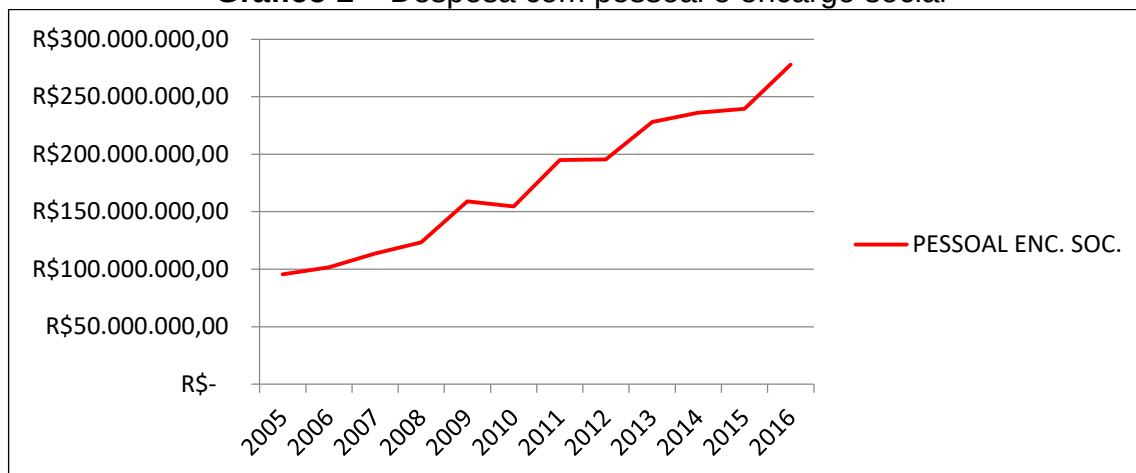
Para ilustrar essas despesas, em seguida estão o Gráfico 2.5 que mostra a evolução das despesas com pessoal e encargos sociais; e o Gráfico 2.5 que apresenta a evolução dos investimentos.

Tabela 2.3 – Despesas com pessoal e encargos sociais e investimentos

Ano	PESSOAL ENC. SOC.	A.H %	Ano	INVESTIMENTO	A.H %
2005	R\$ 95.601.280,26		2005	R\$ 5.988.749,08	
2006	R\$ 101.626.116,86	6,30	2006	R\$ 13.628.072,18	127,56
2007	R\$ 113.778.353,16	11,96	2007	R\$ 10.910.178,75	-19,94
2008	R\$ 123.439.091,48	8,49	2008	R\$ 37.843.478,37	246,86
2009	R\$ 158.914.949,43	28,74	2009	R\$ 21.233.293,89	-43,89
2010	R\$ 154.610.089,72	-2,71	2010	R\$ 38.863.594,79	83,03
2011	R\$ 194.864.934,86	26,04	2011	R\$ 57.571.416,52	48,14
2012	R\$ 195.476.682,37	0,31	2012	R\$ 72.815.856,58	26,48
2013	R\$ 227.918.623,64	16,60	2013	R\$ 63.377.245,85	-12,96
2014	R\$ 236.127.661,07	3,60	2014	R\$ 32.137.243,12	-49,29
2015	R\$ 239.432.349,82	1,40	2015	R\$ 38.213.397,35	18,91
2016	R\$ 277.930.731,33	16,08	2016	R\$ 27.767.646,62	-27,34

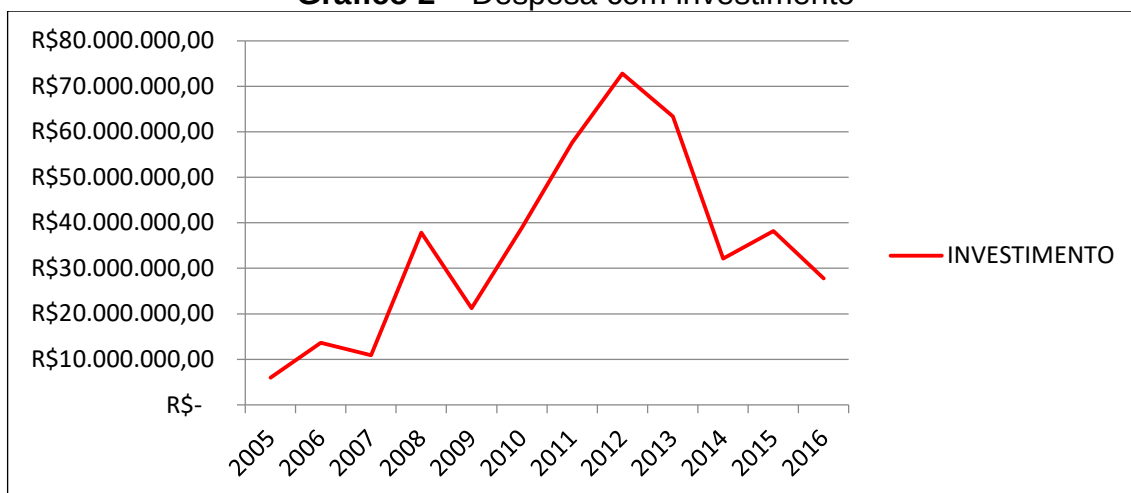
Fonte: Autores.

Gráfico 2 – Despesa com pessoal e encargo social



Fonte: Autores.

Gráfico 2 – Despesa com investimento



Fonte: Autores.

As contas patrimoniais foram analisadas no período de 2011 a 2016 através dos balanços disponibilizados no site da Prefeitura de Franca.

Na Tabela 2.4 está o total dos ativos e o saldo patrimonial, também com análise horizontal para medir o crescimento patrimonial em percentual de um ano para o outro.

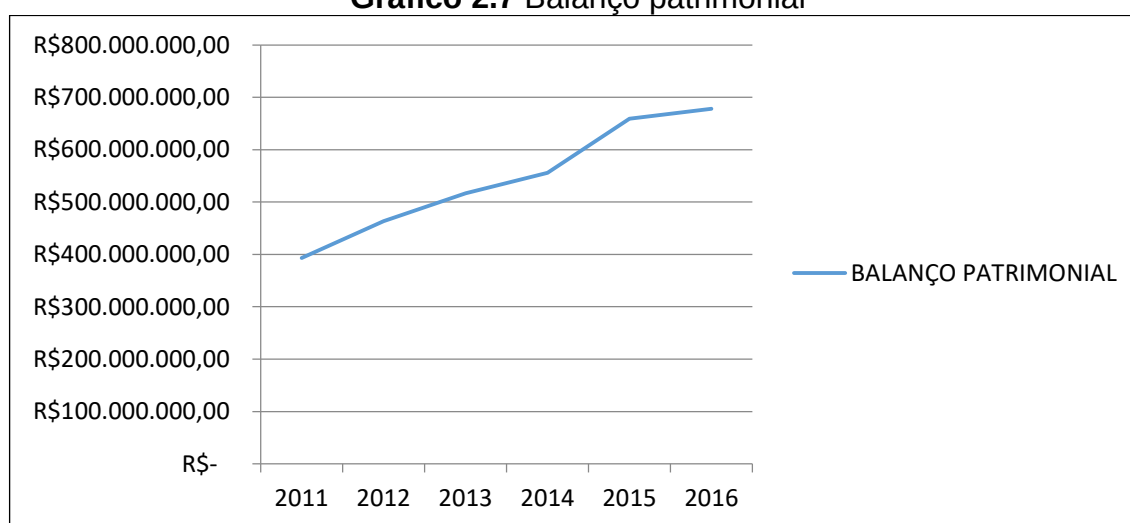
Em seguida, para a representação gráfica para visualização da dinâmica da evolução patrimonial.

Tabela 2 – Balanço e saldo patrimonial

Ano	BALANÇO PATRIMONIAL	A.H	Ano	SALDO PATRIMONIAL	A.H
2011	R\$ 393.265.643,97		2011	R\$ 278.164.259,50	
2012	R\$ 463.645.768,12	17,90	2012	R\$ 355.080.830,80	27,65
2013	R\$ 516.455.898,49	11,39	2013	R\$ 436.271.172,71	22,87
2014	R\$ 555.771.681,11	7,61	2014	R\$ 446.738.607,32	2,40
2015	R\$ 659.235.399,06	18,62	2015	R\$ 534.180.440,61	19,57
2016	R\$ 678.281.975,18	2,89	2016	R\$ 543.689.290,81	1,78

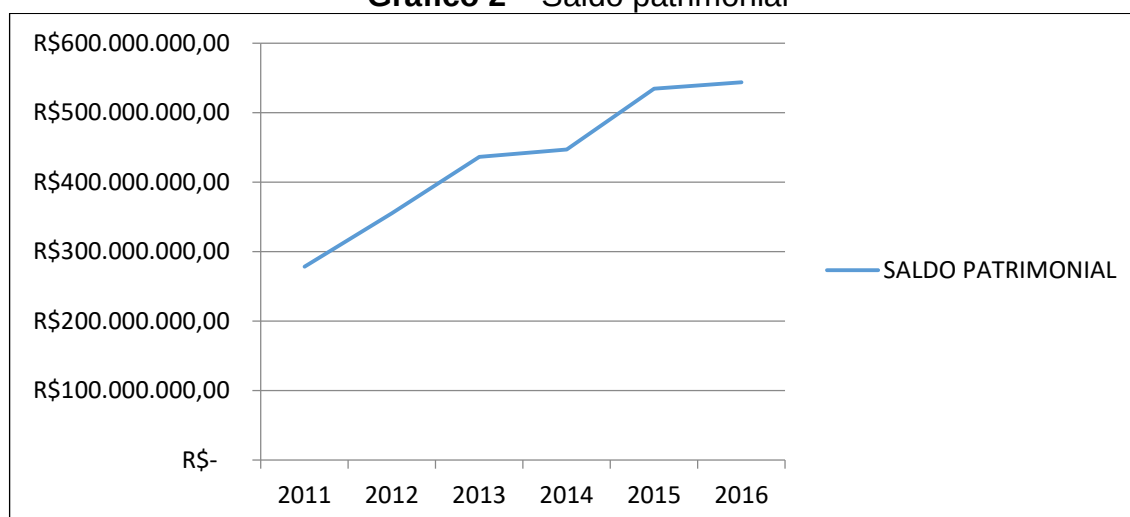
Fonte: Autores.

Gráfico 2.7 Balanço patrimonial



Fonte: Autores.

Gráfico 2 – Saldo patrimonial



Fonte: Autores.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, explicativa e bibliográfica. A análise dos dados será realizada de forma quanti-qualitativa.

O primeiro passo da pesquisa será elaborar uma lista de eventos através de especialistas dos setores que contribuem para a administração pública da cidade com a utilização do Método Delphi.

Tal método envolve o questionamento a um grupo de especialistas com sucessivos questionários, sendo que após a análise ser efetuada, é reapresentado ao mesmo grupo de especialistas para que possam reconsiderar suas opiniões em até no máximo seis vezes. É importante, também, que seja preservado o anonimato entre os respondentes. Portanto, depois de identificada a lista de possíveis eventos que possam ocorrer dentro do horizonte temporal proposto, há a atuação de dois grupos de trabalho: os peritos, responsáveis pela elaboração das estimativas e os analistas, aos quais cabe a interpretação e análise das respostas (MARCIAL; GRUMBACH, 2002).

A metodologia aplicada para a construção dos cenários será a fornecida por Blanning e Reinig (1998), que consiste em efetuar o levantamento de uma série de eventos que poderão impactar a organização objeto do estudo, a partir das consultas aos especialistas. Posteriormente, em novas consultas, são levantadas as possibilidades de ocorrência de cada um dos eventos e, ocorrendo ou não, se serão favoráveis ou desfavoráveis para a empresa. A partir destas informações é possível a construção de três cenários (favorável, desfavorável e mais provável de ocorrer), que servirão de base para o planejamento estratégico da administração pública da cidade de Franca - SP.

Será utilizado, ainda, o Método dos Impactos Cruzados, abordagem analítica que, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros. Essa análise permitirá identificar as forças motrizes do sistema, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores do setor, nas tomadas de decisões e na formulação das estratégias.

6. RESULTADO DA PESQUISA

Apresentará a lista dos possíveis eventos que possam ocorrer no período de tempo proposto (Perguntado aos especialistas) e, através dessa lista, os possíveis cenários de acordo com a metodologia apresentada.

Será apresentada, também, a matriz de impactos cruzados para identificação das forças motrizes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, através da pesquisa de campo a ser realizada com os especialistas da área, investigar as dinâmicas das receitas e despesas das contas públicas que possam mais afetar a cidade de Franca no período proposto (2017 a 2021). E, com isso, analisar o impacto na economia local.

Os possíveis especialistas serão: professores de universidades; bem como autoridades do campo da política dos poderes legislativos (vereadores) e executivo (Secretarias municipais como a do desenvolvimento).

Por ora, a presente pesquisa apresenta a metodologia a ser utilizada para a prospecção de cenários, alguns aspectos históricos da economia da cidade e dados e indicadores econômicos recentes.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T.; MUSSI, C. C (Orgs.). **Estratégia: formulação, implementação e avaliação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ASSOCIAÇÃO Brasileira das origens produtoras de café. Disponível em: <<http://www.abopcafe.com.br>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. **Building cenários for Hong Kong using EMS. Long Rang Planing**, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

BIBLIOTECA VIRTUAL. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/201105-3poderes.php>>. Acesso em 12 fev. 2017.

CAMPANHOL, Edna Maria. Alternativas para o desenvolvimento socioeconômico de Franca. Franca: FACEF, 1998.

CAMPELLO, Carlos A. G. B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Os novos paradigmas**: como as mudanças estão mexendo com as empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CIDADES, paulista. Disponível em: < <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/14-franca.htm> >. Acesso em: 02 dez. 2016

DRUCKER, F. Peter. **Uma era de descontinuidade**. Tradução de William Heinemann. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1970.

KAHANE, Adam. **Planejamento de cenários transformadores**: trabalhando juntos para mudar o futuro. Tradução de Marcelo Michelsohn. São Paulo: Senac, 2013.

KOTLER, Philip, CASLIONE, John A. **Vencer no Caos**: lições do guru de administração e marketing para uma gestão eficaz em tempos de turbulência. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MARCIAL, Elaine Coutinho, GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos**: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. **Economia e história em Franca**: século XIX. 1. Ed. Franca UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. **Trilhas econômicas em Franca**: passado e presente. Franca: FACEF, 1999.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade municipal**: teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1979.

SCHWARTZ, Peter. **A arte da visão de longo prazo**: planejando o futuro em um mundo de incertezas. São Paulo: Best Seller, 2000.

SEAD. Disponível em: < <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#!/perfil> >. Acesso em 01 Dez. 2016.

SEAD. Disponível em:
<http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2016/04/radar_regional_PIB_num_01_abr2016-1.pdf>. Acesso em 30 nov. 2016.

SINDIFRANCA. Disponível em: <www.sindifranca.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2016.

STREBEL, Paul. **Break points**: como as empresas exploram mudanças radicais nos negócios. Tradução de Vidal Varella Filho. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

OLIVEIRA, Gabriella Araújo – Uni-FACEF
TROILO, Janaina da Silva – Uni-FACEF
ZAMBONI, Vânia Lemos – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Os recursos humanos, ou seja, as pessoas: essas são peças fundamentais para manter uma empresa funcionando com agilidade, diferencial competitivo e competência. Estimular, motivar, transmitir e administrar conhecimento são algumas das funções realizadas pelos Gestores de Recursos Humanos. O chamado RH (Recursos Humanos) deve ser reconhecido como o gestor de conhecimento na organização e o foco principal deve ser a “Gestão de Mudança”, justamente porque ele deve exercer o papel de liderança e atuar como agente de mudança organizacional. Chiavenato (1999) afirma que a função dos Recursos Humanos (RH) é adquirir, desenvolver, capacitar e manter os colaboradores da organização. Estas tarefas podem ser realizadas por uma pessoa ou um departamento (profissionais em recursos humanos) junto aos diretores da organização.

O psicólogo deve estar envolvido em um processo de desenvolvimento contínuo, em projetos que envolvam início, meio e fim, onde seja possível uma mensuração de resultados, além de um acompanhamento da gestão de competência baseada em Conhecimento (saber), Habilidade (saber fazer) e Atitude (querer fazer) – o conhecido ideograma “CHA”. Para Bastos e Zanelli (2004), as atividades de trabalho são fatores fundamentais na construção das interações humanas, nas suas formas de subjetivação, de constituição de agrupamentos humanos e da sociedade e no que afeta seus valores e projetos de vida. Nesse sentido, a atuação do psicólogo organizacional deve acompanhar as transformações do contexto e o desenvolvimento da organização.

Para começar a desenvolver um trabalho dentro da organização, primeiramente é necessário que se faça um Levantamento de Necessidades, com o objetivo de identificar quais fatores que necessitam de intervenção. A análise dessas necessidades favorece o entendimento de causas, consequências e a identificação de possíveis melhorias, permitindo ao psicólogo organizacional criar projetos

específicos para as necessidades da organização. Zanelli (1994) acredita que o psicólogo organizacional deve estar preparado para discutir o referencial científico-metodológico que sustenta sua prática e os resultados que obtém, mas deve estar preparado, também, para discutir os valores que sustentam diferentes direcionamentos do trabalho. Cada vez mais ele vem conquistando seu espaço nas organizações, demonstrando sua importância para a qualidade de vida dos colaboradores, desenvolvendo projetos, que favoreçam o crescimento da organização.

As empresas precisam oferecer condições para que as pessoas se desenvolvam e contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais, para isto, é necessário administrar recursos humanos de forma ampla, com um planejamento adequado ao longo de todo o tempo em que o funcionário fizer parte da organização. É preciso considerar, sobretudo, que estes recursos tão importantes das empresas sejam não apenas o pessoal que nelas trabalha, mas sim a própria organização. Desta forma, é necessário um cuidado especial para escolher quem serão estas pessoas que integrarão a equipe [...] (PEREIRA, 2005).

Este artigo visa apresentar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos e as atividades desenvolvidas durante o Estágio Específico em Psicologia Organizacional - proporcionado pelo curso de Psicologia do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF).

Será apresentado o referencial teórico que auxiliou na prática e também alguns aspectos percebidos da organização em si. Além disso, os métodos utilizados para a percepção/avaliação desses aspectos e as percepções das estagiárias durante todo o processo.

Esta Organização não possui um departamento específico para a administração dos Recursos Humanos, portanto foi iniciado um maior contato com os funcionários e funcionárias a partir de entrevistas individuais, com questões que buscaram explorar as condições físicas e emocionais de trabalho nas quais eles e elas se encontram.

Após a finalização das entrevistas, foi possível realizar um treinamento, aberto para todos os funcionários que estivessem disponíveis no horário determinado, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), envolvendo o tema Inteligência Emocional. Nas semanas seguintes foi feito o Organograma da Organização.

Ao final do estágio, as principais percepções obtidas ao decorrer de todo este processo, baseadas nas entrevistas com os próprios funcionários e

também durante o treinamento, foram passadas ao Gerente Geral em forma de um breve relatório com tópicos específicos que abarcaram os aspectos que puderam ser percebidos neste tempo, a partir das falas e atitudes dos próprios trabalhadores do posto de combustível e conveniência em questão.

2. A CULTURA ORGANIZACIONAL

Estudar a cultura organizacional pode ser considerado o meio para se apontar questionamentos mais sérios a respeito dos modelos que permitem compreender e trabalhar as organizações. Pois as dificuldades encontradas por pesquisadores ao tentar captar a essência de certos fenômenos organizacionais ou os obstáculos enfrentados por administradores ou consultores para implantar processos de mudanças, tecnicamente bem justificados, mas que não conseguem decolar, indicam a necessidade de incorporar a questão da cultura organizacional.

Chiavenato (1999, p.138), define cultura organizacional como:

[...] o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhados por todos os membros da organização. Ela refere-se ao sistema de significados compartilhado por todos os membros e que distingue uma organização das demais. Constitui o modo institucionalizado de pensar e agir que existe em uma organização. A essência da cultura de uma empresa é expressa de maneira como ela faz seus negócios, a maneira como ela trata seus clientes e funcionários, o grau de autonomia ou liberdade que existe em suas unidades ou escritórios e o grau de lealdade expresso por seus funcionários com relação à empresa. A cultura organizacional representa as percepções dos dirigentes e funcionários da organização e reflete a mentalidade que predomina na organização.

Por meio desse conceito pode-se concluir que a cultura organizacional condiciona a administração das pessoas. E por mais que existam empresas do mesmo segmento produtivo, não existe um padrão para lidar com os indivíduos, pois cada organização cultiva e mantém a sua própria cultura. É por esse motivo que algumas empresas são conhecidas por peculiaridades próprias. “Sintomas culturais” tais como: o perfil dos líderes e clientes internos, os ritos e símbolos presentes nas relações, os tipos de comunicação adotados, a filosofia que guia a política de gestão, o clima organizacional, a coerência entre a missão da organização e as atitudes comportamentais de seus componentes; são inúmeros fatores significativos para a visualização da cultura organizacional. Esse conjunto de significados do ambiente pode caracterizar a cultura como forte ou, é forte quando seus valores são

compartilhados intensamente pela maioria dos funcionários e influencia comportamentos e expectativas, e fraca quando ocorre o contrário. Com isso percebe-se a importância do universo simbólico da organização, pois ele proporciona um referencial de padrões de desempenho entre os funcionários, influenciando a pontualidade, a produtividade e a preocupação com qualidade e serviço ao cliente.

[...] é construída ao longo do tempo e passa a impregnar todas as práticas, constituindo um complexo de representações mentais e um sistema coerente de significados que une todos os membros em torno dos mesmos objetivos e dos mesmos modos de agir. Ela serve de elo entre o presente e passado e contribui para a permanência e a coesão da organização (CHIAVENATO, 1999, p.139).

Tal citação leva-nos a compreensão de que a cultura é aprendida, transmitida e partilhada entre os membros da organização. Em outras palavras, ela representa as normas informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros da corporação no dia a dia e que direcionam suas ações para o alcance dos objetivos organizacionais. O alcance de objetivos está estritamente ligado à proposta de missão da empresa e é a cultura que define essa missão e provoca o nascimento e o estabelecimento dos objetivos do negócio. Para isso a cultura precisa estar alinhada juntamente com outros aspectos das decisões e ações da empresa como planejamento, organização, direção e controle.

3. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES

A inteligência emocional caracteriza a maneira como as pessoas lidam com suas emoções e com as das pessoas ao seu redor. Isto implica autoconsciência, motivação, persistência, empatia e entendimento e características sociais como persuasão, cooperação, negociações e liderança. Esta é uma maneira alternativa de ser esperto, não em termos de QI, mas em termos de qualidades humanas do coração. (GOLEMAN, 1996)

Segundo Goleman (1996) o conceito de inteligência emocional relaciona-se com certas habilidades como a Inteligência Intrapessoal que é a habilidade voltada para si mesmo que envolve auto-conhecimento emocional, controle emocional, auto-motivação e a Inteligência Interpessoal que é aquela habilidade de

entender outras pessoas motivar trabalho cooperativo através do reconhecimento das próprias emoções e habilidade nos relacionamentos inter-pessoais.

O mundo corporativo carrega a máxima de que os profissionais são contratados, geralmente, por seus conhecimentos técnicos, mas demitidos por problemas comportamentais. Muitas vezes, a falta de sensibilidade de se relacionar com os outros e não saber lidar com situações de desconforto prejudicam a imagem e o desempenho do indivíduo. Neste contexto, o desenvolvimento da inteligência emocional no trabalho pode ser um grande aliado.

A inteligência emocional como a capacidade de administrar as emoções para alcançar objetivos, é possível entender porque as pessoas devem saber lidar com seus medos, inseguranças e insatisfações em prol do êxito nas atividades. Esta competência, que cada vez mais tem o papel de diferenciar os profissionais, permite desenvolver um ambiente harmonioso e, ao mesmo tempo, ser produtivo em ideias e resultados.

A inteligência emocional pode ser alcançada por meio de treino e esforço, mas isso requer persistência. As pessoas têm de identificar exatamente o que querem alcançar – sendo um melhor ouvinte ou controlando seu temperamento nervoso. Então deve se tornar diligente a ponto de identificar mais situações nas quais costuma cair em velhos hábitos e associa-las a uma reação produtiva. Ao realizar esse tipo de exercício analítico firmemente por algumas semanas ou meses, a pessoa poderá substituir os hábitos que deseja eliminar por outros que acabam se tornando automáticos. (GOLEMAN, 1996).

O ser humano, por sua natureza, tem predisposição a realizar ações em cima de suas emoções e a IE está ligada a ser uma pessoa prudente, intuitiva e racional. Ela faz parte de um equilíbrio e diante de ações, permite ser sensato e buscar a melhor solução. Segundo Goleman (1996), se torna mais importante, do que somente um Q.I elevado, saber controlar as suas próprias emoções, deixando de lado a tese de que a capacidade intelectual é um fator fundamental para o sucesso, tanto o profissional como o acadêmico.

4. DESENVOLVIMENTO

O Estágio Supervisionado em Psicologia Organizacional propicia um conhecimento dos métodos organizacionais, práticas essenciais para a atuação do psicólogo organizacional. Na presente experiência, o objetivo foi implantar e oferecer

os serviços de Recursos Humanos na Organização. Mais especificamente, levantar referenciais sobre Recursos Humanos; diagnosticar necessidades da empresa na área; criar treinamento específico, desenvolver o organograma de cargos e incentivar os funcionários, possibilitando escutá-los e assim proporcionando motivação, entre outros aspectos, de acordo com as necessidades da empresa.

Trata-se de uma empresa familiar, no mercado de combustíveis, situada na cidade de Franca-SP. Atua no mercado há mais de 10 anos funcionando todos os dias da semana, 12 meses por ano, e conta com aproximadamente 20 funcionários, entre escritório, loja de conveniência e pista, divididos em três turnos. Atualmente não existe o RH como um departamento específico na empresa - suas funções são executadas por pessoas de outras áreas, que vêm obtendo alguns resultados. Não há um psicólogo no quadro de funcionários da empresa. Talvez seja esta lacuna que tenha levado a Diretoria da empresa a abrir a possibilidade do Estágio. Para a prática da Psicologia Organizacional, é fundamental um reconhecimento estrutural da empresa e um diagnóstico de possíveis problemas, obtendo assim dados estratégicos, para o planejamento de procedimentos de mudanças e melhorias no ambiente empresarial.

A Diretoria acolheu com abertura nosso projeto, fornecendo-nos os subsídios necessários para o desenvolvimento do Estágio. Mostrando-se abertos a sugestões e demonstrando expectativas muito positivas sobre as mudanças previstas no comportamento dos colaboradores, esperando maior integração e comprometimento, melhora na comunicação e na liderança, maior motivação individual e das equipes, e repercussão positiva na produtividade da empresa.

No estágio foram realizadas primordialmente três atividades sendo elas: entrevistas diagnósticas, treinamento de Inteligência Emocional e organograma empresarial, que estão respectivamente descritos abaixo.

5. ENTREVISTAS DIAGNÓSTICAS

Foi feito pelas estagiárias um roteiro de entrevista semi-estruturada, ou seja, algumas perguntas exploratórias surgiram de acordo com as respostas dos funcionários, fazendo com que o momento se assemelhasse mais a uma conversa do que a um questionário, por exemplo, apesar das questões iniciais serem mais

objetivas – como ao perguntar o estado civil, cargo, funções específicas e tempo de serviço no Posto.

As entrevistas foram realizadas em um espaço localizado mais ao fundo do (em frente ao estacionamento existente para os próprios funcionários), aonde alguns dos funcionários costumam descansar ou almoçar, pois há alguns banquinhos de pedra e duas mesas. Apesar disso, em nenhum momento não houve privacidade ao realizar as entrevistas, pois também há outro espaço para o almoço.

Para que as entrevistas não fossem feitas durante o tempo de intervalo dos funcionários, o Gerente Geral prontificou-se a ir chamando um por um, conforme estes estivessem mais disponíveis no momento.

Havia a necessidade das entrevistas serem rápidas, justamente pelos funcionários estarem com as estagiárias durante o horário normal de trabalho, então o roteiro da entrevista não foi tão detalhado quanto seria possível, mas possibilitou abranger vários aspectos do Posto. Algumas duraram cerca de cinco minutos, pois determinados funcionários responderam muito objetivamente mesmo às perguntas mais abertas, mas na maioria das vezes os funcionários falaram por um tempo maior em pelo menos uma das perguntas, portanto, algumas entrevistas duraram cerca de dez minutos.

Algumas dessas vezes havia um intervalo grande entre uma entrevista e outra, quando o Posto estava mais movimentado e, portanto, os funcionários não estavam ficando disponíveis por muito tempo. Por este motivo foram necessárias várias semanas para que finalizássemos as entrevistas com os funcionários da manhã e da tarde. Não foi possível entrevistar os do período da madrugada.

6. TREINAMENTO DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

As estagiárias tiveram a oportunidade de realizar um treinamento, aberto para todos os funcionários que estivessem disponíveis no horário determinado, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), envolvendo o tema Inteligência Emocional e explorando o fato de que um trabalhador que não procura desenvolver ou perceber sua própria Inteligência Emocional está muito mais suscetível a crescer menos ou estagnar profissionalmente.

As estagiárias tiveram o auxílio da professora supervisora tanto para pensar no conteúdo que poderia ser passado, quanto para perceber a melhor forma de fazer com que os próprios participantes fossem construindo e relacionando esses conhecimentos com a própria realidade em que vivem - fosse ao âmbito profissional ou pessoal.

O treinamento foi, então, feito para que eles participassem, para que eles fossem ouvidos; método este que aparentou alcançar os objetivos esperados pelas estagiárias, pois os participantes relataram situações que ocorreram e ainda ocorrem com eles próprios em que há a falta ou o uso da inteligência emocional, relacionando automaticamente com a teoria que ia sendo exposta e ainda mais detalhadamente relacionada pelas estagiárias, que iam direcionando as discussões de acordo com os próximos tópicos a serem conversados.

Resumidamente, o conteúdo teórico tratou da teoria das Múltiplas Inteligências e os positivos desencadeamentos de tal descoberta para diferentes áreas (educação, mercado de trabalho), além do auxílio que esta traz para o surgimento do próprio conceito de Inteligência Emocional, que então foi explorado em seus principais componentes: a autoconsciência, o autocontrole, automotivação, a consciência dos outros ao seu redor e as habilidades sociais, segundo o autor Daniel Goleman.

Durante e ao final do treinamento os participantes aparentaram ter aproveitado o conteúdo, agradecendo às estagiárias enquanto alguns comentaram que, naquela semana, havia sido a “palestra” da SIPAT que eles mais falaram, pois nas outras eles só ouviam a pessoa falar – o que confirmou que, de alguma forma, os objetivos das estagiárias para aquele momento foram alcançados, pois eles se sentiram ouvidos.

7. ORGANOGRAMA EMPRESARIAL

Foi realizado o Organograma da empresa, com o auxílio do Gerente Geral, que informou as estagiárias o número exato de funcionários em cada função e a relação hierárquica entre os cargos.

O modelo do Organograma foi sugerido pela professora supervisora: ao invés do mais comumente usado, na vertical, foi feito na horizontal para que o

aspecto visual não demonstrasse um acima do outro, mas sim um conjunto de pessoas envolvidas em diferentes funções e respondendo a diferentes pessoas.

8. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As percepções e informações obtidas durante todo o processo deste estágio serão aqui divididas em alguns dos aspectos mais significativos em se tratando de um Diagnóstico Organizacional: relações interpessoais, padrões de comunicação, estilos de liderança, processo de tomada de decisões, planejamento, resoluções de problemas, trabalho em equipe e motivação. Estes aspectos muitas vezes se inter-relacionam significativamente, às vezes sendo consequência um do outro, portanto, será passado por todos eles englobando os pontos mais importantes.

Foi possível perceber, a partir do relato dos próprios funcionários nas entrevistas, que as relações interpessoais entre eles (Administração, Pista e Loja) se dão de forma amigável e “tranquila”, a maioria menciona que se sente bem com as pessoas que convivem, conseguindo “se dar bem com todos” e sentindo abertura para conversas, por exemplo. Já com relação à liderança, uma das situações mais relatadas foi a falta de abertura que sentem para com o Proprietário do Posto. Apesar disso, todos eles disseram ter mais contato com o Gerente Geral, ressaltando que sentem muito mais abertura e, portanto, que têm um bom relacionamento com ele.

Aspectos específicos com relação ao trabalho em equipe em si foram pouco mencionados, apenas relatou-se (o que pareceu unânime) que as relações entre os próprios funcionários são agradáveis e não há significativos desentendimentos, apenas conversam quando alguma situação tem de ser resolvida.

Apesar das relações interpessoais aparentemente serem tranquilas e a resolução de problemas entre os funcionários parecer ocorrer de forma mais natural, muitos disseram sobre a questão de evitar falar algumas coisas para não causar problemas, o que talvez possa significar que as relações não estão tão saudáveis - apenas não estar havendo conflitos não significa que seja positivo e produtivo para o aspecto profissional e pessoal. A mesma “omissão” se dá para a relação com o

Proprietário, já que percebem a dificuldade que este geralmente tem para acatar sugestões, por exemplo.

Este aspecto já começa a se relacionar diretamente com a resolução de problemas, que se torna mais complicada a partir do momento que se sabe ter uma dificuldade de comunicação livre com parte da liderança de uma empresa.

Podemos mencionar dentro dos aspectos de padrões de comunicação e de estilos de liderança que, o momento em que os funcionários mais têm contato com o Proprietário é durante as reuniões que, geralmente ocorrem em média uma vez ao mês. Sobre as reuniões foi dito pela maioria dos entrevistados que eles apenas ouvem o Proprietário falar, que eles não têm voz nesse momento e que sentem que recebem muitas “brincas repetidas”, às quais muitos deles não precisariam estar ouvindo, situações que poderiam ter sido conversadas e trabalhadas individualmente para até mesmo não constranger algumas pessoas.

Apesar do estilo da reunião aparentar ser um dos aspectos principais a poderem ser mais bem desenvolvidos, alguns funcionários mencionaram sim a possibilidade de falar na reunião, quando há algo que queira realmente se posicionar, por exemplo. Sentimos, porém, que a comunicação entre eles poderia ser muito mais bem incentivada, ao invés de ser algo raro ou trabalhoso para acontecer.

Alguns mencionaram que há aspectos tratados na reunião que se tornam motivadores, como quando é ressaltado sobre a importância dos clientes e o que pode ser feito para melhorar o atendimento e quando alertam para algo importante que estava sendo deixado de lado. Também foi mencionado, porém, que não há um momento nas reuniões em que haja elogios, pois apenas gira mais em torno de cobranças repetitivas, sem abrir o espaço para os funcionários serem ouvidos.

Foi percebida certa dificuldade por parte dos funcionários de participar de decisões, tendo havido situações em que foram feitas sugestões ou pedidos de melhoria das condições físicas de trabalho ou do padrão de atendimento ao cliente que não foram acatadas e que, além disso, foram recebidos negativamente, de forma agressiva, demonstrando que a maioria dos funcionários acaba tendo pouca ou quase nenhuma participação em determinados tipos de decisões informadas nas reuniões, por exemplo. Alguns já chegaram a não mencionar para a liderança para “evitar problemas”, não sendo só um deles que acabou transmitindo a sensação de

que muitas coisas deixam de ser faladas por ser melhor deixar do que jeito que estiver (sem confusões) do que sugerir algo que possa causar alguma contradição ou resposta negativa, por exemplo.

Porém, um número pequeno de funcionários relataram que suas sugestões já foram acatadas e uma quantidade grande expressou estar satisfeita com as condições físicas de trabalho.

Com relação aos padrões iniciais de comunicação e também envolvendo parte do planejamento, a maioria relatou terem sido apresentados devidamente a empresa e a quais seriam suas funções e seu cargo, que o conversado na época da contratação realmente continua sendo cumprido. Alguns mencionaram que acabou surgindo algumas tarefas a mais durante o tempo em que trabalham lá, como principalmente questões de limpeza, de trabalhar por mais tempo devido a alguns fatores – após a reforma, um funcionário conta que o serviço aumentou.

Foram ressaltadas situações em que o Proprietário não consegue se colocar no lugar dos funcionários, como quando diz que o fato do Posto estar movimentado não justifica a não realização de outras tarefas (as secundárias, como de limpeza), sendo que as tarefas estão sendo mais frequentemente delegadas para o turno da manhã do que outros.

Alguns mencionaram algumas mudanças que aconteceriam, mas não foram feitas, como a construção de um refeitório apropriado e a aquisição de determinado tipo de furadeira mais avançada que aliviaria os movimentos repetitivos necessários para realizar um tipo de serviço.

Quando questionados acerca de possíveis sugestões que eles poderiam ter para a melhoria da empresa, alguns disseram já terem pensado, mas não comunicado a liderança. Foi mais de uma vez relatado que quando é necessário conversar sobre alguma situação, os funcionários se sentem a vontade para falar com o Gerente, ao invés do Proprietário.

Apesar desta relação com o Proprietário, os funcionários foram unânimes ao relatar que já receberam ajudas/adiantamentos financeiros quando necessitaram e que com relação a isso a empresa é impecável. Sentem-se respaldados com relações a problemas pessoais, dizendo que esses são recebidos imediatamente. Percebemos que a maioria, quando falavam sobre problemas pessoais, entendiam quase exclusivamente a parte financeira, que foi algo que

unanimemente expressou-se um aspecto positivo da empresa – segurança financeira quando quaisquer funcionários necessitassem.

Também foi mencionado pela maioria dos entrevistados que eles consideram o Posto em questão um ótimo lugar para se trabalhar e que há reconhecimento tanto financeiro quanto pessoal, quando o funcionário é competente ou esforçado, por exemplo. Assim, muitos disseram se sentir motivados a continuar trabalhando de uma forma responsável e eficiente.

A maioria dos funcionários disseram ser uma empresa organizada, comprometida e que está em expansão, que tem potencial para se desenvolver ainda mais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a prática é muito mais abrangente do que algumas folhas por escrito, por exemplo, pois vivenciar a teoria também requer sair um pouco da “manipulação” adotada pelos livros e exige de nós um olhar mais profissional, mas também mais humano para com aquelas pessoas que acabam depositando expectativas de um futuro melhor em você.

Com esta experiência, pudemos notar as dificuldades hoje vivenciadas por todos que querem entrar no mercado de trabalho, com tantos requisitos exigidos e que são necessários ser colocados à prova deste currículo até o final das etapas de seleção, assim como também as atividades exercidas pelo profissional de psicologia dentro das organizações que é desenvolver estratégias para melhorar o ambiente de trabalho, em geral, há ocasiões que tem que ser de ouvinte até solucionador de conflitos interpessoais.

A partir destas, pudemos desenvolver nossa percepção em relação ao comportamento e pensamentos tanto de funcionários, quanto do proprietário, gerente e grupo como todo. Comportamentos de ansiedade, liderança, relacionamento interpessoal, comunicação, etc.

Foi muito valioso o nosso processo dentro da empresa, onde tivemos a oportunidade de montar e participar do treinamento oferecido pela mesma, que contribuiu tanto para a nossa formação, quanto para o nosso futuro profissional, nos

deixando bases sólidas que vivenciamos tanto em sala de aula quanto em supervisão e pudemos pôr em prática na instituição.

A partir desta experiência prática aliada aos conhecimentos teóricos mencionados, houve maior reconhecimento da importância tanto da uma sólida estruturação do setor de Recursos Humanos para não estagnação e crescimento de uma Organização, quanto do olhar e atuação do Psicólogo Organizacional na mais específica identificação de demandas, alternativas e conhecimento acerca do funcionamento de grupos, de relações interpessoais, formas mais eficazes de comunicação e do gerenciamento das emoções e competências.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. (2003). Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Eds.), **Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica** (pp. 139-166). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. Agregando Pessoas. In: _____. **Gestão de Pessoas**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 5.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. 375 p.

OLIVEIRA, Pedro H. **A importância do estágio para a formação profissional**. Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP. Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/MercadodeTrabalho/38,MI175463,91041-A+importancia+do+estagio+para+a+formacao+profissional>>. Acesso em 26 jun 2016

PEREIRA, Giancarlo da Silva Rego. **Gestão estratégica: revelando alta performance às empresas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Rozeli; SCHMIDT, Adir. **A Importância do estágio para a formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho**. VII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Cascavel, PR, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIseminario/administracao/artigo15.pdf>>. Acesso em 26 jun 2016.

ZANELLI, J. C. O psicólogo nas organizações de trabalho: formação e atividades profissionais. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

ZANELLI, J C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J.C; BORGES-ANDRADE, J. E, BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil (pp. 466-491). Porto alegre: Artmed, 2004.

QUE DIREITO A QUE CIDADE? Os instrumentos urbanísticos do novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e a concepção de Espaço Público

VIEIRA, Jacques Felipe Iatchuk – UNESP
BARBOSA, Agnaldo de Sousa – UNESP

1. INTRODUÇÃO

O espaço da cidade tem sido central para a organização das sociedades modernas. O fato de ser um local que se estrutura na constante interação entre distintos faz com que o urbano tenha em sua essência a efervescência da diversidade. É o espaço onde convivem e interagem classes, raças, gêneros e gerações diferentes. Vivem na cidade pessoas das mais ímpares vivências, rotinas e ideologias. E é justamente essa gigantesca heterogeneidade em incessante contato o que faz com que o espaço urbano seja tão profícuo na produção de novos conhecimentos e tenha sido tão fulcral para o desenvolvimento da sociedade ocidental nos últimos séculos.

Como demonstra José Luis Romero (2004), foi simultaneamente ao ressurgimento das cidades, produto das rotas comerciais da burguesia nascente, que se deu o início do processo de derrocada do feudalismo frente à ascensão inicial do capitalismo enquanto modo de produção dominante. A volta do urbano trouxe consigo a dinamicidade social que a estrutura feudal manteve mitigada por séculos. E, nesse processo, estabeleceu-se o espaço da cidade enquanto habitat natural da burguesia, que ali desenvolveu profundamente o seu comércio e suas práticas capitalistas incipientes.

Com isso, o espaço urbano foi cada vez tendo maior protagonismo e apresentou um crescimento desenfreado, principalmente a partir dos processos de industrialização. E, sendo ele o espaço em que as pessoas vivem suas vidas e experienciam seus cotidianos, ficou evidente que a própria forma da cidade influencia no modo como os indivíduos se organizam enquanto sociedade. Isso trouxe uma centralidade estratégica para este local, principalmente no que diz respeito à luta política e à manutenção de poderes.

Nesse sentido, o planejamento urbano tornou-se um instrumento de grande importância para a organização de uma sociedade. Isso se torna muito evidente com as reformas de Paris feitas durante o governo Haussmann na segunda metade do século XIX, que tinham o objetivo de, ao mesmo tempo: impedir manifestações populares (já que era um período instável, pós Revolução Francesa); expulsar as camadas mais pobres para regiões distantes do centro (que ficaria, então, embelezado e reservado à alta burguesia); e investir o capital ocioso. Mas essas reformas, para além da questão estética e técnica, também mudaram a realidade cotidiana das pessoas, servindo inclusive como elemento indispensável para a “aceleração” tão ligada à modernidade.

Dessa forma, fica claro que o espaço da cidade é, mais do que apenas “chão” onde se passa a vida de uma sociedade, também partícipe dessa vida, se estruturando enquanto reflexo e determinante dos rumos que a organização da sociedade tem tomado. Já que, mesmo sendo produto dela, também tem influência absoluta nesses rumos, já que a localidade geográfica determina algumas das condições materiais para seu desenvolvimento e para as experiências pessoais. E mesmo que se tente fugir desses elementos através da vivência no ciberespaço, é preciso entender que:

(...) como seres humanos, estão confinados de manhã à noite no espaço físico em que atuam, num ambiente já predisposto e continuamente regenerado no decorrer da luta em busca de sentido e identidade. É nos *lugares* que se forma a experiência humana que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos *lugares*, e graças aos *lugares*, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção - e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes. (BAUMAN, 2009, p. 34-35)

Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar o que afirma o sociólogo urbano Robert Park a respeito da importância do espaço urbano. Segundo ele, a cidade é:

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo (PARK, 1967, p. 3).

E, nessa construção o espaço público possui importância ímpar, já que é onde esse contato entre o diferente se dá de forma mais intensa e imprevisível. No espaço público essas diferenças são postas não como forma de hierarquia, mas

como elementos que se chocam constantemente e produzem resultados dialéticos. Por isso se faz central a discussão a respeito do Direito à Cidade e o entendimento de que ele não é mero direito de transitar pela cidade, de ter acesso a ela, mas uma própria transformação da forma como experienciamos a vida urbana. Nas palavras de David Harvey, a liberdade da cidade é “muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 25).

Inclusive, é indispensável ressaltar que o Direito à Cidade também não se resume ao território urbano estar meramente em conformidade com seu ordenamento legal. A cidade pode seguir o que dita sua legislação e, mesmo assim (ou, muitas vezes, também por isso), ser injusta, individualista e antidemocrática.

Tendo isso em vista, o presente trabalho pretende mostrar como a concepção de espaço público se insere na construção desse Direito à Cidade, analisando especificamente o caso da cidade de São Paulo e seu novo Plano Diretor Estratégico (Lei n. 16.050 de 31 de julho de 2014). Para isso, será em primeiro momento apresentado o próprio conceito de espaço público e a importância dele para a discussão do urbano. Em seguida, será contextualizado o momento de São Paulo em relação a esse tema quando da sanção do novo PDE, baseado principalmente nos conceitos de Cidade de Muros, de Teresa Caldeira, e de Lógica do Condomínio, de Christian Dunker. Por fim, será analisado como os instrumentos urbanísticos trazidos pelos dispositivos legais do PDE do Município de São Paulo se posicionam em relação a esse cenário, ao Plano Diretor anterior e às políticas públicas até então executadas na cidade, de modo que seja possível entender se as mudanças trazem avanços para a valorização e democratização do espaço público ou mantêm sua precarização.

2. A DUALIDADE DIALÉTICA DO ESPAÇO PÚBLICO

Como já dito, o espaço público tem enorme importância para que se faça uma discussão do Direito à Cidade. Isso tanto pelo fato acima demonstrado de ser onde ocorre a experiência da vida urbana (com sua dinâmica de trocas de ideias, momentos e mercadorias) quanto por ser onde os movimentos e organizações políticas conseguem colocar suas demandas de modo mais intenso e efetivo

(justamente pela centralidade estratégica e simbólica do espaço urbano na dominação que o capitalismo impõe).

Tal fato se comprova na explicação de Raquel Rolnik acerca da existência de uma disputa constante pela apropriação do espaço público. A autora afirma:

Isto fica mais visível durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação do dia-a-dia para assumir o caráter de *civitas* por inteiro. Por exemplo, na campanha das diretas-já, a Praça da Sé ou a Cinelândia se tornaram o grande símbolo do desejo de cidadania que tomava conta do país.

Na passeata, comício ou barricada a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público. Nestes momentos, assim como nas festas populares como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão do dia-a-dia, se salientam pela ausência. Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças.

Na hora do rito, isso vem à tona, mas no dia-a-dia tudo isso está presente, subjacente, nos gestos e palavras cotidianas dos habitantes da cidade (ROLNIK, 1988, p. 24-25).

E essa disputa constante pelo espaço público faz com que haja uma intensificação desse sentido coletivo do território urbano. Sendo local de disputa e de construção de projetos que envolvem grupos e coletividades, é reforçada a ideia de que esse espaço serve à interação entre as pessoas, e que não faz sentido pensá-lo apenas como caminho, passagem. Sobre isso, é interessante resgatar o que diz Don Mitchell:

(...) o direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. No espaço público – nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas e comícios – as organizações políticas podem representar a si mesmas para uma população maior e, através dessa representação, imprimir alguma força a seus gritos e demandas. Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (MITCHELL, 2003, p. 12).

Dessa forma, fica evidente que o espaço público nas cidades está diretamente relacionado à construção do sentimento de comunidade e de coletividade. No entanto, é necessário ter em mente que ele também é parte importantíssima do desenvolvimento do capitalismo moderno. Daí a importância de se entender dialeticamente essa questão.

Ao mesmo tempo em que é o espaço da construção das coletividades, onde se interage com o diferente para a construção de ideias e experiências novas

ou com o igual a fim de defender ideias consoantes e um sentido de comunidade, o território urbano também é onde a competitividade entre os diferentes se faz de modo mais intenso. A lógica capitalista reforça a todo momento que todos os demais neste espaço são seus concorrentes, que é preciso se esforçar mais do que todos eles para conseguir ascender social e economicamente. Cria-se, assim, um clima de que nas ruas estão todos contra todos. Clima este que serve justamente para minar a identificação de similaridades e pautas comuns, ou mesmo a solidariedade para com o diferente. As características dissonantes são reforçadas como ameaças.

E isso é resultado da própria lógica de funcionamento do capitalismo, que reforça esse afastamento entre os indivíduos e estabelece como regra a própria incapacidade de criar laços de solidariedade. Portanto, não se faz como um fator recente, decorrente da chamada “pós-modernidade”, como pode ser visto no relato de Friedrich Engels a respeito da Londres do início do século XVIII:

Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências (ENGELS, 2010, p. 68).

Ou seja, o espaço da cidade historicamente foi sendo construído com essa ambivalência de ser o local da interação coletiva e de construção da solidariedade, ao mesmo tempo em que se reforçava a lógica da desagregação e da competição mais extremada.

E esse caráter segregador foi aumentando ao passar do tempo, até mesmo pela presença maior dos “diferentes” nesse espaço, por exemplo, com a entrada dos negros e das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente. Com o aumento dos atritos e das contradições decorrentes dessas diferenças, cada

vez mais se entende que “a rua é a terra-de-ninguém perigosa, que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia” (ROLNIK, 1988, p. 50). E isso fez com que a própria concepção burguesa de espaço público se alterasse:

Para a burguesia, o espaço público deixa de ser a rua – lugar das festas religiosas e cortejos que engloba a maior variedade possível de cidades e condições sociais – e passa a ser a sala de visitas, ou o salão (ROLNIK, 1988, p. 49).

Não é mais possível fazer a interação na rua, no espaço público tradicional, já que é o local onde reside o diferente, o perigoso, o imprevisível. Por consequência, cada vez fica mais necessário se proteger. Nesse sentido, começa a se remodelar a estrutura urbana a partir de uma lógica de defesa, com características notadamente militares. E o espaço de interação coletiva começa a ser interno às propriedades privadas, que são protegidas da imprevisibilidade da rua.

Em São Paulo, esse pensamento gerou uma cidade organizada pelo monitoramento constante, pelo medo e por uma arquitetura hostil. Origina-se, desse pensamento, a estruturação da Lógica do Condomínio.

3. SÃO PAULO: A CIDADE DE MUROS E A ASCENSÃO DA LÓGICA DO CONDOMÍNIO

Para que seja possível entender o que é e como se estruturou a Lógica do Condomínio em São Paulo, primeiramente é necessário entender o caráter inerentemente social da natureza humana, e como esse caráter se comporta frente ao contexto apresentado – o que retoma a análise feita por Engels – e como isso afetou a produção do espaço urbano.

Por um lado, se a natureza humana é intrinsecamente social, por outro o avanço do capitalismo serviu para favorecer a competição e o medo em relação ao próximo. Isso resulta na situação ambígua de que se formem grupos cada vez mais segregacionistas, baseados em características comuns cada vez mais específicas e na própria tentativa de se proteger em relação aos diferentes. Uma explicação muito boa em relação a essa organização dessas “caricaturas de comunidades” foi dada por Leandro Konder, ao passo que afirma:

Por um lado, há um número crescente de indivíduos com maior riqueza e complexidade interior; e esses indivíduos experimentam uma necessidade mais imperiosa de superar seus limites como indivíduos, uma necessidade

mais imperiosa de se complementarem em alguma forma de existência comunitária, que os aproxime uns dos outros (sem prejuízo da individualidade deles). Por outro lado, a “racionalização” utilitária do capitalismo e o espírito exageradamente competitivo estimulado pelo mercado agravam muito as contradições entre os homens, diminuem a importância das velhas formas tradicionais de comunidade (família, vizinhança antiga), criam situações de solidão, desenvolvem frustrações, espalham muita agressividade e insegurança.

A falta de uma compreensão dialética desses problemas e a avidez dos indivíduos pelas comunidades (por formas de convivência mais profundas) levam as pessoas, com frequência, a aderirem, apaixonadamente, a sucedâneos de formas de existência autenticamente comunitárias (quer dizer: levam-nas a se integrarem em pseudocomunidades, em caricaturas de comunidades) (KONDER, 1981, p. 80-81).

O desenvolvimento dessas contradições trouxe resultados concretos na forma como as cidades se fazem estruturadas. A arquitetura passou a servir de instrumento para a produção de espaços privados com uso coletivo. Ou seja, espaços organizados pela ótica da integração de grupos específicos ao mesmo tempo em que garantem exclusividade a eles, protegendo-os do contato com o diferente. Com isso, conseguem manter essa integração tão necessária à natureza humana, sem deixar de excluir o que é diferente e ameaçador. Ademais, se estruturam de forma a desvalorizar constantemente o espaço público e aberto, sendo voltados para seus próprios interiores. Com a rua mantêm apenas elementos profundamente relacionados à lógica militar: são cercados por altos muros³⁰, protegidos por seguranças armados e vigiados por câmeras de segurança. Elementos esses que servem como estrutura física e simbólica de negação da diferença, para garantir que apenas os membros daquele grupo restrito poderão integrar esses espaços e construir, assim, uma pseudocomunidade (retomando Konder) baseada no narcisismo e nos discursos autorreferenciados.

Só há espaço nesses locais para quem não pertence aos grupos dominantes que compõem essas pseudocomunidades se for para exercerem funções “subalternas”, não como membros da comunidade. Estão lá para servir. E isso é constantemente reiterado pelo estabelecimento de uniformes obrigatórios próprios a cada função laboral e um código de regras a serem seguidas por esses empregados, os quais são símbolos indispensáveis para a hierarquização necessária.

³⁰ “cujo objetivo militar é impedir a entrada, ocultar a presença de recursos estratégicos e facilitar a observação do inimigo” (DUNKER, 2015, p. 50)

Além disso, outro tópico importante de ser ressaltado em relação a essas novas formações urbanas é o fato de que o foco e o interesse desses espaços estão voltados para dentro, e não para fora, de modo a montar um sistema de funcionamento autônomo e flexível, que traz a eles uma característica singular de que mantêm sua funcionalidade, sua importância e seu valor independentemente do próprio entorno. Em consequência disso, mesmo sendo empreendimentos geralmente voltados para as classes altas, podem se localizar em áreas não tão valorizadas – como na periferia ou em áreas rurais. O que se destaca como mais importante nesse caso, ao contrário das formas tradicionais de produção e valorização de espaços urbanos, não é a infraestrutura do entorno e a localização do bairro, mas sim o funcionamento interno e a exclusividade de acesso.

Esses novos empreendimentos urbanos foram denominados, por Teresa Caldeira, enclaves fortificados, e incluem não só os condomínios, mas também shopping centers, aeroportos, conjuntos de escritórios e até mesmo áreas tradicionalmente mais democráticas, mas que têm sofrido alterações para se tornarem cada vez mais exclusivistas, como hospitais, escolas e centros de lazer (CALDEIRA, 2000, p. 258).

Toda essa carga restrita do acesso a esses espaços, de permanente controle seletivo de quem a eles pertence – mesmo que seja um elemento essencialmente antidemocrático – acaba, dentro da lógica de funcionamento do capitalismo, se tornando sinônimo de privilégio e, conseqüentemente, um símbolo de status.

Especificamente na cidade de São Paulo, a ascensão desses enclaves fortificados como um todo está intimamente ligada à ascensão específica dos condomínios fechados, a partir da década de 1970. A partir do sucesso simbólico e comercial que foi o empreendimento de Alphaville³¹ (primeiro grande condomínio fechado do Brasil, inaugurado em 1973), muitos mais se espalharam por toda a capital paulista, sempre trazendo essa carga de elitismo e segregação.

A partir desse processo, chegamos a uma conjuntura onde:

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Ergueram-se barreiras por toda parte — em volta das casas, prédios de apartamentos, parques, praças,

³¹ É interessante notar que Alphaville recebeu esse nome inspirado na cidade espacial futurista homônima presente no filme de Jean-Luc Godard (no original, *Alphaville, une étrange aventure de Lemmy Caution*) de 1965. No entanto, isso se fez devido a uma evidente falta de compreensão das elites paulistas à época em relação ao que é retratado no filme, já que Godard faz uma crítica feroz àquela sociedade onde os sentimentos foram abolidos e as relações pessoais eram absolutamente reduzidas. O que não deixa de ser irônico e revelador.

complexos de escritórios e escolas. Edifícios e casas que comumente se ligavam às ruas por jardins hoje estão separados por altos muros e grades e têm equipamentos eletrônicos de vigilância e guardas privados armados. Com frequência, as novas adaptações criam um espaço esdrúxulo (por exemplo, grades no meio da escada de entrada de um prédio), já que são improvisadas em locais originalmente concebidos sem elas, em espaços desenhados para serem abertos. No entanto, essas barreiras já estão totalmente integradas aos novos projetos de casas, apartamentos, áreas de comércio e de trabalho. Uma nova estética de segurança modela todos os tipos de construção, impõe sua lógica de vigilância e distância como forma de status e muda o caráter da vida e das interações públicas (CALDEIRA, 1997, p. 159).

Essa construção de uma cidade de muros faz com que cada vez mais os grupos diferentes se isolem em ambientes homogêneos, e, em consequência disso, progressivamente se procura uma homogeneização maior. Ou seja, as diferenças menores, que antes não eram percebidas ou eram vistas como insignificantes, são progressivamente tidas como possíveis ameaças, de modo que se busca igualar os pertencentes a esses espaços nos mais mínimos detalhes. A esse processo, Freud deu o nome de narcisismo das pequenas diferenças.

No entanto, é notável que a organização das pessoas nesses enclaves fortificados – que inicialmente foram exclusividade das elites, mas depois foram se tornando mais comuns também entre as demais classes – trouxe efeitos que incidiram diretamente na concepção da cidade e na própria forma de organização da sociedade.

Se no condomínio surge fortemente a figura do síndico – aquela autoridade que faz, pela força e pelo conhecimento dos códigos e dos regulamentos internos, a organização técnica e social daqueles grupos que ali vivem –, na sociedade isso se reflete na ascensão da figura dos gestores, que se configuram enquanto manipuladores de leis.

Além disso, se no espaço dos enclaves fortificados a interação é apenas entre os iguais, também nos demais espaços da sociedade – como na academia, nos espaços públicos, no trabalho, etc – a própria interação social, quando ocorre, se faz de forma autorreferenciada, narcísica. Só ocorre interação com aquele que é similar, e essa interação é feita a partir dos mesmos referenciais, baseadas em experiências muito semelhantes e em perspectivas de mundo idênticas.

A soma de tais elementos, somados, constituem a noção psicanalítica que Christian Dunker denominou *Lógica do Condomínio* (DUNKER, 2015).

Fica muito evidente a prevalência dessa lógica em São Paulo quando se percebe a primazia dada ao veículo individual na divisão do espaço das ruas, principalmente quando se vê que grande parte desses veículos carregam apenas uma pessoa. Eles são como versões móveis dos enclaves fortificados, que protegem o indivíduo do contato com o diferente mesmo quando em trânsito pelo território público.

Apesar de esse avanço da lógica do condomínio e da ascensão dos enclaves fortificados durante a década de 2010, é notável perceber que o próprio Plano Diretor Estratégico vigente à época (Lei 13.430, de 13 de Setembro de 2002) era contrário a essas ideias. Ele tinha entre seus princípios a própria questão do Direito à Cidade e a função social da Cidade (como visto no art. 7º, III e IV). Mesmo assim, por questão das disputas políticas (e por a concretização do Direito ser consequência dessa disputa), as políticas públicas que deveriam servir para tornar a cidade mais democrática e estimular a integração não foram postas em prática de forma eficiente. Isso serviu para reforçar o avanço dos enclaves fortificados e do distanciamento entre os diferentes no espaço público.

No entanto, essa concepção de cidade é questionada profundamente nos protestos de junho de 2013, que tiveram como estopim o aumento do preço da passagem de ônibus, mas traziam toda uma carga de demanda pela reapropriação do espaço público pela população.

Com esse contexto, foi construído o novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050, 31 de julho de 2014), após processo amplamente participativo, que trouxe consigo as angústias desse distanciamento entre população e espaço público.

4. O ESPAÇO PÚBLICO NO NOVO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O novo Plano Diretor Estratégico (PDE) já se iniciou trazendo a questão da participação popular como um dos principais pilares de sua construção. De acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo na

plataforma Gestão Urbana SP³², a elaboração do projeto inicial contou com 114 audiências públicas, 25.692 participantes e um total de 10.147 contribuições, sendo que, destas, 5.684 foram feitas presencialmente e 4.463 através das plataformas digitais de participação. Essa forma de construção dos rumos da cidade, de maneira amplamente democrática, foi algo que se refletiu no próprio PDE, que serve a essa função até o ano de 2030.

A começar pelos princípios que regem o novo PDE, que demonstram uma preocupação em fazer com que a estrutura da cidade seja feita para servir à população da forma mais democrática possível:

Art. 5º Os princípios que regem a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico são:

- I - Função Social da Cidade;
- II - Função Social da Propriedade Urbana;
- III - Função Social da Propriedade Rural;
- IV - Equidade e Inclusão Social e Territorial;
- V - Direito à Cidade;
- VI - Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado;
- VII - Gestão Democrática.

Além disso, foram definidos objetivos mais gerais que nortearam o PDE. Dentre eles, os que se direcionam mais especificamente à questão do espaço público são quatro, quais sejam: Melhorar a mobilidade urbana; Qualificar a vida urbana nos bairros; Orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; e Reorganizar as dinâmicas metropolitanas.

A questão de melhorar a mobilidade urbana se relacionam clara e diretamente com a questão do espaço público justamente por estruturarem a forma como as pessoas se locomoverão pela cidade, decidindo se serão priorizados os veículos individuais ou o transporte público associado a meios alternativos de transporte (como bicicletas e transporte a pé).

Nesse sentido, o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo se estrutura justamente pela ampliação e qualificação do conjunto articulado de sistemas de mobilidade urbana. Para isso, regula questões relativas ao transporte coletivo³³, circulação de pedestres³⁴ e ciclistas³⁵, sistema viário³⁶, hidroviário³⁷, aeroviário³⁸ e de logística e cargas³⁹. Também, estimula a passagem de pedestres a

³² www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br

³³ Art. 243.

³⁴ Art. 226, 230, 231, 232, 233 e 339.

³⁵ Art. 226, 228, 229, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 339, 351.

³⁶ Art. 6, 14, 27, 43, 138, 226, 228, 237, 238, 241, 242, 259, 272, 346, 35, 383.

³⁷ Art. 226, 228, 225, 256, 257.

³⁸ Art. 261, 262.

prever o aumento da largura das calçadas ao longo dos eixos de transporte público. Pretende-se, dessa forma, organizar uma estrutura de mobilidade que facilite e permita aos cidadãos se locomoverem e aproveitarem de todo o espaço da cidade, não apenas para ir e vir, mas também para que possam interagir com os outros. E a própria valorização do transporte público, associada ao desestímulo ao transporte individual motorizado, é algo que se direciona a fazer com que as pessoas se locomovam cada vez mais de forma coletiva.

Esse elemento é importantíssimo para que se possa discutir uma reapropriação do espaço público pela população, já que não é possível que esse fator aconteça sem que as pessoas tenham condições de transitar e experienciar esse espaço público de forma qualificada e coletiva.

Ademais, em relação ao ponto de Qualificar a vida urbana nos bairros, a ideia é fazer com que dentro dos bairros se estabeleça uma dinâmica própria. Para isso, prevê limites para o adensamento dos bairros ao mesmo tempo em que estimula o uso misto destes, com fachadas ativas, em edifícios mistos⁴⁰, que sirvam para interagir com os transeuntes. Ou seja, estimula-se a presença de edifícios com comércio, serviços e equipamentos no térreo, com acesso aberto à população. Isso cria emprego nos bairros, fazendo com que não seja mais necessário à maior parte da população se deslocar muito todos os dias para chegar ao local de trabalho. Seria possível trabalhar mais próximo ao próprio lar, o que faz com que haja mais tempo livre também para usufruir dos espaços públicos.

Ao mesmo tempo, para estimular ainda mais a interação no espaço dos próprios bairros, o plano traz consigo a proposição de 167 novos parques e áreas verdes⁴¹ na cidade e o fim da quantidade mínima de vagas destinadas a carros em novos empreendimentos⁴². Com isso, associando a presença de novos parques – destinados ao lazer e à experiência urbana da população – com a criação de redes de equipamentos urbanos⁴³ (de Educação, Saúde, Esportes, Cultura e Assistência Social), pretende-se fazer com que as pessoas possam passar mais tempo nos próprios bairros e nos espaços abertos desses bairros, de forma a estimular a interação e a coletividade.

³⁹ Art. 228, 258, 259, 260.

⁴⁰ Art. 27, 75, 78, 79, 80, 181, 362, 363.

⁴¹ Art. 9, 24, 25, 26, 63, 72, 74, 123, 126, 127, 145, 214, 218, 222, 223, 265, 266, 268, 270, 272, 273, 274, 284, 288, 289, 290, 305, 339, 346, 351, 375, 376.

⁴² Art. 27, 29, 30, 78, 80, 82, 94, 181, 228, 229, 232, 240, 241, 368, 369.

⁴³ Art. 26, 174, 301, 302, 303, 304, 305, 383

O ponto do Crescimento da cidade nas proximidades do transporte público, muito associado aos dois anteriores, tem em mente a questão da humanização do espaço público, que ele seja tomado pelas pessoas de forma qualificada e que facilite a locomoção.

Nesse sentido, prevê a questão da cota parte⁴⁴ – ou seja, uma cota de unidades habitacionais nos empreendimentos –, incentivo urbanístico para empreendimentos que destinarem áreas para a fruição pública⁴⁵ e também busca o aumento do coeficiente de aproveitamento – tornando possível um adensamento construtivo maior, de modo a aproveitar melhor a infraestrutura existente.

Dessa forma, busca-se aumentar a quantidade de pessoas vivendo nos chamados Eixos de Estruturação da Transformação Urbana⁴⁶ e permitir que essas pessoas consigam usufruir dos instrumentos urbanísticos oferecidos nos espaços públicos.

Por fim, a questão de Reorganizar as dinâmicas metropolitanas pretende fazer com que seja possível repensar o funcionamento dos espaços diferentes da cidade (a partir dos chamados Projetos de Intervenção Urbana⁴⁷) de modo a direcioná-lo aos interesses, tendo em mente tanto o benefício do coletivo da cidade quanto da localidade específica em si.

Para atingir isso, pretende dinamizar a área central da cidade, aumentando a quantidade de moradias nesse espaço – principalmente no que se refere a moradias voltadas à população de baixa renda – ao mesmo tempo que reorganiza, em toda a cidade, a questão do aproveitamento da terra, associado a melhorias urbanísticas e ambientais para a população.

5. CONCLUSÃO

Ao analisarmos o contexto histórico do avanço dos enclaves fortificados e do próprio estabelecimento da lógica do condomínio no funcionamento da cidade de São Paulo, é possível percebermos que a cidade vinha de um

⁴⁴ Art. 79, 117.

⁴⁵ Art. 13, 23, 27, 43, 79, 82, 382

⁴⁶ São quadras localizadas nas áreas de influência determinadas pelo PDE demarcadas ao longo dos sistemas de transporte coletivo de média e alta capacidade, como metrô, trem e corredores de ônibus, que têm como princípio o melhor aproveitamento de áreas bem localizadas, próximas à infraestrutura de mobilidade.

⁴⁷ Art. 12, 23, 25, 76, 134, 135, 148, 149, 313, 325.

processo em que o espaço público – historicamente ligado à dualidade dialética entre o medo do diferente e a troca de experiências coletivas – vinha sendo cada vez mais desvalorizado e tratado apenas como *locus* de passagem para as pessoas. Ocorria, assim, um processo de enfraquecimento da própria experiência urbana coletiva, em favor de experiências cada vez mais localizadas em pseudocomunidades fechadas e militarmente planejadas.

E isso ocorreu mesmo com o Plano Diretor Estratégico vigente na década de 2000 tendo em seus princípios o Direito à Cidade e a função social da Cidade.

Mas as manifestações de 2013, que trouxeram à tona e à ordem do dia a discussão a respeito da apropriação do espaço público pela população, buscando não apenas uma melhora nos serviços públicos e o não aumento do valor das passagens do transporte público, mas sim uma reformulação nos rumos da discussão a respeito do modelo de cidade que temos e queremos.

Como resultado, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo aprovado em 2014 e que define os rumos do planejamento urbano paulistano até 2030 – tendo, apesar disso, efeitos que durarão para além dessa data – já se iniciou em um processo amplamente democrático, que se refletiu na estruturação da lei. Busca-se uma cidade também democrática, que tenha dinamicidade própria em todas as regiões, estimule a fruição dos espaços públicos, garanta a função social da propriedade e de toda a cidade, se preocupe com a garantia de moradia para toda a população e traga uma estrutura de mobilidade que seja baseada no transporte coletivo multimodal articulado em detrimento dos enclaves fortificados móveis que têm sido os carros.

No entanto, é necessário ter em mente que o direito positivado não garante que essas ideias serão concretizadas. Como visto através do caso do PDE anterior, a efetivação das conquistas democráticas na estrutura da cidade previstas pelo Plano Diretor Estratégico são parte da disputa política e da própria luta de classes. Isso porque é necessário entender que os rumos tomados pela cidade podem atender a interesses específicos em detrimento dos coletivos. Nesse sentido, é indispensável ter em mente que a cidade, em si, também é luta de classes (MARICATO, 2015).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e violência em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

_____. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. In: *Novos Estudos Cebrap*, Cebrap, n. 47, mar. 1997.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: a psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade**. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARICATO, Ermínia. **Cidades e Luta de Classes no Brasil**. In: Maricato, Ermínia. *Para Entender a Crise Urbana*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MITCHELL, Don. **The Right to the City**. Minneapolis, Minnesota University Press, 2003.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

RINOSSINUSITE CRÔNICA: BACTERIOLOGIA AO REDOR DO MUNDO

CORRÊA, Eduardo Nassif – Uni-FACEF

BANDOS, Rogério Dutra – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A rinossinusite (RS) pode ser caracterizada como uma inflamação da mucosa nasal e dos seios paranasais. É de grande importância, uma vez que apresenta alta prevalência e elevado custo tanto para a saúde pública quanto para a saúde suplementar (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008).

Pode-se classificar a RS consoante a duração dos sinais e sintomas. De acordo com o início dos sintomas pode ser dividida em rinossinusite aguda (com até quatro semanas de duração), rinossinusite subaguda (de quatro a doze semanas) e rinossinusite crônica (RSC) (com mais de doze semanas de duração). (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008; SCHLOSSER, WOODWORTH, 2009; ORLANDI et al 2016).

Pode ser dividida em poliposa (pela presença de pólipos) e não poliposa (a mais comum), e tem a etiologia bacteriana envolvida na maioria dos casos. De prevalência significativa na população, a RSC afeta a qualidade de vida e a capacidade produtiva do indivíduo.

Este trabalho aborda a bacteriologia de pacientes com diagnóstico de RSC. A etiologia bacteriana, bem como o papel das bactérias na inflamação da RSC não está totalmente esclarecido, e os consensos recentes admitem a necessidade de novas pesquisas (ORLANDI et al 2016; DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008; SCHLOSSER, WOODWORTH, 2009). Além da etiologia bacteriana acredita-se que a RSC pode ter origem alérgica, química, fúngica ou viral, mas também, relacionada ao refluxo gastroesofágico, deficiência de vitamina D e osteíte.

A RSC nos Estados Unidos da América (EUA) foi responsável por 18,3 milhões de consultas médicas em 2001 (BENNINGER MS, 2003), afetando homens e mulheres igualmente, além de crianças (BENNINGER MS, 2003).

Sua distribuição geográfica também é variada, assim como, sua incidência é reduzida nos meses de verão (BENNINGER MS, 2003). Apresenta

ainda impacto socioeconômico significativo, pois, compromete a qualidade de vida e capacidade produtiva (BENNINGER MS, 2003).

Todavia, precisar e quantificar essas informações é um processo complexo. Pois existe enorme heterogeneidade de dados, devido a diferentes métodos epidemiológicos de pesquisa, diagnósticos imprecisos e por muitas outras doenças possuírem quadro clínico semelhante.

No Brasil a necessidade é ainda maior, e precisa com urgência de mais estudos epidemiológicos em rinossinusites (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008).

Levando em conta a carência de pesquisas e consensos, é de extrema importância identificar o perfil bacteriológico característico de cada região, tendo em vista que isso é a referência científica para as práticas clínicas, diagnósticas e terapêuticas.

Este estudo desenvolve-se a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, com dados secundários das principais bases de pesquisas do mundo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A rinossinusite (RS) pode ser definida como uma inflamação da mucosa nasal e dos seios paranasais. É de grande importância, uma vez que apresenta alta prevalência e elevado custo tanto para a saúde pública quanto para a saúde suplementar (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008).

Para Leung (2008), se não a maior, uma das maiores causas de inflamação no ser humano.

Pode-se classificar a RS consoante a duração dos sinais e sintomas. De acordo com o início dos sintomas pode ser dividida em rinossinusite aguda (com até quatro semanas de duração), rinossinusite subaguda (de quatro a doze semanas) e rinossinusite crônica (RSC) (com mais de doze semanas de duração). (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE RINOSSINUSITES, 2008; SCHLOSSER, WOODWORTH, 2009; ORLANDI et al 2016)

Este trabalho aborda a bacteriologia de pacientes com diagnóstico de RSC. A etiologia bacteriana, bem como o papel das bactérias na inflamação da RSC não está totalmente esclarecido, e os consensos recentes admitem a necessidade de novas pesquisas (ORLANDI et al 2016; DIRETRIZES BRASILEIRAS DE

RINOSSINUSITES, 2008; SCHLOSSER, WOODWORTH, 2009). Além da etiologia bacteriana acredita-se que a RSC pode ter origem alérgica, química, fúngica ou viral, mas também, relacionada ao refluxo gastroesofágico, deficiência de vitamina D e osteíte.

A RSC nos Estados Unidos da América (EUA) foi responsável por 18,3 milhões de consultas médicas em 2001, afetando homens e mulheres igualmente, além de crianças (BENNINGER MS, 2003).

Sua distribuição geográfica também é variada, assim como, sua incidência é reduzida nos meses de verão. Apresenta ainda impacto socioeconômico significativo, pois, compromete a qualidade de vida e capacidade produtiva (BENNINGER MS, 2003).

2.1. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil bacteriológico da rinossinusite crônica não poliposa (RSCNP), evidenciada nas culturas nasais e paranasais descritas na literatura mundial.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, este trabalho é exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador a aquisição de conhecimentos que permitam a familiarização com o objeto de pesquisa, por conseguinte, a formulação de hipóteses mais coerentes com o problema (SEVERINO, 1941).

A pesquisa contempla abordagens qualitativas e quantitativas. O método quantitativo irá mensurar tanto a coleta das informações quanto o tratamento que estas receberão. O método qualitativo é diferente, porque não emprega instrumento estatístico, consiste em compreender a natureza do problema (GIL, 2002).

Estruturada a partir das principais bases de pesquisas na área médica do mundo, a saber: LILACS, PubMed, Embase, Scopus e Web of Science. A pesquisa utilizou de palavras chaves, descritores controlados (DeSC e Mesh terms) e estratégias de busca, sendo levantados mais de 4200 trabalhos (sem qualquer filtro de pesquisa).

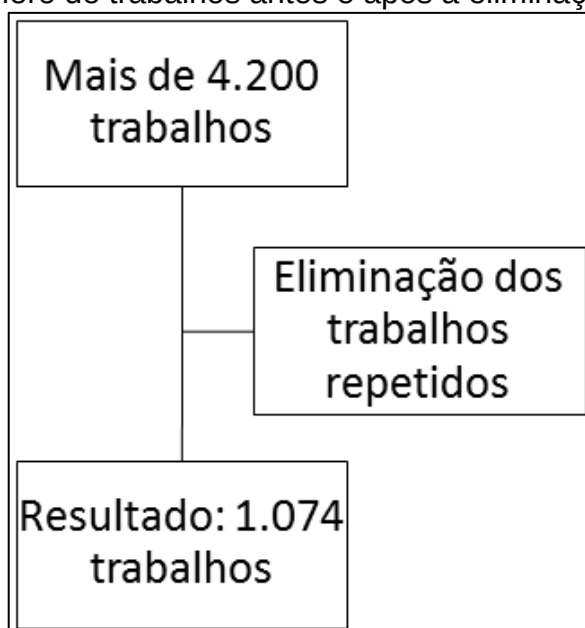
Foram selecionados trabalhos que mostravam a prevalência das bactérias encontradas nas culturas nasais e/ou paranasais de indivíduos portadores de RSCNP, independentemente método de coleta, local geográfico de origem, data da publicação ou número amostral de pacientes.

Em seguida, cada trabalho foi novamente analisado, e tiveram seus resultados compilados em tabelas comparativas, que mostravam: número de pacientes, método de coleta do material, país de origem e a distribuição percentual de cada bactéria encontrada.

3.1. Busca na Base de Dados

Ao buscar nas bases de dados, foram encontrados mais de 4.200 trabalhos. Após a exclusão dos repetidos sobraram 1.074 (Figura 1).

Figura 5 – Número de trabalhos antes e após a eliminação dos repetidos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Utilizou-se descritores controlados para a pesquisa, a saber Descritores em Ciências da Saúde (DeSC) e Medical Subject Heading (Mesh). Os descritores controlados são usados para organizar e indexar os materiais científicos nas bases de dados, facilitam o acesso e a busca de informações. A maioria dos trabalhos apresentam descritores, estes conferem maior especificidade a busca, entretanto, pode-se encontrar um número menor de trabalhos, em relação aos não indexados (LEITE, 2015).

Para as buscas utilizou-se, também, descritores não controlados ou palavras chave. As buscas foram realizadas no dia 10 de novembro de 2016.

Abaixo estão descritos em termos metodológicos a busca de artigos conforme a base de dados.

3.1.1 LILACS

A busca foi feita por meio de DeCS e operadores Booleanos, na estratégia de busca: Sinusitis AND (Microbiology OR Bacteriology). Excluído-se os repetidos sobraram 91 artigos.

3.1.2 PubMed

A busca foi feita por meio de Mesh e operadores Booleanos, na estratégia de busca: Sinusitis AND (Microbiology OR Bacteriology). Excluindo-se os repetidos sobraram 566 artigos.

3.1.2.1 Scopus

Utilizou-se as seguintes palavras chave: Sinusitis, Microbiology e Bacteriology. Excluindo-se os repetidos sobraram 205 artigos.

3.1.2.2 Web of Science

Utilizou-se as seguintes palavras chave: Sinusitis, Microbiology e Bacteriology. Excluindo-se os repetidos sobraram 164 artigos.

3.1.2.3 Embase

Utilizou-se as seguintes palavras chave: Sinusitis, Microbiology e Bacteriology. Excluindo-se os repetidos sobraram 48 artigos.

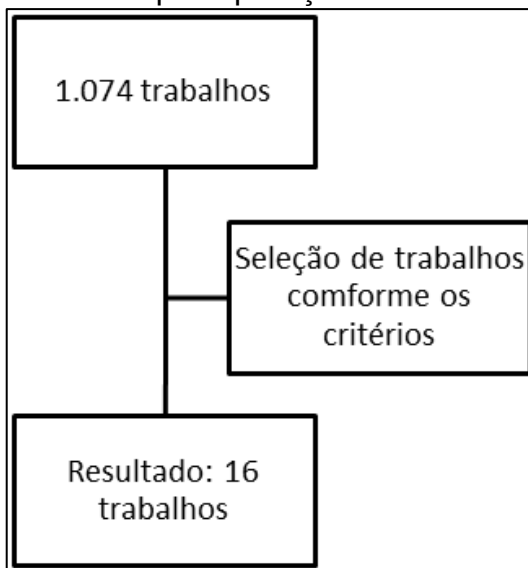
3.1.3 Seleção dos Trabalhos Conforme Critérios de Inclusão e Exclusão

Conforme a leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos foram selecionados 16 dos 1.074 trabalhos levantados (Figura 2), foram incluídos todos os trabalhos sobre RSCNP, com prevalência da bactéria explícita, independentemente da data de publicação, número amostral de pacientes e país de origem. Sobre a coleta foram incluídos trabalhos que utilizaram nasofibroscópio, *swab*, aspirado; com amostras para cultura bilateral ou unilateral das estruturas nasais ou paranasais e com coleta pré ou intra operatória.

Inclui-se estudos sobre a cultura para bactérias aeróbias, com ou sem anaeróbios.

Foram excluídos os trabalhos sobre RSCP, de bacteriologia de qualquer momento pós-operatório de cirurgia otorrinolaringológica, estudo de identificação bacteriana biomolecular e dados de interpretação duvidosa.

Figura 2 - Número de trabalhos após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão



Fonte: Elaborado pelo autor.

4. RESULTADOS

Na tabela abaixo estão sintetizadas as informações sobre os trabalhos analisados. Ela contempla o ano de publicação, os autores, o título, o número de culturas e os resultados.

ANO	AUTORES	TÍTULO	MÉTODOS E LOCAL DE CULTURA BACTERIANA	N (CULTURAS)	RESULTADOS MAIS PREVALENTES
2006	Cincik H, Ferguson Bj	The impact of endoscopic culture on case in rhinosinusitis	Endoscópica	41	Staphylococcus Aureus – 22% Acute Pathogens - 14,6% Pseudomonas Aeruginosa – 12%
2007	Araujo, Elisabeth. Palombini, B. C. Cantarelli, V. Pereira, A. Mariante, A.	Microbiology of Middle in Chronic Rhinosinusitis	Amostra de meato médio: 114 Secreção maxilar: 13	27	Staphylococcus Aureus – 36% Staphylococcus Coagulase negativo– 20% Streptococcus pneumoniae – 17%
2009	Andrea Reiderfuhr, Hanspeter Kirsche, Hebert Rushelmann, Nale Willinghauan	The bacteriology of chronic rhinosinusitis with and without polyps	Lavagem nasal simples e biopsia da mucosa etmoidal	13	Staphylococcus Coagulase negativo – 80% Corynebacterium sp – 20% Staphylococcus Aureus – 8%
2007	Araujo, E. Dall, C. Cantarelli, V. Pereira, A. Mariante, A. R.	Microbiology of Middle Meatus in chronic rhinosinusitis	Endoscopia	134	Staphylococcus Aureus – 31% Staphylococcus coagulase negativo – 23% Streptococcus pneumoniae – 13%

2015	Zi Yang Jiang, Yann Fur Kou, Brata PS	Endoscopic culture directed in chronic rhinosinusitis	Endoscopia	105	Staphylococcus Aureus – 29,5% Pseudomonas Aeruginosa - 23,8% Staphylococcus meticillina-resistente (MRSA) – 11,4%
2012	Edward Cleland, Ahumed Bassioseni, Pether Jhon Wormald	The bacteriology of chronic rhinosinusitis and the preeminence of staphylococcus aureus	Cultura intraoperatória cirurgia endoscópica	513	Staphylococcus aureus - 35% Pseudomonas aeruginosa - 9% Haemophilus spp - 7%
1996	Akita S, Ogawa H, Migazaki T, Itio Y, Miyaka H	Bacterology of chronic sinusites	Cultura intraoperatória - cirurgia endoscópica – secreção maxilar	16	Staphylococcus epidermidis - 36% Provotella - 18% Staphylococcus aureus – 18%
2013	M Panduranga Kamath, Vijendra Shenoy S, Nithin Mittal, Nitish Sharma	Microbiological analysis of paranasal sinuses in chronic sinusitis – A south coastal study	Cultura intraoperatória - cirurgia endoscópica – swab e biópsia	100	Staphylococcus aureus – 43% Klebsiella spp - 9% MRSA - 3%
1997	Hsiao, H. R. Huang, H. M. Chao, M. C. Chen, Y. L.	Bacteriology of chronic paranasal sinusitis in children	Cultura intraoperatória - cirurgia endoscópica	28	Staphylococcus coagulase negative - 42% Staphylococcus aureus - 32% Streptococcus alfa hemolítico - 28% Streptococcus pneumoniae - 25%
2016	Ivanchenko, O. A. Karpishchenko, S. A.	The microbiome of the maxillary sinus and middle nasal	Aspirado do seio maxilar	103	Streptococci - 28.8% Prevotella - 17.8%

	Kozlov, R. S. Krechikova, O. I. Otvagin, I. V. Sopko, O. N. Piskunov, G. Z. Lopatin, A. S.	meatus in chronic rhinosinusitis			940 Staphylococcus aureus - 8.9% Staphylococcus pneumoniae - 6.7% Haemophilus influenza - 5.4%
2013	Madani, S. A. Hashemi, S. A. Fazli, M. Esfandiar, K.	Bacteriology in Patients With Chronic rhinosinusitis in North of Iran (Sari)	Coleta de secreção nasal	253	Staphylococcus aureus - 37% Streptococcus pneumoniae - 23%
2010	Mantovani, Karina Bisanha, Andréia Alessandra Demarco, Ricardo Cassiano Tamashiro, Edwin Martinez, Roberto Anselmo-Lima, Wilma Terezinha	Análise microbiológica em secreção de seio maxilar nos pacientes com rinossinusite crônica	Endoscopia de secreção maxilar	62	Pseudomonas aeruginosa - 27,6% Staphylococcus aureus - 13,9% Staphylococcus epidermidis - 13,9% Streptococcus pneumoniae - 10,4%
2006	Nigro, Josiane Faria de Aguiar Nigro, Carlos Eduardo Nazareth Marone, Silvio Antonio Monteiro Voegels, Richard Louis	Microbiologia dos seios maxilar e etmoidal em pacientes com rinossinusite crônica submetidos à cirurgia funcional endoscópica dos seios paranasais	Cultura intraoperatória cirurgia endoscópica - secreção maxilar e etmoidal	41	Staphylococcus coagulase-negativo - 12,1% Staphylococcus aureus - 9,75%

1991	Orobello, P. W. Park, R. I. Belcher, L. J. Eggleston, P. Lederman, H. M. Banks, J. R. Modlin, J. F. Naclerio, R. M.	Microbiology of chronic sinusitis in children	Coleta de secreção de nasofaringe e meato médio	39	Staphylococcus coagulase negativo – 46% Streptococcus viridans – 35% Staphylococcus aureus - 23% Corynebacterium - 13% Haemophilus influenza – 7.6%
2015	Pourmousa, R. Dadashzadeh, R. Ahangarkani, F. Rezai, M. S.	Frequency of Bacterial Agents Isolated From Patients With Chronic Sinusitis in Northern Iran	Coleta com endoscópio de meato médio nasal e seio maxilar	100	Gram-positive bacillus - 24% Staphylococcus aureus - 19% Staphylococcus coagulase negative - 18% Enterobacter aerogenes - 10%
2001	Schlosser, R. J. London, S. D. Gwaltney, J. M. Gross, C. W.	Microbiology of chronic frontal sinusitis	Aspirado de seio frontal	35	Staphylococcus aureus - 21% Staphylococcus coagulase negative – 18% Haemophilus influenza – 9%

Fonte: o próprio autor

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram analisados 16 trabalhos, que juntos somaram 1710 culturas, em média 95 culturas por trabalho. Segue-se um breve resumo das bactérias encontradas nos trabalhos pesquisados.

O *Staphylococcus aureus*, bactéria aeróbica gram positiva foi a única isolada em todos os 16 trabalhos. Esta bactéria foi a primeira prevalente em 10 trabalhos.

O *Staphylococcus coagulase negativa*, uma bactéria aeróbica gram positiva, foi a primeira prevalente em 5 trabalhos, foi a segunda mais prevalente em 3 trabalhos e a terceira mais prevalente em 2 trabalhos.

O *Pseudomonas aeruginosa*, bactéria aeróbica gram negativa, foi a primeira prevalente em 1 trabalho, a segunda mais prevalente em 2 trabalhos e a terceira mais prevalente em 1 trabalho.

O *Corynebacterium sp*, bactéria aeróbica ou anaeróbia facultativa gram positiva, foi a segunda mais prevalente em 1 trabalho e a quarta mais prevalente em 1 trabalho.

O *Haemophilus influenza*, bactéria aeróbica gram negativa, foi a terceira mais prevalente em 2 trabalhos e a quinta mais prevalente em 2 trabalhos.

O *Streptococcus sp*, bactéria aeróbica gram positiva foi prevalente em 1 trabalho.

O *Streptococcus viridans*, bactéria aeróbica gram positiva foi a segunda mais prevalente em 1 trabalho.

O *Streptococcus pneumoniae*, uma bactéria aeróbica gram positiva, foi a segunda mais prevalente em 1 trabalho, a terceira mais prevalente em 2 trabalhos e a quarta mais prevalente em 1 trabalho.

O *Staphylococcus meticillina-resistente (MRSA)*, foi isolado em 2 trabalhos.

O *Enterobacter aerogenes*, uma bactéria anaeróbica facultativa, gram negativa foi a quarta mais prevalente em 1 trabalho.

O *Provatella*, uma bactéria anaeróbia gram negativa, foi a segunda mais prevalente em 2 trabalhos.

O *Klebsiela spp*, uma bactéria anaeróbica gram negativa, foi a segunda mais prevalente em 1 trabalho.

Outras bactérias foram encontradas com menor frequência, entre elas *Escherichia coli*, *Klebsiella oxytoca*, *Propionibacterium acnes*, *Actinomyces*, *Neisseria ssp*, *Peptostreptococcus*, *Moraxella sp*, *Micrococcus sp*, *Staphylococcus Capitis* e *Staphylococcus hominis*.

O isolamento de bactérias anaeróbicas é mais difícil pois requiere técnicas de cultura direcionadas.

A presença de fungos foi descrita em 3 trabalhos.

6. CONCLUSÃO

O trabalho permitiu constatar a diversidade de prevalência e distribuição de diferentes espécies bacterianas encontradas na RSCNP nas diferentes populações nos cinco continentes, constatando sua diversidade etiopatogênica;

A única bactéria encontrada em todos os trabalhos foi o *Staphylococcus aureus*;

O trabalho revelou a dificuldade de uniformização dos dados pelas diferentes metodologias usadas em cada trabalho, o que possivelmente dificulta recrutamento de trabalhos para se elaborar uma meta análise.

No entanto, esta pesquisa poderá servir de base para novas e maiores pesquisas, bem como para comparações com outros métodos de identificação bacteriana (biomoleculares), além de futuras pesquisas em âmbito local, visando fornecer elementos que colaborem para um melhor diagnóstico e tratamento da RSCNP.

REFERÊNCIAS

Diretrizes Brasileiras de Rinossinusites. (2008). *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 74(no. 2).

LEUNG, Roxanne S, *et al*. The diagnose end management of acute and chronic sinusitis. *Prim Care Clin Office Pract*, v. 35, p. 11-24, 2008.

SCHLOSSER, R. J; WOODWORTH, B.A Cronic Rhinosinusitis and Polyposis. In: SNOW, WACKYM. Ballenger's Otorhinolaryngology 17 head and neck surgery. 17. ed. Connecticut: BC Decker Inc, 2009.

ORLANDI, R,R; et al. International Consensus Statement on Allergy and Rhinology. volume 6 Issue S1, pages S3-S21, fev 2016.

BENNINGER MS, F. B. E. H. J. Otolaryngol Head and Neck Surg. [S.l.]: [s.n.], 2003.

SEVERINO, A. J. (1941). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez .

GIL, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.

LEITE, Renata Antunes de Figueiredo. *Direito à Informação em saúde: revisão integrativa*. Tese de Doutorado; (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2015.

CINCIK H. The impact of endoscopic culture on case in rhinosinusitis. The Laryngoscope, set 2006.

A RAUJO, Elisabeth; et al. Microbiology of Middle in Chronic Rhinosinusitis. American Journal of Rhinology, jan/fev 2003.

ARAUJO, Elisabeth; et al. Microbiology of Middle in Chronic Rhinosinusitis. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, v. 73, n. 4, jul/ago 2007.

NIGRO, Joosiane Faria de Aguiar; et al. Microbiologia do seio maxilar e etmoidal em pacientes com rinossinusite crônica submetidos à cirurgia funcional endoscópica dos seios paranasais. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, v. 72, n. 2, mar/abr 2006.

ZI YANG, Jiang; et al. Endoscopic culture directed in chronic rhinosinusitis. American Journal of Rhinology, set/out 2015.

CLELAND, Edward; et al. The bacteriology of chronic rhinosinusitis and the preeminence of staphylococcus aureus. International Forum Allergy and Rhinology, ago 2003.

AKITA, Shigeki; et al. Bacterology of chronic sinusitis. Jiki Inkoka Tembo, v. 39, 1996.

KAMATH, M Panduranga; et al. Microbiological analysis of paranasal sinuses in chronic – A south Indian coastal study. Egyptian Journal of Ear, Nose, Throat and Allied Sciences, v. 14, nov 2013.

HSIAO, H. R.; et al. Bacteriology of chronic paranasal sinusitis in children. Journal of the Otolaryngological Society of the Republic of China, v. 2, 1997.

IVANCHENKO, O. A.; et al. The microbiome of the maxillary sinus and middle nasal meatus in chronic rhinosinusitis. Rhinology, v. 54, 2016.

MADANI, S. A.; et al. Bacteriology in Patients With Chronic rhinosinusitis in North of Iran (Sari), Jundishapur Journal of Microbiology, v. 6, 2013.

MANTOVANI, Karina; et al. Análise microbiológica em secreção de seio maxilar nos pacientes com rinossinusite crônica. Braz J Otorhinolaryngol, v. 76, 2010.

OROBELLO, P. W.; et al. Microbiology of chronic sinusitis in children. Archives of Otolaryngology-Head & Neck Surgery, v. 117, 1991.

POURMOUSA, R.; et al. Frequency of Bacterial Agents Isolated From Patients With Chronic Sinusitis in Northern Iran. Glob J Health Sci, v. 8, 2015.

SCHLOSSER. R. J.; et al. Microbiology of chronic frontal sinusitis. Laryngoscope, v. 111, 2001.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA - PIBID MATEMÁTICA

MARCELINO, Gabriela Helena dos Santos – Uni-FACEF

QUERINO, Letícia Ferreira – Uni-FACEF

RIBEIRO, Maria Cristina – E. E. Professora Lydia Rocha Alves

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades de aprendizagem, a falta de interesse e a defasagem nos levaram a discutir a abstração presente nas aulas de operações algébricas, ministradas para alunos do oitavo ano (sétima série). Temos como objetivo possibilitar que os participantes, no caso alunos do ensino regular de uma escola de Franca, atendida pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) através do subprojeto de matemática, reflitam sobre a operacionalidade utilizando símbolos.

Nos primeiros anos da Educação Básica, os alunos estão acostumados a estudar Matemática com cálculos aritméticos que envolvem as quatro operações, trabalhadas em um crescente grau de dificuldade. Letras são usadas somente para representar grandezas, como "cm" para centímetro, "kg" para quilograma e "m" para metro. Como se não bastasse saber as quatro operações, os alunos do 8º ano precisam descobrir o valor das letras. De fato, a compreensão da álgebra - a parte da disciplina que estuda leis e operações com símbolos abstratos, geralmente utilizando letras para representar valores desconhecidos exige que o aluno repense saberes que funcionavam bem com as operações aritméticas. É fundamental o papel do professor nessa passagem da aritmética à álgebra mostrando que há uma continuidade e não uma ruptura dos conteúdos. A chave é mostrar que tudo que se aprendeu nas séries iniciais segue sendo válido.

2. METODOLOGIA

Pensando nessa necessidade os alunos bolsistas do PIBID desenvolveram um jogo utilizando as cartas do baralho. O presente trabalho refere-se a um relato de experiência didático pedagógica, ministrada por alunos com formação em matemática no Uni-FACEF- Centro Universitário de Franca, bolsistas

do PIBID pertencente ao CAPES, como já dito, em uma Escola Estadual de Ensino fundamental e Médio localizada na cidade de Franca - São Paulo. Essa atuação ocorreu na aula de matemática (quatro aulas) trazendo para a mesma uma estratégia lúdica para o estudo da álgebra com o tema central Aprendendo álgebra com o baralho.

Para isso os alunos foram divididos em grupos de quatro participantes, cada participante recebeu oito cartas e o jogo foi realizado em quatro rodadas. Foi explicado na lousa que cada naipe e carta especial possuem um valor específico e que as cartas pretas representam a operação de subtração, enquanto as cartas vermelhas representam a operação de adição.

Após receberem as cartas, os participantes deveriam montar as expressões algébricas indicadas pelas cartas recebidas, como mostra a figura 1

Figura 1 – Tabela de pontuação

Rodada	Expressão	Substituição	TOTAL
1ª			
2ª			
3ª			
4ª			

Fonte: Próprio autor, 2017.

Em seguida substituíram os valores representados na legenda dos naipes e cartas especiais, como mostra a figura 2, realizando o cálculo. Com o resultado do cálculo, obtiveram o valor total, onde no final foi feito o somatório dos totais de cada rodada. O participante que atingiu a maior pontuação em relação a aquele grupo foi o vencedor.

Figura 2 - Legenda dos naipes e cartas especiais

Paus ♣	Espada ♠	Copas ♥	Ouro ♦
-1	-2	3	4
Valete J	Dama Q	Rei K	CORINGA
11	12	13	0

Fonte: Próprio autor, 2017.

3. RESULTADOS

Os resultados nos apontaram que através da atividade e das aulas ministradas, houve uma resposta positiva na participação e interação dos alunos com o assunto trabalhado.

O jogo desenvolvido trás grandes contribuições em relação ao aprendizado, pois o material utilizado por fazer parte do cotidiano dos alunos se torna um ponto de muito interesse para os estudantes. Os alunos se esforçaram para entender e a aula fluiu de uma maneira menos tradicional, possibilitando que as crianças vejam que a matemática apesar de lúdica pode ser uma coisa tocável e além de tudo interessante.

Figura 3 – Aula em desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

REFERÊNCIAS

CENTURIÓN, Marília. *Matemática nos dias de hoje*. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2015.

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *A conquista da matemática*, 8º ano. Ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2009.

SÍNDROME DE BURNOUT E DOCÊNCIA: Um estudo comparativo no ambiente escolar

DAVID, Maria Luisa Milani – Uni-FACEF
OLIVEIRA, Paulo de Tarso – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O trabalho, independente do modelo econômico da sociedade, esteve presente desde o princípio da humanidade passando por inúmeros processos e mudanças. Dessa forma, ele sempre assumiu um papel fundamental na vida das pessoas, refletindo em sua vida social, física, psicológica e econômica. Por isso, o trabalho está intimamente ligado com uma vida saudável, como é possível perceber através da definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) a qual caracteriza saúde como: *“o completo bem-estar biológico, psicológico e social e não apenas ausência de doença.”*

Dessa forma, atualmente, diversos estudos têm como foco as atividades ocupacionais e os seus reflexos na vida dos indivíduos, analisando diversos fatores que permeiam esse assunto como: motivação, realização profissional, cultura organizacional, organização do trabalho, fatores pessoais, psicopatologias, entre outros.

Nesse sentido, a compreensão do Burnout, termo inglês que significa “perder o fogo” ou “perder a energia”, passou a ser utilizado na década de 1970 e é importante porque ele está relacionado com o estresse profissional e ao adoecimento emocional ligado às atividades laborais.

o Burnout seria a resposta emocional a situações de stress crônico em função de relações intensas – em situação de trabalho – com outras pessoas ou de profissionais que apresentam grandes expectativas em relação a seus desenvolvimentos profissionais e dedicação à profissão; no entanto, em função de diferentes obstáculos, não alcançaram o retorno esperado. (FRANÇA & RODRIGUES,1999, p.48).

O Burnout reúne diversos sintomas físicos e psíquicos e possui três aspectos básicos: Exaustão emocional, redução da realização pessoal e profissional e despersonalização.

1- Exaustão Emocional, caracterizada pela falta ou carência de energia e entusiasmo e sentimento de esgotamento de recursos; 2- despersonalização, situação em que o profissional passa a tratar os clientes colegas e a organização como objetos e em que trabalhadores podem desenvolver certa instabilidade emocional; 3- baixa realização profissional, definida como uma tendência do trabalhador a autoavaliar-se de forma

negativa, sentindo-se infeliz consigo e insatisfeito com seu desenvolvimento profissional. (DIEHI & CARLOTTO, 2014)

Tais características influenciam a saúde dos trabalhadores e sua relação com os demais profissionais dentro da organização e também com os seus clientes.

Com base nessa realidade, o professor faz parte dos profissionais que têm maiores chances de desenvolver a Síndrome de Burnout visto que possuem um cotidiano agitado e uma grande exigência emocional em suas atividades.

O rol de atividades de um professor também é grande e inclui: preparação de aulas; leituras e aprimoramento constantes; orientação de alunos extraclasse; supervisão de estágios; correção de provas e trabalhos bimestrais; orientação de trabalho de conclusão de curso; participação em reuniões de departamento e com a diretoria da unidade de ensino; participação em eventos, festividades e atividades culturais organizadas pela instituição ou pelo corpo docente; planejamento das atividades em sala de aula; preparação de cursos e palestras; pesquisas; envolvimento em atividades de extensão comunitária e acompanhamento de alunos monitores de disciplinas específicas. Nem todos exercem as mesmas atividades, mas elas fazem parte do conjunto de atribuições docentes. (BISPO, 2006)

Por isso, o estudo será realizado com o objetivo de perceber a realidade escolar, os níveis de estresse dos professores do Ensino Fundamental da rede pública, os possíveis fatores estressores que permeiam essa atividade laboral e o conhecimento desses profissionais sobre a Síndrome de Burnout e suas possíveis implicações em sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem.

1.1. Síndrome de Burnout

A Síndrome de Burnout (SB) é característica do mundo contemporâneo, das exigências do atual modelo de trabalho e das responsabilidades dos trabalhadores, por isso, é preciso atenção, principalmente por parte dos profissionais de saúde para que se desenvolva trabalhos fazendo com que as atividades laborais não se tornem uma forma de adoecimento, mas sim, sejam uma parte saudável da vida e da identidade do sujeito. Segundo Luciano (2013, p.28):

Efetiva-se a síndrome no estágio mais avançado do estresse, compreendendo a exaustão emocional, distanciamento das relações interpessoais, desânimo, desmotivação com o trabalho, culminando em doenças psicossomáticas e levando o profissional ao absenteísmo, despersonalização, pensamentos de autodestruição e suicídio gerando um percentual significativo de profissionais com sentimento de incapacidade para o trabalho.

Devido a esses inúmeros sintomas, existe uma enorme preocupação com o impacto das atividades laborais na saúde mental das pessoas, porém, no campo da pesquisa, esse tema ainda encontra muitas lacunas. Trigo; Teng; Hallak (apud SILVA et AL, 2015, p.364) revelam “que a incidência de Burnout em vários países ainda é pautada na incerteza, mas dados sugerem um número significativos

de indivíduos acometidos que pode variar entre 4% a 85,7%, dependendo da população estudada.”

Através desses dados fica visível que apesar da SB ser importante para a saúde dos indivíduos, muitas pesquisas e trabalhos ainda precisam ser desenvolvidos para que se possa ter mais conhecimento sobre o assunto. No Brasil, essa realidade não é diferente, apesar de inúmeras publicações sobre o tema, os achados ainda são muito variados.

Nesse sentido, no atual processo de ramificação da SB, alguns trabalhos têm sido desenvolvidos relacionando-a com a atividade docente visto que esses profissionais estão expostos à uma elevada exigência profissional, emocional e física.

Dessa forma, o professor pode se sentir exausto e sem entusiasmo, correndo risco de desenvolver a Síndrome de Burnout. Consequentemente, problemas sociais, físicos e psicológicos podem ocorrer, como uso abusivo de álcool ou de outras drogas, imunodepressão, problemas cardiovasculares, ansiedade, depressão, absenteísmo, desejo de abandonar a profissão e baixa produtividade. Há também repercussões na qualidade de vida dos professores, no ensino e no sistema como um todo. (KOGA et AL, 2015)

Hypolito e Grishcke (apud Diehl e Carlotto, 2014) afirmam que:

[...] este é um campo de estudo a ser explorado em virtude das profundas transformações da escola e da educação dos últimos tempos, as quais afetam emocional e afetivamente o professorado e incentivam sentimentos de responsabilidade pelo desempenho e pela qualidade da escola, produzindo consequentemente, sentimento de culpa.

Por isso, faz-se necessário o estudo e aprofundamento sobre a SB na atividade do professor, levantando dados para que se possa refletir e contribuir de alguma forma com a saúde desses profissionais, e, além disso, com uma Educação de qualidade sendo que, a presença saudável do docente em sala de aula é essencial para se estabeleça uma boa relação de troca.

2. METODOLOGIA

Segundo Bispo (2006) “a escolha de uma metodologia de pesquisa é como uma bússola para o navegador, orientando os passos e iluminando o trajeto para o destino que se pretende alcançar.” Por isso, optar por determinada metodologia é uma tarefa importante para a execução da pesquisa, pois ela será uma referência de ação para o pesquisador. Percebendo a importância dos procedimentos metodológicos, o desenvolvimento deste trabalho será norteado por uma orientação qualitativa buscando compreender a realidade do professor e o seu significado.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pelo interesse do pesquisador no significado das coisas sendo que ele assume o papel de instrumento de pesquisa utilizando do ambiente natural para que ela seja realizada. Esse método permite que

o pesquisador consiga ter certa proximidade com o problema em questão fazendo uma análise profunda do problema em questão. A Psicologia, assim como outras Ciências, tem se beneficiado muito dos métodos qualitativos, sendo que, este recurso apresenta ao pesquisador inúmeras formas e instrumentos de pesquisa.

2.1. Sujeitos

Os participantes da pesquisa serão professores do Ensino Fundamental II de duas escolas públicas situadas na cidade de Franca-SP. O contato inicial será feito com a direção da escola e, após a autorização dos diretores, os docentes desse nível de ensino serão convidados para participar da pesquisa. Os participantes serão conscientizados dos aspectos éticos do trabalho e, além disso, terão liberdade de entrar em contato com a pesquisadora caso exista alguma dúvida.

O questionário será aplicado em todos os professores da amostra, e após uma análise dos resultados, alguns desses docentes participarão de uma entrevista para que seja possível coletar dados mais específicos do tema. A quantidade de participantes envolvidos depende do número de professores que atuam nas escolas escolhidas e que irão aceitar participar da pesquisa.

2.2. Instrumentos e Procedimentos

Os instrumentos, ou técnicas de pesquisa, são os recursos que o pesquisador pode utilizar para a coleta de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2002), "Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos." Nesse sentido, o presente trabalho utilizará em um primeiro momento uma pesquisa bibliográfica e depois, como atividade de campo, um questionário e uma entrevista. O questionário será um momento exploratório e terá como referência itens sobre questões listadas na Síndrome de Burnout. O foco do questionário será obter dados sobre a realização profissional, exaustão emocional e despersonalização referente à atividade do profissional docente.

Após a aplicação do questionário, será realizada uma entrevista semi-estruturada com alguns participantes com o objetivo de aprofundar o estudo.

A entrevista é o trabalho mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser feitas de formas individuais e/ou coletivas. (MINAYO, p. 57, 2002)

Nesse sentido, a entrevista coletará dados relacionados aos fatores sociais e institucionais ligados à docência, obtendo informações mais detalhadas de assuntos que permeiam a docência.

Dessa forma, a análise de dados será feita em três momentos, o primeiro, após a aplicação dos questionários em que será necessário um estudo das respostas obtidas para que seja possível avaliar traços da Síndrome de Burnout nos docentes que participaram. Depois disso, será realizada uma análise das entrevistas considerando todo o conteúdo coletado, e por fim, será feita uma integração de todos esses dados.

O local para aplicação do questionário e da entrevista dependerá do espaço oferecido pela escola e no caso da entrevista, da disponibilidade ou preferência dos participantes. A aplicação do questionário poderá acontecer em alguma sala de aula ou sala de reuniões enquanto a entrevista, por tratar de assuntos mais pontuais, exigirá um local na escola com mais privacidade, e, caso o participante se sinta mais confortável, pode ser agendada na Clínica de Psicologia do Uni-FACEF. A entrevista será gravada com o consentimento dos participantes e depois será transcrita.

3. CONCLUSÃO

Dessa forma, através de um aprofundamento bibliográfico e da pesquisa de campo pretende-se ampliar o conhecimento teórico sobre o assunto e conhecer a realidade dos docentes de Franca verificando a realidade do professor da rede pública analisando as implicações do trabalho docente em sua saúde mental utilizando como referência a Síndrome de Burnout e suas características.

Além disso, o trabalho irá verificar a possível presença da Síndrome de Burnout no trabalho docente, identificar quais são os fatores institucionais e sociais que influenciam o trabalho do docente, analisar as questões organizacionais da escola como fator de risco ou proteção da Síndrome de Burnout, investigar os fatores extrínsecos e intrínsecos que podem estar relacionados com a exaustão emocional e a falta de realização profissional, e por fim, descobrir qual é o conhecimento dos docentes sobre a Síndrome de Burnout e suas características.

REFERÊNCIAS

BISPO, A. A. *Estresse e trabalho: assistentes sociais na mira do Burnout*. In: RODRIGUES, M. L (Org). **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Liber, 2006, p. 85-106

DIEHL, Liciane; CARLOTTO, Mary Sandra. **Conhecimento de professores sobre a Síndrome de Burnout: Processo, fatores de risco e conseqüências**. Psicol. Estud, Maringá, v.19, n.4, p.741-752, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000400741&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

FRANÇA, A. C. L. & RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: uma abordagem Psicossomática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOGA, Gustavo Kendy Camargo et al . **Fatores associados a piores níveis na escala de Burnout em professores da educação básica.** Cad. saúde colet., Rio de Janeiro , v. 23, n. 3, p. 268-275, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300268&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

LUCIANO, V. M. **Estudo sobre a prevalência da Síndrome de Burnout geradora de incapacidade para o trabalho e suas conseqüências.** São Paulo: Baraúna, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Nilson Rogério da et al . **O Trabalho do Professor, Indicadores de Burnout, Práticas Educativas e Comportamento dos Alunos: Correlação e Predição.** Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 21, n. 3, p. 363-376, 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000300363&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

SUICÍDIO, SUBJETIVIDADE E CONTEXTO SOCIAL: por uma abordagem multifatorial

GOMES, Angélica Teixeira – USP
PEREIRA, Priscilla Maria – Uni-FACEF
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Entendendo o comportamento suicida como um fenômeno multicausal e complexo, caracteriza-se por um problema de saúde pública, cada vez mais presente na sociedade atual. A pesquisa em que baseia-se este artigo tem como objetivo abranger os aspectos psicológicos e sociais relacionados a tentativas de suicídio em jovens e adultos jovens, especificamente compreender as motivações que levaram as pessoas a tentarem suicídio, o processo da tentativa de suicídio se deu e verificar como a pessoa compreendeu tudo o que ela viveu.

Estima-se que “a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio, e a cada três segundos uma pessoa atenta contra a própria vida” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014, p. 15), nas últimas décadas os índices de suicídio entre jovens tem aumentado no Brasil, o que também tem ocorrido no mundo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014), sendo uma das três principais causas de mortes entre 15 e 44 anos de idade (BOTEGA, 2014). Devido a isso, faz-se necessário compreender o comportamento suicida em jovens, o que justifica a relevância da pesquisa com esta temática.

A partir de um levantamento bibliográfico sobre suicídio, conceituado como “[...] ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014, p. 9). Pode-se abordar três aspectos sobre esta temática: observando o suicídio como uma epidemia, mostrando os principais índices mundiais e brasileiros, um aspecto sobre as caracterizações do comportamento suicida e o aspecto da transgressão do suicídio ao que é mais valorizado na sociedade contemporânea.

Com o intuito de atender aos objetivos do projeto, a pesquisa será exploratória qualitativa, contando com entrevista semi-estruturada, os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo, durante todo o processo da pesquisa os aspectos éticos serão respeitados.

Estando a pesquisa em desenvolvimento, estima-se que possa-se ampliar o conhecimento sobre os aspectos psicológicos e sociais na população jovem e adulta jovem, o que poderá contribuir para a prevenção do suicídio e a promoção de saúde.

2. SUICÍDIO: UMA EPIDEMIOLOGIA SILENCIOSA

O suicídio vem tornado-se um grave problema de saúde pública no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada 40 segundos ocorre um suicídio. Em 2012, houve cerca de 804 mil suicídios fatais, números que superam os índices de homicídios e guerras somados, também ressalta-se que este ato causa impactos na vida de mais seis pessoas, no mínimo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014).

O Brasil em termos de coeficiente possui um índice relativamente baixo, ocupando a 63ª posição em uma classificação mundial (WASELFSZ, 2014), porém por ser um país populoso, em números absolutos, é o oitavo país, tendo em 2012, 11.821 mortes, aproximadamente 30 por dia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014), além de ser uma das três principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos de idade (BOTEGA, 2014), ressaltando que estes índices são os oficiais, podendo haver subnotificações, as taxas podem ser ainda maiores.

Entre os anos de 1980 e 2006, sendo excluídos os casos de indivíduos com menos de 10 anos, as taxas brasileiras de mortes por suicídio alteram de 4,4 para 5,7 por 100.000 habitantes. Com relação aos índices por 100.000 habitantes, as regiões Sul, com 9,3, e o Centro-Oeste, com 6,1, obtiveram os maiores registros enquanto os menores índices de suicídio foram registrados no Nordeste, com 2,7, e no Norte, com 3,4, sobre as capitais, no período analisado, as que possuíam os índices mais altos foram Boa Vista, com 7,6 e Porto Alegre, com 7,3, já as capitais com as taxas mais baixas foram Salvador, com 1,2 e Rio de Janeiro, com 2,4 (LOVISI et al, 2009).

Apesar das regiões continuarem nestas posições os índices gradualmente tem-se modificado, pois as regiões com o maior crescimento são inversamente proporcionais as regiões com os maiores índices de suicídio, desta forma, no período de 2002 a 2012, as regiões com o maior crescimento são Norte e

Nordeste, com 77,7% e 51,7%, respectivamente, o Sudeste com um crescimento intermediário de 35,8%, e as regiões com o menor crescimento são Centro-Oeste, com 16,3%, e Sul, com 15,2% (WAISELFISZ, 2014).

Analisando os índices observam-se uma grande variabilidade nas taxas, com os índices municipais ficam mais evidentes ainda, os três municípios com maiores índices, sendo eles: São Gabriel da Cachoeira-AM, com 51,2, Três Passos-RS, com 41,9, e São Paulo de Oliveira-AM, com 36,7, possuem taxas semelhantes à de países com maiores os índices mundiais enquanto outros estão bem abaixo da média brasileira (WAISELFISZ, 2014), estes municípios com altos índices, na sua maioria, possuem certos grupos populacionais, como indígenas e lavradores do interior do Rio Grande do Sul, que possuem elevados índices, demonstrando que vários fatores socioculturais, econômicos, sofrimento mental e uso abusivo de bebidas alcoólicas podem estar relacionados (BOTEGA, 2014). Estes dados demonstram que apesar do índice geral de suicídio no Brasil parecer até confortável, à medida que aproxima-se dos índices regionais e locais os dados são alarmantes, escondendo a existência desta epidemia.

3. COMPORTAMENTO SUICIDA

Entendendo o suicídio como multifatorial e consequência de um processo, compreende-se que existe um comportamento suicida, abrangendo as ideações, planos e tentativas. De acordo com uma pesquisa realizada em Campinas-SP, estima-se que haja prevalências de 17,1% para ideação, 4,8% para planos e 2,8% para tentativas de suicídio, ressaltando que de cada três tentativas de suicídio apenas uma chegou a ser atendida em um serviço médico, estes dados assemelham-se aos estudos de outros países (BOTEGA et al, 2009).

A prevalência de ideação suicida, ao longo da vida, foi mais frequente entre as mulheres, em adultos de 30 a 44 anos e nos que vivem sozinhos (solteiros, viúvos, desquitados e separados), bem como entre os espíritas e os de maior renda. O relato de ter feito um plano suicida ao longo da vida foi mais frequente entre as mulheres, em adultos de 30 a 44 anos, em donas-de-casa e em indivíduos que se declararam espíritas (BOTEGA et al, 2009, p. 2634).

No período de 1980 a 2006, quanto aos suicídios fatais prevaleceu-se em homens, sem companheiro/companheira, com pouca educação formal, com 70 anos ou mais, porém com maiores crescimentos entre 20 e 59 anos. Com relação

aos métodos houve mais predomínio de enforcamento, armas de fogo, outros métodos e envenenamento e com relação ao lugar ocorreu mais suicídio em casa, seguido em hospital (LOVISI et al, 2009). Outras associações importantes são os dois principais fatores de risco: tentativa prévia, estimando que 50% dos que morreram já haviam tentado, e a presença de transtornos mentais, principalmente não diagnosticado ou tratado, predominando os transtornos de humor e por uso substância psicoativa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014).

4. O SUICÍDIO COMO TRANSGRESSOR

O suicídio possui uma essência transgressora, pois contrapõem-se a ciência, principalmente a medicina, ao tabu de vida privada e ao tabu de morte (MARQUETTI, 2014), ou seja, enquanto a medicina avança a qualquer preço para a manutenção e prolongamento da vida, o indivíduo põe fim na própria vida, na era em que tudo é privado, individual, e a intimidade velada, o sujeito tem uma morte que transita entre a vida pública e a privada, além de recordar a finitude do ser humano, a morte cada vez mais silenciada, escondida e controlada nos hospitais, o suicídio transgride a tudo isso. Este fenômeno caminha para o lado oposto de todos os ideais da nossa sociedade, atingindo países desenvolvidos e em desenvolvimento com altas taxas, além de pessoas tidas como bem sucedidas, como retrata no trecho a seguir:

[...] os sujeitos que atentam contra as próprias vidas no local de trabalho são justamente as pessoas consideradas *adaptadas* ao sistema por possuírem um emprego (inclusive, até altos cargos nas multinacionais e nas grandes empresas), e que se esforçam – ou se esforçaram – para se ajustar aos desígnios da produção ao preço da própria mutilação psíquica (GOMIDE, 2013, p. 384).

4.1. Abordagem Teórico-Metodológico

A metodologia que será utilizada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória qualitativa, segundo Minayo, a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2002, p. 21-22).

Desta forma, como o intuito do presente projeto é aprofundar nos aspectos psicológicos e sociais sobre a temática, abordando motivações, como o processo se deu e como o participante compreendeu o que ele viveu, estes aspectos que não

podem ser mensuráveis, pertencem ao mundo das significações e das relações humanas (MINAYO, 2002).

4.2. Participantes

A pesquisa contará com a participação de 03 indivíduos que tenham um histórico de uma tentativa de suicídio, ao menos. Os participantes deverão estar na faixa etária de 18 a 30 anos de idade, atendendo ao intuito da pesquisa de verificar o comportamento suicida em jovens e adultos jovens.

Caracterizando-se por uma amostra não probabilística, utilizará uma amostra por conveniência, recomendada para pesquisas com dificuldade de encontrar participantes, selecionando os que são mais acessíveis para o pesquisador (OLIVEIRA, 2011).

4.3. Coleta de Dados

Para a coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada, composta por um roteiro. Sendo a entrevista o procedimento mais utilizado no trabalho de campo, esta possui propósitos bem definidos e tem como o intuito de obter informes através das falas dos atores sociais (MINAYO, 2002). A entrevista será realizada pela pesquisadora com os participantes individualmente. Para tanto, com o consentimento dos participantes, as entrevistas serão gravadas e transcritas posteriormente.

4.4. Análise de Dados

Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo segundo os moldes propostos por Minayo (2002). A qual apresenta as seguintes funções na aplicação desta técnica: a verificação de hipóteses ou questões, respondendo, confirmando ou não os questionamentos anteriores a pesquisa ou as hipóteses; e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, buscando ir além das aparências. Ressaltando que ambas se complementam.

4.5. Aspectos Éticos

De acordo com as disposições da resolução número 466/12 do Ministério da Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, os seguintes cuidados serão seguidos: O pesquisador será responsável pela integridade e bem estar dos participantes da pesquisa e obterá o consentimento livre e esclarecido de

todos os participantes antes do início da coleta de dados, tratando-os sempre com dignidade, respeitando-os em sua autonomia e defendendo-os em sua vulnerabilidade. Ele também ponderará sobre os riscos e benefícios do estudo, garantindo que os danos previsíveis serão evitados, observando sempre a relevância social da pesquisa em termos dos benefícios e vantagens para a sociedade. Ainda, aos participantes, serão assegurados os benefícios resultantes do projeto.

5. RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, não contando ainda com resultados. Estima-se que com esta pesquisa possa-se ampliar o conhecimento sobre os aspectos psicológicos e sociais, relacionados às tentativas de suicídio abordando as motivações, o processo e o depois da tentativa de suicídio, na população jovem e adulta jovem. Desta forma, a pesquisa e das suas discussões poderá contribuir para a prevenção do suicídio e a promoção de saúde.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo pode-se verificar que o suicídio constitui-se uma epidemiologia, possuindo números crescentes no mundo todo. No Brasil, os números possuem grandes variações, ressaltando alguns grupos de risco, dentre eles, a população jovem e adulta jovem tem aumentado consideravelmente, justificando o foco desta pesquisa. O artigo também aborda as prevalências do comportamento suicida e discute o suicídio na sociedade contemporânea.

Entende-se que o fenômeno do suicídio necessita ser discutido pela comunidade científica, faz-se importante compreender este fenômeno na sociedade contemporânea, contribuindo de forma mais eficaz na prevenção do suicídio e na promoção de saúde da população em geral, entendendo que o comportamento suicida atinge não apenas o indivíduo, mas as pessoas em seu entorno também.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília: CFM/ABP, 2014.

BOTEGA, Neury José et al. Prevalências de ideação, plano e tentativa de suicídio: um inquérito de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2632-2638, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.caminhosdocuidado.org/bitstream/handle/126/2/csp.S0102-311X2009001200010.pdf>>. Acesso em 06 de fev de 2017.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, [online], v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0231.pdf>>. Acesso em 08 de fev de 2016.

GOMIDE, Ana Paula de Ávila. Notas sobre suicídio no trabalho à luz da teoria crítica da sociedade. **Psicol. cienc. prof.**, [online], v. 33, n. 2, p.380-395, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932013000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 13 de fev de 2017.

LOVISI, Giovanni Marcos et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 31, supl. 2, p. 86-94. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.caminhosdocuidado.org/bitstream/handle/53/2/rbp.S1516-44462009000600007.pdf>>. Acesso em 06 de fev de 2017.

MARQUETTI, Fernanda Cristina. O suicídio e sua essência transgressora. **Psicologia USP**, [online], v. 25, n. 3, p. 237-245, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0237.pdf>>. Acesso em 08 de fev de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: impactos na gestão e atendimento à saúde pública

ALMEIDA, Eliel Uehara de – Uni-FACEF
SMITH, Marinês Santana Justo – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, com o advento da globalização, a evolução tecnológica vem transformando vários aspectos sociais e econômicos na vida das pessoas e nas organizações. A Tecnologia e Sistema de Informação tem se apresentado como um dos fatores de progresso, tornando-se chave fundamental para o desenvolvimento de uma região. Observa-se a inter-relação da Tecnologia da Informação (TI) e Sistemas de Informação (SI), visto que TI reúne contribuições da tecnologia (ferramentas computacionais) e da gestão (transformação de informações), condição que permite alavancar e instalar Sistemas de Informação que por sua vez pode contribuir com um ambiente integrado e consistente.

A presença do avanço do registro eletrônico em muitos países fez com que os sistemas de informação fossem amplamente mais usados no apoio ao atendimento à saúde da população e nas atividades, tais como: prevenção e promoção de saúde, controle de doenças, vigilância e monitoramento.

As unidades de Pronto Atendimento em Urgência/Emergência constituem importante função de assistência à saúde pública no Brasil e nos últimos anos houve um crescimento excessivo da demanda com vários fatores contribuindo na gênese desse problema. Melhorar a qualidade do atendimento à saúde pública é um dos principais objetivos dos gestores governamentais e o uso da Tecnologia da Informação e Sistemas de informação é uma das principais ferramentas à disposição para este fim, nesta “era da informação” que a sociedade está vivenciando.

Neste contexto, surge a indagação “De que forma a implantação da Tecnologia da Informação e de Sistemas de Informação em unidades de urgência e emergência na rede pública pode impactar na gestão e no atendimento à saúde da população?”. Isto posto que, no estado de São Paulo, cidade de Franca, foi implantado em uma Unidade de Pronto Atendimento o Sistema Integrado de Gestão a Saúde (SIGS), desenvolvido e mantido pela divisão de informática da prefeitura

para uso da secretaria da saúde, atualmente é utilizado por toda a rede básica e para fins administrativos.

Todavia, há pouca divulgação do impacto das novas TI e SI na melhoria do atendimento à saúde pública. Diante desse cenário e questionamento, o objetivo deste estudo é identificar “formas de mensurar” se a Tecnologia e Sistema de Informação implantados na Unidade de Pronto Atendimento em Urgência e Emergência, favoreceu a gestão administrativa no tocante à efetividade no atendimento à população após sua implantação.

Para tanto, será necessário, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica com o intuito de: descrever as contribuições que TI e SI podem inserir ao ambiente organizacional a partir da visão de Laudon & Laudon; em seguida delinear o ambiente organizacional da prestação de serviços de saúde pública nas unidades de Pronto Socorro e ainda, apresentar o estado da arte do tema “atendimento à saúde pública e TI”, ainda que de forma simplista. E, por fim, através de uma pesquisa aplicada, via questionário e análise de documentos, conhecer a realidade dos benefícios e impactos na gestão, após a implantação de TI e SI, na unidade de Serviço de Urgência e Emergência, no interior do estado de São Paulo. Proposta que classifica esta pesquisa como um estudo de caso. Este artigo é decorrência de um estudo em andamento e, portanto, não apresenta resultados da pesquisa de campo. Todavia, a partir da discussão conceitual inicial, neste estágio da pesquisa, foi possível detectar vários recursos de TI e SI relevantes para a melhoria no atendimento ao público. A presente investigação contribui com os estudos da área, assim como para conhecimento e avanços do uso de TI e SI no atendimento à saúde pública nas unidades básicas da região que ainda não contemplam tais inovações em sua gestão.

2. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTRIBUINDO COM O AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Estamos vivendo em um mundo altamente integrado e a revolução tecnológica apresenta grande papel nessa transformação. Seguindo esta tendência, a tecnologia da informação começou a ser usada nas organizações hospitalares em meados de 1970, conforme destacado por Daniel; Pereira; Macadar (2016) e vêm se

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: impactos na gestão e atendimento à saúde pública – p. 959-972

tornado uma das principais ferramentas para evolução e êxito na gestão organizacional.

Uma organização é tão boa quanto às pessoas que a formam e o mesmo se aplica aos sistemas de informação: eles são inúteis sem pessoas gabaritadas para desenvolvê-los, mantê-los e para usar e relacionar as informações do mesmo para atingir os objetivos organizacionais (LAUDON & LAUDON, 2009).

Desta forma, entende-se que a Tecnologia e Sistema de Informações são uma nova maneira de fazer negócios, e isso afetará as carreiras de todos em grande medida. Antes do uso de sistemas, toda operação organizacional era manual, demandando muito tempo e desgaste para determinadas praticas. Segundo WACKULICZ (2016), as tecnologias e sistemas de informação, desempenham papel vital e ampliador de negócios dentro das organizações, contribuindo com todos os tipos de empresas no que diz respeito a efetividade dos processos de negócios e tomadas de decisões gerenciais.

Consoante Laudon & Laudon (2009), destaca que a Tecnologia da Informação (TI) é todo software e hardware que uma organização necessita para atingir seus objetivos organizacionais. Isso inclui não apenas computadores, *disk drives*, assistentes digitais pessoais e até mesmo *ipods*, se usados a fins organizacionais, mas também os sistemas operacionais *Windows* ou *Linux*, o pacote *Microsoft Office* e os milhares de programas computacionais que normalmente pode ser encontrado em uma grande organização.

Observa-se que os Sistemas de Informação (SI), são mais complexos, podendo ser conceituados como um processo responsável pela coleta, processamento, análise e distribuição de informações para um determinado objetivo dentro de um contexto empresarial. Um sistema para ser satisfatório, necessita que as informações geradas pelo mesmo apresentem algum valor para a organização, sendo necessário que os dados gerados sejam organizados e processados como forma de informações relevantes que permitam aos gestores utiliza-las na tomada de decisão (WACKULICZ, 2016).

Segundo Laudon & Laudon (2009), da perspectiva técnica um sistema de informação, coleta, armazena e dissemina informações oriundas do ambiente organizacional e das operações internas para apoiar as funções organizacionais e auxiliar a tomada de decisão, a comunicação, a coordenação, o controle, a análise e

a visualização. Os sistemas de informação transformam dados brutos em informações úteis por meio de três atividades básicas: entrada, processamento e saída de dados, auxiliando a organização para uma tomada de decisão em situação de desafio.

Considerando essas diversas abordagens, os sistemas de informação e o seu adequado gerenciamento constituem fatores críticos de sucesso para as empresas. Conforme Pinochet (2016), a obtenção de informações do ambiente, do desempenho e da realidade da organização são condições estratégicas para o tempo presente, a informação é a base do processo de tomada de decisões e o registro de dados relacionados aos fatos, processos e atividades da empresa possibilita a obtenção de informação, que é a base do conhecimento, e o uso do conhecimento é uma condição necessária para o sucesso da organização.

Como prova das melhorias aparentes na aplicação de Tecnologias e Sistemas de informação, Laudon & Laudon (2009) cita que em meio à uma crise econômica, em 2008, em somente um país, nos estados unidos da américa a empresa de correios *Fedex* transportou mais de 200 milhões de encomendas. Dessa maneira, os sistemas de informação ajudaram a empresa a responder uma demanda em rápida transformação e a minimizar estoques, operando de maneira mais eficiente.

As empresas estão sempre em busca de melhorar a eficiência a fim de conseguir mais lucratividade. Consoante Wackulics (2016), o uso da informação como um ativo é prioridade de uma organização como um investimento, utilizada estrategicamente no mercado como uma vantagem competitiva.

A mudança continua em tecnologia é o que faz do sistema de informação gerencial o assunto mais excitante nos negócios. Novos negócios e setores aparecem enquanto os antigos desaparecem e empresas bem-sucedidas são aquelas que aprendem como usar e aplicar as novas tecnologias (LAUDON & LAUDON, 2009).

Como parte de um exemplo citado por Laudon & Laudon (2009, p.06):

O Hospital Doylestown customizou o Iphone para oferecer aos médicos um acesso móvel seguro de qualquer parte do mundo ao MEDITECH, um sistema eletrônico de registros médicos. O sistema fornece informações sobre sinais vitais, medicamentos, resultados de laboratório, alergias, anotações de enfermeiras, resultados terapêuticos e até mesmo dietas dos pacientes na tela do iPhone. “Toda radiografia já feita pelo paciente, todo relatório médico está disponível no iPhone”, relata o Dr. Scott Levy, vice-presidente e diretor médico do Hospital Doylestown. Os médicos do hospital

usam o iPhone da cabeceira do leito do paciente para acessar aplicações médicas de referência, como a Epocrates Essentials, para ajuda-los a interpretar resultados de exames e obter informações. O departamento de sistemas de informação do Doylestown conseguiu criar o mesmo alto nível de segurança para autenticação e registro de atividades de usuários do sistema que mantem em todas as aplicações de registros médicos baseados na web do hospital. As informações são armazenadas de forma segura no servidor do próprio local.

Com todo esse advento tecnológico, os gestores organizacionais devem ser capazes de utilizar os sistemas de informação para projetar empresas competitivas e eficientes, participando da elaboração do projeto e objetivando a integração de todo hardware e software que a empresa possui, possibilitando administrar com eficácia os recursos de informações e tecnologias dentro das organizações (WACKULICS, 2016).

Fica evidente as atuais práticas da implementação de sistemas e tecnologias de informação e sua aplicação, bem como as infinitas opções de atuação na área, desde a maneira operacional até uma abordagem que permite uma conexão multiprofissional e consequente melhoria na comunicação entre os setores de uma organização.

Por sua vez, uma tarefa dos administradores, somado à vasta gama de atuação aplicado pela tecnologia, é “entender a lógica” das muitas situações enfrentadas pela organização, tomar decisões e formular planos de ações para resoluções de problemas. Para Laudon & Laudon (2009), os mesmos devem também criar novos produtos, serviços e, até mesmo, recriar a própria organização de tempos em tempos. Uma parcela substancial da responsabilidade da administração é o trabalho criativo impulsionado por novos conhecimentos e informações, a tecnologia da informação pode representar um grande auxilio para que os administradores desenvolvam soluções inovadoras para uma ampla gama de problemas.

3. AMBIENTE ORGANIZACIONAL DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO

As organizações podem ser compreendidas como micro sociedades que estão inseridas em contexto social, e se influenciam mutuamente. Bem como são influenciadas e constituídas por pessoas que interagem constantemente e por isso,

são considerados processos dinâmicos e em continua formação cultural e que por sua vez atuam como componentes da cultura organizacional (ROCHA et. al, 2014).

Para Santos & Gershman (2005), todas as organizações direta ou indiretamente estão vinculadas à produção de determinados produtos e serviços, acrescidas daquelas que suprem recursos físicos, financeiros, e institucionais, e com isso são compostos os campos organizacionais.

Já no campo organizacional em que se inserem os hospitais e unidades de saúde pública, importa primeiramente considerar a natureza federativa em que se estão inseridos. No caso do Estado brasileiro, que não contempla hierarquia nas três esferas de governo, o campo organizacional ganha complexidade à gestão do setor de saúde que deve se ater não somente no relacionamento entre os entes federativos, mas em toda a árvore de hierarquias e outras formas de relacionamento relacionados à estabelecimentos públicos de saúde (SANTOS; GERSHMAN, 2005).

Quando se fala em gestão dos serviços de saúde pública, que é de competência municipal, a configuração do campo organizacional não é menos complexa. Os serviços de saúde evoluíram a partir de uma dinâmica operacional baseada na concentração de atividades em uma única organização e centrada na hegemonia medica para o trabalho de múltiplas organizações e enfoques multiprofissionais (SANTOS; GERSHMAN, 2005).

Para se entender o ambiente organizacional de um serviço de saúde pública em atendimento de pronto atendimento se faz necessário um esclarecimento de diretrizes nacionais onde se está inserido o serviço a ser investigado. Dessa maneira, Segundo Esteves (2010, p.06),

O Conselho Federal de Medicina (CFM), estabeleceu as definições de Urgência e Emergência por meio da Resolução n 1451, de 1995 da seguinte forma: Urgência – Ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de morte, cujo portador necessita de assistência médica imediata. Alguns exemplos de urgência são as dores abdominais agudas e cólicas renais. Emergência – Constatação médica de agravo a saúde que implique risco eminente de morte ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato. Exemplos de emergência e a parada cardiorrespiratória e infartos.

Diante das definições acima citadas e Segundo Santos (2016), a assistência prestada nos serviços de urgência e emergência tem, como objetivo principal, atuar no estabelecimento dos parâmetros vitais dos indivíduos que necessitam de atendimento rápido em situações de risco iminente de morte.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) são o conjunto de serviços de urgência conhecidos como “Prontos-Socorros” e tem como premissa facilitar, ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde, de modo a garantir a continuidade do cuidado nos diferentes pontos de atenção e proporcionar impacto positivo no quadro de saúde individual e coletivo com base na necessidade apresentada (SANTOS, 2016).

A temática segurança do paciente em serviços de urgências e emergências não hospitalares, conhecidos como “prontos-socorros”, torna-se imprescindível contextualizar os arranjos políticos, organizativos e estruturais nos quais estão inseridos. A atenção às urgências constitui importante componente na Rede de Atenção à Saúde, sendo que, nas últimas décadas, houve um aumento na procura por estes serviços, resultando em uma demanda maior que a oferta. (SANTOS, 2016)

4. CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE PÚBLICA

Constatado que, o estado da arte de um tema possibilita a discussão e avanço do mesmo, torna-se relevante conhecer os estudos já realizados na área de saúde no tocante ao uso de novas tecnologias, ainda que de forma simplista.

No processo de mudança organizacional e incorporação de novas culturas o uso de tecnologia representa um elemento obrigatório para uma organização, podendo afetar o todo ou parte dela. Neste sentido, percebe-se desde o século passado, segundo Kisil (1998), que a incorporação de novas tecnologias tem sido elemento importante nas mudanças organizacionais e no que se refere à qualidade e quantidade de processos e produtos de uma organização.

O desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente governamental possibilitou condições para o fornecimento efetivo de serviços públicos bem como a melhoria na gestão pública e aprimoramento da criação de políticas públicas (DANIEL; PEREIRA; MACADAR, 2014).

Para Haux (2006) apud Daniel; Pereira & Macadar (2014, p.653),

Os SIS são todo e qualquer sistema que processa os dados, transformando-os em informação ou conhecimento na área da saúde, com a finalidade de colaborar para melhorar a qualidade da saúde da população. Os SIS distinguem-se dos Sistemas de Informações Hospitalares, pois, segundo o autor, trata-se apenas de uma unidade de um dos SIS por gerenciar apenas as informações em âmbito hospitalar. De forma mais ampla, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define SIS como um SI que engloba a coleta, o processamento, a comunicação e o uso de informações essenciais para aprimorar a efetividade dos serviços de saúde (World Health Organization, 2004).

Ainda para Daniel; Pereira & Macadar (2014), o potencial do emprego de TIC na área da saúde promove não somente uma melhoria na oferta de serviços prestados na área, bem como uma importante ferramenta para melhoria do atendimento e sua eficácia, permitindo um acesso rápido de informações médicas dos pacientes. Essas tecnologias são um enorme potencial na melhoria de ganhos de qualidade de acessibilidade no sentido dos cuidados em saúde.

Segundo Fornazin & Joia (2015), os primeiros Sistemas de Informação em Saúde (SIS) surgiram na década de 1970 e ao longo das últimas três décadas diversos outros foram desenvolvidos para atender às demandas de planejamento e gestão local, bem como foram construídas bases de dados em saúde. Mas alguns problemas de implementação foram observados.

Haja vista que, cada empresa tem uma cultura peculiar ou um conjunto fundamental de premissas, valores e modos de fazer as coisas que é aceito pela maioria de seus membros, observou Laudon & Laudon (2009) diante o processo de implementação das TICs. Sempre se podem encontrar partes da cultura de uma organização embutidas em seus sistemas de informação. Todavia, as tecnologias e os sistemas de informação são a principal ferramenta que as empresas dispõem para criar novos produtos e serviços, assim como modelos de negócios inteiramente novos.

Neste sentido, uma pesquisa realizada por Esteves (2010), com o objetivo de analisar as possibilidades que os avanços tecnológicos oferecem no aprimoramento da eficiência na prestação de serviços à população, obteve conclusões de que as mudanças que estão sendo implementadas visam transformar dados em medidas confiáveis sobre o desempenho das organizações, dos prestadores de assistência, tornando-os capazes de nortear o processo de tomada de decisão e qualificar o atendimento ao cidadão.

Consoante isto, com o aumento da demanda e busca desordenada pelos serviços em unidades de pronto-atendimento, foi realizado um estudo de caso em uma unidade de urgência e emergência no interior de São Paulo, com o objetivo de promover estratégias de melhorias em ações de saúde através de uma ferramenta de informática, a pesquisa obteve à conclusão que os sistemas de informação impactam positivamente os serviços prestados pelos profissionais da área de saúde (SANTOS; SAMPAIO; ALGARTE, 2016).

Pinochet (2011), em um trabalho de revisão bibliográfica com o objetivo de apresentar novas tendências da Tecnologia da Informação (T.I.) para a gestão em saúde lista o uso de diversas tecnologias emergentes na saúde, como Prontuário Eletrônico do Paciente (P.E.P.), Sistema de Informação Gerencial (SIG), *Business Intelligence* (B.I.), Cartões Inteligentes, Tecnologias sem fio e computação móvel, entre outras, chegando a conclusão de que essas tecnologias permitem ganhos importantes na eficiência do atendimento, gerindo assim a demanda de pacientes de forma racional e responsável.

Para Mourão & Neves (2006), através de um trabalho realizado na Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Belo Horizonte-MG, com o objetivo de identificar os impactos da implantação de um SI conhecido como Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), sobre a prestação da assistência à saúde na rede pública e através da análise das declarações feitas por profissionais de saúde chegou à conclusão que a implantação de um sistema de informação melhora o acesso e a qualidade das informações, organiza as tarefas e facilita o monitoramento do paciente, levando, desta forma a uma melhor qualidade na assistência prestada ao indivíduo.

Todavia, as unidades de serviços em urgência e emergência constituem importante papel para saúde da população, neste sentido, de acordo com Santos (2016), as unidades de pronto atendimento abertos 24 horas por dia, destina-se a assistência de pacientes acometidos por quadros de urgência e emergência, realizando o atendimento inicial as vítimas, estabiliza o paciente e define o seu encaminhamento quando necessário.

A implantação de uma ferramenta de tecnologia em apoio ao acolhimento contribui para o processo de trabalho, permitindo a priorização de acordo com os critérios clínicos, redução do tempo de espera devido a organização do fluxo,

detecção precoce de casos mais urgentes, minimizando a ocorrência de agravos decorrentes dos riscos advindos da não identificação de problemas apresentados pelos pacientes (SANTOS; SAMPAIO; ALGARTE, 2016).

Seguindo a tendência da implementação tecnológica no apoio à saúde, consoante Pinochet (2011), o uso de Sistemas de Informação Hospitalar (SIH), fornece uma estrutura que facilita a comunicação da informação entre os setores hospitalares. Em essência, o SIH é um sistema de comunicação entre os departamentos, sendo também um sistema central de informação para o recebimento de separação, transmissão, armazenamento e recuperação da informação, para fornecimento da mesma no formato que seja mais útil ao usuário.

Os sistemas de informação possuem grande contribuição para gerenciar as informações no tocante à saúde da população e Segundo Daniel; Pereira; Macadar (2014), O sistema disponibiliza para secretarias municipais e estaduais de saúde informações imprescindíveis para o desenvolvimento de uma boa gestão de acordo as peculiaridades de cada região.

A informática na área da saúde tem como objetivo principal colocar o computador no ponto de assistência, ou seja, no consultório médico, ambulatorial, enfermaria, administração e no próprio leito hospitalar, permitindo o acesso a informação clínica, boletins, históricos, medicamentos e monitoramento dos sinais. Sem um sistema adequado de informações, a criação, o armazenamento e a recuperação das informações dos pacientes são feitos de forma trabalhosa e redundante, exigindo muito tempo e esforço para documentar e possibilitar o compartilhamento das informações a todos os profissionais que delas necessitam (MOURÃO; NEVES, 2006).

A necessidade de massificar o compromisso com um levantamento inicial dos dados do paciente para que na ponta não ocorra erros não deve ser apenas responsabilidade do profissional da base, mas do sistema que gere consistências e ferramentas que possibilitem a geração mínima de erros. (ALGARTE, 2014).

Através dos estudos apresentados acima, foi possível elaborar o Quadro 1 para tecer a relação entre os problemas rotineiros que ocorriam antes da implantação de sistemas de informação, nas diversas unidades de emergência e como a resolução através do uso de novas tecnologias de informação causou grande

otimização de tempo e da eficácia dos procedimentos médicos, refletindo diretamente na qualidade do atendimento à população e na gestão organizacional.

QUADRO 1 – Resolução de Problemas e Otimização de Tempo e Tarefas com o Uso de Sistemas de Informação na Unidade de Serviços em Urgência e Emergência

Problema	Sistema de Informação	Impactos	Otimização
Triagem não qualificada do paciente	Acolhimento com Classificação de Risco (A.C.C.R.); Sistema de Informação Gerencial (SIG)	Condução dos casos de acordo com a classificação de risco com recursos necessários e acessíveis	Diminuição do tempo na triagem, em futuros atendimentos e maior eficiência nas tarefas
Possibilidade de erro da equipe de saúde devido à falta de histórico e informações necessárias sobre os usuários	Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP); Sistema de Informação Gerencial (SIG)	Informações, históricos clínicos e dados inter-relacionados de todos os usuários do sistema	Identificação instantânea pelo profissional de saúde, permitindo assim maior qualidade e confiabilidade no atendimento
Erros de interpretação na prescrição de medicamentos à usuários	Sistema de Informação Gerencial (SIG)	Implantação da Prescrição Médica Eletrônica	Padronização dos medicamentos e principais itens necessários a uma prescrição segura, garantindo a legibilidade e ausência de rasuras.
Demanda excessiva de tempo na identificação e avaliação do paciente	Sistema de Informação Gerencial (SIG)	Inclusão da escala de coma Glasgow	Um instrumento valioso na avaliação do estado neurológico do paciente, envolvendo queixas por trauma crânio-encefálico (TCE)
Demanda excessiva de tempo na avaliação e identificação do paciente	Sistema de Informação Gerencial (SIG)	Inclusão da escala Pré-Hospitalar de Cincinnati, utilizado em sinais de acidente vascular encefálico (AVE)	Identificação rápida dos sinais de alerta e condução em tempo hábil para um tratamento efetivo, minimizando os riscos, diminuindo as sequelas e reduzindo o índice de mortalidade pós-AVE

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de Santos; Sampaio e Algarte (2016) e de Pinochet (2011).

Conforme visto no quadro acima, os sistemas de informação oferecem as unidades de urgência maior flexibilização e otimização nos serviços prestados à saúde da população, segundo Santos; Sampaio; Algarte (2016), a possibilidade de sistematizar dados e levantar indicadores, obteve grande utilidade para os usuários do serviço, profissionais e gestores, permitindo assim o diagnóstico correto e apontamento das medidas para minimizar os problemas enfrentados nesses serviços.

5. CONCLUSÕES

Este artigo é decorrência de uma pesquisa em andamento e, portanto, não apresenta resultados da pesquisa de campo. Todavia, a partir da discussão bibliográfica inicial foi possível detectar vários aspectos de TI e SI relevantes para a melhoria na gestão e atendimento ao público nas Unidades de Pronto Atendimento.

No mundo contemporâneo, para uma organização ter sucesso e atingir seus objetivos organizacionais a tecnologia e sistemas de informação são imprescindíveis para qualidade do serviço ou produto prestado.

Com a inclusão da tecnologia na saúde pública, a eficiência operacional torna-se cada vez maior, otimizando os recursos e atendendo a demanda de uma maneira rápida. As unidades de pronto atendimento em serviços de urgência e emergência “prontos-socorros”, constituem importante papel na saúde pública nacional e devido ao constante aumento da demanda pelos serviços, os sistemas de informação transformam dados em conhecimento, com a finalidade de colaborar para a qualidade da saúde da população.

A administração pública nas unidades de urgência e emergência tem evoluído muito ao longo dos tempos, desta forma, é inegável as influências de TI e SI na evolução do profissional de administração e gestão à saúde. A introdução de sistemas e tecnologia dentro das unidades revolucionou os serviços nas últimas décadas, possibilitando maior flexibilidade na obtenção, armazenamento e distribuição dos dados, os sistemas são capazes de eliminar a lentidão dos processos anteriores. A constante presença da computação e informatização na área da saúde, propõe que todo profissional participe de um processo de atualização de seus conhecimentos, buscando constantemente se integrar e contribuir para o sistema, a fim de prestar com qualidade os serviços a sociedade.

Com o Quadro 01, apresentado no Seção 4, foi possível detectar que após a implantação das tecnologias e sistemas de informação na Unidade de Urgência e Emergência “Pronto-Socorro”, a gestão administrativa se otimizou no tocante ao apoio e efetividade no atendimento à saúde da população. Todavia, como esta pesquisa é um estudo em andamento, com o tempo será aprofundado o estudo de TI, para obter com maior objetividade as formas de “mensurar” como as tecnologias impactam na gestão e atendimento à saúde dos usuários após implantação do mesmo.

Portanto, no ambiente organizacional a evolução acelerada das tecnologias de informação e as diversidades em sistemas de informação proporcionam impacto direto na atividade de gestão e atendimento à saúde da população. Desta forma, especialmente na área da saúde, valorizar a implantação de tecnologias da informação, fazer uso, saber analisar e interpretar os dados fornecidos pelos sistemas de informação, são requisitos fundamentais no que diz respeito na busca de melhorar a qualidade do atendimento à saúde pública e, portanto, os resultados devem ser mensurados para justificar os investimentos em TI e em sistemas de informação, é o que se pretende na continuidade deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALGARTE, Carlos Cesar. *Estudo Sobre Metodologias de Identificação de Pacientes*. 2014

DANIEL, Vanessa Marques; PEREIRA, Gabriela Viale; MACADAR, Marie Anne. *Perspectiva Institucional dos Sistemas de Informação em Saúde em Dois Estados Brasileiros*. RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 652-655, Set/Out. 2014. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em 1 jun. 2014

ESTEVES, Fernanda de Oliveira. Sistema de Informação a serviço da Saúde Pública: A implantação do Sistema de Urgência e Emergência e a Concepção do Repositório Eletrônico de Saúde (RES). p.6-10, 2010

FORNAZIN, Marcelo; JOIA, Luiz Antonio. *Articulando Perspectivas Teóricas para Analisar a Informática em Saúde no Brasil*. Saúde Soc, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 46-60, 2015

KISIL, Marcos. *Gestão da Mudança Organizacional: Para Gestores Municipais de Serviços de Saúde*. 1.ed. São Paulo: Saúde e Ciência, 1998, p.10

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. *Sistemas de Informação Gerenciais*. Tradução de Luciana do Amaral Teixeira. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 4-31 p.

MOURÃO, Alice Diniz; NEVES, Jorge Tadeu de Ramos. *Impactos da Implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) sobre o Trabalho dos Profissionais de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Faculdade Cenecista de Varginha – FACECA, Belo Horizonte, p.5-7, 2006.

PINOCHET, Luis Hernan Contreras. *Tendências de Tecnologia da Informação na Gestão da Saúde*. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2011 p. 382-392

ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi et al. *A Cultura Organizacional de um Hospital Público Brasileiro*. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. 2014;48(2):308-14

SANTOS, Patrícia Reis Alves dos. *Ações de Gerenciamento da Segurança do Paciente em um Serviço de Emergência*. 2016. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

SANTOS, Maria Angélica Borges dos. *Ambiente Institucional e Interfaces Organizacionais na Gestão de Hospitais Públicos do Sistema Único de Saúde*. 2005. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Patrícia Alves; SAMPAIO, Camila Santana Justo Cintra; ALGARTE, Carlos Cesar. *Implantação de uma Ferramenta de Informática em Apoio ao Acolhimento com Classificação de Risco em Serviço de Emergência no Interior de São Paulo*. XV Congresso Brasileiro de Informática em Saúde. Goiânia, p.58-60, nov. 2016

WAKULICZ, Gilmar Jorge. *Sistemas de Informações Gerenciais*. Colégio Politécnico UFSM. Santa Maria, 2016

USO DAS REDES SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

PEREIRA, Bárbara Ellen Gomes – Uni-FACEF
MORAES, Mikaela Faleiros – Uni-FACEF
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves – USP

1. INTRODUÇÃO

O movimento feminista se iniciou na metade da década de 1960, com intuito de questionar a condição feminina na sociedade patriarcal, que a enxergava apenas como uma figura materna, e do redutório doméstico. As mulheres perceberam que deveriam lutar contra a imposição patriarcal, e iniciaram um movimento que daria liberdade de expressão, e voz em um universo até, então, de domínio exclusivamente masculino.

Uma das aliadas nos movimentos sociais, a internet é a tecnologia mais atual neste século, ela tem ganhado diversos admiradores e cerca de 3,7 bilhões de pessoas, a utilizam para se comunicar e interagir umas com as outras. Com o desenvolvimento tecnológico foram criados novos meios de comunicação denominados redes sociais, e por meio destes o movimento feminista teve uma grande expansão, já que muitos começaram a tomar conhecimento.

Muitas vezes as mulheres reprimiam suas vozes pelos ideais das épocas passadas, mas devido as redes sociais os acontecimentos começaram a ser divulgados, tags foram criadas para que o movimento ficasse ainda mais conhecido e diversos escândalos envolvendo pessoas famosas na mídia e no país, como o último pronunciamento do presidente e o assédio do ator José Mayer foram mais comentados. Por esse motivo é importante tornar público os movimentos feministas, afim de conscientizar as pessoas do papel da mulher na sociedade.

Com este artigo procuramos compreender os usos da internet como espaço de ação e de reflexão de grupos feministas no cenário brasileiro, tendo como foco a potencialização deste movimento pelo uso das redes sociais e da influência que a internet proporcionou, como plataforma de divulgação, expressão e discussão dos ideais feministas, transformando-a em meio de organização e expressão política.

Para discorrer e delimitar sobre o tema proposto foram buscadas informações em livros, artigos e reportagens, que abrangem os assuntos que serão tratados, sendo eles o movimento feminista e a influência das mídias sociais.

Se essa problemática já está hoje bastante debatida, não está, todavia esgotada, e muito menos resolvida em plenitude nem suas causas suficientemente esclarecidas, isso se mostra nos dois vieses das redes sociais que são usadas tanto para divulgar quanto para equivocar as ideias do movimento.

2. O FEMINISMO: da evolução aos dias atuais

Os movimentos sociais podem ser classificados como uma mobilização de cunho coletivo e contínuo, e que visam promover alguma mudança social. Podem ser levantados quatro aspectos principais: sua coletividade (membros), sua continuidade (tempo), sua organização e a questão social a que se dedicam seus representantes. É interessante apontar que os movimentos podem ser de reforma (melhoria nas condições de um sistema), revolucionário (mudanças estruturais) ou de resistência (combater alguma mudança social insatisfatória ou para garantir direitos). (DUTRA, 2015)

Sendo assim, o feminismo é um dos movimentos que vem ganhando destaque na sociedade e ao longo dos anos adquiriu muitos seguidores, ele busca a igualdade entre homens e mulheres e se caracteriza por seu viés social, político e filosófico.

Segundo Costa (2005) o feminismo pode ser visto como um movimento social fundamentalmente moderno, que se iniciou no contexto da Revolução Francesa, com o surgimento das ideias iluministas, ele se espalhou pela Europa, Estados Unidos e logo depois para a América Latina, conquistando seu auge na luta sufragista. As mulheres buscavam ser inseridas nas mudanças que estavam ocorrendo, em uma sociedade regida pelo patriarcado, além da conquista por direitos sociais e políticos.

Em toda a história é percebido o papel da mulher que almejava seu status de figura histórica, porém, apenas com o feminismo foi possível a evidência das mulheres como tal.

Para Beauvoir (1986) feministas são todas as pessoas, mulheres ou homens, que lutam pela condição desigual da mulher na sociedade. É interessante apontar que o cunho social e político do feminismo se mostram muito bem na definição dada por ela, pois, em sua visão, a posição almejada pelos militantes do movimento para a mulher, dependia diretamente de uma mudança social, sendo que esta não poderia ocorrer sem antes a transformação política.

O feminismo no ocidente possui três grandes fases, no seu início, que marca a primeira fase, a proposta de mudança era para os direitos igualitários, como voto e trabalho. As mudanças reivindicadas pela segunda fase migraram para as leis e costumes das sociedades, é nesse período que surgem as questões de gênero, na terceira fase a discussão dá ênfase na imagem feminina imposta culturalmente pelos meios de comunicação em massa (GOHN, 2008).

Podemos observar que a evolução das fases se assemelha a “degraus” sociais, com o objetivo de igualdade de gênero o feminismo visto deste ponto mostra que suas propostas, intenções e reivindicações se modificaram de acordo com o tempo e o contexto social correspondente a cada fase, começando com transformações mais civis e, quando estas já haviam sido conquistadas, passaram se a pensar nas questões mais reflexivas, como a objetificação da mulher e do papel atribuído culturalmente aos gêneros. A passos lentos, talvez pelo machismo ainda muito presente na mentalidade das pessoas, o feminismo procura a emancipação da mulher, de todas as formas de opressão, suas conquistas são com toda certeza muito consideráveis, mas com um grande caminho para percorrer.

A forma de divulgação e os meios usados para isto mudaram com os tempos, atualmente a difusão dos ideais feministas se faz principalmente pelas redes sociais, em que inúmeras páginas na internet são criadas com este intuito e milhões de pessoas podem ter acesso a elas.

3. O FEMINISMO E AS MÍDIAS SOCIAIS: impactos e consequências

Várias ciências, primordialmente as humanas, foram invadidas pela visão feminista depois de sua chegada no meio acadêmico. O movimento funcionou para desconstruir esse olhar ainda pouco desenvolvido em relação as mulheres, e fez com que várias vertentes destas ciências se voltassem para o questionamento a

cerca da condição da mulher (PISCITELLI et al., 2009). A maior divulgação do feminismo fez com que a forma como essas viam a mulher e a sociedade se modificasse, questionando seus paradigmas e revendo seus conceitos de pesquisa.

Segundo Costa (2005) o feminismo como movimento social nunca esteve tão atuante como no momento, ele apenas mudou sua forma de protesto, suas propostas e reivindicações se modificaram, não é preciso mais a "queima dos sutiãs", isto não significa que ele perdeu sua força.

Assim como a sociedade se adaptou as transformações que ocorreram ao longo de sua história, o feminismo também acompanhou suas mudanças, e se renovou de maneira a debater novas problemáticas em meios diferentes, as mídias sociais ocuparam o lugar da panfletagem e das passeatas e agora os protestos dessa nova geração são organizados por meio delas, que conseguem um alcance maior de colaboradores e simpatizantes.

A militância feminista e suas novas metas foram ressignificadas, tornou se mais acessível apresentar e desenvolver as temáticas abordadas pelo movimento, com os novos recursos de comunicação instantânea e de alcance global. Com isso, os novos personagens dessa luta podem ter voz, e ao mesmo tempo em que dão continuidade para o movimento, potencializando e difundindo seus princípios, também tem a chance de expor suas opiniões pessoais, agregando valor e enriquecendo o debate.

Contudo, a internet como espaço de interação e exposição de ideias faz com que o diálogo de alguns usuários seja equivocado em relação ao movimento, algumas explicações para isto podem ser a grande quantidade de informação sem um melhor aprofundamento e a facilidade em postar ou comentar algo, mesmo sem saber a veracidade e/ou o conteúdo dos dados.

A internet como um todo possui grandes virtudes e possibilitou muitos avanços, inclusive para o feminismo, como analisa o presente artigo, por outro lado também apresenta falhas, e uma delas é a de “ser uma terra sem dono”, em que qualquer pessoa, informada ou não sobre o assunto, pode publicar o que quer que seja ou interpretar erroneamente as informações postadas, e acabar por cometer alguns equívocos a respeito do verdadeiro significado do movimento feminista.

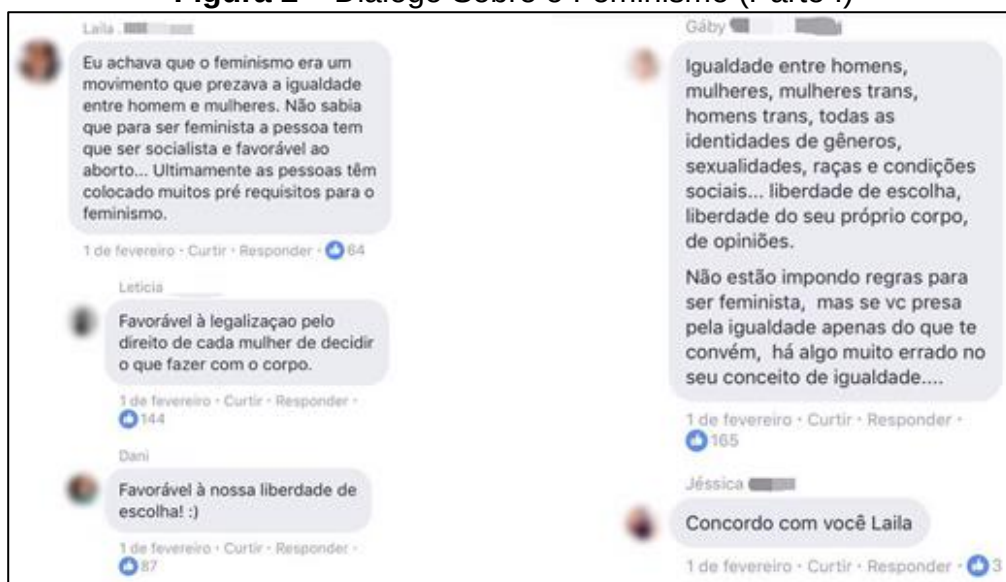
O exemplo a seguir, é uma postagem, extraída da comunidade “Moça, você é machista”, publicada em janeiro de dois mil e dezesseis.

Figura 1 – Charge da Página “Moça, Você é Machista”



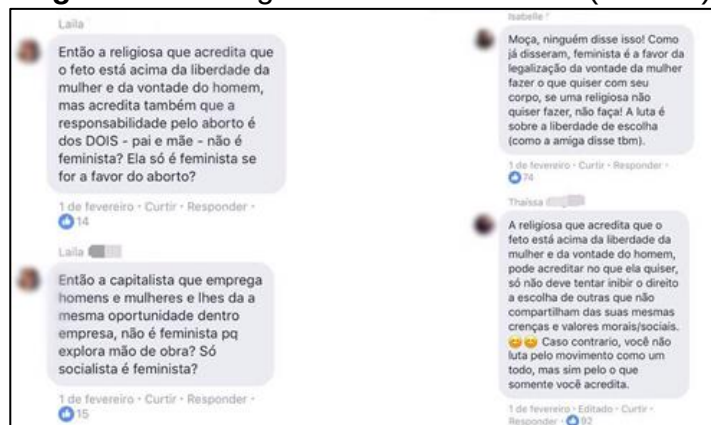
Fonte: Captura de tela da página “Moça, você é machista”. Acesso em: 24 de maio, 17.

Figura 2 – Diálogo Sobre o Feminismo (Parte I)



Fonte: Captura de tela da página “Moça, você é machista”. Acesso em: 24 de maio, 17.

Figura 3 – Diálogo Sobre o Feminismo (Parte II)



Fonte: Captura de tela da página “Moça, você é machista”. Acesso em: 24 de maio, 17.

Os comentários acima foram feitos em reação ao “post” anexado anteriormente, divergindo as opiniões a respeito da imagem publicada. A imagem, passa a ideia de que o feminismo é um movimento que abrange todas as mulheres e suas lutas, as assegurando o direito de decidir como agir e a liberdade do seu próprio corpo.

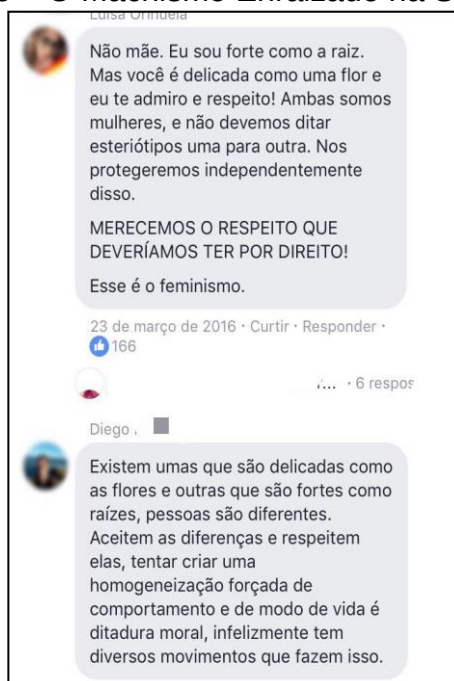
Claramente, as opiniões se opõem causando grande movimentação nas redes sociais nota-se que as pessoas não têm muito esclarecidos os princípios do movimento feminista. Muitas vezes estes tem acesso a falsas informações ou interpreta algum conceito de forma errônea. Consequente, novas ideias vão sendo criadas, e o conceito base vai sendo deixado de lado, afastando do que querem realmente passar com o feminismo.

Figura 4 – O machismo Enraizado na Sociedade



Fonte: Captura de tela da página “O machismo nosso de cada dia”. Acesso em: 24 de maio, 17.

Figura 5 – O Machismo Enraizado na Sociedade



Fonte: Captura de tela da página “O machismo nosso de cada dia”. Acesso em: 24 de maio, 17.

Este é um exemplo, de uma postagem, feita em uma página aberta no Facebook: “O machismo nosso de cada dia”, publicada em março de dois mil e dezesseis. A imagem busca desmistificar a ideia de que as mulheres são “delicadas” e “frágeis” através da metáfora presente na frase: “As meninas são delicadas como as flores...”. Devido a moral e contexto em que a mãe está inserida, ela só compreende a delicadeza e a fragilidade da mulher. E a fala da filha contesta a afirmação anterior, mostrando que já nasceu em um novo contexto, liberta do “pensamento machista” considerando a “força” e “capacidade” que a mulher tem.

Conclui-se que a divulgação do feminismo foi facilitada frente ao grande espaço que ganhou nas redes sociais, tornando-se uma ferramenta de grande importância. Mas, nota-se que o grande acesso as informações pode produzir equívocos, mudando a veracidade de fatos produzindo um abandono dos princípios do movimento.

4. O FEMINISMO: novos enfrentamentos e perspectivas

Como movimento social o feminismo no Brasil rompeu suas próprias barreiras e conceitos, conseguiu ir além de seus ideais e conquistou outros cenários, principalmente o político, reivindicando seus direitos, elaborando novas demandas e monitorando as com o intuito de não apenas manifestar sua insatisfação, mas também de garantir que suas conquistas sejam atendidas de forma eficaz (COSTA, 2005).

Todo o progresso alcançado pelo movimento feminista deve ser mostrado, juntamente com sua trajetória e seus obstáculos. Seus feitos são verdadeiramente importantes, que conseguiram atingir várias esferas na sociedade, desde a conquista do voto até a reflexão atual sobre os papéis de gênero, entretanto deve se pontuar algumas dificuldades que ele enfrenta e que impedem sua completa aceitação pelas pessoas.

Segundo Costa (2005), os três campos principais que apresentam resistência ao movimento feminista no Brasil são: os setores que discordam a respeito da desconstrução de gênero, defendem que as relações sociais são estruturadas a partir dos papéis de homens e mulheres, sendo que cada um possui características distintas; os chamados erroneamente de “movimentos de gênero”, em que a preocupação maior seria categorizar a unidade entre homens e mulheres, mas não discute a desigualdade entre eles nem procuram defender os direitos das mulheres; outros não consideram a desigualdade como um problema de esfera pública, mas cultural, e a explicam pela classe, sem reconhecer sua centralidade.

Essas e outras questões, como a própria cultura, fazem parte do que hoje seriam as resistências pelas quais o feminismo deve enfrentar. Buscando quebrar os paradigmas dessas objeções a fim de expandir seus ideais para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres.

As redes sociais atuam como ferramentas de divulgação, expressão e comunicação de pessoas e ideias, nesta grande teia virtual em que todos podem manter contato e ter suas vozes ouvidas, é importante que todas as informações sejam aproveitadas com o máximo de coerência. Dessa forma, os princípios reais do

movimento feminista, e qualquer outro que use este meio, poderão ser melhor entendidos e quem sabe incorporados na sociedade.

Com isso podemos notar que a militância feminista conseguiu migrar das ruas para a rede. Toda a organização do movimento se modificou em função disso, já que agora a maneira de expor seus ideais não necessita primordialmente do “boca a boca”, basta um clique para que milhares de pessoas tenham conhecimento deles.

Esse fato fez com que a propaganda feminista se tornasse mais dinâmica e se expandisse por todos os meios em que a internet pode alcançar, facilitando sua divulgação e consequentemente adquirindo novos seguidores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho era compreender os usos da internet como espaço de ação e de reflexão de grupos feministas no cenário brasileiro, tendo como foco a potencialização deste movimento pelo uso das redes sociais e da influência que a internet proporcionou, como plataforma de divulgação, expressão e discussão dos ideais feministas, transformando-a em meio de organização e expressão política.

Para tal pesquisa buscamos conteúdos e informações em artigos, livros e em comunidades ativistas no Facebook. Trouxemos para discussão conceitos que fundamentam o movimento feminista e através dos exemplos analisados, foi possível notar uma dimensão mais realista a respeito do ativismo nas redes sociais.

Segundo as pesquisas realizadas é possível distinguir o feminismo predecessor das mídias sociais para aquele posterior a elas, classificando o segundo como fenômeno de uma maior coletividade e interatividade entre os seus participantes. O impacto da internet sobre a sociedade acarretou também na influência e crescimento do movimento, o tornando mais visível para aqueles que, sem o recurso virtual, não tomariam consciência dos seus princípios.

Aparentemente não encontramos dificuldades para encontrar materiais, pois eles são facilmente encontrados em artigos, mas por outro lado não

encontramos grandes obras que tratavam do assunto. Por ser um tema bastante conhecido nos dias atuais, pode despertar curiosidade e influenciar futuros estudos.

REFERÊNCIAS

BIONDO, F. P., SIGNORINI, I.. **(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook:** contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. DELTA, São Paulo, v.31, aug. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

BOCCHI, A. F. A.. **A militância feminista na web:** o funcionamento da argumentação em discursos sobre a violência no parto. Ling. (dis)curso, São Paulo, v.16 n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

COSTA, A. A. A.. **O movimento feminista no Brasil:** dinâmica de uma intervenção política. Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009. Revista Gênero, v. 5, n. 2, 2005.

DUTRA, M. P., NUNES, T. G.. **A marcha das vadias como redes de movimentos e significados.** Revista Prolegómenos Derechos y Valores, Bogotá, v.18, n.36, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

GOHN, M. G. (2008). **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola.

PISCITELLI, A. et al. **Olhares feministas.** Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009. 13 p.

SCHWARZER, A.. **Simone de Beauvoir hoje.** Tradução de José Sanz. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 30 p.

UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA PRODUÇÃO ENXUTA NAS BANCAS DE PESPONTO DA CIDADE FRANCA-SP PARA MELHORA DOS PROCESSOS: um estudo multi-casos

PIRES, Luciana Rodrigues – Uni-FACEF
QUEIROZ, Geandra Alves – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

A alta concorrência do mercado econômico submete as empresas encontrarem alternativas que possam melhorar o seu desempenho, reduzir os custos sem perder a qualidade e a satisfação dos clientes. A indústria calçadista se insere neste contexto, uma vez que almeja melhorias para se tornar mais competitiva. Devido à alta produção uma das formas encontradas é a subcontratação de processos em algumas empresas, afim de eliminar gargalos, reduzir custos e aumentar a flexibilidade da produção. Um dos processos subcontratados na indústria calçadista é o pesponto, por ser uma atividade artesanal e com pouca exigência de maquinários (SATURI; ARAÚJO; ANDRADE, 2004).

A realização da presente pesquisa torna-se relevante devido ao grande número de bancas de pesponto existente no município de Franca e a sua importância na economia regional. Por isso, o objetivo desse estudo é identificar as possíveis melhorias que as de ferramentas da Produção Enxuta (PE) podem gerar ao processo produtivo do pesponto.

O autor Yoshino (2008) ressalta algumas vantagens da PE no setor calçadista. Como utilizar menores estoques, gerar menos defeitos e produzir maior e sempre crescente variedade de produtos. O autor ainda afirma que houve um avanço teórico e prático, na aplicabilidade e conceitos dessa estratégia nesse segmento. Deste modo, entende-se que há a necessidade de desenvolver estudos que busquem maneiras para melhorar os processos das bancas de pesponto.

Em vista disso, esse estudo pautou-se nessas possíveis melhorias e para o seu desenvolvimento foram estudados conceitos e técnicas sobre os temas: Produção Enxuta e setor calçadista, por intermédio da literatura específica disponível. Além de utilizar três bancas de pesponto de Franca como objeto de estudo, para que se pudesse compreender as etapas do processo produtivo.

No presente trabalho, optou-se por utilizar o método de estudo de caso, frequentemente aplicado na engenharia de produção. Ele consiste na análise

aprofundada de um ou mais casos, com o uso de múltiplos instrumentos de coleta de dados (MIGUEL, 2012). Segundo Gil (2002) esse é um método utilizado quando a pesquisa envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de modo que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

A pesquisa se construiu na análise de três bancas de pesponto e para a condução dos casos foram utilizadas as etapas propostas por Miguel (2012). O primeiro passo foi definir a estrutura teórica, por meio do embasamento conceitual sobre Produção Enxuta e processos produtivos calçadistas. Posteriormente foi definida as empresas que seriam alvo dos estudos de casos e o roteiro de entrevista aplicado nas mesmas, com a finalidade de manter o sigilo dos dados e informações das bancas, nesse artigo elas serão chamadas de Empresa A, B e C.

A escolha do primeiro caso foi em virtude da facilidade de acesso, pois a pesquisadora possuía contato com o proprietário, e também pela vantagem de estudar uma banca que já utilizava as ferramentas da produção enxuta. A seleção dos outros dois casos se deu em razão da permissão dos proprietários, visto que outras bancas não se disponibilizaram a fazer parte da pesquisa, alegando que não é permitido que não colaboradores conheçam o processo produtivo.

Portanto, a coleta de dados, nas três empresas, se deu mediante autorização dos gestores, após isso houve uma visita inicial, para conhecer o processo produtivo, o espaço e divisão dos funcionários. Posteriormente foi realizada uma entrevista semiestruturada com o responsável de cada banca, utilizando um roteiro com perguntas relacionadas ao tema e observações *in loco*. Em seguida foi compilado os dados e descritos em forma narrativa que será apresentado na seção dos estudos de casos. Deste modo, o objetivo desta pesquisa consistiu, de maneira exploratória e aleatória, encontrar como a produção enxuta pode melhorar os processos produtivos das bancas de pesponto, não tendo como pretensão generalizar e extrapolar os resultados encontrados.

2. PRODUÇÃO ENXUTA

A Produção Enxuta segundo Womack e Jones (2004) é uma filosofia de gestão da produção que tem como objetivo principal o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade por meio da eliminação sistemática dos desperdícios na cadeia produtiva. Os autores destacam que a PE se constitui em cinco princípios básicos. O

primeiro é especificar o valor, que se trata de entender o que cliente deseja. Posteriormente deve-se identificar o fluxo de valor, compreendendo quais etapas e processos são necessários para que o produto ou serviço seja fabricado e entregue para ao cliente final; nessa etapa, comumente, são identificados os principais desperdícios. Já o terceiro princípio busca o fluxo contínuo, que consiste em fazer com que as etapas fluam sem esperas e interrupções. A produção puxada, considerado o quarto princípio, visa fabricar o que os clientes desejam de maneira adequada e no momento correto, permitindo que o consumidor puxe o produto; dessa forma é possível minimizar os desperdícios frequentemente encontrados em sistemas “empurrados”. Por fim, o último busca a perfeição por meio da integração dos quatro princípios anteriores, visando à melhoria contínua.

Shingo (1996) e Liker (2005) destacam as categorias de desperdícios a serem eliminados pela PE.

TABELA 1 – Desperdícios de produção.

Desperdício	Descrição
Superprodução	Produzir excessivamente ou cedo demais
Espera	Longos períodos de espera (pessoas/peças/ informações);
Transporte	Movimento excessivo de pessoas peças e informações;
Processamento	Utilização inadequada de máquinas e sistemas;
Estoque	Armazenamento excessivo e falta de informação;
Movimento	Desorganização do ambiente de trabalho
Produtos defeituosos	Problemas de qualidade do produto.

Fonte: Baseado em Onho (1997).

Segundo Onho (1997) é preliminar que todas as origens desses desperdícios sejam suprimidas nas organizações para a implantação da PE, isto pode ser feito por meio de algumas práticas destacadas no tópico a seguir.

2.1. Práticas da Produção Enxuta

As principais práticas abaixo foram descritas como base os estudos de revisão bibliográfica de Yoshino (2008) e Godinho Filho (2004).

Na Produção Enxuta uma das ferramentas comumente aplicada é o Mapeamento do Fluxo de Valor que ajuda visualizar e entender o fluxo de material e de informação que o produto segue, desde o consumidor até o fornecedor. A partir dessa técnica é possível enxergar os desperdícios e as possíveis melhorias. Outra ferramenta muito utilizada é o Programa 5S, ele objetiva reduzir desperdícios, erros,

defeitos e acidentes de trabalho. Ele é dividido em cinco sentidos: Utilização, organização, limpeza, padronização e disciplina.

O *Kaizen*, é uma prática que visa a melhoria contínua e consiste em três passos: primeiro, criar um padrão; segundo, segui-lo; terceiro, encontrar o melhor caminho para sua utilização infinita. O Trabalho Padronizado é uma outra técnica que facilita a obtenção de qualidade, pois elimina variação de processos e retrabalhos.

Faz parte da filosofia a abordagem do *Just-in-time*, que significa “no momento certo”, segundo Ohno (1997) é um processo de fluxo, no qual as atividades ocorrem no momento em que são necessárias e somente na quantidade necessária.

A palavra japonesa *Kanban* significa “sinal” ou “cartão”. É um dispositivo sinalizador que autoriza e dá instruções para a produção ou para a retirada de itens em um sistema puxado, funcionando de acordo com a demanda do cliente (LEAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2003).

Para a divisão do local de trabalho também são utilizadas ferramentas enxutas. Uma delas é o Fluxo Contínuo, a qual objetiva processar um item de cada vez, diretamente sem interrupções de um processo para outro. E As Células de Manufatura que consiste nas localizações das estações de trabalhos por produtos semelhantes (LEAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2003).

Uma técnica muito empregada é a Gestão Visual, pode ser considerado qualquer dispositivo de comunicação utilizado no ambiente de trabalho capaz de criar um espaço transparente aos funcionários e facilitar a visão de como a atividade deve ser realizada e quais os padrões estabelecidos (GAMBI, 2011).

Outra ferramenta é a *Total Productive Maintenance* (TPM) “Productive” se refere a maximização de uso dos equipamentos, por meio da redução de tempo de troca, paradas, refugo, e a palavra “total” é utilizada pois, abrange todos os níveis operacionais e o ciclo de vida do equipamento, isto é, efetiva as ações de acordo com o estado que a máquina se encontra.

Dentro do conceito enxuto está o *Poka-Yoke* (Dispositivo à prova de erros), esse conceito ficou conhecido como Zero Defeito. De acordo com Feld (2000) são recursos que ajudam os operadores a evitar erros em seu trabalho tais como escolha de peça ou ferramenta errada, montagem incorreta de uma peça, ou esquecimento de um item que influencia na montagem do produto.

A Produção Nivelada também é utilizada na PE e consiste na combinação uniforme do volume de produção por um longo período de tempo. Esta

prática visa alcançar um *mix* de produção que reduza estoques de determinados itens, dando, ao mesmo tempo, certa flexibilidade ao sistema.

Portanto, essas são algumas das ferramentas que fazem parte da filosofia de PE que são implementadas nas empresas que objetivam melhorar seus sistemas produtivos.

3. SETOR CALÇADISTA

3.1. Setor Calçadista de Franca

A pesquisa teve como foco o centro produtor calçadista de Franca-SP, o qual, segundo Garcia (1996) teve sua formação vinculada, basicamente, à expressiva atividade de criação de gado de corte na região desde meados do século XIX. Por vários anos a indústria de transformação do município de Franca registou crescente participação no PIB municipal, entre as décadas de 1940 a 1985 houve um crescimento de 36,5% (BRAGA FILHO; LESSA; PUPIM, 2009).

Porém, os autores relatam que a partir da década 1990 essa situação sofreu algumas alterações. A política de proteção industrial concedera espaço para o câmbio apreciado e para uma considerável redução das alíquotas de importação. Com isso as indústrias calçadistas em geral, especialmente a de Franca, ficou exposta a alta concorrência.

E em razão dessa alta competitividade imposta até hoje, as empresas necessitam passar constantemente por medidas de reestruturação produtiva, com a finalidade de obter melhores resultados.

Uma pesquisa realizada pelo Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca (SINDIFRANCA, 2011) contabiliza as empresas do setor no município de Franca, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Número de indústria por porte e segmento

Porte	Fornecedores	Prestadoras	Produtoras	Total
Micro	193	234	212	639
Pequena	74	27	195	296
Média	16	4	54	74
Grande	-	-	6	6
Total	283	265	467	1.015

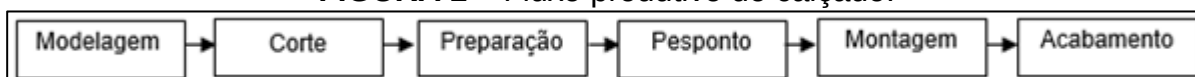
Fonte: SINDIFRANCA, 2011.

O alto número de empresas evidencia a relevância da cadeia produtiva coureiro-calçadista de Franca no setor nacional.

3.2. O Processo de Fabricação do Calçado

A produção calçadista é realizada de forma descontínua, na qual o fluxo produtivo ocorre em diferentes etapas, como mostra a figura abaixo:

FIGURA 1 – Fluxo produtivo do calçado.



Fonte: Yoshino (2008).

A seguir serão descritos os processos de fabricação do calçado. Tendo como base os estudos de revisão bibliográfica de Yoshino (2008) e Diedrich (2002).

A primeira etapa é modelagem, nesse processo ocorre a definição de como será o sapato. Existe muita preocupação com o *design*, conforto, cores, formas, materiais, entre outras características. Posteriormente é realizado o corte de todos os materiais que compõe o calçado. As peças podem ser cortadas de forma manual utilizando lâminas e moldes de cartolina; ou por meio de prensas hidráulicas, chamadas de balancim de ponte ou de braço. Essas máquinas são operadas por funcionários qualificados para que não haja desperdícios dos materiais, como: couro, forro e aviamentos.

Depois é realizado o processo de preparação, que engloba pequenas atividades, como: pintura para deixar o couro na cor desejada; carimbo, para marca o couro com a identificação do tamanho do sapato, referência e data de fabricação; entretelação, colocação de reforço entre couro e o forro, com a finalidade de dar sustentação ao couro; e chanfração, processo feito nas bordas das peças, para melhorar a união das mesmas.

A próxima etapa realizada é o pesponto, na qual se faz costura das peças do sapato, formando o cabedal (parte superior do calçado, composta por diversas peças de couro, tecidos e espumas). As operações podem ser subdivididas em duas: colagem e pesponto (costura). Na colagem, se faz a colagem, dobração, passagem de fita de reforço. Já no pesponto costura-se as peças em máquinas próprias, consideradas desiguais. Pois ferramentas manuais coexistem com instrumentos mecânicos, de marca, modelo e ano de fabricação diferente.

A atividade do pesponto é normalmente o gargalo da produção, principalmente quando existem operações com um ciclo muito grande. Por esse motivo algumas empresas preferem terceirizar esse processo

Após o pesponto é realizada a montagem dos calçados, esse processo é responsável por dar forma ao sapato. O primeiro passo é fixar o cabedal em uma forma plástica com o formato de pé, posteriormente ocorre a preparação da palmilha, a montagem do bico (máquina de monta bico), fechamento do lado dos calçados, montagem da base traseira (máquina de montagem da parte traseira) e a última atividade é rebater o bico e a base.

Por fim, o último processo é o de acabamento, nessa etapa o calçado passa por vários pequenos procedimentos. Ele recebe o solado e a forma é retirada de seu interior. Além de escovação, limpeza, pintura de acordo com o pedido do consumidor, revisão do produto, correção de possíveis erros e embalagem do calçado.

Tendo em vista a complexidade de algumas das etapas acima descritas e também a alta produção calçadista, as empresas do ramo acabam optando pela subcontratação, afim de eliminar gargalos, reduzir custos e aumentar a flexibilidade da produção. Um dos processos subcontratados na indústria calçadista é o pesponto, por ser uma atividade artesanal e com pouca exigência de maquinários (SATURI; ARAÚJO; ANDRADE, 2004).

Segundo Garcia (1996) é comum ocorrer a subcontratação do processo de pesponto nas indústrias calçadistas do Brasil. Isso é necessário pois, as empresas calçadistas necessitam fabricar lotes pequenos com alta variedade utilizando a mesma linha de produção (DIEDRICH, 2002). Essa prática além de agilizar o processo de produção reduz os custos relacionados com a mão-de-obra. Para as empresas maiores, ao mesmo tempo que reduz custos, aumenta a flexibilidade e evita a ocorrência de gargalos no processo produtivo. É nesse cenário que a produção enxuta pode trazer benefícios as empresas, uma vez que ela une simultaneidade, alta produtividade, qualidade e baixos custos com *lead time* menores.

4. ESTUDOS DE CASOS

4.1. Empresa A

A empresa A divide sua produção de pesponto em três estabelecimentos, no total é composta por 166 colaboradores. Os funcionários são divididos em 42 grupos, formados por um pespontador e duas coladeiras. Em cada unidade também existe um grupo suporte com um pespontador e uma coladeira, esse grupo faz a preparação inicial do pesponto.

A empresa A adota um sistema de classificação de nível de dificuldade dos pares, são três níveis, assim é possível que os supervisores dividam os trabalhos para que todos os grupos consigam atingir a média de produção diária. Esse grau de dificuldade é estabelecido após a cronoanálise.

Relatou-se que a produção diária gira em torno de 1.250 pares por dia na primeira unidade e as outras duas bancas produzem 650 pares cada. De acordo com as informações obtidas na empresa a capacidade produtiva aumentou significativamente após a implantação das ferramentas, mostrando que é possível obter melhorias com o projeto de pesponto enxuto.

A sequência produtiva da banca é: riscação do couro; a preparação que é realizada pelos grupos de suporte; posteriormente é feito a aplicação do pré-ilhós, não são todos os modelos de calçados que passam por essa etapa, apenas aqueles que são desenvolvidos com algum detalhe técnico diferente, como por exemplo o forro invisível. Depois é realizado a preparação das coladeiras; a forração do calçado; o viés; o pesponto; a aplicação de ilhós; o fix pin e por último a revisão de todos os calçados, para que possa manter um alto nível de qualidade.

O principal indicador utilizado pela empresa A é a qualidade, ela preza sempre por um produto diferenciado no mercado. Esse indicador é controlado por meio de um *check list*, preenchido pelos encarregados de cada grupo. Esse *check list* é referente a cada ficha de trabalho, nele o encarregado anota todas as informações que é conferido pelas revisoras. Posteriormente o gerente geral do pesponto confere o trabalho das revisoras, preenche uma ficha de revisão final e controla os indicadores por meio de planilhas eletrônicas.

Como já citado anteriormente, a empresa possui o conhecimento das ferramentas de produção enxuta e aplicam inúmeras delas no processo produtivo. De acordo com o relato dos responsáveis da empresa, o maior desafio para a

implantação dessa filosofia foi mudar a cultura organizacional, uma vez que os funcionários já estavam adaptados a forma de trabalho anterior, ou seja, foi preciso tirá-los da zona de conforto. Diante disso, os gestores alegaram que a estratégia utilizada foi transformar os poucos colaborados, mostrando o valor do trabalho e a capacidade de cada um, além de capacitá-los a mudança por meio de treinamentos. O comprometimento dos funcionários é um ponto a ser destacado, isso foi substancial para a implantação da produção enxuta.

Atualmente a empresa utiliza a maioria das ferramentas da produção enxuta. Possuem Mapa do Fluxo de Valor bem definido pela matriz, abordando questões relacionadas aos custos, estoques, produtividade, fluxo e perda de material durante o processo. O Programa 5S foi uma das primeiras ferramentas utilizada na empresa, lá os funcionários são orientados a deixar o ambiente de trabalho o mais organizado e limpo possível, com a finalidade de auxiliar na utilização das outras práticas enxutas, como a gestão visual e a padronização dos processos. Nas unidades de pesponto o trabalho dos grupos são altamente padronizados, em detrimento dos treinamentos, da supervisão diária do gerente de pesponto e também por possuírem as fichas e o contratipo, permitindo que todos os colaboradores tenham acesso aos mesmos detalhes técnicos, padronizando ao máximo o processo.

A produção do pesponto utiliza parcialmente a prática de fluxo contínuo, pois, após o grupo de suporte iniciar o pré-preparo dos calçados as fichas são encaminhadas aos demais grupos que fazem todas as operações até a finalização do produto. Analisando cada grupo essa ferramenta é aplicada, porém, a nível geral da empresa não é possível implantar a ferramenta em detrimento da alta variedade de modelos. Portanto, o objetivo de utilizar o fluxo contínuo de forma parcial é evitar desperdícios de tempo em *setups* como de troca de linhas e agulhas. Além disso, com a utilização desta prática a empresa reduz as perdas de movimentação.

As ferramentas *Just in time* e *Kanban* são pouco utilizadas na banca, pois o principal ponto de referência da empresa é o rigoroso planejamento da matriz, eles determinam a ordem de produção, uma vez que pode ser necessário alterar a fabricação de um pedido em virtude da solicitação da sede. A empresa A também utiliza a gestão visual, existem quadros que mostram aos colaborados os indicadores de produção diária, facilitando assim a integração deles com a empresa. Outra prática utilizada na empresa são os dispositivos a prova de erros, o principal deles é o

contratipo, que possui todos os detalhes técnicos, permitindo além da padronização do trabalho a redução de erros no processo produtivo.

Essas práticas começaram a ser implantadas, aproximadamente, a dez meses, visando melhorar a eficiência do processo. O gerente de pesponto, responsável pela implantação das ferramentas, informou que foram registrados ótimos resultados como o aumento da produtividade, redução de perdas de matérias primas (cola e linha) e também a redução de desperdícios de tempo e movimentações. Uma vez que o *layout* da empresa foi reformulado para favorecer essas implementações. De acordo com o seu relato a capacidade produtiva da empresa é alta e muito variada, isso segundo ele era um dos pontos críticos na produção antes de implantar as práticas, pois era necessário um maior período de tempo para a fabricação dos produtos. Mas, atualmente é possível produzir muito e com excelente qualidade. São vários os fatores determinantes, como: a capacitação dos funcionários, o contratipo (modelo do calçado) que acompanha todas as fichas com as informações técnicas, o sistema detalhista de revisão e principalmente a utilização das ferramentas da produção enxuta.

4.2. Empresa B

A empresa B presta serviço para uma única empresa de Franca, que fabrica sapatos e bolsas para o público feminino. Essa banca possui 80 colaboradores. Dois funcionários e o proprietário são responsáveis pelo setor administrativo, a banca possui duas supervisoras de pesponto e 25 grupos de pesponto, dividido em duas linhas 19 grupos para calçados e 6 grupos para bolsas. Cada grupo é composto por um pespontador e duas coladeiras.

A empresa B adota um sistema de separação de calçados por nível de dificuldade dos pares, são divididos em botas que são consideradas mais trabalhosas e os sapatos convencionais, os quais são considerados pelos funcionários mais fáceis. Essa divisão ocorre, pois, os funcionários recebem por peça produzida, então, assim é possível que todos os grupos consigam atingir a média de produção diária.

Relatou-se que a produção diária gira em torno de 800 pares de calçados por dia e 200 unidades de bolsa. Porém, a empresa trabalha com coleções, por isso os modelos são alterados 3 ou 4 vezes por ano, nesse período são necessários alguns dias para analisar a quantidade de calçados produzidos por grupos. E somente nesse período as fichas são acompanhadas do contratipo, depois

disso se houver alguma dúvida os funcionários tentam saná-la observando fotos dos modelos dos calçados por meio de dispositivos eletrônicos.

Durante a visita pode-se notar uma desorganização nos processos, não há um sistema de verificação de materiais quando a fábrica entrega, por esse motivo as vezes ocorre atrasos por falta de matéria prima e isso só é detectado quando os produtos já estão no processo.

O processo se inicia com o recebimento das fichas de produção e o material da empresa, ela já envia o couro riscado para a banca, as supervisoras realizam a divisão do trabalho para os grupos, não existe um pré-preparo como na empresa A, nessa banca cada grupo inicia e termina a suas fichas. A sequência produtiva da banca é: a preparação das coladeiras; o pesponto; a aplicação dos metais com o símbolo da empresa e por último a revisão de todos os calçados.

O principal indicador que a empresa tenta seguir é a qualidade, porém tudo é feito por percepção visual, não existe um sistema de controle efetivo, eles apenas verificam a quantidade de calçados que são enviados pela e para a fábrica.

A empresa B quase não possui o conhecimento das ferramentas de PE apenas o 5S, o proprietário disse que deseja implantá-lo na banca. Porém, todas as demais práticas não são utilizadas, pois a empresa desconhece os seus conceitos, utilização e as melhorias que podem ser alcançadas por meio delas.

Durante a entrevista foi possível notar uma resistência do proprietário a questões relacionadas a gestão de produção. Pois, o mesmo relatou que não considera válida a implantação de ferramentas de gestão, pois acredita que o que o principal é possuir o conhecimento da operação e não de sistemas que avaliem se as atividades estão sendo executadas de forma eficiente.

4.3. Empresa C

A Empresa C, também está situada no município de Franca. Ela presta serviço para uma única empresa de calçados masculinos, atualmente possui 13 colaboradores; a proprietária, 5 pespontadores e 7 coladeiras. A proprietária é responsável pela área administrativa e divisão do trabalho. Essa empresa não é dividida em grupo, todos os funcionários trabalham em uma linha produtiva de fluxo contínuo capaz de produzir 120 pares por dia.

Essa banca não utiliza sistema de divisão de calçados por níveis de dificuldade, a gestora alegou que esse sistema não é necessário pois os funcionários são mensalistas, portanto independe da quantidade de pares que produzem por dia.

Semelhante a empresa B, essa banca também não utiliza contratipo em todas as fichas, apenas nas primeiras fabricações de modelos, posteriormente se houver alguma dúvida os funcionários tentam saná-la observando fotos dos modelos dos calçados por meio de dispositivos eletrônicos.

Outra semelhança com a Empresa B é que o couro já vem riscado para a banca. Depois as fichas são separadas e todos os materiais seguem para a produção, que acontece em fluxo contínuo. A sequência produtiva da banca é: a preparação das coladeiras; forração; viés; o pesponto; a aplicação de ilhós e o fix pin. A empresa C não faz a revisão dos calçados, tudo o que é produzido volta para a empresa contratante. Alegaram que não é comum ocorrer devoluções por falta de qualidade, a gestora disse acreditar muito no trabalho de sua equipe e que considera todos capazes de conferir o que fabricam.

O principal indicador que a empresa tenta seguir é o tempo, foi informado que o foco é sempre atender a empresa com agilidade. Para essa banca a qualidade está em segundo lugar.

A empresa C não possui o conhecimento das ferramentas de produção enxuta, todos os controles são feitos por percepção. Não há o interesse da proprietária em utilizar formas diferentes de se produzir, pois a mesma acredita que isso possa impactar negativamente em sua produção. Uma vez que seus funcionários são antigos e já estão adaptados a sua forma de trabalho.

4.4. Análise dos Resultados

De modo geral os resultados entre os casos analisados mostram semelhanças e diferenças no que se refere como a PE pode contribuir para as melhorias do processo de pesponto. Buscou-se com a pesquisa fundamentar que existem práticas da PE que podem contribuir no sistema produtivo das bancas de pesponto. Como pode ser observado nas descrições dos estudos de casos, as três bancas possuem maneiras distintas de gerenciar sua produção.

Um ponto que pode ser analisado e comparado é no que diz respeito a produtividade. Segundo Slack et al. (2009) a produtividade pode ser calculada por meio da divisão de *outputs* (saídas) por *input* (entradas). As saídas são os produtos

ou serviços e as entradas podem ser consideradas: materiais, informações e consumidores. Portanto, essa pesquisa limitará em calcular a produtividade baseando somente na saída de pares de sapatos e usará apenas o insumo número de funcionários para o cálculo. Conforme mostra a tabela 3:

Tabela 3 – Análise Comparativa de produtividade entre os estudos de casos

EMPRESA	PARES/DIA	FUNCIONÁRIOS	PRODUTIVIDADE
Empresa A	2.450	135	18,15
Empresa B	800	57	14,03
Empresa C	120	12	10

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse resultado vem de encontro com a teoria dos autores Womack e Jones, 2004 e Liker (2005), que afirmam que a PE possibilita melhores resultados de custo, produtividade, qualidade, prazo de entrega e flexibilidade. Pois tem como fundamento eliminar os desperdícios de toda a cadeia produtiva e a busca pela melhoria contínua.

Por fim, é importante ressaltar que a empresa A é considerada uma exceção, pois ainda é difícil encontrar bancas como tamanha organização e utilização de técnicas gerenciais. As empresas B e C ainda demonstram resistência na utilização de tais ferramentas, isso pode estar relacionado ao desconhecimento das melhorias que a aplicação das práticas de gestão resultam nos sistemas produtivos.

5. CONCLUSÃO

A produção enxuta mostra-se como uma filosofia de gestão da produção constituída por princípios e práticas que objetivam eliminar os desperdícios dos sistemas produtivos com a finalidade de conseguir melhores resultados produtivos, com redução de custos, mantendo a qualidade e velocidade de entrega.

Nos estudos de casos foi possível compreender que existem fatores internos que influenciam na implantação das ferramentas enxutas, o principal deles é a mudança cultural, muitos funcionários reagem de forma negativa quando são desafiados a mudar a maneira como trabalhavam. É nesse momento que a postura gerencial pode reverter essa situação, estimulando os colaboradores a aceitarem os novos parâmetros.

Espera-se com esse artigo, orientar as empresas do setor calçadista que a filosofia produção enxuta é uma alternativa para melhorar os indicadores produtivos. E que sua estrutura é capaz de se adaptar de maneiras distintas, conforme a necessidade de cada organização. Mas, sem a pretensão de generalizar os resultados encontrados na pesquisa.

Deste modo, sugere-se como pesquisas futuras estudos que investiguem quais as ferramentas da PE que mais impactam na melhoria dos processos de pesponto. Além de buscar compreender e delinear possíveis métodos para a implantação delas no processo produtivo.

6. AGRADECIMENTO

Os pesquisadores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, tornando possível a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

DIEDRICH, Hélio. **Utilização de conceitos do Sistema Toyota de Produção na melhoria de um processo de fabricação de calçados**. (Trabalho de conclusão de curso de mestrado com ênfase em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

FELD, Willian M. **Lean Manufacturing: tools, techniques and how to use them**. Boca Raton: St. Lucie Press, 2000.

FILHO, Hélio Braga; LESSA, Márcio Benevides; PUPIM, Matheus Lourenço. **Indústria e desenvolvimento local: Antigos problemas e nova abordagem da indústria calçadista de Franca**. Franca, 2009. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/3fem/Encontro/Arquivos/Helio,%20Marcio%20e%20Matheus.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

GAMBI, Lilian do Nascimento. **Recomendações para a implementação de conceitos e técnicas de produção enxuta em empresas, fabricantes de produtos sob encomenda, do aglomerado industrial de Sertãozinho**. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

GARCIA, Renato de Castro. **Aglomerações setoriais ou distritos industriais: Um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil**. Campinas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed.** São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO FILHO, Moacir. **Paradigmas estratégicos de gestão da manufatura – configuração, relações com o planejamento e controle da produção e estudo exploratório na indústria de calçados.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

LIKER, Jeffrey K. **O modelo Toyota: 14 princípios de gestão do maior fabricante do mundo.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

LEAN ENTERPRISE INSTITUTE. **Léxico Lean: Glossário ilustrado para praticantes do pensamento lean.** São Paulo: Lean Institute Brasil, v. 1.0, 2003.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. (Org). **Metodologia de pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier - ABEPRO, 2012.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala.** Porto Alegre: Bookman, 1997.

SATURI, Evandro Morales; ARAÚJO, Carlos Alberto; ANDRADE, Renato Fonseca. **A estratégia para atuação em Cluster's: o caso das bancas de pesponto de Franca.** XXIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Curitiba, 2004.

SHINGO, Shigeo. **O sistema Toyota de produção do ponto de vista da Engenharia de Produção.** Porto Alegre: Bookman, 1996.

SINDIFRANCA - Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca. **Estudo sobre o Setor Coureiro-Calçadista de Franca e Região.** Franca, 2011.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção.** Atlas, 2009.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T. **A mentalidade enxuta nas empresas: elimine desperdícios e crie riqueza.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

YOSHINO, Rui Tadashi. **Proposta de um sistema de produção enxuta para o segmento calçadista.** Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

VAREJO, ECONOMIA E GEOPROCESSAMENTO NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SP): níveis de concentração varejista em um cenário econômico adverso

JEBAILLEY JUNIOR, Adnan Kalil – Uni-FACEF
BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Em um processo de integração multidisciplinar, este artigo tem como objetivo realizar um diagnóstico do comércio varejista no município de Franca (SP), entre os anos de 2010 a 2017, desta forma, buscou-se uma visão facetada com base em campos de estudos que abrangem conceitos básicos de Administração, Economia e Geografia. Desta forma, é importante a compreensão da estrutura desta pesquisa, que propõem caminhos que vislumbram diversas perspectivas sobre o mesmo assunto.

Na segunda seção, abordam-se conceitos básicos de varejo, trazendo através da perspectiva histórica e, conceitual, uma visão que norteará a pesquisa em seu propósito de diagnosticar os efeitos e transformações do varejo em sua mais diferente tipologia.

A terceira seção terá como propósito a discussão da economia de varejo para o período de recorte desta pesquisa. Serão utilizados alguns dados pertinentes às vendas do varejo no período e uma análise de variáveis macroeconômicas que possam ter influenciado o setor. Vale salientar que a abordagem econômica será feita de forma sucinta, uma vez que devido a amplitude dos temas tratados.

Para a quarta seção, discutir-se-á a concepção (aspectos de aplicação) e caracterização (aspectos metodológicos) do geoprocessamento, pretendendo através desta abordagem, uma melhor compreensão da aplicação que será realizada para obter-se os resultados desta pesquisa.

Na quinta seção, será apresentada a metodologia da pesquisa, referenciando o espaço amostral (espaço compreendido em semântica lógica, furtando-se de aspectos estatísticos/matemáticos), o processo da coleta dos dados que se compõem de dados primários e secundários, assim como, demonstrando o processo estatístico de análise espacial para os níveis de concentração.

A sexta seção, trará os resultados da pesquisa por meio de cartas geográficas referenciadas através de vetores e níveis de calor. Portanto, esta seção apresenta o preciso diagnóstico que buscou durante a pesquisa. Enfim, na sétima e última seção, é realizada a conclusão do artigo, comentando as principais causas e efeitos que depuram o processo de formação do comércio varejista francano.

1.1. O Conceito DE Varejo e suas Perspectivas Históricas

O comércio varejista se localiza no final de uma complexa cadeia de produção. Este tipo de comércio tem como cerne de sua característica, absorver os produtos vindos do setor atacadista e proporcionar um estreitamento do canal de distribuição, para que os consumidores possam ter acesso a estes produtos. Segundo Levy e Wetz (2000, p. 26) “um varejista é um negociante que vende produtos e serviços de uso pessoal ou familiar aos consumidores. Um varejista é o último negociante de um canal de distribuição”.

Neste canal, “[...] os atacadistas compram os produtos dos fabricantes e revendem esses produtos para os varejistas, enquanto os varejistas revendem produtos aos consumidores.” (LEVY; WELTZ, 2000, p.26).

A vantagem obtida pelo comércio varejista se pauta no aumento do valor dos produtos e serviços vendidos aos consumidores. De acordo com Levy e Wetz (2000) essa recompensa se deve justamente pela opção de oferta, variedade de produtos, e variação dos estoques.

Conquanto, até se chegar ao formato disposto acima, o varejo passou por inúmeras modificações históricas. Segunda cita Mattar (2011) seu surgimento acontece na França no ano de 1852, entretanto, é nos Estados Unidos que esta forma de comércio se estabelece, através da venda de produtos agrícolas e, posteriormente, através da venda de produtos manufaturados.

É nos Estados Unidos também, que o formato de autosserviço, que se conhece atualmente, através das Lojas de Departamento (Lojas Renner, C&A, etc) ou Lojas de Variedades (Lojas Americanas), inicia sua construção histórica. Com o Crash da Bolsa de Nova Iorque em 1929, o formato de autosserviço [...] vai se popularizar após a Grande Depressão, quando então o varejo se vê premido por grandes pressões para reduzir custos e elevar a eficiência operacional, devido às grandes quedas das demandas” (MATTAR, 2011, p. 3).

Do modelo simples de varejo que se compõem da integração atacadista e varejista, surgem novos e modernos mecanismos de comércio para atrair o consumidor. “Em 1907, nos Estados Unidos, surgiu à primeira construção com as características semelhantes às dos atuais *shoppings centers*” (MATTAR, 2011, p. 4).

Comumente, os *shopping centers* se localizavam fora da zona de comércio natural das cidades, que via de regra, se estabelecendo centro dos municípios. Este fato, se deve a sua complexa estrutura de construção e *a priori*, como cita Bresser Pereira (1973, p. 3), eram comércios que “[...] necessitavam de consumidores com razoável poder aquisitivo e que possuam automóveis, de forma a aumentar o raio de influência da loja”.

Com periodicidade mais recente e com objetivo de fortalecer a propagação de grandes lojas, surge o modelo de franquias (ou varejo multicanais), que também compõem a gama do varejo. Esse sistema de comércio é importante pela sua abrangência e propagação de produtos e marcas.

O crescimento dos sistemas de varejo multicanais possibilita a ampliação do volume de operações, amplia a área geográfica de atuação da empresa, sem necessidade de investir em ativos fixos, e cria canais complementares de venda. (MATTAR, 2011, p.8)

É nos início dos anos 1990, que o varejo recebe mais uma poderosa vertente de sua propagação. O e-commerce surge como uma nova ferramenta em prol do consumidor. No entanto, conforme comenta Mendes (2013, p. 14) é nos anos 2000, que o número de lojas virtuais expande-se de forma considerável, alavancados pelo crescente número de internautas.

Desta forma, essas transformações foram medulares para o crescimento e participação do varejo na economia, crescimento este, sustentando através da aproximação dos consumidores junto aos polos de comércio, dado o acesso à internet

Portanto, por meio deste panorama geral do Varejo, na próxima seção será abordado o tema do Varejo no Brasil, com as suas similitudes internacionais e peculiaridades tupiniquins.

1.2. Varejo no Brasil

O comércio varejista no Brasil chega tardiamente se comparado com a nascente do varejo nos demais países.

Os primeiros estabelecimentos comerciais de maior porte surgiram no final do século XIX e início do XX, como a Casa Masson, em 1871, no Rio de Janeiro, as Casas Pernambucanas, em 1906, no Recife, a Mesbla, em 1912, no Rio de Janeiro e o Mappin Stores, em 1913, em São Paulo (MATTAR, 2011, p. 8).

O crescimento deste segmento no Brasil acontece depois da Segunda Guerra Mundial, pois como cita Mattar (2011) o país acaba substituindo as importações por produção interna devido à falta de oferta de produtos no cenário global, que está conturbado com os transtornos causados pela guerra.

Em meio a uma pressão causada pela contingência da guerra, o Brasil entra em um processo de industrialização, fato que acaba favorecendo o desenvolvimento do comércio varejista. É neste cenário que se inicia inúmeras mudanças na economia brasileira, assim como, na localização geográfica das grandes cidades.

A cidade de São Paulo assiste a uma transformação no *modus operandi* de seu comércio varejista. As formas de atrair o consumidor se tornam as mais variadas e argutas. Como cita Varotto (2006, p. 86), a utilização de vitrines, propagandas em diversos meios de comunicação e o lançamento de promoções, acaba atraindo demanda e fortalecendo o varejo.

A chegada dos *shoppings centers* é outra variável de extrema relevância para as mudanças na relação: consumidor e varejo, principalmente, pelo modelo diferente de *shopping* que se estabelece no país. Segundo Mattar (2011), o modelo adotado no Brasil para instalação deste tipo de estabelecimento foi o denominado *shopping regional* que em sua concepção original, deveria estar localizado em rodovias, porém, no país seguiu-se a instalação deste tipo de estabelecimento em regiões urbanas da cidade.

Logo, conforme aponta Mattar (2011) as mudanças se constituíram em uma reconfiguração do comércio de bens e serviços no Brasil, especialmente, nas grandes cidades. Regiões que abrigavam um nível planejado de comércio começam a se concentrar na busca de um determinado consumidor, que se caracteriza, mormente, por seu nível de renda. Junto a isto, mudanças tecnológicas também são percebidas e incorporadas ao comércio. Empresas que antes se dedicavam ao comércio de um único produto começam a expor em suas gôndolas uma diversidade de artigos, estes mecanismos, com o intuito de satisfazer seus clientes.

Nesta segmentação de mercado, surge o culto por marcas como fator de *status*, junto a uma polarização do mercado regida pelos níveis de renda, que só vai se estreitar, com dois eventos que são essências para o desenvolvimento deste tipo de comércio: o Código de Defesa do Consumidor, que acentua as mudanças de comportamento do consumidor a partir da década de 90, e o Plano Real que possibilita uma maior estabilidade salarial contribuindo as compras em parcelas, geradas a longo prazo. Assim o comércio deixa de ser gerado pela oferta e a demanda passa a contribuir em grande parte das decisões sobre as variáveis da implantação varejista, inclusive sobre a o processo de localização, como se verá a seguir.

1.3. O Processo de Localização Varejista

O processo do estudo locacional tem origem em análises voltadas, *a priori*, para o desenvolvimento agrário, sendo seu precursor o alemão Von Thünen (1826), que aponta a “[...] hipótese de que o homem tenta satisfazer suas necessidades econômicas no meio imediato, reduzindo seus deslocamentos ao mínimo” (GODOY, 2010, p. 19).

Já ao longo do século XX, conforme indica Godoy (2010) tantos outros fatores foram abordados complementando o estudo locacional, dando ênfase inclusive a localização industrial e seu processo de custos fixos e variáveis, além de ressaltar as vantagens das economias de aglomeração. Assim todas as teorias desenvolvidas ao longo desse período têm sido cada vez mais aproveitadas e integradas junto a novos processos e *softwares* (como é o caso do Sistema de Informação Geográfica).

No âmbito que concerne a localização do varejo, este debate, além de ser um dos primeiros pontos de inflexão do processo decisório administrativo, se constituiu ao longo das últimas décadas em assunto de debate acadêmico, abrangendo desde abordagens teórico-metodológica, até mesmo debates matemático-estatístico.

Desta forma, como aponta Elias (2008, p. 44), o processo de escolha da localização, em uma vertente que podemos denominar *unilateral*, varejista engloba variáveis relacionadas ao poder de compra, influência na segmentação de clientes, custos de manutenção e abertura da empresa.

A complementação da abordagem descrita anteriormente, que nesta pesquisa será denominada *multilateral*, diz respeito ao poder de atratividade da loja, que conforme cita Parente (2000), pode ser mensurada através da análise da área de influência, em estudos realizados por Applebaum e Huff. Logo, é derivado desta abordagem o conceito de atratividade da loja, definida como “[...] a força exercida por um centro de compras, em uma pessoa ou mais, e que faz com que elas se dirijam a uma determinada loja” (DAMKE *apud* LIMA, 2013, p. 27).

Desta forma, em síntese, é através destes efeitos unilaterais e multilaterais que o processo decisório da localização se forma. Dando luz ao fato de que toda análise referente à localização é imprescindível, uma vez que “[...] pesquisas feitas pelo setor sugerem que a localização, em 70% dos casos, exerce alguma influência na escolha de consumidores por lojas.” (PARENTE, 2000, p. 5).

Em suma, o processo de análise da localização varejista é um campo amplo e multidisciplinar, integrando cada vez mais novos conceitos e tecnologias, buscando assim elucidar os efeitos do espaço na realização das receita total das empresas.

2. INVESTIGAÇÃO SOBRE OS EFEITOS DA ECONOMIA NO SETOR VAREJISTA

Os efeitos econômicos, no período que tange esta pesquisa, compõem-se de um período de recessão econômica estabelecido, tecnicamente, a partir de 2014, onde o Produto Interno Bruto, segundo dados do IBGE, se estabeleceu em 0,1%, para conseqüentemente no ano seguinte, cair para -3,8%, e um processo anterior, compreende os anos pré-recessão (2010 – 2013), conforme aponta Jebailey Jr. e Nascimento (2016, p. 937), marcado por políticas governamentais de fomento ao consumo, como processo, levando o consumo médio das famílias, em 2010, a 6,1%.

Desta forma, o fomento efetivado pelo governo e o posterior efeito “cíclico” (considerando a recessão como um *não* efeito das medidas anteriores do governo) da economia levaram a mudanças bruscas no perfil dos consumidores, conforme comenta Pinheiro (2016, p. 30):

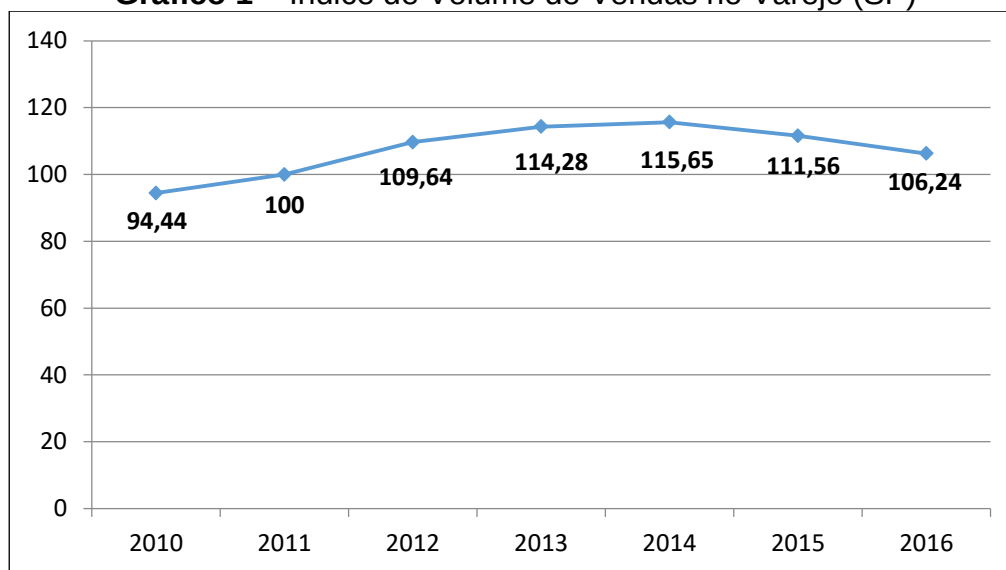
Assim a grande essência do comportamento do consumidor mostra que ele é amplamente influenciado pelas perspectivas econômicas do meio em que

vive, deixando claro que a formação de um mercado consumidor é feita por pessoas e pelo poder aquisitivo que elas representam.

Essa afetação no perfil de consumo traduz-se, invariavelmente, no faturamento e vendas do varejo. Isto se deve ao fato de que “em uma época de crise econômica os consumidores tendem a reduzir o padrão de consumo da família, restringindo-se a comprar produtos realmente essenciais, eliminando o supérfluo” (PINHEIRO *apud* COBRA, 2016, p. 33).

Assim, conforme pode-se observar no Gráfico 1, a seguir, os efeitos da crise econômica começam a ser sentidas pelo varejo a partir do ano de 2015, donde o Índice de Volume de Vendas começa a apresentar um decréscimo. Entretanto, partindo de uma análise microeconômica para uma análise macro, o perfil do consumidor é alterado por variáveis quantitativas que podemos mensurar.

Gráfico 1 – Índice de Volume de Vendas no Varejo (SP)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2017 – Elaboração Própria

Conforme aponta Moraes e Silva (2015), através de uma regressão linear múltipla, determinou-se as variáveis macroeconômicas que afetam as vendas do varejo, dada uma região ou estado da federação. Os resultados desta pesquisa demonstraram que as vendas do varejo são afetadas pelas seguintes variáveis independentes: Renda Real; Taxa de Desemprego; Taxa de Juros.

Desta maneira, apresentar-se-á a média da taxa de juros, uma variável determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e logo, será analisada as demais variáveis com vista ao município da pesquisa em proposição.

Sendo assim, na Tabela 1, apresenta-se a evolução média da taxa básica de juros (Selic) para o período consonante da pesquisa. Pode-se observar um aumento significativo na SELIC no biênio 2015-16, fato que corrobora a hipótese do decréscimo na venda do setor varejista para o período, visto que “[...] a taxa de juros é um componente importante na determinação das vendas no varejo, com uma relação negativa, conforme previsto na teoria e reforçando seu papel contra-cíclico” (MORAES, SILVA, 2015, p. 41).

Tabela 1 – Taxa Básica de Juros (Selic) – Evolução Média

Ano	Taxa de Juros – SELIC – Média (%)
2010	10
2011	11,8
2012	8,5
2013	8,4
2014	11
2015	13,6
2016	14,15

Fonte: BCB, 2017 – Elaboração Própria

Analisando a variável emprego (Tabela 2), com vistas ao município de Franca (SP), percebe-se que a partir do ano 2014, o saldo fica negativo, demonstrando que houve mais desligamentos (demissões) do que admissões (contratações). Desta forma, conforme comenta Moraes e Silva (2015, p. 41), a taxa de desemprego é variável importante na determinação das vendas do varejo, ou seja, quanto mais o nível de desemprego, menor é a venda desse ramo.

Tabela 2 – Relação de Emprego – Franca (SP)

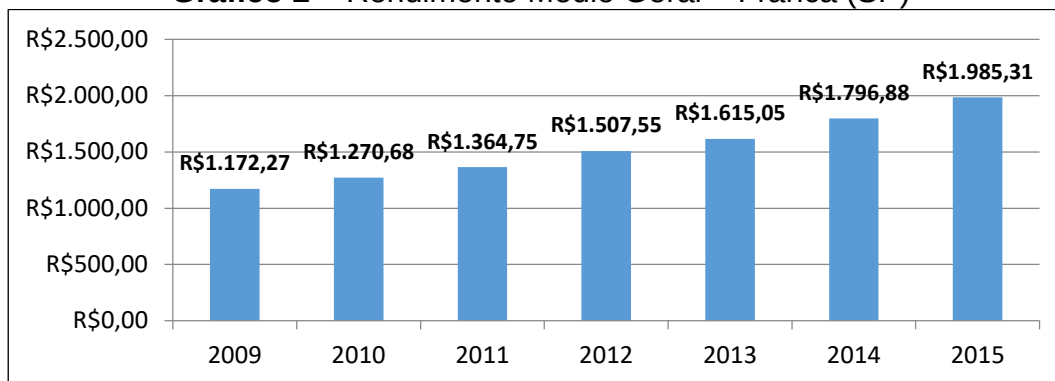
Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
2010	63271	56128	7143
2011	64446	62618	1828
2012	65093	60938	4155
2013	65993	63371	2622
2014	59522	61318	-1796
2015	50060	54445	-4385
2016	44892	45552	-660

Fonte: CAGED/MTE, 2017 – Elaboração Própria

Por fim, em análise ao Rendimento Médio dos trabalhadores do município de Franca (SP), por meio do Gráfico 2, percebe-se um aumento contínuo

do rendimento médio geral, fato propício ao comércio varejista, já que “[...] a renda média real contemporânea é um fato predominante para explicar o comportamento das vendas do varejo no Brasil” (MORAIS; SILVA, 2015, p. 41).

Gráfico 2 – Rendimento Médio Geral – Franca (SP)



Fonte: Fundação SEADE, 2017 – Elaboração Própria.

Sendo assim, nesta seção pretendeu-se gerar a demonstração de um cenário em nível nacional, regional e municipal, integrando variáveis importantes no entendimento dos fatores externos que afetam o comércio varejista.

3. O GEOPROCESSAMENTO COMO MÉTODO DE ANÁLISE ECONÔMICA: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

A primeira abordagem que se deve dar ao tratar este tema é definir os seguintes termos: *Geoprocessamento* e *Sistema de Informação Geográfica (SIG)*, termos que serão utilizados durante a discussão desta seção. Desta forma, como expõe Câmara e Davis (1999, p. 2), o *Geoprocessamento* define-se como:

[...] o termo Geoprocessamento denota a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informação geográfica e que vem influenciando de maneira crescente as áreas de Cartografia, Análise de Recursos Naturais, Transporte, Comunicação, Energia e Planejamento Urbano e Regional.

Já por *Sistema de Informação Geográfica (SIG)*, entende-se como “[...] ferramentas computacionais para Geoprocessamento, chamadas de Sistema de Informação Geográfica (SIG), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar um banco de dados georreferenciados” (CÂMARA; DAVIS, 1999, p. 2).

Em suma, entre os dois termos pode-se entender que o Geoprocessamento é uma disciplina e o SIG é uma ferramenta a disposição desta disciplina. Sendo assim, dado o entendimento dos termos, a análise deste tema será mais fluída nesta seção.

Desta forma, o Geoprocessamento tem sido utilizado como ferramenta no auxílio do processo de localização varejista e análises espaciais voltadas a área econômica e de planejamento. Conforme comenta Elias (2008, p. 54), os conhecimentos desenvolvidos por essa disciplina, somado a teorias econômicas e a ferramenta de SIG foram essenciais para a submersão no campo da localização e análise espacial destes atores econômicos.

Portanto, dando luz à utilização do SIG e suas técnicas e aspectos fundamentais é importante ressaltar a necessidade de dados previamente coletados, pois este sistema computacional tem como sua principal funcionalidade ilustrar geograficamente os dados, sendo esta representação, basicamente, feita de duas formas distintas: Vetorial (*Vector*) e Matricial (*Raster*).

Essas formas, conforme comenta Câmara e Davis (1999), são definidas da seguinte maneira:

- **Vetorial:** Dado que os mapas são compostos de pontos, linhas e polígonos, esta forma de representação ilustra esses componentes como um conjunto de pares de coordenadas (X,Y) ou (LONG/LAT).
- **Matricial:** Representado na forma matricial, esta forma agrega valores de número inteiros e limitados as células da matriz, gerando uma melhor apresentação dos dados através, inclusive, de análises estatísticas.

Estas duas formas de representação, normalmente, tendem-se a se somar para uma melhor análise do espaço geográfico, conforme será demonstrado nesta pesquisa. Enfim, de forma sucinta nesta seção, descreveu-se as principais terminologias e aplicações no processo de Geoprocessamento que tem corroborado para o desenvolvimento do processo de análise econômica e de suas subdivisões.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa constituíram-se nas cinco etapas seguintes:

1. **Determinação espacial da pesquisa:** determinou-se a região central do município de Franca (SP) tendo em vista que tal área é uma zona comercial não planejada que converge o fluxo de consumo (baseado no grande fluxo de transporte público e de pedestres) e uma grande oferta varejista concentrada.
2. **Determinação da Tipologia do Varejo:** selecionou-se os tipos de varejo mais relevantes, exclusive o varejo de perfumes e farmácia tendo que este tipo de varejo representou crescimento positivo mesmo no período de crise econômica, sendo assim, deu-se preferência em não adicioná-lo para não enviesar a pesquisa. Portanto os tipos de varejo selecionados foram:
 - a. *Varejo de Alimentos:* neste segmento daremos relevância não só para o comércio de alimentos no formato *self-service* ou com *check-outs* de saída, mas também, para o comércio de alimentos transformados, como pastelarias, bares, etc.
 - b. *Varejo de Departamento de Desconto:* tem como objetivo o comércio de produtos com preços mais acessíveis e destaque em produtos sazonais.
 - c. *Varejo de Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos:* venda de produtos duráveis ou semiduráveis, em especial linha branca (geladeira, fogão, etc) e linha marrom (TV, som, etc).
 - d. *Varejo de Departamento Tradicional:* diversidade de produtos, divididos por seções (presentes, roupas, acessórios, utilidade, diversos, etc).
 - e. *Varejo de Vestuário:* venda de produtos como roupas, tecidos, calçados e acessórios.
3. **Coleta de Dados:** A coleta de dados utilizou-se de dados secundários (Censo 2010 e GoogleStreetView 2015) e da coleta de dados primários realizados entre os dias 07 e 10/02/2017 em horário comercial (das 14h00 às 16h00).
4. **Determinação da utilização do Programa SIG:** o *software* utilizado para a realização da pesquisa foi o ArcGIS (ESRI 2011. *ArcGIS. Desktop. Release 10.1., CA: Environmental Systems Research Institute*) em sua versão *trial* registrada sob o código EVA460505031.
5. **Determinação Estatística para a distribuição dos dados:** com o intuito de uma melhor distribuição dos dados, utilizou-se a forma de distribuição através da fórmula de Intervalos Geométricos, que consiste em uma classificação de

intervalos baseados em séries geométricas onde cada classe é multiplicada por um coeficiente constante, produzindo assim, a próxima classe superior.

Desta forma, entendendo que o tópico 1 merece uma derivação para melhor entendimento, discorre-se sobre o mesmo em sequência. Em relação ao **tópico 1**, foram definidas as **vias de referência do perímetro** (as margens externas) e as **vias que compõem o perímetro** (vias internas às margens). Conforme tabela e, subsequentemente, o mapa pode-se visualizar melhor o perímetro definido:

Tabela 3 – Centro do Município de Franca/SP

Vias de Referência do Perímetro
Av. Major Nicácio
Rua Couto Magalhães
Rua Floriano Peixoto
Rua Simão Caleiro
Vias que compõem o Perímetro
Rua Ouvidor Freire
Rua do Comércio
Rua Monsenhor Rosa
Rua Major Claudiano
Rua Campos Sales
Rua Dr. Júlio Cardoso
Rua Padre Anchieta
Rua Estevão Leão Bourroul
Rua Nuno Alberto
Rua Comandante Salgado
Rua Saldanha Marinho
Rua Marechal Deodoro
Rua Voluntários da Franca
Rua General Carneiro
Rua General Osório
Rua Thomaz Gonzaga
Rua Tiradentes
Rua Libero Badaró
Rua Voluntário José Rufino

Fonte: Elaboração Própria

Ilustração 1 – Delimitação Espacial da Região do Centro de Franca-SP

Fonte: ArcGIS – Elaborado pelo Autor, 2017.

Sendo assim, a metodologia desenvolvida nesta pesquisa teve como tratamento o *método-estatístico* dando base ao desenvolvimento da pesquisa aplicada. Já para a consonância ao cenário econômico adverso, utilizou-se bases bibliográficas sendo, portanto, o *método-dedutivo* fonte metodológica para o a realização do entendimento entre as variáveis.

6. RESULTADOS

Os resultados obtidos através da pesquisa, serão demonstrados primeiramente em forma de tabela dando uma análise mais quantitativa aos resultados. Posteriormente, demonstrar-se-á a distribuição destes varejos em formato de mapa, conforme período determinado na pesquisa (anos 2010, 2015 e 2017).

Na Tabela 4, observar-se o crescimento geral do Varejo no Município de Franca (SP), entre os anos de 2010 e 2017. A variação percentual entre o período inicial e o final, se constituí em um crescimento de 24,81%, fato que produz uma hipótese sobre um aumento do varejo, em um cenário econômico adverso se levarmos em consideração o Índice do Volume de Vendas do Varejo no Estado de São Paulo explanado no Gráfico 1.

Tabela 4 – Evolução do Varejo (Geral)

QUADRO GERAL			
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (2010-2017)
2010	399	-	24,81%
2015	443	11,03%	
2017	498	12,42%	

Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

Vale salientar que mesmo diante da queda no Índice do Volume de Vendas desde o ano de 2015, a variação medida entre o período 2015 – 2017 para o município de Franca (SP), demonstrou um crescimento de 12,42%.

Entretanto, no intento de analisar mais profundamente esta variação, derivou-se o quadro geral da evolução do varejo em tipologia, conforme estabelecido na metodologia desta pesquisa.

Destarte, na Tabela 5, destaca-se o significativo aumento do Varejo de Departamento de Desconto, tipo de varejo que comercializa produtos de pequeno valor agregado. Seguido a este tipo de varejo, percebe-se um aumento do Varejo de Eletroeletrônicos, que cresceu 33,33% entre 2010 e 2017.

Tabela 5 – Evolução do Varejo (Tipo)

TIPOLOGIA	2010	2015	2017	(%) 2010-2017
Varejo de Alimentos	115	124	146	26,96%
Varejo de Departamento Desconto	23	42	47	104,35%
Varejo de Departamento Tradicional	7	9	7	0,00%
Varejo de Eletroeletrônicos	39	42	52	33,33%
Varejo de Vestuário	213	221	246	15,49%

Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

O varejo de alimentos e vestuário também obtiveram aumento, sendo o percentual não tão significativo como os demais setores. Já o Varejo de Departamento Tradicional, não apresentou mudanças com relação ao ano de 2010.

Desta forma, demonstrado quantitativamente os valores investigados pela pesquisa, pretende-se analisar agora, como se distribuiu este varejo na região central do município de Franca (SP). Para isso será analisado focos de concentração varejista, realizados através do processo metodológico de Intervalos Geométricos. Percebe-se nos mapas, através do efeito de calor, que as áreas verdes não possuem

varejos, sendo que, quão mais quente forem as cores maior a concentração do varejo.

Assim, dividiu-se os mapas em períodos e por tipologia varejista, apresentado uma melhor visualização da forma como estavam e estão dispostos o varejo na região espacial delimitada.

A **Ilustração 2**, apresentada a seguir, refere-se a distribuição do comércio varejista de alimentos, setor que apresentou evolução de 26,96% entre o período inicial e final da pesquisa. Os níveis de concentração da distribuição desse tipo de comércio varejista demonstraram algumas alterações ao longo do período. Desse modo, pretende-se colocar a análise em tópicos apontando um melhor entendimento dado a cronologia da pesquisa.

- **2010:** Em 2010 percebe-se uma concentração de nível intermediário na região que abrange as ruas General Osório e Thomaz Gonzaga, além do perímetro que compreende a rua Marechal Deodoro. Os níveis de concentração mais significativos estão localizados General Telles, rua que possui em centro de Transporte Público.
- **2015:** Para 2015, os níveis intermediários de concentração localizados entre as ruas General Osório e Thomaz Gonzaga se dissipam, vale ressaltar que os dados coletados para o ano 2015 ocorreram em Julho, e dois meses antes, inaugurava-se neste perímetro o Restaurante Popular do Governo Federal.⁴⁸ Verifica-se, sobretudo, que os níveis significativos de concentração tornam-se mais presentes no perímetro da rua General Telles.
- **2017:** O ano de 2017 demonstra uma modificação no processo de distribuição espacial do Varejo de Alimentos. Os altos níveis de concentração percebidos no perímetro da rua General Telles, são deslocados para o perímetro da rua Marechal Deodoro.

⁴⁸ GCN Comunicação. *Com almoço a R\$ 1, Bom Prato é inaugurado em Franca*. Disponível em: <<http://gcn.net.br/noticias/287499/franca/2015/05/com-almoco-a-r-1-bom-prato-e-inaugurado-em-franca>>

Vale ressaltar, especialmente, o fato da percepção do aumento no número de varejos de alimentos e suas distribuição quase uniforme, excetuando a área que concerne a rua General Osório, mantendo os níveis entre rua General Telles e Marechal Deodoro.

Ilustração 2 – Varejo de Alimentos



Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

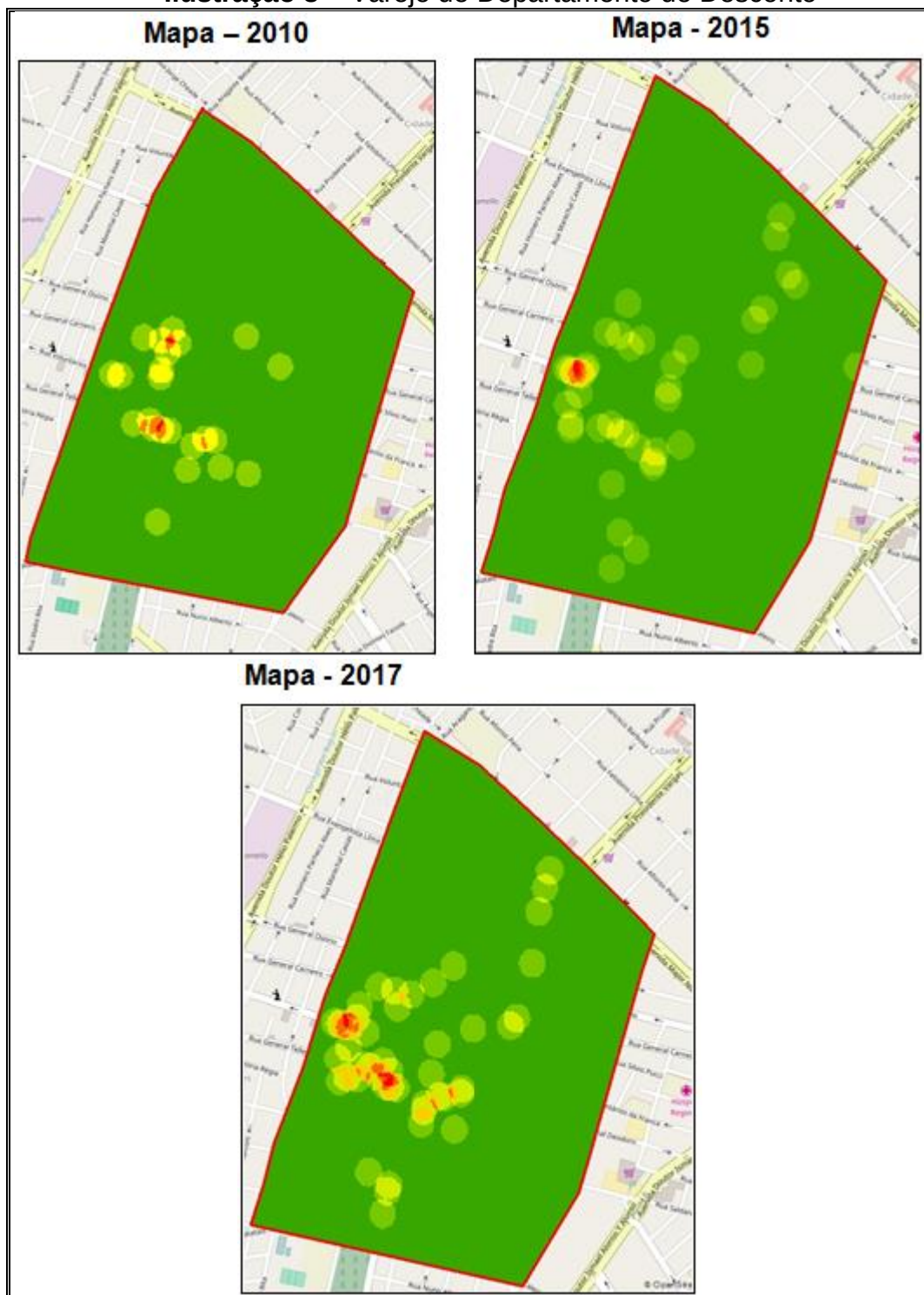
A **Ilustração 3**, ilustrado a seguir, concerne ao Varejo de Departamento de Desconto, tipologia que apresentou um aumento de 104,35% entre o ano de 2010 e o final da pesquisa em 2017. Esse ramo varejista se identifica pela venda de produtos de baixo valor agregado, que em um período de recessão econômica pode ser influenciado pela perda do poder aquisitivo das famílias. Contudo, no que refere-se a distribuição espacial deste varejo, analisou-se o seguinte:

- **2010:** Em 2010 há níveis de concentração intermediários (e um processo de avanço para níveis significativos de concentração) entre as ruas Ouvidor Freire, General Telles e Marechal Deodoro. No restante da Carta Geográfica as incidências de varejo desta tipologia são nula.
- **2015:** Para 2015 percebe-se um aumento do número deste tipo de varejo e uma dissolução por várias localidades da região central do município, consonante a um níveis significativo de concentração na rua General Telles.
- **2017:** Os pontos dissolutos do período anterior, praticamente permanecerem estáticos, contudo, o processo de concentração do Varejo de Departamento de Descontos começou a apresentar níveis de concentração de índice alto/intermediário nos perímetros que abrangem as ruas General Telles, Marechal Deodoro e Major Claudiano.

Assim sendo, e tendo em vista a análise do processo de distribuição espacial, observa-se que os níveis de concentração deste tipo de varejo se tornaram pujantes no final do período da pesquisa, perpassando por um período anterior (2015) de uma dissolução dos pontos.

É importante ressaltar, que esse tipo de varejo, por destinar-se a pessoas de níveis de renda mais baixos, tende a concentrar-se em zoneamentos onde o fluxo de pessoas e transporte público tenciona a somar-se, como no caso da rua General Telles.

Ilustração 3 – Varejo de Departamento de Desconto



Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

Na **Ilustração 4**, a seguir, será analisado o Varejo de Eletroeletrônicos apresentou um crescimento de 33,33% entre os anos de 2010 e 2017. Esse tipo de varejo que comercializa celulares, tablet's, videogames e outros tipos de

eletroeletrônicos, teve o segundo maior crescimento, perdendo apenas para o Varejo de Departamento de Desconto. Portanto, a análise espacial deste tipo de varejo chegou ao seguinte resultado:

- **2010:** No ano de 2010, o varejo de eletroeletrônicos se mostrava incipiente, com apenas um alto nível de concentração, localizado na rua Major Claudiano próximo a Via de Referência do Perímetro (Av. Major Nicácio). Há, também, um nível de concentração intermediário próximo ao perímetro da rua General Osório. No mais, há grande área da região central do município de Franca (SP) sem incidência deste tipo de varejo.
- **2015:** Em 2015, o nível de concentração significativo se desloca da rua Major Claudiano para a rua General Osório, que no período anterior apresentava níveis intermediários de concentração. Já o perímetro da rua Marechal Deodoro, próximo a Via de Referência (Rua Couto Magalhães), começa a apresentar níveis intermediários de concentração. Sobretudo, vale salientar o início de um processo de reconfiguração da distribuição espacial deste tipo de varejo.
- **2017:** Em 2017 a distribuição espacial deste tipo de varejo se torna uniforme, contemplando áreas que em 2010 estavam sem incidência deste tipo de Varejo. Em relação aos níveis de concentração, somente o perímetro da rua General Osório apresentou níveis significativos de concentração.

Portanto, a análise espacial deste tipo de varejo dá-nos o resultado de uma proliferação uniforme do Varejo de Eletroeletrônicos com poucas ocorrências de níveis de concentração varejista.

Ilustração 4 – Varejo de Eletroeletrônicos



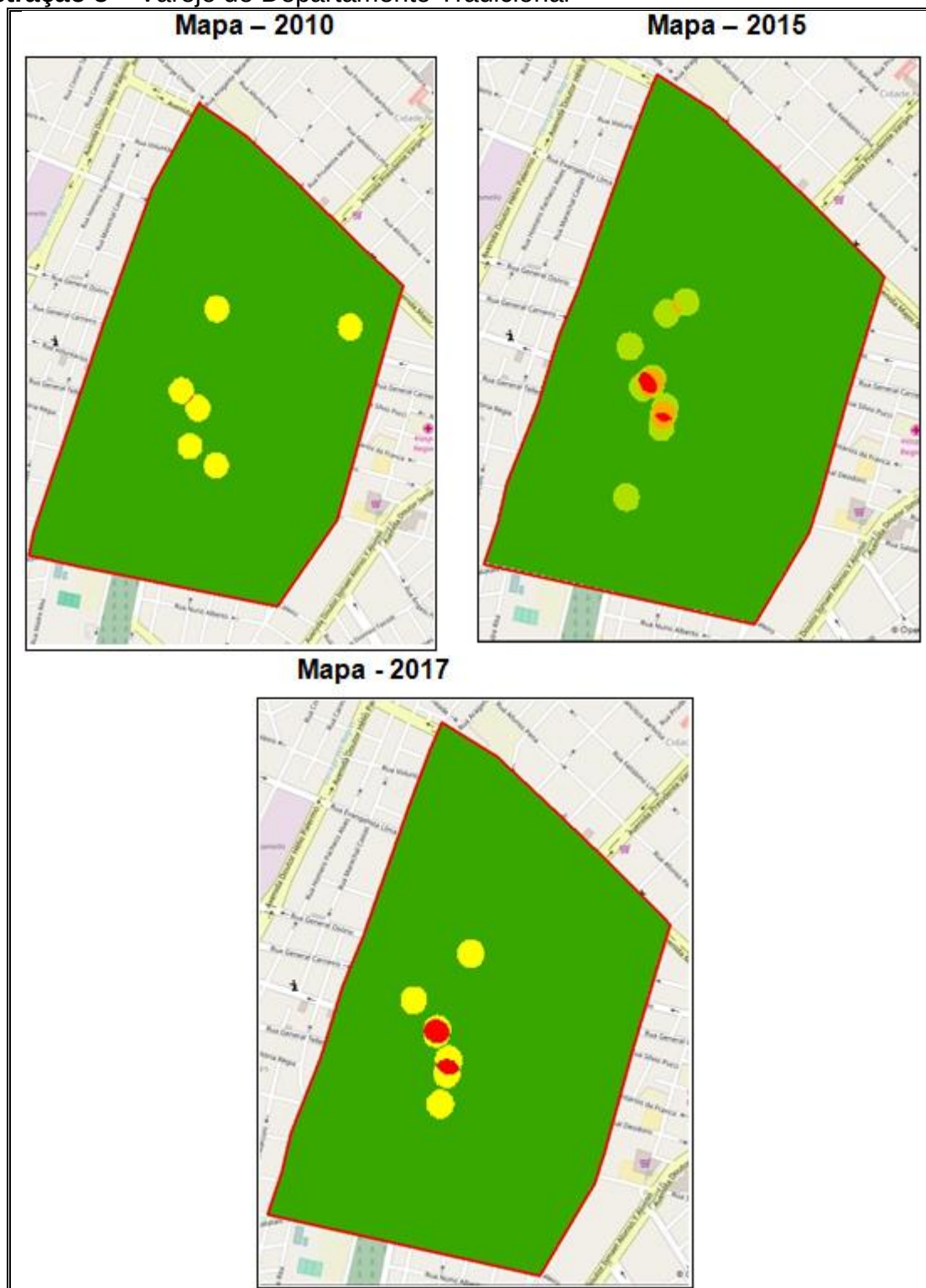
Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

A **Ilustração 5**, a seguir, traz uma análise do Varejo de Departamento Tradicional, que no período de pesquisa não apresentou mudanças significativas, tendo em vista que este tipo de varejo é constituído de empresas de médio/grande porte que se estabelecem, via de regra, em períodos de economia estável. Sendo assim, a análise espacial deste tipo de varejo se verifica nos seguintes moldes:

- **2010:** Para o ano de 2010 os pontos de incidência do Varejo de Departamento Tradicional não apresentam nenhuma incidência de concentração, pois o número de estabelecimentos deste tipo de atividade é reduzido e de Médio/Grande porte, servindo muita das vezes como catalizador de demanda, inclusive para pequenos estabelecimentos que se constituem próximos.
- **2015:** No ano de 2015, percebe-se um nível intermediário/significativo de concentração nas ruas Major Claudiano e Voluntários da Franca. Esse desenlace no nível de concentração ocorre, pois, havendo poucos estabelecimentos, o aumento de 1 unidade próxima, dado o nível de intervalo geométrico, tendo a apresentar uma variação significativa no nível de concentração.
- **2017:** Em 2017, há uma redução no número total de estabelecimentos deste tipo na região central da cidade de Franca (SP). Percebe-se pontos mais isolados entre si e um nível de concentração significativo na rua Voluntários da Franca, cruzamento com a rua Monsenhor Rosa.

Esse tipo de varejo tende a ter pouca variação em número de abertura de estabelecimentos, justamente dado ao porte e potência econômica que os mesmos exercem sobre o local onde se localizam.

Ilustração 5 – Varejo de Departamento Tradicional



Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

A **Ilustração 6**, a seguir, será base de análise do Varejo de Vestuário, o tipo de varejo com maior número de estabelecimentos na região central do município de Franca (SP). Esse tipo de varejo apresentou uma variação de 15,49% entre o período inicial e final desta pesquisa. Desta forma, análise a seguir a distribuição espacial deste tipo de varejo:

- **2010:** A primeira observação que se realiza ao observar o mapa, é a predominância do Varejo de Vestuário em praticamente todo o espaço que concerne a região central de Franca (SP). Os níveis de concentração intermediário aparecem em diversos pontos, contudo, o destaque se estabelece para o nível significativo de concentração entre as ruas Voluntários da Franca e do Comércio.
- **2015:** Para o ano de 2015, observa-se uma mudança no nível significativo de concentração que outrora se estabelecia entre as ruas Voluntários da Franca e do Comércio (que em 2015 apresentam níveis intermediários/significativos) e, agora, passam a vigorar na rua Major Claudiano, entre as Ruas General Osório e General Carneiro.
- **2017:** Já para o ano de 2017, os níveis significativos de concentração passam a vigorar nos dois pontos, tanto entre as ruas Voluntários da Franca e Comércio, quanto na rua Major Claudiano. Vale salientar que o níveis intermediários de concentração, se estabeleceram em vários pontos da região central.

Dentre as tipologias pesquisadas, o Varejo de Vestuário é o que apresentou um maior nível de concentração, mesmo em um cenário econômico adverso.

Ilustração 6 – Varejo de Vestuário



Fonte: Censo2010/GoogleStreetView/Dados Primários – Elaboração Própria

Em suma, dentre as análises realizadas, percebe-se alguns focos de níveis significativos de concentração varejista para as tipologias: Varejo de Alimentos, Varejo de Departamento de Descontos, Varejo de Eletroeletrônicos e Varejo de Departamento Tradicional. Já para o Varejo de Vestuário os níveis de concentração intermediário e significativos, somados, produzem uma grande proporção em relação ao perímetro espacial definido. Desta forma, as demais considerações sobre o resultado desta pesquisa, serão feitas na conclusão desta pesquisa, na seção seguinte.

7. CONCLUSÃO

Em conclusão, a percepção obtida foi de um aumento dos comércios de varejo na região de central de Franca (SP), porém, não com a mesma ocupação de solo (conclusão obtida na coleta de dados primários), sendo o tamanho do comércio constituído em pequenas lojas que aumentam o volume quantitativo de varejo na determinada região. Percebeu-se, sobretudo, relativo ao aumento do Varejo de Vestuário, que estas lojas vendiam roupas obtidas em comércio popular em grandes cidades, por exemplo, a cidade de São Paulo.

Toda essa transformação, percebida pela coleta dos dados (sejam eles secundários ou primários), refletem o efeito da recessão econômica pela qual o Brasil está passando, gerando uma diminuição do poder de compra das famílias que por sua vez consomem menos ou dispendiam sobre produtos de menor valor. Contudo, o que se torna um ponto de inflexão, é saber se esses efeitos ocorridos nessa região serão cíclicos assim como a economia ou se serão permanentes, dado a expansão da oferta e sua transformação.

Por fim, vale ressaltar os níveis de concentração para o Varejo de Vestuário, que gera uma percepção de saturação varejista, dado ao grande aumento do número de empresas e sua grande concentração na região das ruas Voluntários da Franca e do Comércio e, também, na rua Major Claudiano. O nível significativo de concentração tende a tornar-se uma bolha, que breve, designará novas transformações, dissipando esses pontos através do espaço.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodovel. **Fundamentos de Geoprocessamento**. 1999. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE. Disponível em: < <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutoriais/fundamentos/> > Acesso em 15. abr. 2017.

DAMKE, Christian. **Estratégia de Localização para Expansão de uma Pequena Empresa Varejista no Interior do Estado**. 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/108584> > Acesso em 15. abr. 2017.

ELIAS, Diogo Abadio Nunes. **Localização de Lojas no Varejo: uma análise de perfis de consumidores e proposição de modelo de cobertura**. 2008. (Dissertação em Administração de Organizações). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (USP), Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17052008-123529/pt-br.php> > Acesso em 10. mar. 2017.

GODOY, Claudia Gicela Maldonado. **Análise Espacial das Aglomerações de Comércio e Prestação de Serviços a Varejo no Sistema Urbano**. 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29129> > Acesso em 12. mar. 2017.

JEBAILLEY JR, Adnan Kalil; NASCIMENTO, Pedro Henrique. **O Sólido se Esfumou: análise econômica dos anos 2008 a 2015**. *Percursos Acadêmicos e Comunidade*, p. 933-947, 2016. Disponível em: < http://eventos.unifacef.com.br/fem/2016/files/Ebook_10FEM.pdf > Acesso em 22. abr. 2017.

LEVY, Michael; WEITZ, Barton. **Administração de Varejo**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR, Fauze Najib. **Administração de Varejo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MENDES, Laura Zimmermann Ramayana. **E-commerce: origem, desenvolvimento e perspectivas**. 2013. (monografia em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78391> >. Acesso em 20. abr. 2017.

MORAES, Gustavo Inácio de; SILVA, Thiago Leal Flores da. **Determinantes Macroeconômicos das Vendas no Período 2004-2011**. *Revista de Econômica Contemporânea*, v. 19, n. 1, p. 30-48, 2015. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rec/v19n1/1415-9848-rec-19-01-00030.pdf>> Acesso em 18. abr. 2017.

PARENTE, Juracy. **Perfis da Área de Influência de Supermercados**. *Núcleo de Pesquisas e Publicações FGV*, 2001. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a05>> Acesso em 12. mar. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Tendências e Paradoxos do Varejo no Brasil**. *Revista Adm. Emp.* v.3, n.13, p. 136-139, set. 1973. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rae/v13n3/v13n3a10.pdf>>. Acesso em 20. abr. 2017.

PINHEIRO, Ana Flávia Andrade. **A Interferência da Crise Econômica no Comportamento do Consumidor, em Relação aos Pequenos Comércio Locais**. *South American Development Society Journal*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 27-41, 2016. Disponível em: < <http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/37>> Acesso em 18. abr. 2017.

VAREJTO, Luis Fernando. **História do Varejo**. *Ponto de Vista*. v. 5, n.1, p. 86-90, abr. 2006. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/34379/33176>>
Acesso em 18. abr. 2017.

VIDRO: uma investigação sobre seus aspectos químicos, físicos e econômicos

FREIRIA, Alexandre Augusto da Silveira – Uni-FACEF
GALHIEGA, Camila Ferreira – Uni-FACEF
LESSA, Márcio Benevides – Uni-FACEF
BASSI, Ana Lucia – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

O vidro é um material que encanta o ser humano a milênios. Desde a sua descoberta, o mesmo vem se destacado no cotidiano, servindo como embalagem, adereços, utensílios, componentes para as indústrias automobilísticas, da construção civil, moveleiras, alimentícias, entre outras.

No entanto, sua determinação requer um processo específico e detalhada, bem como a análise das suas propriedades físicas. Desta forma, busca-se neste trabalho compreender o processo de fabricação do vidro, seus tipos, aplicações mais comuns, reusos e aspectos econômicos provenientes da indústria vidreira.

O método de pesquisa foi o dedutivo, tendo como metodologia a bibliográfica, através de livros, revistas e sítios *on line*. A estrutura deste compõe em doze seções, compostas pelos aspectos mais relevantes – uma vez que o tema é amplo.

2. BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DO VIDRO

De acordo com Maia (2003), a origem do vidro não possui nenhuma data conhecida ou específica. Sabe-se que este já era utilizado pelas civilizações antigas e, na Idade da Pedra, em sua forma natural, uma rocha vulcânica conhecida como “Obsidiana”. As peças mais antigas de vidro, que se tem conhecimento, são originárias do Egito, por volta de 5000 a. C. O mesmo relata que pesquisadores, nesta época, já fabricavam contas de vidro coloridas e opacas, encontradas posteriormente por arqueólogos nos túmulos de faraós. Por volta de 1500 a. C., os egípcios descobriram que podiam fabricar peças de vidro como vasos e copos, ou seja, peças ocas. Inicialmente não utilizavam a técnica do sopro que foi descoberta alguns séculos depois.

Para o autor, a indústria do vidro já estava estabelecida em vários lugares, como Síria e Fenícia logo após a descoberta da fabricação de peças de vidro ocas, a produção já era colorida e opaca, e também fazia-se decoração nos vasos de vidro através da colocação de faixas e ondulações de vidros coloridos. O primeiro grande desenvolvimento da indústria do vidro ocorreu por volta de 250 a. C. com o descoberta do sopro (injeção de ar no vidro dando-lhe forma, volume e vazio interno), e esta se deu provavelmente na Síria. Por volta do século XIII, a cidade italiana de Veneza era líder mundial na fabricação do vidro e alcançou sua maior riqueza devido a recursos obtidos pela exportação de sua produção. O vidro veneziano distinguia-se dos anteriores, pois era mais fino, e apesar de não ser transparente como os atuais, este vidro possuía alto grau de pureza.

Ainda de acordo com o autor, o progresso da indústria e da ciência proporcionaram descobertas e, ao passar dos anos, diversas utilidades para o vidro foram criadas como: iluminação, aparelhos ópticos e científicos e concomitante a isto a necessidade de desenvolver diferentes tipos de vidros para as diferentes finalidades a que se destinavam. Atualmente, os fabricantes de vidros investem, em grande proporção, nas pesquisas de novos tipos de vidros para usos inimagináveis, garantindo assim, seu espaço no mercado.

No Brasil, conforme descreve Maia (2003), as primeiras peças fabricadas de vidros foram produzidas pelos holandeses, que permaneceram de 1624 até 1635 em Pernambuco. No fim do século XIX, efetivamente foi introduzida a fabricação de vidro no país, que se deu em moldes industriais através de Francisco Antonio Esberard. Tratava-se principalmente da fabricação de garrafas para atender a indústria de cervejaria nascente.

Relata o autor que, em 1895, nascia em São Paulo a Companhia Vidraria Santa Marina, fundada por Antônio da Silva Prado e Elias Fausto Pacheco Jordão. Instalada na Barra Funda, na várzea do rio Tietê, chegou a fabricar, em menos de dez anos, um milhão de garrafas e dois mil metros quadrados de vidro plano por mês. Em 1916, é fundada mais uma empresa vidreira carioca, a Companhia Industrial São Paulo e Rio, a Cisper, por Olavo Egydio de Souza Aranha Jr. e Alberto Monteiro de Carvalho. Foi a primeira indústria a usar as máquinas automáticas criadas por Michael J. Owens, ao invés do sopro, o que transformou a empresa na maior fabricante de copos e garrafas de vidro do Brasil, tendo como principal cliente os fabricantes de cerveja e refrigerante.

Vale ressaltar que o vidro plano foi a modalidade de vidro que mais se desenvolveu em produção no Brasil, isto porque os seus principais consumidores são a indústria automobilística e a construção civil, que cada vez mais utiliza o vidro em suas obras, salienta o autor acima evidenciado.

3. CONCEITO

Para dar sequência ao estudo torna-se necessário conceituar o que venha ser o vidro. De acordo Maia (2003), o vidro é um material inorgânico e amorfo, cujo elemento básico é a sílica, encontrada em abundância na areia.

Morey, G. W. *apud* Maia (2003), define vidro como sendo:

Uma substância inorgânica numa condição contínua e análoga ao estado líquido daquela substância, a qual porém como resultado de uma mudança reversível na viscosidade durante o resfriamento, atingiu um alto grau de viscosidade de modo a ser para todos os fins práticos rígido. (MAIA, 2003, p. 13-14).

Alves, Gimenez e Mazali (2001) conceituam o vidro como:

(...) um sólido amorfo com ausência completa de ordem a longo alcance e periodicidade, exibindo uma região de transição vítrea. Qualquer material, inorgânico, orgânico ou metal, formando por qualquer técnica, que exhibe um fenômeno de transição vítrea é um vidro.

(...) Inicialmente, as definições de vidro basearam-se no conceito de viscosidade de sólidos, tendo em vista que, até então, os vidros eram preparados unicamente por fusão/ resfriamento. Segundo o critério de viscosidade, um sólido é um material rígido, que não escoar quando submetido a forças moderadas. Quantitativamente, um sólido pode ser definido como um material com viscosidade maior do que 10¹⁵ P (poises). Com base nesse conceito, definiu-se vidro como “um material formado pelo resfriamento do estado líquido normal (ou fundido), o qual exhibe mudanças contínuas em qualquer temperatura, tornando-se mais ou menos rígido através de um progressivo aumento da viscosidade, acompanhado da redução da temperatura do fundido”. Tal definição poderia ser assim resumida: “vidro é um produto inorgânico fundido, que atinge por resfriamento uma condição rígida, sem que ocorra cristalização.” (ALVES, O. L.; GIMENEZ, I. D. F.; MAZALI, Í. O. Vidros. Cadernos Temáticos - Química Nova Escola, Campinas, n. Especial, p. 09-20, fev. 2001. Disponível em: <http://www.lqes.iqm.unicamp.br/images/pontos_vista_artigo_divulgacao_vidros.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017).

Conforme descreve Maia (2003), a sílica unida a óxidos fundentes, estabilizantes e substâncias que permitem colorir, formam o chamado silicato. Este é obtido através do resfriamento de uma massa a base de sílica em fusão, quando a temperatura ultrapassa o ponto de congelamento antes que a solidificação tenha

início. Após atingir este ponto, sua viscosidade torna-se muito alta e ele se torna semelhante a um sólido, com maior dureza, rigidez e forma constante.

As composições individuais dos vidros são muito variadas, pois pequenas alterações são feitas para proporcionar propriedades específicas, tais como índice de refração, cor e viscosidade, descreve o autor.

4. COMPOSIÇÃO

Alves, Gimenez e Mazali (2001) salientam que devido a algumas características do vidro, como transparência, brilho e fragilidade – quebrando-se fácil em alguns tipos, muitos possam acreditar que todos os vidros possuem a mesma composição. As propriedades dos vidros depende da sua composição visando atender a sua aplicação.

A composição do vidro é demonstrada pela análise química. A despeito disso, Maia (2003) evidencia de que os vidros são compostos de óxidos. Define que ao analisar um vidro, o peso da amostra é igual ao peso dos óxidos dos elementos constituintes do vidro. Contudo, deve-se lembrar de algumas exceções, como o vidro alabastro e o vidro opalino que contém fluoreto, e alguns ainda apresentam cloretos.

Observa o autor que todas as tentativas de representar o vidro por uma fórmula química não obtiveram êxito. Devido a isto, costuma-se representá-lo pela sua composição centesimal, ou seja, a porcentagem de cada composto existente nele. Baseado em estudos sobre a estrutura vítrea, o mesmo salienta que se pode classificar os óxidos que compõem o vidro em três grupos:

O primeiro grupo, formado de elementos cujos átomos têm tamanho suficiente para serem rodeados de quatro átomos de oxigênio, cada um num arranjo tetraédrico, formam cadeias e redes que podem existir de um modo completamente randomizado e formam vidros. Óxidos desses elementos são chamados de “vidro-formadores”. Há exceções de vidro-formadores que não óxidos, são eles: Sulfeto arsenioso (As_2S_3) que forma um vidro denominado calcogênico; e o Fluoreto de berílio (BeF_2) e o Cloreto de zinco (ZnCl_2) que formam os vidros de halogenetos.

O segundo grupo, constituído de elementos cujos átomos são de maior tamanho e com números de coordenação mais altos, devem ser rodeados por mais de quatro átomos de oxigênio cada um e são chamados de “modificadores”.

Sozinhos, formam cristais, mas ao se fundirem com vidro-formadores, os modificadores entram na composição do vidro, porém não formam vidros isoladamente. No terceiro grupo, chamado de “intermediários”, os elementos formam óxidos que não podem ser vidros isoladamente, contudo, em fusão com óxidos vidro-formadores, adquirem o número de coordenação destes e se comportam como vidro-formadores.

No que se refere ao processo de fabricação e uso do vidro, explica Maia (2003), os óxidos são classificados de outra maneira, que consiste em vidro-formadores; estabilizadores; fluxos ou fundentes; e acessórios.

O significado de vidro-formador, de acordo com o autor, vem a ser aquele vidro que não se altera em relação a classificação anterior. Os fluxos ou fundentes são responsáveis por baixar a temperatura de fusão da mistura das matérias-primas, porém tendem a produzir vidros de resistência química precária, por isso adiciona-se os estabilizadores. Os acessórios são introduzidos no vidro sempre em pequenas quantidades e com uma finalidade específica.

Em geral os vidro-formadores são óxidos ácidos, os modificadores são óxidos básicos e os intermediários são os óxidos anfóteros, relaciona o autor acima mencionado. Segue abaixo, a classificação dos óxidos comumente encontrados na composição dos vidros.

Quadro 1 – Composição dos óxidos comumente encontrados na composição dos vidros.

Vidro-formadores	Intermediários	Modificadores
B ₂ O ₃ – óxido de boro	Al ₂ O ₃ – óxido de alumínio	MgO – óxido de magnésio
SiO ₂ – óxido de silício	Sb ₂ O ₃ – óxido de antimônio	Li ₂ O – óxido de lítio
GeO ₂ – óxido de germânio	ZrO ₂ – óxido de zircônio	BaO – óxido de bário
P ₂ O ₅ – óxido de fósforo	TiO ₂ – óxido de titânio	CaO – óxido de cálcio
V ₂ O ₅ – óxido de vanádio	PbO – óxido de chumbo	SrO – óxido de estrôncio
As ₂ O ₃ – óxido de arsênio	BeO – óxido de berílio	Na ₂ O – óxido de sódio
	ZnO – óxido de zinco	K ₂ O – óxido de potássio

Fonte: MAIA (2003, p. 22).

No grupo dos óxidos ácidos, tem-se:

Sílica ou dióxido de silício (SiO₂): encontrada na natureza, constitui 59% da crosta terrestre, e sua forma mais comum é o quartzo;

FREIRIA, Alexandre Augusto da Silveira; GALHIEGA, Camila Ferreira; LESSA, Márcio Benevides; BASSI, Ana Lucia

Óxido bórico (B_2O_3): não encontrado livre, somente combinado na forma de ácido bórico (H_3BO_3) e de boratos. É usado na fabricação de esmaltes e do vidro boro-silicato;

Óxido de alumínio (Al_2O_3): encontrado na forma de coridon, rubi e safira ou ainda combinado em minerais como, feldspato, argila, bauxita e outros.

O grupo dos óxidos básicos é constituído de:

Óxido de sódio (Na_2O): não encontrado livre na natureza, é usado na fabricação do vidro sob a forma de carbonato (Na_2CO_3), nitrato ($NaNO_3$), sulfato (Na_2SO_4) ou borato (bórax), e principal fundente na indústria do vidro;

Óxido de potássio (K_2O): assim como o óxido de sódio não é encontrado livre, e é fornecido ao vidro principalmente sob a forma de carbonato (K_2CO_3);

Óxido de lítio (Li_2O): não encontrado livre, utilizado sob a forma de carbonato, fundente mais poderoso que o óxido de sódio ou potássio, devido ao seu elevado custo é utilizado apenas em vidros especiais.

Óxido de cálcio ou cal (CaO): é usado juntamente com a sílica e o óxido de sódio na fabricação de vidros comuns, garrafas e outros, atua como fundente ou estabilizador, é usado geralmente sob a forma de carbonato de cálcio;

Óxido de magnésio ou magnésia (MgO): possui função idêntica ao óxido de cálcio, é usado na forma de magnesita ($MgCO_3$);

Óxido de chumbo ou litargírio (PbO): é usado na fabricação de vidro cristal e de vidros filtros de radiações gama;

Óxido de estrôncio (SrO): é usado para produzir vidros capazes de absorver raios-X.

As propriedades dos vidros dependem das propriedades e da proporção dos diferentes óxidos de sua composição, explica Maia (2003) com um exemplo:

(...) um vidro cristal, que leva na sua composição 24% de óxido de chumbo vai ter uma densidade bem maior que a de um vidro comum usado para fazer garrafas que não tem óxido de chumbo na sua composição. Um vidro de sílica pura tem propriedades completamente diferentes daqueles em que a sílica vem acompanhada de óxido de sódio e óxido de cálcio.(MAIA, 2003, p. 37).

No Quadro 2 encontra-se a composição de alguns vidros de uso geral.

Quadro 2 – Composição aproximada de alguns tipos de vidros comerciais (em %).

Vidro	SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	CaO	Mg O	PbO	Na ₂ O	K ₂ O	SO ₃	F ₂	B ₂ O ₃
Frascarias	72,7	2,0	0,06	10,4	--	--	13,6	0,4	0,3	0,2	--
Vidraça verde	71,7	0,2	0,1	9,6	4,4	--	13,1	--	0,4	--	--
Vidro plano	71,6	1,0	--	9,8	4,3	--	13,3	--	0,2	--	--
Pote opalino	71,2	7,3	--	4,8	--	4,2	--	--	12,2	2,0	--
Boro-silicato	76,2	3,7	--	0,8	--	--	5,4	0,4	--	--	13,5
Fibra de vidro	54,5	14,5	0,4	15,9	4,4	--	0,5	--	--	0,3	10,0
Chumbo técnico	56,3	1,3	--	--	--	29,5	4,7	7,2	--	0,6	--
Bulbo	72,9	2,2	--	4,7	3,6	--	16,3	0,2	0,2	--	0,2

Fonte: MAIA (2003, p. 24).

De posse dessas informações torna-se possível determinar alguns tipos de vidro.

4.1. Principais Tipos de Vidros

Ainda conforme Maia (2003), existem três tipos de vidro que possui uso muito difundido; o vidro alcalino, o vidro chumbo e o vidro boro-silicato que serão discutidos na sequência.

O **vidro alcalino** corresponde a mais de 95% de todo o vidro fabricado no mundo, e sua produção é destinada principalmente à fabricação de garrafas, frascarias de modo geral e baixelas, vidro plano da construção civil e da indústria automobilística. Sua composição encontra-se descrita no quadro 3.

Quadro 3 – Composições típicas do vidro alcalino em (%).

Vidros	SiO ₂	Na ₂ O	Al ₂ O ₃	CaO	MgO
Bulbo de lâmpada	72	16	2	6	4
Garrada	70	15	2	11	--
Vidro plano	71	17	1	11	--

Fonte: MAIA (2003, p. 28).

Já o **vidro chumbo** ou **cristal** caracteriza-se por ter em sua composição altos teores de PbO que variam de 10 a 29%. Apresenta elevado índice de refração e mais brilho que os vidros comuns, por isso são usados na fabricação de peças

artísticas e decorativas. Possui menor condutividade elétrica que o vidro alcalino, o que significa muito no uso de aparelhos científicos. Sua composição está descrita no quadro 4.

Quadro 4 - Composições típicas do vidro chumbo em (%).

SiO ₂	PbO	K ₂ O	Na ₂ O
60	29	8	3
60	20	14	6

Fonte: MAIA (2003, p. 28).

E, por último, o **vidro boro-silicato** que se destaca pela presença significativa de B₂O₃. Apresenta grande resistência ao choque térmico e ao ataque dos agentes químicos. Utilizado na fabricação de ampolas de injetáveis, frascos de fármacos e de vacinas, aparelhagem de laboratório e utensílios domésticos como travessas e tigelas. Sua composição encontra-se descrita no quadro 5.

Quadro 5 - Composições típicas do vidro boro-silicato (em %).

Vidros	SiO ₂	B ₂ O ₃	Al ₂ O ₃	Na ₂ O	BaO	CaO
Vidraria de laboratório	81	13	2	4	--	--
Ampolas para injetáveis	74	10	5	6	1	2

Fonte: MAIA (2003, p. 28).

Maia (2003) ainda chama a atenção para outras espécies de vidros. Há também alguns comumente conhecidos, como: fibra de vidro; vidro opalino; vidro para termômetro; vycor; e vidro oftálmico.

As **fibra de vidro** possuem grande parte de suas superfícies expostas as intempéries, portanto, devem apresentar teor elevado de Al₂O₃ para garantir sua estabilidade. Sua composição encontra-se no quadro 6.

Quadro 6 – Composição da fibra de vidro (em %).

SiO ₂	Al ₂ O ₃	CaO	MgO	B ₂ O ₃
53,70	13,80	16,30	4,60	9,60

Fonte: MAIA (2003, p. 29).

O **vidro opalino** apresenta flúor na massa que, possivelmente, sob a forma de minúsculos cristais de CaF₂ que produzem a opalescência do vidro. Sua composição está quantificada no quadro 7.

Quadro 7 – Composição do vidro opalino (em%).

SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	MnO	Na ₂ O	CaO	MgO	ZnO	F
63,84	7,86	1,50	1,12	10,51	1,86	0,25	6,99	8,05

Fonte: MAIA (2003, p. 29).

Já o **vidro para termômetro** é um vidro especial, durante o uso não deve apresentar variação no volume do bulbo que contém mercúrio, sendo sua composição identificada no quadro 8.

Quadro 8 – Composição do vidro para termômetro (em%).

SiO ₂	B ₂ O ₃	Al ₂ O ₃	CaO	Na ₂ O
72,86	10,43	6,24	0,35	9,82

Fonte: MAIA (2003, p. 29).

O vidro **Vycor** tem a sua fabricação destinada a equipamentos de laboratório e possui coeficiente de expansão muito baixo. Os elementos químicos formadores encontram-se identificados no quadro 9.

Quadro 9 – Composição do vidro Vycor (em %).

SiO ₂	B ₂ O ₃	Na ₂ O
96	4	

Fonte: MAIA (2003, p. 30).

O **vidro oftálmico** é fabricado para confecção de lentes para óculos, sendo sua composição descrita no quadro 10.

Quadro 10 – Composição do vidro para lentes de óculos.

Lentes	SiO ₂	B ₂ O ₃	Na ₂ O	CaO	K ₂ O	PbO
Crown	72,15	5,88	5,16	2,04	13,86	--
Flint	52,53	--	3,78	--	8,21	34,42

Fonte: MAIA (2003, p. 30).

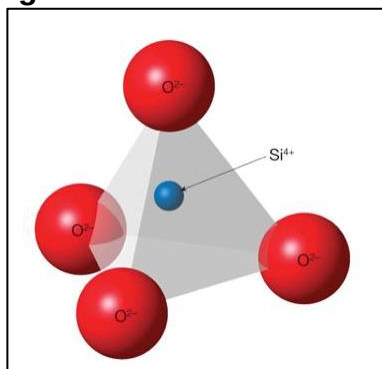
A estrutura vítrea é um aspecto de suma importância na análise do vidro, sendo descrita na sequência.

5. ESTRUTURA

Várias regras foram estabelecidas com base nos estudos de W.R. e W.L. Bragg sobre as estruturas dos silicatos usando a técnica de difração dos raios-X, descreve Maia (2003).

A primeira regra estabelece que a unidade estrutural dos silicatos é o tetraedro regular, tetróxido de silício (SiO_4), em que um átomo de silício é coordenado entre quatro átomos de oxigênio. Para melhor compreensão, a figura 1 traz uma representação gráfica do mesmo, onde fica evidenciado os quatro átomos de oxigênio e um átomo de silício.

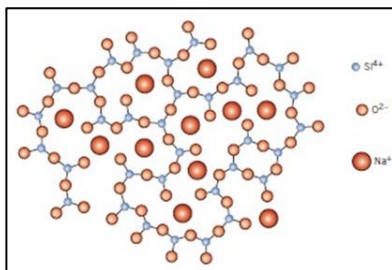
Figura 1 – Tetraedro de SiO_4



Fonte: StudyBlue. Disponível em <<https://www.studyblue.com/notes/note/n/chapter-3-matter-and-minerals/deck/3919287>>. Acesso em 13 out. 2016.

A segunda regra determina que os óxidos dos elementos eletropositivos, tais como: sódio (Na^+), potássio (K^+) e cálcio (Ca^{+2}), entram na estrutura dos silicatos como íons; onde os íons oxigênio (O^{2-}) negativos constituem o tetraedro e os íons positivos sódio, potássio, e outros se localizam entre os tetraedros.

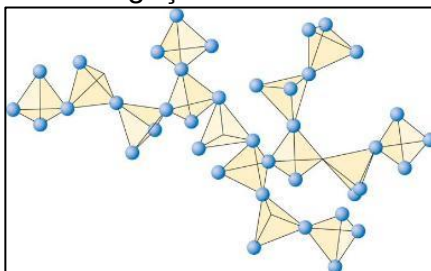
Figura 2 – Representação da estrutura do vidro com a presença de átomos de Na^+ .



Fonte: Slideplayer. Disponível em <<http://slideplayer.com.br/slide/48127/>>. Acesso em 13 out. 2016.

A terceira regra afirma que dois tetraedros nunca compartilham mais do que um simples átomo de oxigênio, de forma análoga, os tetraedros se ligam pelos vértices, jamais por uma aresta ou face.

Figura 3 - Ligação entre os tetraedros.

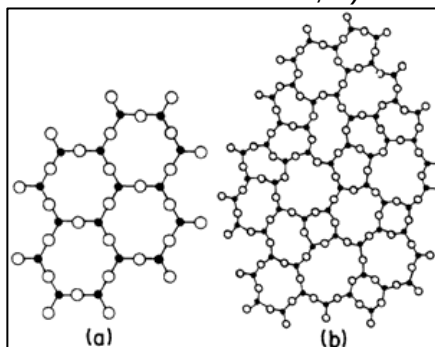


Fonte: Ebah. Disponível em < <http://ebah-web-586602798.us-east-1.elb.amazonaws.com/content/ABAAAfaFQAL/materiais-ceramicos?part=3> >. Acesso em 13 out. 2016

O vidro e os cristais apresentam grande semelhança no que se refere à dureza, transparência, condutividade térmica e outras. Pode-se concluir, segundo Maia (2003),

(...) que as ligações que existem no vidro são iguais às ligações das estruturas cristalinas dos silicatos. A diferença é que na estrutura cristalina, cada tetraedro tem uma posição determinada, repetitiva e simétrica, e no caso do vidro essa estrutura é desordenada e não repetitiva e varia de acordo com a história térmica do vidro, ou seja, da velocidade com que se deu o resfriamento do vidro quando passou de líquido para sólido. (MAIA, 2003, p. 34)

Figura 4 – a) Estrutura da sílica cristalina; b) Estrutura da sílica vítrea.



Fonte: Classroom. Disponível em < http://classroom.orange.com/pt/vidros_1.html >. Acesso em 13 out. 2016.

Devido à distribuição aleatória dos átomos na estrutura do vidro, explica Maia (2003), este não pode ser representado por uma fórmula química, diferente dos cristais cuja composição é representado por uma única célula elementar que se repete periódica e simetricamente. Essa desordem na estrutura vítrea explica a não existência de um ponto de fusão, ou seja, a não periodicidade e assimetria da

estrutura garante que as energias de ligação entre os átomos não sejam as mesmas, impedindo assim o rompimento das ligações ao mesmo tempo a um determinado grau de energia térmica.

6. MATÉRIAS PRIMAS

As matérias primas utilizadas na produção do vidro são em sua grande maioria naturais e encontradas no Brasil, Maia (2003) lista as 28 principais, descritas no quadro 11.

Quadro 11 – Principais matérias primas utilizadas na fabricação do vidro.

Matérias-primas	Descrição
Areia	Encontrada em depósitos naturais, para sua utilização na produção do vidro, ela deve ser lavada, secada e peneirada para se livrar das impurezas e selecionar os grãos no tamanho desejado, o teor de ferro deve ser mantido o mais baixo possível.
Quartzito	Usado em substituição da areia de baixa qualidade, é constituído de cristais irregulares de quartzo unidos por um cimento de sílica, de fácil extração por não ser uma rocha dura, para sua utilização deve sofrer peneiramento para satisfazer as especificações de granulometria.
Quartzo	Constituído de sílica praticamente pura, por ser um material muito duro, só é usado quando o preço justifica o custo, devido a grande deterioração dos equipamentos para moagem.
Barrilha ou carbonato de sódio (Na_2CO_3)	É produzida usando como matérias primas no processo solvay o carbonato de cálcio, sal marinho e amônia e, o carbonato de sódio obtido tem alto grau de pureza e em várias granulações, entre elas, o tipo usado na produção do vidro é o tipo denso, com granulação próxima a areia, e fornece Na_2O ao vidro.
Trona ($\text{Na}_2\text{CO}_3\text{NaHCO}_3\cdot 2\text{H}_2\text{O}$)	Encontrada em grandes depósitos naturais resultantes da evaporação de lagos na região de Wyoming e na Califórnia, é submetida à moagem e calcinação, perde água e CO_2 , e obtém-se o carbonato de sódio impuro que é dissolvido em água. A solução é purificada por decantação e filtração, em seguida evaporada. O carbonato de sódio hidratado, assim obtido por cristalização, é aquecido, perde água e se transforma em carbonato de sódio anidro.
Hidróxido de sódio ou Soda Cáustica (NaOH)	Usada sob a forma de lixívia a 50%, é inserida comumente quando ocorre falta de barrilha no mercado, e fornece Na_2O ao vidro.
Potassa ou carbonato	É utilizada sob a forma de potassa calcinada, e é obtida por

de potássio (K_2CO_3)	eletrólise do cloreto de potássio com posterior carbonatação do hidróxido de potássio resultante.
Zarcão ou óxido salino de chumbo (Pb_3O_4)	Obtido por aquecimento sob condições controladas do litargírio, só é usado quando se necessita de meio oxidante, pois ele se decompõe em PbO liberando um átomo de oxigênio na fabricação do vidro.
Litargírio ou monóxido de chumbo (PbO)	Obtido a partir do aquecimento do chumbo.
Monossilicato de chumbo	Obtido por aquecimento do PbO em presença de areia, possui 85% de PbO e 15% de SiO_2 , é vítreo, poucas impurezas, e granulação igual à do açúcar cristalizado, não produz poeira, diferentemente do litargírio e do zarcão.
Dolomita	Carbonato duplo de cálcio e magnésio natural ($CaCO_3.MgCO_3$), fornece MgO e CaO ao vidro.
Magnesita	Carbonato de magnésio natural ($MgCO_3$), fornece MgO ao vidro.
Feldspato	Importante fonte de Al_2O_3 e fornece outros óxidos úteis ao vidro, representado pela fórmula $R_2O.Al_2O_3.6SiO_2$, onde R_2O represente um óxido alcalino, K_2O , Na_2O ou misturas de ambos ou ainda CaO
Bórax ou tetraborato de sódio hidratado ($Na_2B_4O_7.10H_2O$)	Obtido por cristalização ou reação de minérios de boro com carbonato de sódio, é usado pulverizado ou granulado, e fornece além de B_2O_3 o Na_2O ao vidro
Salitre ou nitrato de sódio ($NaNO_3$)	Possui o mais baixo ponto de fusão de todos os fundentes e, por isso acelera a fusão das misturas, graças ao seu poder oxidante é muito usado para evitar a redução do chumbo durante a fabricação dos vidros de chumbo.
Sulfato de sódio (Na_2SO_4)	Seu principal uso é para evitar a espuma de sílica e como agente de refino, eliminando bolhas miúdas e difíceis de serem eliminadas.
Carbonato de bário ($BaCO_3$)	Obtido do sulfato de bário por redução a sulfeto e posterior precipitação por carbonato de sódio.
Arsênio ou óxido arsenioso (As_2O_3)	Obtido como subproduto da metalurgia de metais não ferrosos, é usado como agente de refino para eliminação de bolhas no vidro.
Óxido de antimônio ou óxido antimonioso (Sb_2O_3)	Obtido a partir da estibinita (Sb_2S_3), possui função semelhante à do arsênio.
Dicromato de sódio ($Na_2Cr_2O_7$)	Dá cor verde ao vidro e é fornecido a mistura dispersadamente para assegurar uniformidade de cor.
Bióxido de manganês (MnO_2)	Usado tanto como corante, como descorante do vidro.
Alumina hidratada ou óxido de alumínio hidratado ($Al_2O_3.3H_2O$)	Usado quando se deseja a ausência de álcalis ou onde a quantidade de ferro deve ser mantida no mínimo.
Criolito ou floureto de alumínio e sódio (Na_3AlF_6)	Usado na produção de vidros opalinos.
Ácido bórico (H_3BO_3)	Obtido a partir do bórax, é usado quando não se deseja introduzir o Na_2O junto com o B_2O_3 .

Fluorita ou fluoreto de cálcio (CaF₂)	É usado na produção de vidros opalescentes.
Fluoreto de sódio (NaF)	Utilizado nos vidros opalescentes.
Óxido de zinco (ZnO)	Produz vidros de alta refratariedade, usado para produzir vidros resistentes aos agentes químicos.
Cloreto de sódio (NaCl)	Na fabricação do vidro de boro-silicato, atua como agente de refino.

Fonte: Adaptado de MAIA (2003, p. 43-52)

Segundo Maia (2003), o caco não é considerado matéria-prima, pois é o próprio vidro. Misturado com as matérias primas, numa proporção de 50 a 60%, ele entra no forno, sob a ação das altas temperaturas tem logo sua viscosidade reduzida e atua como adesivo, evitando a segregação dos materiais. Por outro lado, cada pequeno pedaço de caco espalhado na mistura, permite que o calor penetre na mistura, acelerando sua fusão.

O autor ainda elenca que o caco deve possuir as seguintes qualidades: estar livre de matérias estranhas, como poeira, óleo, metais e outras impurezas; possuir a mesma composição do vidro em fabricação; e ser usado quebrado em pedaços de, no máximo, 5 milímetros.

Em síntese, o processo de manuseio, mistura, estocagem e pesagem, conforme descrito por Maia (2003), deve possuir um programa de amostragem, que adote os métodos preconizados pelas normas existentes, empregue pessoal treinado para a tomada de amostras. Deve ser salvo todos os resultados das análises das matérias primas, para orientação ou futuras referências. O bórax e o salitre devem ser estocados longe dos fornos, para evitar qualquer perda de água, e por serem oxidantes, podem causar incêndios, e pelo mesmo motivo não se deve estocar nitratos à granel. Para a mistura das matérias primas usa-se misturadores do tipo: duplo cone, betoneira ou panela vertical. No que se refere a pesagem, deve-se usar dois tipos de balanças: uma para grandes e outras para pequenas quantidades.

Observa o autor, que as matérias primas encontram-se sob forma de pós de granulação muito fina, logo os operadores devem usar equipamentos de segurança, para evitar contato e inalação desses materiais e, adverte:

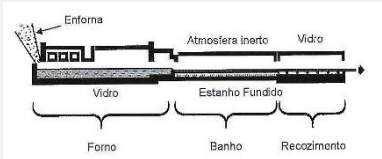
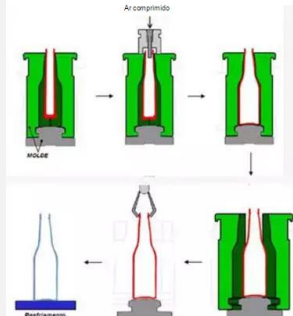
A barrilha inalada causa irritação nas mucosas dos olhos, nariz e garganta. A areia inalada causa silicose, endurecimento da membrana que envolve o pulmão. O litargírio e o zarcão em contato com a pele ou inalados, causam uma doença chamada 'saturnismo'. (MAIA, 2003, p. 56).

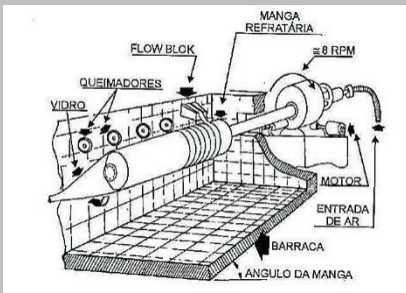
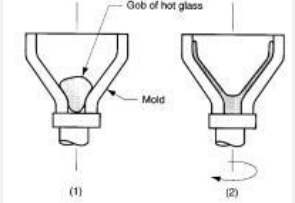
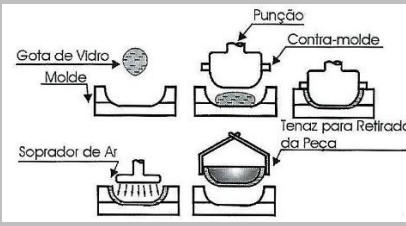
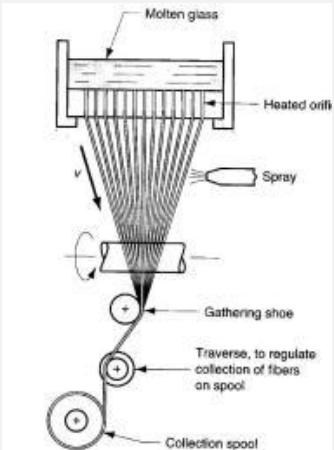
A reunião das diversas matérias primas requer processos específicos para a construção do vidro. Nas fábricas, os materiais são reunidos e submetidos a fusão por alta temperatura – em torno de 1500°C a 1600°C. Após sua formação, o vidro passa por processamento, descritos na sequência.

7. PROCESSAMENTO DO VIDRO

Ainda tendo como referencia Maia (2003), os principais processos de trabalhar o vidro são: sopro manual e automático, estiragem, laminação, prensagem, fibragem e, centrifugação, sendo os mesmos descritos no quadro 12.

Quadro 12 – Principais processos de fabricação do vidro.

Processo	Descrição	Ilustração
Laminação	O mais eficiente é o processo chamado Float, criado pelos irmãos Pilkington, no qual a massa de vidro quando sai do forno passa por um banho de estanho fundido sobre o qual flutua. Obtém-se com este processo, um grau de polimento perfeito.	
Sopro Manual	O vidro é soprado pelo vidreiro, dentro dos moldes metálicos de 1,2 a 1,5 m, chamados de cana. O vidro possui uma tensão superficial baixa, ficando aderido à ponta da cana. A partir de então, o vidreiro pode soprar o vidro para obter o formato. Dependendo do formato do objeto desejado, são sopradas com o vidro parado ou girando dentro do molde.	
Sopro Automático	No começo, era feita de forma parecida com o sopro manual, com a diferença de que era o sopro de uma máquina, e não mais do operário. Posteriormente, criou-se a máquina “Westlake” que já não utiliza o trabalho do vidreiro. Esta é provida de duas canas, que colhem o vidro do forno por sucção e dão o sopro final dentro dos moldes.	

Estiragem	São feitos os tubos e bastões de vidro. No processo, um filete de vidro flui sobre a superfície de um mandril de refratário, sustentado por um tubo de aço que lhe imprime um movimento de rotação e serve para soprar o ar que formará o tubo. O tubo formado é puxado sobre rolos de grafite e preso em uma máquina composto por duas esteiras, que fazem a tração do tubo, sendo cortados nos comprimentos desejados.	
Centrifugação	Uma pequena quantidade de vidro cai em um molde com formato cônico que gira em torno de seu eixo vertical, com velocidade que permite ao vidro subir pela superfície do mesmo e formar um funil.	
Prensagem	A massa de vidro é colocada no interior de um molde que tem a forma desejada pelo fabricante, em seguida, um punção é pressionado contra o vidro no fundo do molde. Em volta do punção e em cima do molde, existe um anel que evita que o vidro transborde do molde, proporcionando maior segurança e menor desperdício.	
Fibragem	Os vidros tornam-se fibras de vidro. De maneira geral, se caracterizam por dispensar posteriores tratamentos térmicos de recozimento, que são substituídos por processos como o de aglomeração. Na fabricação de fibras contínuas, bolas de vidro são colocadas em uma unidade onde o vidro é fundido por aquecimento elétrico. Este sai por centenas de bicos de platina, com 1 mm de diâmetro, formando fios que são, posteriormente enrolados em carretéis para diversos usos.	

Fonte: Adaptado de MAIA (2003, p. 92-105).

Por mais que os processos evoluam, algumas características destes permaneceram constantes em função do procedimento.

8. ACABAMENTO NO VIDRO

Segundo Maia (2003), após a fabricação do vidros ele recebe vários tipos de acabamento, divididos em três: os processos de remoção, de revestimento superficial e metalização.

O autor cita os seguintes processos de remoção no quadro a seguir:

Quadro 13 – Principais processos de remoção e acabamento do vidro.

Processos	Descrição
Esmerilhamento	O mais comum acabamento ou decoração de peças ocas, sendo usadas várias pedras de esmerilhar em formatos diversos e diferentes grãos.
Polimento	Usado após o esmerilhamento para adquirir brilho. Pode ser ácido, mecânico ou à fogo. O polimento ácido consiste em mergulhar as peças em uma cesta com uma mistura de ácido fluorídrico, ácido sulfúrico e água quente. O polimento mecânico é feito com rodas de madeira ou cortiça, usando como agente de polimento o rouge, que é óxido de ferro finamente dividido. E no polimento à fogo, o vidro é aquecido entre 500-700°C tornando-se plástico, devido a tensão superficial, a superfície viscosa do vidro se contrai e torna-se lisa.
Corrosão ácida	Baseado na corrosão por meio de ácido é usado os vapores do ácido fluorídrico. Desenhos por corrosão são feitos cobrindo o vidro com cera sobre qual se desenha. Neste caso, quando a peça é atacada pelo ácido, as partes protegidas pela cera não são afetadas. Pode-se ainda fazer marcas e desenhos diretamente no vidro usando tinta de gravar aplicadas com estiletes, pena de ouro, platina ou ainda carimbo.
Jateamento de areia	Usa-se areia ou do pó de esmeril (Al_2O_3) para provocar cortes profundos e superfícies ásperas no vidro, de modo a protegê-lo por uma camada de verniz ou máscara de borracha, como na corrosão acida as superfícies protegidas permanecem inalteradas.

Fonte: Adaptado de MAIA (2003, p. 125-127).

Ao se tratar de revestimento superficial, o autor elenca os seguinte processos no quadro a seguir:

Quadro 14 – Principais processos de revestimento superficial do vidro.

Processos	Descrição
Esmaltagem	Esmaltes coloridos são queimados entre 550-650°C; sendo tais esmaltes vidros de baixo ponto de fusão. São decorados por esses processos copos, jarros e globos de decoração.
Tingimento	Ocorre com compostos de cobre e prata misturados com caulim ou ocre, agitados com um líquido e aplicados ao vidro. Por aquecimento ocorre troca iônica entre os íons de cobre ou prata com os íons alcalinos do vidro. Assim, obtém-se tingimento amarelo e rubi. Pode ser obtido também na cor preta se ocorrer troca iônica com íons prata, e em seguida a peça for tratada a quente em corrente de hidrogênio.
Pintura com metais preciosos	Platina, ouro e prata misturados à algumas substâncias podem ser pintados no vidro e queimados, polindo logo após o metal para obter brilho original.
Vidros iridescentes	Cores cambiantes são obtidas quando o vidro é aquecido até pelo menos 430°C. Suas luzes refletidas são resultados da interferência das ondas luminosas.

Fonte: Adaptado de MAIA (2003, p. 127-128).

No processo de metalização, Maia (2003) descreve como sendo dois os processos: a metalização a vácuo e a espelhagem.

Na **metalização a vácuo** as peças de vidro são cobertas com uma película finíssima de metais. As peças de vidro são colocadas em uma câmara a vácuo, na qual existe espirais de tungstênio ligadas a uma corrente elétrica. Finas tiras do metal são depositadas nas espirais, e com a câmara no vácuo faz-se passar a corrente elétrica. O metal se funde e se deposita na superfície do vidro.

Já a **espelhagem** é um processo que consiste em cobrir a superfície do vidro, devidamente limpo e sem gorduras, com uma solução de prata a qual se adiciona um agente redutor. Depois de algum tempo, se obtém o espelhamento da peça.

9. COLORAÇÃO E DESCOLORAÇÃO DO VIDRO

O espectro visível é formado pelas vibrações com comprimento entre 380 e 760nm. Os comprimentos menores que 380nm e maiores que 760nm constituem respectivamente, as radiações ultravioletas e as radiações infravermelhas. Os raios luminosos, quando atravessam um meio são diferentemente absorvidos e

transmitidos. Um vidro tem uma determinada cor, porque transmite com maior intensidade as vibrações que dão a sensação daquela cor, explica Maia (2003):

Um vidro azul, por exemplo, transmite com maior intensidade as radiações que dão a sensação de azul, enquanto as outras são parcialmente absorvidas e transmitidas com pouca intensidade. (MAIA, 2003, p. 132).

Os processos de coloração e descoloração do vidros são descritos, de forma singular, na sequência.

9.1. Coloração dos Vidros

De acordo com Maia (2003), as substâncias capazes de colorir o vidro são divididas em dois grupos. O primeiro encontra-se as substâncias que produzem cor quando dissolvidas no vidro sob forma de óxidos ou combinadas sob forma de silicatos. E o segundo apresenta aquelas que produzem cor por estarem dispersas na massa vítrea em partículas de tamanho comparável às das partículas coloidais (entre 1nm a 1µm).

No primeiro grupo, Maia (2003) elenca as seguintes substâncias:

Quadro 15 – Elementos de coloração do vidro.

Elementos	Descrição
Vanádio	Este metal de transição forma dois óxidos. O V_2O_3 que é um óxido básico responsável por produzir a cor verde-amarelada. O V_3O_5 é um óxido ácido que forma vanadatos de cor amarela, mas durante a fabricação do vidro se decompõe em V_2O_3 , fornecendo cor verde ao vidro.
Cromo	A atuação deste metal permite formar dois óxidos. O CrO_3 um óxido ácido e o Cr_2O_3 um óxido básico. Na fabricação do vidro o CrO_3 se decompõe ($2CrO_3 \rightarrow Cr_2O_3 + 3O$) quase completamente, produzindo o Cr_2O_3 que produz a cor verde esmeralda. No caso do vidro fundido em forno tanque a formação do Cr_2O_3 é conseguida pelas altas temperaturas. A presença de uma parte de Cr_2O_3 em mil partes de vidro, produz cor verde suficiente para o uso comum.
Manganês	Um dos primeiros elementos a ser usado como corante de vidro, este metal quando submetidos à altas temperaturas tem sua cor atenuada. A cor resultante, observada na luz solar é alterada sob a luz artificial, apresentando tons castanhos na cor violeta ou púrpura. É comumente usado na fabricação de vidro preto, pois ao se misturar óxidos que fornecem ao vidro cores que complementam as cores fornecidas pelo óxido de manganês, causam a absorção total do espectro visível.
Ferro	Este metal quando utilizado como corante é o mais influente dos elementos na produção do vidro. A coloração é diferente se produzida pelo Fe^{2+} ou Fe^{3+} . No vidro, o óxido ferroso (FeO) e o

	óxido férrico (Fe_2O_3) estão em equilíbrio, com predominância de um ou outro, dependendo da relação $\text{FeO}/\text{Fe}_2\text{O}_3$ chamada de Fator Redox. O FeO produz no vidro uma cor azul esverdeada e o Fe_2O_3 produz uma cor verde amarelada. O Fator Redox também é importante na fabricação do vidro, pois o óxido ferroso absorve fortemente as radiações infravermelho e, devido a sua presença, faz com que o vidro esfrie mais rápido.
Cobalto	Usado como corante de vidros, esmaltes e cerâmicas, este elemento químico fornece cor azul-violeta. Possui poder tintorial de 1 parte de cobalto para 5000 de vidro. Encontra-se a venda sob forma de uma mistura de CoO e Co_2O_3
Níquel	O níquel forma dois óxidos, o NiO e o Ni_2O_3 . É encontrado no comércio sob forma de Ni_2O_3 , nos vidros potássicos produz cor azul violeta e nos vidros sódicos produz cor castanha.
Cobre	Assim como o cobalto, ele é usado como corante de vidros, esmaltes e cerâmicas. A partir dele são formados dois óxidos: o óxido cúprico (CuO) e o óxido cuproso (Cu_2O). A cor produzida varia de verde azulado até vermelho (Rubi de Cobre). Essa variação se dá devido a composição do vidro e da atmosfera do forno.

Fonte: Adaptado de MAIA (2003, p. 133-136).

No segundo grupo, constituído de corantes coloidais, as peças não apresentam cor logo após sua fabricação, se destacando por reaquecimento. De acordo com o autor, devido ao ouro, ao cobre e ao selênio na presença de sulfeto de cádmio esses vidros desenvolvem cor vermelha, comumente conhecidos como Rubi de Ouro, Rubi de Cobre e Rubi de Selênio respectivamente, e a cor amarela devido à prata. Os vidros opalinos e alabastro têm sua aparência peculiar, devido à presença de pequeníssimas inclusões dispersas na sua massa e que causam a difusão da luz, e possui como responsáveis fluoretos, cloretos, fosfatos, óxidos de estanho de zinco e outros.

9.2. Descoloração do Vidro

Na fabricação do vidro incolor existe sempre a preocupação de usar matérias-primas o mais isentas possíveis de óxido de ferro, devido a coloração verde. Maia (2003) cita dois processos utilizados para atenuar essa cor esverdeada.

A **descoloração química** é feita introdução de agentes oxidantes na mistura, que transformam o ferro divalente em trivalente, e passa a apresentar cor verde amarelada menos visível que a cor produzida pelo Fe^{2+} . Os agentes oxidantes usados são: óxidos arsenioso, bióxido de manganês e óxido de antimônio.

Já a **descoloração física** consiste em eliminar uma cor usando uma cor complementar. O bióxido de manganês, além de atuar como oxidante produz uma cor bem próxima do complemento da cor produzida pelo Fe^{3+} . Essa correção é facilitada pelo uso do óxido de cobalto junto com o bióxido de manganês.

Várias são as propriedades do vidro, sendo as principais descritas na sequência.

10. PROPRIEDADES DO VIDRO

Conforme descreve Maia (2003),

O início dos estudos das propriedades dos vidros ocorreu no fim do século XIX por Schott e seus associados. Já nesses trabalhos iniciais, foram feitos esforços para relacionar as propriedades dos vidros com sua composição química, pela determinação experimental de fatores para cada óxido constituinte, os quais, multiplicados por suas frações no vidro, forneceriam o efeito aditivo produzido por eles no vidro. (MAIA, 2003, p. 141).

Estes métodos empíricos são satisfatórios na maioria dos casos, exceto no caso do óxido bórico e, em menor grau, o óxido de chumbo.

A viscosidade é uma das propriedades mais importantes do vidro, pois permite a ocorrência do estado vítreo e controla a ascensão de bolhas no vidro durante a fase de refino permitindo trabalhos, como sopragem, prensagem, estiramento e laminação.

De acordo com o autor, no processo de fusão das matérias-primas, forma-se inúmeros gases que, devido à alta viscosidade do vidro, ficam dispersos na sua massa sob a forma de bolhas. Após a fusão das matérias-primas o vidro deve ser refinado. Ela influi também nos processos de trabalho do vidro.

(...) vidro com alto teor de CaO é dito um vidro “seco”, isto é, que endurece rapidamente e é próprio para operações rápidas, como sopragem de garrafa. Quando se substitui o CaO pelo PbO o vidro torna-se “macio”, isto é, sua viscosidade não aumenta tão rapidamente com o abaixamento da temperatura, e fica-se com um vidro com uma grande faixa de trabalho, próprio para operações demoradas, em que se empregam ferramentas diversas para a fabricação manual de peças de vidro. (MAIA, 2003, p. 142).

Ela depende da composição do vidro, e pode-se estabelecer alguns efeitos causados por cada óxido individualmente, cita Maia (2003):

Os **óxidos do tipo RO** (CaO , MgO) aumentam a viscosidade.

O **óxido de chumbo**, o **óxido bórico** e o **óxido de sódio** baixam a viscosidade.

A **alumina** torna-o muito viscoso, devido a isso só é admitida em pequenas quantidades.

Já a densidade dos vidros, conforme salienta Maia (2003), é expressa por um número que, para fins de controle, é considerado igual ao do peso específico. A fórmula para a determinação da densidade do vidro é calculada com base na sua composição química, logo os resultados variam de acordo com a porcentagem dos óxido, onde P_a , P_b e P_c correspondem as porcentagens dos óxidos a, b e c componentes do vidro, e V_a , V_b e V_c os volumes específicos destes óxidos e V o volume específico do vidro (inverso do peso específico):

$$P_a V_a + P_b V_b + P_c V_c = V$$

Como todas as substâncias, o vidro se expande com o calor, entretanto não é uniforme para todas as temperaturas, pois depende de suas composições químicas. A expansão térmica é expressa pelo coeficiente de expansão linear, definido pela fórmula seguinte, onde **delta** é o aumento de comprimento sofrido pelo comprimento l_0 , e **delta t** a variação de temperatura:

$$\alpha = \frac{\Delta l}{l_0 \Delta t}$$

Os óxidos possuem efeitos bem definidos sobre o coeficiente de expansão, descreve o autor os seguintes:

A sílica baixa o coeficiente de expansão;

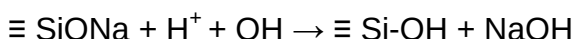
A soda aumenta-o;

Óxidos do tipo RO (CaO, MgO, etc) possuem efeito intermediário;

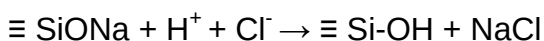
O óxido de boro (B_2O_3), possui o mesmo efeito que a sílica, porém numa porcentagem de 15%, acima desse valor apresenta efeito oposto.

De acordo com Maia (2003), a resistência química ou durabilidade, a propriedade dos vidros de resistirem a ação dos agentes naturais ou artificiais. Os agentes atmosféricos, como os gases da atmosfera, umidade do ar, água, etc, entre os segundos: os ácidos alcalis, etc. O autor afirma que a grande resistência química dos vidros é resultado da própria natureza da sílica, que também é resistente aos agentes químicos, e destaca que os ácidos possuem pouco efeito sobre a sílica, com exceção do ácido fluorídrico, e à altas temperaturas, o ácido fosfórico. Ainda nessa mesma linha de considerações, menciona que os óxidos modificadores como, CaO, MgO, Al_2O_3 e o óxido vidro-formador B_2O_3 , aumentam a resistência química do vidro.

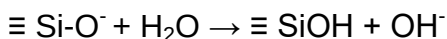
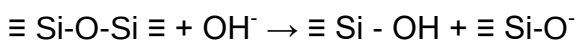
No que tange ao ataque hidrolítico, o autor afirma que é feito a extração dos íons alcalinos da superfície do vidro substituindo-os por íons H^+ . Inicialmente, ocorre uma hidrólise das ligações Si-O-R, onde R é um íon alcalino ou alcalino terroso (Na^+ , K^+ , Ca^{++} etc), estes íons formam um sal solúvel em água e são substituídos pelos íons H^+ , algumas vezes com uma molécula de água formando o íon H_3O^+ . Desse modo, a ligação inicial Si-O-R é substituída por Si-O-H, e forma-se na superfície do vidro um gel de Si-OH, que se torna cada vez mais espessa diminuindo a velocidade da reação.



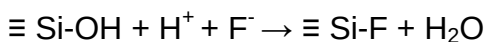
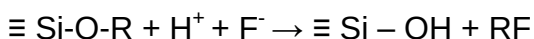
O ataque dos ácidos, com exceção do ácido fluorídrico, afirma Maia (2003), se dá de modo idêntico ao ataque hidrolítico.



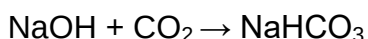
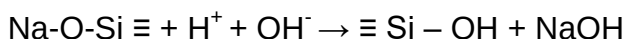
Por outro lado, o ataque alcalino se dá de modo diferente. Ele é cerca de mil vezes mais rápido que o ataque ácido, pois os íons OH^- reagem com as ligações Si-O-Si, responsáveis pela estrutura do vidro, quebrando-as. O ataque pode ser descrito pelas reações a seguir:



Ao referir-se do ataque com ácido fluorídrico, o autor ressalta o efeito agressivo desse ácido, e explica que os íons F^- , resultante da forte dissociação do ácido em meio aquoso, deslocam os íons OH unidos tetraedricamente aos íons silícios. O ataque pode ser representado pelas seguintes reações:



Maia (2003) relata que existe um tipo de ataque peculiar, que é o ataque do vidro pelo intemperismo, ou seja, o ataque pela umidade e pelos ácidos existentes na atmosfera, geralmente o ácido que ataca vidro é o gás carbônico, representado pela equação:



É interessante destacar que o vidro é um mau condutor de eletricidade. Contudo, o autor nota que com o aumento da temperatura a sua resistência diminui, e a uma temperatura próxima ao Ponto de Amolecimento, se torna razoavelmente bom condutor de eletricidade.

O índice de refração é uma propriedade muito importante na fabricação de vidros óticos. Maia (2003) comenta que a refração da luz é uma consequência do retardamento da velocidade da luz, quando passa de um meio menos denso para um meio mais denso, e varia inversamente com o comprimento de onda da luz.

11. RECICLAGEM E MEIO AMBIENTE

Reciclar pode ser definido como o ato de reutilizar ou reprocessar um material ou substância em um novo ciclo. Tecnicamente, segundo Ferreira (1999, p. 1717), a reciclagem vem a ser *o tratamento dos resíduos, ou do material usado, de forma a possibilitar a sua reutilização*.

A reciclagem do vidro pode, então, ser conceituada conforme o Portal Resíduos Sólidos (2016) como:

(...) o processo industrial de derretimento de resíduos de vidro para a fabricação de novos produtos, na maior parte das vezes, embalagens. Vidros reciclados são misturados com matéria prima nova e em média as garrafas de vidro são compostas em cerca de 60% de vidro reciclado. Dependendo da cor, esse percentual ainda pode chegar a 90%. Dessa forma, resíduos de vidro são uma importante fonte de matéria prima para a fabricação de novas embalagens de vidro. (PRS. Portal de Resíduos Sólidos, 2016. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/reciclagem-de-vidro/>>. Acesso em: 10 out. 2016.).

Conforme descreve Pawlicka, Fresqui e Trsic (2013), todo vidro, teoricamente, é 100% reciclável. Isso se deve as características do vidro, uma vez que o mesmo pode ser reaproveitável inúmeras vezes. No entanto, segundo os autores, no Brasil estima-se a reciclagem de vidros em 14,2%.

Para Teixeira (2015),

a reciclagem da embalagem de vidro no Brasil é estimada em 47%, considerando que em 1991 era de 15%, pode-se considerar que houve uma grande evolução nesses últimos 20 anos. Em 2011, dentre os países que apresentam os maiores índices de reciclagem de embalagens de vidro, destaca-se a Bélgica, que alcançou 96%. (...) A reciclagem de todos os tipos de vidro no Brasil não é conhecida. Admitindo-se que o mínimo reciclado é o que provém das embalagens, pode-se calcular a reciclagem de vidros no país em pelo menos 18%. (TEIXEIRA, 2015, p. 14).

Observam-se Rosa, Cosenza e Barroso (2007) que, no Brasil, houve um aumento na reciclagem de vidro de 15% no ano de 1991 para 45% em 2004. Já o sítio Cempre (2016), traz dados mais recentes, na qual a reciclagem do vidro chega a 47% para o ano de 2010, o que equivale 470 mil toneladas. Em comparação com a

Alemanha, a reciclagem de vidro no ano de 2010 atingiu a 87% o que equivale a 2,6 milhões de toneladas.

O que possibilita ao vidro ser diversas vezes reciclado, de acordo com o sítio Portal Resíduos Sólidos (2016), é o fato deste material ser constituído por minerais como areia, barrilha, calcário e feldspato, entre outros. Isso permite enfatizar um ciclo continuo e infinito, demonstrado na figura 5:

Figura 5 – Ciclo da reciclagem do vidro



Fonte: PRS. Portal Resíduos Sólidos, 2016. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/reciclagem-de-vidro/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Analisando a figura 5 e tendo como baseando-se no sítio acima pesquisado, é possível descrever as etapas do processo de reciclagem sendo: a coleta do vidro através da chamada coleta seletiva; o envio à usina de reciclagem; a separação dos tipos de vidros e eliminação dos resíduos (rótulos, metais, objetos orgânicos, etc); a trituração dos resíduos até o tamanho de 15 mm; a filtragem e separação de metais e cerâmicas; a análise do material; eo derretimento do material para posterior fabricação de novos produtos.

Em síntese, o processo de reciclagem na indústria, conforme descrito no sítio Anavidro (2013), tem seu início com a separação de vidro, a ser reciclado, de acordo com as suas características e tipos (como a coloração) – isto visa manter a pureza e integridade de certos vidros. Após este processo o material a ser processado passa pelo processo de lavagem para a retirada de substâncias indesejadas. A próxima etapa vem a ser a moagem para depois serem fundidos a mais de 1300°C, podendo ser moldados novamente.

Ainda de acordo com o sítio, um quilo de cacos de vidro gera exatamente um quilo de vidro novo pronto para uso, e o processo simples, que tem início na coleta seletiva de lixo, pode ser realizado infinitas vezes e promover ganhos ambientais extensos.

Para Pawlicka, Fresqui e Trsic (2013), existem inúmeras vantagens na reciclagem do vidro. A principal se dá pela economia de energia utilizada nos fornos, uma vez no processo de fabricação de vidros a adição de vidro moído na proporção de 10% sobre a matéria prima permite economizar cerca de 2,5% de energia dos fornos.

Por sua vez, Maia (2003), elenca os principais benefícios da reciclagem do vidro como sendo:

A contribuição para a melhoria do meio ambiente por permitir a redução do lixo não degradável;

A redução da poluição ambiental por permitir que os fornos trabalhem a temperaturas mais baixas, diminuindo a emissão de dióxido de carbono (CO_2), dióxido de enxofre (SO_2) e os óxidos de nitrogênio. Compõe os óxidos de nitrogênio o óxido nítrico (NO), o dióxido de azoto (NO_2), o óxido nitroso (N_2O), o trióxido de dinitrogênio (N_2O_3), o tetróxido de dinitrogênio (N_2O_4) e o pentóxido de dinitrogênio (N_2O_5);

Permitir uma economia de tempo de até 22% de energia elétrica utilizadas nos fornos, proporcionando uma vida útil mais longa dos mesmos; e

A redução do uso de matéria prima básica.

Observa o autor, no entanto, que as variedades de vidro não devem ser misturadas no processo de reciclagem. Quanto a origem dos vidros a serem reciclados os mesmos podem ser reusos do processo ou da coleta de vidros já utilizados.

Embora na teoria todos os vidros possam ser reciclados, o que se observa na prática é alguns vidros não o são, devido ao custo no processo e outras barreiras. Pawlicka, Fresqui e Trsic (2013) elencam os vidros que devem ser reciclados e os que não devem, descritos no quadro 16.

Quadro 16 - Vidros recicláveis e não recicláveis

Vidro reciclável	Vidros híbridos não recicláveis*
Garrafa de bebida Frascos em geral (molhos, condimentos, remédios, perfumes e produtos de limpeza)	Espelhos Vidros de janela e box de banheiro (temperados) Lâmpadas Cristal Ampolas de remédio Travessas e utensílios de mesa de vidro temperado Vidros de automóveis Tubos de televisão e válvulas

*Vidros que contêm elementos prejudiciais à saúde humana e difíceis de separar/eliminar.

Fonte: PAWLICKA, FRESQUI e TRSIC (2013, p. 58).

Embora os autores considerem que os vidros temperados e os utilizados nos para-brisas veiculares sejam de difícil reciclagem há formas de dar um destino correto. O Instituto Autoglass, fundado em 2005, desenvolve trabalho de reciclagem do vidro veicular, em parceria com a maior usina de reciclagem de vidros existente no Brasil, situada em Mogi das Cruzes - SP, separando o PVB – Polivinil Butiral (plástico que fica entre as duas lâminas de vidros) e processando o vidro laminado. Já o vidro temperado, segundo o sítio eCycle, este vidro passa pelo processo de trituração e moagem, a fim de que o material tenha uma granulometria menor tornando-se matéria-prima para outros produtos, como lã de vidro ou na composição outros produtos que contenham vidro. Observa-se, no entanto, que este tipo de vidro altera a viscosidade do produto final.

Apesar de nem todo ser reciclado, devido ao custo econômico e ao emprego de energia, os mesmos podem ser aproveitados em diversas áreas da construção civil.

Embora o vidro seja de grande utilidade para a sociedade, tem-se que a sua fabricação implica em um processo poluente o que implica na observação de legislação específica, com a finalidade de coibir externalidades negativas. Logo, a reciclagem permite diluir os impactos da poluição ambiental.

12. O VIDRO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Um dos desafios das edificações é obter iluminação natural, proteção contra as intempéries, ventilação, conforto e estética. O vidro incorporará uma série de atributos e vantagens que permitem agregar valor a uma edificação, dado as suas

principais propriedades. Nota-se que a aplicação do vidro é extremamente ampla em vários segmentos das atividades econômicas, em praticamente todos os setores. No entanto, o objetivo é evidenciar somente o setor da indústria da construção civil.

Seiscentos Neto e Batista (2014) copilam as vantagens e desvantagens da utilização do vidro, em seu trabalho acadêmico, podendo ser resumidas no quadro 17. Observa-se que os autores descrevem uma quantidade maior de vantagens do que desvantagens da utilização do vidro na construção civil, sendo que as desvantagens não se constituem em aspectos agravantes quando da decisão pela escolha deste material, podendo os mesmos serem contornados com as tecnologias existentes.

Quadro 17 – Vantagens e desvantagens da utilização do vidro na construção civil.

Vantagens	Desvantagens
Baixa condutividade térmica e elétrica. Baixo custo em relação a outros materiais de mesma aplicação. Durável. Economia no aquecimento/refrigeração de ambientes. Esteticamente agradável. Isolamento térmico e acústico. Materiais constituintes abundantes na natureza. Resistente a água, álcalis e ácidos. Sustentável/reciclável. Versátil	Fragilidade. Peso específico similar ao do concreto.

Fonte: SEISCENTOS NETO, G.; BATISTA, L. Passei Direto. Passei Direto, 2014. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3753926/o-vidro-como-material-de-construcao/1>>. Acesso em: 13 out. 2016.

Para Lourenço, Vianna, *et al.*, (2012), a aplicação dos vidros na construção civil se dá conforme o quadro 18:

Quadro 18 – Síntese dos principais tipos de vidros e sua aplicação direta na construção civil.

Tipo de Vidro	Descrição e Aplicação
Vidro Float (liso ou comum)	É o vidro comum sendo considerado matéria prima para a maioria dos vidros transformados existentes no mercado, como os temperados, laminados, refletivos e espelhos. Sua aplicação se dá em em caixilhos de alumínio, esquadrias de madeiras e metálicas, podendo ser lisos ou ondulados, transparentes, coloridos, estampados
Temperado	São vidros que recebem tratamento térmico na sua fabricação o torna até cinco vezes mais resistente que o comum. Se quebrar, produz pedaços pequenos e não cortantes. É utilizado em box, portas interiças, janelas, entre outros. Requer cuidados especiais na instalação e manutenção.

Laminado	Possui duas ou mais placas de vidro entremeadas por uma película de segurança (PVB, EVA ou resina). Se romper, a película retém os pedacinhos. Utilizado em áreas que requer segurança, embora sua principal aplicação é como para brisa veicular.
Aramado	Possui em sua estrutura uma malha de aço para aumentar a resistência. É um vidro de segurança sendo utilizado em área públicas, fachadas vitórias, portas e portões que não sofram grandes torções.
Refletivo (espelhado)	Dados as suas características de composição reflete a luz e não absorve muito calor. Utilizado em fachadas, revestimentos externos ou em áreas que a estética permite o uso do vidro, mas que possa haver uma grande incidência de energia solar.
Vidro Low-E	Também conhecido como baixo emissivo, foi desenvolvido inicialmente para ser aplicado em edifícios de países de clima frio, que precisam manter o interior do edifício aquecido. Possui uma fina camada de óxido metálico aplicada em uma das faces do vidro que filtra os raios solares. Utilizados em obras que necessita manter o calor.
Serigrafado	Também denominado como vidro pintado a quente, o vidro recebe desenhos ou cores por meio de telas de silkscreen com uma tinta especial, submetido a uma temperatura de quase 600, gerando um processo de pintura e têmpera resistente a riscos e manchas de gordura. Utilizado em fachadas, guarda corpo, portas e janelas e onde a criatividade impõe um padrão de vidro personalizado.
Jateado	O jateamento de areia no vidro proporciona pequenas corrões no mesmo fazendo com que fique opção. É utilizado em áreas ornamentadas que requer desenhos específicos como portas, guarda corpos, vitros, etc.
Impresso	Conhecido também como vidro fantasia, é produzido passando-se uma tira de vidro fundido entre rolos a 900°C. Dessa forma, desenhos em relevo nos rolos são transferidos ao vidro. Indicado para ser utilizado na em janelas, portas, coberturas, divisórias, pisos, degraus de escadas, revestimentos de paredes, entre outros.
Acidado	Sobre o vidro float ou plano é aplicado a uma solução ácida (ácido fluorídrico – HF) que ataca suas paredes de forma controlada, criando desenhos, texturas ou formas geométricas. Aplicação decorativa semelhante ao vidro impresso.
Curvo	Aplicação especial ao vidro plano que é moldado a quente em formas. Precisa de um espessura mínima de de 3 mm sendo feito sob encomenda. Aplicação em fachadas, área que necessitam de aplicação de vidros curvos.
Blindado	São fabricados por meio de processo de calor e pressão pra unir suas diversas camadas intercaladas que compõem o blindado de películas de polivinil butiral (PVB) ou resina, acrescidas de películas de poliuretano e lâminas de policarbonato, que se unem fortemente ao vidro, tornando o conjunto resistente a impactos,

	vandalismo e até mesmo a disparo de armas de fogo. Utilizados em área que requer proteção contra vandalismo e segurança
Autolimpante	Vidro que possui uma camada metalizada que possui como principal componente o óxido de titânio, tendo as suas propriedades ativadas pelos raios ultravioletas não deixando a sujeira fixar na superfície da chapa.
Anti-reflexo	O vidro passa por um processo que retira o brilho de sua superfície, fazendo com que se torne antirreflexo, sem alterar a sua capacidade de transmissão de luz. Deve ser utilizado em áreas onde o relexo luminoso pode ser prejudicial às pessoas
Vidro Anti-riscos	Possui um revestimento especial aplicado durante o seu processo de fabricação que lhe confere resistência a riscos e arranhões 10 vezes a mais que os vidros comuns. Aplicação em áreas que estão sujeitas a trânsito intenso de pessoas e que necessitam manter a aparência.
Vidro Antivandalismo	Estão sendo projetados para frustrar ataques rápidos -como o lançamento de um pedras. Não desprendem pedaços de vidro, enquanto se aguarda sua reposição. Utilizado em fachadas que requerem segurança à roubo e a vandalismo.
Vidro Colorido	Existem três formas de produção industrial de vidro colorido: aplicação de aditivos na massa; deposição de camada refletiva; laminação de película plástica colorida. Possui a mesma aplicação que o vidro plano
Vidro Craquelado	São vidros derivados do vidro laminados , na qual uma lâmina interna de vidro temperado é fragmentada, ficando revestido com duas lâminas externas de vidros comuns (float). Aplicações diversas que requer efeitos como portas, fachadas, guarda corpo, etc.
Vidro Fusing	Feitos a partir do sistema de fusão de vidros ou de cacos moídos. Aplicação decorativa em portas, janelas, guarda corpo, etc.
Vidro Resistente ao Fogo	São vidros laminados compostos por várias lâminas intercaladas com material químico transparente, que se funde e dilata em caso de incêndio, quando atinge 120°C. São utilizados em diversas aplicações como divisórias de escritórios, saídas de emergência, rotas de fuga, locais públicos de difícil evacuação, coberturas e laterais de túneis e fachadas de edifícios.
Vidro Bisotado	Vidro artesanal que possui um chanfro em toda a sua borda. Pode ser feito em qualquer tipo de espelho ou vidro - exceto o temperado.Os usos mais comuns são em tampos de mesa, portas de entrada, divisórias de ambientes e janelas.

Fontes: ANAVIDRO. ANAVIDRO - Associação Nacional de Vidraçarias de SP, 2013. Disponível em: <<http://www.anavidro.com.br/saiba-como-funciona-a-reciclagem-do-vidro/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

LOURENÇO, L. R. et al. Portal Arquitetônico. Arquitetônico Beta, 2012. Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/o-vidro-e-sua-aplicacao-na-construcao-civil/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ABRAVIDRO. Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos, 2016. Disponível em: <<http://abravidro.org.br/vidros/vidro-impresso-2/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

A aplicação mais comum se dá com a utilização do vidro float (comum), em aplicações de portas janelas e venezianas. Os vidros temperados são comuns em box para banheiro, janelas, divisórias ou portas, mas requer cuidado especial na sua instalação para evitar o desenvolvimento de infiltrações.

Outra aplicação do vidro é na confecção de tijolos e telhas, cuja finalidade é integração ao ambiente e iluminação. Os tijolos de vidros podem ser de diversos tipos e cores, permitindo a ventilação ou não. Já as telhas de vidros são em geral transparentes para permitir a passagem de luz solar, proporcionando maior iluminação natural.

Também há a aplicação de vidros especiais como os blindados e os aramados que, além de possuir as características úteis na construção civil, também oferecem segurança.

Deve-se sempre buscar o tipo ideal para a finalidade específica evitando problemas futuros. Alguns inconvenientes decorrentes da utilização do vidro vem a ser o fato de se quebrarem e gerar cacos cortantes, principalmente os mais simples que não formam granaturas, a questão relacionada a sua reposição -por fatores como lotes, espessura e desenhos. O custo também impacta na hora de escolher o vidro correto. Por fim, é importante observar os fatores solares para a determinação da quantidade ideal de área envidraçada, para não elevar a temperatura, principalmente em áreas de temperaturas elevadas.

Embora o vidro possui enorme aplicabilidade no setor da indústria da construção civil, o mesmo sofre concorrência de diversos materiais como os derivados dos polímeros.

13. ASPECTOS ECONÔMICOS

Embora o objetivo geral deste trabalho centre-se na determinação química do vidro, vale observar alguns aspectos da produção de vidro no Brasil.

A indústria do vidro caracteriza-se por pertencer a uma estrutura de mercado denominada de oligopólio, ou seja, há poucas empresas produtoras, o produto é homogêneo ou diferido e há a existência de barreiras à entrada de novas empresas.

No quadro 19 encontra-se identificado, de acordo com Teixeira (2015), as principais indústrias do setor de fabricação de vidros no Brasil, tendo como ano base 2015.

Quadro 19 – Principais empresas do setor de fabricação de vidro no Brasil.

Empresa	Descrição
Nadir Figueiredo	Fundada em 30/08/1912. Localizada nas cidades de São Paulo/SP, Suzano/SP, Canoas/RG (Santa Marina). Produz vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas. A empresa faturou R\$ 642,50 milhões em 2012.
Saint Gobain	Empresa de capital francês, entrou no mercado de vidros no Brasil, em 1960, ao associar-se à companhia Santa Marina (vendida para Nadir Figueiredo). Conta com três fábricas no Brasil, localizadas em São Paulo/SP, Porto Ferreira/SP e Campo Bom/RS. Produz vidro para o setor industrial e construção civil. A empresa faturou R\$ 578,50 milhões em 2012.
Cebrace	Resultado de uma joint-venture entre dois dos maiores grupos produtores de vidro plano do mundo: a Saint-Gobain (França) e a NSG (Japão). Fundada em 1974, é empresa líder no mercado brasileiro do segmento de vidro plano. Produz vidro para o setor industrial e construção civil.
Guardian	Empresa norte-americana de atuação mundial e está entre as líderes na fabricação de produtos para diversos segmentos, como espelhos, vidros planos. Iniciou suas atividades no Brasil em 1998, onde possui duas unidades fabris, sendo em Porto Real/ RJ e Tatuí/SP.
Owen Illinois	Fundada em 1903, com sede mundial em Ohio nos Estados Unidos. Possui 7 plantas industriais no Brasil. É a maior fabricante de embalagens de vidro do mundo e a parceira preferida de marcas líderes de produtos alimentícios e bebidas. Com uma receita de US\$ 7 bilhões em 2013, atua nos segmentos de utilidades domésticas para o consumidor final e mercado profissional

Fonte: TEIXEIRA, M. & VIEIRA, Rosângela. CNQ. Confederação Nacional do Ramo Químico, São Paulo, p. 28, jan. 2015. Disponível em: <<http://cnq.org.br/system/uploads/publication/b2a03b701c902f59b717ce1e7395502e/file/panorama-vidros.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Observa a autora que, entre os anos 2007 e 2011, a indústria de vidros cresceu a uma taxa anual de 42%. Em relação ao Produto Interno Bruto o setor participa com pouco mais de 13%. Está intimamente relacionado ao comportamento dos dois maiores seguimentos produtivos industriais brasileiros: a indústria automobilística e a indústria da construção civil.

No que tange a geração de empregos, a autora afirma que:

O setor emprega 42.832 trabalhadores/as no Brasil, sendo 21% de mulheres. A maior concentração se localiza na região Sudeste com 29.107 trabalhadores/as, seguida pela região Sul com 7.138 trabalhadores/as. Na distribuição por segmento predomina o setor de fabricação de vidros planos e artigos de vidro com 82%, cabendo ao setor de embalagens o correspondente a 18%.

(...)A distribuição por remuneração média indica que as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens em quase todas as regiões e segmentos da indústria de vidros, exceção para a região norte. As diferenças salariais em média correspondem a 26%, sendo de 14% no setor de fabricação de vidro plano, e no setor de fabricação de artigos de vidro, pode chegar a 26%. A região sudeste, onde se identifica a maior concentração de trabalhadores/as no setor de fabricação de artigos de vidro, a remuneração média das mulheres chega a corresponder a 68% da remuneração média dos homens, ou seja, para cada R\$ 1.000,00 pagos a um homem a mulher recebe em média R\$ 680,00.

Ainda perdura neste setor a diferença salarial por gênero, baixo salário e baixa escolaridade dos trabalhadores. É uma atividade que mescla mão de obra intensiva e capital, variando conforme a matriz produtiva evolui.

Observa-se nesta atividade uma dificuldade de se obter informações de caráter econômico e social, seja pela estrutura de mercado a qual as empresas estão inseridas, seja pela classificação adotada pelos órgãos estatísticos, como o que ocorre com o IBGE, na qual o detalhamento de informações só é possível através do refinamento da pesquisa conforme o código nacional de atividade econômica – CNAE.

A tabela 1 demonstra os dados sintetizados em três categorias da atividade econômica, para o período entre 2010 a 2013.

Tabela 1 - Valor da produção (Mil Reais) de vidro Brasil, por código de atividade econômica – CNAE – 2010 a 2013.

Classes das atividades industriais e produtos	Ano			
	2010	2011	2012	2013
2311 Fabricação de vidro plano e de segurança	3.912.913	3.885.100	4.357.143	4.806.223
2312 Fabricação de embalagens de vidro	2.044.999	2.231.387	2.269.051	2.490.589
2319 Fabricação de artigos de vidro	2.137.103	2.070.231	2.629.319	2.728.451

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=5806&z=p&o=19>>. Acesso em: 13 out. 2016.

Observa-se que cerca de produção de vidro cresceu no período em análise, embora a economia brasileira neste período já sinalizasse para um desaceleramento de sua economia. Predomina a atividade de fabricação de vidro plano e de segurança com cerca de 48% da produção, para o ano de 2013. Segue o

setor de fabricação de artigos de vidro com cerca de 27% e o setor de fabricação de embalagem de vidro com 25%.

Há um espaço de crescimento considerável ao setor, dados as questões ambientais, energéticas e outras.

14. CONSIDERAÇÕES

O vidro é um material natural (proveniente da Obsidiana) ou decorrente de compostos químicos e submetidos a altas temperaturas que contempla uma grande quantidade de produtos e subprodutos. Possui características peculiares que norteiam seus tipos e aplicações.

Tem a vantagem de ser reciclagem e suas propriedades químicas e físicas permitem ser um produto em constante evolução. Sua aplicabilidade perpassa por vários segmentos da atividade econômica, merecendo destaque nos setores farmacêuticos, alimentícios, utilidades domésticas, automobilístico e construção civil.

Economicamente, sua matriz produtiva é ampla, contribuindo para a geração de centena de milhares de empregos de forma direta e indireta, além de produto global – PIB. Requer um estudo mais detalhado, porém, no Brasil, o sistema de contas nacionais apresenta um *delay* de dois anos na divulgação das informações de produção setorial, além dos dados não contemplarem com facilidade o resultado desta cadeia, uma vez que os dados estão aglutinados em agregados amplos como o setor químico, o setor de comércio ou outros.

Percebe-se que a história do vidro ainda terá várias páginas a ser escritas pelas próximas gerações de químicos, físicos, engenheiros, profissionais da saúde e tantos outros.

REFERÊNCIAS

ABRAVIDRO. **Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos**, 2016. Disponível em: <<http://abravidro.org.br/vidros/vidro-impresso-2/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

ALAVARES, M. **Vidros de segurança e vidros acústicos**, 2016. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/2959757/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ALVES, O. L.; GIMENEZ, I. D. F.; MAZALI, Í. O. Vidros. **Cadernos Temáticos - Química Nova Escola**, Campinas, n. Especial, p. 09-20, fev. 2001. Disponível em: <http://www.lqes.iqm.unicamp.br/images/pontos_vista_artigo_divulgacao_vidros.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ANAVIDRO. **ANAVIDRO - Associação Nacional de Vidraçarias de SP**, 2013. Disponível em: <<http://www.anavidro.com.br/saiba-como-funciona-a-reciclagem-do-vidro/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ANAVIDRO. **ANAVIDRO - Associação Nacional de Vidraçarias de SP**, 2013. Disponível em: <<http://www.anavidro.com.br/saiba-mais-sobre-a-laminacao-com-pvb/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CEMPRE. **CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem**, 2016. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica/id/6/vidro>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CELESTE, A. **Cerâmicas a base de Silicato**, 2014. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/48127/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ECYCLE. **eCycle**, 2016. Disponível em: <<http://www.ecycle.com.br/component/content/article/44-guia-da-reciclagem/1876-vidro-tipos-reciclagem-temperado-laminado-reflexivo.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

FERREIRA, A. B. D. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=5806&z=p&o=19>>. Acesso em: 13 out. 2016.

INSTITUTO AutoGlass. **Instituto AutoGlass**, 2016. Disponível em: <Instituto AutoGlass>. Acesso em: 10 out. 2016.

LOURENÇO, L. R. et al. Portal Arquitetônico. **Arquitetônico Beta**, 2012. Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/o-vidro-e-sua-aplicacao-na-construcao-civil/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

MAIA, S. B. **O Vidro e Sua Fabricação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

PAWLICKA, A.; FRESQUI, M.; TRSIC, M. **Curso de Química para Engenharia**. Barueri: Manole, v. II: Materiais, 2013. Disponível em: <<http://facef.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520433263>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PRS. **Portal Resíduos Sólidos**, 2016. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/reciclagem-de-vidro/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROJAS, P. **Verbos e dicas para escrever a sua monografia, TCC I e PMA**, 2010. Disponível em: <<https://pablorojas401.wordpress.com/2010/09/06/verbos-e-dicas-para-escrever-a-sua-monografia-tcc-i-e-pma/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ROSA, S. E. S. D.; COSENZA, J. P.; BARROSO, D. V. **Considerações Sobre a Indústria do Vidro no Brasil**. BNDES. Rio de Janeiro, p. 101-138. 2007.

SEISCENTOS NETO, G.; BATISTA, L. Passei Direto. **Passei Direto**, 2014. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3753926/o-vidro-como-material-de-construcao/1>>. Acesso em: 13 out. 2016.

TEIXEIRA, M. & VIEIRA, Rosângela. CNQ. **Confederação Nacional do Ramo Químico**, São Paulo, p. 28, jan. 2015. Disponível em: <<http://cnq.org.br/system/uploads/publication/b2a03b701c902f59b717ce1e7395502e/f/ile/panorama-vidros.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA DIALÉTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

PINTO, Chauene Basso Engler – Uni-FACEF
MARTINEZ, Júlia Bonattini – Uni-FACEF
SANTOS, Larissa Rodrigues – Uni-FACEF
TELES, Leonardo de Oliveira – Uni-FACEF
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate – Uni-FACEF

1. INTRODUÇÃO

Através de observações em escolas realizadas devido ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência) pode ser percebida a necessidade de se trabalhar a violência escolar, que suscitou nos pibidianos o desejo e a necessidade de elaborar o presente artigo.

A violência passou a fazer parte do cotidiano nas escolas. Em vez de um ambiente que propicia um saudável e democrático debate no qual manifesta-se as ideias dos estudantes, fazendo-os praticar o exercício da criticidade e reflexão. O ambiente escolar, em algumas instituições de ensino, está passando a ser um eliciador de medo tanto nos próprios estudantes, quanto nos professores, diretores e funcionários que a frequentam.

Cada dia mais é noticiado casos de agressões em sala de aula, tanto entre os próprios alunos, quando dos estudantes com os professores.

O termo Bullying é usado para denominar essas violências. É um termo da língua inglesa, deriva da palavra “bully” que, na tradução para o português, possui como significado o termo “valentão”.

Segundo Orson Camargo (2017), o termo refere-se a todas as formas de atitudes agressivas, que podem ser verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem um motivo evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos tendo como objetivo intimidar ou agredir outra pessoa que não possui condições de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder e podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.

O bullying é feito a partir do ato de bulir, tocar, bater, socar, zombar, ridicularizar, colocar apelidos humilhantes e etc.

As formas de violência mais fáceis de serem visualizadas no dia a dia

dos alunos são as verbais, que se apresentam em forma de xingamentos e apelidos negativos.

O presente trabalho desenvolveu-se através de um questionário aplicado a 74 alunos de duas escolas estaduais da cidade de Franca – SP, com a temática girando em torno da violência nas escolas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É importante refletirmos a diferença entre agressividade e violência. Além disso, a definição de violência se faz necessária para uma maior compreensão da violência escolar.

O comportamento agressivo é próprio da espécie humana e apresenta múltiplas configurações. Ele pode ser expresso pela via motora, através de movimentos de ataque ou fuga; pela via emocional, com a experimentação de sentimentos de raiva e ódio; pela via somática, como a apresentação de taquicardia, rosto ruborizado, além das demais reações autonômicas; pela via cognitiva, através de crenças de conquistas sem que importem os meios, planos de ação que envolvem a manipulação do meio; e finalmente, a via verbal, da qual o indivíduo vai utilizar-se do sentido das palavras para expressar controle em relação aos outros (Fariz, Mias & Moura, 2005).

O problema começa quando essa agressividade se transforma em violência. Ela passa a se apresentar de maneira destrutiva, se voltando contra o outro.

Segundo o dicionário Aurélio, violência é o abuso da força, opressão, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer: uma coação.

Violência é toda forma investida, ataque, assalto, provocação, hostilidade, ofensa, acometimento, abandono, exploração, golpe, insulto, gesto, assédio, conduta com intuito destrutivo (e muitas condutas sem esse intuito, como as 20 necessárias à constituição do sujeito, sendo exemplos inúmeros interditos paternos necessários a essa constituição) capaz de causar sofrimento, dor, constrangimento ou sensação desagradável. (ANDRADE, 2007, p. 6)

O ambiente escolar pode trabalhar de forma a reforçar comportamentos violentos originados em outros contextos ou dar condições e auxílio para que os alunos rompam com esses padrões comportamentais.

A escola é considerada como uma instituição privilegiada para a formação de crianças, adolescentes e jovens, como já dissemos acima para fazer amigos e também para aprender. No entanto, em muitos casos, a escola possui seus próprios mecanismos de exclusão e seleção social, escolhendo alguns e colocando para fora outros. Esses “outros”, em geral, são os que não conseguem responder às expectativas quanto à aprendizagem, ao comportamento e ao relacionamento com os integrantes da comunidade escolar. (ABRAMORAY, p. 7).

Para Abramovay (2003) a violência escolar pode se expressar através dos seguintes eventos: na violência física, na agressão física, na violência simbólica e na violência verbal. A violência física seria aquela em que há o predomínio de uma ação de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro ou de grupos e também contra si mesmo; a agressão física seria a ação com o uso de instrumentos que ferem; a violência simbólica seria a ação verbal-institucional, baseado no abuso do poder e autoritarismo e a violência verbal seriam as, humilhações, palavras grosseiras e intimidações.

Bourdieu (2005) também faz referencia aos tipos de violências existentes. Para ele essas violências podem ser encontradas em vários níveis: verbal, físico, psicológico e simbólico.

Uma vez que a violência na escola encontra-se em diferentes níveis, é importante ressaltar que a violência não está presente somente nas relações entre os estudantes. Existem violências que se apresentam em comportamentos autoritários e injustos de professores para com seus alunos, e também dos alunos para com seus professores. Por isso, ao falar de violência, é importante compreender que todos os indivíduos contribuem de forma positiva ou negativa com a sua existência.

Denominam-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antisociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (PRIOTTO, BONETI, 2009, p. 162)

A violência escolar muitas vezes se apresenta disfarçada de brincadeiras, apelidos pejorativos e constrangimento público que permeiam o ambiente escolar. As “brincadeiras” se tornam frequentes porque todos riem e na maioria das vezes não têm menção do quanto isso magoa o indivíduo que está sendo alvo, podendo gerar danos psicológicos que passarão a fazer parte da vida do estudante.

Embora, muitas vezes, as agressões verbais sejam compreendidas como fatos menores, “comportamentos típicos de adolescentes e jovens”, elas têm um impacto sobre o sentimento de violência experimentado por alunos, e podem ser, como se analisará mais adiante, uma das portas de violências físicas. Assim, alunos se ofendem com palavrões, apelidos, difamação, insultos, ofensas. (ABRAMORAY, P. 7).

Em relação à escola, muitas violências que os alunos fazem passam aparentemente despercebidas por parte dos responsáveis. Por isso é importante ter um conhecimento do que acontece no cotidiano das escolas e se pensar em meios de intervenção e projetos de convivência escolar, que possam servir para melhorar o ambiente da escola.

Um ambiente saudável, de relações sadias, contribui não somente com a saúde física e mental, mas proporciona maiores condições para uma aprendizagem realmente significativa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é quanti-qualitativa, pois a mesma consiste no levantamento e interpretação dos dados, coletados através de um questionário estruturado.

3.1. Participantes

Participaram da pesquisa 74 alunos, sendo 39 do sétimo e 35 do oitavo ano, de duas escolas estaduais da cidade de Franca – SP, de idades entre 11 a 14 anos e de ambos os sexos.

3.2. Instrumento

Foi utilizado como instrumento um questionário contendo 14 perguntas de múltipla escolha, com questões versando sobre o tema.

3.3. Procedimento

A presente pesquisa constituiu-se de 3 etapas. Na primeira fase desta pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Uni-FACEF, foi realizado um levantamento teórico sobre o tema Violência Escolar e como ele está presente na sociedade contemporânea e posteriormente foram

entregues os questionários para as turmas já pré- estabelecida por ultimo foi realizado a análise dos mesmos. Na segunda etapa foi realizada a coleta de dados e a terceira etapa consistiu a análise dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e análise dos mesmos serão apresentados abaixo, sendo que na Tabela e gráfico um, representa o sexo (Masculino, Feminino) referente a cada escola.

TABELA 1 – Sexo da população que responderam ao questionário

	Masculino	Femin	% Masculino	% Feminina
Escola 1	17	21	44,7	55,3
Escola 2	15	19	44,1	55,9
TOTAL	32	40	44,4	55,6

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 1 apontam o sexo dos alunos que responderam ao questionário sendo 38 alunos da Escola Estadual 1 apresentando 52,8 % da população participante resultando em 21 meninas(55,3%) e 17 meninos (44,7%), e 34 alunos da Escola Estadual 2 sendo 47,2% corresponde a população resultando em 19 meninas (55,9%) e 15 meninos (44,1%). Os dados apontados mostram que há mais meninas participantes deste estudo que meninos nas duas escolas em relação aos meninos.

Tabela 2 – Apresenta os resultados em relação a seguinte pergunta: Gosta da escola onde estudo

	Escola 1	%	Escola 2	%	TOTAL	%
A) Gosto Muito	10	26,3	7	20,6	17	23,6
B) Gosto	20	52,6	10	29,4	30	41,7
C) Não gosto e nem desgosto	5	13,2	7	20,6	12	16,7
D) Não gosto	2	5,3	5	14,7	7	9,7
E) Não gosto mesmo de nada	1	2,6	5	14,7	6	8,3
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 2 apontam a satisfação dos estudantes pesquisados em estudar na escola atual que cursam. Responderam ao questionário 38 alunos da Escola Estadual 1, apresentando 52,8% da população participante resultando em 10 alunos (26,3%) que dizem gostar muito, 20 alunos (52,6%) que dizem gostar, 5 alunos (13,2%) não gostam e nem desgostam, 2 alunos (5,3%) não gostam da escola e apenas 1 (2,6%) não gosta mesmo de nada. Já na Escola Estadual 2 obtive 47,2% correspondente a população de 34 alunos, resultando em 7 alunos (20,6%) gostam muito, 10 alunos (29,4%) apenas gostam, 7 alunos (20,6%) não gostam e nem desgostam, 5 alunos (14,7%) não gostam e 5 alunos (14,7%) não gostam mesmo de nada. Os dados apontados mostra que há mais alunos que gostam da escola do que participantes que não gostam da escola em que estudam.

A seguir serão apresentados os dados sobre o conhecimento das crianças perante a violência escolar.

Tabela 3 – Você sabe o que é Violência Escolar?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	34	89,5	26	76,4	60	83,4
NÃO	3	7,9	4	11,8	7	9,7
BRANCO	1	2,6	4	11,8	5	6,9
TOTAL	38	100 %	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 3 apontam conhecimento das crianças perante a violência escolar. Os alunos questionados totalizaram 38 da Escola Estadual 1 apresentando 52,8 % da população total participante apontando que 34 alunos (89,5%) responderam que sim, 3 alunos (7,9%) responderam que não e 1 aluno (2,6%) respondeu em branco. Já na Escola Estadual 2, sendo 47,2% corresponde a população resultando em 26 alunos (76,4%) responderam que sim, 4 alunos (11,8%) responderam que não e 4 aluno (11,8%) respondeu em branco. Os dados apontados mostra que 60 dos 72 alunos participantes da pesquisa responderam estar ciente da violência nas escolas.

No que diz respeito ao contato do estudante com uma situação de violência escolar

TABELA 4 – Já viu alguma situação de Violência Escolar?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	33	86,8	23	67,7	56	77,8
NÃO	4	10,6	8	23,5	12	16,7
BRANCO	1	2,6	3	8,8	4	5,5
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 4 dizem respeito ao contato dos alunos com alguma situação de violência escolar. Dos 38 alunos da Escola Estadual 1 questionados, 33 alunos (86,8%) responderam que sim, 4 alunos (10,6%) responderam que não e 1 aluno (2,6%) respondeu em branco. Já na Escola Estadual 2 dos 34 estudantes investigados 23 alunos (67,7%) responderam que sim, 8 alunos (23,5%) responderam que não e 3 aluno (8,8%) respondeu em branco. Os dados apontados mostra que 56 dos 72 alunos participantes da pesquisa responderam já ter presenciado uma situação de violência na escola. Já em relação ao contato direto com violência escolar eles disseram:

TABELA 5 – Você já sofreu algum tipo de violência na escola?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	14	36,8	17	50	31	43,1
NÃO	24	63,2	17	50	41	56,9
TOTAL	38	100 %	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 5 dizem respeito se o aluno já sofreu violência escolar. Dos 38 alunos da Escola Estadual 1, 14 alunos (36,8%) responderam que já sofreu violência escolar e 24 alunos (63,2%) responderam que não sofreram violência. Já na Escola Estadual 2 17 alunos (50%) responderam que não. Os dados apontados mostram que 56,9% dos alunos participantes da pesquisa responderam não sofrer nenhuma violência escolar. Em relação ao tipo de violência escolar os resultados foram:

TABELA 6 – Que tipo foi a Violência?

	Escola 1	%	Escola 2	%	TOTAL	%
Verbal	6	15,8	12	35,3	18	25
Física	5	13,1	7	20,5	12	16,7
Ambas	6	15,8	3	8,9	9	12,5
Não sofreu	21	55,3	12	35,3	33	45,8
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da Tabela 6 representam de que tipo foi a violência escolar sofrido pelos alunos nas escolas. Dos alunos questionados, sendo 38 alunos da Escola Estadual 1, 6 alunos (15,8%) responderam que sofreram violência verbal, 5 alunos (13,1%) responderam que sofreram violência física, 6 alunos responderam que sofreram as duas violências e 21 alunos (55,3%) diz não ter sofrido nenhuma violência. Já na Escola Estadual 2, 12 alunos (35,3%) responderam que sofreram violência física, 7 alunos (20,5%) responderam que sofreram violência verbal, 3 alunos (8,9%) responderam que sofreram tanto a verbal, quanto a física e 12 (35,3%) não sofreram nenhuma violência nas escolas. Os dados apontados mostram que 45,8% não sofreu nenhum tipo de violência dentro das escolas. No que diz respeito ao contato com o ocorrido foram obtidos os seguintes dados:

TABELA 7 – Presenciou o ocorrido?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	31	81,6	24	70,6	55	76,4
NÃO	5	13,1	9	26,5	14	19,4
BRANCO	2	5,3	1	2,9	3	4,2
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da tabela 7 representam se os alunos já presenciaram alguma situação de violência na escola. Dos 38 alunos questionados da Escola Estadual 1, 31 alunos (81,6%) responderam sim para ter presenciado uma situação de violência escolar, 5 alunos (13,1%) responderam que não e 2 alunos (5,3%) deixaram em branco. Já na Escola Estadual 2, 24 alunos (70,6%) responderam que sim, 9 alunos (26,5%) responderam que não e somente 1 aluno (2,9%) respondeu que não. Os dados apontados mostram que 55 alunos de 72 já presenciaram algum

tipo de violência escolar.

Tabela 8 – Onde isso aconteceu?

	Escola Estadual 1	Escola Estadual 2
Indo e/ou vindo da escola	2	6
Na sala de aula	6	13
No pátio da escola	21	6
Nos banheiros da escola	1	3
Em outro Local	7	7
Branco	4	8

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da tabela 8 mostram através de varias opções, onde a violência ocorreu com os alunos. Os alunos questionados, sendo eles 38 da Escola Estadual 1, responderam através das alternativas que tinham a disposição, onde 2 alunos responderam indo e vindo da escola, 6 na sala de aula, 21 no pátio da escola, 1 nos banheiros da escola, 7 em outro local e 4 alunos deixaram em branco. Já na Escola Estadual, 6 alunos responderam que sofreram indo e vindo da escola, 13 na sala de aula, 6 no pátio da escola, 3 nos banheiros da escola, 7 em outro local e 8 alunos deixaram em branco. Sobre qual foi à reação do aluno quando sofreu violência na escola obtivemos os seguintes dados:

TABELA 9 – O que você fez quando sofreu violência na escola?

	Escola Estadual 1	Escola Estadual 2
Eu chorei	4	6
Falei com o Diretor/ Coordenador/ Mentor	6	5
Eu me defendi	5	10
Não contei para ninguém	4	8
Branco	20	11

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Na Escola Estadual 1, dos 38 alunos que responderam o questionário, 4 disseram que choraram, 6 falaram com o diretor/coordenador/mentor, 5 se defenderam, 4 não contaram para ninguém e 20 deixaram em branco. Já na Escola Estadual 2, dentre os 34 alunos que responderam, 6 disseram que choraram, 5 falaram com o diretor/coordenador/mentor, 10 se defenderam, 8 não contaram para

ninguém e 11 deixaram em branco.

A seguir será retratado se alguém na escola fez algo para que a violência escolar não ocorresse mais.

TABELA 10 – Alguém que trabalha na escola fez algo para que essa violência não ocorresse mais?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	27	71,1	13	38,2	40	55,6
NÃO	8	21,1	19	55,9	27	37,5
BRANCO	3	7,8	2	5,9	5	6,9
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da tabela 10 mostram que, dos alunos questionados da Escola Estadual 1, 27 alunos (71,1%) disseram que fizeram algo para que a violência não ocorresse mais, 8 alunos (21,1%) disseram não e 3 alunos (7,8%) deixaram em branco. Já na Escola Estadual 2, 13 alunos (38,3%) responderam sim, 19 alunos (55,9%) responderam que não e 2 alunos (5,9%) responderam em branco. Os dados apontados mostram que da Escola Estadual 1, 27 alunos dentro dos 38 alunos (71,1%) fizeram algo a respeito, diferente do que foi visto na Escola Estadual 2, onde 19 dos 34 alunos (55,9%) responderam que não fizeram nada a respeito para que não ocorresse mais violência, mas também pode ser visto que agrupando as respostas positivas (sim) dos que responderam ao questionário dizendo que fizeram algo para que não ocorresse mais violência nas escolas, obteve um total de 40 em um total de 72 alunos (55,6%). No que diz respeito a ameaças e/ou fazer algo contra a própria vontade pôde ser obtido os seguintes resultados:

TABELA 11 – Algum e/ou alguns colegas de escola te ameaçaram e/ou forçaram a fazer coisas contra a tua vontade?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	5	13,2	4	11,8	9	12,5
NÃO	32	84,2	28	82,3	60	83,3
BRANCO	1	2,6	2	5,9	3	4,1
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da tabela 11 representam os alunos que foram ameaçados a fazer algo contra a sua vontade, e na Escola Estadual 1, dos 38 participantes, 5 alunos (13,2%) disseram que já foram ameaçados a fazer algo contra a sua vontade, 34 alunos (89,8%) não foram ameaçados e 1 (2,6%) aluno deixou em branco. Já na Escola Estadual 2, dos 34 alunos, 4 alunos (11,8%) disseram que foram ameaçados, 28 alunos (82,4%) disseram que não foram ameaçados e 2 (5,9%) alunos deixaram em branco. Os dados apontam que a maioria dos alunos, 60 de 72 alunos, nunca foram ameaçados e forçados a fazer algo contra a sua vontade. A seguir será retratado sobre insultos por causa de uma característica física ou deficiência.

TABELA 12 – Já insultaram, nomearam você, por causa de alguma característica física ou deficiência?

	Escola Estadual 1	%	Escola Estadual 2	%	Total	%
SIM	17	44,7	20	58,8	37	51,4
NÃO	20	52,7	12	35,3	32	44,4
BRANCO	1	2,6	2	5,9	3	4,2
TOTAL	38	100%	34	100%	72	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Os resultados da tabela 12 apontam os insultos por causa de alguma característica física ou deficiência. Dos 38 alunos questionados da Escola Estadual 1, 17 (44,7%) alunos responderam que sim para algum insulto por característica física ou deficiência, 20 (52,7%) alunos responderam que não e 1 (2,6%) aluno deixou em branco. Já na Escola Estadual 2, de 34 alunos, 20 (58,8%) alunos responderam que sim para terem recebido insultos, 12 (35,3%) alunos disseram que não e 2 (5,9%) alunos deixaram em branco. Os dados apontam que a maioria dos alunos nas duas escolas representados pela parcela de 51,4% (37 alunos dentre 72) já sofreram insultos devido a características físicas ou deficiência, podendo notar que a maior parcela veio da Escola Estadual 2, onde a porcentagem de sim (58,8%) foi maior do que a de não (35,3%), diferente do que aconteceu na Escola Estadual 1.

A seguir será apresentada a opinião sobre o que os alunos pensam a respeito de quem pratica violência escolar.

TABELA 13 – O que você pensa sobre quem pratica violência escolar?

	Escola Estadual 1	Escola Estadual 2
Não Gosto deles	10	9
Tenho pena deles	19	13
Gosto deles	1	1
Penso que eles são mais fortes		1
Branco		3

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Dos 38 alunos questionados da Escola Estadual 1, 10 alunos disseram que não gostam das pessoas que praticam violência, 19 dizem sentir pena de quem pratica tais atos e só um aluno disse gostar de quem pratica violência escolar. Não houve nenhuma escolha para as alternativas que pensam que eles são mais fortes e em branco. Na Escola Estadual 2, dos 34 alunos, 9 alunos disseram que não gostam de quem pratica violência escolar, 13 dizem ter pena deles, 1 aluno disse gostar de quem pratica tais atos, 1 pensa que eles são mais fortes e 3 alunos deixaram em branco. Será apresentada a seguir a opinião sobre de quem é a culpa do Bullying.

TABELA 14 – Em sua opinião, de quem é a culpa se o Bullying continua acontecendo?

	Escola Estadual 1	Escola Estadual 2
De quem Agrida	22	16
Dos pais deles	4	10
Da direção da escola	3	4
Dos professores		
Dos outros alunos que assistem e não fazem nada	10	9
Branco	1	6

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017.

Dos 38 alunos questionados da Escola Estadual 1, 22 alunos dizem que a culpa do Bullying continuar acontecendo é de quem agride, 4 disseram que é dos pais de quem pratica Bullying, 3 alunos disseram que é da direção da escola, 10 disseram que é dos outros alunos que assistem e não fazem nada, 1 aluno deixou em branco e em uma alternativa nenhum aluno a selecionou, sendo ela a de que a culpa seria dos professores. Já na Escola Estadual 2, dos 34 alunos participantes, 16 disseram que a culpa do Bullying acontecer é de quem agride, 10

disseram que é dos pais dos agressores, 4 disseram que é da direção da escola, 9 alunos disseram que é de quem assiste e não faz nada, 6 deixaram em branco e uma das alternativas não foi selecionada a de que é culpa dos professores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados e da análise das respostas dos estudantes de ambas as escolas pode-se perceber que a violência nas escolas é algo que está muito presente. Constatamos que os resultados foram parecidos. Foi perceptível que os alunos estavam satisfeitos com o local que estudam, mas que a maior parte havia presenciado ou vivido uma situação de violência escolar.

Em relação ao que foi apresentado no referencial teórico, concluímos que os alunos estão conscientes do que acontece, sabem diferenciar os tipos de violência, que na maioria dos casos não fazem nada para que a violência pare de ocorrer e que em muitos casos há uma visão deturpada sobre o motivo das violências ocorrerem.

Atingiu-se o objetivo esperado da pesquisa ao ver que a violência está presente de todas as formas nas escolas em que aplicamos os questionários, menos a violência em relação ao professor.

Uma proposta seria a conscientização a cerca do tema nas escolas, ensinando os alunos a lidarem com a violência dentro do ambiente escolar e até mesmo com os pais dos alunos.

É necessário um aumento do conhecimento dos alunos em relação ao que é violência, e de como enxergar a mesma, podendo muitas vezes auxiliar a escola na mudança dos métodos para que haja menos casos como esse e que os alunos saibam melhor como lidar e entender.

Ao final da análise de dados pode-se concluir que a sociedade contemporânea necessita de ferramentas para se trabalhar o tema violência escolar já que a informação têm sido precária e muitas vezes não é toda população que tem acesso à mesma.

Devido à falta de informação e de serviços disponíveis que auxiliem tanto os profissionais da educação, quanto os alunos e os pais em relação ao tema

em questão, os jovens estão, cada vez mais, apresentando doenças psíquicas devido à ocorrência de violências nas escolas, podendo chegar até ao suicídio.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Programa de Prevenção à Violência nas Escolas Violências Nas Escolas*. FLACSO – Brasil. Disponível em:

<http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2017.

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Violência: psicanálise, direito e cultura*. Campinas, SP: editora Millennium, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler; PRIOTTO, Elis Palma. *Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola*. Revista Diálogo Educacional, v. 9, n. 26, p. 161-179, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMARGO, Orson. "Bullying"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2017.

Fariz, M.; Mias, C. & Moura, C. B. (2005). Comportamento agressivo e terapia cognitivo-comportamental na infância. Em: V. E. Caballo & M. Simon (Orgs.). *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos específicos* (pp. 57-79). São Paulo: Santos Editora.

NUNES, M. F. R; ABRAMOVAY, M. *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: Unesco; Fundação W. K. Kellogg; Unirio, 2003

Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/violencia>>. Acesso em: 07 Apr. 2017.

ÍNDICE

A

AGUIAR, Jéssica Caroline Aparecida de, 381
ALMEIDA, Eliel Uehara de, 959
ALMEIDA, Gabriela Maia de, 596
ALVES, LÍVIA AQUINO, 76
ALVES, Maria Cherubina de Lima, 764
ALVES, Naiara Silva, 868
ARÊAS, Débora, 745

B

BACHUR, Ana Laura, 194
BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti, 998
BANDOS, Rogério Dutra, 928
BARBOSA, Agnaldo de Sousa, 44, 152, 168, 913
BARBOSA, Meire Ângela Alves Peixoto Maciel, 596
BARBOSA, Natalia Aparecida Silva, 860
BARROS, Aline, 212
BARROS, André Camargo de, 318
BARROS, Danielle Ferreira, 868
BASSI, Ana Lucia, 1025
BENEDITO, Luara Ferreira, 36, 551
BEZERRA, Lua Flora Pereira, 397
BIAGI, Gislaine S. Fernandes, 144, 824
BIASON, Rita de Cássia, 629
BOMFIM, Irma Helena Ferreira Benate, 11, 69, 83, 259, 275, 362, 379, 562, 572, 688, 797, 1061
BORGES, Karolaine C. Borges, 259
BORGES, Paulo Cesar Correa, 26
BORGES-GUTIERRE, Maria Madalena, 337
BREVIGLIERI, Henrique, 635
BRIGIDO, Ana Flora Garcia, 562
BRITES, Lucas Carassato Fernandes, 440
BUENO, Paula de Andrade Prado, 688

C

CADAN, Juliana de Barros, 702

CAMPOS, Juliana F. Vieira, 144
CAMPOS, Vinícius Pereira, 562
CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim, 551, 611, 745, 824, 850
CARDOSO, Letícia Silva, 11
CARLINE, Gabriela dos Santos, 835
CARNEIRO, Matheus Borges, 733
CARRIÃO, Mariana Bereta, 296
CARRIJO, Rafaela Andrade, 259
CARVALHO NETO, Silvio, 733
CASTAGNOLLI, Octávio Trizolio, 246
CAVALCANTE, Ana Rita Coelho, 381

Ch

CHIARELO, Gabriel Borges, 455
CHIMIONATO, Fernanda Pinto, 69

C

CINTRA, Angela Maria, 129
CINTRA, Carolina Peixoto, 275
CINTRA, Vívian Pedigone, 246, 397, 651
CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes, 410, 421
COELHO, Lucinda Maria de Fátima Rodrigues, 102
CONTERATO, Leandro Gaspar, 318
CORRÊA, Eduardo Nassif, 928
COSTA, Izabella Silva, 11
CRIVELARO, Iara Silvia Domiciano, 381

D

DAVID, Maria Luisa Milani, 946
DIAS, Eliane Cristina, 745
DIAS, Murilo Junqueira Cavallari, 651
DONZELLI, Orivaldo, 179

F

FACCIROLLI, Bruna Ferracine Faccirolli, 259
FACCIROLLI, Rafael Rodrigues, 702
FALEIROS, Gabriela Borges de Pádua, 815

FALEIROS, Monica de Oliveira, 381, 835, 860

FAVA, Rafael da Silva, 850

FERNANDES, Camila Campos, 308

FERNANDES, Pablo Henrique, 410

FERNANDES, Vanessa de Almeida, 102

FERREIRA, Amanda Christina Junqueira, 710

FERREIRA, Beatriz Pini, 797

FERREIRA, Giovanna Cordeiro, 651

FERREIRA, Nathane Antunes, 783

FERREIRA, Tainá Cristina, 783

FORNEL, Lorenna Mayara, 611

FREIRIA, Alexandre Augusto da Silveira, 1025

FURINI, Carolina Barini, 422

G

GALHIEGA, Camila Ferreira, 1025

GARCIA, Jane Lúcia da Silva, 815

GERA, Marcos Silvestre, 110, 240

GERA-RIBEIRO, Adriana Aparecida Silvestre, 102, 205

GILBERTO, Thales Jati, 422, 440

GILBERTO, Thalisa Maria Jati, 783

GIRALDES, Carolina Sarreta, 129

GOMES, Angélica Teixeira, 952

GONZÁLEZ, Sergio Ramírez, 110

GOVEIA, Luianara Barbosa, 764

GRACIOLI, Sofia Muniz, 702, 973

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves, 58, 76, 212, 296, 308, 664, 702, 815, 973

GRECO, Isabella Greco, 629

GUAGNELI, Julia de Andrade, 860

GUASTI, Ana Carolina Brustello, 702

I

IVAN, Maria Eloísa de Souza, 36, 42, 144, 868

J

JEBAILY JUNIOR, Adnan Kalil, 110, 710, 998

L

LEOPOLDINO, Nayara Neves, 702

LESSA, Márcio Benevides, 996, 1025

LIMA, Débora Mateus, 629

LIMA, Larissa Alecsandra Borges, 169

LIMA, Rafael Pimenta de, 815

M

MACHADO NETO, Alfredo José, 878

MANTOVANI, Doroti Daisy, 129

MARCELINO, Gabriela Helena dos Santos, 943

MARQUES, Débora Ferreira, 169

MARTINEZ, Júlia Bonattini, 1061

MARTINS, Juliana de Paula, 664

MÁZARO, Letícia Medeiros, 58

MELETI, Natalya Feliciano, 259

MELO, Magaly Gomes, 588, 596

MELO, Wesley Alves de, 755

MIRANDA, Felipe Dadonas de, 572

MORAES, Mikaela Faleiros, 973

MORAIS, Odilon Cândido de Oliveira e, 212

MORAIS, Tayná Gonçalves, 296

MOREIRA, Wesley César Brunetto, 783

MORETI, Rebeca Silva, 562

MOSCARDINI, Lucas Folhas, 129

N

NETO, Geraldo Henrique, 455

NOVATO, Júlia Castro, 596

NUNES, Ana Beatriz Cruz, 152

NUNES, Isabella Barbosa, 362

O

OLIVEIRA, Bárbara de, 745

OLIVEIRA, Gabriella Araújo, 899

OLIVEIRA, Paulo de Tarso, 189, 946

OLIVEIRA, Rafaela Veríssimo Paim de, 868

ORLANDO, Rafaella, 588

P

PEDROSO, Daniele Cristina Silva, 745
PEREIRA, Ândrea Parra Domenes, 815
PEREIRA, Bárbara Ellen Gomes, 973
PEREIRA, Camila Oliveira, 36, 824
PEREIRA, João Paulo Lemos, 221
PEREIRA, Larissa Aparecida Malta, 455
PEREIRA, Priscilla Maria, 952
PEREIRA, Wendel Henrique Silva, 562
PINTO, Chauene Basso Engler, 1061
PIRES, Luciana Rodrigues, 983

Q

QUEIROZ, Geandra Alves, 983
QUERINO, Letícia Ferreira, 943

R

REIS, Vanessa, 588
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 952
RIBEIRO, Maria Cristina, 943
RIBEIRO, Rafaella Bastos, 69, 296
RICARDO, Ariane Guimarães, 551
RODRIGUES, Aline de Paula, 296
RODRIGUES, Laura Carolina Moraes, 835
RODRIGUES, Sara, 588
ROSA JUNIOR, Jair, 635

S

SANTANA, 796
SANTANA, Víctor Augusto Souza, 397
SANTOS E FARIA, Márcia Ribeiro dos, 572
SANTOS, Francieli Aparecida Madaleno dos, 835
SANTOS, Larissa Rodrigues, 1061
SERDEIRA, Brenda Aryane, 860
SILVA FILHO, Antônio Carlos da, 351, 755

SILVA, Amanda Maximo da, 850

SILVA, Bianca Faleiros da, 551

SILVA, Daniela Cristina da, 144

SILVA, Guilherme Teixeira da, 532

SILVA, TAÍLA CIABATI, 76

SILVA, Tânia Cristina da, 83

SILVA, Thamyres Bastos, 26

SILVEIRA, Camila Karoline, 824

SMITH, Marinês Santana Justo, 221, 532, 959

SOUSA, Bruna de Fatima Aguiar, 189

SOUSA, Carolina Fernanda de, 351

SOUZA, Adílson Ramon de, 878

SOUZA, Camilla Sgarbi de, 58

SOUZA, KAROLINE DARTIBALE, 76

SOUZA, Mayara Marques, 69, 240

SOUZA, Maysa Siquera Martins de, 169

SOUZA, Rafaella Orlando de, 308

T

TEIXEIRA, Laura Pereira, 850

TEIXEIRA, Thais Campos, 69

TELES, Leonardo de Oliveira, 1061

TORRES, Mariana Queiroz, 212

TÓTOLI, Rafaela Guaraldo Campos, 169

TROILO, Janaina da Silva, 899

TROILO, Janaína da Silva, 205

TROMBINI, Mariana da Cunha, 337, 381

V

VAL, Letícia Goulart do, 688

VALE, Valéria Santiago do, 596

VIEIRA, Jacques Felipe Iatchuk, 44, 913

VIEIRA, Kairo César de Souza, 179

Z

ZAMBONI, Vânia Lemos, 194, 899

© 2017 dos autores

Direitos de publicação

Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

0800 940 4688

unifacef.com.br



ISBN



9 788554 530013

ISBN



0800 940 4688

16 3713 4688

unifacef.com.br



IC. Uni-FACEF

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca